



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 95ª SESSÃO À 100ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 23
5 DE JUNHO A 11 DE JUNHO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, que não atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, pressupostos essenciais para poder adentrar na análise de seu mérito. Senador Arthur Virgílio.....	415	sileiro e por não ver necessidade na mudança de secretaria para ministério. Senador Cristovam Buarque.....	425
Dificuldade das Comissões para a aprovação das matérias que exigem quórum qualificado. Questionamento sobre o tempo necessário para a votação das matérias. Senador Tião Viana.	417	Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por não se tratar de uma medida provisória que atenda às necessidades do povo brasileiro. Senador Eduardo Azeredo.	425
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, que não tem objetivo relevante para o povo brasileiro. Senador José Agripino.	417	Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro. Senador Raimundo Colombo.....	426
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser inconstitucional e irrelevante. Senador Alvaro Dias.	418	Encaminhamento favorável à constitucionalidade e à juridicidade da medida provisória nº 419. Senador Romero Jucá.....	427
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	419	Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro. Senador Arthur Virgílio.	427
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro. Senador Osmar Dias.	420	Apelo para que os Senadores votem à favor da medida provisória nº 419, que tem o objetivo de transformar a Secretaria no Ministério da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim.	428
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser inconstitucional. Senador Mário Couto.	420	Ratificação dos propósitos da medida provisória nº 419, que não é uma questão de negro contra branco. Senador Paulo Paim.	428
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro. Senador Papaléo Paes.	421	Discussão sobre o mérito da medida provisória nº 419, que considera inconstitucional. Senador Arthur Virgílio.	432
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser inconstitucional. Senador Flexa Ribeiro.....	421	Discussão sobre o mérito da medida provisória nº 419, que considera a criação de novos Ministérios um desperdício de recursos públicos. Senador Antonio Carlos Júnior.....	434
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser inconstitucional. Senador Antonio Carlos Júnior.	423	Encaminhamento favorável da medida provisória nº 419, que tem o objetivo de transformar a Secretaria em Ministério. Senador Paulo Duque... ..	438
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro. Senadora Marisa Serrano.	424	Voto favorável ao mérito da medida provisória nº 419, por ser uma proposta que reivindica os movimentos sociais brasileiros ligados à luta pela igualdade racial. Senador José Nery.	439
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo bra-		Ratificação sobre o voto favorável ao mérito da medida provisória nº 419, sobre a transformação	

	Pág.		Pág.
da Secretaria da Igualdade Racial para a categoria do Ministério. Senadora Lúcia Vânia.....	440	Aparte ao Senador João Pedro. Senador Cristovam Buarque.....	317
Apelo para que os Senadores respeitem o acordo sobre a votação da medida provisória nº419. Aparte ao Senador José Nery. Senador Paulo Paim.....	440	Apresentação do requerimento ao Senado Federal, que diz respeito à mobilização do Governo com relação à criação de uma legislação que proteja a Amazônia. Senador João Pedro.	317
Justificativa da criação da medida provisória nº419, que tem o objetivo de transformar a Secretaria da Igualdade Racial para categoria de Ministério. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Paulo Paim.	441	Preocupação com o avanço de estrangeiros nas terras da Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Heráclito Fortes.....	318
Ratificação e parabenização à Senadora Lúcia Vânia, pelo voto favorável ao mérito da medida provisória nº 419. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Eduardo Suplicy.	441	Relato do grande avanço dos estrangeiros nas terras da Amazônia. Senador Paulo Duque....	608
Questionamento da medida provisória nº 419, que propõe transformar a Secretaria em Ministério. Senador Heráclito Fortes.....	442		
AGÊNCIA REGULADORA		ARTIGO DE IMPRENSA	
Defesa de que as Agências Reguladoras tem o objetivo de oferecer credibilidade no exterior e aos investidores domésticos. Senador José Agripino...	308	Registro da matéria intitulada “Computadores comprados para ajudar no ensino ficam nas caixas no Piauí”, publicada no portal <i>G1</i> , em São Paulo, no dia 27 de junho de 2008. Senador Heráclito Fortes.....	19
Discurso defendendo o papel das Agências Reguladoras. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes.	311	Registro da matéria intitulada “Eleições serão transparentes”, publicada no <i>Diário do Amazonas</i> , no dia 25 de maio de 2008. Senador Arthur Virgílio.	41
AGRADECIMENTO		Registro da matéria intitulada “Milhões somem em ONG do PT”, publicada pela revista <i>Época</i> em sua edição de 18 de fevereiro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....	195
Agradecimento ao Senador Carlos Dunga pelo trabalho realizado na Paraíba, e pelo voto a favor da medida provisória nº 419. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senador Paulo Paim.	522	Registro do artigo intitulado “Grau de confiança, grau de respeito”, publicado pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> em sua edição de 11 de maio de 2008. Senador Marconi Perillo.....	200
Agradecimento pela manifestação de condolências pelo falecimento de Lili Quintanilha, mãe do Senador Leomar Quintanilha, ocorrido no dia 4 de junho de 2008. Senador Leomar Quintanilha.....	627	Registro da matéria intitulada, “A banalização das MPs arranha a separação e autonomia dos poderes”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> em sua edição de 15 de abril de 2008. Senador AlvaroDias.	201
AMAZÔNIA		Registro da matéria intitulada “A Farsa confirmada”, publicada pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 4 de junho de 2008. Senador Sérgio Guerra....	202
Crítica sobre o descaso à população da Amazônia. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mozarildo Cavalcanti.	225	Registro da matéria intitulada “Presidente compara Amazônia à água benta”, publicada no jornal <i>O Estado de São Paulo</i> . Mozarildo Cavalcanti.....	235
Apelo quanto a posse, a detenção de terras por estrangeiros na Amazônia, e a preocupação em se construir uma legislação que possa trabalhar nesse sentido de segurança às terras da Amazônia e à sua floresta. Senador João Pedro.....	317	Registro da matéria intitulada “Pacote Ambiental”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> . Senador Mozarildo Cavalcanti.....	235
Registro do importante trabalho na Amazônia exercido pela Ghetal. Senador João Pedro.	317	Registro da matéria intitulada “Ibama multa madeireira estrangeira em R\$450 milhões”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> . Senador Mozarildo Cavalcanti.	235
Defesa da necessidade de atualizar a legislação para a proteção das terras da Amazônia.		Registro da matéria intitulada “‘Filantropo’ tem fortuna de R\$1,27 bi”, publicada no jornal <i>Folha São Paulo</i> . Senador Mozarildo Cavalcanti.....	235

Pág.	Pág.
<p>Registro da matéria intitulada “Amazônia ganha mais três unidades de conservação”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i>. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Incrá pode cancelar o registro de terras de sueco”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i>. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Registro da matéria intitulada “ONGS pululam na Amazônia, mas são escassas no Mato Grosso do Sul”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Os Índios do Norte e os Índios do Sul”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Assistência à saúde indígena deixa a desejar”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Dossiê aponta desvios de verbas”. “ONG contratada sem licitação recebe R\$28 milhões”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Registro da matéria intitulada “CPI vota hoje relatório final sobre subnutrição de crianças indígenas”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Registro sobre a nota que foi publicada na revista <i>Veja</i>, que lança crítica aos Senadores. Senador Geraldo Mesquita Júnior.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Agressão a Professores”, publicada no editorial do jornal <i>Correio Braziliense</i> em sua edição de 9 de junho de 2008. Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Registro das matérias intituladas “Delegado admite corrupção na Polícia” e “Deputado e Vereador são sequestrados”, publicadas no jornal <i>O Liberal</i>, edições dos dias 04 e 05 de junho de 2008 respectivamente. Senador Mário Couto.</p> <p>Comentário sobre matéria intitulada “Diga não à volta da CPMF”. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Registro do artigo que a Ministra Marina Silva fez, referente à Senadora Kátia Abreu, que a “Comissão de Meio Ambiente foi entregue à bancada ruralista”, publicado na <i>Folha de São Paulo</i>, no dia 9 de 2008. Senadora Kátia Abreu.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Minc usou brecha da lei para se aposentar aos 51”, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i>, em sua edição de 15 de maio de 2008. Senador Marconi Perillo. .</p> <p>Registro da matéria intitulada “Em vôo da FAB, familiares de Lula chegam a Roma antes dele”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i>, em sua</p>	<p>edição de 30 de maio de 2008. Senador Sérgio Guerra.....</p> <p>Registro da matéria intitulada “Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado de São Paulo, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i>, em sua edição de 02 de maio de 2008. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Registro da matéria intitulada “FHC pede ‘fim da roubalheira’ como mote de campanha”, publicada no jornal <i>O Estado de São Paulo</i>, em sua edição de 16 de fevereiro de 2008. Senador Flexa Ribeiro....</p> <p>Comentário da matéria intitulada “Brasil responde à crise mundial de alimentos com mais produção”, publicada no folheto da Secom da Presidência da República, denominado <i>Em Questão</i>. Senador Antonio Carlos Valadares.</p> <p>Registro do artigo “Indústria madeireira fecha as portas”, publicado no jornal <i>O Liberal</i>, de 10 de junho de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....</p> <p>Registro do artigo intitulado “Royalties: o futuro do Rio em jogo”, publicado no jornal <i>O Globo</i>, edição de 5 de junho de 2008. Senador Paulo Duque.</p> <p>Registro de denúncia do site “rondoniao vivo”, matéria intitulada “Caso Beron - uma corrupção generalizada”. Senador Expedito Júnior.</p> <p>Registro de matéria intitulada “Barbacena quer fim de interdição de praias”, publicada no jornal <i>O Liberal</i>. Senador José Nery.....</p> <p>Relato da reportagem para o programa “Fantástico” da Rede Globo, contra a administração do Município Santana do Acaraú. Senador Inácio Arruda....</p> <p>Registro de matéria intitulada “Sthefanes critica conceito da Amazônia Legal”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i>, em sua edição de 15 de maio de 2008. Senador Marconi Perillo.....</p> <p>Registro de matéria intitulada “Política indigenista é incoerente”, diz o governador de RR”, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i>, em sua edição de 30 de maio de 2008. Senador Sérgio Guerra.....</p> <p>Registro de matéria intitulada “No Governo não tem caos aéreo”, publicada pela revista <i>Isto É</i> em sua edição de 12 de março de 2008. Senador Alvaro Dias.....</p> <p>Registro de matéria intitulada “Palocci é acusado de fraudar licitação do molho de tomate”, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i>, em sua edição de 15 de fevereiro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....</p> <p>BIOCOMBUSTÍVEL</p> <p>Defesa do uso dos biocombustíveis, sobretudo a alternativa brasileira, como contribuição im-</p>
235	497
235	497
235	499
235	530
235	601
235	608
235	611
235	618
304	622
312	628
373	629
378	630
487	635
496	

IV

	Pág.		Pág.
portante para a solução da segurança energética. Senador João Tenório.	522	mércio nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, em Roraima. Senador Geovani Borges.	214
Marco regulatório para os biocombustíveis, que é capaz de equilibrar a alimento e bioenergia. Senador João Tenório.	522	Defesa da Medida Provisória, que pretende regulamentar a questão das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil. Aparte ao Senador Geovani Borges. Senador Mozarildo Cavalcanti....	214
BIOTECNOLOGIA		CORRUPÇÃO	
Defesa quanto às pesquisas com células tronco embrionárias. Senadora Lúcia Vânia.	256	Relato de que as denúncias divulgadas pela imprensa regional e nacional envolvem o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Bannisul. Senador Paulo Paim.	285
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL		(CPI)	
Comunicado ao Plenário da Casa, do ato do Presidente Garibaldi Alves, que designa Comissão Jurídica responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada nos termos do Requerimento nº 227, de 2008. Senador Renato Casagrande.	34	Críticas quanto ao uso indevido do dinheiro público com o cartão corporativo. Senador José Agripino.	28
Proposta de reformulação do anteprojeto do Código de Processo Penal. Senador Renato Casagrande.	34	Apresentação de queixa de que a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI apresenta aspectos negativos à pauta do Senado Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	28
Relato dos Projetos de Lei que tramitam há oito anos no Congresso Nacional, que alterarão de forma significativa o Código de Processo Penal brasileiro agilizando a Justiça brasileira. Senadora Ideli Salvatti.	308	Menção à aprovação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquéritos dos Cartões Corporativos. Senador José Agripino.	28
Parabenização ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva e ao Ministro Tarso Genro, pela sanção do pacote que agiliza julgamentos na área do Código de Processo Penal. Senador Geovani Borges.	550	Registro dos votos para aprovação do relatório, e pedido ao Ministério Público investigação mais aprofundada sobre o resultado. Senador José Agripino.	28
CÓDIGO PENAL		Insatisfação quanto a posição do Deputado Luís Sérgio, com relação ao relatório que diz respeito aos Cartões Corporativos. Senador Heráclito Fortes.	176
Apio ao ato do Presidente Garibaldi e à ilustre coordenação do Senador Renato Casagrande ao comporem comissão de alto nível de juristas, em Direito Penal, para propor o projeto de lei do Novo Código Penal. Senador Arthur Virgílio.	41	Relato sobre a desorganização e o modelo da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI e das Medidas Provisórias. Senador Mozarildo Cavalcanti. ..	181
COMÉRCIO EXTERIOR		Preocupação com a atitude do Presidente Lula, com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Senador Mozarildo Cavalcanti.	181
Aprovação da medida provisória que regula-menta as Zonas de Processamento de Exportação no País e criação da área de Livre Comércio em Boa Vista de Bonfim. Senador Mozarildo Cavalcanti....	50	Contestação sobre as Comissões Parlamen-tares de Inquérito - CPIs. Aparte ao Senador Herá-clito Fortes. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	181
Registro da aprovação, no dia 04, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008, que regula-menta a isenção de impostos para empresas auto-rizadas a operar em Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs. O projeto também modificou a Lei nº 8.256, de 1991, que cria áreas de livre co-		Defesa da instalação de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar na Amazônia a política ambiental, fundiária, indígena e de fronteiras. Senador Mozarildo Cavalcanti.	214
		Relato da desorganização das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito – CPMI. Sena-dor Arthur Virgílio.	224
		Divulgação de gravações que a Polícia Feder-al colocou à disposição da Comissão Parlamentar	

	Pág.		Pág.
de Inquérito - CPI, que denunciava o gestor público do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	249	DESENVOLVIMENTO	
Registro sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Detran, que pretende analisar os fatos que ocorreram no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	285	Defesa da criação do Plano Real, um importante passo do Brasil para o desenvolvimento social e econômico. Senador Papaléo Paes.	382
CPMF		DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Crítica aos aspectos negativos da criação da CPMF, que pretende aumentar a carga tributária, objetivando complementar os recursos destinados à saúde. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Adelmir Santana.	219	Defesa ao Plano de desenvolvimento chamado “Amapá Produtivo”, valoriza a riqueza natural e associa desenvolvimento com conservação. Senador Geovani Borges.....	294
Descontentamento com proposta da CSS – Contribuição Social da Saúde, que seria uma nova Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Tramitação de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF. Senador Mário Couto. .	291	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Apresentação do objetivo da regulamentação da Emenda nº 29, que deve estabelecer um compromisso para destinação de um percentual fixo para a saúde. Senador Papaléo Paes.	298	Defesa de que o turismo pode ser a principal atividade econômica do estado de Macapá, capital do Amapá. Senador Geovani Borges.	294
Demonstração de apoio à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, desde não esteja relacionada à Desvinculação das Receitas da União – DRU, evitando o desvio de verbas da educação. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Cristovam Buarque.....	303	Defesa às propostas que desenvolvam um processo constante para investimento em pesquisa, ciência e desenvolvimento tecnológico na Amazônia. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	304
Indagação do povo do estado do Rio Grande do Norte, quanto à criação da nova Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, que pretende aumentar a carga tributária para investir em saúde. Senador José Agripino.....	308	Relato de que o recurso destinado ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia tem prejudicado seu desenvolvimento. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	304
DATA COMEMORATIVA		DESIGUALDADE SOCIAL	
Comemoração ao Dia Nacional do Teste do Pezinho, no dia 6 de junho de 2008. Data instituída com a finalidade de informar e reforçar junto à população os objetivos do Programa de Triagem Neonatal. Senador Romero Jucá.....	500	Relato de que a população da Amazônia se sente excluída por não obter acesso aos programas de televisão no horário apropriado. Senador Arthur Virgílio.....	224
DECLARAÇÃO		DIREITOS HUMANOS	
Declaração de Solidariedade ao ambientalista, professor universitário e consultor do Greenpeace, o ex-deputado Federal João Alfredo Telles Melo. Senador José Nery.	618	Aprovação do requerimento de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, no qual pretende a realização da audiência pública para a discussão da situação de familiares das vítimas de acidente com o avião da TAM. Senador Paulo Paim.	37
		Ratificação da efetiva participação do Presidente Lula na abertura da Conferência Nacional Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Travestís e Transexuais – GLBT, e a reafirmação dos compromissos da sociedade e do Governo brasileiro. Senadora Fátima Cleide.	210
		Aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Decreto Legislativo 563/08, que ratifica a Convenção sobre o Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. Senador Paulo Paim. ..	557

VI

	Pág.		Pág.
Relato dos projetos que foram aprovados com relação à pessoas com deficiência. Senador Flávio Arns.....	616	sa do crescimento econômico do Brasil. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador João Pedro.	325
Parabenização à Associação Brasileira dos Deficientes Portadores de Visão Monocular pela conquista da aprovação do projeto na Câmara dos Deputados. Senador Flávio Arns.....	616	ESCLARECIMENTO	
DISCRIMINAÇÃO		Esclarecimento ao povo de Roraima sobre a denúncia feita aos jornais e televisão, de que o Senador Mozarildo Cavalcanti haveria votado contra o Projeto de área de Livre Comércio de Boa Vista, capital de Bonfim, que beneficiaria o Estado dele. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	50
Comentário sobre a luta dos Direitos Humanos no Mundo, e relato da discriminação em diversos âmbitos. Senadora Serys Slhessarenko.....	13	Contestação sobre o esclarecimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, no que diz respeito ao seu voto à medida provisória para o Projeto de área de Livre Comércio de Boa Vista. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	53
DISCUSSÃO		Esclarecimento sobre a instalação de uma refinaria no Rio Grande do Norte, que por uma decisão política do Governo Federal, a refinaria foi para o Estado de Pernambuco. Senadora Rosalba Ciarlini.....	536
Exigência de um discurso mais coerente por parte do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Senador Heráclito Fortes.....	176	ESTADO	
EDUCAÇÃO		Ratificação de que a saúde pública, educação e segurança são as três funções básicas do Estado e devem ser custeadas com recursos orçamentários. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	302
Contestação sobre a desvalorização da educação e a falta de segurança dos professores, por parte do Governo. Senador Cristovam Buarque....	312	EXÉRCITO BRASILEIRO	
EMBRAPA		Registro da viagem promovida pelo Exército Brasileiro, que levou parlamentares do Congresso Nacional ao Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira. Senador Arthur Virgílio.....	41
Apresentação do crescimento da Embrapa, que se constitui numa grande empresa por conseguir desenvolver a agricultura e a pecuária com eficiência, por meio de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	304	Parabenização ao trabalho realizado na Amazônia pelo Exército Brasileiro, que pretende zelar pela região. Senador Arthur Virgílio.....	41
EMPREGO		(FARC)	
Criação de 850 mil vagas novas de emprego com carteira assinada nos primeiros quatro meses de 2008, devido ao crescimento das indústrias. Destaque para o aumento do emprego na zona rural. Senadora Ideli Salvatti.	323	Relato sobre a matéria publicada na revista Época, que trata das cartas que um guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, envolvido com narcotráfico, enviou ao Senhor Presidente da República. Senador Arthur Virgílio.....	26
Preocupação dos empresários com a falta de mão-de-obra. Senadora Ideli Salvatti.....	323	Apresentação da proposta das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, que pretende fazer com que o Brasil aceite o movimento guerrilheiro da maneira como realmente é, desres-	
Relato de que serão contratados 25 mil professores, tanto para a expansão das universidades quanto para as escolas de ensino profissionalizante. Senadora Ideli Salvatti.....	323		
Apresentação satisfatória ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, sobre o aumento da capacidade de crédito para financiar empresas. Senadora Ideli Salvatti.....	323		
Necessidade de investimento na mão-de-obra qualificada na capacitação de profissionais, por cau-			

Pág.	Pág.
peitando um partido como a Colômbia. Senador Arthur Virgílio.....	26
Declaração do Professor Marco Aurélio, que trata das cartas enviadas ao Presidente da República pelo guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. Senador Arthur Virgílio.....	26
Relato de que guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, sejam pessoas de uma organização terrorista que está ligado ao narcotráfico, mas o Brasil não menciona essa verdade. Senador Arthur Virgílio.	26
Comentário sobre a reportagem da revista Época, sobre a carta de Raúl Reyes que foi entregue ao Senhor Presidente da República. Senador Eduardo Suplicy.....	30
Comentário sobre o conteúdo da carta, registrado pela revista Época. Senador Eduardo Suplicy.....	30
Importância do entendimento sobre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, com o Governo Alvaro Uribe, para uma possível libertação de todos os sequestrados e prisioneiros. Senador Eduardo Suplicy.	30
GOVERNO	
Crítica ao Partido dos Trabalhadores – PT. Senador Mão Santa.....	16
Registro de que a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Tramitação de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, não serviu para melhoria da qualidade do serviço de saúde no Brasil, por falta de prioridade e de gestão. Senador Mozerildo Cavalcanti.	214
Relato sobre o desrespeito por parte do Governo, com relação à tentativa da renovação da proposta da CPMF. E retrata o quanto a carga tributária é excessiva. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	216
Crítica à criação da Contribuição Social para Saúde – CSS, que o Governo elaborou sob o pretexto de não dispor de recursos para custear as despesas decorrentes da aplicação da Emenda nº 29. Senador Papaléo Paes.	298
Apresentação contrária quanto a criação da Contribuição Social para a Saúde – CSS. Senador Raimundo Colombo.	554
Defesa da criação da Contribuição Social para a Saúde – CSS, pois se faz necessária para o Programa de Aceleração do Crescimento, sobretudo na área da saúde. Aparte ao Senador Raimundo Colombo. Senador Eduardo Suplicy.	556
GOVERNO FEDERAL	
Contestação das medidas provisórias que são constantemente mandadas ao Senado Federal. Senador Mozerildo Cavalcanti.....	50
Crítica à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI e à Medida Provisória. Senador Paulo Paim.	233
Questionamento do Governo Federal, quanto a decisão do Senado Federal de rediscutir a dívida do Banco do Estado de Rondônia. Senador Expedito Júnior.	605
HOMENAGEM	
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL - pelos seus 54 anos de existência, bem como registro das suas características e história. Senador Gerson Camata.....	2
Homenagem à Confederação Nacional das profissões Liberais – CNPL, e exalta o papel que esse tipo de instituição teve no desenvolvimento da democracia. Aparte ao Senador Gerson Camata. Senador Marco Maciel.....	4
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL - pelos seus 54 anos de existência. Senador Mão Santa.....	5
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, e ressalta a importância do profissional liberal. Senador Antonio Carlos Valadares.....	7
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos seus 54 anos de existência. Senador Francisco Antonio Feijó.	9
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos 54 anos de existência e pela luta dos profissionais liberais. Senador Arthur Virgílio.	10
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos 54 anos de existência. Senador Paulo Paim.....	12
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos 54 anos de existência e a importância desses trabalhadores para o desenvolvimento econômico do país. Senador Flexa Ribeiro.....	12
Homenagem ao Jornal do Senado pelo conteúdo amplo, que trata das questões ambientais no Dia Mundial do Meio Ambiente. Senador Renato Casagrande.	34
Voto de aplausos às atletas amazonenses Deise Soares, pelo bi-campeonato alcançado na prova dos 400 metros nos Jogos do Sesi, realizado em Manaus, e Valéria Santarém, pelas medalhas	

VIII

	Pág.		Pág.
conquistadas na Copa Aberta da Europa, a Euro-waves. Senador Arthur Virgílio.....	41	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Meira Filho, no dia 9 de junho de 2008. Senador Heráclito Fortes.	323
Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos e por ser considerada uma cidade com comércio atuante e deve ser inspiração para os candangos. Senador Gim Argello.....	49	Voto de pesar pelo falecimento do médico José Farani, no dia 9 de junho de 2008. Senador Heráclito Fortes.	323
Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos. Senador Valdir Raupp.	49	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Senador Arthur Virgílio.	342
Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos, que desde seu surgimento mostrou potencial de crescimento econômico e social, ressaltando as atividades oferecidas pelo Serviço Social do Comércio – SESC. Senador Adelmir Santana.	230	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Senador Pedro Simon.	343
Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos, ressaltando as vantagens de ser uma cidade bem desenvolvida, principalmente na questão do comércio. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	230	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Marco Maciel.	344
Homenagem aos 40 anos de criação da Justiça Federal do Acre. Senador Tião Viana.....	372	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Senador Tasso Jereissati.	346
Parabenização ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que entregou a medalha Oswaldo Cruz ao cardiologista Roberto Kalil e ao empresário Antônio Ermírio de Moraes. Senador Romeu Tuma.....	380	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Sérgio Guerra.	347
Homenagem ao Senhor Adelar Bertussi, com 75 anos, é um ícone da música brasileira, e foi convidado para o Festival Internacional em Nova Jersey. Senador Paulo Paim.	524	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Eduardo Azeredo.	347
Homenagem ao Deputado César Hanna Halum, que foi eleito para presidir a União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE. Senadora Kátia Abreu.	534	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	347
Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Senador Leomar Quintanilha.	627	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Senador Marconi Perillo.	348
HOMENAGEM PÓSTUMA		Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Senadora Lúcia Vânia.	349
Voto de pesar pelo falecimento do empresário Mário Orofino, no dia 29 de maio de 2008. Senador Arthur Virgílio.	41	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	352
Homenagem aos 400 anos do Padre Antonio Vieira. Senador Marco Maciel.....	283	Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Paulo Paim.....	355
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Meira Filho, no dia 9 de junho de 2008. Senador Gim Argello.....	323	Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Cristovam Buarque.	357
Voto de pesar pelo falecimento do médico José Farani, no dia 9 de junho de 2008. Senador Gim Argello.	323	Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Geovani Borges.	359
		Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Gilberto Goellner.	360

	Pág.	IX	Pág.
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Osmar Dias.	361	ência, para que seja regulamentada. Senador Paulo Paim.....	557
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Jefferson Praia.....	363	INFORMAÇÕES	
Homenagem à memória de Leonel Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador José Nery.	367	Relato da detenção do Sargento Laci Marinho de Araújo e do envolvimento do Sargento Fernando Alcântara no episódio. Senador Eduardo Suplicy. .	25
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Augusto Botelho.....	368	Reiteração do pedido do Senador Eduardo Suplicy para que o diretor do Hospital permita a entrada do Sargento Fernando Alcântara para ajudar o Sargento Laci Marinho de Araújo a escrever a carta de esclarecimento para ser encaminhada ao Comandante do Exército, ao Ministro da Defesa e à Justiça Militar. Senador José Nery.....	25
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Marcelo Crivella.	369	Alerta sobre a matéria publicada na revista Época sobre as correspondências enviadas ao Senhor Presidente da República. Senador Arthur Virgílio.....	26
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Arthur Virgílio.	370	Fórum Mundial de Educação Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que trás informações importantes sobre “Educação: Economia Solidária e Ética Planetária”, na carta apresentada ao Senado Federal, e que deve ser levada em consideração, pelo fato de ter organizado uma multidão pela vida no Rio Grande do Sul. Senadora Fátima Cleide....	210
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Antonio Carlos Valadares.	371	Reflexão sobre o fato de que a Senhora Denise Abreu, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC deve prestar esclarecimentos quanto ao caso da venda da Varig. Senador João Pedro.	317
Homenagem à Justiça Federal do Acre , que comemorou no dia 9 de junho, 40 anos de serviços prestados à população do Acre. Senador Tião Viana.	372	Registro da aprovação do requerimento realizado pela Comissão de Infra-Estrutura, que solicita esclarecimentos sobre denúncias à venda da Varig. Senador Papaléo Paes.....	320
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Meira Filho, no dia 8 de junho de 2008. Senador Arthur Virgílio.	376	Defesa de que a Ministra Dilma Rousseff deve comparecer ao Senado Federal, para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com a venda da Varig. Senador Heráclito Fortes.	321
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Meira Filho, no dia 8 de junho de 2008. Senador José Agripino.	377	Questionamento da atitude do Vice-Governador do Rio Grande do Sul, por ter denunciado o caso da venda da Varig através de uma gravação feita por ele. Senador Heráclito Fortes.	321
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Meira Filho, no dia 8 de junho de 2008. Senador Mário Couto.	377	INFRA-ESTRUTURA	
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Eduardo Suplicy.....	378	Preocupação com a infra-estrutura dos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. Senador Paulo Paim.	37
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senadora Rosalba Ciarlini.	380	Preocupação com a retomada da instalação de grandes indústrias nos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. Senador Paulo Paim.....	37
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Senador Romeu Tuma.....	380		
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento. Senador Romeu Tuma.....	380		
INCLUSÃO SOCIAL			
Registro da importância da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoas com Defici-			

	Pág.		Pág.
Investimento por parte do Governo Federal, na perspectiva de infra-estrutura e na melhora da matriz energética para os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. Senador Paulo Paim.....	37	num conflito entre desenvolvimento e meio ambiente. Senadora Marina Silva.....	32
INVESTIGAÇÃO		O meio ambiente passa a ser de interesse da sociedade brasileira. Senador Renato Casagrande.....	34
Condenação do uso ilegal dos grampos telefônicos. Senador Heráclito Fortes.....	327	Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. O dia para criação e avaliação de novas metas de preservação e tratamento do meio ambiente, pois o desmatamento está cada vez mais rápido e preocupante. Senador Renato Casagrande.	34
MALHA FERROVIÁRIA		A importância do debate sobre Meio Ambiente para o País. Aparte ao Senador Renato Casagrande. Senadora Marina Silva.....	36
Apelo para investimento na malha ferroviária que liga Recife a Fortaleza, que possa ser aproveitada pela interligação da Transnordestina. Senador Carlos Dunga.....	521	Referente ao encaminhamento da proposta de política nacional de mudanças climáticas. Senador Renato Casagrande.	36
Preocupação com a reativação da linha férrea do Estado da Paraíba. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senadora Rosalba Ciarlini.....	522	Referência à defesa da Senadora Marina Silva, ao Fundo de Preservação das Florestas. Senador Renato Casagrande.	36
MEIO AMBIENTE		A importância da descentralização do licenciamento ambiental às esferas de Governo Estadual e Municipal. Senador Renato Casagrande.	36
Registro do Dia Mundial do Meio Ambiente. Levanta questões para tornar o meio ambiente sustentável. Senadora Serys Slhessarenko.	13	A preocupação com a elaboração de propostas que possibilitem a realização de mecanismos de desenvolvimento, para as pessoas que moram na Amazônia, ou em qualquer área com cobertura florestal. Senador Renato Casagrande.....	36
Registro do Dia Mundial do Meio Ambiente. Reflexão sobre as questões ambientais. Senador João Pedro.....	17	Dia Mundial do Meio Ambiente e preocupação com o desmatamento da região amazônica. Referência ao desmatamento legal e o desmatamento ilegal e questiona projetos de manejo, e ressalta que o Exército Brasileiro precisa criar um batalhão de combate à prática ilegal de desmatamento. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	46
Importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo. Senador João Pedro.	17	Necessidade de estímulo do Governo Federal, para que possa criar um plano de zoneamento econômico e ecológico para a Amazônia. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	46
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Senador Antonio Carlos Valadares.	21	Reflexão sobre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, que deveria se constituir em uma espécie de Embrapa Florestal. Senador Geraldo Mesquita Junior.....	46
Relato da escassez da água e da importância dela para o planeta. Senador Antonio Carlos Valadares.....	21	Manifestação contrária aos recursos que são repassados aos senadores para emenda pessoal, que poderia ser usado não só para este fim, mas para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	46
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente e a importância de haver uma produção que não o prejudique de maneira drástica, mas que atenda às necessidades atuais, e que se preocupe com a geração futura. Senadora Marina Silva.....	32	Defesa quanto ao desmatamento da Amazônia, autorizado pelo Ibama. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	48
Referente ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, que trata da questão do aquecimento global, e o quanto os níveis de emissão de gases de efeito estufa estão alterando o sistema climático. Senadora Marina Silva.	32	Apoio à preservação da Amazônia, e ao Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e	
Preocupação com a biodiversidade e com o comprometimento do Produto Interno Bruto – PIB. Senadora Marina Silva.	32		
O Brasil precisa de recursos essenciais para se desenvolver, mas isso não pode se transformar			

Pág.	Pág.
Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira, lançado pelo Governo. Senador Valdir Raupp.. 49	e do povo que habita na Amazônia. Senador Paulo Paim..... 249
Apresentação do Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira, que deve incluir Rondônia nessa iniciativa. Senador Valdir Raupp. 49	Comentários à pesquisa “A Economia de Ecossistemas e Biodiversidade”, que mostra os atuais índices de declínio na natureza e podem reduzir o Produto Interno Bruto – PIB, global em cerca de 7% até 2050. Senador Paulo Paim. 249
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, é questionado o valor da biodiversidade para o planeta, e a relação que se estabelece entre crescimento econômico e biodiversidade. Senador Jefferson Praia..... 186	Questionamento sobre a atual situação do Parque Estadual Delta do Jacuí. Senador Paulo Paim..... 249
Importância do investimento na educação, ressaltando a questão ambiental, e dando ênfase ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, que se faz necessário para o investimento em pesquisa, em ciência e em desenvolvimento tecnológico. Senador Jefferson Praia. 186	Importância da reciclagem de lixo e do “Movimento Nacional dos Catadores”. Senador Paulo Paim..... 249
Registro da III Semana do Meio Ambiente, que discute alternativas que possibilitem o desenvolvimento sustentável. Propõe uma prática de preservação do meio ambiente, a reciclagem. Senador Flávio Arns..... 203	Crítica quanto ao fato da Amazônia não ser considerada como parte da Federação, e com isso os problemas fundiários, ambientais se agravam. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti. 253
Marco do 1º Dia Nacional do Teste do Pezinho, que será comemorado anualmente a partir do dia 06/06/2008 quando serão realizadas campanhas com a finalidade de mostrar à população a importância desse teste. Senador Flávio Arns. 203	Registro de que o Macapá tem características especiais no que diz respeito à preservação do meio ambiente. Senador Geovani Borges. 294
Registro do Dia Mundial do Meio Ambiente, que ressalta a crise socioambiental global, e promove mobilização para a preservação do meio ambiente. Senadora Fátima Cleide..... 210	Resposta às críticas da Deputada Federal Vanessa Grazziotin e da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva sobre Sua Excelência. Senadora Kátia Abreu. 487
Campanha denominada “Carbono Neutro”, da qual a Câmara dos Deputados participa. Tem o objetivo de potencializar as ações ambientais desenvolvidas no Parlamento. Senador Paulo Paim. 233	Apelo para que haja condição do pequeno agricultor ter sua terra para cultivar. Senadora Kátia Abreu. 487
Defesa à proposta de desenvolvimento sustentável para que haja preservação do meio ambiente. Senador Paulo Paim..... 233	Apresentação de propostas em defesa do meio ambiente. Senador Paulo Paim..... 515
Registro da campanha denominada “Senado Verde”, em que a Associação dos Agentes Ecológicos da Vila Planalto recicla todos os resíduos do Senado Federal. Senador Paulo Paim..... 233	Homenagem ao Dia Internacional do Meio Ambiente, e relato da importância da preservação do meio ambiente para a sobrevivência do ser humano e preocupação com o futuro do planeta. Senador Valdir Raupp. 524
Preocupação com o aquecimento global, que está cada vez mais rápido, e com faz uma reflexão sobre o desmatamento da Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti. 235	Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, ressalta a importância de implementar uma política para a preservação do meio ambiente. Senador Renato Casagrande. 526
Anúncio da proposta de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que diz respeito à Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti. 235	Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Debate sobre a questão das mudanças climáticas e a importância de se criar uma política capaz neutralizar tais mudanças. Senadora Marina Silva. 527
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, ressaltando o quanto a atividade humana gera impactos assustadores para o ecossistema do planeta, e coloca a questão do desmatamento	Oportunidade do Brasil com relação aos biocombustíveis, desde que não seja um problema para o meio ambiente. Senadora Marina Silva. 527
	Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, e registro da visita feita pela Senadora Rosalba Ciarlini à Antártica, onde está um exemplo de preservação do meio ambiente. Senadora Rosalba Ciarlini..... 536

	Pág.		Pág.
Declarações sobre o meio ambiente e sua diversidade, ao Prêmio Nobel da Paz do Meio Ambiente, recebido pelo Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Senador Romeu Tuma.....	537	áreas florestais em reservas legais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Gilberto Goellner....	604
Defesa sobre as questões da Amazônia, pois tem sido alvo dos estrangeiros, e debate o fato da Amazônia não ter uma boa segurança. Senador Romeu Tuma.....	537	Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Reflexão com relação aos debates sobre o desequilíbrio ambiental, e relato sobre desastre ambiental, ocorrido no Município de Barbacena, no Pará, sobre o fim da interdição das praias, e acrescenta pedido de identificação dos responsáveis e a punição daqueles que estão envolvidos no crime ambiental. Senador José Nery.....	618
Preocupação com Amazônia com relação à venda de terras para estrangeiros. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Paulo Paim.....	538	MENSAGEM	
Preocupação com a falta de segurança na Amazônia, pois tem sido alvo de muitos estrangeiros. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Jayme Campos.....	539	Mensagem nº 115, de 2008 (nº 335/2008, na Origem), que submete à apreciação dos Senhores Membros do Senado Federal, a escolha da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.	157
Defesa da proposta que aumenta o efetivo da Polícia Federal, para a segurança da Amazônia. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador João Durval.	540	PARECER	
Alerta para a reportagem comentada pelos jornalistas Fernanda Odila e Hudson Correa, no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , sobre a grande concentração de terras do Estado do Mato Grosso, em posse de estrangeiros. Senador Jayme Campos.....	548	Parecer nº 513, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2008 (nº 2.300/2007, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 2008, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nºs 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências. Senador Romero Jucá..	124
Defesa da regularização das terras da Amazônia. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Augusto Botelho.	549	Parecer nº 514, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre as emendas oferecidas ao projeto de Resolução do Senado Federal nº 38, de 2007, que altera dispositivo da Resolução nº 20, de 1993, para instituir o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. Senadora Lúcia Vânia.....	128
Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Reflexão quanto a Amazônia, e defesa de recursos para que viabilizem as condições de estudo do potencial mineral de gás, do Estado do Acre. Senador Tião Viana.	553	Parecer nº 515, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2007, que regulamenta o art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, e dá outras providências. Senador César Borges.	137
Relato sobre a crise ambiental e fundiária no Estado do Mato Grosso, que coloca em questão diversas posições sobre o tema. Senador Gilberto Goellner	562	Parecer nº 516, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.331, de 2007, por meio do qual o Senador Marconi Perillo solicita	
Reflexão sobre a necessidade de haver programas capazes de promover legalidade aos proprietários rurais. Senador Gilberto Goellner.	600		
Proposta de utilização dos recursos do Programa da Amazônia Sustentável - PAS, que deve ser levado pelo Governo Federal aos estados da região amazônica. Senador Gilberto Goellner.....	600		
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Debate sobre questões ambientais, e propostas que levem a regularização para resolver a crise ambiental. Apresentação dos ideais do Ministro Carlos Minc a respeito do projeto de lei de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que trata da Amazônia. Senador Flexa Ribeiro.	601		
Defesa e apoio ao projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que permite a reposição de			

Pág.	Pág.		
<p>ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre o Programa de Concessão de Rodovias Federais. Senador Tião Viana.....</p> <p>Parecer nº 517, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 292, de 2008, mediante o qual são solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente sobre publicidade de venda de terras na Amazônia por meio da Internet. Senador Magno Malta.</p> <p>Parecer nº 518, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento de Informação nº 420, de 2008, que solicita informações sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus. Senador Magno Malta.....</p> <p>Parecer nº 519, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 439, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca dos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins. Senador Gerson Camata.</p> <p>Parecer nº 520, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 446, do Senador Arthur Virgílio, de 2008, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior. Senador Gerson Camata.</p> <p>Parecer nº 521, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 457, de 2008, que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo e os repasses à Marinha de Guerra do Brasil. Senador Magno Malta.....</p> <p>Parecer nº 522, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento de Informações nº 458, de 2008, que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo e os repasses à Marinha de Guerra do Brasil. Senador Magno Malta.....</p> <p>Parecer nº 523, de 2008 (da Mesa Diretora), sobre o Requerimento de Informações nº 485, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que requer, no termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações sobre aluguéis de hangares e contrato emergencial de empresa para</p>	<p>143</p> <p>144</p> <p>145</p> <p>146</p> <p>146</p> <p>147</p> <p>148</p>	<p>coleta de resíduos sólidos em aeroporto. Senador Alvaro Dias.....</p> <p>Parecer nº 524, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 591, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diárias do Assessor Especial da Presidência, Senhor Marco Aurélio. Senador César Borges.....</p> <p>Parecer nº 525, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que “dá nova redação à alínea o do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.(altera competência do Ministério da Defesa). Senador Romero Jucá.</p> <p>Parecer nº 526, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de Origem), que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional). Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 527, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), ao Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art.47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo de duzentos dias efetivos de aulas no ensino superior. Senador Eduardo Azeredo.....</p> <p>Parecer nº 528, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2008, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Sérgio Guerra, que determina a sustação do Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual altera o Decreto nº 6.504, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF. Senador Romero Jucá.....</p> <p>Parecer nº 529, de 2008 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim.</p>	<p>149</p> <p>150</p> <p>258</p> <p>260</p> <p>262</p> <p>266</p> <p>412</p>

	Pág.		Pág.
Parecer nº 530, de 2008 (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta Indicação. Senador João Tenório.	490	Questionamento da permissão para que pesquisadores brasileiros utilizem células tronco embrionárias em pesquisa científica. Senador Paulo Paim.	233
Parecer nº 531, de 2008, (Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta Indicação. Senadora Serys Slhessarenko.	492	O Brasil é o 1º país da América Latina e o 26º país do mundo a permitir pesquisas com células tronco. Senador Paulo Paim.....	557
Parecer nº 532, de 2008, (Da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta Indicação. Senador Flexa Ribeiro.	494	POLÍTICA AGRÍCOLA	
Parecer nº 533, de 2008, (Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 104, de 2008 (nº 382/2008, na Origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7.33.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades. Senador Jefferson Praia.	582	Defesa de projetos de incentivo à produção agrícola, que são muito importantes para a elevação do Produto Interno Bruto – PIB nacional. Senador Valdir Raupp.	49
PESQUISA CIENTÍFICA		Lançamento, pelo Presidente Lula, de uma nova norma para investir na agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Senador Augusto Botelho.....	539
Defesa a respeito da necessidade de investimento na pesquisa, na ciência e no desenvolvimento tecnológico. Aparte ao Senador Jefferson Praia. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	187	POLÍTICA DE TRANSPORTE	
		Preocupação com a crise do aeroporto Salgado Filho, no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	515
		Preocupação com o Estado da Paraíba, na questão da necessidade da recuperação das estradas que ligam os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a BR-427 e a BR-110, é uma estrada que permite o escoamento da produção do sal da cidade de Mossoró para todo o País. Senador Carlos Dunga.	521
		Registro da fábrica Helibrás de helicópteros, que é um novo pólo aeronáutico que se firmou no Estado de Minas Gerais, inaugurada há 28 anos em Itajubá, responsável pela montagem e venda de linha Eurocopter no Brasil. Senador Eduardo Azeredo.....	544
		POLÍTICA FISCAL	
		Apelo ao Ministério da Defesa e à Agência Nacional de Aviação Civil para que resolvam o problema do Aeroporto de Barcelos, que tem oferecido risco para as operações de pouso e decolagem. Senador Arthur Virgílio.....	41
		Denúncia contra a Ministra Dilma Rousseff, envolvendo a Varig e a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, senhora Denise Abreu. Senador Heráclito Fortes.....	177
		Relato da aprovação da Medida Provisória que regulamenta a questão das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil, e ratifica o voto a favor da criação de áreas de livre comércio de	

	Pág.		Pág.
Boa Vista e de Bonfim. Aparte ao Senador Geovani Borges. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	214	ney durante sua gestão à frente do País. Senador Romeu Tuma.....	537
Defesa da tramitação do projeto que trata da proibição de veiculação de anúncios afeitos a bebidas alcoólicas na televisão e no rádio. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	216	Defesa do Projeto Calha Norte, que tem mantido a soberania sobre a Amazônia. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Augusto Botelho.....	539
Preocupação com a fiscalização da terras da Amazônia, pois necessita de mais técnicos do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, profissionais do Ibama, para regularizar a situação fundiária. Senador Jayme Campos.	539	Registro da viagem ao Iraque, que teve o propósito de explicar como o Governo do Iraque poderia criar fundo decorrente da exploração de recursos naturais, para garantir renda básica aos iraquianos. Senador Eduardo Suplicy.....	556
POLÍTICA INTERNACIONAL		Questionamento do abandono de alguns Municípios do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Expedito Júnior.....	606
Registro de que o Presidente venezuelano Hugo Chávez, mudou opinião sobre a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. Senador Eduardo Azeredo.	544	Reflexão sobre a situação lamentável do Rio Grande do Sul, que está com as contas públicas desequilibradas e ainda obteve negação dos direitos de grande parcela da sociedade, por parte do Governo Federal. Senador José Nery.....	618
POLÍTICA SALARIAL		O Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, protocolou pedido de impeachment contra a Governadora Yeda Crusius, por considerar insustentáveis os fatos denunciados. Senador José Nery.....	618
Acordo para reajuste de salário dos policiais civis e militares do Distrito Federal. Senador Geovani Borges.....	23	POLÍTICA TRABALHISTA	
Questionamento sobre o reajuste salarial dos policiais civis e militares do Distrito Federal. Senador Geovani Borges.....	23	Registro sobre a União Mundial das Profissões Liberais – UMPL, uma organização internacional não-governamental que tem o objetivo de promover o conhecimento e o desenvolvimento maior das profissões liberais.Senador Gerson Camata.....	2
Afirmção que o governo federal é displicente por não conceder reajuste salarial aos policiais civis e militares do Distrito Federal. Aparte ao Senador Geovani Borges. Senador Mozarildo Cavalcanti....	24	Registro do tratamento aos trabalhadores com relação à proteção dos funcionários por meio do fundo de pensão, devido à venda da Varig. Senador Heráclito Fortes.	295
Preocupação com o aumento da desigualdade salarial e o aumento da escolaridade. Senador Augusto Botelho.....	551	Parabenização à Central Única de Trabalhadores, pois voltou a participar de movimentos sociais de protesto, e apreendeu um veículo. Senador Heráclito Fortes.	295
Reflexão sobre a desigualdade salarial e o aumento da escolaridade. No Brasil há emprego, mas não há pessoas qualificadas para atender a essa demanda. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Jefferson Praia.	552	Solidariedade à Central Única dos Trabalhadores – CUT por retomar sua participação nos movimentos sociais de protesto. Senador Heráclito Fortes.....	327
POLÍTICA SOCIAL		POLÍTICA TRIBUTÁRIA	
Lançamento do programa social “Sergipe para Todos”, que tem objetivo de conceder aos Municípios os benefícios na área da educação, da segurança pública, da saúde e da agricultura. Senador Antonio Carlos Valadares.	486	Afirmção de que não há necessidade de aumento da carga tributária. Crítica à criação da Contribuição Social da Saúde – CSS, que seria uma nova Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Tramitação de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF. Senador Papaléo Paes.....	298
Registro do Assentamento 27 de outubro, que foi um benefício para o Estado de Sergipe, no Município de Simão Dias. Senador Antonio Carlos Valadares.....	486		
Defesa da importância da concretização do Projeto Calha Norte, instituído pelo Presidente Sar-			

	Pág.		Pág.
Defesa do aumento da carga tributária, que será destinado à saúde através da criação da Contribuição Social da Saúde – CSS. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador João Pedro.	302	va o ato que outorga permissão à Fundação São Miguel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baturité, Estado do Ceará.....	75
Relato da disparidade do peso da carga tributária em classes sociais diferentes, que mostra como as pessoas de baixa renda tem tido uma carga tributária superior a das pessoas renda relativamente alta. Senador Flávio Arns.....	616	Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2008 (nº 466/2008, na Câmara do Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Miguel Calmon FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.	82
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
A Previdência no Brasil é capaz de elevar os benefícios dos aposentados e pensionistas, mas é preciso haver mudanças para que o cidadão brasileiro possa ser beneficiado de maneira digna. Senador Paulo Paim.....	285	Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2008 (nº 469/2007, na Câmara do Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ortigueira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.	86
Grupo de Proteção aos Aposentados – GPA, que será criado no Senado para que o problema da Previdência Social seja solucionado. Senador Mário Couto.	291	Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2008, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catarina, Estado do Ceará.	90
Preocupação com a situação dos aposentados, e a necessidade dos projetos de resolução serem colocados em pauta para votação. Senador Mário Couto.	381	Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2008 (nº 471/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.	94
Criação do Grupo de proteção ao Aposentados – GPA, que tem a finalidade de lutar pelas causas dos aposentados. Senador Flexa Ribeiro..	422	Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2008 (nº 482/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei – ARCRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.	102
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO			
Projeto de Decreto de Legislativo nº 80, de 2008 (nº 445/2007, na Câmara do Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.....	65	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2008 (nº 447/2007, na Câmara do Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companhia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.....	69	Projeto de Resolução nº 29, de 2008, que altera os artigos 270 e 288 e acrescenta artigo 370-A ao Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer rito de tramitação dos tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos. Senador Aloízio Mercadante.	112
Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2008 (nº 449/2007, na Câmara do Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.	72	Projeto de Resolução nº 30, de 2008, que autoriza o Município de Toledo (PR), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.33.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades. Senador Jefferson Praia.	584

Pág.	Pág.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2008 (nº 1.153/95, na Casa de Origem), que regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 255 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.....	395
PROJETO DE LEI DO SENADO	
Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, que define práticas preventivas nos cuidados com saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema do Único de Saúde. Senadora Patrícia Saboya.....	108
Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008, que define práticas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde. Senadora Patrícia Saboya.....	110
Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008, que obriga os órgãos e entidades a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas. Senador Raimundo Colombo.....	383
Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, que altera a Lei nº 7.210, de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tomar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados. Senador Jarbas Vasconcelos.....	384
Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2008, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, novo trecho situado entre Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, e a divisa com o Estado do Mato Grosso. Senador Expedito Júnior.	386
Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado....	569
Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2008, que autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel situado da Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375. Senador Paulo Duque.....	578
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2008, que altera os arts. 95 e 128 da Constituição	
Federal, para estabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público. Senador Alvaro Dias.....	152
Preocupação quanto a Proposta de Emenda à Constituição, que foi aprovada na Câmara do Deputados, que diminui o percentual a ser repassado para as câmaras de vereadores. Senador Raimundo Colombo.....	554
Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2008, que acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto. Senador Paulo Paim.....	565
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
Preocupação quanto aos repasses do Poder Executivo para o Poder Legislativo dos Municípios brasileiros. Senador Jayme Campos.	39
Ratificação das desvantagens dos repasses vigentes do Poder Executivo para o Poder Legislativo. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Geraldo Mesquita.	40
Preocupação quanto aos repasses para as Câmaras Municipais. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Lobão Filho.	41
REFORMA TRIBUTÁRIA	
Importância da reforma tributária para beneficiar o profissional liberal. Senador Antonio Carlos Valadares.....	7
Relato da importância da reforma tributária e a criação de uma nova contribuição que concentraria mais recursos na esfera da União. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Marco Maciel.	8
Importância da reforma tributária para o país. Senadora Serys Slhessarenko.	13
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 738, de 2008, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do músico Antônio Alves, conhecido pelo nome artístico de Toinho Alves, ocorrido 29 de maio, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Senador Marco Maciel.	118
Requerimento nº 739, de 2008, que requer Voto de Louvor à Senhora Yolanda Vidal Queiroz, Presidente do Grupo Edson Queiroz, por ter sido	

	Pág.		Pág.
agraciada com Prêmio Personalidade do Ano, outorgada pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, no último dia 22 de maio em Nova York. Senador Inácio Arruda.....	118		
Requerimento nº 740, de 2008, que requer Voto de Aplauso à jornalista Paloma Oliveto, do Correio Braziliense, por ter sido vencedora da 9ª Edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, na categoria Jornal. Senador Arthur Virgílio.....	119	Requerimento nº 748, de 2008, que requer homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último sábado dia 7 de junho, em Curitiba, do engenheiro Plínio Franco Ferreira da Costa, ex-deputado federal e ex-vice-governador do Paraná. Senador Alvaro Dias.	391
Requerimento nº 741, de 2008, que requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Deise Soares pelo bicampeonato alcançado na prova dos 400m dos Jogos do Sesi, realizados em Manaus. Senador Arthur Virgílio.....	119	Requerimento nº 749, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília-DF. Senador Arthur Virgílio.....	392
Requerimento nº 742, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 16 de junho, para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008, que será realizada na cidade de Zaragoza, Espanha. Senadora Fátima Cleide.....	120	Requerimento nº 750, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista Luiz de Carvalho, ocorrido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ. Senador Arthur Virgílio.....	392
Requerimento nº 743, de 2008, que em aditamento ao Requerimento nº 640, de 2008, que Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola, no transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, seja transformada em homenagear do Período do Expediente, a realizar-se no dia 10 de junho. Senador Cristovam Buarque.....	121	Requerimento nº 751, de 2008, que solicita a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal. Senador Renato Casagrande.....	393
Requerimento nº 744, de 2008, que requer ao titular do Ministério de Estado de Defesa, que solicite as informações referente à venda de um avião Super Tucano, modelo Emb314B1, de propriedade da Embraer, para a Empresa Americana Blackwater WorldWide. Senador José Nery.....	122	Requerimento nº 752, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do fundador do famoso bloco de carnaval “Galo da Madrugada”, Enéas Freire, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE. Senador Arthur Virgílio.....	393
Requerimento nº 745, de 2008, que requer ao titular do Ministério das Relações Exteriores, que solicite as informações a cerca da venda do avião Super Tucano, modelo Emb314B1, de propriedade da Embraer, para a Empresa Americana Blackwater WorldWide. Senador José Nery.....	123	Requerimento nº 753, de 2008, que requer seja enviado Voto de Congratulação à sua Eminência Reverendíssima, Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo, pela passagem, no dia 7 de junho, do centenário da Arquidiocese de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	394
Requerimento nº 746, de 2008, que na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requer específicas homenagens pelo falecimento do ex-Senador João Assis Meira Filho, ocorrido no dia 08 de junho, na cidade de Brasília-DF. Senador Marco Maciel.....	284	Requerimento nº 754, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de junho de 2008, para representar o Senado Federal na “Expo-Zaragoza 2008 - Água e Desenvolvimento Sustentável”, a realizar-se na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha. Comunica ainda, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008. Senador Leomar Quintanilha... ..	394
Requerimento nº 747, de 2008, que na forma do disposto no Art. 160 do Regimento Interno, requer que o Período do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal seja destinado a assinalar a passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antonio Vieira.	284	Requerimento nº 755, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de junho de 2008, para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008 – EXPO 2008, a realizar-se na cidade de Zaragoza – Espanha, nos dias 12 a 16 de junho de 2008. Comunica ainda, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008. Senadora Marisa Serrano.....	394
		Requerimento nº 756, de 2008, que requer a criação de Comissão Temporária Externa composta por 3 (três) membros, com o desiderato de	

	Pág.		Pág.
acompanhar in loco, junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos. Senador Inácio Arruda.....	394	Crítica à criação da Contribuição Social para a saúde – CSS e do Fundo Soberano. Senador Arthur Virgílio.....	224
Requerimento nº 757, de 2008, que requer licença para participar do XLII Congresso do Partido Comunista da Ucrânia (XLII Congress of the Communist Party of Ukraine), que se realizará nos dias 21 e 22 de junho de 2008, na cidade de Kiev/ Ucrânia, conforme convite formalizado pelo Secretário da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Ucrâniano. Comunica que estará ausente do país e do trabalhos da Casa, no período de 19 a 23 de junho de 2008. Senador Inácio Arruda. ...	565	Crítica à criação da Contribuição Social para a saúde – CSS. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Adelmir Santana.....	228
RODOVIA		Crítica à criação da Contribuição Social para a saúde – CSS. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	229
Preocupação com relação à rodovia do estado da Paraíba, pois com a chegada da seca, os buracos impedem o tráfego tranquilo. Senadora Rosalba Ciarlini.	522	SEGURANÇA ALIMENTAR	
SAUDAÇÃO		Alerta sobre a crise dos alimentos, que pode levar mais cem milhões de pessoas para a miséria. Senador João Tenório.....	522
Saudação ao Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano de 2007, que participa da III Semana do Meio Ambiente no Senado Federal. Senador Renato Casagrande. ...	526	Conferência da Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura – FAO, em Roma, marcada para debater a questão da segurança alimentar, as mudanças climáticas e da biodiversidade. Senador João Tenório.....	522
Saudação ao Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano de 2007, que participa da III Semana do Meio Ambiente no Senado Federal. Senadora Marina Silva.	527	Satisfação quanto o aumento da quantidade de alimento, que resulta em menor preço na produção, e pode reduzir o processo inflacionário do País. Senador Antonio Carlos Valadares.	530
SAÚDE		Defesa da produção do mel de abelha do semi-árido nordestino, no programa mais alimentos, considerado essencial para a economia do País, e proposta da transformação do nordeste no éden internacional de produção de mel. Senador Antonio Carlos Valadares.	530
Relato sobre o alto índice de doenças no Estado do Pará, devido ao uso de Fossas Aéreas. Senador Mão Santa.....	16	SEGURANÇA PÚBLICA	
Propostas e idéias para que os impostos possam ser cobrados de maneira mais eficaz, que beneficie e resolva problemas sérios que a saúde pública vem enfrentando. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	214	Preocupação com a segurança pública do Estado do Pará. Senador Mário Couto.	373
Necessidade de financiamento próprio para o Sistema Único de Saúde – SUS. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	216	SENADO FEDERAL	
Ratificação de que a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Tramitação de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, não serviu para melhorar a qualidade de saúde no Brasil. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	218	Registro da Emenda Constitucional nº524, de 2002, que acrescenta o artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, e que concede recursos para a restauração do Rio São Francisco. Senador Antonio Carlos Valadares.....	21
		Denúncia à Ministra Dilma Rousseff, e pedido de esclarecimento com relação a compra de jóias com cartões corporativos, na 5ª Avenida, em Nova Iorque. Senador Heráclito Fortes.....	176
		Relato da importância do Senado Federal, ressaltando as características e as funções do Parlamento. Senador Mão Santa.	207

	Pág.		Pág.
Ratificação de que o Senado Federal espera que a Ministra Dilma Rousseff preste esclarecimentos sobre seu envolvimento com relação à venda da Varig. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	216	pela sua esposa, Paula Barreto. Senador Heráclito Fortes.....	295
Questionamentos à Comissão de Infra-Estrutura, por não convocar a Ministra Dilma Rousseff para participar do processo da Varig. Senador Paulo Paim.....	233	Registro da solidariedade ao jogador Paulo César Caju, quando esteve envolvido com drogas, por parte de seus amigos, jogadores e técnicos e seus familiares, no qual se faz muito necessária e fundamental nesse caso. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Paulo Paim.....	296
Registro da nota que foi publicada em jornais diversos, que lança uma crítica aos Senadores, sobre o não cumprimento dos trabalhos das Casas Legislativas. Senador Papaléo Paes.....	298	Registro da importância da solidariedade na recuperação do jogador Paulo César Caju, quando esteve envolvido com drogas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ..	296
Retificação da nota que foi publicada nos jornais diversos, que lança crítica aos Senadores, sobre o não cumprimento de seus trabalhos. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Paulo Paim...	299	Registro da importância da solidariedade no caso do jogador Paulo César, quando esteve envolvido com drogas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Papaléo Paes.....	297
Defesa do uso da imprensa como meio de protesto coerente e responsável. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador João Pedro.....	300	TERRA	
Contestação das medidas provisórias, pois trancam a pauta e impedem o trabalho do Parlamento brasileiro. Senador Flexa Ribeiro.....	421	Denúncias feitas ao empresário sueco-britânico, que é grileiro do Amazonas, Johan Eliasch. Senador Arthur Virgílio.....	41
Registro do simpósio alusivo aos 20 anos da Constituição de 1988, realizado pela Mesa do Congresso Nacional. Senador Valter Pereira.....	545	Declaração de que as terras do Estado do Amazonas estavam sendo roubadas e que o Governador do Estado do Amazonas, o Senhor Eduardo Braga, não tomou a devida atitude quanto as denúncias feitas ao Johan Eliasch. Senador Arthur Virgílio.....	41
Registro da carta endereçada ao Presidente do Senado Federal, o Senador Garibaldi Alves Filho, pelo Presidente do Timor-Leste, José Ramos Horta, onde pede que seja concedida licença ao Senador Eduardo Suplicy para uma viagem ao Timor-Leste, para explicação a fim de expor a proposta de uma renda básica de cidadania. Senador Eduardo Suplicy.....	560	TRABALHO INFANTIL	
Registro da participação do Senador Eduardo Suplicy, no Congresso da Bien – Basic Income Earth network, em Dublin, na Irlanda. Senador Eduardo Suplicy.	560	Comentário sobre reportagens da Folha de São Paulo, que trata do trabalho infantil, que tem sido prejudicial à educação das crianças. Reflexão sobre o Dia Mundial e Nacional Contra o Trabalho Infantil. Senador Flávio Arns.....	558
SITUAÇÃO SOCIAL		TRABALHO	
Preocupação com o Estado da Paraíba, na questão da necessidade da recuperação das estradas que ligam os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a BR-427 e a BR-110, é uma estrada que permite o escoamento da produção do sal da cidade de Mossoró para todo o País. Senador Carlos Dunga.....	521	Relato dos acidentes com trabalhadores que construíram a Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota. Senador Paulo Paim.....	37
SOLIDARIEDADE		Apoio ao aumento do salário mínimo, uma melhoria de vida para os trabalhadores. Senador Mão Santa.	207
Registro de solidariedade ao jogador de futebol Paulo César Caju, ex-dependente químico, por parte de seu ex-colega de profissão Cláudio Adão e		Registro do fechamento da Madenorte, no Município de Breves, que gera 1.300 empregos. Senador Flexa Ribeiro.	601
		TRABALHO ESCRAVO	
		Enaltecimento do importante lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho escravo. Senador José Nery.	618

	Pág.	XXI	Pág.
TRAJETÓRIA POLÍTICA			
Registro dos acontecimentos que fizeram a política do país mudar sua visão institucional e ser substituída pela democracia, toda a mobilização se transformou numa Assembléia Nacional Constituintes, e um ícone muito importante dessa mudança, foi Ulysses Guimarães. Senador Valter Pereira.	545		
TRANSPORTE AÉREO			
Registro do acidente com o avião da TAM JJ3054, onde morreram 199 pessoas. Comprovação de que a responsabilidade do acidente com o avião da TAM JJ3054, foi de uma empresa européia que fabricou esse avião. Senador Paulo Paim.....	37		
Registro da 9ª reunião de familiares das vítimas do voo TAM JJ3054, organizada pela Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo TAM JJ3054 - AFAVITAM. Senador Paulo Paim. ...	38		
Registro das denúncias feitas por ex-diretores da Agência Nacional de Aviação Civil com relação à venda da Varig. Senador Heráclito Fortes.	220		
Necessidade da presença da Ministra Dilma Rousseff no Senado Federal para uma explicação sobre a denúncia, relacionada à venda da Varig, que a envolveria. Questionamento sobre a origem das Agências Reguladoras. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Geraldo Mesquita Júnior.	221		
Defesa de que haja afastamento da Ministra Dilma Rousseff de suas atividades, até o esclareci-			
		mento de seu envolvimento com relação à venda da Varig. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mozarildo Cavalcanti.	223
		Questionamento sobre a venda da Varig e a suposta participação da Ministra Dilma Rousseff, denunciada por ex-diretores da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Senador Paulo Paim.	233
		Questionamento sobre o envolvimento da Ministra Dilma Rousseff no caso da venda da Varig. Senador Mário Couto.....	291
		Reflexão sobre as notícias que a imprensa divulgou com relação ao o caso da venda da Varig. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	310
TURISMO			
		Relato do lançamento da atração turística do Rio Grande do Sul, a Rota Vales da Serra. Senador Paulo Paim.....	515
VIOLÊNCIA			
		Registro do crescimento da violência no Brasil, que aumenta devido a vários fatores, dentre eles, a desigualdade social, o abandono por parte da família e do Governo. Senador Cristovam Buarque..	312
		Crítica à mídia por apresentar programas, filmes, noticiários, que mostram violência. Senador Cristovam Buarque.	312

Ata da 95ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Gerson Camata,
Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minu-
tos e encerra-se às 21 horas e 5 minutos)

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 5/6/2008 07:30:27 até 5/6/2008 21:08:19

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X						
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X						
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PT	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X						

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores do período do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear a Confederação Nacional das Profissões Liberais, pelo 54º aniversário de sua fundação, nos termos do Requerimento nº 534, de 2008, do Senador Gerson Camata e outros Srs. Senadores.

Convido a compor a mesa o Exmº Sr. Francisco Antônio Feijó, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais; o Senador Antonio Carlos Valadares; o primeiro subscritor desta sessão, Senador Gerson Camata; e a Senadora Serys Slhessarenko.

As nossas homenagens aos convidados especiais e às autoridades presentes. Srs. Senadores, quero, antes de anunciar as palavras do Senador Gerson Camata, cumprimentá-lo pela feliz iniciativa de propor que nesta sessão se preste homenagem aos cinquenta e quatro anos da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Para expressar a pujança e a representatividade dessa entidade basta dizer que ela congrega trinta e oito federações nacionais, estaduais, interestaduais, intersindicais das mais diversas profissões liberais. Na entidade, estão representados os médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, odontologistas, protéticos dentários, farmacêuticos e veterinários de nosso País, engenheiros, arquitetos, urbanistas, contabilistas, administradores, economistas, advogados, sociólogos, assistentes sociais, corretores de imóveis, técnicos industriais, profissionais de relações públicas, de química, universitários e de nível médio. São cinco milhões de brasileiros que se dedicam ao exercício das chamadas profissões liberais. Cinco milhões de brasileiros aos quais podemos creditar grande parte da riqueza produzida em nosso País. É a eles, no fundo, que rendemos tributo ao homenagear os cinquenta e quatro anos de criação da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Fundada em 11 de fevereiro de 1953, a entidade foi oficialmente reconhecida em 27 de maio de 1954, por meio do Decreto nº 35.575, e o caminho, desde então, tem sido pleno de realizações, ainda que trilhado nas mais variadas circunstâncias.

Nascida na Era Vargas, um período de fundação das conquistas trabalhistas, a entidade manteve atuação destacada tanto nos conturbados anos iniciais da década de 60, como nos tempos difíceis do Regime de 1964; tanto nos anos que se seguiram à retomada da democracia, como nos dias atuais, dias em que se

depara, a todo momento, com os desafios lançados pelo novo milênio.

Durante todo esse tempo, senhoras e senhores, manteve-se atenta ao propósito fundamental definido em seu Estatuto: orientar, coordenar, proteger, defender e representar legalmente todas as atividades e profissões liberais na forma que atenda aos interesses nacionais. Esse adendo “na forma que atenda aos interesses nacionais” mostra que o perfil da entidade não é meramente corporativo. Ao contrário, ela se preocupa, e muito, com os desígnios superiores da Nação.

De modo que só nos resta desejar à vitoriosa instituição que se mantenha firme em sua trajetória. Os desafios, evidentemente, continuam gigantescos e vêm sendo destacados pelos próprios dirigentes da Confederação Nacional das Profissões Liberais. Esses dirigentes têm empregado, e só podemos concordar com tal pregação, que as entidades sindicais devem investir na formação e capacitação profissional de seus representados, que devem ter voz ativa na formulação de políticas públicas para os mais diferentes setores, que devem trabalhar em harmonia com os cursos universitários e técnicos que formam os futuros profissionais, que devem trabalhar em harmonia também com as sociedades científicas, acadêmicas e de pesquisa e que devem trabalhar em harmonia ainda com os conselhos reguladores e fiscalizadores das profissões.

São desafios, repito, de grande magnitude, mas a entidade, tenho certeza, saberá enfrentá-los com a mesma galhardia demonstrada em seus mais de meio século de existência.

Parabéns, Presidente Francisco Antonio Feijó, pelos 54 anos da Confederação Nacional das Profissões Liberais!

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao primeiro subscritor do requerimento, Senador Gerson Camata. S. Exª tem a palavra pelo tempo que desejar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para prestar uma justa homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, sediada em Brasília e presidida atualmente pelo Dr. Francisco Antonio Feijó.

Acompanham o Dr. Feijó, nesta oportunidade, todos os demais integrantes da Diretoria eleita para o período 2005/2008: o 1º Vice-Presidente, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, corretor de imóveis; o Vice-Presidente Edson Stéfani, fisioterapeuta; o Vice-Presidente Eduardo Bimbi, arquiteto; o Vice-Presidente Fernando Gueiros, odontologista; o Vice-Presidente Wilson Wan-

derlei Vieira, técnico industrial; o Secretário-Geral, Luiz Sérgio da Rosa Lopes, contabilista; o 1º Secretário, Caio Romero Cavalcanti, farmacêutico; o Tesoureiro-Geral, José Alberto Rossi, médico veterinário; o 1º Tesoureiro, Wilson Pereira Machado; e o Diretor Itamar Revoredo Kunert, administrador.

A CNPL, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi fundada no dia 11 de fevereiro de 1953 e oficialmente reconhecida pelo Governo Federal como instituição sindical representante dos profissionais liberais em 27 de maio de 1954, completando 54 anos de atividade. A CNPL não tem fins lucrativos e é mantida exclusivamente pelas contribuições das categorias de profissionais que representa.

Após mais de cinquenta anos de luta em prol de seus representados, a entidade engloba trinta e oito federações nacionais, estaduais e interestaduais, mais de seiscentos sindicatos de profissões regulamentadas e caracteriza-se pelo pluralismo das profissões e unidade de idéias, tendo como objetivo a valorização das categorias profissionais e a eficiência na prestação de serviços à sociedade brasileira.

Desenvolve seus trabalhos juntamente com entidades internacionais parceiras, entre elas a Confederação Sindical Internacional, com sede em Bruxelas, a própria União Mundial das Profissões Liberais, com sede em Paris, a Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas, com sede no Brasil, e, ainda, a Confederação Latino-Americana e do Caribe de Associações de Profissionais Universitários, sediada na cidade de Buenos Aires.

Não podemos esquecer que as profissões liberais são um dos pilares do pluralismo e da independência na sociedade e desempenham inegáveis funções de interesse público, pois elas são a expressão de uma ordem democrática fundamental baseada no Direito e, em particular, constituem-se num elemento essencial do Estado.

Advogados, contabilistas, corretores de imóveis, fisioterapeutas, dentistas, médicos e tantos outros empregam seus conhecimentos técnicos ou científicos em favor da sociedade brasileira. Seu diferencial é oferecer mão-de-obra qualificada e conhecimentos específicos, vale dizer, propiciar soluções técnico-científicas para o equacionamento das inúmeras questões suscitadas pelo desenvolvimento do País.

O exercício de suas atribuições corresponde à aplicação prática de seu conhecimento técnico em favor de um ente, pessoa física ou jurídica, com vínculo empregatício ou não, e necessitam ser, o mais amplamente possível, abertas à livre concorrência em qualquer sociedade, em benefício dos consumidores,

em benefício da qualidade dos serviços que disponibilizam e da economia de modo geral.

É bom lembrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, os profissionais que atuam em todo o País ultrapassam cinco milhões de pessoas.

Neste contexto, ressalto a importância das regras legais necessárias para assegurar a competência, as qualificações exigidas contemporaneamente para o exercício das profissões, a necessidade de proteção para essas qualificações, a integridade dos profissionais para a garantia da qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão, assegurando-se o interesse geral.

As características específicas dos mercados dos serviços profissionais exigem regulamentação adequada e moderna e, sobretudo, respeito às funções de interesse público confiadas às profissões liberais.

Assim, todos os meios e iniciativas que promovam a conscientização da importância das profissões e da sindicalização deverão contar com o apoio e com as preocupações do Senado brasileiro.

O Parlamento cumprirá amplamente a sua função de elaborar as bases legais, notadamente em matéria de organização, melhoria das qualificações técnicas, desenvolvimento da ética profissional, supervisão, responsabilidade e competência dos profissionais liberais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 10 de abril último, tive oportunidade de participar, na França, dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia da União Mundial das Profissões Liberais – UMPL.

A União Mundial das Profissões Liberais, com sede em Paris, é uma organização internacional não-governamental que tem como objetivo promover no âmbito mundial um melhor conhecimento e um maior desenvolvimento das profissões liberais.

Naquela oportunidade, foram investidos como Vice-Presidentes da entidade, pela primeira vez em sua história, dois brasileiros: o Sr. Francisco Antonio Feijó, Presidente da CNPL no Brasil, e o Sr. Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, que se encontra aqui conosco.

A posse desses dois profissionais liberais num órgão multinacional como a UMPL é muito importante para o Brasil, pois se trata do reconhecimento lá fora da capacidade dos nossos profissionais.

Sr. Presidente, no encontro de que participei em Paris, tive a oportunidade de conhecer a Sr^a Anne-Marie Sigmund, advogada, Presidente da UMPL e representante da entidade junto ao Comitê Econômico e Social da União Européia. Encontrei-me também com o Sr. Marc Bernier, Deputado da Assembléia Nacional da França Fe Presidente do Grupo Parlamentar das Profissões Liberais naquela Assembléia.

Interessante notar, Sr. Presidente, que, fora do Brasil e principalmente nesse encontro realizado em Paris, eu notei uma aproximação muito grande entre os organismos representantes dos profissionais liberais e o mundo político, exatamente porque, se a gente olhar o quadro do Senado, a maioria de nós todos somos profissionais liberais – médicos, odontólogos, veterinários, contabilistas, contadores, economistas. De modo que se trata do grosso da representatividade do Congresso Nacional, na verdade.

Por isso, por esse mesmo motivo, fora do Brasil, a atual Presidente, Anne-Marie Sigmund, na verdade, é uma ex-Deputada da Áustria, uma profissional liberal que se elegeu Presidente da entidade no mundo todo.

A gente observa, por exemplo, que o Sr. Feijó já está assim com ares senatoriais, podendo concorrer também futuramente a um mandato, já que há essa interligação muito importante.

Estavam lá também dois parlamentares franceses que participam da diretoria a quem apresentei a idéia de criar, aqui no Parlamento brasileiro, uma frente que também promova o aprimoramento da legislação federal sobre esse importante setor da sociedade brasileira.

É por isso, Sr. Presidente, que estou certo de que o Parlamento brasileiro tem o dever de criar todos os mecanismos capazes de propiciar o aprimoramento da legislação federal que incida sobre o exercício das profissões liberais, entendendo as características do setor e fortalecendo-o com vistas à realização do bem comum.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel, que está com o microfone levantado, com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Sr. Senador Gerson Camata, desejo cumprimentar V. Ex^a, atuante que é, pela iniciativa de propor a presente homenagem à Confederação Nacional dos Profissionais Liberais. Eu gostaria, a propósito do assunto, de dizer que muitas instituições, talvez nem sempre percebamos, têm um papel muito importante no processo democrático. Recordo-me do grande pensador Alexis de Tocqueville, autor de *A Democracia na América*, obra a meu ver a síntese do processo democrático. Tocqueville era francês de nascimento, foi aos Estados Unidos para produzir tese sobre o sistema penitenciário americano. Quando chegou lá, nos idos de 1830, começou – ele era muito inteligente – a observar como funcionava a sociedade americana e daí tirou muitas lições que consolidou no seu livro. Uma de suas observações que considero pertinente é a de que, na América, a democracia se fortaleceu porque havia instituições intermediárias fortes. O que seriam instituições intermediárias? Justamente

órgãos que fazem interlocução entre o Governo e o povo, entre o Governo e a cidadania. Esse papel que essa Confederação Nacional de Profissões Liberais cumpre com grande êxito. Ou seja, recebe as demandas da sociedade, dos seus afiliados, e as leva ao Governo. Muitas vezes, o Governo aciona instituições para que o processo político se faça na sua integralidade. Portanto, essas instituições têm um papel muito relevante na formação do processo democrático. Precisamos prestigiá-las, porque se originam na sociedade civil e cumprem um papel muito significativo também sob o ponto de vista político. No momento em que a CNPL completa 54 anos de existência, podemos dizer que estamos celebrando quase uma efeméride, num país tão jovem como o nosso, de pouco mais de 500 anos de vida. Uma instituição de 54 anos já é pelo menos 10% da descoberta do Brasil. V. Ex^a acertadamente reconhece, trazendo, com essa homenagem, uma reflexão nessas viragens do tempo, nos momentos em que o País e o mundo vivem tempos de grande aceleração histórica. Por fim, eu gostaria de aproveitar a ocasião para cumprimentar todos que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais, nomeadamente, o Dr. Antonio Francisco Feijó, sentado à Mesa, ao lado do Presidente da sessão, Senador Alvaro Dias, bem como do Senador Antonio Carlos Valadares, e almejar votos de continuado êxito nas atividades que essa instituição desenvolve, inclusive no meu Estado, Pernambuco. Sua atuação é muito relevante na agregação de interesses e na interlocução, como disse há pouco, entre o Governo e sociedade.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ilustre Senador Marco Maciel, agradeço o importante aparte, que muito ilustra a experiência de V. Ex^a como Senador, como Deputado, como Ministro três vezes, como Vice-Presidente da República duas vezes e como um político que cultua a história e a literatura política, tendo citado aqui a observação inteligente de Tocqueville sobre a democracia norte-americana.

Essas entidades, efetivamente, são indispensáveis ao fluxo normal da democracia, para que não ocorram interrupções, sobressaltos, principalmente esta Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, que penetra em todos os setores da vida brasileira, em todos os pequenos locais, em todas as pequenas localidades. Ela tem uma representatividade cuja grandeza, às vezes, não conseguimos alcançar, porque, em qualquer cantinho do Brasil, no lugar mais remoto do País, há um profissional liberal. E o que ele faz normalmente? Serve. Serve como médico, como engenheiro, como arquiteto, como enfermeiro, como odontólogo. Então, o alcance político de representa-

tividade da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais é muito importante.

Por isso, estou propondo – o aparte de V. Ex^a vem nessa direção – lançar agora a idéia da criação da Frente Parlamentar em Defesa das Profissões Liberais. Nós temos várias frentes parlamentares. Então, hoje eu estou lançando e já estou convidando o Senador Marco Maciel a participar desta Frente.

Fica, então, para a reflexão de todos nós a necessidade de o Parlamento também abraçar essa enorme categoria que se espalha pelo Brasil todo e, junto com ela, promover o aperfeiçoamento das leis, a melhoria dos quadros técnicos, a qualificação profissional.

Nesse caminho, junto com a idéia do lançamento da Frente Parlamentar, estou também propondo que o ano que vem seja considerado o ano nacional do ensino técnico, pois há uma gama enorme de profissionais liberais que passam pelas escolas técnicas, pelas academias, pelas escolas especializadas e servem ao Brasil, às entidades brasileiras e a nós brasileiros em tantas e inúmeras profissões.

Eram essas as palavras que eu queria proferir, saudando a presença não só do Dr. Antonio Feijó, mas de toda a sua diretoria, que vieram, neste momento em que o Senado Federal os prestigia, também nos prestigiar como Senadores e como poder político.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Meus cumprimentos ao nobre Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa como orador inscrito.

Convido para presidir a sessão o Senador Gerson Camata, que, como autor do requerimento, se tornou o principal responsável, com os nossos cumprimentos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Gerson Camata, que preside esta sessão, que visa homenagear a Confederação Nacional das Profissões Liberais pelo transcurso do seu 54º aniversário, Parlamentares presentes, lideranças e autoridades. São tantas que eu poderia esquecer alguns nomes, o que seria imperdoável. Então, saúdo a todos na pessoa do Presidente da Confederação, Francisco Feijó. Brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

A admiração ao Camata é extraordinária. Além de ser do meu Partido, ele simboliza decência na política e a esposa dele empata com Adalgisa. Então nos entendemos, nós somos felizes e tal.

Mas eu queria dizer o seguinte: foi muito oportuno e eu cheguei atrasado. Ele me telefonou cedo, porque era o primeiro inscrito. Deus escreve certo por linhas

tortas. Eu estava recebendo profissionais liberais lá do meu Piauí. Eles ali estão, na tribuna de honra. São os odontólogos. O Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, que é o Vice-Presidente, mas não é do Piauí; é do Estado do Ramez Tebet, Mato Grosso do Sul. E os piauienses ilustres: Sérgio Pires é o Presidente do CRO do Piauí, Marcondes Martins, CRO do Piauí, e o Procurador José Alberto, que também é um profissional liberal.

Mas, Camata, V. Ex^a já falou bem. E Cícero disse: nunca fale depois de um grande orador. Mas eu vou dizer o seguinte... E, para igualar-me ao Camata, eu iria buscar John Fitzgerald Kennedy. No seu discurso de posse, com a sua visão de futuro, ele disse que nós precisaríamos ter muita imaginação, muita inovação, muita criação, muita coragem para atravessar uma nova fronteira. Aí ele vai mais fundo: norte-americanos, não perguntem o que o país, o governo pode lhes dar, e sim o que cada um de vós pode dar ao nosso país.

Então, aqui estamos nós, porque eu sou também... Eu sou, fui profissional liberal. E, entre profissional liberal e político, eu traria aqui a imagem de libertador das Américas, essa daí, da Venezuela, que hoje está todo mundo com interrogação. Mas lá surgiu a figura, em Caracas, de Simón Bolívar, que recebeu o aposto de *El Libertador*, e muito ligada a nós, embora o nosso domínio fosse português, porque a história conta que esse país é novo; nesse país, durante trezentos anos, uma colônia, era proibido industrializar-se, criar, progredir. Muitos poucos eram pinçados para ganhar o saber da metrópole, em Portugal, em Lisboa, em Coimbra. Muito poucos! Só em 1880 é que... Durante os trezentos anos... Ó Marco Maciel, V. Ex^a que sabe tudo, ou quase tudo, além de ser um dos políticos mais respeitáveis da nossa democracia, um Senador da Academia Brasileira de Letras, durante trezentos anos, nós só tivemos um herói. Atentai bem como nós somos atrasados para as coisas.

Em 1808, chegou Dom João VI. Diziam que ele era tolo. Não, ele era sabido. Napoleão tinha mandado invadir. O que ele ia fazer? Ele ia ser preso? Foi o único que enganou Napoleão Bonaparte! Napoleão Bonaparte saiu derrubando os reis e botando os seus parentes.

Já estava na Espanha, já tinha mandado Junot entrar. Invadiu mesmo! E para este Brasilão, que era o quintal de Portugal, ele veio, trouxe a Corte, trouxe o progresso. Em 13 anos – atentai, Luiz Inácio –, por 13 anos foi um grande governante. Chegou logo, abertura dos portos; chegou logo, criou a primeira faculdade de Medicina, a burocracia, a imprensa, a cultura francesa, o intercâmbio com a Inglaterra, porque, se nós éramos colônia de Portugal, Portugal já era colônia da

Inglaterra. Ele já veio protegido pelos ingleses. Daí a nossa dívida.

Mas, durante os 300 anos, no Brasil, um profissional liberal, só um herói em 300 anos. E um mineiro sabido porque ele lembrava a figura de Cristo: barbudo, cabeludo, magro. Um foi para a cruz, outro, para a forca. Aí botou o Tiradentes. Foi o único herói que nós tivemos em 300 anos. Profissional liberal.

Atentai bem, Marco Maciel, profissional liberal! Então, é justo, Camata. Vocês traduzem a democracia, que nasceu com o grito: independência! Liberdade! Liberal é isso, são os homens livres. O primeiro grito: liberdade!

D. João VI disse, depois de 13 anos de exitosa administração, a burocracia, a política, que ninguém... As câmaras... As câmaras?! Atentai bem! As Câmaras Municipais eram chamadas, ô Camata, de câmaras dos bons. E lá ia o ouvidor-mor, o ouvidor da fazenda, o capitão-do-mato, o governador-geral depois. Câmara dos bons. Olhe a pureza, olhe a história que nós temos. Não é aquela história: nunca antes, não. Nós viemos a isso. Já fizemos muito. A ignorância é audaciosa. Sócrates já dizia: só tem um grande bem, o saber; só tem um grande mal, a ignorância.

E D. João VI, exitoso administrador, competente, voltou e tomou o reino de novo, Portugal. “O homem é o homem e sua circunstância”. Não sou eu, mas Ortega y Gasset que diz isso.

Ele, antes de sair, disse: filho, coloque essa coroa antes de um aventureiro. O aventureiro, ô Marco Maciel, era Simón Bolívar, que estava derrubando os reis todos ligados ao domínio espanhol e viria aqui.

Mas o que tenho a dizer é que esse Simón Bolívar... Eu fui a Caracas. Sei que o Marco Maciel sabe muito mais, mas, em Bogotá, há uma casinha branca dele, um sobrado, e uma estátua. Eu fui lá, no meio da praça, ver a estátua.

E li, Camata – eu e Adalgisa –, li o que Simon Bolívar disse: “Eu fui soldado, cabo, sargento, tenente, major, coronel, general, comandante das Forças Armadas, comandante e chefe, presidente, *el libertador*. Mas nenhum título eu troco por ser bom cidadão”.

Quero dizer que não troco também. Sei que Camata foi muita coisa e Marco Maciel mais do que nós. Mas nós não trocamos nosso título de profissional liberal, com muito orgulho de ter sido um bom médico. Tentaram fazer da ciência médica a mais humana das ciências e do médico o grande benfeitor. Mas esse é cada profissional liberal. Cada um na sua grandeza.

Aquilo que Kennedy disse: “Quero saber o que vocês podem fazer”. E o que estamos fazendo por este País? Não são os aloprados, os aproveitadores, 25 mil que entram pela porta larga, sem concurso.

Alguns deles, Marco Maciel – talvez você não saiba e quero lhe informar –, com o DAS 6. Sei que V. Ex^a foi Governador, e lá só existe DAS 4. O DAS 6 ganha R\$10.440,00, sem concurso, pela porta larga, como a Bíblia diz, da vadiagem. Esses aqui, não! São aquele sonho de John Fitzgerald Kennedy: dão.

Marco Maciel, V. Ex^a que é aqui um ícone – se partir de mim, não dá certo, então venho apelar para V. Ex^a –, vamos trocar esse negócio de poder. O poder é de Deus, é do filho de Deus. Vamos entender, Marco Maciel: Montesquieu não errou. Nós é que botamos, na nossa vaidade, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário.

Nós somos, eu entendo... V. Ex^a citou Tocqueville, agora há pouco. Ele andou estudando esses negócios do Montesquieu. Nós somos, eu entendo, instrumentos da democracia. Poder é o povo que trabalha. É o que Rui Barbosa disse: a primazia é do trabalho e do trabalhador; eles é que vieram antes, eles é que fizeram a riqueza. Nós somos instrumentos da democracia. Poder é o povo que trabalha. E, na pirâmide, como nós somos o ápice do instrumento legislativo, esses profissionais liberais são o ápice desse povo que eu chamo poder.

Quando governei o Piauí – há dois ilustres piauienses aí, líderes –, eu cantava mais como uma reza, com convicção e fé: o povo é o poder.

Agora, Camata, o símbolo maior desse poder, que foi buscar o estudo e, por meio deste, a sabedoria – que, segundo Salomão, vale mais do que ouro e prata –, casado com o trabalho... Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. E o apóstolo Paulo, mais duro do que nós, Camata – mais do que o Camata, e o Camata é durão: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”. Isso aqui, esse casamento do estudo com o trabalho, são esses profissionais liberais, que fazem as riquezas, que pagam a nossa conta – nós, vaidosos. Poder Luiz Inácio, Poder Legislativo, Poder Judiciário; eles que pagam a conta.

Então, o Camata trouxe o espírito de John Fitzgerald Kennedy. E esta Casa engrandece, pela primeira vez, em homenagear esses que são aquele sonho de Kennedy: “Eu quero saber o que vocês podem dar”. E eles estão dando. Eles estão aí orgulhosos, eles amam a Pátria, eles são exemplares.

Essas são nossas palavras. E quis Deus que eu chegasse, embora atrasado, pois vieram profissionais liberais – eu os estava atendendo – do Piauí, de que me orgulho. Sou do nosso Piauí. A bandeira do Piauí, Camata, é mais bonita do que a do Brasil. As cores são as mesmas, mas a do Brasil tem muita estrela, e a de lá só tem uma.

E eu quero homenagear os profissionais de saúde que estão ali. Olha, nós somos muito avançados em saúde, mas isso é causa e efeito, Camata. Isso teve sua razão; não fui eu, não. Eu governei e governei bem, com visão de futuro, plantei a mais importante semente, a do saber, no meu Estado, o maior desenvolvimento universitário. Mas não foi por mim não, Camata. Aqui é citado o discurso de Álvaro Dias: “árvore boa dá bons frutos”. Essa associação nasceu de Vargas. Em 53, não é verdade? Pois ele teve o primeiro período de exceção, de 30 a 45. Marco Maciel é estudioso e sabe que o Getúlio saiu botando tenente Brasil afora. No Pernambuco, era um tenente, não? No período de 30 a 45. Ele saiu colocando tenentes. No Piauí, não aceitamos o tenente e, de repente, toma posse um médico, Dr. Leônidas Melo, sabido todo, havia estudado no Rio, era pneumologista. Colocou logo um hospital e com o nome de Getúlio Vargas. Então, esse hospital foi o pioneiro, e irradiou de tal maneira que o Piauí é um dos ícones em ciências da saúde.

Quando eu era Governador do Estado, eu vi se fazer transplante cardíaco com êxito há alguns anos. Vários Governadores, eu acho que fui reeleito, não pelo Partido, mas porque a classe da saúde é muito forte e respeitada.

Então, nós queremos...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É um prazer ouvi-lo, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – É uma breve interrupção. Em Pernambuco, o nomeado não era militar, foi um civil, o Professor da Faculdade de Direito Agamenon Magalhães, que fez excelente trabalho, embora o País estivesse sob um governo extremamente autoritário, posto que dissolveu o Congresso – Câmara e Senado. De fato, como V. Ex^a lembrou, nomeou interventores em todos os Estados, salvo em Minas Gerais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em Minas Gerais, era Olegário Maciel. Naquele tempo, ele se chamava presidente também. Getúlio, Presidente do Brasil, e ele se dizia Presidente de Minas. Quando ele morreu, Getúlio ficou morto de satisfeito.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Isso era tradição do Império. Nesse período não havia Estados e sim Províncias, cujo titular do Poder Executivo era o Presidente da Província. Quero apenas ressaltar a questão de Pernambuco, deixar bem caracterizado que, posteriormente, Agamenon Magalhães se elegeu Governador, realizando administração digna de louvor, foi Ministro da Justiça, Deputado Federal em mais de

uma Legislatura, enfim, uma figura muito respeitada dentro e fora do Estado. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós lhe agradecemos. Por isso que eu disse que ele sabe tudo. Antes, eu já me penitenciei, porque eu devia ter falado com ele, como sempre faço. Ele é que ensina as coisas. Os erros são meus mesmo, mas os acertos que tenho aqui mereço por ele.

Justamente, Agamenon Magalhães foi um profissional liberal. E desenvolveu-se esse Pernambuco com uma classe liberal brilhante, que tem entre seus profissionais esse seu representante.

Então, nossas últimas palavras são aos céus e a Deus. Que cheguem pelas ondas sonoras até os céus as nossas palavras. Ó meu Deus, fortaleça a vocação dos profissionais liberais do nosso Brasil. Eles é que traduzem essa bandeira, que tem “ordem e progresso”. E mais ainda, ô Marco Maciel, isso é um lema positivista em que quiseram colocar amor na frente. O lema era “amor, ordem e progresso”, mas tiraram o “amor”. Então, esses profissionais liberais traduzem o amor que foi subtraído do lema positivista que deveria estar na bandeira e garantem, pelo seu exemplo de trabalho, a ordem e o progresso do nosso País.

Sejam fortes, bravos, ricos e felizes profissionais liberais do meu País. (Palmas)

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Prosseguindo a sessão, com a palavra S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gerson Camata, Sr. Presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, Francisco Antonio Feijó, Sr^{as} e Srs. Senadores, integrantes desta grande instituição existente há 54 anos em nosso País, Senador Mão Santa, meus senhores e minhas senhoras, antigamente, já desde o Brasil colônia, quando alguém tinha o privilégio de se formar em Lisboa, quase sempre o diploma mais procurado era o de bacharel em Direito. Mesmo depois da Proclamação da República, a carreira de bacharel em Direito passou a ser – como o é até hoje – uma das mais procuradas. Assim, o Brasil passou a ser considerado durante muito tempo como a terra dos bacharéis. E ainda existia, seguindo-se a carreira de bacharel em Direito, a porta aberta de um emprego público sem concurso. Dependia apenas de o formado ter prestígio, um pistolão político, ou, como nós costumamos dizer, bastava ter um “QI” elevado, uma pessoa que o

indicasse para o exercício de um emprego público. E assim aconteceu durante muitos anos na República, até a adoção do concurso público como norma em relação às demais profissões liberais.

Hoje, nós podemos dizer que não é o emprego público que torna o profissional liberal mais valorizado. É sua autonomia, sua independência profissional, seja no concurso público, que ele conseguiu com esforço, seja na vida privada, porque não é fácil tornar-se competitivo, enfrentar a concorrência, o mundo desconhecido da disputa técnica e profissional. Só há a coragem de homens e mulheres que resolvem enfrentar o mercado de trabalho sem nenhuma proteção a não ser a crença no desenvolvimento do País, no crescimento da nossa economia, no aumento das possibilidades e das perspectivas do povo em poder pagar para receber um bom serviço.

Na comparação entre o que é oferecido pela atividade privada e o que é oferecido pela atividade pública, pelos serviços públicos essenciais, se estivéssemos em um país realmente justo, a iniciativa privada teria um papel importante, mas não seria predominante. Mas no Brasil os colégios particulares, as universidades privadas, os hospitais privados, em suma, as instituições privadas têm tido, e nós devemos aplaudir, uma ação complementar, para não dizer prevalente sobre aquilo que é prestado pelo setor público. Não fosse assim, se tivéssemos um País igual, mais justo, não seria necessário colocar na Constituição o Sistema Único de Saúde, porque a saúde seria igual para todos. O seguro saúde não seria apenas um privilégio daqueles que podem pagar, mas de todos em um País igual.

É por isso que faz gosto para um norueguês, um sueco, um inglês, nos países europeus, pagar em dia os impostos, porque há uma resposta positiva, há uma contrapartida construtiva em relação aos impostos que aquele povo paga ao poder público. Lá nós encontramos hospitais funcionando a contento, escolas, previdência, serviços públicos saudáveis, devidamente ajustados aos interesses da sociedade.

Lamentavelmente, o Brasil ainda é um País que não adquiriu essa potencialidade, não adquiriu essa possibilidade de oferecer aos seus concidadãos um serviço público adequado, justo, que venha compensar a remuneração recebida por tantos e tantos trabalhadores e profissionais liberais que contribuem para o aumento da nossa arrecadação ano a ano.

Este é o momento de todas as profissões e, notadamente, dos profissionais liberais, que arregaçam as mangas, que arriscam no dia-a-dia não só o seu intelecto, mas também o seu próprio patrimônio e esforço para construir uma nação rica e desenvolvida.

Precisamos, sim, de uma reforma tributária que venha desonerar a produção, que venha reduzir o Custo Brasil; uma reforma tributária consentânea com um País rico como é o Brasil em recursos naturais, mas pobre ainda em recursos para a sustentação de uma vida melhor para nosso povo.

Hoje, por exemplo, o Ipea divulgou, Sr. Presidente, um trabalho que está sendo entregue ao Congresso Nacional em que sugere a substituição do imposto sobre o consumo, por exemplo, as contribuições, que são impostos indiretos, que aumentam a pobreza e promovem a desigualdade, por uma tributação mais rígida sobre a renda e sobre o patrimônio, de tal modo que os ricos paguem mais e os pobres possam comer mais, consumir mais em face da redução dos impostos de forma indireta, como pode acontecer com a tributação não sobre o consumo mas sobre a renda.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com isso, nós poderíamos então incluir, segundo o próprio Ipea, mais de 6 milhões e 400 mil brasileiros entre aqueles que recebem o Bolsa-Família. Teríamos um resultado três ou quatro vezes maior do que o proporcionado pelo Bolsa-Família. Basta que o imposto sobre consumo seja substituído por impostos mais diretos.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, com muito prazer.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Antônio Carlos Valadares, quero cumprimentá-lo pelas palavras que profere, de homenagem à Confederação Nacional das Profissões liberais. Neste instante, V. Ex^a se refere a um assunto muito atual, que diz respeito à reforma tributária e, a meu ver, deve ser sinônimo de redução da carga tributária. No Brasil, temos uma carga tributária muito elevada, e fico preocupado quando vejo, após o Senado haver derrubado a CPMF, a criação de uma nova contribuição, não através de uma emenda constitucional, mas por meio de lei complementar. Como se sabe, as contribuições não são transferidas aos demais entes federativos – Estados e Municípios –, concentrando receitas na União. Creio que esta é uma reflexão que precisamos fazer agora. A Câmara está discutindo esse tema, enquanto corre paralelo uma reforma tributária que o próprio Governo Federal teve a iniciativa de enviar à consideração do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço-lhe a apreciação. Reconheço que o Brasil, mesmo vivendo diante de uma situação tão insustentável quanto a da legislação tributária ora vigente, consegue despontar no mundo inteiro como

um dos países que têm mais preferência de investimento internacional. Ganhou recentemente o *investment grade*, inserindo-o numa situação realmente privilegiada. Imagine se tivéssemos uma reforma tributária com todos os objetivos a que V. Ex^a e o Senador Jayme Campos se referiram!

O Brasil é um país previsível? Por quê? Fale-se em reforma política. Daqui a pouco sei que nada vai acontecer. É previsível. Reforma política. Quando acontece um escândalo em nosso País, só se fala em reforma política, em fortalecer os Partidos, em acabar com a enxurrada de Partidos, a mudança de Partidos. E depois tudo leva ao esquecimento. “Ah, o Brasil precisa de uma reforma tributária!” Manda-se a reforma tributária na mesma hora; vem a criação de penduricalho que poderia ser objeto de uma reforma geral da nossa legislação tributária. Então, o Brasil é realmente um País previsível!

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela tolerância. Minhas homenagens aos profissionais liberais do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica que o Senador Paulo Paim enviou mensagem congratulando-se com o Presidente Francisco Antonio Feijó e com a Confederação Nacional das Profissões Liberais pela passagem do seu aniversário, que será inserida em Ata como lida.

Na continuidade da sessão, tem a palavra, para manifestar os seus agradecimentos pela homenagem que a Confederação recebe, S. S^a o Sr. Francisco Antonio Feijó, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

O SR. FRANCISCO ANTONIO FEIJÓ – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, S. Ex^{as}. Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares, Marco Maciel, Mão Santa e demais Senadores que se manifestaram neste plenário, eu acho que 179.999 brasileiros gostariam de estar no meu lugar nesta tarde, falando neste plenário onde ecoaram as maiores decisões deste País. Sinto-me até trêmulo em falar neste microfone no qual os senhores debateram assuntos que mudaram a vida nacional e aos quais eu assisti.

A vida nos cria situações estranhas, tristes, às vezes, agradáveis. É uma honra para mim, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, a nossa CNPL, nos seus 54 anos de existência, usar este microfone para agradecer aos senhores, em razão do requerimento de S. Ex^a o Sr. Senador Gerson Camata, referendado por outros Srs. Senadores, e trazer a esta Casa e, por via de consequência, ao Brasil a notícia de que existe há 54 anos no Brasil uma entidade, com reflexos internacionais – talvez mais conhecida no exterior que no Brasil –, formada por profissionais liberais

das mais diversas categorias, a maioria representada neste plenário, que tem o direito, o dever e o poder de participar com as autoridades constituídas e com os senhores por via de consequência, principalmente, na defesa de interesses comuns.

Nós precisamos ser ouvidos. Então, nesta oportunidade, eu pediria até que minha diretoria se levantasse em homenagem aos Srs. Senadores, por favor. Esses são os nossos diretores (Palmas).

Eu queria deixar aos senhores, na pessoa de S. Ex^a o Sr. Senador Gerson Camata, o nosso muito obrigado.

Abre-se uma porta pela qual nós temos o direito de entrar nesta Casa, na qual eu nunca pensei em entrar na minha vida e muito menos ocupar este microfone. Imagino quantas pessoas falaram aqui, quantas vezes ecoaram neste salão por esses anos afora.

Agora, Srs. Senadores, temos uma obrigação maior com os senhores e, logicamente, com nossos tutelados, os profissionais liberais do País: trabalhar mais, trabalhar mais e lutar mais por nossos direitos que, na realidade, são os direitos de todos nós e dos senhores, que comungam conosco o interesse comum em prol do nosso País.

Senador Gerson Camata, obrigado a V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado também a V. S^a.

Eu disse, no meu pronunciamento, que há um entrosamento muito grande, principalmente fora do Brasil, entre as confederações nacionais das profissões liberais e a representatividade política dos países. Observei isso na França, observei que a presidenta mundial é uma ex-deputada da Áustria.

O Senador Mão Santa me faz repetir uma coisa muito interessante sobre a nossa história do Brasil que consagra esse entrosamento entre os fatos políticos e os profissionais liberais. Por exemplo, no próximo dia 12, a capital do Espírito Santo vai ser transferida pelo Governador Paulo Hartung para o Município capixaba chamado Domingos Martins, porque é o aniversário da Revolução Republicana Pernambucana. Essa foi a primeira manifestação republicana do País, de independência, que foi comandada também por um dos líderes capixabas, Domingos José Martins, que era um contador, que naquele tempo se chamava guarda-livros, um profissional liberal.

Depois, tivemos o primeiro grito brasileiro pela Independência do Brasil – o Mão Santa registrou – por outro profissional liberal, o Tiradentes, um odontólogo.

Depois tivemos a Proclamação da Independência; foi uma cabeça coroada que a fez, mas se não hou-

vesse José Bonifácio de Andrada e Silva, um geólogo e advogado, conhecido como o Patriarca da Independência, por trás dessas manifestações, certamente não teríamos a independência e a unidade do País. Outro profissional liberal.

Tivemos a fim da escravatura no Brasil: foi uma cabeça coroada que assinou, a Princesa Isabel. Mas não fosse Joaquim Nabuco, um advogado profissional liberal, e todo aquele grupo que ele formou a favor da causa abolicionista, nós não teríamos a abolição da escravatura.

A Proclamação da República foi feita por um militar, mas quem fez e criou, no Brasil, o sentimento republicano, foi aquela equipe dos positivistas de Benjamin Constant, advogado, outro profissional liberal.

De modo que os profissionais liberais praticamente construíram todos os episódios históricos deste País, é claro, sintonizados com todo o povo brasileiro a quem eles serviram ao longo da nossa história.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a deseja se pronunciar? (Pausa.)

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Senadora Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. convidados para esta sessão tão relevante, esta que homenageia a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, a CNPL, pelo transcurso do seu 54^o aniversário de fundação.

Dizia-me ainda há pouco um dos participantes desta reunião que é muito escorchanto o esquema de cobrança de tributos sobre os profissionais liberais. E é de fato. Aliás, sobre a Nação brasileira como um todo: 37% como proporção do PIB, o que nos obrigaria a prestar serviços de nação desenvolvidíssima e, lamentavelmente, nos obriga a presenciar o povo recebendo serviços típicos de nações bem mais atrasadas do que a pujança da nossa economia, que é a décima do mundo quando se mede em dólar o que se construiu durante um ano de riqueza no País.

Mas, muito bem.

A CNPL, entidade sem fins lucrativos, existe desde 1953 em âmbito nacional, estadual e interestadual. Ao longo de 50 anos – meio século, portanto – de presença na vida nacional, é órgão representativo de 38 federações e 600 sindicatos de profissões regulamentadas.

Hoje, merecidamente, a entidade é homenageada pelo Senado da República pelo seu 54^o aniversário de fundação. Homenagem merecida. Afinal, acompanha

os seus representados há meio século. Na verdade, 54 anos, período em que logrou reunir expressivo acervo em favor dos profissionais liberais, categoria sempre lembrada quando o assunto é a prestação de serviços, de natureza técnica ou de assistência à saúde, como no caso dos médicos, ou infra-estrutural, incluídos aqui engenheiros, arquitetos e outros.

Inscrevi-me para saudar a CNPL por reconhecer sua boa caminhada em defesa desses profissionais.

Não há como falar em profissional liberal sem mencionar o significado dessa categoria que, claro, é parcela de homens e mulheres que exercem atividades quase sempre sem vínculos empregatícios ou são formados em categoria assim considerada.

O profissional liberal, tenho a convicção, é, na essência, um trabalhador. E, como qualquer outro, participa do esforço produtivo da Nação. Nele, vejo o cidadão consciente que, nas diferentes áreas do trabalho, aplica os conhecimentos que detém depois de passar por anos de estudos. E, sem dúvida, de sacrifícios pessoais ou familiares.

Vejo, no meu Estado, o Amazonas, o tanto de valor e de dedicação com que os profissionais liberais desempenham suas atividades, num mercado de trabalho, hoje bastante exigente. É ali, Sr. Presidente, que se alcançam vitórias pessoais, pela dedicação e pela competência dos profissionais liberais.

Ainda nesta manhã, ouvi pelo rádio informação dando conta da implantação, no Sul do Brasil, do primeiro núcleo brasileiro dedicado à produção de semicondutores, componente diminuto mas indispensável à manufatura de bens de alta tecnologia. Explicava a notícia ser essa área carente de técnicos capacitados e à altura de um setor apenas existente em países realmente desenvolvidos. A unidade brasileira será a primeira da América Latina em segmento de tamanho relevo.

Ali, a demanda será por técnicos, incluindo esses que são considerados liberais, ou seja, os que se graduam em universidades e que ainda precisam prolongar os estudos em nível de pós-graduação, em mestrado ou doutorado.

Não se entenda, no entanto, que o profissional liberal seja apenas o técnico pós-graduado. Há também, entre os que compõem essa parcela de profissionais, cidadãos dedicados às vezes a um mister em tudo dependente da vocação pessoal.

Agradou-me, certa feita, encontrar, entre um grupo de trabalhadores que eram homenageados com a Medalha do Mérito do Trabalho, um profissional circense que circulava pelo País com um pequeno circo a ele

pertencente. Era um homem simples que exercia cidadania, valendo-se de seu talento e da arte que aperfeiçoara. Era um palhaço circense. Ele, em seu divertido circo mambembe de Iona, percorria o País alguns dias ali e outros acolá. Se lhe perguntavam quem era ou o que era, respondia: “Palhaço liberal! Com diploma da escola da vida...”

Um e outro, o pós-graduado e o artista inato, são, sim, profissionais liberais, que contam com a sorte e a proteção de uma entidade como a CNPL, a Confederação Nacional das Profissões Liberais, que hoje completa seu 54º aniversário. Então, na pessoa do Presidente dessa entidade, Dr. Francisco Antônio Feijó, contabilista e advogado, a quem conheço de longa data, saúdo todos os que, como ele, profissional liberal, emprestam seu esforço e seu trabalho ao esforço nacional.

Sr. Presidente, encerro lembrando a V. Ex^a uma passagem que me foi contada pelo ex-Ministro e Deputado Almino Afonso, meu conterrâneo, mas que fez carreira entre o Amazonas, no início, e São Paulo. Foi vice-Governador e Deputado em São Paulo e Deputado e Ministro de Estado no Governo Goulart pelo Amazonas. Ele me contou que jamais viu uma cena tão bonita no Parlamento – eu queria me fixar, ao concluir, no palhaço – num debate entre o Deputado Carlos Lacerda, com sua genialidade às vezes impiedosa, e o Deputado Último de Carvalho, que tinha toda aquela malemolência, aquela boa esperteza mineira. Certa vez, Britto Velho, Deputado pelo Rio Grande do Sul, disse: “Respeite-me, Deputado. No Rio Grande do Sul, nós somos todos machos”. Ele respondeu: “Em Minas é melhor, porque lá metade é macho, metade é fêmea”. Carlos Lacerda, leal a Juscelino Kubitschek como ele era, irritado com aquela marcação homem a homem que ele fazia, disse assim: “V. Ex^a é um palhaço!” Último de Carvalho pediu a palavra, o Presidente obviamente a concedeu para as explicações pessoais, e ele disse que estava impressionado com a sensibilidade do Deputado Carlos Lacerda; que o Deputado Carlos Lacerda, como ninguém, tinha percebido que ele era de fato um palhaço, um palhaço irrealizado. Ele disse: “Meu pai, meu avô, meu tio eram palhaços e educaram-me com o dinheiro que ganhavam sob a Iona, me educaram com o dinheiro que ganharam fazendo esse trabalho que era levar as pessoas a sorrirem mesmo quando eles tinham contas a pagar, contas atrasadas e estavam chorando por dentro; então, ninguém aqui percebeu que eu, advogado, Último de Carvalho, tinha aprendido a arte circense por herança familiar. Infelizmente a vida me endereçou para outros caminhos e

eu não tive a alegria de ser, como meu pai, meu tio, meu avô, palhaço profissional. Mas eu quero agradecer ao Deputado Carlos Lacerda por ter percebido em mim, quando nada, o espírito do palhaço”. O Lacerda tentou reagir, segundo Almino Affonso foi a única vez que ele não teve resposta – ele sempre tinha resposta para tudo, homem culto e genial que era –, e ficou por ali meio assim amuado. Dez minutos depois ele pede a palavra pela ordem e diz: “Sr. Presidente, eu quero apenas pedir desculpas ao Deputado Último de Carvalho”.

Com isso imagino que homenagem, da maneira mais sentida, os profissionais liberais de todo o País, aqueles que têm – e que temos todos nós – sempre o espírito de luta que revelam aqueles que vão do engenheiro ao palhaço, do profissional não pós-graduado àquele que a duras penas se graduou, aqueles que não contam com nenhuma aposentadoria e que têm que fazer o seu pé-de-meia para garantir uma velhice ao longo de sua vida profissional útil. Sabemos como é dura a vida de todos nós e como é dura a vida de todos aqueles que se dedicam a construir com sinceridade a grandeza da vida nacional.

E ressalto, ainda, o empenho do Senador Camata ao realizar esta sessão, porque revela também toda a sensibilidade de um dos líderes mais relevantes do seu Estado e do País, há muito tempo. O Senador Camata, então, homenageia aqueles que sabe que são responsáveis por muito do que este Brasil já acumulou de riqueza, de conhecimento, de decência, com muita criatividade e com muita fé no futuro.

Então a homenagem é o que podemos fazer, hoje, de coração aos profissionais liberais deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, na pessoa do Dr. Francisco Antonio Feijó e do Primeiro Vice-Presidente Carlos Alberto Schmitt de Azevedo; do Vice-Presidente Edson Stéfani; do Vice-Presidente Eduardo Bimbi; do Vice-Presidente Fernando Gueiros; do Vice-Presidente Wilson Wanderlei Vieira; do Secretário-Geral, Luiz Sérgio da Rosa Lopes; do 1º Secretário, Caio Romero Cavalcanti; do Tesoureiro-Geral, José Alberto Rossi; do 1º Tesoureiro, Wilson Pereira Machado; do Diretor, Itamar Revoredo Kunert, administrador.

Suspendo a sessão pelo tempo de cinco minutos, para os cumprimentos, e, logo após, ela será reiniciada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os Srs. Senadores Paulo Paim e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar que o Senado Federal homenageará, em sessão plenária que será realizada hoje à tarde, a Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Ela está comemorando o transcurso do seu 54^o (qüinquagésimo quarto) aniversário e a homenagem, que é mais do que justa, foi solicitada mediante requerimento apresentado pelo Senador Gerson Camata.

A CNPL foi fundada no dia 11 de fevereiro de 1953 e reconhecida oficialmente pelo Governo como instituição sindical representante dos profissionais liberais no ano seguinte, por meio do Decreto nº 35.575/54.

Os profissionais liberais constituem um universo de 5 milhões de trabalhadores, e se caracterizam por manter total autonomia na execução das suas atividades profissionais, podendo ter nível médio ou universitário, desde que legalmente reconhecido pelos princípios normativos de suas profissões e, portanto, habilitados a prestar serviços de natureza técnico-científico, independente do vínculo empregatício, seja com empresa pública ou privada.

Ela tem em seus fundamentos a defesa do profissional liberal, reivindicando a valorização das categorias profissionais a ela vinculadas e a eficiente prestação de serviços à sociedade brasileira.

A entidade tem em sua construção histórica a defesa de diversos assuntos de repercussão nacional representando seus filiados em ações perante os Tribunais Pátrios e o Supremo Tribunal Federal na busca de uma igualdade jurídica e social entre as profissões e a sociedade em geral.

Vale louvar aqui a extensão de sua estrutura sindical contando com 38 Federações filiadas e mais de 600 sindicatos representantes das 48 profissões a ela vinculadas.

As fronteiras representativas da CNPL transcendem o mapa geográfico brasileiro, estando ligada à organizações não governamentais internacionais como: a CSA (*Confederacion Sindical de las Américas*) entidade representativa dos profissionais nas Américas e a CSI (*Confederación Sindical Internacional*) e UMPL (União Mundial das Profissões Liberais) entidades representativas dos profissionais no continente Europeu.

Dúvidas não me restam de que a Confederação Nacional das Profissões Liberais é uma entidade de relevante importância no cenário nacional e internacional, e jamais poderia deixar de registrar aqui a minha felicidade em poder participar desta homenagem.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os profissionais liberais integram um conjunto de vários milhões de pessoas. Em regra, possuem formação acima da média, pois têm estudos técnicos especializados ou nível superior. São habilitados a prestar serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional, com a liberdade de execução que lhes é assegurada pelos princípios normativos de sua profissão. A importância desses trabalhadores para a economia brasileira é inestimável.

Um grupo tão numeroso, qualificado e importante para a economia e o desenvolvimento nacional requer uma representação de altíssimo nível. É esse, com efeito, o papel cumprido conscienciosamente pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL). Como reza seu estatuto, trata-se de “entidade sindical de grau superior, fundada em 11 de fevereiro de 1953, e reconhecida pelo Decreto nº 35.575, de 27 de maio de 1954, constituída para fins de estudo, coordenação, proteção, reivindicação e representação legal dos profissionais liberais, empregados e autônomos, no sentido da solidariedade profissional e dos interesses nacionais, tendo sede e foro no Distrito Federal e base territorial em todo o País”.

Nada mais justo, portanto, que o Senado Federal homenageasse, com esta Sessão comemorativa, os 54 anos de existência da Confederação Nacional das Profissões Liberais, entidade que congrega quase 40 federações e mais de 600 sindicatos de trabalhadores de profissões liberais por todo o País, incluindo: advogados, arquitetos, contabilistas, engenheiros, farmacêuticos, odontologistas, fisioterapeutas, médicos, assistentes sociais, veterinários, protéticos, nutricionistas, corretores de imóveis, psicólogos, economistas, químicos, sociólogos, técnicos industriais, administradores entre outros.

Tenho acompanhado a atuação da diretoria da CNPL e constato, com felicidade, que o ano de 2007 foi pleno de realizações. A Escola de Formação Sindical da entidade, por exemplo, cumpriu de maneira integral sua meta de realização de cursos. Dois eventos, particularmente, destacaram-se pela densidade dos conteúdos ministrados e pelos acalorados debates travados

sobre os assuntos relevantes para a CNPL. Refiro-me aos cursos ministrados nas cidades de Florianópolis e Belo Horizonte.

A Confederação firmou, ainda, parceria com a Sescon e a Aescon, representantes das empresas de serviços contábeis de São Paulo, a fim de estruturar ações educacionais como cursos, palestras e *workshops*. Esse é um passo considerado estratégico para o lançamento do projeto de sua Universidade corporativa, a UNICNPL, que se valerá da ferramenta da educação à distância para formar e capacitar os trabalhadores afiliados.

Além disso, a CNPL trabalha ininterruptamente para ampliar a rede de benefícios na área de saúde para seus profissionais, o que inclui plano de assistência médica de abrangência nacional e cobertura odontológica. Tudo isso promete um 2008 ainda mais auspicioso do que foi o ano anterior.

Mas, Sr. Presidente, creio que para os dirigentes da Confederação e, é claro, para seus representados, interessa de modo mais direto a maneira pela qual recebemos a pauta legislativa da Confederação. No ano passado e início deste ano, por exemplo, temas particularmente delicados afligiram os sindicatos e nós, no Senado Federal, mostramos nossa capacidade de interlocução e nosso interesse em encontrar soluções que não descontentem os trabalhadores. Está aqui o nosso ilustre Senador Paulo Paim, um dos mais freqüentes interlocutores dos sindicatos, que com sua independência e perseverança tem mobilizado a Casa para discutir convenientemente os assuntos de interesse da classe.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Srs. convidados, eu gostaria de parabenizar o Presidente Francisco Antonio Feijó pelo belíssimo trabalho desenvolvido à frente da Confederação Nacional das Profissões Liberais. Cumprimento, também, toda a diretoria da CNPL, aproveitando para frisar o caráter abrangente e democrático de sua composição.

Contudo, eu não poderia encerrar este pronunciamento sem reiterar o meu apoio incondicional a todas as causas justas e plausíveis dos profissionais liberais – trabalhadores que contribuem com sua dedicação, sua **expertise** e seu **know-how** para a oferta de serviços imprescindíveis a pessoas físicas e jurídicas de todo o Brasil, contribuindo, por esse modo, para o desenvolvimento social e econômico do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente!

(Suspensa às 15 horas e 23 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 28 minutos.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário ocupa a cadeira da presidência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está reaberta a sessão.

Como primeira oradora inscrita, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Senador Mão Santa, Senador Arthur Virgílio e Senador Renato Casagrande. Antes, ouvimos a palavra da oradora, que já está na tribuna.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente, eu começaria perguntando: o que comemorar nesta data? O que dizer sobre o meio ambiente? Penso que, ao contrário de muitos, as nossas ações para salvar o planeta e tornar o meio ambiente sustentável estão no caminho certo. Hoje, mais do que em qualquer época, existe uma verdadeira ação mundial de enfrentamento das mudanças climáticas. Sabemos que são inúmeros os interesses, principalmente dos países ricos, de assumir seus compromissos com a questão ambiental.

O Protocolo de Kyoto foi um marco importante, em que a humanidade finalmente balizou nossos comportamentos e ações sobre o meio ambiente. Teremos, em 2012, o pós-Kyoto, nosso novo marco de esperança. É evidente que não deveremos politizar o problema amazônico, mas também não poderemos esquecer que a Amazônia não é só nossa, mas também de nossos vizinhos, com os quais deveríamos construir um projeto comum para o bioma.

Sou de uma região, Sr. Presidente, que está no olho do furacão, literalmente. Temos um desafio gigantesco de reduzir drasticamente emissões das nossas queimadas e de nosso desmatamento e, por isso, não poderemos vacilar, nem afrouxar, nem tampouco flexibilizar nossas ações, que deverão ser firmes, seja no campo, seja na cidade, controlando nossos níveis de emissões veiculares, controlando emissões provocadas por queimadas, criminosas ou não.

Particularmente, em meu Estado de Mato Grosso, a situação do desmatamento é bastante difícil. Se-

gundo reportagem recente do jornal *Valor Econômico*, “as áreas de lavoura se expandiram sobre a base da ocupação de terras públicas”. A situação realmente é muito complexa no meu Estado de Mato Grosso, e o risco de avançar cada vez mais sobre a Floresta Amazônica, a expansão do capitalismo, especialmente na área agropecuária, é realmente um problema muito significativo e que merece – e precisa – de cuidados e atenção muito especiais. Nós queremos ser produtores de soja, de carne, de algodão, de biocombustível e produtores de alimentos para o mercado interno e externo, mas sem derrubar nenhuma árvore de forma ilegal. E nós precisamos estar muito atentos para que não avance o desmatamento em Mato Grosso mais do que já vem avançando.

Preocupada, estou estudando formas de dar a minha contribuição às questões ambientais: participando de debates nacionais e internacionais, propondo soluções legais. Agora mesmo, no dia 20 de maio, protocolei um projeto sobre manejo florestal. Acredito que uma das formas de garantir o desenvolvimento econômico da Região Amazônica sem o desmatamento é o chamado manejo florestal sustentável, certificando as árvores eletronicamente. Através de um plano de manejo sustentável, é possível explorar economicamente as áreas de reserva legal, sem que isso signifique desmatamento e degradação ambiental.

A melhor solução possível é marcar, *in situ*, árvores comerciais remanescentes e árvores porta-semente, com marcadores de monitoramento, possibilitando, assim, de forma criptografada, gravar as coordenadas de localização e muitas outras informações. Senão, com as emissões enlouquecidas de gases na atmosfera, o desmatamento e queimadas insanas, imagino que já esteja definido, infelizmente, o que virá em breve. Só o que está acumulado na atmosfera poderá trazer uma variação entre 1,4° e 5,8° na temperatura da terra, trazendo conseqüências devastadoras, gerando crises sem precedentes na economia mundial.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, faço uma fala muito rápida sobre a questão ambiental. Dia 11 de junho, em Sessão Especial em nosso Senado da República, no Congresso Nacional, vamos tratar do Dia Mundial do Meio Ambiente, que é hoje, 5 de junho, quando será falado muito e a respeito.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, relatar que, no dia 2 de junho, lá em Cuiabá, capital do meu Estado do Mato Grosso, ocorreu um evento muito importante que reuniu nossas maiores autoridades, como o Governador Blairo Maggi; seu Vice-Governador, Silval Barbosa; Senador Jayme Campos; Senador Gilberto

Goellner; Deputado Carlos Abicalil; Diretor-Geral do DNIT, Dr. Luís Antônio Pagot; Secretário de Fazenda de Mato Grosso, Eder Moraes; Jandir Milan, Presidente da Fiemt; Antônio Parente, Secretário do Centro-Oeste; Vereadores, Deputados Estaduais, empresários e representante dos trabalhadores.

Essa reunião aconteceu na Federação das Indústrias de Mato Grosso, onde aconteceu um grande debate sobre reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. Lá, senhoras e senhores, estiveram debatendo essa questão o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dr. Bernard Appy, e o Presidente da Comissão de Reforma Tributária no Congresso Nacional, o Deputado Federal por São Paulo, meu companheiro Antônio Palocci.

Posso afirmar, categoricamente, que foi um acontecimento histórico e que servirá como modelo aos demais Estados da Federação.

Bernard Appy, em quase duas horas de explanação, deixou claro que o “bolo” dos Estados ganha com as mudanças e até admitiu que alguns perderão receita de início, mas garantiu que essas prováveis perdas serão ressarcidas pelos mecanismos de compensação.

O fim dos incentivos fiscais, visto por muitos com reservas, para o Secretário Bernard Appy, ao contrário, é muito positivo. Para ele, como a concessão de incentivos se generalizou, até mesmo grandes centros estão criando esses mecanismos, o que torna a situação entre os Estados ainda mais desigual, ou seja, cada vez mais, os incentivos precisam ser maiores por parte dos Estados periféricos, gerando distorções absurdas com a instalação, por exemplo, de frigoríficos em Estados que não têm pecuária.

Antônio Palocci foi brilhante, explicando didaticamente os principais aspectos da PEC da reforma tributária, mas inserindo componentes políticos fundamentais, usando de sua larga experiência de Ministro que foi.

Com as colocações de Antônio Palocci no encontro, ficou demonstrada claramente a existência de um consenso entre nós, detentores de mandatos públicos, empresários e cidadãos, homens e mulheres das mais variadas profissões, quanto à necessidade de uma reforma tributária para o nosso País. É com esse objetivo que promovemos tal debate para ouvir opiniões, colher sugestões e formatar posições que melhor correspondam aos interesses do País, do meu Estado de Mato Grosso e da sociedade de modo geral.

É claro, Sr. Presidente, que, se estamos de acordo com a necessidade da reforma tributária, nem sempre

estamos de acordo com a reforma tributária quando a reduzimos a termos. Porque não há um protótipo ideal de reforma tributária com o qual todos concordam. Existem várias propostas de reforma tributária refletindo os interesses de quem as formula, seja uma região ou uma unidade da Federação, seja um segmento social, empresarial ou trabalhador, diferenciando-se interesses mesmo entre segmentos empresariais, conforme sejam voltados para o mercado externo ou para o mercado interno; seja da agricultura ou da indústria, assim como também entre os trabalhadores existem diferenciações de interesses entre assalariados e profissionais liberais. Há pouco, terminou essa bela sessão especial que os homenageou. Então, como resolver essa questão polêmica, Sr. Presidente?

Acredito que devemos procurar a reforma tributária possível. Essa reforma tributária possível deve ser produto de um pacto político que contemple primeiramente o interesse geral da sociedade e, na medida do possível, os mais diversos interesses setoriais. Esse pacto político só pode ser feito levando em conta o desenvolvimento do País, as necessidades sociais e a conjuntura política do País, especialmente neste momento histórico.

Todos nós sabemos que o poder de tributar é uma das bases do Estado moderno. A sociedade aceita que o Estado recolha uma parte da riqueza por ela produzida, mas deseja e busca que serviços como polícia, justiça, saúde, educação, proteção ambiental, assistência social e outros mais venham a acontecer.

Eu teria aqui muitas questões a serem colocadas. Infelizmente, o tempo é muito pouco, mas eu me comprometo a voltar ao tema. Aliás, eu preciso, necessariamente, em outro momento, tratar desta questão, em especial para falar da Carta de Mato Grosso, acerca da reforma tributária brasileira. Voltarei a falar disso em outro momento.

Eu pediria um minuto a mais, Sr. Presidente, para falar de uma questão que está acontecendo hoje aqui em Brasília, e deixo para completar a minha fala sobre reforma tributária, sobre esse fórum extremamente importante, com a presença do Dr. Bernard Appy e do nosso Deputado Federal Antônio Palocci, que aconteceu lá em Mato Grosso.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Volto outro dia a tratar dessa questão, como já anunciei aqui, lendo em determinado momento a Carta de Mato Grosso, acerca da reforma tributária brasileira.

Um terceiro assunto que eu preciso tratar hoje, porque o evento está acontecendo no dia de hoje aqui em Brasília, Sr. Presidente, é que hoje o Brasil escreve mais um capítulo histórico pela luta dos Direitos Humanos no Mundo, ao realizar a Conferência Nacional GLBT, a primeira conferência direcionada para a promoção dos direitos humanos da comunidade GLBT no mundo organizada por um governo nacional.

Esperamos hoje, aqui em Brasília, pelo menos seiscentas pessoas para discutirem os direitos para a comunidade GLBT, principalmente o direito de existir sem o risco de serem vítimas de violência e discriminação. Creio que o grande objetivo dessa conferência é o fim da homofobia, é a garantia de que a população homossexual não seja mais marginalizada e destituída de seus direitos pela maioria opressora.

Aproveito, Sr. Presidente, para parabenizar o Governo Federal por essa ação de promover o debate como o que já é feito para índios, mulheres, idosos, crianças, adolescentes, negros, meio ambiente, buscando políticas públicas específicas para solucionar problemas específicos. É assim que se constrói uma sociedade democrática de fato: tratando os desiguais em suas especificidades.

Hoje, essa Conferência ganha ainda mais importância, por conta dos fatos ocorridos com os militares que assumiram sua homossexualidade a uma revista e foram presos durante uma entrevista a uma emissora de TV na última terça-feira.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer que devemos acompanhar de muito perto o desenrolar dos fatos e verificar se realmente se trata de um procedimento correto, ou se está havendo intolerância.

Hoje constituímos uma comissão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy, para acompanhar o caso. Os membros dessa comissão são o Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Nery, a Senadora Fátima Cleide e eu, Senadora Serys Slhessarenko. Vamos fazer o acompanhamento das ações do Exército com relação aos Sargentos Laci de Araújo e Fernando Figueiredo.

Então, hoje, realmente, precisávamos anunciar, desta tribuna, a abertura da 1ª Conferência Nacional GLBT, organizada por um governo nacional, por um governo democrático.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, o nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão de cinco de junho, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Heráclito Fortes, lembram-se do grande jornalista Efrém Ribeiro? Pois é, o Piauí está em O Globo. Esse Piauí, do PT... No Brasil, não há terremoto, nem maremoto, nem vulcão, mas surgiu o PT. O Piauí, Antonio Carlos Valadares – olha lá, para vocês verem o que é o PT. O Mário Couto fala...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas tem o “PTmoto”, que é pior do que tudo isso aí junto, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cadê o Mário Couto? O Mário Couto, lá do Pará? É só clamando.

Leio: “Piauí: ‘Fossas aéreas’ ainda são usadas no Estado”.

“Número de doenças é alto”.

Uma reportagem muito bem feita do jornalista Efrém Ribeiro disse que deu outra epidemia.

Ô Heráclito, eu me orgulho de ter introduzido na capital de Teresina o Sanear, que construiu 40 km de esgoto. Mas depois disso, eis aqui a manchete: “Fossas aéreas ainda são usadas no estado”. É tudo aberto. A saúde pública está a merecer aquele discurso de Afrânio Peixoto, primeiro professor de higiene no Brasil, que dizia: a saúde pública no Brasil é feita pelo sol, a chuva e os urubus.

E assim está ocorrendo depois de tantos anos da pregação de Afrânio Peixoto no Piauí dirigido pelo PT.

Leio O Globo: “Piauí: ‘Fossas aéreas’ ainda são usadas no Estado”. “Número de doenças é alto”. Do grande jornalista Efrém Ribeiro. É longa a reportagem.

Mas o nosso assunto é o seguinte: Olha, Luiz Inácio passou por aquela Casa verde, Antonio Carlos Valadares, e disse que encontrou lá 300 “picaretas”. Tem até um samba: “Luiz Inácio disse e tal...”

Agora eu quero dizer que temos que pinçar homens de bem.

Tem um Deputado Federal lá que é uma das figuras mais respeitáveis na medicina do nosso Brasil.

Sou médico há 42 anos. Tem um Deputado Federal lá que é um dos médicos mais sábios, mais respeitáveis, mais honrados da ciência médica brasileira. Fez da ciência médica a mais humana das ciências e continua um benfeitor da humanidade. É comum os médicos ingressarem na política.

Antonio Carlos Valadares, lá na OMS – Organização Mundial de Saúde, que tem uma sede em Genebra, onde nós vamos amanhã representar este País, está definido que saúde não é apenas a ausência de enfermidade ou doença; é o mais completo bem-estar social, mental e físico. Social! É combater a miséria e o pauperismo. Por isso é comum muitos médicos adentrarem a política, porque ele está buscando o bem-estar social: combater o pauperismo, a miséria.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ô Antonio Carlos, tu começa com um...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É porque V. Ex^a disse que ia falar cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, mas é a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu confio na palavra de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu jamais duvidei.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha lá... de verdade, em verdade eu vos digo... Assim falava Cristo. E eu digo: de verdade, em verdade eu vos peço dois minutos e eu termino. Dois. Bote aí dois, porque já vai interromper. Pronto, agora está certo.

Então, é o seguinte: José Aristodemo Pinotti. É o Dr. Pinotti. Outro dia eu saí com o Presidente Sarney aqui. Ele foi laureado – e ele é de São Paulo – no Rio de Janeiro com a maior Comenda das Associações Médicas. Fui representante lá.

Olha o que diz Pinotti – ele é Deputado Federal:

“Dominado pela lógica do capitalismo e sem sensibilidade social, o Governo quer recriar a CPMF com outro nome (Contribuição Social para a Saúde – CSS),...” [acho que CSS significa o seguinte: companheiros salteadores de salário. Eles vão saltar o salário do povo brasileiro novamente] “...quando a carga tributária no País já ultrapassou todos os limites do suportável (...) “(...) há 13 anos [a dívida do Brasil] era de R\$62 bilhões e hoje passa de R\$1 trilhão e que só serve para engordar os lucros obscenos dos banqueiros”.

Essa é a verdade. “De verdade, em verdade, eu vos digo!” Então, ele se envergonha do que está havendo na Câmara Federal. Antonio Carlos Valadares, tem que ter uma intervenção lá. O Luiz Inácio diz que

são 300 picaretas. Mas estão aumentando. E o que ele diz aqui? Atentai bem! Dê um minuto!

“(...) e estranha, do ponto de vista ético, pois nunca vi criar e votar um novo imposto e empurrar goela abaixo dos brasileiros em três dias.”

Isso é um a vergonha. O Boris Casoy voltou. Está aí: “Isso é uma vergonha!”

Atentai bem! Olha que é difícil fazer uma lei. É complicado. Deus só deu dez a Moisés. Deus, com a sua sabedoria, entregou as tábuas da lei, não é, Antonio Carlos Valadares? Olha, os picaretas agem dali, denunciado aqui por Pinotti:

“...e estranha, do ponto de vista ético, pois nunca vi criar e votar um novo imposto e empurrar goela abaixo dos brasileiros em três dias.”

Nós vamos enterrar essa imoralidade dos trambiqueiros, dos pilantras, nascida ali. Nós vamos dizer, como dizia Cícero – “O Senado e o povo de Roma” –, e eu direi o Senado e o povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador João Pedro, que falará por dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sabendo que V. Ex^a é um regimentalista, eu fui citado pelo Senador Mão Santa e gostaria de invocar o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a foi citado debaixo de muitos elogios. Aliás, merecedores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não é verdade. Os elogios deles para comigo são constantes. Agora, colocou-me em um assunto que envolve o Piauí e o atual Governador, e eu me sinto no direito e no dever...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas eu falarei após o Senador João Pedro, que já está inspirado, e eu não quero tirá-lo da linha de raciocínio. Em seguida, eu contarei com V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador João Pedro, V. Ex^a dispõe da palavra, como orador inscrito, por dez minutos.

Em seguida eu falarei, pela Liderança do PSB, por concessão do nosso Líder Casagrande.

Como oradores inscritos, temos o Senador Eduardo Suplicy e depois o Senador Arthur Virgílio, que vai falar de acordo com o art. 14, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, esta data de 5 de junho é uma data internacional. Considero um dia em que nós aprofundamos as nossas reflexões, os debates acerca do seu significado, do seu simbolismo, que é o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Esta data, Sr. Presidente, foi carimbada, foi inaugurada em 1972, quando da primeira reunião da ONU, em Estocolmo, justamente para discutir a questão ambiental. No ano de 1972, houve a primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente.

Pois bem, de 1972 para cá, tem havido um debate, uma discussão rica, profunda, acerca da questão ambiental. O nosso País, o Brasil, não ficou distante do debate, não ficou de fora desse debate.

Hoje, quero parabenizar o Presidente da República, que, num ato, às 12 horas do dia de hoje, além de várias medidas no sentido de reafirmar esta data e de compromissos com o debate ambiental, tomou uma série de medidas. Quero destacar aqui duas medidas que dizem respeito ao nosso território, ao nosso Estado. Uma delas foi a criação de uma Resex conhecida como Ituxi, a Resex Ituxi, de 776,9 mil hectares, Sr. Presidente, no Município de Lábrea, sul do meu Estado, no Estado do Amazonas. Foi criada, então, uma Resex.

A outra medida de Sua Excelência, o Presidente Lula, foi a criação do Parque Nacional Manpiguari, com 1,6 milhão de hectares, localizado em dois Municípios: nos Municípios de Canutama e Lábrea.

A reserva extrativista Ituxi, no Município de Lábrea, e o Parque Nacional Manpiguari, entre os Municípios de Canutama e Lábrea – a primeira reserva, a extrativista, com 776 mil hectares, e o Parque Nacional, com 1,6 milhão de hectares.

Sr. Presidente, considero importante essa decisão da Presidência da República, principalmente hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente. Atualmente, em torno de 8,3% do território brasileiro compõem as unidades de conservação e as reservas indíge-

nas. Esse é um compromisso, Sr. Presidente, esse é um debate que compõe todo o cenário da discussão sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente. E, evidentemente, se há medidas positivas, se há avanços importantes principalmente da consciência da sociedade brasileira e de políticas públicas, temos muito a fazer, Sr. Presidente, na questão ambiental, principalmente a sociedade mundial, a sociedade civil, a sociedade brasileira.

Quanto a esse debate sobre a questão ambiental, não podemos apenas trabalhar exigindo dos governos. É importante que governos, empresas e a sociedade civil assumam a responsabilidade de trabalhar, de fazer o debate ambiental, mas de contribuir com a vida neste Planeta.

É inconcebível, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse último dado sobre o desmatamento na Amazônia. Um território como o do Rio de Janeiro foi desmatado, Sr. Presidente, sem nenhum critério, à revelia das leis, das normas, do compromisso com o Brasil, do compromisso com a Amazônia. Foi um desmatamento criminoso esse último detectado pelos satélites do Inpe, que acompanha o desmatamento na Amazônia.

Esse é um registro triste, que repudiamos. O desmatamento é criminoso, não obedece às leis, à legalidade, ao plano de manejo das nossas florestas.

E como um cidadão da Amazônia, neste dia, eu quero dizer, primeiro, da importância da Amazônia para os povos da Amazônia, para os 23 milhões de brasileiros que vivem lá, a importância desse território, dessa biomassa, dessa riqueza, desse patrimônio, dessa diversidade cultural para o Brasil, desse território para o Brasil e para o mundo, pelas suas potencialidades, Sr. Presidente.

A Amazônia, a partir da sua biomassa, dessa diversidade, pode responder a tantas questões do campo da genética, da biologia, da ciência. Esse território precisa ser levado em consideração de forma respeitosa. Precisamos trabalhar essa riqueza de floresta, de água doce, de minerais, da cultura registrada e externada pelas etnias, pelos povos indígenas, de forma respeitosa, Sr. Presidente. É inconcebível que setores da economia nacional roubem a madeira, derrubem a floresta, sem obedecer à nossa legislação, sem construir uma política em que seja possível, sim, combinar o desenvolvimento, a geração de renda, o emprego, sem essa destruição criminosa. Quero dizer que essa é uma luta que o Senado da República, esta Casa, tem de enfrentar.

Primeiro, precisamos tratar a Amazônia como parte estratégica do povo brasileiro, desta Nação. Segundo, precisamos ser duros, intransigentes com o crime ambiental.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço um alerta: é papel da sociedade, todos devemos dar exemplos, no dia-a-dia, de como se deve preservar, de como se deve trabalhar, de como se deve construir a economia na Amazônia. A sociedade civil precisa assumir também um papel responsável, da sua responsabilidade com a região.

Vou finalizar, Sr. Presidente, sem extrapolar o tempo – este é o meu desejo –, dizendo que os países ricos, que o mundo precisa refletir acerca deste dia. Quero condenar, neste final de discurso de reflexão sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, a postura intransigente dos Estados Unidos, a postura autoritária, desrespeitosa, do Presidente Bush, que não assinou, nos últimos anos, o Tratado de Kyoto, o compromisso dos países desenvolvidos, industrializados em reduzir em 5% a emissão de gás carbônico, do CO₂.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer este registro, de chamar a atenção desse grande país que é a China. Se é importante o crescimento econômico e o desenvolvimento, a China não pode contribuir com a emissão de gás carbônico, que tanto prejudica o planeta Terra.

Sr. Presidente, esse debate impõe a todos nós uma exigência dos países industrializados no sentido de compatibilizar a renda, a riqueza, com a vida. O mais importante nisso tudo é a vida dos seres humanos. O mais importante disso tudo é a qualidade de vida. Agora mesmo o Presidente Lula faz um discurso, na Itália, chamando a atenção para essa dificuldade, para a dificuldade de alguns países, principalmente os países pobres, em ter acesso a alimentos importantes para o dia-a-dia, Senador Flexa Ribeiro, homem da Amazônia, Senador da Amazônia.

É preciso que os países ricos reflitam acerca de suas políticas, sob pena não da Amazônia comprometer o planeta Terra, mas de o capitalismo selvagem e exclusivista comprometer a vida na Terra.

Sr. Presidente, a verdade é que o Brasil fez seu dever de casa nos últimos anos. A nossa matriz energética é um exemplo para o mundo. A nossa matriz energética nos orgulha.

É neste Dia Mundial do Meio Ambiente que quero prestar, neste final de pronunciamento, minha solidariedade a tantos lutadores em defesa da vida, em defesa do meio ambiente. Eu não poderia deixar de destacar

a vida dos trabalhadores rurais lá na Amazônia em defesa da qualidade de vida nem de destacar o nome de Chico Mendes, um acreano, um exemplo na defesa da Amazônia, da floresta, do meio ambiente.

Neste Dia Mundial do Meio Ambiente e neste final de reflexão, quero dizer que Chico Mendes, a sua vida, o seu sangue, é um exemplo na defesa dos povos da Amazônia, dos povos das florestas, mas de uma sociedade que possa viver com dignidade, com vida, com democracia, com distribuição de renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador João Pedro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pela ordem, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ... citei o art. 14, foi-me concedida a palavra pelo Senador Valadares ...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Então, V. Ex^a tem a palavra pelo art. 14.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

O Senador Mão Santa fez uma denúncia grave a respeito de matéria publicada no jornal *O Globo* de hoje sobre denúncia de fossas a céu aberto no meu Estado. Pedi o direito de uso da palavra porque, hoje, no Piauí, o Governo tenta vender a imagem de que não quer bem ao Piauí quem denuncia fato dessa natureza, quando, na verdade, quem não quer bem ao Piauí é quem deixa, por omissão ou por mal uso do poder, essas coisas acontecerem.

Vemos, Senador Flexa Ribeiro, no Ceará, hoje, os jornais noticiarem, inclusive colocando o Presidente da Funasa sob suspeita, que vários milhões foram destinados à Funasa nacional para atender àquele Estado. E o Piauí, que tem o Governador do mesmo Partido de Sua Excelência o Presidente da República, nada. Estamos vivendo um período de embromação e de enganação.

Na semana passada, Senador Valadares, a TV Globo, no programa *Bom Dia Brasil*, trouxe uma matéria que mostrava que computadores comprados para ajudar no ensino ficam nas caixas no Estado do Piauí. Este Governo, que prometeu computador nas escolas, nas salas de aula, pelo Ministro da Educação, que tenho na conta de um homem sério, não tomou nenhuma providência para verificar essas questões. Os computadores e os equipamentos estão lá entregues às traças, a educação do Piauí está carente, necessitada de assistência, e a gente se depara com um quadro dessa natureza. Daí por que fiz questão de prestar estes esclarecimentos ao que disse o Senador Mão Santa e acrescentar mais esse dado, para que não fiquem dúvidas quanto ao meu amor e ao meu interesse no sentido de que as coisas no Piauí andem.

Mas, Sr. Presidente, infelizmente, estamos vivendo uma tragédia. De promessas o piauiense está cheio, e lá não há outra coisa. É um tal de assinar convênio, projeto novo, obras novas que não acontecem, e os computadores, segundo a TV Globo, encaixotados, jogados num canto de sala, como a fotografia mostra.

A questão das fossas a céu aberto é de responsabilidade da Funasa. Por que não se liberam recursos para o Piauí? Senador Mão Santa, V. Ex^a tem toda a razão. Nós não podemos aceitar isso e não podemos nos conformar.

Ontem, falei aqui sobre obras de cunho eminentemente eleitoreiro, iniciadas pelo Governador, muitas delas contrariando a legislação eleitoral, muitas delas feitas sem os recursos assegurados, como manda a lei. Iniciadas para iludir o eleitor e não terminadas!

E nós precisamos, por amor ao Piauí, por amor ao povo que foi iludido e enganado, de respostas para essas questões.

Portanto, eu agradeço a V. Ex^a ter me concedido esse direito de esclarecimento, com base no art. 14. Mas não é do meu feito ficar calado diante de tantos desmandos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Computadores comprados para ajudar no ensino ficam nas caixas no Piauí

Equipamentos foram comprados para atender 420 escolas. Um ano depois, a maioria dos computadores não foi instalado.

Do G1, em São Paulo, com informações do Bom dia Brasil
✉ entre em contato

Um exemplo da falta de planejamento em uma área vital da vida brasileira: a educação. Estudantes de escolas públicas do Piauí esperaram por muito tempo os laboratórios de informática. Os computadores finalmente chegaram mas a maioria nem foi instalada.

Veja o site do Bom dia Brasil

Os equipamentos de informática foram destinados a 420 escolas públicas do Piauí. Mas um ano depois, a maioria dos laboratórios não funciona. No município de Santo Antônio dos Milagres, mesas, cadeiras, impressora e os dez computadores foram parar no depósito de merenda escolar. Nunca foram instalados.

“É muito constrangedor, porque a gente sabe da necessidade dos nossos alunos e da própria comunidade. De acordo com essa realidade, a gente vê que os alunos não podem usufruir”, lamentou a professora Elda Mota.

Na cidade de São Gonçalo do Piauí, os computadores estão amontoados em uma sala da escola. “Já tem notícias até de algumas escolas que as traças estão corroendo equipamentos. A gente está correndo esse risco também, em virtude da não-instalação deles até agora”, contou o professor Francisco Vilanova.

O governo federal investiu cerca de R\$ 6 milhões na compra de 4,2 mil computadores para as escolas do Piauí. Em uma delas, o laboratório chegou a ser instalado, mas faltam instrutores para ensinar os professores e alunos a manusear os equipamentos. A estudante Aldenora Gomes esperava conseguir com as aulas informática uma vaga no mercado de trabalho.

“Piauí tem um mercado de trabalho fraco. Muitos viajam embora em busca de trabalho. Tem que ter um curso de informática”, comentou a estudante Aldenora Gomes.

A Secretaria Estadual de Educação responsabiliza a empresa contratada pelo Ministério da Educação (MEC) para vender os computadores de não ter efetuado a instalação dos equipamentos.

“São 55 mil laboratórios de informática em todo o Brasil e isso está acontecendo em todos os estados”, afirmou o diretor estadual de gestão do Piauí, José Pacífico.

“O Ministério da Educação tem pleno conhecimento já desde dezembro desse quadro. Já estamos conversando com os estados e municípios nessa situação, que pediram um prazo para poder adequar essas salas. O que nós vamos fazer no limite é pegar esses computadores e instalar em outras escolas que já estão prontas até que o estado possa oferecer salas adequadas”, disse o secretário nacional de educação à distância, Carlos Bielschowsk.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Parabenizo-o, nobre Senador Heráclito Fortes, pela defesa permanente que V. Ex^a faz do grande Estado do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito o ensejo da comemoração do Dia do Meio Ambiente para tratar de dois assuntos. Primeiro: de um requerimento, assinado por vários Senadores das mais diversas regiões de nosso País, pedindo ao Presidente da Câmara dos Deputados prioridade para a tramitação da Emenda Constitucional nº 524, de 2002, de nossa autoria, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Ou seja, é a chamada PEC da Revitalização, que concede recursos certos e determinados, durante 20 anos, para a completa restauração do curso do rio São Francisco, a construção das matas ciliares, as obras de saneamento básico e, enfim, o desenvolvimento sustentável na bacia do rio São Francisco.

Esse projeto, Sr. Presidente, essa PEC, essa proposta de emenda constitucional, é da mais alta importância, visto que os Senadores já se manifestaram, aprovando-a por unanimidade. Aconteceram na Câmara dos Deputados, nas Comissões competentes, na Comissão Especial e na Comissão de Justiça, votações unânimes, o que comprova a importância dessa proposta que nós estamos trazendo à lembrança da Câmara dos Deputados no Dia Mundial do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, o Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, há poucos dias, fez um pronunciamento que foi publicado, inclusive, no jornal *Correio Braziliense* sob a denominação “Águas, alimentos e energia: as perspectivas do Brasil”. Foi um artigo que repercutiu na Câmara dos Deputados e na imprensa de Brasília, como também no *site* do próprio PSB, Partido Socialista Brasileiro.

Aqui nós não só estamos registrando a importância desse pronunciamento como contribuindo para, num gesto de complementação, apresentar as nossas preocupações sobre o risco do estresse hídrico nas nossas cidades e sobre a necessidade de mais atenção para o problema da água.

Concordo plenamente com a tese do Deputado Federal – nosso companheiro do PSB – Rodrigo Rollemberg de que é urgente o impulso do Governo à pro-

dução de alimentos e também o apoio a alternativas energéticas limpas como o etanol, além da defesa do uso sustentável da água.

No meu entendimento, Sr. Presidente, se não cuidarmos desses bens, em especial da água e da questão dos alimentos, com toda a certeza marcharemos para graves crises sociais. Poderemos ter em grande escala verdadeiras rebeliões sociais por alimentos e guerras pela água. Esse processo já começou. Mês passado já assistimos a levantes populares em vários cantos do mundo por conta da “inflação dos alimentos”.

Portanto, temos de começar rapidamente a reagir. Como os senhores sabem, venho retomando esse tema em vários pronunciamentos, assim como o dos alimentos. Venho defendendo uma reforma tributária que, entre outras coisas, desonere a cesta básica ao mesmo tempo em que sejam tomadas medidas de apoio creditício e técnico ao pequeno e médio produtor rural, aquele que abastece as nossas cidades.

Mas quero, em particular, chamar a atenção para o problema da água, em especial porque, neste ano de 2008, temos o Ano Internacional do Saneamento e porque hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. E quero começar lembrando que, em janeiro deste ano, em Davos, na Suíça, quando todos esperavam que o Secretário da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, falasse da crise da economia global, no Fórum Econômico Mundial, ele surpreendeu todo o mundo chamando a atenção para a crise da água, para a crescente escassez desse bem. Ou seja, em pleno Davos, em pleno Fórum Econômico Mundial, o líder de todas as nações chamou a atenção de todos, governantes e homens de negócio, para o problema da água.

Discursando diante dos magnatas dos negócios, o Secretário-Geral da ONU alertou que “a falta de recursos hídricos pode agravar e iniciar conflitos” e continuou argumentando “à medida que a economia cresce, se torna mais sedenta”, aumenta a crise global da água.

Os dados não enganam ninguém. Uma autoridade no assunto, como Anders Bertell, Diretor-Executivo do Instituto Internacional da Água, com sede em Estocolmo, colocou o dedo na ferida ao fazer o seu diagnóstico e chamar por políticas públicas contra a pobreza e a fome. Em suas palavras, nós temos uma crise de manejo da água. Por isso mesmo, ele argumentou que não se trata de uma crise “da água propriamente dita”, mas da “ausência crônica de fundos e incompreensão de que é preciso saneamento e higiene em nível local”.

Esse especialista propôs a solução, ao argumentar que esse problema pode ser “resolvido com a

melhoria do gerenciamento, aumento dos recursos e sustentação dos esforços para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, como erradicar a pobreza extrema e a fome e adequar a provisão de água e esgoto. Portanto, por intermédio de políticas públicas mais agressivas.

Os números mundiais, Sr. Presidente, são chocantes. Daí o seu argumento contundente: a carência de água potável para mais de um bilhão de pessoas e de saneamento para mais de 2,5 bilhões constitui “uma devastadora crise humanitária”.

Para que se tenha uma idéia, Sr. Presidente, somente a diarreia, segundo dados da Organização das Nações Unidas, ONU, mata quatro milhões de crianças a cada ano. Quatro milhões de crianças a cada ano! E essa crise, se é grave no nosso Continente, passou a ser grave também em outras regiões do mundo, como o Leste Europeu, depois do fim das economias planificadas.

Um estudo divulgado pela ONU, às vésperas do Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março, afirma que a escassez ameaça mais de 100 milhões de europeus. Quase 40 meninos e meninas morrem por dia, a maioria da Europa Oriental, vítimas de uma doença ligada à água, a diarreia. No Leste Europeu, quase 16% da população não tem água potável em casa. E nas zonas rurais mais da metade dos habitantes vive sem ela e sem saneamento.

Sr. Presidente, o quadro de saneamento básico e de crise hídrica é bem pior na América Latina. Ora, sem saneamento e com má qualidade da água ou sua escassez aumentam as doenças. Em todo o mundo há uma clara relação inversa entre a mortalidade infantil e o grau de acesso à água limpa. A água contaminada não tratada é veículo para muitas doenças.

A realidade no meu Nordeste não deixa margem a dúvidas. No Brasil, basta que façamos uma comparação entre as diferentes regiões, como ocorre na região mais pobre, o Nordeste, que tem também a menor proporção de domicílios com acesso à água tratada.

Existem atualmente no Brasil, Sr. Presidente, 10,2 milhões de domicílios que não têm serviço de abastecimento de água e aproximadamente 11,5 milhões que não possuem serviço de coleta de esgoto ou fossa séptica.

De acordo com a Agência Nacional de Águas, apenas 20% do volume de esgoto coletado passam por uma estação de tratamento. E onde é que esse déficit de água tratada vai aparecer, Sr. Presidente? Nas doenças, nas internações, nos óbitos hospitalares, no sofrimento dos mais pobres e pequenos, dos grupos humanos mais vulneráveis.

Precisamos de políticas voltadas para as regiões mais problemáticas, para as regiões que são vítimas do estresse hídrico. Seis Estados brasileiros já se encontram em situação de estresse hídrico periódico e regular e quatro Estados são vulneráveis, enfrentando ocasionalmente falta d’água.

Este conceito, estresse hídrico, baseia-se nas necessidades mínimas de consumo *per capita* para manter a qualidade de vida adequada em regiões moderadamente desenvolvidas.

Considerando a disponibilidade hídrica daqueles dez Estados e somente a perspectiva de aumento populacional apresentada pelo IBGE, conclui-se que a situação tende a piorar de forma considerável, no médio prazo.

O desafio, Sr. Presidente, que temos é, portanto, colossal, principalmente se levarmos em conta que temos diante de nós um problema grave e planetário, criado pelo capitalismo globalizado da mudança climática.

O tempo, por conta disso, está contra nós. Muitas populações já estão à beira da sobrevivência. A população mundial continua crescendo. O mundo aumentará em mais de três bilhões de pessoas até o ano de 2050. A demanda hídrica tende a crescer. Por sua vez, a contaminação por esgotos, agrotóxicos e resíduos industriais.

É claro que o quadro é preocupante. Só que não podemos – já estou encerrando, Sr. Presidente – nos esquecer do seguinte: tudo ficará muito mais grave e desesperador se não tomarmos medidas já e se não dermos os passos concretos, necessários, desde já.

Especialistas estão advertindo que muitos rios de países em desenvolvimento e de potências emergentes sofrem uma contaminação próxima do colapso. Alerta a esse problema, tenho lutado incessantemente pela revitalização do nosso Velho Chico, que conheço bem de perto e que não pode esperar indefinidamente – o Rio São Francisco.

Mas, além disso, temos de ter políticas públicas que realmente dêem cobertura às populações mais atacadas pelo estresse hídrico e pela falta de saneamento. E precisamos também, Sr. Presidente, como parte de uma boa política, procurar compreender as comunidades locais na administração hídrica, no cuidado direto com os problemas que afligem diretamente. Afinal, temos de seguir o exemplo do Secretário da ONU: colocar a água de forma muito mais enfática na agenda internacional. A ONU declarou 2008 como o Ano Internacional do Saneamento e com isso, certamente, chamou a atenção para questões críticas como essa da água e do saneamento.

Existe também outro debate urgente: a necessidade de se questionar o modelo de desenvolvimento adotado por nações mais ricas, baseado no uso de grandes quantidades de água e energia.

Se nada disso for detido e transformado a tempo, entraremos na era das guerras pela água. Guerras que podem envolver nossa Amazônia, da mesma forma que já começam a despontar em determinadas regiões do mundo. No Golfo Pérsico, por exemplo, as ameaças à paz surgem não só das disputas que envolvem o petróleo mas também de problemas relacionados à água.

E, se estamos diante de um problema que no mundo inteiro só tende a crescer, tenho que insistir que ele não apenas faça parte da nossa agenda, do nosso debate, mas também da nossa cobrança por políticas públicas mais fortes, mais intensas, mais incisivas que garantam a água de qualidade para todos e o saneamento para todos, a começar das regiões mais pobres e carentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, no Dia Mundial da Água e no Ano Internacional do Saneamento, também em homenagem a V. Ex^a, que é um defensor da Amazônia e está presidindo neste momento a sessão do Senado Federal.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares o brilhante pronunciamento que fez e concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Não estando presente, concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Geovani Borges, por cessão do nobre Senador João Vicente Claudino.

V. Ex^a tem 10 minutos.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi feito aqui, no dia 1º de abril de 2008, um acordo para votar o aumento dos policiais civis e militares do Distrito Federal. Nesse acordo ficou pactuado com as bancadas de Roraima, do Amapá e de Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador, desculpe interrompê-lo. Peço ao Senador Heráclito Fortes que nos dê a honra de presidir a sessão, tendo em vista que tenho que me retirar. Senador Geovani Borges, V. Ex^a pode continuar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me der três minutos eu assumo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – É um prazer esperar V. Ex^a por três minutos.

Continua com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, prosseguindo aqui em nosso pronunciamento, nesse acordo, ficou pactuado com as Bancadas de Roraima, do Amapá e de Rondônia que teríamos o reajuste dos salários dos policiais militares e dos bombeiros dos ex-territórios no momento em que houvesse também o reajuste dos militares do Governo Federal.

O líder do Governo, Senador Romero Jucá, anunciou esse compromisso aqui, no plenário. Disse até que manteve entendimento com o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, e explicou que, se na proposta do reajuste dos militares da União não viesse contida a proposta de aumento dos policiais militares e bombeiros dos ex-territórios, nós iríamos emendar essa proposta do Executivo, para aprovar o reajuste dos militares dos ex-territórios.

Disse que, se isso não acontecesse, ele mesmo, o Presidente Sarney, o Senador Gilvam, o Senador Papaléo, o Senador Raupp, todos estariam vigilantes para fazer justiça aos ex-territórios, porque, além de ter sido feito um compromisso, esses policiais já haviam tido suas desvinculações.

Remuneração do Distrito Federal. Pois bem. O Governo encaminhou ao Congresso a Medida Provisória nº 426, de 2008, que trata de aumento de valor das vantagens pecuniárias especiais devido aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. E, mais uma vez, os policiais e militares dos ex-territórios ficaram de fora. Essa foi a quinta vez, Deputado Mozarildo Cavalcanti, que os policiais militares do Distrito Federal – Senador Mozarildo Cavalcanti, corrijo aqui, meu ex-colega Deputado na Câmara; fomos grandes colegas lá e parceiros de Constituinte – receberam vantagens salariais e igualmente a quinta vez que os policiais militares dos ex-territórios ficaram a ver navios.

Sr. Presidente, com a extraordinária experiência parlamentar que possui, o Senador José Sarney já apresentou emenda à Medida Provisória. Estamos lembrando aqui, Sr. Presidente, a importância de aprovar, sem reparos, a emenda que o Senador José Sarney apresentou à Medida Provisória nº 426, de 2008, que se encontra na Câmara dos Deputados.

Nós, representantes de ex-territórios, fizemos um acordo nesta Casa, neste plenário. E acordos são compromissos de honra que não podem ser quebrados, sob pena de envergonhar o homem e seu caráter.

Pois bem, se a emenda do Senador José Sarney for rejeitada na Câmara dos Deputados, eu mesmo vou propor um destaque que contemple e faça justiça

aos policiais militares e bombeiros dos ex-territórios federais, Amapá, Rondônia e Roraima.

Como explica o Presidente Sarney, foram criadas a Gratificação de Condição Especial de Função Militar e a Vantagem Pecuniária Especial, esta última reajustada através da Medida Provisória nº 401, de 2007, intensamente debatida neste plenário em 1º de abril passado, quando ficou acertado com a Liderança do Governo que tal distorção seria reparada por ocasião da concessão de reajuste para as Forças Armadas.

Na semana passada, a Medida Provisória nº 426, de 8 de maio, concedeu novo reajuste privativo para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante mais uma alteração dos valores da Vantagem Pecuniária Especial.

Enquanto isso, a medida provisória que concederia aumento aos militares das Forças Armadas – e que acabaria com a discriminação contra os remanescentes da Polícia e dos Bombeiros Militares do ex-estado da Guanabara e dos ex-territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima – chegou a ter os percentuais divulgados pela mídia, mas não deu em nada.

Data venia, isso nos parece absoluto descaso para com os policiais militares dos ex-territórios. É como se precisássemos mendigar aqui aquilo que é de direito e advém da força de lei.

A verdade, Sr. Presidente, é que promover o ajuste das tabelas dos servidores policiais militares e bombeiros militares dos estados e do antigo estado da Guanabara não é favor nenhum. Esquecer-se de incluí-los nas sucessivas medidas provisórias enviadas a este Congresso Nacional não parece ser mero e recorrente descuido.

Na verdade, reparar a situação dos policiais militares dos ex-territórios é um ato de justiça que vai reduzir as distorções salariais entre as categorias. A medida vai beneficiar quatro mil policiais militares e bombeiros, mais ou menos, e ativos e inativos dos ex-territórios.

Não podemos continuar tratando diferentes como iguais. Há 26 anos, qualquer valor concedido aos militares do Distrito Federal era estendido aos militares e bombeiros dos ex-territórios. Agora, eles estão sendo colocados à margem, como se simplesmente não existissem.

Atualmente, o Governo Federal vem criando gratificações por meio de leis específicas aos militares do Distrito Federal,...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Exª me permite um aparte, Senador Geovani Borges?

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – ...desrespeitando a finalidade do art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002, que é o tratamento igualitário aos militares

dos ex-territórios e antigo estado da Guanabara, pois eles não possuem uma legislação própria. Portanto, não são considerados militares das Forças Armadas. E como não existe Polícia Militar Federal, não podem ser atrelados ao Ministério Federal.

Concedo o aparte e ouço com muito prazer o Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geovani Borges, como V. Exª disse em seu pronunciamento, tivemos a honra de ser colegas Constituintes, Deputados Federais pelos territórios do Amapá e de Roraima, e trabalhamos muito para transformá-los em estados. Parece que o Governo Federal, pelo menos na burocracia, não engoliu isso, e busca se vingar de algumas formas: primeiro, mantendo as terras dos estados do Amapá e de Roraima sob seu domínio; segundo, e pior ainda, punindo os funcionários, não apenas militares, mas também civis, sem conceder promoções, progressões funcionais e aumentos. Com relação aos policiais militares, é uma molecagem o que estão fazendo conosco. E eu me surpreendo muito com o fato de o próprio ex-Presidente José Sarney, Senador pelo estado do Amapá, estar se empenhado de maneira forte sem ser atendido pelo Governo. Eu me somo a V. Exª. Precisamos tomar uma medida mais dura. Os Parlamentares de Roraima, Amapá, Rondônia e do ex-Distrito Federal deveriam...

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Exª.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu dizia a V. Exª que deveríamos adotar medida mais drástica, já que estamos cansados de conversar, negociar, fazer compromissos de Líder, de Ministro de Planejamento, e os militares mais ainda. Devemos começar a não votar nada do interesse do Governo aqui, e assim fazer com que atendam a essas medidas, que são justas para os policiais militares do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros de lá, assim como para os outros servidores públicos do quadro em extinção. Estão tratando os funcionários dos ex-territórios como se eles, os funcionários, é que estivessem em extinção, e não o quadro. Portanto, parabéns a V. Exª pelo pronunciamento. Eu me coloco à sua disposição nessa luta.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, que contribui para o meu pronunciamento.

E, conseqüentemente, Sr. Presidente, fica fora de qualquer previsão orçamentária a situação dos policiais dos ex-territórios.

Não fosse o acordo já firmado de público – e aí está a nossa esperança, a nossa credibilidade nos acordos – nesta Casa, no dia 1º de abril deste ano, quando os Senadores José Sarney, Gilvam Borges, Romero Jucá e Papaléo Paes se insurgiram contra a situação, a injustiça me traria igualmente a este plenário para conclamar meus Pares, especialmente aqueles que representam os estados do Amapá, Rondônia e Roraima, para fazer valer, pela força da lei, o sagrado direito a um salário digno da valorosa Polícia Militar.

Sr. Presidente, ao concluir meu pronunciamento, peço a V. Exª que, em razão das várias intervenções e até por questão de passagem da Presidência, me conceda mais um tempinho.

Tivemos a satisfação de nos reunir com delegações de Roraima, de Rondônia e do Amapá, com o Comandante da Polícia Militar aqui presente e com a Tenente Socorro, Presidente da Associação, e da Guanabara, na Presidência do Senado Federal, e encaminhamos o assunto. Estaremos atentos.

Senador Mozarildo Cavalcanti, a lei que prevê que todas as vantagens estejam vinculadas ao Distrito Federal, de repente, deixou de ser cumprida. E o Distrito Federal dá sucessivos aumentos, com recursos da União, do Governo Federal, não com receita própria do Distrito Federal. Mas acredito que essas regras ficarão bastante claras. Estamos caminhando nessa direção.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente Heráclito Fortes, do Piauí, dizendo que esta Casa vai honrar o acordo com as Lideranças, firmado no dia 1º de abril.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Concedo a palavra, pela Liderança do Partido Democratas, ao Senador José Agripino.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem, enquanto o Senador José Agripino se dirige à tribuna.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguindo determinação de V. Exª e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que hoje designou a mim, o Senador José Nery, a Senadora Fátima Cleide e a Senadora Serys Slhessarenko para acompanharmos o episódio relativo ao Sargento que foi objeto de detenção do Exército, o Sargento Laci, bem como o Sargento Fernando, que estavam juntos nesse episódio.

Há pouco, o General Salvador, responsável pelo Comando do Exército do Planalto, gentilmente fez questão de nos acompanhar ao Hospital do Exército, em Brasília, onde acompanhamos a chegada do Sargento Laci, com quem conversamos.

Gostaríamos de dizer que ali, pelo menos, em tudo que pudemos acompanhar, houve respeito para com ele. Ele chegou, sim, algemado. Pedi que fosse retirada a algema e que pudessemos ir ao quarto para onde ele foi levado. Ali, Sr. Presidente, nós o ouvimos por bastante tempo. Ele estava muito preocupado, sentindo-se bastante perseguido pelo Exército.

O Sargento Laci e o Sargento Fernando, ambos, trabalham naquele mesmo hospital. Pedimos ao Tenente Lemos, o médico, que também acompanhasse boa parte do nosso diálogo.

Fizemos a seguinte sugestão ao Tenente Laci: que ele escreva uma carta – Laci Marinho de Araújo é seu nome completo – para nós mesmos, Senadores da Comissão, e vamos encaminhá-la ao Comandante do Exército, ao Ministro da Defesa e à Justiça Militar, para que esclareça sua vontade de não ser um desertor. Ele está detido agora, como desertor, diante das circunstâncias que nos explicou em detalhes e do fato de sentir-se perseguido.

Aguardamos e confiamos na palavra tanto do Ministro Nelson Jobim quanto do Comandante do Exército e do próprio General Salvador de que ele será tratado com o devido respeito.

Esse é o procedimento que continuaremos a ter, seguindo as determinações de V. Exª.

Se o Senador José Nery quiser complementar, vou agradecer-lhe.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Quero avisar que há um orador na tribuna. Mas conheço o poder de síntese e a objetividade do Senador José Nery e gostaria de ouvi-lo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme o Senador Eduardo Suplicy anunciou, também convidou o Sargento Fernando Alcântara, que se encontra aqui.

Fui ao seu encontro. Peço que autorize sua entrada. Ele está de paletó e gravata, mas não com a camisa adequada, o que constitui um impedimento para a entrada no plenário. Peço autorização, para que o convite do Senador Suplicy seja atendido.

O Sargento Fernando é parte do episódio relatado, há pouco, que motivou essa comissão para acompanhar, de parte das Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós pedimos ao Diretor do hospital que permita que o Sargento Fernando ajude o Sargento Laci a escrever a carta mencionada no pronunciamento. É fato que o Sargento Fernando, que não está sob ordem de prisão, encontra-se aqui, à porta do Senado. Vou dialogar com ele. Ele não está, Sr. Presidente, com terno e gravata.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Eu faria um apelo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, tudo bem. Conversarei com ele à porta.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Esta Casa confia muito na ação de V. Ex^a. Portanto, pede que, amanhã, V. Ex^a renove pela manhã uma visita ao Sargento preso. E, na segunda-feira, coloquemos exatamente o que aconteceu com ele, no fim de semana, Senador Suplicy. V. Ex^a, como Presidente, dê assistência a ele durante este final de semana. Acompanhe para ver o que está acontecendo. Essa é uma missão que V. Ex^a, tenho certeza, desempenhará com muita competência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Neste final de semana, tenho palestras em São Paulo e em outros lugares. Mas estarei acompanhando, sim...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – V. Ex^a não vai trocar o destino e a vida do Sargento por uma palestra em São Paulo, que, com certeza, poderá ser adiada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não fosse a palestra sobre a renda básica de cidadania...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – O espírito humano de V. Ex^a é conhecido por todos.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço vênia a V. Ex^a e ao Senador José Agripino para fazer uma comunicação, porque, inclusive, é até boa a presença do Senador Suplicy aqui.

Gostaria de repercutir, Sr. Presidente – e esperava justamente S. Ex^a –, matéria do jornalista Rodrigo

Rangel, publicada na revista **Época** da última semana, com algo que para mim é alarmante: correspondências do guerrilheiro – a meu ver, terrorista e narcotraficante – Raúl Reyes para o Senhor Presidente da República. Isso é grave. Três cartas, pelo menos. Um lote de cartas; três foram publicadas pela revista **Época** em excertos. Se mandasse a primeira e não fosse bem recebida da primeira vez, já não era para mandar a segunda carta.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Suplicy, V. Ex^a está sendo citado pelo Líder do PSDB e pediria, se possível, que V. Ex^a permanecesse em plenário, até para a necessidade de algum esclarecimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Suplicy – que, tenho certeza, agiu de boa-fé, como é de boa-fé sua índole – disse que primeiramente levou as tais cartas ao Frei Betto, que ficou de passá-las ao Presidente Lula. Frei Betto não é nenhum mentiroso. Muito bem. Aí diz o Sr. Marco Aurélio Garcia que as cartas não foram recebidas pelo Presidente Lula.

Mas o fato é que é um tema demasiadamente delicado, para ficarmos no disse-que-disse. O Senador Suplicy diz: “Eu levei as cartas ao Planalto e entreguei nas mãos do Frei Betto, que era assessor do Presidente Lula”. O Presidente Lula, segundo o Sr. Marco Aurélio Garcia, que é assessor especial, não teria recebido as cartas. Mas o fato é que as cartas traduzem uma certa intimidade e chegam a falar coisas que custo a acreditar, Senador José Agripino, que sejam normais, que partam de um cérebro normal. Ele pede para o Presidente Lula permitir o estabelecimento de uma representação diplomática das Farc aqui, como se o Brasil não mantivesse com a Colômbia relações normais de país amigo em nível de embaixador.

É algo extremamente grave. Há pelo menos uma contradição aqui. O Senador Suplicy diz: “Estou de boa-fé”. E é para ficar bem clara a posição dele; não faço nenhuma acusação a S. Ex^a, até porque fui uma vez incomodado por essa gente.

Recebi, uma vez, um pedido de audiência. Eu não sabia bem o que era Farc; sabia que era uma organização dessas de guerrilha, com cabeça atrasada em relação à economia e tudo. Mas por que não receber? Eu não sabia que se tratava de pessoas ligadas ao narcotráfico. Eles são apenas narcotraficantes e, hoje em dia, para mim, cada vez mais bandidos comuns, felizmente, sendo fragorosamente derrotados pelo exército regular colombiano. Mas os recebi na sede do Partido que eu dirigia, que era o PSDB. Foram lá. Foi o Sr. Olivério Medina com um repórter fotográfico de um jornal brasileiro, e eu lhe disse, logo de início, que não gostava dos métodos das Farc, que eu conhecia pessoas

que tinham sido seqüestradas e que esse não era um método com o qual eu trabalhasse ou com o qual me coadunasse, mas que estava ali para ouvi-lo.

Então, ele me fez dois pedidos: primeiro, que eu aceitasse ir a uma zona que chamava de zona liberada e que já haveria um acordo com o governo colombiano, para que não houvesse conflito durante a visita de secretários-gerais de partidos, como o Partido Socialista francês, o Partido da Social Democracia Brasileira, que era o meu, de alguém do Partido Socialista chileno e por aí afora. Eu disse: “Liminarmente, respondo ao senhor que não vou, não pretendo ir de forma alguma”.

O outro pedido foi: “Leve ao Presidente da República um pedido nosso de transformar, de dar *status* de representação diplomática às Farc no Brasil”. Eu disse que não era possível isso, porque a situação das Farc não era parecida com a da OLP. A OLP defendia uma etnia como um todo. Toda uma etnia estava ali engajada sob a sigla da OLP, sob a sua luta, que era diferente, e o Brasil podia, então, manter relações perfeitas com Israel e com os palestinos, e fez isso muito bem. Agora, diferente foi ele me pedir que levasse ao Presidente da República algo pueril desse tipo, que eu dissesse ao Presidente da República que aceitasse que um movimento guerrilheiro fosse tratado desse jeito, em desrespeito às relações boas com um partido como a Colômbia, ao qual o Brasil deseja, e deve desejar, é que aprofunde reformas estruturais, mexa fundamentalmente na sua econômica, até para se verem livres de movimentos guerrilheiros como o dele. Então, a conversa foi essa.

Ele passou a dizer depois que tinha vários contatos – no PT, um monte – e que tinha como contatos dele a mim próprio. Quer dizer, trata-se de uma pessoa de maus bofes, efetivamente. Tenho certeza de que o Senador Suplicy deve ter sido usado do mesmo jeito.

Aquele fórum de São Paulo, para mim, aquilo é uma coisa grotesca, parece uma **ku klux klan** de esquerda, reúne aquelas pessoas com aquela cabeça atrasada, enfim, sonhando com algo que não vai acontecer nunca mais. O Muro de Berlim caiu, e não há como reerguer aquilo dos escombros, enfim.

Mas o fato, o que quero perguntar à Casa é se nós nos conformamos de não haver uma resposta! Ou seja, aqui está dito que o Presidente da República mantém relações epistolares com uma guerrilha que visa a derrubar o governo constitucional de um país amigo. E mais: uma guerrilha que sequer tem aquela aura, aquele **glamour** que fazia as nossas gerações sonharem quando Fidel Castro desceu Sierra Maestra. Ao contrário, ligados ao narcotráfico, narcotraficantes, que têm como método prioritário de ação política o se-

questro, a tortura. Estão matando em vida, aos poucos, pela pior das torturas, que é a tortura de não dar assistência médica, a Senadora Ingrid Betancourt. E não é possível que não haja uma resposta!

Agora, aqui tem alguém mentindo. O Sr. Marco Aurélio Garcia diz que o Presidente não recebeu as cartas. O Frei Betto recebeu as cartas, sim, porque quem entregou as cartas para ele foi o Senador Suplicy. Entre o Professor Marco Aurélio Garcia e o Senador Suplicy, que eu conheço muito bem, prefiro acreditar que quem não está falando a verdade é o Professor Marco Aurélio Garcia e que, portanto, o Presidente da República recebeu as cartas, sim, porque recebeu das mãos do emissário destinado por Eduardo Suplicy. Ele disse: “Frei Betto, está aqui a carta; entregue-a ao Presidente.” O Frei Betto entregou; disse que entregou. O Marco Aurélio Garcia, então, estaria faltando com a verdade.

Mas o fato é que não é normal. Não é normal estarmos...

Imaginem o que o governo colombiano pensa disso, desse trançetê possível entre o Governo brasileiro e um movimento daquele jaez, daquela baixez moral, daquela falta de compostura pública, daquela falta de compromisso com a seriedade, até porque fundamenta a sua arrecadação de meios para financiamento de luta no narcotráfico, no seqüestro, e usa como métodos o assassinato frio, a tortura.

É algo grave. Eu gostaria de ver um desmentido muito cabal do Presidente da República.

Chega de silêncio! Chega de comícios lançando obras e pedras fundamentais. É preciso falar. E falar dizendo que isso não é verdade.

Vou ficar muito orgulhoso se o meu Presidente, o Presidente da República do meu País me disser que isso não é verdade, que ele não aceita esse movimento. Porque o Brasil é dúbio: o Brasil não diz que se trata de um movimento terrorista; até hoje vai para um lado, vai para o outro, faz uma negaça, faz outra, mas não diz que se trata de um movimento terrorista. E é um movimento terrorista, sim! E mais: já não tem a menor possibilidade de chegar ao poder. Então, sequer são um grupo que aspira ao poder. São apenas um grupo que trafica drogas, e agora está traficando drogas para Miami, em submarinos, em artefatos de plástico. É isso.

Então, creio que o Senador Eduardo Suplicy deveria dizer, de uma vez, algo que desmascare a desculpa esfarrapada apresentada pelo Professor Marco Aurélio Garcia, porque tenho certeza de que ele entregou a carta, sim, e de que a carta chegou à mão do Presidente República, sim, também.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Passo a palavra ao Senador Agripino e asseguro ao Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se eu não falar agora, não terei oportunidade de esclarecer o Senador. Serei brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador, eu queria apenas esclarecer que temos um orador na tribuna que tem um compromisso inadiável. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a. Está assegurado. É apenas em respeito ao Senador que já estava na tribuna.

Quero registrar a presença nas galerias da Escola Giz de Cor, da cidade de Goiânia, que nos visita. Sejam bem-vindas a esta Casa, crianças de Goiânia!

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, por volta de uma hora da tarde, encerrou-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos. Na minha opinião, encerrou-se melancolicamente, porque foi aprovado o relatório que, a exemplo do que aconteceu ao longo dos trabalhos da CPMI, não interpretou o sentimento da sociedade que era o da identificação dos culpados e a não-convivência com a impunidade.

O Relatório do Relator, Deputado Luiz Sérgio, foi aprovado por 21 votos contra sete votos dados ao voto em separado, lido pelo Deputado Índio da Costa, tendo como co-autores o Deputado Carlos Sampaio e o Deputado Vic Pires.

Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex^a que aquela CPMI deve explicações à Nação. O relatório está votado. Do ponto de vista democrático, não há o que discutir. Há o que explicar. Como eles, a Maioria, não vão se explicar, tomo a iniciativa de, humildemente, explicar à sociedade brasileira o que é que houve.

Houve a truculência da Maioria, Senador Geraldo Mesquita, do começo ao fim, até à votação do relatório final, um relatório que não apontou culpados e não mencionou o pecado mortal da Comissão. V. Ex^a não deve ter ido a nenhuma das reuniões da CPMI. Eu fui a várias. Oitenta e quatro por cento dos requerimentos apresentados foram rejeitados; só foram aprovados 16%.

Essa é a CPMI que vai ficar conhecida como a CPMI dos 84% “não”. Foi uma CPMI que se criou sob a expectativa do País de que deveria investigar. Mas a Maioria, governista, insistiu em dizer “não” ao desejo de investigar, votando “não” a 84% dos requerimentos. Como é que você poderia chegar à punição dos culpados pelo uso indevido do dinheiro público com o cartão corporativo se os ecônomos, se os ordenadores

de despesa, se as pessoas que têm acusação sobre o seu comportamento não vieram à CPMI, porque a Base do Governo votou contra a vinda deles? Se eles não vieram à CPMI prestar esclarecimentos, que milagre a Comissão poderia fazer se não produzir o relatório, que foi lamentavelmente aprovado, sem indiciar ninguém, sem apontar culpado nenhum? A culpa não foi nossa. A culpa foi daqueles, Deputados e Senadores, que ousaram comparecer às reuniões e dizer ao País que não temiam o mau entendimento da opinião pública. Eles não tinham nenhum compromisso com a opinião pública; eles deviam, sim, atenção e prestação de contas ao Palácio do Planalto. Era com quem eles tinham comprometimento; não com a opinião pública, mas com o Governo. E ficaram votando contra, contra, levando a Comissão na truculência.

Resultado: não se pôde, com responsabilidade, configurar culpa para apontar ao Ministério Público, com certeza, este, este, este e este, a exemplo da Ministra Matilde, que resolveu se demitir, ou foi demitida, “estes merecem ser punidos”. Porque não basta você identificar que houve culpa, aqui, ali ou acolá; é preciso que você puna aquele que cometeu a culpa aqui, ali ou acolá, para que a impunidade não funcione como estímulo à prática do ilícito, que é aquilo que eu mais abomino, ou seja, a convivência com a impunidade.

O relatório que foi aprovado hoje, não com o meu voto, é a convivência com a impunidade. É verdade, Senador Arthur Virgílio – V. Ex^a estava lá –, que o trabalho que nós fizemos, que não foi fácil, conseguiu já um resultado: os gastos com cartões corporativos caíram 68%.

O que é cartão corporativo, para aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo lá fora, lá no Amapá, lá no seu Acre?

Cartão corporativo é um cartão de crédito do Governo Federal usado por algumas autoridades para comprar coisas que devem ser do interesse coletivo, porque são pagas com o dinheiro público.

E começou-se a identificar um mundo de compras em lojas de **free shop**, como um tabuleiro de mesa de bilhar, nisso, naquilo e naquilo outro, pago com o dinheiro do contribuinte. Então é preciso se investigar para identificar o dolo e para aplicar a punição ao culpado.

Ouçõ com muito prazer o Senador Geraldo Mesquita, a quem me referi e que deve ter alguma observação sobre o assunto que acabo de expor.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador José Agripino, não concordo com aqueles que dizem que a CPI não apresentou resultados. Para mim, há um grande resultado, em que pese, desculpe a expressão, um princípio de palhaçada, da parte de

muitos ali, para tentar transformar o ambiente da CPI em um circo. Para mim, houve um grande resultado: o Governo cometeu ilícitos, o Governo não se propõe a apurar esses ilícitos, o Governo tenta de toda sorte esconder esses ilícitos. Para mim, esse é um grande resultado. Não concordo também com aqueles que, em face de finais como esse da CPI, que para mim foi positivo, imaginam e proferem o discurso de que não há mais como se instalar CPI nesta Casa. Acho que se tem, sim, de instalar CPI aqui. De qualquer sorte, a oposição cumpriu seu papel: denunciou, apontou as falhas, os erros e os crimes, inclusive. Foram cometidos crimes! A postura da base de sustentação do Governo, ao impedir que esses crimes fossem dissecados na CPI e que seus responsáveis fossem apontados, mostrou exatamente o propósito do Governo nesta Casa e dentro dessa CPI: o de esconder esses fatos, o de fazer qualquer coisa para que os fatos não viessem à tona. Para mim, esse é um resultado. Entendeu, Senador José Agripino? Portanto, outras que se fizerem necessárias terão minha assinatura também, porque esse é um instrumento do qual não podemos abdicar. É um instrumento a serviço do Congresso Nacional, do Senado Federal, e o resultado, mesmo não sendo aquele que as consciências limpas esperavam que surgisse dessa CPI, de qualquer sorte, apareceu, mesmo com seus aspectos negativos. Está aí o resultado: o Governo cometeu crimes, o Governo não quis apurar, o Governo quer, por toda a sorte, escondê-los da sociedade brasileira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Quero dizer a V. Ex^a que tenho também a consciência de que prestamos um bom serviço, sim. Fomos derrotados no relatório, mas prestamos um serviço ao País, até porque há um voto em separado que vai ser remetido ao Ministério Público. Houve sete votos, e, conforme manda a norma, o Regimento, a tradição, serão remetidos ao Ministério Público o relatório que não aponta culpados e um relatório, que é o voto em separado do PSDB, do DEM, do PPS e do PSOL, que claramente tipifica crimes e aponta culpados e indícios.

O que nós, no nosso voto em separado, não fizemos foi cometer aquilo que poderia ser uma leviandade, sem ter tido a oportunidade de tipificar os crimes com clareza, com provas, e de ter dito claramente, porque nos foi impedido. Os 84% dos requerimentos derrotados nos impediram de trazer ecônomos, Ministros, a Ministra Dilma e muitos outros para esclarecerem os fatos. Até a acareação entre o André e o José Aparecido foi derrotada, incrivelmente. Um dizia uma coisa, o outro dizia o oposto meia hora depois, e a base do Governo disse “não quero ouvir a verdade, vou votar

contra a acareação”, retirando-nos a oportunidade de dizer, com clareza evidente, que Fulano de Tal, Sicrano e Beltrano estavam indiciados e de submeter à Comissão o indiciamento daquelas pessoas e a indicação da denúncia.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Como não tivemos essa oportunidade, como tivemos apenas os indícios, nós, no voto em separado, remetemos ao Ministério Público o apontamento dos indícios, pedindo ao Ministério Público que, diante daquelas evidências todas, fossem feitas investigações aprofundadas, fossem apontados por denúncia aqueles que ficassem pelas investigações comprovadamente culpados e fossem indiciados, por via de consequência, aqueles a quem dizíamos ao Ministério Público que deveriam ser investigados.

Fizemos nosso trabalho. Impediram-nos de pedir à própria Comissão o indiciamento e o apontamento claro da suspeição, a denúncia, mas ninguém vai tapar o sol com a peneira. E tenho a certeza de que o Ministério Público, que é uma instituição a serviço da sociedade, vai fazer, ao seu tempo, aquilo que esperamos que faça.

Desse modo, prestamos, sim, serviços.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – É claro que prestamos serviços.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Suplicy, se o Presidente concordar, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria fazer um apelo. O Senador Agripino está falando como Líder, e não cabe aparte, portanto. Inclusive, já ultrapassou o tempo dele. Eu queria fazer um apelo aos companheiros, para que pudéssemos, portanto, dar oportunidade aos demais de falarem.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu lhe agradeço. O Senador Suplicy, o Senador Heráclito e o Senador Arthur Virgílio poderão usar da tribuna para, se for o caso, falar sobre o assunto. Acho que lhes são dados esse direito e essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – E, aliás, estão inscritos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Estão inscritos e poderão falar sobre o assunto.

Mas o que quero deixar muito claro é que, muito embora tenhamos trabalhado e trabalhado e tenhamos tido a frustração de, ao final, termos o voto em separado que traduziu o sentimento da sociedade e a não convivência com a impunidade derrotado – tivemos apenas sete votos –, a oposição está remetendo o voto em separado ao Ministério Público. A oposição vai ao Ministério Público para pedir que se investiguem todos – os ecônomos, os Ministros de Estado. Que se investiguem todos! E que essa CPI não signifique a convivência com a impunidade!

O Sr. Waldomiro Diniz está lá em Goiânia, o Danúbio Soares está lá em Goiânia, o Aparecido já foi, incrível e coincidentemente, para Goiânia. Será que nada vai acontecer com essas pessoas todas? Será que aqueles que estão gastando mal o dinheiro do povo com cartão corporativo vão ficar assim?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Perdoe-me, mas vou propor um voto de desagravo ao povo goiano. Aí, é demais! É concentração demasiada, e o povo goiano merece um desagravo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – V. Ex^a tem toda a razão.

Será que vai ficar tudo por isso mesmo?

Nós vamos insistir, Sr. Presidente. Fomos derrotados hoje – tivemos sete votos –, mas vamos insistir e esperamos contar com a colaboração do Ministério Público e da Polícia Federal e com a pressão da sociedade, para que essa questão dos cartões corporativos, que saiu do mal uso de cartão até a prática da chantagem com dossiê, seja uma página esclarecida, a bem da democracia do Brasil!

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Conforme já havia assegurado o Senador Heráclito Fortes quando estava na Presidência, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, à Senadora Marina Silva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Depois, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio é testemunha aqui das inúmeras vezes em que ele próprio, todos os Senadores – a Senadora Kátia Abreu, o Senador José Agripino e muitos outros – e eu mesmo dissemos, com muita assertividade, da importância da libertação da ex-Senadora Ingrid Betancourt. Trata-se de uma causa de todos os seres humanos do planeta Terra.

O Senador Arthur Virgílio aqui mencionou um episódio em que o Padre Olivério, certo dia, visitou-o. É fato, conforme a revista *Época* registrou, que, em 2003, o Vereador Albertão, de Guarulhos – então no Partido dos Trabalhadores, hoje no PSOL –, perguntou-me se eu poderia levar uma carta que ele havia trazido da Colômbia. Essa carta era de Raúl Reyes, que eu próprio não conhecia – nem sabia que ele tinha a posição de Vice-Presidente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o que o tornou mais famoso depois do seu falecimento recentemente. Encaminho ao Presidente Lula, praticamente toda semana, cartas de pessoas, as mais diversas. E o Vereador Albertão tinha-me dito: “Quem sabe você possa entregar ao Frei Beto?”.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não disse de quem era?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Disse. Tenho conhecimento das cartas, tenho cópias das mesmas.

A carta apenas tem o sentido de saudar o Presidente Lula por sua vitória, tem o sentido, tal como está registrado na revista *Época*, de procurar um diálogo, de alguma maneira, com o Presidente Lula, com seu Governo. Quero aqui transmitir isso. Esses são os fatos.

O próprio Frei Betto ainda me ligou, no domingo, à tarde, ou de domingo para segunda-feira, logo que voltou do exterior, e me disse que, sinceramente, não se lembrava dessas cartas. Lembrava-se, sim, de eu tê-lo visitado, até porque inúmeras vezes conversamos sobre os mais diversos assuntos. Eu me lembro de que, quando o visitei para falar dessas cartas, o propósito da visita era o de tratar de diversos assuntos.

Nunca houve, da parte do Presidente Lula, qualquer comunicação transmitida a mim ou a Frei Betto ou ao Albertão. Portanto, com as Farc, com respeito a esse assunto, não houve comunicação além dessa que está registrada unilateralmente, de maneira, aliás, que guarda paralelo com o que aconteceu com ele próprio.

Gostaria de informar ainda que, na oportunidade, eu disse ao Vereador Albertão que seria importante que pudesse haver um entendimento entre as Farc e o

Governo Alvaro Uribe. O Senador Arthur Virgílio sabe que, por exemplo, quando presidia a Colômbia Andrés Pastrana, muito amigo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que foi Presidente concomitantemente, houve uma mediação da União Européia para que houvesse um entendimento entre as Farc e o Governo Alvaro Uribe. E houve diversas tentativas também com o Presidente Sarkozy e com o Presidente Hugo Chávez, visando à libertação da Sr^a Ingrid Betancourt, e isso ainda não foi concluído.

Desde quando houve, naquela operação no Equador, a morte, pelas Forças Militares da Colômbia, de Raúl Reyes, parece-me que os diálogos foram suspensos. Mas quero aqui dizer que o próprio Presidente Alvaro Uribe tem tido um positivo e bom diálogo com o Presidente Lula e com o Ministro Celso Amorim, que, inúmeras vezes, disse: “Reconhecemos inteiramente o Governo Alvaro Uribe e não faremos qualquer ação com respeito a esses assuntos que não seja sempre em diálogo com o Governo Alvaro Uribe”. Sou testemunha disso. Inclusive, o Senador Arthur Virgílio estava presente em uma das últimas visitas de Celso Amorim, quando ele foi inteiramente claro quanto ao não-reconhecimento das Farc e quanto à posição de não se fazer qualquer coisa que não fosse pelo diálogo com o governo constitucionalmente reconhecido e eleito do Presidente Alvaro Uribe.

Portanto, se for possível e necessária a colaboração deste Senador ou de outros Senadores, estamos prontos para agir, mas com o conhecimento e com a autorização do Governo Alvaro Uribe, que disse a todos os membros das Farc: “Aqueles que desejarem voltar à legalidade poderão fazê-lo, serão anistiados”. E isso aconteceu recentemente com uma das comandantes das Farc, que aceitou essa condição.

Então, penso que seria possível haver a libertação de todos os seqüestrados, de todos os que estão prisioneiros. Isso pode colaborar para a pacificação, mas, para que isso ocorra, para a realização da justiça, será bom e necessário que outros estejam na mesa de negociação, e estou disposto a colaborar.

Era apenas esse o esclarecimento que queria apresentar ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, queria fazer um apelo a V. Ex^a, já que há reclamações de vários Senadores aqui que não conseguem falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei bastante breve, Sr. Presidente. Eu vou ler dois trechos de carta.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há Senadores normalmente inscritos que estão esperando para fazer uso da palavra, mas a vez deles não chega. Segundo informação da Secretária Geral da Mesa, duas vezes já se invocou o art. 14 para se fazer explicação pessoal.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, a ordem de inscrição deve prevalecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vou conceder a palavra à Senadora Marina Silva como oradora regularmente inscrita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador, já houve dois pedidos pelo art. 14? Se já houve, eu não tenho direito; se não foi esse o caso, eu tenho prioridade. De qualquer forma, falarei em seguida, Sr. Presidente. Peço que me inscreva como orador.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, a ordem de inscrição está prevalecendo? Consulto a Mesa se a ordem de inscrição está prevalecendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Senador. O que prevalece é o art. 14, mas não tenho direito porque já falaram duas vezes por esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Jayme Campos, a Senadora Marina Silva está falando, por permuta com o Senador Paulo Paim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, enquanto a Senadora Marina Silva se dirige à tribuna, gostaria de fazer uso da palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Deixem-me tentar ordenar os trabalhos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, não farei questão de falar, mas só para esclarecer bem, para não haver *bypass* aqui: o Senador Heráclito Fortes fala que se explicou pessoalmente, não lançou mão do artigo 14...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Secretária informa que foi invocado o art. 14...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, mas não vamos discutir isso. Não vai ser isso que vai...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vamos colocar ordem: Senadora Marina Silva, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Temos a tarde toda. O importante é nós explicarmos, deixarmos claro que não aceitamos que o Governo brasileiro tenha relação boa com terrorista. Isso é que é fundamental.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Após a Senadora Marina Silva, está inscrito para falar, como Líder, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, enquanto ela se dirige à tribuna, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Em seguida, o Senador Renato Casagrande, como orador regularmente inscrito. Depois, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir ao setor técnico que providencie a reparação do meu microfone – deve ser alguma articulação do Senador Suplicy para não me ouvir hoje, mas eu insisto na recuperação do meu microfone, que está defeituoso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, é claro que hoje é um dia especial: é o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Nesta sessão, discutem-se vários assuntos importantes, mas eu gostaria de centrar a minha fala exatamente naquilo que, no meu entendimento, se constitui num marco para este dia, que não deveria ficar limitado a um dia de celebração das nossas preocupações e da busca de soluções em relação aos graves problemas ambientais que estamos vivendo.

Eu gostaria de, neste dia, poder saudar todas as pessoas que defendem o meio ambiente nos mais diferentes espaços em que atuam; saudar os movimentos sociais, as organizações ambientalistas e a comunidade científica, que é responsável por tantas das respostas que vêm sendo dadas a um problema com essa magnitude; empresários e formadores de opinião, que vêm contribuindo para que existam iniciativas práticas que mostram que é possível produzir e consumir de forma sustentável.

Estamos vivendo um grande desafio e estamos diante de um dilema civilizatório neste século que vamos atravessar. Eu diria mesmo que estamos vivendo aquilo que chamo de interpelação ética, que diz respeito a como vamos atender às legítimas necessidades das gerações presentes sem que, com isso, venhamos a comprometer os reais direitos das gerações futuras.

Essa interpelação não se coloca como uma oposição, mas como um grande desafio; não se coloca também como um problema, mas como uma oportunidade de superarmos os limites a que nós mesmos nos submetemos.

Durante muito tempo, tiramos da natureza os meios para a nossa sobrevivência, para a nossa existência material, utilizando muitos desses recursos para o atendimento das demandas que nos trouxeram até aqui, com um significativo aumento de população, na busca da preservação de nossa própria espécie. Todavia, hoje, temos que ser mais eficientes. Teremos que produzir mais utilizando menos recursos naturais, causando menos impacto, para que o mesmo favor e generoso acolhimento que tivemos da natureza lhe possa ser devolvido, com o nosso cuidado, para que ela também se regenere e para que ela também não venha a se desconstituir, desconstituindo o nosso próprio espaço de reprodução.

Gostaria, Sr. Presidente, de mencionar alguns dados importantes que talvez nos leve a algumas reflexões, segundo o painel do IPCC, que trata da questão das mudanças climáticas, de que o aquecimento do sistema climático é hoje, inequivocamente, afetado pela ação antrópica. Desde a Revolução Industrial, nós estamos recebendo níveis de emissão de gases de efeito estufa que alteraram o sistema climático. Essas alterações, sem sombra de dúvida, vêm afetando os ecossistemas; essas alterações vêm criando problemas de natureza diversa em relação aos aspectos culturais, econômicos e sociais, e até mesmo de segurança nacional.

Vários povos, hoje, Sr. Presidente, têm uma insegurança muito grande em relação ao futuro de seus países, que, com a elevação do nível dos mares, possivelmente daqui a algumas décadas poderão não existir. Antigamente, quando se falava disso, parecia que eram alarmes feitos por ambientalistas radicais querendo aterrorizar as pessoas para que, a partir desse medo, tivessem algum cuidado com a natureza. Hoje, sabemos que o aquecimento do clima é um fato e, se tivermos um aumento de temperatura de um ou dois graus, poderemos ter elevação do nível dos mares, perda de precipitação de chuvas em várias regiões do planeta, perda de biodiversidade em mais de 30%, e um prejuízo elevadíssimo em nossa economia de mais de 20% do PIB global do planeta.

Isso significa que nós, no nosso esforço de desenvolvimento econômico, de crescimento, porque há uma diferença entre crescer e desenvolver... Às vezes, crescimento não é necessariamente desenvolvimento, porque a idéia de desenvolvimento pressupõe também o estabelecimento de valores, o estabelecimento de

uma nova visão, o estabelecimento de processos civilizatórios que não comprometam os recursos de milhares de anos pelo lucro de apenas alguns anos ou algumas décadas.

É esse o desafio que estamos vivendo. E, sem sombra de dúvidas, estamos vivendo esse efeito.

Hoje, perdemos biodiversidade mil vezes mais do que perdíamos há cinquenta anos. E olhe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as economias dos países em desenvolvimento dependem da sua biodiversidade em cerca de 65% a 70%.

O Brasil, que está num nível muito melhor se comparado a outros países em desenvolvimento, está no mesmo nível de países como a África do Sul, o México, a Índia, a China. O Brasil faz parte de um grupo privilegiado, de crescimento econômico altamente promissor. Ainda, o nosso Produto Interno Bruto ainda depende em 50% da nossa biodiversidade. E, se não tivermos o devido cuidado em relação a ela, com essa perda mil vezes maior nos últimos cinquenta anos, estaremos comprometendo 50% do nosso Produto Interno Bruto.

Fazemos um esforço muito grande, Sr. Presidente, para crescer 4%, 5%, e, quando isso acontece, é uma verdadeira celebração. No entanto, é preciso tomar cuidado, pois, se prejudicarmos os fatores que favorecem essa biodiversidade, que favorecem a nossa produção, como a questão de precipitação de chuva no nível adequado, que nos torna um dos maiores produtores agrícolas do planeta, estaremos destruindo a nossa galinha dos ovos de ouro.

Então, neste Dia do Meio Ambiente, temos duas coisas a fazer: temos que celebrar e, ao mesmo tempo, temos que nos preocupar, para que essa preocupação se constitua em uma atitude prática que nos leve a sair do dilema que estamos vivendo. E o grande dilema é essa interpelação ética que acabei de mencionar. Não gosto de dizer que nós vamos compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento. Não acho que essa seja a formulação correta. No meu entendimento, a equação do desenvolvimento deve, necessariamente, comportar a idéia da preservação. E, na minha percepção, a idéia da preservação comporta, em si mesma, a questão do desenvolvimento, porque é impossível imaginarmos desenvolvimento sem que parta de uma base material em que os recursos naturais estejam nos favorecendo, inclusive com os serviços ambientais que prestam e que, muitas vezes, nós não consideramos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha).

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu peço um pouco mais de tolerância de sua parte.

O Brasil, que é grande produtor de grãos, é também um grande exportador de água. Para produzir 1kg de frango, o Brasil tem de consumir dois mil litros de água. E, para produzir 1kg de grãos, ele tem de consumir mil litros de água. Quando vendemos nossa carne, quando vendemos nossos grãos, nós estamos, sem sombra de dúvida, também exportando água. Todavia, se destruímos a Amazônia, se destruímos o cerrado, nós estaremos comprometendo as precipitações, que fazem com que tenhamos chuva, principalmente na Amazônia, no Sul e no Sudeste.

Quem pode imaginar regiões com adensamento populacional altamente complexo...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço vênica para continuar.

Quem pode imaginar regiões com adensamento populacional altamente complexo, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, sem as precipitações que temos? Hoje, já temos que gerenciar conflito de água, como no caso da bacia do Capivari-Jundiá, em que eu própria tive a oportunidade de negociar e fazer mediações pelo uso da água.

De sorte que, neste Dia do Meio Ambiente, a nossa preocupação deve se transformar numa atitude prática, que não faça essa oposição meio ambiente/desenvolvimento. E eu não tenho dúvida de que esta Casa tem uma grande contribuição a aportar. Nós não podemos imaginar que a proteção à legislação ambiental, o combate às práticas ilegais seja um impedimento ao desenvolvimento ou provoque efeito contrário a ele, mas é feito exatamente para resgatar.

Quero concluir, dizendo que nós precisamos urgentemente nos esforçar para mudar a narrativa da nossa economia. O Brasil tem uma economia limpa ainda se comparado a outros países, que têm suas economias carbonizadas pelo uso de combustível fóssil. O Brasil tem uma matriz energética limpa em 45%, uma matriz elétrica limpa em mais de 90%. Tem que continuar perseguindo esse caminho de uma matriz energética limpa e diversificada, que não precise utilizar fontes de energia perigosa, como é o caso da energia nuclear. Mas nós precisamos urgentemente ir na direção da história e não na contramão dela.

Todas as vezes em que fazemos essa oposição, nós não estamos fazendo a atualização, a re-significação do que deve ser a nossa prática econômica, social e cultural, e estamos nos apegando a modelos ultrapassados, do século XIX.

Legislação não nos falta, o que nos falta é implementação. Fico, às vezes, estarecida quando ouço pessoas dizerem que é preciso legislação para combater

desmatamento, o que representa 75% das emissões de gás de efeito estufa no Brasil.

Não precisamos de uma legislação. Precisamos de mais e mais ação para a sua implementação. Não é verdade que, para combater desmatamento, precisamos de uma nova legislação, precisamos é pôr em ação o que precisa ser feito.

Quando vejo algumas pessoas dizerem: “é preciso que se comece a propor o desenvolvimento sustentável para regiões importantes do Brasil”. Para todas as regiões do Brasil, porque, Srs. Senadores, a idéia do desenvolvimento sustentável foi cunhada pelos ambientalistas. Durante muito tempo, os ambientalistas perguntaram para os desenvolvimentistas, Senador Mozarildo Cavalcanti, o que eles poderiam fazer pela proteção do meio ambiente. Hoje, são os ambientalistas que estão dizendo o que podem fazer pelo desenvolvimento. As saídas modernas e complexas para que o etanol se constitua em uma oportunidade econômica e social para o Brasil e para países em desenvolvimento é fruto de uma visão ambientalista moderna, que junta técnica e ética para responder a essa interpelação ética.

De sorte que não tenho medo de fazer esse debate com o devido cuidado. O que estamos desafiados a fazer é deixar de imaginar que podemos nos desenvolver usando as tecnologias do século XIX.

Fico impressionada quando vejo pessoas querendo produzir grãos e carne, utilizando a conversão da floresta, ateando fogo, Senador Renato Casagrande, e garimpando nutrientes, como se fossem uma comunidade indígena isolada lá do meu Estado do Acre, que, para o seu avanço civilizatório, para a quantidade de pessoas e as práticas produtivas que tem, está inteiramente adequada e moderna. No entanto, um grande produtor de grãos, um grande produtor de carne não deve utilizar as técnicas dos índios, para um capital que se diz moderno, científico, técnico e capaz de responder aos desafios do nosso século.

De sorte que devemos fazer um encontro entre tradição e modernidade, e sermos capazes de não sacrificar os direitos daqueles que ainda não nasceram. É muito fácil defender os interesses dos que estão aqui. Difícil é defender os direitos dos que ainda não nasceram. Mas esta Casa, a Constituição brasileira, a legislação que temos e o compromisso que precisamos ter estão aqui para assegurar esses direitos.

Agradeço ao Sr. Presidente pela oportunidade que me dá, com o acolhimento de estender um pouco o meu prazo, a exemplo do que fez com alguns dos líderes, que sei que muito bem merecem esse acolhimento por parte da Mesa. Mas a data é muito importante, e, se queremos ter uma visão de economia

moderna, ela necessariamente tem que responder a essa equação.

Vamos atravessar este século discutindo meio ambiente e desenvolvimento, e essa equação não vai sair. Estamos na era dos limites, e na era dos limites não dá para resolver problemas complexos com as velhas respostas. As velhas respostas tiveram seu tempo. Aprendemos errando e vamos continuar aprendendo com nossos erros. Estamos na fase ainda de corrigir o erro; porém, mais do que isso, a complexidade do problema nos leva para a fase mais moderna, mais adequada de um processo civilizatório mais complexo, que é prevenir o erro. Sem o princípio da precaução, nós estaremos comprometendo as possibilidades da vida na Terra.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento da Senadora Marina Silva, convidamos para usar da palavra, como Líder, Renato Casagrande, Senador do Espírito Santo, que é a maior competência sintética deste Senado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou inscrito como orador, não como Líder. Então, a minha capacidade sintética pode ser reduzida pela metade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, vou fazer um comunicação ao Plenário da Casa, ao Presidente desta sessão, Senador Mão Santa, do ato do Presidente Garibaldi Alves, assinado ontem, que designa a Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada nos termos do Requerimento nº 227, de 2008, de minha autoria.

Nós propusemos, Sr. Presidente, uma Comissão de Juristas, uma comissão externa, para que, num prazo de seis meses, elabore um anteprojeto do Código de Processo Penal, que é de 1941 e precisa de uma reformulação mais bem articulada. As reformas que nós estamos tendo do Código são pontuais, projetos pontuais, provocadas pelas crises que vivenciamos na sociedade, pelas agressões que vivenciamos na sociedade, e nunca fizemos uma reformulação mais articulada.

Nós, então, temos uma comissão designada pelo Presidente composta pelos Srs. Antonio Magalhães Filho, Eugênio Pacelli de Oliveira, Fabiano Augusto Martins Silveira, Félix Valois Coelho Júnior, Hamilton Carvalhido, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e

Sandro Torres de Avelar. São juristas que vão tratar da questão do inquérito na área policial, do inquérito na Justiça e que vão cuidar do aperfeiçoamento do Código. Eles vão apresentar uma proposta para o Senado até o final do ano, para que possa tramitar uma proposta do Código de Processo Penal aqui na Casa.

Então, por ser o autor do requerimento, estou informando aos membros do Senado a criação dessa importante Comissão.

Agradeço ao Presidente Garibaldi pela sua sensibilidade com relação ao tema de Processo Penal, fundamental no combate à violência. Se nós fizermos justiça de forma mais rápida, estaremos combatendo a impunidade e, conseqüentemente, combatendo a violência que temos hoje na sociedade.

E, naturalmente, Sr. Presidente, quero falar do assunto meio ambiente, fazendo uma homenagem ao *Jornal do Senado*. Quem não teve a oportunidade, olhe o *Jornal do Senado* que está na bancada de cada um. Há um Caderno Especial que trata da questão ambiental, das mudanças climáticas, de forma mais ampla.

Então, eu estou aqui fazendo essa homenagem pelo conteúdo do jornal, pela sua densidade. E a faço na pessoa do Davi Emerich, mas quero que ele transmita a toda a equipe do jornal a nossa homenagem, pelo potencial que tem um material como esse, que pode ser distribuído nas escolas e às pessoas.

Então, minha homenagem ao *Jornal do Senado*, ao Diretor Davi e que ele a transmita a todos da sua equipe, por esse excelente trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, precisamos, naturalmente, lembrar da questão ambiental, mesmo reconhecendo que, neste ano de 2008, praticamente toda semana, temos tratado dessa questão. O tema ambiental – e aí a minha responsabilidade de falar depois da Ministra Marina Silva – tem sido debatido permanentemente nesta Casa, mostrando que não é mais um assunto só de ambientalistas, de preservacionistas, de poucos acadêmicos deste País. O meio ambiente, hoje, é um tema de interesse da sociedade brasileira, assim como floresta amazônica, cerrado, recursos hídricos, mudanças climáticas. Portanto, ele tem sido debatido com muita intensidade aqui.

Neste dia, as pessoas nos perguntam: “É dia de comemorar ou é dia de protestar?” Eu acho que é um *mix* desses sentimentos que temos neste País gigantesco, nesse continente que temos, porque há pontos positivos, Sr. Presidente, na área ambiental, por aquilo que Deus nos deu, por aquilo que temos feito em algumas áreas. Mas, na área florestal, por exemplo, é bom a gente comemorar, porque ainda há floresta em quase 50% da nossa área territorial; naturalmente uma

floresta concentrada na Região Norte, mas ainda há grande área florestal.

Temos de comemorar porque ainda podemos preservar essa área. Temos o que preservar no bioma da Amazônia, especialmente; temos de recuperar em outro, como no da Mata Atlântica, a araucária, o cerrado, mas temos muito ainda o que preservar da nossa floresta.

Temos o que comemorar com relação aos recursos hídricos pela reserva de água que temos no nosso País; temos o que comemorar com relação à biodiversidade, pelo nosso clima, pela nossa vegetação, pelos nossos recursos hídricos, temos uma grande biodiversidade. Então, temos muito o que comemorar. E temos o que comemorar em relação a alguns programas, como o Programa de Biocombustíveis, um grande programa que temos no nosso País de uso de fonte renovável de energia na geração de combustível, seja etanol, seja *diesel*. Temos uma grande atividade sendo desenvolvida, como temos uma grande atividade sendo desenvolvida na área de pesquisa: a Embrapa, o trabalho que faz; o centro de pesquisas, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Temos muito o que fazer e temos muito o que comemorar.

Contra o que temos de protestar? Quais são os pontos negativos dessa área tão importante como é a área ambiental? De novo, a moeda com as duas faces: se a área florestal é um ponto positivo, pelo que temos de área preservada, é um ponto negativo a velocidade do desmatamento.

Estão aí os dados que o demonstram claramente: é um campo de futebol a cada dez segundos.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, que é leitor de muitos livros, deve ter lido esta informação, naturalmente, nesses últimos dias, durante esse debate sobre desmatamento. É um campo de futebol a cada dez segundos na região da Amazônia Legal. Então, o desmatamento é muito grande.

Em um ano de medição, que terminou em agosto de 2007, houve, na Amazônia, 11.000.000 km² de área desmatada. Nos últimos dias, os dados foram publicados pelo INPI, num levantamento preliminar, com certa dosagem, ou teor, ou percentual de erro, mas um erro calculado, que nos mostra que estamos num ritmo mais acelerado de desmatamento. Vamos ultrapassar os 11.000.000 km². Já chegamos a 28.000.000 km² de desmatamento na floresta amazônica.

Senador Jefferson Praia, V. Ex^a é da região; o Senador Arthur Virgílio é da região; o Senador Flexa Ribeiro é da região. Já houve muito mais desmatamento do que hoje, mas não podemos recuar. Temos de avançar no controle do desmatamento.

Esse é um ponto negativo que existe na área ambiental, como é ponto negativo, naturalmente, esse modelo de desenvolvimento adotado no País, sobre o qual a Senadora Marina Silva acabou de falar, que está sendo transplantado e implementado na região da Amazônia. Não deu certo aqui, não deu certo na Europa, não deu certo nos Estados Unidos, porque ele destrói, ele concentra renda, destrói recursos naturais. E não dá para implantar esse modelo na região da floresta amazônica.

O que temos de fazer? Quais são nossos caminhos num dia como esse?

Muitas alternativas são sugeridas. Hoje mesmo o Presidente da República sugeriu uma, sobre a qual tenho de refletir, que é a criação da Guarda Nacional Ambiental. Tenho de refletir sobre ela. Não sei se precisamos de mais um instrumento de controle.

Temos muitas idéias. Algumas coisas estão sendo feitas.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Casagrande?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Concedo, Senadora Marina Silva. Só mais 30 segundos.

Então, há idéias sendo desenvolvidas no País.

Mencionei a idéia do Presidente da República que ouvi hoje. Vamos refletir sobre essa proposta.

Mas falarei sobre isso após o aparte da Senadora Marina Silva e sobre algumas outras questões que acho fundamentais serem implementadas.

Senadora.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Serei breve, Senador Casagrande. Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que, quando eu estava no Ministério, alegrava-me muito sua atuação aqui, no Congresso, preocupado com a questão ambiental, com as mudanças climáticas e por todas as iniciativas que vem tendo. E, nas oportunidades em que interagimos, foi muito promissor observar que V. Ex^a dispõe do seu mandato para fazer esse debate fundamental para nosso País e para o planeta. Em relação à questão do desmatamento da Amazônia, conseguimos, Senador Casagrande, algo que considero, talvez, um dos maiores resultados do Governo do Presidente Lula nos primeiros quatro anos...

(Interrupção do som.)

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) –... que foi a diminuição do desmatamento em 59%, chegando a patamares de 17 anos atrás. Mas, infelizmente, este ano, como V. Ex^a já mencionou, houve retomada, e essa retomada foi em função do aumento do preço

da **commodity**, da estiagem prolongada e do período eleitoral.

Em alguns Estados, no lugar de os Estados ficarem perfilados com o Ibama, com a Polícia Federal, combatendo o ilegal e favorecendo o apoio às práticas produtivas sustentáveis – que V. Ex^a está mencionando, que é importante o desenvolvimento sustentável –, eles resistiram, e se está perdendo o controle. O Brasil estava conseguindo um processo de governança ambiental que era altamente produtivo para dentro e para fora. Agora estamos numa situação defensiva, constrangidos eticamente, porque estamos perdendo a guerra...

(Interrupção do som.)

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – ... e estamos começando a ganhá-la. De sorte que parablenho V. Ex^a – vejo que o Senador Mão Santa está com a mão um tanto quanto mais pesada para a punição do tempo no nosso debate. Eu gostaria que V. Ex^a concluísse seu pronunciamento, mas eu não poderia deixar de cumprimentá-lo pela atuação e pela natureza do debate que traz esta tarde.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É a motosserra do tempo, Senadora Marina!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, ainda tenho 30 segundos e preciso de dois minutos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Inicialmente, eu havia dado dez, porque é a nota que V. Ex^a merece.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela sua tradição de uma inteligência sintética. Igual a Cristo, que fez o Pai-Nosso, 56 palavras, em um minuto. V. Ex^a quer quanto?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mais dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Também está inscrita, Marina Silva. Pedi e dar-sevos-á.

V. Ex^a tem dois minutos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Agradeço seu conhecimento bíblico. Ajuda-me muito nesta hora.

Sr. Presidente, só para encaminhar o que acho que é importante. Primeiro, fizemos uma audiência pública ontem, Senadora Marina, na Comissão de Mudanças Climáticas. O Governo disse que até final do mês encaminha a proposta de política nacional de mudanças climáticas.

Acho que isto é fundamental: encaminhar ao Congresso Nacional a política nacional de mudanças climáticas. Segundo, temos que elaborar aquele fundo que a Senadora Marina defendeu: o Fundo de Preservação das Florestas. Nós, aqui, da região, da América do Sul, da América Latina, dos países da floresta amazônica, tínhamos que tratar desse assunto num encontro. Eu queria propor isso aos Senadores da região, porque estou assumindo a coordenação do Parlatino. Poderíamos desenvolver um seminário sobre serviços ambientais com os países da região da floresta amazônica. Acho que é um trabalho importante, para podermos trabalhar nessa direção.

A outra direção, que acho fundamental, é a descentralização do licenciamento ambiental. Temos que dar mais tarefas aos Municípios, mais tarefas aos Estados no que concerne ao licenciamento ambiental. Temos tarefas enormes para desenvolver. Não adianta achar que as pessoas vão preservar só pelo comando e controle. Há um trabalho a ser feito de comando e controle que ainda é ineficaz, mas temos que buscar e viabilizar mecanismos de desenvolvimento para as pessoas que moram na região da floresta, seja na floresta amazônica ou em qualquer outra área com cobertura florestal neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sr^{as} e Srs. Senadores, na Bandeira está escrito: Ordem e Progresso. É uma inspiração de Augusto Comte, positivista, que Benjamin Constant colocou. Então, vai haver ordem.

Vamos chamar um orador, um líder e aquele que fará uma comunicação inadiável, alternadamente.

O orador acabou de falar. Agora, falará como Líder, segundo a ordem de inscrição, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

No rodízio, o Senador Flexa não está como Líder. O outro Líder que está inscrito é Valdir Raupp, e, para fazer uma comunicação inadiável, Paulo Paim. Procederemos com alternância: um orador, um líder e uma comunicação inadiável.

Ordem e Progresso! Todos terão direito a usar da palavra. (Pausa.)

Líder Arthur Virgílio, V. Ex^a permuta com o Senador Paulo Paim e, depois, chamarei V. Ex^a? (Pausa.)

Pois não. Assim, concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Líder do PT do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, o Obama do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, serei muito rápido. Pretendo falar amanhã sobre a questão do meio ambiente, até porque eu estava inscrito hoje, mas achei mais do que

justo ceder meu espaço para a nossa querida sempre Ministra e Senadora Marina Silva.

Sr. Presidente, por motivo de doença – e estou, inclusive, fazendo um tratamento aqui em Brasília –, não pude, no dia de hoje, acompanhar o Ministro Edison Lobão na viagem que faz ao meu Rio Grande do Sul. Ele faz um roteiro que considero muito interessante. Ele vai visitar a Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota, lá na Região da Campanha, próxima a Bagé, que conheço muito bem. Na época de sindicalista, participei de uma atividade lá, naquela Usina de Candiota, porque, quando a estavam construindo, morria quase que um trabalhador por mês, vítima de acidente de trabalho. Fizemos uma paralisação por 12 dias e, depois desse período, felizmente, não houve mais nenhuma morte, haja vista que construímos um acordo pelo qual se melhorava, e muito, as condições de trabalho. Conseguimos, no final, melhorar a comissão interna de prevenção de acidente, enfim, e a usina foi concluída sem mais nenhum acidente.

O nosso Ministro, Sr. Presidente, fará também, hoje à noite, uma palestra na Assembléia Legislativa sobre uma preocupação que é de todo o Rio Grande: a questão da matriz energética para o Estado. Naturalmente, o enfoque será a matriz nacional e estadual.

A questão da infra-estrutura é gravíssima no nosso Estado, e é preciso que seja olhada com um carinho especial para que a gente possa, efetivamente, fazer com que grandes indústrias voltem a se instalar lá, porque algumas que estavam para se instalar, como um grande frigorífico em São Gabriel, já alegam que terão dificuldades se não for resolvida a questão da matriz energética.

O Ministro vai também, Sr. Presidente, conhecer a Siderúrgica Riograndense, do Grupo Gerdau, que está localizada no Município de Sapucaia do Sul, no Vale dos Sinos, região na qual escrevi toda a minha história e a minha vida política. Em seguida, ele vai visitar o Parque Eólico de Osório, que fica no litoral norte. Entendo, também, que é uma visita importante.

Em todos esses lugares, principalmente no parque de Osório e na perspectiva de infra-estrutura, de melhora da matriz energética, estão previstos investimentos de alguns milhões de reais por parte do Governo Federal.

Faço este registro, Sr. Presidente, justificando ao meu querido povo gaúcho que só não acompanhei o Ministro Edison Lobão em função desse tratamento de saúde que estou fazendo aqui, em Brasília.

Para concluir, Sr. Presidente, quero ainda deixar registrado que hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, aprovamos um requerimento, de nossa autoria, pelo

qual pretendemos realizar uma audiência pública para discutirmos a situação lamentável dos familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM.

Houve recentemente, em Porto Alegre, um grande movimento, uma programação que se chamou a 9ª reunião dos familiares das vítimas do vôo TAM JJ3054. Essa atividade foi organizada pelos familiares e amigos das vítimas desse vôo. Foi uma reunião entre os que, para sempre, trarão em sua memória aqueles momentos terríveis, em que 199 pessoas – em sua maioria jovens que tinham tudo para um futuro brilhante – e seus sonhos desapareceram em segundos.

Houve um movimento na mesma linha em São Paulo. Há um descontentamento muito grande, Sr. Presidente, de parte dos familiares, pela forma como estão sendo respondidas todas as dúvidas com relação à indenização, enfim, o atendimento que esperavam que acontecesse por parte de todas as autoridades. Já está comprovado que a responsabilidade do acidente foi de uma empresa européia que fabricou esse avião. Tanto a TAM como a Infraero informaram, ainda, que elas não têm uma posição definida, mas os advogados dos familiares e as entidades que os estão apoiando já têm muito claro o que aconteceu.

No documento que me remeteram, que não vou detalhar por falta de tempo, eles lembram também o acidente da GOL. Nos dois acidentes – os dois da maior gravidade, ninguém tem dúvida – houve 353 mortes.

Eu lembraria, para concluir, um Deputado Federal do PSDB, que era também meu colega do Vale dos Sinos. Fui Deputado Federal durante um longo período com ele e tinha um enorme respeito por ele. Ele era o Deputado Júlio Redecker, uma liderança que defendia, com muita firmeza, o seu ponto de vista. Tinha as suas convicções, mas havia entre nós um grande respeito. Infelizmente, Júlio Redecker, Deputado Federal lá do meu Rio Grande, faleceu, também, nesse acidente.

Em resumo, Sr. Presidente, aprovamos o requerimento de realização de uma audiência pública, a pedido dos familiares, para que a gente possa analisar a fundo o problema e exigir de todos os poderes constituídos, de todos os envolvidos, respostas que, até o momento, não vieram para as famílias das vítimas daquele trágico acidente. E foi já estabelecido que também o acidente...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (...) da Gol será fruto de debate nessa audiência pública.

Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

Quero que considere, na íntegra, os dois pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, iniciou nesta quinta-feira, dia 05 — e se estende até o dia de amanhã – uma extensa agenda de visitas e palestras no Estado do Rio Grande do Sul.

Estão programadas visitas às obras da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota, na Região da Campanha, e a Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, na Vila Residencial, na mesma cidade.

Na capital gaúcha, Porto Alegre, o Ministro Lobão fará uma palestra no plenário da Assembléia Legislativa sobre matriz energética para o País e o Estado.

Neste evento, será discutida a criação de uma política permanente de energia eólica para o Brasil.

Na sexta-feira, o Ministro conhecerá a Siderúrgica Riograndense, do Grupo Gerdau, que está localizada no Município de Sapucaia do Sul, na Região Metropolitana.

Logo em seguida dirige-se com sua comitiva para o Parque Eólico de Osório, no litoral.

Sr. Presidente, por questões de compromissos assumidos anteriormente aqui em Brasília, não pude fazer parte da comitiva do Ministro Edson Lobão, mas tenho certeza de que será uma agenda muito positiva para a população gaúcha.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar nos Anais do Senado, no dia de hoje, o ocorrido no dia 17 de maio de 2008, em Porto Alegre, capital do Estado que represento.

Naquele dia aconteceu uma programação denominada 9ª reunião de familiares das vítimas do vôo TAM JJ3054, organizada pela Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Vôo TAM JJ3054 – AFA-VITAM.

Foi uma reunião entre aqueles que, para sempre, trarão em suas memórias aqueles momentos terríveis, quando a vida de 199 pessoas, em sua maioria jovens que tinham todo o futuro pela frente, foram ceifadas em questão de segundos.

Em São Paulo já haviam sido desenvolvidas atividades semelhantes com ótimo acolhimento da população em geral.

Pois bem, a programação, que iniciou pela manhã, teve reuniões com o PROCON e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, reunião com o Criminalista Dr. Eduardo César Leite, informações atualizadas sobre o

inquérito policial que tramita em São Paulo apresentadas pelos Drs. Aldo Galiano ou Antônio Carlos Barbosa e o perito Dr. Antonio Nogueira.

Nessas reuniões, ficou efetivamente demonstrado que tanto as famílias, amigos, como a população em geral não estão satisfeitos com as providências tomadas até aqui pelo Governo federal e pelas empresas aéreas.

São reclamações que vão desde o resgate dos fatos daquele dia, as suas efetivas responsabilizações, como também as providências futuras no sentido de mostrar publicamente as ações corretivas e preventivas tomadas na busca de uma segurança real para o transporte aéreo no País.

Na parte da tarde, foi realizada a 2ª Caminhada pela Vida, Verdade e Justiça, onde aproximadamente 500 pessoas caminharam do parque da Redenção, na Cidade Baixa, até o denominado Parcão, onde foram depositadas diversas fotos dos falecidos, muitas flores, e faixas com os dizeres: “Vergonha! Os Mandamentos da TAM e a Ex-Diretoria da ANAC”; “Vida Não Tem Preço”; “Negligência e Descaso”; “Exigimos o Fim do Caos Aéreo”; “Nunca Mais Congonhas”; “Acorda Brasil”!

Esse momento teve seu encerramento com uma missa ecumênica realizada por líderes de diversas igrejas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no domingo, dia 18, a AFA-VITAM realizou também uma cerimônia de celebração à vida em frente ao Aeroporto Salgado Filho, de onde partiu o fatídico voo TAM JJ 3054. Lá foram iniciados os plantios de 199 árvores, representando cada uma das vítimas daquele voo.

As quatro árvores iniciais representaram aqueles corpos que não conseguiram ser encontrados. Um familiar disse naquele momento: “Com essa árvore, eu recebi de volta o meu filho”.

Também junto das árvores foi colocada uma pedra fundamental que fará com que todos que passem façam sua reflexão e escolham pela segurança de suas vidas!

Sr. Presidente, o relatório, já divulgado pela imprensa, aponta uma série de irregularidades que contribuíram para a catástrofe. Como por exemplo:

A responsabilidade da fabricante européia *Airbus*, porque o sistema de manetes para freio ou decolagem não tem alarme para avisar que o equipamento pode estar na posição errada.

A TAM e a Infraero informaram que vão aguardar a divulgação desse relatório para se manifestarem. A *Airbus* não fez declarações.

Um panfleto distribuído aos participantes no dia 17, dizia:

“A sociedade brasileira precisa acordar para a falta de segurança no transporte aéreo e exigir soluções imediatas. Nada mudou depois dos últimos maiores acidentes da aviação brasileira, que resultaram em 353 mortos. Normas internacionais de segurança são desrespeitadas todos os dias, não há fiscalização e as empresas aéreas fazem a manutenção de suas aeronaves do jeito que quiserem, quando quiserem e se quiserem.”

Sr. Presidente, os direitos dessas famílias precisam ser respeitados. É importante que todas as vezes se unam neste clamor que essas pessoas fazem e que esse acidente possa servir de alerta para a questão da segurança no transporte aéreo.

Entre os mortos, estavam crianças, adolescentes, adultos, idosos, líderes dos aposentados e pensionistas e também o deputado federal gaúcho Julio Redecker que vinha em ascensão meteórica.

Sr. Presidente, diante dos fatos que nos foram relatados, estamos dispostos, depois de conversar com os familiares, a realizar uma audiência pública. Para tanto convidaremos todos os envolvidos a fim de buscar soluções para as expectativas desses familiares que perderam seus entes queridos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra a um orador inscrito, o Senador Jayme Campos. Depois, concederei a palavra a um líder. Estamos alternando. Não há mais comunicação inadiável, e o outro orador inscrito é o Geraldo Mesquita, que está na fila. Estamos alternando líder e Senador inscrito. Não há mais comunicação inadiável a se fazer.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, no dia de hoje, para externar minha preocupação em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde levou o nº 020, e que trata dos repasses às Câmaras Municipais de nosso País.

Sr. Presidente, recebi, da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, um expediente. A União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso está preocupada com os possíveis repasses que acontecerão se for aprovada essa PEC. Certamente, devemos ter muita preocupação, porque essa PEC fere, na verdade, a

independência do Poder Legislativo nos Municípios brasileiros.

Não podemos concordar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, dos repasses que hoje estão em vigência, alguns Municípios percam acima de 60% do seu duodécimo. Isso, com certeza, vai inviabilizar o funcionamento da maioria das Câmaras Municipais de nosso País, sobretudo as do Mato Grosso.

Espero que possamos discutir com maior clareza essa PEC, para que se continue dando autonomia aos Municípios brasileiros e para que, acima de tudo, prevaleça aquilo que já existe em termos de repasses do Poder Executivo para o Poder Legislativo dos Municípios brasileiros.

Em números, Sr. Presidente, a Proposta reduz para valores de 2% a 4,75% a receita líquida municipal, destinada às Câmaras Municipais. O corte em cidades com receita baixa vai representar o fechamento dos Legislativos, pois os mesmos não terão como manter a estrutura necessária para funcionar.

As prefeituras, de acordo com estudos da União de Vereadores do Brasil, terão uma economia de R\$1,2 bilhão, e haverá demissão de funcionários técnicos e daqueles que cuidam da parte operacional das Câmaras. Inevitavelmente, a grande maioria das Câmaras Municipais terá de dispensar seus servidores. É de se indagar: como as Câmaras trabalharão sem contador, sem assessor ou sem advogado?

Os Vereadores têm vivenciado situações que cada vez mais os enfraquecem, fato que torna o Município vulnerável, porquanto são os Vereadores que conhecem a realidade local e as necessidades da população.

A presente medida é golpe que fere de morte os Legislativos municipais, colocando-os aos pés das prefeituras. Em uma estrutura que prima pela independência dos Poderes, é impraticável que a tal medida seja adotada. Há de se pensar, inclusive, em possível ofensa ao princípio da separação dos Poderes. Sem recursos, sem autonomia, refém da boa vontade do Poder Executivo, não há como se falar em Poder Legislativo.

Sr. Presidente, farei, aqui, a demonstração de um quadro que recebi, relacionado a algumas prefeituras de Mato Grosso. Em princípio, há prefeitura, como, por exemplo, a de Barra dos Bugres, que recebe, hoje, R\$128 mil por mês e que passará a receber apenas R\$72 mil. Ora, se isso não bastasse, o que mais nos causa preocupação é que o número de Vereadores vai aumentar. Nesse caso, ela torna-se praticamente inviável. A cidade de Salto do Céu, que hoje recebe R\$32,5 mil, passará a receber R\$18 mil. Em Poxoréu, os recursos passarão de R\$71 mil para menos de R\$39 mil. A prefeitura de Porto dos Gaúchos, de R\$40 mil,

receberá apenas R\$22 mil. Em Pontes e Lacerda, de R\$131 mil, o recurso cairá para R\$70 mil. Alto Taquari, de R\$102 mil, passará a receber apenas R\$71 mil, e por aí afora.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Queria contribuir com seu pronunciamento e ajudá-lo, resumindo a questão. Os únicos Municípios que não sofreram qualquer influência dessa propositura legislativa são os de São Paulo e os do Rio de Janeiro.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Exatamente.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Os demais Municípios, e são mais de cinco mil, todos sofrerão na carne, sofrerão severamente com essa propositura. Isso me leva a perguntar, Senador Jayme Campos: de onde partiu essa iniciativa? Acho isso uma loucura! O Supremo, tempos atrás, no vácuo da omissão do Congresso Nacional, fixou número de Vereadores, o valor de repasse etc. A coisa vinha funcionando normalmente, em que pese alguns escândalos. Um dia desse, eu assistia à televisão e vi que, em uma Câmara de Vereadores de um determinado Município do País, todos os Vereadores estavam presos. Um fato como esse, um projeto como esse, que está causando uma celeuma danada, a meu ver, só vem contribuir mais ainda para o desgaste do Poder Legislativo como um todo. As Câmaras de Vereadores compõem o Poder Legislativo brasileiro. Um projeto como esse – imagino – é uma loucura! Não sei nem de onde partiu isso! Pior ainda: como é que isso pode ter sido votado em dois turnos na Câmara dos Deputados sem que ninguém tivesse percebido esse absurdo, essa coisa louca? Essa coisa é louca! E já fico preocupado, porque isso já está aqui, está vindo para o plenário. Já fico preocupado: como o Senado vai se comportar? Como é que o Senado vai reagir a uma situação como essa? Olhe, eu deixaria a situação como está, Senador. Eu deixaria a situação como está. A situação não é boa, não é a ideal, mas é a situação com a qual a população brasileira, com seus mais de cinco mil Municípios, vem convivendo mal ou bem. Não é hora para se mexer num assunto desse. É um assunto impróprio numa hora desta, com as características de que se reveste. Parabênizo V. Ex^a por trazer esse assunto à discussão, porque – creio – V. Ex^a o traz na forma de preocupação. V. Ex^a declinou uma série de Municípios do seu Estado cujas Câmaras de Vereado-

res sofrerão severas baixas, terão de demitir metade da folha de pessoal. Ora, na altura do campeonato, Senador, tenha paciência! Vamos pensar, inclusive, em sepultar esse projeto no Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado pelo aparte. V. Ex^a, realmente, como grande concededor dos problemas dos Municípios brasileiros e, sobretudo, como grande legislador, sabe perfeitamente que há, nessa PEC, lamentavelmente, um contra-senso de tudo aquilo que já vinha sendo praticado em relação à atual Legislação vigente no Brasil.

Por outro lado, Senador Geraldo Mesquita Júnior, na verdade, basta mudarmos o art. 2º da PEC nº 333.

Ora, como é que se aumenta o número de Vereadores e se diminui o número de repasses? O que ocorreu quando o Tribunal Superior Eleitoral legislou em nome do Congresso Nacional? O duodécimo, que estava sendo repassado, continuou; todavia, o número de Vereadores foi reduzido. Então, neste caso, o mínimo que se tem de buscar é fazer com que permaneçam os mesmos valores do duodécimo, ou seja, os mesmos percentuais, sob pena, como eu bem disse aqui, de inviabilizar o funcionamento da maioria das Câmaras deste País.

Quem ganha, na altura do campeonato, como V. Ex^a disse, são as Câmaras Municipais dos grandes Estados, sobretudo as do Rio de Janeiro e as de São Paulo. As demais Câmaras Municipais, lamentavelmente, estão inviabilizadas, segundo dados aqui já compilados, com informações precisas que temos.

Aqui, estamos em nome dos Municípios e, mais ainda, em nome das Câmaras Municipais deste País, fazendo um apelo, chamando a atenção do Senado Federal para a PEC nº 333, que já se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que lá levou o nº 020.

É muito bom esse alerta, para não cometermos qualquer injustiça. Esta Casa, como Casa revisora, tem a obrigação de tomar as devidas providências, fazendo com que possamos, com certeza, fazer prevalecer a autonomia das Câmaras Municipais deste País.

Portanto, quero, nesta oportunidade, cumprimentar, na pessoa do Deputado José Geraldo Riva, os Deputados Estaduais de Mato Grosso, que fizeram um trabalho cheio de êxito, fazendo levantamentos que, realmente, nos dão a garantia absoluta de que, dessa forma, poderemos, no Senado, fazer um trabalho no sentido de viabilizar a independência das Câmaras Municipais deste País.

Era essa minha fala, Sr. Presidente.

Espero contar com o apoio, sobretudo, daqueles que defendem a autonomia dos Poderes, principalmente com os desta Casa, em relação a essa matéria.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Concedo-lhe o aparte, Senador Edison, com os cumprimentos do Senador Mão Santa.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Meu amigo Senador Jayme Campos, congratulo-me com V. Ex^a por esse pronunciamento. Também nós, no Maranhão, vivemos esse mesmo drama, essa expectativa terrível de uma lei que não poderá ser aplicada. Darei o exemplo da cidade de São Luís, onde há 23 Vereadores – e passaremos para 31 –, com a receita, que é de R\$30 milhões, passando para R\$17 milhões. É matematicamente impossível que qualquer Câmara Municipal, dentro de um quadro desse, possa sustentar o ingresso de novas despesas com a diminuição radical das receitas. Então, aqui, nesta Casa, iremos nos aprofundar no estudo técnico dessa lei, para que ela não prejudique todas as Câmaras Municipais do País, inviabilizando-as, conforme V. Ex^a acabou de citar. Estou cem por cento solidário com o pronunciamento de V. Ex^a. É nossa responsabilidade corrigir esse erro, que vem da Câmara dos Deputados.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Agradeço os apartes ao Senador Geraldo Mesquita e ao Senador Lobão Filho, na certeza absoluta de que vamos conseguir aqui rever, naturalmente, essa PEC, até porque ela se encontra na CCJ, onde vamos discuti-la. Certamente, vamos fazer a correção devida que merece esse projeto, que é de muita importância para as Câmaras Municipais do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Jayme Campos, mostrando as suas preocupações com o futuro das Câmaras de Vereadores, que nasça daqui uma lei boa e justa.

Estamos alternando orador inscrito com líder.

Como Líder, agora, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresento voto de pesar pelo falecimento do empresário Mário Orofino, ocorrido na minha cidade de Manaus, no dia 29 de maio último. E, aí, já com muita alegria, votos de aplausos às atletas amazonenses Deise Soares, pelo bi-campeonato alcançado na prova dos 400 metros nos

Jogos do Sesi, realizados em Manaus recentemente, e Valéria Santarém, pelas medalhas conquistadas na Copa Aberta da Europa, a Eurowaves, realizada na República Tcheca. Duas medalhas de bronze nos 50 metros e 400 metros. Trata-se de uma notável atleta paraolímpica.

Sr. Presidente, registro ainda a viagem que, promovida pelo Exército Brasileiro, levou parlamentares da Câmara e do Senado ao Amazonas, visitando o Comando Militar da Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira. A essa comitiva não me integrei porque coincidia com a missa de 7º dia do nosso tão saudoso Senador Jefferson Péres. São registros que peço que façam parte dos Anais da Casa.

Do mesmo modo, peço que se insira nos Anais da Casa a entrevista, absolutamente moralizadora, sobre seu comportamento no futuro pleito municipal deste ano, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa. Entrevista concedida à talentosa repórter Josely Azaro, do **Diário do Amazonas**, jornal importante do meu Estado.

Ainda, Sr. Presidente, faço um apelo ao Ministério da Defesa e à Anac, no sentido de que resolva a situação do Aeroporto de Barcelos. Primeira capital do Estado do Amazonas, o Município está com seu aeroporto interditado. Trata-se de um Município que vive do turismo. O Senador Jefferson Praia sabe muito bem. Assim como há o Boi de Parintins há os peixes de Barcelos, o Cardinal e o Acará– Disco. O Município vive da pesca esportiva. Ou seja, se há inconvenientes no funcionamento do aeroporto, que, por favor, o Governo não se limite apenas a fechá-lo; mas que, em curtíssimo espaço de tempo, o devolva à atividade econômica e ao transporte de passageiros e utensílios. Não basta apenas a interdição.

Ainda, Sr. Presidente, aplaudo de maneira enfática, até por razões amazônicas, o ato do Presidente Garibaldi e a ilustre coordenação do Senador Renato Casagrande ao comporem comissão de alto nível de juristas, em Direito Penal, para propor, em 180 dias, projeto de lei com o Novo Código Penal. Coube à Bancada do Amazonas a indicação de um nome – acataram a minha sugestão – que foi precisamente o do meu ex-vice-prefeito, um dos maiores penalistas deste País, que foi o advogado Felix Valois Coelho Júnior, que foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Amazonas, num momento mais duro do combate à repressão e ao regime de força neste País.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu peço também que os Anais acolham este pronunciamento em que digo da nossa intransigência em relação a esse contro-

vertido empresário sueco-britânico, que é empresário, na Inglaterra, e grileiro no Amazonas, Johan Eliasch, que passou a merecer ações da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

Muito bem! Desde 2004, que eu o denuncio. Há hoje suspeitas, que eram nossas desde 2004, de que ele pode estar fazendo biopirataria e lavagem de dinheiro. Lamento a falta de atitude do Governador do Estado do Amazonas, o Sr. Eduardo Braga. Afundado em denúncias de corrupção de toda sorte, cuida de outras coisas, mas não cuida de proteger as terras do Estado do Amazonas. O fato é que disse que conversou com o Sr. Eliasch no Hotel Fasano, em São Paulo, como se lá fosse lugar para um Governador tratar de venda de terras na região. Pode ser um lugar chique, mas não para se tratar de venda de terras. Quem estava intermediando essa história é o nosso conhecidíssimo Senador Gilberto Miranda Batista. Mas, muito bem, pelo menos o Governo Federal parece ter acordado. O fato é que o Sr. Eliasch, sob o silêncio do Governador do Amazonas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não lhe faltará tempo. O único sentido de eu estar nesta Presidência é garantir tempo a V. Ex^a, cuja voz é, por sua vez, uma garantia do fortalecimento da democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado mesmo.

O fato é que, sob o silêncio do Estado do Amazonas e já não mais, graças a Deus, sob o silêncio do Governo Federal, o Sr. Eliasch adquiriu outras áreas, é o que dizem, valendo-se de ONGs laranjas. Era só o que faltava, Senador Jefferson Praia, a laranjice ter chegado às ONGs agora. Já não basta o que tem de laranjas em contas bancárias falsas, em lavagem de dinheiro, em corrupção, em fraude envolvendo dinheiro público; agora há laranjas em organizações não-governamentais.

Pois muito bem. O Sr. Eliasch é um homem ousado, e o Brasil precisa ter muita atenção sobre os seus passos. Outro dia pedi que os Anais da Casa acolhessem matéria muito bem feita da revista **IstoÉ**, assim como, motivado por essa revista e revivendo as minhas denúncias de 2004, pedi que a Casa aprovasse voto de repúdio a essa figura cavernosa, esquisita, que não faz bem ao equilíbrio do meu Estado.

Essas, as minhas palavras, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Exército Brasileiro há dias mostrou a parlamentares, da Câmara e do Senado, o trabalho que realiza na Amazônia e que pretende levar ao conhecimento do Congresso Nacional.

Foram três dias de visitação, a partir dessa quinta-feira, em que os parlamentares serão inteirados do apoio que o Comando Militar da Amazônia vem oferecendo para zelar pela região, inclusive na área de fronteiras.

Além de conhecer o próprio CMA, os Senadores e Deputados mantiveram contatos com o Centro de Instrução de Guerra na Selva, com as unidades vinculadas à 2^a. Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira e, ainda, com os Pelotões Especiais de Fronteira de Maturacá e Iauaretê.

Fui convidado a integrar a comitiva, em ofício que me enviou o Chefe da Assessoria Parlamentar no Senado, o Coronel Carlos Maurício Barroso Sarmento.

Não vou poder ir, para minha tristeza. É que, na mesma ocasião, estive em Manaus para a solenidade religiosa da Missa de 7^o Dia, em sufrágio da alma do nosso já saudoso Senador Jefferson Peres.

Mas aplaudo o Exército Brasileiro que, com patriotismo e dedicação, desempenha missão relevante na Amazônia, mormente na atualidade, quando olhares de cobiça, de grupos se voltam para a Região. Eles nada sabem acerca de assuntos amazônidas, pelo que apregoam, inclusive, muitas e disparatadas tolices acerca do futuro dessa que é a nossa mais estratégica região. Nossa, sim! O Brasil sabe cuidar da Amazônia! E o trabalho do Exército e das duas outras Forças, a Aeronáutica e a Marinha, é uma das mais vivas demonstrações do nosso zelo pelo Amazonas e pela Amazônia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o aeroporto de Barcelos, importante município do Amazonas, pode ser interditado pelo Ministério Público, sob o argumento de riscos para as operações de pousos e decolagens.

Mais do que simples ponto de pesca esportiva, a Barcelos está destinado programa do Ministério do Turismo que incluiria o município como *ícone* dessa modalidade de atração turística.

Não é por acaso que, no Estado, há forte empenho de ajudar a Prefeitura, inclusive com repasse de recursos. É o caso da Associação dos Operadores de Barcos de Turismo do Amazonas-AOT.

Contudo, a Associação quer, antes, um projeto de obras corretivas para aquele aeroporto. Diz a AOBT que as correções são simples e podem ser executadas rapidamente, colocando o aeroporto em condições de operar. E, assim, sem correr o risco de interdição.

Faço, deste Plenário, apelo à Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC, para que seja elaborado sem demora o projeto corretivo. E assim, o aeroporto possa voltar a operar sem riscos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aplaudo, e com entusiasmo, o que apenas parece singelo, mas que, de fato, é relevante. Relevante, oportuno e mais do que necessário: o Ato do Presidente Garibaldi Alves, que constitui Comissão de Alto Nível para propor, em 180 dias, projeto de lei de novo Código de Processo Penal.

Relevante, sim, para a modernização do universo jurídico do Brasil e que, sem dúvida, atenderá aos reclamos da sociedade nacional, hoje, é preciso dizer, inquieta pela insegurança.

Relevante, também, pela presteza com o que o ilustre Presidente da Casa acatou a iniciativa do Senador Renato Casagrande com aquele objetivo.

Da sugestão do Senador Capixaba ao Ato do Senador Garibaldi, a Comissão veio a se formalizar na celeridade que haverá de concorrer para igual avanço e rapidez na esfera processual penal do País. Esta Casa se sente recompensada diante dessa elogiável celeridade, a mesma com que sonha e espera a sociedade brasileira.

A velocidade, que deveria constituir rotina em todos os setores da vida pública nacional, não impediu que os nomes levados ao Presidente Garibaldi, e por ele aceitos, fossem de insígnis juristas, todos do mais elevado conceito e de saber jurídico à altura da missão que lhes é deferida. São eles: Antonio Magalhães Filho, Eugênio Pacelli de Oliveira, Fabiano Augusto Martins Silveira, Felix Valois Coelho Júnior, Harmínio Carvalhido, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Sandro Torres de Avelar.

São dez nomes aos quais não se pode opor o mínimo reparo. Conheço a biografia e o trabalho de cada um deles, em especial, por compreensível deferência, o nome do Dr. Felix Valois. Ele foi Vice-Prefeito de Manaus à época em que era eu o Prefeito da Capital Amazonense.

Saber jurídico irreparável, disposição para o trabalho e indiscutível capacidade de ouvir e acatar sugestões pertinentes, o Dr. Valois, ao lado dos outros nove

que compõem a Comissão, assegura a seriedade que trabalho de tamanha magnitude exige.

Cumprimento, pois, o Presidente da Casa, o Senador pelo Espírito Santo e os juristas que compõem a Comissão do novo Código de Processo Penal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Não tem contemporização, condescendência nem, muito menos, transigência! O tema é Amazônia e nesse assunto, não há como passar a mão na cabeça de quem trama contra a Floresta. Para a Amazônia, inimigos a distância!

É o caso do controvertido empresário sueco-britânico. Empresário, na Inglaterra; mas grileiro na Amazônia. Um tal Senhor Johan Etiasch, que passou a merecer ações da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN.

Agora, sim, o grileiro está no lugar mais adequado para transgressores, sobretudo os que agem às escuras. Daqui, o que espero é que ele passe a figurar nas colunas do noticiário policial!

Para acelerar essa transposição, encaminhei, muito recentemente, à Mesa, expediente em que requeiro um Voto de Censura e Repúdio a esse cidadão, acusado de fraudes em terras públicas da Amazônia, ricas em ouro e diamantes. Ele é acusado também de biopirataria e lavagem de dinheiro.

As ações desse grileiro, que não é bem-vindo, são, no mínimo, esquisitas. Primeiro, ele, com a ajuda providencial do Governador Eduardo Braga, do Amazonas, andou comprando glebas de terras em Manicoré e em Itacoatira. Mas o que se diz é que ele adquiriu outras áreas, valendo-se de ONG laranjas. Era só o que faltava! A laranjeira chega às ONG.

No ano passado, Eliash avançou um pouco mais e chegou a promover seminário sobre Florestas, aquecimento global e outros temas da moda. Foi em Monterrey, no México. Ele convidou para tanto até o Secretário de Meio Ambiente do Reino Unido, na suposição de que, assim, agindo, à sorrelfa, poderia com sonsice desse porte, lograria interessar grupos econômicos para a formação de um gigantesco consórcio que, a seguir, passaria a comprar mais terras na Amazônia, com aquela desculpa que já não engana, de obter dividendos com a venda de carbono.

A história que ele engendrou para o encontro de Monterrey só malogrou porque denunciei a pretensa negociada desta tribuna. A trama foi igualmente revelada pelo jornal Folha de S.Paulo.

Senhor Presidente, daqui para frente vai ser assim: queremos essas esquisitas figuras bem longe

daqui! O primeiro passo é a aprovação, pelo Senado, do Voto de Censura ao grileiro Johan Eliash.

Para que o assunto chegue a mais pessoas, estou anexando a este pronunciamento a reportagem especial da Revista Istoé, com data de hoje. Vai para os Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço um minuto da atenção de Vossas Excelências para registrar que desde o último dia 19 de maio o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas têm à sua frente um novo presidente, o desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa.

Ari Moutinho é magistrado há 32 anos e desembargador há quatro. Iniciou sua carreira na função de juiz substituto da capital, Manaus, e trabalhou como juiz de menores, juiz-corregedor auxiliar, juiz titular das 3^a e 8^a Varas, juiz titular da Vara de Execuções Criminais e presidente do 1º Tribunal do Júri. É presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil e diretor dos Fóruns de Manaus.

O Desembargador já terá pela frente uma árdua missão: conduzir as eleições deste ano para a prefeitura de Manaus.

Em entrevista concedida à repórter Josely Azaro, do **Diário do Amazonas**, Ari Moutinho afirmou que pretende reunir, em seu próprio gabinete, todos os candidatos à Prefeitura de Manaus para uma apresentação formal e também para pedir a colaboração dos mesmos no sentido de que mantenham uma campanha sem violações ao sistema do processo eleitoral.

Apesar de já ter presidido eleições em vários municípios do Estado do Amazonas, essa será a primeira eleição como presidente do TRE.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade para desejar ao Desembargador Ari Moutinho sucesso na condução do TRE do Amazonas e, ao mesmo tempo, solicitar que a entrevista concedida pelo Desembargador ao **Diário do Amazonas** em sua edição do último dia 25 de maio do corrente seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

(Inseridos na forma do disposto no art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Eleições serão transparentes

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) têm à frente um novo presidente desde o dia 19 deste mês. Magistrado há 32 anos e desembargador há quatro, Ari Jorge Moutinho da Costa disse, em entrevista à repórter Josely Azaro que não será uma figura simbólica e nem apática nessas eleições de 2008. Ele pretende reunir, em seu próprio gabinete, todos os candidatos à Prefeitura de Manaus para uma apresentação formal e também para pedir a colaboração dos mesmos no sentido de que mantenham uma campanha sem violações ao sistema do processo eleitoral.

“Manterei com todos os partidos e candidatos um excelente relacionamento e espero a reciprocidade”

Ari Jorge Moutinho da Costa, 61 anos, casado, três filhos, cinco netos. Magistrado há 32 anos e desembargador há quatro. Iniciou a carreira nos anos 70, na função de juiz substituto da capital. Trabalhou como juiz de menores, juiz-corregedor auxiliar, juiz titular das 3ª e 8ª Varas, juiz titular da Vara de Execuções Criminais e presidente do 1º Tribunal do Júri. É presidente do Colégio dos Corregedores Eleitorais do Brasil e diretor dos Fóruns do Manaus.

Desembargador, como o senhor pretende conduzir as eleições de 2008?

No tocante às regras da Justiça Eleitoral, elas serão cumpridas fielmente e a Justiça Eleitoral vai ter uma participação muito eficiente e atuante. Com isso quem ganha é o estado democrático de direito e a própria cidadania. Se for preciso endurecer o jogo, irei endurecer.

Alguma novidade com relação às propagandas eleitorais?

Estou conversando com os juizes coordenadores da propaganda eleitoral, estou pedindo rigor verdadeiro, quero tentar coibir esses programas diários onde muitos candidatos disfarçados de jornalistas, de comunicadores, atacam a honra, a dignidade.

E como isso vai acontecer?

Programa na televisão não pode ser para denegrir a honra e a dignidade de autoridades constituídas. Não podemos permitir que um programa ataque a moral e os bons costumes. Nós temos que defender também esse lado da cidadania e do respeito ao ser humano.

É sua primeira eleição?

Não, eu já participei várias vezes como juiz eleitoral, já presidi eleição nos municípios de Maués, Itacoatiara, Autazes, Urucurituba, na 11ª Zona Eleitoral. Agora, presidindo uma eleição na qualidade de presidente do TRE, é a primeira vez.

Com relação aos candidatos à Prefeitura de Manaus que já se apresentam, qual o seu posicionamento?

Os candidatos que já se apresentam por aí, todos são meus conhecidos. Uns foram até contemporâneos meus no ginásio. Não tenho nenhuma inimizade pessoal, muito pelo contrário. Todos os candidatos serão tratados de forma igual. Jamais deixarei de atender qualquer um dos candidatos, seja do partido A, B ou C.

O senhor pretende ter uma conversa com eles antes das eleições?

Pretendo reuni-los aqui dentro do meu gabinete, mas vou pedir pra eles, também, a colaboração. O candidato é o chefe da sua campanha política. Ele tem que ser enérgico para coibir alguma violação do sistema do processo eleitoral.

O senhor vai fazer uma reunião com todos juntos?

Vou fazer sim. Não sei se sei atendido por todos, mas vou mandar um convite com muita gentileza, até para me apresentar como presidente do pleito e com a imprensa presente.

Ainda são muitos os processos por infidelidade partidária em pauta. O senhor acredita que antes da eleição destes ano todos terão sido julgados?

Lamentavelmente tem que ter a instrução, a resolução permite que sejam arroladas três testemunhas na defesa do requerido e essas testemunhas na maioria das vezes, nós temos que expedir carta de ordem, essas cartas são enviadas para o interior do Estado, os juizes recebem, marcam as audiências para um prazo um pouco distante, há demora no cumprimento na carta de ordem e via de consequência, atrasa, evidentemente, a sistemática processual. Mas eu acredito que até o mês de julho todos serão julgados.

Como foi seu trabalho à frente da Corregedoria da Justiça Eleitoral?

Eu cheguei à Corregedoria há menos de um ano e tudo aquilo que eu pude julgar eu julguei. E processos importantíssimos. Cito o exemplo da ação judicial contra o prefeito do Rio Preto da Eva, Anderson Souza. Nós levamos, fizemos a instrução, trouxemos ao plenário, julgamos, decidimos. Foi o voto pela cassação, ele recorreu, ele conseguiu uma liminar e o próprio TSE cassou a decisão e ele está cassado de pleno direito.

Tem outros processos de grande repercussão pela frente?

Temos o processo que envolvia o ministro Alfredo Nascimento, que não ficou dormindo nas prateleiras, e o do senador Arthur Virgílio. Todos eles eu levei pra frente. Os processos contra o governador Eduardo Braga estão em ritmo bem abaterado, mas lamentavelmente chegou numa parte onde foi preciso a intimação do advogado e o advogado há mais de 30 dias não aparece e o oficial de justiça não chega a encontrá-lo para que ele seja intimado a fim de que possa prosseguir com aquele julgamento.

Muitos vereadores escaparam de ter o mandato cassado. O que está sendo determinante nesses julgamentos?

Muitos pedidos foram formulados na questão da infidelidade partidária, mas vem a comprovação exuberante da fusão de um partido com outro. Foram julgados imprecidentes ou excluídos porque a fusão é uma das causas excludentes da quebra da fidelidade partidária. É a fusão, a incorporação e a grave discriminação social. Os requeridos usam sempre a defesa nesse sentido.

Tem dado certo...

É o processo do contraditório da ampla defesa. Eles apresentam provas cabais, indúvidosas de que realmente houve a fusão, de que houve a grave discriminação social e nós temos que julgar pela improcedência da ação, porque se nós julgamos para um, temos que seguir a mesma corrente. Temos que seguir a coerência da corte.

Como é ser presidente do Tribunal Eleitoral e ter um filho político?

C boia seria que o meu filho não fosse político, mas graças a Deus, por tudo o que ele sofreu e toda a nossa família pelas infâmias que foram lançadas contra ele. O próprio MPE pediu a improcedência da ação e já foi julgado porque não vimos absolutamente nada contra ele.

O fato de o seu filho ser político lhe constrange de alguma forma?

Não trás nenhum constrangimento pra mim, trás sofrimento, mas eu posso antecipar que o meu filho não será candidato, não disputará essa eleição. A meu pedido ele não participará desse jogo político. Está totalmente divorciado do processo eleitoral deste ano, o que pra mim é uma grande decisão.

Até porque os pais não podem obrigar os filhos a seguirem os passos que querem para eles...

Não podem, mas até por ele ser um bom filho ele compreendeu o momento histórico em que vivo e eu pedi pra ele: meu filho não se exponha mais e nem exponha a sua família. Eu prefiro que ele continue fazendo o que está fazendo e que um dia ele prove de forma indelmentível que aquilo que se passou contra ele foi apenas uma nuvem muito escura na nossa vida.

REQUERIMENTO Nº , DE 2008**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Mário Orofino, ocorrido no último dia 29 de maio deste ano.**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Mário Orofino, ocorrido no último dia 29 de maio.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O empresário Mário Orofino faleceu no último dia 29 de maio, aos 84 anos. Mário era empresário da marmoraria Orofino, a mais tradicional de Manaus.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº /2008**Requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Deise Soares pelo bicampeonato alcançado na prova dos 400m dos Jogos do SESI, realizados em Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso à atleta amazonense Deise Soares pelo bicampeonato alcançado na prova dos 400m dos Jogos do SESI, realizados em Manaus.

Justificação

A atleta amazonense Deise Soares conquistou no último dia 23 de maio, em Manaus, o bicampeonato dos Jogos do SESI nos 400m. Com a vitória, garantiu índice para o Campeonato Mundial Industriário, que será realizado na Itália, de 26 de junho a 6 de julho.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº /2008**Requer Voto de Aplauso à paraatleta amazonense Valéria Santarém, pelas medalhas conquistadas na Copa Aberta da Europa (Eurowaves), realizada na República Tcheca.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso à paraatleta amazonense Valéria Santarém, pelas medalhas

conquistadas na Copa Aberta da Europa (Eurowaves), realizada na República Tcheca.

Justificação

A paraatleta amazonense Valéria Santarém nadadora da classe S8 (atrofia de pernas), conquistou duas medalhas de bronze nos 50m e 400m na Copa Aberta da Europa (Eurowaves), na República Tcheca.

A nadadora já vem conquistando vitórias há algum tempo. No ano passado, Valéria ganhou uma medalha de prata e duas de bronze no Parapan-Americano do Rio de Janeiro e ainda conquistou três medalhas de ouro no mundial de Taipe, Taiwan.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, reencarnação de Rui Barbosa neste plenário. S. Ex^a representa, com a grandeza de sua inteligência, o valoroso Estado do Acre e o meu Partido, o PMDB. Sua presença na nossa agremiação lhe dá muita decência e ética.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, a quem eu costumo chamar de meu irmão aqui, no Senado Federal. Meu irmão mais velho que mora em Manaus, fique tranquilo, pois não o estou deserdando da irmandade.

Senador Mão Santa, eu tinha outros assuntos a tratar hoje, mas, como hoje é o Dia do Meio Ambiente, e alguns oradores, inclusive a Senadora Marina, já aqui se referiram à data que é de fundamental importância, e, sendo lá da nossa região amazônica, eu não poderia me furtar de tecer algumas considerações sobre esse fato.

Quero, inclusive, iniciar meu discurso reafirmando o que eu disse hoje pela manhã para o Senador Paim, na nossa Comissão. Da fala da Senadora Marina ontem, aqui, na Casa, humildemente me permito discordar de algo, Senador Paim: que ela não tinha feito nada de novo no Ministério. Afirmei hoje, na Comissão de Direitos Humanos, onde nos reunimos com o Dr. Marcio Pochmann, que considero que ela fez, sim, algo novo no Ministério, algo novo e de fundamental importância: colocar o assunto meio ambiente, região amazônica, e trazer todo esse contexto, toda essa discussão para o centro da pauta do País. Se isso não é novo, se isso não é inédito... Porque essa era uma tangente na pauta do nosso País. Portanto, penso que a Senadora Marina inovou, sim, nesse sentido. Minhas homenagens a ela.

Mas, hoje, gostaria de detalhar um pouco mais uma questão, já que se fala em meio ambiente. Quando se fala em meio ambiente, em proteção da Amazônia, em desmatamento, é necessário que as pessoas entendam e compreendam, Senador Mozarildo Cavalcanti, que há duas espécies de desmatamento, principalmente na nossa região: o desmatamento legal e o desmatamento ilegal.

O legal ainda está a merecer, por parte do Governo Federal, dinamismo, no tocante à apreciação e à aprovação de projetos de manejo. E aqui cabe uma explicação para aqueles que desconhecem o assunto. Projeto de manejo na região amazônica, sim. Mas o que é projeto de manejo? O detentor da terra, ou seja lá quem for que detém o direito àquela utilização, identifica árvores na floresta e, seletivamente, dentro da área sujeita à exploração, é autorizado a abatê-las, sem comprometer o conjunto da floresta. Esse é o desmatamento legal. Nesse sentido, Senador Paim, o Governo é absolutamente leniente, absolutamente inoperante. Os organismos de licenciamento, que autorizam esse tipo de atividade, deixam pessoas sérias, compenetradas, bem-intencionadas, um, dois, três, quatro, cinco anos penduradas em um pedido de autorização para a execução de um projeto de manejo de madeira.

E aí vem o desmate ilegal. Está lá. Hoje, Senador Paim, com os recursos tecnológicos de que dispomos, quem quer desmatar ilegalmente sabe em que dia e a que horas passa o satélite em cima de sua propriedade. Ora, se ele sabe, os organismos governamentais deveriam saber disso com muito mais propriedade.

Ouçó falar na criação de um batalhão florestal. Senador Paim, ouçó dizerem que o Exército brasileiro tem de cuidar de nossas fronteiras e não sei mais o quê. O Exército brasileiro tem um Batalhão de Engenharia, o chamado BEC, que, na Amazônia, executa relevantes serviços. Se tem um Batalhão de Engenharia, por que não pode ter um batalhão de combate à prática ilegal? E não é apenas de derrubada de madeira, não. Na área ambiental, o que tem de prática ilegal na região amazônica não está no mapa. Por que o Exército brasileiro não se estrutura? Por que o Governo brasileiro não se estrutura para constituir, dentro das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, um complexo de forças e ações que poderiam dar combate efetivo e eficaz, para não ficarmos nessa chorumela de chorar sobre o leite derramado, toda hora, neste País?

O que mais fazemos é ouvir relatórios do Inpe sobre desmate e passar aqui horas e horas, dizendo: "Desmataram, desmataram". Temos como impedir o desmate ilegal. Temos, sim. Basta o Governo se aparelhar. Assim como o Governo também deveria se apa-

relhar para um combate eficaz, sério, compenetrado, reunindo todas as forças que possui e, da mesma forma, Senador Mozarildo Cavalcanti, se aparelhar para financiar a pesquisa, a ciência, o desenvolvimento tecnológico de que muito carece a região amazônica. Precisamos substituir tecnologias seculares de agricultura e de exploração e trato com a madeira. Existe tecnologia à disposição. O Governo, porém, não se dispõe a investir na formação de pessoal nem em estruturas físicas.

Tenho dito aqui que há organismos atuando na Amazônia, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que – e vou morrer cansado de repetir – poderia se constituir, como dizemos, em uma espécie de Embrapa da floresta. Mas, para isso, ele precisa se enraizar por toda aquela região, instalar escritórios e colocar pessoal qualificado (técnicos, cientistas, pesquisadores).

Senador Jefferson Praia, o Inpa tem pesquisas já finalizadas – V. Ex^a sabe disso, pois acompanha de perto – na área da pesca, da saúde, de fármacos etc. As pesquisas estão na gaveta, porque o Governo não implementa absolutamente nada disso. Em nossa região, costume dizer que o Estado tem de ser indutor do processo de desenvolvimento.

Senador Mozarildo, o Governo do meu Estado, por exemplo, foi criticado por tomar a iniciativa de, praticamente, bancar a instalação de uma fábrica de preservativos em Xapuri. Eu aplaudi a iniciativa. Aplaudi. A rigor, isso deveria partir da iniciativa privada. Mas a iniciativa privada é rarefeita naquela região. E o Estado, em determinado momento – e este é o momento –, tem de entrar como o indutor do processo de desenvolvimento. Em determinada etapa, lá na frente, ele pode até se retirar. Mas, se não fizer assim, Senador Paim, as coisas não acontecem, você não dá um salto de qualidade, você fica ali na mesmice.

Portanto, o Governo tem que parar de se lamuriar. E nós também. Religiosamente, é o que fazemos aqui, Senador Mão Santa. Temos que tomar uma atitude e sair do discurso. Vamos proteger nossas florestas. Vamos proteger nossas florestas daqueles que atuam de forma criminosa. Mas o Governo tem de ser ágil, eficaz e eficiente no trato e na parceria com aqueles que querem produzir, explorar, fazer o que chamo de desmate legal, que são os projetos de manejo de madeira sustentável, de corte seletivo de árvores, preservando a integridade da floresta. Do contrário, onde vamos parar, Senador Jefferson?

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, a questão é basicamen-

te esta: o Governo não sai do discurso. Precisamos investir de forma adequada no combate às práticas ilegais. Para isso, é necessário utilizar as estruturas que temos. Dizem que o Exército não pode se meter nisso, porque tem que cuidar... Pode sim. Por que não pode? O Exército cuida da construção de estradas, Senador Mozarildo, os BECs, os Batalhões de Engenharia, por que não pode haver um batalhão especializado no combate à prática ilegal? E não apenas de desmatamento. Há diversas práticas ilegais em nossa região.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita, concordo plenamente com o que V. Ex^a diz. Aqui temos batido nessa tecla a respeito da Amazônia. V. Ex^a disse que parece que todo desmatamento na Amazônia é ilegal, mas não é. Muitos desmatam com autorização do Ibama...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com autorização, desmatamento legal.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Com licenciamento ambiental, com tudo. Nem todo desmatamento é ilegal. O ilegal temos de combater mesmo. De acordo com V. Ex^a, é preciso que o Governo Federal tenha um plano para a Amazônia, que ajude os Governos estaduais e estimule o zoneamento econômico e ecológico, que realize um trabalho de pesquisa, utilizando os instrumentos já existentes. V. Ex^a citou o Inpa, mas temos as nossas universidades – como V. Ex^a disse, em outro pronunciamento –, muitas das quais se prestam a ser guias de pesquisadores internacionais.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É verdade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, acho que nós, amazônidas, não temos de ter complexo nem de culpa, nem de inferioridade. Nós que nascemos lá, que moramos lá sabemos muito bem que o que se passa lá não é essa pregação do tipo inquisição, que se faz mundo afora.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É verdade.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que estou muito feliz, muito satisfeito com a participação de Senadores de diversos Estados aqui. O Senador Efraim Moraes, ontem ou antes de ontem – não me recordo ao certo –, fez um pronunciamento belíssimo sobre a questão da Amazônia. Acho fantástico quando o Senador Pedro Simon toma a palavra e fala sobre a Amazônia. Acho que esse assunto deve contagiar todo o Plenário desta Casa.

Agora, acho que aqui também devemos adotar medidas práticas e concretas, para sairmos do discurso e ajudarmos efetivamente nas práticas saudáveis de desenvolvimento do povo amazônico. Por exemplo, quando cito o Inpa... vou fazer um apelo aos colegas aqui do Senado. Existe uma instituição chamada Sarah Kubitschek, em que, por consenso nesta Casa e acredito que até na Câmara dos Deputados, todo parlamentar coloca uma pequena parte do valor que lhe é atribuído como emendas pessoais. Todo ano fazemos isso, até porque vêm pessoas de nossos Estados se tratarem no Hospital Sarah Kubitschek, que recebe muito bem, diga-se de passagem, nossos conterrâneos. Pois bem, em se tratando da Amazônia, vou fazer um apelo aqui aos companheiros. Vamos fazer uma experiência. Vamos pegar o Inpa, por exemplo, todos nós aqui a exemplo do que fazemos com o Hospital Sarah Kubitschek...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, só para concluir.

A exemplo do que fazemos com o Hospital Sarah Kubitschek, em benefício do qual tenho certeza absoluta de que cada Senador coloca uma pequena parte dos recursos que lhes são destinados a título de emenda pessoal, vamos colocar uma pequena parte também para o Inpa. Em primeiro lugar, vamos fazer essa experiência.

Tenho certeza absoluta de que essa experiência resultaria num grande sucesso. O Inpa poderia capitalizar-se de recursos humanos e materiais e continuar o seu trabalho de pesquisa, de inventário da grande região amazônica, para que possamos ao final, como sempre cobro aqui, realizar e formular um grande projeto nacional para a nossa querida Amazônia.

Vou cobrar isso dos meus queridos companheiros do Senado Federal: que cada um de nós aloque uma pequena quantia, já no Orçamento do próximo ano, para que o Inpa possa funcionar provido de verbas adequadas, de um volume adequado de recursos, para tocar as suas atividades, juntamente com as outras unidades de pesquisa que estão atuando na região amazônica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela benevolência quanto ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento brilhante, o único sentido aqui é garantir o tempo, para que V. Ex^a lance suas idéias ao País.

Importante é a observação sobre os BECs. O Piauí tem dois. E os partidos civilizados têm as políticas florestais, que podemos adotar no Brasil.

Para ordenar os trabalhos – como está na bandeira do Brasil, “Ordem e Progresso” –, estamos fazendo um rodízio: líder e orador inscrito.

O Líder que agora está inscrito é o do meu partido, Valdir Raupp, do PMDB.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador Gim Argello, pela ordem.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero só fazer um registro que para mim é muito importante. O País é importante, o Distrito Federal é importante, mas hoje é aniversário da minha cidade, Taguatinga, uma cidade vizinha. Vários funcionários do Senado moram lá, e eu também morei lá durante muitos e muitos anos. Criei-me em Taguatinga, e hoje ela está fazendo 50 anos.

Taguatinga é a mais importante cidade do Distrito Federal. Com mais de 200 mil habitantes, com um povo ordeiro e trabalhador, é uma cidade independente, com renda própria, apenas a 30 quilômetros daqui.

Gostaria de fazer este registro, que para mim é muito importante, porque Taguatinga é a inspiração do candango, do povo do Distrito Federal, uma cidade que hoje completa seus 50 anos. É uma cidade independente, com um comércio atuante, com pessoas sérias e com os clubes de serviços organizados – Lions Club, Rotary Club, Maçonaria – e um movimento forte da Igreja Católica.

Então, faço questão de registrar hoje, para orgulho do povo do Distrito Federal, o aniversário da nossa querida Taguatinga, seus 50 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós nos associamos à manifestação do Senador Gim Argello sobre o aniversário de Taguatinga. E quero dizer que uma das riquezas da cidade é o grande número de piauienses que lá vivem.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, Líder do meu partido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero me somar, em nome da minha bancada, às homenagens pelo aniversário da querida Taguatinga, uma grande cidade-satélite do Distrito Federal.

Sr. Presidente, fico feliz que, nos últimos dias, os debates sobre a Amazônia tenham tomado conta desta Casa. Os Senadores Geraldo Mesquita, Arthur Virgílio, Jefferson Praia, João Pedro, Mozarildo Cavalcanti,

Augusto Botelho, a Senadora Marina Silva – que veio à tribuna ontem e hoje –, a Senadora Fátima Cleide, enfim, a maioria dos Senadores da Amazônia e os de fora da Amazônia também manifestaram sua preocupação com a nossa querida Amazônia.

Realmente, é de se preocupar. É sinal de que a Amazônia ocupa um espaço importante na agenda nacional e – por que não dizer – na agenda mundial, porque a cobiça pela região é muito grande. Por isso, devemos estar atentos, sempre debatendo aqui os interesses da nossa Amazônia.

Sr. Presidente, o Governo lançou, recentemente, o Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira, batizado de PAC do Cacau.

Além da repactuação da dívida dos produtores de cacau, da ordem de R\$700 milhões, o programa prevê a injeção de R\$2 bilhões de recursos novos para a renovação de cacauais em bases mais produtivas e a diversificação da atividade agrícola na região.

Sr. Presidente, é compreensível que, depois do quase desaparecimento da cultura do cacau no Brasil, em função da crise de pragas na Bahia e da quebra de preços, o Governo, finalmente, decida colocar um plano de resgate dessa importante lavoura brasileira.

Contudo, Sr. Presidente, não podemos aceitar que Rondônia, que tenho a honra e a responsabilidade de representar nesta Casa, fique de fora dessa iniciativa. Afinal, nas últimas décadas, o Estado se firmou como a segunda região produtora de cacau no País. Somos, hoje, o segundo Estado de maior produção de cacau no País. É justo, portanto, que tenhamos tratamento semelhante ao dispensado aos cacauicultores baianos, com o PAC do Cacau.

Se isso acontecesse, com toda certeza, Sr. Presidente, presenciáramos a revitalização do setor produtivo de cacau no meu Estado. É claro que problemas de endividamento existem em todos os lugares.

A necessidade de modernização tecnológica e o aumento de produtividade são uma imposição dos mercados consumidores mundiais.

Rondônia, assim como a Bahia, demanda apoio para permanecer na atividade, em benefício de sua população e da economia nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que tanto se discute o modelo de desenvolvimento sustentável das regiões do bioma amazônico, a cacauicultura rondoniense demonstra que é possível trabalhar o campo sem destruir o meio ambiente.

Por falar em meio ambiente, estamos vivendo um momento importante da nossa política ambiental, com a saída da Ministra Marina e com a entrada do Ministro

Minc. Espero que a política do meio ambiente seja um pouco mais flexível, visando, sim, à preservação do meio ambiente, mas não perdendo de vista o desenvolvimento sustentável. Acho que a Amazônia...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu pediria mais três minutos, o mesmo tempo que foi dado aos demais oradores, para concluir meu pronunciamento.

Queremos preservar o meio ambiente, mas também desenvolver as nossas regiões, a Região Amazônica, com projetos sustentáveis. E o cacau pode ser trabalhado como cobertura florestal, consorciado com outras essências.

Por isso, faço aqui um apelo ao Ministro Geddel, com quem tivemos hoje uma audiência, juntamente com o Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e o Superintendente da Ceplac do meu Estado, tratando de um projeto de recursos para a recuperação das culturas atuais e, quem sabe, do plantio de novas lavouras cacaueiras no meu Estado.

Por isso e pela contribuição à economia popular e nacional, os produtores do meu Estado demandam...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais dois minutos, no mínimo.

...os produtores do meu Estado demandam a extensão do PAC do cacau a Rondônia.

Seria justo, seria produtivo, seria motivador para a melhoria e para a ampliação da produção, cuja importância para a indústria alimentícia é incontestável. Outros setores industriais também utilizam produtos derivados dessa cultura, como a manteiga de cacau, que é um produto nobre, e o chocolate.

Há, pois, importante campo de escoamento da produção, tanto in natura como beneficiada. Os produtores só precisam de uma política motivadora, como a proposta pelo PAC do Cacau.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, programas e projetos de incentivo à produção agrícola são uma das mais importantes vertentes de elevação do PIB nacional e de nosso saldo comercial. Não seria justo, portanto, que apenas uma parte do parque agrícola cacaueiro se beneficiasse dos incentivos do Plano Executivo para a Região Cacaueira, já que ela não compreende apenas a Bahia. Mas o Ministro Geddel, tenho certeza, juntamente com o Ministro Reinhold Stephanes vão nos dar força nesse projeto.

O Governador Jaques Wagner, da Bahia, com justa satisfação, comemora o lançamento do PAC em seu Estado, em cerimônia comandada pelo Pre-

sidente da República. Rondônia ficará também muito satisfeita se lhe for dado o direito de se beneficiar do PAC do Cacau.

É isso, Sr. Presidente, que nós esperamos para o meu Estado, o Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Líder Valdir Raupp, convidamos para usar da palavra – estamos alternando – o Senador inscrito Mozarildo Cavalcanti, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Estado de Roraima.

Anunciamos, com muita honra, a presença do suplente de Senador Demétrio Ribeiro. Ele é de Marabá e suplente pelo Estado do Pará do nosso Senador Mário Couto. Ele é empresário, usineiro e nasceu no Maranhão. E, com certeza, será Senador, porque o Mário Couto é um provável vencedor para Governador do Estado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, que com muita distinção preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho, sistematicamente, combatido, desta tribuna, o instrumento das medidas provisórias. Não que eu seja radicalmente contrário. Sou contrário ao uso abusivo dessas medidas e, principalmente, ao rito do andamento da aprovação dessas medidas, que trancam a pauta sistematicamente.

E por isso mesmo o Senado já aprovou um projeto que altera a tramitação dessas medidas provisórias e está na Câmara. O Presidente Garibaldi Alves disse, alto e bom som, que havia um acordo com o Presidente Chinaglia para votar esse projeto, que, portanto, moderniza esse instrumento, que hoje, na prática, faz com que o Governo Federal legisle exclusivamente, praticamente, por medida provisória e, portanto, passe a ser ele somente a legislar, uma vez que as medidas provisórias trancam a pauta. E não adianta dizer que tem uma medida provisória boazinha porque, por exemplo, atende às crianças, e aí nós temos que aprovar, independentemente de não caber pelo mecanismo da medida provisória; outra que atende aos anciões, por exemplo.

Na verdade, a medida provisória foi feita para os casos de calamidade pública, para os casos de urgência, em que o País se defronta com uma crise econômica, e não para se legislar sobre qualquer assunto, como hoje está sendo feito principalmente pelo Presidente Lula. Os outros Presidentes usaram, mas o Presidente Lula está batendo todos os recordes.

E eu tenho votado, sistematicamente aqui, contra as medidas provisórias.

É preciso explicar que há dois momentos na votação de uma medida provisória. No primeiro momento, a Câmara e o Senado apreciam os pressupostos da constitucionalidade, relevância e urgência. Se esses pressupostos forem aceitos, vota-se, em seguida o mérito. E eu, sistematicamente, tenho votado contra na primeira parte, isto é, contra os pressupostos de urgência e relevância, porque nenhuma delas realmente os tem, nem as que tratam sobre matéria financeira, inclusive, como agora o Supremo Tribunal se manifestou.

E, ontem, Sr. Presidente, lamentavelmente, como é de costume do Governo, ele apresenta uma medida provisória e encaixa um bocado de coisa junto. Tem medida provisória aqui, por exemplo, que fala sobre salário, e aí se embute concessão disso, concessão daquilo, perdão de dívida. É a verdadeira chamada emenda Frankenstein. Ontem, aprovamos aqui a medida provisória que regulamenta as Zonas de Processamento de Exportação no País. Foi um debate longo, capitaneado pelos Senadores do Amazonas, cuja ótica é a de que se trata de mecanismo que realmente viria a prejudicar, de maneira mortal, a Zona Franca de Manaus. Estavam, portanto, discutindo o mérito da questão.

Mas, engatada com essa medida, Senador Wellington, estava uma alteração de uma lei de 1991, sancionada pelo Presidente Collor, que criou, no meu Estado, duas áreas de livre comércio: uma, no Município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e outra, no Município de Bonfim, na fronteira com a Guiana. Pois bem, embutida, portanto, na medida provisória das ZPEs do Brasil todo, estavam essas duas áreas de livre comércio de Roraima.

Está aqui. É justamente no art. 5º que está lá, dizendo:

“São criadas nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, Estado de Roraima, as Áreas de Livre de Comércio de Importação e Exportação.”

Altera-se uma lei de 1991 através de uma medida provisória.

O que foi que na prática que aconteceu, Senador Geraldo Mesquita?

Extinguiu-se, portanto, a Área de Livre Comércio de Pacaraima, que é um município na fronteira com a Venezuela, para se criar uma Área de Livre Comércio em Boa Vista, na capital.

Muito bem, aplaudo a criação da área de livre comércio em Boa Vista. Agora, também não vejo por que, para criar em Boa Vista, tinha que extinguir em Pacaraima, e não vejo por que, se essas duas áreas de livre comércio foram criadas por lei – por lei, Senador

Geraldo Mesquita! –, ela agora foi alterada por medida provisória. Mas o que eu fiz, Sr. Presidente?

Votei, na parte primeira, dos pressupostos, contra – isto é, mantendo a minha coerência de que sou contrário à medida provisória. Mas, no mérito, votei a favor, porque não podia votar diferentemente, até porque a Área de Livre Comércio de Bonfim foi um projeto meu, Senador Mão Santa, que apresentei, anexando-o à mensagem do Presidente Sarney que criou a Área de Livre Comércio de Pacaraima, e que foram aprovados juntos e sancionados depois pelo Presidente Collor.

Então não tinha por que votar contra, sob pena de votar contra o meu Estado. Então votei a favor, no mérito.

Tenho aqui cópia da Ata de ontem. No que tange realmente à constitucionalidade...Está aqui, textualmente:

“Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira”.

Aí, o Líder Romero Jucá: “Vamos votar a constitucionalidade”. Muito bem, e o Sr. Presidente: “Vamos abrir o painel”. “Votaram ‘sim’, pela constitucionalidade, 45 Senadores; ‘não’, 06” – contra a constitucionalidade. Eu votei contra.

Agora, vamos à segunda etapa. “Aprovados, portanto, os pressupostos de constitucionalidade, relevância e urgência, passa-se à apreciação do mérito”. Ele vai, em seguida, e coloca: “Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados”. Votação simbólica, portanto, Senador Geraldo Mesquita. E ele registrou: “Votaram contra o mérito o Senador Arthur Virgílio, o Senador João Pedro e o Senador Jefferson Praia, apenas os três mosqueteiros em defesa do Amazonas”. Essa foi a palavra do Presidente.

Então, Sr. Presidente, aqui está a verdade. Mas sabe o que aconteceu? Alguém, muito espertamente, ontem mesmo, disse para os jornais e televisões do meu Estado, algumas de propriedade dessas pessoas, que eu votei contra a área de livre comércio de Boa Vista, da capital, e de Bonfim, projeto criado por uma lei de 1991 e que estava sendo modificado por essa medida provisória. Quer dizer, trata-se de malandragem política rasteira para atingir uma pessoa que não precisa estar se escondendo, nem inventando história para dizer que defende o seu Estado e a sua região. Lamento que isso seja usado. Repercutiu, portanto, ontem mesmo, Senador Geraldo Mesquita. Na hora em que terminou a votação aqui...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB –AC) – Tenho um depoimento importante sobre isso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Ontem mesmo, foi para lá. Hoje estou dando uma nota, já dei algumas entrevistas, mas tive o cuidado de pegar a ata, o mapa da votação, todo o histórico da criação das áreas de livre comércio e também a medida provisória, que é clara.

Então, Senador Wellington Salgado, são essas coisas que desmoralizam a política, porque uma coisa é você ter, como tiveram os Senadores do Amazonas, posição clara, contrária, porque realmente acreditam que estão no papel deles de defender o seu Estado. Outra coisa seria eu e mais cinco termos votado contra a constitucionalidade. O Senador Geraldo Mesquita também votou contra no primeiro momento. Agora, distorcer os fatos para colocar para a opinião pública do meu Estado que fui contra um benefício que vai para o meu Estado?! Olhe, Senador Wellington Salgado, essa área de livre comércio de Bonfim e de Pacaraima o Presidente Lula prometeu no primeiro ano de seu Governo. Já vinha a promessa do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Até hoje nada. Agora, com certeza para agradar o Líder do Governo, isso vai ser resolvido, mas dessa maneira, querendo inclusive jogar a pecha em mim de uma coisa que não fiz. E não sou homem de ficar me acovardando para quem quer que seja, nem para Presidente da República, nem para outros colegas Senadores e nem para ninguém.

Mas eu tenho um respeito profundo pelo povo que me elegeu. Portanto, sobre essas explicações que estou dando hoje, estou mandando para a imprensa do meu Estado uma nota de esclarecimento. Quero pedir ao Presidente que seja parte integrante do meu pronunciamento.

Quando eu errar – e todo mundo erra, não é, Senador Mão Santa? – não tenho dúvida alguma de assumir meu erro; mas, quando eu agir corretamente e coerentemente, ser acusado de uma coisa que eu não fiz, isso me deixa muito indignado!

Senador Geraldo Mesquita, ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mozarildo, é uma maldade o que tentaram fazer a V. Ex^a. Agora, eu queria dar um testemunho ao povo de Roraima que o está ouvindo neste momento. Momentos antes da votação, V. Ex^a chegava aqui, e eu o abordei na ponta desta bancada. Conversamos sobre esse assunto. Aliás, V. Ex^a inspirou a atitude que venho tomando também. Aqui é muito complicado. É muito difícil a gente tentar ser coerente. V. Ex^a é uma das pessoas mais coerentes que eu conheço nesta Casa.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Obrigado.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Porque saiu do discurso para a prática. Há um sentimento geral nesta Casa de que a situação a que chegamos com relação às medidas provisórias é intolerante, é insuportável, mas nós ficamos no discurso. V. Ex^a, não; saiu do discurso e foi para a prática. E eu quero dizer ao povo de Roraima – e aqui eu quero dar este testemunho – que V. Ex^a cantou essa pedra para mim. V. Ex^a – lembra? – disse: “Geraldo, eu tomei a deliberação de votar sistematicamente contra os pressupostos de admissibilidade de medida provisória aqui. É uma questão de princípio.” V. Ex^a falou. E me disse: “Essa minha atitude pode me criar problemas, porque ela pode ser distorcida e colocada, lá no meu Estado, na tentativa de me prejudicar”. Não deu outra. V. Ex^a está aí trazendo os fatos. Foi uma tentativa solerte. Acho que o povo de Roraima conhece V. Ex^a. É como V. Ex^a diz: cometem-se erros; todo mundo os comete. Agora, V. Ex^a tem assumido os que comete. Os que eu cometo também tenho assumido. V. Ex^a me inspirou. Acho que esta Casa toda devia tomar uma atitude. A gente está como mulher de malandro: a gente apanha do Governo nessa questão de medida provisória, fica aqui chorumelando, se lamuriando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tenha a certeza de que não faltará tempo para V. Ex^a. Só tem um sentido eu estar nesta Presidência.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Fica aqui em um chororô danado, mas parece que a gente gosta, Senador Mozarildo, de apanhar. É a conclusão a que estou chegando. Parece que o Senado, de fato, não quer que o Governo pare com o alopramento de mandar centenas de medidas provisórias para esta Casa. Parece que não quer mesmo, porque não quer se livrar dessa chorumela. Só pode ser isso. Mulher de malandro também apanha, apanha, apanha, mas parece que gosta, porque quando denunciam o cara que bate nela, ela vai lá e diz: “Não delegado, não foi bem assim...”. Isso está igual ao que acontece aqui. A gente reclama que o Governo entope a Casa de medida provisória, mas não toma um milímetro de decisão para conter essa prática inominável, reprovável do Governo Federal, que tem mecanismos para encaminhar projetos de lei para esta Casa e que receberiam o tratamento de urgência constitucional. Mas não o faz. Faz mesmo para desmoralizar o Congresso Nacional. V. Ex^a tomou uma decisão, que inclusive me inspirou, de sistematicamente votar

contra os pressupostos de admissibilidade de medida provisória enquanto esta Casa não deliberar e tomar uma providência no sentido, ou de retirar esse instituto perverso do ordenamento jurídico nacional, ou então de dar-lhe uma regulamentação estreita, que permita uma relação respeitosa do Executivo com o Congresso Nacional.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a realmente colocou um ponto, que não quis mencionar, que conversamos ali, à parte, durante à votação.

E terei, daqui a alguns dias, Senador Wellington Salgado, outro problema. Virá uma medida provisória aí, que estão prometendo já há alguns meses, para resolver a questão dos policiais militares do exterritório federal de Roraima, que estão à disposição do Estado de Roraima, como dos ex-servidores e ex-professores.

É evidente que, quanto ao mérito, vou votar a favor, porque seria me colocar contra uma coisa... Agora, o que estou contra é o método usado pelo Governo Federal para resolver problemas que não precisam de medida provisória. No caso dessa área de livre comércio de Boa Vista e de Bonfim, já existia uma lei aprovada aqui pelo Presidente José Sarney e sancionada pelo Presidente Collor.

E aí faz-se essa esperteza e fica aquela história: amanhã, o Senador do Estado A não pode votar contra a medida provisória porque atinge, de alguma forma, o Estado dele; depois de amanhã, o Senador do Estado B tem que votar com a medida provisória porque atende alguma coisa da região dele. E assim as medidas provisórias vão ficando.

Então, por isso, essa questão. É contra o mecanismo.

Não estamos entrando no mérito. É evidente, o mérito eu aprovei em 1990. Foi sancionado em 1991 pelo então Presidente Fernando Collor.

Então, é lamentável que exista gente, na política, que queira subir derrubando os outros e mentindo.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado. Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Senador Mozarildo, eu quero fazer a colocação da verdade. Eu ontem fiquei aqui até o final da votação. Fiquei, porque o relator era o Presidente Sarney, que ficou até o final, ouviu todas as discussões, ouviu a bancada do Amazonas defender, contra todo o País, a sobrevivência da Zona Franca de Manaus – Senador Arthur Virgílio à frente, capitaneando esse grupo. Eu me lembro claramente de tudo o que aconteceu. Primeiro, houve um pedido de verificação de quorum por parte do Senador Arthur Virgílio, no

qual estava também embutida a aprovação dos pressupostos básicos da medida provisória. V. Ex^a estava aqui. Votamos todos nós, e houve seis votos contra. O que acontece então? Bom, como não se podia pedir nova verificação de quórum, passou-se à votação do projeto de conversão da medida provisória – se eu estiver errado, corrijam-me. O que aconteceu então? Se V. Ex^a pedir o filme de ontem, vai ver: vem a votação, e os três Senadores da Amazônia levantam a mão. Quer dizer, não estavam mais todos aqui, havia um acordo. Antes de votarmos, ouvimos: “Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão”. Os que estivessem contra, portanto, tinham de se manifestar. Aí, os três da Amazônia levantaram as mãos. O que aconteceu? Como V. Ex^a sabia que havia um acordo, nem estava mais aqui, porque sabia que ia ser votado e aprovado, não havia como lutar contra isso. Os três do Amazonas ficaram para mostrar seu posicionamento contrário, porque entendiam que a medida feria a Zona Franca de Manaus.

Está aqui o Senador Jefferson Praia, que ficou até o final. Então, não havia mais nada a fazer. Quase todos foram embora. Só ficaram aqui alguns para prestigiar o Presidente Sarney. Era um acordo que existia e, conseqüentemente, se V. Ex^a pedir a filmagem, vai ver o que aconteceu. E foi isso que aconteceu. V. Ex^a não votou contra, de maneira alguma. V. Ex^a votou, como vem votando – bem colocado pelo Senador Geraldo Mesquita – os pressupostos. E eu, outro dia – o Senador Heráclito Fortes está aqui...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou invocar o art. 14.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Vou elogiar-lo! V. Ex^a se lembra daquela medida provisória? Era fininha quando chegou e se transformou em algo enorme. V. Ex^a se lembra, Senador Geraldo? Ninguém podia lê-la. O Senador Romeu Tuma estava de cama e falou que não deu para ler tudo. E o Senador Heráclito, quando eu falei que era um monte de bacalhau, falou que não era uma linguagem correta. Mas é verdade! A Câmara empurra um monte de coisas e, no final, não se sabe o que se está votando. Tinha ali suco Tubaína, tinha CSLL, dos lucros dos bancos. Era um inferno aquilo tudo. Nós votamos, e eu acompanhei o meu Líder. Então, é isto o que está acontecendo, eu concordo com V. Ex^a neste ponto: estão usando as medidas provisórias também para aprovarem coisas rapidinho, coisas do interesse de alguns políticos. A verdade é essa. Então, todo mundo finge que... É como o namoro no escuro: acontece, e todo mundo sai do cinema como se não tivesse acontecido nada, sai o namorado por um lado e a namorada por

outro, e vão se encontrar no escurinho. É isso o que está acontecendo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Wellington, agradeço muito o depoimento de V. Ex^a e quero realmente repetir. Está aqui, na palavra do Presidente Garibaldi Alves: votaram contra o Senador Arthur Virgílio, o Senador João Pedro e o Senador Jefferson Praia. E ainda diz – evidentemente, num tom de brincadeira – “apenas os três mosqueteiros em defesa do Amazonas”.

Então, eu pergunto: como é que se pode, Senador Mão Santa – vindo por certos caminhos e de certas pessoas, não me espantam essas coisas –, deturpar a verdade sabendo que existem documentos? Quer dizer, quem é o mentiroso? Ele, que veiculou essa inverdade.

E não só estou explicando ao povo de Roraima, como vou acionar judicialmente as pessoas que estão, maliciosamente e de maneira maldosa mesmo, ruim, querendo atingir uma pessoa a quem eles não têm outra forma de atingir.

Sr. Presidente, quero pedir a V. Ex^a, portanto, que fosse parte integrante do meu pronunciamento a nota de esclarecimento que dirigi ao povo de Roraima, as notas taquigráficas da Ata, assim como a votação nominal dos pressupostos de constitucionalidade e um resumo de toda essa história de livre comércio de Bonfim e Pacaraima. Isso para provar, inclusive, que, se hoje existe a área de livre comércio de Bonfim, deve-se, justamente, à minha atuação quando Deputado Federal e, se existia Pacaraima, devia-se ao Senador Sarney, que, ontem, embora relator das ZPE, talvez não tenha percebido que um artigo extinguiu a área de livre comércio de Pacaraima para criar a de Boa Vista – podiam ter criado a de Boa Vista sem acabar com a de Pacaraima.

Eu quero lhe dizer que me sinto indignado, mas me sinto também acalentado ao perceber que devo estar importunando alguém que acha que a minha atitude de arrostar a prepotência do Governo Federal e de defender o Senado Federal e, portanto, o povo, incomoda a muita gente. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Senador Mozarildo Cavalcanti esclarece que sempre foi favorável a qualquer medida que vise o de-

envolvimento do Estado de Roraima e de seus municípios. Em seus mandatos de deputado e senador, sempre se pautou pela ampla defesa de Roraima, independente dos governos que se sucederam. É talvez, um dos poucos parlamentares no Senado Federal, que não se curva aos interesses do Governo Federal, no que diz respeito a votações. Inclusive usa o seu voto, como senador, para pressionar o Governo a resolver as questões estruturais do Estado.

Já no início da década de 1990, lutava pela instalação de Áreas de Livre Comércio e de Zonas de Processamento e Exportação para o Estado de Roraima. Ainda como Deputado Federal apresentou e anexou Projeto à mensagem de criação da Área de Livre Comércio de Pacaraima, do ex-presidente José Sarney, criando, também a ALC de Bonfim. Contudo, sucessivos governos federais se negaram a instalar as referidas Áreas de Livre Comércio de Pacaraima e Bonfim, desde 1991.

Durante a votação na sessão do dia 4-6-2008 que aprovou a criação da Área de Livre Comércio, no município de Boa Vista, o seu posicionamento não foi diferente. Sendo um parlamentar de firmes ideais, que vem insistentemente se mantendo leal ao povo que o elegeu, votou contrariamente aos Preceitos Constitucionais que devem se apresentar em todas as Medidas Provisórias apresentadas pelo Governo, que são: Constitucionalidade, Urgência e Relevância, pois, caso não se cumpra uma destas a medida pode, e deveria, ser considerada inconstitucional, ou seja, é ilegal.

Mas votou a favor da criação da Área de Livre Comércio de Boa Vista, embora discordando do mecanismo usado: uma medida provisória.

As medidas provisórias, além de trancarem a pauta de votações da Câmara e do Senado, eliminam grande parte das discussões, e por isso, desrespeitam o Congresso Nacional. Por isso Mozarildo tem votado contra as medidas provisórias por uma questão de princípio.

Na questão da Área de Livre Comércio de Boa Vista, Mozarildo posicionou-se, pois, favoravelmente à sua criação por acreditar que toda iniciativa que ajude no desenvolvimento do Estado tem que ser apoiada. Já quanto à constitucionalidade do instrumento legislativo, Mozarildo continua sendo contra as Medidas Provisórias. A sua vida tem sido pautada pela coerência, honestidade e retidão no trato com a coisa pública. Por isso vai continuar lutando no Senado Federal sempre defendendo o povo de Roraima.

VOTAÇÃO NOMINAL

(PRESSUPOSTOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA MP 418/2008)

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA, URGÊNCIA E ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 418, DE 2008 (Verificação)

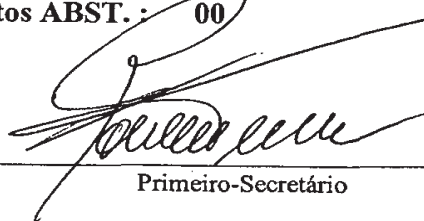
Num.Sessão: 1
Data Sessão: 4/6/2008

Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 4/6/2008 20:56:22
Encerramento: 4/6/2008 21:03:34

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	NÃO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
PT	AC	MARINA SILVA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 00
Total : 51



Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 45

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 4/6/2008 21:03:36

PAPER

REF.: Cronologia das ALC's e ZPE do Estado de Roraima

Senhor Senador,

Atendendo a solicitação de Vossa Excelência, esta assessoria demonstra, abaixo, uma breve cronologia das Áreas de Livre Comércio e da Zona de Processamento e Exportação do Estado de Roraima:

- **04/04/1990** – Apresentação, pelo Poder Executivo, do PL 4.790/90, que criava a ALC da Vila de Pacaraima, Município de Boa Vista;
- **22/08/1990** – Apresentação, pelo então Deputado Federal Mozarildo Cavalcanti, do PL 5.740/90, que criava a ALC de Bonfim;
- **05/11/1990** – Apresentação de ofício, pelo Dep. Mozarildo Cavalcanti, solicitando o apensamento dos Projetos 4.790 e 5.740, de 1990, o qual foi deferido nesta mesma data;
- **15/05/1991** – Votação, em Plenário, do PL 4.790/90 do Poder Executivo, o PL 5.740 retornou para a oitiva da CCJR;
- **23/05/1991** – Recebimento, no Senado Federal, do PL 4.790/90, o qual passou a tramitar com a identificação de PLC 25/1991;
- **31/05/1991** – Votação, em Plenário, do PL 5.740/90, sendo aprovado e remetido ao Senado Federal;
- **03/06/1991** - Recebimento, no Senado Federal, do PL 5.740/90, o qual passou a tramitar com a identificação de PLC 26/1991;
- **18/09/1991** – Votação do Substitutivo ao PLC 25/1991, do Poder Executivo, contendo a criação das ALC's dos Municípios de Pacaraima e Bonfim;
- **25/11/1991** – Transformada em Norma Jurídica o Substitutivo adotado ao PLC 25/1991, gerando a Lei 8.256, de 1991;
- **31/12/1994** – A Lei 8.256/91 é alterada pela MPV 812/94;

- **23/01/1995** - A Lei 8.256/91 é alterada pela Lei 8.981/95, que alterou o art. 7º para permitir a venda para as empresas da ALCP de produtos nacionais ou nacionalizados;
- **21/06/1995** - A Lei 8.256/91 teve dispositivos revogados pela MPV 9065/95;
- **17/10/1995** – A Lei Estadual nº 096, de 17 de outubro de 1995, cria o Município de Pacaraima por desmembramento do Município de Boa Vista.
- **04/07/2007** – Apresentação, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, do PLS 397, de 2007, o qual autoriza ao Poder Executivo a criação da Zona de Processamento e Exportação de Boa Vista;
- **20/07/2007** – Transformação em Norma Jurídica do PLS 146/96, gerando a Lei 11.508/07, a qual delega ao Presidente da República a criação de ZPE's por meio de decreto;
- **21/08/2007** – Apresentação, pelo Senador Romero Jucá, do PLS 487, de 2007, o qual autoriza ao Poder Executivo a criação da Zona de Processamento e Exportação de Boa Vista;
- **14/02/2008** – Edição da MP 418, de 2008, a qual mudou a ALC de Pacaraima para Boa Vista e criou a ZPE de Boa Vista;

Bsb, 27/03/2008.

Cesar Lima



Sessão : Nº 94 - Deliberativa Ordinária - SF em 04/06/2008 às 14:00h.

.....
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney, para emitir parecer sobre o regime tributário cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Enquanto o Senador José Sarney chega à tribuna, Sr. Presidente, peço pela ordem só para V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª está duvidando do vigor do Senador José Sarney.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – De forma alguma. Vigor, inclusive, intelectual muito maior que o nosso.

Sr. Presidente, apenas para saudar os três novos Ministros do STJ, o Desembargador Luis Felipe, do Rio de Janeiro, ex-Presidente da Escola Nacional da Magistratura; Mauro Campbell, meu colega do Ministério Público; e Geraldo Og, Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, todos três com larga experiência, nomes que irão engrandecer ainda mais o Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual parabenizo a todos os Senadores pela escolha quase por unanimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Presidente Sarney. Perdoe-me pela indelicadeza.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – V. Exª foi muito gentil, porque sabia que eu ia demorar para chegar à tribuna e deu-me motivos para justificar.

.....
O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Darei a palavra a V. Exª na hora oportuna, logo em seguida.

O parecer preliminar do Relator revisor, Senador José Sarney, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002. No mérito, é pela aprovação do projeto de lei de conversão.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir os pressupostos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, para encaminhar, nós temos...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos votar a constitucionalidade, não é, Sr. Presidente? Vamos encaminhar a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos encaminhar os pressupostos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A constitucionalidade...

.....
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V.Exª

Vou abrir o painel.

Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Não houve abstenção.

Total de votos: 51

Aprovados, portanto, os pressupostos de constitucionalidade, relevância e urgência.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra, por cinco minutos improrrogáveis – agora, improrrogáveis –, ao Senador Marconi Perillo.

.....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço para contar os votos individualmente porque, neste momento, falo por mim e não pelo meu partido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram contra, o Senador Arthur Virgílio, o Senador João Pedro e o Senador Jefferson Praia. Apenas os três mosqueteiros em defesa do Amazonas.

Quero não apenas parabenizar o Senador José Sarney, ex-Presidente da República, que, de uma forma brilhante, defendeu aqui um dos projetos de sua vida pública, do seu governo, como quero também parabenizar a Oposição, pela bravura, pela obstinação e por não se deixar levar pelo sentimento do derrotismo, porque, afinal de contas, acho que quem ganhou nessa discussão foi o Brasil.

Aprovado o projeto de lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria via a sanção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – A sessão especial destinada a reverenciar a memória do Senador Jefferson Péres, anteriormente marcada para o dia 24, fica confirmada para o dia 17 de junho.

A Presidência comunica ao Plenário que, no próximo dia 18 de junho, será entregue, neste Plenário, às 10 horas, o título de Professor *Honoris Causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) ao Senhor Jarbas Gonçalves Passarinho, que exerceu os cargos do Presidente do Senado, de Governador do Pará e de Ministro de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Os Srs. Senadores Virgínio de Carvalho, Papaléo Paes, Romero Jucá e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

Art. 4º A Área de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP), no Estado de Roraima, de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passa a denominar-se Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV).

Art. 5º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14 da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. São criadas, nos municípios de Boa Vista e Bonfim, Estado de Roraima, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana." (NR)

"Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de 180 dias, fará demarcar suas áreas, coincidindo com suas superfícies territoriais, excluídas as reservas indígenas já demarcadas, onde funcionarão as Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais. " (NR)

"Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a operarem nessas áreas. " (NR)

"Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) far-se-á com suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre

Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando forem destinadas a:

I - consumo e venda interna nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB);

II -I;

III -;

IV -;

V -;

VI -

VII -

1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados nas áreas de livre comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB), gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação.

2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

a) armas e munições de qualquer natureza;

b) fumos e seus derivados.

.....”(NR)

“Art. 5º As importações de mercadorias destinadas às Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) estarão sujeitas a guia de importação ou documento de efeito equivalente, previamente ao desembaraço aduaneiro.

.....”(NR)

“Art. 6º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território

nacional é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.” (NR)

“Art. 7º

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os produtos abaixo, compreendidos nos capítulos e/ou nas posições indicadas da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM):

I - armas e munições: capítulo 93;

II - fumo e seus derivados: capítulo 24. “ (NR)

“Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas às Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB), assim como para as mercadorias delas procedentes.” (NR)

“Art. 9º O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB), criando mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.” (NR)

“Art. 10. O limite global para as importações através das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no ato que o fizer para as demais áreas de livre comércio.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos pelas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB), destinados exclusivamente à reexportação, vedada a remessa de divisas correspondentes e observados, quando reexportados, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.” (NR)

“Art. 11. Estão as Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) sob a administração da Superintendência da

Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, que deverá promover e coordenar suas implantações, sendo, inclusive, aplicada no que couber, às Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB), a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, com suas alterações e respectivas disposições regulamentares .

Parágrafo único. A SUFRAMA cobrará, na forma da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, Taxa de Serviço Administrativo – TSA pela utilização de suas instalações e pelos serviços de autorização, controle de importações e internamento de mercadorias nas Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, ou destas para outras regiões do País.” (NR)

“Art. 12. As receitas decorrentes da cobrança da Taxa de Serviços Administrativos - TSA de que trata o parágrafo único do art. 11 desta Lei, serão integralmente aplicadas nas áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB), destinando-se a sua aplicação em educação, saúde, infraestrutura básica em proveito das comunidades mais carentes da zona fronteiriça do Estado de Roraima, bem como na aplicação da fiscalização e de estrutura aduaneira. “ (NR)

“Art. 13. A Secretaria da Receita Federal do Brasil exercerá a vigilância nas áreas de livre comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB).” (NR)

“Art. 14. As isenções e benefícios das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) serão mantidos durante vinte e cinco anos, a partir da publicação desta lei.” (NR)

Art. 6º Os produtos industrializados nas áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e de Bonfim (ALCB), de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, ficam isentos do Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), quer se destinem ao seu consumo interno quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

§ 1º A isenção prevista no caput somente se aplica a produtos em cuja composição final haja predominância de matérias primas de origem regional provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do capítulo 26 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou agrosilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definida em regulamento.

§ 2º Excetuam-se da isenção prevista no caput deste artigo as armas e munições e fumo;

§ 3º A isenção prevista no caput aplica-se exclusivamente aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Art. 7º A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e de Bonfim (ALCB), de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para empresas ali estabelecidas, fica equiparada à exportação.

Art. 8º O prazo a que se refere o art. 25 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, fica prorrogado por 12 (doze) meses contados da publicação desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao art. 3º, caput, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 10 Ficam revogados o art. 6º, o parágrafo único do art. 17 e o art. 24 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mozarildo, aprendi que a inveja, a mágoa, a maldade corrompem os corações.

Faço, na Presidência, minhas as palavras de Geraldo Mesquita.

V. Ex^a é o Senhor Coerência do Senado da República do Brasil.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 80, DE 2008**

(Nº 445/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 487 de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 30 de maio de 2008. – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

MENSAGEM Nº 558, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 487, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

Brasília, 1º de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 535 EM

Brasília, 22 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, deter-

minou-se a publicação da Concorrência nº 041/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. (Processo nº 53670.001196/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Hélio calixto da Costa**.

**PORTARIA Nº 487, DE 13 DE
SETEMBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001196/2001, Concorrência nº 041/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

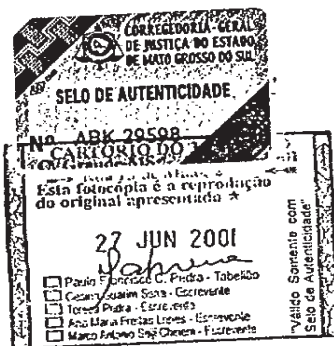
Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

Primeira Alteração do Contrato da Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda.

Pelo Presente instrumento particular de alteração de contrato social e na melhor forma de direito, os abaixo assinados, **Sidônia Barbosa Rodrigues**, brasileira nata, casada, maior, empresária, residente e domiciliada na Rua da Pátria, 2445 - Bairro Taveirópolis - CEP: 79090-130 - Campo Grande/MS, filha de Boaventura Neves Barbosa e Maria de Lourdes Bion Barbosa, nascida em 06/11/1960, na cidade de Miranda - MS, portadora da cédula de identidade RG. nº 163.353-SSP/MS e CPF. nº 164.185.141-49 e **Olívio Neves Barboza Junior**, brasileiro nato, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na Rua Cacildo Arantes, 46 - Bairro Chácara Cachoeira - CEP: 79040-450 - Campo Grande/MS, filho de Olívio Neves Barboza e Adélia Alves Barboza, nascido em 30/12/1975, na cidade de Aquidauana - MS, portador da cédula de identidade RG. nº 882.368-SSP/MS e CPF. nº 847.515.501-44m, Sendo os únicos sócios da empresa **Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda**, com sede no Município Campo Grande - MS, sito Rua da Pátria, 2445 Bairro Taveirópolis - CEP. 79090-130 inscrita no CNPJ sob o nº 04.272.946/0001-684, contrato social devidamente registrado na JUCEMS - MS sob o nº 54200714893 em 06/02/2001. Tem justo e contratado entre si a procederem a sua Primeira Alteração contratual, mediante as Cláusulas e condições a seguir:



1) Da Exclusão de Sócio.

Deixa a Sociedade o cotista **Olívio Neves Barboza Junior**, que transfere suas cotas ao sócio **Diogo Brasil Prado Martins**, não tendo mais nada a reclamar da sociedade a ou do título das cotas que possuía na sociedade.

2) Da Inclusão de Sócio.

Passa a Integrar a Sociedade como cotista: **Diogo Brasil Prado Martins** brasileiro nato, solteiro, empresário, emancipado por escritura Pública Registrada no Cartório do 2º Ofício de Campo Grande, sob o Livro Nº 169 Folha 253 em 29/11/1999, residente e domiciliado na Rua Alice Barbosa Lopes, Nº 151, no Jardim Mansur, CEP 79.051-620, na cidade de Campo Grande - MS, filho de Eduardo Antonio Prado Martins e Anelise Brasil Prado

02 MAI 2008

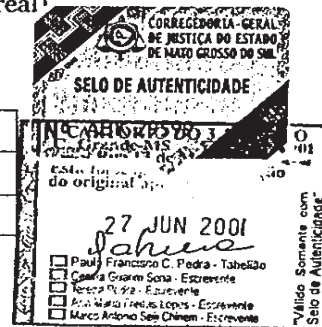
[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]

Martius, nascido em 22/08/1981, na cidade de Campo Grande – MS, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.47815, Expedida em, 02/07/1997, pelo SSP/MS e CPF nº 932.182.811-72, Emitido em 08/06/1999.

3) Do Capital Social.

O Capital Social permanece inalterado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Representados por 20.000 (vinte mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e ficando assim distribuído entre os cotistas:

Nome dos Sócios	Quant. de Cotas	Cotas em R\$	%
Sidônia Barbosa Rodrigues	12.000 Cotas	12.000,00	60
Diogo Brasil Prado Martins	8.000 Cotas	8.000,00	40



4) Da Gerência.

A Gerência, técnica e administrativa da empresa será de exclusividade do sócio **Diogo Brasil Prado Martins**, o qual terá amplos e gerais poderes para gerir e administrar todos os negócios sociais, ficando-lhes vedado o uso da denominação Social em negócios alheios àqueles do objeto social, e na prática de atos a este não inerentes, serão os mesmos responsabilizados nos termos da Lei Civil.

02 MAI 2008

5) Da Responsabilidade.

Sociedade permanece constituída exclusivamente por brasileiros natos, e a Responsabilidade e a Orientação Intelectual da Empresa, será sempre exercida por brasileiros natos ou naturalizados a mais de dez anos.

As demais Cláusulas não modificadas pela presente alteração permanecem inalteradas.

Para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, os sócios cotistas declaram expressamente, que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

Sidônia

Diogo

2 *[Handwritten signatures]*


E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração do contrato social, em três vias de igual teor e finalidade, na presença de duas testemunhas, a tudo presentes.

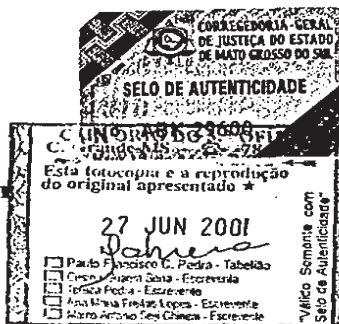
Campo Grande/MS, 23 de Março de 2001.

02 MAI 2006

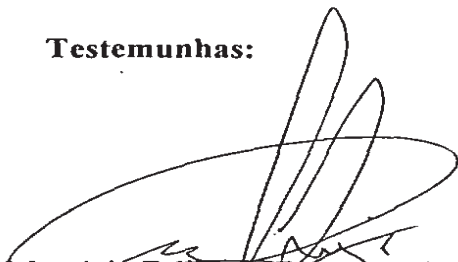
Sidônia Barbosa Rodrigues
Sidônia Barbosa Rodrigues


Diogo Brasil Prado Martins
Diogo Brasil Prado Martins

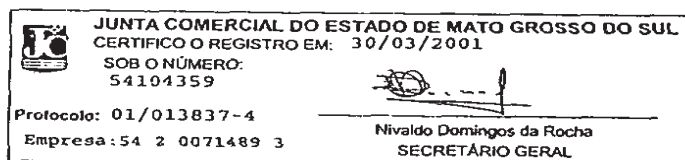

Olívio Neves Barboza Júnior



Testemunhas:


Maurício Feliciano Borges Ruiz
RG: 484.192 SSP/MS
CPF: 519.413.091-00


Michelly Silva do Anjos
RG: 1166842 SSP/MS
CPF: 933.350.751-53



À Comissão de ciência, Tecnologia, inovação
Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 81, DE 2008**

(Nº 447/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Radio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 976 de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 562, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 976, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 1º de agosto 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 739 EM

Brasília, 29 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 98/2000-SSR/MC, com vistas implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação

de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Companheira FM Ltda (Processo nº 53790.000367/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – Assinado Eletronicamente por: **Hélio calixto da Costa.**

**PORTARIA Nº 976, DE 20 DE
NOVEMBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.00036712000, Concorrência nº 98/2000-SSR/MC, resolve:

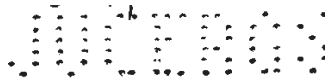
Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que data o artigo anterior, sua pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**



**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA**

SERVIC
MINISTÉRI
CONFF
EM: _____
ORIGINAL

JUREMA VIGNATTI, brasileira, solteira, maior, Comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º 1030909095, expedida pela SSP/RS, devidamente inscrita no CPF sob o n.º 440 233 320-20, residente e domiciliada à rua Caxias do Sul n.º 371, na cidade de Bento Gonçalves/RS e **ERMIDA LUIZA BERRA VIGNATTI**, brasileira, casada, aposentada, portadora da carteira de identidade RG n.º 3059873699, expedida pela SSP/RS, devidamente inscrita no CPF sob n.º 434 206 640-87, residente e domiciliada na rua Caxias do Sul n.º 371, na cidade de Bento Gonçalves/RS, únicas sócias quotistas da sociedade que gira com a denominação social **Rádio Companheira FM Ltda**, sito à rua Caxias do Sul n.º 371, com seus atos constitutivos arquivados na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob n.º Nire **43203547620**, no dia 17 de junho de 1997, e inscrita no CNPJ sob n.º **02.174.414/0001-62**, resolvem de comum acordo alterar o Contrato Social de constituição da sociedade, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - A sede e foro da sociedade passa a ser a cidade de Porto Alegre/RS, à rua Washington Luís n.º 1118 conj.1201 Sala 02, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

CLÁUSULA 2ª - O Capital Social que era de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), representados por 20.000 (Vinte mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, passa a ser de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), representados por 100.000 (cem mil quotas) no valor unitário de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente nacional neste ato pelas sócias-quotistas, respeitada a proporcionalidade de participação de cada uma;

CLÁUSULA 3ª - Em razão das Alterações havidas nas Cláusulas 1ª e 2ª deste instrumento, as Cláusulas 3ª e 6ª do Contrato Social passam a ter a seguinte nova redação:

CLÁUSULA 3ª - A sociedade terá sua sede e foro na cidade de Porto Alegre/RS, à rua Washington Luís n.º 1118 conj.1201 Sala 02, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

CLÁUSULA 6ª - O capital social será de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil quotas), no valor unitário de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, assim distribuídas entre as sócias:

Handwritten notes on the left margin: "CONCI" and "COL" with arrows pointing to the text. A large signature is written vertically: "Jurema Vignatti" and "ERMIDA LUIZA BERRA VIGNATTI".

Handwritten signature and the word "CONCI" with an arrow pointing to the signature.

Handwritten text: "mae e m. loto" with arrows pointing to the right.

Handwritten text: "CONCI" with an arrow pointing to the right.

Handwritten signature and initials on the bottom right.

JUNHO

Sócias	Quotas	Valor R\$
JUREMA VIGNATTI	90.000	90.000,00
ERMIDA LUIZA BERRA VIGNATTI	10.000	10.000,00
TOTAIS	100.000	100.000,00

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração de Contrato Social, lavrado em tantas vias quantas as necessárias para o devido arquivamento na junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e servirem de prova entre as partes na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Porto Alegre, 17 de Setembro de 1999.

CONCI → *Jurema Vignatti*
 CONCI → *Ermida Luiza Berra Vignatti*
 CONCI → *Moacir Melotti*

Testemunha 1:
 LENOIR ELTON BUFFON
 RB: 40 17 3008-25 559115
 CPF: 431 904 300-63
TABELIONATO DE FARIA LEMOS
 BENTO GONÇALVES - RS
 Reconheço a autenticidade da (s) firma (s)
 Indicada (s) p. la soc. *Jurema Vignatti, Ermida Luiza Berra Vignatti, Moacir Melotti*
 Dou Fé. Faria Lemos, a 17 de Setembro de 1999
 Em Testemunho *[assinatura]* da verdade.
 EDUARDO CONCI - Tabelião

TABELIONATO
 EDUARDO CONCI
 Tabelião
 FARIA LEMOS - RS

Testemunha 2:
 MOACIR MELOTTI
 RB: 1036502258 559115
 CPF: 471 551 080-49

Emol. (cr\$) R\$ 9,60.

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/10/1999
 SOB O NÚMERO: 18 8 2185
 Protocolo: 99/164766-1
[assinatura]
 KAREN STALLBAUM
 SECRETÁRIA-GERAL

A Comissão de ciência, tecnologia, Inovação,
 Comunicação e informática. (Decisão Terminativa)

[assinaturas]

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 82, DE 2008**

(Nº 449/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização
à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 762 de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 568, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 762, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.

Brasília, 2 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC Nº 789 EM

Brasília, 30 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia, no Município de Formoso do Araguaia, Estado de Tocantins, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demons-

tração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53665.000036/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Costa**.

**PORTARIA Nº 762, DE 24 DE
OUTUBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53665.000036/02 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0189 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia, com sede na Rua Campos Sales, Quadra F-05, lote nº 01, Setor São José, no município de Formoso do Araguaia, Estado de Tocantins, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º48'45"S e longitude em 49º31'08"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no

prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 004/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.665.000.036/02, protocolizado em 3 de outubro de 2002

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia, município de Formoso do Araguaia, Estado de Tocantins.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia, inscrita no CNP sob o número 05.293.888/0001-11, no Estado de Tocantins, com sede na Rua Campos Sales, Quadra F-5, Lote 1, Setor São José, no município de Formoso do Araguaia, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de setembro de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 29-8-2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária de Rádio Difusão Ilha do Bananal – Processo nº 53.665.000.020/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o processo foi inicialmente

analisado e constataram pendências passíveis do cumprimento de exigências dispostas no ofício nº 6.397, datado de 4-7-2003, AR Postal em 15-7-2003. Ocorre que a “Associação Comunitária de Rádio Difusão Ilha do Bananal” não encaminhou qualquer documentação em cumprimento às exigências citadas no ofício, muito embora, tenha sido concedida a prorrogação do prazo, conforme solicitação da Entidade datada de 29-7-2003, tendo ocorrido a perda do prazo por decurso de tempo e restando comprovada a falta de interesse processual da Requerente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 2.186/2004, datado de 12-3-2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Associação de Radiodifusão Comunitária de Formoso do Araguaia – Processo nº 53.665.000.035/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o processo foi analisado e foram constatadas pendências passíveis do cumprimento de exigências que foram dispostas no ofício nº 9.431/03 de 30-9-2003. Ocorre que o Ar Postal foi devolvido pelos Correios pelo motivo de ausência. Desta forma, para dar ciência à interessada, houve publicação em 17-11-2003 no **Diário Oficial da União** de um Edital de Notificação, para que a Entidade se manifestasse no prazo de 15 dias a partir da data de publicação, sob pena de arquivamento do processo. Diante da não manifestação da Associação o processo foi arquivado através de um despacho jurídico. (Edital DOU e despacho encontram-se anexos).

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnico

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado per requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, não tendo indicado endereço, nem coordenadas, no município de Peixoto de Azevedo, Estado de Tocantins.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas deveriam ser indicadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 77 e 78, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que a entidade apontou coordenadas e endereço (fls.92), o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos referidos dados. Saliente-se que as coordenadas geográficas do local de instalação que tornaram a Entidade a selecionada ao serviço são as mesmas do Aviso, sendo as da latitude transformadas em dois dígitos sem causar alteração (conforme parecer fls. 152).

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas a, b e g da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 89 a 156).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 129, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 151 e 152. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 156 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas h, i e j da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Maria Aparecida dos Santos Azevedo	Presidente
Marii Ferreira Vieira	Vice-Presidente
Izabel Ferreira Rocha Lima	Secretária
Roberto Dias Cortina	Tesoureiro
Antonio Francisco de Souza	Dir. Administrativo

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Campos Sales Qd. F 5, Lt. 1, Setor São José, município de Formoso do Araguaia, Estado de Tocantins;

• **coordenadas geográficas**

11°48'45" de latitude e 49°31'08" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 151 e 152, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 129 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.665.000.036/02, de 3 de outubro de 2002.

Brasília, 12 de janeiro de 2005. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 12 de janeiro de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 12 de janeiro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 004/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 17 de janeiro de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 83, DE 2008

(Nº 451/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação São Miguel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baturité, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 502 de 8 de novembro 2005, que outorga permissão à Fundação São Miguel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Baturité, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem Nº 581, de 2007

MENSAGEM Nº 581, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 502, de 8 de novembro de 2005, que outorga permissão à Fundação São Miguel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Baturité, Estado do Ceará.

Brasília, 3 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 348 EM

Brasília, 28 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.015600/2003, de interesse da Fundação São Miguel, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Baturité, Estado do Ceará.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Hélio Costa**.

**PORTARIA Nº 502, DE 8 DE
NOVEMBRO DE 2005**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015600/2003, e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1.734 – 1.07 / 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação São Miguel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Baturité, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

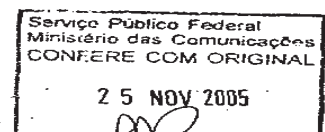
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL

Fundada em 06 de janeiro de 1984,
(conforme publicação no Diário Oficial)
CGC 07.335.615/0001-18
Rua 15 de Novembro, 1015
BATURITÉ - CEARÁ

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Fundação São Miguel, realizada no dia dois de maio de dois mil e cinco, para tratar de alterações Estatutárias da Fundação São Miguel.

Aos dias dois de maio do ano de dois mil e cinco, às dezoito horas, reuniram-se em Assembléia Extraordinária, na sede da Fundação São Miguel, localizada na rua quinze de novembro, número 1.015 (mil e quinze) centro da cidade de Baturité Estado do Ceará, a Diretoria e demais membros digo, demais sócios da Fundação São Miguel: Diretora-Presidente – Vânia Maria Pires Mendes, Diretora Administrativa – Francisca Eloneida Ferreira Santos, Diretor do Departamento de Radiodifusão e Ensino – Fernando Antonio Serafim, Diretor do Departamento de Saúde – Robério Lima Cavalcante, membros do Conselho Deliberativo – Edenília Braga de Carvalho Oliveira, Rita de Sousa Jardim, Francisco Orisson Damasceno Matias e demais sócios como: Fernando Lima Lopes, Alexandre Barros Neto, Hélio Dantas de Almeida Júnior, Maria Eliane Viana Silva, Antonio Tiago Viana Silva, Raquel Mendes Monte, Régio Hélio Cavalcante Ramos, Francisco Jackson Lopes de Almeida e Maria Braga Moreira de Oliveira. Iniciando os trabalhos a Diretora Presidente Vânia Maria Pires Mendes agradece a presença de todos nesta reunião, com a finalidade de deliberar a respeito dos atos de alteração Estatutária da Fundação, e convidou a mim Edenília Braga de Carvalho Oliveira para servir como secretária, ficando assim composta a mesa. Dando prosseguimento aos trabalhos, a senhora Presidenta declarou que através de carta convite todos os presentes já tinham conhecimento prévio dos objetivos das reuniões quais sejam: 1. Tratar da alteração do artigo 3º do Estatuto da Fundação São Miguel com acréscimo da letra I; 2. Apresentar a alteração do artigo acima citado, discutir e colocar em votação. Em seguida a presidenta explicou aos presentes que o artigo 3º sofrerá alterações com acréscimo da letra I, que diz o seguinte: Executar serviços de Radiodifusão sem finalidade comercial, ou seja, com fins exclusivamente educativos e culturais. Disse, ainda, que o motivo da alteração do Estatuto é uma exigência do Ministério das Comunicações para a concessão de uma Rádio Educativa neste município. Após a explanação e discussão a matéria foi colocada em votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. A senhora Vânia falou sobre a implantação e execução dos serviços de radiodifusão sonora em geral, que se concedidos ou permitidos pelo poder competente, será instalada na cidade de Baturité (Ce) uma emissora de caráter exclusivamente educativo, visando suprir as carências de recursos educacionais, através de uma programação inteiramente voltada para o homem do campo, com prevalência para as manifestações culturais da Região do Maciço de Baturité. Disse, ainda, que o Departamento de Ensino incorporaria os serviços de Radiodifusão e ficaria com a denominação de Departamento de Radiodifusão e Ensino. Dando continuidade os trabalhos a senhora presidenta determinou que fosse feita a leitura do Projeto de Alteração Estatutária da Fundação São Miguel, cujo teor é o seguinte: Estatuto Da



CARTÓRIO BATURITÉ
 Segundo Serviço Público Delegado
 Notarial e de Registros
 Rua 15 de Novembro, 1035 - Centro
 Fone: (85) 347.0379

FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL
 Fundada em 06 de janeiro de 1984,
 (conforme publicação no Diário Oficial)
 CGC 07.335.615/0001-18
 Rua 15 de Novembro, 1015
 BATURITÉ - CEARÁ

Fundação São Miguel - Título I - Da Denominação, Sede E Foro. Art. 1º - A Fundação São Miguel, dotada de personalidade jurídica de direito privado e fins filantrópicos, com estatutos registrados no Cartório Nelson Lima do 2º ofício, comarca de Baturité, Estado do Ceará, às folhas 120/122 - do Livro A - 1, de pessoas jurídicas, de 18 de dezembro de 1984, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Baturité (CE), à Rua 15 de Novembro, Nº 1.015 - Centro, e atuação em todo o Estado do Ceará, reger-se-á pela legislação civil que lhe é pertinente, bem como por este estatuto.

Título II - Dos Objetivos - Art. 2º - A Fundação São Miguel tem como objetivo a prestação de Assistência Ambulatorial, Médico - Hospitalar e Educacional à comunidade de Baturité - CE ou oriundas de outros Municípios.

Art. 3º - Compete à Fundação São Miguel: A) Realizar estudos e pesquisas relacionadas com os objetivos que deseja atingir; B) Celebrar convênios, acordos e contratos com entidades públicas e particulares; C) Articular-se com os órgãos governamentais cujas áreas de atuação estejam afins com suas finalidades; D) Proporcionar à comunidade a assistência de saúde que esteja condizentes com seus objetivos; E) Executar os serviços de radiodifusão em todas as suas modalidades, em qualquer parte do território nacional. Promover, mediante concessões ou permissões, programas informativos, culturais e recreativos pelo Rádio e outros meios de comunicações; F) Sugerir aos órgãos governamentais, medidas para solucionar problemas em que haja interesse comum e cooperar na sua execução; G) Incentivar e apoiar a criação de Grupo ou entidade de voluntários, voltados para atividades de apoio à Fundação; H) Colaborar com instituições públicas ou particulares que se propunham à consecução de objetivos estabelecidos em comum acordo com a Fundação e definidos em termos de projeto executivo, convênio, acordo ou contrato; I) Executar serviços de radiodifusão sem finalidade comercial, ou seja, com fins exclusivamente educativos e culturais.

Art. 4º - A Fundação poderá ainda manter ou auxiliar entidades afins desde que tenham seus estatutos registrados em cartórios competente, sempre através de convênio e com direito a ampla fiscalização.

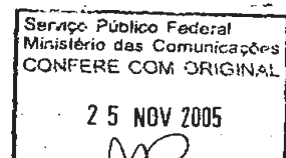
Art. 5º - A FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL poderá prestar seus serviços gratuitamente às pessoas reconhecidamente pobres e que não estejam beneficiários do Sistema Previdenciário Público ou particular.

Art. 6º - É vedada qualquer discriminação religiosa, política, racial e ideológica na aplicação de seus benefícios.

Título III - Do Patrimônio - Art. 7º - O patrimônio da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL, destina-se exclusivamente ao preenchimento de suas finalidades.

Art. 8º - Constitui-se patrimônio da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL: A) Os bens já doados e indicados na escritura pública da Fundação; B) Todos os bens que venham a ser doados por quaisquer entidades de direito público ou particulares; C) Por quaisquer outros bens não especificados acima e que lhe devam pertencer.

Título IV - Da Receita - Art. 9º - Constitui-se receita da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL: A) Os rendimentos decorrentes da exploração de seus bens ou da prestação dos seus serviços; B) As contribuições que receber de entidades públicas ou

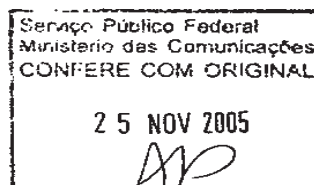
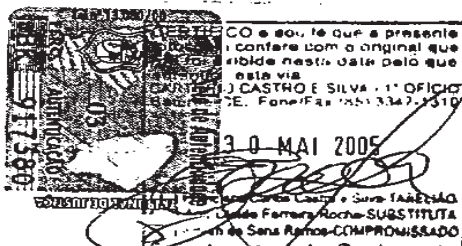


FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL

Fundada em 06 de Janeiro de 1984,
(conforme publicação no Diário Oficial)
CGC 07.335.615/0001-18

Rua 15 de Novembro, 1015
BATORITÉ - CEARÁ

particulares; C) Contribuições. Digo, C) Contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza; D) Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados. Art. 10º - O exercício financeiro da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL se iniciará a 1º de janeiro de cada ano e se encerrará a 31 de dezembro do mesmo ano. TÍTULO V – Da Organização - Art. 11º - A organização administrativa da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL é constituída dos seguintes órgãos: I – Conselho Deliberativo - II – Órgão De Direção Superior – A) Presidência. III – Órgão De Direção Executiva. A) Departamento de Administração; B) Departamento de Radiodifusão e Ensino; C) Departamento de Saúde. Parágrafo Primeiro – Os administradores da entidade, Presidente e os Diretores de órgãos de Administração Executiva, deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério da Infra – Estrutura. Parágrafo Segundo – Não será distribuído lucros, dividendos, bonificações ou vantagens aos dirigentes da Fundação, a qualquer título. Capítulo I - Do Conselho Deliberativo. Art. 12º - O Conselho Deliberativo, será composto dos instituidores, sócios – efetivos e dos membros dos órgãos de direção executiva da Fundação. Art. 13º - O Conselho Deliberativo terá um Presidente a ser indicado pelos próprios instituidores e pelos sócios efetivos. Art. 14º - O Conselho Deliberativo, se reunirá ordinariamente 02 (duas) vezes ao ano, nos meses de Fevereiro e Agosto, e extraordinariamente quando necessário, sempre por convocação de seu Presidente ou por solicitação do Diretor – Presidente. Art. 15º - Compete ao Conselho Deliberativo: A) Autorizar aquisição ou alienação de bens imóveis, bem como a constituição de ônus sobre os mesmos e edificações em terrenos de propriedade da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL; B) Deliberar sobre a destinação do patrimônio da entidade, no caso de sua extinção, observando o dispositivo do Artigo do presente estatuto; C) Tomar as contas da Diretoria; D) Aprovar Plano Orçamentário Anual; E) Nomear o Diretor – Presidente, fixando-lhe os cargos e atribuições; F) Deliberar sobre a reforma do Estatuto; G) Deliberar sobre os casos omissos. Capítulo II - Da Presidência. Art. 16º - A Presidência da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL, será exercida por um membro do Conselho Deliberativo e a sua investidura no cargo se dará mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio e o mandato terá a duração de 02 (dois) anos. Art. 17º - Compete ao Presidente: A) Representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, fazendo-o quando em juízo através de procurador especialmente designado para este fim; B) Dirigir, coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pela Fundação; C) Autorizar a aplicação de recursos e movimentar as contas bancárias da Fundação obedecidas às normas legais; D) Apresentar ao Conselho Deliberativo o Balanço Geral, juntamente com o Relatório anual das atividades; E) Assinar salvo delegação, os contratos, convênios e acordos a serem celebrados bem como os respectivos termos aditivos; F) Elaborar o orçamento anual da Fundação e submetê-lo à aprovação do Conselho Deliberativo; G) Propor ao Conselho



FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL

Fundada em 06 de Janeiro de 1984,
(conforme publicação no Diário Oficial)

CGC 07.335.615/0001-18

Rua 15 de Novembro, 1015

BATURITÉ - CEARÁ

Deliberativo a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; H) Nomear os Diretores dos Departamentos que integram a estrutura organizacional da Fundação; I) Contratar e dispensar funcionários; J) Praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos da Fundação. Capítulo III - Do Departamento De Administração. Art. 18º - O Departamento de Administração, órgão responsável pelo Sistema Administrativo da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL, será dirigido por um Diretor –Administrativo de livre escolha do Presidente, competindo-lhe coordenar, executar e controlar os serviços relacionados com pessoal, finanças, transportes, saúde e comunicação. Parágrafo Único – O detalhamento e a distribuição das tarefas específicas deste Departamento, constarão de regimento interno ou de instruções normativas elaboradas pelo Diretor – Administrativo e aprovadas pelo Presidente. Capítulo -IV - Do Departamento De Radiodifusão E Ensino. Art. 19º - O Departamento de Radiodifusão e Ensino, tem por finalidade, planejar, coordenar, controlar e avaliar e execução das atividades inerentes aos objetivos educacionais da Fundação, colaborando para expansão e melhor qualidade. Parágrafo Único – As atividades de Radiodifusão, estarão a cargo do Departamento de Radiodifusão e Ensino, que, usando a denominação de RÁDIO FM EDUCATIVA SÃO MIGUEL, será dirigido por um Diretor de livre escolha do Presidente, após prévia anuência do Poder Concedente, conforme parágrafo primeiro do Artigo 9º do presente estatuto. Art. 20º - As emissoras educativas pertencentes à Fundação se obrigam a reservar um mínimo de 20% (vinte por cento) do tempo total de sua programação para veiculação de programas providos fornecidos ou orientados digo, promovidos, fornecidos ou orientados pelo Ministério da Educação, sendo 10% (dez por cento) entre 00:00 e 12:00 horas e 10% (Dez por cento) entre 12:00 e 19:00 horas. Art. 21º - A Fundação se obriga a participar do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. Art. 22º - Os programas educativos produzidos pelas emissoras, ficarão à disposição do Ministério da Educação para veiculação em outras emissoras educativas. Art. 23º - O detalhamento e a distribuição das tarefas específicas deste departamento, constarão de regimento interno elaboradas pelo Diretor de Radiodifusão e Ensino e aprovadas pelo Presidente, que deverão ser submetidos à prévia aprovação do Poder Concedente. Capítulo V - Do Departamento De Saúde. Art. 24º - O Departamento de Saúde tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades inerentes à assistência médica – hospitalar e ambulatorial desenvolvidas pela Fundação. Parágrafo Único – O detalhamento e a distribuição das tarefas específicas deste departamento, constarão de regimento interno ou de instruções normativas elaboradas pelo Diretor de Saúde e aprovadas pelo Presidente. Capítulo VI - Dos Sócios. Art. 25º - A Fundação será composta de um número ilimitado de sócios, sem diferença de nacionalidade ou culto assim discriminado: A) Fundadores; B) Efetivos; C) Beneméritos. Art. 26º -



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL

25 NOV 2005

FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL

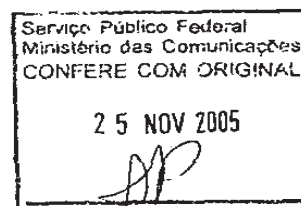
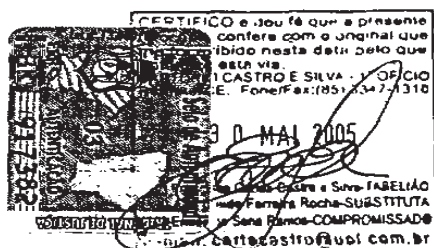
Fundada em 06 de janeiro de 1984,
(conforme publicação no Diário Oficial)

CGC 07.335.615/0001-18

Rua 15 de Novembro, 1015

BATURITÉ - CEARÁ

É considerado sócio fundador todo aquele que participar da sessão de constituição e assinou a respectiva ata. Art. 27º - É considerado sócio efetivo todo o que admitido após a instalação, passar a contribuir regularmente para a sociedade. Art. 28º - É considerado sócio benemérito todo àquele que, sócio ou não, tenha contribuído com donativos substanciais ou tenha prestado serviços relevantes à sociedade. Parágrafo Único - O conhecimento do título do sócio - benemérito, será feito em reunião do Conselho Deliberativo, quando analisará os benefícios recebidos pela sociedade e, uma vez aprovado, será comunicado oficialmente ao distinguido. Art. 29º - São direitos dos sócios: A) Votar e ser votado, exceto os sócios beneméritos, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais; B) Ser assistido pela sociedade, dentro de suas possibilidades; C) Assistir às sessões; D) Debater assuntos de interesse social. Parágrafo Único - Não serão admitidos sócios que professem ideologia contrária aos princípios democráticos, às autoridades constituídas e que estejam envolvidos em processo de qualquer natureza. Art. 30º - São deveres dos sócios: A) Cumprir fielmente o presente estatuto; B) Acatar as resoluções do Conselho Deliberativo e dos órgãos de Administração; C) Aceitar, dentro de suas possibilidades o encargo para quando for membro dos órgãos de Administração. Título VI - Das Disposições Gerais. Art. 31º - Para atingir seus objetivos e melhor atender as suas finalidades, a FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL poderá manter ou instalar unidades médico - hospitalar, ambulatorial e escolas, com todos os requisitos exigidos pela prestação dos serviços oferecidos à comunidade. Art. 32º - O Estatuto e o Regulamento da FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL, poderão ser alterados sendo indispensável o pronunciamento da maioria dos membros do Conselho Deliberativo. Parágrafo Primeiro - As alterações do Estatuto dependerão de prévia autorização do órgão competente do Ministério da Infra Estrutura e só terão validade uma vez aprovadas pelos representantes do Ministério Público competente e devidamente registradas no cartório de registro público. Parágrafo Segundo - Cabe aos Diretores dos Órgãos de Direção Executiva as providencias necessárias para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem como aquelas necessárias para que as alterações do estatuto e do regimento, sejam integradas ao documento básico respectivo. Parágrafo Terceiro - As alterações do Estatuto e do Regimento, não poderão, em hipótese alguma, contrariar os objetivos da Fundação. Art. 33º - Ocorrendo dissolução da Fundação, os bens que integram seu acervo patrimonial passarão a outra instituição com finalidades iguais ou semelhantes após deliberação do Conselho Deliberativo. Art. 34º - Em casos omissos a FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL reger-se-á pelas Normas de Direito Privado relativo à Fundação e por normas complementares que venham a ser baixadas por seu Presidente na esfera de sua competência. Art. 35º - O presente estatuto, suas eventuais alterações, bem como os instrumentos de designação dos membros do Conselho Deliberativo; Presidente e Diretores dos Departamentos dos Órgãos da Diretoria Executiva, serão regularmente



FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL

Fundada em 06 de janeiro de 1984,
(conforme publicação no Diário Oficial)

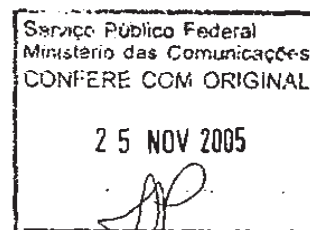
CGC 07.335.615/0001-18

Rua 15 de Novembro, 1015

BATURITÉ - CEARÁ

registrados no registro público competente, após visados pelo órgão do Ministério Público. Novamente com a palavra a senhora presidenta pôs em discussão o Projeto de Alteração Estatutária, que acabava de ser lido, verificando-se sua aprovação por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida para esta reunião, esclarecendo que aprovada a respectiva ata pelos presentes, será processada a averbação do Registro Civil de pessoas Jurídicas, de acordo com o parágrafo único do art. 18º Seção II da Lei Nº 6015/75. (Lei dos Registros Públicos). Após os esclarecimentos a senhora presidenta deu por encerrada a sessão, digo, por encerrado os trabalhos, dos quais mandou lavrar a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Edenília Braga de Carvalho Oliveira, Vânia Maria Pires Mendes, Francisca Eloneida Ferreira Santos, Fernando Antonio Serafim, Robério Lima Cavalcante, Rita de Sousa Jardim, Francisco Orisson Damasceno Matias, Fernando Lima Lopes, Alexandre Barros Neto, Hélio Dantas de Almeida Júnior, Maria Eliane Viana Silva, Antonio Tiago Viana Silva, Raquel Mendes Monte, Régio Hélio Cavalcante Ramos, Francisco Jakson Lopes de Almeida e Maria Braga Moreira de Oliveira.
Está Conforme o Original.


Vânia Maria Pires Mendes
Presidente



**À Comissão de ciência, Tecnologia, inovação
Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2008**

(Nº 466/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Miguel Calmon FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 321 de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Miguel Calmon FM Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 639, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 321, de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Miguel Calmon FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Brasília, 28 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Brasília, 8 de setembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinouse a publicação da Concorrência nº 51/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação

de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que à Miguel Calmon FM Ltda., (Processo nº 53640.000364/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por em outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 321, DE 30 DE AGOSTO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000364/2000, Concorrência nº 051/2000-SSR/MC, e do Parecer Conjur/MC Nº 1.143-2.29/2004, de 4 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Miguel Calmon FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

MIGUEL CALMON FM LTDA

RITA FERNANDA MOURA MICUCCI, brasileira, maior, casada, Administração de Empresas, residente e domiciliada à Loteamento Santa Tereza, s/n - Santa Tereza, na cidade de Miguel Calmon Estado da Bahia, CEP 44.720-000, portador da cédula de identidade n.º 05796931 04 SSP/BA, CPF n.º 733.114.725-00, **HUMBERTO MIRANDA OLIVEIRA**, brasileira, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Adilhermino Miranda, 06 - Centro, na cidade de Miguel Calmon Estado da Bahia, CEP 44.720-000, portador da cédula de identidade n.º 1.486.310 SSP/BA, CPF n.º 281.374.775-00 e **JOSE ROBERTO MIRANDA MOURA**, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 13 - Centro, na cidade de Miguel Calmon Estado da Bahia CEP: 44.720-000, portador da cédula de identidade n.º 00716410 68 SSP/BA, CPF n.º 016.884.305-63, Resolvem constituir uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada a qual se regerá nos termos e condições seguintes:

Rita Moura

CLÁUSULA I - A presente sociedade girará sob a denominação social de **MIGUEL CALMON FM LTDA**, com sede à Loteamento Santa Tereza, s/n - Bairro Santa Tereza na cidade de Miguel Calmon Estado da Bahia, CEP 44.720-000.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade adotará o nome de fantasia de **MIGUEL CALMON FM**

Humberto

CLÁUSULA II - A sociedade que ora se constitui tem por objetivo executar e explorar serviços de Radiodifusão, que venham ser outorgados mediante concessão ou permissão, em base comercial e de conformidade com a legislação pertinente em vigor ou que venha a vir.

PARÁGRAFO ÚNICO - Terá o Foro na Comarca de Miguel Calmon, Estado da Bahia, como competente para qualquer questão que do presente instrumento possa originar, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA III - Os objetivos expressos da sociedade, se identificam com o que dispõe o Art. 3 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão, consagrado em nível de prioridade, os programas de natureza educativa, informativa, recreativa e jornalística, com exploração comercial do serviço nos limites legais e na medida que não prejudique o interesse nacional e suas finalidades precípua.

CLAUSULA IV - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando, e se necessário a dissolução da Sociedade, de acordo com a Lei pertinente, serão observados.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DA COMUNICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, _____

CLÁUSULA V - A Sociedade, se compromete por seus sócios, se investida na qualidade de Cessionária ou Permissionária do Serviço de Radiodifusão, a não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social, nem proceder transferência de cotas, sem que tenha sido previamente e legalmente autorizada pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA VI - A Sociedade, se obriga a observar com rigor, que se impõe, Leis, Decretos, Lei, Decretos, Regulamentos, Portarias e demais normas legais vigentes ou a vir, referentes e aplicáveis aos Serviços de Radiodifusão que lhe forem outorgados.

Jose Roberto Moura

caul
caul
Rita Moura
Humberto
Jose Roberto Moura
Luis Augusto Dantas Martins
OAB-br. 6372
No AX 068985
REC. 2008
2008

CLÁUSULA VII - A Sociedade se obriga a manter em seu quadro de funcionários, ~~somente~~ brasileiros ou naturalizados.

CLÁUSULA VIII - A Sociedade, não poderá deter Concessões ou Permissões, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora no País, além dos limites fixados pelo Art. nº 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os sócios cotistas, não poderão integrar o quadro social de outra Cessionária ou Permissionária, executante do mesmo tipo de Serviço de Radiodifusão Sonora, na cidade em que pretendem instalar a emissora, nem em outras localidades do País, em excesso aos limites fixados pelo Art. 12 do Decreto-Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nenhum dirigente, poderá participar da direção de outra entidade executante de Serviço de Radiodifusão Sonora, nem de outras empresas de Radiodifusão na qualidade de sócio-cotista, ainda que em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no Art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, nem poderão gozar de imunidade parlamentar, nem exercer cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública do qual decorra Foro especial.

CLÁUSULA IX - As cotas representativas do Capital Social são **INALIENÁVEIS E INCAUCIONÁVEIS**, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas e a sua totalidade pertencerá sempre a brasileiros natos.

CLÁUSULA X - - O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada subscrita e integralizada pelos sócios neste ato em moeda corrente do País, nas seguintes proporções.

A) **RITA FERNANDA MOURA MICUCCI**, subscrive e integraliza R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) dividido em 27.500 (vinte e sete mil e quinhentas) cotas de capital no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.

B) **JOSÉ ROBERTO MIRANDA MOURA**, subscrive e integraliza R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) dividido em 12.500 (doze mil e quinhentas) cotas de capital no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.

C) **HUMBERTO MIRANDA OLIVEIRA**, subscrive e integraliza R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) cotas de capital no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o Art. 2, "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, cada sócio-cotista, se responsabilizará pela totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA XI - As cotas são individuais em relação a Sociedade e que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA XII - A Sociedade será gerida e administrada pelo sócio **JOSÉ ROBERTO MIRANDA MOURA** já qualificado no preâmbulo, sendo-lhe atribuído todos os poderes de administração legal da Sociedade e sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda, assinatura de todos dos documentos isoladamente, relativos as suas questões sociais e comerciais, para o que se lhe dispensa prestação de caução.

Serviço nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, do Ministério das Comunicações
CONFIRMAÇÃO DO ORIGINAL

05 JUL 2004

Ruiz Augusto Danlos Marli
OAB-BA 8972

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

ATENCÃO: PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº AX-068990

05 JUL 2004

PARÁGRAFO ÚNICO - O Sócio-Gerente, fará jus a uma retirada de "Pró-Labore", que será fixada pelo consenso dos sócios, obedecendo os critérios aplicados pela legislação do Imposto de Renda.

CLÁUSULA XIII - O uso da denominação social nos termos da Cláusula XII, deste instrumento, é vedado em finanças, avais, abonos e outros favores estranhos aos interesses da Sociedade, ficando o Sócio-Gerente pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA XIV - Para o cargo de Gerente, Sub-Gerente, Procuradores, Locutores, Encarregados das instalações técnicas, bem como, responsável pela orientação intelectual direta ou indireta da administração da Sociedade, somente serão admitidos brasileiros natos.

CLÁUSULA XV - Os Administradores da sociedade serão brasileiros natos e a sua investidura no cargo, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XVI - As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estranhos à Sociedade sem o consentimento dos sócios. Para esse fim, o sócio que pretender se retirar, deverá notificar por escrito aos demais, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da notificação, para que exerça ou renuncie em condições de igualdade ao direito de preferência na aquisição de cotas da Sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica ajustado entre as partes, que o sócio que se retirar cabera receber o valor das cotas integralizadas, e representativas de seu Capital, mais lucros apurados em Balanço, previamente aprovados pelos sócios, e cujo pagamento será a vista ou em prestações, conforme convençionados entre os sócios na época.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A saída de sócio, será objeto na oportunidade de alteração Contratual, sendo submetido o documento anuência prévia do Ministério das Comunicações e posterior arquivamento na Junta Comercial do Estado da Bahia.

CLÁUSULA XVII - O falecimento, impedimento ou incapacidade de qualquer natureza de qualquer sócio, não dissolverá necessariamente a Sociedade, ficando herdeiros e sucessores ou representante legal nomeado, integrando o quadro social mediante consenso entre os sócios, caso haja quanto a sua capacidade jurídica e se observe a anuência prévia dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, para que a sua admissão seja revista de todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se os herdeiros sucessores não desejarem continuar na Sociedade, seus haveres serão apurados em Balanço, levantado especialmente para esse fim, e serão pagos à vista ou em parcelas convencionadas entre os sócios na época.

CLÁUSULA XVIII - O Exercício Social, coincidirá com o ano civil, terminado em 31 de Dezembro, quando serão levantados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Exercício e as demais Demonstrações Financeiras de conformidade com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os lucros apurados serão divididos entre os sócios proporcionalmente às cotas de Capital da Empresa, ou mantidos como reserva para posterior incorporação ao Capital Social. Em caso de prejuízo, o mesmo será suportado pelos sócios, também na proporção de suas cotas.

Handwritten signatures and notes on the left margin, including names like 'Rui Augusto' and 'Doutor'.

Stamp: SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - CONFIRMADO em 31/05/2008 - ORIGINAL. Includes handwritten signatures and the name 'Rui Augusto Dantas Martin' with 'OAB-BA. 8372'.

CLAUSULA XIX - Os casos omissos neste Contrato Social, serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e a Lei nº 4.726 de 13 de julho de 1965, a cuja fiel observância, como a das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam os Dirigentes e Sócios.

CLÁUSULA XX - Os sócios Declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de Sociedade Mercantil em virtude de condenação criminal.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de contrato social, em três vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Miguel Calmon(Ba), 19 de Abril de 2000

Rita Fernanda Moura Micucci
RITA FERNANDA MOURA MICUCCI

Humberto Miranda Oliveira
HUMBERTO MIRANDA OLIVEIRA

Jose Roberto Miranda Moura
JOSE ROBERTO MIRANDA MOURA

TESTEMUNHAS:

M.ª Evana Carvalho da Silva
Nome: M.ª Evana Carvalho da Silva
RG: 07387744-13 SSP/Ba

Florisângela da Silva Cunha
Nome: Florisângela da Silva Cunha
RG: 5.198.443 SSP/Ba

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/06/00

SOB O NÚMERO:
2920222351

Protocolo: 000289183

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 05.11.2004

Luiz Augusto Dantas Martins
048-Ba. 8272

À Comissão de ciência, Tecnologia, inovação
Comunicação e Informática.(Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2008**

(Nº 469/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à
Rádio Ortigueira Ltda. para explorar serviço de
radiodifusão sonora em frequência modulada
na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286 de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Ortigueira Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 644, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação

de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 286, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Ortigueira Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Brasília, 28 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 114 EM

Brasília, 26 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 091/2000-SSR/MC, com vistas à implantação, de uma estação radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997,

depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Ortigueira Ltda. Processo nº 53740.000811/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 286, DE 12 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28

de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000811/2000, Concorrência nº 091/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC nº 410/2003, de 19 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Ortigueira Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RÁDIO ORTIGUEIRA LTDA.
CONTRATO SOCIAL

MARCOS ROGÉRIO DE OLIVEIRA MATTOS, Brasileiro, solteiro, maior, radialista, residente e domiciliado em Ortigueira - PR, à Av. Brasil n. 1078, Centro, CEP 84350-000, portador da Carteira de Identidade Civil RG n. 4.748.737-4 SSP PR e CPF n. 809.120.805-72, **MARLENE DE OLIVEIRA MATTOS DE PADUA**, Brasileira, casada, funcionária pública municipal, residente e domiciliada em Ortigueira - PR, à rua Bahia, n. 15, Jardim Alvorada, CEP 84350-000, portadora da carteira de identidade civil RG n. 1.469.991 SSP PR e CPF n. 455.646.559-15, e **HERMINIA ROSA CARNEIRO**, Brasileira, solteira, maior, professora estadual, residente e domiciliada em Ortigueira - PR, à rua São Sebastião, n. 64, Centro, CEP 84350-000, portadora da carteira de identidade civil RG n. 4.317.203-4 SSP PR e CPF n. 631.761.499-72, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela legislação vigente e demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade girará sob a denominação de "RÁDIO ORTIGUEIRA LTDA", tendo sua sede e foro na cidade de Imbaú, Estado do Paraná, à BR 376 s/n., Centro, CEP 84278-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas, patrióticas e comerciais, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da Lei em vigência, iniciando suas atividade 30 (trinta) dias após a publicação do Ato de Deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil Reais), dividido em 600 (Seiscentas) quotas no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	VALOR R\$	QUOTAS	%
Marcos Rogério de Oliveira Mattos	27.000,00	270	45
Marlene de Oliveira Mattos de Padua	15.000,00	150	25
Herminia Rosa Carneiro	18.000,00	180	30
	60.000,00	600	100

Parágrafo Primeiro: Cada sócio integraliza, neste ato, 60% (sessenta por cento) de suas quotas em boa moeda corrente do país, e o saldo cada um também integralizará, em boa moeda corrente do país, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional.

Parágrafo Segundo: No caso de obtenção de mais de uma Outorga de permissão ou concessão do Governo Federal, através de concorrência pública, o capital social será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, e técnicas legais do Poder Concedente (Presidência da República ou Ministério das Comunicações).



02
PDT

Gu

07 JUL 2003 PARANA
A presente fotocópia e reprodução fiel do documento apresentado neste Cartório, nesta data.

RÁDIO ORTIGUEIRA LTDA.**CONTRATO SOCIAL**

pendendo se for permissão ou concessão).

CLÁUSULA QUINTA:- As quotas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

CLÁUSULA SEXTA:- A Sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA SÉTIMA:- A investidura no cargo dos administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA OITAVA:- Os sócios que desejarem transferir suas quotas deverão notificar, por escrito à sociedade, discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito da preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA NONA:- O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores Brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA:- A responsabilidade dos sócios será limitada à importância do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:- As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:- A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:- As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:- Pelos serviços que prestarem à sociedade, perceberão os sócios, a título de pró labore, quantia mensal fixada em comum até o limite da contribuição fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

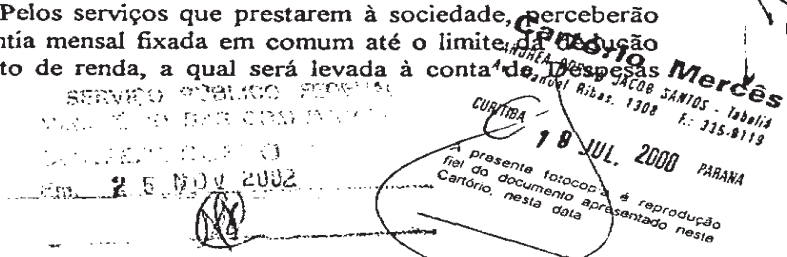


03
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



RÁDIO ORTIGUEIRA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

SECRETARIA DE REGISTRO
DO PARANÁ

ESCRITÓRIO REGIONAL
Fl. 03

04

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:- Fica investido na função de sócio gerente da sociedade, o sócio **MARCOS ROGÉRIO DE OLIVEIRA MATTOS**, para a qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o Artigo 12 da Lei n. 3708 de 10 de Janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:- O sócio gerente poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que os representarão em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA:- O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de Dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às quotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA:- A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima-Sétima deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:- O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do “de cujus”, podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

Parágrafo Primeiro:- Apurados por balanço, os haveres do sócio falecido, serão pagos em cinco prestações mensais e iguais, vencendo-se a primeira noventa dias após apresentada à sociedade autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

Parágrafo Segundo:- Fica, entretanto, facultada mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afete a situação econômico-financeira da sociedade.

Parágrafo Terceiro:- Mediante acordo com os sócios supérstites, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:- Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA:- O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a Brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA:- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a Brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

que

o

o

o

o

26 NOV 2002

Escritório Mercês
ANDREA BORDIN JACOB SANIUS - 18046
Av. Manoel Riban, 1388
CURITIBA - PARANÁ
E: 335-9118
A presente fotocópia e reprodução
fiel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

Handwritten mark

Handwritten signature

RÁDIO ORTIGUEIRA LTDA.
CONTRATO SOCIAL



05
[Handwritten signature]

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA - A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Imbaú-PR, 25 de maio de 2000.

[Signature]

Marcos Rogério de Oliveira Mattos

[Signature]

Herminia Rosa Carneiro

[Signature]

Marlene de Oliveira Mattos de Padua

Advogado(a): *[Signature]*
Nome: Alvaro L. de Oliveira Mattos
OAB n.º: Advogado OAB-PR 25.542

Testemunhas:
1. *[Signature]*

Jair Francisco Pereira Bastos
RG n.º 5.935.314-4 PR

2. *[Signature]*

Dorival de Jesus Lopes
RG n.º 28.675.735-7 SP

[Signature]

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 08/06/2000
SOB O NÚMERO: 41 2 0435375 4
Protocolo: 00/124824-3

[Signature]

Cartório Mercês
ANDRÉIA BORDIN JACCO SANTOS - TABELA
Av. Manoel Dias 1309 F. 135-1112
20 JUL 2000 PARANÁ
Este documento foi fotocopiado e reproduzido
do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

À Comissão de ciência, Tecnologia, inovação
Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 86, DE 2008

**Aprova o ato que outorga permissão
à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço
de radiodifusão sonora em frequência
modulada na cidade de Catarina, Estado
do Ceará.**

O Congresso Nacional, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 165 de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catarina, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 645, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

o ato constante da Portaria nº 165, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catarina, Estado do Ceará.

Brasília, 28 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 55 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 53/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Catarina, Estado do Ceará.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de

junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Serrote Ltda. (Processo nº 53650.000657/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 165, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000657/2000, Concorrência nº

053/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC Nº 379, de 16 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Catarina, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
CONTRATUAL DA SOCIEDADE COMERCIAL DENOMINADA
RÁDIO FM SERROTE LTDA**

RESUMO

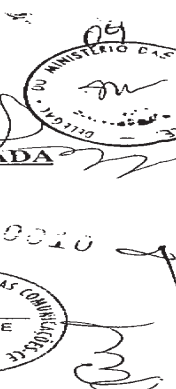
I. MUDANÇA DE ENDERECO

I - PREÂMBULO

Por este instrumento particular, **SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**, Brasileiro, Solteiro, Maior, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont nº 7.797 – Aptº 501 - Dunas, portador da identidade profissional nº 5.267, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará – OAB/CE, inscrito no CPF sob o número 122.358.143 – 87 e **LUIS MOURA DA COSTA**, Brasileiro, Divorciado, Representante Comercial, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dr. Ratisbona nº 175 – Fátima, portador da cédula de identidade RG Nº 97002597174 – S.S.P./CE, inscrito no CPF sob o número 041.309.872 - 91, sócios componentes da **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Pacatuba, Estado do Ceará, na Avenida José Guilherme nº 566 – Nova Pavuna, com instrumento de contrato social arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 23200852689, em sessão de 30 de Março de 2.000, **RESOLVEM**, de comum e pleno acordo, **ALTERAR PELA PRIMEIRA VEZ** o contrato social de constituição, deliberando e convencionando o seguinte:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 12 DEZ 2002



IN 232.155.525

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES
2
1100011

(Continuação do 1º aditivo ao contrato social de constituição da
RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 02)

SECRETARIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Fl. 11
SERROTE

II - DELIBERAÇÕES

II.1.) MUDANÇA DE ENDEREÇO

II.1.a.) Ocorre nesta oportunidade a mudança da sede da sociedade para o seguinte endereço:
**AVENIDA JOSÉ GUILHERME Nº 566 -
LOJA 07 - CENTRO COMERCIAL -
NOVA PAVUNA
PACATUBA - CE
CEP: 61800-000**

Handwritten signature and scribbles.

II.1.b.) - Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato social de constituição que não tenham sido alteradas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas ora alteradas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

Fortaleza (CE), 02 de Maio de 2.000

→ **SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**

→ **LUIS MOURA DA COSTA**

Handwritten signature and scribbles.

Handwritten mark.

SELO DE AUTENTICIDADE
A presente cópia fotostática original exibida nestas notas referida é verdadeira. Dou fé.
Fortaleza, 02 de Maio de 2000.
11 8 JUL 2000
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFIRMAÇÃO
AA 000256337

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 12 DEZ 2008

(Continuação do 1º aditivo ao contrato social de constituição da RÁDIO FM SERROTE LTDA – fl. 03)

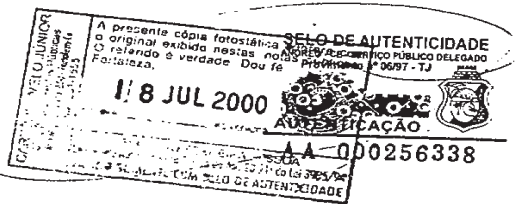


000012

TESTEMUNHAS:

[Handwritten Signature]
1. CRISTIANO LIMA DE MENEZES
RG Nº 90002160094 – S.S.SP./CE

[Handwritten Signature]
2. FRANCISCO FIRMIANO BRAGA
RG Nº 8905002007306 – S.S.P/CE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
12 DEZ 2002

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2008**

(Nº 471/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 7 de dezembro de 2006, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 9 de setembro de 2003, a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.114, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 7 de dezembro de 2006, que “Renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul”.

Brasília, 15 de dezembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 433 EM

Brasília, 12 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão em sons e imagens, no Município de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

2. A Requerente recebeu a outorga, originariamente, pelo Decreto nº 96.666, de 8 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 1988.

3. Pretende a Requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 15 (quinze) anos, a partir de 9 de setembro de 2003.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão

é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.001106/2003, que lhe deu origem.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa.**

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001106/2003,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 9 de setembro de 2003, a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. pelo Decreto nº 96.666, de 8 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

TELEVISÃO PONTA PORÃ LTDA

CNPJ/MF sob n.º. 24.612.251/0001-95
NIRE: 5420035360 2

8ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular:

ANTONIO CARLOS MOREIRA TURQUETO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.801.695 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 537.838.168-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, na Rua Profª Lucinda Alves de Carvalho, 380 – Chácara Flora;

FÁBIO JORGE CASTELLO ZAHRAN, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 873.873 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 294.259.641-49, residente e domiciliado na cidade de Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Igará, 106 – Jardim Itanhangá Park;

ANA KARLA PELUFFO ZAHRAN GEORGES, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 496.275 SSP/MS e inscrita no CPF/MF sob o nº 608.168.211-00, residente e domiciliada na cidade de Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua São Vicente, 330 – Jardim São Bento;

Na qualidade de quotista representando a totalidade do capital social da **TELEVISÃO PONTA PORÃ LTDA**, com sede na cidade de PONTA PORÃ – Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Rafael Bandeira Teixeira, 654, Bairro Santa Luzia, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 24.612.251/0001-95, com ato constitutivo, arquivada na JUCEMS sob NIRE nº. 5420035360 2 em sessão de 27.09.1988 e posteriores alterações, sendo a última arquivada sob nº. 54059814 em 04.12.1997, resolvem de comum acordo alterar o Contrato Social, conforme as seguintes cláusulas e disposições:

1. Deliberam os quotistas alterar o endereço da Filial da cidade de Três Lagoas - Mato Grosso do Sul para Rua David Alexandria e Souza, 1685 – Bairro Vila Nova, passando o Parágrafo Único da Cláusula 2ª a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA 2ª

PARÁGRAFO ÚNICO – A sociedade mantém filiais, com capital autônomo de R\$. 100,00 (cem reais), cada uma:



- a) Filial na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Joaquim Alves Teixeira, 3.555 - Bairro Jardim Paulista;
- b) Filial na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua David Alexandria e Souza, 1685 – Bairro Vila Nova

2. Deliberam os quotistas alterar as redações das Cláusulas 12ª e 13ª do Contrato Social, que passam a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA 12ª

O exercício social tem início em 1º de Janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaborados balanços e demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os lucros apurados em balanços terão a destinação que for determinada pela maioria dos sócios, havendo prejuízo, os mesmos ficarão em suspenso na contabilidade para serem compensados no(s) exercício(s) seguinte(s).

CLÁUSULA 13ª

A sociedade poderá elaborar balanços semestrais ou abrangendo períodos menores, para efeito de distribuição de lucros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os lucros apurados em balanços anuais, semestrais ou abrangendo períodos menores terão a destinação que lhes for determinada pelos sócios.

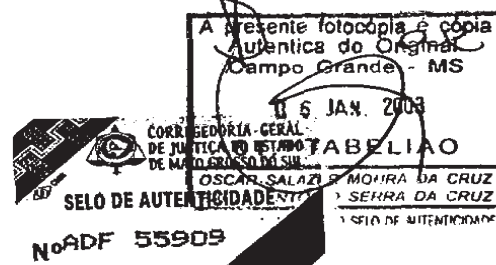
PARÁGRAFO SEGUNDO: Os sócios, em reunião, poderão determinar sobre a distribuição dos lucros proporcional ou desproporcionalmente à participação de cada um deles no Capital Social e ou decidirão acerca da conveniência de serem distribuídos aos sócios os juros sobre o capital próprio, respeitadas as determinações legais.

Tendo em vista as alterações acima deliberadas, aprovam a CONSOLIDAÇÃO do CONTRATO SOCIAL com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL DA TELEVISÃO PONTA PORÃ LTDA

CLÁUSULA 1ª

A TELEVISÃO PONTA PORÃ LTDA., é uma sociedade comercial por quota de responsabilidade limitada, com sede em PONTA PORÃ, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Rafael Bandeira Teixeira, 654 - Bairro Santa Luzia, cujo contrato constitutivo foi registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL sob nº. 5420035360 2 em sessão de 27.09.1988, onde também se acham arquivadas as alterações posteriores.



PARÁGRAFO ÚNICO – A sociedade adotará, como nome de fantasia a expressão “TV SULAMERICA”.

CLÁUSULA 2º

A sociedade poderá, a todo tempo criar, montar, transferir ou extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios de contato e representações, depósitos, terminais e estabelecimentos de gênero, em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro, a cada um dos quais atribuirá capital em separado, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – A sociedade mantém filiais, com capital autônomo de R\$. 100,00 (cem reais), cada uma:

- a) Filial na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Joaquim Alves Teixeira, 3.555 - Bairro Jardim Paulista;
- b) Filial na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua David Alexandria e Souza, 1685 – Bairro Vila Nova

CLÁUSULA 3ª

Constitui o objeto social, a instalação de televisão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas comerciais e atividades correlatas, mediante concessão ou permissão do Governo Federal, em completo acordo com a legislação específica regedora da matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO – A sociedade por todos os seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, os regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referente às emissoras de televisão.

CLÁUSULA 4ª

A duração da sociedade é por tempo indeterminado

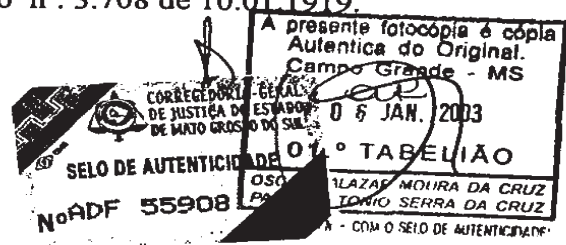
CLÁUSULA 5ª

O Capital Social, totalmente integralizado é de R\$. 600.000,00 (seiscentos mil reais), dividido em 600.000 (seiscentas mil) quotas iguais e indivisíveis no valor de R\$. 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

QUOTISTAS

	<u>Nº.QUOTAS</u>	<u>VLR. R\$</u>
ANTONIO CARLOS MOREIRA TURQUETO	200.000	200.000,00
FABIO JORGE CASTELLO ZAHRAN	200.000	200.000,00
ANA KARLA PELUFFO ZAHRAN GEORGES	200.000	200.000,0
TOTAL	600.000	600.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – A responsabilidade dos sócios é limitado ao montante do capital social, nos termos do Artigo 2º “in fine” do Decreto nº. 3.708 de 10.01.1919.



CLÁUSULA 6ª

A administração da sociedade competirá a um Diretor Gerente, que deverá necessariamente, ser sócio quotista, sendo o cargo atribuído, neste ato, ao sócio **ANTONIO CARLOS MOREIRA TURQUETO**.

CLÁUSULA 7ª

Ao Diretor Gerente, cabe firmar todos os documentos que resultem em responsabilidade para com a sociedade, tais como: conta bancária, operações de créditos, aceite ou endosso de títulos, vendas ou cumpras de imóveis, máquinas, utensílios e outros documentos referentes à sociedade, inclusive assinatura de cheques.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá, o Diretor Gerente, outorgar procurações específicas para os fins previstos nesta cláusula, devendo o outorgado ser brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA 8ª

É expressamente proibida a prestação de fianças, bem como assunção de responsabilidade por avais, cauções, endossos de favor ou de atos semelhantes, em nome da sociedade, em se tratando de negócios a ela estranhos, ou o uso de seus nomes para fins incompatíveis com o objetivo social, exceto quanto à garantia for dada para compromissos de sociedades das quais participem sócios desta sociedade.

CLÁUSULA 9ª

O “pró-labore” mensal será estabelecido e concedido observada periodicidade e procedimento de acordo com as normas legais vigentes.

CLÁUSULA 10ª

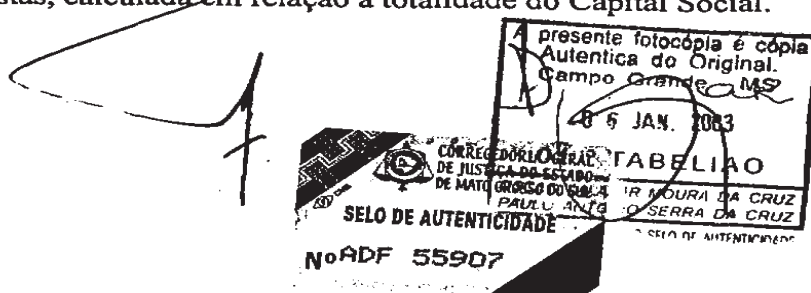
A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, independentemente da denominação ou cargos que ocupem (gerentes, administrador, procurador, etc).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para os cargos de locutor, operador e encarregado das instalações da sociedade, só serão admitidos brasileiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ressalvado o disposto no “caput” e no Parágrafo Primeiro, o quadro de pessoal será sempre constituído ao menos, de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros.

CLÁUSULA 11ª

O presente Contrato Social, poderá ser alterado, no todo ou em partes, por deliberação da maioria absoluta dos quotistas, calculada em relação à totalidade do Capital Social.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – O instrumento de alteração do contrato será assinado, necessariamente, por sócios que representem a maioria absoluta acima referida. Havendo sócios divergentes ou ausentes, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para fim de arquivamento no registro do comércio e ressalva dos direitos dos interessados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Assiste ao sócio que divergir da alteração do contrato social a faculdade de retirar-se da sociedade mediante o reembolso da quantia correspondente ao valor de suas quotas, desde que o reclame à sociedade no prazo de 30 (trinta) dias da data do arquivamento da alteração no registro do comércio, através de notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sociedade, por todos os seus sócios, se obriga a não efetuar qualquer alteração contratual, sem que tenha para isso, obtida prévia autorização dos poderes públicos competentes, quando for o caso

CLÁUSULA 12ª

O exercício social tem início em 1º de Janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaborados balanços e demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os lucros apurados em balanços terão a destinação que for determinada pela maioria dos sócios, havendo prejuízo, os mesmos ficarão em suspenso na contabilidade para serem compensados no(s) exercício(s) seguinte(s).

CLÁUSULA 13ª

A sociedade poderá elaborar balanços semestrais ou abrangendo períodos menores, para efeito de distribuição de lucros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os lucros apurados em balanços anuais, semestrais ou abrangendo períodos menores terão a destinação que lhes for determinada pelos sócios.

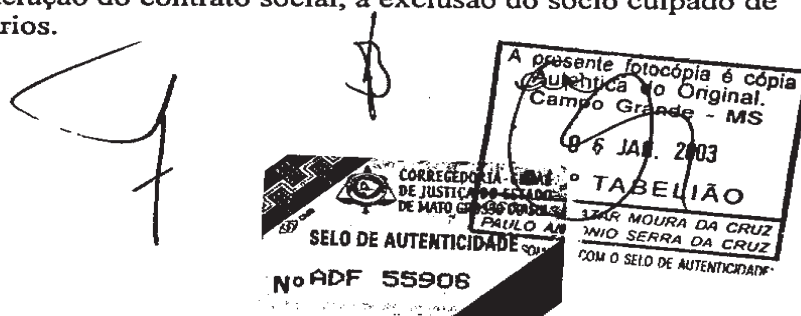
PARÁGRAFO SEGUNDO - Os sócios, em reunião, poderão determinar sobre a distribuição dos lucros proporcional ou desproporcionalmente à participação de cada um deles no Capital Social e ou decidirão acerca da conveniência de serem distribuídos aos sócios os juros sobre o capital próprio, respeitadas as determinações legais.

CLÁUSULA 14ª

A distribuição de lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento da emissora.

CLÁUSULA 15ª

É reconhecido aos sócios representando 2/3 (dois terços) do capital social o direito de promoverem, mediante simples alteração do contrato social, a exclusão do sócio culpado de grave violação dos deveres societários.



PARÁGRAFO ÚNICO – Considera-se grave violação dos deveres societários, para efeito deste artigo:

- a. abuso, prevaricação ou incontinência de conduta;
- b. concorrência desleal à sociedade;
- c. infração ou falta de exato cumprimento dos deveres de sócios ou administradores;
- d. obsenteísmo prolongado, sem motivo justificado;
- e. inimizade ou incompatibilidade com os demais sócios;
- f. decretação de falência, concordata ou instalação do concurso de credores.

CLÁUSULA 16ª

A sociedade não se dissolverá pelo falecimento, incapacidade, retirada ou exclusão de qualquer dos sócios. Em caso de falecimento, a sociedade continuará com os herdeiros, os quais, até a partilha, serão representados pelo inventariante, podendo os respectivos herdeiros, continuarem a fazer parte integrante da sociedade e, em caso de preferirem se retirar, o pagamento de suas quotas será feito com base de 20% (vinte por cento), à vista e o restante, em 24 (vinte e quatro) prestações consecutivas e iguais, acrescidas de juros de 12% (doze por cento), ao ano sobre o saldo devedor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor do reembolso das quotas do sócio falecido, retirante ou excluído, será determinado pela divisão do ativo líquido da sociedade pelo número de quotas do capital social, efetuando-se o pagamento de maneira acima disposta, e contando-se o prazo a partir da alteração contratual que refletir o falecimento, retirada ou exclusão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O reembolso será efetuado com base no último balanço geral. Caso este tenha sido levantado há mais de 120 (cento e vinte) dias, será levantado balanço específico para os efeitos do reembolso.

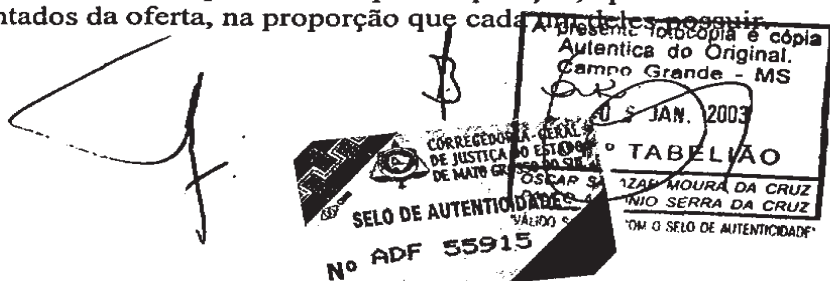
CLÁUSULA 17ª

Nos termos do Artigo 222 da Constituição Federal, as quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros, a brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos ou para pessoas jurídicas que não atendam ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do mesmo Artigo 222, não podendo realizar qualquer transferência de quotas ou qualquer alteração contratual, ser efetuada sem prévia autorização do Governo Federal, quando for o caso.

CLÁUSULA 18ª

Observado o disposto na Cláusula anterior, é expressamente vedado, a qualquer sócio, ceder ou transferir sua quotas, no todo ou em parte, sem o expresse consentimento dos demais sócios, indistintamente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Autorizada a qualquer sócio a alienação de quotas conforme previsto nesta Cláusula, os demais terão preferência para aquisição, que será exercida dentro de 30 (trinta) dias, contados da oferta, na proporção que cada um deles possuir.



CLÁUSULA 19ª

A dissolução ou liquidação da sociedade será efetuada de acordo com as normas legais pertinentes.

CLÁUSULA 20ª

Fica eleito o foro de PONTA PORÃ - Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir dúvidas ou questões do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Os sócios quotistas, declaram para os devidos fins, que não estão incursos em quaisquer crimes que os proíbam de exercerem atividades mercantis.

É, por estarem todas as partes, de perfeito acordo, assinam, este instrumento, lavrado em 03 (três) vias, juntamente com as testemunhas subscritas.

PONTA PORÃ (MS), 12 de janeiro de 2.001.

[Handwritten Signature]
ANTONIO CARLOS MOREIRA TURQUETO

[Handwritten Signature]
FABIO TORGE CASTELLO ZAHRAH

[Handwritten Signature]
ANA KARLA PELUFFO ZAHRAH GEORGES

TESTEMUNHAS

[Handwritten Signature]
OSVALDO RODRIGUES DA SILVA
 RG. 01.987.205 - SSP/MS
 CPF. 557.657.188-68

[Handwritten Signature]
SOLANGE AUXILIADORA ZEDE
 RG. 3707 - OAB/MS
 CPF. 160.372.601-25

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/09/2001
 SOB O NÚMERO: 54110843309
 Protocolo: 01/039764-7
 Empresa: 44280035560
 Nivaldo Domingos da Rocha
 SECRETÁRIO GERAL

A presente fotocópia é cópia Autêntica do Original.
 Campo Grande - MS
 05 JAN 2003

SELO DE AUTENTICIDADE
 Nº ADF 55914

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 88, DE 2008**

(Nº 482/2008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização
à Associação de Rádio Comunitária Cristo
Rei – ARCREI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 723 de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei – ARCREI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 449, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 723, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei – ARCREI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso.

Brasília, 3 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 677 EM

Brasília, 22 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei ARCREI, no Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53690.001133/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

**PORTARIA Nº 7 2 3, DE 23 DE
OUTUBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.001133/1998 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1.886 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei – ARCREI, com sede na Rua Ana Francisca de Barros, nº 373, Bairro Cristo Rei, no município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º36'23"S e longitude em 56º06'18"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 100 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.690.001.133-98,
protocolizado em 23/10/1998.

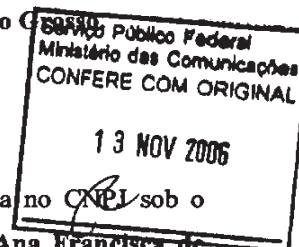
OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação de Rádio Comunitária Cristo
Rei – ARCREI, município de Várzea
Grande, Estado do Mato Grosso

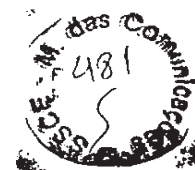
I - INTRODUÇÃO

1. A Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei – ARCREI inscrita no CNPJ sob o número 02.415.774/0001-09, no Estado do Mato Grosso, com sede na Rua Ana Francisca de Barros, nº 373 – Bairro Cristo Rei, município de Várzea Grande, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 23 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09/09/1999** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



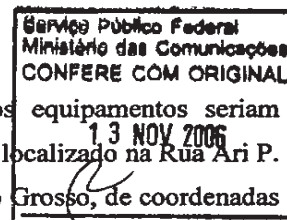
3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Ari P. Barreto, s/nº - Cristo Rei, no município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, de coordenadas geográficas em 15°38'62"S de latitude e 56°06'37"W de longitude. **Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise.**



6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 71, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados**

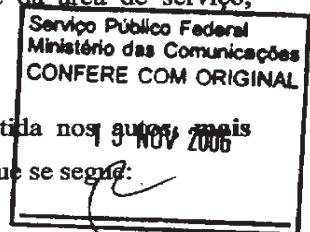
7. Considerando a **seleção desta requerente** , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das



seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “a”, “b”, “c”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 76 a 478).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 398, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 445 e 446. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 479, dos autos, corresponde ao que se segue:



- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da

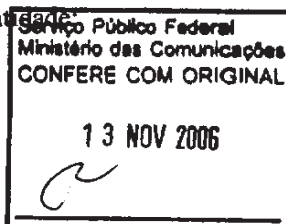


Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome
Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei – ARCREI
- quadro diretivo



NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Alberides Alves da Silva	Presidente
Manoel Teotônio Gonçalves	Vice-Presidente
Ana Deise Campos de França	1º Secretária
Adilson Rodrigues Lopes	2º Secretária
José Costa Assis	1º Tesoureiro
Elisângela da Silva Nepomuceno	2º Tesoureiro
Airton Rodrigues Lopes	1º Dir. Patrimônio
Djalma Samuel Rodrigues	2º Dir. Patrimônio

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio
Rua Professora Isabel Pinto, nº 65 A, Bairro Cristo Rei, município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso.
- coordenadas geográficas
15°36'23" de latitude e 56°06'18" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 445 e 446, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 398 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de



Rádio Comunitária Cristo Rei – ARCREI no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53.690.001.133-98** de 23 de outubro de 1998.

Brasília, 07 de Abril de 2006.

Sibela Matias
Relator da conclusão Jurídica

Neide Aparecida da Silva
Relator da conclusão Técnica
Neide Aparecida da Silva
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 10 de abril de 2006.

Sibela Matias
SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS
Coordenadora

De acordo.

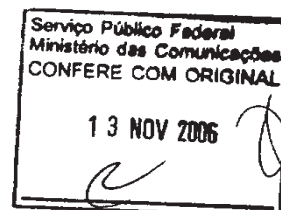
À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de de 2006.

Carlos Alberto Freire Resende
CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 100/ 2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Joanilson L. B. Ferreira
JOANILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica



À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 80 a 88, de 2008**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, 2007 do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado e projeto de resolução que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008

Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional, decreta:

Art. 1º O atendimento médico da criança e do adolescente pelo Sistema Único de Saúde terá por objetivos a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento do ser humano nessa faixa etária.

§ 1º Os objetivos referidos no **caput** deste artigo deverão ser alcançados por meio de ações educativas e preventivas destinadas a impedir a ocorrência de agravos à saúde que ponham em risco o êxito do processo de crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes; ações diagnósticas e terapêuticas requeridas para o tratamento dos agravos que venham a acometê-los; e ações voltadas para a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

§ 2º As ações preventivas e educativas serão objeto de atendimentos médicos regulares para cuidados com a saúde, enquanto as ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação do crescimento e desenvolvimento inscrever-se-ão no conceito de atendimentos médicos curativos.

§ 3º Os atendimentos médicos curativos serão garantidos em quantidade e qualidade necessárias ao diagnóstico e tratamento completo de todos os agravos à saúde de crianças e adolescentes, bem como à recuperação plena do seu crescimento e desenvolvimento, seja em consultas ambulatoriais, seja em regime de pronto atendimento ou internação hospitalar, conforme tabela do Anexo I, desta Lei.

Art. 2º Os atendimentos para cuidado com a saúde dos grupos etários definidos nesta lei deverão incluir obrigatoriamente os seguintes componentes:

I – avaliação do estado nutricional da criança pelos indicadores clínicos definidos pelo Ministério da Saúde;

II – avaliação da história alimentar;

III – avaliação da curva de crescimento pelos parâmetros antropométricos adotados pelo Ministério da Saúde;

IV – estado vacinal segundo o calendário oficial de vacinas do Ministério da Saúde;

V – avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor;

VI – avaliação do desempenho escolar e dos cuidados dispensados pela escola;

VII – avaliação do padrão de atividades físicas diárias conforme parâmetros recomendados pelo Ministério da Saúde;

VIII – exame da capacidade visual;

IX – avaliação das condições do meio ambiente conforme roteiro do Ministério da Saúde;

X – avaliação dos cuidados domiciliares dispensados à criança;

XI – avaliação do desenvolvimento da sexualidade;

XII – avaliação quantitativa e qualitativa do sono;

XIII – avaliação da função auditiva;

XIV – avaliação da saúde bucal.

§ 1º – O especialista em pediatria deverá orientar os pais ou responsáveis sobre os cuidados recomendados para cada item do atendimento, além de registrar, no respectivo prontuário, as orientações fornecidas.

§ 2º Para garantir o acesso da criança e do adolescente ao atendimento multidisciplinar, os cuidados que fujam à competência do especialista em pediatria de que trata esta lei serão por ele requeridos ao profissional da área de saúde pertinente, mediante encaminhamento à respectiva operadora.

Art. 3º Os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes terão a responsabilidade de ensinar-lhes os atendimentos médicos para cuidados com a saúde previstos no cronograma estabelecido nesta lei.

§ 1º A unidade de saúde responsável pelo atendimento deverá comunicar à família, com a antecedência de um mês, os atendimentos médicos previstos para cuidados com a saúde.

§ 2º A unidade de saúde responsável pelo atendimento manterá os registros dos atendimentos para cuidados com a saúde para efeito do controle operacional pretendido.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Tabela de freqüência e regularidade dos atendimentos para cuidado com a saúde de crianças e adolescentes

Lactente 0-2 anos	Pré-escolar 2-4	Escolar 5-10 anos	Adolesc. 11-19
Pré-natal	15 meses	5 anos	11 anos
Neonatal	18 meses	6 anos	12 anos
1ª semana	24 meses	7 anos	13 anos
1 mês	30 meses	8 anos	14 anos
2 meses	36 meses	9 anos	15 anos
3 meses	42 meses	10 anos	16 anos
4 meses	48 meses		17 anos
5 meses			18 anos
6 meses			19 anos
9 meses			
12 meses			

Justificação

Os estudos epidemiológicos mais recentes demonstram que a prevenção eficaz da maior parte das doenças que acometem a população adulta na atualidade deve ser feita na infância. Vale dizer, no organismo em processo de crescimento e desenvolvimento, período durante o qual é possível a detecção precoce de tendências a desvios evolutivos, orgânicos, psicológicos e comportamentais passíveis de serem corrigidas a tempo para garantir a normalidade na idade madura.

Além disso, configura-se, com evidência crescente, a primazia do valor das ações preventivas e educativas quando se busca a melhor estratégia de promoção plena da saúde das pessoas. Embora de utilidade inquestionável, os atos curativos não podem preponderar sobre os preventivos. São importantes como recurso de recuperação da saúde, mas representam, na maioria das vezes, custos e procedimentos complexos que poderiam ter sido evitados no interesse do bem estar do indivíduo e na racionalidade que se passa a exigir dos gastos no setor saúde.

Os conhecimentos adquiridos nos distintos modelos econômicos vivenciados pela sociedade humana revelam, com a força de um verdadeiro postulado, que investir em saúde e educação da primeira infância é o melhor caminho para o avanço social e econômico de qualquer nação. Sem a adoção de tal prioridade, o Brasil continuará a insistir em escolhas equivocadas

e a desperdiçar recursos sem perspectiva de fazer as mudanças que o sintonizem com as tendências científicas do presente.

O atendimento médico da população infantil e adolescente do país persiste na rota do atraso, no ranço do modelo ultrapassado. A sociedade encontra-se em nítida transição para a era pós-industrial, com demandas em inegável transformação, a requerer respostas ágeis e qualificadas das instituições e sistemas de atendimento. Avança a dimensão do componente preventivo, cuja relevância sobrepõe-se à das práticas curativas que prevaleceram na era industrial.

A própria sociedade já se deu conta do progresso que se projeta nos novos rumos da saúde. Com efeito, pesquisa realizada em setembro de 2006 pelo Instituto Datafolha comprova-o com muita clareza. A amostra populacional estudada foi composta por mães que vivem nas capitais dos estados brasileiros, classificadas nos quatro estratos socioeconômicos tradicionais. Quase 70% delas reivindica o direito de levar suas crianças ao pediatra quando estejam saudáveis, não quando estejam doentes. Além disso, 97% delas querem que seus filhos sejam atendidos pelo pediatra. Defendem, ademais, uma média de seis consultas anuais para atendimentos pediátricos de cuidados com a saúde.

Assim, as condições para a transformação de mentalidade que se impõe no campo da assistência à saúde estão postas. Os conhecimentos científicos que a sustentam são irrecusáveis. A sociedade civil

não tem mais dúvida da validade de que se reveste o modelo de cuidado com a saúde. A mudança na lógica de atenção à saúde de crianças e adolescentes revela-se, pois, inadiável.

O presente projeto de lei representará um ganho econômico indiscutível para o SUS, na medida em que impacto na redução de internações hospitalares e na utilização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos significará grande economia de recursos financeiros. Mas, representará, acima de tudo, um ganho imensurável na qualidade de vida da infância, da adolescência e, conseqüentemente, da população em idade produtiva da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senadora **Patrícia Saboya**.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2008

Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

O Congresso Nacional, decreta:

Art. 1º O atendimento médico da criança e do adolescente pelas operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde terá por objetivos a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento do ser humano nessa faixa etária.

§ 1º Os objetivos referidos no caput deste artigo deverão ser alcançados por meio de ações educativas e preventivas destinadas a impedir a ocorrência de agravos à saúde que ponham em risco o êxito do processo de crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes; ações diagnósticas e terapêuticas requeridas para o tratamento dos agravos que venham a acometê-los; e ações voltadas para a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

§ 2º As ações preventivas e educativas serão objeto de atendimentos médicos regulares para cuidados com a saúde, enquanto as ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação do crescimento e desenvolvimento inscrever-se-ão no conceito de atendimentos médicos curativos.

§ 3º Os atendimentos médicos para cuidados com a saúde de que trata esta lei serão assegurados

com a frequência e a regularidade definidas em função da faixa etária de crianças e adolescentes, cobertos pelas operadoras de planos e seguros de saúde e pelas cooperativas médicas.

§ 4º Os atendimentos médicos curativos serão garantidos pelas operadoras, em quantidade e qualidade necessárias ao diagnóstico e tratamento completo de todos os agravos à saúde de crianças e adolescentes, bem como à recuperação plena do seu crescimento e desenvolvimento, seja em consultas ambulatoriais, seja em regime de pronto atendimento ou internação hospitalar.

Art. 2º Os atendimentos médicos de crianças e adolescentes deverão ser feitos por portadores de título de especialista em pediatria reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 3º O valor de remuneração do médico pelo atendimento para cuidados com a saúde será sempre maior que o da remuneração atribuída ao atendimento médico curativo.

Parágrafo único. A frequência e a regularidade dos atendimentos para cuidados com saúde obedecerão aos marcos cronológicos indicados na Tabela do Anexo I, desta Lei.

Art. 4º Os atendimentos para cuidado com a saúde dos grupos etários definidos nesta lei deverão incluir obrigatoriamente os seguintes componentes:

- I – avaliação do estado nutricional da criança pelos indicadores clínicos definidos pelo Ministério da Saúde;
- II – avaliação da história alimentar;
- III – avaliação da curva de crescimento pelos parâmetros antropométricos adotados pelo Ministério da Saúde;
- IV – estado vacinal segundo o calendário oficial de vacinas do Ministério da Saúde;
- V – avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor;
- VI – avaliação do desempenho escolar e dos cuidados dispensados pela escola;
- VII – avaliação do padrão de atividades físicas diárias conforme parâmetros recomendados pelo Ministério da Saúde;
- VIII – exame da capacidade visual;
- IX – avaliação das condições do meio ambiente conforme roteiro do Ministério da Saúde;
- X – avaliação dos cuidados domiciliares dispensados à criança;
- XI – avaliação do desenvolvimento da sexualidade;
- XII – avaliação quantitativa e qualitativa do sono;

XIII – avaliação da função auditiva;

XIV – avaliação da saúde bucal.

§ 1º O especialista em pediatria deverá orientar os pais ou responsáveis sobre os cuidados recomendados para cada item do atendimento, além de registrar, no respectivo prontuário, as orientações fornecidas.

§ 2º Para garantir o acesso da criança e do adolescente ao atendimento multidisciplinar, os cuidados que fujam à competência do especialista em pediatria, de que trata esta lei, serão por ele requeridos ao profissional da área de saúde pertinente, mediante encaminhamento à respectiva operadora.

Art. 5º Os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes terão a responsabilidade de ensejar-lhes os atendimentos médicos para cuidados com a saúde previstos no cronograma estabelecido no Anexo I.

§ 1º A operadora deverá comunicar à família, com a antecedência de um mês, os atendimentos médicos previstos para cuidados com a saúde.

§ 2º Cada falta a um atendimento programado pela operadora para cuidados com a saúde levará à perda, pela criança ou adolescente, da cobertura de um atendimento curativo pela respectiva operadora.

§ 3º A operadora manterá os registros dos atendimentos para cuidados com a saúde para efeito de controle operacional pretendido.

Art. 6º As consultas de crianças e adolescentes constantes no Anexo I, desta Lei, não poderão estar abrangidas pelo prazo de carência para marcação de consultas.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Tabela de freqüência e regularidade dos atendimentos para cuidado com a saúde de crianças e adolescentes

Lactente 0-2 anos	Pré-escolar 2-4	Escolar 5-10 anos	Adolesc.11-19
Pré-natal	15 meses	5 anos	11 anos
Neonatal	18 meses	6 anos	12 anos
1ª semana	24 meses	7 anos	13 anos
1 mês	30 meses	8 anos	14 anos
2 meses	36 meses	9 anos	15 anos
3 meses	42 meses	10 anos	16 anos
4 meses	48 meses		17 anos
5 meses			18 anos
6 meses			19 anos
9 meses			
12 meses			

A própria sociedade já se deu conta do progresso que se projeta nos novos rumos da saúde. Com efeito, pesquisa realizada em setembro de 2006 pelo Instituto Datafolha comprova-o com muita clareza. A amostra populacional estudada foi composta por mães que vivem nas capitais dos estados brasileiros, classificadas nos quatro estratos socioeconômicos tradicionais. Quase 70% delas reivindicam o direito de levar suas crianças ao pediatra quando estejam saudáveis, não quando estejam doentes. Além disso, 97% delas querem que seus filhos sejam atendidos pelo pediatra. Defendem, ademais, uma média de seis consultas anuais para atendimentos pediátricos de cuidados com a saúde.

Assim, as condições para a transformação de mentalidade que se impõe no campo da assistência à saúde estão postas. Os conhecimentos científicos que a sustentam são irrecusáveis. A sociedade civil não tem mais dúvida da validade de que se reveste o modelo de cuidado com a saúde. A mudança na lógica de atenção à saúde de crianças e adolescentes revela-se, pois, inadiável.

O presente projeto de lei representará um ganho econômico indiscutível para o SUS, para as operadoras da saúde suplementar. O impacto na redução de internações hospitalares e na utilização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos significará grande economia de recursos financeiros. Mas, representará, acima de tudo, um ganho imensurável na qualidade de vida da infância, da adolescência e, conseqüentemente, da população em idade produtiva da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senadora **Patrícia Saboya**..

(As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e a de assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2008

Altera os artigos 270 e 288 e acrescenta artigo 376-A ao Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer rito de tramitação dos tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os artigos 270 e 288, do Regimento Interno do Senado Federal, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 270. As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de discussão e votação, salvo disposição constitucional em contrário.

Art. 288. As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros (Const., art 47), salvo nos seguintes casos, em que serão:

I –

II – por voto favorável de três quintos da composição da Casa, nas hipóteses previstas na Constituição (art. 5º, §3º e 60, § 2º da Constituição);

.....”(NR)

Art. 2º Acrescente-se ao Regimento Interno do Senado Federal o artigo 376-A, com a seguinte redação:

“Art. 376– A. O projeto de decreto legislativo relativo a tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos, aprovado na Câmara dos Deputados nos termos do art. 50, § 30 da Constituição Federal, terá a seguinte tramitação:

I – só terá iniciado o seu curso se cumpridas as exigências estipuladas no inciso 1 do art. 376 deste Regimento Interno.

II – lido no Período do Expediente será o projeto publicado e distribuído em avulsos, acompanhado dos textos referidos no inciso 1 do art. 376, e despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos e Relações Exteriores e Defesa Nacional;

III – A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se pronunciará sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto, bem como sobre a pertinência em equivaler o tratado ou a convenção à emenda constitucional.

IV – As Comissões de Direitos Humanos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional se pronunciarão sobre o mérito do projeto.

§ 1º Após o pronunciamento das comissões, o tratado ou convenção Internacional

sobre direitos humanos, objeto do projeto de decreto legislativo, será submetido à votação em Plenário, considerando-se aprovado com equivalência às emendas constitucionais se obtiver, em dois turnos, três quintos de votos favoráveis.

§ 2º Caso o tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos não obtenha, em dois turnos, três quintos de votos favoráveis, será considerado aprovado com equivalência às leis ordinárias, desde que alcançada a maioria simples de votos.

§ 3º Aprovado o decreto legislativo, será ele promulgado e publicado pelo Presidente do Senado e encaminhado ao Presidente da República.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Emenda Constitucional nº 45/2004, dentre outras inovações, estabeleceu nova regra para a incorporação de direitos humanos ao direito brasileiro. A mudança constitucional, além de exigir intenso aprofundamento do debate doutrinário quanto à conceitualização de direitos humanos, força o Senado Federal a adequar seu Regimento Interno, de modo que se estabeleça procedimento legislativo especial para a apreciação, discussão e deliberação dos decretos legislativos responsáveis pela constitucionalização de tratados internacionais de direitos humanos.

Tendo em vista o prescrito no parágrafo terceiro do artigo 50 da Constituição Federal, para que tratados dessa natureza tenham status de emenda constitucional devem passar por dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional e ser aprovados por três quintos dos votos em todas as votações.

Porém, deve ser ressaltada a inédita situação relacionada às possibilidades de diferentes limites de votos e o respectivo status adquirido pela norma. A questão para a qual este projeto pretende estabelecer regra é a de que, no caso dos tratados e convenções sobre direitos humanos, são admitidos dois patamares mínimos de votação, os quais determinarão a natureza jurídica da norma votada.

Note-se que, quando qualquer espécie normativa inicia sua tramitação no Congresso Nacional, sabe-se de antemão qual será o mínimo de votos necessários para sua aprovação, conforme sua natureza (Lei Ordinária, Lei Complementar, Emenda à Constituição, etc). Contudo, nesses casos de atos internacionais relativos a direitos humanos, supondo-se que não seja atingido o mínimo de 3/5 dos votos em qualquer um dos turnos

de votação, em qualquer uma das casas, segue normalmente a tramitação do tratado ou convenção, podendo ele, em caso de aprovação por maioria simples, adquirir o **status** de lei ordinária, ou ser rejeitado por completo, em caso de não atingimento do **quorum** mínimo.

Diante da inadiável necessidade de adequação regimental para prever todas essas situações, apresento Projeto de Resolução como contribuição para a concretização da positiva alteração constitucional que nos permite equiparar tratados e convenções de direitos humanos às emendas constitucionais, razão pela qual espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante**.

LEGISLAÇÃO CITADA

PARTE I

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIII

Da Apreciação Das Proposições

SEÇÃO I

Dos Turnos

Art. 270. As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição.

Parágrafo único. Havendo substitutivo integral, aprovado pelo Plenário no turno único, o projeto será submetido a turno suplementar.

SEÇÃO VI

Da Votação

Subseção I

Do Quorum

Art. 288. As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros (Const., art. 47), salvo nos seguintes casos, em que serão:

I – por voto favorável de dois terços da composição da Casa:

a) sentença condenatória nos casos previstos no art. 52, I e II, da Constituição;

b) fixação de alíquotas máximas nas operações internas, para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, **b**);

c) suspensão de imunidade de Senadores, durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 7º);

II – por voto favorável de três quintos da composição da Casa, proposta de emenda à Constituição (Const., art. 60, § 2º);

III – por voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa:

a) projeto de lei complementar (Const., art. 69);

b) exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República (Const., art. 52, XI);

c) perda de mandato de Senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º, da Constituição;

d) aprovação de nome indicado para Ministro do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 101, parágrafo único) e para Procurador-Geral da República (Const., art. 128, § 1º);

e) aprovação de ato do Presidente da República que decretar o estado de defesa (Const., art. 136, § 4º);

f) autorização para o Presidente da República decretar o estado de sítio (Const., art. 137, parágrafo único);

g) estabelecimento de alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Const., ad. 155, § 2º, IV);

h) estabelecimento de alíquotas mínimas nas operações internas (Const., art. 155, § 2º, V, a);

i) autorização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, mediante créditos suplementares ou especiais específicos (Const. art. 167, III);

j) aprovação de nome indicado para Defensor Público Geral;

k) (Revogado);

l) aprovação de nome indicado para o Conselho Nacional de Justiça (Const., art. 103-B, caput e § 2º);

m) aprovação de nome indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público (Const., ad. 130-A, caput);

IV – por voto favorável de dois quintos da composição da Casa, aprovação da não-renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (Const., art. 223, § 2º);

V – por maioria de votos, presentes um décimo dos Senadores, nos requerimentos compreendidos no art. 215, III.

§ 1º A votação da redação final, em qualquer hipótese, não está sujeita a quorum qualificado.

§ 2º Serão computados, para efeito de quorum, os votos em branco e as abstenções verificadas nas votações. (NR)

CAPÍTULO IV

Dos Projetos Referentes a Atos Internacionais (Const., art. 49, I)

Art. 376. O projeto de decreto legislativo referente a atos internacionais terá a seguinte tramitação:

I – só terá iniciado o seu curso se estiver acompanhado de cópia autenticada do texto, em português, do ato internacional respectivo, bem como da mensagem de encaminhamento e da exposição de motivos;

II – lido no Período do Expediente será o projeto publicado e distribuído em avulsos, acompanhado dos textos referidos no inciso I e despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

III – perante a Comissão, nos cinco dias úteis subseqüentes à distribuição de avulsos, poderão ser oferecidas emendas; a Comissão terá, para opinar sobre o projeto, e emendas, o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período;

IV – publicados o parecer e as emendas e distribuídos os avulsos, decorrido o interstício regimental, a matéria será incluída em Ordem do Dia;

V – não sendo emitido o parecer, conforme estabelece o inciso III, aplicar-se-á o disposto no art. 172, 11, c. (NR)

.....
O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica que fica aberto o prazo de cinco dias úteis perante a Mesa, para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 29, de 2008, lido anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2008** (nº 972/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) e dá outras providências.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 168/2008

Brasília, 5 de junho de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a minha indicação, como membro suplente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB, e do Bloco da Maioria

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa o Senador Valdir Raupp para integrar, como suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 160, DE 2008

Brasília 4 de junho de 2008

Senhor Presidente

Indico a Vossa Excelência o Deputado CELSO RUSSOMANNO (PP/SP) para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar conjuntado Mercosul, em vaga existente.

Atenciosamente, – Deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto**, líder do democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa o Deputado Celso Russomanno para integrar, como suplente, a Comissão de Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 122/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008.

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.811, de 2003, do Senado Federal (PLS nº 414/03 na Casa de Origem), o qual “Denomina Deputado Raul Belém o trecho da rodovia BR-050 compreendido entre a Ponte Wagner Estelita Campos (km 0), na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, e o Município de Uberlândia, em Minas Gerais’.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

Of. nº 123/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008.

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.438, de 2004, do Senado Federal (PLS nº 31/04 na Casa de Origem), o qual “Institui o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

Of. Nº 124/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008.

Assunto: Comunica envio de PL à sanção Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.849, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 122/05 na Casa de Origem), o qual “Institui o Dia Nacional da Voz”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

Of. nº 125/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008.

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.886, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 483/03 na Casa de Origem), o qual “Dispõe sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

Of. nº 126/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008.

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.889, de 2005, do

Senado Federal (PLS nº 319/04 na Casa de Origem), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o km 249 e o km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 127/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008.

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.105, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 283/04 na Casa de Origem), o qual “Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 128/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.427, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 201/05 na Casa de Origem), o qual “Dá a denominação de Viaduto Clifton Braga Nunes ao viaduto localizado na Rodovia BR-153, no Município de Gurupi, Estado do Tocantins”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 132/8/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.213, de 2001, do Senado Federal (PLS nº 93/01 na Casa de Origem), o qual “Denomina Rodovia Senador Silveira Martins o trecho

da rodovia BR-153 que liga a Cidade de Aceguá à Rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário

Of. nº 133/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro Secretário, Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.910, de 2001, do Senado Federal (PLS nº 74/01 na Casa de Origem), o qual “Denomina Paulo Curado trecho da Rodovia BR-235”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 134/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro Secretário, Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.169, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 216/01 na Casa de Origem), o qual “Denomina Prefeito Lebon Duvoisin o viaduto situado no Km 6 da Rodovia BR-101, no acesso ao Município de Garuva, Estado de Santa Catarina”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 135/08/OS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor primeiro-Secretário, Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.304, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 122/01 na Casa de Origem), o qual “Institui o Dia Nacional do Controle das Infecções Hospitalares”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 136 /08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário, Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.602, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 16/02 na Casa de Origem), o qual "Denomina Viaduto Senador Taciano Gomes de Mello o viaduto localizado no Km 617 da Rodovia BR-153, no Município de Morrinhos, Estado de Goiás."

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

Of. nº 137/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.956, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 74/02 na Casa de Origem), o qual "Denomina Ponte Olavo Brasil a ponte transposta sobre o Rio Arraia na BR-401, km 110, no Município de Bonfim, no Estado de Roraima".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 138/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.026, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 82/02 na Casa de Origem), o qual "Denomina Viaduto Ovídio José dos Santos o viaduto localizado no km 620 da rodovia BR-153, no Município de Morrinhos, no Estado de Goiás".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 139/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.196, de 2002, do

Senado Federal (PLS nº 152/02 na Casa de Origem), o qual "Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Pecuárta".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 140/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.453, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 250/02 na Casa de Origem), o qual "Dá o nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 141/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.332, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 96/06 na Casa de Origem), o qual "Denomina Rodovia Pintor Cícero Dias o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 142/08/PS-GSE

Brasília, 30 de maio de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.377, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 75/06 na Casa de Origem), o qual "Denomina Rodovia Engenheiro Fabiano Vivaqua o trecho da rodovia BR-482, entre o entroncamento com a BR-101 no Espírito Santo e a divisa com Minas Gerais".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 738, DE 2008

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do músico Antonio Alves, conhecido pelo nome artístico de Toinho Alves, ocorrido a 29 de maio, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências:
 - a seus familiares;
 - aos integrantes do Quinteto Violado;
 - a Prefeitura Municipal de Olinda.

Justificação

Pernambuco cultural, desde a madrugada de 29 de maio deste ano, se encheu do vazio com a morte Toinho Alves, músico, arranjador, compositor, voz, contrabaixo e fundador do Quinteto Violado. Chamado por Deus, deixou, ao ganhar, além da eternidade, também a imortalidade. Sua obra musical, inovadora, interpretativa da saga nordestina, contagiante, pelos acordes do frevo, foi – e sempre será – marca indelével de nossa pernambucanidade.

Toinho, em sua residência, em Jaboatão dos Guararapes, vitimado por um infarto fulminante, silenciou não somente sua voz e seu canto, mas igualmente seu contrabaixo. Os pernambucanos emudeceram sem a musicalidade emanada desse artista que vivenciou, por mais de quarenta anos, a vida sócio-cultural do Estado e do País.

Nascido em Garanhuns, agreste pernambucano, integrava uma família de músicos. Tal era seu pendor, aprendeu música antes de ser alfabetizado. No seu torrão natal, à semelhança de Joaquim Nabuco, sentiu o arrocho do berço, participou da Banda Municipal, havendo assimilado, com maestria, dos monges beneditinos, o gosto pelo canto.

No Recife exerceu, paradoxalmente, a profissão de Engenheiro Químico antes de fazer, de forma definitiva, a opção pela música, onde se consagrou como um dos maiores do Brasil.

Corriam os anos 1960 quando criou o grupo vocal Os Bossas Norte, do qual fizeram parte Naná Vasconcelos e Marcelo Meio, este seu companheiro inseparável em todas as empreitadas no campo da música e na consecução de outros projetos artístico-culturais.

Quando integrava o TVU-3, grupo musical vinculado à TV Universitária, na companhia de Luciano Pimentel, na bateria, Sérgio Kyrillos e Marcelo Melo, Toinho enxergou mais longe: olhou e viu, além do horizonte, a possibilidade de criar o Quinteto Violado, idéia que ganhou força, à medida que chamou a si a coordenação musical, o repertório, os arranjos musicais, a produção artística dos discos e a direção musical dos shows e das aulas-shows ministradas, principalmente nos educandários para alunos das escolas públicas, numa ação pedagógica muito do seu gosto pessoal.

Toinho Alves e seu Quinteto Violado, tantas vezes premiado nacional e internacionalmente, apresentaram, desde o início, proposta de resgate da cultura nordestina, no auge do Movimento Tropicalista.

A biografia do Quinteto Violado, no período de 1971 a 1996, foi contada no livro *Bodas de Frevo: A História do Quinteto Violado*, de autoria do jornalista pernambucano Gilvandro Filho, um trabalho de pesquisa e de grande relevância à compreensão da trajetória desse admirável grupo musical.

Os contemporâneos e os que seguiram a trilha dos violados falam sobre o trabalho do grupo. Ariano Suassuna, Chico Science, Alceu Valença, Chico César, Elba Ramalho, Lenine, Dominginhos, Xangai e Paulinho da Viola são alguns dos que emprestam sua visão ao livro.

Desde 1976, o Quinteto Violado assumiu, ao lado de Luiz Gonzaga, a direção e execução da Missa do Vaqueiro, anualmente realizada em Serrita, no sertão pernambucano. Esse ato religioso nasceu de idéia do Pe. João Câncio, de 1971, como culto ao vaqueiro Raimundo Jacó, primo de Rei do Baião – Luiz Gonzaga.

Seu filho Eduardo Carvalho Alves, conhecido por Dudu, dá ao Quinteto Violado continuidade à obra com o talento de seu pai.

Por fim, esta homenagem a Toinho Alves representa o reconhecimento que se faz em Pernambuco, no Nordeste e no Brasil, daquele que, ao ingressar na eternidade, conforme Camões, quanto mais se afastar no tempo, mais irá da morte se libertar.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 739, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à Senhora Yolanda Vidal Queiroz, Presidente do Grupo

Edson Queiroz, por ter sido agraciada com o Prêmio Personalidade do Ano, outorgada pela Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos, no último dia 22 de maio em Nova York.

Justificação

A iniciativa da Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos vem fazer justiça à meritória trajetória empresarial do Grupo Edson Queiroz, na pessoa da Senhora Yolanda Vidal Queiroz, que assumiu a Presidência do Grupo quando do falecimento do empresário Edson de Queiroz, em junho de 1982.

Aqui, faz mister destacar que Dona Yolanda Queiroz é partícipe de todas as etapas do crescimento e consolidação do Grupo Edson Queiroz, que hoje conta com mais de 13 mil funcionários, constituindo-se um dos 100 maiores conglomerados empresariais do Brasil, com atuação em diversos setores, tais como a distribuição de gás liquefeito de petróleo, água mineral e refrigerantes, metalurgia, comunicação, agropecuária, agroindústria e imóveis.

No que tange à área de educação, destaque para a Fundação Edson Queiroz, mantenedora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), que funciona há 35 anos, hoje com 31 cursos e mais de 30 mil alunos diplomados. Conta também com a Escola de Aplicação Yolanda Queiroz, com 600 alunos; o Núcleo de Atenção Médica Integrada e o Núcleo de Prestação de Serviços em Psicologia Aplicada.

O presente voto de louvor significa o reconhecimento a essa ilustre cearense, que, na gestão do Grupo Edson Queiroz, transcendeu os limites territoriais do nosso Brasil e conquistou meritória premiação internacional.

Sala das sessões, 5 de junho de 2008. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 740, DE 2008

Requer VOTO DE APLAUSO à jornalista PALOMA OLIVETO, do Correio Braziliense, por ter sido a vencedora da 9ª Edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, na categoria Jornal.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto De Aplauso à jornalista Paloma

Oliveto, da Editoria de Brasil do **Correio Braziliense**, por ter sido a vencedora da 9ª Edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, na categoria Jornal.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e, por seu intermédio, à Direção do jornal, e aos profissionais que com ela colaboraram: jornalista Mariana Flores, fotógrafo Ronaldo de Oliveira e jornalista Luiz Ribeiro, do Estado de Minas, todos merecedores, também, da homenagem.

Justificativa

A jornalista Paloma Oliveto conquistou o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, na sua 9ª Edição, categoria Jornal, com a série de reportagens “O ABC do atraso”, publicada em setembro de 2007, no Correio Braziliense. Com a colaboração da jornalista Mariana Flores, do fotógrafo Ronaldo de Oliveira e do jornalista Luiz Ribeiro, do jornal Estado de Minas, ela percorreu 14 municípios, entre os quais alguns que têm maior número de dependentes do programa Bolsa Família e, ao final, apresentou completo levantamento sobre a evasão escolar. Ela mostrou ser expressiva a evasão e que os principais motivos são: falta de transporte escolar, desvalorização dos professores e trabalho infantil. Pela conquista do Prêmio e pela contribuição dada ao setor educacional do País, ela faz jus à homenagem que ora proponho, extensiva aos seus colaboradores.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, justiça e cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 741 DE 2008

Requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Deise Soares pelo bicampeonato alcançado na prova dos 400m dos Jogos do Sesi, realizados em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso à atleta amazonense Deise Soares pelo bicampeonato alcançado na prova dos 400m dos Jogos do Sesi, realizados em Manaus.

Justificação

A atleta amazonense Deise Soares conquistou no último dia 23 de maio, em Manaus, o bicampeonato dos Jogos do Sesi nos 400m. Com a vitória, garantiu índice para o Campeonato Mundial Industriário, que será realizado na Itália, de 26 de junho a 6 de julho.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 742, DE 2008

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 742, DE 2008**

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizada por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008, que será realizada na cidade de Zaragoza, Espanha, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 16 do corrente, para desempenhar mencionada missão.

Comunico, nos termos do artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do país no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 2008.



Senadora **FÁTIMA CLEIDE**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 743, DE 2008

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 640, de 2008, que a Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola, no transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 10 de junho.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 2008.

1. Luiz A.

2. Falluês Souza (Mão Santa)

3. ~~Luiz A.~~

4. Luiz A.

5. Luiz A.

6. Luiz A.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 744, DE 2008

Requeiro nos termos regimentais, conforme o disposto no artigo 50 parágrafo 2º da Constituição Federal e artigo 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa solicite ao titular do Ministério de Estado de Defesa o seguinte pedido de informações:

1. O Ministério da Defesa possui conhecimento acerca de venda de um avião Super Tucano, modelo Emb314B1, de propriedade da Embraer, para a Empresa Americana Blackwater WorldWide, conhecida agência de fornecimento de soldados mercenários para guerras pelo mundo?

2. É fato público que a referida empresa está sendo investigada no Congresso dos Estados Unidos devido a sua atuação no Iraque, acusada de violação de direitos humanos. O Ministério da Defesa considera legal a venda de equipamentos militares para empresas que os utilizem em conflitos armados que já estejam em curso no momento da transação comercial, como é o caso da participação da referida empresa na Guerra do Iraque?

Plenário do Senado Federal, 3 de junho de 2008.
– Senador **José Nery Azevedo**, Líder do PSOL.

Justificação

No dia 1º de junho deste ano o jornal **Estado de São Paulo** publicou a seguinte reportagem, que justifica o pedido de informações que ora solicito (grifos de responsabilidade do autor do requerimento).

“Empresa de mercenários compra Super Tucano
Roberto Godoy

O avião que não deveria existir tem matrícula, 31400082, e endereço – 1.650 Tyson Boulevard –, na cidade de McLean, no estado americano de Virgínia. O avião que não deveria existir é um Emb314B1 Super Tucano, vendido em dezembro de 2006 para a Blackwater WorldWide – a maior empresa do mundo de serviços de defesa independentes, ou seja, de soldados mercenários. A aeronave, pintada de cinza e preto, foi entregue sob sigilo pela Embraer há pouco mais de três meses. Era 25 de fevereiro e chovia forte no aeroporto de São José dos Campos. Com registro N314TG da Federal Aviation Agency (FAA), o avião que não deveria existir voou direto para Elizabeth City, em Virgínia, uma es-

pécie de base aérea corporativa. O valor do contrato é de aproximadamente US\$4,5 milhões. Durante oito meses, a existência do único Super Tucano particular foi sistematicamente negada.

A companhia compradora é a EP Aviation, uma subsidiária da Blackwater. **A transação teve de ser autorizada pela Presidência da República** e negociada diretamente com o Governo dos Estados Unidos. A legislação do Brasil proíbe o fornecimento de equipamentos militares para companhias e para uso em conflitos já existentes no momento da transação. O princípio é adotado desde os anos 80. **Uma das destinações prováveis do turboélice Emb-314 é o preparo de pilotos em missões de ataque contra posições de insurgentes no Iraque.**

Essa venda do Super Tucano é assunto sensível para todos os envolvidos. Nos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, setores pelos quais o processo circulou, trata-se de tema a ser discutido ao abrigo da proteção das fontes. No Itamaraty, um veterano diplomata ouvido pelo Estado, pondera que a administração do Presidente Lula está admitindo, na carteira de clientes do País, uma empresa sob investigação do Congresso dos EUA. Além disso, salienta o embaixador, a Blackwater é malvista entre nações do Oriente Médio que interessam à política externa brasileira. Na área da Defesa, mais cuidados: todas as etapas da operação são consideradas sigilosas e reservadas.

Na sede da Blackwater, o Presidente Gary Jackson limitou-se a confirmar, por meio de um portavoz, a compra da aeronave e a anunciar que ela será empregada em um novo programa de treinamento. O analista Cláudio Lucchesi, diretor da revista especializada Asas, acredita no benefício de mercado “a partir da escolha, por um cliente não sujeito a lobbies ou pressão política, que fez sua seleção com base na qualidade do produto”. A Embraer apenas reconhece ter feito a exportação.

A versão do Super Tucano vendida para a EP Aviation/Blackwater é a mesma utilizada pela aviação brasileira. O sistema de armas foi inibido. As duas metralhadoras .50, internas, montadas nas asas, foram removidas. O conjunto eletrônico não sofreu alterações – o que permite realizar ataques simulados de alta precisão.

A Blackwater WorldWide foi fundada em 1997 por Erik Prince e Al Clark. Prince tem sólida formação empresarial e treinamento militar de ponta: foi integrante da Força Seal, considerado o mais avançado time americano de operações especiais. Aos 39 anos, Erik é um republicano convicto. Católico recém-convertido, pai de

6 filhos, divorciado e novamente casado, ele responde por 987 contratos oficiais no valor de US\$1,2 bilhão.

Em 16 de setembro de 2007, um grupo de agentes da companhia atirou e matou 17 civis iraquianos em Nasur. Segundo a investigação conduzida posteriormente pelo FBI, 14 vítimas “foram atingidas sem motivo”. Ainda assim, não houve acusações formais.

Erik Prince não gosta que “os rapazes da firma” sejam chamados de mercenários. “Mercenários são combatentes profissionais que trabalham para quem oferece o melhor salário; nós somos americanos garantindo a segurança de americanos em zonas de risco”, declarou em entrevista coletiva. Na ocasião apresentou números: em 18 mil missões realizadas não perdeu nenhum cliente.

Um deles é o presidente do Afeganistão, Hamid Karzai, alvo de cinco atentados conhecidos. A contabilidade das ações registra cerca de 200 tiroteios só em território iraquiano. Em 173 casos o fogo foi iniciado pelos homens da Blackwater.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 745, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, conforme o disposto no artigo 50 parágrafo 2º da Constituição Federal e artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa solicite ao titular do Ministério das Relações Exteriores o seguinte pedido de informações:

1. O Ministério das Relações Exteriores possui conhecimento acerca de venda de um avião Super Tucano, modelo Emb314B1, de propriedade da Embraer, para a Empresa Americana Blackwater Worldwide, conhecida agência de fornecimento de soldados mercenários para guerras pelo mundo?

2. É fato público que a referida empresa está sendo investigada no Congresso dos Estados Unidos devido a sua atuação no Iraque, acusada de violação de direitos humanos. O Ministério das Relações Exteriores considera legal a venda de equipamentos militares para empresas que os utilizem em conflitos armados que já estejam em curso no momento da transação comercial, como é o caso da participação da referida empresa na Guerra do Iraque?

3. Sendo verídico o fato denunciado pela imprensa, quais as conseqüências para as relações diplomáticas brasileiras com países do Oriente Médio?

Plenário do Senado Federal, 3 de junho de 2008.
– Senador **José Nery Azevedo**, Líder do PSOL.

Justificação

No dia 1º de junho deste ano o jornal O Estado de S. Paulo publicou a seguinte reportagem, que justifica o pedido de informações que ora solicito (grifos de responsabilidade do autor do requerimento).

Empresa de mercenários compra Super Tucano

Roberto Godoy

O avião que não deveria existir tem matrícula, 31400082, e endereço – 1.650 Tyson Boulevard –, na cidade de McLean, no Estado americano de Virgínia. O avião que não deveria existir é um Emb314B1 Super Tucano, vendido em dezembro de 2006 para a Blackwater Worldwide – a maior empresa do mundo de serviços de defesa independentes, ou seja, de soldados mercenários. A aeronave, pintada de cinza e preto, foi entregue sob sigilo pela Embraer há pouco mais de três meses. Era 25 de fevereiro e chovia forte no aeroporto de São José dos Campos. Com registro N314TG da Federal Aviation Agency (FAA), o avião que não deveria existir voou direto para Elizabeth City, em Virgínia, uma espécie de base aérea corporativa. O valor do contrato é de aproximadamente US\$ 4,5 milhões. Durante oito meses, a existência do único Super Tucano particular foi sistematicamente negada.

A companhia compradora é a EP Aviation, uma subsidiária da Blackwater. *A transação teve de ser autorizada pela Presidência da República* e negociada diretamente com o governo dos Estados Unidos. A legislação do Brasil proíbe o fornecimento de equipamentos militares para companhias e para uso em conflitos já existentes no momento da transação. O princípio é adotado desde os anos 80. *Uma das destinações prováveis do turboélice Emb-314 é o preparo de pilotos em missões de ataque contra posições de insurgentes no Iraque.*

Essa venda do Super Tucano é assunto sensível para todos os envolvidos. *Nos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, setores pelos qual o processo circulou, trata-se de tema a ser discutido ao abrigo da proteção das fontes.* No Itamaraty, um veterano diplomata ouvido pelo estado pondera que a administração do presidente Lula está admitindo, na carteira de clientes do País, uma empresa sob investigação do Congresso dos EUA. Além disso, salienta o embaixador, a Blackwater é malvista entre nações do Oriente Médio que interessam à política externa brasileira. Já área da Defesa, mais cuidados: todas as etapas da operação são consideradas sigilosas e reservadas.

Na sede da Blackwater, o presidente Gary Jackson limitou-se a confirmar, por meio de um porta-voz, a compra da aeronave e a anunciar que ela será empregada em um novo programa de treinamento. O analista Cláudio Lucchesi, diretor da revista especializada **Asas**, acredita no benefício de mercado “a partir da escolha, por um cliente não sujeito a **lobbies** ou pressão política, que fez sua seleção com base na qualidade do produto”. A Embraer apenas reconhece ter feito a exportação.

A versão do Super Tucano vendida para a EP Aviation/Blackwater é a mesma utilizada pela aviação brasileira. O sistema de armas foi inibido. As duas metralhadoras 50, internas, montadas nas asas, foram removidas. O conjunto eletrônico não sofreu alterações – o que permite realizar ataques simulados de alta precisão.

A Blackwater Worldwide foi fundada em 1997 por Erik Prince e Al Clark. Prince tem sólida formação empresarial e treinamento militar de ponta: foi integrante da Força Seal, considerado o mais avançado time americano de operações especiais. Aos 39 anos, Erik é um republicano convicto. Católico recém-convertido, pai de 6 filhos, divorciado e novamente casado, ele responde por 987 contratos oficiais no valor de US\$ 1,2 bilhão.

Em 16 de setembro de 2007, um grupo de agentes da companhia atirou e matou 17 civis iraquianos em Nasur. Segundo a investigação conduzida posteriormente pelo FBI, 14 vítimas “foram atingidas sem motivo”. Ainda assim, não houve acusações formais.

Erik Prince não gosta que “os rapazes da firma” sejam chamados de mercenários. “Mercenários são combatentes profissionais que trabalham para quem oferece o melhor salário; nós somos americanos garantindo a segurança de americanos em zonas de risco”, declarou em entrevista coletiva. Na ocasião apresentou números: em 18 mil missões realizadas não perdeu nenhum cliente.

Um deles é o presidente do Afeganistão, Hamid Karzai, alvo de cinco atentados conhecidos. A contabilidade das ações registra cerca de 200 tiroteios só em território iraquiano. “Em 173 casos o fogo foi iniciado pelos homens da Blackwater”.

(À mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 513, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2008 (nº 2.300, 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nºs 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Nos termos do art. 65 da Constituição Federal, veio a esta Casa, em fase de revisão, o anexo Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2008, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nºs 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências.

Originário do Poder Executivo, o projeto tramita em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei Maior.

A proposição, em linhas gerais: a) cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; b) altera a estrutura básica da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; c) altera a estrutura básica do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; d) transforma o cargo de Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no cargo de Subchefe Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos; e) modifica a competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para incorporar referência à governança corporativa das empresas estatais; g) cria, no âmbito da Administração Pública Federal, os seguintes cargos em comissão: 02 DAS-6; 10 DAS-5; 21 DAS-4; 21 DAS-3; 16 DAS-2; e 09 DAS-1.

Foi apresentada a Emenda nº 1-CCJ, propondo a supressão do art. 8º do Projeto.

II – Análise

Dois pontos são de fundamental importância no exame desta proposição.

O primeiro se refere à criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos e a alterações em estruturas básicas de órgãos da Presidência da República; o segundo, à criação de cargos públicos.

A matéria em análise, em qualquer de seus aspectos, insere-se na competência privativa do Presidente da República, com fundamento em regra normativa da Constituição Federal, **in verbis**:

Art. 61.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

.....

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

.....

No que se refere especificamente à criação de cargos, a Emenda nº 1, antes referida, propõe a supressão do art. 8º da proposição, por considerar o seu Autor que o projeto teria infringido o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o estabelecido no art. 169 da Constituição Federal, ou seja, falta de estimativa do impacto orçamentário e prévia dotação orçamentária para atender às projeções da despesa de pessoal e seus acréscimos.

Sobre esse tópico, a Exposição de Motivos Interministerial nº 238– A/MP/CCIVIL-PR, de 4 de outubro de 2007, em justificação aos termos do projeto, assinala:

A estimativa do impacto orçamentário para a criação dos cargos para o exercício de 2007 é de R\$1.544.197,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos), considerando-se os meses de outubro a dezembro, e para os anos subsequentes é de R\$6.176.790,71 (seis milhões, cento e setenta e seis mil, setecentos e noventa reais e setenta e um centavos) para cada exercício, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos.

Do ponto de vista orçamentário, a proposta está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, uma vez que os recursos

para arcar com as despesas decorrentes do remanejamento dos cargos em comissão estão previstos em funcional programática específica no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Realmente, se compulsarmos os textos das Leis Orçamentárias, encontrará as seguintes alocações de recurso:

Em relação a 2007

47101 – Ministério do Planejamento, Funcional Programática 04.846.1054.0707.0001 Reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações R\$131.874.182,00.

Em relação a 2008

47101 – Ministério do Planejamento, Funcional Programática 04.846.1054.0533.0001 Alocação e remuneração de cargos e funções no âmbito do Poder Executivo R\$14.095.364,00.

47101 – Ministério do Planejamento, Funcional Programática 04.846.1054.0707.0001 Reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações R\$3.022.264.459,00.

47101 – Ministério do Planejamento, Funcional Programática 04.846.1054.0707.0101 Reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações R\$7.560.000.000,00 (crédito extraordinário aberto pela MP 430, de 2008, que dispõe, em seu art. 3º, o seguinte: “Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os recursos de que trata esta Medida Provisória para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais).

47101 – Ministério do Planejamento, Funcional Programática 04.846.1054.0002.0001 Pagamento de pessoal decorrente da criação de cargos e funções R\$54.387.357,00.

Dessa maneira, verifica-se que a Emenda nº 1 não deve prosperar, tendo em conta que foi feita a estimativa do impacto orçamentário, bem como a previsão orçamentária para custear as despesas de que se trata.

III – Voto

Assim exposto, e considerando que foram obediendo todos os preceitos constitucionais e legais atinentes à espécie e que o projeto está redigido em boa técnica legislativa, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2008, e rejeição da Emenda nº 1,

Sala da Comissão, 4 de junho de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 72 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/06/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> <i>Len Romero Jucá</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC	3. CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>(relator)</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴ <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
(VAGO) ⁷	1. OSMAR DIAS <i>[Assinatura]</i>

Atualizada em: 03/06/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

⁷ Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO VIII
Do Processo Legislativo

Subseção I
Disposição Geral

.....
Subseção III
Das Leis

.....
Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

§ 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

.....
Seção II
Dos Orçamentos

.....
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no **caput**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

II – exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído nela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).k

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

LEI COMPLEMENTAR
Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
Da Despesa Pública

SEÇÃO I
Da Geração da Despesa

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizado.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensada pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizado, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

PARECER Nº 514, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas oferecidas ao Projeto de Resolução do Senado Federal nº 38, de 2007, que altera dispositivos da Resolução nº 20, de 1993, para instituir o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Em reunião desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 10 de agosto de 2007, foi lido por esta relatora minuta parecer favorável, na forma de substitutivo, ao Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS) nº 38, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira. Posteriormente, em função de pedido de vistas deferido, foram apresentadas vinte e três emendas à proposição.

Cabe ao relator oferecer parecer sobre as emendas, nos termos do § 5º do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise das Emendas

Como ficou registrado no Relatório, foram apresentadas 24 emendas ao Projeto de Resolução que ora apreciamos. A seguir, informamos quais foram as emendas apresentadas e que análise fazemos de cada uma delas.

A Emenda nº 1, do Senador José Nery, propõe a supressão do texto que estabelece que as denúncias e representações contra Senador da República devem abordar atos ou omissões ocorridas durante o exercício do mandato do representado. Entendemos que tal dispositivo deve ser mantido, pois a mantivemos o mesmo texto aprovado pelo senador Jarbas Vasconcelos, em seu parecer ao PRS nº 37, de 2007. Por isso, opinamos pela **rejeição** da emenda.

A Emenda nº 2, também do Senador José Nery, propõe diversas alterações no art. 8º do Projeto, que trata da análise prévia da representação pela Mesa Diretora do Senado. No caso, opinamos pela **aprovação** parcial da emenda, uma vez que entendemos que defeitos formais da representação, uma vez sanados, não devem obstar o seu regular prosseguimento. No mais, mantivemos o texto do substitutivo anteriormente apresentado, que já acatava parte da sugestão ora em exame.

A Emenda nº 3, igualmente do Senador José Nery, trata de matéria de mais alta relevância, qual seja, o momento do início do processo de cassação para os efeitos da aplicação da pena acessória de inelegibilidade por oito anos, nos termos constitucionais. Julgamos que uma das falhas do procedimento hoje adotado reside precisamente em não haver essa definição, pelo fato de o Conselho de Ética não realizar juízo preliminar de admissibilidade da representação. O que propomos harmoniza-se com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, pois não parece razoável que o senador saiba do processo após a sua instauração. No mais, nosso subs-

titutivo vai ao encontro do parecer do Senador Jarbas Vasconcelos, aprovado nesta Comissão, quando da análise do PRS nº 37, de 2007. Portanto, somos pela **rejeição** da emenda.

A Emenda nº 4, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Antonio Carlos Valadares, trata do mesmo assunto, mas para estabelecer que o Conselho, havendo indícios, determinará, em reunião aberta e votação nominal, que a representação será recebida e o processo instaurado. A redação da Emenda aperfeiçoa o Projeto. Opinamos por sua **aprovação**, nos termos do substitutivo.

A Emenda nº 5, também de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Antonio Carlos Valadares, propõe aperfeiçoamentos ao art. 21 do Projeto, que trata de eventual perícia a ser realizada durante o processo, facultando ao representante e ao representado formular quesitos e suprimindo a figura dos assistentes técnicos. Opinamos por sua **aprovação**, nos termos do substitutivo.

A Emenda nº 6, do Senador Pedro Simon, propõe isonomia entre todos os Senadores quanto ao tempo para as arguições de testemunhas, resguardada a prioridade dos titulares e dos suplentes do Conselho de Ética. Opinamos pelo seu **acatamento**.

A Emenda nº 7, também de autoria do Senador Pedro Simon, propõe mudança com o mesmo sentido da anterior, no art. 29 do substitutivo, que trata da apreciação do relatório. Estabelece ainda a faculdade de qualquer membro do Conselho que não se sinta habilitado a proferir seu voto pedir vistas pelo prazo de cinco dias úteis. Apenas retificamos a redação, eis que a fixação de prazo já traz a conotação de “prazo máximo”, mantendo-se o restante da Emenda. Opinamos, portanto, pela sua **aprovação**, nos termos do substitutivo.

A Emenda nº 8, do Senador Aloizio Mercadante, propõe mudanças formais ao substitutivo, como, por exemplo, a substituição da expressão “defeito formal” por “vício formal”, além de suprimir texto repetido em outro dispositivo. Opinamos por sua **aprovação**.

A Emenda nº 9, também do Senador Aloizio Mercadante, uma vez mais propõe reparo formal ao texto. Entendemos que a Emenda está prejudicada pela **aceitação** da Emenda nº 2, a respeito do mesmo assunto.

A Emenda nº 10, do Senador Aloizio Mercadante, propõe a supressão da possibilidade de um trio de relatores. Somos por sua **aprovação** e recordamos a Emenda apresentada pelo Senador Demóstenes Torres ao substitutivo do Senador Jarbas Vasconcellos

no PRS nº 37, de 2007, recém examinado por esta Comissão.

A Emenda nº 11, do Senador Aloizio Mercadante, propõe que a não apresentação da defesa do representado no prazo estipulado não implique preclusão, sob a alegação de ofensa a direito constitucional. Entendemos que o instituto da preclusão não afasta direitos constitucionais, tampouco o Projeto, vez que se abre, no dispositivo seguinte, outro prazo igual, além do direito do representado a defensor dativo. O que não se pode aceitar é que se confira ao representado o direito de obstar o processo de forma indefinida. Note-se ainda que nas leis processuais administrativa, penal e cível, a preclusão temporal é recorrente, sem que isso importe inconstitucionalidades. Portanto, somos pela **rejeição** da Emenda nº 11, observando, ainda, que a redação do art. 18 do presente substitutivo muito se assemelha ao disposto na Lei de Processo Administrativo.

A Emenda nº 12, do Senador Aloizio Mercadante, propõe a supressão de dispositivo pelo qual a designação de defensor dativo do representado não pode recair sobre membro do Conselho de Ética. Concorramos que, no caso, os juízes do feito não podem se confundir com o acusado, ainda que seja para defendê-lo. Porém, cremos na necessidade de expor a vedação, para evitar manobras ulteriores no processo. Somos, dessa maneira, pela **rejeição** da Emenda nº 12.

A Emenda nº 13, do Senador Aloizio Mercadante, propõe uma alteração formal, que entendemos necessária ao texto, quando trata da designação de novo relator em caso de impedimento do originário. Somos pelo **acatamento** da Emenda, nos termos do Substitutivo.

A Emenda nº 14, também do Senador Aloizio Mercadante, trata de harmonizar o texto com a decisão de que não haverá trio de relatores. Somos pelo seu **acatamento**.

A Emenda nº 15, do Senador Aloizio Mercadante, propõe suprimir dispositivo que repete texto da Resolução nº 20, de 1993, e a própria Constituição, no sentido de que a renúncia do senador acusado não interrompe o processo. Somos pelo **acatamento parcial**, nos termos do substitutivo.

A Emenda nº 16, do Senador Aloizio Mercadante, propõe alterações formais no § 3º do art. 11 do Substitutivo. Entendemos que a expressão “ouvido o denunciado” não implica necessariamente depoimento oral do senador, mas sua manifestação no processo. Um exercício mínimo de hermenêutica atinge esse entendimento, de forma que se faz desnecessária sua

alteração. Citamos como exemplo, o § 1º do art. 271 do CPP. Dessa forma, somos pelo **acatamento parcial** da Emenda.

A Emenda nº 17, do Senador Aloizio Mercadante, propõe que eventual afastamento do senador representado seja por prazo definido. A matéria é polêmica, mas esta Comissão já firmou entendimento diverso. Opinamos pela manutenção desse entendimento. Assim, somos pela **rejeição** da Emenda.

A Emenda nº 18, igualmente do Senador Aloizio Mercadante, altera o art. 16 do Substitutivo, que confere ao relator a forma de condução do processo na hipótese de prova testemunhal, apenas para suprimir a referência à Comissão de Inquérito, recordando a sugestão do Senador Demóstenes Torres quando do exame do PRS nº 37, de 2007. Somos pelo seu **acatamento**.

A Emenda nº 19, do Senador Aloizio Mercadante, propõe acrescentar a expressão “observado o contraditório” ao final do art. 18, que trata da juntada de documentos. Somos pela sua **aprovação parcial**, nos termos do substitutivo, uma vez que o princípio da ampla defesa, conforme disposto no projeto, manifesta-se em todo o processo e chega a constar explicitamente do art. 12, o qual, pertinentemente, conforme nosso substitutivo servirá agora, de sede também a esse princípio constitucional.

A Emenda nº 20, do Senador Aloizio Mercadante, propõe a substituição da expressão “ciência formal” por “intimação”. Observamos que o acatamento da Emenda nº 5 alterou a redação do dispositivo. A Emenda é, pois, **acatada parcialmente**.

A Emenda nº 21, do Senador Aloizio Mercadante, propõe a alteração do dispositivo que estrutura a divulgação do parecer do relator em duas partes, de modo a evitar vazamentos. Entendemos que tal dispositivo é útil aos trabalhos da Comissão. Somos pela **rejeição** da Emenda.

A Emenda nº 22, do Senador Aloizio Mercadante, sugere nova redação ao art. 26, para excluir a oração iniciada com ponto-e-vírgula seguido da expressão “todavia”. Consideramos tratar-se de modificação técnica pertinente. Somos pela **aprovação** da Emenda nº 22.

A Emenda nº 23, também do Senador Aloizio Mercadante, propõe a supressão do art. 30, que trata da apreciação dos recursos em questão de ordem e reclamação. Esse é o procedimento adotado nas comissões técnicas do Senado e não tem implicado dificuldades. Ademais, recordamos que o recurso não tem efeito suspensivo. Trata-se de um direito do

senador. Somos pela **rejeição** da Emenda nº 23. No entanto, promovemos algumas alterações redacionais, apenas para melhoramento do texto, nos termos do substitutivo.

Por fim, a Emenda nº 24, de autoria do Senador Romero Jucá, pretende suprimir o art. 19 do Substitutivo. Referido dispositivo trata da possibilidade de o Conselho de Ética requerer a quebra de sigilos bancário e fiscal. No projeto original, constava também a possibilidade de quebra de sigilo telefônico, o que iria de encontro ao inciso XII, art. 5º, da Constituição Federal. Muito embora tivéssemos o entendimento de que a Lei Complementar nº 105, de 2001, por interpretação sistemática, conferisse esse poder a qualquer Comissão desta Casa, mediante deliberação pelo Plenário, cremos, de fato, que o Conselho de Ética não tem instrumentos nem estrutura adequados para esse tipo de procedimento, sobretudo por envolver bens tutelados e protegidos constitucionalmente. Melhor seria, portanto, deixar essa prerrogativa às Comissões Parlamentares de Inquérito, como de fato o é, razão pela qual somos favoráveis à emenda, alcançando ainda o artigo subsequente, tendo em vista que ambos são conexos e interdependentes. Assim, opinamos pela **aprovação** da emenda, na forma do substitutivo.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2007, na forma do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Regulamenta o art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, nos termos seguintes:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 2º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal é regido por este Regulamento, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados no processo disciplinar parlamentar de acordo com o disposto no Código de Ética e Decoro Parlamentar e no Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 3º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar atua mediante provocação da Mesa do Senado Federal, de partidos políticos com representação no Congresso Nacional (art. 55, § 2º, da CF), nos termos dos arts. 8º e seguintes, e de parlamentar, cidadão, pessoa jurídica ou de ofício, nos termos do art. 11 deste Regulamento.

§ 1º A representação ou denúncia somente poderá abordar atos ou omissões ocorridas durante o exercício do mandato do representado.

§ 2º Os Senadores e seus suplentes estão sujeitos ao julgamento do Conselho de Ética a partir de sua posse.

Art. 4º Nos cinco dias úteis que se seguirem à eleição de seus membros, o Conselho reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 1º Presidirá a reunião o último Presidente do Conselho, se reeleito Senador ou se continuar no exercício do mandato, e, na sua falta, o Senador mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, ou, sucessivamente, em razão da idade.

§ 2º O Corregedor do Senado não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente do Conselho, nem ocupar a função de relator.

§ 3º Vago o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, far-se-á o preenchimento por meio de eleição realizada nos cinco dias úteis que se seguirem à vacância.

Art. 5º Ao Presidente do Conselho, além das atribuições definidas neste Regulamento, compete, no que couber, aquelas conferidas ao Presidente de Comissão pelo art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal.

§ 1º A reunião do Conselho não poderá ser presidida por autor ou relator da matéria em debate.

§ 2º O Presidente do Conselho somente tomará parte das votações para desempatar-las.

Art. 6º Nos seus impedimentos ou afastamentos eventuais, o Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, observar-se-á o disposto no art. 4º, § 1º.

Art. 7º Havendo o oferecimento de representação ou de denúncia contra Senador ou qualquer matéria pendente de deliberação, o Presidente do Conselho convocará seus membros com antecedência de pelo menos dois dias úteis para se reunirem na sede do Senado Federal, em dia e hora prefixados, para escolha do relator, nos termos do art. 9º, inciso II.

§ 1º Em nenhum caso o horário das reuniões do Conselho coincidirá com o da Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias ou extraordinárias do

Senado Federal ou do Congresso Nacional, sob pena de nulidade do que for deliberado no Conselho.

§ 2º As reuniões serão públicas, salvo quando, por força de lei, se faça necessário resguardar o sigilo de bens constitucionalmente tutelados, especialmente a intimidade da pessoa humana e a proteção do menor.

§ 3º Por deliberação de seus membros, o Conselho poderá:

I – reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local fora da sede do Senado Federal para audiência de instrução da representação;

II – por comissão constituída por três membros, inspecionar lugar ou coisa a fim de esclarecer fato ligado ao objeto da representação, lavrando termo circunstanciado.

§ 4º As diligências a serem realizadas fora do Senado Federal, que exijam a atuação de outros entes da Federação ou de outros Poderes da República, serão feitas por intermédio da Mesa do Senado Federal.

CAPÍTULO II

Do Processo Disciplinar

SEÇÃO I

Da instauração do processo

Subseção I

Da representação e da defesa

Art. 8º A representação para instauração de processo ético-disciplinar tem cabimento mediante provocação da Mesa do Senado Federal ou de partido político com representação no Congresso Nacional (CF, art. 55, § 2º), observadas as normas desta subseção.

§ 1º No caso de representação interposta por partido político, no exame do atendimento aos requisitos formais de admissibilidade, a Mesa verificará apenas se o representante possui legitimidade, nos termos do § 2º do art. 55 da Constituição Federal, e se a representação identifica o Senador, os fatos que lhe são imputados e o dispositivo do Código de Ética e Decoro Parlamentar no qual ele estaria incurso, no prazo de cinco sessões.

§ 2º Verificada a existência de vício formal insanável, a representação será arquivada de imediato.

§ 3º A decisão da Mesa que determine o arquivamento da representação será comunicada na sessão ordinária seguinte, contra ela cabendo recurso ao Plenário, no prazo de dois dias úteis, subscrito por um décimo dos membros do Senado.

§ 4º Sanado o vício formal em prazo estabelecido pela Mesa, a representação deverá ser enviada ao Conselho de Ética.

Art. 9º A representação oferecida contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato, encaminhada ao Conselho, na qual deverá constar o rol de testemunhas, em número máximo de cinco, e a especificação das provas que se pretende produzir, será recebida por seu Presidente, que determinará as seguintes providências:

I – registro e autuação da representação;

II – designação de relator, mediante sorteio, a ser realizado em até três dias úteis em reunião convocada para esse fim, entre os membros do Conselho não filiados ao partido político representante ou ao partido político do representado, para promover as devidas apurações dos fatos e responsabilidades;

III – notificação do Senador, acompanhada da cópia da respectiva representação e dos documentos que a instruíram, para apresentar defesa prévia, no prazo de dez dias úteis contados da intimação pessoal, observando-se o seguinte:

a) a defesa prévia deverá estar acompanhada de documentos e rol de testemunhas, até o máximo de cinco, sob pena de preclusão;

b) transcorrido o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo, ressalvado o direito do representado de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança ou a si mesmo defender-se.

§ 1º A escolha do defensor dativo compete ao Presidente do Conselho, vedada a designação de membro do próprio colegiado, nos termos do inciso III deste artigo.

§ 2º No caso de impedimento ou desistência do relator, o Presidente do Conselho designará substituto na reunião ordinária subsequente, observado o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 10. Oferecida a defesa prévia, o relator apresentará relatório preliminar, no prazo de cinco sessões, e o Conselho realizará o juízo de admissibilidade da representação, no qual analisará se há indícios de prática de ato que possa sujeitar o Senador à perda do mandato.

§ 1º Havendo indícios, em decisão adotada por maioria absoluta de votos, que se dará em processo de votação nominal e aberta, a representação será recebida e será instaurado o processo disciplinar.

§ 2º Sendo infundada, a representação será arquivada, cabendo recurso ao Plenário do Senado Federal, nos termos do art. 31.

§ 3º Para fins do disposto no § 4º do art. 55 da Constituição Federal e no art. 20 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, considera-se instaurado o processo a partir da decisão de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Após iniciado, o processo de cassação não será interrompido pela renúncia do Senador ao seu mandato nem serão, por ela, elididas as sanções eventualmente aplicáveis ou seus efeitos, nos termos do art. 20 do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Subseção II Da denúncia

Art. 11. Qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica pode apresentar diretamente perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar denúncia contra Senador da República.

§ 1º Não serão aceitas denúncias anônimas.

§ 2º O Presidente do Conselho pode, de ofício, determinar o arquivamento de denúncia manifestamente infundada, contra cuja decisão caberá recurso ao Plenário do Conselho, nos termos do art. 32.

§ 3º Admitida a denúncia, será designado relator, por sorteio, que realizará sumariamente a verificação de procedência das informações, ouvido o denunciado, no prazo de cinco dias úteis, contado de sua intimação pessoal.

§ 4º Transcorrido o prazo mencionado no § 3º deste artigo, o Presidente incluirá a matéria na pauta da reunião subsequente, na qual o Conselho deliberará pela procedência da denúncia ou pelo seu arquivamento.

§ 5º Considerada procedente a denúncia por fato sujeito às medidas previstas nos arts. 8º e 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos.

§ 6º A decisão do Conselho que determine o arquivamento da denúncia será comunicada à Mesa do Senado, que a fará publicar na sessão ordinária seguinte, contra ela cabendo recurso ao Plenário, obedecido o mesmo procedimento do art. 31.

§ 7º Caso entenda que a acusação é fundada em indícios bastantes que, se comprovados, justificariam a perda do mandato, o Conselho encaminhará os autos à Mesa do Senado Federal, para a apresentação de representação, à qual aplicar-se-á o disposto no art. 8º e seguintes deste Regulamento.

§ 8º Poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração,

nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Senador.

SEÇÃO II

Do direito de defesa e das intimações

Art. 12. Ao Representado é assegurado amplo direito de defesa e o contraditório, devendo ser intimado, pessoalmente ou por intermédio de procurador, para, querendo, acompanhar todos os atos e termos do processo disciplinar.

SEÇÃO III

Do afastamento do representado

Art. 13. Nos casos suscetíveis de perda de mandato, o relator, concluindo pela instauração do processo, deverá apresentar, no relatório preliminar que será submetido à deliberação do Conselho, manifestação sobre a necessidade ou não de afastamento do representado do cargo dirigente em Comissão ou na Mesa, que eventualmente exerça, desde que exista:

I – verossimilhança da alegação de prática de ato incompatível com o decoro parlamentar;

II – prova material do fato imputado;

III – fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação à imagem do Senado Federal.

§ 1º O afastamento dar-se-á pelo prazo solicitado pelo relator, que será coincidente com sua previsão de conclusão do relatório, admitindo-se uma prorrogação, por igual período.

§ 2º Quando o representado for o Corregedor do Senado ou membro, titular ou suplente, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, será ele afastado automaticamente do cargo, até o fim do processo de que trata este artigo.

SEÇÃO IV

Da instrução probatória

Art. 14. Cumprida a formalidade do art. 10, § 1º, o relator procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, assim como as requeridas pelo representado, mediante a sua intimação prévia para, querendo, acompanhar os atos.

Parágrafo único. Nos casos puníveis com suspensão de prerrogativas regimentais, a instrução probatória será processada em, no máximo, trinta dias úteis.

Art. 15. O Conselho poderá convocar o Senador representado para prestar depoimento pessoal em sessão específica para este fim.

Parágrafo único. Se forem inquiridas testemunhas, o depoimento pessoal do representado, quando colhido,

poderá precedê-las, desde que respeitado o seu direito de ser ouvido também posteriormente a elas.

Art. 16. Em caso de produção de prova testemunhal, o relator deverá conduzir os trabalhos e estabelecer a forma de sua execução.

Parágrafo único. Havendo convocação de reunião para oitiva de testemunha, observar-se-ão as seguintes normas, nessa ordem:

I – serão inquiridas as testemunhas convocadas por iniciativa do Conselho e, em seguida, as arroladas pelo representado;

II – preferencialmente, a inquirição das testemunhas ocorrerá numa única sessão;

III – a testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado, sendo-lhe defesa qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução;

IV – ao relator será facultado inquirir a testemunha no início do depoimento e a qualquer momento que entender necessário;

V – após a inquirição inicial do relator, será dada a palavra ao representado ou ao seu procurador para que formule as perguntas que entender necessárias;

VI – feitas as perguntas, será concedido a cada membro do Conselho o prazo de até dez minutos improrrogáveis para formular perguntas;

VII – a chamada para que os Senadores inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, passando-se a palavra primeiramente aos membros do Conselho e a seguir os demais Senadores;

VIII – após os titulares e suplentes inquirirem a testemunha, será concedido aos Senadores que não integram o Conselho o mesmo prazo dos seus membros, para suas arguições;

IX – a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo relator;

X – se a testemunha se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas, sendo-lhe permitido consignar protesto ao Presidente do Conselho, em caso de abuso ou violação de direito.

Art. 17. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

Parágrafo único. Sendo estritamente necessário, os Senadores ouvirão testemunhas impedidas ou suspeitas, mas os seus depoimentos serão prestados independentemente de compromisso e os Senadores lhes atribuirão o valor de informantes.

Art. 18. A Mesa do Senado, o representante e o representado poderão requerer a juntada de documentos novos em qualquer fase do processo até o encerramento da instrução, desde que pertinentes à matéria suscitada na representação.

Art. 19. Se necessária a realização de perícia, o Conselho, em decisão fundamentada, designará perito, que poderá ser de órgão externo ao Senado Federal.

§ 1º Feita a designação, o relator poderá formular quesitos e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo, comunicando ao perito para início dos trabalhos.

§ 2º Incumbe ao representado, dentro do prazo de três dias úteis contado da intimação da designação do perito, apresentar quesitos.

Art. 20. O representado terá ciência da data e local designados pelo relator ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

Art. 21. O perito apresentará o laudo na secretaria do Conselho, no prazo fixado pelo relator.

Parágrafo único. É lícito ao Conselho convocar o perito para prestar esclarecimentos orais em sessão designada para esse fim.

Art. 22. Produzidas as provas, o relator declarará encenada a instrução, intimará o representado para apresentar suas alegações finais no prazo de três dias úteis e, após isso, entregará relatório que será apreciado pelo Conselho no prazo de dez dias úteis.

§ 1º Recebido o relatório, a Secretaria do Conselho o desdobrará em duas partes, disponibilizando para divulgação apenas a primeira parte, descritiva, ficando a segunda parte, que consiste na análise e no voto do relator, sob sigilo até sua leitura em reunião pública.

§ 2º O parecer poderá concluir pela procedência da representação ou pelo seu arquivamento, oferecendo-se, na primeira hipótese, o respectivo Projeto de Resolução.

SEÇÃO V Das Nulidades

Art. 23. Quando o Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Regimento Interno do Senado Federal ou o Regulamento prescreverem determinada forma, sob pena de nulidade, sua decretação não poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa.

Parágrafo único. Quando houver forma prescrita, sem cominação de nulidade, o Conselho considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Art. 24. Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subseqüentes, que dele dependam.

Art. 25. O Conselho, ao pronunciar a nulidade, declarará quais atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos ou retificados.

§ 1º O ato não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar o representado.

§ 2º Quando puder decidir do mérito a favor do representado, o Conselho não pronunciará a nulidade nem mandará repetir o ato declarado nulo, ou supri-lhe a falta.

Art. 26. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários, a fim de se observarem as disposições legais.

SEÇÃO VI

Da Apreciação do Parecer

Art. 27. Na reunião de apreciação do parecer do relator, o Conselho observará o seguinte procedimento, nessa ordem:

I – anunciada a matéria pelo Presidente, dar-se-á a palavra ao relator, que procederá à leitura do relatório;

II – será concedido o prazo de vinte minutos, prorrogável por mais dez, ao representado e/ou seu procurador para defesa oral, sendo-lhe facultada a entrega prévia de memoriais escritos aos membros do Conselho;

III – será a palavra devolvida ao relator para leitura do seu voto;

IV – a discussão do parecer terá início, podendo cada membro do Conselho usar a palavra, durante dez minutos improrrogáveis, e, após, será concedido aos Senadores que não integram o Conselho igual prazo;

V – o Conselho passará à deliberação, que se dará em processo de votação nominal;

VI – aprovado o relatório, será tido como parecer do Conselho e, desde logo, assinado pelo Presidente e pelo relator, constando da conclusão os nomes dos votantes e o resultado da votação;

VII – se o relatório for rejeitado pelo Conselho, a redação final do parecer vencedor será feita no prazo de dois dias úteis pelo novo relator;

VIII – o resultado final da votação será publicado no **Diário do Senado Federal**.

§ 1º É facultado ao representado pedir a palavra pela ordem para esclarecer sucintamente a matéria em discussão.

§ 2º Não se considerando habilitado a proferir imediatamente o voto, a qualquer membro do Conselho é facultado pedir vista do processo pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias úteis.

§ 3º O prazo a que se refere o § 2º correrá em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador.

SEÇÃO VII

Dos Recursos

Art. 28. Da decisão de questão de ordem resolvida pelo Presidente do Conselho caberá recurso, no prazo de até dois dias úteis, contados a partir da reunião em que se proferiu a decisão, sem efeito suspensivo, ao plenário do Conselho, onde funcionará como relator aquele da representação ou da denúncia.

Art. 29. O recurso de que trata o § 2º do art. 10 deverá ser apresentado no prazo de dois dias úteis, contados da publicação da decisão do Conselho que concluir pela inadmissibilidade da representação, e deverá ser subscrito por um décimo dos membros do Senado.

Art. 30. O recurso de que trata o § 2º do art. 11 deverá ser apresentado em até dois dias úteis, devendo o Plenário do Conselho decidi-lo em igual prazo, contado da publicação da decisão.

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais

Art. 31. Para a apuração de fatos e das responsabilidades previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Conselho poderá solicitar auxílio de outras autoridades públicas, inclusive quanto à remessa de documentos necessários à instrução probatória, ressalvada a competência privativa da Mesa do Senado.

Art. 32. Havendo necessidade, o Presidente, por deliberação do Conselho, prorrogará por prazo determinado a investigação e o julgamento da representação ou da denúncia.

Art. 33. Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao processo disciplinar parlamentar, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei de Processo Administrativo), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), no que for cabível.

Art. 34. Ficam revogados os incisos I, II, III e IV do art. 15 da Resolução do Senado nº 20, de 1993.

Art. 35. Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PRS Nº 30 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/10/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATORA: <i>[assinatura]</i> Senadora <u>Lúcia Vânia</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1.IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO	2.INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC <i>[assinatura]</i>	3.PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT) ²
ALOIZIO MERCADANTE	4.MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5.JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	7.JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i> (AUTOR)	5.JOSÉ MARANHÃO <i>[assinatura]</i>
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i> (PRESIDENTE)	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3.JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4.ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5.MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i> (RELATORA)	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9.MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[assinatura]</i>	1.OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/10/2007

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
 (2) Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007);
 (3) Vaga cedida pelo Democratas.

PARECER Nº 515, DE 2008**Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2007, que regulamenta o art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, e dá outras providências.**

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 38, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, cuja ementa encontra-se na epígrafe.

O projeto tem por objetivo disciplinar os procedimentos para o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, tendo em vista as dificuldades encontradas pelo órgão em suas recentes atividades.

Para tal, a proposta se socorre, em boa parte, das práticas adotadas pelo colegiado equivalente na Câmara dos Deputados e dos Códigos de Processo Civil e Penal.

A proposição foi lida 16 de julho de 2007 e aprovada, na forma de substitutivo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi relatada pela Senadora Lúcia Vânia, 24 de outubro de 2007.

II – Análise

Compete à Comissão Diretora emitir parecer sobre a presente proposição, conforme determina o inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal.

De uma forma geral, podemos afirmar que o PRS nº 38, de 2007, é extremamente bem sucedido em seu intento, cobrindo pontos obscuros e omissos das normas atualmente vigentes, não havendo reparos, por exemplo, na parte referente à instrução probatória.

Malgrado esse fato, parece-nos que o seu texto merece aperfeiçoamentos.

No contexto mais amplo, o PRS nº 38, de 2007, efetivamente, tem conteúdo que excede o seu escopo inicial. Apesar de se definir como um “regulamento” do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – instrumento previsto no art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, a ser editado como um ato do colegiado – ele vai muito além, convertido em projeto de Resolução e promovendo, mesmo, diversas alterações tácitas e mesmo expressas na mesma Resolução nº 20, de 1993.

Assim, percebemos que acaba ocorrendo, em diversos dispositivos, superposição, que pode caminhar em sentido oposto ao pretendido originalmente, ou seja, dificultar o andamento dos trabalhos do Conselho de

Ética e Decoro Parlamentar. Para evitar isso, e para cumprir os comandos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, é necessário inserir as disposições contidas no PRS nº 38, de 2007, na Resolução nº 20, de 1993, compatibilizando-as e harmonizando-as, de forma consolidada.

Ademais, em razão da origem de sua inspiração, o Projeto de Resolução sob exame padece de sua proximidade com as normas regimentais da Câmara dos Deputados, o que o afasta das práticas do Senado Federal. Assim, em nosso entendimento, o texto mereceria alguns ajustes para corrigir esse problema. Nesse ponto, não haveria nenhuma mudança de maior fôlego ou que alterasse os objetivos da proposição.

Em nosso entendimento, seria necessário também promover ajustes no texto da proposição, no tocante às normas referentes ao recebimento das denúncias e representações, para clareá-las e evitarem-se obscuridades ou procedimentos repetitivos.

Além disso, é importante adaptar o texto a recentes alterações feitas na Resolução nº 20, de 1993, pela Resolução nº 1, de 2008, que dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, no tocante às questões do afastamento de Senador processado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, das normas de processamento de representação e das formas de votação no mesmo órgão.

Finalmente, inclusive como resultado dos debates em torno do tema no âmbito da Comissão Diretora, é oportuno recuperar a alteração proposta por este Colegiado quando da apreciação da proposição que deu origem à citada Resolução nº 1, de 2008, no sentido de prever o protocolamento das representações contra Senador diretamente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Trata-se de alteração que agiliza o processo, eliminando uma fase desnecessária e que, apesar de ser puramente formal, acaba sendo extremamente desgastante, qual seja, a apreciação da matéria pela Mesa do Senado Federal.

Assim, estamos propondo a aprovação do PRS nº 38, de 2007, na forma de substitutivo, para promover os ajustes formais já comentados, mantendo-se grande parte de seu texto e adotando, como delineamento geral, os seguintes fluxogramas de procedimentos para os processos que tramitam no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1. para representação de partido político com assento no Congresso Nacional, ou da Mesa do Senado Federal:

- apresentação da representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;
- exame preliminar da matéria pelo Presidente do Conselho, que poderá determinar o seu arquivamento se o pedido for manifestamente inepto (se faltar legitimidade ao autor, se os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem absurdos);
- da decisão do Presidente poderá haver recurso ao plenário do Colegiado, assinado por, no mínimo, cinco membros do órgão;
- abertura de procedimento sumário de admissão da representação, ouvido o representado, para verificar a procedência das informações, por relator sorteado;
- se considerada admitida a representação por fatos que podem conduzir à perda do mandato, o representado será notificado e o processo será aberto, considerando como marco, para fins do § 4º do art. 55 da Constituição, o recebimento da notificação;
- se considerada admitida a representação, mas os fatos indicarem a aplicação de pena inferior à perda do mandato, notifica-se o representando e é aberto processo;
- a instrução probatória será sempre realizada conforme previsto no PRS nº 38, de 2007, de forma bastante similar ao que já estabelecem os Códigos de Processo Civil e Penal;
- se considerada inadmitida a representação, ela vai ao arquivo.

2. para denúncia:

- apresentação da denúncia no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;
- exame preliminar da matéria pelo Presidente do Conselho, que poderá determinar o seu arquivamento, se o pedido for manifestamente inepto (se faltar legitimidade ao autor, se os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem absurdos);
- da decisão do Presidente poderá haver recurso ao plenário do Colegiado, assinado por, no mínimo, cinco membros do órgão;
- abertura de procedimento sumário de procedência da denúncia, ouvido o denunciado, por relator sorteado;
- se considerada procedente a denúncia por fatos que podem conduzir à perda do

mandado, os autos serão remetidos à Mesa para decidir sobre a sua conversão em representação;

- convertida a denúncia em representação, o representado será notificado e o processo será aberto, considerando como marco, para fins do § 4º do art. 55 da Constituição, o recebimento da notificação;
- se considerada procedente a denúncia, mas os fatos indicarem a aplicação de pena inferior à perda do mandato, notifica-se o denunciado e é aberto processo;
- se considerada inadmitida a denúncia, ela vai ao arquivo.

III – Voto

Assim, à vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 38, de 2007, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDir (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 38, DE 2007

Altera a Resolução nº 20, de 1993, para disciplinar o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução nº 20, de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 14. A representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, na qual, se for o caso, sob pena de preclusão, deverá constar o rol de testemunhas, em número máximo de cinco, os documentos que a instruem e a especificação das demais provas que se pretende produzir, será oferecida diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela Mesa ou por partido político com representação no Congresso Nacional.

§ 1º Apresentada a representação, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

- I – se faltar legitimidade ao seu autor;
- II – se a representação não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;

III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente im procedentes.

§ 2º Da decisão que determine o arquivamento da representação caberá recurso ao Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no prazo de dois dias úteis contados de sua publicação, subscrito por, no mínimo, cinco de seus membros. (NR)

Art. 15. Admitida a representação, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar determinará as seguintes providências:

I – registro e autuação da representação;

II – notificação do Senador, acompanhada da cópia da respectiva representação e dos documentos que a instruíram, para apresentar defesa prévia, no prazo de dez dias úteis contados da intimação, pessoal ou por intermédio de seu gabinete no Senado Federal, observando-se o seguinte:

a) a defesa prévia deverá, se for o caso, estar acompanhada de documentos e rol de testemunhas, até o máximo de cinco, sob pena de preclusão;

b) transcorrido o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo, ressalvado o direito do representado de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança ou a si mesmo defender-se, sem abertura de novo prazo para defesa;

III – designação de relator, mediante sorteio, a ser realizado em até três dias úteis, entre os membros do Conselho, sempre que possível, não filiados ao partido político representante ou ao partido político do representado.

§ 1º A escolha do defensor dativo compete ao Presidente do Conselho, vedada a designação de membro do próprio colegiado, nos termos do inciso III do caput deste artigo.

§ 2º No caso de impedimento ou desistência do relator, o Presidente do Conselho designará substituto na reunião ordinária subsequente, observado o disposto no inciso III do caput deste artigo. (NR)

Art. 15–A. Oferecida a defesa prévia, o relator apresentará relatório preliminar, no prazo de até cinco dias úteis, e o Conselho, em igual prazo, realizará análise inicial do mérito da re-

presentação, no qual examinará se há indícios de prática de ato que possa sujeitar o Senador à perda do mandato ou de ato punível na forma dos arts. 8º e 9º desta Resolução.

§ 1º Se houver indícios de prática de ato que possa sujeitar o Senador à perda do mandato, em decisão adotada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que se dará em processo de votação nominal e aberta, a representação será recebida e será instaurado o processo disciplinar.

§ 2º Instaurado o processo, o Conselho se manifestará sobre a necessidade de afastamento do representado do cargo que eventualmente exerça, de dirigente em Comissão ou na Mesa, desde que exista:

I – indício da alegação de prática de ato incompatível com o decoro parlamentar;

II – fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação à imagem do Senado Federal.

§ 3º O afastamento de que trata o § 2º será coincidente com a previsão de conclusão do relatório proposta pelo relator, admitindo-se uma prorrogação, por igual período.

§ 4º Para fins do disposto no § 4º do art. 55 da Constituição Federal e no art. 20 desta Resolução, considera-se instaurado o processo a partir da publicação da decisão de que trata o § 1º deste artigo, que se dará impreterivelmente no Diário do Senado Federal que circular no dia subsequente.

§ 5º Na hipótese da inexistência de indícios de prática de ato que possa sujeitar o Senador à perda do mandato, a representação será convertida em denúncia se houver indício da prática de fato sujeito às medidas previstas nos arts. 8º e 9º desta Resolução, instaurando-se processo disciplinar para a aplicação daquelas medidas, nos termos ali estabelecidos.

§ 6º Se o Conselho decidir pela improcedência da representação, ela será arquivada.

Art. 16. Ao Representado e ao denunciado é assegurado amplo direito de defesa e o contraditório, devendo ser intimados pelos respectivos gabinetes no Senado Federal ou por intermédio de procurador, para acompanhar todos os atos e termos do processo disciplinar. (NR)

Art. 17.
.....

§ 2º Apresentada a denúncia, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

- I – se faltar legitimidade ao seu autor;
- II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;
- III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente im procedentes.

§ 3º Da decisão que determine o arquivamento da denúncia caberá recurso ao Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, subscrito por, no mínimo, cinco de seus membros, no prazo de dois dias úteis contados de sua publicação, que se dará impreterivelmente no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

§ 4º Admitida a denúncia, será designado, por sorteio, relator, que realizará sumariamente a verificação de procedência das informações, ouvido o denunciado, no prazo de cinco dias úteis, contados de sua intimação.

§ 5º Transcorrido o prazo mencionado no § 4º deste artigo, o Presidente incluirá a matéria na pauta da reunião subsequente, na qual o Conselho deliberará pela procedência da denúncia ou pelo seu arquivamento.

§ 6º Considerada procedente a denúncia por fato sujeito às medidas previstas nos arts. 8º e 9º desta Resolução, será instaurado processo disciplinar e o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos.

§ 7º Caso entenda que a acusação é fundada em indícios bastantes que, se comprovados, justificariam a perda do mandato, o Conselho encaminhará os autos à Mesa do Senado Federal, para a apresentação de representação.

§ 8º Qualquer partido político com representação no Congresso Nacional poderá subscrever a denúncia de que trata o § 7º que, nesse caso, será encaminhada à Mesa como representação.

§ 9º Recebida de volta pelo Conselho a representação de que tratam os §§ 7º e 8º, será aberto processo disciplinar e expedida notificação específica para o representado,

para os fins do § 4º do art. 55 da Constituição e do art. 20 desta Resolução.

§ 10. Poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Senador. (NR)

CAPÍTULO VI—A

Da Instrução Probatória

Art. 17-A. Iniciado o processo disciplinar, o Conselho procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, assim como as requeridas pelo representante ou denunciante, pelo representado ou denunciado e pelo relator e pelos demais membros do Conselho, mediante a intimação prévia do representado ou denunciado, que poderá ser feita por intermédio de seu gabinete no Senado Federal, para, querendo, acompanhar os atos.

Parágrafo único. Nos casos puníveis com suspensão de prerrogativas regimentais, a instrução probatória será processada em, no máximo, trinta dias úteis.

Art. 17—B. O Conselho poderá convocar o representado ou denunciado para prestar depoimento pessoal.

Parágrafo único. Se forem inquiridas testemunhas, o depoimento pessoal do representado ou denunciado, quando colhido, poderá precedê-las, desde que respeitado o seu direito de ser ouvido também posteriormente a elas.

Art. 17—C. Em caso de produção de prova testemunhal, o Presidente deverá conduzir os trabalhos e estabelecer a forma de sua execução.

Parágrafo único. Havendo convocação de reunião para oitiva de testemunha, observar-se-ão as seguintes normas, nessa ordem:

I – serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo representante ou denunciante, as convocadas por iniciativa do Conselho e, por último, as arroladas pelo representado ou denunciado;

II – preferencialmente, a inquirição das testemunhas ocorrerá numa única sessão, devendo ficar separadas as de acusação das de defesa e serem recolhidas a lugar de onde não possam ouvir debates nem as respostas umas das outras;

III – a testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for pergunta-

do, sendo-lhe defesa qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução;

IV – ao relator será facultado inquirir a testemunha no início do depoimento e a qualquer momento que entender necessário;

V – após a inquirição inicial do relator, será dada a palavra ao representado ou denunciado ou ao seu procurador para que formule as perguntas que entender necessárias;

VI – feitas as perguntas, será concedido a cada membro do Conselho o prazo de até dez minutos improrrogáveis para formular perguntas;

VII – a chamada para que os Senadores inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, passando-se a palavra primeiramente aos membros do Conselho e a seguir aos demais Senadores;

VIII – após os titulares e suplentes inquirirem a testemunha, será concedido aos Senadores que não integram o Conselho o mesmo prazo dos seus membros, para suas arguições;

IX – a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo relator;

X – se a testemunha se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas, sendo-lhe permitido consignar protesto ao Presidente do Conselho, em caso de abuso ou violação de direito.

Art. 17–D. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

Parágrafo único. Sendo estritamente necessário, os Senadores ouvirão testemunhas impedidas ou suspeitas, mas os seus depoimentos serão prestados independentemente de compromisso e os Senadores lhes atribuirão o valor de informantes.

Art. 17–E. A Mesa do Senado, o representante ou denunciante e o representado ou denunciado poderão requerer a juntada de documentos novos em qualquer fase do processo, até o encerramento da instrução, desde que pertinentes à matéria suscitada na representação ou denúncia.

Art. 17–F. Se necessária a realização de perícia, o Conselho, em decisão fundamentada, designará perito, que poderá ser de órgão externo ao Senado Federal.

§ 1º Feita a designação, o relator poderá formular quesitos e fixará de imediato o prazo

para a entrega do laudo, comunicando o fato ao perito para início dos trabalhos.

§ 2º Incumbe ao representante ou denunciante e ao representado ou denunciado apresentar quesitos e designar assistente técnico, dentro do prazo de três dias úteis contados da intimação da designação do perito.

Art. 17–G. O representado ou denunciado terá ciência da data e local designados pelo relator ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

Art. 17–H. O perito apresentará o laudo na Secretaria do Conselho, no prazo fixado pelo relator.

Parágrafo único. É lícito ao Conselho convocar o perito para prestar esclarecimentos orais.

Art. 17–I. Produzidas as provas, o relator declarará encenada a instrução, intimará o representado ou denunciado para apresentar suas alegações finais no prazo de três dias úteis e, após isso, entregará relatório que será apreciado pelo Conselho no prazo de dez dias úteis.

§ 1º Recebido o relatório, a Secretaria do Conselho o desdobrará em duas partes, disponibilizando para divulgação apenas a primeira parte, descritiva, ficando a segunda parte, que consiste na análise e no voto do relator, sob sigilo até sua leitura em reunião pública.

§ 2º O parecer poderá concluir pela procedência da representação ou pelo seu arquivamento, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para a declaração da perda do mandato.

CAPÍTULO VI-B

Das Nulidades

Art. 17-1 Quando esta Resolução, o Regimento Interno do Senado Federal ou norma subsidiária prescreverem determinada forma, sob pena de nulidade, sua decretação não poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa.

Parágrafo único. *Quando houver forma prescrita, sem cominação de nulidade, o Conselho considerará válido o ato se, realizado de outro modo, atingir a sua finalidade.*

Art. 17-K. Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequêntes, que dele dependam.

Art. 17-L. O Conselho, ao pronunciar a nulidade, declarará quais atos são atingidos,

ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos ou retificados.

§ 1º O ato não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar o representado ou denunciado.

§ 2º Quando puder decidir do mérito a favor do representado ou denunciado, o Conselho não pronunciará a nulidade nem mandará repetir o ato declarado nulo, ou suprir-lhe a falta.

Art. 17-M. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários, a fim de se observarem as disposições legais.

CAPÍTULO VI-C

Da Apreciação do Parecer

Art. 17-N. Na reunião de apreciação do parecer do relator, o Conselho observará os seguintes procedimentos, nessa ordem:

I – anunciada a matéria pelo Presidente, dar-se-á a palavra ao relator, que procederá à leitura do relatório;

II – será concedido o prazo de vinte minutos, prorrogável por mais dez, ao representado ou denunciado e/ou seu procurador para defesa oral, sendo-lhe facultada a entrega prévia de memoriais escritos aos membros do Conselho;

III – será a palavra devolvida ao relator para leitura do seu voto;

IV – a discussão do parecer terá início, podendo cada membro do Conselho usar a palavra, durante dez minutos improrrogáveis, após o que será concedido igual prazo aos Senadores que não integram o Conselho;

V – o Conselho passará à deliberação, que se dará em processo de votação nominal.

VI – o resultado final da votação será publicado no Diário do Senado Federal.

§ 1º É facultado ao representado ou denunciado pedir a palavra pela ordem para esclarecer sucintamente a matéria em discussão.

§ 2º Em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias.

§ 3º Concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, será o processo encaminhado à Mesa do Senado e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário do Senado Federal e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

..... ‘
Art. 19. Para a apuração de fatos e das responsabilidades previstas nesta Resolução, o Conselho poderá solicitar auxílio de outras autoridades públicas, inclusive quanto à remessa de documentos necessários à instrução probatória, ressalvada a competência privativa da Mesa do Senado. (NR)

.....
Art. 22.

§ 1º Ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, a representação ou denúncia somente poderá abordar atos ou omissões ocorridas no curso do mandato do representado ou denunciado.

§ 2º Os Senadores estão sujeitos ao julgamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a partir de sua posse. (NR)

.....
Art. 23-A. Se for oferecida representação ou denúncia contra Senador ou se houver qualquer matéria pendente de deliberação, o Presidente do Conselho convocará seus membros com antecedência de pelo menos dois dias úteis, para se reunirem na sede do Senado Federal, em dia e hora prefixados, para escolha do relator, nos termos do art. 15, III, e 17, § 4º.

§ 1º Em nenhum caso o horário das reuniões do Conselho coincidirá com o da Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias ou extraordinárias do Senado Federal ou do Congresso Nacional, sob pena de nulidade do que for deliberado no Conselho.

§ 2º As reuniões serão públicas, salvo quando, por força de lei, se faça necessário resguardar o sigilo de bens constitucionalmente tutelados, especialmente a intimidade da pessoa humana e a proteção do menor, e os votos serão ostensivos.

§ 3º Por deliberação de seus membros, o Conselho poderá:

I – reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local fora da Sede do Senado Federal para audiência de instrução da representação ou denúncia;

II – por comissão constituída por três membros ou por servidores do Senado Federal,

inspecionar lugar ou coisa a fim de esclarecer fato ligado ao objeto da representação ou denúncia, lavrando termo circunstanciado.

§ 4º As diligências a serem realizadas fora do Senado Federal, que exijam a atuação de outros entes da Federação ou de outros Poderes da República, serão feitas por intermédio da Mesa do Senado Federal.

Art. 24. Ressalvadas as normas previstas nesta Resolução, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

..... (NR)

Art. 26-A. Se necessário, o Presidente, por deliberação do Conselho, prorrogará, por prazo determinado, a investigação e o julgamento da representação ou da denúncia.

Art. 26-B. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, ao processo disciplinar parlamentar, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei de Processo Administrativo), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), no que for cabível.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Handwritten signatures of the President and Relator of the Commission. The President's signature is at the top, followed by the Relator's signature. Below them are several other signatures, likely of the members of the Commission.

, Presidente

, Relator

PARECER Nº 516, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.331, de 2007, por meio do qual o Senador Marconi Perillo solicita ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre o Programa de Concessão de Rodovias Federais.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.331, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, tem por objetivo solicitar ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a segunda etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em andamento. As questões versam sobre:

- a) aspectos gerais do Programa: fundamentação; bases e parâmetros adotados no processo licitatório; principais alterações introduzidas no modelo de concessão em relação ao adotado na etapa anterior; etapas futuras;
- b) critérios adotados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para pré-qualificação das empresas interessadas em participar do leilão realizado em 9 de outubro de 2007;
- c) cópia do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a empresa OHL Brasil S.A.;
- d) dados que comprovem a idoneidade, a experiência e a efetiva capacidade técnica e funcional da empresa OHL Brasil S.A. para a perfeita execução do objeto do contrato.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento atende ainda ao disposto no inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, mediante os quais os requerimentos de informação não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

III – Voto

À luz do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.331, de 2008.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Senate. The President's signature is at the top, followed by the Reporter's signature. Below them are several other signatures, likely of other senators or staff members.

,Presidente

,Relator

PARECER Nº 517, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 292, de 2008, mediante o qual são solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente sobre publicidade de venda de terras na Amazônia por meio da Internet

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

Mediante o Requerimento nº 292, de 2008, o Senador Arthur Virgílio solicita informações à Ministra do Meio Ambiente acerca de publicidade de venda de terras na Amazônia em sítios da Internet.

O autor da proposição formula as seguintes indagações:

i) o Ministério tem conhecimento e acompanha essa prática de veiculação de vendas, pela Internet, de áreas da Floresta Amazônica?

ii) o Ministério adotou ou adotará providências acautelatórias para evitar a continuidade dessa modalidade de comércio virtual?

iii) essa modalidade de transação contraria a legislação, inclusive as referentes à cessão de glebas na Amazônia?

iv) já houve negociação com base nessa prática?

Na justificativa que acompanha o Requerimento, o autor faz referência a reportagem publicada no jornal **Amazonas em Tempo**, em 14 de março de 2008, sobre anúncio feito por meio do sítio www.imoveisvirtuais.com.br, relativo à venda de glebas na Amazônia e, em especial, no Estado do Amazonas, para fins de “comércio de carbono”. O Senador Arthur Virgílio julga que esse tipo de anúncio representa fato grave, que afeta interesses estratégicos do País.

II – Análise

A Constituição Federal, em seu art. 50, § 2º, faculta, às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o encaminhamento de pedidos de informações a Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Essa disposição constitucional é regulamentada pelo art. 216, II, do Regimento Interno do Senado Federal, onde se estabelece que esses requerimentos não poderão conter pedido, providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirijam.

A matéria é disciplinada, ainda, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, o qual determina, em seu art. 1º, § 2º, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

Deve-se ressaltar, por fim, que esses pedidos de informações têm, ainda, apoio no art. 49, X, da Constituição, que inclui, no âmbito da competência exclusiva do Congresso Nacional, a atribuição de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

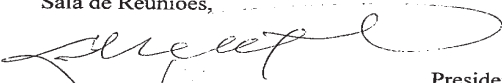
O requerimento ora examinado destina-se à obtenção de informações sobre uma questão específica: amparo legal de anúncios de vendas, pela internet, de glebas de terras cobertas pela Floresta Amazônica, segundo informações veiculadas pela imprensa, e medidas eventualmente tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente para coibir tais anúncios.

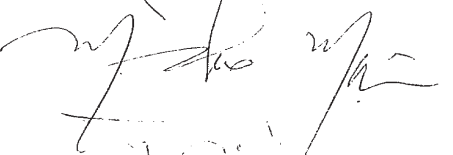
A questão está claramente inserida no âmbito da competência fiscalizadora do Senado Federal e as perguntas formuladas pelo autor do requerimento atendem às determinações regimentais referentes à matéria.

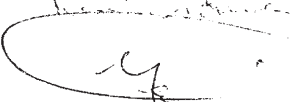
III – Voto

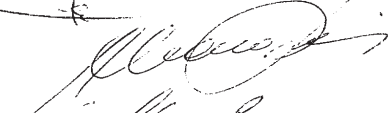
À luz do exposto, votamos pela Aprovação do Requerimento nº 292, de 2008.


Sala de Reuniões,

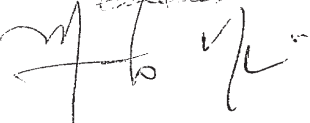

, Presidente


, Relator









PARECER Nº 518, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informação nº 420, de 2008, que solicita informações sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e com o art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, o Senador Arthur Virgílio traz à consideração desta Mesa a admissibilidade do Requerimento de Informação nº 420, de 2008. Endereçado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, o Requerimento pretende obter informações sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus.

O Autor do Requerimento cita o jornal **Diário do Amazonas**, que noticiou resultado de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). A matéria relata diversas irregularidades e falhas graves no projeto básico da obra de construção da malha de dutos que vai distribuir o gás natural em Manaus. A Egrégia Corte inseriu essa obra entre aquelas com indícios de irregularidades graves e determinou que a Companhia de Gás do Amazonas (CI-

GÁS), responsável pela obra, fizesse ajustes visando a saná-las. Em face dessa notícia, o Senador Arthur Virgílio solicita que o Ministro de Estado de Minas e Energia esclareça quais são as irregularidades encontradas pelo TCU e que providências estão sendo tomadas para se evitarem danos aos cofres públicos.

II – Análise

A Cigás, concessionária pública vinculada ao Estado do Amazonas, firmou convênio com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), a Manaus Energia S.A. e as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia (MME), para a construção de gasoduto visando ao atendimento de produtores independentes de energia na cidade de Manaus.

Esses serviços locais de gás canalizado mediante gasodutos, por força do art. 25 da Constituição Federal, são da competência dos Estados. Entretanto, por envolver repasse de recursos federais, esse empreendimento foi objeto da auditoria do Tribunal de Contas da União. O Acórdão do TCU nº 1.429/2007, que decidiu sobre essa auditoria, fez determinações apenas à Cigás, a executora da obra fiscalizada, para a correção das irregularidades suscitadas pela Corte de Contas. Nenhuma irregularidade foi observada em atos administrativos de responsabilidade das empresas vinculadas ao MME.

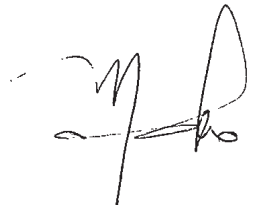
Em face do exposto, conquanto as dúvidas exaradas pelo Senador Arthur Virgílio sejam procedentes e devam ser respondidas, o MME não é o órgão mais apropriado para respondê-las. O instrumento mais adequado seria uma Proposta de Fiscalização e Controle, para a consideração da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do parágrafo único do art. 102B do RISF, com vistas a instar o TCU a responder as pertinentes questões do Senador Arthur Virgílio.


III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela inadmissibilidade do Requerimento nº 420, de 2008.

Sala de Reuniões,

Sala de Reuniões,


, Presidente


, Relator

PARECER Nº 519, DE 2008

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 439, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca dos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

A Senadora Kátia Abreu, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou à Mesa o Requerimento nº 439, de 2008, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca dos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução nos Municípios de Porto Nacional e Sampaio, no Estado do Tocantins.

No requerimento, são especificadas três indagações: 1 – repasses de recursos federais para o Projeto de Fruticultura Irrigada de São João, no Município de Porto Nacional, e para o Projeto Sampaio, no Município de mesmo nome; 2 – plano de trabalho com cronograma financeiro e de execução dos mencionados projetos; e 3 – como será feita a seleção para a ocupação dos lotes, qual a forma e quem fará essa seleção.

Segundo a Senadora Kátia Abreu, cabe ao Congresso Nacional fiscalizar a aplicação dos recursos da União, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, de modo a zelar pela correta utilização do dinheiro público. Em vista disso, são solicitadas informações ao Ministro da Integração Nacional sobre os repasses de recursos em benefício dos mencionados projetos de irrigação.

II – Análise

O requerimento encontra amparo no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, sendo adequado seu encaminhamento ao Ministro da Integração Nacional, uma vez que o Ministério inclui entre as suas atribuições a implantação de obras contra as secas e de infraestrutura hídrica e a formulação e condução da política nacional de irrigação.

As informações não envolvem operações financeiras ativas e passivas, definidas na Lei Complementar nº 105, de 2001, e, portanto, não se enquadram entre as sujeitas ao sigilo bancário, disciplinadas na referida

lei. Assim, nos termos do art. 215, I, a, o requerimento depende de decisão da Mesa.

A proposição atende também ao art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) quanto a sua admissibilidade, visto que a matéria refere-se a esclarecimento de assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado. Obedece, ainda, ao inciso II do mesmo artigo do Regimento Interno, pois não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

O requerimento conforma-se ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, especialmente o § 2º do art. 1º, pois as informações requeridas possuem relação estreita com o assunto que se pretende esclarecer. Em suma, a proposição em exame atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os requerimentos de informações a autoridades do Poder Executivo.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pelo encaminhamento do Requerimento nº 439, de 2008, ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional.

Sala de Reuniões,

The image shows several handwritten signatures and stamps. At the top right, there is a signature and the text 'Presidente'. Below it, another signature and the text 'Relator'. There are also some illegible handwritten notes and a date stamp '10/06/08'.

PARECER Nº 520, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, ao Requerimento nº 446, do Senador Arthur Virgílio, de 2008, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

O Requerimento sob análise, de autoria do ilustre Senador Arthur Virgílio, solicita ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social as informações supramencionadas, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal.

Dessa forma, questiona se há previsão para a referida contratação, se está sendo respeitado, para a contratação, o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e qual o orçamento estimado para a consecução da finalidade. Pede, ainda, que sejam anexadas cópias dos documentos referentes ao procedimento licitatório.

Na justificação, o nobre autor do Requerimento menciona informação da colunista Mônica Bergamo, veiculada em sua coluna publicada do último dia 9 de abril, na **Folha de São Paulo**. A coluna mencionou a contratação, pelo Governo Lula, de assessoria de imprensa para promover o País no exterior, com funcionamento permanente nos Estados Unidos e com apoios na Europa e na Ásia, sob o argumento de que a imagem do País no exterior apresenta aspectos negativos, principalmente nos desenvolvidos, devido a situações pontuais.

O Requerimento, assim, tem por objetivo esclarecer a mencionada nota, para que se tenha conhecimento da aplicação adequada dos recursos públicos por parte do atual governo.

II – Análise

O Requerimento se afina com os pressupostos constitucionais sobre o tema, e encontra respaldo no art. 50 da Constituição que, no seu § 2º, autoriza às Mesas da Câmara e do Senado encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado. O dispositivo é corolário do princípio magno relativo à missão do Poder Legislativo de fiscalizar os atos do Poder Executivo, alicerçado no sistema de ‘freios e contrapesos’, que fundamenta a independência e harmonia entre os Poderes.

Mostra-se, ademais, em consonância com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno, pela preocupação demonstrada em saber quanto à previsão orçamentária para a manutenção da assessoria, e quanto ao respeito à Lei nº 8.666, de 1993 na contratação. A mencionada lei regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Além disso, o Requerimento não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou

interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 446 de 2008, por constitucional e jurídico, conveniente e oportuno.

Sala de Reuniões,

Presidente

Relator

PARECER Nº 521, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 457, de 2008, que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo e os repasses à Marinha de Guerra do Brasil.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

O Senador Eduardo Azeredo, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 457, de 2008, no qual solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda detalhamento dos recursos provenientes da produção de petróleo nos últimos dois anos e, em particular, dos valores repassados à Marinha de Guerra do Brasil.

Segundo relatado em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o Ministério da Marinha faz jus a uma parcela dos **royalties** quando a exploração de petróleo e gás se dá na plataforma continental. Por força das Leis nº 7.990, de 1989, e nº 9.478, de 1997, quando o **royalty** corresponder a 5% da produção, a Marinha faz jus a 20% do total. Quando o **royalty** for superior a 5% da produção, a Marinha terá direito a 15% do valor arrecadado.

No entanto, quando da audiência, o autor do requerimento não obteve resposta à sua indagação quanto ao valor dos repasses efetivos à Marinha. Manifestou preocupação com a possibilidade de que os repasses estejam sendo contingenciados. Por essa razão, deseja saber quais os valores repassados à Marinha de Guerra nos últimos dois anos.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3 do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

Diante da carência de recursos de que têm padecido as Forças Armadas, é natural que o Senado Federal se preocupe com a possibilidade de que recursos destinados por lei à Marinha do Brasil não estejam sendo repassados como manda a legislação.

As Forças Armadas sofrem de crônica ausência de investimentos e o Senador está, muito corretamente, preocupado com as conseqüências dessa progressiva deterioração dos equipamentos, das armas e dos sistemas nacionais de defesa. Teme que o País não consiga mobilizar-se adequadamente em caso de ameaças nem proteger seus valiosos recursos naturais.

O Brasil atravessa período de estabilidade econômica, com a inflação sob controle, e com o superávit primário bem administrado. Não há, portanto, razão que justifique o forte contingenciamento de recursos que a lei destina à Marinha. Sendo assim, o Requerimento ora apresentado é perfeitamente admissível.

Como é atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas do governo, a solicitação contida no requerimento enquadra-se dentre as competências do Senado Federal. Por outro lado, o pedido está sendo corretamente dirigido ao Ministro da Fazenda, pois é o seu Ministério que determina os contingenciamentos.

O Requerimento nº 457, de 2008, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, a deliberação do pedido no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de “informações sigilosas”. Como a informação solicitada no Requerimento em tela não se enquadra entre aquelas de caráter sigiloso e é atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, o Requerimento atende os preceitos regimentais para sua aprovação.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 457, de 2008.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Commission. The President's signature is at the top right, and the Reporter's signature is below it. There are several other signatures below, including one that appears to be 'Diana'.

, Presidente

, Relator

PARECER Nº 522, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 458, de 2008, que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo e os repasses à Marinha de Guerra do Brasil.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

O Senador Eduardo Azeredo, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 458, de 2008, no qual solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, detalhamento dos recursos provenientes da produção de petróleo nos últimos dois anos e, em particular, dos valores repassados à Marinha de Guerra do Brasil.

Segundo relatado em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o Ministério da Marinha faz jus a uma parcela dos **royalties** quando a exploração de petróleo e gás se dá na plataforma continental. Por força das Leis nº 7.990, de 1989, e nº 9.478, de 1997, com relação à parcela de **royalty** que corresponde a 5% da produção, a Marinha faz jus a 20% do total. Quando o **royalty**

for superior a 5% da produção, a Marinha terá direito a 15% do valor arrecadado.

No entanto, quando da audiência, o autor do requerimento não obteve resposta à sua indagação quanto ao valor dos repasses efetivos à Marinha. Manifestou preocupação com a possibilidade de que os repasses estejam sendo contingenciados. Por essa razão, deseja saber quais os valores repassados à Marinha de Guerra nos últimos dois anos.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

Diante da carência de recursos de que têm decidido as Forças Armadas, é natural que o Senado se preocupe com a possibilidade de que recursos destinados por lei à Marinha do Brasil não estejam sendo repassados como manda a legislação.

As Forças Armadas sofrem de crônica ausência de investimentos e o Senador está, muito corretamente, preocupado com as conseqüências dessa progressiva deterioração dos equipamentos, das armas e dos sistemas nacionais de defesa. Teme que o País não consiga mobilizar-se adequadamente em caso de ameaças nem proteger seus valiosos recursos naturais.

O Brasil atravessa período de estabilidade econômica, com a inflação sob controle, e com o superávit primário bem administrado. Não há, portanto, razão que justifique o forte contingenciamento de recursos que a lei destina à Marinha. Sendo assim, é perfeitamente admissível o Requerimento de Informação.

Como é atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas do governo, a solicitação contida no requerimento enquadra-se dentre as competências do Senado Federal. Por outro lado, o pedido está sendo corretamente dirigido ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, pois é o seu Ministério que acompanha a execução dos recursos recebidos pelo Tesouro Nacional e repassados à Marinha.

O Requerimento nº 458, de 2008, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado e atende, também, às exigências do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, a deliberação do pedido no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de “informações sigilosas”. Como a informação solicitada no Requerimento em tela não se enquadra entre aquelas de caráter sigiloso e é atinente à competência fiscalizadora do

Senado Federal, o Requerimento atende os preceitos regimentais para sua aprovação.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 458, de 2008.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Commission. The President's signature is at the top right, and the Reporter's signature is below it. There are several other signatures below, including one that appears to be 'Álvaro Dias'.

PARECER Nº 523, DE 2008

Da Mesa Diretora, sobre o Requerimento de Informações nº 485, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que requer, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações sobre aluguéis de hangares e contrato emergencial de empresa para coleta de resíduos sólidos em aeroportos.

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Vem à Mesa Diretora do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 485, de 2008. Busca-se com a iniciativa a prestação, pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa de informação atinente a aluguéis de hangares e contrato emergencial de empresa para coleta de resíduos sólidos em aeroportos.

O Requerimento funda-se no prescrito pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposta objetiva angariar, de modo específico, as seguintes informações:

(i) Em relação aos hangares nos Aeroportos do Campo de Marte, em São Paulo, de Brasília e da

Pampulha, em Belo Horizonte, as indagações são as seguintes:

- “1. Para quais entidades estiveram alugados desde o ano de 2002;
2. Qual o faturamento ano a ano dos mesmos, desde 2002; e
3. Qual o faturamento mês a mês dos mesmos nos últimos três anos.”

(ii) Sobre a contratação de empresa para coleta de resíduos sólidos, Classes A, B e D, do Aeroporto Internacional de Guarulhos e Classe D do Aeroporto do Campo de Marte, são solicitadas as seguintes informações:

- “1. Com o encerramento do contrato emergencial com a empresa Financial, em novembro de 2006, foi feita a cotação do serviço com três outras empresas para um novo contrato emergencial. Por que, após avaliação das três propostas feitas pela área técnica, foram invalidados os três orçamentos apresentados e se eles constam ou não da pasta processual pertinente?; e
2. Nesse mesmo período, com a recusa dos três orçamentos apresentados, por que foi feito um novo contrato emergencial com a mesma Financial?”

II – Análise

Por se tratar de proposta de requerimento que se destina à obtenção de informações de Ministro de Estado, o tema deve ser analisado à vista do que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento dessa natureza.

Referido Ato prescreve, para hipóteses como a presente, que eventual pedido de informação deverá versar sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Dispõe, também, que o requerimento deverá ser dirigido a Ministro de Estado, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública sob sua supervisão. Prevê, por igual, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O quadro normativo indicado aponta, ainda, que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Esse o quadro, observamos, de um lado, que, do modo como elaborado, o requerimento em apreciação está inserido na competência constitucionalmente outorgada ao Congresso Nacional de fiscalização e con-

trole – por qualquer de suas Casas – dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X); de outro, que ele não afronta dispositivo do Ato da Mesa mencionado, tampouco é exorbitante no que tange à obtenção de informação tópica.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 485, de 2008, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa o pedido de informações de que trata.

Sala das Reuniões,

Handwritten signatures of the President and Relator of the Senate. The President's signature is at the top, followed by the Relator's signature. Below them are several other handwritten signatures, including one that appears to be 'Vitoriano' and another that is partially legible as 'César Borges'.

PARECER Nº 524, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 591, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diárias do Assessor Especial da Presidência, Senhor Marco Aurélio Garcia.

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 591, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, cuja ementa se encontra na epígrafe.

O ilustre autor do requerimento solicita à autoridade destinatária informações sobre o valor pago a título de diárias ao Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, professor Marco Aurélio Garcia, desde 2004 até a presente data, discriminado por viagem, relacionando o período, o objetivo e o papel desempenhado pelo Assessor em cada uma delas.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se refere a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a sigilo.

Ocorre, entretanto, que o Requerimento sob exame não se encontra dirigido à autoridade competente. De um lado, a Assessoria Especial do Presidente da República, da qual o professor Marco Aurélio Garcia é o Assessor-Chefe, não integra a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República, mas é órgão diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo.

De outra parte, compete à Casa Civil da Presidência da República, conforme o art. 2º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República, inclusive da Assessoria Especial do Presidente da República.

Assim, como o Requerimento nº 591, de 2008, solicito informações administrativas de órgão da Presidência da República, deve ser dirigido ao titular da Casa Civil e não ao da Secretaria-Geral.

III – Voto

Do exposto, manifestamos-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 591, de 2008, com a ressalva de que o pedido deve ser encaminhado à

Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em reunião realizada em 29 de maio do corrente, os seguintes **Requerimentos de Informações**, nos termos de seus relatórios: **nºs 1.331, de 2007; 292, 439, 446, 457, 458 e 591, de 2008.**

Comunica ainda, que foi aprovado o **Requerimento nº 420, de 2008.**

Informa, também, que foi aprovado parecer favorável ao **Projeto de resolução nº 38, de 2007.**

Comunica, por último, que a Mesa determinou o arquivamento do **Requerimento de Informações nº 212, de 2008.**

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora do Senado Federal, em sua reunião realizada em 29 de maio de 2008, aprovou o **Requerimento 593, de 2008**, de tramitação conjunta dos **Projetos de Lei do Senado nºs 72 e 102, de 2007–Complementares.**

Os Projetos de Lei mencionados vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a decisão da Comissão Diretora:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 593, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 72 e 102, de 2007 – Complementares.

Senado Federal, em 29 de maio de 2008.

Handwritten signatures of the members of the Commission, including names like Viana, Paulo, and others.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 21, DE 2008**

Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O art. 95 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

“Art. 95.

§ 1º Não serão computadas, para efeito do limite remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37 e da vedação contida no § 4º do art. 39, as parcelas de caráter indenizatório e o adicional por tempo de serviço previsto em

lei complementar, até o limite de trinta e cinco por cento do valor do subsídio.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 128 passa a vigorar acrescido do § 7º:

“Art. 128.

§ 7º Não serão computadas, para efeito do limite remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37 e da vedação contida no § 4º do art. 39, as parcelas de caráter indenizatório e o adicional por tempo de serviço previsto em lei complementar, até o limite de trinta e cinco por cento do valor do subsídio. (NR)”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor e produz efeitos financeiros a partir da sua publicação, alcançando o tempo de serviço anterior à sua vigência e estendendo-se aos inativos e pensionistas.

Justificação

O modelo remuneratório desenhado desde as Emendas Constitucionais nº 19 e nº 20, ambas de 1998, consubstanciado na fixação do subsídio em parcela única, a despeito de medida moralizadora, apresentou, em especial para a Magistratura e para o Ministério Público, um descompasso com a realidade dessas carreiras, que precisa ser equacionado pela via da alteração do texto constitucional.

Com efeito, olvidaram as reformas administrativa e previdenciária as características próprias dessas funções de Estado, plasmadas em carreiras longas, e cuja valorização também passava, historicamente, pela diferenciação de remuneração de acordo com o tempo a elas dedicado pelo juiz ou membro do Ministério Público.

A experiência acumulada desde a efetiva implementação do subsídio revela, de maneira inarredável, que esse modelo não se harmoniza com as tradições dessas carreiras, causando, ao revés, um desequilíbrio no sistema, o qual demanda a alteração constitucional ora proposta.

Ainda que adequada para algumas carreiras que não se organizam em níveis funcionais bem definidos, e que permitem, mais livremente, a movimentação de servidores pelos cargos de confiança e funções comissionadas, a retribuição por meio de subsídio precisa ser pontualmente aperfeiçoada quanto à Magistratura e ao Ministério Público. Aqui, há uma estratificação funcional em níveis hierárquicos e o acesso a esses níveis está umbilicalmente vinculado ao tempo de permanência nas respectivas carreiras.


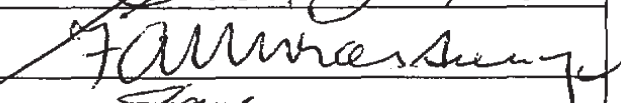


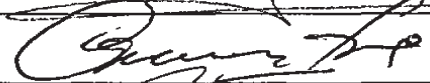

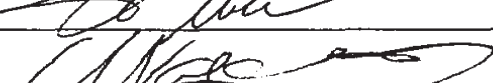


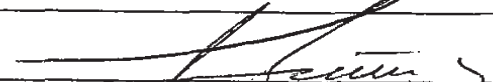



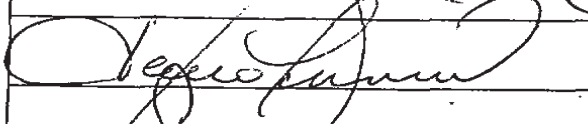


Mercê dessa realidade específica, em que a ausência de prestígio do tempo de serviço, traduzida na inexistência do acréscimo remuneratório proporcional, manifesta-se como quebra do sistema, o assunto merece a atenção do Congresso Nacional, para a realização do necessário ajuste.

A proposição em tela tem como objetivo, pois, excepcionar a possibilidade de percepção, pela Magistratura e pelos membros do Ministério Público, do adicional por tempo de serviço, observado o limite tradicional de trinta e cinco por cento.

Com a aprovação da proposta em discussão, será devolvida a essas carreiras fundamentais para o Estado democrático de direito a valorização e o estímulo para a preservação e atração de bons quadros profissionais.

Pelas razões expostas, pugnamos pelo apoio de todos os membros do Congresso Nacional para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2008. – Senador **Álvaro Dias**

	SENADOR	ASSINATURA
1	ALVARO DIAS	
2	Mário Santo	
3	PAULO PAIM	
4	Jefferson Pees	
5	OSMAR AIAS	
6	GOMER TUNDI	
7	ALVARO ADRIANO	
8	Donnell	
9		HERÁCLITO FORTES
10		Adelmir Santana
11	EDUARDO AZEREDO	
12	Rapalio Vas	
13	Geosthimes	PEORO SINGA
14	ESTANIO ARNS	
15	Ima N. M. C. L.	MARCO MACIEL
16		TASSO FERREISSATI
17		

	SENADOR	ASSINATURA
18	ARTHUR VIGILIO	
19	AUGUSTO BOTELO	
20	mycio Coelho	mycio
21	Antonio Passalunghi	
22	JOSÉ NERY	Jose Nery
23	Rosalley Ciriani	Rosalley
24	CRISTIAN	CRISTIAN
25	Edwards Marling	Edwards Marling
26	VALDIR RAUFI	
27	GERALDO MESQUITA JR	
28	Cláudio Lima	
29	WILLIAM VASCONCELOS	WILLIAM VASCONCELOS
30	TIÃO VIANA	TIÃO VIANA
31	RENATO CASAGRANDE	
32		
33		
34		

Legislação Citada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ÍNDICE TEMÁTICO

Vide texto compilado

PREÂMBULO

.....
.....
.....
]

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º - O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º - A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º - Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º - Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

~~b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;~~

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

~~III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.~~

III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - dedicar-se à atividade político-partidária.

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~e) irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;~~

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

~~e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.~~

e) exercer atividade político-partidária; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 115, DE 2008

(nº 335/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de de-

zembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Os méritos da Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de maio de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 194 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G–MRE/APES

Brasília, 27 de maio de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, § 1º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, bem como no art. 46, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da

Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA

CPF.: 16646398615

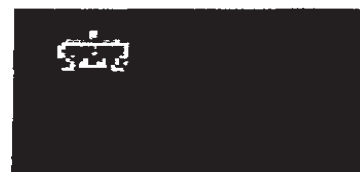
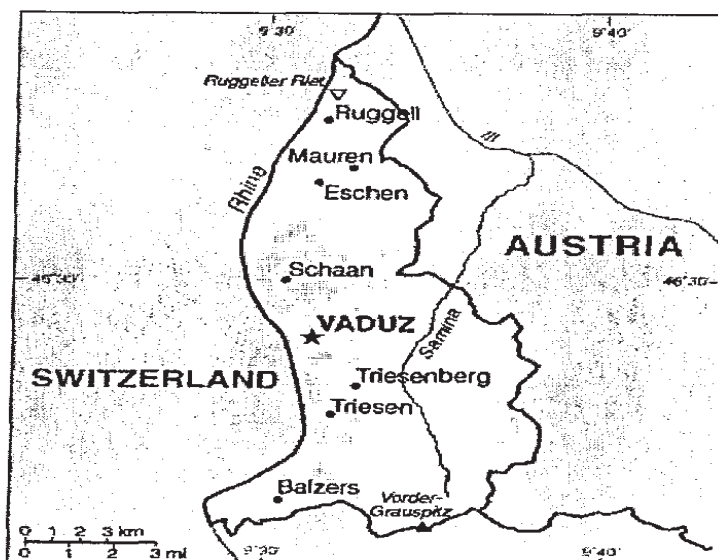
ID.: 5689/MRE

08/08/1952	Filha de José Pompeu dos Magalhães Brasil e Doris Santos Pompeu Brasil, nasce em 8 de agosto, em Recife/PE
02/04/1974	CPCD - IRBr
11/09/1975	Terceira Secretária em 11 de setembro
12/09/1975	Departamento de Promoção Comercial, assistente
05/11/1975	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
21/12/1975	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
12/06/1978	Segunda Secretária em 12 de junho
09/08/1981	Delegação Permanente em Genebra, Segunda e Primeira Secretária
16/06/1982	Primeira Secretária, por merecimento, em 16 de junho
05/01/1985	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, assessora
28/03/1985	Secretaria-Geral, assessora
28/05/1986	"Ordre National du Mérite", França, Oficial
11/06/1987	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
30/06/1987	Conselheira, por merecimento, em 30 de junho
01/06/1988	Medalha do Mérito Santos-Dumont, Brasil
04/08/1988	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
20/09/1988	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
06/03/1989	Embaixada em Washington, Conselheira
13/05/1991	CAE - IRBr, Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos. O caso brasileiro
27/04/1992	Embaixada em Santiago, Conselheira
11/06/1993	Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos. O caso brasileiro, ed. Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Brasília
18/03/1994	Secretaria de Imprensa, coordenadora técnica
21/12/1994	Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 21 de dezembro
25/09/1995	Embaixada em Washington, Ministra-Conselheira
01/10/1995	Conselho do Global Environment Facility - GEF/Banco Mundial, Washington, Membro do Conselho
19/07/1999	Embaixada em Paris, Ministra-Conselheira
03/01/2002	"Légion d'Honneur", França, Oficial
12/01/2004	Secretaria-Geral, assessora
30/06/2004	Ministra de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de junho
03/03/2005	Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Presidente
24/03/2006	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretária-Geral
31/05/2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial


DENIS FONTES DE SOUZA PINHO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN



Maio de 2008

Nome oficial e capital:	Reino de Liechtenstein, Vaduz
Idioma:	Alemão (oficial), dialetos alemães
Território e população:	160 km ² ; 34.498 (2008)
Forma de Estado:	Monarquia constitucional
Chefe de Estado:	Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)
Sistema de governo:	Parlamentarismo (Parlamento unicameral, o <i>Landtag</i>)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Otmar Hasler (desde 5 de abril de 2001)
Sistema legal:	Códigos Civil e Penal locais baseados no sistema da "civil law". Aceita a jurisdição compulsória da CIJ sem reservas
Sistema eleitoral:	Sufrágio universal (a partir de 18 anos)
Religião:	Católica Romana (76,2%), Protestante (7%), nenhuma (10,6%), outras (6,2%) (2002)
Densidade demográfica:	210 hab/km ² (2004)
PIB:	US\$ 36,33 bilhões (2007)

PIB per capita:	US\$ 25 mil (1999)
Crescimento do PIB:	11% (1999)
Moeda:	Franco suíço (CHF)
Expectativa de vida:	76 anos/homens e 83 anos/mulheres
Taxa de natalidade:	9,86/1000 hab. (2008)
Taxa de mortalidade infantil:	7,42/1000 nascidos vivos (2008)
A Família Real:	O Príncipe Hans-Adam II e a Princesa Marie têm quatro filhos: Príncipe Herdeiro Alois, nascido em 11 de junho de 1968; Príncipe Maximilian, nascido em 16 de maio de 1969; Príncipe Constantin, nascido em 15 de março de 1972; e Princesa Tatjana, nascida em 10 de abril de 1973

Príncipe Hans-Adam II

Nascido em 14 de fevereiro de 1945, filho primogênito do Príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da Princesa Gina. Casado com a Condessa Marie Kinsky de Wichnitz e Tettau, tem 4 filhos.

Cresceu no Castelo Vaduz com sua família. Fez a escola primária e participou da escola de escoteiros em Vaduz. Como seu pai, o Príncipe Hans Adam II entrou para o ensino médio da Schottengymnasium, em Viena, em 1956. Em 1960, ele foi transferido ao Gymnasium (**high school**) em Zuoz, onde graduou-se com ambos os diplomas suíço e alemão em 1965. Após sua graduação, trabalhou como **trainee** no Banco de Londres. No outono de 1965, o Príncipe Hans Adam II iniciou seus negócios e estudos econômicos na Universidade de St. Gallen. Completou seus estudos em 1969, com uma licenciatura. O Príncipe fala alemão, inglês e francês.

Em 1970, o Príncipe Franz Josef II confiou a seu filho a reorganização da administração dos ativos da Princely House. No curso da reorganização, os ativos privados do Príncipe reinante eram consolidados nos Fundos da Casa. Em 1984, no 45º ano de seu Reinado, o Príncipe Franz Josef II indicou o Príncipe Hans Adam II como seu representante permanente e conferiu

a ele mandato para administrar os negócios do Estado, de acordo com o artigo 13 da Constituição. Em 13 de novembro de 1989, com a morte de seu pai, Príncipe Franz Josef II, o Príncipe Hans Adam II assumiu a regência. Já durante esse tempo como representante do Príncipe, Hans Adam II engajou-se, particularmente, em uma política externa independente para Liechtenstein. Sob sua liderança, Liechtenstein obteve sucesso na sua entrada para as Nações Unidas em 1990 e para a EEA em 1995.

Otmar Hasler

Primeiro-Ministro

Nascido em 28 de setembro de 1953. Casado com Traudi Hasler, tem 4 filhos.

Estudou na Universidade de Friburgo. Diploma em Ensino Secundário. Foi professor na Escola Secundária de Eschen, desde 1979.

Afiliações:

- Membro da Associação Histórica
- Membro da Associação de Artes de Liechtenstein
- Membro do Seniors College de Liechtenstein

Atividades políticas:

- 1989 – 2001 – Membro do Parlamento
- 1993 – 1994 – Vice-presidente do Parlamento
- 1995 – Presidente do Parlamento
- 1996 – 2001 – Vice-presidente do Parlamento
- 1993 – 1995 – Presidente do Partido
- desde 1993 – Membro do Comitê do Partido

Primeiro-Ministro desde 5 de abril de 2001.

Departamentos: Assuntos Gerais de Governo, Finanças, Construção e Trabalhos Públicos.

Informações Gerais

Breve Histórico

O Principado de Liechtenstein foi estabelecido em 1719 como feudo do Sacro Império Romano-Germânico, após aquisição de seus domínios pela família austríaca Liechtenstein. Em 1806, ratificou a Confederação do Reno, após a dissolução do Sacro Império, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou sua independência em 1815 com a Confederação Germânica. Em 1862, a Constituição é promulgada, com o **Landtag** sendo o representante das camadas populares na sociedade. O Principado tornou-se totalmente independente em 1866 com a dissolução da Confederação. Até o final da I Guerra Mundial, Liechtenstein consentiu uma união econômica com a Áustria, mas a devastação econômica causada pelo conflito, levou o Principado a estabelecer união aduaneira e monetária com a Suíça. Liechtenstein tornou-se território neutro, posição respeitada, inclusive, durante as Grandes Guerras Mundiais.

Em 1978, Liechtenstein aderiu ao Conselho da Europa; em 1990, foi aceito na Organização das Nações Unidas; em 1993, entrou para o EFTA e, em 1995, para a Área Econômica Européia e tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio.

Em 15 de agosto de 2004, Hans Adam II do Liechtenstein formalmente delegou seus poderes ao filho, Alois de Liechtenstein. Hans Adam II, contudo, mantém-se como Chefe de Estado.

Sistema Político

O Principado de Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O Príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo e o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo parlamento e confirmado pelo Príncipe. Os dois principais partidos políticos são o Partido dos

Cidadãos Progressistas de Liechtenstein e o Partido da União Democrática.

O Príncipe Regente é o Chefe de Estado. Exerce seu direito de autoridade de Estado de acordo com a Constituição e demais mecanismos legais. O Príncipe Regente representa o Estado nas suas relações com outros Estados e participa do processo legislativo por meio de apresentação de propostas de governo. O Príncipe Regente abre o Parlamento no início do ano na cerimônia da Fala do Trono e encerra suas atividades no final do ano. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do “Landtag” (Assembléia Nacional), é o principal evento político do Principado, revelador das grandes linhas que nortearão o Governo nos meses subsequentes.

Por recomendação do Parlamento, o Príncipe regente pode indicar e destituir o Governo, nomear juízes para a Corte de Justiça, para a Corte de Apelação e para a Suprema Corte, Presidentes e Vice-Presidentes da Corte Constitucional e da Corte Administrativa e vetar leis.

Todo ato internacional que passe pela aprovação do Parlamento, deve ser igualmente submetido a referendium popular.

O Governo de Liechtenstein possui nove Ministérios, cuja principal responsabilidade é participar no Governo e na administração do país, no quadro das reuniões de Governo. A administração do Governo está dividida por 15 Ministérios:

- Ministério dos Assuntos Gerais do Governo – Primeiro-Ministro Otmar Hasler
- Ministério dos Assuntos Estrangeiros – Ministra Rita Kieber-Beck
- Ministério dos Assuntos Domésticos – Ministro Martin Meyer
- Ministério da Educação – Ministro Hugo Quaderer
- Ministério da Família e da Igualdade de Oportunidades – Ministra Rita Kieber-Beck
- Ministério dos Assuntos Culturais – Ministra Rita Kieber-Beck
- Ministério dos Esportes – Vice-Primeiro-Ministro Klaus Tschütscher
- Ministério das Finanças – Primeiro-Ministro Otmar Hasler
- Ministério da Saúde Pública – Ministro Martin Meyer
- Ministério dos Assuntos Sociais – Ministro Hugo Quaderer
- Ministério do Meio Ambiente, Planejamento do Uso das Terras, Agricultura e Florestas – Ministro Hugo Quaderer

- Ministério dos Assuntos Econômicos – Ministro Klaus Tschütscher
- Ministério dos Transportes e Comunicação – Ministro Martin Meyer
- Ministério da Justiça – Ministro Klaus Tschütscher
- Ministério da Construção e do Trabalho Público – Primeiro-Ministro Otmar Hasler

Economia

Apesar de um país pequeno e com limitados recursos naturais, a economia do Principado de Liechtenstein é próspera, altamente industrializada e amparada em um forte setor financeiro, o que proporciona aos seus habitantes um padrão de vida compatível com o dos grandes centros urbanos da Europa ocidental. Com baixo índice tributário – o maior taxa de imposto é de 20% – e com regras acessíveis de incorporação, cerca de 25 mil empresas possuem sedes estabelecidas em Liechtenstein, fator responsável por 30% da receita do Estado. O país faz parte de uma união aduaneira com a Suíça e usa o franco suíço como sua moeda nacional. Desde 1995, o Principado é membro da Área Econômica Européia (EEA).

Ao contrário da Suíça, que se recusou, por força de referendos populares, a associar-se a esse espaço, Liechtenstein dele faz parte, juntamente com os demais países da EFTA (Noruega e Islândia). Na EEA, vigoram as chamadas quatro liberdades (capital, bens, pessoas e serviços), mas a área, como um todo, não constitui uma união aduaneira. Para Liechtenstein, especificamente, há exceções importantes: não vale a livre movimentação de pessoas, e em capital e serviços tampouco se aplicam normas comuns em matéria de impostos, tendo em vista as conhecidas características da praça financeira do Principado.

Crise das fraudes fiscais

As relações bilaterais entre Liechtenstein e Alemanha sofreram relativo estremecimento no início de 2008, devido ao vazamento de dados sobre depósitos bancários alemães no Principado. Informações bancárias obtidas do Liechtenstein pelo Serviço Federal de Inteligência Alemão (BND), ao preço de cinco milhões de euros, revelaram fraudes fiscais sistemáticas e em larga escala, praticada por centenas de destacados executivos e milionários alemães durante os últimos anos, sob a proteção das estritas leis de sigilo bancário do Liechtenstein. Os dados vazados para a inteligência alemã pertenciam ao LGT.Group, banco de propriedade da família real do principado.

A evasão fiscal, que levou à demissão do presidente do Deutsche Post, Klaus Zumwinkel, tornou-se

uma questão de estado entre Berlim e Vaduz. A chanceler alemã Angela Merkel chegou a enfatizar, diante de representantes da imprensa estrangeira, a necessidade de pôr em discussão “a importância da reputação da praça financeira (do Principado) no exterior”. A dura reação de Merkel ensejou a leitura de ríspido comunicado pelo Príncipe Herdeiro Alois, que valeu por uma admissão de culpa. Alois não contestou a veracidade das informações, mas o método pelo qual foram elas obtidas. Considerou que a compra de informações de um “delinqüente” põe em risco sua validade perante a justiça. No Liechtenstein, apenas o partido de oposição Freie Liste afirmou “compreender” que a Alemanha “tenha que empregar todos os meios possíveis para combater a evasão”.

Na época, a OCDE emitiu comunicado sobre o assunto, em que lembrou ser o Liechtenstein, Mônaco e Andorra os países mais refratários à cooperação com a comunidade internacional em matéria de evasão fiscal.

A crise entre Vaduz e Berlim levou à maior investigação na história da RFA sobre fraudes fiscais, e despertou o interesse em várias outras capitais européias e além. Multiplicando o impacto do vazamento, Berlim decidiu compartilhar as informações com os governos americano, canadense, finlandês, sueco, norueguês, francês, espanhol, italiano, australiano e neozelandês. Alguns desses governos já se apressam a tomar medidas judiciais. A Suíça se vê, em certa medida, atingida pela polêmica, em vista das conhecidas peculiaridades de seu sistema bancário e fiscal. Descobriu-se que o segundo banco mais implicado na questão é a filial em Vaduz da Vontobel Treuhand, de Zurique. Contra as pressões alemãs se insurge a Associação Suíça dos Bancos, cujo presidente, evocando mais uma vez aspecto sombrio e sempre sensível do passado alemão, afirmou que a polícia do país vizinho utiliza métodos “dignos do regime nazista”. O governo suíço busca, entretanto, afirmar sua “serenidade” diante da disputa.

Ademais dos aspectos fiscais, a polêmica Berlim-Vaduz traz um complicador. Berlim promete condicionar a ratificação do Protocolo de ingresso do Liechtenstein no acordo “Schengen” à introdução de medidas efetivas contra a fraude fiscal. Enquanto isto, o Principado estaria impedido, por prazo indeterminado, de aderir ao acordo. Nesse período suas fronteiras estarão caracterizadas como “fronteiras externas” da União Européia. A Suíça tem acordo com o Liechtenstein pelo qual assume a responsabilidade de controlar a fronteira comum. A caracterização dessa fronteira como “externa” à União Européia exigirá de Berna a alocação imprevista de recursos financeiros e humanos.

Apesar das resistências internas, Berna tenta elaborar uma posição de compromisso com a União Européia, indicando estar pronta para discutir internamente, de forma “autônoma”, um projeto de reforma do regime fiscal para as empresas. Contudo, nada indica que uma tal iniciativa tenha como prosperar, haja vista a oposição dos cantões.

O Principado, por sua vez, adota ações para recuperar a imagem do país. Um projeto de revisão da Lei das Fundações foi apresentado ao Parlamento do Liechtenstein como parte das reformas anunciadas no ano passado, objetivando, entre outros, criar as bases para um acordo de cooperação jurídica com a UE para combater a lavagem de dinheiro e a fraude. A reforma ainda não está concluída. O problema está em que essas fundações são objeto de taxaço reduzida, recebem depósitos a título de doação e abrem contas bancárias em seu próprio nome, encobrendo os verdadeiros titulares. Nesse caso, o rastreamento de recursos eventualmente ilícitos torna-se difícil.

Além disso, a exemplo do que fez ano passado, o governo de Liechtenstein convidou os chefes de Missão para uma reunião, informativa, no dia 8 de maio, sobre a conjuntura do Principado, com a participação do Primeiro Ministro Otmar Hasler, do Vice-Primeiro Ministro Klaus Tschüscher e da Ministra do Exterior Rita Kieber-Beck. Na ocasião, o chefe do Governo tentou mostrar que o centro financeiro do Principado está integrado ao ambiente regulatório da Europa, embora isso, segundo ele, não seja reconhecido. O país está negociando com a União Européia um acordo contra fraude e teria sido objeto de avaliação favorável do FMI no que diz respeito às medidas que vêm sendo tomadas para assegurar a estabilidade e a reputação do seu sistema financeiro.

Política Externa

Em 2007, o Príncipe-Herdeiro Alois anunciou como prioridades da Política Externa do Principado a adesão do Liechtenstein aos acordos de Schengen/Dublin, as negociações com a União Européia de um acordo de cooperação jurídica para combater a lavagem de dinheiro e outro destinado a combater fraudes. Com os Estados Unidos, Vaduz perseguirá a manutenção de seu **status** de intermediário qualificado (QI-**status**), considerado essencial para os operadores da praça financeira do Principado. Este acordo, negociado com a receita federal americana, permite que instituições financeiras não-americanas, operando nos Estados Unidos, obtenham redução de impostos para clientes não-americanos sem ter de declarar a identidade destes ao IRS ou a terceiros.

Sobre a cooperação para o desenvolvimento, o Parlamento defende “forte aumento” nos recursos destinados à cooperação humanitária, dos atuais 0,5 para 0,7% do PIB até 2015, elevando-se assim o Principado, neste item, ao nível dos países do Benelux. O Parlamento considera que Liechtenstein, “um dos países mais ricos” do mundo, tem condições financeiras para combater a pobreza extrema no hemisfério austral.

Relações Brasil-Liechtenstein

Brasil e Liechtenstein mantêm relacionamento tradicional e cordial, porém de caráter essencialmente protocolar. Em razão da exigüidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² – área inferior à do Plano Piloto de Brasília – e apenas 34 mil habitantes), o intercâmbio com o Brasil apresenta níveis mínimos.

O diálogo político – que se limita a eventuais trocas de votos em organismos internacionais, em especial nas Nações Unidas – processa-se pela Embaixada do Brasil em Berna e, ocasionalmente, pela Embaixada da Suíça em Brasília, representante dos interesses do Principado no território nacional.

No plano comercial, a união aduaneira entre Suíça e Liechtenstein impede a existência de estatísticas comerciais bilaterais.

Na condição de “paraíso fiscal”, Liechtenstein tem sido alvo crescente de atenção por partes das autoridades judiciárias brasileiras. Em 1999, diversas denúncias de lavagem de dinheiro levaram as autoridades do Principado a implementarem mecanismos mais rigorosos de controle dos fluxos financeiros.

Questão das próteses dentárias com o Brasil

A Ivoclar Vivadent Ltda., empresa com sede em Liechtenstein e representação em São Paulo, manifestou à Anvisa sua preocupação com relação à análise de recurso que interpôs, em agosto do ano passado, contra decisão da Agência. A empresa, com cerca de 40 funcionários no Brasil, tem o produto ‘dentes artificiais’ registrado na Anvisa desde agosto de 2004. As próteses fabricadas e exportadas pela Ivoclar Vivadent há mais de 30 anos são reputadas entre as de melhor qualidade no mercado odontológico internacional.

A Anvisa havia indeferido sumariamente o pedido de alteração do endereço de fabricação do produto constante do registro da empresa. Por decisão da matriz do grupo, detentor de certificado CE para todos os seus produtos e instalações, suas fábricas passaram também a operar na Itália e nas Filipinas.

Segundo a empresa, os serviços de fronteira (portos e aeroportos), ao seguir a legislação pertinente, não aceitavam a entrada do produto, tendo em vista que

o país de origem declarado não correspondia àquele registrado na Anvisa. Tornava-se, portanto, necessária a mudança do endereço de fabricação, procedimento que a empresa considerou 'ser extremamente complicado, lento e oneroso no Brasil, diante da extrema demora na avaliação dos processos'. Estimava o diretor de vendas para a América Latina da Vivadent, Thomas Stahl, que o andamento do processo, a seguir naquele ritmo, inviabilizaria seus negócios no Brasil, depois de contabilizados 'quatro anos de sucesso'.

Em abril deste ano, após gestões junto à Anvisa, o novo registro do material dentário de sua fabricação foi obtido, o que permitiu à empresa retomar imediatamente suas exportações para o Brasil.

Aviso nº 418 – C. Civil.

Em 30 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Efraim Morais**
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da asa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Usarão da palavra mais dois oradores: o Senador Heráclito Fortes, pela Minoria, e o Senador Jefferson Praia, como orador inscrito.

Antes, porém, passa-se à

ORDEM DO DIA

Conforme acordo das Lideranças, a Ordem do Dia de hoje fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 10 de junho.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

*(Em regime de urgência,
nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de inicia-

tiva do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003* (Projeto do Sa-coleiro).

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a

Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em

separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

15
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal

16
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

17
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº

12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

23

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs
– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

25

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação

de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do *caput* do art. 5º e aos incisos I e III do *caput* do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros pri-

vados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços

a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (*Código de Defesa do Consumidor*), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 –
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

50

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
- Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

51

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

56

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

57

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

58

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

59

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder de cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

60

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

61

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Azeredo.

62

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

63

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

64

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

65

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

66

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

67**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Luceña e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

68**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

69**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

70**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

71**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos

Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

72**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

73**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas, etc)

74**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

75**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

76

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

77

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV).

78

REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

79

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

80

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

81

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

82

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

83

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

84

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Se-

nado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

85

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária).

86

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anteriormente foi lido o **Requerimento nº 743, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 640, de 2008, que a Sessão Especial destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola, no transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, seja transformada em homenagem no Período do Expediente, a realizar-se no próximo dia 10 de junho.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anteriormente foram lidos os **Requerimentos nºs 702 e 737, de 2008**, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 19 de junho, destinada a homenagear o Grande Oriente do Brasil, pela celebração da data de sua criação.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, líder incontestado do Partido Democratas e um dos maiores líderes da história da política piauiense.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impressionante o estado anestésico de alguns líderes do Partido dos Trabalhadores.

V. Ex^a, Senador Wellington Salgado, deve ter visto hoje a maneira despropositada, desigual e desonesta como terminou a CPI dos Cartões Corporativos. O relatório, assinado pelo Deputado Luiz Sérgio, é de um desrespeito ao bom senso e à opinião pública brasileira nunca vistos.

O Deputado faz um relatório de prestação de serviços. Nunca imaginei que um homem que chegou ao posto de Líder do PT na Câmara dos Deputados, uma esperança para alguns no Rio de Janeiro, visto como o lado puro do PT, se prestasse a um papel vergonhoso dessa natureza: omite fatos e coloca pessoas simplesmente para atender a ganância política e os objetivos escusos dos aloprados, grupo ao qual a partir de agora pertence.

Digo isso com muita tristeza, porque via no Deputado Luiz Sérgio um homem coerente, um homem que, pelo menos, tinha a responsabilidade de preservar sua biografia e sua memória.

Senador Wellington, quando presencio um fato dessa natureza, eu fecho os olhos e vejo a imagem do cidadão chegando em casa e se vendo diante dos filhos. Fatos graves não foram apurados. Há uma denúncia – e eu cobrei da Ministra Dilma Rousseff, na presença dela aqui, no Senado – de gastos com a compra de jóias com cartões corporativos na 5^a Avenida, em Nova Iorque. Um *blog* de um paraense, Ucho, dá número, data, hora. A Ministra recebeu – V. Ex^a estava lá –, ficou de dar uma resposta e, até hoje, não deu.

O ex-líder e hoje Relator não faz uma referência sequer aos fatos graves envolvendo seus companheiros. Apenas para servir, no plantão da subserviência, a alguns de seus pares, arrola nomes de pessoas que o Brasil todo conhece como sérias e ilibadas e resolve citá-las apenas movido pelo ódio, pela vindita e pela velha teoria que acompanha o Partido dos Trabalhadores, segundo a qual, se estou no banco dos réus, preciso de companhia.

É muito triste isso. Tenho certeza de que a Nação brasileira estará a observar tudo isso, até porque acho que esse pessoal presta um desserviço ao Presidente Lula. Eles estão desafiando a lei da gravidade, respaldando-se no prestígio e na popularidade de que Sua Excelência desfruta hoje na sociedade brasileira. E aí abusam. É questão de esperar para ver.

Mas hoje foi um dia, Sr. Presidente, que merece análise. A denúncia feita contra a Ministra da Casa Civil, envolvendo a Varig e uma diretora da Anac, precisa ser examinada com mais cautela. Se fosse um caso isolado, tudo bem; mas o que ocorre é que nós vimos, agora, pelo menos quatro diretores daquele colegiado darem razão às afirmativas feitas de que houve prescrição por parte da Casa Civil no caso Varig.

O que eu acho – e, aliás, a questão do Parlamentarismo no Brasil divide opiniões, inclusive no Partido dos Trabalhadores – é que esse pessoal devia pôr uma coisa na cabeça: no regime parlamentarista, o Ministro de Estado está sempre à disposição do Congresso, do Parlamento. Essa tentativa de bloqueio que se faz da Ministra é prejudicial a ela própria. Lembrem-se do famoso episódio em que ela esteve aqui para falar exatamente sobre os cartões corporativos, e os bajuladores lhe pouparam essa visita por quarenta dias. Depois, comemoraram o sucesso da vinda da Ministra, que foi apenas um sucesso de pirotecnia, uma vez que nada de concreto, nada de esclarecedor. S. Ex^a trouxe a esta Casa, quer seja com relação ao PAC, que era o objeto da convocação, quer seja das outras questões aqui abordadas, como os cartões corporativos.

A Ministra, pela responsabilidade que tem, deveria ser a primeira a se colocar à disposição deste Congresso para vir prestar esses esclarecimentos, porque, se tão segura está da sua inocência, deveria vir aqui esclarecer fatos e pedir providências legais contra os seus detratores. Digo isso porque tenho certeza, desde o primeiro momento, de que também por trás disso existe o fogo amigo. É preciso saber quem conduz a labareda que atíça, abrasa o fogo em determinado momento. Mas isso não isenta, de maneira nenhuma, as pessoas citadas, porque mostra que existe muita lama, um lamaçal, correndo nos corredores do Palácio do Planalto e que é preciso uma faxina, uma limpeza geral para evitar que fatos mais graves aconteçam.

É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que enquanto havia uma mobilização, inclusive de parlamentares ligados ao Rio Grande do Sul, para salvar a Varig, tradicional e que tanto orgulho deu aos brasileiros, no submundo dos interesses inconfessáveis houvesse essa manipulação comandada logo por quem? Pelo advogado de sabidas ligações com o Presidente da República e que teve o privilégio de

hospedá-lo em uma casa de sua propriedade por mais de dez anos. Os fatos ditos nesse episódio merecem esclarecimentos, merecem, até em respeito à opinião pública, a vinda da Ministra a esta Casa.

Senador Mozarildo, enquanto esses fatos ocorrem no submundo, existe um episódio lamentável, grotesco e desumano, que é o tratamento, por exemplo, que o Sr. Ministro Luiz Marinho dá ao caso do Aerus, que é o fundo de pensão que protege os servidores da Varig. Marcamos aqui, a pedido da sua líder, Maria Aparecida Leite, três audiências com o Ministro. Ele driblou todas.

A minha revolta é porque, numa dessas, inclusive, fui envolvido pelos argumentos, que pensei de boa fé, de S. Ex^a o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito, a minha permanência aqui só tem um sentido: garantir a palavra de V. Ex^a com graves denúncias sobre a ética da República do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Mas, vejam bem, o Ministro alegou que necessitava ter conversas com o Tribunal do Trabalho e pediu prazo. Intermedieei, em nome do bom senso e do diálogo, e o Ministro passou um calote. Adiou mais uma vez e, em seguida, anunciou que vai deixar o Ministério, e acho que já deixou, sem nenhuma satisfação sobre a palavra empenhada não comigo, não com a Sr^a Maria Aparecida Leite, mas com esta Casa. É desmoralizante. E sai daqui para disputar uma eleição e se submeter ao veredicto do povo na sua cidade, no ABC paulista.

É muito triste, Senador Wellington Salgado. Mas a sociedade brasileira está curiosa e precisa de algumas informações, Senador Mão Santa, porque a curiosidade, inerente ao brasileiro, deixa algumas questões sem resposta. Jornais noticiam hoje que a Varig, a velha Varig, foi vendida por R\$24 milhões. Nove meses depois, é revendida para a Gol por R\$320 milhões.

É preciso, Senador Jefferson Praia, que alguns esclarecimentos – aí V. Ex^a tem uma responsabilidade sobre isto e vou explicar o porquê – sejam feitos.

Se a Varig, comprada antes, tinha no seu bojo, os hotéis, a VEM, a empresa de manutenção de aeronaves, a VarigLog, e a própria empresa. O Hotel Tropical, com sede em Manaus, que é o orgulho da hotelaria brasileira, antes pertencente ao grupo como um todo, foi retirado desse bloco. De qualquer maneira, o que ninguém entende é como, oito ou nove meses depois, a mesma empresa, enxuta, foi vendida por US\$320 milhões. É o que está aí na imprensa. E isso precisa ser urgentemente esclarecido.

Se o advogado recebeu US\$5 milhões, conforme disse um dos envolvidos, e isso foi fruto do seu trabalho, ele tem o dever e a obrigação pelo zelo profissional, pelo zelo do seu nome, de acionar os caluniadores. Mas, se ficar comprovado o uso do prestígio e da aproximação com o Presidente da República para malversação da coisa pública e, acima de tudo, para jogo de tráfico de interesse com acesso privilegiado ao Governo, está cometendo um crime, e o Governo tem obrigação de se manifestar. E ninguém melhor do que a Chefe da Casa Civil.

Senador Wellington Salgado, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a é daqueles políticos que, da tribuna, se tem o maior prazer de ouvir, mesmo quando se discorda de grande parte. Mas é um prazer ouvi-lo. V. Ex^a é, realmente, um dos grandes políticos deste País. Eu sou membro da CPI dos Cartões Corporativos. Votei hoje no relatório do Relator Luiz Sérgio. Eu acho injusto colocar Luiz Sérgio como a pessoa... Ele fez o relatório e foi votado por 14 a 7. A votação foi de dois terços a favor do relatório e um terço contra o relatório. O relatório venceu numa proporção de 2 para 1. Então, a responsabilidade, no momento da aprovação do relatório, não é mais do Relator, é da CPI: é da maioria que venceu. E foi isso o que aconteceu lá, hoje. E do meu ponto de vista... E vou ser rápido, porque gosto de ouvi-lo na tribuna...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (MPDB –MG) – Mas não poderia deixar de passar essa injustiça para com o Relator. E, por último, só para terminar... A segunda parte é a que ainda vai acontecer, com relação à Varig. A audiência pública está marcada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Mas, na primeira parte, Senador Heráclito, a CPI já comprovou que 60% dos gastos do cartão corporativo já diminuíram. Porém, a CGU, que pode ser a controladora, tem a função de controlar os gastos. Porque não existe modelo melhor para gasto com viagens de Presidente, segurança e tudo mais do que o cartão corporativo. Tanto é que foi inventado pelo governo anterior. E, nesse ponto, eu concordo com o governo anterior. A melhor solução é o cartão corporativo. No entanto, eu não posso ficar sacando dinheiro com o cartão corporativo, somente quando o Presidente for viajar. Este era o grande erro: muitos saques sem justificativa ou com justificativas incorretas. E a CPI, com a Senadora Marisa e o Deputado Luiz Sérgio, e o Judiciário, já no momento, e não só no Executivo, fizeram com que todos que usaram o cartão corporativo se reorganizassem e definissem

uma maneira melhor de se controlar. Então, a minha discordância em relação à grande oratória de V. Ex^a é neste ponto da culpabilidade do Relator. No momento em que o relatório é aprovado, dividimos responsabilidades. Era apenas isso o que eu queria colocar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Wellington Salgado, a escolha do Relator é um ato de confiança que é dado e espera-se dele isenção, eficiência e, acima de tudo, muita luta. Mas V. Ex^a é um empresário brilhante, vitorioso. V. Ex^a delega e confia, como a Casa confiou ao Relator o relatório, a algum funcionário seu um talão de cheques. Se esse funcionário amanhã pegar um cheque de V. Ex^a, retirar uma determinada quantia e for com os companheiros fazer uma farra de fim de semana, de quem é a culpa? De quem é a responsabilidade? É de quem assinou os cheques, de quem induziu os outros a cometer o crime ou é coletiva? Até porque sabe muito bem V. Ex^a a maneira como essa CPI foi tratada: no deboche, na irresponsabilidade, jogando-se embaixo do tapete fatos reais, colocando sua tropa de choque de pouca qualificação, já que era uma CPI mista, para tratar de assuntos da maior importância envolvendo o Erário nacional.

Concordo que uma das maneiras modernas e perfeitas da gestão pública hoje é o cartão corporativo. E V. Ex^a, mais uma vez, cita o Governo Fernando Henrique, numa síndrome dos que seguem o Governo atual. Só que, naquele Governo, somente 114 cartões foram distribuídos, contra mais de 14 mil do atual Governo.

Senador, nesse atual Governo, temos desde a compra de beiju até jóias na 5^a Avenida. Compras pouco claras feitas em final de semana, saques, e por aí afora.

V. Ex^a tem responsabilidade de representante do Estado de Minas Gerais e está sentado numa cadeira que já sentou Tancredo Neves, Magalhães Pinto, para ficar só nesses dois. Não colabore, não dê seu aval. Vote, seja obediente ao Governo até pela circunstância de V. Ex^a nesta Casa, mas não tente justificar cenas dessa natureza, cenas de perversidade que envolveram inclusive um homem público de Minas Gerais da maior dignidade e que, numa última hora, num passe de mágica, não sei como aconteceu, fizeram a supressão do seu nome. Mas que o País todo conhece pela vida pública, pela atuação. É um ato de molecagem, que não engrandece, é um ato que entristece pela maneira como foi conduzido. E V. Ex^a, no fundo, sabe que tenho razão.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, com o maior prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador....

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não concordo com V. Ex^a. Eu estava lá; V. Ex^a não.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Heráclito, eu atentamente observei alguns pontos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a concorda, por exemplo, em ter se colocado no relatório o ex-Deputado Pimenta da Veiga? V. Ex^a concorda?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, foi dado o aparte. Eu lhe inscrevo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, mas é boa essa.

V. Ex^a concorda?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Heráclito, todos que eu não vi prova eu apresentei um requerimento, sujeitando-o ao Relator para retirar coisas que eu não concordava. O Relator aceita ou não. É assim que funciona.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a concorda com o fato de o Relator ter colocado o nome do Deputado Pimenta da Veiga?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (DEM – PI) – Não, o requerimento para retirar não foi meu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim. Mas precisou...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Nem fui eu porque não concordava. Agora...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Preciso de um requerimento de V. Ex^a para que uma molecagem dessa natureza não fosse cometida.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não. Não. Veja bem. Senador Heráclito, no momento em que eu apresento o requerimento, ele é aceito pelo Relator e é votado, acabou a minha responsabilidade, acabou a responsabilidade do Relator e passou a ser responsabilidade do grupo – do grupo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Na minha análise, não era para estar e, aí, apresentei o requerimento, como já fiz isso em várias CPIs. Em algumas, meus requerimentos não foram nem analisados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador, V. Ex^a vem só me ajudar. Se ele retirou esse requerimento, atendendo a um pedido de V. Ex^a...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não foi só esse não, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Veja bem.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não foi só esse não. V. Ex^a não estava lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Veja bem. Graças a Deus.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não foi só esse, não. Teve requerimento...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Se o Relator concordou, para atender V. Ex^a, em retirar algo que ele colocou, algo que ele assinou, algo que ele levou como matéria para aquela CPI e, com simples pedido de requerimento de V. Ex^a...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Simples pedido?!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...ele se submete a tirá-lo sem passar pela votação.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, não, não, não!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É um leviano, é um inseqüente, é um irresponsável e, acima de tudo...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a está errado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...é um homem que não tem a menor condição de encomendar um relatório dessa natureza.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, negativo. Senador Heráclito, V. Ex^a deveria ter feito este discurso lá dentro da CPI. V. Ex^a não foi lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não sou membro da CPI.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, como Senador, pode ir lá e fazer o discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não sou membro da CPI.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Como Senador, poderia ir lá, porque Senador não está proibido de entrar em nenhuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não sou membro da CPI.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Heráclito, V. Ex^a pode entrar em qualquer lugar nesta Casa, em qualquer Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos fazer o seguinte: vamos encerrar. V. Ex^a defende o crime, e eu combato o crime.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, não, não. Está errado. V. Ex^a não está presente, vem e fala sem estar lá! Está errado V. Ex^a.

V. Ex^a não foi lá e vem aqui para tribuna para colocar o que não aconteceu lá!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a defende crime contra....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha.) – Olha a Bandeira: Ordem e Progresso.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não é crime, não, senhor! Foi com democracia! V. Ex^a já ganhou no voto e já perdeu no voto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Democracia?!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a já ganhou no voto e já perdeu no voto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – MG) – Democracia desconfiar dos companheiros?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (DEM – PI) – V. Ex^a se acostumou a ganhar muito no Governo anterior no voto; e neste está perdendo. Aí, V. Ex^a sobe à tribuna e faz o papel correto. E tem que fazer! (Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com licença. A Bandeira: “Ordem e Progresso”.

O Senador Heráclito está na tribuna. Depois, ele vai inscrever-se e, democraticamente, nós o ouviremos. Do debate, vai nascer a luz e a verdade. “Eu sou o caminho, a verdade e a vida.” Essa é a inspiração que trago aqui.

Vamos concluir.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não posso levar para casa a observação de V. Ex^a. Está errado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Wellington, não está errado de maneira nenhuma!

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou sem som.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos concluir, Heráclito. Há dois aparteantes que ainda não tiveram oportunidade de participar. Depois, Wellington Salgado vai se inscrever. Ainda há Mozarildo e o nosso homem do Direito, Geraldo Mesquita. E há um orador inscrito, que está, pacientemente, esperando, o Jefferson Praia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou sem som.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, agora voltou tudo. Pode falar.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou sem som.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem mais som aqui para todo mundo!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Wellington, quero apenas dizer a V. Ex^a que espero não ter ultrajado a memória de Tancredo e a de Magalhães Pinto.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Está apelando!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a se senta na mesma cadeira em que eles se sentaram, e V. Ex^a ...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a não foi lá!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas eu não iria jamais assistir a uma palhaçada daquela natureza!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas na CPI das ONGs está pior, Senador!

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O que é que está pior?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a que assinou a CPI das ONGs.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas o que está pior na CPI das ONGs?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vamos ver o final no relatório.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Como é?!

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vamos ver o relatório final.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, Senador Wellington, V. Ex^a se perdeu! A CPI das ONGs está prorrogada.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador, eu assinei a prorrogação com V. Ex^a e vou usar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esperem. Vamos botar ordem aqui. V. Ex^a já deu o aparte, ele já deu. Há dois pedindo. Depois, ele pede a inscrição, e vamos aceitar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

Estou sem som, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já vem o som.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Heráclito – o som voltou –, como eu estava falando, quando ia iniciando o aparte, V. Ex^a falou, e eu observei dois pontos principais: o primeiro, CPI; o segundo, Presidente Lula. Vou falar primeiro do Presidente Lula. Estou muito preocupado – eu disse isto um dia desses num pronunciamento. O Presidente Lula é o Líder dos brasileiros, é um homem que foi reeleito com maioria incontestável dos votos – embora, graças a Deus, tenha perdido no meu Estado. Mas ele está se conduzindo muito mal. Parece que gravou aquela musiquinha que diz o seguinte: “O fulano é aquilo, mas é meu amigo; ele é isso, mas é meu amigo; é aquilo outro, mas é meu amigo”. Isto é, sendo amigo dele, não tem defeito. Sendo amigo dele, ele não toma providências, quando ele não deveria esperar por CPI, ele não deveria esperar por denúncia de tribuna. Tomando conhecimento, pela imprensa, de desvio de conduta de um funcionário, seja do grau que fosse e da intimidade que fosse, ele tinha de determinar imediatamente o comum: o afastamento desse funcionário para investigá-lo. O Presidente Itamar Franco, já que estamos falando de Minas Gerais, fez isso com o Ministro Hargreaves. Houve uma denúncia contra o Ministro Hargreaves, e ele o afastou. Fez a investigação, comprovou-se que não era verdade o que diziam e o Ministro voltou. Mas, no Governo Lula, não. Do funcionário menos graduado ao mais graduado, mas, principalmente com os íntimos, não há nada. E se se tentar fazer CPI aqui, Senador Heráclito, será brincadeira! Com esse modelo, não vai dar. Os partidos aliados têm maioria nas CPIs, aprovam somente requerimentos que o Governo quer e só votam convocação de quem o Governo aceita. Então, fica difícil pensar que CPI vai dar em alguma coisa. Como disse o Senador Wellington, pelo menos pelo medo que gera, corrigem-se algumas coisas. Vejam o exemplo da CPI das ONGs, que presidi em 2003. Tudo isso que está hoje sendo denunciado na imprensa, naquela época constatamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Só que não conseguimos avançar. Por que não conseguimos avançar? Porque não havia interesse do Governo. Então, é preciso que mudemos esse modelo de CPI, que mudemos esse modelo de medida provisória, se quisermos realmente mudar; e nós, como Senadores, como Senado, passaremos a ter mais respeito. Nas CPIs em que, por exemplo, o PMDB está junto com outros Partidos, inclusive com o meu – mas sou dissidente do PTB nesta questão –, com o PR, etc., com

os aliados, elas têm maioria; e o resultado, então, é: 14 a 7, 20 a 5. Não se vota, não tem jeito! Então, qual é a proposta que tenho concretamente apresentado? É que cada partido que preste o requisito regimental de ter pelo menos três Senadores aqui representados – portanto, tem direito a uma liderança – passará a ter direito a apenas uma vaga na CPI, um titular e um suplente. Aí haveria equilíbrio, e ninguém faria tratagem sobre a tese de ninguém, e as coisas seriam investigadas. Acho também que o Ministério Público tem de ser mais eficiente, mais rápido, porque ocorrem denúncias uma atrás da outra. No Governo Lula, mal acaba uma já há outra! Infelizmente, como a maioria pensa, o povo esquece. Acho que o Presidente Lula está abusando da boa-fé do povo brasileiro e, principalmente, da bondade do povo brasileiro para com ele. Acho que é hora de ele colocar em prática sua obrigação: investigar e punir os culpados pelos erros que cometem ao redor dele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Inicialmente, era para estranhar, Senador Mão Santa: o debate estava acalorado, mas estava respeitoso. Esta aqui é uma Casa de debates.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Todos os dias.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É uma Casa de debates. A gente não pode...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está continuando e, agora, estamos ouvindo o melhor debatedor, o mais lúcido, o mais inteligente. É rodízio!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Logo V. Ex^a, que é um baluarte, um defensor da democracia brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas estamos fazendo um rodízio.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a, hoje, que representa o que há de melhor em questão de inteligência do Direito, está com a palavra. E voltarão todos.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Mas aquela interrupção comprometeu um pouco o debate. Vamos retomá-lo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos lá!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ...ele está respeitoso. Isto aqui é uma Casa de de-

bates, e podemos ficar até à meia-noite aqui, porque o tema merece, inclusive.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não existe mineiro que não goste do debate, que não seja homem do diálogo e da luta.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a me deixe apartear: acho que o tempo pode ser até de 30 anos, porque ele está denunciando altas corrupções.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Altas corrupções. O negócio de CPI, comecei a me envergonhar e a me decepcionar com o Governo do Presidente Lula no momento em que o Governo Lula orientou sua base aqui – e eu fazia parte dela na época – a jogar para debaixo do tapete a CPI do Waldomiro Diniz, Senador Mão Santa. Foi naquele momento que fez assim: truco!. Comecei a achar esquisito o rumo das coisas. O Senador Mozarildo tem razão em se preocupar com a CPI. Mas, hoje, mais cedo, eu disse aqui, Senador Mozarildo, que mal ou bem essa CPI apresentou um resultado, apesar do rolo compressor para não se aprovar requerimento de oitiva. Eu nunca vi CPI que não pode ouvir as pessoas envolvidas! É um negócio de doido! A CPI tem papel investigativo. Como é que se investiga sem ouvir as pessoas? É o mínimo necessário. De fato, nesse ponto, discordo do Senador Wellington, meu querido amigo. A gente tem de ver a origem das coisas. A CPI colocou uma pedra em cima disso aí: “não se ouve ninguém!”. Então, eu digo: olha, essa CPI teve, sim, resultado. Qual foi o resultado para mim? E é o resultado que vai ser colhido pelo povo brasileiro. Primeiro, que o Governo cometeu crime; segundo, que o Governo não quis apurar os crimes; terceiro, que o Governo, por todos os meios dos quais ele se valeu, impediu que esses crimes fossem apurados na CPI. Está aí o resultado! É um resultado, entende? É um resultado, Senador Wellington. É o resultado que eu colhi, é o resultado que as pessoas de bom senso deste País vão colher. É por isso que eu afirmei, mais cedo, que, mesmo assim, mesmo com o “tratoração”, mesmo com o Governo tentando impedir que seus crimes sejam investigados e averiguados, como impediu a CPI do Waldomiro Diniz, como impediu uma série de coisas aqui, mesmo assim, eu acho que nós temos o dever cívico de, em todo momento... E esse Governo é uma sucessão de escândalos. A gente mal acaba de examinar um, já tem outro. Essa venda da Varig, que coisa absurda! Tem traficante de cocaína, Senador Heráclito, já pensando em mudar de ramo e passar a vender companhias aéreas, porque, segundo consta, um lucro desta natureza, fantástico

– de 25 milhões para 340, em nove meses –, só o tráfico de cocaína consegue produzir. E o pessoal já está pensando, inclusive, em mudar de ramo. Então, é uma coisa que a gente precisa apurar. Olha, mal saímos de uma situação vergonhosa, em que o Governo botou uma pedra em cima: “Aqui, ninguém apura!”. Ora, quando você diz: “aqui, ninguém apura”, é porque há pura sujeira por baixo, Senador Mão Santa. Entende? Quando eu boto uma pedra por cima: “Olha, aqui, ninguém mexe; aqui, ninguém apura”, é porque há sujeira pura ali embaixo. O Governo fez isso, vai continuar fazendo e aquelas pessoas que têm honrabilidade e dignidade, nesta Casa, devem insistir na apuração de todos os fatos que vão surgir, que já estão surgindo e vão continuar a surgir até o final desse Governo. Eu temo, Senador Heráclito, que outros fatos venham a acontecer, porque parece que isso é da lógica desse Governo. A minha decepção inicial se robusteceu com a seqüência de mensalões, de aloprados... É uma seqüência fantástica! Eu nunca vi isso. Numa velocidade que chegam a borbulhar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ...os fatos que depõem contra esse Governo, os fatos que me envergonham. Eu fico envergonhado por viver num País... Aqui, talvez até a população brasileira já comece a se acostumar. Sei lá se a gente não vai, daqui a pouco, resgatar até a lembrança do Adhemar de Barros, não é? Fazem algumas coisas positivas, mas o preço disso, Senador Mão Santa, tem sido muito pesado para a população brasileira. É o preço do comprometimento da ética, é o preço do comprometimento da política, é o preço do comprometimento da moral no nosso País, da coisa pública, da utilização incorreta da coisa pública. Portanto, é lastimável que isso tudo esteja acontecendo. Parabênico o Senador Heráclito por trazer essa questão à tribuna do Senado Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Senador Wellington Salgado teve dias de sucesso e de glória nesta Casa quando, no processo do nosso companheiro Renan, formou com outro grupo, com outros companheiros, uma tropa que chamavam “de choque” – não concordo –, de defesa do nosso colega.

Um dos argumentos usados por V. Ex^a foi exatamente o de que, em determinado momento do processo, estavam tirando do nosso companheiro, à época, o direito de defesa. Lembro-me que V. Ex^a chegou com cara de quem tinha mal dormido na noite anterior, de quem se debruçara por horas a fio nos livros jurídicos, e trouxe uma defesa longa e fundamentada exatamente sobre essa matéria.

V. Ex^a tem mais responsabilidade com o que diz do que eu, porque sou apenas um político, V. Ex^a é um educador. Os seus admiradores, os seus alunos estão a ouvi-lo e é preciso que V. Ex^a diga qual é o Wellington coerente: é o que exige o direito de defesa de um companheiro ou o que despreza a mesma exigência para vários companheiros, colegas de Congresso, que são citados de maneira leviana e pouco convincente no relatório?

Eu quero saber qual é o representante de Minas Gerais que fala: o que mereceu o respeito, naquele momento, dos que concordavam ou não, mas que o admiraram pela coragem de defender um amigo no pior momento, por achar que lhe tinham negado o direito de defesa, ou o que aplaude hoje, em circunstâncias iguais, a condenação e a citação de companheiros que não tiveram sequer, como bem lembrou o Senador Geraldo Mesquita, o direito de serem ouvidos para contar as suas versões?

V. Ex^a é diferente de mim, meu caro amigo, Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Muito!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu respondo por um Estado pequeno; V. Ex^a responde por Minas Gerais, as Gerais daqueles morros, daquelas colinas que gritam e que o Brasil ouve; onde nasceram os manifestos libertários deste País, como o Manifesto dos Mineiros, que fez retornar o País à democracia; as Minas Gerais que renasceram na redemocratização. A palavra de V. Ex^a tem peso. A palavra de V. Ex^a ecoa nas Alterosas, meu caro Senador.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu vou falar depois que eu for para aí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu o ouvirei com o maior prazer.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Depois que eu for para aí, eu vou falar para V. Ex^a sobre o que V. Ex^a está falando agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço e vou ouvi-lo, porque acho que V. Ex^a tem o dever de dizer exatamente isso, que é a minha grande dúvida. É a admiração...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O que V. Ex^a não pode fazer... Quando eu vi, no relatório, e as provas contra o ex-Ministro Pimenta da Veiga, que é mineiro... V. Ex^a não pode falar que eu estou aqui e que eu não represento bem Minas! Se tiver de julgar um mineiro...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas eu não disse isso, companheiro!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Se tiver de julgar um mineiro, vai ter de ter pro-

va; e, se não tiver prova, vou meter um requerimento, como eu fiz, para tirar o nome dele do relatório.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas, companheiro...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – E V. Ex^a usa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – ... o meu nome, tentando usar Minas Gerais contra mim, quando, na verdade, eu fui, contra a base de apoio do Governo, pedir para tirar o nome do Pimenta da Veiga, porque não tinha provas suficiente contra ele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E os outros?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Os outros não são meus companheiros, dos outros eu não tinha conhecimento da matéria. Eu estudei o caso de um mineiro, que era o Pimenta da Veiga, e, por isso, eu entrei com um requerimento, que foi aceito. Retirei o nome de um mineiro daquele relatório, porque achei que estava sendo injustiçado. O Relator aceitou, a CPI julgou e aprovou o meu requerimento. E V. Ex^a sobe à tribuna e vem falar para mim que eu não tenho o direito de representar Minas, ou colocando alguma coisa nesse sentido!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu não disse isso!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a não tem esse direito!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Espere aí, V. Ex^a...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a, todo dia, sobe à tribuna e ataca o Governador do seu Estado. V. Ex^a sobe à tribuna e ataca todo mundo do Estado que V. Ex^a representa. V. Ex^a é um grande político, tanto é que toda vez que V. Ex^a fala eu escuto, mas V. Ex^a não pode usar os meus atos a favor de Minas contra mim, como se eu não estivesse, aqui, representando bem Minas! E toda vez que V. Ex^a falar, tenha a história que tiver, o tempo de tribuna que tiver, se for algo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – ...contra Minas, vai me encontrar pela frente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esperem aí!

Heráclito Fortes, V. Ex^a está há quanto tempo na tribuna?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Ex^a, com a sua...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a disse que eu podia usar o tempo que precisasse, mas eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com sua inteligência privilegiada, eu apenas lembraria Antoine de Saint-Exupéry: a linguagem é uma fonte de desentendimento.

Então, nós estamos buscando, aqui, a luz, a verdade, o clarear de fatos de corrupção que o orador na tribuna, no seu direito de oposição, está citando.

V. Ex^a, depois, usará a tribuna. Antes, porém, está inscrito o Senador Jefferson Praia, que, pacientemente, está aguardando.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, se eu não falar pelo art. 14 agora, pela TV...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Ex^a...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu não posso ter calma, não! Eu não posso ter calma! Eu gosto de falar com o sangue quente. Eu não sou réptil para ter sangue frio! Eu tenho o sangue quente! Se V. Ex^a não me deixar falar, agora, pelo art. 14... Eu quero o art. 14! O Senador Heráclito usou da tribuna para falar de minha honra...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. O art. 14 já foi usado...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – ...do meu prestígio pessoal no discurso de S. Ex^a. Está errado!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não é verdade...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a é quem decide, porque é o Presidente. Prefiro agora, enquanto meu sangue está quente, porque eu não sou réptil para ter sangue frio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, não... Mas não cabe agora. Está na Bandeira: “Ordem e Progresso”. Então, ele vai terminar o discurso, como orador inscrito, e nós, com a sensibilidade democrática...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, eu queria interceder em favor do Senador Wellington. Ele tem razão! Ele tem razão!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele vai usar...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Há situações em que o Senador Heráclito, talvez, não tenha sido bem interpretado, ou tenha falado de alguma maneira, e o Senador Wellington tenha entendido de outra forma. Eu acho que ele tem o direito de

se levantar e falar. É um debate, Senador Mão Santa! É aquilo que eu estava falando: esta Casa é uma casa de debate. Não há como a gente privar, agora, o Senador Wellington de se levantar, falar e colocar os seus argumentos. Eu acho que ele tem todo o direito. Eu tenho a certeza de que o Senador Jefferson Praia compreende uma situação dessa. E V. Ex^a, que é um baluarte em defesa da democracia, tenho a certeza absoluta de que não pode negar. Olha, aqui, tem hora, Senador Mão Santa, que a gente tem de quebrar as regras. Este Senado é cheio de muita regra; muita regra que deve ser jogada na lata do lixo; tem hora que deve ser jogada. Esta é a hora! Um debate acalorado, um debate respeitoso. Está acalorado? Está acalorado. Mas é um debate respeitoso. Tem horas, Senador Mão Santa, em que a gente precisa avaliar as circunstâncias e verificar que o figurino do Senado, às vezes, é muito apertado para uma situação de debate elevado como esse. Faço um apelo a V. Ex^a para que conceda ao Senador Wellington a oportunidade de se pronunciar, tenha ou não tenha art. 14 à disposição dele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele irá se pronunciar. Apenas temos de ver que aquela Bandeira tem um sentido filosófico a nos orientar: “Ordem e Progresso”. Depois da palavra dele, já está inscrito, pacientemente – temos de respeitar o orador inscrito, não existe sociedade sem o fundamento do respeito –, então, ele está esperando, pacientemente. Depois, ele é uma autoridade, um educador, mas eu sou professor de Biologia. Não se fala pelo sangue, e, sim, pela mente. Ele vai pensar, refletir e fazer um dos mais belos pronunciamentos, como sempre os mineiros fizeram.

Continua com a palavra o Senador Heráclito Fortes, ilustre representante do Piauí. Depois, falará o Senador Jefferson Praia e, depois, o representante das Minas Gerais, Wellington Salgado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu gostaria de dizer ao Senador Wellington Salgado que o sangue quente dele talvez não seja o melhor caminho para o debate, até porque vai contrastar com o meu sangue, que é frio, gelado, talvez pelas grandes lutas que tive pelas tribunas deste Congresso Nacional. Mas o sangue, quando esquentado, Senador Wellington, tira a visão das pessoas. Em nenhum momento, eu ofendi V. Ex^a e tentei jogá-lo contra Minas Gerais. Pelo contrário. Eu o elogiei e invoquei o brilho de V. Ex^a como Senador de Minas. Ofender V. Ex^a pessoalmente, jamais faria, porque não tenho motivo, e sabe V. Ex^a o respeito e o apreço que lhe tenho.

Agora, não poderia permitir que um Senador da sua postura deixasse hoje este Senado...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a não tem o direito de dizer o que pode permitir ou não! Não admito que V. Ex^a tenha o direito de dizer o que me permite ou não! Vá permitir o que V. Ex^a quiser, não a mim! V. Ex^a não tem o direito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Wellington Salgado, se V. Ex^a se lembrar bem, o debate era meu e não aceito grito também!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Ah, agora o seu sangue esquenta! O seu sangue está esquentando? Cadê seu sangue frio?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não. Isso é respeito. V. Ex^a não tem o direito...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Ah, é bom que o seu sangue quente, Senador!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, meu sangue está frio.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Está melhorando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não está melhorando, não. Meu sangue está frio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, eu faria um pedido: “Pedi e dar-se-vos-á”, lembrando o Cristo. Senador Heráclito, conclua, com o brilhantismo que lhe é peculiar e que engrandece esta Casa. E, em seguida, vamos ouvir o novo Senador, que está, pacientemente, esperando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É exatamente o que quero concluir. Se algum pecado eu cometi foi de cobrar a memória...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vá cobrar a memória do Piauí!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...de uma atitude de um Senador...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vá cobrar a memória do Piauí!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quería pedir, Senador, que trouxessem o Serviço Médico para cá, porque, pelo visto, vamos ter algumas complicações. Porque estranho: o educador-Senador não está no seu normal.

V. Ex^a há de convir que eu estava fazendo um pronunciamento, e quem puxou o assunto foi V. Ex^a. Quem foi defender o seu colega foi V. Ex^a. Quem defendeu o relatório de um colega foi V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Da CPI de que sou membro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a, quando ataca a CPI, está atacando a mim. Eu votei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ah, é?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – É.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, estou atacando os que votaram...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vá atacar a CPI das Ongs, que V. Ex^a criou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas eu queria que V. Ex^a fosse para lá. Que V. Ex^a, que agora está desocupado, que saiu de uma, fosse para a CPI das Ongs e não deixasse acontecer o que está acontecendo lá: que são os colegas de V. Ex^a, os aloprados, colocando embaixo do tapete fatos que não querem apurar. E aí a Nação descobre que Ongs estrangeiras estão tomando conta da Amazônia, que Ongs estrangeiras estão desviando dinheiro da educação, que Ongs nacionais estão financiando campanhas políticas, instrumento partidário...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...que Ongs nacionais estão envolvidas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...vou prorrogar a sessão por mais meia hora para que os oradores inscritos possam usar da palavra e tal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a, com a sua inteligência privilegiada, ímpar. E, depois – pacientemente – defendermos o direito do Senador novo, do Estado do Amazonas, usar a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu, inclusive, peço desculpas ao Deputado Jefferson Praia...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Deputado não, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...ao Senador Jefferson Praia.

V. Ex^a vai ver que a praia daqui tem ondas longas e, às vezes, tubarão. Vamos nos acostumar com ela. Tenho a certeza de que V. Ex^a, na sua primeira semana, está vendo que esta Casa é a Casa do debate, é a Casa da contradição, mas eu não posso, Senador, de maneira nenhuma, me conformar em ver companheiros serem denunciados, outros serem protegidos, e não haver pelo menos o direito de defesa, sagrado, que esta Casa tem a obrigação e o dever de preservar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento do vibrante Senador do Piauí Heráclito Fortes, com graves denúncias de corrupção na República do Brasil, na transação da venda da empresa aérea Varig, convidamos para usar da palavra o Senador Jefferson Praia, com nosso pedido de desculpa pela demora, já que S. Ex^a está inscrito há algumas horas.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que achar conveniente, em respeito à paciência que V. Ex^a manifestou.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou ser breve.

Retomo o grande tema do dia de hoje, que foi abordado, aqui, pela maioria dos Senadores, que é o Dia do Meio Ambiente. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia, como amazônida, deixar de fazer, aqui, algumas reflexões sobre esse tema. Começo com o seguinte questionamento: qual o valor da biodiversidade no nosso planeta? Ninguém sabe, Sr. Presidente. Quanto vale uma determinada espécie?

Sr. Presidente, para o Professor Bryan Norton – andei lendo um texto dele –, as espécies podem ter os seguintes valores: o valor de mercado, aquele em que determinada espécie pode se transformar em produto e ser vendida no mercado; o valor de conveniência, aquele em que uma espécie melhora nossa vida de alguma maneira não material – e sentimos isso, Sr. Presidente, quando saímos para observar a natureza, plantas e animais –; outro valor a que se refere o Professor é o valor moral. As espécies...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores, pois há um Senador na tribuna tratando de importante assunto, principalmente no dia de hoje. É a continuação do discurso de Jefferson Péres sobre a Amazônia e o meio ambiente. S. Ex^a está continuando o discurso de Jefferson Péres – daqui, eu o ouvi atentamente – sobre a Amazônia e sobre suas preocupações com o meio ambiente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou tentando esfriar o sangue.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito bem, Sr. Presidente!

Então, outro valor – e falo do valor das espécies – é o valor moral. As espécies, Sr. Presidente, têm um valor por si mesmas. E esse valor não depende de nenhum uso que se faça delas.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que todos percebem que a biodiversidade

tem um valor incalculável. Mas nós, seres humanos – e V. Ex^a gosta sempre de tocar nas questões relacionadas ao comportamento dos seres humanos –, com a posição de dominantes em relação às demais espécies do planeta Terra, não temos sido cuidadosos em relação ao grande patrimônio natural que Deus nos deu.

E aí, Sr. Presidente, chamo a atenção para um ponto importantíssimo: a relação entre crescimento econômico e biodiversidade, que tem sido, ao longo desse tempo, desfavorável à biodiversidade.

Do ponto de vista ético, pouco se tem pesado quanto ao bem-estar das futuras gerações. Temos sido egoístas, na verdade. Entendo que sacrificar oportunidades presentes de consumo para beneficiar as futuras gerações é um bem coletivo, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mozarildo Cavalcanti, o desafio é enorme, é o de evitar, portanto, os impactos nocivos do crescimento econômico. Quando olho para a nossa Amazônia – V. Ex^a sempre faz isso com muito brilho quando se reporta ao Piauí –, quando olho para a Região Norte, para a nossa Amazônia, que representa quase 65% da grande Amazônia brasileira e internacional, fico triste, porque lá, Sr. Presidente, a floresta está desaparecendo, bem como, conseqüentemente, a biodiversidade; 17% da cobertura original da Amazônia brasileira não existe mais, e o pior é que o povo da Amazônia continua pobre.

Segundo estudiosos, Sr. Presidente, o assunto é preocupante. Se o ritmo atual continuar, se esse comportamento em relação à Amazônia continuar – e falo do desmatamento acelerado –, em 2050 haverá apenas cerca de 60% de florestas. Portanto, 40% já estarão devastadas.

Sr. Presidente, gostaria não só de demonstrar minha preocupação, mas de fazer algumas sugestões. Muitos Senadores já fizeram suas observações. Entendo que precisamos avançar dentro do contexto do zoneamento econômico e ecológico. Isso é fundamental. Refiro-me apenas à Amazônia, embora o compromisso com a questão ambiental seja mundial, seja brasileira. Às vezes, estamos pensando somente na Amazônia em função de o problema ser maior, mas não podemos nos esquecer de que a preocupação com o meio ambiente se dá em todo o Brasil.

Não posso deixar de me referir à questão da presença do Estado. A presença do Estado deve ser mais intensa, não só para reprimir as ações irresponsáveis de desmatamento, mas também para orientar e estimular projetos de recuperação, de conservação e preservação ambiental.

O Senador Geraldo Mesquita faz suas observações – parabéns por elas! – e diz que precisamos sair do discurso para as ações práticas. Se fizermos isso, tenho a certeza de que nosso País caminhará de forma diferente, preservando algo fundamental, que é nosso meio ambiente.

Entendo, Sr. Presidente, que o desenvolvimento sustentável da Amazônia só poderá acontecer se houver investimentos em capital intelectual, em ciência e em tecnologia.

Senador Geraldo Mesquita, quando V. Ex^a se refere ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), que conheço muito bem por várias visitas que a ele já fiz – procurei conhecer um pouco do trabalho daquela instituição –, fico feliz em perceber a preocupação de V. Ex^a quanto aos recursos para pesquisa na Amazônia. Sem pesquisa, não vamos caminhar. Sem prepararmos as pessoas para lidar com a questão ambiental, Sr. Presidente, não vamos avançar.

Para finalizar esta breve reflexão que faço neste dia importantíssimo, que é o Dia do Meio Ambiente, ressalto um trabalho que foi feito e uma preocupação muito grande que tivemos em meados da década de 70, quando aqui estava o Senador Evandro Carreira, que lutou muito pela Amazônia e que continua lutando.

Não posso, Sr. Presidente, deixar de me referir ao compromisso que temos quanto à formação das gerações atuais. Entendo – Senador Geraldo Mesquita, já lhe dou o aparte – que, se não nos empenharmos para que as atuais gerações percebam essa questão do meio ambiente, poderemos ainda continuar com esse problema por muito tempo. Investir nas crianças, nos adolescentes e nos jovens e intensificar o conteúdo sobre o meio ambiente, sobre a Amazônia – e cobramos isso no nosso Estado –, tudo isso é muito importante. Portanto, entendo que investimento na educação, ressaltando a questão ambiental, é necessário no Brasil como um todo, para que as crianças, os jovens e os adolescentes possam trabalhar num contexto em que pensemos na economia e em que, acima de tudo, pensemos que os recursos são escassos e que temos uma grande responsabilidade não só com a sociedade atual, mas com aqueles que virão.

Senador Geraldo Mesquita, ouço-lhe com muito prazer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Jefferson Praia, já me convenci – no sentido de me animar – de que sua presença nesta Casa vai ser muito interessante, muito importante.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Obrigado, Senador.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a se soma a poucas vozes aqui que tentam fazer repercutir uma questão tão importante! V. Ex^a ressaltou e lembrou o que falei a respeito do Inpa e da necessidade de investirmos pesado na pesquisa, na ciência, no desenvolvimento tecnológico. Senador Jefferson Praia, vou citar um exemplo, a partir da capital do seu Estado, do quanto é importante o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa, a ciência. E vou falar intuitivamente. A Zona Franca de Manaus é um complexo industrial que, talvez, congregue milhares de empresas e um número muito maior de pessoas, empregados e técnicos formados para servir aquele complexo industrial. Se não fosse a Zona Franca de Manaus, todas aquelas pessoas que ali trabalham, produzindo televisões, computadores, rádios, bicicletas, motocicletas, estariam em outras atividades predatórias, e, talvez, V. Ex^a estivesse aqui reclamando do que estava acontecendo em seu Estado. É a esse ponto que me refiro, Senador Jefferson. Não quero dizer que precisamos instalar outras zonas francas na Amazônia. Não se trata disso, não! Precisamos instalar outros ambientes produtivos que privilegiem a ciência, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico. Fala-se do bioma amazônico, do que a floresta pode reservar, em seu intestino, de material que poderia alimentar uma fortíssima indústria de fármacos no País. E ficamos só nisso, porque o Inpa é atrofiado em termos de recursos humanos e de materiais, e as universidades, que poderiam se constituir um grande complexo de estudo e de pesquisa, como a do meu Estado, por exemplo, correm o pires para pagar conta de luz. É um absurdo! Universidades dentro da Amazônia têm dificuldade para pagar conta de luz no final do mês. Não dá, Senador Jefferson! V. Ex^a há de convir que não dá! Trago essa lembrança, porque tenho convicção disto: não fosse a Zona Franca de Manaus, o que ela representa nos últimos 30 anos, como ela se constituiu, o número de profissionais formados para atuar naquele complexo industrial, o que seria hoje do Estado do Amazonas? É um caso para reflexão. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Agradeço a V. Ex^a suas palavras.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Jefferson Praia?

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, e o ouvirei com muito prazer. Apenas gostaria de fazer algumas observações ao que foi dito pelo Senador Geraldo Mesquita.

Sr. Presidente, a Amazônia, para onde todos estão com os olhos voltados, precisa de ações concretas. Não podemos apenas ficar falando que vamos preservar e conservar a natureza se não houver investimentos adequados. Portanto, faz-se necessário que nos empenhemos, que acompanhem as instituições, aquelas que precisam de mais recursos e de mais agilidade na aprovação de projetos em prol da conservação e preservação ambiental ou de projetos interessantes, que não causem danos ambientais. Portanto, é o caminho que percebemos em relação à Amazônia.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Jefferson Praia – a memória do companheiro ainda está viva –, V. Ex^a nos brinda hoje com um pronunciamento da maior importância. Uma das prioridades que V. Ex^a vai abraçar é exatamente a preservação da Amazônia, que vem sendo motivo da cobiça de estrangeiros há muitos anos. Americanos ricos, megalomaníacos, vieram de lá e se instalaram; outros fizeram expedições. Não temos a conta de quantos estrangeiros, dos mais diversos pontos do mundo, fazem da Amazônia uma cidadela das suas curiosidades. O mundo inveja a Amazônia, essa Amazônia que o Brasil ganhou graças à bravura de nossos desbravadores, dos bandeirantes, que, desrespeitando o Tratado das Tordesilhas, no momento em que havia a unificação do Reino da Espanha com Portugal, permitiram que chegássemos aonde chegamos. Custou muito caro aos nossos antepassados, e devemos preservar. O episódio envolvendo esse empresário suíço, talvez, tenha sido um alerta, juntamente com o pronunciamento do General Heleno. Muitos já gritaram em defesa da Amazônia, mas, talvez, de forma concreta, o eco da repercussão desses dois fatos sirva como linha divisória. E temos de abraçar essa causa, porque não queremos deixar para nossos filhos e para nossos netos a possibilidade de que potências ricas e inescrupulosas um dia tentem invadir nossa Amazônia. V. Ex^a tem de ter exatamente como carro-chefe de sua defesa – e tenho a certeza de que terá na sua atuação aqui – a preservação da rica Amazônia, essa Amazônia que fascina o mundo, mas que está sendo invadida pouco a pouco, de maneira sorrateira, na calada da noite. Estão roubando suas riquezas, desvendando seus segredos, seus mistérios. A Amazônia é do Brasil. V. Ex^a tem consciência disso, como todos os brasileiros. Mas essas amizades interesseiras de países mais ricos, que defendem de maneira fingida a Amazônia, mais parecem aquele mesmo tipo de elogios fáceis que faziam a alguns países detentores

de petróleo, que, de repente, invadem por interesses comerciais. O que temo é que, um dia, queiram fazer isso com a terra de V. Ex^a, que é de todos os brasileiros. E temos de ter, meu caro Senador, uma atuação aqui, juntando os brasileiros de todos os quadrantes, que têm representação neste Senado da República, em defesa única do território da Amazônia, para não permitir que ela fuja de nós. Meus parabéns pelo pronunciamento!

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que sempre estarei aqui procurando caminhos que possamos trilhar para aproveitar da melhor forma possível aquela região fantástica, que é a Amazônia. Precisamos ser rápidos. Todos percebem o avanço da fronteira agrícola, que estamos constatando. Com minha formação de engenheiro agrônomo, não posso dizer que discordo do aproveitamento das terras da Amazônia para a agricultura, mas também não posso concordar que esse processo seja feito da forma como está sendo feito.

Sr. Presidente, há várzeas riquíssimas, que poderão ser bem aproveitadas, com o avanço das pesquisas. A Amazônia pode produzir alimentos. Nessas várzeas, com a vazante e com a enchente, os rios depositam nutrientes, fazendo a adubação natural. Se investirmos, repito, em pesquisas, poderemos, sem causar danos ambientais, produzir alimentos.

Portanto, a ação é esta: investirmos em ciência, em tecnologia e em capital intelectual e estarmos atentos para que não haja maiores problemas em relação àquela região fantástica, à nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em seu brilhante pronunciamento, o Senador Jefferson Praia, justamente ele que representa o Estado do Amazonas, relembrou o dia que o mundo consagra ao meio ambiente. E nos fez lembrar a dedicação e o conhecimento que o Senador Jefferson Péres tinha por aquela região.

“Mau discípulo é o que não suplanta o mestre”, Leonardo Da Vinci. Temos certeza de que V. Ex^a é esse bom discípulo que vai garantir as esperanças da melhoria do meio ambiente da Amazônia.

Chamo para usar da palavra o Senador José Maranhão, que estava aqui, há pouco. Nosso assessor, Zezinho, informa que ele se retirou.

Perguntaria ao Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais, se gostaria de usar da palavra, como último orador inscrito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com muita ansiedade, Minas e o Brasil vão ouvir o Senador Wellington Salgado, do PMDB.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, muito obrigado, mas, como diz o orador que falou antes do anterior, tem-se de falar com sangue frio, e não gosto de sangue frio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está aí no debate. Desse negócio de sangue acho que o mais entendido sou eu mesmo. Fui médico-cirurgião uma vida toda.

Quero esclarecer que ele não é nem quente, nem frio, é morno. É a temperatura do corpo. Botam-se 36 ou 36,2 graus. Se estiver quente é porque há febre. Então, ele é morninho.

Então, vamos falar com nosso sangue. Peguei muito sangue, senti muito sangue, operei muitas vezes. No mais, V. Ex^a é mais competente do que eu em todos os assuntos. Mas há de convir que convivi com muito sangue na minha vida.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a demonstra ser meu grande amigo e me acalma antes que eu fale; isso é importante. Mas não posso deixar de comentar o que aconteceu aqui na tribuna, colocado pelo Senador Heráclito, que já tem direito ao art. 14 também.

Hoje, tivemos lido o relatório final da CPMI dos Cartões Corporativos. Muito bem. Estou no Senado representando Minas Gerais. Antes de ser do nosso PMDB, quem votou no Ministro Hélio Costa, em mim e no segundo suplente era mineiro. São mineiros que votaram em mim. Então, quando venho para aquela cadeira, não quero saber quem esteve ali antes, embora tenha muito respeito. Não estudei quem esteve na cadeira do Senador Heráclito anteriormente. Interessa-me Minas Gerais.

Muito bem. Peguei o relatório, Presidente Mão Santa, que foi apresentado pelo Relator Luiz Sérgio e fui olhar o que haveria do interesse do meu Partido ou do meu Estado. Primeiro, o meu Estado, depois o meu Partido, depois eu, embora aqui no Senado se faça diferente: primeiro eu, depois o meu Partido, depois o Estado. É assim que acontece aqui. Eu sou diferente: primeiro é o Estado, depois o meu Partido. Quer dizer, primeiro vem a União. País, Estado, Partido e a minha pessoa. Aqui acontece ao contrário: é a minha pessoa, o Partido, o Estado e a União. Essa é a ordem que

acontece aqui. Ou seja, a vaidade é azul. A vaidade tem cor azul, e é assim que acontece.

Peguei o relatório. Dentro dele, o que há primeiramente do meu Estado? Há algo no relatório contra o político de Minas, que V. Ex^a conhece bem, que deve ser amigo de V. Ex^a, um ex-Ministro das Comunicações, um Tucano de marca maior, Pimenta da Veiga.

Não tem nada a ver com o meu Partido, não tem interesse nenhum hoje. Tirando-se a personalidade, de um lado estão DEM, PSDB, e do outro, o PMDB com o grupo de apoio ao Governo. Quanto ao PSDB, não me interessa. Interessa-me o mineiro que estava sendo acusado. Fui olhar as provas, o relatório e as provas. Que o paulista que estivesse na Comissão visse os paulistas que existiam lá; que os pernambucanos que estavam na Comissão vissem se existia razão contra os pernambucanos citados nesse relatório. Eu peguei o minério Pimenta da Veiga.

Olhei as notas fiscais. Vamos ver as notas fiscais que incluíam o ex-Ministro mineiro Pimenta da Veiga: “Serviço de recuperação de uma trituradora de papel: R\$160,00; pasta de documento polietileno sintético, da cor preta, costurada, com 100 plásticos” – aquela em que se arquivam as coisas. Valor: R\$60,00; lanche para os servidores que prestavam serviço na Reprograf MC, fora do expediente normal, ou seja, o político tucano Pimenta da Veiga, que não é do meu Partido, mas é mineiro, estava sendo citado no relatório, por ter cumprido a função de Ministro.

Olhei e falei: “Isso é um absurdo”. Como Ministro, ele coloca os funcionários para trabalharem até mais tarde, pede um lanche. Está aqui a nota fiscal, a ordem, dizendo para o que foi, tudo certinho. Eu olho e falo: “Isso é um absurdo. Vão manchar a história de um mineiro que já foi Ministro, respeitado dentro do tucanato e que hoje está afastado da política. E não vou ficar fazendo propaganda, mas, se fosse candidato a Prefeito de Belo Horizonte, teria grande chance, mas não quis ser. O meu Partido tem candidato. Cada vez que vou defender aqui o ex-Ministro, faço propaganda do tucano, do PSDB, mas não quero saber.

É essa a minha diferença, Senador Mão Santa. É esse o erro que estou cometendo, ao vir aqui e ter sangue quente. Esse é um erro que o Senado esqueceu, há muito tempo. E o Senador Geraldo Mesquita falou: “Tem de haver o debate, sim. Não se pode chegar aqui e ser acusado, chamado disso ou daquilo, e se sair com a cara mais limpa, com a cara mais limpa, como se nada tivesse acontecido.”

A coisa mais importante para um homem é a dignidade, Senador Mão Santa, é a sua história. E me

orgulho muito da minha história, Senador Heráclito: trabalhei, cheguei aonde cheguei, lutei ao lado da minha família. E continuo lutando até hoje pelas coisas em que acredito.

Acredito no Triângulo Mineiro. Onde invisto é no Triângulo Mineiro, onde botei muito mais, e acreditando, tirando de outro lugar em que grandes políticos que passaram aqui colocaram. É por isso que o Triângulo Mineiro chegou a ter onze Deputados Estaduais e agora só tem três Deputados Estaduais.

Muito bem, Senador Mão Santa, não concordei com isto aqui contra o mineiro Pimenta da Veiga. Como se faz numa CPI? Se você não concorda, faz um requerimento e entrega ao Relator. E assim vai acontecer na CPI que V. Ex^a criou, a CPI das ONGs, da qual sou membro. Vamos estar, talvez, em situações contrárias.

Muito bem, Senador Mão Santa, chego lá, faço o requerimento e digo: "Acho que as provas não são contundentes contra o mineiro Pimenta da Veiga.

Não concordo, Sr. Relator. Está assinado. Peça que tire do relatório a acusação ao Senador Pimenta da Veiga. Eu sou um membro, apresento um relatório. Se o relator vai acatar ou não... E leva para a Comissão votar. Eu me orgulho disso, Senador Heráclito. Não tenho nada com o Pimenta da Veiga, não é do meu Partido, é do Partido do Governador, que pode um dia ser Presidente desta Casa e Presidente do Brasil. E desta Casa também, porque, se não for candidato a Presidente, com certeza, já há uma cadeira reservada para ele, porque Minas quer o Aécio. E não é do meu Partido, mas da minha geração, Senador Heráclito. Não é da sua geração: é da minha geração, que não sai com cara limpa daqui, depois de ser chamado de ladrão.

Isto está acontecendo aqui no Congresso, Senador Geraldo Mesquita: os políticos são atacados, chamados de ladrões, de sonegadores, e isso vira verdade, ninguém fala nada. Ninguém fala nada! Todo mundo acha que isto é política: se sujeitar a ter a sua dignidade arrasada. Tenho a minha, estou tranqüilo; estou esperando o meu momento de falar quanto a tudo que está acontecendo aí. Conte com a minha pessoa, porque não vou ficar calado.

Muito bem, Senador Mão Santa, apresento o requerimento, o Relator o acata e vota o novo relatório sem esses documentos, que, para mim, não podem manchar a história de um mineiro chamado Pimenta da Veiga, que não é do meu Partido, que é da base aliada de V. Ex^a. V. Ex^a subiu à tribuna, usou um amigo seu contra mim; falou da cadeira de Minas, quando estou protegendo Minas contra uma acusação não-

verdadeira. V. Ex^a subiu à tribuna e acusou a minha pessoa. Estou defendendo um mineiro que não é do meu Partido, mas é mineiro.

Se V. Ex^a sobe à tribuna e ataca o seu Governador, do Piauí, que foi eleito pela maioria, se ataca um outro senador qualquer, um outro político do seu Estado, isso é a sua política, não é a minha.

Tive lições nesta Casa. Certo dia, eu ia me levantar para fazer uma votação, e um Senador de Minas me disse: "Wellington, já tem o seu voto. Para quê o discurso?" Eu o acompanhei; acompanhei o Senador Eliseu Resende. V. Ex^a pode ter história, mas não tem mais história do que ele, não.

V. Ex^a não tem de dizer da tribuna, para a minha pessoa, o que devo ou não falar. V. Ex^a vai falar no Piauí, que o elege. O Piauí não me elege; o Piauí não votou na chapa em que eu estava, não. E V. Ex^a é um bom político para o Piauí. O pior é isso! V. Ex^a me ataca e ainda tenho de elogiá-lo, porque não misturo o pessoal. Orgulho-me de estar ao lado de V. Ex^a, gosto de vê-lo falar da tribuna, mas não use o dom da palavra para acabar com a minha dignidade; não vai! E não venha me pedir sangue frio. Entrei aqui com a minha dignidade e com ela vou sair, Senador Heráclito. Espero que, para ter minha dignidade, não tenha de estragar a amizade por V. Ex^a, porque dela me orgulho. Orgulho-me de falar de V. Ex^a, de dizer que sou seu amigo, de almoçar com V. Ex^a em seu gabinete, do carinho que tem comigo, do respeito que tem comigo. No entanto, não posso concordar com o fato de V. Ex^a subir à tribuna e me colocar em uma situação difícil perante o Estado que me elegeu, que elegeu o meu titular, que é o Ministro Hélio Costa, quando estou defendendo um mineiro que não é nem do meu Partido, porque acho que as provas não são contundentes?! Não posso concordar, Senador Heráclito; não posso concordar!

A minha cara não vai levar e eu vou sair daqui de cara baixa. Não vai levar! Já falei isso, já fui chamado à atenção por não usar a frase correta que um político deve usar, a linguagem do Senado.

Para mim, o principal é a minha dignidade, Senador Heráclito. Tirei, fiz o requerimento, faria de novo. Se houvesse mais três mineiros com provas, seja de quem for, seja de que partido for, o menor partido que houver em Minas, se houvesse as provas, que não fossem contundentes, eu faria um requerimento e levaria até ao relator e falaria: "Está errado. Não concordo! Se V. Ex^a achar que eu estou certo, analisar, bote para votar". E assim o Relator fez.

Senador Mão Santa, este Governo teve mais CPI do que o Governo de Fernando Henrique Cardoso. E

não estou aqui para falar mal de Fernando Henrique Cardoso, não, porque V. Ex^a sabe quando foram tentar atacar a esposa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa outra CPI, eu fui contra. Nessa CPI mesmo. Fui contra. Eu coloco a minha posição, eu coloco a minha dignidade nas coisas que acredito. Não vou ser induzido por mídia; não vou ser induzido por partido; não vou ser induzido por liderança; não vou ser induzido por coisa nenhuma. Falo porque eu acredito, Senador Mão Santa! Acredito, quando eu me sento e converso com V. Ex^a, converso com Pedro Simon, converso com o Senador Heráclito, converso com o Senador Geraldo Mesquita, que é um homem de bem – e está sacrificado, está sendo colocado de lado, e é um homem de bem! Quem conversa com ele sabe que é um homem de bem!

Então, Senador Mão Santa, foi aprovado o requerimento e foi retirada parte do relatório que citava o ex-Ministro Pimenta da Veiga. Orgulho-me disso. Se aparecer um outro mineiro sem prova, vou meter outro requerimento. Agora, discordo quando aqui é colocada a culpa no Relator, Deputado Luiz Sérgio, que se comportou muito bem durante toda a CPI, onde havia, na verdade, uma luta política: de um lado, a Oposição, de outro, a Situação, com a base de apoio.

E não adianta achar que este País vai ser governado sem o PMDB, porque não vai, Senador Mão Santa. O PMDB sempre vai ser o pêndulo deste País. É o maior partido deste País. Para onde ele for, vai acontecer a governabilidade. E eu me orgulho muito de estar nesse partido e V. Ex^a também. V. Ex^a sofreu muito neste Partido, tem sofrido, mas não larga mão das suas convicções, e está sempre lá, sabe que o PMDB não tem dono. Meu partido não tem dono. Meu partido senta à mesa e ninguém diz o que ele vai fazer. Sento à mesa com Pedro Simon; o voto dele é igual ao meu. Outro dia eu discuti com... O Senador Geraldo Mesquita sabe disso porque é do meu Partido e senta à mesa. É assim que funciona no PMDB. Não é partido de dono, não; que chega lá, derruba a CPMF, porque alguém mandou derrubar a CPMF. São R\$40 bilhões a menos no caixa do País! Dinheiro que eu, V. Ex^a, Senador Mão Santa, e o Senador Jefferson Praia pagávamos, e tiraram isso.

E agora vêm com que, Senador? Eu defendo o mineiro, amigo de V. Ex^a, do partido coligado ao de V. Ex^a, e V. Ex^a usa a tribuna contra mim? Usa por eu tirar um Ministro que nem é do meu partido, mas é um mineiro? V. Ex^a sobe à tribuna para me acusar de não ter visto outros políticos? Isso não é problema meu. O meu problema é com Minas, Senador Heráclito. O meu problema é com Minas. O Pimenta da Veiga é o mineiro

que está citado aqui. Se tivesse provas, Senador, eu votaria para ele constar do relatório. Votaria mesmo, se tivesse provas. Com isso aqui, não acho justo para um político mineiro que tem a história que ele tem.

E, a cada vez que V. Ex^a me colocou numa situação, eu estou defendendo o tucanato, o PSDB, onde tenho grandes amigos também do outro lado. Mas sei exatamente a que pertencço; não mudo de cor, não sou camaleão – não sou camaleão, não sou camaleão. Pode falar do meu cabelo grande, Senador; vai falar, Jesus Cristo era cabeludo; Tiradentes era cabeludo. Senador Geraldo Mesquita tem uma barba grande. Não vem misturar, não. Careca ou cabeludo, penso do mesmo jeito. O que vale é o que está aqui dentro; o que vale é o que vejo, o que aprendi nesta Casa.

Sei exatamente qual é o jogo; sei exatamente quantos o Presidente Lula colocou na classe C, que não é a que vem de A para B reclamando, escrevendo no jornal, não; é a classe C que vem de E e D, subindo, trabalhando de dia, estudando à noite, consumindo, sem medo de prestação, com comida na barriga. Democracia é comida na barriga/ é comida na barriga, sim, Senador. Lá, no Piauí, tem mais gente com comida na barriga, e V. Ex^a sabe disso porque é um homem inteligente – mas tem toda a questão ideológica.

No Piauí, tem gente comendo o que não comia antes. Agora, se fosse Fernando Henrique, apoiaria; se fosse o Serra – alguém que está sendo treinado a história inteira para ser Presidente – também apoiaria. Essa é uma convicção minha, própria. Acredito que o Brasil vai ser feito assim – essa classe está subindo. O Presidente Lula: não tenho nada com ele, não tenho cargo no Governo, não tenho ninguém no meu gabinete; agora, gosto dele, está fazendo um trabalho bom para o Brasil, é melhor para os meus filhos, é melhor para os meus filhos, Senador. Os filhos de V. Ex^a estão criados, bem criados e bem educados porque V. Ex^a é um bom pai e criou bem seus filhos. Meus filhos estão crescendo, Senador Heráclito. Meus filhos vão crescer e não vão encontrar este Brasil que está aqui hoje, em que V. Ex^a já está; vão encontrar um outro Brasil, um outro Brasil com essa classe que está subindo.

Senador Heráclito, este terno aqui... Eu vim de baixo; trabalhei com o meu pai e minha mãe vendendo picolé para fazer um colégio – primeiro grau, segundo grau, faculdade, universidade; e aí cheguei ao Senado Federal. Orgulho-me da minha história. Orgulho-me dos meus amigos, orgulho-me do meu pai e da minha mãe, orgulho-me dos meus irmãos, orgulho-me dos meus companheiros representando Minas, orgulho-me do Triângulo Mineiro.

Agora, V. Ex^a não pode subir à tribuna e achar que a nossa amizade vai ser o termômetro do que V. Ex^a tentou fazer comigo. Não vai! O respeito que tenho por V. Ex^a passou do limite. Aí, não. Quando V. Ex^a cita Minas, cadeira de Minas, sento ali e faço o que procuro fazer representando Minas, mas não faço o que V. Ex^a quer. Faço o que acho que é melhor para o Brasil, seja lá que governo for. Esse Governo que está aí tem erros? Tem erros.

Na outra CPI – porque meu partido sempre me coloca em CPI –, fui na Caixa Econômica, mentiram para mim. Voltei. Pergunte ao Senador o que fiz naquela CPI. Participei de todas as CPIs até agora. Não me venha colocar como alguém que não sabe o que está acontecendo. Participei de todas desde que entrei aqui. Todas! Todas! Coloquei meu ponto de vista sempre, Senador Heráclito.

Não posso deixar que a nossa amizade seja usada da tribuna. Estou aqui, não acuso V. Ex^a; acho V. Ex^a um grande político. Admiro-o. E falei que admiro quando V. Ex^a sobe à tribuna. É um homem experiente, tem uma história bonita, passou por todos os caminhos da política. É homem de bem. É homem de bem. Porque sei que, quando V. Ex^a achar o que é correto, vai decidir o caminho correto. Mas V. Ex^a, na tribuna, se empolga, porque é um grande homem da tribuna; e aí afetou a minha dignidade, Senador; aí não posso deixar passar.

Se atacar a minha dignidade e eu não responder, estou acabado, vou para casa. Não posso representar Minas, sentar naquela cadeira, como V. Ex^a disse, em que sentou Tancredo. Tancredo não tinha a Internet. Hoje estamos vivendo em um mundo em que o Senador faz um discurso, senta ali e entra na Internet para ver como estão avaliando o discurso dele, Senador Geraldo. Hoje, somos Senadores multimídia; vivemos plugados. A verdade é essa! Vale o que sai no dia seguinte na imprensa. Vamos chegar a um ponto em que vamos estar falando aqui e vai ter um computador medindo: “o discurso está bom; o discurso está ruim; muda”. Perdemos a personalidade! Perdemos o que estudamos e aquilo em que acreditamos. Somos movidos pela mídia, Senador. V. Ex^a não é movido pela mídia! O Senador Geraldo não é, porque sei, já vi. Sofreu, lutou. Covardia que fizeram com V. Ex^a. Covardia comigo não tem.

Senador Mão Santa, não posso ter sangue frio. Não sou – e V. Ex^a é médico – um réptil. Os répteis têm sangue frio. Não sou réptil. Ando em pé. Sou grande. Apareço muito. Não tem a mínima chance de eu me arrastar.

Era só isso que eu queria...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Geraldo Mesquita, gostaria de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já usou vinte minutos, com licença um instante. Só queria... Mas sangue é morno. Eu que sei de sangue. Não é quente nem frio. Se é quente, está frio. Frio está morno. É morno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vai ter, mas agora, acima da Constituição que Ulysses beijou e do Regimento, está a Bíblia, e o número do nosso Partido, Provérbios, 15: “A palavra branda afasta a ira; a palavra dura suscita o furor”, Rei Salomão.

Vamos continuar a sessão.

V. Ex^a está dando o aparte a quem?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Para o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Senador Heráclito Fortes vai falar pelo art. 14.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O que queria dizer, Senador Wellington, é que eu iria me arrepender muito se não estivesse participando desta sessão hoje, aqui, para ouvir V. Ex^a. V. Ex^a hoje profere um discurso respeitoso, emocionado, como deveria ser, no tom exato. Vou dizer algo, e dane-se quem não gostar do que vou dizer, mas eu tenho amizade e carinho por V. Ex^a. Aqui, Senador Wellington, qualquer um de nós, sentou nesta cadeira, é como V. Ex^a diz, tem o mesmo peso, o mesmo valor. Senador Heráclito Fortes, Senador Jefferson Praia, Senador Mão Santa, sentou nesta cadeira tem o mesmo valor, o mesmo peso, a mesma representação. Somos todos Senadores do País. E eu fico mais satisfeito ainda, após ouvir V. Ex^a, em saber que era aquilo que eu estava pregando aqui. Tem horas em que o debate se faz necessário, e os esclarecimentos se fazem mais necessários ainda, Senador Mão Santa. As pessoas não podem ser tolhidas no seu propósito de reagir àquilo que a sua interpretação julga conveniente. As pessoas não podem ser impedidas de se pronunciar, com sangue quente ou frio. Isso não importa. Esta é uma Casa de debate. O Senado está perdendo inclusive... Nós estamos nos burocratizando nesta Casa, Senador Wellington. A verdade é essa. V. Ex^a diz que nós somos “midiáticos”. A gente está se burocratizando nesta Casa. Está aí um debate interessante sobre um

assunto quente, interessante. Agora, eu saio daqui com uma alegria maior em ver acontecer uma coisa: um grande Senador, como V. Ex^a mesmo diz, que é o Senador Heráclito, sobe à tribuna, fala, esbraveja, reclama de uma série de coisas, faz referência à sua pessoa... Confesso, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, que não percebi nada que pudesse ser traduzido como algo ofensivo, desairoso, proferido pelo Senador Heráclito à sua pessoa, até porque a amizade de que sou testemunha que S. Ex^a tem por V. Ex^a impediria naturalmente que o Senador Heráclito fizesse isso. Agora, V. Ex^a interpretou de um jeito e tem todo o direito de interpretar. Eu estava dizendo que a minha alegria maior é sair daqui sabendo que dois Senadores de grande envergadura nesta Casa travaram um grande debate, que, aliás, o Senado estava a merecer há muito tempo. Tenho certeza absoluta de que o Senador Heráclito, que vai falar em seguida, talvez vá pela mesma linha. Ele me disse e eu acredito: “Não quis ofender o Senador Wellington, não foi o meu propósito. Talvez tenha sido equivocadamente entendido”. V. Ex^a reagiu segundo a sua interpretação. É um direito sagrado seu. E eu iria sair daqui muito borocoxô hoje se não tivesse a oportunidade de ouvir V. Ex^a. Vou morrer aqui defendendo o direito de qualquer um aqui que, segundo sua interpretação, se ache de alguma forma ofendido, que vá à tribuna e fale, com sangue quente ou frio. Não importa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Wellington Salgado, quero parabenizá-lo, porque, mesmo com sangue quente, como V. Ex^a diz, V. Ex^a vai lá, vem cá, vai lá, vem cá e não mistura assunto público com questões pessoais. V. Ex^a disse isso várias vezes, elogiando inclusive o Senador Heráclito Fortes, que V. Ex^a, tenho certeza absoluta, considera um grande Parlamentar. Portanto, saio daqui duplamente satisfeito: primeiro, pela posição democrática do Senador Mão Santa de permitir que esse debate rolasse. A gente precisa mesmo. Eu me ressinto aqui, às vezes, de momentos assim em que alguém precisa truncar. Por que truncar? Tem que rolar! Tem que deixar correr. Elogio o Senador Mão Santa...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Talvez, outro em seu lugar tivesse encerrado a sessão, pensando equivocadamente que estaria impedindo um mal maior. Não. O Senador Mão San-

ta, com serenidade, permitiu que a sessão rolasse. A gente pede desculpas inclusive aos servidores – às taquigrafas e aos taquígrafos – que estão aqui e já poderiam estar em suas casas. Mas acho que agora foi necessário que a gente estendesse essa sessão para que esse debate rolasse. Saio daqui com essa alegria em relação à postura do Senador Mão Santa que conduziu muito bem a sessão. E saio daqui com a alegria de ter assistido a um grande debate de dois grandes Senadores que colocaram as suas posições com clareza e com sentimento, mas que, em nenhum minuto, permitiram que aquilo que têm um pelo outro, que é uma grande amizade, fosse um milímetro sequer arranhado. Parabéns a V. Ex^a e parabéns ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela oportunidade de me dirigir, pelo art. 14, à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aproveitando Geraldo Mesquita, que simboliza muita sabedoria aqui, eu me lembrei de Cícero que num momento disse: “**Pares cum paribus facillime congregantur**” – violência atrai violência; os iguais se atraem.

Então, são dois extraordinários Líderes entusiasmados em busca daquilo em que nos aproximamos, nos assemelhamos: em busca da verdade. Heráclito Fortes denunciava fatos que podem ter acontecido numa transação que todos nós estamos perplexos, e V. Ex^a, também entusiasmado, como todo bom mineiro de entusiasmo, defendendo os princípios éticos das Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu lamento: o Senador Wellington Salgado estava ao celular, naturalmente, e não prestou atenção no que eu disse.

Em primeiro lugar, não é do meu feitio agredir companheiros. Eu gosto do debate. A minha atuação nesta Casa é a do debate político, não sou do denunciamento. E se V. Ex^a prestou atenção no meu discurso – as notas taquigráficas estão aí –, lembrará que o que eu disse foi que a minha responsabilidade é bem menor do que a de V. Ex^a, até porque V. Ex^a se senta numa cadeira em que se sentaram Tancredo e Magalhães Pinto. Onde está a ofensa? Sentar-se numa cadeira com tão boas companhias... Não entendi, Senador Wellington Salgado, o porquê da ofensa. Eu queria ter o orgulho de me sentar numa cadeira em que os dois sentaram. Não entendi,

de maneira nenhuma, essa revolta de V. Ex^a, mas, no fim, eu vou dizer que entendi, o que prova a soberana inteligência que V. Ex^a carrega por baixo desses cabelos que, também, em momento nenhum, eu critiquei.

V. Ex^a cometeu um outro erro – sangue quente, às vezes, embota o raciocínio. Senador, V. Ex^a disse que não se interessa em saber quem sentou na minha cadeira, que é a cadeira do Piauí. Sentou-se um conterrâneo de V. Ex^a, um piauiense, Francelino Pereira; sentou-se Petrônio Portella; sentaram-se vários.

Longe de mim comparar, em quantidade, os piauienses e os mineiros. A questão não é essa.

Por outro lado, quero dizer a V. Ex^a que, em nenhum momento, eu “fulanizei” o relatório. O que eu disse é que o relatório é perverso, é injusto e é irresponsável, porque condena pessoas que não tiveram o direito de defesa e que não tiveram, por outro lado, a felicidade de serem amigas do Senador Wellington Salgado, que teve a autoridade de ir ao Relator e pedir para tirar-lhes o nome.

Bato palmas para V. Ex^a, porque sou amigo do ex-Deputado Pimenta da Veiga desde que cheguei a esta Casa, fui seu Vice-Líder, seu amigo pessoal. E uma das coisas que me revoltou foi a ousadia de alguém querer colocar o nome desse mineiro extraordinário sob suspeita num relatório dessa natureza. Mas ele teve, de V. Ex^a, a deferência de defendê-lo. E os que não tiveram? Este Senado é de Minas, mas não é só de Minas. Esta Casa, a voz desta Casa ecoa para o Brasil todo. O eco que bate no Morro das Alterosas repica para o resto do País.

Imagine os que ouviram V. Ex^a dizer que defendeu um conterrâneo por ser mineiro e não ser do seu partido! A partir desse momento, nós mostramos à Nação brasileira o que a Nação menos quer ouvir: que se politizou uma CPI e, ao se fazer isso, fez-se com que fugisse do seu objetivo, que é a apuração de fatos.

Feliz o Deputado Pimenta da Veiga! Mas e os outros, como Raul Jungmann e Paulo Renato? É justo que se coloque num relatório esses nomes? V. Ex^a só quis saber de Minas. E o resto do Brasil? E a sua grandeza? V. Ex^a, que é acolhido neste Brasil afora, a partir de Pernambuco, não podia, de maneira nenhuma, ter usado a sua autoridade no relatório de maneira antolhada, visando a apenas um pedaço dele. A partir do momento em que constatou essas irregularidades, como um homem justo, deveria ter pedido vista, ter chamado a atenção dos Pares e ter dito: “Encontrei a primeira irregularidade, a primeira injustiça, e nós não podemos votá-lo antes de verificar o que há com os outros”.

Ulysses Guimarães dizia, meu caro Senador Geraldo Mesquita, que o raio de ação da calúnia é dez vezes maior do que o do desmentido. Não podemos permitir, meu caro Senador, que isso aconteça com ninguém. O que eu disse – também não lhe desmereci, pelo contrário – é que V. Ex^a teve uma atuação brilhante na defesa de um companheiro; teve a coragem que muitos não tiveram. Mostrou, pelo menos numa tarde, coerência, porque exigiu o direito de defesa lá, mas não o fez aqui.

Eu não agrido, eu não ofendo, eu argumento. O Wellington Salgado que marcou posição e que parou o episódio, algumas vezes com sua bravura, faltou com ela hoje. Ninguém, Senador Wellington, tem o direito de, para servir ao seu partido, para servir aos seus alopados, usar um relatório, que é instrumento sagrado da ação política de uma casa legislativa, e dele fazer vendetas pessoais. Qual é a credibilidade que se pode dar a uma folha sequer desse relatório votado hoje se V. Ex^a, como membro da Comissão, nos esclarece o que se passou minutos antes de sua votação?

Senador Wellington Salgado, V. Ex^a disse que, no atual Governo, tivemos mais CPis do que no Governo Fernando Henrique. É a síndrome dos alopados! Espero que não contamine V. Ex^a.

V. Ex^a é um homem justo e haverá de concordar que, neste Governo, existem muito mais irregularidades do que no Governo Fernando Henrique. O Governo Fernando Henrique afastou ministros, afastou diretores, mandou apurar internamente irregularidades, não promoveu ninguém.

Este Governo não apenas promove: coloca de lado, no esquecimento temporário, e, confiado na memória curta do brasileiro, permite que os alopados de ontem sejam heróis de hoje. E o Presidente os defende em praça pública respaldado na sua popularidade. Senador Wellington, os alopados que não têm condições de triunfar na vida pública pelo que cometeram recentemente são alojados em empresas privadas, por trás de ONGs e de outros mecanismos para continuar servindo aos chefes.

O debate não pode ser com sangue quente, não pode ser com sangue frio. O debate tem que ser com a realidade.

Quando eu falei em Minas e citei dois homens públicos, eu não lhe comparei a Newton Cardoso – aí V. Ex^a podia ter se ofendido! Eu lhe comparei a homens que honraram Minas e honram a sua história. Eu não lhe comparei aos que denegriram Minas nem aos traidores de Minas. Eu lhe comparei aos homens que deram a vida por Minas.

Mas V. Ex^a me fez um esclarecimento que é primário nessa discussão: é o choque de gerações. E

hoje eu me senti, pela primeira vez, velho. V. Ex^a me acusou de velho. Eu não sou da sua geração. Talvez por isso e pela amizade e pelo apreço que lhe tenho é que eu usei esta tribuna para, de maneira subliminar, mostrar os erros da Comissão. Em momento algum “fulanizei”. V. Ex^a foi quem trouxe um caso de Minas para cá, quando eu gostaria que V. Ex^a tivesse trazido todos os casos, tivesse se inspirado em Milton Campos, que usou a tribuna para fazer justiça.

Não se ofenda toda vez que for comparado aos exemplos bons das Minas Gerais. Ofenda-se com os maus exemplos, com os que traíram Minas, com os que não honram Minas. Ah, meu Deus, quisera eu poder dizer que tinha a meu lado, a ouvir o eco das suas vozes do passado, homens do porte com os quais eu lhe comparei. Não se ofenda com isso. Tenha orgulho. Tenha orgulho de ser mineiro, porque a História do Brasil sem Minas seria uma história mutilada, seria uma história incompleta.

Quantos brasileiros não gostariam de ser Senador por Minas como é V. Ex^a? Por que isso? Qual a ofensa em lhe comparar com Magalhães Pinto, com Tancredo Neves? Não entendi, meu caro Senador Wellington Salgado.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas entendi que a sua inteligência é acima da normal, é acima da de todos nós. V. Ex^a, brilhante e inteligentemente, esquentou o sangue, atiçou as suas emoções, para, de maneira subliminar, tirar de debate o foco da questão, que eram as acusações em que está envolvida a Casa Civil, a sua Chefe e o Governo.

V. Ex^a foi competente, foi habilidoso. Nem os melhores criminalistas deste País teriam a perspicácia que V. Ex^a teve. O discurso mudou de foco, ninguém fala do roubo da Varig, do escândalo que já estarrece o País, e me levou, e caí como um patinho, para a briga fútil dos ecos das Minas Gerais...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Neste momento, o que ecoa no Brasil, meu caro Senador Salgado, é a sucessão de escândalos, são os dossiês, são os sanguessugas. O que ecoa no Brasil, neste momento, são os dólares na cueca. O que ecoa no Brasil, neste momento, é o avanço que se faz às terras brasileiras, por intermédio de ONGs, e que tenho certeza, em nome de Minas Gerais, V. Ex^a será um brilhante defensor da transparência na CPI das ONGs.

Não podemos mais, Senador, conviver com isso. O que o Brasil perde por ano com a malversação dos recursos públicos é inaceitável.

Só quero, Senador Wellington Salgado, que V. Ex^a não saia deste plenário com nenhuma mágoa deste seu admirador. Não posso permitir que V. Ex^a a tenha, porque até quero lhe confessar humildemente: se amanhã eu cometer um erro ou pecado nesta Casa, eu o quero como defensor. V. Ex^a é o melhor de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o **Requerimento nº 742, de 2008**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Apenas a nossa saudação a todos que participaram desta sessão, que se tornou muito importante porque aqui relembramos o valor do meio ambiente.

Buscaria apenas Sófocles, da era onde se iniciou uma civilização científica, Dr. Jefferson Praia, com Sócrates, com Hipócrates, da minha ciência médica. Sófocles, o primeiro ambientalista, disse: “Na natureza muitas são as maravilhas, mas a mais maravilhosa é o ser humano”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Alvaro Dias, Sérgio Guerra e Flávio Arns enviaram discurso à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Milhões somem em ONG do PT”, publicada pela revista Época em sua edição de 18 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que os dirigentes da ONG Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical, receberam R\$ 4,6 milhões do governo e admitem não ter como prestar contas. O caso, segundo a revista, revela que o Brasil ainda está longe de ter uma gestão eficaz dos gastos públicos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Milhões somem em ONG do PT

Os dirigentes da ONG receberam R\$ 4,6 milhões do governo e admitem não ter como prestar contas. O caso revela que o Brasil ainda está longe de ter uma gestão eficaz dos gastos públicos

RODRIGO RANGEL E MURILO RAMOS



NÃO BASTA SER HONESTO. TEM DE transparecer. Os abusos com os cartões corporativos e com as verbas secretas da Presidência da República mostraram, nas últimas semanas, que a propalada transparência do governo federal ainda é apenas um sonho. A realidade revela falta de controle e de fiscalização na gestão do dinheiro público em várias esferas do poder. Um caso exemplar de desvio acaba de aparecer em Goiás. Envolve o Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical (Ifas), uma organização não-governamental ligada ao movimento sindical, à questão agrária e ao PT.

Entre os fundadores da ONG está Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT e um dos cabeças do esquema do mensalão (suposta compra de votos no Congresso). O Ifas, cujo endereço é uma casa modesta no centro de Goiânia, assinou um convênio de R\$ 7 milhões com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Já recebeu mais de dois terços dos recursos (R\$ 4,6 milhões), mas até agora não conseguiu provar como gastou esse dinheiro.

A transação virou caso de polícia. No penúltimo dia de janeiro, agentes da Polícia Federal entraram na sede do instituto e levaram um amontoado de documentos relacionados ao convênio. Muitos dos papéis apreendidos pela PF reforçam a suspeita de desvio de uma parte significativa do dinheiro. A ordem de busca e apreensão foi da Justiça Federal, que também bloqueou as contas da entidade e suspendeu os repasses. A Justiça atendeu assim ao pedido da Procuradoria da República em Goiás. Até ali, parecia ser apenas mais um contrato obscuro na distribuição de dinheiro público para ONGs no Brasil. ÉPOCA apurou que a história vai além. É uma ação entre amigos do PT para abastecer — com dinheiro público — entidades amigas do governo que ajudaram, nos últimos anos, a diminuir a estridência dos movimentos sociais contra

o governo. Antes do governo Lula, esses movimentos, como o dos trabalhadores rurais sem terra, reclamavam do desprezo de Brasília. Com o PT no poder, passaram a ter cargos na máquina federal e a receber dinheiro público. Em algumas situações, da maneira menos ortodoxa possível.

Foi o que aconteceu no convênio entre o Ifas e o Incra. O contrato foi assinado em 26 de dezembro de 2006 pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart. Em sua primeira versão, totalizava R\$ 6,3 milhões. Em outubro de 2007, foi reajustado para R\$ 7,1 milhões. Pelo convênio, o Ifas teria de treinar 9.375 trabalhadores rurais. A finalidade da ONG seria organizar cursos técnicos e formar lideranças em assentamentos rurais em 12 Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O acordo com o Incra previa que, já em fevereiro de 2007, o Ifas teria de apresentar sua primeira prestação de contas. E, depois, a cada três meses deveria enviar um relatório sobre os cursos. Nada disso aconteceu. Mesmo assim, Hackbart continuou a repassar o dinheiro para o Ifas — os R\$ 4,6 milhões — até a intervenção da Justiça. “Não há nada de irregular nisso”, diz Hackbart, que, antes de virar presidente do Incra, já era um petista com fortes ligações com movimentos de sem-terra. “Nós precisamos desses convênios para nossos projetos.”

O presidente do Incra diz que o Ifas não foi escolhido por sua ligação com o PT, mas por indicação da Fetraf-Brasil, uma federação que congrega mil sindicatos com 750 mil famílias de trabalhadores na agricultura familiar. Hackbart não admite, mas na prática é a mesma coisa. Criada em 2005, com direito à presença de Lula na cerimônia de lançamento da entidade, a Fetraf-Brasil é dominada por petistas. Para o governo, é uma aliança interessante. A Fetraf tem forte influência no interior do país. O problema é que o dinheiro para bancar a estrutura da entidade está saindo do bolso do contribuinte.

ÉPOCA obteve cópia da ata da última assembleia do Ifas, realizada em dezembro de

2007. O documento é esclarecedor. Nele, os próprios dirigentes da ONG dizem que o dinheiro repassado ao Ifas também paga as contas da Fetraf-Brasil. Na ata, os dirigentes das duas entidades admitem o descontrole sobre a verba e reconhecem que não estão cumprindo os convênios. “Se o Ifas e a Fetraf-Brasil continuar (*sic*) gerenciando os convênios como está, teremos vida muito curta”, diz um dos dirigentes da ONG, Francisco Lucena. A mesma ata registra declaração de um dirigente da Fetraf no Pará, Francisco Ferreira. “O Ifas passou a pagar dívidas da Fetraf-Brasil, misturando as gestões”, diz ele. Ao longo de toda a assembleia, ninguém se entende sobre as prestações de contas dos milhões repassados pelo governo. Ao final dela, a coordenação do Ifas foi substituída. “Não posso garantir que não houve desvio de dinheiro antes da minha chegada”, disse o atual coordenador do Ifas, Antônio Pereira das Chagas.

Os indícios da desordem na ONG petista já apareciam antes mesmo da divulgação das atas. Na ação que impetrou na Justiça para barrar os repasses do Incra à entidade, o procurador da República em Goiânia, Raphael Perissé, relata ter ido até o endereço declarado pelo instituto. Encontrou a casa fechada. Pela aparência, nada funcionava ali. “De vestígios de existência e atuação do Ifas, somente o resto de um cartaz rasgado ainda pendente no muro”, escreveu na ação. “Depois que saiu a decisão judicial, eles voltaram a frequentar o local”, disse o procurador a ÉPOCA. Perissé aponta outro indício de fraude: embora o convênio tenha sido firmado em dezembro de 2006, o plano de trabalho só foi apresentado pelo Ifas em 29 de outubro de 2007. Ou seja: o Incra assinou o contrato dez meses antes de receber o projeto.

O Ifas, que agora aparece como financiador de um dos sustentáculos sociais do governo à custa de dinheiro público, foi fundado em 1985 por um grupo de 12 petistas.

Um deles é Delúbio Soares. Outro é Hamilton Pereira da Silva, também conhecido pelo pseudônimo Pedro Tierra, um poeta que se gaba de ser amigo do presidente Lula, foi um dos fundadores do PT e até maio passado ocupava a presidência da Fundação Perseu Abramo, o núcleo pensante do partido. Hamilton Pereira foi o primeiro presidente do Ifas. Hoje, é

secretário de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente. Em maio de 2007, a ONG ganhou outro contrato da estatal Petrobras. São R\$ 4 milhões para ensinar trabalhadores rurais de Minas Gerais, Ceará e Bahia a plantar mamona para a produção de biodiesel.

O caso da ONG de Goiás é mais um exemplo do descontrole admitido na semana passada até pelo presidente Lula e por representantes do governo. "Nós precisamos, a partir das deficiências, fazer as correções necessárias e continuar colocando na internet as informações. Todo mundo tem ▶

O sultão da universidade

Em Brasília, o dinheiro público bancou até saca-rolhas de R\$ 859 para apartamento do reitor

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, é homem de hábitos finos. Gosta de fumar charutos importados e colecionar carros antigos, entre eles um Porsche. Para combinar com sua sofisticação, recebeu no apartamento onde morava, até a semana passada, um pacote invejável de utensílios de primeira linha. Um home theater de R\$ 36 mil, toldos de R\$ 10 mil, fogão de R\$ 7.100, lixeira de R\$ 1.000, saca-rolhas de R\$ 859, liquidificador de R\$ 499 e abridor de latas de R\$ 199. Ao todo foram R\$ 389 mil em mercadorias destinadas ao regalo do reitor e da família. Sabe quem bancou essa testança? Nós, contribuintes.

O dinheiro para tudo isso saiu da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), instituição criada pela UnB para realizar pesquisas de ponta. Desde 2002, a Finatec recebeu R\$ 75 milhões do governo federal. Desse valor, R\$ 23 milhões da UnB. "A fundação tem de empregar o dinheiro público em projetos científicos. Essa história de comprar eletrodomésticos e móveis é piada de mau gosto", afirma o procurador Ricardo Souza, que denunciou os gastos.

Depois da denúncia, Mulholland deixou o apartamento na calada da noite, na tentativa de fugir dos flashes. Mas não pareceu se constrangido com os presentes. "Havia uma linha estética. Não se mobiliava uma casa de qualquer maneira. Tem linhas de estética para poder ter um conjunto harmonioso. Não há nenhum problema.

Nem legal, nem ético", diz Mulholland. De acordo com a UnB, a compra de todos os itens é regular porque nem todo dinheiro da Finatec deve ser revertido em pesquisas, os bens são propriedade da UnB e o apartamento apenas servia como local para a representação institucional.

O reitor realizava jantares no imóvel, localizado no 6º andar de um luxuoso prédio de Brasília. Segundo servidores da UnB que visitaram o local e pediram para não ser identificados, o reitor fazia questão de exibir o local aos convidados. "Chamam a atenção as portas grandes de madeira, a churrasqueira, a sauna e uma banheira de ofurô", afirma um funcionário. O luxo do apartamento contrasta com alojamentos de estudantes no *campus* da UnB, com vazamentos e falta de iluminação.

Mulholland nasceu nos Estados Unidos, no Estado da Califórnia. Chegou com 2 anos ao Brasil e cresceu em Floriano, no interior do Piauí. Está na UnB desde a metade dos anos 70. É considerado um ás da psicologia cognitiva, ramo da ciência que tenta descobrir as

razões por trás do comportamento humano. Apesar da coleção de carros, no dia-a-dia anda em um Honda Civic, comprado em 2006 por R\$ 72 mil, também pela Finatec, com motorista. "Ele queria um carro automático. Fez cara feia quando soube que chegou um de câmbio manual", diz um servidor.

O Ministério Público Federal quer que a Finatec devolva R\$ 24 milhões aos cofres da União. "Esse caso (*do reitor*) é apenas a ponta de um imenso iceberg", afirma o procurador Ricardo Souza. De acordo com as investigações, um diretor gastou mais de 300 euros em um free shop na Holanda. Segundo a assessoria da Finatec, ele comprou uma câmera fotográfica para ser usada em um projeto da entidade. Outro diretor contratou a própria construtora para erguer a sede da fundação. ♦

Fundação da UnB gasta R\$ 389 mil para montar apartamento do reitor de mostrar concretamente o que é gasto todo santo dia". Para Lula, "só tem um gasto que não deve ser explicitado e detalhado, o gasto com segurança. Isso é uma coisa muito delicada". Enquanto o governo se envolve em discussões semânticas sobre a definição de "gastos com segurança" e as fronteiras do sigilo, o ministro da Coordenação Política, José Múcio, engrossa o cordão dos que reconhecem que o governo falhou. "Poderíamos ter usado melhor a Transparência e corrigido a tempo", disse Múcio.

Os abusos dos cartões do governo e as mordomias pagas com verbas secretas são apenas parte de um problema muito maior,

não detectado pelo Portal da Transparência. Nos últimos oito anos, R\$ 17,8 bilhões saíram dos cofres federais rumo a contas bancárias de todo tipo de ONG, de associações especializadas em saúde indígena até grupos folclóricos desconhecidos. Sabe-se que uma parcela considerável desse dinheiro nem sempre chega ao destino. Desde outubro, uma comissão parlamentar de inquérito instalada no Senado tenta esquadrihar as denúncias de desvio. “Fiscalizar os contratos das ONGs com o governo é uma necessidade mais urgente que a questão dos cartões, porque eles envolvem uma grande soma de dinheiro”, diz Alketa Peci, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro.

Há certos abusos com o dinheiro público que poderiam ser evitados por um simples exame de consciência. O reitor da UnB, Timothy Mulholland, gastou R\$ 389 mil de dinheiro público em móveis e utensílios (*leia na pág. 38*). O secretário especial dos Portos, Pedro Brito, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, depois que trocaram de cargos no governo federal, receberam respectivamente R\$ 8,300 e R\$ 18 mil em “auxílio de mudança”, mesmo permanecendo em Brasília. “Não penso em devolver o dinhei-

ro. Cumpri aquilo que considero ser o meu direito”, disse Machado. Em casos assim, falta no mínimo discernimento a essas autoridades. Ou vergonha mesmo.

Para além do comportamento das autoridades, há avanços institucionais a serem feitos pelo Brasil, a exemplo de países mais avançados (*leia o quadro na pág. 38*). “Não adianta expor se não houver investigação e ninguém for punido por seus erros”, diz o administrador público Caio Marini, professor da Fundação Dom Cabral (*leia a entrevista na pág. 42*). “No Brasil temos muitas instâncias de fiscalização e pouco diálogo entre elas”, diz o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar. Há também incúria. Todas as contas do Executivo, secretas ou não, são examinadas anualmente pelo TCU e enviadas ao Congresso. A última prestação de contas do governo que o Congresso examinou foi a de 2001, ainda no governo FHC.

O Brasil ainda mantém parte das despesas oficiais fora do alcance do público. Aqui são considerados secretos os gastos que envolvem a “segurança do Estado e da sociedade”. O filósofo Roberto Romano discorda desse conceito. “O sigilo das contas é ético na visão absolutista, do Estado não-democrático”, afirma. “Na Inglaterra, na França e nos EUA, o operador governamental tem de prestar contas ao contribuinte. Não pode alegar segredo.”

No Brasil, caberia ao Congresso fiscalizar as despesas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O orçamento da Abin neste ano é de R\$ 33 milhões. Mas só depois de saber, pelo Portal da Transparência, que os agentes da Abin sacaram R\$ 11,5 milhões do cartão corporativo em 2007 é que o Congresso anunciou a intenção de averiguar o uso das verbas da agência.

Esse mesmo Congresso se enrolou nas duas últimas semanas com a criação de uma CPI para investigar abusos com cartões, tanto no governo Lula quanto no governo de Fernando Henrique Cardoso. A troca de acusações leva a crer que essa CPI não dará em nada. O cientista político Fernando Abrucio (*leia na pág. 41*) acredita que o Congresso chegou a um nível complicado de esgotamento, diante de tantas investigações e acusações. Ele espera que o país pare um pouco para fazer o dever de casa: aprimorar a legislação e as políticas públicas. “Tomara que governo e oposição percebam isso logo”, diz Abrucio. Só assim haveria serenidade para passar a “nossos filhos e netos” o legado de um país que honra a transparência de valores. ♦

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO IFAS, EM 04/12/2007.

Às quatorze horas do dia quatro de dezembro de 2007, reuniu-se a Assembleia da Petraf-Brasil/CUT, situada na SCS, com o responsável por cada organização, o IFAS ter autorização para pagar dívidas da Petraf-Brasil, sempre em comunhão as duas organizações. Segundo o Francisco Lucena deve-se fazer um levantamento do que precisa resolver a respeito da gestão. Precisa-se definir caminhos que essa nova coordenação vai trilhar para que possamos salvar as duas organizações. Se o IFAS e a Petraf-Brasil continuar gerenciando os convênios como está teremos vida muito curta. Precisamos criar prioridades para resolver a situação das duas organizações com uma gestão colegiada. Graça disse que a Petraf-Brasil é refém dos recursos do IFAS - COORDENADOR GERAL das organizações que tem toda

Coordenador Geral eleito Antônio Pereira das Chagas

Marco Antônio Alves
Secretário Administrativo e Financeiro do IFAS

Antônio Pereira das Chagas
Eleito Coordenador Geral do IFAS

CONFISSÃO Acima, reprodução de uma ata de reunião do Ifas, em que um dirigente da ONG (à dir., a sede em Goiânia) admite irregularidades na execução do convênio com o Inbra

Fotos: José Cruz/ABR, Lula Marques/Folha Imagem e Sebastião Nogueira/ÉPOCA

Os governos transparentes

Os países onde os gastos públicos são abertos à população – e como eles fiscalizam a aplicação do dinheiro

TRANSPARÊNCIA
COMO FISCALIZA

Publicado na internet, o orçamento permite checar se o governo gastou como prometido. O governo tem de prestar contas não só de honestidade, mas precisa atingir metas de qualidade com o cidadão

A execução dos gastos previstos no orçamento pode ser acompanhada pela internet. Os americanos podem saber até quais foram os presentes recebidos pelo presidente e pelo vice-presidente

As repartições do governo assumem compromissos públicos de qualidade, como reduzir atrasos. Elas podem ser cobradas por isso. Os gastos do governo estão entre os mais acessíveis do mundo

NOVA ZELÂNDIA

Uma controladoria-geral, que responde ao poder Legislativo, fiscaliza os gastos do governo. Ela examina ainda se o governo cumpriu as promessas de atender bem o público

ESTADOS UNIDOS

O General Accountability Office (GAO) é o órgão de controle financeiro do governo. É dirigido por um auditor-geral, com mandato de 15 anos, indicado pelo presidente da República e aprovado pelo Legislativo

REINO UNIDO

O National Audit Office, ligado ao Parlamento, examina as contas do governo e publica cerca de 50 relatórios por ano sobre elas. Os auditores fiscalizam também o desempenho do órgãos públicos

A meta do governo é colocar todos os serviços públicos na internet até 2009. Os cidadãos podem saber até os salários de ministros e dos (poucos) ocupantes de cargos ocupados por indicação política

A maioria dos serviços públicos é informatizada. Os funcionários públicos recebem um manual sobre como usar o cartão de crédito corporativo e têm de prestar contas dos gastos a seus chefes diretos

O orçamento do governo é bastante claro e fornece uma grande quantidade de informações ao cidadão. As auditorias feitas nas contas são públicas

O nível de transparência do governo é considerado bom, graças à disseminação da internet. O Portal da Transparência mostra com clareza como são investidos os recursos públicos

CANADÁ

A controladoria-geral, ligada ao Parlamento, é encarregada de fiscalizar as despesas do governo. O sistema de fiscalização é feito depois que o dinheiro foi gasto e, em caso de irregularidade, há punições

AUSTRÁLIA

Uma controladoria-geral controla as contas do governo e o cumprimento de metas de qualidade. Há agências de ouvidores para recolher reclamações da população sobre os serviços públicos

FRANÇA

A fiscalização dos gastos públicos é feita por um colegiado, parecido com o Tribunal de Contas brasileiro. A Corte de Disciplina Orçamentária e Financeira pode punir os administradores

BRASIL

O Tribunal de Contas da União fiscaliza a aplicação do orçamento federal. Há tribunais para fiscalizar as contas dos Estados. A Controladoria-Geral da União também acompanha os gastos do governo

Fotos: Ricardo B. Labastier/ÉPOCA e Iano Andrade/CB

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Grau de confiança, grau de respeito”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 11 de maio de 2008.

O artigo de autoria do economista e ex-ministro da Fazenda do governo FHC, Pedro Malan, é uma análise da evolução da política econômica do País nos últimos quinze anos. Malan demonstra que o Brasil só alcançou o grau de respeito e confiança internacional porque o então ministro da Fazenda de Itamar Fran-

co, Fernando Henrique Cardoso, soube montar uma equipe de notáveis que desenvolveram um plano de estabilidade da moeda e combate da inflação que a época atingia patamares acima dos 1.500%.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Grau de confiança, grau de respeito

A dois extraordinários intelectuais do século 20 foi perguntado que lição essencial de vida dariam aos jovens. A resposta de Norberto Bobbio: “Respeitar as idéias alheias, deter-se diante do segredo de cada consciência, compreender antes de discutir e discutir antes de condenar.” A resposta de Raymond Aron foi mais sucinta, mas complementar e não menos relevante: “Respeitar os fatos, respeitar os outros, dar-se ao respeito.” Conheço bem uma senhora, prestes a completar seus 90 anos, que desde cedo procurou transmitir aos filhos valores semelhantes.

Por que essas coisas do século passado me vêm à mente com frequência neste nosso Brasil de 2008? Talvez porque não as considere coisas superadas, preocupações de intelectuais ou de velhas senhoras, tampouco ideais inalcançáveis na dura vida real. Talvez porque esteja preocupado com um grau que me parece um tanto excessivo de complacência, relativismo moral, ceticismo e cinismo sobre a vida pública e o mundo da política em geral. Tal-

vez porque ache que há um relativo descompasso entre a evolução da economia ao longo dos últimos 15 anos e a evolução de nossos partidos políticos, aí incluído seu pensar sobre o País e seu futuro.

É verdade que estamos em maio de 2008 – e procurando olhar o caminho à frente e o muito que há por fazer. Mas me permita o leitor uma breve volta ao passado, na linha do respeito aos fatos. Em maio de 1993, exatos 15 anos atrás, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda. Foi o quarto titular da pasta no governo Itamar Franco, antes que este completasse oito meses de seus 27 de mandato. Cardoso foi capaz de juntar em torno de si uma extraordinária equipe, com nomes como Edmar Bacha, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Francisco Pinto e Murilo Portugal, entre outros, sem os quais teria sido impossível derrotar a hiperinflação, que estava em cerca de 1.500% no acumulado de 12 meses até maio e cuja *média* no período maio-1988 a maio-1993 tinha sido superior a 1.000% ao ano – recorde mundial no período (na verdade, o Brasil foi o recordista mundial em termos de inflação acumulada nos 30 anos de 1968 a 1993).

As linhas básicas do Plano Real foram explicitadas em longa Exposição de Motivos tornada pública no início de dezem-

bro. A URV foi lançada formalmente por medida provisória com data de 28 de fevereiro de 1994 e, após quatro longos meses de transição, se converteu no real, ao ser-lhe conferida propriedade de meio de pagamento, em 1º de julho de 1994. Cardoso havia deixado o Ministério no início de abril, por exigência legal, para disputar a Presidência. Sua equipe foi inteiramente mantida por seu sucessor, Rubens Ricupero, que teve papel importante na pedagogia do Real entre abril e setembro de 1994. Seu sucessor por três meses e três semanas, Ciro Gomes, apoiou totalmente o Real, àquela altura já um extraordinário sucesso de público.

Todos os envolvidos tinham presente que a agenda pós-derrota da hiperinflação se confundia com a agenda de desenvolvimento econômico e social do País. Um país que, livre da dependência e das ilusões da droga inflacionária, era agora obrigado a começar a encarar de nova forma seus enormes e inegáveis problemas. Mas o que importa é que não perdemos tempo falando sobre heranças malditas – estávamos olhando para a frente e reconhecendo que, apesar das dificuldades, algo de relevante havia sido feito, e que era sobre aquela base de acertos (criação do Tesouro Nacional, fim da conta movimento, por exemplo) que deve-

riamos continuar construindo. Algo que este governo tem enorme dificuldade de fazer.

Pois bem, hoje, meados de 2008, o que temos? Quatorze anos de inflação civilizada. Quinze anos do início do programa de privatização. Dezesesseis anos de um salto qualitativo e quantitativo no processo de abertura da economia ao exterior. Quinze anos de efetiva autonomia operacional do Banco Central. Quinze anos desde a conclusão do processo definitivo de renegociação da dívida externa do setor público. Quinze anos de expressivos ingressos de investimento direto estrangeiro no Brasil (mais de US\$ 220 bilhões no período), expressão de confiança no País e em seu futuro.

Dez anos já se passaram desde a resolução de problemas de liquidez e solvência no sistema bancário, privado e público. Dez anos desde que o governo federal concluiu a renegociação da dívida de 25 Estados e 180 municípios. Nove anos de bem-sucedida operação do regime de metas da inflação. Nove anos de regime de taxas de câmbio flutuante. Oito anos desde o início operacional dos programas de transferências diretas de renda para a população mais pobre, que não começaram com este governo. Oito anos exatos desde a aprovação pelo Congresso da crucial Lei de Responsabilidade Fiscal – tão combatida pela barulhenta oposição da épo-

ca, hoje no poder.

É por tudo isso, e algo mais, que o Brasil é hoje mais respeitado internacionalmente. O que não era exatamente o caso 15, 20 anos atrás. É por tudo isso e algo mais que há mais confiança, interna e externa, no País. O que não era exatamente o caso 15, 20 anos atrás. Foi por tudo isso que o Brasil alcançou o grau de investimento na avaliação de uma agência de risco.

É respeitar os outros – e os fatos – reconhecer que parte do governo Lula, por ter mudado, contribuiu para este processo ao longo dos últimos cinco anos. É desrespeitar os outros – e os fatos – a tentativa de apropriação exclusiva, porque indebita, dos resultados deste processo.

Mas não há espaço para complacências, grandes erros, tentações populistas, excessos corporativistas. Temos ainda um longo e árduo caminho à frente, que exigirá que alcancemos mais elevados graus de confiança e respeito no sentido que lhe emprestam Bobbio, Aron e a velha senhora mencionada no primeiro parágrafo, minha mãe. A ela e a todas as mães: feliz dia! ●

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC
E-mail: malan@estado.com.br

O que importa é que não perdemos tempo falando de heranças malditas...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “A FARSA CONFIRMADA”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 4 de junho 2008.

A reportagem destaca que, controlada pelo governo Lula, a CPI dos Cartões corporativos termina sem apurar nada e revela a ação da bancada dos coveiros, referindo-se aos deputados do baixo clero lulista que

trabalharam para que os suspeitos de usarem o dinheiro público indevidamente fossem convocados a depor.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A FARSA CONFIRMADA

CPI dos Cartões termina sem apurar nada e revela a ação da bancada dos coveiros

Otávio Cabral

O ex-deputado Ulysses Guimarães eternizou a máxima segundo a qual se sabe como começa uma CPI, mas não se sabe como termina. Ele acreditava que as investigações parlamentares guardassem uma saudável imprevisibilidade por fugir de qualquer tipo de controle, fosse do governo, fosse da oposição, pelo simples fato de serem pautadas pelos fatos. Ulysses Guimarães, se ainda vivo, estaria assistindo à desconstrução absoluta de sua teoria: uma CPI pode, sim, ser totalmente controlada do início ao fim, independentemente dos fatos. A fórmula foi desenvolvida nos laboratórios do governo e mostrou seu primeiro grande resultado na semana passada. Depois de três meses de embromação e escaramuças, a CPI dos Cartões Corporativos, criada por acordo entre governo e oposição, está encerrando seus trabalhos exatamente da mesma maneira que começou: encenando uma farsa. Farsa para não apurar nada. Desde o início, era para ser um simulacro de investigação — e tudo leva a crer que será. A falta de conclusão é resultado direto do trabalho de um grupo de deputados que vem fazendo fama no Congresso e já foi apelidado de a bancada dos coveiros. São parlamentares inexpressivos, desprovidos de pudor, teleguiados para atrapalhar, confundir e enterrar investigações que incomodem o governo.

Os talibãs da impunidade são recrutados no chamado baixo clero do Congresso. O governo sabia que, desde que surgiram as primeiras denúncias sobre o uso irregular dos cartões de crédito, era inevitável a instalação de uma CPI para investigar o caso, e resolveu se preparar. A tática de usar o exército covreiro já havia sido empregada com sucesso no Se-

nado, no ano passado, para salvar o mandato do senador Renan Calheiros, investigado por um rosário de crimes. Na ocasião, o governo juntou o que havia de pior no Senado para fazer o trabalho sujo em benefício de Calheiros, que foi obrigado a renunciar à presidência do Congresso, mas acabou se safando da cassação do mandato. A tática foi integralmente aplicada na CPI dos Cartões. A tropa de choque, dessa vez, foi formada pelos deputados Carlos Willian (PTC-MG), Sílvio Costa (PMN-PE), Maurício Quintella (PR-AL) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC) — todos de pouca expressão, filiados a partidos nanicos e sem pretensões políticas mais ambiciosas. Fazem o trabalho por voluntarismo ou para receber uma pequena recompensa, que pode vir na forma de cargos e liberação de emendas do Orçamento.

A estratégia dos coveiros é previamente combinada com as lideranças do governo. Eles são orientados a constranger depoentes, inviabilizar sessões, rejeitar requerimentos importantes de convocação e protagonizar cenas ridículas, que só ajudam a desmerecer ainda mais a imagem do Congresso. No início da CPI, por exemplo, a tropa da cova chegou à sessão com uma “cola” em mãos, onde estavam destacados em vermelho todos os requerimentos que deveriam ser rejeitados. Em azul, os que deveriam ser aprovados. Os parlamentares mal sabiam o que estavam votando, mas seguiram à risca o que foi escrito pelas lideranças do governo. Em um dos depoimentos, o deputado Carlos Willian exigiu que a testemunha jurasse dizer a verdade com as mãos sobre a Bíblia. Como ela se negou, o deputado rebateu: “Para mim, tudo o que ele disser no depoimento vai ser mentira porque sou cristão”. Defensora do reconhecimento do santodaime como patrimônio nacional,

Perpétua ficou conhecida nacionalmente por chamar, aos berros, uma testemunha de “dedo-duro”. Sílvio Costa se especializou em pedir a convocação de membros do governo anterior para tentar constranger a oposição, enquanto Maurício Quintella se dedicava a insultar os oposicionistas, que eram chamados de “fofoqueiros” e “bisbilhoteiros”. Fanfarronices que eram recebidas com gargalhadas e até aplausos, num constrangimento ao bom senso.

A farsa da CPI também contou com a indulgência da oposição. Os dois sub-relatores, Carlos Sampaio e Índio da Costa, vestiram o figurino de investigadores sérios, dispostos a revelar as irregularidades do governo com os cartões corporativos, mas também produziram um relatório risível. O único momento em que a farsa esteve ameaçada foi quando se revelou a existência de um dossiê com as despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Atropelada pelos fatos — sempre eles —, a CPI convocou para depor o ex-secretário de Controle Interno da Presidência José Aparecido Nunes Pires, apontado pela Polícia Federal como o responsável pelo vazamento do documento. O funcionário confirmou a existência do dossiê e disse que ele foi produzido na Casa Civil. E o que aconteceu depois diante de tão escandalosa revelação? A comissão decidiu encerrar os trabalhos. Na terça-feira, todos os requerimentos de convocação foram rejeitados, inclusive os que previam o depoimento de funcionários da Casa Civil envolvidos com o dossiê, como a secretária-executiva, Erenice Guerra. “Essa CPI não andou. Está capenga e vai ser enterrada. O que fizemos foi defender o governo”, comemorou o deputado Carlos Willian. Sem confronto, a comissão terá sua sessão de despedida nesta terça-feira. Será uma festiva missa de sétimo dia. ■

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos acompanhando as atividades promovidas nesta casa em função da III Semana do Meio Ambiente do Senado Federal. O pensamento ecológico e as discussões sobre alternativas que viabilizem o desenvolvimento sustentável estão em destaque em nossa pauta de debates.

Por este motivo, aproveito a oportunidade para pedir agilidade na tramitação do Projeto de Lei Nº 313/2007, apresentado por mim e aprovado por esta Casa em 2007, que institui o Dia Nacional da Reciclagem. A proposta se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados e estabelece a data a ser celebrada anualmente no dia 5 de junho, quando também comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Nosso objetivo, como destacado na ocasião em que apresentei o referido projeto, é chamar a atenção da sociedade para uma prática fundamental para a preservação do Meio Ambiente. A reciclagem é uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, possibilitando também uma atividade promissora em termos de geração de emprego e renda para famílias de baixa renda.

Temos exemplos de cooperativas de reciclagem que atuam na capacitação, formação e formalização desta prática, fortalecendo a participação dos recicladores como parceiros em programas de coleta seletiva.

No momento em que discutimos a importância da tomada de atitudes mais conscientes por parte da sociedade em termos de preservação ambiental, é fundamental valorizarmos e promovermos estas iniciativas.

Quando constatamos que o Brasil produz 240 mil toneladas de lixo por dia, e que apenas 2% deste lixo é reciclado, percebemos que muito ainda temos a avançar. Principalmente quando comparamos nossa realidade com a de outros países. Nos Estados Unidos e na Europa, o percentual de lixo urbano reciclado é de 40%.

Este incentivo pode se dar por meio de políticas públicas, seja por meio de programas de coleta seletiva ou de campanhas educativas e de conscientização, principalmente junto às nossas crianças, para que, desde cedo, desenvolvam o hábito de reciclar, estendendo esta prática para sua família e, conseqüentemente, para a comunidade em que estão inseridas.

Enalteço a iniciativa do Senado em promover a III Semana do Meio Ambiente e, desta forma, oportunizar o debate e a participação da sociedade nas discussões que dizem respeito a este tema tão importante para nossa sociedade.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: *“O que não é visto não é lembrado”*, já dizia o dito popular. Dar visibilidade a um dos exames mais importantes para a saúde infantil e fixar perante a sociedade brasileira a necessidade de sua realização são os objetivos do 1º Dia Nacional do Teste do

Pezinho que, a partir deste ano, será comemorado anualmente dia 06 de junho.

Neste dia, inúmeras atividades serão realizadas no Brasil com a finalidade de chamar a atenção dos cidadãos brasileiros para os benefícios decorrentes da realização do teste nos recém-nascidos.

O Teste do Pezinho é considerado a principal forma de medicina preventiva do bebê, possibilitando que, com apenas algumas gotas de sangue, se descubra a existência de doenças que podem se manifestar com o passar do tempo e causar deficiências, como a Fenilcetonúria, Hemoglobinopatias, Fibrose Cística e Hipotireoidismo Congênito.

Desde 1992, a realização do teste é obrigatória no Brasil. Em 2001, o Ministério da Saúde implantou o Programa Nacional de Triagem Neonatal, financiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que credencia laboratórios para a realização gratuita dos exames. Estes laboratórios são credenciados como Serviços de Referência em Triagem Neonatal, divididos em três níveis: Fase I (que realiza exames de Fenilcetonúria e Hipotireoidismo Congênito); Fase II (diagnóstico de Fenilcetonúria, Hipotireoidismo Congênito, Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias) e Fase III (doenças da Fase II + Fibrose Cística).

Hoje, existem serviços de referência distribuídos nos estados brasileiros, com exceção dos estados de Roraima e Amapá. Porém, apenas os estados do Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina conseguem diagnosticar a anemia falciforme e a fibrose cística.

Existe, também, uma versão ampliada do exame capaz de identificar mais de 30 doenças antes da manifestação de seus sintomas. Esta alternativa, entretanto, ainda não está disponível na rede pública de saúde, mas é realizada em alguns laboratórios como o da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (FEPE), em Curitiba, responsável pela realização do Teste do Pezinho em todos os municípios paranaenses. Por meio da Espectrometria de Massa, aplicada na pesquisa de outras doenças metabólicas, é possível a ampliação de pelo menos mais de 30 doenças no painel do Teste do Pezinho, além da elucidação do diagnóstico em casos tardios, possibilitando o aconselhamento genético.

Trago alguns números do Programa de Triagem Neonatal no Estado do Paraná, desenvolvido pela Fundação Ecumênica, e que comprovam a importância do exame para a saúde de nossas crianças.

Mensalmente, são realizados 14 mil exames no Paraná. Até dezembro de 2007, o número de bebês triados pelo laboratório da FEPE era de 3,1 milhões.

Além do diagnóstico, a Fundação atua também no tratamento das doenças que se manifestam. Atualmente, estão em tratamento 950 pacientes com fenilcetonúria, hipotireoidismo, fibrose cística e anemia falciforme.

O importante nesta data, nobres colegas, é fixarmos a mensagem de que, uma vez diagnosticadas pelo

Teste do Pezinho, nos primeiros dias de vida, estas doenças possibilitam à criança um desenvolvimento normal, sem danos cerebrais.

Por isso, faço este registro lembrando a todos que o dia 06 de junho, a partir deste ano, é o Dia Nacional da Triagem Neonatal graças a um projeto aprovado pelo Congresso Nacional, com a colaboração dos senadores e deputados brasileiros, que têm consciência da importância de valorizarmos esta alternativa fundamental para a saúde pública do país.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão, de 5 de julho de 2008, em que o Senado Federal homenageou o Dia do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 4 minutos.)

Ata da 96ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior e Geovani Borges

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 7 minutos
e encerra-se às 13 horas e 16 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 116, de 2008 (nº 337/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2008 (nº 1641/2003, na Casa de origem), que *altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio*, sancionado e transformado na Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008.
- Nº 117, de 2008 (nº 338/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2008 (nº 7.505/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008; e
- Nº 118, de 2008 (nº 339/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2008 (nº 7.708/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo*, sancionado e transformado na Lei nº 11.686, de 2 de junho de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Nº 279/08/PS-GSE

Brasília, 3 de junho de 2008

Assunto: Comunica envio de PLv à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas, na Sessão Plenária do dia 28-5-2008, as Emendas de nºs 1 e 2, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008 (Medida Provisória nº 410, de 2007, do Poder Executivo), que “Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995 e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

Of. nº 280/08/PS-GSE

Brasília, 3 de junho de 2008

Assunto: Comunica envio de PLv à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprova-

das, na Sessão Plenária do dia 27-5-2008, as Emendas de nºs 1, 2 e 6, e rejeitadas as Emendas de nºs 3, 4, 5 e 7, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008 (Medida Provisória nº 415, de 2008, do Poder Executivo), que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, os **Projetos de Lei de Conversão nºs 8 e 13, de 2008**, provenientes das Medidas Provisórias nºs 410, de 2007, e 415, de 2008, voltam à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senhor Presidente da República adotou, em 4 de junho de 2008, e publicou, em 5 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 434, de 2008**, que “*Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, e dá outras providências*”.

Nos termos dos §§2º e 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	1. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	2. Raimundo Colombo (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	4. Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PcdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	1. Inácio Arruda (PcdoB)
João Ribeiro (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	3. Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	1. Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	2. Leomar Quintanilha
Valter Pereira	3. Neuto de Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	1. Sérgio Zambiasi
--------------------	--------------------

PDT

Osmar Dias	1. Patrícia Saboya
------------	--------------------

PSOL*

José Nery	1.
-----------	----

* Rodízio nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves – PMDB	1. Carlos Willian – PTC
Maurício Rands – PT	2. Vinícius Carvalho – PtdoB
Mário Negromonte – PP	3. Edinho Bez – PMDB
Luciano Castro – PR	4. Beto Faro – PT
Jovair Arantes – PTB	5. Benedito de Lira – PP
Hugo Leal – PSC	6. José Carlos Araújo – PR

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal – PSDB	1. Ronaldo Caiado – DEM
Antonio Carlos Magalhães Neto – DEM	2. Arnaldo Jardim – PPS
Fernando Coruja – PPS	3. Bruno Rodrigues – PSDB
Bruno Araújo – PSDB	4. José Carlos Aleluia – DEM

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Renildo Calheiros – PcdoB	1. Ana Arraes – PSB
Márcio França – PSB	2. Vieira da Cunha – PDT

PSOL*

Luciana Genro	1. Ivan Valente
---------------	-----------------

* Rodízio nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: **5-6-2008**

- Designação da Comissão: **6-6-2008 (SF)**
- Instalação da Comissão: **6-5-2008**
- Emendas: até **11-6-2008** (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: **5-6-2008 a 18-6-2008** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **18-6-2008**
- Prazo na CD: **de 19-6-2008 a 2-7-2008** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **2-7-2008**
- Prazo no SF: **de 3-7-2008 a 16-7-2008** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **16-7-2008**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **3-8-2008 a 17-7-2008** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **3-8-2008** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **17-8-2008** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 27, de 2008**, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *denomina de “Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Senador Jefferson Péres” o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Educação e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, ao Senador Mão Santa, pelo espaço cedido a ele pelo Senador Romeu Tuma.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 06 de junho, às 9 horas e 7 minutos, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras presentes e que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado, composto pela TV Senado, por suas duas emissoras de rádio, AM e FM, e também pelo conceituado *Jornal do Senado*.

Às sextas-feiras, falamos para o Brasil.

Geovani Borges, Norberto Bobbio disse que uma das mais importantes funções do Parlamento é sermos a ressonância popular, do povo. Podemos dizer o que o povo sente, o que gostaria de falar, mas não

tem condições, por medo, por falta de poder, por falta de um sistema de comunicação.

Este, Paim, é o sistema representativo a que chegamos e que aperfeiçoamos. Lá, onde se iniciou a democracia, na Grécia, era interessante: eles iam à praça pública, Senador Borges, e falavam. Começavam de manhã e, à noite, estavam falando, porque todo mundo tinha direito a falar. Paim, a confusão era grande, de tal maneira que se foi aperfeiçoando. Os romanos avançaram, construindo esta democracia representativa, com muita grandeza. Daí a Itália do Renascimento, a Itália grandiosa. O Senado teve tanta força, e eles falavam. E eles diziam sempre: o Senado e o povo de Roma. Então, assim devemos falar: o Senado e o povo do Brasil.

Paim, que aí está, tem representado o povo do Brasil, e pedi para falar antes dele, que era o primeiro inscrito, porque vou viajar já, já. No início da semana, estarei representando o Senado num seminário internacional que reputo da maior importância, na OIT, em Genebra.

Genebra é uma cidade da Suíça que apareceu para o mundo como órgão centralizador de todas as iniciativas globalizadas. Quase todos os organismos internacionais estão centralizados e convivendo em Genebra.

Paim, eu já conheci essa cidade. E sei que o Paim já esteve lá, nesse mesmo seminário em que eu e o Senador Dornelles vamos representar o Senado. O Senador Dornelles é de grande valia, Presidente do PP, representa o Rio de Janeiro, é mineiro e é um homem de uma visão extraordinária. Este País tem muito respeito a Dornelles; todo mundo se lembra de que ele foi escolhido por Tancredo para ser Ministro da Fazenda, e hoje o povo do Rio de Janeiro o escolheu para representá-lo. Então, nós vamos. O Paim já esteve em congresso semelhante.

E eu acho que é um dos mais importantes, porque, Geovani Borges, a gente tem que ter fé. Fé. Acreditar. Sem crença, é nada. E eu tenho as minhas crenças: eu creio em Deus. Aí, aprendemos que Deus é amor, amor é Deus, e eu creio no amor. O amor, no meu entender, é o cimento que constrói a família, e eu acho essa, Paim, a instituição mais sagrada. Mozarildo, tão sagrada é – e eu o respeito pelo amor que V. Ex^a tem à família, o amor e o orgulho que V. Ex^a sente dos filhos, juizes –, tão importante que o próprio Deus, depois de muitas tentativas de salvar este mundo, manda um filho especial, Jesus, que está ali. Paim, Ele não desgarrar; Ele bota numa família. Eu acho que nós temos de fazer esta reflexão: a Sagrada Família, Jesus, Maria e José. Bota na família de um trabalhador, Paim, de um

operário, como V. Ex^a representou os operários e os trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Então, é outra mensagem de Deus: o amor – está escrito que Deus é amor – é o cimento da instituição primária e fundamental, a família. Ele bota seu Mensageiro para nos salvar, depois de muita tentativa, na casa de um trabalhador operário.

Então, está escrito em Seu Livro: “Pelos ungidos, comerás o pão com o suor do seu rosto”. Geovani Borges, é uma mensagem de Deus aos governantes: o trabalho. Esse congresso em que, com muito orgulho, vou representar o Senado da República é do trabalho. Eu acredito no trabalho. Acredito. É crença! Principalmente, quando aquele, ungido por Deus, deixou escrito, o Paulo...

As conversas do Suplicy, as teses do Suplicy, eu as aceito, ele é um homem bondoso. Mas prefiro ficar com o Apóstolo Paulo. Aliás, o pai e a mãe de Paim o homenagearam colocando esse nome em Paim, e eu também tenho um irmão chamado Paulo de Tarso, aquele guerreiro que disse: “Percorri o meu caminho, preguei a minha fé e combati o bom combate”.

Mas o bonito mesmo nesta vida que ele descreveu foi – Paim, esta é uma mensagem –: quem não trabalha não merece ganhar para comer. Com isso, ele não está enterrando o conceito de Deus, que é amor. Ele mesmo disse que devemos ter fé, esperança e caridade, que é amor. Devemos ter, mas ele disse que o trabalho é mais importante.

Paim, Rui Barbosa, que também glorifica este Senado, que nós estamos tornando grandioso por mérito nosso – talvez este tenha sido o melhor Senado da história da República –, por nossa causa, pelo estudo e pelo trabalho com que nós chegamos aqui, é lógico... Se o “senadinho” de Cristo, que eram treze, não teve a perfeição – por dinheiro, a traição –, aqui também há os que traem os propósitos por fraqueza, por interesse.

Mas basta dizer isto: estamos aqui numa sexta-feira, ô Mozarildo, este Senado nunca se reunia às sextas-feiras. Fomos nós, Paim. V. Ex^a era o Vice-Presidente da Casa, V. Ex^a abriu, V. Ex^a passou a fidelidade ao Partido, que não se interessava e que é normal, que é normal, porque aqui lançamos o clamor das oposições, mas V. Ex^a facilitou. Então, vínhamos para cá, Presidente era o Sarney, vínhamos para cá, Efraim Morais deu a idéia, Antero Paes de Barros, que tive o prazer de rever há dois dias, Arthur Virgílio e eu.

Daí quase sempre eu apareço presidindo, porque o Efraim, fiel ao Regimento, dizia que eu tinha mais idade. Aí, foram aumentando, e V. Ex^a era o quinto – a mão tem o quinto –, chegava e, democraticamente, dava força. E eu tenho visto aqui pronunciamentos

muito importantes. O nosso companheiro Pedro Simon tem oferecido à Nação, à democracia e ao Brasil grandes reflexões. Para não citar todos, ele, que é o nosso Cícero.

Mas, Paim, então, vamos... O próprio Rui Barbosa engrandeceu esta Casa, e nós, nós todos... Eu não acredito nesse negócio de uma mídia comprada dizer, ô Mozarildo... Outro dia, fui à missa, mas o arcebispo deu uma pesquisa em que não acredito. Eu não acredito, pois aqui há tantos valores, e eu tenho acompanhado isso. E tive também, não vou dizer o prazer, mas um misto de tristeza e prazer de ir aos enterros dos Senadores que faleceram vi o povo de suas cidades, de seus Estados e do Brasil chorar. Assim aconteceu com Ramez Tebet, assim aconteceu com Antonio Carlos Magalhães, assim aconteceu, ultimamente, com Jefferson Péres. Então, eu queria dizer: eu vi o povo chorar e os céus chorarem com Jonas Pinheiro. Choveu. Era o céu chorando por aquele homem que se dedicou tanto à produção da terra, Paim. Então, eu não acredito naquela pesquisa. E, Mozarildo, eu não acredito, porque só recebo manifestações de aplausos por onde ando. Eu nunca pensei que iria dar autógrafa lá em Buenos Aires, saindo de um show de tango. Brasileiro, a metade que assiste é brasileiro: “Ah, é o Mão Santa?” Aí tira um retrato... Então, nós gozamos de bom conceito.

A luta é de V. Ex^a, Paim, eu não vou ressaltar. Só ela garantia e garante um percentual de aprovação desta Casa, a sua luta pelo trabalho. E quero crer em dizer aqui, Geovani Borges... Desligue o telefone e aprenda isso. Olhe, Geovani, eu sei da popularidade do Presidente Luiz Inácio e desejo e quero. Votei nele na primeira e é o nosso Presidente. Eu não quero e não admito que se fale em terceiro mandato. Quem fala em terceiro mandato é um idiota! Não é *O Idiota*, de Dostoiévski; é o idiota ao quadrado e ao cubo. E vou dizer por quê. Nós entendemos as coisas, ô Paim.

V. Ex^a foi constituinte, não foi? Mozarildo também foi? Sábios constituintes! Geovani Borges foi? Sábios constituintes!

Mas eu ia lembrar que lá estava Fernando Henrique Cardoso, que lá estava Mário Covas, que lá estava Ulysses Magalhães, o nosso Vice-Presidente Alvaro Dias. Então, sábios brasileiros comprometidos com a democracia. Eles a fizeram para um mandato presidencial. Atentai bem, ô idiotas!

Eu já ouvi idiotas falarem, na Câmara, de lei, eu já ouvi aqui. Ô idiotas! Não é o do Dostoiévski, o livro, não. É idiota ao quadrado e ao cubo. Os sábios constituintes fizeram a Constituição para um mandato presidencial. Não é verdade? Depois, mudou. Um mandato!

O Presidente da República nomeava os da Suprema Corte. Dois, três, quatro, conforme a aposentadoria, a morte, mas não passava disso. E não passou disso, na história do Brasil. Atentai bem!

Esse é meu dever. Por isso estou aqui. Nós somos os pais da Pátria. Só tem esse sentido. Assim foi criado.

Deus, quando Moisés, querendo desistir, quebrou as tábuas da lei: “Não desista! Busque os mais velhos e os mais experientes”. Aí nasceu a idéia.

Paim, com dois mandatos, o Presidente da República já está nomeando seis. O nosso querido, popular Luiz Inácio ainda não se apercebeu. Ele já nomeou uns oito. Se dermos dois anos apenas a mais, como eu já vi idiota dizer, aí ele vai nomear todos.

Essa democracia foi o povo querendo dividir o poder. Tinha os reis, os faraós, e o povo insatisfeito: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. A primeira coisa foi dividir o poder, a tripartição, acabar com o “L’État, c’est moi”. Iguais, harmônicos, equipotentes, um freando o outro.

Aí, se nós sairmos para um terceiro mandato, o Presidente tem o dele, o Executivo é que tem o dinheiro, o Executivo é que tem o BNDES, o Executivo é que tem a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e a Casa da Moeda. É forte. Não é forte, Paim, em dinheiro? E o Poder Judiciário, muito forte, ele prende, ele cassa, ele multa. Aí ele vai ter os dois, e nós, sonhando em fazer lei, e hoje já estamos enfraquecidos.

Então, essa é uma reflexão. Por isso é que nós estamos aqui, porque essa democracia foi uma conquista, Mozarildo, da humanidade, que nasceu lá na Grécia. Aperfeiçoada, o povo na rua, rolaram as cabeças nas guilhotinas. Cem anos depois que derrubamos rei no Brasil, nós não vamos retroceder.

Então, essas são as palavras, Paim, mas queria dizer aqui, dar os meus aplausos e a minha análise ao maior êxito deste Governo: a divisão de renda. Mas isso foi dado, Paim, porque V. Ex^a teve a coragem e nós aqui tivemos a coragem de apoiar o aumento do salário mínimo. Quando nós chegamos aqui, Mozarildo, V. Ex^a se lembrava que era de US\$70. Paim ousou e disse que ia aos US\$100. E nós com ele, e nós lutamos. Teve uma época que nós botamos R\$15,00 a mais, lá os 300 picaretas, que Luiz Inácio disse: enterraram os R\$15,00. Foi no fim do primeiro ano. Nós continuamos. E hoje esse salário mínimo... Quantos dólares são, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hoje está em torno de US\$250.

O SR. MÃO SANTA (PDMB – PI) – Duzentos e cinquenta dólares! Esse foi o maior êxito deste Governo. Essa é a distribuição, é a compensação do trabalho, é o

salário justo. Se não é o que o Paim ainda sonha, mas melhorou muito. E nós temos que reconhecer. Isso foi o que houve, essa estabilidade, essa satisfação que você não vê em países que estão enriquecidos. A China! Eles estão fazendo aí os relógios, os eletrônicos, mas como ganham mal lá na China, não é? Salário mínimo. É a escravidão da vida moderna, escravos, máquinas... Máquinas humanas! E aqui melhorou.

Então é nessa esperança que eu vou, com essas mesmas idéias, absorver o mundo e dizer a grande conquista do nosso Governo, porque o Governo é nosso, o Governo são os três Poderes que eu chamo de instrumento. Isso é que é o Governo. Eu sou o Governo. Não tem mais *l’Etat, c’est moi*. É desse equilíbrio, um controlando o outro. E nós estamos aqui, cumprindo a nossa missão. É como disse Teotônio, moribundo: “esse é o grande ensinamento”.

Daí eu ser orgulhoso de estar aqui, porque eu vi Ramez Tebet moribundo, eu vi Antonio Carlos Magalhães – não é? – quase sem forças físicas. Eu mesmo recomendei, como médico, que ele não podia subir a escada. Ramez Tebet com a quimioterapia, os cabelos caindo. Os outros foram surpresas, não é? Mas nós vimos.

Mas o Brasil viu o Menestrel das Alagoas, na ditadura, moribundo, com câncer, aqui dizer. É falar resistindo; é resistir falando. Esse foi o grande ensinamento.

Paim, V. Ex^a simboliza o máximo de ideal aqui e eu vou representar este País no Congresso da OIT com a mesma grandeza que V. Ex^a representou em épocas passadas, eu e Dornelles. Ciente, levar a mensagem do nosso patrono Rui Barbosa, que brilhou em Haia, na Holanda. Nós vamos levar a Genebra aquele seu conceito muito atual, a primazia do trabalho e do trabalhador. Eles vieram antes, eles que fizeram as riquezas. Não vamos passar os donos das riquezas, os banqueiros, na frente dos direitos.

Eu vou contar, Paim, essa nossa luta, essa nossa história. Martin Luther King teve um sonho, mas ele morreu antes de realizar o sonho. Hoje, V. Ex^a pode agradecer a Deus, porque foi um grande sonho; esse sonho de V. Ex^a e nosso era de US\$100. Então, V. Ex^a tem que agradecer.

Essas são as nossas palavras e a nossa saudade de deixar por uma semana esta convivência.

Ó Meu Deus, inspire-nos e abençoe os trabalhadores do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, quero cumprimentá-lo. Sei que V. Ex^a representará muito bem o Congresso Nacional em Genebra. Com certeza, lá, V. Ex^a há de mostrar a nossa experiência e há de comprovar que,

nos países de primeiro mundo, o salário mínimo não é menor que mil dólares. É claro que temos que perseguir. No Governo Lula, nós triplicamos o valor: era em torno de US\$70.00, e hoje estamos em torno de US\$250.00.

Então, meus cumprimentos e boa viagem. Represente-nos bem lá na OIT (Organização Internacional do Trabalho) em Genebra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide, que sei que vai pedir sua inscrição, regimentalmente, para uma comunicação parlamentar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é isso mesmo. Eu gostaria de pedir minha inscrição para uma comunicação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está convidada a usar da tribuna neste momento, porque vamos, conforme manda o regimento, intercalar um orador inscrito e uma comunicação parlamentar ou de Líder.

V. Ex^a falará como comunicação parlamentar, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em virtude da realização, na noite de ontem, da abertura da Conferência Nacional GLBT, venho a esta tribuna ainda muito emocionada pela participação efetiva do Presidente Lula, não apenas afirmando, mas reafirmando os compromissos do Governo brasileiro e da nossa sociedade, que muito avança no sentido de garantir direitos humanos a todos e a todas, independentemente de suas diferenças.

É com muita alegria, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna na manhã de hoje também para fazer um registro sobre a ocorrência, no dia de ontem, 5 de junho, do Dia Mundial do Meio ambiente.

A civilização que somos hoje agoniza sob grave crise socioambiental global, que enfrentamos entre perplexos e anestesiados pela fé absoluta nos desígnios do Capital – que tudo pode e em seu nome tudo se justifica.

Criamos, Sr. Presidente, a abstração do capital como engenhosa ferramenta para nos facilitar a vida. Mas nos confundimos no caminho.

Hoje, somos os únicos seres do mundo a acreditar que “sem dinheiro não se vive” e, cegos por esta fé absurda, julgamo-nos superiores a tudo que existe

sem ela. A ela nos submetemos e, por ela, insistimos em submeter todo o mundo criado.

Sob a fé absoluta nos poderes que nós e somente nós atribuímos ao capital; que, por sua vez, foi criado por nós a partir de algum momento recente no longo caminho da humanidade; e que existe apenas porque nós pactuamos entre nós mesmos a sua existência; acreditamos que nós somos produto dele e não ele de nós; que estamos criados para ele e não ele para nós; que, portanto, ele é tudo e tudo pode contra nós – e que, sem ele, a vida é inviável e não tem sentido.

Mais que um arranjo econômico, o capitalismo também é uma espécie de religião – cujo deus é o capital e seu evangelho as leis de mercado. De tal modo que, enquanto descrevo este quadro, devotos fiéis desdenham ou impacientam-se, como se a realidade que descrevo fosse algum sacrilégio ou delírio, resultante de ignorância ou de inocência pagã.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse, felizmente, não é o fim da história. Ou, ao menos, Sr. Presidente, não precisa ser.

Uma antiga canção de Chico Buarque de Holanda diz: “Você, que inventou a tristeza, agora tenha a fineza de desinventar”.

O mundo se mobiliza para “desinventar a tristeza” que temos constituído com nossa displicência contra a vida.

Em artigo publicado nesta semana, intitulado “Agir rápido, agir juntos”, Frei Leonardo Boff nos informa que, em março passado, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, visitou o Conselho Mundial das Igrejas em Genebra e disse: “Um problema global exige uma resposta global: nós precisamos da ajuda das igrejas”.

E elas responderam prontamente com uma clamoração aos milhões de cristãos dispersos pelo mundo afora com estas palavras: “agir rápido, agir juntos porque não temos tempo a perder”.

Por sua vez, recentemente, uma carta pastoral dos bispos católicos canadenses adverte: “Precisamos libertar-nos da obsessão consumista. O egoísmo não é somente imoral, ele é suicida; desta vez não temos outra escolha senão uma nova solidariedade e novas formas de partilha. Agora estamos colhendo os frutos envenenados da dessacralização da vida induzida pelo poder da tecnociência a serviço da acumulação de uns poucos”.

É necessário, Sr. Presidente, nos reeducar para a vida.

Por isso, na ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente de 2008, quero saudar a recente realização do Fórum Mundial de Educação, realizado de 28 a 31 de maio último, na cidade querida de Santa Maria, no Rio Grande do Sul – no seu Estado, Sr. Presidente –, desta

feita, sob o tema geral *Educação: Economia Solidária e Ética Planetária*.

E quero fazê-lo comprometidamente, repercutindo, desta tribuna do Senado Federal, a Carta de Santa Maria (que encaminho à Mesa como parte de meu pronunciamento), porque creio que é necessário nos curvamos às evidências da insustentabilidade e trabalhar na conversão possível.

Neste sentido, sobretudo como profissional de educação, trago a Carta de Santa Maria ao conhecimento desta Casa, como informação, testemunho do resgate possível e, sobretudo, como convocação ao grande mutirão pela vida que se articula em todo o mundo e, no Brasil, germina em solo fértil – como se pôde ver no exemplo recente na pequena Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Ali reuniram-se 35 mil participantes: mulheres, homens, crianças e idosos, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, organizações governamentais e da sociedade, igrejas, universidades e escolas. Gente vinda de diferentes regiões brasileiras e de mais 14 países: Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Alemanha, Suécia, Peru, Estados Unidos, China, Portugal, Coreia do Norte e Argentina.

Entre esses, 130 empreendimentos solidários integraram a Mostra Mundial de Economia Solidária; 1.500 pessoas estiveram envolvidas no Fórum Gerações em Movimento; 84 jovens organizaram-se no Acampamento da Juventude – além de centenas de outras atividades.

Destaco aqui, Sr. Presidente, alguns trechos da Carta de Santa Maria, como contribuição a esta Casa e à sociedade brasileira por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente:

As relações sociais capitalistas, atualmente materializadas através da globalização neoliberal, têm se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial.

Fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho dos povos, na divisão da sociedade em classes e na degradação do meio ambiente, têm tido, entre suas consequências fundamentais, a prática da guerra como meio para a solução de problemas, o individualismo, a xenofobia, a homofobia e a perseguição às minorias e a mercantilização da vida.

Com essa leitura da realidade, o Fórum Mundial de Educação aponta princípios norteadores da transformação possível, tais como:

- economia solidária – não apenas como alternativa à falta de trabalho e renda, mas também como um agente de desenvolvimento

que promova a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas;

- solidariedade;
- soberania e segurança alimentar dos povos;
- construção de redes de cooperação e autogestão no processo produtivo;
- produção, comércio justo e consumo consciente e ético;
- universalização dos bens da humanidade: ar, água, terra e sementes;
- valorização da cultura e saberes populares;
- educação que possibilite relações de igualdade, diversidade étnica, respeito às diferenças e à livre orientação sexual;
- educação para uma consciência socioambiental;
- ecoalfabetização e ecopedagogia;
- inclusão digital das pessoas e não dos instrumentos;
- integração e comprometimento das diferentes gerações com atitudes éticas e humanas;
- defesa da ética planetária como uma política do bem comum universal.

Com base nesses e outros princípios, a Carta de Santa Maria propõe que concentremos nossos esforços e atenção no sentido de:

- fortalecer políticas públicas que incentivem espaços de formação para os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e criem oportunidades de geração de trabalho e renda, como maneira de atender às necessidades dos explorados e oprimidos;
- formar empreendimentos nos princípios de economia solidária, como: autogestão, cooperativismo, associativismo, respeito ao meio ambiente, solidariedade e trabalho organizado em redes e cadeias produtivas;
- agregar valor aos produtos da economia solidária;
- efetivar a construção do marco regulatório legal para empreendimentos de economia solidária;
- construir e socializar tecnologias adequadas ao processo de trabalho, à economia solidária;

– criar redes de produção, socialização e sistematização dos conhecimentos produzidos nos empreendimentos solidários;

– priorizar o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos de aproximação entre o movimento da economia solidária e às universidades;

– ampliar o debate nos espaços educativos sobre a livre orientação e violência sexual;

– ressignificar valores para a vivência da cidadania;

– estimular programas educativos que transformem a mentalidade da competição para a construção de uma cultura de cooperação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não apenas este outro mundo é possível, como também sua construção está em marcha e há sinais concretos do seu vigor. Um outro mundo que será possível se tivermos uma outra educação que veja o ser humano como sujeito e não como objeto. Um outro mundo que se avizinha para todos e todas que acreditam nos valores que constroem a humanidade e, juntos, buscam a superação dos erros que nos levam às grandes catástrofes ambientais e sociais de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

**Documento a que se refere senadora: Fátima Cleide
FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO SANTA MARIA-RS/BRASIL
EDUCAÇÃO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E ÉTICA PLANETÁRIA**

CARTA DE SANTA MARIA

Nós, participantes do Fórum Mundial de Educação, realizado em Santa Maria (RS-Brasil), de 28 a 31 de maio de 2008, motivados pelo tema – Educação: Economia Solidária e Ética Planetária reafirmamos nesta CARTA, princípios e proposições, fruto dos debates e discussões que desenvolvemos neste Fórum. Somos 35 mil participantes, mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, organizações não-governamentais, igrejas, universidades e escolas vindos de 15 países: Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Alemanha, França, Suécia, Peru, Estados Unidos, China, Portugal, Coreia do Norte e Argentina; 130 empreendimentos solidários participantes da Mostra Mundial de Economia Solidária; 84 jovens organizados no Acampamento da Juventude; 1.500 pessoas envolvidas no Fórum Gerações em Movimento e 515 voluntários.

As atividades foram organizadas em três eixos temáticos: Educação e Economia Solidária; Educação, Inclusão e Cultura Emancipatória; Educação e Ética Planetária, integrando três grandes conferências; 31 debates temáticos; 355 apresentações de pôsteres de trabalhos; 14 atividades simultâneas; 98 atividades culturais e 110 atividades autogestionadas.

As relações sociais capitalistas, atualmente materializadas através da globalização neoliberal, têm se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial. Fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho dos povos, na divisão da sociedade em classes e na degradação do meio ambiente, têm tido, entre suas consequências fundamentais, a prática da guerra como meio para a solução de problemas, o individualismo, a xenofobia, a homofobia e a perseguição às minorias e a mercantilização da vida.

Na educação, em especial, tais relações têm submetido as experiências educacionais aos interesses do mercado, em um processo de reconversão material e cultural. Neste sentido, a educação tem sido utilizada como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, conformando as consciências, justificando relações sociais desumanizantes através de uma cultura do egoísmo, da competição e de pedagogias que tomam os seres humanos como objetos e não como sujeitos.

Considerando a construção de um outro mundo possível, de uma globalização alternativa - não como algo inevitável, mas como uma possibilidade histórica -, nós assumimos como signatários da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. As relações sociais existentes e as possibilidades de construção de estratégias potencializam um aperfeiçoamento de lutas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras e experiências educacionais, que têm apontado relações de novo tipo, pautadas em novas relações sociais de produção, comprometidas com a justiça, com a igualdade, a democracia e a solidariedade.

Afirmamos como compromisso, educar para outro mundo possível, a partir dos seguintes princípios e proposições:

PRINCÍPIOS:

- economia solidária, não apenas como alternativa à falta de trabalho e renda, mas, também, como um agente de desenvolvimento que promova a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas;
- solidariedade;
- soberania e segurança alimentar dos povos;
- construção de redes de cooperação e autogestão no processo produtivo;
- produção, comércio justo e consumo consciente e ético;
- territorialidade, como espaço de construção de uma globalização contra-hegemônica ao atual projeto global de desenvolvimento;
- universalização dos bens da humanidade: ar, água, terra e sementes;
- relação dialética entre educação e economia solidária;
- educação popular concebida como processo de construção coletiva de conhecimento;
- valorização da cultura e saberes populares;
- educação que possibilite relações de igualdade, diversidade étnica, respeito às diferenças e à livre orientação sexual;
- combate à divisão sexual do trabalho e à linguagem sexista;
- radicalização da democracia;
- radicalização das lutas por políticas públicas para a saúde e educação;
- formação permanente e integral como estratégia para o desenvolvimento humano;
- educação como um bem público, coletivo e de responsabilidade do Estado;
- educação humanizadora e para a paz;
- educação inclusiva que reduza os preconceitos sociais, buscando a participação de todos e todas nas práticas excludentes;

- educação para cidadania participativa;
- educação para uma consciência sócio-ambiental;
- justiça cognitiva;
- ecoalfabetização e eco-pedagogia;
- educação para participação na gestão da cidade;
- cidade como tema gerador para a construção de uma cidade educadora;
- democratização da mobilidade urbana com centralidade na pessoa;
- nova lógica social e simbólica para utilização da informática na educação;
- inclusão digital das pessoas e não dos instrumentos;
- educação para justiça fiscal;
- acesso ao lazer como uma conquista e um direito da classe trabalhadora;
- educação patrimonial como responsabilidade do poder público, das instituições educativas, dos meios de comunicação e da sociedade;
- promoção da justiça patrimonial;
- democratização dos meios de comunicação;
- integração e comprometimento das diferentes gerações com atitudes éticas e humanas;
- defesa da ética planetária como uma política do bem comum universal.

PROPOSIÇÕES:

- fortalecer políticas públicas que incentivem espaços de formação para os trabalhadores e trabalhadoras, economia solidária e criem oportunidades de geração de trabalho e renda, como maneira de atender necessidades dos explorados e oprimidos;
- formar empreendimentos nos princípios de economia solidária como: autogestão, cooperação, associativismo, respeito ao meio ambiente, solidariedade e trabalho organizado em redes e cadeias produtivas;
- agregar valor aos produtos da economia solidária;
- efetivar a construção do marco regulatório legal para empreendimentos de economia solidária;
- fortalecer o processo autogestionário de empresas solidárias;
- criar ações que fortaleçam as incubadoras tecnológicas e cooperativas populares (ITCPs);
- construir e socializar tecnologias adequadas ao processo de trabalho à economia solidária;
- criar redes de produção, socialização e sistematização dos conhecimentos produzidos nos empreendimentos solidários;
- priorizar o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos de aproximação entre o movimento da economia solidária e às universidades.
- promover justiça cognitiva através do fomento de debate em escolas e universidades, de autores e autoras proponham uma educação libertadora e emancipatória dos povos excluídos;
- ampliar o debate nos espaços educativos sobre a livre orientação e violência sexual;
- ressignificar valores para a vivência da cidadania;
- estimular a construção de políticas públicas que se inscrevam no âmbito da diversidade, que contemplem escolas bilingües para surdos enquanto espaços de construção de conhecimento para esse ambiente lingüístico de desenvolvimento e expansão da LIBRAS;
- estimular programas educativos que transformem a mentalidade de competição para a construção de uma cultura de cooperação;
- construir uma nova cultura do trabalho que seja materializada no dia-a-dia da produção;
- estimular a criação de projetos educacionais que englobem a gestão democrática da cidade;
- articular a relação tempo-espaço-lazer como parte dos processos educativos;
- promover a participação popular na construção de espaços de lazer;
- inserir a Educação Patrimonial e Fiscal como tema transversal nos currículos do ensino fundamental, médio e técnico, bem como na formação de educadores e educadoras;
- contemplar, nas legislações municipais de uso e ocupação dos solos a educação patrimonial;
- construir modelos de comunicação alternativa, como rádios, televisões e jornais comunitários;

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senadora Fátima Cleide. Confesso a V. Ex^a que fiquei um pouquinho enciumado, porque a Carta de Santa Maria é lá do meu Rio Grande. Meus cumprimentos. Se V. Ex^a concordasse, eu gostaria de ser signatário também do pedido nos Anais da Casa, na íntegra do seu brilhante pronunciamento, pelo evento acontecido no Rio Grande do Sul.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com todo prazer! Muito me orgulha, Sr. Presidente Paulo Paim, tê-lo como parceiro na construção e na luta pela concretização de todos esses ideais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

De imediato, seguindo a ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, que terá o tempo de 20 minutos, prorrogáveis por mais 5, com certeza absoluta, por parte desta Presidência.

Senador Geovani Borges, V. Ex^a está convidado a usar a tribuna.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, o Senado aprovou, no final da noite dessa quarta-feira, dia 4, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008, que regulamenta a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em Zonas de Processamento de Exportação, as famosas ZPEs. Foram vinte anos de luta e de espera.

O projeto teve como Relator revisor o eminente Senador José Sarney, do PMDB do meu querido Estado do Amapá; o amigo e correligionário Senador, além de um dos maiores entusiastas do projeto.

Quando Presidente da República, entre 1985 e 1989, Sarney iniciou a defesa da ZPEs. O projeto elimina o pagamento de sete impostos e contribuições em sua importações ou aquisições no mercado interno de bens e serviços: Imposto de Importação; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – Cofins-Importação; contribuição para o PIS/Pasep; contribuição para o PIS/Pasep-importação e Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

Além de alterar a Lei nº 11.508, de 2007, que trata do regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, o projeto de lei de conversão também modificou a Lei nº 8.256, de 1991, que cria áreas de livre comércio

nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, em Roraima – Senador Mozarildo, seu Estado, ex-Território.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com muito prazer e muita honra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geovani Borges, exatamente eu estava aguardando, já que V. Ex^a estava abordando a questão da aprovação desta MP, que como sempre vem misturada com outras coisas. V. Ex^a disse muito bem: o objetivo desta MP é regulamentar a questão das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil, que há muito tempo estava por ser feita, embora se estivesse aprovando aqui um projeto criando as ZPEs – projeto de autoria do Senador Sarney, da Senadora Roseana, meu e de vários outros Senadores. Apresentei um projeto para uma ZPE em Boa Vista, outra em Caracaraí, outra em Rorainópolis. Muito bem. Aproveitando a carona dessa MP que regulamenta o sistema das ZPEs no Brasil todo – e me preocupo muito, porque, se formos criar a ZPE, por exemplo, não no seu Estado e no meu, que são pobres e precisam de incentivos, mas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Sul Maravilha, vamos realmente continuar com o descompasso da desigualdade regional. Mas pedi o aparte justamente quando V. Ex^a expôs que a MP também alterou uma lei de 1991, que criou uma Área de Livre Comércio em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e em Bonfim, na fronteira com a Guiana, no meu Estado. Como foi essa história, Senador Geovani? O Senador Sarney, que foi o Relator dessa matéria – talvez até tenha passado despercebido para ele –, como Presidente da República, encaminhou uma mensagem criando a Área de Livre Comércio de Pacaraima, como criou a de Santana, lá no Amapá. E, agora, nessa MP, o que foi feito? Alterou-se a lei, extinguindo a Área de Livre Comércio de Pacaraima e criando a de Boa Vista.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – E Bonfim, né?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – A de Bonfim já tinha sido criado pela lei. A MP faz referência, mas ela já estava criada pela Lei de ...

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Ratificou, não é?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Ratificou desnecessariamente. Na verdade, é um jogo de egos de pessoas que querem ser o pai da criança. O que quero é que realmente se implante essa área de livre comércio, porque, na verdade, isso vem desde 91, portanto, foi sancionada no Governo Collor mensagem do Presidente Sarney, quando Presidente da República, depois, apreciada pelo Congresso – Câmara e Senado – como projeto de lei, não como medida provisória ou decreto-lei e, agora, mexida novamente. E eu, Senador

Geovani, quero dizer a V. Ex^a que venho votando sistematicamente contra a questão dos pressupostos de constitucionalidade das medidas provisórias. Por quê? Porque quero fazer parte do movimento de moralização do Congresso Nacional. Isso que fizemos aqui... Todo mundo reclamando neste Senado Federal, toda a imprensa denuncia que há um excesso, um abuso de medidas provisórias. Mas o que fazemos aqui? Votamos todas, reclamando e chiando, mas votamos todas para destrancar a pauta, porque tranca a pauta. Mas aprovamos aqui um projeto regulamentando a tramitação das medidas provisórias que não trancam mais a pauta, e está na Câmara. Mas não se vota porque o Governo não quer, Senador Geovani, porque é lá que ele realmente manobra as coisas – mais, mais. Pois bem. Então, como adotei essa postura de votar contra, votei contra essa medida provisória no que tange aos pressupostos constitucionais de urgência, relevância e adequação financeira. Mas não podia votar contra o mérito, porque estava embutida uma bondade para o meu Estado, embora uma bondade deformada, porque, para criar uma área de livre comércio em Boa Vista, não precisava extinguir a de Pacaraima, que é na fronteira da Venezuela, que, aliás, criou uma área de livre comércio na cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén, porque nós criamos uma em Pacaraima, e não a implantamos, e lá já implantou. Então, infelizmente, no afã de fazer média, se comete, na correria das medidas provisórias, esse equívoco. Mas para piorar, os meus adversários políticos fizeram publicar na imprensa local que votei contra as áreas de livre comércio. Eu expliquei ontem – e quero aproveitar o discurso de V. Ex^a, pedindo-lhe desculpas até, para ratificar essa explicação – que o mérito da criação das áreas de livre comércio de Boa Vista e de Bonfim... Bonfim foi de um projeto meu, inclusive, aproveitando a mensagem do Presidente Sarney. Mas o que importa não é ser o pai da criança, é realmente botar para funcionar, porque o Presidente Lula, desde que assumiu, há seis anos, diz que vai implantar; o Presidente Fernando Henrique Cardoso também prometeu implantar e não implantou. Então, o que nós queremos é menos conversa e mais ação. Quero dizer a V. Ex^a que vou continuar votando contra os pressupostos constitucionais das medidas provisórias, porque não concordo com a desmoralização que o Poder Executivo faz. Mesmo quando a medida é meritória, tem como fazer por projeto de lei com urgência constitucional, e não dessa forma. Desculpe-me o tamanho do aparte, que foi excessivo, mas eu gostaria de aproveitar esse ensejo, já que Amapá e Roraima são pares nessa questão.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito pelo contrário, agradeço o aparte de V. Ex^a e o in-

corporo ao nosso pronunciamento. Quero deixar meu testemunho de que V. Ex^a é um dos grandes e sempre o foi, seja na qualidade de Deputado Federal, Deputado Constituinte, Senador da República, defensor dos mais legítimos interesses do ex-território, hoje Estado de Roraima. Eu sou testemunha viva disso. Então, sei que V. Ex^a, no mérito, aprovou e está torcendo agora para a implantação, como nós, também, lá no Estado do Amapá. Muito obrigado pelo aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, embora a produção das ZPEs seja basicamente destinada à exportação, o projeto permite que as empresas instaladas nessas zonas vendam internamente até 20% de sua produção, arcando, nesse caso, com o pagamento de todos os impostos que são isentos nos produtos exportados.

Na defesa da proposta, o Senador Sarney lembrou que o Decreto Lei nº 2.452, por ele editado em 1988, criou ZPEs em todo o Brasil. Mas a resistência de empresas do centro e do sul do País deteve sua instalação.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que a idéia da criação das ZPEs voltou na discussão do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, do ex-Senador Joel de Hollanda, que se transformou na Lei nº 11.508. O projeto foi aprovado no bojo de uma negociação na qual o Governo se comprometeu a editar uma medida provisória, complementando algumas lacunas, medida provisória essa que gerou o Projeto de Lei de Conversão, agora votado.

O Senador José Sarney lembrou que passou a defender a criação das ZPEs quando voltou de viagem à China em 1988. Naquele ano, aquele país tinha quinze ZPEs, Senador Mozarildo. Hoje, segundo Sarney, são 163, que produzem US\$1,7 trilhão, ou dois terços das exportações chinesas. Lembrou ainda que o resto do mundo aderiu à idéia: hoje há 184 ZPEs nos Estados Unidos, 62 nos países do ex-bloco comunista e também em vários países sul-americanos, como o Uruguai, a Venezuela e o Chile.

Aliás, vieram dele, e não por acaso, as mais contundentes manifestações de alegria com a aprovação das ZPEs nesta Casa.

Sarney garante – e eu acredito – que o Brasil estaria inserido no mercado internacional com a mesma competitividade que a China apresenta hoje caso as Zonas de Processamento de Exportações, ZPEs, já estivessem funcionando a pleno vapor. Mas chegamos com vinte anos de atraso.

Quando uma idéia é uma força poderosa, ela resiste ao tempo – ensina o Senador Sarney, ao observar que, mesmo com atraso, as ZPEs agora vão se tornar realidade.

Por essa razão, aliás, José Sarney recebeu homenagens de vários Senadores que salientaram ser essa uma estratégia que favorece o desenvolvimento do País como um todo e não apenas essa ou aquela região.

O Senador Sarney garante – e eu acredito – que as ZPEs poderão impulsionar o desenvolvimento regional do País, melhorando as condições das Regiões Norte e Nordeste. Disse ainda que as ZPEs têm sua produção destinada exclusivamente ao mercado externo, principal diferença das zonas de livre comércio, como a Zona Franca de Manaus, cuja produção é destinada ao mercado interno.

De acordo com o ex-Presidente da República, o PLV impede a transferência de indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus ao proibir a instalação, nas ZPEs, de fábricas com produção semelhante. Também citou o dispositivo que impede a venda dos 20% permitidos para o mercado interno caso os produtos das ZPEs prejudiquem a produção interna.

O projeto de lei de conversão especifica os benefícios tributários para as ZPEs e as exigências para as empresas alcançarem esses incentivos. Esses deverão ser aplicados na aquisição de bens e serviços a serem incorporados ao patrimônio da empresa. Caso as empresas que operam em ZPEs resolvam vendê-los, terão de pagar os impostos, contribuições e multa por descumprimento da legislação.

A matéria agora, Sr. Presidente, vai à sanção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E, como diz o antigo ditado popular: antes tarde do que nunca.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geovani Borges, permita-me, primeiramente, cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, e dizer que sou também um apaixonado pelas ZPEs como V. Ex^a, assim como o é o Senador Sarney, que fez um brilhante trabalho. Inclusive, conversei muito com o Senador Eliseu Resende, que é o Relator da proposta de criação de mais cinqüenta ZPEs em todo o País. Ele nos garantiu, pelo menos no caso do Rio Grande do Sul, que vai dar parecer favorável a mais quatro ZPEs: uma no Vale dos Sinos, uma outra na região norte, mais uma em Uruguaiana e a quarta na região oeste.

Aproveito este momento em que estou presidindo para cumprimentar V. Ex^a e também o Senador Eliseu Resende, que está fazendo um belo trabalho de propostas de novas ZPE's, que entrarão agora por meio de projeto de lei.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

Incorporo a intervenção de V. Ex^a ao nosso pronunciamento, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, ao próximo orador inscrito, que é o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, pela ordem de inscrição que tenho, falará o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado companheiro, Senador Paim, que preside esta sessão, eminentes Senadores presentes, eu queria anunciar, antes de mais nada que, cansado de aguardar a tramitação de projeto que protocolei em 2003, logo que cheguei a esta Casa, que trata da proibição de veiculação de anúncios afeitos a bebidas alcoólicas na televisão e no rádio, cansado de aguardar que esta matéria fosse apreciada pelas Comissões Técnicas da Casa, resolvi, Senador Mozarildo, num esforço último, tentar trazê-la ao Plenário. Neste sentido, protocolei, dois requerimentos. Um, que retira um outro requerimento que fiz para juntar projetos que tratam de assunto da mesma natureza, para que, de forma solteira, o meu projeto pudesse vir ao Plenário, provocado por um requerimento de urgência, que também protocolei, contendo assinaturas de quase sessenta Srs. Senadores. Tenho aqui a cópia do requerimento com quase sessenta assinaturas para que, ao final, esse projeto possa vir a Plenário, para que aprecie-mos a sua natureza.

O projeto trata exatamente do quê? Trata de redefinir o que é bebida alcoólica em relação ao teor, para incluir cervejas e bebidas *ices* na categoria de bebida alcoólica de fato. Trata também de vedar, de proibir, terminantemente, a veiculação de propaganda nas rádios e nas televisões brasileiras. O argumento é muito simples, Senador Adelmir Santana: as televisões e as rádios brasileiras são instrumentos públicos a serviço da população brasileira. Mas alguém diria: “Mas, é a iniciativa privada que administra esses instrumentos”. É verdade. Mas eles não perdem a natureza de “público”, pois para que alguém possa gerir uma tevê, uma rádio, ele precisa da concessão que é dada aqui no Senado Federal. Então, é um instrumento público, sim. E, na minha cabeça, e na cabeça de milhões de brasileiros, é inconcebível que um instrumento público de comunicação possa servir de veículo para promoção de comerciais como propagandas que estimulam o consumo de bebida alcoólica, que atraem, diariamente, milhares de novos consumidores de bebida alcoólica, ao contrário do que as cervejarias dizem. Elas afirmam que “a propaganda não induz ao consumo”, Senador

Paulo Paim, nunca vi uma mentira mais deslavada do que esta. As cervejarias dizem que aquelas propagandas nas quais aparecem o Zeca Pagodinho, a Juliana Paes, ou aquelas moças bonitas não induzem ao consumo de bebida alcoólica. Balela! Induzem, sim! Induzem principalmente a nossa juventude, que está aí em uma armadilha desgraçada, que só conseguiremos minimizá-la, sair parcialmente dela, se tomarmos medidas duras, como a que tomamos, Senador Paulo Paim, com relação ao cigarro, que não tem mais propaganda no rádio nem na televisão. Proibimos a propaganda de cigarro. E olha que o cigarro também faz mal, mas prejudica apenas a saúde individual das pessoas, enquanto que a bebida prejudica de forma social, Senador Paulo Paim, desestruturando famílias, mandando milhares de pessoas todos os anos para os hospitais públicos do SUS. O Governo diz que arrecada uma fábula com o tributo das cervejarias, mas talvez gaste o triplo disso para consertar as pessoas nos hospitais públicos. Então, é um contra-senso; é um absurdo! Quem quiser fazer propaganda, que a faça nos milhares de bares que existem no País. Em qualquer esquina deste País tem um bar com a placa da bandeira da cervejaria. Está lá, façam-na lá, mas não nas rádios e nas televisões brasileiras. Isto é um absurdo!

Portanto, Senador Paulo Paim, já estou anunciando aqui uma nova batalha que teremos de travar e, para tanto, peço a sua solidariedade e a dos companheiros, para que o projeto venha a Plenário. E, aqui, a consciência de cada um dirá. Só quero isso, mais nada, entendeu, Senador Mozarildo Cavalcanti? Há cinco anos que o projeto está aí nas gavetas do Senado, e não conseguimos fazer com que ele ascenda ao Plenário. Vou forçar a barra. Esta aqui: requerimento de urgência com quase sessenta assinaturas de S. Ex^{as} – a sua, a do Senador Adelmir Santana, a do Senador Paulo Paim –, para que o projeto venha a ser apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Dito isto, quero tratar de um outro assunto que logo, logo virá para esta Casa. Trata-se da tentativa inexplicável do Governo da renovação da proposta da CPMF. Veja como o Poder Legislativo é alvo de um processo de desmoralização sistemática, por parte do Governo Federal.

No final do ano passado, rejeitamos, aqui, a proposta da renovação da prorrogação da CPMF.

Pesquisas feitas logo após essa votação indicaram que quase 80% da população brasileira aprovou a decisão que o Senado Federal tomou. O Presidente Lula se comprometeu, depois de serenado, depois de passada a raiva, a não mais propor iniciativas como essa, de criação de tributos para substituir a CPMF. Há

o compromisso público que ele assumiu com a população brasileira. Todos aqui lembramos. E agora, para nossa surpresa, está aí de novo a chamada CPMF nas nossas portas.

É uma falta de respeito. O Congresso Nacional acabou de decidir, não faz seis meses, Senador Adelmir. Isso é absurdo. Olhe, o SUS, com décadas de funcionamento, ainda não tem um sistema de financiamento seguro no País. É uma preocupação que nós devemos encarar. Precisamos imaginar – essa é uma responsabilidade bem maior por parte do Governo Federal, mas nós também temos a nossa responsabilidade nisso – uma maneira de criar um mecanismo de financiamento perene para o SUS, que é um sistema importante, que dá assistência a grande parte da população brasileira na área da saúde, mas não dessa forma canhestra, dessa forma absurda, dessa forma improvisada. Não é possível que um sistema de saúde como o SUS tenha de viver dependendo de formas improvisadas de fontes de financiamento.

Isso é uma verdade, Senador Mozarildo. O Governo envia uma reforma tributária para cá e esse assunto não é cogitado. Que coisa absurda!

Eu já afirmei aqui diversas vezes, Senador Mozarildo, e farei mais isso uma vez: o sistema tributário brasileiro, a carga tributária brasileira é excessiva. O que significa excessiva, Senador Mozarildo? Excessiva é quando ela passou de todos os limites suportáveis. Quer uma prova? No primeiro quadrimestre deste ano, o Governo obteve, a título de excesso de arrecadação, mais de R\$20 bilhões, Senador Adelmir. Está aí a prova material e concreta de que a carga tributária é excessiva. É excessiva, porque há uma arrecadação exagerada. Mais de R\$20 bilhões foram arrecadados só no primeiro quadrimestre além daquilo que era previsto. É por isso que a carga tributária brasileira é excessiva.

Então, nesse cenário, nesse contexto, desde o ano passado, desde a discussão da CPMF, eu tomei a decisão de não mais votar no sentido de aprovar qualquer tentativa de criação de tributo, qualquer tentativa de majoração de tributo nesta Casa enquanto a carga tributária como um todo não for rediscutida, redimensionada no sentido da sua simplificação, no sentido de tornarmos essa carga tributária algo racional, porque ela é irracional.

O Senador Mão Santa, muitas vezes, vem aqui e lembra a leitura que ele fez de mais de 70 impostos e contribuições que recaem sobre os ombros do povo brasileiro. Então, enquanto a carga tributária se mantiver excessiva sobre os ombros do povo brasileiro, eu não votarei no sentido de aprovar criação de tributo ou majoração de tributo nesta Casa.

Senador Mozarildo, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita, fico muito feliz que V. Ex^a esteja abordando esse tema na data de hoje. Como V. Ex^a bem disse, considero realmente um escárnio à opinião pública, ao povo e ao Senado, principalmente, que extinguiu a CPMF. Eu, como médico, disse reiteradas vezes dessa tribuna que tinha um dever de consciência de votar contra a CPMF, porque durante 14 anos a CPMF não serviu para melhorar a qualidade do serviço de saúde no Brasil. Não houve melhoria para o paciente, para os trabalhadores da saúde, não houve melhoria para os médicos, para os enfermeiros, que têm os salários aviltados. É por falta de dinheiro? V. Ex^a lembrou muito bem que não é por falta de dinheiro; é por falta de vontade, de prioridade e de gestão. O Presidente Lula realmente não gosta que se faça observação contrária ao que ele pensa. Ele gosta muito de falar e todo mundo tem de ouvir o que ele diz. Ele joga muito bem com as palavras. Ele disse, quando foi derrotado na CPMF, que o mundo não ia acabar por causa disso e que ele não ia fazer nenhum tipo de aumento de imposto. No mês seguinte, em janeiro, aumentou o IOF e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Mas, Senador Mesquita, esses impostos, quem paga no final das contas é o povo, é o consumidor, é o pobre. E ele fez isso. Não satisfeito, induz sua base na Câmara dos Deputados Federais – local que ele disse que havia, pelo menos, 300 picaretas – a propor a criação dessa Contribuição Social para a Saúde, que eu chamo de mais um comedor do seu salário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Bem definido.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Na verdade, isso é um absurdo. Quer algum exemplo? Como V. Ex^a já expôs, está lá a reforma tributária. Por que não inserir na reforma tributária um imposto que defina de maneira clara o dinheiro para a saúde? Por que não se cortam gastos supérfluos com a Presidência da República? Para manter o Presidente da República com a sua casa, a sua mordomia, os seus palácios, as suas viagens, a sua publicidade, quanto se gasta? Gasta-se várias vezes mais do que com o Senado e com a Câmara. Quer exemplos de impostos que podem resolver o problema da saúde de maneira definitiva? Vamos lá. Bebidas não fazem mal à saúde? Então, é justo que a indústria da bebida pague um imposto alto para manter a saúde até para cuidar das pessoas que são vítimas da bebida alcoólica. O fumo não é outra coisa que faz mal à saúde e que onera o serviço de saúde? Vamos tributar alto e destinar exclusivamente à saúde esses tributos sobre bebida e sobre fumo. Quer mais exemplos? Há um projeto do Senador Garibaldi

Alves, Presidente desta Casa, que recria, regulamenta e oficializa os bingos no Brasil, coisa que o Presidente quis fazer, mas, por causa do incidente do Waldomiro, que estava pegando dinheiro, digamos, nas barbas do gabinete dele, ele tirou o sofá, isto é, retirou o projeto que tinha mandado para cá. O Senador Garibaldi apresentou um projeto do qual sou o relator. Eu vou relatar e vou dizer que todo tributo arrecadado com os bingos será destinado à saúde. O bingo diz-se que é um lazer ou um vício. Eu acho que são as duas coisas. Quem vai por vício deve pagar o tributo para a saúde, para que possamos curar esse vício, esse distúrbio, portanto. Se vai por lazer, nada mais justo também do que destinar para saúde esse dinheiro. Eu tenho um projeto que permite o funcionamento de cassinos em hotéis de selva, ou em hotéis fazenda na região amazônica e no Pantanal. Não querem que preservemos a Amazônia, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pois é.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Está aí o exemplo de uma indústria limpa. Quem é que vai lá? Quem é que vai em hotel de selva e em hotel fazenda? Quem pode pagar, não vai qualquer um! E quem pode pagar e quer se divertir no cassino, gasta, paga, e o dinheiro arrecadado vai para a saúde. Pronto. Estão aí algumas fontes sugeridas, e que podem ser estabelecidas rapidamente, por um projeto ou uma emenda constitucional, conforme o caso. Mas o que não pode é ficar com essa brincadeira. Com o Ministro Temporão, aliás, Senador Geraldo Mesquita Júnior, estou me decepcionando a cada dia que passa. Mas como diz o Dicionário Aurélio, temporão é *“quem vem, nasce ou acontece fora de tempo, fora do tempo próprio”* ou desejável. Dizem que o Ministro Temporão é um grande sujeito, um grande técnico, mas parece que veio fora de época, fora de tempo, fora do momento desejado e está perdido. Então, eu acho que a única coisa que ele tem é um marqueteiro para sugerir que ele fique falando sobre temas polêmicos e chamando a atenção para ele. Mas ele não citou que esse Ministério da Saúde poderia ser chamado de ministério da doença e da corrupção. Não devia ser chamado de Ministério da Saúde, porque tem uma Funasa que é um câncer da roubalheira no País: rouba dinheiro da saúde indígena, rouba dinheiro de tudo, e, no Ministério da Saúde mesmo, rouba-se dinheiro de tudo. Então, é preciso que haja seriedade. Parem de roubar na saúde e vai sobrar dinheiro para gerir a saúde. Parem de hipertrofiar a ação federal da saúde e municipalizem, de fato, a saúde, que aí muda tudo. Eu quero dizer a V. Ex^a que eu fui contra a CPMF. Sou mais contra ainda a hipocrisia dessa contribuição social para a saúde, ou mais

um comedor do seu salário, do nosso salário, principalmente do salário de quem ganha menos, porque outra vez estão mentindo para o povo dizendo que só vai pagar quem ganha acima de três mil e que, agora, os aposentados e os pensionistas não vão pagar. Vão pagar. É uma contribuição cumulativa, regressiva. Não precisa nem ser economista nem entender muito de economia, não. Se cai sobre a cadeia produtiva, vai recair sobre tudo que a pessoa comprar: o feijão, o arroz, o pão. E aí o Presidente fica sofismando: não, mas não baixou nada porque tirou a CPMF. Não baixou e não pode baixar. Se ele aumentou o IOF, aumentou a CSLL, aumentou o petróleo – não foi culpa dele, mas, pelo menos, incompetência da Petrobras –, não soube ter uma política adequada com a Argentina na importação do trigo, não tem uma política agrícola eficiente para que não tenhamos problemas com a produção de grãos. Temos terras sem devastar nada, porque o grande ecoterrorismo que existe aqui agora é devastar. Então, temos terras, mas não podemos. Quero dizer que o discurso de V. Ex^a nesta sexta-feira sobre esta maldita nova CPMF disfarçada, aliás, é a CPMF com pele de cordeiro, porque apenas tirou algumas coisinhas, mas é a mesma coisa. Quero dizer que o povo brasileiro não aceita mais imposto. V. Ex^a tem razão. Não podemos mais votar aumento de um centavo de imposto sequer aqui. Um dia desses passou, Senador, dentro dessas malditas medidas provisórias, de novo, um aumento da CSLL. Acho que ninguém aqui quase viu.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Contra meu voto.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Pois é. Fazem essas MPs Frankenstein, em que se colocam água, azeite, vinho, areia, tudo, como aquela das ZPEs. Votando as ZPEs no Brasil, encaixaram a área de comércio de Boa Vista, por quê? Porque eu tinha apresentado o projeto antes e o Líder do Governo queria passar na frente. Só por isso. Na verdade, está a serviço de interesses de grupos ou de pessoas. Quero, portanto, dizer da felicidade de fazer, embora um longo aparte, mas um aparte que é, na verdade, desculpe, um protesto contra essa ameaça que está na Câmara de se implantar de novo a CPMF.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O seu aparte é muito bem vindo porque é esclarecedor. Lembro aqui, Senador Mozarildo, que, se no País conseguíssemos... Há três chagas no País responsáveis pelo sumidouro de dinheiro, dinheiro sofrido do povo brasileiro que é arrecadado por meio dos impostos: é a corrupção, o desperdício e a sonegação.

Se conseguíssemos uma ação eficaz, efetiva, para reduzir – reduzir, não, porque corrupção não tem

nível aceitável –, para acabar com a corrupção, reduzindo o desperdício e dando uma dura na sonegação neste País, tenho certeza absoluta de que teríamos, além desses vinte bilhões de excesso de arrecadação, mais quarenta bilhões de arrecadação, porque são três sumidouros que sacrificam o recolhimento dos tributos do povo brasileiro.

Acho uma contradição o Governo fingir que não é autor dessa idéia, dessa proposição. Parece que a gente é criança aqui, não é? O Governo finge que não tem interesse, que não é autor da proposição da nova CPMF. Coisa de brincadeira, de menino, negócio de doido isso. No momento em que torna a incomodar o Congresso Nacional com uma proposição como essa, ele anuncia a constituição de um fundo soberano, ou seja, esse excesso de arrecadação irá constituir um fundo soberano. Rapaz, isso é uma coisa de doido! Coisa de doido! Por que não se trata com seriedade? Olhe, quando é que vamos tratar com seriedade a questão da saúde neste País, rapaz? Há que se tratar com seriedade.

A saúde merece um sistema de financiamento próprio, perene, para o SUS principalmente. Não podemos continuar inventando fontes de financiamento da saúde dessa forma, Senador Adelmir Santana. Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mesquita, o assunto que V. Ex^a traz à Casa é realmente palpitante e nos interessa a todos. Quando se fala no aumento de tributo, efetivamente nos deixa assustados, levando em conta que hoje temos no País uma carga tributária excessiva e que sacrifica sobremaneira os mais pobres. É bom que retomemos um pouco o passado e lembremos por que foi criada a CPMF – aquele forte apelo emocional de um homem culto, um cientista, um médico extremamente conceituado, Adib Jatene, que propõe ao País a criação da CPMF, objetivando complementar os recursos destinados à saúde. Complementação essa que, efetivamente, começava com uma alíquota pequena, mas que chegamos ao final a 0,38%. Sabemos que os recursos da CPMF, na verdade, não funcionaram ou não foram carreados para a área da educação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Dizem que serviu até para financiar o mensalão.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Portanto, não foi uma contribuição para a complementação. Ao contrário, ao se criar a CPMF, as fontes destinadas à saúde foram suprimidas, deslocadas para outros afazeres e outros pagamentos.

Então, o que vimos aqui foi o Senado derrubar a CPMF e, imediatamente, declarações de que ela não

retornaria. Para compensar a perda da CPMF, foi elevado o IOF, a CSLL – Contribuição Social Sobre os Lucros Líquidos, e, como V. Ex^a faz referência, o excesso de arrecadação, que todos nós já prevíamos. Então, é uma coisa que não compreendemos. Isso parece até que tem o objetivo de não regulamentar aquilo que votamos aqui, que foi a Emenda nº 29. Essa, sim, determina os percentuais de aplicações nos vários entes federativos – Municípios, Estados e União – para a área da saúde. A sanção dessa regulamentação resolve as questões da saúde, porque incide inclusive sobre esses excessos de arrecadação. A criação, a forma como se inicia esse processo de criação dessa nova contribuição, a CSS, “contribuição sem sentido”, a forma como hoje é contestada por algumas Lideranças, inclusive da Base de apoio do Governo, a forma como está sendo conduzida sua criação, é um engodo e pode representar no futuro o que ocorreu com a CPMF: hoje, 0,10%, amanhã, 0,20%, 0,30%, enfim, evitando que se regule efetivamente a Emenda Constitucional nº 29, que dá o caráter de fixar valores ou percentuais sobre todas as receitas dos entes federativos. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a e dizer da minha preocupação e do meu posicionamento de sempre. Fui contra a CPMF, sou contra qualquer elevação de impostos ou de tributos quaisquer que sejam, sob a forma de contribuição, de imposto ou de qualquer outra coisa, porque acho que temos uma carga tributária excessiva, que incide de forma regressiva e que prejudica os mais pobres. Portanto, associo-me ao seu discurso e quero congratular-me com V. Ex^a pelo pronunciamento desta manhã.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado. V. Ex^a, assim como o Senador Mozarildo, oferece uma contribuição valiosa ao meu pronunciamento porque fez aquilo que deixei de fazer, ou seja, o retrospecto histórico da criação da CPMF: tudo o que se passou, um tributo que tinha por propósito financiar as ações da saúde e acabou financiando tudo, menos a saúde, e esse poderá ir pelo mesmo caminho, porque é uma prática usual do Governo fazê-lo.

Portanto, o que pretendo aqui, hoje, Senador Mozarildo, Senador Adelmir, companheiros que estão presentes nesta sessão de sexta-feira, como fiz da outra vez, é já anunciar meu voto contrário, meu voto absolutamente contrário a essa tentativa. Por que faço isso agora? A proposição está na Câmara e, segundo consta, será votada na terça-feira. Já na próxima semana, esse assunto poderá estar aqui no plenário, Senador Mozarildo, e, de logo, já anuncio a minha decisão irrevogável de votar contra essa proposição, a fim de somar esforços com V. Ex^{as} para o trabalho de convencimento.

O Senador Adelmir lembrou bem, a regulamentação da Emenda 29 que aqui aprovamos talvez seja a forma perene de financiamento da saúde. O Governo tenta se desvencilhar dessa obrigação que foi constituída aqui, no Congresso Nacional, mas não tem jeito, vai ter que se dobrar à decisão do Congresso Nacional.

A regulamentação da Emenda nº 29 prevê, de forma escalonada, aportes cada vez maiores de recursos para o financiamento da saúde neste País, para o sistema público de saúde deste País. E este é o modo certo, correto: recursos orçamentários para o financiamento de tão importante área que atende – e pessimamente – ao povo brasileiro.

Portanto, está aqui já a minha declaração de voto, Senador Mozarildo. Não há necessidade de alguém me procurar para tentar alterá-lo ou mudá-lo, porque não há a menor possibilidade de eu rever essa decisão, é uma decisão serena e ponderada sobre fatos e fruto de uma reflexão que compreende todo o sistema tributário brasileiro. Enquanto ele estiver assim, enquanto ele for excessivo para o povo brasileiro, eu não voto aumento de tributo ou criação de novos tributos no nosso País.

Agradeço o Senador Paim pela benevolência do tempo concedido e desejo aos colegas e a todos que conosco trabalham nesta Casa um bom fim de semana, extensivo a todo o povo brasileiro e, em especial, a meus conterrâneos acreanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conforme entendimento feito, passo a palavra para o Senador Heráclito Fortes, mediante o acordo que ele fez com o Senador Mozarildo Cavalcanti e com o Senador Adelmir Santana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero voltar a um assunto que estarrece o País todo. Trata-se exatamente das denúncias feitas por ex-diretores da Anac com relação à venda da Varig.

O Senador Paulo Paim, que está presidindo a Casa, é testemunha do que nós tentamos fazer na Comissão de Infra-Estrutura, no sentido de salvar uma companhia aérea que representava, acima de tudo, um símbolo brasileiro nos céus do mundo afora. O Senador Paulo Paim, como brasileiro e também como gaúcho – sendo aquela empresa um orgulho do seu Estado –, juntamente com o Senador Pedro Simon, propuseram a criação de uma Comissão Mista para a análise da situação em que a empresa se encontrava. Fizemos umas 10 reuniões, mais ou menos – não é isso, Senador Paim? –, com a participação da então Deputada Yeda Crusius e da Bancada do Rio Grande do Sul em peso.

Mas pelo menos eu notei, desde aquela época, que qualquer esforço que fizéssemos seria inútil, porque a sorte da companhia já estava lançada. Como sempre, as pessoas do Governo chamadas pelo Senado para prestar esclarecimentos a esta Casa vieram e não acrescentaram nada. Não trouxeram clareza para os fatos que intrigavam a mim e, quero crer, a vários companheiros.

Hoje se sabe – e isso é grave – que um advogado de grande influência, de influência pessoal, compadre do Presidente da República, estava por trás, traçando o fim de um orgulho brasileiro, que era a Varig, para atender interesses que até agora ninguém sabe quais são. Aliás, Senador Adelmir Santana, se examinarmos a digital desse advogado em processo de aviação no Brasil, vamos ver sua marca a começar pela Transbrasil, em que esse advogado era tido como um dos grandes padrinhos e protetores, e que perdura até hoje. Se nós examinarmos o hangar da Transbrasil em área da Infraero, veremos que continua abandonado em Brasília, em São Paulo e no Rio. As ações judiciais estão todas engavetadas, e quem toma prejuízo com isso é a Infraero. É hora de esclarecer também esses fatos.

Quem é que vai pagar, Senador Paim, o estacionamento daquelas aeronaves que, para tristeza nossa, vemos deteriorando-se pelas intempéries nos aeroportos de Brasília e de São Paulo?

É preciso clareza sobre o que aconteceu também no caso Transbrasil. Por que não houve ainda uma ação efetiva para retomada dos hangares, uma vez que o crescimento da aviação no Brasil é considerável, e uma vez que, evidentemente, quero crer, outras companhias desejam fazer a ocupação daquelas áreas?

Mas esse caso, Senador Paulo Paim, da Varig é o mais grave de todos, porque, se for verdade o que a imprensa traz, pelas denúncias de uma ex-diretora, a interferência direta do Palácio do Planalto numa agência reguladora, além de inoportuna, é criminosa.

A manipulação de fatos não pode, Senador Geraldo Mesquita, ficar sem uma explicação. Daí por que eu acho que os alopados que estão protegendo a Ministra Dilma Rousseff, querendo blindá-la para ela não vir ao Senado, estão cometendo um grande erro, como o que fizeram recentemente na questão dos cartões corporativos. A Ministra já declarou que nada tem a ver, que os fatos não são verdadeiros. Pois que venha ao Congresso Nacional e preste esclarecimentos, mostre que a verdade está a seu lado, e aí poderá tirar das costas esse peso de suspeita que pesa hoje infelizmente sobre ela, porque, na verdade, a denúncia partiu de uma ex-diretora, mas, posteriormente, já tem a confirmação de mais dois ou três diretores.

Eu era Presidente da Comissão de Infra-estrutura na época da sabatina. A prática da vida lhe ensina a conhecer mais ou menos as pessoas no primeiro momento, no primeiro contato. E, quando li notas de jornais, há dois ou três meses, acusando o Coronel Veloso de ter cometido algum ato ilícito nesse episódio, discordei, protestei, a meu modo, tratando com as pessoas certas, porque não via, de maneira nenhuma, naquele militar, com quem tive a oportunidade de conversar algumas vezes, nenhuma vocação para esse tipo de comportamento. O Sr. Veloso talvez fosse, de toda a diretoria, o que mais ou quem sabe o único que entendesse realmente de aviação. Um militar respeitado, conceituado e, de repente, sofrendo acusações.

Agora, os fatos vêm à tona. E quando a gente vê o contexto do episódio, baseando-se no comportamento permanente de alguns membros do Partido dos Trabalhadores, chega-se à conclusão de que, lá atrás, esse homem pode ter sido vítima de pressão e de chantagem porque não atendia a algum desses interesses contrariados. É lamentável que esses fatos ocorram numa parte sensível da economia brasileira, que é o setor aéreo.

Senador Geraldo Mesquita, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Heráclito, eu já ouvi do nosso querido amigo Senador Paim, que é conterrâneo da Ministra Dilma, a afirmação de que se trata de uma pessoa séria, correta. Acho que até por isso deveria voltar a Ministra, que foi tão bem tratada aqui quando da sua última vinda ao Congresso Nacional. Caberia à Ministra a visita, neste e em qualquer momento. Autoridade, quando é posta numa condição como essa, havendo fundamento ou não, deve se apressar a prestar esclarecimentos, não só ali no *briefing* da notícia, ao lado do seu gabinete, mas vir onde deve vir: ao Congresso Nacional. Eu aguardo duas iniciativas da Ministra. É aquela história: quem não deve, não teme, Senador Heráclito. Eu ficaria muito tranquilo e feliz se a Ministra tomasse duas atitudes. Primeiro, abandonando essa estratégia meio desparafusada daqui, da sua base de apoio no Congresso Nacional, se colocasse voluntariamente para vir ao Congresso Nacional conversar com os Senadores e dar explicações. Todos nós devemos explicações quando somos colocados em situações atravessadas, Senador Paim. Não estou aqui afirmando nem inferindo qualquer responsabilidade e qualquer ato que tenha sido cometido pela Ministra. Mas surgiu, o fato veio a público, eu acho que é um dever nosso – seu, do Senador Paim, do Senador Mozarildo, do Senador Adelmir, meu, de toda pessoa pública: surgiu alguma inferência, tem que vir a público, no foro exato e com-

petente, para dar explicações. A outra iniciativa que eu espero da Ministra, que me deixaria também muito tranqüilo, é uma interpelação judicial dela em face dessa senhora, Denise. Enquanto essa interpelação não surgir, Senador Heráclito, não for protocolada, eu vou ficar intranqüilo. Porque eu já fui alvo de acusação leviana, safada, e interpelei quem me fez judicialmente. É assim que a gente procede. Enquanto a Ministra não tomar essas duas atitudes, ou seja, passar por cima dessa articulação meio doída que o pessoal às vezes arma aqui, dá a entender que querem defender... Defender de quê, rapaz? Tem que defender não. Tem que receber a Ministra com todo o respeito, como ela sempre será recebida nesta Casa, para que ela venha aqui conversar. Isso é da prática democrática, não é? É um assombro isso aqui no Senado! Aliás, quando eu cheguei aqui, eu soube que tinha sido decretada... O Senado assim, de forma... Não tem nada escrito, mas aqui, desde que cheguei, é proibido se convocar uma autoridade. O requerimento de autoridade cria um *frisson*, corre todo mundo e se diz: "Não, vamos transformar isso aqui em um requerimento de convite". Rapaz, que absurdo um negócio desse! A convocação é algo previsto na Constituição, no nosso Regimento, Senador Paulo Paim. Não há nada de ofensivo em você convocar uma autoridade para vir aqui no Congresso prestar declarações ou conversar sobre o tema de sua pasta ou seja lá o que for, não é? Mas aqui se estabeleceu, sem nada escrito, que é proibido convocar autoridade, como se aqui só houvesse moleque. Então, querido Senador Heráclito Fortes, eu aguardo de parte da Ministra essas duas atitudes: primeiro, colocar à disposição, marcar com a Comissão de Infra-estrutura uma data para que se venha aqui falar sobre mais esse episódio. E aqui eu me estribo no pronunciamento do próprio Senador Paulo Paim, que, por mais de uma vez, já me disse que a Ministra Dilma é uma pessoa séria, correta. Pronto. Para mim, a palavra do Senador Paulo Paim é um decreto. Então, não há o que temer. A Ministra vem aqui, conversa, já veio de outra vez. Tudo normal. O mundo não caiu, a bolsa não caiu, nem subiu. Nada acontece. É só isso. E a outra providência que eu aguardo da Ministra, na verdade, é que ela protocole uma informação judicial para a moça que lhe fez acusações seriíssimas e pesadas. É inadmissível que uma pessoa na posição da Ministra Dilma ouça e colha uma denúncia como essa sem interpelar judicialmente a pessoa que a formulou. São as duas providências, Senador Heráclito, que eu aguardo de S. Ex^a a Ministra Dilma Rousseff.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a e acho que a Ministra Dilma não deveria esperar ser chamada, não. Ela deveria repe-

tir o que fez o Ministro Nelson Jobim, que, ao tomar conhecimento de um debate que houve nesta Casa onde pesavam acusações sobre transporte ilegal de armamentos para a Venezuela, acusação trazida pelo Senador Arthur Virgílio, marcou, na mesma data, de vir ao gabinete do Presidente do Senado, com a presença dos Líderes e dos interessados sobre a matéria, para prestar esclarecimentos. Caso não fosse satisfatório, estaria à disposição, aí sim, para ser convidado.

Esse é um episódio clássico de um país que preza pela democracia, e, de repente, os que combatem a vinda da Ministra Dilma são os mesmos que defendem o parlamentarismo. Não sabem então que, no parlamentarismo, o parlamentar, que é ministro, está sempre à disposição da Casa e presta esclarecimentos a qualquer momento.

Eu quero lembrar, Senador Paulo Paim, que esse caso é um pouco diferente do caso do dossiê. O caso do dossiê não envolvia cifras, não envolvia valores. Esse caso não envolve valores; o dinheiro público é a suspeita, uma vez que essa transação feita, se tem a interferência do Governo, precisa ser esclarecida.

Senador Eurípedes, eu queria que V. Ex^a, que ocupou esta Casa substituindo o Senador Cristovam Buarque, que é um homem que preza pela ética, que sabe fazer conta, queria que me explicasse como pode uma empresa ser vendida por R\$24 milhões – junto com a empresa de manutenção da Varig, os hotéis da rede Tropical, VarigLog e Varig – e ser revendida, sete meses depois, por R\$320 milhões, somente a Varig. Que conta é essa? Que contabilidade é essa? Que crescimento foi esse? Isso precisa ser explicado. Uma criança, na sua inocência, quer esclarecimento. Pode ser que haja erro nisso, pode ser que as empresas tenham sido fracionadas, mas por que esse mistério? Por que não há transparência? Não se abre um jornal para ter uma comunicação, para ter um fato relevante, explicando esses fatos...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concedo o aparte, em primeiro lugar, ao Senador Adelmir Santana. Em seguida, eu o concederei a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Heráclito Fortes, eu queria aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a, que quero louvar, que faz referência à questão do uso de estacionamentos, como também se refere à forma como essas empresas foram liquidadas, para rememorar que talvez a origem dessas questões esteja exatamente na interferência do atual Governo no processo das agências reguladoras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a tem toda a razão.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Essas agências foram criadas, no Governo passado, objetivando fazer o controle das relações fora do âmbito do Governo, entre consumidores, empresários e o mundo capitalista. Na verdade, o que se percebe é que essas agências passaram a ter reuniões com o Governo, quando elas deveriam ser independentes, tanto do ponto de vista financeiro quanto do de decisão, inclusive com mandatos divergentes dos mandatos dos governos eleitos, porque elas são maiores, do ponto de vista da regulação, do que o próprio Governo. O que se percebe hoje é que essas agências não foram bem absorvidas neste Governo no que diz respeito ao papel que elas têm como organismos reguladores. Então, tudo isso ocorre exatamente porque foi diminuída a presença dessas agências, porque se retirou delas o poder da regulação. Há poucos dias, esteve aqui o nosso Presidente da agência reguladora de petróleo, falando de reuniões no Palácio, reuniões com esse ou com aquele, não sabendo, inclusive, dizer com quem tinham sido as reuniões, quando, na verdade, essas agências, na sua criação, tinham como filosofia ser maiores do que o governo de plantão, vamos dizer assim...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Serviriam ao Estado.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Ao cidadão, a todos nós, e não aos governantes. Então, eu acho que todos esses acontecimentos têm ampla ligação com esse processo de descredenciamento das agências reguladoras, que são muitas. Nós temos visto que poucas delas, talvez uma ou outra, a de energia, a que está ligada também à telecomunicação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu acho que a de energia é um bom exemplo.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – A de telecomunicações também é um bom exemplo. A Agência Nacional de Saúde é um mal exemplo hoje, a Anvisa não é um bom exemplo, a agência de que estamos tratando aqui, de aviação, também não é um bom exemplo, e é por isso mesmo que estão ocorrendo esses acontecimentos que V. Ex^a bem traz nesta manhã, e com preocupações. Associe-me, portanto, às suas preocupações dentro dessa direção. É preciso que a gente dê força a esse processo de regulamentação das agências reguladoras dos setores específicos da economia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Heráclito, eu não vou comentar mais a parte da agência porque o Senador Adelmir o fez com muita precisão. Na verdade, o que acontece – desculpem-me pela palavra – é que se estástituindo uma instituição, essas agências reguladoras, com a politização, com a colocação, dentro das agências, de camaradas e não de técnicos para servirem ao Estado e ao cidadão. Mas quero voltar principalmente à questão da Ministra Dilma. Fico muito preocupado com acusações que às vezes podem não ser verdadeiras. Mas acontece que há um princípio da Administração Pública que é capital: quando um funcionário, por mais modesto que seja, está sob uma acusação, o que se faz? Afasta-se o funcionário e abre-se uma sindicância. Se ele for julgado inocente, volta a exercer suas atividades. O Presidente Itamar Franco deu um exemplo com o Ministro Hargreaves, que era um homem da sua intimidade. Houve denúncias contra o Ministro, o Presidente o afastou e mandou fazer os procedimentos de apuração. Comprovado que o Ministro não teve culpa, retornou. Agora, a Ministra Dilma, aliás, sucessivos Ministros do Presidente Lula são acusados e acontece como naquela música: fulano é isso, mas não importa, porque ele é meu amigo; beltrano é aquilo, mas não importa, porque ele é meu amigo; o outro fulano é mais do que aquilo, mas não importa, porque ele é meu amigo. O Presidente Lula tem de mudar essa postura e não tem de esperar que se faça a denúncia no Senado, na Câmara, na imprensa. Se ele teve notícia de algo equivocado, ele tem de mandar apurar imediatamente e de maneira clara e transparente, para que o povo todo saiba. Quero, portanto, aplaudir V. Ex^a pela denúncia e pelo alerta que faz neste momento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Presidente Lula vive um momento extraordinário de popularidade – reconhecemos isto –, mas a questão não é essa. Acho apenas, Senador Paim, que o Presidente Lula devia seguir o ensinamento do ex-Governador de Pernambuco e ex-Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, que viveu um auge de popularidade, de poder. Dizia que o homem público tinha de dormir com um alfinete no criado-mudo, na cabeceira da cama, e todo dia dar uma espetadela no corpo para sentir que a dor é a mesma de qualquer ser humano. É um bom começo de dia. É preciso que essa lição seja seguida.

Mas, meu caro Senador Paulo Paim, a Ministra Dilma, para preservar a sua autoridade, a sua imagem, a sua autonomia, precisa esclarecer a situação. O Ministro José Múcio, que é um homem discreto, equilibrado, mede as palavras, é hábil – vamos reconhecer –, Parlamentar, disse, com todas as letras, em uma entrevista, que esse episódio é produto de um

ressentimento. De quem? É preciso esclarecer quem é o ressentido ou quem são os ressentidos e por que estão agindo dessa maneira.

Aliás, no primeiro episódio envolvendo a Ministra Dilma, eu disse aqui que havia um processo chamado queimação de fogo amigo. Era preciso descobrir quem era o lança-chamas. Ele existe, mas isso não anula nem diminui a gravidade do fato. Se denunciado por fogo amigo ou por inimigo, é outra questão. Mas não podemos desviar o foco desse assunto. O que precisamos é de apuração, até porque há uma necessidade do próprio Presidente Lula de preservar a sua Ministra, a quem ele escolheu para ser, como ele próprio chama, a mãe do PAC e que tem sobre a sua mesa e sob a sua responsabilidade o destino de bilhões de reais desse programa.

A ser verdade, a haver dúvida, pairará sobre a Ministra a desconfiança, e ela não poderá dar andamento ao seu projeto com a tranqüilidade e a firmeza que a função exige. Esse é um assunto que precisa ser esclarecido.

Senador Arthur Virgílio, não tem jeito para a Oposição brasileira. A Oposição brasileira não se emenda. Eu estou ficando desesperançado. Nós não temos oportunidade de criar uma crise para este Governo, é o próprio Governo que cria todas. A denúncia de onde é que sai? De dentro do Governo, do seio do Governo, de assessores ou de ex-assessores. Essa gente precisa dar uma chance a nós oposicionistas, que estamos aqui tentando cumprir o nosso papel. E eles não deixam!

Vamos ver qual vai ser a próxima crise – certamente, denunciada por eles. E nós estamos pegando o bonde andando. Não há, nesses seis anos de Governo Lula, uma crise denunciada pela Oposição. Deixem de ser ambiciosos, vocês já têm o Governo, vocês já tem o cofre, têm a máquina! Deixem a Oposição exercer o seu papel! Nem isso, nem isso eles querem! Ocupam os espaços de maneira pouco ética, é verdade; mas a verdade é que ocupam um espaço que é da Oposição. Querem tudo!

Portanto, seria bom que houvesse um acordo. Deixem essas denúncias para a Oposição, gente! Se há ressentimento, como disse o Ministro José Múcio, vamos apurá-lo, vamos ver de onde partiu, vamos ver quem são os culpados. Agora, parem com isso! Deixem a Oposição trabalhar, pelo menos.

Senador Arthur Virgílio, encerrei o assunto, mas quero perguntar a V. Ex^a se assistiu a uma entrevista do Governador Aécio Neves dada a Miriam Leitão, na Globo News. Perfeição de entrevista, mostra, com clareza, a ambição e os erros do Partido dos Trabalhadores em relação ao caso de Minas Gerais, que

aquilo é um retrato, é uma amostra do que acontece no Brasil. Entrevista equilibrada, sem rancor, sem... Muito positiva. Mostra o amadurecimento de um Governador ainda jovem, que assume a responsabilidade de governar um Estado como o de Minas Gerais, transforma os números econômicos, cria perspectivas e é capaz de fazer uma aliança administrativa com um adversário – no caso, o Prefeito de Belo Horizonte –, visando a aspectos administrativos em prol do Estado. E a ambição pelo poder tenta impedir!

É muito interessante, Senador Mozarildo. Se V. Ex^a não a assistiu e todos os que estão nos ouvindo neste momento, recomendo que a assistam. Faz bem à democracia ver, neste momento, uma entrevista daquela natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus colegas Senadores que estão no plenário, estou seguindo a ordem de inscrição. E o Senador Arthur Virgílio, nesta lista, antecede os senhores. Então, tenho que chamá-lo, seguindo o Regimento Interno; em seguida, pelo acordo feito, falaria o Senador Adelmir Santana e, depois, viria o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Falariai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Falaria e falará.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem 20 minutos como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, trato de assunto do meu Estado e da minha região, da região do Senador Geraldo Mesquita e do Senador Mozarildo Cavalcanti, que está angustiando as pessoas porque está dando a sensação de que elas não fazem parte do País a partir de portaria do Ministério da Justiça e de atitude do Ministério Público Federal.

Na Amazônia, pelo menos por enquanto, a paixão pelo futebol desmente em parte o ditado popular de que nada no Brasil é mais realista que o rei. Por conta disso, as populações do norte se colocam em situação parecida com a de quem vai para a guerra; no caso, ainda bem que uma guerra pacífica e sem armas. O que se pretende é apenas a transmissão de jogos de futebol ao vivo, seja do Brasileirão, seja da Libertadores, seja dos amistosos da Seleção Brasileira, como o do próximo dia 18, contra a Argentina, em Minas.

No momento, isso é impossível, em decorrência da obrigatoriedade da classificação indicativa de horários para efeitos de veiculação de programas de televisão. Como no norte o horário legal não coincide com

o de Brasília, os jogos de futebol só são exibidos em gravação, no final da noite e no início da madrugada.

A Rede Globo, por exemplo, que tem na Rede Amazônica de TV a sua afiliada em cinco Estados da Amazônia, viu-se obrigada a veicular sua principal novela, chamada de “das oito”, a partir das 21h, hora local – 22h daqui –, por força do cumprimento dos critérios de faixa etária.

Ora, 21h é quase o horário do futebol às quartas-feiras. A única alternativa para a Globo, então, é gravar os jogos e exibi-los depois, mas muito mais tarde – estamos falando da Globo, Senador Adelmir –, após o programa tão concorrido e tão respeitado do prezado Jô Soares. Mas bem mais tarde entra, então, o futebol. Quer dizer, é cultura nacional a paixão pelo futebol. O grito de gol é retardado em horas lá.

Sempre que vou ao Amazonas, ouço dezenas de reclamações. E estou sabendo que os habitantes do Acre, Senador Geraldo Mesquita, extravasam o seu inconformismo de forma contundente, inclusive com telefonemas desaforados, porém direcionados erradamente, porque direcionados para a Rede Amazônica de Televisão, Senador Eurípedes, que não tem qualquer culpa pelo que está ocorrendo.

A Amazônia, antes uma área não-inserida no conjunto do País, hoje passa novamente, sobretudo às quartas-feiras, a se sentir novamente desligada, e logo no futebol, que é o esporte nacional por excelência! A verdade é que os moradores do Amazonas, do Acre, de Rondônia, de Roraima bem como os de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul sentem-se, sobretudo quando é quarta-feira, novamente desligados do Brasil.

Não foi sem muito esforço que minha região conseguiu antenar-se ao restante do País; foi graças a muito esforço de empreendedores que investiram capitais e talento para criar na área uma eficiente rede de televisão. Assim é a Rede Amazônica, conduzida pelo jornalista Phelippe Daou.

Por tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa projeto de resolução propondo alteração nos critérios atuais, sem ferir a legislação que regula a exibição de programa de televisão e outros, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. A dúvida da minha assessoria é se nós podemos efetivamente apresentar esse projeto de resolução, porque talvez não coubesse uma resolução alterando portaria de Ministério. Se houver o impasse técnico, não faremos o projeto de resolução.

Mas quero demonstrar a disposição nossa de ir até o final para evitar uma situação esdrúxula, uma situação absolutamente grotesca, como se no horário da tarde não houvesse cena picante, ou como se não coubesse aos pais cuidar do que é mais justo

para seus filhos, como se tivéssemos aquela figura do Estado stalinista, que diz o que é bom e o que é ruim para os seus filhos.

Tenho filhos de todas as idades. Tenho filho de 28 anos, tenho filha de 23, ambos me deram netos – ela, até antes do que ele. Tenho filho de 16 e tenho filha de 13. Não consigo mais dizer à minha filha de 13 o que ver ou o que não ver. Confio no discernimento dela, na educação que recebe, mas ela é absolutamente dona da... Vou fazer o quê? Ela lê o que quer ler, ela vê o que quer ver. Não vou supor que eu vá criar agora um departamento familiar de censura, à moda do que acontecia no regime de força no País. E entendo que é injusto.

Muito bem. Estou certo de que as populações do norte precisam ser ressarcidas dessa – e temos que ter todas as precauções, sim, com a proteção à infância e à juventude – defasagem que é absolutamente grotesca, absolutamente imperdoável, porque retorna àqueles tempos em que se gravava. Hoje, nas feiras internacionais de tecnologia da área, não se encontra mais nem material para gravação desse tipo. Ter que gravar para passar horas depois.

Eu, por exemplo, brinco muito com meu filho que mora em Manaus e brinco muito com outros amigos fingindo que estou informando o resultado do jogo de futebol para eles. É claro que eles sabem o resultado, porque quem tem TV a cabo sabe. Então, penaliza os pobres; penaliza os mais pobres, os menos afortunados.

Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, muito oportuna a presença de V. Ex^a com este tema na tribuna.

(Interferência sonora.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Como eu estava dizendo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pensei que fosse censura, mas vi que era o celular mesmo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu também, porque, um dia desses, recebi um *e-mail* de um ouvinte do Sul do Brasil, por sinal, dizendo que, coincidentemente, na hora em que eu fazia algumas críticas ao Governo Federal, o sinal da TV Senado desapareceu. Mas creio que foi coincidência, como agora com V. Ex^a, com o celular. Mas eu estava falando a V. Ex^a que é muito oportuno o tema que V. Ex^a traz. É mais uma discriminação contra a nossa região, propositada ou não, mas o certo é que é. É impressionante como ficamos privados, como V. Ex^a disse com muita sobriedade e com muita oportunidade, em um dos pontos mais importantes que nós temos, até de

integração nacional, que é a televisão. Como V. Ex^a frisou, o empreendimento feito pelo Dr. Phelippe Daou na Amazônia, através da Rede Amazônica de Televisão, que realmente faz uma integração da Amazônia internamente e da Amazônia com o Brasil, está sendo prejudicado grandemente. Entendo que esse requerimento que V. Ex^a faz merece ter o apoio unânime da Casa, porque não podemos realmente passar por mais essa punição e também nos classificar, como disse V. Ex^a, como se fôssemos cidadãos que não tivéssemos condição de julgar o que é bom ou o que é ruim, o horário adequado disso ou daquilo. Portanto, parabéns, e solidarizo-me com V. Ex^a sobre este tema.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mozarildo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mozarildo.

Não sei se é um projeto de resolução, mas imagino que caiba uma atitude da Casa, uma atitude legislativa, para coibir esse erro, esse equívoco praticado em relação às populações da minha região.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar o tempo que me resta para trazer outro assunto que julgo relevante, mas, antes, eu não poderia deixar de fazer coro com o Senador Heráclito Fortes em relação à vida tumultuada que passou a ser vivida pela Ministra Dilma Rousseff.

A Ministra veio aqui, à Comissão de Infra-Estrutura, falou muito do seu passado guerrilheiro, foi evasiva e não foi sincera quando se referiu ao episódio do dossiê montado para intimidar as oposições, valeu-se de uma tropa de choque... e bato na madeira três vezes, quatro, porque não acontecerá, nesta legislatura, mais CPI mista. Isto não acontecerá. Foi intolerável o que vimos lá. Aquele clima de algazarra, de gritaria, de besteira, de tolice, de falta de respeito ao Regimento, tudo isso para defender um carguinho aqui, um carguinho acolá, para fazer média com o poder e desmoralizando um instrumento essencial para a investigação e para a moralidade pública que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, as instituições estão sendo desmoralizadas umas após as outras. A última a ser desmoralizada foi a CPI.

Quero louvar aqui o papel correto da Presidenta Marisa Serrano. As oposições cumpriram o seu papel. Foram derrotadas, mas apresentaram um relatório sério, que haverá de ser investigado pelo Ministério Público e, quem sabe, dar frutos na justiça brasileira.

Mas o que nós queríamos não conseguimos, que era olhar as contas presidenciais. Não conseguimos. O que nós queríamos nós não conseguimos, que era fazer a Ministra se explicar em relação ao dossiê.

E, como a justiça divina anda mais rápida do que aquela que anda a cavalo, em seguida acontece a declaração da Dr^a Denise Abreu, que foi da Anac, pessoa de confiança do Governo – não venham dizer que ela é tucana, que ela é do DEM ou que ela é do PPS; ela é do Governo, pessoa do Governo. Se saiu, por que saiu, isso é problema deles lá. Saiu por causa do “apagão aéreo”. Ela fala claramente que a Ministra pratica tráfico de influência, o que seria motivo para demiti-la do Ministério, e alega ter como provar isso. Então, nós a trouxemos aqui. “Ah, o Governo agiu bem!” Não tinha mesmo como agir de outra forma. Se o Governo não fizesse isso, nós iríamos ouvi-la na Liderança do PSDB; nós iríamos ouvi-la no salão aqui; iríamos ouvi-la de algum jeito. Não tinha como impedir que nós a ouvíssemos. Ela quer falar e nós queremos ouvi-la. Ela tem o que dizer à Nação.

O fato é que a Ministra está numa certa linha de tiro, porque são muitas atitudes: é dossiê falso – é dossiê falso, não; é dossiê montado para intimidar as oposições –, agora é acusação de tráfico de influência, é a inverdade proferida diante de uma comissão do Senado Federal. Chega um momento em que não adianta, não tem tropa de choque que resolva. Dr^a Denise vem aqui.

Outro dia, uma pessoa já me disse, um colega me disse: “Essa Dr^a Denise é desequilibrada.” Eu digo: “Pelo amor de Deus, não digam isso! Eu sou amigo de vocês. Não digam isso no dia da vinda dela aqui, porque, aí, eu vou ficar ainda mais apavorado com vocês do que já ando, porque se ela é desequilibrada, e vocês nomeiam a moça para cuidar de avião, para cuidar de Anac... Então, digam tudo, menos que ela é desequilibrada, porque ela cuida de avião...” Então eles colocaram gente desequilibrada para cuidar de avião?! Pelo amor de Deus! Aí, eu vou começar a desconfiar da sanidade de quem a nomeou. Então, não digam que ela é desequilibrada.

Vamos ouvir de maneira fria e ponderada o que ela tem de concreto para afirmar. Isso é o que interessa para nós. Então, aguardamos a quarta-feira para ouvir Dr^a Denise e começarmos a deslindar, se Deus quiser, mais essa negociata num País onde a negociata, a desonestidade e a corrupção ficaram banais. Hoje em dia é como feijão e arroz, ninguém se choca mais com corrupção. Não se choca! É o que faz parte já do cotidiano e, infelizmente, entramos em uma rotina muito lamentável. Mas o nosso papel, a nossa obrigação é fiscalizar e cobrar mil e uma vezes ou dez mil e duas vezes que esses casos sejam deslindados.

Muito bem. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos dominaram o noticiário na semana pas-

sada, a saber: a criação da Contribuição Social para a Saúde – CSS e a criação do Fundo Soberano.

Num primeiro momento, o Presidente Lula argumentou que a criação da CSS seria uma iniciativa exclusiva do Congresso. Está sendo insincero o Presidente. Ele está louco pela aprovação do projeto, apenas não quer o desgaste popular, porque ele parece eternamente candidato. Não enfrenta as dificuldades diante da opinião pública. Quer sempre passar a responsabilidade para os outros.

Seria uma iniciativa exclusiva do Congresso para suprir a falta de recursos para viabilizar a aprovação do projeto de lei que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, que define, entre outras coisas, em caráter permanente, os recursos para aplicação nos serviços de saúde por Estados, Municípios e União.

Falta dinheiro para a saúde coisa alguma. Há excesso de arrecadação. Há corrupção demais. Sem corrupção e com excesso de arrecadação, dá para realocar recursos para a saúde e fazê-la funcionar se houver gerência, que é outra coisa que falta no País.

Pelas declarações do Presidente Lula, isso seria uma iniciativa dos Congressistas. Nada disso partiria do Poder Executivo. Mas o que vemos hoje é um grande número de Ministros se movimentando para aprovar a proposta, sem contar as ações dos líderes e membros da base governista brigando pelo novo tributo. É um indicativo exclusivo de que o Governo do Presidente Lula se recusa a assumir publicamente a paternidade de um imposto que ele jurou jamais tentar recriar. É mais uma vez o povo brasileiro arcando com essa já elevada carga tributária, porque este Governo gosta muito de aumentar tributos, gosta de arrecadar, mas não se preocupa com uma disciplina nos seus gastos.

Veja você, cidadão que nos assiste, quero didaticamente tentar esclarecer isso para o eleitor brasileiro. O Presidente Lula argumenta que não tem recursos para aprovar o projeto que eleva o volume de recursos para a saúde, mas deseja criar o Fundo Soberano.

E o que é Fundo Soberano? Inicialmente, a idéia era financiar empresas brasileiras no exterior e também abrir escritórios do BNDES no exterior, mediante a alocação de recursos da ordem de US\$15 bilhões. Mas aí surge a pergunta: qual a razão para isso, se a taxa de juros no mercado internacional é muito mais baixa do que a nossa, que ontem chegou a 12,25% ao ano? E mais: isso não é para criar empregos no exterior? Por que não se usa o nosso dinheiro para criar empregos aqui no Brasil para os brasileiros?

Assim começa a ficar mais fácil de entender. O Governo quer criar mais um tributo para financiar empregos para estrangeiros na Europa e nos Estados Unidos da América, mas não tem recursos para

financiar a saúde do seu povo. Para isso não tem dinheiro. Realmente é um absurdo e nós não podemos concordar com isso.

O Ministro da Saúde está tão empenhado na criação da nova contribuição que até já definiu os projetos para os quais serão direcionados os recursos adicionais, conforme bem definiu esta semana, em seu *blog*, o atento jornalista Josias de Souza.

Também fica evidenciada a incoerência do Governo mais uma vez. Ao mesmo tempo em que encaminha ao Congresso uma nova proposta de reforma tributária, ele incentiva sua base a criar um novo tributo. Veja o povo brasileiro que incoerência tão explícita: se a proposta de reforma tributária propõe acabar com as contribuições, qual a razão de se criar mais essa? Então, o Governo não quer fazer reforma tributária, quer aumentar a carga, isso sim.

Mas, muito bem, Sr. Presidente. Oficialmente, o Governo diz não ter nada a ver com a recriação da CPMF; seria coisa do Congresso. Mas isso é lorota. O Deputado Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul, Relator da emenda que inclui a ressurreição da CPMF, reconhece: “A gente utiliza basicamente técnicos da Câmara. Mas, obviamente, como temos muitos contatos com técnicos do Governo, informalmente pedimos ajuda”. E acrescenta: “São pessoas muito qualificadas que têm nos auxiliado. Tudo em caráter extra-oficial”.

Os Partidos de oposição – PSDB, DEM e PPS – e os independentes, que são muitos da Base do Governo, o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Mão Santa, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Geraldo Mesquita, para citar alguns. E teremos mais votos: o Senador Delcídio Amaral disse que não vota a CPMF; o Senador Gerson Camata também; o Senador Renato Casagrande falou que votou da outra vez e não vota a CPMF; Senador Osmar Dias, que igualmente é um homem de palavra, declarou que não vota a recriação da CPMF. Então, aqui não passa. Sob forma nenhuma, aqui não passa. E é bom que tirem literalmente o cavalo da chuva, porque aqui não passa a recriação do novo imposto.

Se aprovada, a velha nova contribuição propiciará ao Governo uma coleta adicional de R\$10 bilhões por ano. Só para começar, Temporão diz que precisa de pelo menos R\$6 bilhões para 2008 – estou dizendo: fim da corrupção, melhor gerência e priorização da saúde, porque excesso de arrecadação tem havido –, dinheiro que terá de ser providenciado pelo Governo, se acontecesse a aprovação, o que não permitiremos aqui no Senado, já que o projeto a ser votado no Congresso prevê que a cobrança da CSS só vai começar em 1º de janeiro de 2009. Então, eles teriam de arranjar dinheiro este ano de qualquer jeito sem a CSS.

O Congresso tem de acordar para essa triste realidade a que foi submetido por esse Governo. Pesquisas de opinião recentes mostram a popularidade do Presidente em franca ascensão. Por outro lado, a imagem do Legislativo e de seus membros está em baixa permanente.

E os Congressistas têm sua cota de contribuição para isso. Ontem, por exemplo, num final melancólico, foi encerrada a CPMI dos Cartões Corporativos. O parecer do relator aprovado na Comissão não indicia ninguém. Será que ele achou regulares as operações com cartões realizadas por vários ministros do atual Governo, conforme foi amplamente noticiado nos últimos meses?

Sinceramente, não dá. Não dá mais para o Congresso ser conivente com isso.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Temos de melhorar a nossa imagem. Enquanto o Congresso e seus Membros se enterram com atitudes como essa, o Governo Lula flana na popularidade. Temos de reagir.

Não podemos mais ser coveiros de falcatuas do Poder Executivo. E agora mais essa: criar um novo tributo. E o Presidente dizendo que não é com ele, embora esteja louco pelo dinheiro.

Sinceramente, Sr. Presidente, o Brasil precisa avançar. O Presidente Lula precisaria ter uma visão de estadista, inclusive sabendo empenhar a sua popularidade; desgastar a sua popularidade, consumir a sua popularidade em gestos até impopulares no início, mas que sejam bons para o País.

Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Meu Líder, eu queria fazer um aparte ao pronunciamento de V. Ex^a na mesma direção do que fiz ao pronunciamento do Senador Mesquita. Na verdade, temos de fazer uma retrospectiva sobre a criação dessa contribuição, a CSS, contribuição sem sentido. Se fizermos essa retrospectiva, lembrando – e fiz isso hoje pela manhã – o nosso Jatene, compreendíamos naquela época e havia um verdadeiro clamor, e ele soube convencer a todos nós, o Parlamento e a população em geral, da necessidade da complementação de recursos para a área da saúde. A CPMF começou com uma lista pequena, foi crescendo, e na verdade aqueles recursos não foram integralmente destinados à complementação da questão da saúde. O que está em jogo? Primeiro, a própria forma como se está criando essa nova CPMF. Ela recebe hoje, inclusive, críticas de Parlamentares da base do Governo, porque é uma contribuição. Se nós atentarmos, todas essas contribuições, que também

são tributos, deveriam ser criados por uma forma de alteração constitucional...

(Interrupção do som.)

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – ... e vêm de uma forma que não está sendo aceita pelos Congressistas. E hoje começa com 0,10%, amanhã pode chegar novamente a 0,38%. Na hora em que derrubamos aqui a CPMF, foi aumentado o IOF e a CSLL para compensar. Há excesso de arrecadação. Então, na verdade, o que está em jogo, na minha visão, é não regulamentar a Emenda 29, que nós aprovamos aqui, que define claramente os percentuais que cabem a Município, Estado e União empregar na área da saúde. Ao fazer-se isso, com o excesso de arrecadação, efetivamente não precisamos de novos tributos, seja imposto ou contribuição, para complementar os recursos para a saúde. O que falta é definir claramente uma decisão política das fontes que devem financiar a saúde nesse instante, e, ao se regulamentar a Emenda 29, isso fica claro, fica muito evidente ao definir os percentuais para os entes federativos na aplicação da saúde. Congratulo-me com V. Ex^a por trazer essa matéria nesta manhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Adelmir Santana.

Eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, um minutinho mais para concluir, porque eu quero responder ao aparte do Senador, que, com a acuidade de sempre, me traz aqui uma perspectiva muito inteligente em contribuição ao meu discurso. Veja só, Senador: essa história de driblar. Deveria ser emenda constitucional. Dribla, achando que, por essa via, chega às facilidades. Vai criando, inclusive, um sentimento muito negativo, de que esta Casa seria uma espécie de motel para atitudes rápidas do Governo Federal, como se não fosse uma Casa com independência, com altivez.

Nós precisamos mostrar que não há ninguém aqui disposto a se imolar, a se suicidar politicamente para colocar mais dinheiro para o Governo desperdiçar, sacrificando empresários, sacrificando a produtividade, sacrificando a competitividade sistêmica da economia brasileira.

Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte.

Como eu estava dizendo, Sr. Presidente – e eu encerro com este pensamento –, nós tivemos o exemplo do Presidente Fernando Henrique. Ele saiu desgastado do Governo, é verdade. Mas ele fez o País avançar. Desregulamentou a economia, promoveu reformas, contrariou interesses.

O Presidente Lula manda uma reforma tributária por brincadeira. Fica aí o Deputado Palocci, que é um homem preparado, e o Deputado Sandro Mabel, para

cima e para baixo, feito lançadeiras no País, conversando sobre uma coisa que não vai acontecer. Porque, quando ele manda a reforma tributária – que tem defeitos, já vai dar para debater, li muito, ela tem muitos erros; a do Senado é melhor do que a do Governo –, no mesmo momento, diz que quer acabar com as contribuições e, em seguida, manda uma contribuição para arrancar mais dinheiro do contribuinte. Qual é a solução que o Governo vê como fácil? Porque o Governo é de soluções fáceis. A solução justa seria cortar gastos e ser formiga e não cigarra. A solução fácil é aumentar impostos, é meter a mão no bolso do contribuinte brasileiro. É a solução mais fácil.

Então, o Presidente Lula não entra em bola dividida; ele não manda as reformas para cá. Ele quer manter a popularidade. Eu acredito piamente que ele não quer terceiro mandato, acredito na sua convicção democrática, mas então ele quer ser “miss simpatia”. Ele quer ser, já que não é bonito, “miss simpatia”. Não há isso no concurso de Miss Brasil? Eles pegam a que não é tão bonita e dizem: “Você é a Miss Simpatia.” Nenhuma delas vai lá para isso. Todas elas vão lá para brigar pelo cetro. Imagine chegar para o Guga Kuerten, que foi campeão mundial de tênis tanto tempo, e dizer: “Guga, você não vai ser campeão de Roland Garros, você vai ser miss simpatia do concurso.” Pelo amor de Deus! Ele diria: “Eu não quero, esse tipo de cetro não me interessa.” Mas o Presidente parece que quer. Deveria usar a sua popularidade para mandar para o Congresso uma reforma de verdade, que fizesse o País avançar. Não importa com quanto de popularidade ele saísse, desde que o Brasil saísse mais preparado para enfrentar os seus destinos.

Portanto, Sr. Presidente, eu firmo aqui um compromisso muito claro: no meu Partido ninguém vai tocar nesse assunto, nem governador, nem prefeito, ninguém. Não vai ter ninguém! Quem já morreu do meu Partido não vai aparecer em sessão espírita, não vai ter ninguém que tenha a ousadia de vir falar novamente para aprovar a CPMF aqui.

Eu espero não passar mais por problemas e aborrecimentos que tive naquele episódio. Essa é uma decisão muito clara. Minha bancada vai estar una, unida, e ela vai votar inteira contra essa contribuição, se passar pela Câmara, muito nitidamente. E nós vamos mobilizar a opinião pública, vamos à sociedade. A sociedade tem de se mobilizar. Nós não podemos admitir que essa tunga permaneça impune.

Então, a única forma de mostrar que existe Congresso, Poder independente, seja sob que forma chegue aqui o tal imposto, é nós dizermos não com qualquer maioria que o Governo julgue de aprovação. Quarenta e nove Senadores eles não teriam mesmo. Não terão

41. Nós não vamos permitir que passe o imposto aqui, porque nós não aceitamos mais que o povo brasileiro continue sendo ultrapassado nas suas expectativas, porque simplesmente o Governo acha que deve fazer da economia um saco sem fundo. Precisa de dinheiro, cria mais imposto, mete a mão e fica desperdiçando uma ocasião de ouro da economia mundial, quando nós podíamos ter crescido tão mais e tão melhor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se fosse possível conceder o aparte ao Senador Mozarildo, eu concederia e encerraria o discurso com a resposta a ele.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Só para falar sobre a famosa CSS, que o Governo chama de Contribuição Social para a Saúde e que na verdade estamos chamando de “comedor do seu salário”, porque vai comer o salário do cidadão mais pobre principalmente. Na verdade é uma CPMF com pele de cordeiro. Fizeram algumas bondades modificando a faixa sobre a qual incide, tirando aposentados e pensionistas, mas novamente mentindo ao povo, dizendo que quem não utiliza cheque não paga esse imposto. Paga, sim; vai pagar cumulativamente. Então eu fui contra e vou continuar contra. Quero lutar mais ainda para que nenhum outro imposto seja crido ou aumentado neste País.

O SR. ARTUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, respondendo ao Senador Mozarildo: primeiro, mexe sobretudo com quem não tem cheque. Aliás, falando dos mais pobres, a inflação, que está em torno de 5% e ameaçando subir, para os mais pobres é diferente. No preço dos alimentos é alguma coisa do tipo 11%; para os mais pobres está indo de 8% a 9%. O mais pobre é o que paga mais duramente os reflexos da alta dos preços. É muito grave mesmo.

E temos de dizer outra coisa: para mim, não sei nem se o Governo quer de fato aprovar isso. Não sei se quer aprovar isso! Tenho dúvidas até se ele quer mesmo aprovar a CSS, porque sabe que terá uma guerra muito grave aqui no Senado. Para mim, ele talvez queira um impasse: “Não regulamento a Emenda 29, portanto não dou mais recursos para a saúde porque não aprovaram no Senado a matéria.” E fica naquele jogo meio safadinho – um jogo meio safadinho! – de colocar a opinião pública supostamente contra o Parlamento.

Mas o fato é que pode fazer o jogo que quiser, mas aqui não vai passar.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem. Parabéns, Senador Arthur Virgílio, pelo brilhante pronunciamento.

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, nesta manhã, recapitular um acontecimento havido ontem. Ontem, o Distrito Federal comemorou os cinqüentas anos de fundação da cidade satélite de Taguatinga. E falar de Taguatinga, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é motivo de muito orgulho para mim. Foi lá onde morei os primeiros dias ao chegar a Brasília. E já se vão mais de quarenta anos, mais precisamente 44 anos.

Taguatinga é uma cidade satélite – para os brasileiros que não a conhecem –, criada em 1958, portanto, antes da inauguração de Brasília, dois anos antes da inauguração da nossa capital. Ela foi criada para abrigar os pioneiros que não encontravam mais lugar para ficar no Núcleo Bandeirante ou Cidade Livre – hoje, Núcleo Bandeirante, mas antiga Cidade Livre. Eram áreas descampadas que cederam lugar a vias e a quadras, constituindo-se numa das cidades satélites mais importantes de Brasília, a grande locomotiva econômica do Distrito Federal.

Lá, hoje, além de quadras e ruas, nós temos logradouros importantes, como a Praça do Relógio, o símbolo daquela cidade, a Avenida Hélio Prates, a Avenida Comercial, a Avenida Sandu. É uma cidade, como eu disse, fundada em 1958, mais precisamente, no dia 5 de junho.

Em 1970, o Governador Hélio Prates, antigamente Prefeito Hélio Prates da Silveira, resolveu determiná-la, pelo Decreto nº 571, uma cidade oficialmente existente. Daí hoje ter uma das suas principais avenidas o nome do ex-Prefeito Hélio Prates da Silveira.

Desde seu surgimento, a cidade mostrou potencial de crescimento econômico e social. Em apenas seis meses de sua fundação, já existia uma infra-estrutura completa para seus moradores, com escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais. Como eu disse, é efetivamente a grande locomotiva do Distrito Federal.

As primeiras famílias foram instaladas perto de um dos seus símbolos, a Praça do Relógio, que se tornou referência na cidade. Hoje, toda a cidade faz referência a esse símbolo recém-reinaugurado pela atual Administração do meu amigo, o Deputado Distrital Benedito Domingos.

A cidade que deveria abrigar, em princípio, 25 mil pessoas tem, hoje, Sr. Presidente, mais de 300 mil moradores. Aliás, se o Distrito Federal não fosse indivisível e permitisse a criação de Municípios, Taguatinga estaria entre os cem maiores Municípios do Brasil tanto do ponto de vista da economia como do ponto de vista de seus habitantes. É uma cidade pujante, uma cidade que tem todos esses equipamentos a que fiz referência no início, dotada de uma excepcional qualidade de vida.

Taguatinga é uma cidade independente, como se fosse, efetivamente, um Município independente. É lá que se concentra grande parte da economia do Distrito Federal. É uma cidade que não pára, que gera emprego, que gera renda e que cresce de forma louvável. Apesar de ser uma metrópole, não perdeu os ares de uma cidade do interior. As pessoas que moram em Taguatinga se conhecem, são amigas e têm orgulho de sua cidade. Isso é claramente visto quando participamos de uma festa como a de ontem em comemoração ao aniversário da cidade.

Há um sentimento de autovalorização, de perseverança e de auto-estima. A cidade tem-se posicionado com destaques importantes. Na área da música, por exemplo, Senador Mozarildo, a cidade tem as duplas Zé Mulato e Cassiano; Chico Rei e Paraná; Artur e Rafael; Johnny e Raony, Rick e Renner, para citar entre outros. É uma cidade também que se destaca em todos os setores da nossa economia, como fiz referência no início.

Taguatinga, portanto, é hoje uma cidade cinqüentona e dona de uma economia forte. O comércio é diversificado e gera mais de 20 mil empregos no Distrito Federal. A atividade comercial é o ponto forte da economia de Taguatinga. As lojas empregam parte dos moradores e atraem clientes de todo o Distrito Federal e também do Entorno. A cidade abriga grandes centros comerciais, como a Avenida Comercial e o shopping horizontalizado, uma avenida inteira só de comércio. Há um centro comercial chamado Alameda Shopping e o Taguatinga Shopping, para citar apenas os dois mais importantes.

Por isso, eu quero dizer que Taguatinga, efetivamente, é a locomotiva econômica do Distrito Federal.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Adelmir, nós Parlamentares, sejamos Deputados Federais ou Senadores, temos, por dever de ofício, de estar em Brasília. Alguns ficam com a família nos seus Estados, vêm para cá na terça-feira e voltam na quinta-feira à noite. Aqueles que moram em locais mais distantes passam mais tempo aqui do que lá, como no

meu caso – sou de Roraima – e do Senador Geraldo, que é do Acre. Precisamos fazer uma viagem “transatlântica” para chegar aos nossos Estados, porque, na verdade, são 4h30 dentro de um avião. Eu vim para cá, eleito Deputado Federal pela primeira vez, em 1983. Tive dois mandatos como deputado, inclusive um mandato de deputado constituinte, quando tivemos oportunidade de debater a questão da mudança de *status* do Distrito Federal, que passou a ter governador eleito, senadores, representação na Câmara dos Deputados, a Câmara Distrital. Portanto, tive o prazer de participar também e de ajudar nesse debate e, à época, na década de 80, me lembro que as pessoas que começaram a me mostrar o Distrito Federal me diziam: A melhor churrascaria que temos aqui é em Taguatinga. E eu fui algumas vezes lá. Então, quero me associar a V. Ex^a nos parabéns a Taguatinga, a todos os seus moradores e moradoras. Realmente eu costumo falar que há três cidades no Brasil as quais eu gosto muito, e as três começam com “b”. Boa Vista, que é a capital do meu Estado, onde nasci; Belém, que é a capital do Pará, onde estudei e me formei em Medicina, e Brasília. Quando falo Brasília, falo Distrito Federal, é claro. Então, são os lugares de que realmente gosto e onde acho excelentes de viver. E Taguatinga é um exemplo de cidade que, como V. Ex^a disse, embora tenha progredido muito, mantém aquele jeitão de todo lugar do Brasil, principalmente do Nordeste. Portanto, envio, através de V. Ex^a, os meus parabéns a todo o povo de Taguatinga.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço a participação de V. Ex^a. Isso demonstra bem o que significa Taguatinga para o Brasil e para todos nós que aqui vivemos e conhecemos aquela cidade.

Por isso ela tem muito motivo de orgulho por estar completando 50 anos. Comemorar esse cinquentão foi motivo de grande satisfação para todos nós.

Ontem eu participei da comemoração do aniversário de Taguatinga, ao lado do Governador José Roberto Arruda, do Administrador da cidade, Deputado Benedito Domingos, e cantamos parabéns, junto com uma infinidade de pessoas daquela cidade, na Praça do Relógio, um dos marcos da cidade. E vi o tanto que aquelas pessoas têm paixão, amor, auto-estima pela sua cidade.

Antes dessa comemoração, nós estivemos lá, numa sessão solene da Câmara Legislativa, que se transferiu para Taguatinga para homenagear os 50 anos daquela cidade, por proposta de iniciativa do Deputado Berinaldo Pontes, que é vinculado ao Deputado Benedito Domingos, do mesmo Partido. Essa sessão foi presidida pelo Deputado Dr. Charles, que é médico naquela região e tem grande influência e

liderança naquela localidade, principalmente junto à classe médica e aos que trabalham nas atividades da área de saúde.

Parabenizo, portanto, a iniciativa dos Deputados Berinaldo Pontes e Dr. Charles.

Nós, também, mesmo querendo participar dessa festa de aniversário, deslocamos para lá, desde o último sábado até ontem, o Serviço Social do Comércio (Sesc), instituição que eu presido aqui no Distrito Federal, que esteve lá na Praça do Relógio, com todos os seus equipamentos, oferecendo serviços de saúde – todos gratuitos: odontologia, esporte, lazer –, tentando nos incorporar àquela comemoração.

Essa foi uma grande ação social, que foi idealizada e realizada em parceria com a TV Globo, que fazia as transmissões diretamente da praça do povo, a Praça do Relógio.

Nesses seis dias, só para dar a dimensão desse evento, mais de 60 mil pessoas passaram e foram atendidos pelos equipamentos do Sesc, que colocamos à disposição da população. O Sesc, além das ações populares e sociais, temos em Taguatinga duas grandes unidades – Taguatinga Sul e Taguatinga Norte, sem contar a uma unidade específica de educação com mais de 3 mil alunos, o Edusesc. Isso apenas para dar uma demonstração de nosso trabalho em uma cidade, em uma região administrativa do Distrito Federal.

Em Taguatinga Norte, o Sesc tem uma escola, como disse, uma unidade específica, o Edusesc, que é referência na área da educação, educação infantil até o último ano do ensino médio. Lá não fazemos cursos técnicos, porque essa é uma função do Senac, apenas os cursos regulares. Foi construída para atender aos filhos dos comerciários de Taguatinga e de regiões próximas, porque, claro, ali está concentrado um grande número de comerciários do Distrito Federal. Isso proporciona o acesso a equipamentos modernos e profissionais altamente qualificados à população e aos dependentes dos nossos comerciários.

Além da educação, o Sesc oferece atividades nas áreas de saúde, alimentação, cultura, esporte e lazer. Essas duas unidades juntas, o Sesc Taguatinga Sul e o Sesc Taguatinga Norte, atendem diariamente a mais de 10 mil pessoas em suas diversas áreas de atuação. É um exemplo bem-sucedido de responsabilidade social, de que tanto falamos e que tanto pregamos hoje e que já fazemos há mais de 60 anos no País.

O Sesc Taguatinga Norte também foi o local de treinamento para os atletas que, hoje, são reconhecidos nacional e internacionalmente, como as ex-jogadoras de vôlei que já participaram da Seleção Brasileira: Leila e Ricarda Lima; além do campeão de atletismo Joaquim

Cruz, que foi, inclusive, detentor de medalha olímpica para o nosso País. São lá de Taguatinga!

Taguatinga e Brasília foram berço de diversas personalidades que, hoje, fazem sucesso internacional. No próximo domingo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um brasileiro criado aqui em Brasília estará na Nasa para lançamento de um satélite que carrega um telescópio de última geração, desenvolvido por ele e por uma equipe de pesquisadores da Europa, Estados Unidos e Japão. Brasileiro, brasileiro! O nome dele é Eduardo do Couto e Silva, um jovem de 41 anos. Hoje, 41 anos, felizmente, podemos ainda dizer que é jovem, pois nossa perspectiva de vida tem crescido de forma muito boa. Formado aqui na UnB em Física, hoje é um físico respeitado no mundo inteiro.

Então, isso apenas para mostrar que a nossa Capital, apesar de jovem, já tem, na área do esporte, na área da educação, essas pessoas que são referências mundiais, no que Taguatinga se inclui.

Na área da educação, Taguatinga é extremamente bem dotada de centros. Existem quatro centros de educação infantil, trinta e cinco escolas classes, sendo dessas quatro escolas classes rurais, quatro centros de ensino médio, treze centros de ensino fundamental, cinco centros educacionais, um centro de ensino especial, um Caic e uma escola técnica – apenas um. Refiro-me à Escola Técnica do Governo, porque, lá, temos também cursos técnicos, ministrados pelo Senac, onde temos também uma unidade.

A cidade é dotada de uma Universidade Católica na área do ensino superior, que tem hoje mais de trinta mil alunos, e está dentro de Taguatinga, e merece, portanto, atenção especial de todos nós, mas é ensino particular, ligado à Igreja Católica.

Eu dizia que lá tem alguns pontos de referência, como é o caso da Praça do Relógio, a Praça do Bicalho, a Praça do DI, o Setor A Norte, mas são mais de sessenta praças que existem naquela cidade. Na área do lazer, Taguatinga também é bem dotada, tem o Estádio Serejão, a Associação Portuguesa, o Teatro Iara Amaral... Sabem de quem é o Teatro Iara Amaral? Do Sesi. O Sesi tem um teatro lá, que oferece esse tipo de lazer àquela população. Há também o Teatro Paulo Autran. Sabem de quem é o Teatro Paulo Autran? Do Sesc, do nosso Sesc. Um teatro com aproximadamente quatrocentos lugares, em Taguatinga.

Portanto, quero dizer que Taguatinga, efetivamente, merece de todos nós de Brasília, deste Senador que vos fala, uma atenção muito especial, porque é uma cidade que tem, como disse no início, uma autoestima extremamente elevada e que tem no seu povo uma vivência urbana diferente do nosso centro urbano

do Distrito Federal. Vive como se fosse, efetivamente, um Município interiorano.

Como disse, o Distrito Federal é indivisível, mas se Taguatinga fosse um Município estaria incluso entre os principais Municípios brasileiro e talvez estivesse entre os cem maiores Municípios, tanto do ponto de vista como do ponto de vista habitacional.

Sr. Presidente, lá na Câmara Legislativa, presenciei a uma homenagem que me chamou atenção, e que quero copiar. A Deputada Eurides Brito, em determinado momento de seu pronunciamento, invocou uma colunista, uma jornalista local, muito conhecida, muito reverenciada naquela cidade, chamada Armilides Corrêa, que fez publicar nos jornais de ontem um poema a Taguatinga, o qual quero ler aqui e pedir que conste dos Anais da Casa, tal qual ela fez lá, ao solicitar que o poema constasse dos Anais da Câmara Legislativa.

Diz o poema:

Taguatinga
 Você é assim,
 Taguatinga:
 Próspera
 Consolidada
 Hospitaleira
Chic... Poderosa
 Maravilhosa e necessária
 Você é assim,
 Taguayork
 Cidade única
 Metrópole frenética
 Mãe generosa
 Geradora de emprego e renda
 Calor humano é o seu forte
 Seu povo, bairrista, orgulha-se do seu progresso
 Sou apaixonada por você
 E de joelhos curvo-me a seus pés
 Parabéns, Taguatinga Capital!

Associo-me a esta poeta, dizendo que a nossa "Capital" é motivo de orgulho para todos nós que moramos aqui.

Parabéns, Taguatinga!
 Parabéns, Brasília!

Quero aproveitar ainda as coisas de Brasília, Sr. Presidente, para dizer de Ketleyn Quadros, uma judoca daqui de Brasília, mais precisamente da Ceilândia, vai participar, neste domingo próximo, de um desafio internacional Brasil e Portugal na área do judô. Ketleyn Quadros faz parte da nossa equipe de judô da Seleção Brasileira, constituída de quatorze atletas – sete masculinos e sete femininos – que vão participar

das Olimpíadas de Pequim. Quero, portanto, Ketleyn, desejar a você, à Ceilândia, a nossa Brasília, sucesso absoluto, não apenas no desafio internacional do próximo domingo, mas na sua participação nas Olimpíadas de Pequim.

Sr. Presidente, essas são coisas de uma cidade como Brasília, de apenas 48 anos, e de Taguatinga, com precisamente 50 anos.

Ao povo de Taguatinga, à população de Taguatinga, ao Administrador de Taguatinga, quero dizer que me associo e desejo efetivamente que constem dos Anais do Senado as nossas homenagens aos seus cinqüenta anos.

Parabéns ao Deputado Pontes, ao Deputado “Charlim”, ao Deputado que proporcionou aquela reunião, aquele encontro da Câmara Legislativa na cidade, enfim, a todos os Deputados que se fizeram presentes, ao Governador, que cantou os parabéns junto com a população, com um bolo de mais de cinqüenta metros, oportunidade em que se fazia presente grande parte da população de Taguatinga.

Portanto, ao Deputado Berinaldo Pontes, autor da iniciativa; ao Administrador, Deputado Benedito Domingos, ao Deputado Dr. Charles, as nossas homenagens e os nossos cumprimentos, aliados aos cumprimentos a toda a população de Taguatinga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ADELMIR SANTANA, EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art.210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Taguatinga, poema de Armildes Corrêa.”

Taguatinga
 Você é assim,
 Taguatinga:
 Próspera
 Consolidada
 Hospitaleira
 Chic... Poderosa
 Maravilhosa e necessária
 Você é assim,
 Taguayork
 Cidade única
 MetrÓpole frenética
 Mãe generosa
 Geradora de emprego e renda
 Calor humano é o seu forte
 Seu povo, bairrista, orgulha-se do seu progresso

Sou apaixonada por você
 E de joelhos curvo-me a seus pés
 Parabéns, Taguatinga Capital!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Adelmir Santana, os Anais do Senado acolherão, prazerosamente, o pronunciamento de V. Ex^a e os registros que aqui fez, desde que V. Ex^a permita que o registro se faça acompanhar também de nossas homenagens à Taguatinga, esta cinqüentona bonita, de um povo muito trabalhador e muito querido.

Dizer que Taguatinga é uma cidade-satélite de Brasília depende de onde estivermos: daqui, enxergamos Taguatinga como uma cidade-satélite; estando lá, enxergamos Brasília como um apêndice de Taguatinga, tal é a sua grandeza, a sua importância para o contexto e para esse complexo de cidades que constituem o Distrito Federal.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Que o povo de Taguatinga receba essas homenagens – as de V. Ex^a, as dos Senadores aqui presentes e as da Mesa do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, estou inscrito para usar da palavra logo após a fala do Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar da questão do meio ambiente e do seu Dia Internacional, que ocorreu ontem. Mas como fui citado inúmeras vezes, apelo a V. Ex^a para que eu possa usar a palavra pelo art. 14 para responder e fazer uma síntese da minha opinião sobre a questão da Varig.

Todos os Senadores se dirigiram a mim de forma muito respeitosa, um carinho especial pela fala de V. Ex^a, mas, mesmo assim, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Aqui, se não houvesse art. 14, nós inventaríamos um para que V. Ex^a pudesse falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mozarildo Cavalcanti, em primeiro lugar, quero dizer que reafirmo todas as falas que fiz neste Senado da República e as conversas que tive com V. Ex^a, Senador Mesquita Júnior, quanto à idoneidade, quanto à seriedade, quanto à honestidade e quanto à confiança que eu tenho na Ministra Dilma. Cheguei a dizer para V. Ex^a – vou re-

petir aqui – que, pela Ministra Dilma, sem sombra de dúvida, eu boto a mão no fogo.

Então, eu não poderia ficar calado nesse momento em que passa a impressão de que pode haver até tráfico de influência por parte da Ministra – eu que cuidei tanto da questão Varig, Senador Mesquita Júnior! Logo que a Varig entrou em crise, eu fiz uma série de requerimentos, realizei uma série de audiências, cuidei, com carinho, na expectativa de salvar nossa querida Varig, do povo gaúcho. Até hoje, os aposentados e pensionistas vinculados ao Aeros da Varig estão ainda acompanhando esse meu trabalho, na expectativa de que, efetivamente, a gente consiga garantir para eles a aposentadoria integral, como eles tinham ao longo de suas vidas.

Mas, com relação ao que foi publicado, meu Presidente Mesquita Júnior, primeiro, eu sou o maior interessado para que haja todo o esclarecimento na questão Varig.

A Comissão de Infra-Estrutura, mediante decisão tomada ontem e no meu entendimento correta, aprovou uma série de requerimentos convidando todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram do processo da Varig. A Ministra Dilma não foi questionada pela Comissão, que entendeu que ela não deveria ser convocada, pelo menos pelas informações que recebi naquela Comissão e naquele momento.

Segundo, Sr. Presidente, toda a questão da Varig passou pelo acompanhamento do Poder Judiciário, inclusive pela 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Sei que a própria Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, também no dia de ontem, decidiu convidar o próprio juiz que acompanhou todo o processo da venda da Varig.

Sr. Presidente, diante disso, eu diria a V. Exª que entendo que, acompanhar o processo Varig, como qualquer mudança nos setores estratégicos como é a aviação, é de competência da Casa Civil. O art. 2º, que fala das atribuições da Casa Civil, diz que é da competência da Ministra, no caso, coordenação, integração das ações de Governo – estou aqui sintetizando, Presidente –, acompanhando a compatibilidade das propostas, avaliação, monitoramento das ações de governo e de gestão.

Então, a Ministra Dilma, mais do que corretamente, tinha de acompanhar o processo. Entre o ato de acompanhar o caso como Ministra-Chefe da Casa Civil e as insinuações que surgiram de tráfico de influência há uma diferença enorme.

Fazendo esse pequeno esclarecimento, digo ainda, Sr. Presidente, que, além de uma grande gestora, dizem a mim que ela é uma grande técnica, mas que não é política. Esse é um grande engano. A Mi-

nistra consegue unir a qualidade de grande gestora, de excelente técnica – competente, honesta, séria -, ainda é, claro, um quadro político; é só ver a história da Ministra Dilma.

Por isso, terminaria, dizendo – porque este é um rápido esclarecimento – que tenho plena confiança na Ministra Dilma. Se necessário for – V. Exª também, nas entrelinhas, deixou isso claro – e no momento adequado, se ela tiver de vir à Comissão de Infra-Estrutura, responderá às perguntas com a mesma competência com que as respondeu na CPI dos Cartões. Ninguém tem dúvida de que ela se saiu de forma brilhante, mostrando a sua capacidade, a sua competência.

Eu digo isso, Senador Mesquita Júnior, porque às vezes um ou outro Ministro – com alguns tenho uma relação mais próxima, como tenho com o Ministro Tarso, como tinha com o Ministro Olívio Dutra, até porque todos são gaúchos –, quando convidados aqui, deram um *show*. Toda vez que o Olívio Dutra veio aqui ao Congresso Nacional foi tratado de forma respeitosa pelos Senadores e deu um *show* e saiu daqui aplaudido; as vezes que o Ministro Tarso Genro veio, também, tanto na Câmara como no Senado, eu, aqui no Senado, vi diversas vezes, a vez que ele veio aqui, que ele pôde usar a palavra, expressar o seu ponto de vista, saiu-se sempre muito bem.

Quando me perguntaram se a Ministra Dilma devia vir ou não à CPI dos Cartões, eu disse que, para mim, ela teria de vir e que tinha certeza de que iria sair daqui, se pudéssemos dar nota, no mínimo, com nota dez com estrelinha. E foi exatamente o que aconteceu. Na CPI, ninguém tem dúvida de que ela se saiu muito bem. Por isso que, se mais adiante entenderem que ela deve ser convidada para dialogar com os Senadores, sei que ela virá, dará as explicações com a maior tranquilidade, e os Senadores verão que não há nenhuma posição que crie dúvida quanto à seriedade, à responsabilidade e à honestidade da Ministra Dilma.

Tinha que fazer esse esclarecimento porque senão ficaria o dito pelo não dito, dando a impressão de que estaríamos concordando com a análise feita por parte de alguns parlamentares. Respeito o posicionamento deles, mas posso ter o direito de discordar. Respeitar o direito de opinião é uma coisa, e manifestar minha posição é outra.

Terminaria, dizendo que não vejo problema quando Ministros são convidados. Convidar um Ministro para vir aqui fazer um esclarecimento, para mim, no momento adequado e na hora certa, ele deve vir e fazer o devido esclarecimento. Claro que uma das minhas discordâncias é quanto ao entendimento – estou comentando aqui de forma muito respeitosa – de que todo Ministro que tiver sido questionado deve renunciar ou sair. Eu

considero isso grave, pois cabe também a nós Senadores. Então, se alguém levantar uma dúvida sobre uma posição nossa nessa ou naquela área, devemos renunciar ao mandato? Então, nesse caso, o Ministro vai sair ou pedir que o Presidente o afaste?

Acho que o problema é mais delicado, e essa não seria a solução, até porque uma pesquisa recente diz que, de cada quatro parlamentares, três estão com processos na justiça. Calculem se todos renunciassem quando se instalasse algum tipo de dúvida em relação a eles... Isso é um ponto de que eu discordo e deixo muito claro.

Se um Ministro é convidado para esclarecer qualquer tema da sua área no momento adequado, deve comparecer. Claro que não pode virar rotina, como virou a CPI.

E veja bem: a mesma crítica que faço à CPI faço também às MPs. Todo mundo sabe que acho que MP está sendo usada de forma abusiva por todos os governos, como também as CPIs, que já estão caindo no ridículo. Isso é uma coisa.

Entendo que o ato de convidar um ministro para vir dialogar com os parlamentares sobre temas correspondentes ao ministério que dirige no momento adequado pode acontecer, sem nenhum demérito à figura do ministro e muito menos à dos parlamentares que fizeram o convite.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Paulo Paim, a sua fala é oportuna. Se fosse possível haver um acréscimo no nível de confiança, de respeitabilidade e de consideração que temos todos por V. Ex^a, ela teria esse sentido.

V. Ex^a disse aquilo o que antecipei num aparte ao Senador Heráclito. De fato, por mais de uma vez ouvi de V. Ex^a, ali atrás, na nossa bancada, considerações respeitadas e afirmações seguras a respeito da Ministra Dilma, personalidade pública que o País deve respeitar. No momento há uma acusação que deve ser esclarecida, mas nem de longe temos sequer o direito de colocar em dúvida a integridade, a respeitabilidade e a seriedade da Ministra Dilma.

V. Ex^a, com o espírito democrático que tem, enxerga, como eu, com a maior naturalidade, a possibilidade de autoridades do Governo – Ministros, como a Ministra Dilma, seja quem for – comparecerem ao Congresso. Jamais houve qualquer tentativa – sequer tentativa – de desrespeito a uma autoridade que aqui compareceu; todas são tratadas com o maior respeito. Então, V. Ex^a como eu, como muitos aqui, entendemos que isso é natural. Se for necessário, se for contribuir para o esclarecimento dos fatos, poderá vir, que será muito bem recebida, muito bem tratada. O importante

é elucidar os fatos, esclareça os fatos, para que o País, mais uma vez, entre na linha de serenidade, para que possamos continuar a nossa vida.

Muito obrigado pela sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mozarildo, a palavra é sua.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Mesquita, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos tempos dois temas têm, efetivamente, ocupado muitas mentes no mundo todo: um, o famoso aquecimento global; o outro, a Amazônia; até, digamos assim, se entrelaçando. Lógico, os países mais ricos, poluidores-mores do planeta, querem jogar a culpa toda nas queimadas na Amazônia, nas derrubadas das florestas, como se o combustível fóssil que eles queimam nas suas fábricas, nos seus veículos, nos seus aviões, não poluisse o planeta muito mais do que polui, por exemplo, a queimada de uma roça na Amazônia.

Não estou com isso querendo justificar, Senador Geraldo, que haja queimadas indiscriminadas. Não estou. Ao contrário, até propugno. Conheço muita gente que tem propriedade na Amazônia, especialmente no meu Estado, que não usa mais esse processo de queimadas, mas, em alguns lugares, os pobres que foram assentados pelo Incra – portanto, pelo Governo Federal – são obrigados a fazer isso para sobreviver. São obrigados a derrubar a mata dentro do que é permitido por lei e a queimá-la, para poderem plantar alimentos para a sua subsistência e sobreviver de alguma venda do que sobra.

Essa questão ambiental já é complexa demais. V. Ex^a, em um pronunciamento seu, e eu tenho repetido aqui que o Presidente Lula, na sua primeira campanha para Presidente da República, na parte do programa dele relativamente à Amazônia, disse que era chegada a hora de dizer o que se pode fazer na Amazônia e não apenas proibir que se faça tudo na Amazônia. Eu achei de uma lucidez enorme, porque ali existem 25 milhões de habitantes. Existem, sobretudo, fronteiras vulneráveis demais porque são fronteiras secas, facilmente ultrapassáveis por rios, por terra, de toda forma, e por onde entra a maior parte das drogas que o centro-sul do País consome, por onde entra a maioria das armas traficadas que vão abastecer os traficantes armados nas grandes cidades.

Lá, portanto, é uma área importantíssima sob todos os aspectos. E o aspecto da soberania, como é que fica, se nós não temos força armada suficiente para policiar todas as fronteiras, não temos Polícia Federal suficiente para estar em todos os pontos da fronteira, se não temos sequer um sistema de vigilân-

cia bem atualizado e moderno, porque o próprio Sivam e Sipam estão realmente merecendo ter maior apoio para que de fato cumpram a sua missão de vigilância, de proteção da Amazônia?

Então eu quero dizer, Senador Geraldo Mesquita, que está muito fácil, está muito na moda se aproveitar de dados científicos, distorcê-los, adaptá-los a um discurso ecoterrorista e passar a acusar quem vive na Amazônia.

Comecei a ler o livro do Dr. Saulo Ramos e, quando cheguei numa parte em que ele fala da Amazônia, parei de ler. Se aquilo que está dito sobre a Amazônia é o que ele fala no restante do livro dele, não merece crédito, porque ele simplesmente chamou todo mundo da Amazônia de bandido. Disse que na Amazônia existe uma tara por tora, generalizadamente, e outras coisas mais.

Agora, por exemplo, recentemente, o Inpe publicou um laudo apontando que dois Estados na Amazônia foram os que mais desmataram. Mas é preciso saber: desmataram como, em quê, dentro do que é permitido por lei? Por exemplo: quem tem uma propriedade na Amazônia pode desmatar até 20% da propriedade, legalmente, com licença ambiental e tudo. Isso é detectado por satélite. Fora isso, esse diagnóstico precisa ser interpretado e checado *in loco*. É como um exame médico. Médico nenhum vai fazer um tratamento com base só num papel que ele recebe numa radiografia. Ele vai checar o paciente, vai ver se o que está vendo no papel, ou na radiografia, ou no ultra-som, enfim, coincide com o que o paciente tem. Então, é o caso do laudo do Inpe. E aqui, Senador Mesquita Júnior, eu quero dizer que tanto a Fundação do Meio Ambiente do meu Estado como o Governo do meu Estado desmentem esses dados. Até Porque, diferentemente do que se possa pensar, embora eu estando na Amazônia, o meu Estado tem menos mata do que qualquer outro da Amazônia. Então, seria um desastre justamente ele ser o que teria desmatado mais do que os outros. Não há coerência. Até porque, o que se desmata no meu Estado hoje é muito pouco relativamente ao que precisa. A maior parte das áreas já é desmatada porque foram assentamentos do Incra que, depois, os colonos venderam para outros – uma prática, infelizmente.

Eu queria aqui ler alguns trechos das notas sobre o desmatamento no meu Estado:

O Governo de Roraima contesta os números do desmatamento nesse Estado em abril de 2008, que seriam de 284, 8km² – segundo informação do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), divulgada na mídia nacional.

O próprio INPE, que defende os números, fala de imprecisão do monitoramento do

sistema Deter (Detecção do desmatamento em Tempo Real), uma vez que em março “78% da Amazônia estava sob nuvens”, enquanto em abril esse índice teria sido de 53%.

As imagens do Inpe revelam que Mato Grosso e Roraima eram os Estados da Amazônia Legal com menor cobertura de nuvens naquele período. Portanto, com melhor possibilidade de identificação de desmatamento. Por isso, Mato Grosso, com 70%, e Roraima, com 25%, representam a quase totalidade do desmatamento da Amazônia, restando 5% para os demais Estados [o que não tem lógica, não tem coerência nenhuma]. E Roraima, em segundo lugar na lista, era o único Estado da região que estava em período de seca.

A Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) afirma que Roraima é o Estado mais preservado da Amazônia, com cerca de 3% apenas de desmatamento. E defende que – nos dados levantados pelo Inpe – há evidências muito claras de áreas cumulativas, ou seja, os números de 2007 estão sendo somados novamente em 2008, além de incorporarem savanas (campos naturais).

É aquela história que eu contei aqui já. Lá em Roraima, muita gente não sabe, mas praticamente a metade do Estado é de campos naturais, onde nunca existiu floresta. Campos naturais como são os pampas do Senador Paim, ou mais ou menos como o cerrado do Centro-Oeste, ao redor de Goiânia, de Brasília etc.

Então, confundir, em uma foto de satélite, uma área de campo natural com área desmatada não é difícil de acontecer. O Ministro Luttemberg, lá do Rio Grande do Sul, uma vez, indo ao meu Estado, vendo os campos disse ao Presidente Collor à época: “Olha, olha que coisa! Acabaram com as matas aqui”. Foi Deus que acabou.

As autorizações de desmatamento emitidas pela Femact em 2007/2008, somadas, atingem 59,85km², quase cinco vezes inferior à área de desmatamento divulgada pelo Inpe.

O Governo de Roraima está empenhado em preservar o meio ambiente e defende um plano nacional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Informações incompletas, no momento em que se discutem demarcações de terras indígenas [no meu Estado] não servem a essa causa. Por isso, determinou que a Femact realize estudo detalhado do desmatamento do Estado, para que possam ser adotadas providências legais cabíveis.

Assina o Governador José de Anchieta Júnior.

Então, Sr. Presidente, no meu Estado há essa história. No seu Estado, há uma história igual ou parecida: Rondônia, igual, parecida ou pior; no Amazonas não há tanto desmatamento, Senador Mesquita? Porque no Amazonas só se cuida da Zona Franca de Manaus, não há realmente mais um projeto, inovador que seja, para os outros Municípios, pelo menos. Essa história de Bolsa Floresta, de viver de extrativismo, é brincadeira, acho que é brincadeira com a população de lá.

Mas, aí, vamos para o nacional. O nosso novo Ministro lançou um pacote ambiental e criou mais reservas ecológicas na região. De novo, Senador Mesquita, o Governo Federal usurpando a autoridade dos Estados. De novo, à revelia do Congresso Nacional, criando áreas federais na Amazônia que ele depois não fiscaliza, não policia e, portanto, não inibe os ilícitos que lá vão ser cometidos. Isso é forma de resolver? Essa história de criar pacotes, proibições, não sei o quê, esse não é o caminho. O Presidente Lula não cumpriu no primeiro Governo e não está cumprindo no segundo Governo o que falou.

Aliás, por falar no Presidente Lula, achei interessante que ele, recentemente, constatou que realmente a Amazônia é do Brasil e falou, mais recentemente, que todo mundo pensa que a Amazônia é como se fosse água benta numa igreja: todo mundo chega lá, mete o dedo e se benze. Interessante que ele também tenha descoberto isso que, há muito, já se vem fazendo na Amazônia.

Essa matéria do Presidente Lula está no jornal *O Estado de S. Paulo* e a do pacote ambiental no jornal *Correio Braziliense*.

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou: *Ibama multa madeireira estrangeira em R\$450 milhões*. Sabe qual é a madeireira, Senador Geraldo Mesquita? Aquela do sueco. Quer dizer, o sueco tem esse negócio há muito tempo. Como a Abin descobriu e a imprensa divulgou, o Ibama foi lá e multou a madeireira em mais de R\$400 milhões.

E segue a matéria:

As multas foram lavradas ontem após conclusão dos processos que tramitavam no Ibama desde 2007; Minc pediu para acelerar processo.

O Instituto Gethal, que é a empresa desse sueco, retirou 230 mil árvores sem seguir a legislação ambiental. São os amazônidas que estão fazendo isso, Senador Geraldo Mesquita? É um estrangeiro. E cadê o Governo Brasileiro?

A *Folha de S. Paulo* diz sobre o perfil do sueco:

“Filantropo’ tem fortuna de R\$1,27 bi”

A compra de 160 mil hectares de terra na Amazônia com o pretexto de preservá-la do desmatamento colocou o Sr. Johan Eliasch entre os líderes da “filantropia verde” do Reino Unido.

Com uma fortuna estimada em cerca de £400 milhões (cerca de R\$1,27 bilhão, segundo o ranking dos britânicos mais ricos do jornal *The Times*), é co-presidente da ONG Cool Earth, cuja missão é ‘lutar contra as mudanças climáticas, protegendo florestas em risco’.

Ele não revela o valor gasto no negócio, fechado em outubro de 2005. A mídia britânica falou em £8 milhões (cerca de R\$30 milhões). O valor diverge do cálculo realizado por Eliasch [o sueco], segundo o qual um hectare da floresta amazônica custava US\$30,00 – o que resultaria em cerca de R\$11 milhões.

Casado com a socialite paulista ‘Ana Paula Junqueira, o sueco de 46 anos [casado com uma brasileira, o que já dá, portanto, a ele uma série de direitos], nascido em Estocolmo e radicado em Londres, concilia as atividades de presidente do império de produtos esportivos Head, banqueiro e produtor de filmes com a política.

Um dos maiores doadores do Partido Conservador no ano passado, deixou o cargo de vice-tesoureiro da legenda em setembro para se tornar Conselheiro para assuntos ambientais do Primeiro-Ministro britânico, o trabalhista Gordon Brown.

No Brasil, tem amigos poderosos, como o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), os irmãos empresários João Paulo e Pedro Paulo Diniz e o apresentador Luciano Huck.

Muito bem. E aí o empresário deu uma declaração em que diz que desconhece que tenha sido multado. No verso desta página, na *Folha de S. Paulo*, temos: “*Amazônia ganha mais três unidades de conservação*”, algo a que eu já havia me referido. E aqui repete a história do Presidente Lula de que floresta é como vidro de água benta. Quer dizer, todo mundo mete o dedo na floresta.

Por fim, ainda sobre o sueco: “*Incra pode cancelar o registro de terras de sueco*”. O que estava fazendo o Incra todo esse tempo, Senador Geraldo Mesquita? O que estava fazendo? Não sabia que isso existia, não multou, não viu irregularidade em nada, e no entanto a coisa estava acontecendo na Amazônia. E esse sueco não é o único não, Senador Geraldo Mesquita.

São cerca de 33 mil propriedades, segundo o levantamento.

Vamos para mais coisas na Amazônia. Aqui, o jornalista Mauro Santayana fala o seguinte: “ONGs pululam na Amazônia, mas são escassas no Mato Grosso do Sul [a respeito dos índios]. O título do artigo é o seguinte: Os Índios do Norte e os Índios do Sul.”

Isso quer dizer que há uma coincidência tremenda de ONGs “cuidando” de índios na Amazônia. Cuidando entre aspas porque sei que é roubando dinheiro da saúde, da educação e de tudo. E é dinheiro do Governo Federal, dos Governos Estaduais e de alguns Municipais.

E diz mais aqui: “Assistência à saúde indígena deixa a desejar”, diz diretor da Funai”.

Ora, mas não é a Funasa que faz convênios com essas ONGs picaretas? É. Então, o que a Funasa está fazendo? É conivente. Aliás, no meu Estado, o Coordenador da Funasa foi preso porque desviou R\$30 milhões durante o período. Indicado por quem? Pelo Líder do Governo, o Senador Romero Jucá. Depois que o Coordenador foi preso, ele disse que estava retirando o apoio a ele. Ora, depois de preso, não é muito interessante, não é?

Aqui fala mais: “Dossiê aponta desvios de verbas”. “ONG contratada sem licitação recebe R\$28 milhões”.

E, por fim, Senador Geraldo, uma CPI da Câmara: a Comissão Parlamentar de Inquérito de Subnutrição de Crianças Indígenas. Vejam bem, Senadores: subnutrição de crianças indígenas.

Os indigenistas dizem que os índios têm que ter muita terra para não ter problema com a vida deles, para que eles possam andar, produzir, mas isso é uma mentira. Nas reservas, existe uma miséria grande. O General Heleno tinha muita razão quando disse, naquele dia, que é caótica a política indigenista do País, na Amazônia, porque o que se tem é, realmente, índio passando fome. E a CPI da Câmara concluiu, claramente.

Então, diante desses quadros, na questão ambiental, na questão fundiária, na questão indígena e na questão das nossas fronteiras, Sr. Presidente Geraldo Mesquita – V. Ex^a que também é da Amazônia –, eu acho que, embora a gente possa até ter alguns desalentos em relação às CPIs, eu vou começar a colher, na próxima semana, as assinaturas para instalar aqui uma CPI para investigar na Amazônia a política ambiental, fundiária, indígena e de fronteiras. Nós, como amazônidas, temos obrigação – mas todos a temos como brasileiros – de passar essa história a limpo. Não é possível ficar acreditando nesse bom mocismo de estrangeiros que compram terra, nessa história de

ONG que vende títulos para proteger floresta, porque tudo isso é picaretagem. Enquanto isso, quem mora lá, os brasileiros legítimos que moram lá, índios, caboclos, miscigenados, brancos, enfim, os brasileiros que moram lá estão pagando um preço altíssimo porque não podem sequer trabalhar direito. E o preço é realmente seriíssimo, e falo como médico, porque lá existem doenças endêmicas: malária, dengue, tuberculose, hanseníase. Entre os índios lanomâmis há um cocercose que é pior ainda, porque leva à cegueira precoce, à desnutrição, à má-formação, mas estamos fazendo de conta que isso não existe, porque vem a tropa de choque do ecoterrorismo ou do terrorismo indigenista, comprovadamente manipulado. Está aí o caso dos caiapós, em Monte Belo, em que o Cimi foi comprar facão para os indiozinhos agredirem os engenheiros. Então, temos que passar isso a limpo. O Brasil não pode ser um país com facções ou pseudonações dentro da Nação brasileira. Ou com grupelhos que têm interesses que não são os interesses humanitários. Não são. E ninguém aqui está livre, e nem tem atestado de santidade, mesmo o Cimi, que é ligado à Igreja Católica, não está isento e nem tem que ter um atestado de santidade. Não tem, não! Está provado. O padre lá estava comprando facão para armar os índios. Facão é arma tradicional de índio, Senador Geraldo Mesquita? Onde que existe isto: facão ser arma tradicional de índio?

Então, peço o apoio de V. Ex^a antecipadamente, Senador Geovani, que está chegando. Vamos correr, a partir de segunda-feira, para coletar assinaturas e instalar aqui uma CPI, só do Senado, para tratar de fazer um pente-fino na política ambiental, na política fundiária, na política indígena e de fronteiras da Amazônia, para que a Amazônia realmente continue sendo brasileira, e não desperte tardiamente, como o está fazendo o Presidente Lula, para dizer que a Amazônia é brasileira. Ele está vendo agora como é que os poderosos do mundo não têm amizade nem ideologia, e sim interesses. Está aí a guerra do etanol. O Presidente está vendo agora como é que eles tratam a coisa.

Então, precisamos, Senador Mesquita, realmente sair do discurso para a prática. Tenho recebido muitos *e-mails* e tenho convocado e pedido a todos os brasileiros que façamos uma grande mobilização nacional de real defesa da Amazônia, porque não adianta alguns “amazonófilos” que moram na Avenida Paulista, em São Paulo, ou em Ipanema, no Rio de Janeiro, ou lá em Londres, como é o caso aqui do Sr. Eliasch, ficarem dando uma de bons moços que defendem a Amazônia, e nós, que moramos lá, pagando o pato de sermos os bandidos da floresta.

Então, encerro, Sr. Presidente, pedindo que esse material a que me referi e requeri parcialmente, conste como parte integrante do meu pronunciamento e deixo aqui o registro de que, a partir de segunda-feira, começamos a colher assinaturas para instalar essa CPI no Senado para vasculhar, passar um pente-fino na política ambiental, indígena, fundiária e de fronteiras na Amazônia.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno.)

66 AMAZÔNIA É COMO AQUELES VIDROS DE ÁGUA BENTA QUE TEM NA IGREJA: TODO MUNDO ACHA QUE PODE METER O DEDO 99

Lula: todos Lula da Silva, presidente da República

US\$ 1 BILHÃO

é quanto o ministro Carlos Minc pretende arrecadar com fundos de preservação da Amazônia

MEIO AMBIENTE

Governo federal lança série de medidas que inclui a criação de fundo para a Amazônia, demarcação de três unidades de preservação e aumento da fiscalização sobre a origem de matérias-primas

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Pacote ambiental

LEONEL ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Os fornecedores de todas as matérias-primas produzidas na Amazônia e utilizadas por siderúrgicas, agropecuárias e madeireiras, entre outras empresas, terão que ser identificados e informados aos órgãos de fiscalização ambiental estaduais e federais a partir do próximo dia 15. A exigência, já definida pelo Ministério do Meio Ambiente, foi anunciada ontem pelo ministro da pasta, Carlos Minc, durante solenidade no Palácio do Planalto, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Quem não informar a origem das suas compras será impedido de negociar os produtos tanto no mercado interno quanto para exportação. "Temos que ser muito duros com os cidadãos que estão fazendo queimadas e destruindo (a floresta) ilegalmente", discursou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ressaltando que a crítica ao desmatamento não pode ser generalizada, o presidente Lula sugeriu que o sistema de fiscalização ambiental do governo encontre pelo menos um responsável por desmatamentos na Amazônia para que seja punido e sirva de exemplo. Segundo ele, os empresários brasileiros precisam entender que há uma vantagem comparativa dos produtos nacionais na disputa pelo mercado externo, quando a exploração é feita respeitando a preservação ambiental.

Para apertar o cerco à ilegalidade na Amazônia, o governo editou ontem um decreto proibindo por tempo indeterminado a exploração de mogno, mesmo legal, como já está previsto na lei,

e a suspensão, por um ano da compra de soja de origem duvidosa pelas indústrias e exportadores. Também foram criadas duas reservas extrativistas (Ituxí e Xiíngu) e o Parque Nacional do Maínguari, todos na Amazônia, totalizando 26,5 mil km², representando uma vez e meia a área desmatada no ano passado.

O ministro Minc também anunciou que o Planalto enviou ao Congresso um projeto de lei instituindo a política nacional sobre mudanças no clima. O projeto, sem prazo para ser analisado pelo Legislativo, prevê incentivos fiscais e financiamento para a adoção de tecnologias não poluidoras pelas indústrias. Além desse pacote de medidas, Minc também anunciou a criação de um fundo a ser definido por um grupo de trabalho para receber doações nacionais e internacionais para preservação da Amazônia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá administrar o fundo. Minc espera arrecadar em um ano US\$ 1 bilhão de doadores que não poderão ter assento nos conselhos de administração de empresas ou instituições financiadas por esse fundo.

Guarda nacional

O presidente Lula confirmou que o governo vai criar a guarda nacional florestal. O ministro Minc garantiu que o embrião dessa guarda será um núcleo de 500 policiais federais já designados pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. O grupo vai contar também com PMs de vários estados, nos moldes da Força Nacional de Segurança Pública.

Minc reafirmou ontem que vai mesmo confiscar o rebanho bovino que está pastando em áreas de preservação na Amazônia. Segundo ele, as cabeças de gado "piratas" serão marcadas em 331 fazendas que já foram notificadas, autuadas, multadas e embargadas. Agora, a única medida administrativa que resta é o confisco anunciado pelo ministro. Pela medida, o gado marcado pelo Ibama só poderá ser vendido à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa do governo responsável pela formação de estoque reguladores.

JORNAL

FOLHA DE S. PAULO

DIA/MÊS/ANO:

6 jun. 08

EDITORIA:

Brasil

CADERNO:

A

PÁGINA:

4A

Ibama multa madeireira estrangeira em R\$ 450 mi

Segundo o instituto, a Gethal retirou 230 mil árvores sem seguir a legislação ambiental

As multas foram lavradas ontem após conclusão dos processos que tramitavam no Ibama desde 2007; Minc pediu para acelerar processo

KÁTIA BRASIL
DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS
HUDSON CORRÊA
DASUCURSAL DE BRASÍLIA

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no Amazonas aplicou ontem duas multas no valor total de R\$ 450 milhões contra a madeireira Gethal, do empresário sueco-britânico Johan Eliasch.

Segundo o Ibama, a madeireira explorou, comercializou e transportou madeira nobre da floresta na região de Manicoré (AM) — 699.809 m² ou 230 mil árvores — sem seguir a legislação ambiental brasileira. Ela também não teria cumprido acordo firmado com o Ibama.

A ação do Ibama ocorre três dias após a divulgação de dados do Inpe indicando um aumento do desmatamento da Amazônia. Em resposta, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) prometeu apreender gado em áreas desmatadas ilegalmente.

As multas foram lavradas ontem após conclusão dos processos jurídico e administrativo que tramitavam no Ibama desde 2007, quando a empresa foi notificada. Os processos foram acelerados em razão de um pedido de urgência de Minc, diante da polêmica sobre a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Em 2006, a **Folha**, Johan Eliasch se apresentou como dono de 160 mil hectares de floresta que adquiriu em 2005 do grupo GMO Renewable Resources, nos municípios de Itacotiara, Manicoré e Lábrea.

O procurador-chefe do Inbra no Amazonas, Carlos Alberto

de Salles, disse que uma equipe vai levantar em cartórios a situação das terras da Gethal: ela tem de fato 57 propriedades, que somam 121.200 hectares.

Ontem, o gerente administrativo do Ibama, Henrique Pereira, explicou as duas multas contra a Gethal. A primeira, de R\$ 350 milhões, é referente à prática de exploração da floresta. A madeireira tem 20 dias para recorrer e será notificada hoje. Foram desmatados

21.398 hectares de floresta em várias partes: "A empresa será obrigada a fazer a reposição do volume explorado, ou seja, terá que plantar 230 mil árvores".

A segunda multa do Ibama, de R\$ 100 milhões, foi aplicada pelo descumprimento do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), firmado em 2005 com o órgão ambiental. A madeireira não apresentou as cer-

tidões da área de 21.398 hectares em Manicoré nem os certificados de reconhecimento da regularidade e legitimidade dos títulos de propriedade.

"A Gethal não apresentou até hoje [ontem] o CCIR [Certificado de Cadastro de Imóvel Rural] atualizado e emitido pelo Inbra. Não comprovou a regularidade e dominialidade da propriedade. Isso nos dá direito de cassar, cancelar e revogar as autorizações do manejo florestal", disse Henrique Pereira.

A Gethal já responde a outras ações judiciais por supostos danos ambientais. Em maio passado, o TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, em Brasília, negou à madeireira pedido de revisão no valor de multa, de R\$ 12,1 milhões. A ação foi iniciada em 2003 porque a Gethal "despejou produtos tóxicos nas águas do rio Amazonas" em 2002 — antes de Eliasch comprar terras. A empresa afirma no recurso ao TRF que "a multa é exorbitante" em relação ao patrimônio.

Incra pode cancelar o registro de terras de sueco

Folhapress, de São Paulo

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estuda pedir o cancelamento de registros de terras na Amazônia supostamente adquiridas pelo empresário sueco Johan Eliasch. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, determinou à Superintendência do Amazonas que comprove a titularidade das terras.

Se for constatada alguma irregularidade, o Incra pedirá o cancelamento dos registros na Justiça Federal. Para consultar a regularidade, a Procuradoria Federal Especializada (PFE) enviará procuradores aos municípios de Manicoré e

Itacoatiara para verificar os cartórios da região registram imóveis em nome da madeireira Gethal Amazonas, de Eliasch.

“Sabemos da existência de 47 imóveis rurais que pertenciam à Gethal nos municípios de Manicoré, Itacoatiara, Humaitá e Lábrea. Com o levantamento nos cartórios, poderemos verificar a possível ilegalidade na venda das referidas terras”, disse o procurador-chefe da PFE do Incra no Amazonas, Carlos Alberto de Salles. Embora Eliasch tenha ficado famoso mundialmente por alardear a compra de um pedaço da Amazônia, não existem propriedades no local em seu nome.

peru 'Filantropo' tem fortuna de R\$ 1,27 bi

DA REDAÇÃO

A compra de 160 mil hectares de terra na Amazônia com o pretexto de preservá-la do desmatamento colocou Johan Eliasch entre os líderes de "filantropia verde" do Reino Unido.

Com uma fortuna estimada em 400 milhões de libras (cerca de R\$ 1,27 bilhão, segundo o ranking dos britânicos mais ricos do jornal "The Times"), é co-presidente da ONG Cool Earth, cuja missão é "lutar contra as mudanças climáticas, protegendo florestas em risco".

Ele não revela o valor gasto no negócio, fechado em outubro de 2005. A mídia britânica falou em 8 milhões de libras (cerca de

R\$ 30 milhões). O valor diverge do cálculo realizado por Eliasch, segundo o qual um hectare da floresta amazônica custava US\$ 30 — o que resultaria em cerca de R\$ 11 milhões.

Casado com a socialite paulista Ana Paula Junqueira, o sueco de 46 anos, nasceu em Estocolmo e radicado em Londres, concilia as atividades de presidente do império de produtos esportivos Head, banqueiro e produtor de filmes com a política.

Um dos maiores coadutores do Partido Conservador no ano passado, deixou o cargo de vice-tesoureiro da legenda em setembro para se tornar conselheiro para assuntos ambientais do primeiro-ministro britânico, o trabalhista Gordon Brown.

No Brasil, tem amigos poderosos, como o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), os irmãos empresários João Paulo e Pedro Paulo Diniz e o apresentador Luciano Huck. (NOELI MENEZES SOARES)

Defesa de empresário diz desconhecer multa

outro lado

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Por meio de advogados, o empresário Johan Eliasch informou que os 160 mil hectares comprados na Amazônia estão em nome do grupo Gethal. Seus advogados, porém, não deram detalhes sobre a participação de Eliasch na empresa. Também informaram ter conhecimento apenas de uma multa de 2003, "que está sendo discutida na esfera administrativa, mas que não é por dano ambiental".

Sobre supostas irregularidades no registro das terras no In-cra, a defesa disse que "desconhece a informação, pois nunca recebeu nenhuma comunicação formal a respeito".

O advogado Aldo de Cresci Neto, que atua pela Gethal em ações judiciais por supostos danos ambientais, foi procurado, mas a secretária dele orientou a reportagem a procurar a assessoria de Eliasch. Conforme a assessoria, a posição do empresário é a mesma de nota oficial divulgada na quarta-feira.

Eliasch se referiu, na nota, à investigação feita pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) sobre compra de terras

feita por ele na Amazônia.

"De acordo com a mídia, o relatório da suposta investigação sugeriria que a entidade assistencialista Cool Earth, da qual sou co-fundador e co-presidente estaria: a) comprando grandes áreas na Amazônia e estimulando terceiros a fazer o mesmo; b) estimulando a exploração de ouro; e c) adquirindo terras no [parque do] Cristalino (MT)", afirmou na nota.

"Tais alegações são completamente infundadas e inverídicas. A Cool Earth não comprou e não vai comprar um acre de terra, seja na Amazônia ou em qualquer outro lugar." Sobre o parque do Cristalino, ele disse

que a Cool Earth não é proprietária de terras, somente atua na preservação da floresta.

"Também tem sido citado que eu teria dito que a floresta amazônica poderia ser comprada por US\$ 50 bilhões", acrescentou na nota. Ele disse que foi mal-interpretado em discurso de 2006 para indústrias seguradoras em Londres.

"Disse que a indústria teria incentivo ao apoiar a proteção das florestas." Eliasch afirmou que apenas destacou que o prejuízo de US\$ 75 bilhões da indústria com os danos causados pelo furacão Katrina era maior que o valor "de capital estimado para as florestas brasileiras".

Amazônia ganha mais três unidades de conservação

Áreas criadas ontem pelo governo superam a extensão da floresta devastada entre agosto de 2005 e julho de 2007

Proposto ainda na gestão de Marina, pacote anunciado ontem deixou de fora a criação de dois fundos destinados à preservação

MARTASALOMON
DASUCURSALDEBRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou ontem, Dia Mundial do Meio Ambiente, mais três unidades de conservação ambiental na Amazônia, cuja área total, 26,5 mil quilômetros quadrados, equivale a quase 18 vezes a cidade de São Paulo e supera a extensão da floresta devastada entre agosto de 2005 e julho de 2007.

As unidades de conservação integram o "paredão verde" destinado a tentar conter o avanço da fronteira agrícola e o desmatamento da Amazônia, cujo ritmo voltou a crescer desde o final do ano passado.

"Temos de correr atrás do prejuízo, diminuir o desmatamento e preservar mais do que aquilo que se desmata", discursou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), em solenidade no Palácio do Planalto.

Das três unidades criadas ontem, a maior é o Parque Nacional de Mapinguari, no Amazonas. A mais polêmica é a Reserva Extrativista do Médio Xingu, no Pará, em decorrência da expectativa de setores do governo

de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Xingu. A terceira unidade, Ituxi (AM), também é uma reserva extrativista.

As unidades faziam parte de um pacote maior proposto pela ex-ministra Marina Silva e que aguardava deliberação da Casa Civil. Segundo dados oficiais, a devastação nas áreas de conservação apresenta percentuais reduzidos em relação ao restante da Amazônia.

"Eu estou sonhando aqui", disse Herculano Costa Silva, representante das 50 famílias da área da Resex do Xingu, escalado para discursar na cerimônia. Não participaram do ato o coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), Mangabeira Unger, nem o mi-

nistro Reinhold Stephanes (Agricultura).

O pacote anunciado ontem deixou de fora a criação de dois fundos destinados à preservação do meio ambiente. O Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia passará por nova rodada de discussão em grupo de trabalho interministerial.

Crédito verde

O governo avalia que tem condições de manter a regra que proíbe os bancos de emprestarem a agricultores que desmataram ilegalmente suas propriedades na Amazônia. Ontem a Folha revelou que a bancada ruralista tenta derrubar o decreto do presidente Lula sobre o assunto.

De acordo com a análise jurídica já discutida no Planalto, o bloqueio ao crédito rural tem amparo em pelo menos três leis diferentes e não depende exclusivamente do decreto presidencial de dezembro do ano passado, que tratou das medidas para conter o desmatamento na Amazônia.

Dessa forma, se o projeto que suspende partes do decreto presidencial for aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na próxima semana, a vedação aos empréstimos continuará valendo, segundo integrantes do governo.

Colaborou LEANDRA PERES, da Sucursal de Brasília

Floresta é como os vidros de água benta, diz Lula

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ontem a metáforas para reclamar do volume de "palpites" que são dados sobre o gerenciamento da Amazônia. Em discurso de improviso durante cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, Lula disse que a Amazônia é como "aqueles vidros de água benta que tem na igreja". "Todo mundo acha que pode meter o dedo", reclamou.

"E são muitos palpites, posso dizer a vocês que palpito é o que não falta, e de pessoas que não têm autoridade política para fazer isso, pessoas que desmataram o que tinham e o que não tinham, pessoas que emitem CO₂, como ninguém e depois resolvem dizer: 'A Amazônia, nós precisamos pensar se ela é do Brasil'", acrescentou ele.

Segundo Lula, o Brasil quer partilhar com o mundo o debate sobre a Amazônia, mas avisou: "É importante que, quando as pessoas entrem na casa da gente, peçam licença para abrir a nossa geladeira, e não vão abrindo e pegando as coisas que tem lá para beber porque elas têm dono."

A despeito de críticas contra o governo neste sentido, o presidente disse ver uma consciência, dentro do governo e na sociedade, de que não há "incompatibilidade nenhuma" entre a combinação do desenvolvimento com a preservação ambiental. E defendeu a necessidade de ser "muito duro" com quem está fazendo queimada ou desmatando ilegalmente.

Ele atacou quem critica as concessões de terra feitas a indígenas e seringueiros: "As pessoas se esquecem de dizer que um único proprietário tem, às vezes, 1 milhão de hectares (...) e alguns ainda acham pouco e querem grilar a terra dos outros". (LETÍCIA SANDER)

[+] CONGRESSO: DEPUTADA QUER CPI SOBRE TERRAS NA AMAZÔNIA

A intenção de Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) é apurar a compra de terras por estrangeiros, a briga entre índios e arroteiros na Raposa/Serra do Sol, além de toda a situação fundiária que compõe a região. Ela protocolou o requerimento na Câmara. A Mesa Diretora já verificou que 199 deputados, 28 a mais do que o necessário, apóiam a comissão.

Presidente compara Amazônia à água benta

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva previu ontem, durante a cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, que o Brasil será muito atacado por causa da Amazônia, mas afirmou que não teme o debate. Aproveitou o momento para, em discurso, criticar os que, segundo ele, passam o tempo todo dando palpites sobre o País e, principalmente, sobre a Amazônia, comparada à água benta.

“Não creio que tenha no mundo um exemplo igual ao nosso. A Europa só tem 0,3% da sua floresta nativa. O Brasil ainda tem 69% e é responsável por 28% das terras nativas (*do mundo*) que ainda sobrevivem das nossas florestas. Portanto,

quando alguém falar grosso com a gente – e a gente nunca fala grosso porque somos educados – temos de responder, de forma categórica, que nós não precisamos de palpite na nossa vida.” Lula disse que a Amazônia é como aqueles vidros de água benta das igrejas católicas, “em que todo mundo acha que pode meter o dedo”. Para ele, tem muita gente querendo pôr o dedo na Amazônia. “Não é que nós não queiramos ajuda, não é que nós queiramos partilhar os conhecimentos que precisamos ter da Amazônia, não é que nós não queiramos construir projetos conjuntos. Mas nós não podemos permitir que as pessoas tentem ditar as regras do que a gente tem que fazer na Amazônia. Palpite é o

que não falta, e de pessoas que não têm autoridade política para fazer isso, pessoas que desmataram o que tinham e o que não tinham, pessoas que emitem CO₂, como ninguém e depois resolvem dizer: ‘A Amazônia, nós precisamos pensar se ela é do Brasil!’.”

Lula lembrou que os palpites vão além da Amazônia. “Esses dias vi um artigo questionando se o aquífero Guarani era do Brasil, era do Mercosul, porque está em alguns países. Nem nós ainda temos acesso à água do aquífero e já tem gente de fora achando que tem que preservar para a humanidade.” Ao falar da assinatura dos atos de preservação de novas áreas, Lula disse que os números a respeito da conservação das florestas são favoráveis ao Brasil. “Nos últimos quatro anos

foram criados 20 milhões de hectares de unidades de conservação, homologados 10 milhões de hectares de terras indígenas.”

Para Lula, a preservação põe o País em vantagem nos embates internacionais, principal-

CRÍTICAS

Pouco antes da cerimônia, o diretor da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, fez críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dizendo que “é uma desgraça do ponto de vista ambiental”. Para ele, as licenças para as obras do PAC são “permissões para destruir” o ambiente. Mantovani criticou o ministro Carlos Minc, o qual chamou de “alucinado” por ter passado a apoiar o governo na construção de usinas nucleares, antes condenadas por ele. “Não é possível a gente acordar aí com um ministro alucinado falando em fazer mais três usinas nucleares.” Minc rebateu. “É possível desenvolver sem destruir o meio ambiente.” ● T.M. e J.D.

Para Mantovani, licença de obras do PAC é ‘permissão para destruir’

mente na Organização Mundial do Comércio, “onde o jogo é mais pesado e ninguém quer abrir mão de vantagem. Nós podemos mostrar que o Brasil atingiu a maioria para cuidar das suas coisas”.

NOTA OFICIAL SOBRE DESMATAMENTO

O Governo de Roraima contesta os números do desmatamento nesse estado em abril de 2008, que seriam de 284,8 km², segundo informação do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), divulgada na mídia nacional.

O próprio Inpe, que defende os números, fala de imprecisão no monitoramento do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), uma vez que em março "78% da Amazônia estavam sob nuvens", enquanto em abril esse índice teria sido de 53%.

As imagens do Inpe revelam que Mato Grosso e Roraima eram os estados da Amazônia Legal com menor cobertura de nuvens naquele período. Portanto, com melhor possibilidade de identificação de desmatamento. Por isso, Mato Grosso, com 70%, e Roraima, com 25%, representam a quase totalidade, restando 5% para os demais estados. E Roraima, em segundo lugar na lista, era o único estado da região que estava em período de seca.

A Femact (Fundação Estadual de Meio-Ambiente, Ciência e Tecnologia) afirma que Roraima é o estado mais preservado da Amazônia Legal, com cerca de 3% de desmatamento. E defende que - nos dados levantados pelo Inpe - há evidências muito claras de áreas cumulativas, ou seja, os números de 2007 estão sendo somados novamente em 2008, além de incorporarem savanas (campos naturais).

As autorizações de desmatamento emitidas pela Femact em 2007 e 2008, somadas, atingem 59,85 km², quase cinco vezes inferior à área de desmatamento divulgada pelo Inpe.

O Governo de Roraima está empenhado em preservar o meio-ambiente e defende um plano nacional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Informações incompletas, no momento em que se discute demarcação de terras indígenas, não servem a essa causa. Por isso, determinou que a Femact realize estudo detalhado do desmatamento no estado, para que possam ser adotadas as providências legais cabíveis.

JOSE DE ANCHIETA JÚNIOR

Governador do Estado de Roraima

Governo contesta números do desmatamento

Da Redação

O Governo do Estado contestou ontem os números do desmatamento de abril de 2008, divulgados pelo Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais) na mídia nacional, que apontam Roraima com um desmatamento de 284,8 km².

Segundo nota divulgada pelo governo, o próprio Inpe fala de imprecisão no monitoramento do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), uma vez que em março "78% da Amazônia estavam sob nuvens", enquanto em abril esse índice teria sido de 53%.

As imagens do Inpe revelam que Mato Grosso e Roraima eram os estados da Amazônia Legal com menor cobertura de nuvens naquele período. Portanto, com melhor possibilidade de identificação de desmatamento. Por isso, Mato Grosso, com 70%, e Roraima, com 25%, representam a quase totalidade, restando 5% para os demais estados. E Roraima, em segundo lugar na lista, era o único Estado da região que estava em período de seca.

A Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) afirma que Roraima é o Estado mais preservado da Amazônia Legal, com cerca de 3% de desmatamento. E defende que - nos dados levantados pelo Inpe - há evidências muito claras de áreas cumulativas, ou seja, os números de 2007 estão sendo somados novamente em 2008, além de incorporarem savanas (campos naturais).

As autorizações de desmatamento emitidas pela Femact em 2007 e 2008, somadas, atingem 59,85 km², quase cinco vezes inferior à área de desmatamento divulgada pelo Inpe.

"O Governo de Roraima está empenhado em preservar o meio ambiente e defende um plano nacional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Informações incompletas, no momento em que se discute demarcação de terras indígenas, não servem a essa causa. Por isso, determinou que a Femact realize estudo detalhado do desmatamento no Estado, para que possam ser adotadas as providências legais cabíveis", diz a nota assinada pelo governador Anchieta Júnior (PSDB).

CPI vota hoje relatório final sobre subnutrição de crianças indígenas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Subnutrição de Crianças Indígenas se reúne hoje para votar seu relatório final, elaborado pelo deputado Vicentinho Alves (PR-TO). No documento, apresentado na semana passada, o deputado sugere ações para combater a desnutrição e melhorar a assistência à saúde indígena.

Entre as medidas propostas, está o fim dos convênios firmados entre a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e organizações não-governamentais para a contratação de

recursos humanos. “A saúde, a educação e a segurança pública são deveres do Estado e não podem ser terceirizados”, afirmou o deputado.

Vicentinho Alves também defende a revisão dos casos de cessação de servidores da Funasa para o Sistema Único de Saúde (SUS) e recomenda maior integração entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Funasa nas localidades onde a desnutrição é mais grave, como no Maranhão. Alves ressaltou ainda a necessidade da compra

de veículos para executar ações de saúde e da construção de unidades de saúde dentro das aldeias ou próximas a elas.

Cesta básica

O relatório sugere o fornecimento de cestas básicas pelo Ministério do Desenvolvimento Social em articulação com a Funasa. O documento também aponta para a necessidade da promoção de políticas públicas que contenham assistência técnica e financiamento para melhorar a produção agrícola dos índios.

Segundo Alves, também é necessária a revisão dos limites das terras demarcadas dos povos indígenas Guarani, Kaiowá e Terena e a garantia de espaço territorial adequado para eles. O relator ainda considera importante o aumento do número de procuradores federais envolvidos em investigações relacionadas à desnutrição de crianças indígenas e a contratação de pessoal para a Funai.

Coisas da Política

Mauro Santayana
maurosantayana@ig.com.br

Os índios do Norte e os índios do Sul

O MAIS GRAVE PROBLEMA indígena brasileiro não se localiza na Amazônia. Lá, o que se encontra em jogo é a soberania do país, ameaçada pelos interesses conhecidos. No Sudoeste, e mais precisamente na fronteira com o Paraguai, em Dourados, os caiowás, guaranis e terenas são dizimados pela miséria. Suas terras foram, paulatinamente, invadidas por posseiros e grileiros. A pressão dos pecuaristas e grandes plantadores, atraídos depois pela fertilidade das terras do Vale do Rio Paraná, reduziu ainda mais seu espaço ancestral, sem que lhes fossem abertos os caminhos de integração. O processo, iniciado há mais de 50 anos, foi mal conduzido. Houve a ruptura com os costumes tribais, sem que se consolidasse o processo de sua integração na sociedade rural circundante. Entre as duas culturas poderia ter havido a troca recíproca de conhecimentos, com o enriquecimento mútuo. Em suma, faltou, a uns e a outros, o que tem faltado ao Brasil como um todo: educação de boa qualidade. Educação que permitisse a transformação pacífica de caçadores em agricultores sedentários, trabalhadores urbanos, e em profissionais com formação universitária. Em razão disso, sentem-se hoje sem mundo próprio.

Sem mundo próprio se sentia também José Maria Arguedas, o melhor escritor peruano, branco, filho de pai e mãe de sangue europeu, que viveu sua primeira infância entre os índios do Altiplano, estudou antropologia e se destacou com seus livros de ficção e a magnífica autobiografia *Los ríos profundos*. Arguedas discutiu, em quase todos os seus livros, a crise de identidade: ainda que branco, ele se sentia, pela formação espiritual, um índio. Aprendera quéchua antes de aprender espanhol, e era um estranho na cultura a que se inseriu, ao retornar ao convívio com a comunidade em que nascera. Essa circunstância do destino o colocava entre uma e outra visão do mundo, e o levou a fazer o que muitos de nossos índios, sobretudo os de Dourados, têm feito. Ele se matou, aos 58 anos, em uma sala de aulas

na Universidade de Lima, em que era professor, imerso em profunda depressão. Antes, e a conselho de seu médico, como tentativa de catarse, escreveu o magnífico e inconcluso *El zorro de arriba y el zorro de abajo*, em que descreve o caminho de alguém rumo à morte voluntária.

Em ensaio publicado em 1950, a propósito da linguagem empregada pelos seus personagens — e antes de sua obra maior, *Los ríos profundos* — expressou o pessimismo de forma inequívoca: “*Hasta cuándo durará la dualidad trágica de lo indio y lo occidental? Una angustia creciente oprime a quien, desde lo interno del drama, contempla el porvenir*”. E termina

dizendo que o povo indígena dos Andes, com sua cultura pré-colombiana sedimentada, não cederá, senão diante de uma “solução total”. Para Arguedas, com sua grande cultura, a solução para o drama pessoal foi a mesma dos índios de Dourados, que têm procurado o êxodo para a morte. Ele procurou a terceira margem do rio, como o personagem de Guimarães Rosa.

Em nosso caso é possível encontrar os meios necessários a fim de acolher os indígenas na comunidade nacional, à qual pertencem, com todos os direitos. Para isso é mais importante ouvir os humanistas que identificam, no índio, o homem, com toda sua potencialidade de realização histórica, e não os que nele enxergam o incapaz, ou, pior ainda, o ser primitivo que deve ser estudado em sua concha intocada — prisioneiros do passado. Há, ainda, os *profiteiros* da filantropia alheia, como os dirigentes dessas onegês que pululam na Amazônia, mas são escassas no Mato Grosso do Sul, onde falta o romantismo das ocas e se escancara a miséria das favelas rurais.

E já que estamos no assunto, vale a pena ouvir o depoimento — que está circulando na internet, em vídeo — do maior dos sertanistas brasileiros, o respeitável Orlando Villas-Boas, sobre os ianomânis, cuja legitimidade étnica é contestada por especialistas. Logo depois de decidida a demarcação do território ianomâni pelo governo Collor, e antes de sua morte, Orlando denunciou — e ele sabia das coisas — o projeto internacional de transformar aquela discutível tribo em nação, e fazer da área protetorado dos Estados Unidos. O primeiro passo foi dado com a resolução da ONU, no ano passado — com o apoio do Brasil — que reconhece os direitos dos índios à sua autonomia nacional.

ONGs pululam na Amazônia, mas são escassas no Mato Grosso do Sul

Dossiê aponta desvio de verbas

ONG contratada sem licitação recebe R\$ 28 milhões

Talita Lima

A secretária de Desenvolvimento Econômico de Niterói, Jandira Feghali, entregou ontem às procuradoras Roberta Trajano e Marina Filgueiras, do Ministério Público Federal, um relatório do TCU (Tribunal de Contas da União), no qual constam inúmeras irregularidades de desvio de verbas do governo federal para a área de saúde do município do Rio de Janeiro.

A pré-candidata do PC do B à prefeitura do Rio de Janeiro disse que pediu o relatório ao TCU o relatório em 2005, quando ela ainda era deputada federal. Ela critica a assistência básica de saúde no município e diz que milhões de reais são desviados. As procuradoras não quiseram se pronunciar antes de ler o conteúdo do relatório apresentado.

- O TCU fez a análise de 2004 a 2006, mas só hoje pude

entregar ao MP Federal, disse a ex-deputada.

Uma das irregularidades seria a contratação sem licitação da ONG Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste (Cieszo). Segundo o relatório, a entidade recebe

Procurador disse que organizações idôneas são minoria entre as que recebem verba

R\$ 28 milhões por ano da prefeitura para atuar do Programa de Saúde da Família.

OJB procurou ontem a presidente da ONG, Maria José Bezerra, mas ela não quis dar entrevista por telefone.

- Esse dinheiro nunca chegou ao Programa de Saúde. No meio de uma epidemia de den-

Ou o pitoresco descuido do ministro Orlando Silva, do Esporte, que pagou com o cartão R\$ 8,30 por uma tapioca.

Claro que a oposição não pode engolir em seco o relatório do fecundo deputado Luiz Sérgio. Anuncia que reagirá com as armas da minoria: o voto em separado tentará desmontar a atapuca do relator. E o pedido de indiciamento da ministra-candidata Dilma Rousseff e de todos os envolvidos com o dossiê.

Novos escândalos e denúncias rolam a pedra do esquecimento morro abaixo. A ministra-candidata Dilma Rousseff ocupa-se com a denúncia do dia da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) do seu envolvimento na negociação da Varig e da VarigLog, suspeita de fraude e tráfico de influência.

Até quando o governo e o Congresso suportarão a enxurrada de escândalos que parece não ter fim?

"Assistência à saúde indígena deixa a desejar", diz diretor da Funai

Alex Rodrigues
Repórter da Agência Brasil

Brasília - "A assistência à saúde indígena deixa a desejar". Assim o administrador-executivo regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Macapá (AP) Frederico de Miranda Oliveira, respondeu às perguntas da **Agência Brasil** sobre o surto de diarreia e vômito que já matou um garoto de um ano e atingiu outras 57 crianças e quatro adultos da aldeia Tiryó, no município de Óbidos, norte do Pará.

"Até hoje, o poder público não conseguiu dar uma resposta à altura para o problema [da atenção à saúde dos índios]", disse Miranda. "A assistência à saúde deixa muito a desejar não só no norte do Pará, mas também do Amapá e em outras partes do Brasil. Ela está muito prejudicada em todas as terras indígenas".

O diretor reconhece que a não liberação de recursos impede o atendimento adequado, mas destaca problemas políticos dentro da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) como um dos maiores entraves às ações do órgão de saúde. "Há problemas dentro da própria Funasa em Brasília. Isso já foi discutido até com o Ministério Público Federal", comenta.

"Há situações políticas que têm de ser resolvidas, questões com organizações não-governamentais (ONGs) inadimplentes, com encaminhamentos equivocados na área de assistência. Tudo isso junto acaba criando um grande problema para que a atenção à saúde não ocorra como deveria", afirma Miranda.

O diretor explica que o máximo que a Funai pode fazer é, quando solicitada pela Funasa, dar apoio operacional e institucional. Ele diz que a Funai, responsável por estabelecer e executar a política indigenista no Brasil, já recorreu ao Ministério Público. "Os problemas da saúde indígena são graves e complexos. Envolve a Funasa em Brasília, articulações políticas. As ações não são só a nível local e o Ministério Público é importante porque pode ajudar a resolver as coisas de forma mais rápida".

A Agência Brasil não conseguiu entrar em contato com a Funasa para comentar as críticas do diretor da Funai. Leia abaixo íntegra da nota divulgada pelo órgão sobre o caso.

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) vem a público prestar esclarecimentos sobre as informações veiculadas na imprensa a respeito do surto de diarreia, vômito e febre que ocasionou o óbito do pequeno indígena Gian, de 18 meses. A Funasa lamenta profundamente a morte da criança, que pertence à aldeia Tiryó - Parque do Tumucumaque, no Pólo-base Missão Tiryó, do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Amapá e Norte do Pará. As informações são as seguintes:

1 - A Coordenação Regional da Funasa no Amapá (Core/AP) enviou uma equipe nesta segunda-feira (14/4) - formada por dois enfermeiros e três auxiliares de enfermagem do corpo técnico da Fundação - para a região. Vários medicamentos também foram encaminhados para o local, ontem.

2 - Nesta quarta-feira (16/4), a Core/AP, em parceria com a Prefeitura de Macapá, enviará um médico clínico-geral para o local. Esse profissional ficará na região pelos próximos 15 dias.

3 - O surto de diarreia, vômito e febre atingiu a aldeia Tiryó, composta de cerca de 600 índios. O Parque do Tumucumaque possui, aproximadamente, 1.1 mil indígenas. Localizado no extremo norte do Pará, essa região é próxima à fronteira com o Suriname.

4 - A Funasa já prestou, até o momento, assistência a 62 índios na região. Quatro casos mais graves foram levados de helicóptero para melhorar o atendimento médico em Macapá (AP). Mas, infelizmente, o menino Gian veio a falecer no hospital.

5 - O objetivo dos profissionais de saúde da Funasa é erradicar o surto na aldeia Tiryó e, assim, evitar sua proliferação pela região.

6 - As organizações não-governamentais (ONGs) Apitikatxi e Apitu, que realizavam a prestação de serviços de atenção à saúde indígena na região, estão com problemas relativos à prestação de contas. Os casos estão sendo avaliados internamente pela Funasa, que não tem problemas financeiros para efetuar esses repasses. Mas essas ONGs precisam se adequar às diretrizes da Funasa.

7 - O Departamento de Saúde Indígena da Funasa encaminhou esta semana uma lista de 43 itens de remédios, já previstos na programação regular de envio para o Dsei Amapá e Norte do Pará. Os medicamentos chegam, no máximo, em 72 horas.

8 - A Core/AP solicitou, ainda, mais uma série de medicamentos para enfrentar o surto. O Desai já autorizou, em caráter excepcional, a compra desses remédios, que está sendo efetuada e encaminhada para a região nos próximos dias. Alguns dos medicamentos da lista também serão repassados por outros Dseis, próximos da região.

9 - Paralelamente, a Funasa realiza um trabalho de inquérito nutricional e alimentar indígena em 119 aldeias do país, por amostragem. O público-alvo desse trabalho são crianças menores de cinco anos e mulheres indígenas, entre 14 e 49 anos. O inquérito é uma iniciativa da Funasa, por meio do Projeto Vigisus II (parceria do Governo Brasileiro com o Banco Mundial), Abrasco e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O resultado desse trabalho servirá de subsídio para ações de saúde indígena nos próximos anos, baseado no modelo implantado do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), da Funasa.

A Funasa reitera o compromisso de continuar adotando as medidas que forem necessárias para garantir a total transparência de seus atos de gestão perante a sociedade e o País.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Fique V. Ex^a sabendo desde já que conta com a minha assinatura no pedido de CPI que pretende formular.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, eminente representante do belo Estado do Rio Grande do Sul, onde estarei a partir de domingo à noite em missão na CPI da Pedofilia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mesquita Júnior, quero aproveitar a sua fala para lhe pedir, aqui da tribuna do Senado, que me represente naquele evento, porque V. Ex^a sabe que estou fazendo um tratamento aqui por dois motivos: essa hemorragia que me deu na vista esquerda, feito um derrame, e o pequeno problema que me deu de infecção, por uma pancada na perna. É somente por isso que não estarei lá junto ao Senador Magno Malta. Então eu queria que V.

Ex^a, se puder, justifique a minha não-presença naquela atividade que haverá na Assembléia Legislativa.

Senador Mesquita Júnior, Senador Geovani, Senador Mozarildo, estou há três dias para falar do meio ambiente e acho que hoje vou conseguir falar.

Mas não tenho como deixar de registrar um fato, já que V. Ex^a, quando anunciou minha subida a esta tribuna, fez referência ao nosso querido Rio Grande do Sul. Eu diria a V. Ex^a que, nesses últimos meses, independentemente da crise econômica, há um clima de muita tristeza no Rio Grande do Sul, de muita decepção com o gestor público. Prometo, outro dia, aprofundar-me nesse assunto, porque hoje eu quero falar do meio ambiente.

Foi instalada lá a CPI do Detran. Um companheiro meu, Deputado Fabiano Pereira, é o Presidente daquela Comissão. O que a imprensa está divulgando... Eu falava a V. Ex^a, Senador Geovani, ainda hoje, que

não vou acusar ninguém, citar nome de ninguém. Mas o que o jornal *Zero Hora*, o *Correio do Povo*, o *Jornal do Comércio*, o jornal *O Sul* e o jornal *Grupo Sinos* e todas as rádios e TVs estão divulgando de gravações que a Polícia Federal colocou à disposição da CPI!... Entendo que uma minoria – não estou aqui condenando ninguém – apropriou-se do Detran, desviando milhões de reais. E as gravações chegam a revelar: Olha, vai depositar um milhão na conta de sicrano; desse um milhão, divida cem assim; e consulte o outro, para ver para onde vai a outra parte da verba do dinheiro público.

É lamentável! Sei que o povo gaúcho está, não digo chorando, mas está muito machucado. Porque nunca na história do Rio Grande apareceu uma denúncia tão grave como essa. Nunca! Nunca na história do povo gaúcho!

Não quero fazer nenhuma injustiça. Vou me apropriar mais dos dados e até comentarei em outro momento. Isso não faz parte da tradição do Rio Grande. Isso não faz parte da tradição do Rio Grande. Acho que é um grupo minoritário. Lá no Sul, a gente usa muito o termo erva daninha. É uma erva daninha que será retirada para permitir que, de fato, os campos voltem com toda a força que sempre tiveram, aquele verde bonito, enfim, que representa os pagos, as planícies, os campos e as serras do nosso querido Rio Grande.

Apenas faço este pequeno desabafo aqui. Sei que o povo do Rio Grande está assistindo neste momento e percebendo o que fiz aqui, como havia falado para V. Ex^a, de forma muito respeitosa. Não estou aqui acusando ninguém, mas o que está sendo divulgado é assustador. É assustador! Repito, nunca ouvido ou visto na história do Rio Grande. Não estou aqui condenando partido nenhum. Não estou aqui condenando Parlamentar nenhum, mas que houve um assalto ao Detran, houve. E, naturalmente, aqueles que assaltaram, uma vez comprovado, vão ter que responder, até porque as gravações que as rádios, as TVs estão divulgando são algo que não deixa nenhuma dúvida do crime que foi cometido, e num Estado como o nosso que está com uma série de dificuldades.

Estamos aqui tentando, junto ao Governo Federal... Já conseguimos o aval... Tem um problema, agora, junto ao Supremo Tribunal Federal, que estamos também resolvendo. Estamos tentando um aporte de mais de US\$1 bilhão impressos junto ao Banco Mundial, para buscarmos a recuperação do Rio Grande. E, quando vemos que grande parte de verbas como essa, que eu digo, são milhões de reais – fala-se em torno de R\$50 milhões desviados – desviados, isso assusta, preocupa, mas quero acreditar que vamos resolver e,

quem for culpado, seja quem for, vai ter que responder pelo crime cometido contra o povo gaúcho.

Senador Mesquita Júnior, esperei até este momento para que eu pudesse falar de um tema que sei é apaixonante também para V. Ex^a. Aqui todos os Senadores que usaram a tribuna, de uma forma ou de outra, tocaram nesse assunto. Quero falar sobre o meio ambiente. Ontem, dia 5, foi o Dia Internacional do Meio Ambiente e da Ecologia.

Eu começaria dizendo, Sr. Presidente Mesquita Júnior, que o coração do Planeta Terra está pulsando mais forte, provavelmente esse coração emocionado pela celebração, pelas homenagens que estão sendo feitas em todo o mundo ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Emocionado ele está, mas sabemos que ferido ele está também, porque a agressão ao meio ambiente no mundo todo é da maior gravidade.

Eu lembraria aqui que, em 22 de abril foi a vez do Dia Internacional do Planeta Terra, quando vim à tribuna. Já em 22 de maio, falei desta tribuna pelo Dia Internacional da Biodiversidade e o tema deste ano é também a biodiversidade e a agricultura.

A intenção, claro, é chamar a atenção de como as atividades humanas geram profundos impactos para o ecossistema do nosso planeta.

Um exemplo direto disso é o caso do tráfico, só como exemplo aqui, de animais silvestres, que são comercializados por espécie.

No período de março de 2007 a março de 2008, foi celebrado também o Ano Polar Internacional, que é um fórum mundial que pretende discutir e aprofundar as pesquisas de ponta desenvolvidas nos Pólos Sul e Norte, reunindo exploradores de diversos países para estudar a relação destes inóspitos locais gelados com o restante do planeta, como interação, como funcionam, e de que forma influenciam os oceanos, atmosferas e massas terrestres. Ele são imensos e privilegiados laboratórios terrestres que temos de valorizar.

Este também é o Ano Internacional dos Recifes de Coral. Trata-se de um esforço global para aumentar o conhecimento sobre o assunto e é uma forma de apoiar trabalhos de pesquisa, conservação e manejo.

Nós estamos vivendo, também, Sr. Presidente, a Década Brasileira da Água. Ela tem como objetivo promover e intensificar a formulação e a implementação de políticas, programas e projetos que dizem respeito ao gerenciamento e uso sustentável da água e assegurar a participação de todos a fim de que colaborem para que os objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos sejam realmente efetivados.

Sr. Presidente, cumprimentamos em especial o Meio Ambiente e a Ecologia pelo seu aniversário ontem, dia 5 de junho.

Diversos já foram os temas escolhidos para esse dia tão especial comemorado desde 1972. Houve um ano em que fizemos um longo e positivo debate em todo o mundo acerca da chuva ácida. Depois, discutimos, com a mesma importância, a poluição no mundo. Depois o aquecimento global, os oceanos, a água, o consumo e as cidades verdes.

Sabemos que a natureza conta com o apoio, com certeza absoluta, deste Parlamento, porque ela representa a vida, a garantia de qualidade de vida para toda a humanidade. Por isso, todos precisamos ter claro que dependemos da natureza. Defender a natureza, repito, é defender a vida de cada um de nós e de todas as gerações futuras.

Lembro aqui, Sr. Presidente, que a *BBC News* publicou matéria recente onde informa que “os danos a florestas, rios, vida marinha e outras reservas naturais podem reduzir pela metade os padrões de vida das populações pobres do planeta”.

Essa notícia teve por base um estudo divulgado durante a Convenção sobre Diversidade Biológica realizada em Bonn, na Alemanha.

A iniciativa, Sr. Presidente, de realizar o estudo foi lançada pelo Governo alemão e a Comissão Européia quando a Alemanha estava na Presidência do G8.

Vocês podem ver que, como sempre, os pobres, por esse relatório que estou aqui anunciando, são os maiores atingidos.

A pesquisa *A Economia de Ecossistemas e Biodiversidade* mostrou que os atuais índices de declínio na natureza podem reduzir o PIB, Produto Interno Bruto, global em cerca de 7% até 2050.

Lembro aqui, Sr. Presidente, que o líder do projeto, Pavan Sukhdev, que é diretor da divisão de mercados globais do *Deutsche Bank*, disse:

Chegamos a respostas como 6% ou 8% do PIB quando pensamos sobre os benefícios de ecossistemas intactos, em que há um controle do uso da água, de enchentes e secas e do fluxo de nutrientes da floresta para o campo.

Mas aí você percebe que os grandes beneficiários (da natureza) são os 1,5 bilhão de pobres do mundo; esses sistemas naturais representam de 40% a 50% do que nós definimos como ‘PIB dos pobres’.

Ou seja, o que ele sintetiza aqui é que, se investirmos, efetivamente, na defesa do meio ambiente, estaremos ajudando os pobres do mundo todo. Por isso ele insiste tanto nessa tese.

Sr. Presidente, cada um de nós é um agente ativo do desenvolvimento sustentável; cada um de nós é parte

de um grande todo. E nesse todo, somos responsáveis pelo espaço, que não somente nós ocupamos, mas pela vida que pulsa em cada parte do nosso planeta.

Alguns depreciadores da questão ambiental se perguntam por que as empresas têm que se preocupar com o desenvolvimento sustentável uma vez que geram empregos e pagam tributos?

Um grande engano. Achar que só gerar empregos e pagar tributos – você já respondeu – para a questão ambiental é um absurdo. Cada um de nós, independentemente da sua função, da sua atividade, no Parlamento, como empreendedor ou como trabalhador, tem que ter responsabilidade econômica e social com o meio ambiente. Aí, sim, você estará fazendo a sua parte.

Eu diria mais. Essas pessoas deveriam olhar com bastante atenção para o faturamento de algumas empresas multinacionais e compará-las com o PIB de alguns países. Garanto que tomariam um susto!

A responsabilidade com o meio ambiente é de todos nós!

Eu não deixaria de falar sobre a nossa querida Amazônia e quero citar e depois vou comentar um pouco a questão do Rio Grande.

O desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica, o aquecimento global, a depredação da fauna e da flora, o uso irracional da água, tudo é problema nosso e não apenas de alguns.

Quero, Sr. Presidente, trazer para esta tribuna uma dessas bandeiras que entendo fundamental para a natureza. Tenho recebido do povo gaúcho, do meu Rio Grande, diversos questionamentos a respeito do que estamos fazendo sobre a situação atual do Parque Estadual Delta do Jacuí.

O Delta do Jacuí é um conjunto hidrográfico de 16 ilhas, canais, pântanos e charcos do Rio Grande do Sul, que se formam a partir do encontro dos Rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí.

Este mês, Senador Mozarildo, em que todos falam da Amazônia, faço questão de trazer aqui... Vamos falar da Amazônia, mas ajudem a se preocupar com a Amazônia, responder à expectativa que focam na Amazônia, com os rios, com as florestas, mas também com o povo da Amazônia. Eu sei que esse é o eixo do seu pronunciamento.

O próprio Rio dos Sinos chocou o Brasil quando vimos milhões de peixes mortos naquele rio, porque ele estava morrendo, o que fez com que aprovássemos aqui – agradeço a todos os Senadores por isso – uma emenda, pode-se dizer, simbólica, de R\$200 milhões, para tentar recuperar o Rio dos Sinos. Claro que, depois, os R\$200 milhões viraram R\$20 milhões e, infelizmente, acabamos aportando lá algo em torno

de R\$20 milhões para ajudar a recuperar o Rio dos Sinos, por uma emenda que propus.

São as águas que passam pelo Delta do Jacuí que formam o nosso querido Lago Guaíba, que muitos chamam de Rio Guaíba, cujas águas seguem para a Lagoa dos Patos e, por seqüência, para o Oceano Atlântico.

Pois bem, o parque sofre de abandono e precisa do apoio das autoridades e da mobilização da sociedade para ser efetivamente garantido, respeitado, implementado e ter direito à vida.

Logo no início do mês de abril foi ajuizada uma ação civil pública por parte do Ministério Público estadual neste sentido, pois os promotores das áreas urbanística e ambiental do Ministério afirmam que “a situação é caótica no local”.

O 2º Juizado da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre concedeu parcialmente a liminar pedida na ação, ordenando a elaboração urgente, pelo Município de Porto Alegre e pelo Estado do Rio Grande do Sul, de um Plano de Manejo Emergencial a ser aplicado imediatamente no Parque Estadual Delta do Jacuí.

Sr. Presidente, eu diria que sou parceiro nessa luta em favor do nosso Delta e de todas as ações que forem feitas em favor da preservação do nosso meio ambiente. Aqui, no caso específico, está-se tratando da água.

Sr. Presidente, ao falar sobre meio ambiente, é importante dizer também sobre a reciclagem de lixo. Outro dia, que culminou com esse meu problema de doença de hoje, eu peguei um vôo daqui para Porto Alegre. Chegamos em Porto Alegre, o avião não conseguiu descer, e tivemos que descer em Curitiba. Eu, com problema de infecção numa perna, tive que viajar 12 horas de ônibus de Curitiba a Porto Alegre. Daí, fiquei quatro dias no Hospital Ulbra, lá em Canoas.

Mas, como alguém já disse que não há mal que venha só, que há sempre um bem que o acompanha, eu, nessa viagem de ônibus de 12 horas de Curitiba a Porto Alegre, encontrei o professor Nilton Fischer. Esse professor leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Lasalle, lá em Canoas, de onde eu vim, da base do Sindicato dos Metalúrgicos. Tivemos uma longa conversa, e muito boa, sobre a questão da reciclagem, e eu disse a ele que eu falaria aqui, no Dia do Meio Ambiente, sobre a importância da reciclagem, da recuperação do material usado, pois isto, sim, vai evitar o corte permanente das nossas florestas.

Ele me encaminhou um *e-mail* que me subsidiou com dados importantes sobre o assunto da reciclagem. Diz ele: “estão acontecendo parcerias importantes nesse sentido. Temos o Movimento Nacional dos Catado-

res”. E quero dizer que apresentei um projeto de lei, há dois anos – e, mais uma vez, elogio o Senado, que aprovou por unanimidade o projeto –, que já está na Câmara para regulamentar a situação dos catadores de lixo. “Temos associações independentes, universidades e outras entidades como o Cempre, o Instituto Ethos e muitas outras”, que estão trabalhando com a questão dos catadores.

O Movimento dos Catadores pratica o apoio mútuo, a solidariedade da classe e objetiva a conquistar “o direito à cidade”, local para o trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e a sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores.

O que eles querem com isso? Não que os catadores sejam retirados simplesmente da rua e jogados nos lixões, mas que os catadores sejam transferidos para galpões com estruturas dignas onde possam fazer a coleta seletiva, que vai garantir também a sustentação dos seus familiares, com creche e escola para crianças.

Em seguida, Senador Mozarildo Cavalcanti, assim que eu puder aqui desenvolver o raciocínio, quero conceder o aparte a V. Ex^a.

Quero lembrar aqui ainda que apresentei o Projeto nº 618, de 2007, que avança mais ainda do que o projeto primeiro que eu já havia apresentado. Trata dessa questão da reciclagem e do papel fundamental dos catadores, porque acredito na importância da tarefa que eles executam.

Neste ano, apresentei outro projeto, de nº 112, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado.

Acho que o Poder Público, com esse projeto, devia dar o exemplo de efetivamente usar – o Congresso Nacional, por exemplo – tudo o que fosse possível. Claro, não posso engessar. Também o Executivo, também o Judiciário, também as prefeituras, enfim, que essa responsabilidade, que eu digo, ambiental, política e econômica passe indiretamente não digo a obrigar, mas a incentivar que o papel reciclado seja usado.

As compras governamentais, que, no Brasil, movimentam recursos estimados em 10% do PIB, mobilizam setores importantes da economia, que se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação.

Entretanto, embora o Brasil tenha avançado bastante na direção da transparência dos processos, ampliando o controle social e reduzindo – porque é muito grande ainda – o risco de fraudes, o modelo vigente ainda inspira a maioria dos editais de licitação, porque o País ainda é omissivo em relação a uma premissa fundamental que aponta para a importância de que toda

a concorrência passe também por certo percentual na hora de decidir se aquela empresa está ou não cumprindo a sua responsabilidade no chamado desenvolvimento sustentável e ambiental.

Por exemplo, para a nossa população entender: se duas empresas concorrem em edital do serviço público, para mim, deveria contar ponto positivo para aquela empresa que, efetivamente, comprovar que está assumindo a sua responsabilidade social e ambiental, o que poderia ser até motivo de desempate, por exemplo. Só para dar um exemplo. A temática ambiental precisa ser olhada com mais atenção.

Há inúmeros exemplos de universidades, de ONGs que têm se dedicado à pesquisa relativa à reciclagem do lixo. Por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul lançou o “Projeto Universidade sem Lixo”. Esse projeto, por um sistema de gestão integrada de resíduos, poderá ser implantado em Município de pequeno porte, se copiarmos o exemplo da nossa Universidade Federal.

A Universidade justifica o projeto dizendo que a problemática dos resíduos sólidos, em iminente perigo, está presente em todas as comunidades e que é justamente no meio acadêmico que essa questão deve ser debatida, implementada. Como a UFRGS é foco de convergência de conhecimento e por tudo isso tem que dar o exemplo. Está dando o exemplo e fazendo parceria com os Municípios, para que eles copiem o modelo usado pela Universidade Federal.

O Cempre, Compromisso Empresarial para Reciclagem, é uma associação sem fins lucrativos que se dedica à promoção da reciclagem de acordo com o conceito de gerenciamento integrado do lixo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, faço questão do seu aparte. Depois, eu continuo, até para que eu possa tomar aqui um copo de água e, naturalmente, ouvir sua contribuição que, tenho certeza, será importantíssima para o meu pronunciamento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, V. Ex^a é dos poucos, digamos assim, que defendem com serenidade, com bom senso, essa questão. Por isso mesmo, eu quero dizer a V. Ex^a que nós precisamos, como eu disse, criar aqui, principalmente com relação à Amazônia, que é 61% do território nacional, a Amazônia Legal, e que está no foco de várias coisas... Primeiro, a declarada internacionalização da Amazônia não é mais uma miragem no deserto, não. Ela é declarada por inúmeras pessoas. E o desgoverno que existe na Amazônia? Desgoverno, por quê? Porque o Governo Federal não trata aquela região como se fosse parte da Federação, age como se ali fosse realmente uma coisa federal e não existissem os Estados. Com isso, propicia a desconexão entre Es-

tados, Municípios e Governo Federal. Aí, se agravam, portanto, os problemas fundiários, ambientais – uma correlação íntima entre fundiário e ambiental –, de fronteira, indigenistas. E estão todos imbricados. E a ausência do Estado – quando eu falo, é o Estado brasileiro – naquela região imensa está levando realmente a facilitar essas coisas. Então, eu não estou aqui me contrapondo ao pronunciamento de V. Ex^a. Ao contrário, eu quero me somar à preocupação. V. Ex^a disse muito bem, que eu primeiro vejo o viés humanista. Para mim, o ser humano tem de estar acima de tudo. Aliás, uma coisa não é incompatível com a outra. Por isso mesmo, vou pedir uma CPI só sobre a Amazônia, porque ela é urgente, dado o quadro em que está, mas acho que nós deveríamos pensar de maneira global o Brasil na questão do meio ambiente: se lá no seu Estado há uma peculiaridade, se a Mata Atlântica como um todo tem uma outra peculiaridade... Mas nós não podemos deixar essas questões na mão de ONGs como essa *Cool Earth* e outras mais que, no fundo, se vestem com essa capa bonita da tese de defesa do meio ambiente para, na verdade, fazer negócios ilícitos e visando, na prática, lucro e domínio sobre a Amazônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, eu não esperava outro aparte de V. Ex^a que não fosse nessa linha. V. Ex^a, inclusive, ampliou agora, nesse aparte, a sua preocupação, a CPI que já havia anunciado sobre a questão da Amazônia. Como V. Ex^a diz, além da Amazônia, nós poderíamos, na CPI, discutir toda a questão do meio ambiente no nosso País, com um único objetivo: o de aprimorar.

Na minha fala tentei demonstrar que a questão do meio ambiente é vida e V. Ex^a reafirma: vida, os seres humanos fazem parte desse contexto. Não se pode falar em vida achando que são somente os animais, a floresta e desconhecendo os seres humanos.

V. Ex^a foi feliz na sua colocação. Eu acho que é esse o debate que temos que fazer. Todo mundo fala em defesa do meio ambiente. Mas o que efetivamente nós estamos fazendo? Eu estou vendo que sua proposta de CPI é como aquela proposta do Senador Cristovam que alguns não entenderam. O Senador Cristovam propôs uma CPI sobre educação, mas não é para atirar contra ninguém; era para ver o que está acontecendo com a educação e o que o Congresso, o Executivo e a sociedade organizada podem fazer a favor da educação.

Entendi que a sua proposta é a mesma. Não é contra ambientalista, não é contra Governo, não é contra esse ou aquele Parlamentar, não é contra índio, não é contra negro, não é contra caboclo, como os termos usados nas mais variadas regiões. É para a gente ver o que está sendo feito e o que nós podemos fazer,

senão todo ano a gente vem aqui na base da denúncia: está-se fazendo isso, está-se fazendo aquilo, e os caminhos não são apontados. Por isso o aparte de V. Ex^a fica incorporado ao meu pronunciamento.

Senador Geraldo Mesquita, Senador Geovani, eu falava sobre o Cempre – estou falando aqui de empresários – Compromisso Empresarial para Reciclagem. É uma associação sem fins lucrativos que se dedica à promoção da reciclagem dentro do conceito gerenciamento integrado do lixo. Ela se dedica a aumentar a consciência da sociedade sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem do lixo através de publicação, pesquisas técnicas, seminários e banco de dados.

Senador Geovani, o Instituto Ethos, que conta com o UniEthos – Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável –, é uma instituição também sem fins lucrativos, voltada à pesquisa, produção de conhecimento, instrumentalização e capacitação para o meio empresarial e acadêmico nos temas que chamo de Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável.

Ele tem como objetivo oferecer soluções educacionais para o meio empresarial nesses temas vinculados à gestão estratégica e operacional das empresas, além de atuar com a comunidade acadêmica, que desempenha papel fundamental na capacitação e formação de gestores e futuros gestores de empresas comprometidos com a questão ambiental.

Muitas são as ações em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável – ninguém tem dúvida. Em vários lugares, existem pessoas, entidades e até empresas que dedicam toda a sua existência, toda a sua vida à preservação da natureza – e ficam aqui, de minha parte, a eles, os melhores elogios.

Eu poderia citar aqui, como exemplo, um casal que formou o Instituto Terra, uma ONG voltada ao projeto de educação e recuperação ambiental, que foi pauta de uma longa reportagem a que assisti. Eles adquiriram, como exemplo, 300 hectares de terra na Mata Atlântica que estavam totalmente devastados. Desde 1999, Sr. Presidente, já plantaram mais de um milhão de mudas na área prevista para reflorestamento. Ali se tornou um laboratório de pesquisa e desenvolvimento de técnicas do manejo florestal. A única nascente que sobrevivia naquela época hoje dobrou a sua vazão e outras seis nascentes surgiram, o que é um belo exemplo de cidadania e de espírito comunitário.

Sr. Presidente, a Mata Atlântica, assim como a Amazônia, sofre com o problema de desmatamento. Outro dado também que para mim é importante é que ela concentra 75% da população brasileira e, conforme foi divulgado pela imprensa, a expansão urbana junto

com as monoculturas de café, cana e eucalipto foram as maiores detratadoras das árvores.

Em resumo, Sr. Presidente, precisamos preservar a Amazônia, a Mata Atlântica, o bioma Pampa.

Enfim, como eu disse antes, senhores e senhoras, são muitas ações vindas dos mais variados setores que demonstram preocupação, repito. E estou insistindo nesta frase: com o desenvolvimento social sustentável do planeta.

A Câmara dos Deputados, por exemplo, faz parte da campanha “carbono neutro”. Ela se tornou o primeiro Parlamento verde do mundo ao neutralizar suas atividades. O projeto de carbono neutro surgiu para potencializar todas as ações ambientais desenvolvidas no Parlamento. Além do plantio de árvores, ela objetiva reduzir gastos com energia, água, papel e quer, além disso, sensibilizar, naturalmente, todos os funcionários que trabalham na Casa.

No fim de 2007, a Câmara plantou 12 mil árvores nativas da Mata Atlântica na região de Moji das Cruzes, em São Paulo. Com esse gesto, ela compensa os gases do efeito estufa que foram emitidos pela Casa nos últimos anos.

Sr. Presidente, eu me sinto especialmente satisfeito também com a resolução do Senado Federal. O Senado Federal fez o lançamento, recentemente, da campanha “Senado Verde”. Eu falo da parceria firmada com a Associação dos Agentes Ecológicos da Vila Planalto. A associação vai auxiliar, reciclando todos os resíduos aqui do Senado. Dará apoio social e logístico aos associados. O lixo será dividido em seco e molhado e serão disponibilizadas lixeiras específicas para um e para o outro.

Meus parabéns! Aqui, eu fiz questão, Sr. Presidente, de elogiar o trabalho da Câmara e também do Senado, que estão na linha do desenvolvimento sustentável com responsabilidade social, mas tenho a dizer que nós podemos fazer muito mais.

Foi divulgado, recentemente, que “dezenas de emendas à Constituição e projetos de lei que tratam do meio ambiente estão prontos para serem votados ainda este ano no Congresso”.

Acho que a melhor maneira de homenagear a vida e o meio ambiente é votar os temas que estão nas duas Casas, que visam preservar o meio ambiente.

Eu diria mais. Já foi destacado que, juntas, estas propostas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, formariam – aí, sim – um verdadeiro pacote verde.

A nossa responsabilidade é muito grande. Precisamos estar atentos, pois é a vida do planeta que está em pauta, que está ao alcance dos legisladores, para que eles façam a sua parte.

Sr. Presidente, ao prestarmos nossa homenagem ao meio ambiente, à ecologia e ao nosso planeta, estamos celebrando a vida, a natureza – repito –, a água que verte das cachoeiras, o mar, na sua amplitude, cobrindo e – eu diria – se misturando com a areia das praias, a chuva que a nuvem embala, o vento que balança as árvores, os frutos que as enfeitam, a mata que canta músicas místicas e o rio que corre majestoso – eu podia, aqui, lembrar dos rios do Sul – na nossa Amazônia, as geleiras da Patagônia que protegem o meio ambiente do aquecimento global, as pedras que, colocadas umas sobre as outras, formam as magníficas Pirâmides do Egito, o sol que se estende por longas horas sobre o Saara, as belas hortênsias que, enfileiradas, sorriem para os visitantes nas terras do meu Rio Grande, os campos férteis de trigo, as variadas espécies de animais que crescem aqui e acolá formando um universo infinito de aves, anfíbios, insetos, répteis, mamíferos, e a criação maior do nosso Deus, que somos nós, seres humanos.

Nós, que fomos pensados em cada célula, em cada vértebra, em cada gota de sangue, em cada parte do nosso organismo, capazes de escolher entre estender nossas mãos para o bem ou recolhê-las em um sinal de egoísmo; nós, que fomos criados para ser felizes – e, como diz o estudioso e filósofo M. Ruberck, “a felicidade não é uma estação de chegada, mas um modo de viajar”; nós, que fomos feitos para viver plenos de alegria, cientes do momento presente, que, como a própria palavra expressa, é um presente; criados com a vontade de agir sempre melhor, nós fazemos parte desse universo maravilhoso e temos que defendê-lo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento muito especial, quero deixar essa pequena mensagem, que é de amor ao nosso planeta, amor ao ato divino da criação, amor aos meus semelhantes, amor a toda esperança que vive nos corações.

A esperança, quando brilha forte, faz com que a cada segundo um desejo se realize nesse Universo. Falo isso, Sr. Presidente, porque tenho muita fé. A esperança com pensamento positivo tem um brilho tão contundente quanto as estrelas e faz com que a cada segundo um desejo se realize para o bem no universo, porque quem pensa para o mal, com certeza, vai receber somente o mal.

E eu terminaria, Sr. Presidente, lembrando Nikos Kazantzakis, que disse o seguinte: “Ao acreditarmos apaixonadamente em algo que ainda não existe, nós o criamos. O que não existe é aquilo que não desejamos suficientemente”.

Ao finalizar, leio, Sr. Presidente, parte de uma carta sobre o uso do solo, que teria sido escrita em 1854 pelo chefe indígena Seattle. Este a remeteu para

o Presidente dos Estados Unidos da época, Franklin Pierce, que propôs comprar as terras dessa tribo e conceder-lhe uma outra “reserva”. Então, esse líder indígena respondeu da seguinte forma. Disse o líder indígena ao Presidente dos Estados Unidos:

Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?

Cada pedaço dessa terra é sagrado para o meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho....

Em outro trecho, ele diz:

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro: o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. (...) Há uma lição em tudo. Tudo está ligado.

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com a vida de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe.

Bonito, não é, Presidente? Estou lendo aqui, mas estou achando bonito mesmo.

Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra acontecerá também aos filhos da terra.

Repito:

Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra acontecerá também aos filhos da terra.

Sr. Presidente, eu termino. Espero, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que estão assistindo à TV Senado, que todos nós saibamos fazer o que esse homem sábio nos pede, ou seja, preservar a vida. E preservar a vida é preservar o meio ambiente. Eles se conjugam, caminham e se abraçam da mesma forma.

Por isso, um forte e carinhoso abraço nesse dia do seu aniversário, nosso querido planeta Terra, mãe e pai de todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Antes de encerrar a sessão, Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso com que V. Ex^a hoje nos brindou, inclusive com essa poesia, esse poema, essa declaração de amor ao planeta Terra.

Como amazônida, lá do estado do Amapá, fico feliz em lhe dar até uma boa notícia. Acho que o Amapá é o Estado de maior preservação, possui 99% de sua área preservada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – É um exemplo a ser seguido.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Um exemplo a ser seguido pelo Brasil inteiro, pela Amazônia de um modo geral.

Quero mais uma vez me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Muito obrigado, Senador Geovani. Fiquei muito feliz em saber que V. Ex^a, que está presidindo a sessão neste momento, é um defensor dessa causa. Ao fazer essa declaração, V. Ex^a também faz uma declaração de amor à vida, ao meio ambiente, ao seu Estado e ao nosso País.

Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Sr^a Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Novamente a mídia nacional chama a atenção da opinião pública do país para o assunto das pesquisas com células tronco embrionárias.

O Supremo Tribunal Federal acaba de julgar como improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade feita em 2005 pelo então procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, e mantida pelo atual, Antônio Fernando de Souza.

A Ação de Inconstitucionalidade questionava o artigo 5º da Lei de Biossegurança, contestando a permissão para que pesquisadores brasileiros utilizem células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

Permito-me recordar que, há exatos 4 anos, quando exercia a presidência da Comissão de Assuntos

Sociais desta Casa, tive o privilégio de coordenar uma histórica Audiência Pública para a discussão do PLC nº 9 de 2004, no que se referia à permissão para pesquisas com células-tronco embrionárias.

Na oportunidade estiveram conosco os maiores especialistas do país no assunto, inclusive a Dra. Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São e uma das maiores autoridades do mundo no assunto.

Tão esclarecidos ficamos que esta Casa aprovou, com tranqüilidade, a autorização para as pesquisas.

Senhoras e Senhores,

As células-tronco são células progenitoras, que mantêm a capacidade de diferenciar e construir diferentes tecidos do corpo humano. Além disso, tais células têm a capacidade de gerar cópias idênticas de si mesmas.

Na perspectiva de tratamento com os resultados das pesquisas estão doenças como Alzheimer, Parkinson e outras doenças neuromusculares em geral.

Portanto, não é sem motivo que o assunto chama a atenção de comunicadores, pacientes de doenças degenerativas, cientistas e pesquisadores, juristas e, de resto, pela sua importância, da opinião pública em geral.

A maioria dos países da comunidade Européia, o Canadá, a Austrália, o Japão e Israel aprovaram pesquisas com células embrionárias de embriões com até 14 dias. Essa é, também, a posição das academias de ciência de 63 países, inclusive a brasileira.

O americano David Baltimore, prêmio Nobel em Medicina, em 1975, em entrevista a uma revista brasileira na semana passada, assim se expressou: “Acredito que devemos investir tempo, dinheiro e energia nas pesquisas com células-tronco embrionárias”.

Pensando nas pessoas, nas famílias e nas entidades representativas de pacientes que me procuraram quando da tramitação do projeto aqui no Senado, saúdo a decisão da Suprema Corte de Justiça do país.

Os magistrados, atendo-se aos aspectos jurídicos da questão, não descuraram de aspectos éticos de valorização da pessoa humana, do direito a uma vida digna e, sobretudo, “da liberdade de pesquisar, de informar e de ser informado”, como disse a Ministra Cármen Lúcia, em seu voto.

Por sua vez, o ministro Joaquim Barbosa pontificou: “Proibir as pesquisas significa fechar os olhos para o desenvolvimento científico e os benefícios que dele podem advir”.

Presente ao julgamento no Supremo Tribunal Federal, a menina Kathy Fabrício de Oliveira, de 9 anos de idade, portadora de distrofia muscular congênita, disse: “acho que posso sonhar em correr e brincar”.

A expressão da menina Kathy representa a esperança de milhares de pessoas em nosso país.

Foi a vitória, acima de tudo, da liberdade na pesquisa científica em favor da vida.

Confirma, de resto, o acerto da decisão desta Casa há quatro anos. Decisão que não foi tomada sem embasamentos. Mas após aprofundadas discussões com os maiores especialistas no assunto.

Senhor Presidente,

Achei por bem reavivar a memória dos nobres colegas desta Câmara Alta sobre o assunto, pelo dever que temos de nos preocupar com o bem estar da população em todos os sentidos.

Acima de tudo, para que continuemos com a nossa consciência pública aguçada em bem servir ao nosso país, através de nossos mandatos.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada!!!

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 22ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2008

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 19,
de 5 de março de 2008)

Retificação

No sumário, página 4.388, 1ª coluna, Requerimento nº 204, de 2008,

Onde se lê:

“(…) de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros Srs. Senadores, (...)”

Leia-se:

“(…) de autoria da Senadora Ideli Salvatti, do Senador Arthur Vírgílio e outros Srs. Senadores, (...)”

ATA DA 32ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2008

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 29,
de 19 de março de 2008)

Retificações

Na página 6.166, no despacho, final de página.

Onde se lê:

À Comissão de Ciência Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática.

Leia-se:

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.)

Na página 6.211, primeira coluna.

Onde se lê:

Brasília, 2 de abril de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Leia-se:

Brasília, 2 de abril de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Ata da 97ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, destinada a reverenciar a memória do intelectual e ex-Senador Artur da Távola, de acordo com o **Requerimento nº 581, de 2008**, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear Leonel de Moura Brizola, pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, de acordo com os **Requerimentos nºs 640 e 743, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 525, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que “dá nova redação à alínea o do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência

da República e dos Ministérios. (altera competência do Ministério da Defesa)

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 126, de 2007, que “dá nova redação à alínea o do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, dispondo sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

O projeto, originário do Poder Executivo, objetiva implementar modificação tópica em relação às competências do Ministério da Defesa. Pretende-se substituir a expressão “material de emprego militar” pela expressão “produto de defesa”. Para tanto, o autor justifica a proposta esclarecendo que a nova expressão abranje produtos mais complexos do que a expressão em vigor, e permite o controle de processos associados à produção desses materiais de defesa.

Justifica, ainda, que a nova expressão é mais apropriada aos dias de hoje, tendo em vista que a expressão é obsoleta e em desuso no plano mundial.

Observa, também, que a modificação proporcionará ao Ministério da Defesa a possibilidade de efetuar “rigoroso controle dos novos produtos, normalmente de alto valor agregado e de interesse sensível”. Indica, por igual, que a modificação, caso venha a ser acolhida, promoverá adequação terminológica da lei que disciplina a competência dos ministérios com o arcabouço jurídico que, dessa ou daquela maneira, cuida de temas ligados à defesa nacional (por exemplo, Lei nº 10.826, de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM), define crimes e dá outras providências; Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 2003).

II – Análise

A matéria, objeto da presente proposta, insere-se na competência legislativa da União, cabendo, portan-

to, ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria em questão. (art. 48, **caput**, da Constituição Federal). A iniciativa privativa do Executivo foi respeitada. O texto, por seu turno, preenche os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No tocante ao mérito, o projeto em votação dilata as atribuições do Ministério da Defesa ao formalizar o controle, por aquela pasta, dos aspectos vinculados à produção e comercialização de toda espécie de produto de defesa.

Vê-se, desse modo, que a medida agrega importante atribuição ao ministério, que é tanto mais eleva-

da quanto mais se verifica a enorme dinâmica nesse domínio na cena internacional.

A alteração é oportuna já que, de um lado, assegura ao Ministério da Defesa a possibilidade de desempenhar suas atribuições com maior eficiência; de outro, elimina possível ponto de desinteligência jurídica entre diferentes diplomas legais.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 126 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/06/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Sen. Romulo Jucá	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO SUPLYC	3. CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ (Relator)	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴ <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
(VAGO) ⁷	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 03/06/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

⁷ Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Publicada no DOU de 23-12-2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

.....
DECRETO Nº 5.123, DE 1 DE JULHO DE 2004

Publicado no DOU de 2-7-2004

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

.....
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:
.....

PARECER Nº 526, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem) que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008, acima ementado. Na Câmara dos Deputados, o referido projeto foi distribuído à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou parecer do relator, que apresentou substitutivo concernente ape-

nas aos aspectos formais do projeto, propondo que este configurasse alteração aditiva na Lei nº 5.700, de 1971, evitando, dessa maneira, que se legislasse de forma autônoma e isolada sobre matéria já objeto de regulamentação.

Em seguida a proposição foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura na forma do substitutivo do relator adotado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi por ela acatada em 18 de dezembro de 2007, com emenda e subemendas, cujo teor dizia respeito a aspectos formais, ao substitutivo apresentado pela Comissão Parlamentar do Mercosul.

Naquele colegiado, foi oferecido voto em separado de autoria do Deputado Regis de Oliveira, que assinou a existência de normas do Mercosul emitidas pelo Conselho do eleitorado comum, que regulamentam o uso dos símbolos do agrupamento (Decisão do CMC nº 1/98, alterada pela Decisão CMC nº 17/02). Segundo o nobre Deputado, a Decisão nº 1/98 restringia o uso dos símbolos do Mercosul, condicionando-o à prévia autorização do Grupo Mercado Comum. Posteriormente, a Decisão CMC nº 17/02 passou a permitir a utilização de tais símbolos sem prévia autorização, desde que de forma compatível com os objetivos do Mercosul.

Como se trata de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme o disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada ao Senado Federal e, nesta Casa, distribuída à Comissão de Educação.

II – Análise

Da justificação que fundamenta o projeto em apreço consta que

“a consolidação de um projeto político, seja de cunho nacional ou supranacional, passa pela criação de um aparato simbólico, de modo a recriar as identidades coletivas que lhe servem de suporte”.

Ainda que o Mercosul não seja dotado de supranacionalidade, não tendo sido essa a intenção dos negociadores de seus tratados fundadores, a proposição em pauta muito contribui para o aprofundamento e a consolidação do processo de integração. Visa a inserir na rotina nacional homenagem diária a um símbolo da identidade mercosulina, que deverá criar nova percepção entre os cidadãos brasileiros de uma cidadania que transcende as fronteiras nacionais, estendendo-se aos países irmãos, estados partes do Mercosul.

Nesse contexto, como assevera a justificação, “Um símbolo poderoso como o da bandeira sem dúvida

irá ajudar na criação do sentimento de solidariedade regional que ora precisamos cultivar.”

A iniciativa servirá, também, para caracterizar o Mercosul como projeto político e estratégico, embasado em preceito constitucional (art. 4º, parágrafo único, da Constituição Federal), não estando limitado apenas à dimensão econômico-comercial.

III – Voto

Por todo o exposto, e por considerá-lo oportuno e conveniente aos interesses nacionais, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008.

Sala da Comissão, 3 junho de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 005/08 NA REUNIÃO DE 03/06/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Cristovam Buarque</i> SEN: CRISTOVAM BUARQUE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS <i>[Signature]</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO <i>[Signature]</i>	2- JOÃO PEDRO <i>[Signature]</i>
FÁTIMA CLEIDE	3- (VAGO)
PAULO PAIM <i>[Signature]</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[Signature]</i>
IDELI SALVATTI <i>[Signature]</i>	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA <i>[Signature]</i>	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO <i>[Signature]</i>
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA <i>[Signature]</i>	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO <i>[Signature]</i>	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU <i>[Signature]</i>
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA <i>[Signature]</i>
MARCONI PERILLO <i>[Signature]</i>	7- (VAGO)
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>[Signature]</i>
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
RELATOR <i>[Signature]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

.....
LEI Nº 5.700, DE 1 DE SETEMBRO DE 1971

Publicada no DOU de 2-9-71

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

.....
PARECER Nº 527, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art.47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo de duzentos dias efetivos de aulas no ensino superior.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator **ad hoc** Sen: **Papaléo Paes**

I – Relatório

De autoria do Senador Wilson Matos, o PLS em tela altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para instituir o ano letivo em duzentos dias no ensino superior.

O projeto estipula que a lei por ele proposta entrará em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que tem decisão terminativa desta Comissão.

II – Análise

A LDB determinou que, nos ensinos fundamental e médio, o ano letivo é de duzentos dias. A respeito da educação superior, a lei nada estipula, o que abriu espaço para duração variável do ano letivo, conforme decisão dos sistemas de ensino e, principalmente, dos estabelecimentos educacionais.

O silêncio da LDB sobre a matéria não é acidental. Ele visa assegurar o respeito ao princípio da autonomia didático-científica das

universidades, inscrito no art. 207 da Constituição Federal. Com efeito, constitui ingerência indevida na vida acadêmica a fixação do número mínimo de aulas no ensino superior, a menos que viesse a se caracterizar

algum tipo de abuso, como a criação de anos letivos excessivamente breves, que comprometessem o cumprimento das diretrizes curriculares e da carga horária dos cursos.

No entanto, avaliações dessa natureza devem ser feitas pelas instâncias competentes do poder público. Nos processos de autorização, reconhecimento e avaliação dos cursos, o tempo estipulado para a sua conclusão costuma ser objeto de análise. Caso irregularidades sejam identificadas e o curso tenha avaliação negativa, entre as providências recomendadas, pode estar a ampliação de sua carga horária, eventualmente com o aumento do total de dias letivos anuais.

Cumprir acrescentar que o processo educativo desenvolvido em instituições de ensino, especialmente no mundo de hoje, não se restringe às atividades em sala de aula. Inúmeras ações pedagógicas são desenvolvidas em laboratórios, pesquisas de campo, atividades de extensão e estágios, por exemplo. Portanto, não nos parece adequada a avaliação da justificação do projeto de que apenas as aulas efetivamente lecionadas intra muros pelas escolas podem resultar na agregação de conhecimento ao estudante (...).

A melhoria da qualidade da educação superior brasileira, justa preocupação manifestada na justificação do projeto, requer a adoção de medidas mais eficazes, como a exigência do número mínimo de dias letivos ao ano, determinado por lei, cobrindo a lacuna apresentada pelo autor do projeto. Entretanto, a restrição de que "... as aulas serão efetivamente ministradas em sala de aula ...", deve ser alterada para fixar um mínimo de cento e oitenta dias efetivos de aula, para compreender os diversos e distintos espaços do exercício da pedagogia e da aprendizagem acadêmicas.

Em conclusão, somos pela aprovação do projeto de lei, com emenda para qualificar melhor a restrição acima citada.

Em conclusão, somos pela aprovação do projeto de lei, com emenda para qualificar melhor a restrição acima citada.

III – Voto

Dado o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, com a emenda apresentada.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 386, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º O **caput** do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. Na educação superior o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico, com no mínimo cento e oitenta dias efetivos de aula.

..... (NR)”

Sala da Comissão, 6 de maio de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 386/07 NA REUNIÃO DE 06/05/2008 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Crivella</i> SEN: CRISOVAM BUARQUE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO <i>João Vicente Claudino</i>
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4- VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO <i>Virgínio de Carvalho</i>	3- GILBERTO GOELLNER <i>Gilberto Goellner</i>
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMÉU TUMA
MARCONI PERILLO	7- (VAGO)
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	RELATOR
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	9- SÉRGIO GUERRA
	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 584/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA	X			
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA	X			
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
(VAGO)					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA	X			
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					(VAGO)				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES	X				SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

Handwritten signature

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/06/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 369 07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA	X			
MAO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
(VAGO)					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA	X			
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					(VAGO)				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: Cristovam Buarque

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/05/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386 DE 2007

Altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em, no mínimo, cento e oitenta dias efetivos de aula, no ensino superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. Na educação superior o ano letivo regular, ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho, no mínimo cento e oitenta dias efetivos de aula.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 maio de 2008.

Senador
Presidente



Senador
Relator



Ofício nº CE/54/2008

Brasília, 21 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Wilson Matos que, “altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aula, no Ensino Superior”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira

e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

PARECER Nº 528, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2008, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Sérgio Guerra, que determina a sustação do Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual “altera o Decreto nº 6.504, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

Relator: Senador **Romero Jucá**

O Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 10, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, propõe a sustação de dois decretos presidenciais referidos em sua ementa, que elevaram as alíquotas do IOP sobre determinadas operações de financiamento, de câmbio e de seguros.

Alegou-se, em sua justificação, que os Decretos nºs 6.339 e 6.345, ambos de 2008, aumentaram as alíquotas do imposto com o único propósito de elevar a arrecadação, compensando, com isso, o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira (CPMF). Desse modo, transformou-se um imposto de caráter regulador em arrecadador, o que caracterizaria desvio de finalidade. Além disso, teria sido violado o princípio da isonomia, ao aumentar a alíquota somente do mutuário pessoa física, que passa a sofrer um gravame maior do que a pessoa jurídica em operações idênticas.

O projeto foi apreciado durante a reunião da CCJ do dia 23 de abril de 2008. Na ocasião, o relator da matéria, Senador Flexa Ribeiro, concluiu pela aprovação, com emenda, do PDS nº 10, de 2008. Concordeu inteiramente com as razões expendidas pelo autor da proposição, lembrando que, ao elevar alguma das alíquotas no mesmo tanto que a da extinta CPMF ficou patente seu propósito arrecadador e o desvio de finalidade desse imposto.

Durante a discussão, contado, prevaleceu o argumento de que a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, que dispõe sobre o IOF, autoriza, em seus arts. 1º e 5º que o presidente da República altere alíquotas do imposto tendo em vista os objetivos das políticas monetária, cambial e fiscal. Mesmo que o único objetivo

colimado fosse o de repor as perdas decorrentes da extinção da CPMF, estaria atuando no estrito limite do poder regulamentar. Argumentar em sentido contrário implicaria contestar a constitucionalidade da própria lei, o que não é papel do Poder Legislativo, ao menos no âmbito de análise de decreto legislativo, cuja finalidade é sustar ilegalidades, não inconstitucionalidades.

Além disso, ficou claro que o Poder Executivo, ao alterar as alíquotas do IOF, também tinha em vista, objetivos regulatórios e extra fiscais. A esse respeito, mereceu destaque o fato de que, com o fim da CPMF, haveria imediata redução nos custos de operações de crédito, de seguros e de câmbio. Em uma economia já aquecida, em pleno processo de crescimento, acompanhado pelo avanço do crédito para pessoas físicas e jurídicas, um novo estímulo ao crédito poderia colocar em risco a estabilidade econômica nacional.

No âmbito das operações de câmbio, entendeu-se que a CPMF exercia uma importante função de reduzir a volatilidade dos fluxos cambiais, desestimulando operações de curto prazo. Para que o custo dessas operações se mantivesse estável, e essa função antes exercida pela CPMF se mantivesse, foi essencial majorar a alíquota do IOF, atingindo um nítido objetivo de política monetária e cambial, tal como autorizado pelo art. 5º da Lei nº 8.894, de 1994.

Em suma tudo o que prevêem os decretos atacados se ateu aos estritos limites do poder regulamentar, tal como delimitado por este Congresso Nacional, por meio da Lei nº 8.894, de 1994.

Diante de todo o exposto, não obstante os relevantes propósitos do autor da proposição e o ilustrado voto do relator original da matéria, esta comissão decidiu rejeitar o PDS nº 10, 2008.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 10 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/04/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATORIO VENCIDO: <i>Sen Romero Jucá</i>	
BLOCÓ DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Siba Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYCY <i>Eduardo Suplicy</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>(reitor do Senado)</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>
GEOVANI BORGES ⁵	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitácio Cafeteira</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

DOCUMENTOS ANEXADO6 NOSTERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

VOTO VENCIDO

Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 10, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, é composto de dois artigos.

O artigo primeiro susta, para todos os efeitos, a vigência dos Decretos nºs 6.339, de 3 de janeiro de 2008, e 6.345, de 4 de janeiro de 2008.

O Decreto nº 6.339, de 2008, altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). De acordo com seu art. 1º, que altera a redação do art. 70 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007 (Regulamento do IOF), a alíquota do mutuário pessoa física passa de 0,0041% para 0,0082% ao dia nas seguintes hipóteses:

- na operação de empréstimo, sob qualquer modalidade, inclusive abertura de crédito;
- na operação de desconto, inclusive na de alienação a empresas de factoring de direitos creditórios resultantes de vendas a prazo, a base de cálculo é o valor líquido obtido;
- no adiantamento a depositante, a base de cálculo é o somatório dos saldos devedores diários, apurado no último dia de cada mês;
- nos empréstimos, inclusive sob a forma de financiamento, sujeitos à liberação de recursos em parcelas, ainda que o pagamento seja parcelado, a base de cálculo é o valor do principal de cada liberação;
- nos excessos de limite, ainda que o contrato esteja vencido; e
- nas operações de financiamento para aquisição de imóveis não residenciais.

Além disso, de acordo com o § 15 acrescentado ao art. 7º, o IOF passa a incidir sobre as operações de crédito à alíquota adicional de trinta e oito centésimos por cento, independentemente do prazo da operação, seja o mutuário pessoa física ou pessoa jurídica. E o § 16 acrescentado ao mencionado art. 7º estabelece que hipóteses em que o IOF incidirá sobre o somatório mensal dos acréscimos diários dos saldos devedores, à alíquota adicional de que trata o § 15.

Por fim, outros dispositivos são incluídos ou alterados para estabelecer alíquota adicional de trinta e

oito centésimos por cento de IOF em várias hipóteses que especifica.

O Decreto nº 6.345, de 2008, altera o art. 15 do mencionado Decreto nº 6.306, de 2007, para estabelecer as seguintes alíquotas de IOF:

- nas operações de câmbio destinadas ao cumprimento de obrigações de administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos na qualidade de emissores de cartão de crédito decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários: dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento;
- nas operações de câmbio de natureza interbancária entre instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a operar no mercado de câmbio e entre estas e instituições financeiras no exterior: zero;
- nas demais operações de câmbio: trinta e oito centésimos por cento.

O segundo artigo da proposição em análise estabelece que, caso aprovada, a entrada em vigor do decreto legislativo será na data de sua publicação.

A justificativa da proposição é no sentido de que os Decretos nºs 6.339 e 6.345, ambos de 2008, têm como objeto o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), com objetivo de aumentar a arrecadação. Desse modo, transformou um imposto de caráter regulador em arrecadador, o que caracteriza desvio de finalidade. Além disso, violou o princípio da isonomia, ao aumentar a alíquota quando o mutuário é pessoa física, que passa a sofrer um gravame maior do que a pessoa jurídica em operações idênticas.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que o Congresso Nacional é competente para “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”, a teor do art. 49, V, da Constituição Federal (CF).

Por esse motivo, a espécie normativa utilizada, qual seja, projeto de decreto legislativo, revela-se correta.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: 1) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de decreto legislativo) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o

atributo da generalidade; iv) se afigura dotada de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No tocante à técnica legislativa empregada, é conveniente alterar a redação da proposição, na forma de emenda de redação, pois o que é suspenso não é a vigência dos decretos, mas sim a eficácia, com efeito ex nunc (prospectivo). Isso significa que o 1º Decreto Legislativo do Congresso Nacional não tem efeitos retroativos.

Deveras, conforme ensina Manoel Gonçalves Ferreira Filho, in “Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, Ed. Saraiva, 1992, vol. 2:

Sustar quer dizer suspender. O preceito em exame confere ao Congresso Nacional competência para, por meio de decreto legislativo, suspender a eficácia de atos normativos do Poder Executivo.

No mérito, estamos de acordo com a justificação que acompanha a proposição.

A CF dispõe, conforme regra geral, que é vedado aumento de tributos sem que lei o estabeleça (art. 150, I). Há, porém, exceções. Uma delas é a possibilidade de alteração das alíquotas do IOF por meio de ato do Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei (art. 153, § 1º, da CF).

A possibilidade de alteração da alíquota do IOF e de certos impostos por meio de decreto do Presidente da República decorre da natureza extrafiscal desses tributos. O objetivo de impostos como o for, o Imposto de importação, o Imposto de Exportação, é regular e proteger o mercado e a economia nacionais. Não é propiciar receitas aos cofres públicos.

Dentro da dinâmica da economia, a Constituição estabelece que a alíquota desses impostos pode ser fixada por decreto, ato do Presidente da República, que se revela mais ágil do que a propositura e a tramitação de um projeto de lei.

Mas isso não significa que o Presidente da República pode desvirtuar o princípio constitucional norteador da possibilidade excepcional de alteração de alíquota de tributo sem lei que o estabeleça. Ao fazê-lo com desvio de finalidade, buscando aumento de arrecadação e não regulação ou proteção do mercado e da economia nacionais, o ato é claramente abusivo, ensejando a necessidade de o Congresso Nacional sustá-lo.

O objetivo arrecadatário revela-se de forma cristalina quando verificamos que os Decretos fustigados estabelecem hipóteses de incidência semelhantes às da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira (CPMF), inclusive com a mesma alíquota de trinta e oito centésimos por cento. Além do mais,

tais Decretos foram editados logo após a tentativa frustrada de prorrogação da CPMF, cujo art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, foi rejeitado pelo Senado Federal em 12 de dezembro de 2007. Como é de conhecimento geral, já constava do Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional as receitas que seriam decorrentes da pretendida prorrogação da CPMF.

Desse modo, é visível que os Decretos nºs 6.339 e 6.345, ambos de 2008, pretendem “compensar” em parte a perda dos recursos que deixaram de ser arrecadados em razão da não-prorrogação da CPMF, por meio de um indevido aumento das alíquotas do IOF, desvirtuando a finalidade desse imposto.

Os temores de perda da arrecadação não se concretizaram. O Governo federal anunciou um novo recorde na arrecadação de impostos e contribuições no mês de janeiro de 2008, da ordem de 62.5 bilhões. Comparando-se com a arrecadação de janeiro de 2007 houve um aumento de 20.02%.

III – Voto

Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO do PDS nº 10, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 10, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam suspensos o Decreto nº 6.339, de 3 de janeiro de 2008, e o Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008.”

Sala da Comissão, 23 de abril de 2008.

, Presidente

, Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, vou submeter a Voto. Por se tratar de Projeto não-terminativo, eu indago as Sr^{as} e Srs. Senadores se estão de acordo com o parecer do Relator. Não havendo manifestação divergente, considero aprovada a referida proposição.

Vamos passar, portanto, agora ao Item nº 5 da Pauta da Reunião de hoje. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2008 não-terminativo. A Emenda é a seguinte: Determina a sustação do Decreto nº

6.345 de 4 de janeiro de 2008 o qual “altera o Decreto nº 6.306 de 14 de dezembro de 2007 que regulamenta o imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas ao título a valores mobiliários – IOF e do Decreto nº 6.339 que altera as alíquotas do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários – IOF. A autoria da proposição é do Senador Álvaro Dias e a matéria também foi subscrita pelo nobre Senador Sérgio Guerra. O Relator a quem concedo a palavra é o nobre Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria de observar que o parecer do Relator é pela aprovação do Projeto com Emenda que apresenta. [soa a campanha]. Em 9 de abril de 2008 foi concedida vista coletiva nos termos regimentais.

Com palavra o nobre Senador e Relator da matéria Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Senador Marco Maciel, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vou deixar de ler a Ementa que V. Ex^a já o fez na apresentação do Projeto e vou direto ao relatório.

O Projeto de Decreto Legislativo – PDS nº 10/2008, de autoria do Senador Álvaro Dias é composto de dois artigos. O art. 1º susta para todos os efeitos a vigência dos Decretos nº 6.339 de 3 de janeiro de 2008 e 6.345 de 4 de janeiro de 2008. O segundo artigo da proposição em análise estabelece que, caso aprovada, a entrada em vigor do Decreto Legislativo será na data da sua publicação.

Análise, Sr. Presidente. No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que o Congresso Nacional é competente para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar ou dos limites da delegação Legislativa” a teor do art. 49, inciso V da Constituição Federal. Por esse motivo, a espécie normativa utilizada, qual seja, Projeto de Decreto Legislativo revela-se correta.

A possibilidade de alteração da alíquota do IOF e de certos impostos por meio de Decreto do Presidente da República decorre da natureza extrafiscal desses tributos. O objetivo de impostos como o IOF, imposto de importação, imposto de exportação, é regular e proteger o mercado e a Economia Nacional, não é propiciar receitas aos cofres públicos. Dentro da dinâmica da economia a Constituição estabelece que a alíquota desses impostos possa ser fixada por Decreto, ato do Presidente da República que se revela mais ágil do que a propositura e a tramitação de Projeto de Lei.

Mas isso, Sr. Presidente, não significa que o Presidente da República pode desvirtuar o princípio Constitucional norteador da possibilidade excepcional de alteração de alíquota de tributo sem lei que o

estabeleça. Ao fazê-lo com desvio de finalidade, buscando aumento de arrecadação e não a regulação ou proteção do mercado e da Economia Nacional, o ato é claramente abusivo, ensejando a necessidade de o Congresso Nacional sustá-lo.

Vamos ao voto, Sr. Presidente, ante o exposto, somos pela aprovação do PDS nº 10/2008 com a seguinte Emenda de redação: Emenda nº 1 – dê-se ao art. 1º do PDS nº 10/2008 a seguinte redação: Art. 1º – fica suspenso o Decreto nº 6.339 de 3 de janeiro de 2008 e o Decreto nº 6.345 de 4 de janeiro de 2008.

Esse é o voto, Sr. Presidente. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Em discussão a matéria. Após o Parecer do Relator Senador Flexa Ribeiro, eu concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, líder do Governo, para discutir a matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria da atenção dos Srs. e Sr^{as} Senadores. [soa a campanha] porque o Projeto de Decreto Legislativo do Senador Flexa Ribeiro, aliás, do Senador Álvaro Dias, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro visa derrubar o aumento do IOF feito no início do ano para, de certa forma, combater a queda de arrecadação da CPMF.

Além disso, visava também, de certa forma, reequilibrar o processo e o fluxo do financiamento, a injeção de crédito no mercado até para conter um pouco de inflação por conta de uma inflação de demanda. Então, eu quero registrar que nós temos que ter muito cuidado. O mundo vive um momento de dificuldade. O Brasil vive momentos de combater a inflação, de analisar essa questão da inflação de demanda e, portanto, não dá para brincar e derrubar uma fonte de receita como essa, e sinalizar para o mercado e para a sociedade, de repente, algo na direção oposta àquilo que se busca com equilíbrio fiscal que é exatamente a aprovação do orçamento feito com esses recursos contabilizados para esse ano. Portanto, a liderança do Governo encaminha contrário e fazer um apelo a todos os Senadores e Senadoras para que nós possamos, infelizmente, derrubar esse Decreto Legislativo e deixar um pouco mais calmo a situação de avaliação das receitas e despesas do Governo. [soa a campanha]

O equilíbrio fiscal é fundamental, esses recursos estão previstos no orçamento, é o Item do Decreto Legislativo que... Do Senador Alvaro Dias, não sei qual o Item. Item nº 5 – que, de certa forma, isso representa a queda no orçamento de 10 bilhões de Reais e, portanto, a sinalização de desequilíbrio fiscal muito grande. O país, não é nem o Governo... O país não merece,

não agüenta isso, portanto, o encaminhamento é contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Concedo agora, pela ordem de inscrição, a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias. A seguir o Senador Valter Pereira, depois ao nobre Relator Flexa Ribeiro e, finalmente, o Senador Wellington... Senador Aloizio Mercadante, e, por fim, mas não o último o nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. Com a palavra o nobre Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Governo exorbitou. Aliás, eu imaginava que o Senador Romero Jucá tivesse até constrangimento em defender o descumprimento do acordo celebrado pelo Governo com a oposição ao final do ano passado quando se entendeu sobre a votação da Desvinculação das receitas da União.

Em reunião da qual tive a satisfação de participar, acordou-se que o Governo não se utilizaria do expediente de reajustar alíquotas, não lançaria pacote tributário, não promoveria qualquer alteração de receita e discutiria com o Congresso Nacional os cortes necessários no Orçamento da União para fazer frente à derrubada da CPMF. No dia 2 de janeiro, o Governo lança mão do Decreto e altera a alíquota do imposto sobre operações financeiras.

Exorbitou o Poder Executivo porque não teria ele competência para desta forma legislar. Poderia se, eventualmente, houvesse uma turbulência no Mercado Financeiro a agir desta forma, turbulência não houve. O Governo transformou um instrumento regulador em instrumento arrecadador. O Imposto sobre Operações Financeiras foi instituído como instrumento regulador. Ao reajustar a alíquota em tempo de tranqüilidade da receita, o Governo cometeu uma ilegalidade – transformou o imposto regulador em imposto arrecadador e não só aumentando a receita, alterando também o teto estabelecido pelo Congresso Nacional ao rejeitar a CPMF ao final do ano passado.

Não tem o Governo poderes para, através de Decreto, alterar o teto da receita. Eu disse que o Governo aumentou a alíquota. Além de aumentar a alíquota, no caso do empréstimo, inclusive, de financiamento, a alíquota que incide é de 0,0082% ao dia, majorada em 100% pelo próprio Decreto, e a alíquota adicional de 0,38%. Fica evidente, portanto, que além da majoração na prática houve a criação adicional de imposto com alíquota diferente e uniforme, além do próprio IOF. [soa a campanha]

De outro lado, com esse Decreto o Governo desrespeita o princípio da isonomia. Não estabeleceu uniformidade, discriminou. Uma discriminação indevida

entre os tomadores, onerando mais as operações de crédito cujos mutuários sejam Pessoas Físicas, a alíquota foi de 0,0082% em relação àquelas em que os mutuários são Pessoas Jurídicas, a alíquota de 0,0041. Portanto, injustificadamente, o Governo desrespeita o princípio da isonomia tributária, taxa a Pessoa Física de uma forma e a Pessoa Jurídica de outra forma.

Portanto, Sr. Presidente, nós já elencamos aí três razões da exorbitância do Governo com esse Decreto: O Governo desrespeitou o teto estabelecido pelo Congresso Nacional; O Governo não respeitou o princípio da isonomia taxando diferentemente Pessoa Física e Pessoa Jurídica; O Governo aumentou tributos, transformando um instrumento regulador em instrumento arrecadador, além do que o Governo, aí não é uma questão legal, não é uma questão jurídica, mas passa a ser uma questão ética, desrespeitou o compromisso assumido com a Oposição no Congresso Nacional. [soa a campanha]

Portanto, Sr. Presidente, há razões de sobra para aprovação desse Decreto Legislativo que susta os efeitos do Decreto do Governo até porque está comprovado – o Governo vem batendo todos os recordes de receita. Não tem razão o Senador Romero Jucá quando sinaliza com o fim do mundo se esse Decreto Legislativo for aprovado. Desta forma sinalizava o Governo quando a oposição rejeitou a prorrogação da CPMF. O Governo sinalizava também com o fim do mundo, era impossível governar o país. Nós ouvimos reiteradamente esses discursos... Seria impraticável, nós estaríamos colocando em risco a governabilidade. No entanto, já no mês de janeiro o Governo bateu todos os recordes de receita desmentindo o discurso oficial do final do ano anterior. [soa a campanha]

E a receita do Governo Federal, a receita da União vem crescendo mês a mês. [soa a campanha] O próprio orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, estou concluindo, Sr. Presidente, o próprio orçamento aprovado pelo Congresso Nacional estabelece 30% a mais de investimento do que previa o orçamento encaminhado pela União, pelo Poder Executivo ao Legislativo antes da extinção da CPMF, ou seja, quando o Governo contabilizava os recursos da CPMF, encaminhava ao Congresso um orçamento com investimentos 30% inferiores àquele orçamento aprovado pelo Congresso Nacional depois do fim da CPMF.

Portanto, Sr. Presidente, os argumentos de que o Governo não tem condições de administrar o país sem os recursos do IOF não são consistentes, eles não podem prevalecer. O que deve prevalecer nesta Casa do Congresso Nacional é a defesa da sociedade brasileira. A verdade é que a nossa carga tributária exorbita, nossa carga tributária esmaga, a nossa carga

tributária trava o processo de crescimento econômico desse país. O povo brasileiro não agüenta mais pagar tanto imposto. Há um exagero na cobrança de impostos no país, portanto, o que cabe ao Governo é reduzir despesas correntes, de reduzir as despesas de custeio da máquina pública que cresce assustadoramente, e reduzir os encargos para que a população brasileira possa produzir e promover o crescimento econômico do país. [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com a palavra a seguir o nobre vice-Presidente da Comissão, Senador Valter Pereira.

Com a palavra... E vou solicitar aqui, a partir de então, sejam concedidos 5 minutos para cada intervenção e vou considerar também

inscrito, pela ordem, o nobre Senador Jefferson Peres. Com a palavra o Senador Valter Pereira. O Senador Sibá Machado também.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, comungo com grande parte da sustentação feita pelo Senador Álvaro Dias. Efetivamente o Brasil convive com uma carga tributária atípica, é uma das mais elevadas do mundo e sobre isso o Senado Federal tem debruçado estudos e feito duras críticas. Entendo que... O Governo teria que estudar uma mudança na política tributária de forma a desonerar o setor produtivo, porque sobre esse é que existe, efetivamente, um efeito maléfico. Por quê? No setor produtivo a carga tributária vai repercutir no preço do produto, vai repercutir na inflação etc.

O que aconteceu por ocasião da discussão da CPMF, a derrubada dessa contribuição e as medidas que foram adotadas posteriormente? O Governo quando perdeu a receita da CPMF adotou algumas medidas como, por exemplo, a majoração da Contribuição Social sobre o lucro líquido dos bancos, a majoração do IOF e anunciou, também, uma redução de gastos.

Quanto à majoração da Contribuição Social do Lucro Líquido que incide, exclusivamente, sobre as Instituições Financeiras a repercussão desse imposto, dessa medida se dá no âmbito exclusivo do banco. Por quê? Porque aqui nós estamos discutindo o Imposto de Renda. O que é o Imposto de Renda? O Imposto de Renda é o resultado... O resultado do custo operacional com o crédito(F) que foi obtido pelo banco, pelo sistema financeiro, ou seja, é o lucro líquido, é a apuração do resultado. Então, isso aqui não se transfere, quem arcaria com esse ônus seria única e exclusivamente o banco. E todos nós conhecemos os balanços dos bancos e sabemos que nenhum segmento da economia locupletou tanto dessa agiotagem que ocorre no Brasil como sistema financeiro, foi o único

sistema que realmente enriqueceu, que se apropriou da riqueza desse país.

O que acontece com o IOF? O IOF já é um imposto. Um imposto que vai repercutir numa outra fase, numa fase onde o banco tem a oportunidade de tirar do seu mutuário, do seu cliente, daquele que é o seu tomador, daquele que vai tomar o seu empréstimo. Portanto, no caso do IOF, nós não estaremos penalizando quem está se locupletando, nós estaremos penalizando, isto sim, aquele que é o tomador, aquele que é o cliente, ou seja, o consumidor. soa a campanha]

Fosse a proposta do ilustre Senador Álvaro Dias incidente sobre a Contribuição Social, sobre o lucro líquido dos bancos, ou seja, sobre o

Imposto de Renda do Sistema Financeiro eu ia fazer uma sustentação aqui em defesa da proposta. Por quê? Porque eu acho que quem tem que pagar imposto é quem tem capacidade contributiva, e ninguém neste país tem mais capacidade contributiva do que o Sistema Financeiro.

Agora, nós entrarmos mais uma vez para penalizar o cliente, para penalizar o consumidor essa eu sou contra. Eu acho que nós temos que aliviar o consumidor. Aqui quem vai pagar a conta é o consumidor.

Então, era essa a manifestação. Dessa forma, eu acho que nós temos que manter do jeito que está e aqui subscrevo a proposta do Senador Álvaro Dias se ele quiser entrar no lucro, no lucro do banco... Se ele quiser ir no Imposto de Renda, se ele quiser incidir sobre a Contribuição Social do Lucro Líquido do banco. Aí, eu acho que é correta a medida e eu subscreverei, mas nas condições atuais, não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concede um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu acho que o Senado Federal precisa fazer uma discussão um pouco mais aprofundada sobre uma matéria desta natureza. É evidente que nós temos uma carga tributária elevada e por sinal o que me estranha é que a liderança do Governo anterior que patrocinara a construção dessa carga tributária e sabe as razões porque isso aconteceu – aconteceu porque o Brasil tem uma dívida pública extremamente elevada e de péssima qualidade – nós somos um país que viveu a mais longa hiperinflação da história, de 1980 a 1994. A hiperinflação chegou aos 23 trilhões de pontos percentuais. E exatamente para superar esse quadro de hiperinflação, de desorganização das Finanças Públicas, o país teve que fazer um imenso esforço fiscal, porque nós temos uma dívida pública

muito elevada com um custo extremamente elevado. Por isso, a carga tributária é elevada no Brasil. Nós temos uma taxa de juros que é a menor dos últimos 23 anos, mas ainda é muito alta. E com todo o esforço fiscal de superávit primário, nós ainda temos déficit nominal nas contas públicas, num país que hoje tem uma carência imensa de investimento em infra-estrutura, em logística, em energia, estradas, portos, aeroportos, demandas sociais acumuladas – particularmente a área da saúde pública, é uma área extremamente vulnerável. Portanto, a discussão precisa ser um pouco mais qualificada.

O IOF, por que é que ele permaneceu ao longo de toda a história econômica e nem o Governo anterior, nem esse se dispuseram a retirar esse instrumento? Porque ele tem um papel regulatório.

Quando o Governo introduz o dispositivo do IOF sobre aplicações estrangeiras em título de renda pública e não me venham dizer que isso é para beneficiar o contribuinte brasileiro. Não é. Não é. São investidores estrangeiros que hoje especulam arbitragem de taxa de juros, como a taxa de juros nos Estados Unidos é negativa, no Japão é negativa, existe um mecanismo chamado **carry over**(F), ele toma dinheiro lá barato para aplicar financeiramente na arbitragem de juros no Brasil que ainda é alto e tem um ganho especulativo com essas operações.

Ora, o Governo tem hoje uma pressão inflacionária que decorre, sobretudo, da pressão do índice de custo de vida que vem dos alimentos no mundo inteiro e a metade dos índices do Brasil. Portanto, a margem para cumprir a meta de inflação que é inegociável de 4,5% é pequena na política monetária. O Governo diante... O Banco Central diante desse dispositivo toma a decisão de fazer um aumento da taxa de juros que vai aumentar os encargos financeiros do Governo e a sobrecarga na política fiscal. O IOF é o instrumento para impedir que o câmbio continue se apreciando, que as importações possam crescer de forma explosiva, deteriorando as contas externas e prejudicando, como já prejudicou no passado, o equilíbrio das contas externas do Brasil que hoje são a blindagem quando há crise internacional. Por que o Brasil não foi atingido até agora por essa crise? Porque tem 195 bilhões de dólares em caixa e isso veio exatamente do superávit comercial.

A taxa de juros, hoje, ela estimula a apreciação do Real, a valorização do Real, e é o único instrumento que o Governo tem para impedir que isso se aprofunde é o IOF. Portanto, eu peço ao Senador Flexa Ribeiro, eu poderia, inclusive, argumentar que, do ponto de vista Constitucional, o Decreto sequer faz as exposições do motivo onde exorbitou o Governo nos

seus instrumentos legais de governar. Mas eu peço que haja uma discussão mais aprofundada, porque o país não tem como abdicar do IOF para tentar amenizar o processo de apreciação do câmbio para não deteriorar as contas externas do Brasil, que seguramente nós conhecemos aonde isso vai dar. E só olhar para o passado e ver a submissão ao FMI, a instabilidade econômica, financeira, e todas as dificuldades que nós tivemos. A grande diferença em relação às crises anteriores [soa a campainha] é a situação das contas externas do Brasil, 195 bilhões de dólares e o superávit comercial.

O superávit está se deteriorando, o IOF é o grande instrumento de evitar uma apreciação mais rápida e mais profunda na taxa de câmbio. Por isso, eu faço um apelo à responsabilidade política e que nós não patrocinamos essa iniciativa que tem um significado, talvez, eleitoral, duvido...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Permite um aparte, Senador?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Porque sequer há uma intervenção direta do ponto de vista do interesse do contribuinte. Mas vai desestabilizar ainda mais a situação, eu diria, já delicada das nossas contas externas que não é um problema no curto prazo, mas será um problema a médio e longo prazo. Por isso o IOF é indispensável para evitar a apreciação...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Permite?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Pois não, Senador Álvaro.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – A minha proposta não extingue o IOF, a minha proposta elimina a exorbitância e V. Ex^a afirmou que na exposição de motivos nós não apontamos onde exorbitou o Governo. Apontamos sim, vários itens de exorbitância. O primeiro deles é que transformou, e V. Ex^a mesmo se referiu a isso, um instrumento regulador em instrumento arrecadador, reajustando a alíquota e criando adicionalmente uma nova alíquota. Exorbitou porque alterou o teto de receita estabelecido pelo Congresso Nacional no final do ano passado – quando extinguindo a CPMF – retirou 40 bilhões de Reais dos cofres públicos, mantendo-os com o setor privado. Exorbitou na medida em que não respeita o princípio da isonomia tributária, estabelecendo taxaçaõ diferenciada de Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Portanto, são vários os pontos de exorbitância do Poder Executivo e para concluir, afirmando que IOF é sim um instrumento importante de regulação, e, por isso, nós não estamos propondo a sua extinção. Estamos apenas tentando evitar que o Governo,

exorbitando no seu ato de legislar, arbitrariamente possa transformá-lo em instrumento de arrecadação como se o país estivesse necessitando, neste momento, aumentar, modernizar ou aprimorar, ou ampliar os seus instrumentos de arrecadação já que está arrecadando além do que estabelece o limite do bom senso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP)

– Dou aparte ao Senador Romero Jucá e concluo em seguida, Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Mercadante, queria só lembrar, também, que dentro dos aspectos técnicos a proposta de cortar parte do recurso do IOF ela bate de frente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque esses recursos já estão previstos no Orçamento e em nenhum momento a proposta diz, cortando esse recurso, de onde virá a substituição de recursos para manter as despesas que já estão programadas no Orçamento. Portanto, não só na questão da crise fiscal, mas, tecnicamente, na confecção da proposta orçamentária e na Lei de Responsabilidade Fiscal a proposta não tem amparo técnico.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP)
– Sr. Presidente, para concluir...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Para concluir, eu vou conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP)

– Sr. Presidente, eu queria concluir dizendo, em primeiro lugar, que o Orçamento que foi aprovado, foi aprovado no amplo entendimento desta Casa. É verdade que há um ganho extraordinário de receita esse ano porque o país está crescendo 6% ao ano e puxado fundamentalmente pelo consumo das famílias que é 8,5% e é este consumo das famílias que é o mercado interno que permite um ganho expressivo de receita.

Nós teremos que recuperar força das exportações e nós não poderemos conviver muito tempo com desequilíbrio no balanço comercial, à medida que as exportações crescerem nós são desoneradas. Portanto, PIB quando cresce puxado pelas exportações não traz o resultado fiscal que nós temos nesse momento. Nós perdemos o mecanismo permanente de receita tributária que era a CPMF e que financiava 85% das internações cirurgias do país, toda, média e alta complexidade; e o IOF, vou terminar dizendo, ele é indispensável para amenizar o processo de apreciação do câmbio que prejudica hoje a indústria brasileira já, prejudica a agricultura e ele é decorren-

te da arbitragem de juros, exatamente ao colocar o IOF que antes na arbitragem, na compra de títulos públicos para o capital estrangeiro, nós estamos diminuindo parte da especulação financeira colocando um dispositivo de imprevisibilidade para o aplicador financeiro e um instrumento que o Governo terá que acionar tantas vezes quanto for necessário, se nós não quisermos prejudicar o balanço comercial e não expomos o Brasil a essa forte turbulência de uma crise financeira em evolução e que nós sabemos as repercussões que ela traz e o passado nos ensina por onde não caminhar.

Por tudo isso, o IOF é indispensável nesse momento à regulação econômica e a arrecadação é decorrente desse papel de tributar o capital financeiro e não vejo o porquê o Senado deveria patrocinar essa proposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Com a palavra, pela ordem, nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pre-

sidente, como Relator desse Projeto do nobre Senador Álvaro Dias, eu fiz o meu relatório bem consubstanciado, mas vejo que pelas dúvidas que suscitou em relação aos membros da base do Governo, uns apoiando; outros divergindo do relatório, e alguns até dando argumentos a favor porque, realmente, a majoração da alíquota do IOF não é a extinção do IOF, foi a majoração, ela foi feita transformando o imposto que é de regulador em arrecadador.

Então, peço a V. Ex^a para que eu possa fazer uma análise melhor, possa, inclusive, conversar com a própria base do Governo para rever o parecer que seja retirado de Pauta este processo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS) –

Permita um aparte...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós

não concordamos, já estamos discutindo, nós queremos votar a matéria, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu

peço que retire de Pauta para rediscussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Há precedentes na Comissão de retirada de proposição para reexame. Então, a Mesa acolhe a proposição.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr.

Presidente, eu recorro, eu recorro do pedido de reexame ao plenário para que nós possamos votar hoje, queria que fosse ouvido o plenário.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – A

Presidência já concordou com o pedido...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas eu recorri da decisão do Presidente para o plenário, é natural.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O plenário vai contra a decisão do Presidente, Senador Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O plenário vai a favor da discussão da continuidade que nós já discutimos agora, e vamos votar agora. Já foi dado vista, nós queremos votar hoje. Eu recorro da decisão do Presidente Marco Maciel e peço que ele ouça o plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pedido para reexaminar o meu Parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não concordamos, peço que ele ouça o plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com a concordância do Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu só quero, Sr. Presidente, comunicar ao Senador Romero Jucá que se em função da circunstância esse Decreto Legislativo for rejeitado aqui, eu vou recorrer ao plenário do Senado Federal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a tem todo o direito de recorrer como eu estou recorrendo agora da decisão do Presidente Marco Maciel.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – O curioso, Presidente, é que dizem que quem radicaliza é a oposição, o líder do Governo toma essa posição num desrespeito a V. Ex^a e a oposição é quem radicaliza.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – De forma nenhuma, Sr. Presidente. Não estou faltando com respeito a ninguém. Nós estamos discutindo. Eu entendo que a manobra do Senador Flexa é uma manobra para atrasar a votação, porque a oposição não tem maioria. Ele não vai mudar o parecer dele, a não ser que ele diga que vá mudar o parecer dele. Eu entendo que ele não vá. Então, nós queremos votar hoje.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Presidente, com todo o respeito, eu acho que é um direito do Relator pedir para ele apreciar e um direito do Senador Jucá pedir para recorrer. Eu vou votar se for recurso com o Senador, porque eu acho absolutamente normal. Na verdade, tanto o Senador Mercadante como o Senador Álvaro Dias levantaram argumentos novos que eu acho que uma apreciação profunda do Senador vai nos facilitar, e não vejo em que uma semana vai atrasar o Projeto. O Projeto... A Lei está em vigor, não muda nada. Eu gostaria, faria um apelo ao Jucá no sentido de permitir isso. Vi boa intenção, está claro que o Senador do PSDB pode estar pensando

ao contrário, mas ele trazer mais esclarecimentos sobre os fatos importantes apresentados pelo Senador Mercadante e pelo Senador Álvaro Dias, eu acho muito importante que a gente veja o pensamento dele.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu mantenho meu recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ademais, porque há precedentes. Em segundo lugar, porque também com isso nós poderemos avançar com a Pauta. Nós temos Projetos terminativos que não podemos apreciar. Há quórum para apreciar e não podemos apreciar tendo em vista a grande quantidade de oradores inscritos. Com isso, nós daríamos economia processual e poderíamos avançar em matérias pendentes sem prejuízo que tempestivamente o nobre Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu mantenho meu recurso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está muito angustiado, às vezes, ele não está presente e a oposição terminou derrubando o pensamento dele e como, agora, ele tem maioria ele quer garantir a maioria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro. Eu mantenho meu recurso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu garanto que semana que vem ele tem maioria de novo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pela ordem Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, me parece que nem mesmo cabe recurso nesse caso. O autor do Projeto concorda com o sobrestamento da matéria, o Relator solicita o sobrestamento da matéria e o Presidente da Comissão atende.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Há um recurso e a maioria do plenário decide o recurso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não sei se é regimental, mas certamente não é da boa prática da convivência, principalmente da boa convivência entre Senadores – principalmente a Oposição e Situação _ em que pese o fato de que esta matéria tem origem exatamente no desrespeito a um compromisso assumido pelo Governo e exatamente pela figura do seu líder – através da figura do seu líder Senador Romero Jucá _ no final do ano passado quando houve um entendimento relativamente a votação da DRU. Isso é matéria vencida.

Eu quero, Sr. Presidente, destacar, que V. Ex^a merece todo o respeito dessa Comissão. E este atendimento ao apelo do Senador Flexa Ribeiro tem a concordância do autor da matéria e nós lamentamos que o Senador Romero Jucá solicite ao plenário desta Comissão que reveja uma decisão do Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu mantenho meu recurso. Senador Pedro Simon já votou sim com o Senador Flexa Ribeiro. Eu voto não. Gostaria que V. Ex^a tomasse os votos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou que eu não seria o último, verdadeiramente, porque eu nem falei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sim, porque a... Não, na realidade V. Ex^a está na lista de inscritos. Mas como houve a solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos discutir a preliminar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, eu achei, até por economia processual, que nós deveríamos suspender a discussão para que se acolhido... Se acolhida a solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro, a matéria teria sua discussão sobrestada e nós poderíamos avançar em outros Itens constantes da Pauta da reunião de hoje. Foi por essa razão, mas se não prevalecer a solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro a discussão prosseguirá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de saber, pelo regimento, em que artigo o Senador Romero Jucá se...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu recorro...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a tem que...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu recorro da decisão de V. Ex^a eu gostaria que fosse tomado os votos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria de saber em que artigo do Regimento ele está...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – No que couber, Senador Flexa Ribeiro. [risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – No que couber, então, qual será esse artigo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Indefere.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma questão de ordem, Presidente, eu gostaria de saber por qual artigo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o recurso está feito, pode ser feito, já foi feito antes. Recurso pela decisão da Presidência é um instrumento corriqueiro nas Comissões. Portanto, eu faço o recurso e solicitaria a V. Ex^a que tomasse os votos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como também já é de praxe atender o pedido, como o Presidente já disse que já foi feito aqui, da retirada de Pauta quando o Relator assim solicita.

Então, não... Não é acordo não, é praxe. Como também – eu estou só pedindo a V. Ex^a – como regimentalista que o é, que baseie o seu recurso no artigo do Regimento. Só isso. É muito simples.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Chamar o Presidente de regimentalista é muito pouco... o Presidente é...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Jucá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, isso... o Senador Jucá é regimentalista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Regimentalista.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador é jurista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É muito mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, vamos submeter a matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos coletar voto. Vamos coletar voto. [soa a campanha]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não é pedido de vista. Não é pedido de vista, pedido de vista é automático. Eu estou discutindo aqui continuar a votação, já foi dado vista coletiva. É uma matéria que está discutida, e eu solicito contrariamente [ininteligível] que seja tomado os votos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Continuo solicitando ao Senador Jucá...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – O nobre Senador Romero Jucá ele não está pedindo vista [soa a campanha]. Ele está solicitando a retirada de Pauta para reexame do parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – e eu estou discordando...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Baseado em que Regimento V. Ex^a discorda?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já estamos em discussão. Queria que V. Ex^a tomasse...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) – A vista seria automática. E o adiamento não é.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Então, vamos submeter a votos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A liderança do Governo encaminha o voto não, Sr. Presidente, pela continuidade dos trabalhos. Contra o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
(PSB – SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, uma declaração de voto. Considerando que reduzir o IOF – que é o que busca o relatório – nós estaremos, na verdade, facilitando a vida dos bancos em prejuízo do erário, e considerando que se fosse essa majoração em cima da Contribuição Social do Lucro Líquido dos bancos, aí, nós estaríamos penalizando os bancos em favor do erário, considerando isso eu vou votar com a liderança do Governo. Votar contra o Parecer do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Geovani Borges. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senadora Kátia Abreu, Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, Senador Epitácio Cafeteira, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Quero discutir e votar. Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Há algum... bom...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Falta chamar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Sim. Há algum Senador ou Senadora que ainda não... Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tenho direito a voto. Suplente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Pode votar porque a representação não está completa do bloco.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu gosto de ser suplente, tenho um grande carinho pela suplência. Meu voto acompanhando meu grande líder Jucá. Não. Ainda queria, Sr. Presidente, retirar a minha parte da discussão. Não vou discutir o assunto, botar direto em votação. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Então...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, eu não votei ainda, meu voto é conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Senador Flexa Ribeiro. [soa a campanha] Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Voto conhecido, Presidente. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Vamos proclamar o resultado. 11 Sr^{as} e Srs. Senadores votaram contrariamente à solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro e 4 Senadores

votaram a favor. Então, vamos prosseguir a discussão da matéria. O próximo orador inscrito, nobre Senador Wellington Salgado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, se for continuar a discussão, eu gostaria de falar. Se for direto a votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Há outros oradores inscritos e se V. Ex^a desejar falar poderá fazê-lo, senão passarei a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres que é o orador a seguir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou falar, Sr. Presidente. Srs. Senadores, eu vejo aqui que a oposição continua dirigindo um carro que tem o farol iluminado para trás. Olha sempre para trás, pelo retrovisor, dirige olhando pelo retrovisor. Tem que olhar para frente. Essa questão, o Brasil hoje todo mundo, todos os nossos Senadores sabem que o mundo inteiro passa por uma questão importantíssima, os famosos subprime(F).

O Brasil precisa adquirir o grau de investimento. Aqui o Equador já adquiriu, se eu não me engano, há uns três meses atrás, e o Brasil não consegue adquirir esse grau de investimento. Por que não consegue? Porque a todo o momento há mudança na Legislação com relação a equilíbrio fiscal nesse país. Acabou-se de derrubar o CPMF, derrubou-se o CPMF. A questão da arrecadação aumentou. Aumentou porque a fiscalização está funcionando de uma maneira que é incrível, Sr. Presidente. Não é porque se cria novos impostos não, é porque a arrecadação, a fiscalização – aí eu estou falando como empresário – a fiscalização está em cima de todos os contribuintes. Fiscalizando de tudo quanto é jeito, qualquer empresa e é Pessoa Física, Jurídica, então, a arrecadação aumenta porque a máquina está trabalhando.

Agora, todo o momento a oposição diz que aumenta porque está criando imposto. Não há como não criar imposto. O imposto ele é feito para poder se tampar algum problema que existe. A CPMF foi tirado 40 bilhões do caixa do Governo. O Governo teria que ter uma atitude para tentar acertar o Orçamento para que não houvesse o desequilíbrio fiscal como bem colocou o Senador Mercadante que é um especialista na área, um estudioso no assunto. Aí lá vem a oposição e diz que foi criado imposto. Fica tentando tomar atitude, algo que aconteceu lá em janeiro, nós já estamos em final de abril, 23 de abril, segundo o calendário aqui, Sr. Presidente. Mas ela continua lá em janeiro quando foi derrubado.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi exatamente quando foi apresentado o Decreto Legislativo, foi em janeiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É, mas o mundo já mudou, hoje é tudo muito rápido.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Apresentei no dia seguinte, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É muito rápido, ficou para trás o que V. Ex^a apresentou, o mundo caminhou, a roda girou, a fila andou.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Imagine, imagine os Projetos que estão aqui há 10 anos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas esse específico afeta o equilíbrio fiscal. V. Ex^a sabe que eu tenho um carinho especial por V. Ex^a, mas não posso defender um desequilíbrio fiscal no país que está sendo muito bem conduzido, não me pergunte por quê? O Presidente Lula não estudou. Agora, ele formou uma grande equipe, o país está dando certo. Como é que eu vou torcer para poder dar errado. Eu tenho que torcer para dar certo. Eu não vou ficar torcendo para não chover para que haja crise elétrica, não vou ficar torcendo para que o subprime(F) chegue ao Brasil. É todo dia alguém torcendo para que as coisas dêem erradas, eu não vou torcer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Permite um aparte nobre Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Deixa eu gastar um pouquinho mais do meu tempo, Senador Flexa, V. Ex^a pega tempo de todo mundo, tem 2 minutos e 10 e vou dar um aparte a V. Ex^a Eu gosto de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É 30 segundos só.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Jura? 30 segundos para V. Ex^a. [soa a campainha]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só para dizer a V. Ex^a que o Governo ele... Realmente, não é a oposição que fica olhando pelo retrovisor é o Governo. Por isso que a política econômica dele dá certo, está olhando a política do Governo Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Flexa, o Fernando Henrique já está lá escrevendo os livros dele, fazendo as palestras dele, fale no Governador Serra, fale no Governador Aécio que é o candidato de vocês, não venha falar do Fernando Henrique. O Fernando Henrique já fez a contribuição de 8 anos, 8 anos

pelo país. Agora está na hora de cuidar dos netos, está na hora de ficar discutindo dentro do PSDB, ficar criando polêmicas. O Lula está aí, a hora é do Lula e está acabando, está acabando. Todo mundo diz que ele quer mais 4 anos, ele diz que não quer. Ele vai voltar depois.

Então, Sr. Presidente, é o que eu tinha a dizer. Não há como ficar mexendo nesse desequilíbrio fiscal do país. Nós temos que dar credibilidade ao mercado internacional. Temos que dar credibilidade ao Brasil para que o mercado internacional venha investir aqui. Quando foi na época do país nós tivemos financiamento de carro em 99 meses, [soa a campainha] financiamento de apartamento em 180 meses. Isso é fruto de quê? Isso é fruto de confiança. Hoje, existe confiança na administração do Brasil. É por isso que está se dando prazo, está se dando condições de se adquirir dentro de um fluxo de caixa, porque tudo na vida é fluxo de caixa. Se entrou no seu fluxo de caixa, você pode fazer. É só ter a vontade de querer. Só isso, Presidente. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Dei a palavra ao próximo orador, o nobre Senador Jefferson Peres. A Presidência deseja informar ao plenário que, ao submeter a matéria a voto, o fez de forma correta. Posto que, de acordo com o art. 256, a retirada de proposições em curso no Senado é permitido desde que ainda não tenha sido iniciada a sua votação e quando se tratar de Emenda, antes iniciada a votação da matéria principal. Eu faço apenas o esclarecimento ao plenário para que fique bem claro que a decisão que a Presidência adotou estava amparada no Regimento Interno do Senado.

Concedo agora a palavra para discutir a proposição o nobre Senador Jefferson Peres. A seguir, o nobre Senador Sibá Machado e depois o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Há de chegar um tempo em que a austeridade fiscal e o equilíbrio das contas públicas deixem de ser uma questão de Governo e Oposição para impregnar a cultura de toda a classe política brasileira porque isso é de interesse de todo o país.

O aumento das alíquotas do IOF foi feita para compensar, em parte, a supressão da CPMF. É certo que o crescimento da economia, do PIB, se refletiu no aumento da arrecadação e não aconteceu aquele desastre que poderia ter ocorrido com a perda de cerca de 40 bilhões de Reais.

Sr. Presidente, eu lamento discordar do ilustre autor da matéria, Senador Álvaro Dias e do ilustre

Relator Senador Flexa Ribeiro. Não me convenceu o argumento, por exemplo, jurídico, segundo o qual estaria ferido o Princípio da Isonomia com a cobrança diferenciada de alíquotas de Pessoas Físicas e Jurídicas. Fosse assim, Sr. Presidente, o Imposto de Renda não contemplaria alíquotas diferenciadas também para Pessoas

Físicas e Jurídicas. Portanto, acho que o óbice jurídico Constitucional não existe. Por outro lado, Sr. Presidente, nós vivemos tempos difíceis, incertos. Mas não sabemos qual será toda a extensão e a profundidade da crise gerada pelo subprimes(F) na economia americana. É possível e até provável que chegue ao Brasil ainda este ano no 2º semestre, haja uma... Ocorra uma desaceleração do crescimento econômico, conseqüentemente, uma redução da arrecadação. E assim seria temerário nós tirarmos do Governo este instrumento para aumentar a Receita Federal. Não creio que... Eu acho muito, acho até e, bastante provável, que esse reflexo negativo na economia brasileira aconteça, Sr. Presidente. E as dificuldades para o Governo seriam muito grandes.

É preciso definitivamente, é preciso definitivamente afastar essa idéia de que o Brasil tem superávit. Os economistas brasileiros inventaram essa coisa de superávit primário. O orçamento brasileiro é deficitário. Há um déficit nominal. Contando em juros e os juros têm de ser pagos sob pena de o Governo, não honrando os seus compromissos, isso destruir o crédito público. Portanto, que história é essa de superávit primário? Nós temos é um déficit no Orçamento do Governo. Claro que deveremos buscar esse... Reduzir esse déficit ou até eliminá-lo mediante contensão dos gastos correntes.

Eu até sugeriria aos Senadores de oposição e eu me concluirei, me enfileirei [soa a campainha], né, com a oposição se aproveitarem o Projeto da Reforma Tributária que haverá de chegar ao Senado ainda este ano, para colocar um mecanismo de contensão da expansão dos gastos correntes em relação ao PIB, Sr. Presidente. Esta sim será uma medida correta de buscar o equilíbrio das contas públicas. Mas, por enquanto, não e eu não posso concordar com isso. De forma que eu voto contra o parecer do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – S. Ex^a desiste de discutir a matéria. Então, eu indago se há Senadora ou Senador interessado, ain-

da, em discutir a proposição. Não havendo quem queira discuti-la, vou submeter à votação. A votação...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente. 30 segundos para encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, então...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – PSDB encaminha o voto sim com o Relator e, apenas, reitero. Há sim exorbitância do Governo, não se legisla aumentando impostos ou criando alíquotas ou reajustando alíquotas através de Decreto. Eu creio que há uma violência praticada pelo Governo de forma inusitada e desrespeitando acordo celebrado com a oposição no Congresso Nacional. [soa a campanha]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Governo encaminha o voto não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Vou submeter a matéria a votos. Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Geovani Borges. Senador Adelmir Santana. Senador Demóstenes Torres. Senadora Kátia Abreu. Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Eu indago se há Senadora ou Senador que não tenha ainda exercido seu direito de voto. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Voto conhecido, Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Autor da proposição.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Não vota. Nem isso... [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador José Maranhão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é óbvio.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas eu quero comunicar que vou recorrer ao plenário do Senado Federal. [soa a campanha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Voto ou não, Sr. Presidente. Você já anotou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Agora está completo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já votou... claro, muito bem representado por sinal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Vou proclamar o resultado. Foi rejeitado

o Parecer do Relator por 12 votos contra 3. De acordo com a norma regimental...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Porque o autor não pode... Então, são 12 votos não, 3 votos sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, concedo a palavra a V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu como aluno aplicado do nobre Senador Romero Jucá também vou aprender a fazer os recursos que o Senador tem feito constantemente. Então, pelo Regimento Interno do Senado Federal no art. 101, inciso VII, § 1º, diz o seguinte, Sr. Presidente. “Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente por despacho do Presidente do Senado, salvo não sendo unânime o parecer como foi o caso aqui recurso interposto nos termos do art. 254”. Então, quero interpor recurso ao plenário da decisão da Comissão de Justiça.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com a palavra, para contraditar, ao nobre Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero apenas registrar ao Senador Flexa Ribeiro que a matéria foi derrubada não por inconstitucionalidade, mas, no mérito, em votação numérica. Mas independente disso, para não dizer que a gente está sendo radical, a gente concorda com o recurso para o plenário apesar de não ser o Item com que o artigo que o Senador se referiu, mas a democracia deve bater voto e nós vamos bater voto no plenário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Bom, a Presidência... A Presidência com base no art. 128 do Regimento Interno, vai designar Relator do vencido para conseqüentemente... Para que seja proferido o voto. E a Mesa designará esse Relator e a matéria voltará à reunião da próxima quarta-feira. A próxima Reunião Ordinária para que o Relator do vencido possa apresentar o seu Parecer. E vou designar que, também, até por uma exigência regimental, que o Relator do vencido seja integrante... Seja integrante da maioria... Do voto majoritário. A matéria então, voltará na próxima Reunião para que o

Relator do vencido possa elaborar o seu Parecer. Se não houver objeção...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não.

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 21 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE), Pois não, está aprovado. Estão em discussão. Em votação. Aprovado. A Audiência se realizará na próxima terça-feira, as quatorze horas.

Vou conceder agora a palavra, antes de iniciarmos a sabatina, ao nobre Senador Romero Jucá para ser Relator do Parecer vencedor, relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR), Senhor Presidente, nós tivemos já a discussão dessa matéria, nós encaminhamos contra, nós derrubamos o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, portanto, o relatório do vencido é exatamente contrário ao Projeto, pelo arquivamento da matéria. O Voto está proferido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE), Estão acolhida a manifestação do Senador Romero Jucá, vou iniciar agora a sabatina.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR), Eu peço a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Para questão de ordem, o nobre Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR), Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo é de minha autoria, nós já debatemos na Reunião em que fomos vencidos. Apenas para comunicar a essa Comissão que já temos as assinaturas necessárias com recurso para o Plenário do Senado Federal. Eu creio que trata-se de debater se a carga tributária é exorbitante ou não é, trata-se de debater inconstitucionalidades flagrantes e acho que esse debate vale, deve prosseguir e nós vamos levá-lo ao Plenário do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE Senador MARCO MACIEL (DEM – PE) – Vamos agora, então, iniciar a sabatina dos indicados para o STJ. Eu gostaria de convidar os senhores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA), Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA), O Item 1 já foi votado, o Voto vencido?

SR. PRESIDENTE Senador MARCO MACIEL (DEM – PE) – Já foi relatado, o Voto vencedor já foi relatado, a matéria já tinha sido votada anteriormente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu também quero registrar, Presidente, que vou recorrer ao Plenário para que possamos discuti-lo lá na tramitação em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE), Pois não, a presidência está ciente da manifestação de V. Ex^a.

Eu gostaria de convidar o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Tasso Jereissati para introduzir o Dr. Luis Felipe Salomão, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que será o primeiro a ser sabatinado. Gostaria, também, de que S. Ex^{as}, introduzissem também o Dr. Mauro Luiz Campbell Marques, que é indicado em vaga reservadamente do Ministério Público, e, finalmente, introduzissem também o Magistrado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/54/2008

Brasília, 6 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Wilson Matos que, “Altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aula, no Ensino Superior”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, _ Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o

prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 525 e 526, de 2008, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007** (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação à alínea o do inciso VII do **caput** do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa); e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008** (nº 3.246/2004, na Casa de origem), que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o Parecer nº 528, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo contrariamente ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2008**, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Sérgio Guerra, que *determina a sustação do Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual “altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF” e do Decreto nº 6.339, que “altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF”.*

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofício de ministro de Estado que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

– Nº 99/2008, de 4 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 125, de 2008, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações referentes ao Requerimento nº 125, de 2008, encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

– Nº 105/2008, de 3 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 219, de 2008, da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações referentes ao Requerimento nº 219, de 2008, foram encaminhadas, em cópia, ao requerente. O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Nº 161/2008, de 2 do corrente, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento nº 84, de 2008, do Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações referentes ao Requerimento nº 84, de 2008, encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Marco Maciel. Ou V. Ex^a falará como orador inscrito?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não. Eu gostaria de comunicar a V. Ex^a que, de acordo com entendimentos que tive com o Senador Paulo Paim, S. Ex^a me autorizou a falar antes dele, por motivo de força maior.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Por permuta com o Senador Paulo Paim, V. Ex^a fará uso da palavra como orador inscrito.

V. Ex^a terá 20 minutos, e o tempo prorrogável regimentalmente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, venho à tribuna nesta tarde para solicitar à Mesa do Senado Federal, ouvido o Plenário da Casa, e na forma do art. 160 do Regimento Interno, seja destinado o período do Expediente a assinalar a passagem dos 400 anos do aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ofereço alguns argumentos para justificar o Requerimento que agora estou apresentando.

Como se sabe, o Padre Antônio Vieira foi um vulto invulgar que teve uma destacada atuação no Século XVII não somente em Portugal, na Europa, mas também, e sobretudo, no Brasil.

Reconhecido pelo poeta Fernando Pessoa como “*O Imperador da Língua Portuguesa*”, vez que o Padre Antônio Vieira se expressava com grande esmero em nosso vernáculo.

O Padre Antonio Vieira nasceu, como já disse, nos inícios do Século XVII, em Lisboa, e, aos seis anos – leia-se em 1614 –, veio para o Brasil, posto que seu pai foi designado, pelo Governo de Portugal, escrivão na então Capitania da Bahia.

Exerceu Padre Vieira enorme influência como orador sacro, escritor, político e missionário, entre outras atividades, durante quase todo o tempo em que viveu.

Vieira é uma personalidade por demais rica, ple-tórica em seu pensamento e ação, deixando-nos desconcertados com sua atuação em praticamente todos os territórios da atividade humana, quer na condição de sacerdote, quer no cumprimento de funções públicas, muitas delas inclusive de política externa.

Observa com propriedade o escritor e crítico Alcira Pécora, aliás um dos grandes conhecedores da obra e do pensamento do Padre Antonio Vieira: “*não há escrito do jesuíta que não seja político. Não sê-lo para ele equivaleria a renunciar à prática da caridade cristã, deixar de intervir nas formas de vida social do homem, de modo a prepará-lo para tornar-se, pela boa escolha de seu livre arbítrio, co-autor da Providência*”.

Ressalte-se que celebração de tão magna efeméride associa brasileiros e portugueses, pois não é sem razão que o Padre Antonio Vieira é considerado o cidadão de dois mundos.

Devo, por oportuno, lembrar que outro vulto da Igreja Católica Apostólica Romana também está vendo passar mais um ano de seu falecimento. Eu me refiro a José de Anchieta, beato, presbítero, missionário, que também ganhou em nosso País o título de apóstolo do Brasil pela sua dedicação ao povo nativo, especial-

mente aos índios, em cujo meio exerceu uma notável atividade missionária.

José de Anchieta nasceu antes do Padre Antônio Vieira, no Século XVI, em 1534, e faleceu em 1597. Ao Brasil, ele chegou em 1554 e, a partir daí, realizou um excelente trabalho ainda hoje não totalmente reconhecido.

Voltando a falar sobre o Padre Antonio Vieira, o Senado não pode deixar de estar atento à preservação da memória nacional e ao zelo pela contribuição oferecida à cultura por tão grande personalidade.

Requeiro, portanto, que seja dedicado o Período do Expediente, em data a ser marcada pela Mesa Diretora, para homenagearmos o seu fecundo legado.

Desejo, Sr. Presidente, registrar que a Embaixada de Portugal no Brasil, através do seu Embaixador Francisco Seixas da Costa, está também, juntamente com outras entidades culturais portuguesas, promovendo eventos alusivos à passagem de tão expressivo acontecimento.

Da mesma forma, entendemos nós, o Governo brasileiro, as instituições culturais brasileiras não podem ficar indiferentes à passagem de tão significativo evento, daí por que proponho a realização de homenagem ao Padre Antonio Vieira, em reconhecimento aos notáveis serviços que ele prestou quer a Portugal, quer ao Brasil e também para que, através do estudo de seus feitos, de suas ações, de seu pensamento, possamos melhor conhecer a nossa História. Em assim fazendo, estaremos iluminando o futuro, pois, como disse certa feita o historiador Carlo Levy, “o futuro tem um coração antigo” e, portanto, não podemos conhecer bem a nossa História se não olharmos para o passado.

Sr. Presidente, desejo apresentar, por fim, requerimento, também subscrito por V. Ex^a, nobre Senador Papaléo Paes, e pelos Senadores Paulo Paim e Geovani Borges, de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Assis Meira Filho, que representou o Distrito Federal.

Peço inserção em ata de voto de profundo pesar pelo seu falecimento, a apresentação de condolências a seus familiares, ao Governo do Distrito Federal e ao Clube dos Pioneiros de Brasília, instituição à qual ele pertencia.

Essas eram as considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

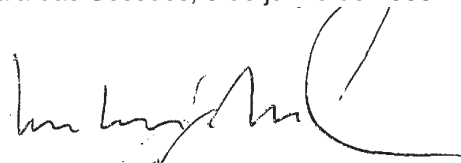
REQUERIMENTO Nº 746, DE 2008

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento da ex-Senador João Assis Meira Filho, ocorrido no dia 08 de junho, na cidade de Brasília-DF:

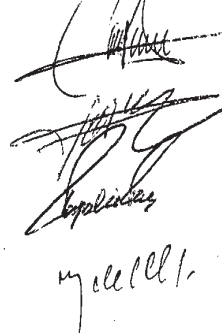
- I. inserção em ata de voto de profundo pesar;
- II. apresentação de condolências:

- a) a seus familiares
- b) ao Governo do Distrito Federal;
- c) ao Clube dos Pioneiros de Brasília.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2008.



Senador Marco Maciel



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 747, DE 2008

Na forma do disposto no Art. 160 do Regimento Interno, requeremos que o Período do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal seja destinado a assinalar a passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antonio Vieira.

Justificação

Reconhecido pelo poeta Fernando Pessoa como “Imperador da língua portuguesa”, o Padre Antônio Vieira nasceu nos pródomos do século XVII, em Lisboa e, aos seis anos, em 1614, veio para o Brasil, posto

que seu pai fora designado, pelo Governo de Portugal, escrivão na então Capitania da Bahia.

Exerceu Padre Vieira enorme influência – como orador sacro, escritor, político e missionário, entre outras atividades – durante quase todo o tempo que viveu.

Vieira é uma personalidade por demais rica, plerótica em seu pensamento e ação, deixando-nos desconcertados com sua atuação em praticamente todos territórios da atividade humana – quer na condição de sacerdote, quer no desincumbimento de funções públicas, muitas delas de política externa.

Observa com propriedade Alcir Pécora, arguto conhecedor da vida e obra do Padre Vieira, “... não há escrito do jesuíta que não seja político: não sê-lo, para ele (Vieira), equivaleria a renunciar à prática da caridade cristã, deixar de intervir nas formas de vida social do homem de modo a prepará-lo para tornar-se, pela boa escolha de seu livre arbítrio, co-autor da Providência”.

Ressalte-se que celebração de tão magna efeméride associa – brasileiros e portugueses, pois não é sem razão que o Padre Antônio Vieira é considerado cidadão de dois mundos.

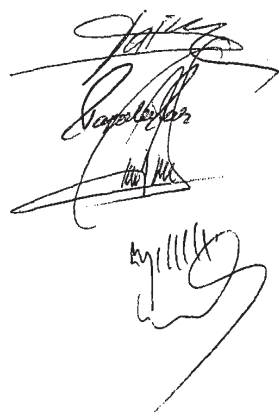
Impõe-se, portanto, ao Senado Federal, atento à preservação da memória nacional e zelo pela contribuição oferecida à cultura por tão grande vulto que foi Padre Antônio Vieira, dedica a hora do expediente em data a ser fixada pela Mesa Diretora da Casa, para homenagearmos seu fecundo legado.

Desejo, ao final, registrar que a Embaixada de Portugal no Brasil, juntamente com outras entidades culturais portuguesas, está promovendo eventos alusivos à passagem de tão expressivo acontecimento.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2008.



Senador **MARCO MACIEL**



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Marco Maciel. S. Ex^a terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscreva-me, por obséquio, para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra após o Senador Paulo Paim.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, Senador Marco Maciel, Senador Geovani, Senador Mário Couto, de quem faço questão de citar o nome. Tenho certeza, Senador Mário Couto, de que nessa terça-feira vou acompanhar V. Ex^a na reunião que teremos com o Presidente Garibaldi para discutirmos a questão dos idosos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Se V. Ex^a me permitir gostaria de acompanhá-los, fazendo justiça a V. Ex^a e ao Senador Mário Couto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que provocou essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pelas persistentes ações em favor dos idosos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para que se vote, de uma vez por todas, o fim do fator previdenciário e a garantia de que o aposentado e o pensionista vão receber o mesmo percentual concedido.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Mas o grande comandante é V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

Senador Mário Couto, Senador Geovani, Senador Papaléo, Senador Marco Maciel, sou meio intrigado com algumas coisas. Sabe o que me dizem: “Não fale sobre isso. É o que eles querem. Não fale sobre isso”. Mas não consigo. Não vou levar para casa algumas questões que entendo serem uma ofensa ao próprio Parlamento, como uma nota que a revista **Veja** soltou este fim de semana. Só vou sintetizar a nota.

Não; vou ler a notinha da revista **Veja**. Vou ler porque não consigo, embora me digam para não dar bola para isso.

O que dizem aqui:

Deputados e Senadores só trabalham três dias por semana e contam com dois períodos de recesso durante o ano. É um vidão. Não se pode, entretanto, descuidar de que são egoístas. Alguns se esforçam para aprovar projetos que estendam a toda a população o direito à vagabundagem remunerada. (...)

Ou seja, nós não trabalhamos nem segunda nem sexta. Não sei o que estamos fazendo aqui. Hoje é uma segunda-feira, e sexta-feira nós estávamos aqui. Eu queria, em respeito aos senadores e deputados que não estão aqui todas as segundas e sextas, por exemplo, lembrar que hoje o Senador Magno Malta está no meu Estado, numa audiência pública para discutir temas voltados para a luta que a CPI montou contra a exploração de crianças menores e adolescentes; vou lembrar que há uma outra delegação de senadores – e para a qual fui convidado – que está em Genebra, na OIT (Organização Internacional do Trabalho); e vamos lembrar que todos nós, quando vamos para os Estados de origem, é natural que em alguma segunda e sexta, e por isso há esse rodízio, a gente fique fazendo agenda, debate sobre temas que interessam a todo o nosso povo.

Eu queria dizer que a matéria da revista falta com a verdade, faz uma injustiça ao Senado e à Câmara e, depois, dá um destaque especial a alguns projetos de deputados e também de senadores, não vou entrar aqui no detalhe, dizendo que alguns senadores querem que todos tenham direito à vagabundagem que, no caso, os senadores e os deputados têm. Por quê? E cita três projetos. Um deles versa sobre a possibilidade de o trabalhador, no dia do seu aniversário, uma vez por ano, avisando 24 horas antes ainda, ter uma falta por ano. Uma falta por ano! E os outros projetos vão na mesma linha. Mas todos esses projetos que estão em debate visam aglutinar numa única falta por ano, uma única falta por ano, Senador. Por exemplo, se o cara vai doar sangue ou se tiver que fazer um registro de documento de sua autoria, ele teria somente uma falta por ano. Isso a revista considera vagabundagem. Chama os trabalhadores todos de vagabundos e chama os parlamentares de vagabundos.

Eu poderia ficar quieto, mas não dá. Não consigo concordar com esse tipo de publicação. Então, registro aqui a minha indignação.

Não precisaria dizer que nós que estamos aqui nesse momento, por exemplo, somos aqueles que mais estamos aqui nas segundas e sextas. E isso não é nenhum desrespeito àqueles que não estão aqui hoje, porque sei que estão também trabalhando de uma forma ou de outra. Muitos dizem que o parlamentar que trabalha na comissão não trabalha no plenário,

outra mentira. Muitas vezes o parlamentar está na comissão e não está no plenário, não está aqui numa sessão de homenagem, ou está num debate, até mesmo na Câmara, onde diversos de nós participamos de questões como a CPMF, saúde, educação, trabalho, segurança.

Não vou registrar essa nota nos Anais da Casa – essa não vou registrar, vou botar na lata do lixo –, mas quero dizer que tenho que demonstrar aqui a minha indignação. Senão, Senador, dá a impressão de que a gente concorda com esse tipo de nota. Sei que é uma luta, como alguém já disse, de Davi contra Goliath querer cutucar alguém da imprensa que faz uma nota desonesta como essa aqui. Mas é uma nota desonesta, e eu tinha que aqui demonstrar toda minha indignação.

Feito isso, Sr. Presidente, vou para o tema sobre o qual me dispus a conversar aqui hoje. Senador Mário Couto, vou falar aqui sobre um tema que envolve a Governadora do nosso Estado, que envolve o PSDB. Mas aqui – que fique bem claro isso, V. Ex^a conhece bem a minha posição – não faço nenhum ataque à Governadora, porque entendo que é um problema que está acontecendo lá no Estado e que atinge, pelas gravações divulgadas pela imprensa, duas estatais, no caso o Banrisul e o Detran.

Deixo registrada a minha posição, naquela linha que tenho sempre falado aqui: seja do Governo Estadual, seja do Governo Federal, que se investigue tudo, doa a quem doer. Quem cometeu o delito vai ter de responder. Tenho tido esse cuidado. Faço questão, Sr. Presidente, porque a sociedade gaúcha está acompanhando – ainda agora, se não fosse a chuva – uma manifestação em frente ao Palácio. Também houve manifestação na sexta-feira. Quero deixar registrada a minha posição.

Sr. Presidente, na sexta-feira, fiz aqui um rápido comentário sobre a CPI do Detran, que está acontecendo em meu Estado, o Rio Grande do Sul, e disse que falaria um pouco mais nesta segunda-feira. Naquele mesmo dia, outros fatos vieram à tona, ampliando as ocorrências, com divulgação de gravações, ataques verbais de baixo nível e exoneração de Secretários de Estado. Tudo o que estou falando é público e foi amplamente divulgado pela imprensa regional e nacional.

É fato que a sociedade gaúcha está abalada com a sucessão de escândalos e de denúncias de corrupção envolvendo órgãos do Governo do meu Estado. Nunca ocorreram fatos de tamanha envergadura.

A crise começou, Srs. Senadores, quando a Polícia Federal deflagrou uma operação contra um esquema que, conforme divulgado por toda imprensa,

todos os jornais do meu Estado, supostamente, iniciou, em 2003, um desvio de R\$44 milhões do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) gaúcho.

Na última quarta, a CPI instalada apresentou 34 grampos feitos pela Polícia Federal; na quinta, veio a público uma carta escrita por um empresário denunciando a corrupção no Detran e, de quebra, o Vice-Governador revelou uma gravação que ele mesmo fez. Lá, há uma composição PSDB e DEM. Então, o Vice-Governador, que está brigado com a Governadora – estou relatando os fatos só para situar os Senadores e as Senadoras –, revela uma gravação que ele mesmo fez com o Chefe da Casa Civil. Essa gravação fala, entre outras coisas, do envolvimento do Bannisul e de partidos políticos, dizendo que o Bannisul sustenta politicamente o PMDB e que o Detran sustentaria, política e economicamente, o PP. Isso está publicado em todos os jornais.

Houve até o fato – e acho que correto – de o Senador Pedro Simon fazer uma nota pública, em nome do PMDB, exigindo que o Vice-Governador, então, diga como se deu esse processo e quem se apropriou das verbas públicas.

Sr. Presidente, reunidos na Regional Sul 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, os bispos gaúchos divulgaram nota nesse domingo sobre a crise política no meu Estado.

Diz a nota que a corrupção existente no aparelho estatal assumiu proporções desmedidas e destruidoras. Essa é a nota dos bispos.

Os bispos defendem a necessidade de “apontar a origem da corrupção, que está na ganância e no poder econômico, responsabilizando os corruptos e corruptores”.

Os bispos gaúchos também lamentam que em meio a um cenário de apropriação indébita de recursos públicos existe uma má aplicação das verbas destinadas a investimentos na política pública, principalmente no que tange à área social. E esperam que os poderes constituídos na área do Direito exerçam o seu papel de fiscalização, controle e definição de medidas punitivas e reparadoras de tais atos que ferem a credibilidade da gestão pública.

Já o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, disse que o Rio Grande do Sul vive uma crise ética sem precedentes. Segundo ele, “as denúncias e fatos não param de aparecer, entretanto não têm sido explicados.” Na sua avaliação, o Estado vive um momento grave. E diz: “Como advogado e Presidente da OAB estou absolutamente indignado”.

Neste momento, Sr. Presidente, estaria ocorrendo ato público em frente ao Palácio Piratini, mas, devido às

chuvas, foi transferido para a Assembléia Legislativa. Esse movimento conta com a participação de centrais sindicais, confederações, federações e sindicato de trabalhadores, entidades representativas de estudantes, movimentos sociais e partidos políticos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero destacar somente o seguinte: a impressão que tenho é de que o povo gaúcho está triste, magoado e envergonhado.

Quero deixar claro às Senadoras e aos Senadores de todos os partidos presentes aqui que não estou acusando ninguém. Estou lendo os fatos e pedindo que se faça uma investigação exemplar e que as pessoas envolvidas nesses escândalos, seja no Bannisul, seja no Detran, sejam punidas. Eu espero que a CPI apon-te esse caminho.

Quero dar aqui a minha posição. Um povo que demarcou as suas fronteiras – o povo gaúcho, Senador Papaléo – em ponta de lança e casco de cavalo, que lutou muito pela liberdade, que acordou República, que sonhou com a glória e que ainda acredita em Pátria, esse mesmo povo está ferido, está sangrando, eu diria, na sua dignidade, de forma tão contundente quanto na Revolução Farroupilha, quando o povo gaúcho se revoltou em relação ao poder imperial devido à alta tributação e aos impostos.

Lembro aqui de grandes homens da nossa história, de grandes gaúchos que cortaram horizontes e que entraram no panteão dos imortais pelos seus atos, condutas e virtudes. Lembro aqui de nomes do Rio Grande como Sepé Tiarajú; o Almirante negro, João Cândido; o herói farroupilha, Bento Gonçalves; os lanceiros negros; o guerreiro Manoel Luis Osório; o maragato Silveira Martins e o chimango Borges de Medeiros; o leão do Caverá, Honório Lemes; o Embaixador Joaquim Francisco Assis Brasil; o Ministro Osvaldo Aranha; lembro de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Leonel Brizola – e amanhã faremos aqui uma sessão de homenagem ao Grande Leonel de Moura Brizola –; lembro de Érico Veríssimo e Mário Quintana.

Lembro também das várias etnias que formaram o meu querido povo gaúcho: índios, negros, portugueses, alemães, italianos, espanhóis, árabes-palestinos, judeus, poloneses, japoneses e tantas outras etnias que, mediante seus descendentes, continuam a ajudar a desenvolver o nosso Estado. E são gerações que deram a vida pela honra, pela ética, sempre trilhando o caminho da honestidade.

O que está acontecendo hoje com o meu querido Rio Grande do Sul é completamente incompatível com a nossa história e com a nossa tradição. É inadmissível e inaceitável o momento atual.

Será que as nossas gargantas ficarão mudas e ressequidas ao cantarmos o nosso querido hino sul-rio-grandense? O que diz um trecho do nosso querido hino sul-rio-grandense? “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda a terra”. Não são façanhas como essa de uma minoria que nós queremos que sirvam de modelo a toda a terra.

Sr. Presidente, eu espero que esses fatos sejam esclarecidos e que possamos, alegremente e com muita força, mostrando a história das nossas raízes, do nosso povo, continuar cantando com muita firmeza o que diz o hino sul-rio-grandense, ou seja, que “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”.

Há mais de 250 anos, nos pampas gaúchos, o Cacique Sepé Tiarajú bradou para o mundo: “Esta terra tem dono!”

E aí a pergunta que fica num momento como este: Afinal, de quem é essa terra? Da sua gente, que acorda às 4 horas, às 5 horas, às 6 horas da manhã, para trabalhar a terra e enfrentar no dia-a-dia a labuta da caminhada de homens e mulheres comprometidos com o amanhã, ou de algumas ervas daninhas que querem matar a lavoura? Com certeza, as ervas daninhas não haverão de matar a lavoura.

O povo do Rio Grande há de passar por esse momento triste. Quem cometeu o crime, Sr. Presidente, há de ser punido, e a honra e a tradição do povo do Rio Grande há de continuar muito firme. E nós continuaremos, com a nossa bandeira e o hino, em nome da ética, da moral, da seriedade, da responsabilidade e da honestidade que marcam as tradições do nosso povo.

Sr. Presidente, quero aproveitar ainda quatro minutos que disponho para falar, mais uma vez, sobre a questão da Previdência.

Sr. Presidente, comentei, numa outra oportunidade, que recebi um cálculo muito interessante feito pela GVS Consultoria e publicado no jornal *O Dia*. E nesse material eu demonstrava – e outra vez volto à tribuna para deixar muito claro a todo o povo brasileiro – que a Previdência no Brasil é viável, é superavitária, não está falida, e dá para acabar, sim, com o fator previdenciário e elevar o benefício dos aposentados e pensionistas.

Só para se ter uma idéia, um trabalhador que contribuir sobre três salários mínimos, durante 35 anos, e estiver com 55 anos, pelo fator, hoje, ele vai se aposentar com R\$690,00. Pois, bem, Sr. Presidente, se esse mesmo trabalhador, durante esses mesmos 35 anos, pagar os 11% sobre os três salários mínimos – eu vou resumir aqui a história –, ele se aposenta com R\$16.000,00, se ele depositar esse dinheiro em um fundo de renda fixa. Se for na poupança, dá menos;

mas, agora, se ele colocar em um fundo de renda fixa, que vai render 1% de juros para ele, ele se aposenta com R\$16.000,00.

Ora, de R\$690,00 para R\$16.000,00... Bom, onde é que fica esse dinheiro, uma vez que ele é depositado? O trabalhador paga regularmente, pois é descontado em folha, e o dinheiro fica na Previdência. Isso não começou agora, mas ao longo desses mais de 60 anos de existência da nossa Previdência pública.

É isso que eu quero discutir; é isso que eu quero que fique claro para a população brasileira. Se eu digo que é superavitária e alguns dizem que não é, vamos então fazer o que eu chamo de uma conferência nacional só para discutir Previdência. Vamos pegar dados e números. Se essa arrecadação que aqui estou colocando é verdadeira, daria para alguém que contribuisse sobre três salários mínimos, durante 35 anos – somente 35 anos –, chegar aos 55 anos de idade e se aposentar com R\$16.000,00. Como é que, neste caso, se aposenta, devido ao tal do fator, com R\$690?

Algo não está fechando, Senador Papaléo. É por isso que insisto tanto que, pelo menos, se devia assegurar ao trabalhador o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, deixo aqui o meu pronunciamento na íntegra a V. Ex^a, no qual faço uma análise detalhada e demonstro a renúncia fiscal dos últimos vinte anos, para não dizer que eu peguei um ou outro governo. Nessa demonstração da renúncia fiscal em matéria de Previdência, foram mais de R\$100 bilhões. Foram mais de R\$100 bilhões somente de renúncia fiscal, valor que a Previdência deixou de arrecadar. Então, se ela estivesse falida, ninguém ia dizer que a Previdência não deveria receber daqueles que devem para ela mais de R\$100 bilhões.

Sr. Presidente, eu não invento esses dados. Além de todo um trabalho de consultoria, há também dados que me foram fornecidos pela assessoria da Anfiip e da Unafisco, que são entidades que fiscalizam as arrecadações, principalmente no que tange à seguridade social, em que está a Previdência.

Sr. Presidente, com esse comentário, eu termino. Mais uma vez, quero dizer em relação ao primeiro tema: eu aqui não acusei ninguém, nem sequer um partido. Eu apenas disse que está sendo divulgado pela grande imprensa o que está acontecendo no Banrisul e também no Detran. Aqui a imprensa divulga nomes de partidos. Eu aqui não estou acusando nem a Governadora nem o seu Partido. O que eu quero é que – existe uma CPI, da qual o Deputado Fabiano é o Presidente – a CPI vá

ao fundo nessa questão, que analise tudo e que quem for culpado, seja Vereador, seja secretário, seja gestor, seja homem de governo ou não, seja de qual partido for vai ter de responder.

E, naturalmente, se tiver mandato, terá que perder, porque é o mínimo que se exige. Então, o que estou querendo aqui é que a CPI que está sendo realizada na Assembléia Legislativa vá fundo nessa questão. Quem for culpado terá que ser punido, e, mais do que ser punido – essa é uma questão que insisto muito no Congresso Nacional –, deve fazer a devolução do dinheiro aos cofres públicos; que devolvam o dinheiro com a devida correção aos cofres públicos.

É isso que eu peço, Sr. Presidente, em nome do povo gaúcho.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira, eu fiz um rápido comentário aqui desta tribuna sobre a CPI do Detran, que está ocorrendo lá no estado do Rio Grande do Sul disse que me manifestaria com mais calma a respeito deste episódio.

Pois, nesse mesmo dia, outros gravíssimos fatos vieram a tona, implicando desde gravações, ataques verbais de baixo nível e, exonerações de secretários de estado.

Isso tudo que eu estou falando é público e foi amplamente divulgado pela imprensa nacional.

É fato que sociedade gaúcha está abalada e boquiaberta com a sucessão de escândalos e denúncias de corrupção envolvendo o governo do estado do Rio Grande do Sul.

Nunca na história ocorreram fatos de tamanha envergadura semelhantes aos que presenciamos agora.

A crise começou quando a Polícia Federal deflagrou uma operação contra um esquema que, supostamente, desde 2003, desviou R\$ 44 milhões no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) gaúcho.

Na última quarta, a CPI instalada apresentou 34 grampos feitos pela Polícia Federal.

Na quinta-feira, veio a público uma carta escrita por um empresário, denunciando a corrupção no Detran. E de quebra, o vice-governador revelou uma gravação, que ele mesmo fez, com o Chefe da Casa Civil.

Essa gravação, fala, entre outras coisas do envolvimento do Banrisul e de partidos políticos.

Isso já é público e está nos jornais.

Sr. Presidente, reunidos na Regional Sul 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os bispos gaúchos divulgaram uma nota neste domingo, sobre a crise política no Estado.

Diz a nota que a corrupção existente no aparelho estatal assumiu proporções desmedidas e destruidoras.

Os bispos defendem a necessidade de, abre aspas, “apontar a origem da corrupção que está na ganância e no poder econômico, responsabilizando os corruptos e corruptores”, fecha aspas.

Os bispos gaúchos também lamentam que em meio a um cenário de apropriação indébita de recursos públicos, existe uma má aplicação das verbas destinadas a investimentos nas políticas públicas da área social e esperam que os poderes constituídos na área do direito exerçam seu papel de fiscalização, controle e definição de medidas punitivas e reparadoras de tais atos, que ferem a credibilidade da gestão pública.

Já o presidente da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, diz que o Rio Grande do Sul vive uma crise ética sem precedentes.

Segundo ele, abre aspas, “as denúncias e fatos não param de aparecer, entretanto, não tem sido explicados”, fecha aspas.

Na sua avaliação o Estado vive um momento grave. São suas palavras “Como advogado e presidente da OAB estou absolutamente indignado”.

Neste momento, senhor Presidente, está ocorrendo um ato público em frente ao Palácio Piratini e Assembléia Legislativa.

Esse movimento conta com a participação de centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores, entidades representativas de estudantes, movimentos sociais e partidos políticos.

Sr^{as} e Srs., a impressão que tenho é a de que o povo gaúcho está triste, magoado e envergonhado.

Um povo que demarcou as suas fronteiras na ponta da lança e casco de cavalo, que lutou por liberdade, que acordou República, que sonhou com a glória, e que ainda acredita em Pátria, este mesmo povo está ferido e sangrando na sua dignidade.

Lembro aqui de grandes homens da nossa história, de grandes gaúchos que cortaram horizontes e que entraram no panteão dos imortais pelos seus atos, condutas e virtudes o índio Sepé Tiarajú, o negro João Cândido, o farroupilha Bento Gonçalves, o guerreiro Manoel Luiz Osório, o maragato Silveira Martins, o chimango Borges de Medeiros, o leão do Caverá Honório Lemes, o embaixador Joaquin Francisco Assis Brasil, o ministro Osvaldo Aranha, lembro de Getúlio Vargas,

João Goulart, lembro de Leonel de Moura Brizola, Érico Veríssimo e Mário Quintana.

Lembro também das várias etnias que formaram esse mesmo povo, os índios, negros, portugueses, alemães, italianos, espanhóis, árabes-palestinos, judeus, poloneses, japoneses, e tantas outras etnias que através de seus descendentes continuam a ajudar a desenvolver o nosso estado.

O que está acontecendo hoje com o estado do Rio Grande do Sul é completamente incompatível com a sua história e a sua tradição.

É inadmissível e inaceitável o momento atual.

Será que as nossas gargantas ficarão mudas e ressequidas ao cantarmos o hino sul-riograndense que lá pelas tantas diz “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”. Eu sinceramente espero que não.

Há mais de 250 anos, nos pampas gaúchos, o cacique Sepé Tiarajú bradou para o mundo que “Esta terra tem dono”, afinal de quem é esta terra, da sua gente que acorda as cinco, seis da manhã para trabalhar? Ou é das ervas daninhas que querem matar a lavoura?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna com um assunto muito importante para todos os brasileiros e brasileiras, a previdência social.

Há poucos dias eu falei sobre o tanto que os contribuintes da Previdência poderiam economizar se investissem o dinheiro da contribuição em uma poupança todos os meses.

O texto do jornal *O Dia*, dizia que se os trabalhadores pudessem aplicar a quantia que recolhem ao INSS, seria possível, em alguns casos, acumular fortunas e conseguir, só com rendimentos e juros, aposentadoria muito maior do que a concedida pelo governo.

Cálculos da GVS Consultoria, com base nos critérios da Previdência, mostravam que o trabalhador que tivesse contribuído por 35 anos sobre três salários mínimos (média de renda nas grandes capitais, segundo o IBGE), teria ao parar de trabalhar, aos 55 anos, aposentadoria de R\$ 690,41.

Se a mesma quantia estivesse na poupança (em 2007 rendeu em média 0,6% ao mês) ele teria acumulado R\$ 354 mil e poderia sacar R\$ 1.773,76 aos mês, ou seja, R\$ 1.083,35 a mais, só de juros, sem mexer no total.

Quando se considera opção com ganho maior (fundo de renda fixa), com rentabilidade mensal de 1%, o trabalhador acumularia, ao longo de 35 anos, o valor de R\$ 1.601.308,91 (um milhão, seiscentos e um mil, trezentos e oito reais e noventa e um centa-

vos). Assim poderia sacar ao mês, após esse período, R\$16.013,09 (dezesesseis mil, treze reais e nove centavos) sem mexer no dinheiro poupado.

O advogado e contador, Claudio Vale Oliveira Freire, da GVS Consultoria realizou cálculo que demonstra o quanto um trabalhador, com carteira assinada, conseguiria poupar, só com o que ele deposita para a Previdência, não considerando o restante que a empresa recolhe.

Levando em conta um recolhimento de 9% sobre três salários mínimos, conforme tabela atualizada da Previdência, ele juntaria R\$ 159.638,79 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) em 35 anos e receberia de juros, ao mês, R\$ 798,19 sem mexer no valor acumulado.

Eu sempre desconfieei que o trabalhador ganharia mais se poupasse o dinheiro. A pergunta que fica é: para onde vai esse dinheiro?

A matéria desse jornal embasa o que sempre falamos, de que não há déficit na Previdência Social.

Repito mais uma vez que se os percentuais do dinheiro da COFINS, de jogos lotéricos, do lucro, do faturamento e da contribuição do empregado e do empregador ficasse na Previdência Social, como manda a Constituição, o superávit estaria garantido.

É importante lembrarmos o importante estudo da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência) que diz que, entre 1999 e 2005, foram desviados mais de R\$ 56 milhões da Previdência. Só em 2005, mais de R\$ 12 milhões tiveram outros destinos.

O jornal pondera ainda que as sucessivas mudanças de leis no sistema previdenciário oficial deixam os contribuintes preocupados e inseguros quanto ao futuro das aposentadorias.

Todos nós sabemos que a aplicação do fator previdenciário e a correção diferenciada da do salário mínimo concedida aos aposentados e pensionistas em suas aposentadorias, estão na verdade retirando direitos dos trabalhadores.

E são medidas que assustam de verdade, tanto os aposentáveis quanto os já aposentados.

Sr. Presidente, a Medida Provisória 432/08, que trata da renegociação da dívida agrícola foi assinada pelo Presidente Lula e está em debate na Comissão de Agricultura da Câmara.

Com essa medida, o Governo autorizou a renegociação da dívida dos agricultores, de 75 bilhões que serão renegociados de todos os setores e origens.

Esse valor diz respeito tanto ao agronegócio empresarial quanto à agricultura familiar. O total em dívidas acumuladas pelo setor agrícola desde a década de 80 é de R\$ 87,5 bilhões.

A maior parte do montante a ser reestruturado – R\$ 69 bilhões – diz respeito à chamada agricultura comercial.

A renegociação dos outros R\$ 6 bilhões será para dívidas contraídas por produtores familiares, conforme o Ministério da Fazenda informou.

É claro que é muito bom que as dívidas sejam renegociadas. Seria melhor ainda se o montante aplicado em relação à dívida dos agricultores familiares tivesse sido maior!

Mas essa notícia, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente demonstra que existe dinheiro para tanto.

Como será que a nossa população se sente diante de todas essas notícias?

Já é hora de dar respostas à população.

Eu quero aqui fazer um apelo ao Governo Federal no sentido de que seja realizada uma Conferência Nacional da Previdência Social onde todas estas questões sejam trazidas ao debate.

Seria importante que todos os setores envolvidos na questão fossem chamados: O Ministério Público, o Ministério da Previdência, o Tribunal de Contas da União, a ANFIP, a UNAFISCO, representantes dos empregadores e dos empregados, representantes do Conselho da Previdência.

Enfim, precisamos de uma conversa franca, séria e definitiva sobre a real situação da Previdência, sobre o cenário que estamos vivendo hoje e sobre as mudanças que são mais do que urgentes, necessárias e que se tratam de uma questão de justiça social.

Acredito que uma Conferência a nível nacional será muito importante para a nossa gente brasileira. É direito de todos questionar e encontrar respostas para tantas perguntas que ficam no ar.

Conto com a sensibilidade do Governo no sentido de promover este debate, pois acredito que seja interesse de todos que, de uma vez por todas, os esclarecimentos e as soluções sejam apresentadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores gostaria de registrar, que hoje à tarde, os Movimentos Sociais, Movimento Sindical, Movimento Estudantil e partidos políticos,...

...realizaram um ato público, em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, em protesto contra as recentes denúncias de corrupção no governo do Rio Grande do Sul.

Mais de 500 lideranças de todo o estado, vindas dos mais longínquos rincões e, representando cerca de 50 entidades da sociedade civil, participaram do evento.

Há pouco recebi um telefone do presidente da CUT/RS, Celso Woyciechowski (Celsinho), que informou que após o final da manifestação pacífica...

...a Brigada Militar prendeu o caminhão de som da CUT e o seu motorista que foram levados para a delegacia.

Quero deixar aqui o meu protesto contra essa verdadeira repressão que foi feita contra os participantes deste ato.

É inadmissível essa atitude contra aqueles que estão denunciando e pedindo providências contra os atos de corrupção e desvio de dinheiro público.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto pela Liderança da Minoria. Após o Senador Mário Couto, fará uso da palavra o Senador Geovani Borges como orador inscrito, sem prejuízo na ordem das inscrições.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que amanhã nós estaremos tentando convencer, sensibilizar o Presidente da Câmara dos Deputados da necessidade de se colocar em pauta, antes do término do primeiro semestre, os projetos do Senador Paulo Paim.

Até vou sugerir aos Senadores, Sr. Presidente, que estão conscientes de que, em hipótese alguma, abrirão mão dos direitos dos aposentados, como é o caso de V. Ex^a e de outros, que possamos formar um grupo parlamentar. Vou conversar com cada um de V. Ex^{as} para que se forme um grupo fixo neste Senado, o GPA – Grupo de Proteção aos Aposentados –, que só será desfeito quando a situação dos aposentados realmente for solucionada.

Citarei rapidamente o nome de Senadores que, com certeza absoluta, formariam o GPA, o Grupo de Proteção aos Aposentados: Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Mário Couto e Paulo Paim. Tenho certeza de que esses e outros participariam desse grupo; não tenho dúvida disso. E tomaremos as devidas providências enquanto a situação dos aposentados não estiver resolvida. Vou propor isso. Aliás, já estou propondo a partir deste momento.

Amanhã, estaremos com o Presidente desta Casa, que, em momento algum – não se pode negar isso –, mediu qualquer tipo de esforço para contribuir com a solução dos problemas dos aposentados.

É muito triste, Sr. Presidente, falar que os aposentados neste País vivem na miséria. Senador Geovani, é muito triste quando se associa isso à tentativa

do Governo Federal de criar um outro imposto para a população.

Vem aí uma nova CPMF, que será votada nesta semana na Câmara dos Deputados. Na quarta-feira, será votada a CSS.

É uma pena que possa haver um país na situação em que está, arrecadando bem mais do que o ano que passou, três vezes mais do que o ano que passou, que não tenha a sensibilidade de ter pena da classe média. Estou falando mais na classe média, porque é a mais sofrida, mas, quanto mais pobre, maior é o sacrifício do pagamento do imposto.

“Mas o imposto é para a saúde!” Ora, meu Deus! Ora, meu Deus! Quanto tempo o Governo Federal – e eu já falei centenas de vezes nesta tribuna – passou com a CPMF, arrecadando R\$46 bilhões por ano, e a saúde deste País não melhorou absolutamente nada. Ao contrário, a saúde neste País piorou.

Então, vem o Governo, Senador Heráclito Fortes, na maior cara de pau, tentar cobrar um novo imposto. Não fiquem surpresos, brasileiros e brasileiras, se, na quarta-feira, esse imposto passar na Câmara. Não fiquem surpresos.

Não fiquem surpresos! Aliás, nada mais surpreende neste País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tocou errado, não é Sr. Presidente? Eu tenho direito a vinte minutos na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tocou certo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu tenho direito a vinte minutos na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem o direito que desejar, pela sua liderança na Casa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Como eu ia dizendo, não vai surpreender nenhum brasileiro ou brasileira se o imposto for realmente aprovado na Câmara dos Deputados, porque aqui neste País, tudo já virou muito natural. Há mais um escândalo agora, mais um escândalo agora, envolvendo a Ministra Dilma: é o caso Varig, da Denise. Isso é terrível! O Governo devia dar uma pausa nos escândalos, porque toda semana tem escândalo neste País! É rotineiro. Toda semana tem escândalo! Acho que é o único país do mundo em que toda semana vem um escândalo à tona, e isso é grave! Eu acho que é o único país do mundo onde isso acontece! Agora vem o caso Varig! Ó meu Deus! Dai um basta! Tem que dar uma pausa, Senador Heráclito Fortes, tem que dar uma pausa,

porque ninguém agüenta mais! É escândalo em cima de escândalo!

Por isso, não se assustem se esse imposto vier goela abaixo e for aprovado na Câmara dos Deputados. Lá, como aqui também – e não tenho nenhum receio em dizer –, há interesse por parte de cada Parlamentar que só pensa em si, não pensa no seu País. Não tenho medo de falar isso! Não tenho nenhum receio em falar isso, Senador Geovani! Não tenho nenhum receio! Este negócio, esta coisa impregnada no Parlamento, de troca de cargos, troca de favores, traduz uma imagem péssima ao Parlamento brasileiro! Péssima! Se você não fizer o que o Governo quer, você não terá o que o Governo tem. Isso é terrível! Isso é humilhante à Pátria! Isso é humilhante a brasileiros e brasileiras! Tem que fazer! Tem que se ajoelhar no pé do rei. O rei é o todo-potente! E, enquanto isso não acabar no Parlamento brasileiro, a população brasileira vai sofrer sempre! Quem paga é a população brasileira! Quem paga é o povo! Toma-lhe a cobrar imposto!

Em relação ao PIB, Sr. Presidente, o brasileiro e a brasileira pagam 38% neste País! Trinta e oito por cento em relação ao PIB! Sabe quanto pagam no Chile, Sr. Presidente? Só 5%. Olha a diferença entre o Brasil e o Chile. Peguei só um país da América Latina. É impressionante!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me Senador Mário Couto, fazer um esclarecimento regimental.

Os Líderes têm direito a vinte minutos após a Ordem do Dia. Nos dias de segunda e sexta-feira, como não há Ordem do Dia, têm direito a cinco, mas é claro que V. Ex^a terá o tempo suficiente para concluir o assunto que trouxe à tribuna e que é importante para todos os brasileiros.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Então, Presidente, o Senado, a Câmara dos Deputados só não serão submissos neste País chamado Brasil quando cada um pensar na sua Nação, quando cada um pensar no seu povo, quando cada um perceber que o Brasil, o povo brasileiro está acima dos seus interesses próprios; quando cada um puder chegar a uma tribuna e dizer: sou um homem independente; eu não devo favores a Governo, eu não me vendo para Governo, eu não quero troca de cargos de Governo nenhum. Aí o Parlamento vai ter força de verdade, mas enquanto, Presidente, o Parlamento for submisso e depender do Executivo, o povo brasileiro pagará sempre, através de impostos, através da corrupção desenfreada que marca, toda semana, a Nação; que marca, toda semana, um caso de escândalo neste País.

Tome imposto, cobre imposto: 38% do PIB, 38% são tirados do bolso do brasileiro, 38% do que este País

produz é tirado do bolso do brasileiro – e isso dói muito. Eu pergunto a V. Ex^a: para fazer o quê? Para fazer uma segurança melhor para o seu povo. Há segurança neste País? Há segurança neste País? Nós pagamos impostos. O País nos dá segurança necessária para vivermos com tranqüilidade neste País? Não dá. A violência é desenfreada neste País.

Na minha cidade, Senador Paim, a coisa vai de mal a pior no Estado do Pará. Só como exemplo, Senador Paim, nos jornais de agora, um delegado, chefe de polícia – V. Ex^a, que sempre passa por Belém, cuidado! E V. Ex^a também, que é do Amapá, cuidado! – vai ao jornal e declara que realmente a Polícia pega propina. Chefe de polícia! Chefe de polícia! Dias atrás, um vereador da capital e um deputado estadual foram assaltados – amanhã vou falar sobre isso, Presidente.

Então, temos segurança? Estou citando dois exemplos do meu Estado. Existe segurança? Nós pagamos de imposto 38% do PIB enquanto os chilenos pagam só 5%, para ter uma saúde melhor, para não enfrentar fila nos hospitais, para receber atendimento médico capaz de dar tranqüilidade às famílias. Temos isso, Sr. Presidente, neste País?

Quem poderia me questionar? Falem aqueles que acham que a saúde no Brasil é boa! Falem! Questionem-me! Digam que a saúde neste País vai bem! Em nenhum Estado brasileiro a saúde está bem. A saúde está mal; a saúde está péssima!

Cobra-se imposto, e lá vem mais imposto. Vão ter que me enfrentar. Não sou ninguém, sou pequenininho, mas vou virar uma fera, vão ter que me enfrentar, cara a cara, aqui neste Senado. Não sei o que farei, mas de uma coisa podem ter certeza: vou chegar aos meus limites para que o Governo possa respeitar a Nação brasileira. Não há necessidade de se cobrar mais imposto, não há por que se cobrar mais imposto.

O Presidente falou à Nação: derrubaram a CPMF e os preços dos produtos não baixaram. Lógico! Como é que podem baixar se há uma inflação galopante neste País? Ou não existe? Ou a inflação não voltou? Ou não existe inflação neste País? E quando ando no interior, principalmente do meu querido Estado do Pará, as pessoas dizem assim para mim, meu Presidente: “Por que V. Ex^a fala do Presidente da República?”. Eu não falo do Presidente da República. Eu defendo o povo brasileiro. Sempre digo que o Presidente da República fez uma boa ação com o Bolsa-Família. Tenho preocupação com a mão-de-obra brasileira no futuro, mas reconheço que ele tirou muita gente da miséria, pelo menos por enquanto. Mas, não há inflação neste País? É lógico que a inflação chegou de novo!

Aí, você cobra mais imposto. O país com inflação, o país sem saúde, o país sem segurança, com violên-

cia. Ou será que nada disso existe neste País? Ou será que temos que ficar calados diante de tudo isso? Será que temos que aturar, sem ninguém falar, tudo isso? Não consigo, Sr. Presidente. Não consigo.

Uma dona de casa – pergunte a qualquer uma; procure qualquer dona de casa e lhe pergunte – que entra num supermercado para fazer compra com R\$400,00, hoje, ela compra as mesmas coisas que comprava um ano atrás? Pergunte a ela. E o Governo diz que não existe inflação. Cobra imposto, e haja imposto!

Vejam aqui que absurdo! TV Senado focalize aqui. Olhe aqui, brasileiro, quanto o Governo Federal já arrecadou até agora! Meio bilhão de reais! Quase meio bilhão de reais! Ainda não chegamos a julho, e o Governo já arrecadou três vezes mais do que no ano passado. Para que o Governo quer mais dinheiro? Por que o Governo quer tirar mais dinheiro do bolso do brasileiro e da brasileira, meu Deus do céu? Por quê? Será que o Presidente Lula está pegando corda do Ministro Temporão? Se o Ministro não fez nada até agora, se o Ministro não resolveu o problema da saúde até agora, ele é incapaz de resolver daqui para a frente. Se não resolveu até hoje, não resolve mais.

Onde estão os juros que não iam aumentar? Começaram a aumentar de novo. Estão em patamares já insuportáveis. Os gastos do Governo aumentaram, Sr. Presidente. Disseram que iam diminuir; na verdade, aumentaram, Sr. Presidente. E haja cobrar imposto do brasileiro para pagar tudo isso, Sr. Presidente. O País não consegue mais viver com essa situação.

E vai passar esse projeto. Lá na Câmara, vai passar, porque a submissão é muito grande. São poucos aqueles que, como Paim, como você, Papaléo, e muitos outros Senadores, podem vir a esta tribuna dizer que são independentes e que estão com o povo; são poucos, poucos – e lá menos ainda.

A maioria dos políticos vão ao palanque, pedem votos, elegem-se, mas não sabem nem o que é sofrimento popular. Não sabem o que é isso. Não têm sensibilidade no coração. O pensamento, quando vêm para cá, é de “se dar bem”; o povo que “se lixe”. Os aposentados que morram; estes, piores, porque já serviram ao País e não interessam mais ao País. É isso que pensam determinados políticos.

Então, Presidente – já vou descer –, queria que os aposentados da Varig não sofressem o que estão sofrendo, humilhados; eles estão humilhados, passando, como se diz lá no meu Marajó, o que o diabo enjeitou, passando, Senador Heráclito – vou repetir –, como dizem na minha terra natal, o que o diabo enjeitou. Povo sofrido. Presidente Lula, sinceramente, tenha pena deles. Assim como Vossa Excelência teve pena

daqueles mais sofridos e deu-lhes o Bolsa-Família, não dê Bolsa-Família aos aposentados não; dê-lhes o que eles merecem, Presidente. Dê-lhes o que eles têm direito, Presidente. Só isso. Respeite o direito dos aposentados deste País. Respeite aqueles que fizeram da Varig uma grande empresa, Presidente. Respeite o povo brasileiro. Não tire mais dinheiro do bolso do povo brasileiro. O povo brasileiro não pode ser taxado com tantos impostos, principalmente numa época em que a inflação aparece novamente, que os juros são galopantes, que a saúde vai mal, que a violência impera no País inteiro, que as estradas estão ruins, que as rodovias não existem mais, que as ferrovias se acabaram, que os portos se acabaram, que os aeroportos não existem mais neste País, levando ao caos, ao desastre, à morte tantos brasileiros.

Aumentar imposto, Presidente... Pode ter a certeza de que todos aqui sabem, Senador Heráclito, que esse imposto é desnecessário. É desnecessário cobrar esse imposto neste momento. Pode vir por imposição.

Mas nós temos o Senado. A única esperança do povo brasileiro é o Senado. É a única esperança do povo brasileiro. Temos que mostrar que ainda existem políticos neste País que respeitam o povo e a Nação brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Por permuta com o Senador Heráclito Fortes, que fez permuta com o Senador Cristovam Buarque, e por eu já ter anunciado o Senador Geovani Borges, S. Ex^a fará uso da palavra com permissão do Senador Heráclito Fortes, que em seguida fará uso da palavra como orador inscrito, sem prejuízo da ordem das inscrições.

V. Ex^a terá vinte minutos e o tempo regimental de prorrogação, se for necessário.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, pela generosidade antecipada.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, falar sobre meio ambiente após visitar Macapá, capital do Amapá, é tarefa fácil. Verdaderamente distante do eixo Rio/São Paulo, o local tem características especiais, sobretudo no que diz respeito à preservação do meio ambiente.

Temos, Senador Papaléo Paes, 97% de florestas absolutamente preservadas. A preocupação e o orgulho com o tema têm mais vez e voz em terras amapaenses.

Vale lembrar algumas informações básicas sobre este nosso novo e jovem Estado que, até 1988, tinha

a condição de território federal. O Amapá é o início do extremo norte do litoral brasileiro, que começa no final do rio Oiapoque (divisa com a Guiana francesa).

Temos – repito – 97% de nossa cobertura vegetal intacta, totalmente preservada. O Estado abrange também mais de 500Km de litoral atlântico e mais de 300Km do rio Amazonas.

Estamos fazendo um plano de desenvolvimento chamado “Amapá Produtivo”, valorizando a riqueza natural e associando desenvolvimento com conservação. Uma visão tucuju daquilo que o resto do mundo chama de “crescimento sustentável”.

Para garantir a preservação, o Estado investe também na criação de leis, como a lei de ordenamento territorial, que alia a atividade econômica, que podem gerar emprego e renda, como o artesanato, se desenvolvida a partir de conhecimentos tecnológicos produzidos no próprio Amapá.

Como potencial turístico, entendo que temos todas as chances do mundo, já que Macapá é a única capital cortada pela Linha do Equador e também é a única capital do Brasil que é banhada pelo Rio Amazonas.

O Estado abriga o maior monumento da colonização portuguesa, a Fortaleza de São José de Macapá. Para torná-la atrativa, foi construída uma obra de 12 hectares chamada Parque do Forte.

Apostamos no turismo como a principal atividade econômica do Estado para um futuro próximo – e próspero. O nosso principal diferencial é a posição geográfica, que pode servir como entrada de estrangeiros no País. Estamos em uma posição geopolítica estratégica – inclusive, a área de porto é na minha querida cidade de Santana – porque estamos na fronteira com as Guianas, muito próxima do Caribe, e com mais facilidade para chegar à Europa, já que existem vôos de Paris à Guiana Francesa com tarifas domésticas e apenas 8 horas e meia de viagem.

Se o Estado investir na área, acreditamos que a entrada de europeus na Amazônia vai se tornar mais barata e rápida. E ainda será a porta de saída para as exportações brasileiras, já que estamos na saída do Rio Amazonas.

Muitos produtos do Centro-Oeste e da Amazônia poderão ser transportados por meio marítimo, a partir do canal norte do Amazonas, saindo pelo Atlântico e seguindo para vários continentes.

O maior desafio é colocar o Amapá na rota do desenvolvimento sem diminuir o seu grau de preservação.

Ainda, hoje, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, a ex-Ministra do Meio Ambiente, a nossa querida colega Senadora Marina Silva alerta que o meio ambiente não vem recebendo do Governo a mesma

prioridade para acompanhar “o pique da sociedade”. A Senadora ensina “que o Governo não pode ver as áreas preservadas como partes ‘retiradas da produção’ e, sim, como imprescindíveis à produção equilibrada e com alguma noção do bem público”.

De fato, Sr. Presidente, os riscos ambientais tornaram-se preocupação obrigatória na vida das pessoas, das empresas e do Estado. Ninguém mais pode ignorar sua responsabilidade no futuro da humanidade e do Planeta.

Veza por outra, como na entrevista das páginas amarelas da revista **Veja** desta semana, aparece uma voz dissonante nessa orquestra da consciência ambiental, como é o caso de Patrich Michaels, climatologista da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, que não acredita no poder destrutivo do aquecimento global. E, para completar, ainda garante que o desmatamento da nossa Amazônia não é o grande culpado pelo aumento do aquecimento global, se for comparado com a queima de combustíveis fósseis. Ele diz com todas as letras:

“Tentar justificar a preservação com o argumento do aquecimento global é uma mentira. Acredito que a preservação das áreas silvestres é uma decisão social e econômica que as pessoas nos países em desenvolvimento precisam tomar.”

Bem, pelo sim, pelo não, desconfiado como bom caboclo ribeirinho, prefiro acreditar nas velhas e vigentes teses que ensinam consciência ambiental e parabenizar o meu Amapá pelo seu profundo respeito ao meio ambiente, a despeito da cobiça e do poder econômico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, dentro do tempo regimental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a. Como representante do Amapá, parabeno-o pelo discurso proferido. Os dados que V. Ex^a nos apresenta servem de exemplo para todo o Brasil, em termos de bom tratamento para com o meio ambiente.

Concedo a palavra ao eminente Senador Heráclito Fortes, por vinte minutos, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero começar a segunda-feira falando sobre um assunto que considero, Senador Paulo Paim, da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Casa está sendo homenageada hoje pela presença dos alunos da 7^a série da CEF nº 02 do Guará, que vieram visitar esta Casa.

Muito obrigado a vocês.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Meus cumprimentos aos estudantes que estão nas galerias. Desejo que conheçam realmente a tramitação e o funcionamento da Casa, com os projetos, com as tramitações, enfim, conheçam os segredos da Casa.

Mas, Sr. Presidente, como eu estava dizendo, ontem eu vi, no Programa do Faustão, uma matéria que realmente sensibiliza e emociona o ser humano no momento em que nós vivemos.

Quem no Brasil não se lembra – a nossa geração, é claro – do extraordinário jogador de futebol que foi o Paulo César Caju? Participante da Seleção Brasileira de 70, era um atleta hábil, um verdadeiro malabarista no trato com a bola e uma figura popular pela sua maneira de encarar o futebol, o futebol alegre. Passou por vários times do País, jogou na Europa. De repente, saiu de circulação. Eu calculo que ele deva estar chegando aos sessenta anos, por aí assim. Eu tinha lido, há algum tempo, que ele estava envolvido com drogas, com dependência, mas a imprensa pouco falava sobre o Paulo César e o seu drama.

Ontem, o Faustão prestou um benefício ao País, colocando o Paulo no seu programa. E mostrou-nos um aspecto fantástico, Senador Geraldo Mesquita: neste mundo de hoje, nós ainda temos a solidariedade humana. O Paulo César vivia cercado de “amigos” (entre aspas) no seu momento de glória, quando, nas noites cariocas e européias, triunfava pelo prestígio que gozava – e, em um momento como esse, os amigos não faltam. Quando ele começou a se envolver com drogas e a decair, viu-se, em determinado momento, em uma situação difícil. E, vejam bem, ele foi acolhido, de maneira generosa, pelo seu ex-colega de profissão Cláudio Adão e pela sua mulher, Paula Barreto. A Paula é filha dessa extraordinária figura a quem o cinema brasileiro muito deve, que é o Luiz Carlos Barreto, o Barretão, e da Dona Lucy.

Imaginem qualquer um de nós aqui, com toda a sinceridade, fazer o que eles fizeram. Com filhos para criar, levaram Paulo César Caju para dentro de casa. Chamaram os filhos – a matéria é muito detalhada sobre isso – e explicaram a situação e a necessidade da convivência com Paulo César em casa. Imaginem acontecendo isso com qualquer um de nós! A coragem... Existe sempre aquele preconceito da convivência do drogado com filho seu. Até por proteção, faz-se

isso. Pois eles tiveram a determinação e a coragem. O Paulo César morou com eles por cerca de três ou quatro meses. Foi um processo difícil.

Apareceram poucos os que se solidarizaram e apoiaram Paulo César nesse processo de recuperação. Eu me lembro bem de que ele citou Rivelino, que deu entrevistas, Zagallo e Parreira. Cada um, de uma maneira, ajudou o Paulo César nessa recuperação.

Ontem, ele foi à televisão e elogiou muito a força e a firmeza de sua atual mulher. Parece-me, pela matéria, que ela é irmã do Afonsinho do Botafogo, que foi outro ícone do futebol brasileiro e um dos responsáveis pelo estágio que o futebol alcançou com relação ao atleta profissional, dando independência e impondo regras para que a profissão de atleta tivesse dignidade e fosse respeitada como é hoje.

Não sei se V. Ex^a assistiu, mas foi realmente um momento de muita emoção, porque se vê a luta que ele enfrentou e se reconhece a força que a mulher exerceu sobre ele. De forma que eu faço questão desse registro porque a solidariedade, nessas circunstâncias, da maneira que foi feita, não é fácil. Não é fácil. E hoje tive o cuidado de ligar para o Luiz Carlos Barreto; tentei ontem, mas não consegui, porque meu gabinete é fechado no domingo, e eu tenho o telefone do Luiz Carlos Barreto somente no meu gabinete; mas hoje eu fiz questão de telefonar para ele, de parabenizá-lo. Ele colocou a filha Paula na linha, e eu tive oportunidade de parabenizá-la.

Penso, meu caro Paulo Paim, que esse é um exemplo que devemos exaltar e um exemplo que é preciso ser seguido. Sei que não é fácil.

Concedo um aparte, com o maior prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, faço questão deste aparte e quero cumprimentar a sensibilidade de V. Ex^a em trazer para a tribuna esse tema. Eu assisti também, ontem, à entrevista de Paulo César e, sem sombra de dúvida, o que fizeram alguns colegas, jogadores e técnico, foi exemplar, demonstrando – e por isso V. Ex^a está de parabéns também – que, em um momento como esse, a solidariedade dos amigos, da família é fundamental. Lembro-me de uma fala do Rivelino – sempre fui fã do Rivelino – em que ele disse: “O Paulo César estava insuportável (devido ao estado da droga, naturalmente), mas, naquele momento, todos nós nos unimos e fizemos uma cotização para que cada um ajudasse financeiramente o Paulo César”. O Zagallo ajudou, enfim, os treinadores, os colegas da época, todos deram a sua parte ao Paulo César. Cláudio Adão foi o mentor dessa recuperação. Achei importante esse assunto, porque, como faço parte da Comissão de Direitos Humanos,

ouço e recebo no meu gabinete muita denúncia e pedido de ajuda sobre essa situação das drogas. Muitos me dizem que o problema é irreversível. Ali ficou comprovado, mais uma vez, que, quando há solidariedade e apoio dos familiares e colegas, podemos ultrapassar essa barreira da dependência química. Por isso, quero cumprimentar o Paulo César, seus familiares, seus amigos, pela recuperação. E cumprimento V. Ex^a, que trouxe esse tema ao plenário do Senado, numa demonstração de que é possível enfrentar essa peste que é a dependência química. Parabéns a V. Ex^a!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e quero dizer que tenho a alegria de ser vizinho de cadeira, como também V. Ex^a, do Senador Geraldo Mesquita. Sou, às vezes, agredido pelo toque do telefone dele, que é o hino do Botafogo. Ele, naturalmente, como botafoguense – e tendo sido Paulo César atleta daquele clube –, sabe exatamente a alegria que Paulo César prestou aos brasileiros.

Mas, se não fosse Paulo César Caju, se fosse um cidadão comum, o ato de solidariedade é que para mim é algo de fantástico, especialmente da maneira como essa solidariedade chegou e aconteceu. Evidentemente, há dois tipos de ajuda. É aquela da cotização, auxílio financeiro, e há aquela ajuda de trazer o problema para sua casa.

Senador Geraldo, digo-lhe, com toda a sinceridade e humildade: sou uma pessoa de coração largo, mas não sei se tomaria a atitude e teria o gesto daquele casal.

Com prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Heráclito. V. Ex^a lembrou o toque do meu telefone, e eu faço apenas uma retificação à sua fala: o hino do Botafogo não agride o ouvido de ninguém. É uma música.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu gosto é do hino do Flamengo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a assistiu ao programa. Eu, infelizmente, não vi o programa e estou comovido com a história que V. Ex^a relata da recuperação de Paulo César Caju, grande ídolo da torcida do Botafogo, grande atleta. Claro que com outras características, essa ação do Cláudio Adão me lembra o suporte que prestou ao Garrincha, por exemplo, o Nilton Santos em épocas passadas. O Garrincha não tinha só as pernas tortas, mas, de vez em quando, entortava. Nilton Santos estava ali como um verdadeiro pai e protetor de Garrincha. No esporte, Senador Heráclito, e principalmente no futebol, são muitos os casos parecidos com o do Paulo César. É um esporte que promove, e as pessoas caem no esquecimento muito rapidamente. São poucos aqueles

que se mantêm, e é um esporte que sujeita os atletas a essas situações. Muitas vezes, os atletas entram em depressão por conta do ocaso de suas atividades. E o exemplo me lembra também, lá no meu Estado - V. Ex^a falando do Paulo César -, um jovem da cidade de Cruzeiro do Sul. Uma vez ele me procurou – o Ronauro – com uns papéis debaixo do braço. Eram manuscritos de poemas que ele havia produzido. E ele foi contar a sua história. Disse que era um viciado, em droga pesada inclusive, e recebeu a mão estendida e o apoio de uma entidade que tem lá no nosso Estado, mantida e criada por um Deputado Estadual, o Deputado Donald, a Apadeq, que acolhe pessoas envolvidas com o uso de drogas e já recuperou muita gente no Estado. Esse rapaz foi recuperado. Hoje está lá, com sua mulher, com seus filhos, vivendo uma vida humilde, mas uma vida decente, uma vida digna. E o livro de poesia dele eu tomei inclusive a iniciativa de mandar publicar, de distribuir lá para a juventude do meu Estado, como prova de que as pessoas, quando têm uma mão estendida e quando têm capacidade de reação, se recuperam efetivamente. E não deu outra. O Ronauro, hoje, é uma pessoa completamente recuperada, tendo uma vida normal, embora com sacrifício. Mas foi alvo também de uma mão estendida, como essa que o Cláudio Adão prestou ao Paulo César e que tantos anônimos prestam a pessoas. E V. Ex^a tem razão, vamos nos colocar no lugar do Cláudio Adão e da família dele. Quem de nós faria o gesto que ele adotou? Quem de nós, em sã consciência, tomaria essa atitude? Então, aqui, as nossas homenagens ao Cláudio Adão e um grande abraço ao Paulo César, nosso sempre botafoguense. Parabéns pelo assunto trazido a plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, mas quero dizer que a agressão que citei é relativa; ela se dá, porque, geralmente, esse seu hino toca no telefone com mais constância, com mais firmeza, quando o Flamengo enfrenta o Botafogo. Passo a semana toda ouvindo, aí, na segunda-feira, divirto-me porque o hino se cala, silencia-se, e ainda não tive tempo de mandar colocar o hino do Flamengo no meu telefone! Mas isso, evidentemente,...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Mas, se quiser o do Botafogo, posso ceder para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Brincadeiras à parte, o Cláudio Adão, que V. Ex^a conheceu bem, era um atleta de uma elegância jogando futebol e, acima de tudo, sempre me impressionou pela maneira com que encarava o futebol, pelo seu trato com a imprensa e pela elegância com que tratava as pessoas. Foi um exemplo de atleta e marcou posição.

Posteriormente, Paulo Paim, lembro-me do noticiário na imprensa, quando anunciou o casamento do Cláudio Adão com a Paula. Naquele tempo, num Brasil cheio de preconceitos, marcou época no Rio aquela união; e, hoje, já com filhos crescidos, com o apoio permanente do Barretão e da Dona Lucy, cala o Brasil todo que, no passado, estarreceu-se com aquele gesto, com atitude daquela natureza.

Portanto, eu quero enviar os meus parabéns a ele e principalmente ao casal Barretão e D. Lucy, porque ela foi fundamental nessa concordância. A gente sabe como é o mando da mulher em casa. A gente, geralmente, comparece com um “sim, senhora”, e ela deve ter sido não só a parte mais decisiva, mas a parte mais afetada no gesto porque era quem mantinha a convivência diária com o problema.

Quero também me congratular com a equipe do Faustão, por ter trazido este tema à baila. E, por último, dizer ao Barretão que ele é um homem de sorte na vida. De sorte por ter visto em casa, através de uma filha e de um genro, esse exemplo de solidariedade, que é um dos ícones do cinema brasileiro; tenho certeza que, com este tema, fará um filme que será um sucesso, comovendo a todos os brasileiros.

Senador Papaléo Paes, com o maior prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, é muito importante o assunto que V. Ex^a traz a esta Casa. Não tive oportunidade – estava em viagem – de assistir ao programa a que V. Ex^a se refere. Mas o que fica registrado aqui é a realidade por que o mundo passa, que muitos milhões de brasileiros enfrentam, relacionada às drogas. Essas atitudes, no caso de todos os que participaram da recuperação do grande Paulo César Caju, capitaneado pelo jogador de futebol Cláudio Adão, sua esposa e sua família, que soube compreender muito bem, realmente merecem ser louvadas por todos nós, pela sociedade brasileira, e servem como exemplo para todos nós também para, de uma maneira ou de outra, nos darmos as mãos no sentido de tentarmos recuperar esses milhares ou milhões de brasileiros que estão jogados, amparados por essas devastadoras drogas que estão aí expostas ao bel-prazer da sociedade e que realmente estão danificando muitos dos nossos irmãos. Então, registro a grandeza com que o Cláudio Adão, sua esposa e sua família e os demais colaboradores tiveram para recuperar o Paulo César. Gostaria de dizer também que o programa que V. Ex^a cita, do Faustão, traz com essas mensagens o seu valor como programa de utilidade pública. Então, fico satisfeito em ver a recuperação de um cidadão, como foi o caso do Paulo César. E que esse exemplo sirva para trazer esperança aos que a

perderam na recuperação de um filho, de um parente ou de um amigo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, agradeço os apartes e quero, Senador Paim, dar-lhe uma sugestão. V. Ex^a preside uma comissão, que é a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, que pode muito bem convidar o Paulo César para vir aqui participar de uma palestra ou de uma audiência pública.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, aceite de pronto a minha concordância. Apresentarei, já na próxima quinta-feira, um requerimento convidando o ex-jogador Paulo César Caju, que todos nós vimos jogar na Seleção e no Botafogo, para que ele venha à comissão dar um depoimento, já que lá eu recebo inúmeras correspondências pedindo pelo amor de Deus que eu aponte caminhos. Se não me engano, ele está fazendo palestras, no Brasil e no exterior, sobre o tema. Só estou referendando a sua provocação positiva dizendo que vamos encaminhar o requerimento convidando-o para vir à Comissão de Direitos Humanos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço, Sr. Presidente. E solicito que V. Ex^a determine à Secretaria da Mesa encaminhar às pessoas citadas a correspondência com o registro do reconhecimento desta Casa a esse gesto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Heráclito, permita-me...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, Senador Papaléo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Este assunto me sensibilizou muito. Gostaria de fazer um registro dos absurdos que poucos sabem que se passa dentro de uma família, ou que muitos até hoje sabem que se passa dentro de uma família que tem um viciado em drogas. Senador Paulo Paim, todos os senhores sabem que sou médico e tenho um expediente por semana no meu Estado. Não vou citar nome, mas há uma senhora, de uns 50 anos de idade, que tem um filho de 17 anos de idade. Ela já esgotou todos os recursos que poderia ter com esse filho. Esse rapaz furtava todos os objetos de dentro de casa para trocar por drogas. E ela me relatou que hoje foi obrigada, até para salvar seu filho, colocar na porta do quarto dele uma grade com cadeado e, quando ela vai trabalhar, tem que deixá-lo ali, porque ou ela entrega esse filho, como se diz, joga-o no mundo e não quer mais saber dele, ou dá essa condição parcial de prisão. Ela diz que só solta o filho quando chega em casa, mas tem que ficar acompanhando-o de um lado para outro e até de ir para a rua se ele for. Ela não tem mais ninguém que a ajude; foi completamente abandonada, porque

ninguém da família mais acredita nessa recuperação. Então, o que ficou da entrevista do Paulo César é que essas pessoas que a assistiram, que estão tomando conhecimento disso, não devem perder a esperança, devem correr atrás, porque é possível, com muito amor, com muito carinho e dedicação, recuperar, sim. E o Senador Paulo Paim reafirma aqui o convite ao Paulo César e à família do jogador Cláudio Adão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Fica feito o registro. Evidentemente, as providências serão tomadas no sentido da veiculação.

Encerro, mais uma vez, parabenizando principalmente o casal, Cláudio Adão e esposa, e a todos que participaram dessa luta. Afirmando que a educação dada pelo Barretão e pela D. Lucy foi fundamental. E insisto, Barretão, que essa história dá um filme e dos bons.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns, Senador Heráclito Forte, pelo brilhante pronunciamento. V. Ex^a emocionou a todos nós.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, quero solidarizar-me com o tema que abriu o pronunciamento do Senador Paulo Paim com relação ao trabalho das Casas legislativas.

As pessoas, a maioria das pessoas, a sociedade, aqueles que não têm conhecimento da atividade parlamentar podem pensar que há uma verdadeira vadiagem às segundas e às sextas-feiras. O que acontece é que às terças, quartas e quintas temos as sessões deliberativas, aquelas destinadas a discussão e votação das matérias na Câmara e no Senado. Quando há necessidade, temos sessões às sextas, aos sábados, no dia que o Presidente determinar ou quando houver necessidade. Mas esses três dias são suficientes para que possamos deliberar sobre as matérias. Às segundas-feiras a Casa funciona normalmente: todos os servidores estão na Casa, todas as pessoas que têm responsabilidades estão na Casa. O Senado Federal tem algumas comissões de inquérito que funcionam às segundas e às sextas. Além disso, há Senadores que vêm ao plenário, que preferem vir falar às segundas e às sextas-feiras, quando também temos atividades, pois todos os gabinetes estão funcionando. Enfim, quero dizer que é muita injustiça falarem que... No caso,

temos projetos, estamos aprovando projetos, como é o caso, muito justo, citado pelo Senador Paim, de um que faculta a presença do trabalhador no dia do seu aniversário e que este trabalhador só vai ter direito a essa falta justificada por ano.

Então, queremos deixar registrado que, além deste plenário – as pessoas pensam que é só isso que acontece aqui –, temos diversas comissões na Casa, que são formadas, cada uma, por um número determinado de Senadores, 17 ou 18, temos subcomissões, formadas por um número menor de Senadores, que fazem os estudos, que analisam cada matéria antes de elas virem para cá, para o Plenário.

Então, a importância que o povo tem de dar ao Senado e à Câmara não é só pela nossa participação aqui, nas tardes, pois temos compromisso todas as manhãs e todas as tardes, não temos hora para entrar ou para sair, e quando não estamos presentes aqui, aos olhos de todos, quando não somos filmados, televisionados, ouvidos pela Rádio Senado, estamos nos nossos gabinetes, em audiências do interesse da Nação, sobre assuntos diversos que discutimos, estamos recebendo informações dos técnicos que trabalham aqui sobre diversos assuntos.

Enfim, quero dizer que não podemos aceitar e temos de rebater sempre acusações, em defesa desta Casa. Os Senadores são os representantes dos Estados, vêm representar os Estados por força do voto. Não batemos ponto, mas não temos hora para sair. Normalmente, entramos de manhã, não saímos da Casa, ficamos trabalhando até à noite. Além disso, como pode cada um dos 81 Senadores ter seu *big brother*, uma televisão que o acompanhe o tempo todo?

Então, também não aceito essa injustiça. Sou solidário ao Senador Paim, que trouxe esse tema. Temos que zelar por esta Casa. Hoje, estamos Senadores, poderemos ser substituídos pelo voto, mas não podemos deixar a instituição Senado Federal ser apedrejada, enlameada por críticas que a Casa não merece receber.

Senador Paim, pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo, vou ser muito rápido para não dar muita corda para esse assunto. Mas quero cumprimentar V. Ex^a, porque V. Ex^a é um dos Senadores que mais estão presentes às segundas e às sextas. V. Ex^a poderia até nem falar no assunto, que não o atinge, de jeito nenhum, como não atinge a nenhum de nós. Mas faço a defesa inclusive daqueles que não estão aqui. O Senador Geraldo Mesquita Júnior deveria estar no Rio Grande do Sul hoje, pois faz parte de uma comissão do Congresso que investiga crimes de pedofilia, mas S. Ex^a está presidindo a sessão. S. Ex^a não foi porque não

havia teto, senão estaria lá. Então, quero mais é cumprimentar V. Ex^a, Senador Papaléo, pela solidariedade que está dando ao Senado e à Câmara. É muito fácil jogar pedra nas pessoas de forma irresponsável, deixando o dito pelo não dito. Quem lê pensa que é tudo uma turma de vagabundo mesmo. Para mim, como eu dizia ao Senador João Pedro, o Presidente Garibaldi teria que falar em nome da Casa, assim como o Presidente Arlindo Chinaglia. Não dá para dizerem que somos todos uma tropa de vagabundos e quererem que todos os assalariados brasileiros sejam tão vagabundos quanto. É isso que dizem. Eu não me calei porque não concordo. Toda vez que houver uma crítica que entendo ser correta e adequada, vou dizer que é um direito discordar do projeto que eu tenha apresentado, mas a forma como se colocou foi chamando todos os Parlamentares de vagabundos. Eu não sou! Por isto, meus cumprimentos a V. Ex^a. Tenho certeza de que esta é a visão de todos os Parlamentares da Casa.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Há mais uma coisa, Senador Paim: além de tentar tachar os Parlamentares que estão aqui pelo voto do povo, não temos carteira assinada com a Casa. Estamos aqui temporariamente, pelo voto do povo. O povo nos deixará aqui se quiser; se não, pode nos substituir. Então, estamos de passagem aqui, cumprindo nossas obrigações rigorosamente.

Vou dar um exemplo mais trivial. Por exemplo, não estão sentindo falta do Senador Mão Santa? O Senador Mão Santa está representando o Senado no exterior. Alguém pode dizer “Ah, hoje o Senador Mão Santa faltou!” Ele não faltou; está em Genebra, representando o Senado. O Senador Magno Malta já foi citado e está em audiência pública em algum Estado deste País, como estaria o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Então, fazemos um trabalho que não é só este que todos vêem.

Fica também para os jovens que estão visitando o Senado e que irão nos substituir na política a mensagem de que não devem desacreditar da política. Nós vamos passar e vocês vão nos substituir. Ao contrário, vocês têm de se envolver na política cada vez mais e entender o que é política partidária e saber que cada político que está aqui não veio para cá porque quis ou porque foi chamado por algum amigo, não; veio para cá pelo voto do povo.

Então, da mesma maneira, vocês: os que não votam começarão a votar. Aqueles que começarem a se interessar pela vida deste País, pelo progresso deste País, têm que se envolver politicamente, porque não adianta, o processo democrático exige a presença de políticos. Se não, nós colocaríamos um rei aqui e ele faria o que bem entendesse, sem respeitar os direitos

– quando eu digo rei, é o ditador – do povo. Nós já tivemos esse processo alguns anos atrás.

Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Papaléo, V. Ex^a está repercutindo e refletindo uma nota que generaliza. Primeiro, essas coisas de generalizar sem nenhum critério. Não que o Congresso não possa receber uma crítica. O Congresso pode, é parte da sociedade...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pode e deve.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ...e a representa. Depois, a sociedade brasileira avançou, a sociedade civil avançou, deve fazer a crítica à imprensa. Nós temos uma imprensa que... A liberdade no Brasil... E ela foi conquistada com muito sacrifício... Mas a imprensa é um setor da sociedade brasileira que deve muito à luta de muitos que não aceitaram a mordida. Então, se temos uma imprensa com um grau de liberdade no mundo, é a imprensa brasileira. Então, eu penso que as críticas, elas devem acontecer. Deve-se criticar o Congresso, principalmente na hora em que o Congresso está sendo chamado e não responde a uma exigência da sociedade. É perfeitamente normal e é preciso que haja essa vigilância. Agora, a imprensa tem que ter a responsabilidade de não ser injusta, de generalizar, de fazer uma crítica na tentativa de desqualificar um dos pilares da democracia conquistada neste País. Então, eu não ouvi, mas já dialoguei com o Senador Paulo Paim. E V. Ex^a está repercutindo. Então, estou fazendo o aparte justamente para me congratular com V. Ex^a, com o Paulo Paim e dizer da injustiça da nota, porque ela não reflete o trabalho do dia-a-dia aqui no Senado da República. Eu poderia dizer que da minha parte estou... Não, eu acho que é a instituição. Inclusive, a Mesa Diretora deve responder. Da mesma forma que há o direito de fazer a crítica, há o direito de fazer a defesa sem meias palavras. Mas não podemos nos calar frente à injustiça. Penso que a nota, da forma como trata o trabalho dos Congressistas e o trabalho específico dos dias de segunda-feira e sexta-feira, foi injusta para com o Congresso Nacional. Obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a também, porque V. Ex^a expressou muito bem o nosso sentimento.

E quero, para complementar sobre esse assunto, Senador Paim... Não aceito também – não devemos aceitar de forma alguma – que levem todos os servidores desta Casa nesta avalanche de críticas. Eu não aceito isso. Os servidores... Como eu digo, nós estamos aqui pelo voto do povo; nós passamos e eles ficam, sustentando a base desta instituição, porque aqui, eu digo que é uma das Casas onde se agrupa o

maior número de servidores competentes e capacitados. Por isso a eficiência que tem o Senado Federal. Mas, Sr. Presidente, eu tive que me ater a este tema, porque fico indignado quando a injustiça é feita contra o Parlamento brasileiro. Mas o meu tema de hoje é um tema que nós vamos discutir bastante aqui e está sendo discutido na Câmara.

O Governo pretende, Sr. Presidente, mais uma vez, adotar a política do não é comigo, o problema não é meu, para, novamente, tugar o bolso dos cidadãos. E isso para manipular o tratamento de matéria da importância da regulamentação da Emenda n^o 29, de 2000, que assegura a elevação gradativa dos recursos alocados à saúde pública brasileira.

Trata-se de uma falsidade, de um truque, com o objetivo meramente eleitoral. O Governo, acobertado por sua base parlamentar, tenta ressuscitar a CPMF, agora com o pomposo nome de Contribuição Social para a Saúde – CSS, sob o pretexto de não dispor de recursos para custear as despesas decorrentes da aplicação da Emenda n^o 29. Além disso, ameaça vetar o projeto de lei complementar que regulamenta a emenda, sob a justificativa de que à despesa proposta não há correspondente receita prevista. Ou seja, Sr. Presidente, uma sórdida chantagem: ou o Congresso aprova essa nova CPMF ou o Governo não cumprirá com sua obrigação de executar o prescrito na Constituição, argumentação sofismática, típica deste Governo, para o qual tudo é possível, desde que sirva aos seus interesses e projetos eleitorais. Nada é possível se contrariar seus objetivos.

Sr. Presidente, a emenda constitucional é muito clara quando diz que deverão ser aplicados na saúde percentuais da arrecadação da União. Não se trata, pois, de criação de qualquer nova despesa, como despidoradamente o Governo quer fazer a sociedade acreditar.

O projeto de regulamentação da Emenda n^o 29 apenas fixa os percentuais a serem alocados à saúde em escala progressiva até o ano 2011, conforme previsão constitucional.

Cabe ao Governo tão-somente montar e executar o orçamento da União destinado à execução do percentual que o Congresso Nacional, em nome da sociedade brasileira, quantificou como necessário para a prestação adequada dos serviços.

Sr. Presidente, chega a ser uma afronta à inteligência dos Parlamentares e da população brasileira a argumentação de que não há receita prevista para novas despesas.

Não há despesa nova, Senador Paulo Paim, e há recursos em abundância. O que há é apenas a fixação da forma como deve ser distribuído o orçamento, de

acordo com a emenda constitucional em vigor. Nada mais, nada menos.

E o que a CPMF tem a ver com tudo isso? Muita coisa, do ponto de vista do Governo. Serão bilhões a mais de que o Governo disporá para gastar como quiser na construção de seu projeto político de perpetuação no poder.

Nesse momento, desaparecem os muitos bilhões do excedente de arrecadação que o Governo tem obtido neste ano. Esses não contam para a saúde; ao que parece irão para o tal Fundo Soberano, ou algo parecido, para a especulação financeira patrocinada por um Governo que se diz ser dos mais pobres.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todas as projeções econômicas dão conta de um excesso de arrecadação de R\$62 bilhões em 2008, ou seja, há com que cobrir a suposta perda da CPMF e ainda sobram mais de 20 bilhões para novos investimentos. Mas esses o governo quer guardar para 2010, para lubrificar sua campanha presidencial. O povo que espere até lá.

Ora, Sr. Presidente, esta é uma conta simples de aritmética. O Governo tem recursos mais do que suficientes para custear a Emenda 29, sem sequer precisar mexer nas verbas dos outros setores. E ainda tem sobras para continuar gastando irrefreavelmente, como vem fazendo desde que assumiu.

Sr. Presidente, não podemos aceitar que seja jogado sobre os ombros do Congresso Nacional e da Oposição, em particular, o ônus da incompetência do Governo em gerir o Orçamento público, em conter seus gastos de custeio, e de sua incapacidade de orientar seus recursos para o atendimento da saúde da população.

É preciso desmascarar essa retórica de palanque eleitoral que o Presidente da República insiste em utilizar, exonerando-se de qualquer responsabilidade pelos erros de seu Governo, transferindo-a para a tal da "herança maldita" ou para a falta de patriotismo da Oposição.

Sr. Presidente, o PT e o Presidente Lula esbravejavam quando a CPMF foi criada. Agora, dizem que não dá para viver sem ela. Quanta vulnerabilidade e quanto inconstância nestes dois setores, da Presidência da República e do Partido dos Trabalhadores!

Quanto despudor, ao pretenderem dar um golpe no processo legislativo, tentando fazer passar, via legislação ordinária, Senador Geraldo Mesquita Júnior, matéria que deveria ser objeto de emenda constitucional! A capciosa tentativa de usar o argumento do inciso I do art. 154 da Constituição Federal não pode ser aceita. Há fato gerador e base de cálculo previstos na Carta Magna para financiar a saúde pública. Qualquer

nova taxaço não pode ser feita por meio de norma infraconstitucional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado brasileiro gasta mal, gasta muito e não sabe como resolver o problema. Por causa disso, toda vez que precisa gastar direito em serviços importantes, ele ataca o bolso do contribuinte com a voracidade dos lobos famintos.

Que o Governo reveja seus gastos supérfluos, suas despesas com cartões corporativos, com alugueis de carros e com tantos outros vazadouros do dinheiro público. Economize naquilo em que é perdulário, para poder beneficiar o povo, do qual retira o dinheiro para suas despesas.

Ir à tribuna, como foi recentemente o Presidente Lula, e criticar empresários por não repassarem o dinheiro não gasto após a extinção da CPMF para os preços dos produtos é querer jogar para a platéia desinformada, como tão bem sabe fazer o Presidente da República.

Por que, então, as empresas públicas não tomaram essa iniciativa antes do setor privado? Poderiam ter-lhes servido de exemplo e constrangimento. É muito fácil fazer discurso demagógico e populista! Este, infelizmente, ainda tem eco no Brasil menos esclarecido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não pode ser administrado como uma birosca qualquer. O povo precisa de seriedade e regramento de parte do Estado. Truques enganosos não podem mais ser aceitos sob pena de comprometermos irremediavelmente nossa legitimidade democrática.

Sr. Presidente, a regulamentação da Emenda nº 29 já deveria ter sido feita há muito tempo. O momento em que vivemos não pode ser mais favorável para tal. O Estado brasileiro nunca arrecadou tanto quanto agora, e as perspectivas de crescimento da arrecadação são extremamente positivas.

Diante desse quadro, deve ser motivo de vergonha para o Governo saber que o Brasil gasta atualmente US\$300.00 anuais *per capita* com saúde, metade do que é investido na Argentina e cinco vezes menos do que é gasto no Canadá.

Que o Governo, então, cumpra o que está prescrito na Emenda nº 29, aplicando a lei complementar que a regula e organizando o Orçamento de modo a destinar para a Saúde os percentuais definidos pelo Legislativo, fórum legítimo e responsável para deliberar sobre a matéria.

A situação é simples e cristalina. Todo o resto é cortina de fumaça para escamotear do povo a verdade e retirar-lhe ainda mais dinheiro para beneficiar o projeto de poder deste Governo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma questão de soberania do Congresso Nacional a rejeição de

qualquer tentativa governamental de recriar a CPMF apenas poucos meses depois que os Parlamentares desta Casa, representando o povo, se pronunciaram contra sua continuidade.

A saúde da gente brasileira deve ser tratada com seriedade e não servir como joguete político nas mãos dos gananciosos.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 121, de autoria do nobre Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa, prevê o aumento gradual da parcela da União destinada à Saúde, que hoje é de 7% da receita bruta, chegando a um comprometimento de 10%, em 2011, em conformidade com o preceito constitucional vigente.

A transição se fará com a elevação dos recursos para 8,5%, em 2008; para 9%, em 2009; e para 9,5%, em 2010. O projeto que regulamenta a Emenda nº 29 também propõe critérios para a aplicação dos investimentos na área de saúde pública.

O texto aprovado no Senado tem o apoio dos Secretários de Saúde Estaduais e Municipais. Não cabem mais artimanhas para tirar proveito do sofrimento do povo. Cabe apenas ser sério e responsável e fazer valer o direito constitucional dos cidadãos brasileiros de terem bons serviços de saúde, universalmente distribuídos e custeados pelos Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

Essa, Sr. Presidente, é a única verdade que existe. O resto é balela e manipulação.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Rapidamente, Senador Papaléo, para não roubar o tempo precioso de que V. Exª dispõe, há que se perguntar: – e a gente precisa ser muito didático para que as pessoas que estão nos ouvindo compreendam exatamente o que está acontecendo – quais são as funções básicas do Estado (União, Estados e Municípios)? A meu ver, é prover, de forma eficaz e eficiente, os setores da segurança pública, da educação e da saúde – basicamente. O Estado, por exemplo, não tem de ter indústria. Então são essas as três funções do Estado. Segundo o meu ponto de vista, a Emenda nº 29 e a lei complementar que a regulamenta já definem com clareza o sistema de financiamento do setor de saúde pública do País. Então, a rigor, Senador Papaléo Paes, não há necessidade de nenhuma contribuição, tributo ou imposto para custear e financiar a saúde pública no Brasil. Esses recursos têm de ser orçamentários. A Emenda nº 29 trata disso com precisão e a lei complementar que a regulamenta mais ainda, estabelecendo as condições em que, como V. Exª mesmo citou e mencionou, os incrementos de valores vão sendo feitos

até 2011 para que a saúde pública no Brasil tenha um sistema de financiamento garantido a fim de que funcione minimamente em proveito da população. Além disso, eu costumo aqui dizer: o sistema tributário já é perverso com a população brasileira; a nossa carga tributária já é excessiva; tanto assim que o Governo arrecadou, de forma extraordinária, só no primeiro quadrimestre deste ano, mais de R\$20 bilhões. Recursos extra-orçamentários. Aliás, arrecadação que foi além da expectativa, excesso de arrecadação. O excesso de arrecadação é a prova cabal, completa e definitiva de que a carga tributária é excessiva. Portanto, não há por que, não há razão que demonstre a necessidade de se instituir mais uma contribuição, mais um tributo, neste País, para financiar a Saúde. Repito, saúde pública, educação e segurança pública são as três funções básicas do Estado e devem ser custeadas com recurso orçamentário, basicamente, Senador Papaléo. Portanto, parabéns V. Exª por ferir o assunto da forma didática como está fazendo, para que as pessoas entendam a desnecessidade da criação de mais um tributo. Isso é um capricho, não é? Isso é um capricho. O excesso de arrecadação vai se constituir num fundo extraordinário. Para quê esse fundo extraordinário? Quem administra, quem guarda as reservas do País é o Banco Central. Nós temos reservas, não precisamos de fundo extraordinário para coisa nenhuma. A não ser que esse recurso seja de fato utilizado, ele deve reverter ao Orçamento da União, para custear exatamente essas três atividades básicas que são responsabilidade do Estado. O resto é conversa fiada!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Exª a participação em meu pronunciamento e considero, com suas palavras, o meu pronunciamento encerrado, de maneira brilhante. Agradeço e peço a V. Exª que autorize que o encerramento...

(Interrupção de som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Desculpe, Senador João Pedro, mas o Senador Geraldo Mesquita chamou a atenção de que V. Exª queria um aparte.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Quero agradecer, principalmente nesta sessão, quando o nosso Presidente Paulo Paim está trabalhando, mostrando que trabalha nas tardes de segunda-feira, e não só nesta segunda. Apesar de respeitar o ponto de vista de V. Exª, pedi este aparte para contraditar. Analisando o perfil de V. Exª, observo que tem dois predicados importantes: um, porque é médico, e ser médico na Amazônia, esse pedaço de Brasil tão especial, penso que seja algo diferenciado; dois, porque é um homem de Estado. E, para contraditar, Senador Papaléo, eu gostaria de levantar duas questões. Quando discuto essa

contribuição, não começo pela carga tributária, mas sempre analiso por dois componentes, dois elementos que compõem a realidade brasileira: a concentração de renda, que é uma das maiores do mundo – ou seja, quem tem muito continua tendo –, e os indicadores sociais. Eu estou fazendo esse aparte, primeiro, respeitando o ponto de vista de V. Ex; segundo, contribuindo com o debate, porque defendo a contribuição. Então, discuto essa contribuição até porque a CPMF perdurou por onze anos e, agora, na realidade, é uma proposta que a Oposição fez em decorrência do debate “pode, não pode”. Mas quem levantou que essa contribuição deveria ser totalmente para a Saúde foi a Oposição. Essa proposta, primeiro, não é inovadora. A proposta vem da Oposição, que dizia: “Não, a CPMF deveria ser, na realidade, totalmente para a saúde pública”. Penso que se discutirmos com tranqüilidade vamos chegar a um entendimento de que é possível, sim, setores da nossa economia, da população economicamente ativa, contribuírem com 0,1% para a saúde pública no Brasil. Então, quero dizer isso em rápidas palavras. Estou tranqüilo no sentido de colocar esses elementos, a concentração de renda, que precisa ser repartida com a saúde pública, principalmente para quem a necessita. E a outra questão é a dos indicadores. Nós precisamos melhorar os indicadores. Nos últimos governos – e aí não só o Governo do Presidente Lula –, nós começamos a melhorar os indicadores sociais quando começamos a tratar, lá atrás, a macroeconomia, que até hoje é um pilar importante deste momento que estamos vivendo. Então, quero colocar esses elementos para externar minha opinião favorável a essa contribuição paga por quem ganha acima de R\$3 mil. Então, da mesma forma didática que V. Ex^a está colocando, eu gostaria de colocar o que está sendo discutindo: vai pagar quem ganha acima de R\$3.085,00, quem tem dinheiro em banco. Ou seja, penso que é possível, sim, entendermos da importância de a sociedade, a concentração de renda bancar esse valor para a saúde pública no Brasil. Muito obrigado, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu também respeito o ponto de vista de V. Ex^a; é muito importante que seja discutido. Mas ficam aqui, então, as nossas idéias colocadas.

Eu fiz uma exposição das minhas idéias exatamente considerando vários fatores que justificariam a não-criação desse novo imposto, inclusive fixei muito bem a questão da forma com que o Governo investe ou gasta seu dinheiro por aí. E quero lembrar também que fui um dos que discursé aqui, antes da queda da CPMF, para que a deixássemos completamente, como disse o Senador Geraldo Mesquita, direcionada para as atuações na área da saúde. E faltou um interlocutor

que pudesse entender que, se deixássemos mais baixa aquela taxa, destinando-a única e exclusivamente para a saúde, nós aceitaríamos e votaríamos.

Mas acredito que o Governo não quis ser humilde, politicamente, achando que iria impor a sua vontade aqui na hora da sessão. Essa é uma questão política mesmo; nunca pensou que fosse ser derrotado e por isso não aceitou a nossa proposta. Mas a proposta que fazíamos era adequada àquele momento. Hoje ela se torna inadequada porque tivemos um superávit de arrecadação assustador. É como se o cidadão que tem o seu salário de R\$1.000,00 jogasse num jogo qualquer de azar – vamos dizer de azar ou de sorte, porque se ganhar é sorte e se não ganhar é azar –, como o jogo do bicho, esse jogo clandestino por aí, e de repente achasse de gastar tudo porque ganhou num jogo, o que não era esperado. Então, o Governo tem que direcionar o que está vindo de superávit para aplicar nessas ações que diz não ter recursos para aplicar.

Com muita honra, ouço o Senador Cristovam, registrando que já ultrapassei muito o meu tempo pela benevolência do Sr. Presidente e que há outros Senadores que ainda vão fazer uso da palavra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, esse tema é tão importante que eu próprio, que estou inscrito para falar depois do senhor, tomo o tempo para isso. Creio que deveríamos debater o máximo esse projeto. Nunca tive dúvida de ser favorável à CPMF; eu o fui no tempo do Fernando Henrique Cardoso, quando o PT era radicalmente contra. Eu me insurgi, defendendo, porque era imposto, Senador Paim, que cobrava mais de quem tem, muito menos de quem não tem, e o dinheiro ia para a saúde, que é quem não tem. Então, era um imposto, a meu ver, sinceramente extremamente inteligente e justo. Defendi a CPMF quando ela veio para cá, no ano passado, e meu voto foi derrotado. Claro que, naquela época, fiz questão de exigir uma coisa: separar a CPMF da DRU, porque a DRU tira dinheiro da educação. Não votaria em manter dinheiro para a saúde tirando-o da educação. E o acordo foi feito. De fato, o Governo está cumprindo. Está na Mesa para ser votado o fim da DRU para a educação. Agora, esse imposto chega e vai exigir mais cuidados de minha parte e da parte de outros. Já não dá para simplesmente chegar aqui e ser favorável, como fui antes, à CPMF. Também não meu sinto à vontade de ser contra desde já. Estou fazendo um estudo cuidadoso das finanças. Votarei a favor se, de fato, esses recursos forem absolutamente necessários para a saúde. Votarei a favor se esses recursos forem necessários para equilibrar as contas públicas, evitando a volta da inflação, que, embora não seja causada apenas pelo desequilíbrio de contas, é, em parte, sempre fruto do

desequilíbrio de contas. Mas não votarei se esse aumento da arrecadação, nem falo da carga, mostrar que esses recursos são desnecessários, que eles viriam para gastos que não fossem fundamentais como os da saúde. Por isso, fico satisfeito em assistir a essa discussão. Quanto mais debatê-la, melhor. E quanto mais debatermos com os números, melhor ainda. Estou debruçado nos números e não vou tomar minha decisão antes de ver, com muito cuidado, os números, o impacto sobre as contas públicas na ausência do imposto, se ele não for criado; o impacto sobre a saúde pública, se não for criado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O assunto merece realmente muito tempo para debate. V. Ex^a é um homem inteligente, estudioso, que todos respeitamos, por isso sua opinião é muito ouvida nesta Casa.

Nós, da área da saúde – só para que V. Ex^a possa entender o que está por trás de tudo isso –, entendemos que o objetivo é que tenhamos, no Governo, um compromisso que destine um percentual fixo para a saúde. É o que desejamos: alcançar essa regulamentação de acordo com o que foi previsto na Emenda nº 29. É só isso o que desejamos. Ninguém quer exorbitância nenhuma. Queremos que o percentual de 7%, de hoje, chegue ao que foi acordado com sua regulamentação em 2008, 2009, até alcançar 10%. Então a nossa preocupação com relação à CPMF é ser um imposto transitório. Poderemos tê-lo este ano e não mais no ano que vem. Queremos uma determinação fixa de destinação do Governo. Quer dizer, é uma atitude puramente de política econômica de Governo desviar ou dedicar para a saúde, no caso, o percentual que exigimos.

Agradeço a V. Ex^a e aos Senadores Geraldo Mesquita e João Pedro, que tiveram participação aqui neste tema que levanto e que, acredito, deverá ser bem discutido nesta Casa, sem cor partidária nenhuma e sem querer, simplesmente, medir força com o Governo porque somos Oposição. Queremos racionalidade e equilíbrio nessas discussões.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Só quero dizer, enquanto o Senador vem à tribuna - me permita, Senador Papaléo Paes, porque havia

falado para V. Ex^a, quando esteve aqui, e quero reafirmar a minha posição: se a contribuição for aprovada na Câmara, eu aqui vou colocar emenda para que ela seja estendida, sem mexer no percentual, aos aposentados e pensionistas.

Por favor, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo tempo que for necessário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, que preside a sessão, Srs. Senadores presentes; Senador Paim, em primeiro lugar, queria tomar a liberdade aqui de fazer um desagravo em relação a V. Ex^a, que reputo um dos homens públicos da maior dignidade que já conheci na vida, uma das pessoas mais corretas e mais dedicadas àquilo que faz, atividade parlamentar, por mais de 20 anos.

Eu digo isso porque também fiquei não só surpreso como, de certa forma, triste com a pequena nota que saiu na revista *Veja* desta semana – V. Ex^a sabe do que falo –, que diz, em suma, que aqui ninguém trabalha e que há parlamentares que propõem ainda um dia de descanso para a população, etc.

Ora, em se tratando de V. Ex^a, é alguma coisa extremamente injusta. Logo a revista *Veja*, logo a imprensa, Senador Paim, que é testemunha da nossa atividade. Se querem nos criticar por outras coisas que o façam. É um direito legítimo da imprensa. É aquela história: vamos morrer defendendo esse direito da imprensa. Mas não por esse viés, Senador Paim.

A imprensa sabe, está “careca” de saber que trabalhamos nesta Casa. Trabalhamos principalmente nas comissões desta Casa. Trabalhamos no plenário. Trabalhamos mais ainda quando estamos fora desta Casa, em missão do Senado ou em atividade política no nosso Estado. A imprensa sabe disso de cor e salteado. Se fala, se tenta jogar a população contra os parlamentares, contra o Congresso Nacional por esse viés, olha, vão me perdoar: não está correto.

Como eu digo, se querem nos criticar de outras formas - aqui nós erramos muito -, que o façam por outros motivos. Agora, não esse. A imprensa é testemunha disso, Senador Paim. Que as pessoas saibam que a imprensa sabe que nós trabalhamos. Aqui não tem malandragem. Aqui não tem malandro. E a imprensa sabe disso.

Então, queria que V. Ex^a me permitisse esse pequeno desagravo em relação especialmente a V. Ex^a, que é um companheiro por quem tenho muito respeito, muito apreço. É uma das pessoas mais dignas que já conheci na minha vida inteira. Acho de uma injustiça tremenda o que a revista *Veja* fez com V. Ex^a. Espero que a imprensa se compenetre disso.

Podem malhar a gente em outros aspectos, porque erramos muito em outros aspectos. Agora, nesse não – nesse não. E a imprensa sabe disso, Senador Paim.

Mas o assunto que me traz aqui, Senador Paim, depois desse pequeno desagravo, é que eu havia me comprometido, tempos atrás, de trazer aqui a manifestação de pessoas e de entidades que nos escrevem, que nos mandam *e-mails* acerca de questões que aqui são tratadas ou de questões que não são tratadas aqui no Senado e que fazem parte do dia-a-dia dessas pessoas e das preocupações com as quais elas têm de conviver.

Tenho dito aqui, Senador Paim, para introduzir o assunto a que vou me dedicar hoje, que, por exemplo, muito se fala da Amazônia e pouco se faz. Há muito discurso e pouca ação. Tenho dito que, para a Amazônia entrar num processo de desenvolvimento constante e perene, há a necessidade de investirmos pesado em pesquisa, em ciência, em desenvolvimento tecnológico.

Dei um exemplo aqui, aparteando o Senador Jefferson Praia na última sexta-feira, do que representou, por exemplo, a Zona Franca de Manaus para a preservação da floresta no grande Estado do Amazonas. Podem ter certeza absoluta. Alguém pode ter críticas à Zona Franca de Manaus, que é um centro de produção tecnológica, de produção de televisão, de rádio, de computador, de bicicleta, de motocicleta, mas lá há centenas de indústrias e milhares de trabalhadores envolvidos naquela operação. Se não fosse a Zona Franca, não sei onde essas pessoas estariam, o que estariam fazendo hoje. Talvez estivessem desmatando de forma irregular no Estado, porque não teriam outra atividade. E estão lá a pesquisa, a ciência e a tecnologia, propiciando a preservação da floresta de uma forma que as pessoas precisam entender o que está, de fato, acontecendo.

Eu sou ardoroso advogado de que a gente potencialize os nossos institutos de pesquisa, as nossas universidades sediadas na Região Amazônica. Mas, para isso, há necessidade de dinheiro, Senador Paim. Não se faz pesquisa, não se faz desenvolvimento tecnológico sem investimento público, sem investimento privado.

Eu, por exemplo, destaco sempre aqui nas minhas falas, quando eu me refiro à Amazônia, o papel que executa o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, um grande centro de pesquisa que hoje está atrofiado porque não há recurso para investir em pessoal qualificado, não há recurso para pesquisas.

Eu estou inclinado, Senador Paim – já disse aqui e vou repetir –, a colher dos colegas, aqui no Senado Federal pelo menos, o compromisso de, a partir deste final de ano, todos nós alocarmos um pedacinho do valor que nos cabe indicar no Orçamento da União, a título de emenda pessoal, para o Inpa, assim como a

gente faz, por exemplo, com o Hospital Sarah Kubitschek: todo ano, tenho certeza absoluta de que todos os Senadores aqui colocam uma emenda pessoal, por menor que seja, para manter as atividades do Hospital Sarah Kubitschek, porque esse hospital – é consenso – acolhe as pessoas que vêm dos nossos Estados e é uma instituição que merece realmente amparo e apoio. O Inpa também, Senador Paulo Paim. Vou começar a colher, de forma cavalheiresca, um compromisso dos companheiros da nossa Casa, para que, na época oportuna, coloquemos uma emenda pessoal para o Inpa, para que ele possa se valer de recursos para desenvolvimento de pesquisas na Região Amazônica.

Tenho dito, inclusive, que o Inpa pode e deveria se constituir em uma espécie de “Embrapa da Floresta”, e nesse ponto entro no assunto que me traz hoje aqui.

O que seria isso, Senador Paulo Paim? O Inpa poderia, juntamente com outros organismos de pesquisa situados na Amazônia, como universidades, comandar um verdadeiro processo de pesquisa, de investigação do que temos na Amazônia para formular um grande projeto nacional para aquela região.

Comparei, comparo sempre – aliás, a idéia não é minha, pois a colhi de uma pesquisadora preocupada também com a Amazônia, que me disse certa feita que precisaríamos de uma “Embrapa da Floresta”... E identifico o Inpa como essa “Embrapa da Floresta”. O Inpa poderia coordenar esse grande trabalho de pesquisa, de investigação e inventário de todo o patrimônio que temos na região Amazônica.

Por falar em “Embrapa da Floresta”, fiz esse rodeio para chegar à Embrapa, essa empresa fantástica que já prestou relevantes serviços ao País, Senador Paulo Paim. O nível que nós ostentamos hoje na agricultura, na pecuária no nosso País nós devemos, em grandíssima parte, ao trabalho desenvolvido por anônimos ali na Embrapa, durante esses mais de vinte anos, técnicos competentes, profissionais capacitados. A Embrapa se constituiu numa grande empresa. A Embrapa tirou a nossa agricultura da pedra lascada, a nossa pecuária do atraso e permitiu que, por meio de pesquisas, de desenvolvimento tecnológico, a nossa agricultura e a nossa pecuária hoje fossem de ponta no nosso País. Uma grande empresa.

E aí, como eu disse, eu reservo, sempre que possível, uma das minhas falas para trazer as considerações de pessoas ou instituições acerca de questões que são tratadas aqui.

Eu hoje trago, Senador Paim, a manifestação do Dr. Valter Endres, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Embrapa. Ele se refere a um pronunciamento que fez aqui, recentemente, o nosso compa-

neiro Senador Delcídio Amaral. Eu peço permissão para ler, na íntegra, o *e-mail* que recebi, assim como acredito que todos os Senadores receberam, porque está aqui a listagem na capa do *e-mail*.

Ele diz o seguinte:

Embrapa S/A: para quais interesses servirá.

Na data de 4 de junho de 2008, o Senador Delcídio Amaral (PT/MS) apresentou, na tribuna do Senado Federal, projeto de lei propondo a transformação da Embrapa em empresa de economia mista, com capital aberto aos investidores na Bolsa de Valores.

Essa proposição, nas intenções expostas na justificativa do Senador Delcídio Amaral, permitiria à Embrapa safar-se das restrições orçamentárias impostas pelos consecutivos governos que, aplicando a política neoliberal de enxugamento do Estado, impôs à empresa arrocho orçamentário, sucateando suas infraestruturas e não permitindo a necessária renovação de seus laboratórios.

Repito: essa é a fala do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.

Interessante notar que, na sua justificativa, o Senador enfatiza novos investimentos nas áreas de alta tecnologia para a realização de pesquisas de ponta, como embriologia, nanotecnologia, seqüenciamento de DNA, produção de biodiesel ou fontes alternativas de energia renovável. Isso tudo, concordamos, realmente é necessário, mas, ao mesmo passo em que o Senador afirma que hoje, do orçamento da empresa, 70% são gastos com pessoal, esquece-se também de dizer que os salários pagos na Embrapa são aviltantes, representando em média a metade do que é pago para atividades que exigem grau de qualificação semelhante.

Reclama que a flexibilidade operacional da instituição é prejudicada pelas regras da legislação federal em relação às empresas públicas, citando que os procedimentos exigidos burocratizam e dificultam o desenvolvimento de suas atividades, que se revelam, com isso, mais lentas que as verificadas na iniciativa privada ou nas empresas de economia mista. Contraditoriamente, determina, no art. 3º de seu projeto de lei, que os contratos celebrados pela Embrapa S. A. serão precedidos de procedimentos licitatórios, observados os princípios da Administração Pública. Enfim, fica tudo como antes

no quartel de Abrantes [segundo o presidente do Sindicato dos Pesquisadores da Embrapa].

As principais empresas de economia mista, para citar as primas ricas Petrobras, Banco do Brasil S. A. e Eletrobrás, possuem especificidades de operação de produtos com inserção no mercado, operando competitivamente com empresas privadas do setor. Não devemos nos esquecer que, para operar a venda de combustíveis, operações bancárias e de produção e distribuição de energia elétrica, as empresas privadas recebem concessões específicas do Estado para operarem dentro de regras específicas de mercado, onde, inclusive, tarifas e serviços são controlados pelo Estado, tanto para as estatais quanto para as privadas. Já para a pesquisa e o desenvolvimento agropecuário, não existe regulamentação nem concessão específica do Estado. As empresas que se arrisquem no mercado de pesquisa e de desenvolvimento agropecuário terão que operar competitivamente com as multinacionais do setor, na busca de recursos e de lucro para remunerar os seus possíveis investidores. Investidores que, com certeza, exigirão retorno de seus investimentos, de forma que as atividades dessas empresas terão que possuir o objetivo de lucro líquido e certo para distribuir os seus esperados dividendos das ações comercializadas. Ou será que para esse segmento teremos investidores dispostos apenas a repartir lucro social?

Fica assim colocado o questionamento de como serão atendidas às demandas da agricultura familiar ou da conservação sustentável do meio ambiente, já que esses setores não possuem capacidade de produzir tecnologias que permitam auferir lucros na venda direta de seus produtos. Entende-se, assim, que, em princípio, apenas as tecnologias desenvolvidoras do agronegócio teriam espaço na Embrapa S/A.

A Embrapa, como a conhecemos e é respeitada hoje, desenvolveu-se num mercado onde só existiu investimento público. O investimento privado surgiu depois que o mercado da produção agropecuária foi estruturado por anos de investimento público na conscientização de que os produtores e consumidores de produtos agrícolas devem utilizar-se somente de sementes e insumos “modernos” produzidos e certificados em sistemas homologados. Investidores esses que vêm na esteira de uma

legislação produzida para amparar os recursos privados na apropriação do conhecimento tradicional, advindo do uso dos produtos provenientes da natureza, ou seja, a Lei de Patentes e de Cultivares, gerada, criada, e aprovada no modelo neoliberal que defende o livre mercado e a participação mínima do Estado. Diga-se de passagem que, nessa retrógrada concepção econômica, o Estado deve operar apenas nas áreas onde a economia de mercado é insuficiente para determinar lucro a quem nela opera. Esse sempre foi o caso da pesquisa agropecuária, com raras exceções, no que diz respeito a algumas “commodities” que surgiram e firmaram-se pelo resultado das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa.

Os investidores privados que hoje põem olho gordo na ação competitiva da Embrapa surgiram e cresceram em operações parasitas, realizadas em celebrações de contratos e convênios questionáveis, apropriando-se do germoplasma desenvolvido pela Embrapa, registrando-os como cultivares próprias e, por consequência, comercializando tecnologias desenvolvidas dentro da Embrapa, mas tendo como favorecidas outras entidades privadas – falo aqui das conhecidas fundações de apoio à pesquisa, que nada mais são que fachadas para operações parasitas junto às pesquisas desenvolvidas pela Embrapa, tanto na capacitação de recursos quanto na apropriação de resultados tecnológicos em favor de terceiros. Esse assunto certamente daria uma boa CPI, caso os Congressistas realmente tivessem o interesse de defender os interesses públicos do setor agropecuário, ou, no mínimo, uma investigação do Ministério Público, se tivessem a coragem de enfrentar os interesses do agribusiness.

Repito que quem fala isso é Valter Endres, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.

Diz ele, para concluir:

O Senador Delcídio Amaral levanta, mais uma vez, uma questão que possui interesse apenas nos setores mais capitalizados do setor agropecuário, dessa vez desconectado da realidade das políticas que inclusive o seu próprio Partido defende.

Enfim, novamente, os trabalhadores da pesquisa agropecuária irão arregaçar as mangas e partir para o corpo-a-corpo com os Par-

lamentares, demonstrando, assim, a função estratégica da Embrapa para a segurança alimentar do Brasil, especialmente em apoio às ações de pesquisa agropecuária que fazem a alimentação dos brasileiros e que dependem da continuidade de investimentos públicos na Embrapa como empresa pública, patrimônio da Nação brasileira.

O Sinpaf estará permanentemente nessa frente de batalha em defesa da pesquisa agropecuária e dos interesses da sociedade brasileira. Estamos prontos para esse debate em quaisquer instâncias, especialmente nas que esperamos que se desenvolvam no ambiente das audiências públicas no Congresso Nacional.

Assina a nota Valter Endres, presidente do Sinpaf.

Quero dizer, Senador Paulo Paim, que, em princípio, partilho da idéia do Valter e faço aqui, grosseiramente, uma comparação. Entendo, como ele, que a Embrapa tem um papel estratégico mesmo, inclusive no que diz respeito à segurança alimentar deste País. É um assunto de natureza pública. A Embrapa, segundo o que conheço da empresa e do que ela produz, deve permanecer, sim, como empresa pública, e deve ser capitalizada pelo Governo. O Governo deve investir pesado nessa empresa, que tantos serviços já prestou a este País.

Eu comparo essa tentativa do Senador Delcídio Amaral, com todo o respeito ao companheiro Delcídio Amaral, com a privatização da Nasa. Duvido que os Estados Unidos privatizassem a Nasa, como o Senador Cristovam Buarque, uma vez, propôs. Não privatizam, porque a Nasa é uma instituição pública nos Estados Unidos, cumpre um papel específico e fundamental, assim como a Embrapa cumpre um papel específico e fundamental no nosso País, que é garantir, do ponto de vista da atividade pública, a pesquisa e o desenvolvimento, na área da pecuária, na área da agricultura.

E quem de nós, quem, neste País, pode duvidar do trabalho realizado por essa empresa, Senador Buarque, nesses últimos anos? Duvido que algum brasileiro questione o trabalho feito, em que pesem as dificuldades, em que pesem os salários. Com diz ele aqui, não se pode esquecer que os salários pagos aos funcionários da Embrapa são aviltantes. Os salários dos pesquisadores, com vários anos de formação, segundo diz o Presidente do Sindicato dos Pesquisadores da Embrapa, são aviltantes. Contudo, essa empresa se espalhou pelo País inteiro e, hoje, como sempre, cumpre um papel fundamental.

É temerário, de fato, que possamos imaginar a perspectiva de transformar a Embrapa numa empresa mista,

porque, como previne aqui o Presidente do Sindicato, isso pode fazer com que essa empresa caia nas mãos de uma pequena parcela de quem hoje cuida da pecuária e da agricultura no Brasil em detrimento da atenção que deve ser voltada para a agricultura familiar, para a atividade do pequeno e médio produtor neste País.

Portanto, está aqui a fala do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, que contrapõe idéias e conceitos acerca do projeto aqui anunciado pelo Senador Delcídio Amaral, propondo a transformação dessa grande empresa pública numa empresa mista a ser submetida ao Senado Federal em primeiro lugar.

Senador Paim, eram essas as minhas palavras e agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador José Agripino como Líder. Em seguida, ao Senador João Pedro e ao Senador Cristovam Buarque.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para, mais uma vez, reiterar, no plenário do Senado, que haverá hoje, às 17 horas, uma solenidade no Palácio do Planalto que considero extremamente relevante. O Presidente Lula vai sancionar três projetos de lei que tramitaram durante um longo tempo – quase oito anos – no Congresso Nacional, projetos que alteraram de forma significativa o Código de Processo Penal brasileiro na linha de buscar agilizar a Justiça brasileira, que, infelizmente, não é ágil o suficiente.

Nós não fomos ágeis o suficiente para alterar a tempo de impedir aquele absurdo que foi a absolvição do mandante do crime da Irmã Dorothy. No Código de Processo Penal, o tribunal do júri tinha – a partir de hoje, não terá mais – a prerrogativa de, no caso de uma condenação à pena máxima, como aconteceu, de sete a zero, em decisão unânime, aquele madeireiro, aquele latifundiário que foi o mandante do crime da Irmã Dorothy – não tenho nenhuma dúvida –, de permitir automaticamente um novo julgamento, mesmo condenado à pena máxima e por unanimidade

Então, as alterações que o Presidente Lula sancionará foram fruto de um trabalho em que esta Casa teve um papel fundamental, porque foi aqui, depois de quase oito anos de tramitação, que nós demos celeridade, com um grupo de trabalho que tive a honra de coordenar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) ...se salvaram, exatamente – diz aqui o Senador João Pedro. A comissão que tive a honra de presidir, na Comissão de Constituição e Justiça, agilizou, e no acordo, Senador José Agripino, que fizemos, numa reunião histórica

entre o Presidente da Câmara e o do Senado, no gabinete da Presidência, incluímos esse projetos como prioritários para votação na Câmara dos Deputados.

Portanto, depois de uma longa tramitação de quase oito anos, nós vamos ter mudanças profundas no Código Penal Brasileiro. E esta Casa foi parceira, juntamente com o Judiciário. A Ministra Ellen Gracie, que vai estar presente na solenidade, constituiu, no ano passado, grupo de trabalho, subsidiou os debates aqui. Tanto que nós aprovamos, por unanimidade, tanto no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como aqui no plenário da Casa, esses projetos, no final do ano passado.

Eu reitero o convite, acho que é uma solenidade de integração dos três Poderes, porque o Executivo mandou, em 2001; o Legislativo teve oportunidade de apreciar; e o Judiciário foi parceiro nas sugestões que aqui foram apresentadas para nós aperfeiçoarmos e mudarmos significativamente o Código Penal Brasileiro.

Portanto, agora às 17 horas, reitero aos Parlamentares, aos Senadores que estão presentes, que prestigiem essa solenidade.

Apesar de a sanção ser do Presidente da República, é a sanção de um projeto, de uma alteração feita pelas mãos do Judiciário, do Legislativo e do Executivo.

Então era isso, Sr. Presidente. Mais uma vez, fiz questão de realçar e externar o convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder. A Presidência agradece a V. Ex^a pela tolerância, uma vez que já o tinha convidado a vir à tribuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos começando uma semana. Acabei de chegar do meu Estado, estive na capital e no interior, visitando os Municípios de Poço Branco, de Nísia Floresta, de São José de Mipibu, com objetivos diversos e convivendo com públicos diversos, com conterrâneos das classes A, B, com conterrâneos das classes C, D e E, gente muito modesta, além de líderes empresariais. E duas coisas me foram muito indagadas, porque o que acontece aqui chega lá, com maior ou menor intensidade. Alguns me perguntaram por essa história da compra da Varig. Não foram muitos, mas alguns me perguntaram. Agora, muitos me perguntaram se o meu Partido ia ter uma postura igual à que teve na questão da CPMF no que diz respeito à CSS. Aí foram muitos. Muitos, Senador Paim, inclusive das mais diversas categorias.

Em Poço Branco, fiz um encontro com muita gente, e chegaram a me interpelar. Gente modesta, devia ser agricultor: “Senador, vocês vão deixar passar aquele

imposto novo?” Não falavam o nome do imposto, não: “aquele imposto novo?” Apelidaram o imposto até de CPMF. Estão chamando o imposto de CPMF.

E eu dava as informações que quero relatar aqui para que mais gente saiba. Se no meu Estado há essa preocupação, aqui, evidentemente, Senador Geraldo Mesquita, é o nosso foro para que tornemos públicas as nossas posições. Eu disse àquele que me interpelou, quando eu falava que meu Partido havia sido o único Partido que havia fechado questão com relação à CPMF, expliquei o que é fechar questão. Fechar questão é quando a Executiva, que é o órgão máximo do Partido, o maior órgão diretivo do Partido, se reúne e, por votos, fecha a questão. Significa que quem for do Partido, Deputado ou Senador, e que votar contra a decisão da Executiva do Partido de fechar a questão, fica passível de perder o mandato.

Aumentar imposto fere de morte a formulação programática do Democratas. Somos contra aumento de imposto. Então, se a Executiva fechou questão, Deputado ou Senador que votar contra está passível de perder o mandato. Nós fechamos questão, fomos o único Partido que fechou questão com relação à CPMF. Daí por que, do começo ao fim, tivemos uma posição única e conseguimos agregar, como V. Ex^a, companheiros que, falando do sentimento do Brasil, votaram contra a prorrogação da CPMF, livrando o Brasil e os brasileiros daquele antipático imposto do cheque.

A mesma coisa eu disse a eles e vou repetir: já foi feita pela Executiva com relação à CSS. Nós fechamos questão na Câmara e no Senado. Quem votar a favor da aprovação da CSS vai ter que responder ao Partido e pode perder o mandato. Por quê? Por raiva? Por idiossincrasia com relação a imposto? Por que está escrito no livro do Partido?

Não! É porque, Senador Geraldo Mesquita, a questão da CSS é uma agressão ao Poder Legislativo. O Congresso, o Senado disse, em dezembro, não à prorrogação da CPMF. Como é que o Poder Executivo afronta o Congresso e agora promove, propõe uma reedição da CPMF, de forma disfarçada, por projeto de lei complementar? Então é uma afronta ao Poder Legislativo e uma afronta ao Judiciário, que já disse claramente, por um ou dois de seus membros, Ministros do Supremo: não se pode criar imposto ou contribuição por projeto de lei complementar, que é como está se propondo; só por proposta de emenda à Constituição. E o Governo, que é o autor da idéia, cavilosamente, para ter a chance de aprovar apenas com 41 votos, e não com 49, propõe por projeto de lei complementar.

Agora, propõe o quê? Propõe a criação de um imposto do cheque – 0,10% – voltado para a saúde

pública. O fundamento seria maravilhoso se o Governo estivesse quebrado. Um Governo que destina R\$12,5 bilhões de superávit, de excesso de arrecadação para o BNDES, como foi aprovado aqui, contra o nosso voto, destinou excesso de arrecadação – R\$12,5 bilhões – para o BNDES emprestar à Venezuela, ao Equador, ao Peru, em vez de gastar esse dinheiro com a Saúde.

Cabe isso na sua cabeça, Senador Geraldo Mesquita? Senador Heráclito, cabe na sua cabeça, pelo amor de Deus? Não cabe na nossa cabeça. Nós temos que defender é o cidadão brasileiro. Se o Governo tem R\$12,5 bilhões para transferir, por excesso de arrecadação, para o BNDES emprestar, dentre outros, a países estrangeiros, por que não botar esse dinheiro na Saúde? Tem que cobrar um imposto a mais para fazer cumprir a Emenda nº 29, que manda que 10% do dinheiro do Brasil vá para a Saúde?

Que conversa é essa?

O Governo acabou de aumentar duas vezes a taxa de juros: 0,5% e agora mais 0,5%. Cada aumento significa pelo menos R\$4 bilhões a mais na despesa da União com o comprometimento da dívida. Então, o Governo, com uma canetada, concorda em aumentar a taxa de juros, se impõe uma despesa de R\$4 bilhões por mês para cada 0,5% – e foram duas vezes 0,5%, são pelo menos R\$8 bilhões por mês que o Governo, voluntariamente, se impõe – e não tem 5,5% por ano para a Saúde? Pode R\$8 bilhões de juros por mês e não pode 5,5% por ano para a Saúde? E quer criar um imposto novo? O Governo não está falando no Fundo Soberano – 0,5% do PIB, mais de R\$10 bilhões – para investimentos em empresas no exterior, na França e na Inglaterra, para gerar emprego para francês, inglês e americano, e não tem dinheiro para pagar o custeio da Saúde? Ah, não! Vai nos encontrar, claro, pela frente. Nós fechamos questão e vamos armar barricadas e votar contra a CSS.

Estou, Senador Paulo Paim, convencido de que este Senado... porque já ouvi muita gente que votou a favor da CPMF aqui no Senado e já declarou voto contra a CSS.

Mas, uma outra coisa me foi indagada nos meus encontros agora, no final de semana, com relação à venda da Varig. Na cabeça das pessoas está um escândalo novo. Eles dizem o seguinte: Ah, negocinho bom! Compram por 24 e vendem por 320, depois de oito meses. O número que eles guardaram é: comprou uma coisa por 24 e vendeu por 320, oito meses depois. Aí na cabeça das pessoas está que, entre 24 e 320, houve a interferência do Governo, do Palácio do Planalto e aí citam a Ministra Dilma Rousseff. E citam, porque dizem que uma Dr^a Denise (que eles não sabem quem é), que era da agência que controlava a aviação,

denunciou pressão para que o negócio fosse feito – o negócio de 24 que gerou 320 – e que tinha um amigão do Presidente da República misturado nessa história. É isso que passa na cabeça das pessoas.

O amigão é Roberto Teixeira, o advogado, amissíssimo do Presidente da República, compadre do Presidente. Está na cabeça das pessoas essa história simples, essa história muito simples e fácil de ser compreendida.

Ouçõ com prazer o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É só para trazer mais um ponto na sua reflexão, Senador José Agripino, que acho muito importante. É que mais estranho ainda, mais complicado ainda, é a notícia, que circulou agora, por último na imprensa, de que, nessa transação, a TAM havia feito uma proposta do dobro do valor e não teve acolhida. Quer dizer, fica um negócio muito esquisito. Como se explica? Uma empresa foi adquirida por 24 milhões de dólares ou reais, sei lá, e vendida, nove meses depois, por trezentos e não sei quanto. Agora, a informação é de que a TAM havia oferecido nessa última transação quase o dobro do que resultou da operação e foi excluída do processo. É um negócio que não consigo entender.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Por isso é que estamos aqui. Por isso esta semana que está começando vai ser uma semana de muito trabalho. A Comissão de Infra-estrutura convidou – e ao que tudo indica estarão aqui – a Diretoria Denise Abreu, da Anac, que foi quem fez as denúncias; e dois ou três diretores da Anac da época que confirmaram as denúncias da Dr^a Denise Abreu. É possível que o ex-Presidente da Infraero, o Brigadeiro José Carlos – que também confirmou a denúncia de Denise Abreu – seja chamado à colação, bem como os dois procuradores, o que concedeu e o que negou um fato do qual as pessoas não se aperceberam ainda, mas que vai ficar muito claro. As pessoas estão ligadas, Senador Geraldo Mesquita...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já concluirei, Sr. Presidente.

As pessoas estão ligadas a uma história simples. Alguém comprou uma coisa à Varig por US\$24 milhões e a vendeu, 8 meses, 9 meses depois, por US\$320 milhões. E houve interferência, no meio do Governo, para que esse negócio acontecesse e muita gente ganhasse dinheiro em cima. Aí colocaram o amigão do Presidente, Roberto Teixeira, que é advogado. Agora, o que está por trás do tráfico de influência? Onde é que entra o advogado? Onde estão as suspeitas que têm de ser esclarecidas?

O primeiro ponto é que, pela legislação brasileira, só pode ser detentor de concessão de serviço público – no caso transporte aéreo – empresa de brasileiro com pelo menos 80% do capital. E a Variglog, que foi quem comprou a Varig – ficou claro agora – teve uns laranjas suspeitos, laranjas que não teriam dinheiro para comprar a Variglog, que teria sido comprada por um fundo americano com capital estrangeiro, ferindo a lei e gerando uma briga entre sócios; e que a Ministra Dilma – é o que está escrito na imprensa – teria pressionado os diretores da Anac a abrirem mão da exigência que a Dr^a Denise disse que queria fazer. A Dr^a Denise queria exigir – e ela vai vir aqui para confirmar – a comprovação da origem do dinheiro dos três sócios brasileiros, que teriam 80% do capital, e mais 20% de capital estrangeiro, para obedecer à lei. E aí entra a pressão do Palácio do Planalto – e isso está denunciado. As pessoas não se aperceberam disso ainda. E por trás disso estaria, isso tem de ser comprovado, a Ministra Dilma Rousseff.

E a outra questão parece uma piada. Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a vai comprar uma casa lá em Rio Branco, a casa vale R\$300 mil, mas o dono da casa deve R\$150 mil. Aí inventam uma história para o Geraldo Mesquita poder comprar a casa por R\$300 mil e o credor dos R\$150 mil que se lixe. Não tem negócio de sucessão da dívida não. Você comprou, o cara vendeu por R\$300, passou para você, e a dívida de R\$150 mil morreu! É o caso da Varig. A Varig deve mais de R\$2 bilhões. E um procurador negou-se sempre a dizer que a sucessão da dívida permanecia e trocaram o Procurador-Geral da Fazenda Nacional por alguém que, sem mais nem menos, disse que não, que na venda da Varig, os débitos da Varig com a União morriam com a venda do negócio. É como a casa que V. Ex^a comprou. É como se o dono da casa que lhe vendeu tivesse esquecido do débito, não tivesse mais nada para pagar. E não existisse lei, não existisse coisa nenhuma.

E aí entra a pressão. Mais uma vez, no Palácio do Planalto, é onde entra aquela fotografia do Dr. Roberto Teixeira subindo com os donos da Gol no elevador do Palácio do Planalto para se encontrar... Roberto Teixeira é compadre do Presidente Lula. Ele abre portas do Presidente Lula, não é de Dilma, nem de ninguém. É do Presidente Lula. Ele é advogado da parte vendedora e estava levando no elevador a parte compradora. Então, ele estava fazendo um claro tráfico de influência.

Já que ele é o representante da parte vendedora, o que danado estava ele subindo no elevador com a parte compradora e para ir aonde, a que gabinete, se encontrar com quem, para receber batismo ou a bênção de quem e para fazer que negócio? É isso que tem

que estar esclarecido. Repito: é isso que tem que ser esclarecido. E vai ser porque o Brasil está indignado. É um caso atrás do outro.

Senador Geraldo Mesquita, até agora foi possível dizer-se: ah, eu não sabia de nada! Ah, aconteceu a coisa à minha revelia! Esconderam de mim e me traíram!

Mas, Roberto Teixeira com os donos da Gol – que compraram a Varig –, subindo no elevador para falar com quem? Ninguém sabia de nada? As denúncias todas vão evaporar, transformar-se em pó ou a gente vai chegar a conclusões dessa vez?

Roberto Teixeira é compadre do Presidente. A fotografia está na **Veja**, nos jornais, em que ele está subindo no elevador do Palácio do Planalto. Os donos da Gol compraram a Varig. A Denise Abreu denunciou coisas que têm de ser investigadas.

Aqui não quero defender CPI nenhuma, até porque, na hora em que eu falasse em CPI, estaria cometendo, no mínimo, um atropelo à escalada progressiva que os fatos devem seguir, a que devem obedecer. As investigações têm de acontecer e, se tiver de haver algum processo de investigação com outros dispositivos e com outros Poderes, que se instale, mas acho que a Dr^a Denise tem a obrigação de vir, assim como os diretores que confirmaram e os procuradores que concederam e os que não concederam o aval para a sucessão da dívida, para explicar. O Brasil deseja ouvi-los, porque em causa está o uso do poder do Palácio do Planalto para prejudicar o interesse público.

Como interesse público? A Varig deve dois bilhões e quebrados de impostos, imposto que o brasileiro comum tem obrigação de pagar. Por que a Varig vai ficar livre? Por que amigos do Palácio do Planalto interferiram? Ah, essa não! Então, alguém tem de falar. Eu estou falando e vou continuar falando, com equilíbrio, com moderação, sem exagero, sem falar em CPI, mas sem abrir mão da obrigação de falar na investigação que chegue aonde chegar.

Ouçõ com muito prazer o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a faz um pronunciamento realmente importante para a Nação. Agora, o impressionante disso é como a base do Governo foge do debate. Se V. Ex^a examinar, verá que só está aqui o Senador João Pedro. Mas a Base, os responsáveis, as Lideranças fogem da responsabilidade que é a discussão. Não é verdade? Vamos por parte: o primeiro erro, o primeiro crime é a relação promíscua entre agências reguladoras e Governo. Senador Paim, V. Ex^a é da Base, mas é da Base acima da base; V. Ex^a está fora da referência que eu fiz. Mas veja bem: é preciso que, de uma vez por todas, o Governo saiba que as agências reguladoras são para atender e

servir ao Estado, e não a Governos. Essas indicações da maneira como são feitas, dão nisto: colocam-se pessoas para servir a grupos políticos, e não ao Estado. E aí estoura mais um escândalo envolvendo as cercanias... Eu acho que já não é mais nem cercanias, é o próprio Palácio do Planalto. Há um fato aí que o Senador Geraldo Mesquita puxou, mas eu quero aprofundar mais um pouco. As coisas, quando não são feitas com clareza, a população pode ter o direito da dúvida. Ele citou um fato aqui interessante: o preço oferecido pela TAM e o preço comprado pela Gol, por 24 milhões, revendida, seis ou sete meses depois, por 320 milhões. Agora, é preciso que se explique qual foi a Varig que foi vendida e qual foi a Varig que foi comprada. Se a Varig que foi vendida era a Varig dos hotéis, com os hotéis, com a VEM, a companhia de manutenção, e a VarigLog. Na realidade, pagou-se essa quantia apenas pela empresa aérea já com a sua frota de aviões bem diminuída. É preciso que esses fatos sejam esclarecidos. Outra coisa, Senador José Agripino, grave nisso tudo – e o Senador Paim, inclusive, acompanhou – foi o tratamento dado aos funcionários da Varig: os da ativa e os aposentados com relação à proteção dos funcionários por meio do fundo de pensão. Eles ficaram à míngua. A Presidente do fundo de pensão nos procurou várias vezes. O Ministro da Justiça, Luiz Marinho, que se desincompatibilizou para ser candidato, passou um calote inclusive na Comissão de Infra-Estrutura. Fizemos uma convocação e, por três vezes, ele alegava que estava tentando um diálogo com a Justiça do Trabalho. A última vez foi no final do ano legislativo passado, às vésperas do recesso. Ele me telefonou, mandou o seu assessor parlamentar me procurar e fazer um apelo para adiar para o começo do ano, porque estava dialogando e faltava muito pouca coisa. Chamei a representante do Fundo Varig e a coloquei em contato. Essa senhora de boa-fé também concordou com o adiamento e agora, neste ano, novamente ele adiou. O seu assessor parlamentar, cumprindo determinações, na semana passada, procura-me pedindo mais um adiamento. Eu digo: “Olha, eu não posso mais de maneira nenhuma” E esse senhor, sem dar nenhuma satisfação ao Senado, à Comissão de Infra-Estrutura, simplesmente deixou o Ministério, desincompatibilizou-se para disputar um mandato, lá em São Paulo, e não deu nenhuma satisfação aos servidores da Varig, ao Senado e, acima de tudo, à palavra empenhada. O que me leva a crer que estava metido nesse conluio, nesse complô. E é preciso que se esclareça. Essa operação ainda vai dar muita dor de cabeça. Logo, eu acho uma bobagem, Senador João Pedro, a blindagem que estão tentando fazer em relação à Ministra Dilma. O mais correto era a Ministra Dilma imediatamente telefonar para o Presidente do Congresso, para o Presidente do

Senado e dizer: “quero ir aí prestar os esclarecimentos”. Ela não tem culpa! Porque vai ficar muito ruim, se, após todos esses fatos, alguma prova de ligação direta de pessoa da Casa Civil – necessariamente pode nem ser a própria Ministra – mas de pessoas ligadas mostrar envolvimento do Governo. É só aguardar para ver. Parabéns, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Heráclito Fortes, V.Ex^a toca numa questão que é muito importante.

Primeiro ponto, Senador Geraldo Mesquita, Senador Heráclito, falaram sobre o valor oferecido pela TAM. Claro que este assunto vai ter que ser confirmado pela TAM, como todos os outros vão ter que ser confirmados por quem fez as denúncias, no caso, a da Dr^a Denise Abreu. E, no caso do valor que teria sido oferecido pela TAM, a TAM confirmar. Mas, em qualquer circunstância, o valor de venda foi de US\$320 milhões, e o valor de compra foi US\$24 milhões.

Senador Geraldo Mesquita, eu sou engenheiro. Já fiz uma vez uma conta errada aqui e veio *e-mail* em banda de lata, dizendo que tinha feito a conta errada. Eu fiz uma contazinha aqui à mão. Entre 24 e 320, há uma diferença de treze vezes e meia a maior.

É uma loteria! Já imaginou um brasileiro que tem uma poupança de mil reais, aplicar em janeiro e, em agosto, ter treze mil e quinhentos reais?! É loteria pura! Foi o que aconteceu com a Varig, pelo negócio que foi feito. Só que, entre a aplicação e o rendimento, houve um dedinho que se supõe ter sido ilegal e se supõe ter sido oficial, dos altos poderes da República, que têm que se explicar. É loteria pura! Treze vezes e meia! Para não falar num dado que tem que ser confirmado, que seria um valor ainda maior da TAM que a TAM tem que dizer se ofereceu ou não.

Mas, em qualquer circunstância, Senador Paulo Paim, há um fato, para concluir, que desejo registrar: as agências reguladoras, no processo de privatização do Brasil, foram idealizadas, foram concebidas para, com autonomia do mandato dos seus dirigentes, inspirando credibilidade no exterior ou aos investidores domésticos, poderem inspirar credibilidade para serem os gestores independentes da ação no petróleo, na energia, nas comunicações, no tráfego aéreo.

Na medida em que se passe para o Brasil que as agências são tuteladas pelo Estado, que diabo vai fazer a agência reguladora? Que diálogo vai ter a agência reguladora com os investidores? Pode ter o diálogo, mas não de credibilidade.

Estão, além do mais, passando o processo de assassinato de autonomia das agências reguladoras, o que é, por si só, um mal terrível. Dentro do processo de privatização que o Brasil adotou, a diminuição do

prestígio da agência reguladora, pela tutela, pelo sufo, até em nome de causas pouco recomendáveis, é um desastre completo.

Por essa e outras razões, vamos ter que investigar e faremos com critério, sem exagero, com responsabilidade, chamando quem tem que ser chamado, não estabelecer nada de confronto entre Governo e Oposição, porque em causa o que está é o interesse público e o interesse do povo do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador João Pedro. Falando o Senador Cristovam, em seguida, passarei a palavra, pelo acordo feito, ao Senador João Pedro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar também do escândalo, mas, para mim, um escândalo cujas conseqüências, se não tomarmos providências, será muito mais dramático do que todos esses outros que temos visto por aí. É o escândalo, Sr. Presidente, da violência constante, diária, contra professores, e violência feita por alunos das nossas escolas.

Imagine o que vai acontecer neste País dentro de dez, quinze, vinte anos se continuarmos como o editorial do **Correio Braziliense**, como uma matéria do jornal o **Correio Braziliense** também hoje mostra, que os professores estão fugindo do exercício do magistério, não mais pelo desprezo que tem caracterizado a atividade do magistério no Brasil nessas últimas décadas, não mais pelas faltas de condições normais no Brasil, mas por medo, por medo. O que vai acontecer com este País quando os professores dedicados à atividade, os poucos que restam, começarem a abandonar o magistério por medo? Na semana passada, durante uma visita que fiz a um professor do Distrito Federal que sofreu um espancamento, o espancamento brutal de alunos, eu o ouvi dizer: “Eu não volto mais à minha atividade de magistério”.

Hoje, o **Correio Braziliense** mostra mais de um professor e professora dizendo que não vão trocar o salário pelo risco que correm em razão da violência.

E venho falar desse escândalo, mas venho falar desse escândalo tentando imaginar quais as causas e o que fazer para resolver.

Senador Geraldo Mesquita, quero discutir primeiro as causas externas e, depois, as causas internas que há na escola. As causas externas a gente conhece. O Brasil é uma sociedade de uma brutal violência, de duas violências: a violência da desigualdade social, a brutal violência que a gente comete, que uma parte da sociedade comete contra outra, excluída, abandonada, e a

violência física, em que a gente vê a sociedade brasileira envolvida, com uma parte matando, assassinando, e a outra parte se prevenindo para não ser morta.

É claro que essa violência é a principal causa da violência que chega à escola. O Brasil é uma sociedade violenta. A violência do trânsito, a violência contra as florestas, a violência de todos os tipos se espalhou, e nós, de olhos fechados, nos acostumamos a ela, quando os povos em guerra não se acostumam. Pois o Brasil se acostumou. Aqui morrem muitos mais por violência que nos países que estão em guerra. Lá todos tomam precauções; aqui a gente se acostumou.

Além dessa violência, a violência que se vê na mídia todos os dias, em filmes, em programas, em noticiários, também gera violência. Não adianta querer negar que a violência mostrada, vista e repetida, às vezes até como sinônimo de beleza estética nos filmes, também é uma causa da violência.

Temos como causa da violência a que se vê nos jogos eletrônicos com que os meninos brincam em suas casas. São jogos que inspiram, incentivam e dão ganho àquele que for mais violento.

Nós temos como causa da violência a droga que se espalha, que se generaliza e que termina provocando, sem dúvida alguma, violência.

Nós temos como causa dessa violência social espalhada a impunidade daqueles que cometem a violência. Aí inclui-se também – faço uma autocrítica – a violência da impunidade de muitos de nós, políticos, que são denunciados, cujos fatos são apurados, mas nada acontece.

Juntos a impunidade, a desigualdade, a violência, a mídia, os programas, os noticiários e veremos que é até surpreendente que a escola não tenha sido um local de violência durante algum tempo. Mas agora é. É e é dramático.

Aqui, no Distrito Federal, segundo o editorial do **Correio Braziliense** de hoje, seis professores sofrem violência de alunos por semana, mais de um por dia útil. Há alguma outra profissão em que haja um maior grau de violência contra os profissionais do que entre os professores? Mas uma violência cometida pelos alunos?! Não há. Agora, há as causas, a meu ver, que são específicas da própria educação.

A primeira, Senador Paulo Paim e Senador João Pedro, é a violência que nós temos cometido, historicamente, contra a própria escola. Estamos vendo a violência dos alunos contra os professores, mas há uma violência contra a escola, pelo estado de abandono em que a deixamos ao longo desses tempos.

A violência da degradação dos prédios escolares. Ninguém vê um Banco do Brasil depredado, uma agência dos Correios depredada, ninguém vê um *shopping*

center depredado, mas é raro o vidro de uma escola estar inteiro meses depois de ser colocado. E assistimos a isso tranqüilamente. Há uma violência contra a escola, e essa violência gera a violência dos alunos contra os seus professores. Há uma violência social, que é a violência contra os professores, não dos alunos, mas nossa, dos responsáveis por este País, ao deixarmos que os nossos professores sejam tratados, historicamente, como uma profissão secundária, em vez de serem tratados como a principal profissão de um país. Nenhuma profissão com o grau de conhecimento que tem o professor, nenhuma outra profissão é tão maltratada, vilipendiada, abandonada e desprezada quanto os professores.

Nesse sentido, o que esses alunos violentos estão fazendo contra os seus professores é repercutir aquilo que nós todos, brasileiros, fazemos contra os professores, de uma maneira silenciosa, sem a violência dos chutes, como sofreu esse professor no Distrito Federal, mas com uma violência às vezes não percebida, mas igualmente grave, contra os professores. Há a violência física dos alunos, mas há uma violência social contra os professores brasileiros.

E há também, como causa da violência que a gente vê dos alunos contra os professores, o quadro claro da chatice, da antipatia que a escola representa para os alunos, porque a escola, por ser abandonada, não atrai mais os alunos. Não há mais simpatia num tipo de escola que tem cem anos de utilização.

Sr. Presidente, qualquer brasileiro que tivesse ido dormir há vinte anos e acordasse hoje e entrasse num supermercado não reconheceria o supermercado; qualquer um que fosse dormir há vinte anos e acordasse hoje e fosse a um banco não reconheceria aquilo como um banco, com aquelas maquininhas soltando dinheiro; ninguém que jogava no bicho há vinte anos e hoje fosse jogar na loteria não reconheceria o jogo, mas qualquer pessoa que fosse dormir há vinte anos e acordasse hoje e entrasse numa escola reconheceria a escola.

A escola não se adaptou aos gostos dos jovens e das crianças. Só com computador, televisão e monitores é que vamos atrair os jovens para que a escola fique simpática. Hoje, os alunos sofrem uma antipatia pelas suas escolas. Essa antipatia repercute na antipatia deles pelos seus professores, que repercute e se transforma em violência, como nós estamos vendo. Essa é uma razão clara, Sr. Presidente, da violência que a gente vê.

E há outras dentro da escola. A ociosidade dos nossos alunos, que ficam duas horas por dia e depois não têm mais aula ou que ficam uma hora e depois esperam uma hora para ter outra aula. Essa ociosidade, como já dizia um velho ditado, é a causa de todas as

insatisfações e da violência que vem em conseqüência. Não há como manter o amor à escola da maneira velha como a fazemos comparada com a maneira nova de ser de um jovem. Não há como atrair gosto pela escola com o tempo ocioso que um aluno hoje tem pela escola que não cumpre o seu papel.

A falta do horário integral é outra causa da violência. A escola em que o aluno fica pouco tempo – não só o tempo ocioso, mas, mesmo na parte ocupada, apenas uma ou duas horas – não atrai a simpatia dos jovens. Não atraindo a simpatia, não atrai a solidariedade, e daí para violência, é um passo.

Falta arte e esporte nas escolas. As escolas são chatas, porque não há arte, não há prática esportiva. E, sendo chata a escola, surge a antipatia. Surgindo a antipatia, surge a violência de que a gente reclama mas que pouco faz para mudar.

Além disso, Sr. Presidente, existe um fato claro que leva à violência. É a desarticulação que nós temos hoje da família no Brasil. A violência, muitas vezes, entra na escola, mas já veio pronta de casa, pela desarticulação que a gente vê, pela falta de interesse que a gente vê das famílias pelas escolas.

Nessa matéria que fizeram sobre o senhor na *Veja*, eu quero dizer que se esqueceram de mim. Eu tenho um projeto também que diz que cada trabalhador deveria ter direito a um dia por ano de licença para ir à escola onde seus filhos estudam. Isso não seria vagabundagem desse trabalhador; isso seria um serviço cívico, social desse trabalhador. O resultado disso para o País seria imenso. E eu lamento se alguém considera que isso seria uma vagabundagem desse homem. Como também, Sr. Presidente, tenho um projeto de que não se pagaria a Bolsa-Família se pelo menos uma vez por mês os pais que recebem a bolsa-família não comparecessem à escola para saber como estão os seus filhos.

A falta da convivência da família com a escola, se não for a maior, é uma das principais causas da violência, hoje, dos nossos estudantes, muitas vezes, contra os professores. E as conseqüências, Sr. Presidente, são óbvias. A primeira que a gente vai ter é a conseqüência de ver uma espécie de juventude transviada, como eu vi, quando era jovem, nos cinemas. A gente ver isso no Brasil. É um passo.

A violência de alguém contra um professor leva necessariamente à violência desse jovem contra outros que não são professores. Nós não podemos deixar que o Brasil caminhe dessa forma.

Finalmente, Sr. Presidente, esse é o caminho mais curto para a marginalidade dos nossos jovens. Por conta da ociosidade, da escola ruim, da antipatia e da violên-

cia, é um passo curto para que a gente tenha, na nossa escola, jovens caminhando para a marginalidade.

E o que fazer, Sr. Presidente? Creio que a gente sabe o que fazer. A gente pode não estar fazendo, não estar querendo fazer. A primeira coisa, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida, é a idéia de que a escola é uma questão federal, não é municipal. Enquanto o salário do professor for decidido conforme recursos municipais, não vamos ter o professor bem preparado, bem motivado, bem dedicado e bem avaliado como a gente precisa. Tem de federalizar a carreira do magistério, como tem de federalizar a qualidade da edificação, como tem de federalizar a modernidade dos equipamentos. Sem isso, a escola não vai atrair, não vai ser simpática, não vai ocupar o jovem. E aí a violência vem e a marginalidade virá também. Vamos federalizar a educação, mantendo a descentralização gerencial, mantendo a liberdade pedagógica plena, total, mas definindo os padrões mínimos nacionais.

E, nessa federalização, projeto que também dei entrada aqui, precisamos criar, Sr. Presidente, uma agência de segurança da escola no Brasil.

Não se pode deixar a critério apenas dos Municípios cuidar da segurança da escola. Seja no Ministério da Justiça, ou melhor, no Ministério da Educação, é preciso que haja um grupo nacional cuja preocupação central seja trazer a paz para nossas escolas. E a paz vem de duas formas: ela vem pela segurança imediata e ela vem pela mudança de mentalidade no futuro.

Fui Governador no Distrito Federal e me orgulho de aqui ter criado os batalhões especiais que cuidavam da paz nas escolas. De um programa Paz na Escola o Brasil precisa em nível nacional. Só vem se tivermos um órgão que execute essa paz na escola. E não vejo como fazer isso Município por Município. Só vejo a possibilidade disso com um programa nacional, federal, de paz nas escolas brasileiras. A paz da mentalidade, a paz da qualidade e a paz da segurança também.

Para isso, Sr. Presidente, vai ser preciso implantar o horário integral nas escolas brasileiras. O jovem que fica na escola até meio-dia e, depois, à tarde, na rua começa a ser um candidato para a violência. E olhe que poucos ficam até meio-dia. Sabe-se, Sr. Presidente, que a maior parte das nossas crianças, nas escolas públicas, ficam apenas até a hora da merenda e vão embora. É como se as escolas fossem um restaurante-mirim popular e não um local de formação do futuro do País, não o aeroporto por onde um país decola, como deveria ser a escola.

Nós precisamos também valorizar o professor. A desvalorização que deixamos o professor viver é um caminho para que o jovem se sinta com o direito de ser violento contra ele. A principal causa da violência não está no jovem, está em nós, que não tratamos os

nossos professores como os personagens principais da vida nacional. Os alunos tratam os professores como a sociedade os trata, só que alguns meninos, jovens, já à beira da marginalidade, transformam o desprezo na violência, mas o desprezo é o passo anterior da violência que a gente está vivendo.

Nós precisamos modernizar as nossas escolas, fazer com que a criança, ao acordar, diga: “Hoje eu vou para a escola!” E não é assim que funciona neste momento. Neste momento, a criança é acordada e sente-se obrigada, empurrada, como escrava, a ir à escola, porque a escola não tem os equipamentos de que ela gosta, sejam os equipamentos do esporte, os equipamentos da dança, os equipamentos das artes, sejam os equipamentos de que eles gostam hoje, que é o monitor da televisão, que é o monitor do DVD, que é o monitor do computador, que é inclusive o quadro, que não é mais quadro-negro nem verde – isso é coisa do passado –, são os quadros inteligentes que hoje refletem na parede um computador inteiro.

O Brasil está ficando para trás nos equipamentos que usa. Sabe-se – pouca gente lembra – que quadro-negro não existia 250 anos atrás; quadro-negro é uma invenção recente de um professor de Geografia que percebia que era difícil dar aula só falando e inventou aquilo.

Mas aquilo ficou velho. Não faz sentido mais professor, hoje, ser professor de quadro-negro. Professor, hoje, tem de ser capaz de montar um equipamento informatizado dos chamados quadros inteligentes, que põem lá dentro todo o conhecimento que o professor quer colocar, que não precisa o professor colocar na hora, porque já está dentro, que comunica o professor com todas as outras redes onde o conhecimento está guardado, que traz as bibliotecas para a sala de aula.

Claro que o professor vai ser sempre o rei da escola e da sala de aula; claro que não há computador se não houver um professor por trás, alimentando; claro que é o professor que é o centro, mas, da mesma forma daqueles que eu tive quando menino e que para mim bastavam, hoje não basta. Hoje a gente precisa de um novo tipo de equipamento escolar.

Finalmente, Sr. Presidente, é preciso a gente fazer um grande pacto nacional contra essa violência na escola e esse pacto exige três agentes: a família, a escola e a mídia. Nós não vamos conseguir trazer paz para as escolas se não pusermos juntos famílias, escolas e mídia, trabalhando um projeto que traga paz para a escola, que traga paz para os professores, que faça com que os professores não corram risco até de vida, ou pelo menos de integridade física, cada dia que vão dar a sua aula.

Todos os dias que chegamos aqui brigamos entre nós, mas ninguém se sente arriscado de sair espan-

cado. Hoje o professor, quando vai para aula, sente o risco de ser espancado.

Nenhuma outra profissão tem isso hoje. Nem no campo de futebol, onde o esporte exige violência, muitas vezes, no confronto físico, existe a violência que vemos hoje nas escolas.

Esse, Sr. Presidente, é o escândalo que eu queria trazer hoje. Sei que existem muitos outros escândalos – Varig, cartões corporativos, mensalão e outros – e acho correto sejam discutidos aqui. Mas, por favor, não esqueçamos de que há, sim, um escândalo mais grave, mais permanente, mais trágico do que todos esses que devem ser denunciados: o escândalo da escola brasileira na sua degradação, quando comparada com o que ela deveria ser, porque o mundo de hoje exige. E, dentro dessa degradação, nenhuma hoje deve chocar mais cada um de nós, nenhuma outra deve preocupar mais cada um de nós do que a violência, que virou algo constante, natural, de estudantes contra professores. Temo que, daqui a algumas semanas, meses ou anos, nem se faça mais discurso sobre isso, por ter virado algo natural, banal, tão constante e comum que nem saia nos jornais como ainda ocorre.

Felizmente, o jornal da minha cidade, o **Correio Braziliense**, no dia de hoje, fez um editorial dedicado à violência contra os professores. Temo que, daqui a alguns anos, isso já não seja mais motivo de editorial; tenha virado um banal fato da tragédia que é a sociedade brasileira hoje.

Esse era o escândalo, Sr. Presidente, que eu quis trazer para cá hoje; um escândalo que ou desperta a população brasileira e esta Casa ou vai-nos asfixiar, inviabilizando o futuro da Nação.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço o tempo que me foi dedicado e ao Senador João Pedro, que me cedeu o espaço para falar antes dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, permita-me tomar a liberdade de cumprimentar-lhe por seu pronunciamento corajoso em todos os sentidos, pelo conjunto da obra.

Pode ser um detalhe, mas para mim importante. Se for possível, eu gostaria de anexar o meu projeto ao de V. Ex^a. Que nesse dia os pais visitem as escolas; se não tiverem filhos, que visitem os netos; se não tiverem netos, que visitem uma escola para ver como é que está a escola de sua cidade.

Quero dizer-lhe que quanto mais o conheço mais o respeito. Sou um admirador de V. Ex^a, inclusive em momentos como este. Se V. Ex^a me permite, sugiro que o editorial do **Correio Braziliense** seja registrado nos Anais da Casa como um alerta de tudo o que V. Ex^a falou.

Sei que V. Ex^a está sendo indicado para ser o Coordenador-Geral da Unesco. Se for essa a decisão final de V. Ex^a, creio que esse ato será bom para o mundo, mas eu gostaria muito de vê-lo aqui no Senado por muitos e muitos anos ainda, pela excelente contribuição que dá ao País. Isso se não for candidato a Presidente mais a frente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente Paim, esse assunto da Unesco merecia uma conversa muito mais longa, mas considero algo tão remoto que, talvez, nem mereça ainda ser discutido.

Agradeço-lhe por ter mencionado o assunto, mas, sobretudo, agradeço a idéia de inserir o editorial do **Correio Braziliense** nos Anais do Senado.

Eu me baseei nesse editorial, fui despertado basicamente para falar por causa do editorial, mas, no fim, esqueci de pedir que ele fosse anexado aos Anais da Casa. Então, como orador, aceito a sua sugestão e espero que V. Ex^a, como Presidente, tome as medidas para que o editorial seja inserido no meu pronunciamento desta tarde no Senado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Agressão a professores

A violência nas escolas não constitui novidade sobretudo nos grandes centros. Briga de alunos, enfrentamento de gangues rivais, apreensão de armas brancas e de fogo são constantes nas instituições de ensino. Há registro de crianças e adolescentes atacados, feridos, surpreendidos com facões e revólveres nas dependências escolares.

As causas da agressividade são conhecidas. Dentre elas, sobressai a violência doméstica. O estudante transfere para as salas de aula os abusos presenciados ou experimentados em casa e nas vizinhanças. O álcool e a droga também exercem papel relevante. Sob o efeito de bebidas etílicas ou narcóticos, jovens perdem o controle e o senso de realidade. Sem condições de se dedicar a números e letras, dão vez a descontroles e barbáries.

O ambiente hostil não poupou os docentes. Cresce o número de registros de agressões a mestres. Segundo o Sindicato dos Professores (Sinpro), seis professores são agredidos por semana nas escolas públicas do Distrito Federal. Num único dia, na quarta-feira, nada menos que 10 educadores registraram queixa na Delegacia da Criança e do Adolescente por sofrerem ataques físicos ou ameaça de ataque.

Com maior ou menor intensidade, o medo impera em todas as cidades do DF. Docentes, assustados, não exercem a função na plenitude. Temem dar nota baixa, repreender o

educando, punir mau comportamento. Vale lembrar, como exemplo da insegurança, o professor Valério Mariano. Espancado por aluno expulso da escola por indisciplina, decidiu mudar de profissão.

Pode-se argumentar, com razão, que a escola não é uma ilha no mar de violência que domina a sociedade. É natural, pois, que a barbárie que se registra nas urbes chegue lá. É verdade. É verdade também que medidas repressivas e preventivas precisam ser tomadas sem perda de tempo. Entre elas, o aumento do contingente do Batalhão Escolar.

Apenas 500 homens militares fazem a segurança dos 620 colégios públicos do Distrito Federal, a maior parte concentrada no Plano Piloto. Ceilândia, Brazlândia e Samambaia contam com apenas 104 policiais para vigiar 204 escolas. O ideal, segundo a PM, seriam 400. Viaturas e motos padecem de carência semelhante.

Medidas preventivas se impõem. Uma delas é o acompanhamento da família. Crianças e jovens não aprendem violência nas salas de aula. Levam-na de casa. Feito o diagnóstico do desvio de comportamento, psicólogos e assistentes sociais devem entrar em campo e atuar no meio em que vivem crianças e adolescentes. Sem isso, a escola deixará de exercer o papel para a qual foi criada – instruir, educar e socializar. Em outras palavras: tornar a pessoa melhor para viver em sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Farei isso com muita satisfação, porque entendo que é uma excelente contribuição à Casa e ao País encaminhada pela imprensa, pelo **Correio Braziliense**.

Parabéns a V. Ex^a.

Passamos a palavra ao Senador João Pedro.

V. Ex^a disporá do tempo que entender necessário para o seu pronunciamento, dentro do limite regimental e com a tolerância da Presidência.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, venho fazer um apelo primeiramente a esta Casa, mas também à sociedade civil e a dirigentes importantes dos nossos Ministérios, no sentido de construirmos uma legislação atualizada, preocupada, comprometida não só com a soberania da Amazônia e do Brasil, mas uma legislação que possa trabalhar as preocupações da nossa sociedade no que diz respeito à posse, à detenção de terras por estrangeiros na nossa Amazônia.

Estarei apresentando, Sr. Presidente, nesta semana, um requerimento ao Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – gostaria de ter o apoio de V. Ex^a –, para tratarmos dessa matéria que ganhou, nesses últimos dias, importância na mídia nacional, que é a aquisição de terras lá no Município de Manicoré, um Município situado no rio Madeira, uma via importante do nosso Estado, da nossa região, da navegação na Amazônia.

Precisamos tratar do tema com cuidado, não com o temor de uma invasão estrangeira da Amazônia, mas precisamos disciplinar o acesso às terras da Amazônia nas mãos de ONGs e de estrangeiros. É inconcebível que esse sueco – que tem cidadania inglesa – agora fale em preservar a Amazônia, tendo adquirido por vias indiretas 160 mil hectares de terras.

Ora, temos uma lei de 1971, a Lei nº 5.709, que regula a compra de imóveis rurais por estrangeiros. Essa lei disciplina o assunto e impõe regras. Entretanto, Sr. Presidente, por conta de um parecer da AGU (Advocacia Geral da União), o Presidente Fernando Henrique, em 1998, derrubou essa lei, e as regras vigentes são regras que facilitam o acesso às terras da Amazônia, e não só da Amazônia – é bom que se diga –, mas de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, permite-me? Eu estou acompanhando com muito cuidado o seu pronunciamento. Como eu recebo muitas propostas de projetos e emendas, eu recebi uma que falava exatamente disso, de uma PEC nesse sentido. E não conhecia, inclusive, o detalhe que V. Ex^a está explicando neste momento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Hoje, a AGU está elaborando uma proposta para rever não uma decisão da AGU, do Presidente da República, em 1998, mas a formulação dada pela AGU.

O que eu quero dizer nos dias de hoje? E não estou olhando no retrovisor. A AGU é a responsável. Acima de tudo, a sociedade civil tem que acompanhar esses procedimentos de estrangeiros terem terra no Brasil. Essa é uma regra.

Hoje, há muito mais estrangeiros com terras em São Paulo do que estrangeiros com terras na Amazônia. É um dado desses dias agora de um grande jornal, a **Folha de S. Paulo**.

Em primeiro lugar, nós temos que ter uma regra para o Brasil. Nós precisamos – e aí o meu apelo e o meu requerimento; vou lê-lo daqui a pouco – tratar de terras na Amazônia. Tratar de terras na Amazônia!

Este é um tema que vem de muito: Getúlio Vargas, na década de 30, em 1937, criou as terras de fronteiras: 150 quilômetros. São terras da União. São terras da União da década de 30.

Pois bem, o contexto mundial é outro. Nós estamos tratando hoje de matriz energética; estamos falando hoje de engenharia genética; estamos falando de biologia; estamos falando da importância da floresta, porque a floresta não é só para fazer cadeira, para ser derrubada de forma irresponsável. Nesses últimos 12 meses, lamentavelmente, foram derrubados mais de 9 mil km² na Amazônia, precisamente 9.495 km²; uma área equivalente a seis vezes a cidade de São Paulo de florestas foi derrubada.

Mas esse é um tema, a questão ambiental. Eu estou falando aqui da questão que está relacionada, interligada, a questão fundiária. É o espaço físico, o território, que tem água, que tem floresta, que tem pessoas nas mãos de estrangeiros.

Nós precisamos – e concederei um aparte ao Senador Cristovam Buarque – de uma legislação atual, ligada às preocupações da sociedade. Precisamos criar uma legislação que possa tratar a Amazônia a partir da sua importância estratégica para o Brasil, para a Amazônia.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador João Pedro, creio que estamos despertando para um problema que é muito antigo.

Em 1980 - e eu consegui localizar agora, estava perdido -, publiquei um artigo no **Jornal de Brasília** cujo título era “O Alasca Verde”, comparando o fato de que o Alasca foi vendido, no século XIX, pela Rússia imperial aos Estados Unidos, em troca de uma dívida de US\$7 milhões ou US\$8 milhões na época. E havia

gente defendendo que a Amazônia fosse usada para pagar a dívida internacional que o Brasil tinha naquela época. Felizmente, hoje, a dívida externa brasileira é pequena. Mas a responsabilidade ecológica é tão grande que há uma voracidade internacional de querer apropriar-se dessa região. Eu temo – não agora, este mês, este ano, esta década, estes próximos vinte, trinta anos, mas ao longo deste século XXI – que haja, sim, um risco de perdermos a soberania. Agora, eu temo também que a gente mantenha a soberania, mas transforme a Amazônia em um deserto. E aí é como se tivéssemos perdido de qualquer jeito. Há duas maneiras de perder a soberania sobre alguma coisa: deixando de ser o dono dela, ou destruindo-a; e ela passa a não ter valor nenhum, mesmo continuando nas nossas mãos. Agora, um passo fundamental é saber quem é que pode comprar terras ou não. Com isso eu estou de acordo. E nós precisamos definir, talvez até na própria Constituição brasileira, regras muito claras sobre a propriedade de terra no território brasileiro. Nesse sentido, a sua fala é muito pertinente. E eu creio que a gente deveria se debruçar sobre como fazer isso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, porque ele fortalece essa preocupação que eu estou apresentando aqui e que deve ser de todos os Senadores, e com certeza o será.

Estou apresentando esse requerimento ao Presidente Neuto de Conto, que é nosso Presidente da Comissão. Inclusive, Senador Paulo Paim, o Grupo Gethal tem origem lá em Caxias do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gethal, fábrica de compensados. Eu trabalhei na Gethal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a não é dono de terra, não. V. Ex^a foi um trabalhador do Grupo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Trabalhei na fábrica de compensados.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois é. Em 1972, a Gethal chega ao Amazonas, precisamente ao Município de Itacoatiara, que é muito importante no meu Estado, ligado a Manaus por uma estrada estadual, a AM-010. Até hoje, a Gethal tem um escritório em Itacoatiara. Ela faz a negociação, em 2005, com um grupo estrangeiro. A Gethal faz todo um trabalho na década de 80 e, no início da década de 90, muda seu capital e se associa ao capital alemão e ao capital uruguaio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tanto que ela fechou em Caxias do Sul e se instalou lá.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E se instalou no Amazonas. Hoje, sabe-se que a Gethal foi adquirindo terras. É preciso, inclusive, que haja investigação sobre essas terras, de modo geral, terras do Estado; sabemos que há terras públicas do Estado e terras públicas da União, em que o Incra é o gestor.

A Gethal desenvolve todo um trabalho. Começou com lâminas de compensado. Atende o mercado interno, mas exporta parte desse trabalho. Passou a ser importante nesse Município.

Em 1990, a Gethal ganha o certificado FSC e passa a trabalhar com manejo florestal. Em face dessa importância econômica, ela ganha uma outra dimensão, uma outra importância, trabalhando precisamente no Amazonas, o meu Estado. Adquire 52 lotes de terra; ela é detentora de muita terra no Amazonas.

Esse negócio é com parte desses lotes, porque a Gethal é detentora de terras numa região conhecida como rio Madeira, como rio Juruá, no Município de Carauari.

Esse escândalo ganhou repercussão na mídia nacional e na mídia internacional. Estamos falando de uma terra no Município de Manicoré, uma terra denominada Democracia, com 160 mil hectares. Nós estamos falando de uma parte do que a Gethal adquiriu no Amazonas ao longo desses quase quarenta anos.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro, esse avanço de estrangeiros em terras da Amazônia talvez tenha sido uma das motivações para que eu pedisse a instalação da CPI das ONGs; não só pela compra, Senador Paim, mas pelo que eles fazem lá dentro. São empresas arrogantes, prepotentes, que cercam as áreas onde atuam, fazem pesquisas a que ninguém tem acesso, nem prestam contas das atividades. E o Brasil, de repente, é surpreendido com esse episódio do empresário sueco. Acho até que foi um grito de alerta. Não sei a atividade que ele exercia. Não sei. Mas é impossível admitir, aceitar que cidadãos de outras nacionalidades, além de comprar nossas terras, vivam bravateando pela Europa...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mentindo, não é?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM - PI) –...mentindo que o Brasil tem terras para vender, que a Amazônia custa “x”, custa “y”. Essa promiscuidade de relações com terras da Amazônia tem de parar imediatamente, como também as nossas autoridades precisam parar com o discurso de que o mundo tem de pagar pela Amazônia. Ou a Amazônia é nossa, Senador Paim, ou não é. Se a Amazônia é nossa, quem tem de pagar pela Amazônia somos nós. Acordo para determinado

tipo de incentivo e preservação nas áreas demarcadas e definidas pelo Brasil, tudo bem. Mas não podemos ver nossos dirigentes, nossas autoridades ou nossos Parlamentares cobrarem, pelo mundo afora, dos outros países dinheiro para tomar conta da Amazônia. Se assim for feito, vamos perder autoridade e autonomia. Ressarcimento de crédito de carbono é outra coisa, porque é um programa internacional, patrocinado e estimulado pela ONU. É outra questão. Hoje, salvo engano, em uma manchete de jornal – posso estar sendo até leviano com uma pessoa com quem eu não gostaria de ser –, vi a Governadora Ana Júlia cobrando ao mundo que pague pela Amazônia. Não é assim. Essa sua revolta é legítima. Temos de preservar a Amazônia, mas temos de preservar a Amazônia com o que temos e com o que somos. De forma que eu me congratulo com V. Ex^a. Veja bem que, a cada dia, é mais oportuno se tocar, de maneira mais objetiva e mais rápida, as ações da nossa CPI, porque há várias vertentes. Uma diz respeito exatamente à atuação delas em território da Amazônia, principalmente quando possuem terras. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Eu quero dar conhecimento à Casa do nosso requerimento.

Estou requerendo à nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que formule um convite aos superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, no Amazonas, além de ao titular e a seus procuradores, que são importantes; ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis, o Ibama, aos representantes da empresa Gethal, no Amazonas, porque eles estão lá em Itacoatiara; os representantes da ONG Cool Earth, detentora das terras no Município de Manicoré, para que, em data a ser confirmada, venham expor e esclarecer aos Senadores e demais interessados dessa Comissão a situação de compra e venda de terras na Amazônia, conforme tem sido noticiado pela imprensa.

O objetivo deste requerimento é discutir e esclarecer em definitivo o que vem sendo veiculado pela mídia em relação à compra e venda de terras do Município de Manicoré, no Estado do Amazonas. Mostrar de que forma esses negócios vem sendo realizados:

- 1) discutir a legalidade da transação de compra e venda;
- 2) a situação fundiária os lotes transacionados (47 lotes); A Gethal tem mais de 50 lotes de terras no Estado.
- 3) a situação da execução e plano de manejo das área em questão, caso haja algum plano de manejo;
- 4) face aos trabalhos desenvolvidos nessas áreas, qual a situação ambiental (impacto ambiental);
- 5) quantas famílias moram nessas áreas e qual a situação socioeconômica dessas famílias;
- 6) se existe plano de manejo para essas áreas atualmente e de que tipo;
- 7) se as áreas estão registradas em cartório;
- 8) em caso afirmativo, em que comarca essas terras estão registradas;
- 9) qual é o valor das multas aplicadas pelo Ibama, caso haja alguma;
- 10) requerer ao Ibama que tipifique os crimes ambientais cometidos nessas áreas, caso haja algum;
- 11) que trabalho vem sendo desenvolvido pela ONG Cool Earth, detentora das terras junto às famílias que moram nessas localidades.

Penso que são pertinentes essas questões, mas não basta olhar essa situação.

O que pretendo, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, é mobilizar o Governo, a sociedade civil e nós, nesta Casa, no Senado da República, para criarmos uma legislação que tenha um olhar para o futuro da Amazônia, que tenha um compromisso com a territorialidade, com as questões fundiárias. Precisamos ter uma legislação, e começo a trabalhar essa situação. O papel dos cartórios. Não se pode hoje, no Brasil... E daí não posso afirmar, mas o debate vai me dar elementos para concluir o que estou enxergando neste exato momento.

O grupo sueco adquiriu de forma ilegal essas terras. Para comprar terra hoje no Brasil, o vendedor do imóvel na área rural tem de ter o CCIR, que é o Certificado de Cadastro de Imposto Rural. Para vender um imóvel, é preciso ter esse certificado. É um certificado. Para ter o certificado, é necessário ter o ITR atualizado. O ITR é o Imposto Territorial Rural. Então, para a Gethal passar e negociar essas terras, tem de ter o ITR, o Imposto Territorial Rural, em dia. E se está em dia o imposto, solicita-se do Incra o CCIR. Só assim, pode-se vender, comercializar um imóvel rural no Brasil.

Pela entrevista concedida pelos titulares do Ibama e do Incra na sexta-feira no Amazonas, uma entrevista coletiva, o Incra levantou que a Gethal, no sistema de cadastro, não tem atualizado o CCIR. Então, se foi negociado isso e não tem o CCIR desde 2001, é gravíssimo. E se a empresa, a Gethal, não tinha esse certificado, ela não poderia comercializar terras, principalmente para um estrangeiro.

Sr. Presidente, o debate aqui no Senado com os gestores do Ibama, da Gethal, do Incra, é fundamental para esclarecer essa situação. Mas a partir desse debate, Senador Paulo Paim, nós precisamos inaugurar um momento junto à sociedade, não só aqui na Casa,

e construir uma legislação que possa refletir essa ansiedade, essa indignação da sociedade brasileira em relação a terras da Amazônia nas mãos de estrangeiros. Precisamos construir isso.

Quero fazer um chamamento aos nossos Senadores e Senadoras para pautarmos esse debate e construirmos uma legislação que possa responder à angústia de muitos brasileiros em relação a terras brasileiras. São duas questões, precisamos trabalhar bem isso. A legislação para estrangeiro ter acesso a terras no Brasil. E quero fazer um destaque: a Amazônia merece uma legislação diferenciada. A Amazônia merece uma legislação diferenciada!

Então, Sr. Presidente, são essas as minhas palavras, as minhas preocupações. Reafirmo a V. Ex^a e aos Srs. Senadores a importância de criarmos uma mobilização para tratarmos um assunto que considero estratégico, pois, além de dizer respeito à nossa soberania, diz respeito também a uma olhar cuidadoso, zeloso para com este território que merece, do Congresso e do Brasil, uma atenção especial, que é o território da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, permita-me que o cumprimente pelo pronunciamento sobre tema tão importante como é a Amazônia.

Ainda hoje ouvi que é bem provável que a Câmara dos Deputados instale uma CPI sobre a situação da Amazônia. Entendo que seu requerimento é de suma importância, vem no momento certo e na hora certa. Por isso, conte com todo o apoio da Mesa do Senado para a tramitação dele com a brevidade que o assunto merece.

Hoje, V. Ex^a deu uma aula sobre a Amazônia, o que é fundamental para que, cada vez mais, os brasileiros conheçam detalhadamente a Amazônia.

Veja bem que, com 14 anos de idade, fui funcionário da Gethal,...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Que coincidência!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, a empresa queimou, e, por isso, não consigo comprovar o tempo em que lá trabalhei para efeito de previdência, e não sabia que ela estava com essa força toda, instalada dentro da Amazônia e com uma série de arbitrariedades, como V. Ex^a aqui denuncia.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, tenho o dever e a obrigação de trazer a esta Casa esclarecimento sobre uma notícia veiculada hoje, de que os Senadores Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, Arthur Virgílio, Líder da bancada do PSDB, e o Senador Tasso Jereissati, ex-Presidente do PSDB, nosso companheiros, todos do meu partido, estariam hoje com o compromisso de jantar com a ex-Presidente da Anac, A SRA. Denise Abreu.

Quero dizer a V. Ex^a inicialmente que o Senador Tasso em Brasília não se encontra; ele não decidiu se viria hoje ou não. O Senador Arthur só vem hoje à noite para Brasília porque amanhã tem um compromisso importante na Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Sérgio Guerra estará em Brasília hoje a noite por ter um jantar marcado com um governador do PSDB.

Então, o que quero deixar bem claro, Sr. Presidente, uma vez que a notícia teve alguma repercussão por fazer parte de um jornal importante, de vários jornais importantes que, em nossa análise, é uma forma de querer desqualificar as denúncias feitas pela SRA. Denise Abreu. Nós, brasileiros, e principalmente nós representantes do povo, não podemos deixar isso passar em branco e o PSDB deixa mais uma vez bem claro que irá fazer todo o empenho, irá aplicar toda a sua responsabilidade na próxima quarta-feira, na Comissão de Infra-estrutura, exatamente para esclarecer tudo o que foi denunciado. E ainda para que o Brasil, na próxima quarta-feira, pelo depoimento da SRA. Denise Abreu, seja esclarecido da tão tumultuada venda da Varig. Nós precisamos desse tipo de esclarecimento.

Ainda há pouco um jornal me entrevistava por telefone, e o repórter me perguntava: “O senhor não acha que o Presidente da República deveria vir a público falar sobre esse assunto?” Eu disse: “Achar, todos nós achamos, mas o Presidente jamais se ocupa de um microfone, de um comunicado à Nação para dar satisfação do seu Governo à população. Ele se esconde atrás do ‘não sei’, ‘foi o assessor’, ‘parece que foi fulano’, ‘mas tem que apurar’”. Então, não existe essa participação. Mas todos nós queremos que o Governo, de uma maneira oficial, venha e declare se houve ou não participação da Ministra da Casa Civil nesse fato porque não podemos ficar no País do “eu acho, eu não vi, eu não sei”.

Deixo claro que o PSDB não está interessado em nenhum tipo de conversa prévia com A SRA. Denise Abreu e que os nossos três líderes partidários têm compromissos que não incluem – e nem incluíram – A

SRA. Denise Abreu, a quem nós respeitamos, foi Diretora da Anac, e queremos ouvir dela na Comissão de Infra-Estrutura, na quarta-feira, a sua declaração, o que ela realmente declarou à imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a faz essa manifestação e eu, por obrigação também, quero informar à Casa que recebi um telefonema, há alguns minutos, do Presidente da CUT do Rio Grande do Sul, companheiro Celso, sobre uma grande manifestação em Porto Alegre em frente ao Palácio da Governadora Yeda Crusius, protestando contra os desmandos no Detran de lá e também no Banrisul.

O que ele estava me dizendo aqui é que houve uma manifestação com cerca de 500 lideranças de todo o Estado e que, infelizmente, a Polícia Militar prendeu o caminhão de som da CUT e o próprio motorista. O Celsinho, no momento em que me ligou, estaria na delegacia para que parte desses companheiros, no caso, os que dirigiam o caminhão, tivessem a liberdade e o direito de ir e vir.

Entendo que a manifestação é legítima e apenas lamento a repressão porque os trabalhadores e trabalhadoras que estavam lá simplesmente pediam que a corrupção fosse investigada e, como a gente diz sempre, doa a quem doer.

Fazemos esse manifesto aqui publicamente em solidariedade aos trabalhadores.

Eu, que tenho uma relação excelente com a brigada militar do Rio Grande do Sul, lamento o que aconteceu que foi um ato de repressão contra uma manifestação pacífica exigindo que a CPI tome todas as providências e o caso fosse esclarecido.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de refletir o registro do Senador Papaléo acerca das lideranças do PSDB.

Penso que esse debate precisa ser esclarecedor mesmo. Eu, que participei da CPI do Apagão, lembro muito bem de como a SRA. Denise era tratada, principalmente pelo nosso relator, Senador Demóstenes. Ela era tratada como quadrilheira, membro de quadrilha. Isso foi em 2007. Vivíamos no contexto de uma crise em que o Brasil todo se envolveu, as regiões todas, e que redundou na troca do Ministro da Pasta da Defesa e de todos os dirigentes da Anac e, finalmente, numa CPI.

E comecei a levantar o que aconteceu naquele período de discussão. A SRA. Denise agora vem e faz uma declaração. E não tenho dúvida de que essa é uma declaração que estimula a Oposição, que vem numa estratégia de confrontar a Ministra Dilma – não é de agora, o Brasil todo acompanha isso.

Então, penso que o esclarecimento por parte da Ministra Dilma é importante. Quero ver a Oposição conversar com essa quadrilheira, membro de quadrilha, como era tratada – eu tenho isso. Quero que isso venha mesmo para um debate democrático aqui na Casa. Ele vai ser esclarecedor e vou acompanhá-lo.

Não tenho dúvida de que a Ministra Dilma agiu como uma Ministra de Governo. O povo estava na rua, chorando, em comoção com a crise da Varig. O Brasil vivia em comoção, além da crise aérea e diante de um acidente que comoveu o Brasil. Falo do primeiro; o segundo, ocorrido com um avião da TAM, foi mais duro ainda.

Então, vivíamos um momento muito particular. Não tenho dúvidas de que a Ministra Dilma intercedeu, como todos os segmentos da sociedade brasileira se manifestaram naquele momento, uns contra, outros a favor, buscando uma solução para a crise aérea.

Dizer que a Ministra Dilma favoreceu um fundo americano, interesses menores, é inconcebível. A Ministra Dilma tem uma postura e uma conduta que ficaram demonstradas inclusive no debate com a Oposição na Comissão de Infra-estrutura. Foi um debate maduro, que durou oito horas, um debate em que todos participaram. O ficou comprovada a eficiência, o trabalho metuculoso, cuidadoso, da Ministra Dilma.

A Ministra Dilma organizou um banco de dados das contas da Presidência da República – até então não havia um banco de dados – para ser submetido à AGU, ao TCU. E recebeu a denominação de dossiê. Mas o tempo comprovou e continua comprovando a eficiência da conduta da Ministra Dilma.

Mais uma vez penso que o debate foi levantado por membro de quadrilha. Era assim que a SRA. Denise era tratada pelo nosso relator, Senador Demóstenes Torres. Membro de quadrilha! Eu penso que é hora de travarmos mais um debate e não tenho nenhuma dúvida de que, mais uma vez, a Ministra Dilma vai se sair como alguém que tem uma conduta e um trabalho que não podem ser desqualificados dessa forma. Mais uma vez estão tentando desqualificar o trabalho da Ministra Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o

Senador João Pedro, aqui neste plantão difícil – considero difícil defender o Governo, principalmente numa questão como essa –, tem um argumento fundamental. A Oposição chamar a SRA. Denise de quadrilheira não é estranho, o estranho é que a quadrilheira, se assim V. Ex^a concorda...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Foi V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, V. Ex^a concorda ou V. Ex^a desqualifica? Ela foi uma quadrilheira com acesso privilegiado ao Palácio do Planalto. Assessora de confiança do Ministro José Dirceu, depois colocada com mão de ferro, com pressão pessoal da Casa Civil, para exercer uma função na Anac.

A constatação do relator de que ela participava de uma quadrilha deveria ter sido motivo de cuidado por parte do seu Partido. Mas não, o que fez o Partido? Desacreditou o relatório, não apurou fatos que deveriam ter sido apurados naquele episódio, como tem sido comum, uma praxe aqui, nas CPIs.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Quem apura é o Ministério Público.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O que é que a CPI faz? A CPI não apura?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Apura e cumpriu o seu papel. O relatório foi aprovado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, foi aprovado o relatório, mas agora foi aprovado um relatório escandaloso, Senador. Houve um relatório aqui que foi aprovado. A questão não é essa. A questão é a seguinte: a quadrilheira não convivia com a Oposição; se é quadrilheira, ela convivia com o Palácio do Planalto, com a Casa Civil. Ela era de confiança da Casa Civil.

Se houve um caos aéreo no País, como conseqüência da má administração da Anac, ele foi produto da escolha errada, politizada, desses nomes para a Anac. Então, não vamos confundir a opinião pública com fatos. E isso não anula a necessidade do depoimento da SRA. Denise, que poderá, inclusive, ter como conseqüência a necessidade da vinda da Ministra Dilma. É preciso aprender que, na democracia, um Ministro de Estado comparecer ao Congresso é rotina. Aliás, o Governo de V. Ex^a, quando pensava que faria um governo sério com relação ao exercício da moralidade pública, implantou aqui – V. Ex^a lembra disso, Senador Paim – em ritmo alucinante, a convocação de Ministros, todas as semanas. Lembra, Senador Paim, quantos Ministros vieram prestar contas à Nação? Naquela época, o que ficou acertado e prometido é que os Ministros viriam constantemente ao plenário.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Há poucos dias o Ministro Nelson Jobim veio aqui por convite de V. Ex^a. Veio sem convite, sem nenhuma formalidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E por que os outros não vêm também?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Todos, todos, inclusive a Ministra Dilma já veio também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quarenta e cinco dias depois.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – A Ministra Dilma não é instrumento da estratégia da Oposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quarenta e cinco dias depois...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, veio aqui depois de um telefonema de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade, é verdade.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Então, o Governo disponibiliza e faz o debate transparente. O Governo faz o debate transparente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Veja o que é o Parlamentar no cumprimento do dever. Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo em vista uma acusação grave contra o Ministro da Defesa, telefonei para S. Ex^a e comuniquei-lhe o fato. Disse a S. Ex^a que o fato era grave e que eu estava convocando-o a comparecer aqui. A convocação do Ministro já estava para ser votada, e ele disse “Não precisa. Eu vou hoje aí”. Por que a Ministra Dilma não segue essa cartilha?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Já veio, já veio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não. Ela veio 45 dias depois, e vocês bateram tantas palmas e fizeram tanto sucesso que ela deveria vir novamente. Eu acho que seria muito mais prático. O caminho mais próximo entre dois pontos é uma reta. Se a Ministra Dilma seguisse o que o Ministro Jobim fez, esse assunto talvez já tivesse sido esquecido. O ruim, Senador João Pedro, é que fica aqui uma ansiedade louca de proteção exagerada à Ministra Dilma, dando até a entender que ela precisasse de muleta para suas ações.

Nós temos de ver que a Ministra Dilma tem, sob sua responsabilidade, bilhões, que são exatamente para a execução do PAC. Ela faz as exposições aí pelo Brasil afora, presta esclarecimentos de seis, sete horas. O que custa vir aqui?

Não estou defendendo a presença da Ministra aqui, neste momento, agora. Acho que é precipitado.

Primeiro, nós temos de ouvir o que A SRA. Denise vai dizer e, após isso, nós precisamos, então, tomar as providências.

Esse é o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu já vi que, hoje, o Rio Grande do Sul está no centro do debate, porque a Varig vem do Rio Grande e, sem sombra de dúvida, toda a crise lá, no Governo do Estado, está fazendo com que, hoje, a gente centralize, aqui no Senado Federal, a questão Rio Grande do Sul.

Tem a palavra a Senadora Ideli, como oradora inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu só queria saber se eu posso utilizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está convidada a usar a tribuna, neste momento, como oradora inscrita. É a última oradora inscrita.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto a Senadora Ideli vem à tribuna, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim

Gostaria de registrar, com muita tristeza, que, neste final de semana, ontem e hoje, Brasília perdeu dois pioneiros, pessoas relevantes. Um deles foi um grande Senador, o primeiro Senador eleito pelo Distrito Federal, o Senador Meira Filho.

Ele foi eleito em 1986, sendo o mais votado Senador na primeira eleição. Um lutador por Brasília, pela representação política do Distrito Federal, o Senador Meira Filho, que tanto engrandeceu esta Casa, foi um Senador sério, honrado e que participou de todos os debates. Foi um Senador jornalista, locutor. Portanto, Brasília perdeu muito. O Senador Meira Filho foi sepultado ontem. Ele, de família tradicional de Brasília, foi um pioneiro.

A seus filhos e a toda sua família, o nosso sentimento de perda, de pesar pelo seu passamento. Ele deixou grandes recordações.

O Distrito Federal também perdeu o pioneiro José Farani. Inclusive, encontrei o Senador José Agripino Maia em seu sepultamento, na tarde de hoje.

José Farani veio do Espírito Santo e, médico que era, aqui fundou hospitais. Foi também proprietário da Academia de Tênis. Um nome tradicional, um pioneiro da cidade, um desbravador, um homem que ajudou a construir parte do Distrito Federal.

Portanto, a sociedade de Brasília, neste fim de semana, sepultou dois pioneiros.

Faço este registro por serem pessoas que muito contribuíram para engrandecer a Capital da República.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar à proposta, em meu nome e de meu Partido, já que o Senador Agripino fez isso com relação ao primeiro caso. Estou sendo informado de que o Senador José Agripino esteve presente ao sepultamento do Sr. José Farani.

Quero apresentar as minhas condolências a sua família e fazer o registro pela perda de dois brasileiros pioneiros. Quero me associar à proposta do Senador Gim Argello e dizer que Brasília está enlutada, pois são dois brasilienses que dedicaram muito de suas vidas a esta cidade.

Fica o registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Gim Argello, esta Presidência, em nome da Mesa, soma-se ao voto de pesar de V. Ex^a.

Senadora Ideli Salvatti, com a palavra V. Ex^a pelo tempo de 20 minutos, com a tolerância que esta Presidência deu aos outros oradores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, quando V. Ex^a me chamou à tribuna, falou que o Rio Grande do Sul estava no foco do debate aqui no plenário nesta tarde.

Pelo que eu entendi, pela questão da Varig – e não sei se só pela questão da Varig...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela Varig e, também, pelos escândalos que estão acontecendo lá no Sul em matéria de Governo do Estado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC.) – Exatamente. Acho que é um assunto a respeito do qual todos precisaríamos estar bastante atentos, porque as denúncias são bastante consistentes, até pelo episódio do Vice-Governador do Democratas ter feito uma gravação, confirmando a denúncia e as propinas pagas no esquema do Detran, envolvendo, inclusive, outras autoridades do Governo do Rio Grande do Sul. Causou-me, inclusive, certa estranheza porque houve pronunciamentos de Senadores – pelo menos de um eu ouvi – no sentido de que foi cometido um crime ao fazer a gravação. Então, parece-me que pode até não ter havido autorização judicial para a gravação – acho que isso tem certa gravidade –, mas, de forma muito efetiva, a partir da gravação, acaba-se confirmando a existência realmente...

Então, eu acho que este é um assunto sobre o qual todos nós vamos ter que nos debruçar também, atentamente. Eu não sei se há conexão, mas há vários

outros Estados com problema de vendas de carteiras, como aconteceu em São Paulo e outros Estados. Acho que este é um assunto que, efetivamente, vai necessitar mesmo de um debate também aqui no Senado.

Mas um outro assunto me traz à tribuna. Eu não pude participar dos debates hoje à tarde, até porque já cheguei e já me desloquei ao Palácio para a solenidade de sanção dos projetos que reformulam o Código de Processo Penal. O material que eu havia preparado para utilizar aqui na tribuna, no dia de hoje, é a respeito da questão do emprego. Eu queria reportar-me a dados extremamente contundentes divulgados na semana passada: nos primeiros quatro meses deste ano, Senador Paulo Paim, foram criadas em torno de 850 mil vagas novas, com carteiras assinadas, no Brasil como um todo.

O emprego formal se expandiu acima dos 32%, também no quadrimestre de janeiro a abril, nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil. E, no geral, fora das regiões metropolitanas, o aumento do emprego foi de 21%.

Estão aí os dados do crescimento da indústria no mês de abril, comparativamente ao ano passado, e também dados da ampliação dos recursos financiando setores produtivos pelo BNDES. Tudo leva a crer que vamos completar este ano, Senador Paulo Paim, outro recorde na geração de empregos formais e deveremos passar dos dois milhões de novos empregos com carteira assinada. Portanto, esses dados são extremamente importantes, dados fundamentais para a população brasileira.

Às vezes, fico até um pouco constrangida, porque determinados assuntos, Senador João Pedro, acabam sendo o assunto da semana, tomam o tempo todo do Plenário e não conseguimos muitas vezes debater e apresentar os dados, onde vamos poder efetivamente avançar ainda mais. Não tenho dúvida nenhuma de que esse assunto da ampliação do número de empregos, das vagas formais e dos inúmeros apagões de mão-de-obra que estão acontecendo em todo o País deveriam merecer do Senado da República um debate mais qualificado, um debate mais exaustivo, com dedicação de todos nós.

Veja bem, Senador Paulo Paim, o que me motivou a trazer, mais uma vez, essa questão da necessidade de mão-de-obra, principalmente de mão-de-obra qualificada, é um mapa de Santa Catarina, publicado neste final de semana, com as nossas principais macrorregiões: o oeste, a serra, o norte, o Vale do Itajaí, a grande Florianópolis e o sul do Estado.

Não sei se a TV Senado tem condição de mostrar, mas são bastante extensos os setores onde ocorrem apagões de mão-de-obra, onde empresários têm de buscar mão-de-obra. Como Santa Catarina é estreita

no oeste, acontece todo dia de buscarmos de ônibus empregados, funcionários, ou no Paraná ou no Rio Grande do Sul, no planalto norte do Estado, no Paraná; no extremo sul e na serra catarinense, no Rio Grande do Sul. Inclusive com placas “procura-se”, que não se viam há muito tempo, porque haviam sido substituídas por placas “não há vagas”, “não há vagas”, “não há vagas”. Agora, as empresas estão com placas bastante extensas, em que vemos: “necessita-se de soldador, de mecânico, de torneiro mecânico, de costureira, de pedreiro, de carpinteiro”, etc. Ou seja, a falta de mão-de-obra é bastante significativa.

Até para elucidar, para exemplificar, vou ler sobre os principais setores em que está havendo um verdadeiro apagão de mão-de-obra lá no Estado de Santa Catarina.

Então, na Região do Oeste catarinense, está faltando mão-de-obra nos seguintes setores: agroindústrias, construção civil, material metal mecânico, tecnologia da informação, turismo de negócios, executivos e gestores. Portanto, são seis os segmentos onde está havendo muita dificuldade de se encontrar mão-de-obra especializada.

Na Região Serrana do nosso Estado, falta mão-de-obra no turismo de inverno, agroindústria e construção civil. É inclusive uma das regiões em que ainda há mão-de-obra para os demais setores e há falta em três.

No Planalto Norte e Norte de Santa Catarina, onde está concentrada boa parte do PIB catarinense, principalmente as indústrias de ponta, metal mecânica, e construção civil – como VEG, a Tigre, entre tantas outras – faltam profissionais no setor metal mecânico, autopeças, utensílios de linha branca – lá nós temos a Cònsul, de equipamentos de refrigeração – turismo de negócios, tecnologia de informação, executivos e gestores. Portanto, repete-se a ausência de outras regiões do Estado.

Na Região do Vale do Itajaí está faltando mão-de-obra – inclusive em setores que enfrentaram crise durante o último período, por causa do câmbio, por causa dos produtos chineses – nos seguintes setores: têxtil, de auto-peças, tecnologia da informação, turismo de negócios e eventos, e também para os concursos públicos.

As Prefeituras estão necessitando de profissionais e não há pessoas em número suficiente para atender a concursos públicos no Vale do Itajaí.

Na Grande Florianópolis, falta mão-de-obra em construção civil, turismo de eventos e de verão, comércio, tecnologia da informação, executivo e gestores e também concursos públicos. No sul do Estado, falta mão-de-obra em setor de cerâmica, construção civil, turismo de inverno e de verão, comércio e tecnologia de informação.

Vejam que a criação de vagas em Santa Catarina foi extremamente significativa no primeiro quadrimes-

tre. De janeiro a abril, tivemos, por exemplo, na indústria da transformação, a criação de aproximadamente dezoito mil novos empregos com carteira assinada; na construção civil, quase seis mil novas vagas; no setor de serviços, mais de dez mil vagas; na administração pública, quase cinco mil e quinhentos. Em determinadas regiões, os números são significativos. Por exemplo, no Vale do Itajaí, foram aproximadamente vinte e cinco mil novos empregos; no norte, que envolve Joinville, Jaraquá, São Bento, Canoinhas, Mafra e Porto União, foram quase dezenove mil empregos; no oeste, quase dezoito mil empregos. Portanto, as regiões tiveram grande modificação na oferta e na criação de novas vagas.

A construção civil, que é praticamente uma unanimidade nas regiões, tem efetivamente esse apagão de mão-de-obra. O setor vai crescer este ano de 10% a 15% – essa é a previsão do crescimento da construção civil em Santa Catarina – e os salários da categoria da construção civil registram um aumento real superior a 5%, ou seja, 5% além da inflação, Senador Paulo Paim, um setor que todos nós sabemos que paga muito pouco. Mas, porque não encontra profissionais no mercado, a única maneira de poder ter o profissional é oferecer melhoria efetiva do salário.

Na Grande Florianópolis, a escassez de profissionais é tal que só é possível contratar um pedreiro qualificado, por exemplo, se a empresa fizer uma oferta salarial maior ao profissional que já está no mercado, daquele tipo que há muito tempo – não vou dizer nunca antes neste País – mas há muito tempo neste País não acontecia, ou seja, o profissional, pela oferta melhor de uma outra empresa, trocar de emprego, trocar de patrão porque o outro oferece um valor maior.

Nós temos dados do Ministério do Trabalho levantados pelo Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção, no nosso Estado, segundo os quais a estatística de 51.340 trabalhadores com carteira assinada no Estado teve, nada mais, nada menos, do que um crescimento de 141% desses profissionais contratados ao longo do último período, só na área da construção civil.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Solicitei o aparte, primeiramente, para dar um testemunho do zelo de V. Ex^a em tratar dos números da economia do seu Estado. V. Ex^a, que tem uma agenda, como Líder do nosso Partido, extremamente exigida, sem tempo absolutamente para nada, faz uma análise importante. É claro que essa análise tem um desdobramento, um simbolismo importante, porque, a análise dos números do Estado de V. Ex^a diz respeito aos números do Brasil. Isso não é uma particularidade do Estado. É claro que o Estado reflete justamente a política do Governo

Federal, este momento importante da economia nacional. No meu Estado, no Amazonas, o nosso principal parque, localizado na Zona Franca de Manaus, o Parque Industrial de Manaus, também apresenta hoje números nunca antes alcançados. Existem lá hoje 104 mil empregos diretos. Mas há outro elemento na análise de V. Ex^a. Lamentavelmente, quase todas as nossas escolas técnicas foram fechadas, justamente uma instituição importante para responder ao momento da economia. Também só agora os Cefets estão sendo construídos por este Brasil afora. Ou seja, precisamos investir na formação, na qualificação, na capacitação da mão-de-obra para responder a esse aquecimento importante, de forma múltipla, em todos os ramos da nossa economia. Então, parabéns pelo zelo e pelo olhar comprometido que V. Ex^a tem com a juventude, com a população economicamente ativa e com essa distribuição do parque industrial no seu Estado, mas, ao mesmo tempo, pela reflexão que faz acerca deste momento da condução da economia nacional. No Amazonas, no Norte do Brasil, temos um parque industrial que exige essa mão-de-obra qualificada, que tem um parque com 104 mil trabalhadores trabalhando diretamente nas várias indústrias. São 460 indústrias que compõem, com tecnologia sofisticadíssima, o parque industrial do Amazonas. A juventude e a população estão evidentemente satisfeitas, ganhando mais, recebendo o seu salário. Está-se longe do ideal, mas há uma massa que aquece o comércio, os supermercados, enfim, toda a economia no Amazonas. V. Ex^a faz esse registro relevante da economia desse Estado tão importante no Sul do País. Muito obrigado.

A SRA.. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador João Pedro. V. Ex^a acabou antecipando a conclusão do meu pronunciamento.

Com tanta falta de mão-de-obra especializada, qualificada, quais são as medidas, o que está sendo feito para que a gente possa efetivamente fazer frente a essa demanda, que é crescente? E vai continuar crescendo mais, porque aprovamos aqui, na semana passada, Senador Paulo Paim, o aumento da capacidade de crédito do BNDES, que, nos últimos 12 meses, ou seja, de abril do ano passado até abril deste ano, financiou nada mais nada menos do que 72 bilhões. Foram 72 bilhões nestes últimos doze meses para o setor produtivo, para financiar as empresas: as grandes, as médias, as pequenas. Portanto, nós vamos continuar acelerando o desenvolvimento, gerando necessidade cada vez maior de mão-de-obra especializada.

E é por isso que eu queria terminar exatamente pelas nossas famosas escolas técnicas, os nossos Cefets, que agora vão passar – já têm um salto de qualidade, não serão mais Cefets – a ser Institutos

Federais de Educação Tecnológica e Científica, e cujo projeto de contratação de professores está já aqui no Senado, Senador Paulo Paim.

Eu, inclusive, solicitei ao Senador Cristovam Buarque, se for possível, a relatoria, para que possamos agilizar. Vão ser contratados nada mais nada menos do que 25 mil professores, tanto para a expansão das nossas universidades como também das nossas escolas de ensino profissionalizante.

E aí eu ia terminar com a agenda absolutamente gratificante que eu fiz nestes últimos dias em Santa Catarina. Em primeiro lugar, porque fui vistoriar obras, que estão em andamento, da expansão do ensino profissionalizante. Estive, até para colocar aqui no mapinha, em São Miguel, no extremo oeste de Santa Catarina, para a apresentação do projeto arquitetônico da nova escola técnica do **campus** do Ifet, que vai estar quase que na divisa da Argentina, sendo construído no segundo semestre com cursos em andamento a partir de janeiro do ano que vem. Fui vistoriar aqui no extremo sul, em Araranguá, uma unidade, um dos campos do Instituto Federal, onde já existem dois blocos em funcionamento, já com três cursos. E já agora, no segundo semestre, vai iniciar, inclusive, o curso de licenciatura e, a partir do ano que vem, uma engenharia. Portanto, público e gratuito, Senador Paulo Paim, tão importante para essa região.

Estivemos também em Criciúma, o pólo mineral de cerâmica, de indústria têxtil do sul do Estado, também apresentando projeto de construção do *campus* do Ifet, que vai funcionar aqui em Criciúma, cuja construção também se dará no segundo semestre, com cinco cursos de nível médio, profissionalizante, já no início do ano que vem e também cursos de nível superior.

Fizemos audiência pública para a escolha dos cursos do Cefet de Gaspar, no Vale do Itajaí, bem próximo, bem pertinho de Blumenau, entre Blumenau e Brusque, dois pólos importantes do nosso Vale, cuja construção também é para o segundo semestre e início de aula a partir do ano que vem.

Inauguramos, em Joinville, o terceiro bloco, com o início das aulas do curso de Mecânica Industrial, com equipamentos de primeira linha, para poder profissionalizar essa falta de mão-de-obra especializada no setor metal-mecânico. Lá, já temos três cursos em funcionamento e, a partir do segundo semestre, também vamos ter cursos de nível superior.

Há poucos dias, inauguramos, no Cefet de Jaraguá, também no Planalto Norte, um dos principais pólos industriais do nosso Estado: mais equipamentos e novas instalações para o Cefet de Jaraguá.

E, por último, no sábado, a apresentação do projeto arquitetônico, em Canoinhas, já quase na divisa com o Paraná, no Planalto Norte, do projeto arquite-

tônico do Cefet, cuja construção também se dará no segundo semestre.

Há poucos dias, estivemos no Planalto Serrano apresentando também o projeto de Lajes. Portanto, estamos cobrindo todo o Estado para fazer frente a essa demanda de mão-de-obra especializada, formada, dando oportunidade para grandes empreendimentos. Por exemplo, a agroindústria, que está localizada no extremo oeste, está se deslocando para o Planalto Norte para ficar próxima dos Portos de Itajaí e de São Francisco, mais próximos de uma rodovia federal cujo processo de duplicação vai iniciar agora no segundo semestre e, portanto, precisando de muita mão-de-obra.

A agroindústria da Aurora, que vai se instalar em Canoinhas, e a da Sadia, que vai se instalar em Mafra, vão precisar, só essas duas agroindústrias, de quatro a cinco mil novos trabalhadores e, se não tiver onde essa população se capacitar, eles virão de outros Estados. Eu não tenho dúvida, Senador Paulo Paim, porque é uma demanda absolutamente especializada.

É por isso que nós desejávamos passar essas informações, nesse debate, pedindo o apoio para a tramitação do projeto, da contratação. Sei que o Senador Paulo Paim tem um projeto de fundo, de criação, para dar uma sustentabilidade maior ao nosso ensino profissionalizante. E acho que não só de delegacia de polícia vive o Senado da República. Talvez se a gente se preocupasse mais com a formação da nossa juventude a partir desse debate, dessa ampliação...

Nós tivemos, Senador João Pedro, que derrubar uma lei. No primeiro mandato do Presidente Lula, ele não pôde ampliar as escolas técnicas. Era uma determinação dele. Só em novembro de 2005, modificamos a lei para poder expandir as escolas profissionais federais como estamos expandindo nesse momento. Portanto, já podíamos estar adiantados, já podíamos ter avançado. Talvez eu não tivesse um mapa com tanta demanda em Santa Catarina se todas essas novas unidades das escolas técnicas federais já não pudessem... poderiam inclusive estar em funcionamento, e não, na sua grande maioria, sendo construídas agora para funcionarem plenamente em 2009, ano, aliás, que as escolas técnicas federais no Brasil vão completar cem anos. As primeiras foram inauguradas em 1909. De 1909 até o Presidente Lula poder expandi-las, com a derrubada da lei, em 2005, foram 154 escolas técnicas. Vou falar de novo: de 1909, Senador Paim, até 2005, quando derrubamos a lei, foram criadas e colocadas para funcionar 154 escolas técnicas no Brasil. O Presidente Lula já inaugurou mais de 60 e, até o final do seu segundo mandato, serão 214.

Portanto, o Presidente fará – não dá nem para dizer nos seus dois mandatos, porque acabou perdendo,

por conta da derrubada da lei, três anos, poderíamos ter avançado mais –, em cinco anos, muito mais do que fizeram todos os Presidentes da República, desde 1909.

Ouçó, se o Presidente me permitir, o Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Bem rápido, Presidente Paulo Paim. Só para dizer que, no Amazonas, nós temos uma escola técnica tradicional, no centro da cidade de Manaus, e que, neste ano, nós começamos a construir cinco escolas no Amazonas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Cinco para uma, não é, Senador João Pedro?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Isso, cinco para uma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então é isso. Esse é o dado mais contundente, e não tenho dúvida de que lá, no Rio Grande do Sul, não é diferente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No Sul, vai-se aproximar de 20 novas escolas, no mínimo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No mínimo, não é? Então é isso.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância com que V. Ex^a me brindou aqui com mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pediu a palavra pela ordem o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era um esclarecimento inicial até para quem, como eu, vem condenando sistematicamente a atitude do Vice-Governador do Rio Grande do Sul. Não entrei no mérito das denúncias, mas na fórmula. Sou peremptoriamente contra gravação ilegal, bisbilhotagem da vida alheia. Acho que esse não é o papel do político. A arma que o político tem é o diálogo. E a partir do momento em que se bloqueia essa possibilidade com a tentativa, com a ameaça de se estar sendo gravado, você nos tira um instrumento de grande valia. Se existe necessidade de comprovação, recorram-se aos mecanismos. Aliás, fui contra a espionagem de entrada e saída de Senadores dos gabinetes num momento crucial nesta Casa. É uma questão de princípios.

Se combatemos os grampos ilegais feitos pela Abin e pela Polícia Federal, não podemos, de maneira nenhuma, aceitar que um político faça isso. E se é do nosso Partido, nós tomamos providências, nós não aceitamos omissão, como foi feito aqui, quando tivemos alguns episódios lamentáveis quando o Partido dos Trabalhadores perdeu a oportunidade, como no caso do dólar na cueca... E não quero entrar no mérito. É uma questão de estilo e cada partido age da maneira

que quer. Então nós, Democratas, que já tomamos providências com outros Parlamentares, temos que ter uma posição neste caso. A minha proposta é essa. Não sou ditador do Partido, sou membro da Executiva. Vou apresentar uma proposta e a Executiva que julgue. Só não posso perder a coerência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência lembra, mais uma vez, que o dia de hoje foi pautado pela questão do Rio Grande do Sul, porque tratou-se do caso Varig e, infelizmente, dos escândalos que lá estão acontecendo. Mas repito para todo o Brasil que esses escândalos são fruto de uma minoria e não representam, com certeza, a visão majoritária, inclusive dos políticos do Rio Grande.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a tem toda razão.

Quero aproveitar – eu havia me esquecido – para me congratular com a Central Única do Trabalhadores, que teve um veículo apreendido hoje. V. Ex^a recebeu essa informação. O que me causa espécie é que ela retorna apenas agora. Não sei onde estava a CUT no período do mensalão, onde estava a CUT usando os veículos. Será que os veículos estavam quebrados? Era falta de recursos? Por que tivemos vários escândalos no País e não tínhamos essa posição da CUT.

Quero louvar a atitude da CUT, que voltou a participar de movimentos sociais de protesto. Talvez tenha sido uma crise financeira, falta de recurso, o caminhão é dispendioso, tem que pagar motorista... Mas quero louvar o retorno da CUT. Agora, quero que volte para todos os escândalos e que não seja apenas uma manifestação seletiva de quando interessa, ou não, politicamente.

Temos agora mesmo um escândalo envolvendo um membro de um movimento sindical de grande importância. É preciso que haja essas manifestações desse órgão de classe respeitado que é a Central Única dos Trabalhadores.

De qualquer maneira, fica o meu registro e os parabéns pelo retorno da CUT às manifestações populares no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência registra a solidariedade do Senador Heráclito Fortes à Central Única dos Trabalhadores pela manifestação feita em frente ao Palácio, ao mesmo tempo em que condena a repressão contra o movimento social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs.

Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 10, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 419, de 2008, que *altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.*

Relator revisor: Senador Paulo Paim
(Sobrestando a pauta a partir de: 5.4.2008)

Prazo final (prorrogado) – 18.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra
(Sobrestando a pauta a partir de: 11.4.2008)

Prazo final (prorrogado) – 24.6.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.*

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de: 14.04.2008)

Prazo final (prorrogado) – 27.6.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no*

Parecer nº 6, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das Emendas nºs. 1 a 12.

Relator revisor: Senador João Tenório
(Sobrestando a pauta a partir de: 19.5.2008)

Prazo final (prorrogado) – 15.8.2008

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.5.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior),

que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos*

sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Silhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
22, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.*

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº

532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza*

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

25

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que *dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19*

de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II*

do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais*

de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.*

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que *altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.*

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com

a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Parti-

cipativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

50

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *insti-tui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Mo-rais.

51

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinqüenta e seis milhões e seiscientos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.*

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

56

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

57

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciên-*

cia e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob n°s 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

58

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

59

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

60

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de*

florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

61

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

62

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

63

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

64

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

65

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

66

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

67

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa,*

composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

68

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

69

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhabilidade dos bens de família)*

70

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

71

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-*

Complementar, com os Projetos de Lei do Senado n°s 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

72

REQUERIMENTO N° 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

73

REQUERIMENTO N° 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado n° 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de n°s 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

74

REQUERIMENTO N° 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

75

REQUERIMENTO N° 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 358, de 2008, de autoria da Sena-

dora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

76

REQUERIMENTO N° 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

77

REQUERIMENTO N° 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)*

78

REQUERIMENTO N° 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n° 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.*

Parecer favorável, sob n° 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

79

REQUERIMENTO N° 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n° 417, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Diretos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

80

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

81

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

82

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

83

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do*

Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

84

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

85

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)*

86

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)

Ata da 98ª Sessão Especial, em 10 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 17 minutos e encerra-se às 12 horas e 57 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a reverenciar a memória do intelectual e ex-Senador Artur da Távola, de acordo com o Requerimento nº 581, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa a Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; o Sr. Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador Artur da Távola; e o Exmº Sr. Senador Arthur Virgílio, primeiro signatário da presente sessão.

Agradecemos a presença de familiares do saudoso Senador Artur da Távola e dos demais convidados presentes a esta sessão, que nos honram com suas presenças.

Eu não poderia deixar, no início desta sessão, de tecer alguns comentários sobre essa figura humana magistral e de sensibilidade rara: Paulo Alberto Monteiro de Barros, o genial Artur da Távola.

Como definir Artur da Távola? Advogado, jornalista, radialista, professor, escritor, poeta, político. O ângulo mais fiel para se buscar uma definição talvez seja o seu enquadramento como um homem detentor de elaborada sensibilidade, capaz de compreender e interpretar com engenho e arte os sentimentos humanos.

Foi capaz de conciliar a razão e a sensibilidade e nos deixar um legado rico, suave e profundo do ponto de vista intelectual.

Iniciou sua trajetória política num centro acadêmico da PUC, no Rio de Janeiro. Foi Deputado Constituinte do Estado da Guanabara e Deputado da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. Cassado pelo regime militar, exilou-se na Bolívia e no Chile. Lá fora, lecionou na Universidade do Chile e ocupou a vice-diretoria da Escola de Periodismo daquela universidade.

Ao retornar do exílio, em 1968, foi ativo participante dos movimentos em prol do restabelecimento

da democracia. O intelectual retornou ao Poder Legislativo como Deputado Constituinte pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores do PSDB e presidiu a legenda, entre tantos cargos de destaque que ocupou.

Neste momento reproduzo sua visão do Senado, a qual esperamos seja ratificada o mais breve possível: “Tenho desta Casa o mais elevado dos conceitos. É uma Casa de sabedoria. É uma Casa de saber. É uma Casa de serenidade”.

Sua visão humanística e a importância que sempre reservou à cultura – sua identificação com o tema – o levou a enxergar que “a cultura não ensina aquilo que o sistema deseja: adestrar pessoas para que sejam bons agentes do desenvolvimento econômico ou qualquer outro. A cultura dá o substrato necessário à compreensão do próprio tempo. A cultura, a meu juízo, é bem de primeira necessidade.

O intelectual, o poeta, o escritor jamais disfarçou seu fascínio pelo Parlamento: “Sou uma pessoa que tem uma compreensão muito profunda da importância do parlamento, por cuja pulsação tenho paixão”.

Artur da Távola sabia igualmente dimensionar a relevância estratégica da Educação: “Inteligência, lucidez e valores não são mais adquiridos quando se está adulto, a não ser por um esforço pessoal formidável e digno de elogios. Eles são adquiridos na escola”.

De forma singela, Artur da Távola se definia como “autoditada atrevido”. O seu ‘atrevido’ nos legou poesia, sabedoria e honradez, entre tantas outras qualidades. Como escreveu certa feita: “Perdoar e esquecer nos torna mais jovens. Água é um santo remédio. Deus inventou o choro para o homem não explodir”.

Homem fiel a seus princípios e valores, militou na política com elegância e altivez. A sua descrição da fidelidade traduz sua poesia: “Animais são anjos disfarçados, mandados à terra por Deus para mostrar ao homem o que é fidelidade”.

A nossa homenagem, a saudade que fica e o nosso tributo afetuoso ao amigo Artur da Távola, aquele que jamais se distanciou do arquiteto maior do Universo: “Há poesia em toda a criação divina. Deus é o maior poeta de todos os tempos”.

Eu concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, primeiro subscritor do Requerimento. O Senador Arthur Virgílio é Líder do PSDB nesta Casa que sempre foi grande companheiro e amigo de Artur da Távola.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado companheiro Senador Alvaro Dias; minha querida Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; meu prezado Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador tão pranteado; familiares do homenageado; senhoras e senhores, eu a todos homenageio na figura da minha querida amiga Vera Brant.

O Artur da Távola era muitas pessoas. Neste País, o seu codinome de Artur da Távola já encerrava um feliz paradoxo, porque, geralmente aqui, quando se troca de nome é porque se quer fugir de alguma coisa, e aí entramos naquela história de "fulano de tal, que tem 353.226 CPFs". E o Arthur da Távola, porque era muitos, jamais deixou de ser, para os seus amigos mais próximos, o Paulo Alberto. E, porque era muitos, se consagrou numa outra etapa de sua vida intelectual, sempre muito intensa, e política como o Artur da Távola.

O Paulo Alberto foi eleito Deputado Estadual no Rio de Janeiro, tinha uma carreira a perder de vista, do ponto de vista do seu futuro, que saiu da presença do Deputado Otavio Leite, que cumpre o seu dever de parlamentar do Rio de Janeiro, homenageando um dos homens públicos e corretos que aquele Estado já ofereceu ao País. Mas, se não me engano, o Paulo Alberto se elegeu Deputado Estadual por duas vezes. Não é isso? E veio o golpe militar. Ele encarnava, para a minha juventude, a figura do antilacerda, e com brilho, com muito brilho. Encarnava a figura da esperança, porque aliava a combatividade, pois aqueles tempos de luta exigiam uma cultura invulgar, já àquela altura. E vem o golpe militar com sua violência e o aparta do Brasil.

Para alguns, o exílio interno ou externo foi mortal do ponto de vista da própria capacidade de o homem ou a mulher se realizarem plenamente. Já para o Paulo Alberto, o exílio externo, exílio no exterior, serviu para que ele se aprimorasse do ponto de vista cultural; serviu para que apreendesse e estudasse; serviu para que, depois, voltasse como o Artur da Távola que presidiu o meu Partido, o Artur da Távola que se elegeu Senador da República, num pleito renhido, enfrentando nada mais nada menos que um outro mito da vida pública brasileira que era Nelson Carneiro.

Aliás, eu acho que tinha de ter sido aberta uma exceção. Todos os Estados têm direito a três Senadores, mas o Rio de Janeiro, naquele momento, deveria ter tido quatro; teria de ter havido uma exceção para que, dos dois vitoriosos, fossem os dois, pelo espírito público, pela seriedade, pelo que faziam de bom pelo País.

Mas o Artur antes disso havia sido Deputado Federal pelo PSDB, Líder de um pequeno PSDB que tinha 27, 30 Deputados Federais, uma liderança de absoluta qualidade, a mesma que ele imprimiu ao seu episódio de Líder do Governo Fernando Henrique aqui nesta Casa, usando a tribuna sempre de maneira luminosa, de maneira iluminada.

E como eu dizia que o Artur da Távola e o Paulo Alberto eram muitos, tanto que ele conseguia ser o Paulo Alberto e o Artur da Távola, ele não se esgotava na figura brilhante do homem público, do orador absolutamente singular, menos pela belíssima forma como sabia empreender as suas falas e mais pelo conteúdo das mesmas, pelo que era capaz de dizer. Ou seja, alguém pode ter uma enorme vocação para falar, mas, se não leu, se não estudou, se não se aprimorou, fica como alguém que tem muito jeito para falar. A informação, o enraizamento intelectual, isso é que distingue aquele que fala bem daquele outro que se torna singular, como foi o caso do Artur.

O que ele gostava de fazer mesmo era se dedicar à produção intelectual.

Certa vez eu fui ao seu gabinete no Senado – eu era Deputado, e ele, Senador. Havia uma espécie de estúdio de rádio muito simples, e percebi o esmero com que ele preparava uma crônica para a Rádio Cultura, se não me engano, do Rio de Janeiro, algo assim. Cada palavra, ele queria que fosse a palavra exata. Ele trocou aquela palavra mil vezes – eu estava acompanhando aquele perfeccionismo dele – e, no final, saiu a crônica perfeita. Era capaz também de, em dez minutos, escrever o que quisesse, porque o improviso marcou, pelo brilho, pelo senso de oportunidade, a trajetória do Artur da Távola na Câmara e, sobretudo, no Senado, onde ele tinha mais espaço para pensar, para expor o que pensava e o que falava.

Gostaria de, neste DVD que recebemos da Rádio Senado – uma manifestação muito gentil dos funcionários da Rádio, que o estimavam, como estimado ele era pelos servidores da TV Senado e da Casa como um todo –, mostrar aquele jargão com que o Artur terminava sempre seus programas: "Sou muito grato a quem ouviu e mais ainda a quem apreciou".

Já conversei com o Presidente Garibaldi Alves e queria, Senador Alvaro Dias, pedir que isto virasse uma decisão da Mesa do Senado: o programa do Artur da

Távola, tanto na TV Senado quanto na Rádio Senado, não deve perecer. Ele não fazia o programa só, tinha uma equipe, e providência parecida com essa já está sendo tomada no Rio de Janeiro, no veículo que ele utilizava para divulgar a sua genialidade.

Artur da Távola é homenageado pela Mesa do Senado, com a aprovação do Plenário: o Senado, a partir da morte de Artur da Távola, vive o Ano Cultural Artur da Távola. Isso é uma honra para nós sobretudo.

O Artur me surpreendeu... (Pausa)

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Pedro Simon, que falará em nome do PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, querida amiga Mirian, esposa do nosso querido e bravo Senador, jovem Eduardo Monteiro de Barros, querido filho, senhoras e senhores, se é possível medir o tamanho da consternação que sentimos, eu diria que, para muitos de nós, a partida de Artur da Távola foi a partida de um irmão, daqueles irmãos verdadeiros, companheiros de travessia na vida, daqueles com quem gostaríamos ainda de caminhar por muito tempo, embora a dureza da trilha.

Artur e eu temos a mesma origem. Os pais dele e os meus vieram lá do Líbano, lá do Oriente. Os pais dele e os meus foram lá para o Rio Grande do Sul: os meus pais, para Caxias do Sul; os pais dele, para Garibaldi e Bento Gonçalves. Somente depois, muito tempo depois, os pais de Artur da Távola mudaram-se para o Rio de Janeiro. E lá, no Rio, nasceu Artur da Távola. Portanto, ele era um carioca, mas que preservava os sentimentos mais verdadeiros do Brasil e – perdoem-me os cariocas – também do Rio Grande do Sul e da cultura libanesa, que cultuamos ao longo do tempo.

Eu não tenho qualquer dúvida de que, nesta homenagem, também se irmanam milhões de brasileiros de todos os recantos deste imenso País, amantes da política ética, amantes da música, amantes da arte, da solidariedade, da humanidade, do companheirismo e da sensibilidade que a vida dita moderna teima em nos subtrair, tenhamos ou não “medo da música clássica”.

O Artur era um conterrâneo de todos nós. Diria que, nesta Casa, ele representava todo o Brasil, o Brasil de todos os contrastes, unificado pela sua sensibilidade poética e política.

O Artur era uma espécie de lente, capaz de nos permitir a visão da alma, prova maior da existência de Deus.

Ele conseguia traduzir o que parecia intangível para todos nós, mortais. O clássico, na beleza de suas

palavras, tornava-se popular. Com ele, o popular, enquanto alma do povo, transformava-se na mais bela poesia.

Ele trouxe, para a política, o seu canto. A política lhe retribuiu com o desencanto.

O Artur da Távola poeta é imortal. O Artur da Távola político, nós o perdemos. Sim, nós o perdemos quando transformamos a política em mera atividade de mortais sem alma e sem a sensibilidade dos poetas.

Que imensa beleza ele nos deixa como escritor, poeta, testemunha e porta-voz de Deus! Que falta nos faz como político!

Essa imensa contradição deveria servir como reflexão para todos nós.

Por que alguém que traduz, como ninguém, o sentimento do povo procura se afastar da política? Por que alguém consegue fazer da poesia a política, e muitos não alcançam fazer da política um sentimento do povo, uma poesia da vida?

O afastamento de Artur da Távola da política – e ele não está aqui, que era onde ele deveria morrer, nesta Casa e nesta tribuna –, mantendo a sua mais bela inspiração política e poética, não faz sentido; pelo contrário, faz-nos sentir que, na verdade, somos nós que estamos nos afastando, cada vez mais, do povo, da sociedade. E o que é pior, cada vez mais nos afastando da imortalidade de Deus.

O Artur era muitos. Quem sabe ele era todos nós. Quem sabe ainda ele era o que todos nós gostaríamos de ser.

Como escritor, ele foi brilhante em todos os seus livros, nas mais de duas dezenas de publicações, sem contar os inúmeros artigos publicados em grandes jornais de todo o País. Toda sua obra tinha um traço comum: o ser humano e os mais nobres sentimentos de humanidade, de solidariedade, de compaixão, de amizade e, principalmente, de amor.

Articulava, como ninguém, as palavras, embora dissesse que “a palavra é o melhor e o mais impreciso meio de representar o real”. Repito: “A palavra é o melhor e o mais impreciso meio de representar o real”. Dizia mais Artur da Távola: “A palavra representa o esforço do homem para aprisionar, traduzir, decodificar e até reinventar a fluidez do real”. E continuava: “É instrumento precário e, ao mesmo tempo, único, original, deslumbrante”.

Quando Artur falava desta tribuna de improviso, quando dizia seus discursos de última hora e subia sem nenhuma preocupação de como fazer, era impressionante. O seu discurso era perfeito; parecia que ele o tinha redigido com um mês de preparo e que o estava lendo frase por frase. E isso eu dizia para ele: que coisa fantástica! Tirei vários discursos dele da Taquigrafia

feitos de improviso – eu e outros companheiros –, e não havia uma vírgula fora do lugar, não havia uma palavra fora do lugar; parece que ele havia preparado aquilo já pronto para ir para a gráfica.

Que falta ele vai nos fazer, principalmente neste instante que o Brasil mais precisa de todos os sentimentos que marcaram a sua existência entre nós; neste momento em que perdemos a sua palavra única, original e deslumbrante. Um momento em que, parece, perdemos os melhores talentos, os melhores valores, as maiores referências. Sem ele, sem a sua poesia, perdemos também mais uma de nossas mais ilustres referências. Ele parte exatamente num momento de comoção, de indignação nacional por acontecimentos na humanidade e no Brasil que exigem, cada vez mais, a nossa compreensão, a nossa solidariedade e, principalmente, o nosso respeito.

Não sei até que ponto, portanto, chegou o desencanto de Artur, a sua indignação, a sua frustração. É que a humanidade também teima em caminhar na contramão da realidade.

A importância de Artur da Távola tem o tamanho de nossa saudade.

Em vida, ele uniu tantos, não importa se tão diferentes. Na despedida, lá estavam esses tantos a rodeá-lo e a reverenciá-lo e, mais uma vez, parece que não havia ali nenhuma diferença. Eram todos semelhantes como ele tanto queria. Estavam ali a música, o teatro, a política, a poesia, o jornalismo, o político, o suntuoso, o singelo, o modesto, o clássico, o erudito, o popular.

Eu costumo dizer que há homens que se contentam em viver bem a história. Vivem bem a história e se dão por satisfeitos. Há outros que são mestres em contar a história. Artur da Távola era daqueles que viveram a história, construíram a história e contaram a história. Mais do que isto: para modificá-la naquilo que fugisse do projeto original da Criação, a sua arma, a palavra certa em tom adequado, no momento certo, foi o seu grande poder.

Artur era muito mais do que um decodificador da arte. Ele teimava em ser o contraponto do noticiário.

Quando a barbárie invadia nossas salas, ele nos encantava com a sua mensagem de paz, com a sua palavra, com a sua música, com a sua poesia transformada de forma simples e direta. Perdíamos, então, não só o medo da música clássica, como no seu programa da TV Senado, mas igualmente deixávamos de lado o temor pela desesperança.

Lembro-me das muitas vezes que com ele conversei neste plenário. Nos momentos em que o bom senso parecia se transformar em um imenso deserto, ele era um oásis de frondosas e frutíferas idéias. Ele era um pacificador.

Ele, de certa forma, não me parecia ser um ser humano normal, nem poeta de horas vagas, daqueles que se desvestem de sentimentos quando do interesse próprio, aliás, muito comum nesses nossos dias turbulentos. Ou daqueles que se vestem deles por conveniência de momento. Ele vivia na plenitude a sua palavra. Aquilo que ele falava ele vivia em todos os momentos, em todas as horas, em todos os dias da sua vida.

Selecionei algumas de suas palavras para homenageá-lo neste momento de lembrança e de saudade.

Dizia Artur da Távola: “Ser autêntico é a melhor e única forma de agradar”. Dizia Artur da Távola: “Amigos de verdade nunca te abandonam”. Dizia Artur da Távola: “O carinho é a melhor arma contra o ódio”. Dizia: “As diferenças tornam a vida mais bonita e colorida”. Dizia: “Há poesia em toda a criação divina”. “Deus é o maior poeta de todos os tempos”. “A música é a sobremesa da vida”. “Acreditar não faz de ninguém um tolo; tolo é quem mente”. “Filhos são presentes raros”. “De tudo, o que fica é o seu nome e as lembranças acerca de suas ações”. “*Obrigado, desculpa, por favor*, são palavras mágicas, chaves que abrem porta para uma vida melhor”.

Dizia ele:

O amor... Ah, o amor...

O amor quebra barreiras, une facções,
destrói preconceitos, cura doenças...

Não há vida decente sem amor!

E é certo que quem ama é muito amado
e vive a vida toda mais alegremente.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um breve aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Gostaria, nobre Senador Pedro Simon, em rápidas palavras, associarme à manifestação que ora V. Ex^a faz em memória do querido amigo e ilustre Senador Artur da Távola. Secundando o que V. Ex^a acaba de afirmar, diria que Artur da Távola tinha, entre muitas, três qualidades que, a meu ver, se destacavam. Em primeiro lugar, o seu senso de humanismo. Nada do que era humano lhe era estranho, e, por isso mesmo, sempre trazia uma provisão do sol interior a todos. Para as pessoas com as quais ele conversava, geralmente transmitia uma mensagem positiva a respeito dos problemas defrontados. Por outro lado, S. Ex^a tinha um sólido caráter. Era verdadeiramente um cidadão republicano, isto é, buscava servir ao País e às suas instituições. Não podemos deixar de mencionar que se caracterizava por uma enorme coerência, de cidadão múltiplo que alia-

va pensamento à ação, nem sempre comum na vida pública. Por fim, uma pessoa dotada de enorme visão. Graças a isso construiu uma imagem, a que faz jus, de ter sido uma das grandes figuras da política brasileira, mas também uma grande expressão nos campos literário, cultural e da música, tanto popular quanto erudita, que S. Ex^a conhecia tão bem. Seu desaparecimento nos entristece. Rui Barbosa, no enterro de Machado de Assis, asseverou que a morte não extingue, transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima. O falecimento de Artur da Távola não nos afasta dele, devido ao seu exemplo, à sua conduta, à mensagem que ele nos deixou, às lições de vida que nos propiciou. Artur da Távola continuará presente entre nós e a guiar nossos caminhos neste instante tão difícil da vida nacional. Aproveito a ocasião para apresentar, mais uma vez, nosso sentimento de pesar à Sr^a Mirian Ripper, sua esposa, bem como ao seu filho Eduardo Monteiro de Barros, e estender esse sentimento aos amigos e parentes aqui presentes ou representados. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigador, Senador.

Eu não encontro mais meu amigo Artur caminhando pelo Túnel do Tempo, que nos traz a este plenário, onde sua palavra era sempre uma poesia que nos invadia a alma. Sábio, ele utilizou a poesia do desencanto para nos preparar, enfim, para a sua ausência.

Mas não há como deixar de sentir a sua presença, porque o encanto de sua poesia será sempre imortal.

Era impressionante falar com Artur da Távola. É interessante a análise espetacular que ele fazia, como ele contava a sua vida. Como ele contava, por exemplo, que ele, poeta, jornalista, homem de rádio, de repente teve de ir para o exterior, porque Artur da Távola foi sempre um homem de idéias. Artur da Távola foi sempre um homem de princípios, um homem de conteúdo. Ele tinha uma doutrina social. Ele tinha uma preocupação com o seu País e lutou por isso, e pagou por isso.

E foi para o exterior. Quando voltou, era um nome tão marcado e tão caracterizado que mudou de nome. Aí surgiu o Artur da Távola, para poder sobreviver, para poder publicar, para ter uma chance de entrar.

Olha, no Brasil, nós temos muita gente que nunca muda de nome, mas muda tanto de idéias, de lado – meu Deus do céu! Ele mudou de nome para permanecer o mesmo, absolutamente o mesmo e tinha o seu mundo.

Eu me impressiono ao ver o número de pessoas que, ao longo da vida, acompanharam Artur da Távola nas suas crônicas, nos seus livros, nos seus programas

de televisão, nos seus programas de rádio. É impressionante o número de pessoas que guiaram sua vida tendo como parâmetro Artur da Távola.

Nesse fim de semana estive no Rio. Participei dos 400 anos do Seminário Santo Antônio. Ali, pessoas ilustres, inclusive os freis franciscanos, falaram de Artur da Távola, das palestras que ele fazia naquela comunidade. E, quando citaram os nomes ilustres com que conviviam, citaram Artur da Távola.

Eu me lembro da sua grandeza, quando, dentro do seu Partido, lutou, sem, no entanto, conseguir que os seus ideais fossem como ele queria; mas foi adiante. E, quando deixou de estar na política, aqui, continuou seu mesmo trabalho.

Eu já pedi, Sr. Presidente, e repito desta tribuna: a Mesa do Senado tem obrigação de reproduzir uma, duas vezes todos os programas “Quem tem medo da Música Clássica?”, de Artur. Acho que será um grande papel, e muito importante – não sei quantos, mas devem ser muitos, muitos, muitos que estão gravados – que os programas sejam reproduzidos, para ele continuar a nos ajudar.

Coisa interessante! As pessoas conversavam dizendo: “Nunca entendi de música clássica, nunca soube o que era música clássica, nunca me preocupe com isso, até o programa do Artur”.

O Artur da Távola fazia o programa na televisão, mostrava a música e a explicava: “Ouçam o violino; o violino quer dizer isso”. E ele dava uma explicação com a qual eu me emocionava. E terminei entendendo, e terminei conhecendo, e terminei gostando.

O Artur era aquele homem que dava tudo o que ele era naquilo que ele fazia. Há pessoas que têm dedicação a alguma coisa, mas, se saem dali, não são nada. O Artur deu tudo na política, deu tudo na arte, deu tudo à família, deu tudo à poesia. Eu diria que, um homem como o Artur...

“Sou muito grato a quem ouviu e mais grato ainda a quem apreciou” – este, o Artur da Távola.

Caminha por aqui a sua imagem, a sua história. Por esse nosso túnel, o Artur estará sempre presente.

Minha querida Mirian, meu querido Eduardo, ao longo da tristeza, da saudade, perdoem-me dizer, mas V. S^{as} devem ser muito felizes por poderem conviver, na memória, na história e no sofrimento, com a herança de Artur.

Obrigado. Ele está lá, olhando por nós, tenho certeza.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Comunicamos aos nossos convidados que, além desta sessão especial em homenagem ao ex-Senador Artur da Távola, haverá, em data ainda a ser confirmada, outra sessão conjunta, da Câmara dos Deputados e

do Senado, portanto, sessão do Congresso Nacional, proposta pelo Deputado Otávio Leite, do Rio de Janeiro, para também prestar homenagens ao ex-Senador Artur da Távola.

Queremos registrar a presença de comunicadores do Estado do Paraná que comparecem a esta homenagem a Artur da Távola: os Srs. Adjaimé e Mauri Viana, empresários de comunicação no Estado do Paraná.

Também registro a presença, com satisfação, do ex-Senador Antero Paes de Barros, do Mato Grosso, que comparece para homenagear Artur da Távola.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, do PSDB, do Estado do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, familiares, amigos, companheiros do nosso inesquecível Artur da Távola, na verdade eu havia preparado um texto em que tentava descrever a personalidade do nosso querido Artur da Távola e o tamanho do vazio deixado por ele. No entanto, ouvi com atenção nosso querido Senador Pedro Simon, que expressou, de maneira muito mais talentosa do que eu poderia fazer, toda essa personalidade, todo o caráter, enfim, a grande figura humana que era o Artur da Távola.

Também considero Artur da Távola, talvez, eu não diria o maior, porque é sempre difícil qualificarmos alguém de maneira absoluta, mas, sem dúvida alguma, um dos maiores oradores, um dos maiores mestres da palavra que passaram aqui nesta Casa, pelo menos no meu tempo de participação na vida política.

Eu queria, por causa disso, então, resumir minhas palavras – e me dirijo em especial à Mirian e ao Eduardo – apenas num abraço muito apertado, muito querido mesmo, de muito respeito e de muita admiração por um homem que fez parte de uma casta raríssima de políticos, e boa parte dela fundou nosso Partido, o PSDB.

Eu me lembro muito bem quando o PSDB foi fundado: homens, identificados por uma excepcional qualidade intelectual, humana e ética, uniram-se na tentativa de formar um partido político que pudesse trazer a este País essa visão da política, essa atitude na política e essa ação na política brasileira, de modo a transformar a qualidade da vida dos brasileiros por meio da ação política.

Talvez por causa disso, na época, este Partido fosse considerado um pouco elitista. Em certo sentido, sim, porque ele não era composto por homens comuns, não eram homens que se encontravam no dia-a-dia, todos os dias, na repartição, na empresa, no escritório, no restaurante. Não eram, realmente, homens comuns; eram homens extraordinários. E Artur era um deles e

se distinguiu, principalmente pela sua figura ligada à beleza – beleza no sentido mais amplo, o mais abrangente possível.

Ele, nos seus últimos anos, nos brindou, aqui no Senado, com seus programas, principalmente sobre música.

Ele era ligado à beleza da ética, à beleza do ser humano. Ele era profundamente sensível à beleza do ser humano, à beleza da vida, à beleza da natureza e expressava isso através da beleza das palavras, o que, por sua vez, refletia a beleza do seu caráter. Um ser humano extremamente doce e extremamente sensível.

Não estive com ele, infelizmente, nos últimos anos de sua vida – infelizmente. Para mim, Mirian e Eduardo, foi um privilégio haver convivido com ele, ter tido essa felicidade. Não são muitos os que tiveram esse privilégio, essa felicidade; não são muitos os que poderão dizer, no futuro, para os seus netos, quando recordarem a sua vida política, que conviveram com Fulano, com Sicrano; enfim, que conviveram com homens com a qualidade de Artur da Távola. Não são muitos os que poderão dizer isso.

Contudo, com certeza, pelas notícias que tinha dele por amigos comuns, ele revelava um certo desencanto pela política. Parece-me que ele estava, sim, um pouco desencantado, um pouco desiludido. E acho que com muita razão. Eu não vejo muito lugar na política eleitoral, hoje, infelizmente, para um homem como Artur. Não vejo muito lugar hoje, não. Hoje, são os mais espertos que chegam mais perto do poder; são os que têm maior habilidade para – sem nenhuma crítica – serem uma “metamorfose ambulante”, para se transformarem de oposição em situação, para mudarem de opinião e, assim, conseguirem vantagens e darem seus votos por qualquer negociação, por mais honesta que seja.

Então, essa sua desilusão é perfeitamente justificada. Eu acho difícil, na política de hoje, haver lugar para homens como o Artur. Mas não digo que não deva haver, na política, lugar para homens como Artur. Deve, sim. Para mim, o mais importante a ser deixado para as gerações futuras são os exemplos. E o exemplo deixado por ele serve como semente para que esses lugares voltem a ser abertos lentamente dentro da consciência dos brasileiros. Refiro-me ao espaço político, ao espaço ético, ao espaço humanístico da sociedade brasileira. Só assim serão abertos espaços para que outros homens como Artur voltem a aparecer na política brasileira, trazendo o belo junto com eles: o belo da palavra, o belo do caráter, o belo do sentimento, o belo do amor às artes, a sensibilidade.

Que a política brasileira volte a ser mais bonita, aquilo que era um pouco o mestre, que orientava e que norteava a vida do Artur.

Por isso, quero aqui deixar esse nosso abraço.

Fui presidido por ele no PSDB; fui Presidente dele no PSDB, e isso...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Tasso, V. Ex^a me permite?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Eu estava esperando a palavra de V. Ex^a, porque, desde que nos conhecemos, ouvi muitas vezes depoimentos e palavras suas sobre Artur da Távola. Conheço muito a sua capacidade de avaliação das pessoas e o seu profundo conhecimento da vida política do Brasil recente e, de uma maneira especial, do nosso Partido. Não houve oportunidade em que a sua palavra não fosse na direção de uma profunda admiração e de um enorme respeito por ele. Por isso, penso que, entre tantos depoimentos, o seu é importante hoje, porque é coerente, não é depois que ele morreu, quando a Nação inteira acusa esse falecimento, essa perda, que a sua palavra é a mesma. O fato concreto é que o Brasil e o nosso Partido têm perdido valores importantes; uns com determinadas qualidades, outros, com outras. Mas, a avaliação do grande Artur da Távola é uma avaliação especial, simbólica, consistente: conteúdo humano, conteúdo geral, conteúdo cultural, firmeza, coisas que faltam, de uma maneira geral, no Brasil de hoje. Uma relativa capacidade de conviver sempre de maneira consistente, de maneira firme, nos momentos em que atuava na política – mais antes; um pouco menos depois. O fato é que estamos carentes, no Brasil, de gente que honra a palavra e que tem espírito público, como V. Ex^a, que tenha a sua capacidade, que confunde a sua vida com os seus propósitos. Não tem esse negócio de ter uma vida assim e uma palavra para o outro lado; de dizer uma coisa para um lado e pensar de outro jeito. Parece que virou regra no Brasil: em nada do que se diz se acredita. A descrença tomou conta do País. A incapacidade de reação, de indignação é crescente nessa imensa permissividade que compromete muita gente, que compromete a nós todos, mesmo que para muitos de nós não faça sentido. Vai fazer falta ao Brasil, muita falta ao Senado – já vem fazendo – e muito ao PSDB a presença de alguém como ele, que é recuperada, hoje, pela sua palavra e de outros que têm aqui essa idéia de que a política não vale do jeito que está, vale do jeito que era feita por Arthur da Távola. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que o PSDB todo tem na sua palavra o exemplo e a demonstração da

nossa convicção geral, de todos os que são do PSDB no Brasil inteiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, que, com sua sempre inteligente argumentação, enriquece esse depoimento.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tasso Jereissati, não gostaria de estar aqui, hoje, participando dessa solenidade, porque queria que Artur da Távola estivesse conosco ainda, evidentemente, como todos nós. Artur, uma pessoa tão querida, tão sensata e de bem com a vida. Acho que é importante dizermos isso, que é a imagem que sempre tive e que guardarei dele. Ainda nesse fim de semana, lá em Belo Horizonte, em Minas Gerais, algumas pessoas do Estado lembravam da sua participação na TV Senado, pedindo-me, inclusive, para que o programa não acabe. Alguns diziam: “Temos de dar continuidade ao que o Artur plantou”. O seu trabalho no Senado deixou marcas fortes pelo seu cuidado com o interesse público. O nosso Partido, o PSDB, teve nele sempre um grande expoente. E, como representante de Minas Gerais, queria trazer o meu abraço e o meu sentimento pela perda de Artur da Távola.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado pela oportunidade. Não convivi com o Senador Artur da Távola enquanto Parlamentar; porém, desde quando estou aqui no Senado, mesmo assim, o Senador Artur foi um dos Parlamentares de maior presença na TV Senado, inclusive. Como amante da música e admirador de homens públicos de integridade e de caráter irreprovável, como era o Senador Artur da Távola, tornei-me um grande admirador, mesmo jamais tendo convivido com ele. A sua ausência provoca aquelas situações em que paramos para pensar e percebemos que o mundo fica um pouco diminuído com a ausência de pessoas como o Senador Artur. Essa homenagem e tantas outras prestadas a ele são provas disso: do nosso sentimento, da sensação de ausência de alguém que pontuou, de alguém que foi muito importante no sentido de fazer com que suas idéias ultrapassassem até a dimensão da vida, como é o caso aqui. Estamos prestando uma singela, uma humilde homenagem a uma pessoa, um brasileiro. E

aqui eu me dirijo a Sr^a Mirian, esposa, e ao Eduardo, filho, dizendo a eles que são pessoas de muita sorte por terem tido a seu lado alguém como o Senador Artur da Távola, pessoa que conseguiu levar a sua alegria, a sua honestidade para além dos limites familiares. Isso é uma coisa muito difícil e rara. Ele encantou este País não só naquilo que mais gostava, que era a música, mas encantou este País praticando a política com seriedade, com dignidade e com honradez. E aqui, com toda sinceridade, eu rendo as minhas homenagens ao Senador Artur da Távola, e quero transmitir as mesmas homenagens à sua digna família. Pessoas que têm um esposo ou um pai como o Senador Artur da Távola são pessoas de certa forma iluminadas; receberam uma dádiva de Deus por terem alguém a seu lado com uma estrela de tanto brilho. A nossa saudade eterna do Senador Artur e as nossas homenagens à sua família pela perda de uma pessoa tão importante.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Geraldo.

Eu queria, então, ao encerrar, dizer desse carinho que todos nós, especificamente dentro do nosso Partido, sentiremos sempre pelo Paulo Alberto. Eu, pessoalmente, orgulho-me muito de pertencer a um Partido que foi fundado e presidido por ele. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo do PSDB de Goiás.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr^a Mirian Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; Sr. Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador, que aqui representa também a sua família, demais convidados, admiradores, ex-colegas de trabalho do Senador Artur da Távola, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, nos próximos dias, o PSDB estará completando 20 anos desde a sua fundação e, lamentavelmente, muitos dos seus fundadores já fizeram uma espécie de revoada Tucana, e estão hoje formando uma boa base do bem junto de Deus: Mário Covas, Franco Montoro, José Richa, Sérgio Motta, Mascarenhas de Moraes, e agora o nosso querido Artur da Távola.

O saudoso, o querido e brilhante Senador Artur da Távola foi uma das poucas personagens da historiografia brasileira que podem ser lembradas de múltiplas formas. Além de amigo, com um humor invejável, caminhou pela vida pública como referência de percepção e acuidade invejável.

Era também, para e na vida pública, uma referência em outros aspectos: autêntico, coerente entre o que pensava, falava e praticava, ético, humanista, poderia dizer um homem público do bem, um homem

público de extraordinário valor, não só intelectual e moral, mas de valor político, daqueles que efetivamente engrandecem qualquer atividade onde possam estar inseridos.

Artur da Távola, parece-nos, deve ser lembrado como o homem das letras, intelectual, arquiteto de pensamentos e idéias, e é claro, radialista, jornalista e, para orgulho nosso, fundador do PSDB.

Nascido a 3 de janeiro de 1936, Paulo Alberto Monteiro de Barros notabilizou-se com o nome de Artur da Távola, como era conhecido carinhosamente, que o acompanharia até nos deixar agora no dia 9 de maio.

O ex-Senador Artur da Távola morreu na ativa, porque dirigia ainda a rádio Rocket Pinto, FM 94, referência do pioneirismo do rádio brasileiro. Morreu, portanto, no exercício da profissão que abraçou ainda em 57, quando começou um programa sobre música clássica, na rádio MEC, onde permanecia como o mais antigo servidor. Sua erudição nos deixava cada vez mais impressionados, cada vez mais apaixonados por ele, por todas as suas referências, especialmente nessa área da música clássica, mais apaixonados pela sua devoção, dedicação e paixão pelas artes, pelas letras, especialmente pela música clássica.

Quantas vezes eu não assistia ao Artur, deliciado, apresentar seus programas na TV Senado ou o ouvia pela Rádio Senado? Não só eu, seu admirador, mas também outros com quem às vezes compartilhava esses momentos, apreciavam de forma muito carinhosa e apaixonada as apresentações, especialmente o conhecimento com que o nosso querido Artur nos brindava.

Não poderíamos deixar de lembrar também da sua atuação na TV Senado, onde Artur teve um programa: Quem Tem Medo de Música Clássica?. Durante quinze anos assinou uma coluna sobre televisão no jornal *O Globo*. Trabalhou, ainda, no extinto Grupo Bloch Editores e escreveu muitas colunas semanais no jornal *O Dia*.

Artur da Távola começou sua vida parlamentar em 60, como Deputado Federal. Foi cassado pela ditadura militar e viveu na Bolívia e no Chile entre 64 e 68. Ao voltar ao País, o jornalista Artur da Távola passou a usar esse pseudônimo. Távola foi um dos fundadores do PSDB e nos liderou, liderou toda a bancada Tucana na Assembléia Constituinte em 88. Também na Década de 80 ele presidiu a Subcomissão de Educação e Esporte, na Câmara Federal. Em 2001, o político ocupou o cargo de Secretário de Cultura do município do Rio de Janeiro. – nada mais justo, aliás.

Sem dúvida, o nome desse ilustre brasileiro, jornalista, parlamentar e intelectual será lembrado de for-

ma perene como referência para as gerações de hoje e, sobretudo, para as próximas gerações.

Deixa-nos, como símbolo, a trajetória coroada pela dedicação e empenho em servir à Nação e, principalmente, à sociedade brasileira.

Eu me lembro carinhosamente de que, ao chegar ao Senado, no ano passado, uma das primeiras ligações que recebi foi a do Senador Artur da Távola, saudando-me, desejando-me boa sorte, augurando êxito em relação à caminhada nova que eu haveria de iniciar. Lembro-me, com saudade também, do último encontro nosso, no Rio, no restaurante O Convento, onde conversamos longamente sobre o Partido, sobre cultura, sobre a política e a sociedade brasileira. Aprendi muito. Lamento não ter tido oportunidade de conviver mais com ele, para que eu pudesse agregar mais valor ainda à minha jovem vida pública.

Deixo a vocês todos, familiares, minha solidariedade, meu abraço carinhoso e a saudade de todos nós que aprendemos, ao longo dessa trajetória, a admirar Artur da Távola.

Parabéns.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Alvaro Dias; Sr^a Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; Sr. Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador Artur da Távola; senhores e senhoras, familiares dos homenageados, gostaria de me associar aos demais Senadores que aqui já falaram, mas, para mim, este é um momento muito especial.

Como estudante de jornalismo, li apaixonadamente os livros de Artur da Távola. Meu maior sonho era chegar ao Congresso Nacional, principalmente no Senado da República, e aqui encontrá-lo, conviver com ele, sentir aquilo que todos da minha geração sentíamos ao ler seus livros. Infelizmente, não consegui isso.

Mas venho a esta tribuna hoje para falar do homem, como disse aqui, do mito, do intelectual, do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido por todos nós como Artur da Távola, homem de vocação renascentista, que sabia de política, música e poesia contemporâneas. Conhecido por atuar com brilho em áreas distintas, como na política, literatura, rádio e televisão, ficou nacionalmente conhecido, como foi dito aqui, como Artur da Távola, pseudônimo adotado ao retornar do exílio, em 1968, depois de cassado pelo regime militar como Deputado Federal.

Cronista e poeta respeitado, foi a primeira pessoa a fazer crítica de televisão a sério no Brasil.

Nascido em 3 de janeiro de 1936, formou-se em Direito, em 1959, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mas seu envolvimento com o movimento estudantil o levou, já no ano seguinte, a ser eleito Deputado Constituinte pelo Estado da Guanabara. Como jornalista, trabalhou em revistas da Bloch Editores e fazia crônicas para os jornais **O Globo**, **O Dia** e **Última Hora**.

Autor de 23 livros, adorado conhecedor de música clássica, após cassado pelo regime militar, foi viver na Bolívia e no Chile, entre 1964 e 1968. Voltou à política como fundador do PSDB e futuro Senador pelo Partido, onde exerceu mandatos de Deputado Federal até 1995 e de Senador, e foi um Líder destacado no Senado da República não só pela sua prudência, pela sua articulação política, mas, essencialmente, pela formação intelectual.

Pensador independente, deixou o Senado em 2003, mas se manteve como uma referência respeitada nesta Casa. Os senhores e as senhoras puderam ouvir aqui o Senador Pedro Simon, que foi seu colega e que, talvez, por ter convivido com ele aqui no dia-a-dia, pôde traduzir, com tanta ênfase, sinceridade e sensibilidade, o que representou Artur da Távola nesta Casa.

Ele foi exemplo de uma vida sem rasuras, um dos grandes homens públicos de seu tempo. Enfim, era homem reconhecido no meio cultural. E o meio cultural, não apenas o meio político, sentiu enormemente a perda desse grande crítico.

Ele foi um defensor incansável da cultura no Brasil. Sempre foi admirado pela coragem de suas posições políticas e pelas crônicas inesquecíveis que assinou, fazendo análises precisas e inteligentes. Artur da Távola emprestou sua cultura para que a TV brasileira não se tornasse um subproduto. Seu papel foi de grande importância cultural no rádio e TV do nosso País.

Usou suas habilidades na organização de conteúdos para fazer da comunicação de massa uma grande ferramenta pedagógica. E foi um grande mestre para o jornalismo neste País. Eu, que sou do interior de Goiás, posso aqui testemunhar o entusiasmo com que os estudantes liam os livros de Artur da Távola.

Entendia a cultura como um exercício do espírito, um cultivo da condição humana, sobretudo como incitação à liberdade e à autonomia.

Em seu programa na TV Senado, que se intitulava *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, ele criava um ambiente com forte identificação com o telespectador.

Facilmente comparável à voz que ouvimos de um autor durante a leitura de um livro, Artur da Távola nos

fazia refletir sobre a música erudita, habilitando nossa mente e ouvidos para captar melodias e harmonias mais profundas, ampliando esse contato com a arte para uma disposição de valores em favor da paz.

Com sua visão clarividente e seu tom de cronista, apresentava um mundo humanizado. Como dizia: “Música é vida interior.” E completava: “Quem tem vida interior nunca padecerá de solidão.”

Artur da Távola ensinava que não precisávamos ter medo da música clássica ou do conhecimento. Como um enciclopedista, era promotor do conhecimento e do belo ideal iluminista de fazê-lo elemento de autonomia. Fará muita falta esse notável exemplo de um intelectual vocacionado a socializar o conhecimento.

Sr. Presidente, em 4 de janeiro deste ano, ele postou uma última mensagem no *blog* que mantinha. Faço questão de reproduzir, aqui, suas palavras:

Embora enfermo desde agosto de 2007, com risco de vida, nas breves oportunidades em que não esteve internado, o titular deste blog nele não mais pôde escrever. Ele ficou aberto sujeito à interferência de internautas que se comprazem em entrar em domicílios alheios. Embora não mais internado em hospital, prossigo em tratamento doméstico e assim será por algum tempo. Nessas circunstâncias, peço desculpas a quem o procure. Ele está momentaneamente congelado por seu titular. Espero voltar na plenitude de minhas possibilidades dentro de dois ou três meses. E conto com sua compreensão. Fraternalmente, Artur da Távola.

Sempre tive por ele grande admiração, homem inteligente, culto e sensível. Em cada palavra pronunciada, irradiava, ao mesmo tempo, a marca do infinito e o respeito mútuo entre as pessoas.

Sua trajetória de escritor, jornalista e político sério, dedicado às melhores causas são exemplos a serem observados, com muita atenção, por todos aqueles que desejam uma vida pública séria e limpa.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo mais oradores inscritos, antes de conceder a palavra à Sr^a Mírian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola, também quero expressar todo o meu sentimento de absoluto

apreço, admiração, hoje, pela memória do Senador Artur da Távola.

Não tive o privilégio de ser aqui colega do Senador, mas digo hoje, com toda a convicção, que foi ele um daqueles Senadores mais brilhantes que já passaram por esta Casa. Na verdade, vamos recolhendo os depoimentos, que se vão somando e ficando cada vez mais apurados, no sentido de fazer justiça àquele intelectual, àquele homem público que só fez engrandecer o Senado Federal.

Quero dizer, em nome desta Casa, na qualidade de seu Presidente, hoje ocupando este mandato, que o trabalho dele, o seu esforço, a sua dedicação, tudo aquilo que produziu ao longo de sua vida aqui no Senado Federal não passará. Esta Casa precisa, isto sim, ir buscar marcas; ir buscar alguma coisa que possa ser recolhida, para tornar perene a sua passagem, o seu exemplo aqui no Senado Federal.

Portanto, Sr^a Mírian Ripper Nogueira Lobo, a senhora, que agora vai ter a oportunidade de falar em nome dele, fique certa de que vamos ouvi-la, com aquele silêncio de saudade – silêncio feito de dor, silêncio feito de amor – pelo que seu marido representou.

Com a palavra, a Sr^a Mírian Ripper Nogueira Lobo, que aqui está, ao lado do seu filho – desculpe a falta do registro até agora –, Eduardo Monteiro de Barros.

Quero agradecer, também, a presença de todos, porque, logo após a palavra da Sr^a Mírian Ripper Nogueira Lobo, vamos dar por encerrada a presente sessão.

Consulto se a senhora quer falar daqui mesmo.

A SRA. MIRIAN RIPPER NOGUEIRA LOBO – Quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, daqui mesmo, falará agora a Sr^a Mírian Ripper Nogueira Lobo, viúva do saudoso Senador Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, daqui mesmo, falará agora a Sr^a Mírian Ripper Nogueira Lobo, viúva do saudoso Senador Artur da Távola.

A SRA. MÍRIAN RIPPER NOGUEIRA LOBO – Paulo Alberto era um homem de muitos talentos e um dom muito especial: a palavra, oral ou escrita, aqui dita por todos. Sabia traduzir como poucos, de maneira refinada e culta, o que pensávamos e sentíamos, mas não conseguíamos expressar. Pelo menos, não de forma tão bela.

Parecia ter, e este foi título e tema de crônica sua, uma lanterna existencial que iluminava e tornava transparentes pontos por vezes obscuros, não compreendidos ou não detectados pelas pessoas em geral.

Ajudou a muitos com suas crônicas, elevou espíritos e promovia sempre o melhor de cada um.

Compreendeu a televisão muito antes de todos e não só escreveu sobre ela em crônicas e livros, como aproveitava seus temas, para, com sua lanterna peculiar, esclarecer um pouco a vida para todos nós. Seus estudos e admiração por Jung certamente o ajudaram a compreender muito o ser humano. Seu espírito conciliador, observador, o analista inteligente, junto com sua natureza generosa e com sua alma elegante também ajudaram. Era assim na política, na vida pessoal e na família.

Por vezes paciente demais, ingênuo demais, fazendo até com que se decepcionasse adiante. Não mudava, porém, e continuava sempre vendo o lado bom de cada um. Não guardava rancor. Ele dizia que Deus o poupou do sentimento do ódio. Era, entretanto, um homem de luta. Afirmava: “Não sou de briga, mas sou de luta”. Perseverou em suas idéias e conseguiu muito do que procurou realizar. E, ao final da política, dizia feliz: “Não vendi minha alma ao diabo. Dei minha contribuição ao País”.

Tinha orgulho de ter sido fundador do PSDB junto com companheiros, que, além de amigos, eram homens de bem e brilhantes, como José Serra, Fernando Henrique, Mário Covas, José Richa, Egídio Ferreira Lima, Euclides Scalco, Ronaldo Cezar Coelho, Geraldo Alckmin, entre muitos outros. Foi um período marcante em sua vida, o convívio e a troca de idéias sempre atiladas, percucientes e direcionadas para o melhor do País. Bons tempos, dos quais tive a felicidade de participar também.

Era um homem poli, com múltiplos interesses: a política, a literatura, a música, o esporte, o rádio, a televisão.

Dizia sempre que isso confundia as pessoas. Político? Escritor? Radialista?

Creio, porém, que o que ficou para todos é que, no seu ecletismo, fazia tudo bem, de forma talentosa, honrada e digna.

Curioso em saber sempre mais sobre si mesmo, gostava de perguntar “Quem sou eu?”

Eu dizia: além das qualidades e alguns defeitos que todos proclamam, eu acrescentaria: você é um sedutor. Não no sentido corriqueiro ou menor da palavra, mas, com sua inteligência, delicadeza, percepção aguda da alma humana, simplicidade, sempre com a palavra certa para dirigir-se ao outro, a todos encantava: jovens, adultos, mulheres, homens, crianças ou idosos.

Nos últimos meses, continuava seus projetos e sonhos. Ao assumir a Presidência da Rádio Roquette Pinto, realizou um desejo antigo. E o fez com extrema competência. Em pouco tempo, transformou a Rádio

com um excelente projeto, reconhecido por todos que a ouviram. Ele afirmava sempre: “Estou pronto para dirigir uma Rádio. Sei o que tenho que fazer”. Estava certo.

Quanto a esta Casa, o Senado, sentiu-se bem e feliz, aqui, com a possibilidade de ouvir e ser ouvido. Ressaltava sempre a qualidade e a competência dos Senadores. Muitos, com grande experiência na vida pública.

A política para ele era um dever de retribuir ao povo brasileiro o que recebeu com sua boa formação. A justiça social e a liberdade eram temas recorrentes em suas conversas. A cultura e a educação eram fundamentos para a mudança do País. E muito contribuiu nessas áreas.

Realizou nesta Casa, por meio da TV Senado, outro dos seus sonhos: levar a música clássica, grande paixão de sua vida, para todos: jovens, adultos e crianças. Nesses programas revelou também sua cultura e a preocupação de traduzir, de maneira simples, o que era desconhecido pela maioria.

Outra dimensão sua, pouco conhecida, era a religiosa. Lia muito, conhecia profundamente a vida de vários santos. Sua busca era incessante para transformar a fé, que ele tinha como esperança, em certeza. Achava que a fé absoluta era um dom com o qual ele não tinha sido agraciado, mas sempre a perseguia e buscava sinais. Era, no entanto, altamente espiritualizado. Suas reflexões e dimensão interior assim o demonstravam.

Neste ano, mesmo doente, não se afastava do desejo de contribuir para a vida pública, embora desencantado, Senador Tasso, Senador Pedro Simon, ele continuava com esperança. E falava com convicção: eu e o Gabeira seríamos uma dupla imbatível no Rio de Janeiro. Entendia a política como dever, mas seu coração pulsava de alegria quando conseguia realizar algo de bom para o País.

Como companheiro, foi cúmplice, sempre trocando idéias e projetos e ouvindo com atenção minha opinião. Dizia com satisfação: formamos uma bela dupla, rara mesmo.

Tenho muito orgulho de ter convivido com este homem notável para o País e para a cultura brasileira e da mesma forma notável em sua vida particular, porque sempre simples, amoroso, parceiro, especial. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu estava me preparando para encerrar a sessão, mas recebi um apelo do filho do Senador Artur da Távola, Eduardo Monteiro de Barros, que me pediu para ler um trecho de uma crônica de Artur da Távola, já publicada em livro.

Com a palavra o Sr. Eduardo Monteiro de Barros.

O SR. EDUARDO MONTEIRO DE BARROS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os presentes, fiz questão de vir a esta tribuna porque sei que aqui meu pai conseguia transformar as palavras em algo além delas e proferir discursos memoráveis, como todos vocês citaram aqui durante esta sessão de homenagem.

Aproveito para agradecer, também, todas as homenagens, todas as palavras de muito carinho e de saudades dirigidas à memória de meu pai.

O Senador Arthur Virgílio citou que meu pai, ele próprio, dizia que esta era a Casa da sabedoria, a Casa do saber. Separei, assim, um soneto de sua autoria, o “Soneto da Sabedoria”, que tem muito a ver com o momento que vive nossa família e, também, com a questão da morte.

Eis o poema “Soneto da Sabedoria”:

Saudade é lúcida
Ensina verdades boas.
Perda é arguta
Ajuda a julgar.
Morte é glória
Ensina o sido, sendo.
(Dava tudo para descobrir o que sou
Vendo-me visto depois da morte.)
As pessoas se separam
Para antever a vida
O que delas será dito depois.
O morto ajuda a percepção
O vivo embota a clareza.
Morrer é esclarecer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao encerrar a sessão, sinto-me até compelido a dizer que não cheguei a tempo, Sr^a Mirian Ripper, de presidir toda a sessão – isso, aliás, foi feito com brilhantismo, acredito, pelo Senador Alvaro Dias –, porque eu participava de uma reunião conjunta do Senado e da Câmara em comemoração aos 20 anos da nossa Constituição.

Como sei que Artur da Távola era um homem público que prezava aqueles que se norteavam pela obediência à Constituição, que sabia da importância desse diploma legal, que é a Lei Maior do País, realmente fiquei um tanto constrangido ao perceber que esta sessão iria começar e eu não estaria presente desde o seu início, o que, de fato, não foi possível. Tenho certeza de que o motivo foi dos mais justos: enquanto eu não estava aqui, estava homenageando uma Constituição que, por mais que possamos falar mal dela,

sabemos todos nós, no entanto, foi a Constituição que consolidou a redemocratização em nosso País.

Apresentada essa justificativa, quero registrar, no encerramento dos trabalhos, que o Senado Federal, com esta sessão, viveu um grande momento, um momento de saudade, de ausência, mas, sobretudo, de homenagem à memória sempre presente de um dos maiores homens públicos que já passaram pela vida pública do País: Artur da Távola. Isso para não falar do intelectual, isso para não falar do radialista, do jornalista, daquele que se dedicava à música.

Portanto, à Sr^a Mirian, ao Sr. Eduardo, aos amigos, aos admiradores de Artur da Távola, a demonstração da nossa saudade e da nossa gratidão a ele, que tanto contribuiu para que este Senado fosse grande como merece ser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda que certa, paradoxalmente a morte tem o dom de surpreender e, não raro, de emocionar. Quando alguém muito especial se afasta de nosso convívio, é inevitável a sensação de perda, de uma espécie de vazio que custa a ser superado. Ver Artur da Távola partir reitera em todos nós esse sentimento, mas, por tudo o que ele foi e fez, também nos obriga a refletir sobre nosso ofício, nossa atividade, nossa própria presença no mundo.

Nascido em 1936, Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros foi um ser iluminado. Muito jovem, já demonstrava a personalidade carismática que o acompanharia até o fim da vida. Aluno do curso de Direito da prestigiosa Pontifícia Universitária Católica do Rio de Janeiro, na segunda metade da eferescente década de 1950, em pouco tempo distinguiu-se entre os colegas, sendo por eles alçado à condição de líder estudantil, à frente do Centro Acadêmico Eduardo Lustosa. Nesse período, entre 1956 e 1957, assumiu a redação do “Metropolitano”, órgão oficial de divulgação da União Metropolitana dos Estudantes. Ali começava seu contato direto com a atividade jornalística, algo que jamais abandonou.

Em tempo de crescente polarização ideológica, que desaguaria na ruptura institucional de 1964, Paulo Alberto tornou-se o mais jovem constituinte do recém-criado Estado da Guanabara, após a transferência da Capital para Brasília. Eleito pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), cumpriu com brilhantismo

o papel que lhe coube de elaborar a primeira Constituição daquela verdadeira cidade-estado.

Nas primeiras eleições que se seguiram à Constituinte Estadual, Paulo Alberto foi mais uma vez eleito, agora Deputado Estadual e abrigado no valoroso Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB de Getúlio, Jango e Brizola. Com posição ideológica claramente definida, comprometido com as mudanças sociais de que o País tanto carecia, as chamadas reformas de base, destacou-se na oposição ao Governador Carlos Lacerda, baluarte da União Democrática Nacional, a UDN.

A violência do autoritarismo também caiu sobre ele. Com o mandato cassado e os direitos políticos suspensos, Paulo Alberto também seguiu o destino imposto a tantos outros, o amargo exílio. Em nossa América Latina, encontrou abrigo, proteção e reconhecimento. Esteve inicialmente na Bolívia, mas foi no Chile que se fixou por mais tempo. Lá, em contato com outros exilados, que se transformariam em amigos para sempre, como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Paulo Renato Souza, entre muitos outros companheiros de fé política e de sonhos generosos, Paulo Alberto aprimorou sua formação acadêmica.

Já em 1965, Paulo Alberto especializou-se em educação, tendo estudado no Centro Latino-Americano de Formação de Especialistas em Educação, da Universidade do Chile, instituição na qual chegou a lecionar. De volta ao Brasil, quatro anos após ter partido, esperou a reconquista dos direitos políticos para retomar sua vitoriosa carreira parlamentar. Em 1976, abrigou-se na trincheira da oposição consentida ao arbítrio, o velho MDB. Com a reestruturação partidária determinada pelo regime militar, filiou-se, coerentemente, ao PMDB.

A essa altura, Paulo Alberto se transmutara em Artur da Távola. O pseudônimo, adotado quando escrevia para o valoroso jornal "Última Hora", integrou-se tão perfeita e vigorosamente nele que nunca mais pôde ser deixado de lado. Assim, ele chegou à Câmara dos Deputados, eleito pelo povo fluminense para, pela segunda vez na vida, ser Deputado Constituinte, agora em escala nacional.

Como em tudo o que fazia, Artur da Távola foi um brilhante Constituinte. Nela, foi indicado Relator-Geral

da Comissão de Educação, Família, Cultura, Menor, Idosos, Comunicação, Esporte, Ciência e Tecnologia. O homem certo no lugar que lhe era de direito. Aliás, nunca é demais enfatizar que Artur da Távola notabilizou-se, como parlamentar, pela defesa da alteração na legislação que regulava as concessões de canais de televisão. Para ele, elas deveriam deixar de ser prerrogativa do Poder Executivo e serem concedidas por um Conselho em que tivessem assento representantes do empresariado do setor, dos Poderes Executivo e Legislativo, além dos trabalhadores da área.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, orgulho-me por pertencer a um Partido, o PSDB, fundado por pessoas como Artur da Távola, que o liderou na Câmara e que, já no Senado, assumiu sua Presidência. Para sermos dignos de seu legado e de sua memória, outra coisa não há a fazer senão lutar para que os mais elevados princípios doutrinários da social-democracia jamais esmoreçam, e sua bandeira, comprometida com a transformação social, permaneça de pé. Artur da Távola foi, na contemporaneidade, provavelmente, o mais belo exemplo de homem renascentista. Múltiplo, foi único em dignidade e correção. Homem de letras, amante da música como poucos, doce no falar e firme no agir, engrandeceu a política pela correção, pelo caráter e pelos propósitos dignificantes. Ninguém, como ele, melhor entendeu o papel da televisão e sobre ela discorreu. Ninguém, como ele, compreendia o valor da cultura como elemento humanizador do próprio homem.

Serenamente, como convém a alguém como ele, Artur da Távola partiu. Fica o vazio, por certo. Fica a tristeza da perda, como é natural. Mas fica, acima de tudo, o exemplo, o legado, a lição.

Que sejamos dignos de sua memória!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 57 minutos.*)

Ata da 99ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes,
Antonio Carlos Valadares, Geovani Borges e Romeu Tuma

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 12 minu-
tos e encerra-se às 20 horas e 52 Minutos)

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/6/2008 07:39:39 até 10/6/2008 20:51:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA	X	X
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X					
FDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PT	AC	MARINA SILVA	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X					
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X					

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores do período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de hoje será dedicado a homenagear Leonel de Moura Brizola pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, ocorrido no dia 21 de junho de 2004, nos termos dos **Requerimentos nºs 640 e 743, de 2008**, de autoria do Sr. Senador Cristovam Buarque e de outros Srs. Senadores.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sem prejuízo da destinação da Hora do Expediente da presente sessão, peço a minha inscrição para uma breve comunicação assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Após a homenagem do primeiro orador inscrito, concederei a palavra, a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Augusto Botelho, após a homenagem, V. Ex^a também está inscrito.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim pelo tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges, antes de tudo, agradeço ao Senador Cristovam, que permutou comigo, já que S. Ex^a é o primeiro signatário do requerimento, que também assinei, para realização desta homenagem ao nosso querido e sempre líder – seus ideais continuam a iluminar nossos caminhos –, o engenheiro, ex-Governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola.

Eu começaria dizendo que até hoje não entendo, Senadores Geovani e Mesquita Júnior, como é que o nosso querido Governador, Senador Cristovam, não chegou à Presidência da República. E, ao tempo em

que penso isso, vejo um momento muito difícil para o nosso Estado, e, na oportunidade, homenagear o Governador Leonel Brizola, infelizmente numa data que lembra a sua morte, faz com que todo o povo gaúcho fique com muita esperança de que novos líderes com a mesma estirpe, com a mesma raça, com a mesma fibra, com o mesmo caráter de Leonel Brizola iluminem os caminhos do Rio Grande.

Sr. Presidente, os gaúchos que se acostumaram a sorver um chimarrão bem cevado, nas tardes de um dia qualquer, carregam a sina da solidão dos Pampas, lá onde o meu querido Brizola cavalgou inúmeras vezes. Conversam consigo nesse ritual e observam a vida num transbordar de pensamentos e sentimentos.

Ontem, não cevei nenhum mate, mas, desta tribuna, refleti sobre a situação do Rio Grande e me pus a pensar, depois, qual seria a melhor maneira de homenagear um homem que eu admirava tanto, Leonel de Moura Brizola, cujo quarto ano de falecimento é marcado nesta sessão.

Estas paredes do Senado, Senador Mesquita Júnior, já me ouviram – não só a mim, mas a diversos Senadores – falar de Leonel Brizola. As paredes e o teto do Senado já sabem de tudo; são testemunhas dessa bonita história que precisa ser contada para as novas gerações – e, para mim, a história de Leonel Brizola deveria ser contada de geração em geração.

Hoje, Sr. Presidente, gostaria de me dirigir não somente ao Plenário, mas gostaria de me dirigir a ti, Leonel Brizola. Como que em um réquiem, eu quero fazer esta homenagem.

Nós nos acostumamos, querido Brizola, a te ver usando um lenço encarnado no pescoço como se fosse uma bandeira, uma bandeira da liberdade tremulando campo a fora. Para nós, gaúchos, isso tem um valor estóico e atávico.

Deus deu a Brizola a sina de emparelhar horizontes de ideais nas mais destemidas missões que um patriota poderia receber de seu povo e de sua gente.

Deputado Vieira da Cunha, é uma satisfação vê-lo aqui. Na minha fala, citarei algo que vi em seu gabinete. Registro sua presença. Falarei sobre isso aqui.

Eu dizia, do Brizola, que isso só pode ser coisa da tal genética. O pai de Brizola, guerreiro federalista da Revolução de 1893, esteve ao lado dos maragatos de Gaspar Silveira Martins.

Se eu pudesse aqui falar, já que estou fazendo uma homenagem direta, como um réquiem, a Brizola, buscaria uma canção do nosso inesquecível Passarinho. E o pai do Brizola diria a ele neste momento: “Este guri saiu igualzito ao pai”.

Na de 23, o seu “tata”, como falamos lá no Sul, meu querido Vieira, tomba peleando nas tropas do

comandante Leonel Rocha. A tua mãe, meu querido Leonel, Dona Onívia, também foi uma guerreira daquelas que se levantavam a tempo de acordar o sol para limpar o pátio e depois ir semear aquilo que estava no rumo do seu caminho. Aprendeste com ela, meu querido Brizola, as tuas primeiras letras.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a é o autor desta sessão. Eu dizia, aqui, que só estava falando por permuta com V. Ex^a, que me permitiu iniciar esta sessão.

O tempo amigo foi passando e quando chegaram os anos 30, tu, Brizola, já guri de calças curtas, empunhavas uma espada de taquara, montado num cavalo de sonhos, e gritavas aos quatro cantos do Rio Grande: “Eu sou o capitão Leonel!”

É, meu querido Brizola, como são as coisas neste mundo! Uma vez eu disse aqui mesmo, neste plenário, que a infância de quem perde o pai muito cedo, como foi o teu caso, por muitas vezes é triste, ou na maioria das vezes o é. Mas a infância de um menino que um dia entrará para a história e fará com que homens, mulheres, velhos, jovens, negros, pessoas com deficiência, índios, minorias discriminadas chorem e tenham orgulho do seu País, da nossa Pátria maior, é a coisa mais linda que o destino poderia propiciar a cada um de nós.

Brizola velho de guerra, que um dia foi palanque fincado nas planuras da América Latina, estás ao lado de Tupac Amaru, Simon Bolívar, Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Sepé Tiarajú, e por que não lembrar de Getúlio Vargas e tantos outros, meu Líder do PDT, companheiro Deputado Vieira.

Em cada canto deste País, onde existe um diretório do PDT, onde existe uma trincheira do PDT, como é seu gabinete, Deputado Vieira, lá estão os versos do poeta chileno Pablo Neruda, e que eu já li aqui uma vez, mas hoje quis repetir, em homenagem ao Brizola e ao Rio Grande, que está num momento muito difícil, e o Deputado Vieira está acompanhando.

Diz Pablo Neruda a Brizola, num poema escrito para o Brizola:

Novas ilhas, Novos rios, Novos vulcões fazem de nosso continente, Uma nova geografia. Queremos nova agricultura, Outras forças juvenis, Uma sociedade mais pura, Novos protagonistas da história que está nascendo, E que temos o dever de construir. Quem pode estar contra a vida? [Aí diz o Pablo, numa parte que considero das mais bonitas] Celebremos a chegada de Leonel Brizola, No Cenário da América, Como uma deslumbrante encarnação, De nossas esperanças. Estamos cansados da rotina da miséria, Da ignorância,

de injustiça econômica. Abramos o caminho àquele que encarna hoje, A possível construção do futuro.

Palavras do Neruda para o nosso querido Brizola. Vieira, isso eu disse um outro dia e fiz questão de dizer hoje, nesse momento tão difícil para o nosso Rio Grande.

Eu te considero. Brizola, se há importância no que falo, o maior político da minha geração. Sem dúvida alguma, foi você o mais importante e determinado homem público da República desde Getúlio Vargas.

Quando eu tinha 10 anos, ouvi pela primeira vez a tua voz. Tu falavas na Rede da Legalidade pelos microfones da Rádio Guaíba de Porto Alegre e pedias para que o povo brasileiro resistisse pela manutenção constitucional e que dessem posse a João Goulart na Presidência da República. Naqueles dias frios de 1961, muitas vezes eu, ainda moleque, parei de jogar bolita e soltar pandorga para, junto do meu velho pai e minha mãe, já falecidos, todos brizolistas, escutar os teus recados na Rádio da Legalidade, recados que enfeitavam a todos num patriotismo enlouquecido, como os poetas assim definem.

Senador Cristovam Buarque, certa feita, encontramos-nos no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, em 1984, tu eras o Governador, Brizola. Estávamos numa comissão de sindicalistas. Os mais experientes já me lembravam: “Olha, Paim, seja rápido na conversa, pois o Brizola encanta a todos e ainda temos que ir para Minas Gerais”. Dito, mas não feito. Brizola seduziu a todos nós com aquela sua fala mansa e tranqüila, lembrando, em cada frase, um pouco da tradição do nosso povo do Rio Grande. Essa conversa, lembro aqui, foi regada ao chimarrão; e fomos terminá-la no apartamento dele em Copacabana.

Minas Gerais ficou para trás; acabamos chegando lá quase que dois dias depois. Esse era o Brizola que encantava a todos.

Assim tu foste Leonel, ou melhor, assim tu continuas a ser para nós outros. As tuas idéias estão cada vez mais vivas. O teu sonho de um Brasil livre e soberano é o que todos nós perseguimos.

Ontem, antes de dormir, Senador Cristovam Buarque, mais uma vez recordei Santo Agostinho:

Na eternidade nada passa, tudo é presente, o passado vem empurrado por um futuro, e o futuro vem atrás de um passado. Quem prenderá o coração do homem para que pare e veja como, estando imóvel, a eternidade governa os tempos futuros e passados, sem ser nem futuro nem passado.

Assim eu te considero, Brizola, meu querido Brizola velho de guerra.

Pode ter certeza, Leonel Brizola, e fiz minha fala desde o início como um réquiem a ele, que aqui, no fundo do coração deste Senador negro do Rio Grande, as tuas idéias haverão de me acompanhar sempre, sendo diretrizes para caminhada de todos homens de bem.

Neste momento tão difícil do meu Rio Grande, espero que a figura de Leonel Brizola ilumine os caminhos de toda a nossa gente.

Viva sempre presente Leonel de Moura Brizola!

Viva o nosso Rio Grande!

Viva o nosso Brasil!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplenete de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Deputado Vieira da Cunha, Presidente do PDT; Sr^{as} e Srs. Deputados presentes, em nome de todos os demais, cito o Deputado Brizola Neto, aqui presente.

Sr. Presidente, não é possível deixar passar datas importantes da vida dos grandes políticos sem lembrá-las. Esse é um gesto até educacional, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com todos os jovens que não tiveram a oportunidade de vivenciar a política no seu tempo. Por isso, hoje, estamos fazendo questão de lembrar o grande nome que foi Leonel Brizola.

Medimos os grandes políticos pela presença deles no cenário nacional quando estão vivos, mas medimos a importância dos maiores de todos pela ausência deles, quando não estão presentes. E Brizola foi um político de presença firme ao longo de todas as décadas de sua atividade política. Ele nunca esteve discreto na vida pública brasileira. Sempre teve um lado claro, firme, em defesa da Nação brasileira, em defesa dos trabalhadores brasileiros, em defesa da democracia no Brasil.

Brizola foi um político de presença, mas, hoje, prefiro falar – até porque estamos lembrando a data de seu falecimento – sobre sua ausência, sobre a falta que ele faz em momentos em que o Brasil enfrenta desafios que nos deixam – reconhecemos – perplexos, sem dar a resposta de que o povo e a história precisam.

Tomemos o problema da Amazônia – e vejo aqui Senadores que representam a região – neste momento da história do Brasil. Brizola está fazendo falta. A palavra dele está fazendo falta. O grito dele em defesa da

soberania nacional está fazendo falta. Alguns de nós até que falam nisso, mas sem a força, sem a firmeza, sem a maneira que, além de firme, é entendida por todo o povo. Brizola faz grande falta neste momento em que o Brasil precisa afirmar, diante do mundo inteiro, que a Amazônia é nossa.

A fala de Brizola não chega para nós por que ele nos deixou há quatro anos. Mas não é só em relação à soberania do Brasil sobre a Amazônia que sentimos falta da presença de Brizola aqui. Faz falta nitidez na política. Nós fazemos política hoje como se não houvesse nitidez seja no comportamento, seja nos princípios fundamentais que unem diversos políticos naquilo que a gente chama de partido. Brizola faz falta. Brizola faz falta neste mundo em que, aparentemente, não há bandeiras claras, nítidas. Ele era uma bandeira. Ele carregava em si uma bandeira. Ele falava com uma posição, com um lado, com uma nitidez de princípios e de propostas, sem esse furta-cor que hoje caracteriza as bandeiras dos partidos no Brasil. Brizola faz falta na soberania nacional. Brizola faz falta na nitidez de posições que digam: existe um lado, e existe outro lado, não esse meio-de-campo em que todo mundo hoje está se misturando.

Brizola faz falta pela falta de nitidez que nós temos. Brizola faz muita falta, sim, porque era a voz, respeitada nacionalmente, capaz de colocar no cenário nacional a prioridade radical pela educação. É diferente o discurso que põe essa bandeira na boca de outros ou na boca do grande Leonel Brizola, até porque ele, quando fazia esse discurso cinquenta anos atrás, estava muito adiantado. Ele estava adiantado demais em um mundo que achava que o futuro era a industrialização, que o futuro era a economia e que à economia bastava contar apenas com as mãos de alguns trabalhadores com o mínimo de habilidade e com algum cursinho de um dos institutos do Sistema S. Ele já previu, mas previu antes do tempo.

Hoje, no momento em que o grande capital é o conhecimento, no momento em que a base do progresso é a educação, a fala de Brizola estaria incendiando este País por uma revolução, não por pequenos gestos que fizessem com que aumentasse o número de crianças na escola, quando não são escolas o local para onde elas estão indo, são semi-escolas, pseudo-escolas, quase escolas, mas não escolas verdadeiras. Brizola está fazendo falta, porque ele criou, há muito tempo, a verdadeira escola, que era o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep), a escola de horário integral. Mas ele falou tão na frente, tão adiantado, que não conseguiu levar isso para o Brasil inteiro, que não conseguiu se fazer Presidente da República com esse discurso. Hoje, certamente, ele se faria Presidente, porque há

um sentimento propício, casando com a vontade que ele tinha décadas atrás.

Por isso, Deputado Vieira da Cunha, Brizola faz tanta falta! Faz falta por que ele seria capaz de conduzir o Brasil nessa revolução educacional que defendia em um tempo, antes de ser essa a verdadeira razão da revolução.

Brizola faz falta, sem dúvida alguma, no momento em que o Brasil tem, outra vez, uma grande oportunidade – como teve na época da cana-de-açúcar, do ouro, do café, da própria industrialização –, uma grande chance, com a possibilidade de se transformar em fonte importante de energia, seja pelo petróleo, que estamos descobrindo cada vez mais, seja pela possibilidade dos biocombustíveis.

Mas Brizola está fazendo falta. Brizola está fazendo falta por que ele defenderia que o Brasil aproveitasse essa oportunidade, mas tomando cuidados, para que não se repetisse, com essas alternativas, o ocorrido com o açúcar, com o café, com o ouro, com a borracha. Ele seria a voz capaz de dizer: “Esse é o caminho, vamos aproveitar a chance. Esse é o caminho, vamos fazer com que seja uma chance definitiva na transformação não apenas da economia, mas da sociedade brasileira inteira”.

Brizola está nos fazendo falta. Ele nos está fazendo falta no momento em que as leis trabalhistas exigem alguns ajustes, mas não podem ser ajustes contra os interesses dos trabalhadores. Ele faz falta. Ele faz falta por que a voz dele seria a melhor para dizer que aqui estão as mudanças que podemos fazer, aqui está o limite além do qual a gente não vai, aqui está a maneira de mudar as leis, melhorando-as, não prejudicando os trabalhadores.

Ele está fazendo falta, Deputado Paulinho, neste momento, porque a voz dele daria uma força, uma credibilidade que nenhum de nós, políticos ainda vivos, temos.

Brizola está fazendo falta. E é isso que faz dele o grande político, porque o grande político se dá na presença, mas o político maior se dá no sentimento da sua ausência.

Brizola está fazendo falta neste momento em que a globalização é um processo irreversível, mas não pode ser um processo destruidor da soberania de nenhum país. Brizola seria o nome para, hoje, neste momento da história, nos próximos dez anos ou quinze anos, definir como podemos viver a globalização sem diminuir a soberania. Ele era o nome para dizer que o Brasil vive em um planeta que é uma espécie de condomínio, onde somos donos da nossa parte, mas temos de respeitar o resto do condomínio.

Está faltando uma palavra como aquela, que tinha força para dizer o que era possível e o que não era possível, o que devia e o que não devia ser feito, fazendo o que parecia transigir, mas com uma linha firme para onde ele queria ir, sem medo de, às vezes, dizer que precisamos fazer alguns ajustes. Todos sabiam que ele tinha claro o destino e que os ajustes não eram desvios. Brizola faz falta, porque ele era um político de ajustes, mas jamais de desvios. E a história dele mostrava que ele, quando dizia para ajustar, não estava caindo na tentação do desvio. Hoje, qualquer um de nós que fala em ajuste cai imediatamente sob a suspeita não do ajuste, mas do desvio. Ele tinha os princípios, a história dos princípios, a palavra dos princípios, a cara de princípios. Por isso, Brizola faz falta.

Brizola faz falta também – não vou continuar insistindo na sua ausência –, falta profunda, neste momento do vazio ideológico que vive a política no Brasil e, diria até, no mundo inteiro, porque ele nunca foi contaminado por uma ou outra ideologia. Ele construiu sua ideologia. Ele foi capaz de não cair nos “ismos” e criar o trabalhismo junto com Getúlio, com Jango, com Pasqualini e com outros, mas a linha dele não seria afetada pelo debacle que a gente viu da maneira como o socialismo era feito. A queda do socialismo no leste não afetaria em nada o pensamento, a linha e a credibilidade de Brizola, mas também o fracasso do capitalismo, que provoca o aquecimento global, que aumenta a desigualdade, a ponto de fazer com que certos seres humanos não se sintam mais semelhantes a outros, esse fracasso do capitalismo e o fracasso do socialismo não atingiriam as idéias que Brizola defendia.

Por isso, ele faz falta imensa neste vazio de bandeiras, neste vazio de ideologias, porque ele tinha a sua. E a sua, felizmente, deixou seguidores, Sr. Presidente, e mesmo aqueles que não são seus seguidores são pessoas que respeitam aquilo que ele fez, aquilo que ele defendeu.

Hoje, estamos aqui para lembrar a todos que houve um político que foi grande quando vivo e que ficou ainda maior quando a gente sente sua ausência. Está é uma tarde para se lembrar a ausência, que é a melhor forma de se medir o tamanho de um político.

Viva Brizola, pelo seu tamanho em vida e pelo sentimento de ausência que ele nos passa!

E concluo, Sr. Presidente, dizendo que, se ele era tão grande e se sua ausência é tão forte, o que nos cabe fazer é lutar mais ainda, porque, se a gente não tem um Brizola hoje conosco, será preciso haver dezenas, centenas, milhares de pequenos como nós, para, juntos, tentarmos preencher o vazio que ele nos deixa.

Esta é uma tarde para lembrar Brizola, mas, sobretudo, para lembrar nossa responsabilidade, para continuarmos carregando as bandeiras que ele deixou.

Essas eram minhas palavras, Sr. Presidente, com meu carinho por ter sido brizolista e por continuar como tal hoje em dia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ouvir as eloqüentes palavras, carinhosas, que saíram do sentimento, da alma do Senador gaúcho Paulo Paim, e do autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque, como Senador do PMDB, lá do Estado do Amapá, vou me ater à biografia do nosso querido Brizola, do qual sou admirador.

Nascido em 22 de janeiro de 1922, em Carazinho, no Rio Grande do Sul, Brizola foi, durante cerca de 40 anos, um dos políticos mais populares e polêmicos do País. Depois de entrar na política em 1945, no PTB do ex-Presidente Getúlio Vargas, acabou eleito Deputado Federal em 1954 e Prefeito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no ano seguinte.

Como Governador do Rio Grande do Sul, eleito em 1958, comandou, em 1961, a “Campanha da Legalidade”, garantindo a posse na Presidência do então Vice-Presidente João Goulart. O Presidente Jânio Quadros havia renunciado em agosto, quando João Goulart estava numa viagem à China. Militares tentaram impedir a posse do vice, mas acabaram recuando, graças à reação popular capitaneada por Brizola.

Como Governador do Rio Grande do Sul, Brizola teve um mandato polêmico, tendo encapado empresas multinacionais de energia elétrica e telefonia no Rio Grande do Sul.

No governo de João Goulart, teve grande influência, lutando pelas chamadas “reformas de base”. Em 1964, Brizola teve os direitos políticos cassados e foi exilado com o golpe militar. Voltou ao Brasil em 1979, com a Anistia, e retornou à política, mas perdeu o direito pela legenda do PTB para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio. Fundou, então, com outros trabalhistas históricos, o Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Em 1982, numa campanha surpreendente, foi eleito pela primeira vez Governador do Rio de Janeiro. Fez um governo em que foi acusado por seus opositores de não combater o crime, o que custou a eleição de seu vice, Darcy Ribeiro, para governador, em 1986.

Na eleição presidencial de 1989 – a primeira direta após a ditadura –, ficou em terceiro lugar, atrás de Fernando Collor e Lula, a quem acabou apoiando.

Em 1990, Brizola foi eleito para um segundo mandato como Governador do Rio de Janeiro, mas acabou deixando o governo desgastado e, dado o aumento da violência, com a presença do Exército nas ruas, acabou derrotado. O fenômeno se repetiu, a partir de então, em todas as eleições que disputou: Presidente, em 1994; Vice-Presidente, na chapa de Lula, em 1998; Prefeito do Rio, em 2000; e Senador, em 2002.

Pouco antes de morrer, em junho de 1984, com 82 anos, tinha admitido a possibilidade de voltar a disputar a Presidência da República em 2006.

As ações em defesa da democracia, seja no episódio da posse de Jango ou nos comícios pelas Diretas Já, em 1984, e a coerência, que o levou, ao longo de toda a sua atividade política, a defender passionadamente o Estado centralizado e nacionalista, deixaram herdeiros e inscreveram seu nome na história do Brasil.

Quem votava em Brizola não votava em uma plataforma administrativa ou em um projeto ideológico. Movido pelo indiscutível carisma do último dos caudilhos, dava, sim, um cheque em branco ao brizolismo, uma peculiar corrente política também conhecida pela alcunha exótica de Socialismo Moreno, movida à base da construção de CIEPs e bravatas contra o “imperialismo ianque”.

Vale registrar, Sr. Presidente, nobres Senadores, que, ao contrário do que pensa a voz corrente, “caudilho” não é expressão pejorativa por si mesma. Caudilho é um termo de origem espanhola que possui diversos significados, em especial na área política. Entre os vários aspectos que podem ser identificados num caudilho está o carisma e a eficácia com que esse conduz seus comandados. Um caudilho, porém, exerce seu poder de forma autoritária, é verdade, exigindo de seus seguidores fidelidade total. Mas está longe de ser um déspota. Na América Latina, caudilho também pode designar um líder político regional.

Pois bem, o importante é que Leonel de Moura Brizola, mais que tudo, foi o representante de uma época em que a política era feita com idealismo, com paixão e até com certa dose de romantismo.

Suas idéias frutificaram, quer na lisura do Senador Jefferson Péres, quer na obstinação por ensino de qualidade, pelo qual tanto briga o brilhante Senador Cristovam Buarque, admirador e discípulo de Brizola.

Vem também do primeiro mandatário do Amapá, meu querido Governador Waldez Góes, a política exercida com paixão. O Governador do meu Estado e Presidente do PDT, partido ao qual é filiado desde 1989 – aliás, único partido a que se filiou em toda sua

vida pública –, já foi duas vezes Deputado Estadual e, hoje, é o nosso atual Governador pelo PDT. Quando ele tomou conhecimento desta sessão especial, pediu para que eu fizesse um pronunciamento em homenagem ao Brizola, que foi seu líder, o seu ídolo político.

Há quatro anos, quando Brizola dava seu último suspiro de vida, Waldez, nosso Governador, disse à *Folha de S.Paulo*:

Leonel Brizola foi um gigante na vida pública brasileira. Um homem singular, cuja trajetória de vida está profundamente associada à própria trajetória da nossa história política. Era cheio de energia e disposição quando se tratava de defender as causas da nação brasileira. Assumia com orgulho sua identidade de nacionalista fervoroso, ciente de que o Brasil só poderá ter participação competitiva no mundo globalizado se assumir sua identidade e valorizar suas riquezas.

Depoimento emocionado, porém lúcido, de quem se despedia de um líder inteligente, excêntrico e inesquecível como Leonel Brizola, que gostava de dizer acerca do caráter da humanidade: “Venho e volto do campo e os bois são os mesmos: não mudam de caráter. Já os homens...”

É... Talvez a frase de Brizola faça sentido em um mundo repleto de contradições e perplexidades... A humanidade é mesmo gigante e, muitas vezes, miserável...

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Parabenizo o autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque, por este momento solene de homenagem à memória de uma pessoa que marcou gerações que passaram e de cuja biografia o Brasil todo precisava ter conhecimento: Leonel Brizola.

Concluo, referindo-me às palavras do meu querido Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que chegou a se emocionar aqui, na tribuna do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de registrar, com muita honra, que estamos recebendo, no plenário desta Casa, o Deputado Federal Vieira da Cunha, Presidente Nacional do PDT; o Sr. Ministro interino do Trabalho e Emprego, Dr. André Figueiredo; o Deputado Federal Brizola Neto; Dr. Ezequiel Nascimento, Secretário de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego; o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal, Antillhon Saraiva; e o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, próximo orador inscrito.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados para esta sessão de homenagem ao ilustre rio-grandense Leonel de Moura Brizola.

Sr. Presidente, gostaria de me associar às homenagens a esse grande estadista, principalmente pelo fato de ele ter sido meu conterrâneo.

Leonel Brizola nasceu em 1923. Teve vida humilde e, mesmo passando por muitas dificuldades, conseguiu se educar, porque sempre teve apoio, já que, desde menino, sempre se destacou.

Em 1937, o prefeito de sua cidade, Carazinho, conseguiu-lhe uma bolsa de estudo, paga pelo Município, oportunidade em que ele foi a Porto Alegre, de trem de ferro, que já existia àquela época em Carazinho, para iniciar seus estudos no Instituto Flores da Cunha, um colégio estadual à época.

Posteriormente, Leonel de Moura Brizola foi estudar no Colégio Técnico Agrícola de Viamão, próximo a Porto Alegre, onde completou o curso de Técnico Agrícola. Em seguida, Brizola se empregou na empresa pública dos Correios e Telégrafos, época em que trabalhava e estudava. Também eu tive uma vida semelhante à dele.

Com 14 a 15 anos, Brizola foi estudar fora, distante 230 quilômetros da sua cidade natal, São Bento, um distrito. Também eu nasci em um distrito, à época, de Carazinho: distrito de Não-Me-Toque.

Eu fico muito feliz pela coincidência de épocas. Bem depois, eu também, com quinze anos, fui estudar em Porto Alegre, e completei meus estudos agrônômicos. Brizola, porém, interrompeu a Escola Técnica Agrícola e ingressou na faculdade de Engenharia Civil. E, já como estudante, candidatou-se a Deputado Estadual, elegendo-se para o seu primeiro mandato. Depois, elegeu-se Prefeito, Deputado Federal, Governador do Rio Grande do Sul, Governador do Rio de Janeiro e, depois, Senador.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar, da vida humilde de Brizola, o fato de que, quando ele tinha quatorze anos, ele era um conhecido engraxate da cidade de Carazinho. Meus tios o conheciam. Inclusive, tenho um tio que se vangloriava ao dizer que o Governador já havia sido o seu engraxate.

Tenho grande honra de dizer que Brizola teve no meu avô, Guilherme Augustin, o seu grande líder político, à época do PTB, em toda a região de Não-Me-Toque, Victor Graeff, hoje, a grande região agrícola do Estado do Rio Grande do Sul. Todos tínhamos

um grande respeito, uma grande admiração por esse grande político que foi Leonel Brizola.

Em 1951, Brizola foi Secretário de Estado, assumindo a Secretaria de Viação e Obras Públicas, mesmo contando com os seus vinte e poucos anos. À frente dessa Secretaria, surgiram as primeiras pavimentações asfálticas nas estradas de toda aquela região agrícola de Carazinho, Passo Fundo – “a estrada da produção”, que ele idealizou –, além das escolas, chamadas de “brizoletas”. Então, tudo isso nos traz tantas saudades!

Recordo-me também de uma passagem muito engraçada. Em 1958, ele, candidato a Deputado Federal, tínhamos passado a noite pintando o seu nome no asfalto, asfalto esse que ele havia proporcionado a toda a região, ligando cidades importantes, Carazinho e Não-Me-Toque, a outras cidades. Naquele mesmo asfalto já se fazia a continuidade de sua atuação política como Deputado Federal.

Então, esse empenho, essa adoração que os gaúchos tinham por Leonel Brizola se perpetua até hoje. Ele é lembrado constantemente, bem como os ideais que ele deixou, ao longo de uma vida política íntegra, que hoje se perpetuam no grande partido que é o PDT.

Meus parabéns, Senador Cristovam! V. Ex^a, como dileto discípulo desse grande gaúcho, que delinear a educação brasileira, V. Ex^a, agora, como seu maior discípulo, continua esse belo trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, Líder do PDT nesta Casa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, senhores convidados, familiares do nosso inesquecível líder Brizola, eu evito muito falar em sessão de homenagem, principalmente como a que estamos vivendo neste momento, Senador João Durval, porque, muitas vezes, quando se fala numa sessão como esta, há aqueles que falam com sinceridade mesmo enquanto há outros que falam para cumprir a formalidade. Mas quem teve o privilégio de conviver com Leonel Brizola, como eu tive – nos anos finais da sua vida, é verdade! –, tem, como tiveram aqui o Senador Cristovam e o Senador Paim, dificuldades até de fazer um discurso a respeito, numa sessão de homenagem ao quarto aniversário do seu falecimento. É que a gente se lembra de uma parte, mas uma parte muito promissora em termos de idéias, de ensinamentos, que foram aqueles últimos anos.

Eu era de um partido, aqui nesta Casa, o PSDB, e um dia assinei um requerimento propondo uma CPI

da Corrupção. Esse requerimento me custou a permanência no PSDB. Eu fui convidado a deixar o PSDB, se não retirasse a assinatura daquele requerimento. Eu não retirei, evidentemente, a assinatura e saí do PSDB. Fiquei sem partido por oito meses aproximadamente. Aí, um dia, Senador Paim, o nosso grande Líder Brizola esteve aqui no Senado e pediu para ter uma conversa comigo, e fez pessoalmente o convite para que eu ingressasse no PDT e fosse candidato já na reeleição minha em 2002 a Senador novamente, mas pelo PDT, com o nº 12. Como estávamos no prazo final de filiação, marquei a data para a outra semana. E, no dia 22 de setembro de 2001, eu me filiei no PDT, com a presença do Presidente Nacional do PDT, Leonel Brizola, lá em Curitiba. Foi um dia emocionante para mim.

Nosso primeiro contato foi quando ele me convidou. O segundo, na minha filiação ao PDT. Depois desses dois contatos, muitas vezes nós conversamos. Incansável, aceitou todos os convites que lhe fiz para que fosse ao Paraná falar da sua vida e deixar exemplos não só aos pedetistas do Paraná, mas a todos os políticos e a todas as pessoas que iam aos eventos que eu promovia.

Lembro-me que, um dia, estávamos em Pato Branco, no sudoeste do Paraná, numa campanha para governador, e eu candidato ao Senado. Ele chegou e criou-se um tumulto na platéia que estava em frente ao palanque – naquele tempo a gente ainda podia fazer “showmício”. Como chegaria logo em seguida uma dupla para fazer um *show* sertanejo, achei que tinha chegado a dupla, mas era o Brizola que tinha chegado. E, quando ele chegou, foi aquele tumulto na platéia: todos aplaudindo, gritando o nome de Brizola e pedindo para que ele falasse. Eu não seria doido de fazer um discurso naquele momento. Tomei o microfone e anunciei a palavra ao Brizola. Fui muito aplaudido. Talvez a vez que eu tenha sido mais aplaudido foi quando falei, quando peguei o microfone para anunciar que o Brizola falaria naquele momento. Não precisava falar mais nada, Presidente Valadares.

Ele falou com o seu estilo próprio e fez com que a platéia ouvisse cada palavra. Parecia que a platéia estava aproveitando aquele momento. Cada palavra que o Brizola falava, aquelas pessoas que estavam em frente ao palanque estavam, Senador Cristovam, absorvendo, pegando mesmo para si. Foi muito bonito ver todo mundo olhando para uma direção só; uma multidão, 20 mil pessoas na praça, olhando para ele. Aquele dia foi inesquecível para mim.

Naquela campanha, acabei fazendo uma grande votação para Senador com o nº 12. E o nº 12 me ajudou muito, por causa da presença do Brizola. Naquele Es-

tado colonizado, boa parte, por gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros – mas ali, naquela região oeste e sudoeste do Estado, por gaúchos –, havia uma identificação com o Brizola impressionante.

Ele sempre dizia: “É porque escolhi o Paraná para regressar ao Brasil”. Voltei por Foz do Iguaçu. E foi verdade. Quando regressou do exílio, ele voltou por Foz do Iguaçu, foi até Cascavel, onde fez uma entrevista coletiva e, depois, dirigiu-se ao seu Estado. Ele dizia: “Se não fosse gaúcho, o Estado que eu escolheria para nascer seria o Paraná”. Eu tinha muito orgulho disso, porque ele tinha, no Paraná, um respeito muito grande, não só meu, mas de todos, inclusive daqueles que se consideravam de partidos adversários.

Aliás, foi isto que eu vi no dia em que, no Rio de Janeiro, nós nos despedimos de Brizola: eu vi pessoas de todas as cores partidárias. Vi pessoas de todos os Estados, de todos os segmentos econômicos. Vi pessoas de todas as crenças que foram para a sua despedida. Fui para lá e, mais uma vez, me impressionei. O poder que tinha de mobilizar quando vivo estava ali também presente já prestes a ser sepultado na sua cidade natal – seria transferido para lá. Uma multidão estava no Rio de Janeiro para essa despedida, e todos muito emocionados, com franqueza e sinceridade. Lá ninguém estava para fazer média política.

Um dia, a última vez que ele foi ao Paraná, ele estava em Montevideu, e eu precisa que ele fosse a um evento em Londrina. E ele saiu de Montevideu, de manhã, passou pelo Rio de Janeiro, chegou no Paraná um pouquinho atrasado e começou o seu pronunciamento ao meio-dia. E já avisou logo: “Quem não almoçou vai almoçar mais tarde hoje”. Porque tinha começado o pronunciamento. E todos sabemos que ele gostava de falar. E a gente gostava de ouvir. Ninguém se incomodou. Fomos almoçar tarde, mas foi um dia memorável, porque ali ele nos deu uma grande lição de vida e de política.

E, partir daquele dia, em Londrina, começamos a construir o PDT do Paraná em cima das idéias que ele deixou. Um homem que construiu no seu Estado, quando governou, 6.300 escolas. Com toda a certeza, tem muita gente que está por aí hoje ocupando cargo público, ocupando cargos executivos de importância que um dia estudou numa sala de aula, numa carteira escolar, que foi colocada pelo Brizola. Talvez até o Paim tenha estudado numa dessas escolas construídas pelo Brizola. Foram 6.300, e é bem provável que V. Ex^a tenha sido um dos privilegiados.

Raro alguém sair do seu Estado e ir para outro e se tornar Governador do outro duas vezes, e lá construir 500 escolas em tempo integral. Hoje o conceito de escola em tempo integral é outro, mas continuamos com a

bandeira do PDT. E digo sempre, a maior homenagem que podemos prestar ao Brizola não é ficar contando a história dele não, porque a sua história quase todo mundo conhece. Mas é colocar em prática os seus ideais, as suas idéias. E digo, com toda a franqueza: fui candidato a Governador do Paraná, em 2006, em um eleitorado de 7 milhões de votos, uma diferença de 5 mil votos nos separou da vitória. Mas não tem problema. O sonho da escola integral não morreu naquela campanha, não. Nós temos essa obrigação.

Essa homenagem, que será permanente a Brizola, nós temos de prestar-lhe, cada um de nós que vamos exercer um cargo executivo, seja do PDT ou de outro partido que tenha admiração por Brizola. Vamos lutar para que o sonho de Brizola se torne realidade em todos os Municípios brasileiros: a escola em tempo integral, o caminho mais curto para levar à cidadania.

Senador Cristovam Buarque, a Unicef tem um cálculo muito objetivo: a criança que tem a oportunidade de estudar em uma escola em tempo integral, quando adulta, tem uma renda quase duas vezes superior à daquela criança que não teve a mesma oportunidade. Porque na escola em tempo integral ela aprende o que é ser cidadão, aprende direitos e deveres, ela se alimenta adequadamente e se prepara para os desafios da vida.

No meu entendimento, não existe obra mais importante do que a educação e, principalmente, quando é educação em tempo integral. Portanto, essa é uma homenagem, sim, bonita que temos de prestar a Brizola. Sua história é muito bonita, mas o que ele deixou pode ser perpetuado ao ser transformado em fato concreto, em realidade.

Eu conversava com o Michel, Secretário da Liderança do PDT, atualmente meu secretário, porque sou o atual Líder do PDT, uma pessoa admirável, que conviveu com o Brizola nos anos de exílio, e ele sempre me conta algumas histórias. Agora mesmo, ele me contava uma que eu não sabia. Quando o Gilberto tocou no assunto, Michel disse: “Hoje, encontramos grandes produtores no Mato Grosso que foram assentados da reforma agrária promovida por Brizola no Rio Grande do Sul”. Poucos sabem disso, mas ele promoveu, pelo Estado – coisa rara –, uma reforma agrária. E, ao assentar aqueles colonos, estava prevendo que um dia eles seriam produtores de alimentos, gerando renda e empregos. Muitos continuaram, evidentemente, pequenos produtores, mas muitos se transformaram em empresários do meio rural, e hoje ajudam no crescimento do País, em outros Estados, promovendo o desenvolvimento, graças à oportunidade que Brizola deu. Ele pensou na educação para formar as pessoas, mas

pensou também na justiça social, quando promoveu essa distribuição de terras.

E a obra maior de Brizola, Paulinho, foi implantar em nosso País uma linha política, uma ideologia política que talvez seja única, que é exatamente o trabalhismo. Veio de Getúlio Vargas e teria morrido com Getúlio Vargas, não fosse Brizola. O trabalhismo – e podem os outros partidos pensar que estou até exagerando – é a única linha definida de ideologia política que há no País; o trabalhismo de Brizola.

Existe a socialdemocracia e tantas outras linhas, mas aquela que é concreta, que foi para a prática, que fez parte da vida de um personagem político, que vai ficar para o resto da história deste País, que nunca mais será apagada da história deste País, é o trabalhismo.

Portanto, hoje, tenho muito orgulho de pertencer ao Partido criado por Brizola. Um orgulho muito grande. Mas tenho mais orgulho ainda de ter podido conviver com Brizola por alguns anos e ter aprendido com ele muitos conceitos, muitas idéias, com sua paciência para ouvir, e exigindo paciência dos outros em ouvi-lo também, porque ele gostava de falar. Ele foi simplesmente um ídolo para muitos e um ídolo para mim, porque representou, sem dúvida alguma, ao longo de sua existência, uma coerência. Podem gostar ou não do estilo dele, podem até falar que não gostam do estilo dele, mas não há uma pessoa neste País que possa dizer que Leonel Brizola não foi coerente, porque ele foi coerente. Não podem dizer que não foi decente, porque foi decente a vida toda; ético, porque foi ético a vida toda; honesto, porque foi honesto a vida toda. É um político que merece ser homenageado todos os dias. Devemos tê-lo como...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Devemos tê-lo como modelo. E o ensinamento vem sempre daqueles que nos antecederam. Alguém já me dizia que temos de ter um modelo para tentar superar, e não copiar.

No caso de Leonel Brizola, basta copiar, ou tentar copiar, porque tentar superar é muito difícil, já que ele foi, no meu entendimento, o político mais completo no que se refere à construção de uma ideologia no País, à luta pela soberania, pelos interesses individuais, para que o País tivesse uma classe política respeitada. Sei que morreu frustrado com muitos acontecimentos, mas tenho certeza de que morreu feliz por ter construído um nome que jamais será apagado da história deste País.

O Senador Francisco Dornelles, que está em viagem oficial ao exterior representando o Senado, pediu-me que eu dissesse, desta tribuna, que as homenagens que presto também são as de S. Ex^a, que

tinha por Brizola uma grande admiração e um grande respeito. Respeito e admiração que é de todos nós e, tenho certeza, de toda a sociedade brasileira, que tem muita gratidão por esse homem, que nos ensinou muito, mas que continua, Senador Antonio Carlos Valadares, muito forte na nossa consciência para nos impulsionar a realizar seus ideais, suas idéias. A escola em tempo integral é, sem dúvida alguma, a maior homenagem que cada prefeito, cada governador, pode prestar-lhe.

Sr. Presidente, deixo aqui minhas palavras, em nome da Liderança do PDT e dos Senadores do PDT que não falarão, com a certeza de que nosso Partido perdeu, sim, seu líder, mas o Brasil perdeu um dos seus principais políticos. E, graças a Deus, a história não apagará esse nome jamais, pois ele é muito importante também para as gerações futuras.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Registro a presença, nesta sessão, prestigiando as homenagens ora tributadas ao ex-Governador Brizola, do Deputado Federal Mário Heringer, do Sr. Cláudio Pereira de Souza Neto e do Sr. Nélio Machado, Conselheiros Federais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representando a Seccional do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para me associar ao Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento que deu origem a esta sessão especial; ao nobre Líder do meu Partido, Senador Osmar Dias; aos companheiros da bancada pedetista no Senado e a todos os ilustres Pares desta Casa, nas homenagens à memória do ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e ex-Presidente Nacional do nosso Partido Democrático Trabalhista (PDT), o estadista Leonel de Moura Brizola.

Durante as seis décadas em que iluminou o cenário político brasileiro, Brizola fez do seu discurso e das suas ações uma lição profunda e duradoura de amor ao Brasil e ao nosso povo. Do início ao fim de sua trajetória pública, destacou-se pela intransigente defesa das liberdades democráticas, do desenvolvimento econômico e da emancipação social dos brasileiros. Sua identificação sincera e comovente com a luta cotidiana das pessoas do povo começou pela origem humilde desse líder de massas.

Com sacrifício, concluiu seu curso primário e secundário e, após diplomar-se como técnico rural pelo antigo Instituto Agrícola de Viamão, próximo de Porto Alegre, em 1939, sempre trabalhando para sobreviver,

para ajudar a família e para custear seus estudos, foi admitido, em 1945, à Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, cujo curso completaria em 1949. Ainda universitário e já simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em agosto de 1945. Ao lado de líderes sindicais, formou o primeiro núcleo gaúcho do Partido.

Elegeu-se Deputado Estadual em janeiro de 1947 e assumiu seu primeiro mandato com uma profissão de fé que jamais abandonaria, declarando-se representante das camadas mais pobres da população. Reafirmou esse compromisso na sua recondução à Assembléia Legislativa gaúcha no pleito de 1950; na primeira eleição à Câmara dos Deputados, a de 1954; e também na eleição à Prefeitura de Porto Alegre, um ano depois. No Governo da Capital, mostrou-se sensível às reivindicações dos trabalhadores nos setores de saneamento básico, de educação (com a inauguração de inúmeras escolas primárias na área urbana e, sobretudo, nas vilas populares) e de transporte coletivo.

Sua proposta de reforma tributária e seu ambicioso Plano de Obras foram respaldados, entusiasticamente, por cinco federações e por dezesseis sindicatos no famoso Manifesto dos Trabalhadores ao Povo.

Chegou ao Palácio Piratini, sede do Governo gaúcho, na eleição de 1958, a bordo de esmagadora vitória, tendo obtido mais de 55% dos votos. Sua administração teve como prioridade absoluta o desenvolvimento econômico e a industrialização do Rio Grande do Sul, procurando, por meio do planejamento e da racionalização administrativa, fazer convergirem os esforços do Governo e da iniciativa privada, com atenção especial às pequenas e médias empresas.

Para financiar o processo de desenvolvimento, o Governo Brizola criou a Caixa Econômica Estadual, transferiu para o controle acionário do Estado o Banco do Rio Grande do Sul e apoiou decisivamente a constituição do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (Brde), integrado pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Na educação, ampliou à escala estadual suas experiências vitoriosas quando à frente da Prefeitura de Porto Alegre e conduziu diversas proposições. Assim, dotou o Rio Grande de 6.302 novos estabelecimentos de ensino, entre escolas primárias, técnicas, ginasiais e normais, em um total de 688.209 novas matrículas, com a admissão de 42.153 professores.

No período em que Brizola governava o Rio Grande do Sul, a frágil democracia brasileira passou por dolorosa prova: com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, os três Ministros militares vetaram a posse do Vice-Presidente João Goulart, líder traba-

lhista de expressão nacional, e seu cunhado. Corajoso e desprendido, Brizola abriu mão de toda e qualquer conveniência política e mesmo da própria segurança física, assumindo o comando da famosa Rede da Legalidade, formada por mais de 100 emissoras de rádio gaúchas, catarinenses e paranaenses, para mobilizar o povo brasileiro em favor da posse de Jango, que afinal se daria em 7 de setembro de 1961, sob a égide da emenda constitucional que instauraria breve e tumultuado regime parlamentarista, solução encontrada pelos líderes políticos do Congresso Nacional para evitar a ruptura da ordem jurídica e um desfecho sangrento para aquele impasse.

Sua fama logo ultrapassaria o Brasil meridional, e, na eleição do ano seguinte, ungido pela consagrada votação do povo carioca, tornou-se Deputado Federal pelo Estado da Guanabara. Naquela tumultuada quadra da vida brasileira, integrou com destaque a Frente Parlamentar Nacionalista e defendeu, com sua já conhecida eloquência, as chamadas reformas de base, conjunto de mudanças nos sistemas tributário, bancário, eleitoral, administrativo e agrário, patrocinadas pelo Presidente Goulart, pelo PTB e pelas demais forças progressistas e populares, com a finalidade de modernizar e humanizar o capitalismo brasileiro, possibilitando ao povo trabalhador, na cidade e no campo, uma justa participação nos frutos do progresso e da riqueza que esse mesmo povo produzia com suor e com sacrifício.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Jefferson Praia, permita-me um aparte rápido?

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Com muito prazer, Senador Osmar Dias, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Jefferson Praia, V. Ex^a, como todos nós, está fazendo uma homenagem justa e merecida ao nosso líder Leonel Brizola. Gostaria, neste ponto do pronunciamento de V. Ex^a, de mostrar um pensamento meu que considero importante. Quando Leonel Brizola fez a Rede da Legalidade em 1961 e evitou que, na época, já ocorresse o movimento militar e a queda do poder civil, ele o fez não por que tinha espírito revolucionário, mas por que tinha o espírito da legalidade. Ele era uma legalista e, como legalista, colocou em prática muitos movimentos contra os governos militares que se sucederam. Mas o fez como legalista, não como revolucionário. Quem conheceu de perto Leonel Brizola sabe que ele estava muito longe de ser um revolucionário. Ele era legalista e queria que o País vivesse num regime democrático. A sua luta pela democracia, com toda certeza, obteve êxito.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Sr. Presidente, a radicalização político-ideológica do período culminou no Golpe de 1964, obrigando Brizola, ao lado de Jango e de muitos outros companheiros democratas, a tomar o caminho de longo e doloroso exílio. Sua volta ao País, 15 anos depois, em 1979, com a decretação da anistia, marcou uma nova e fecunda etapa de sua vida pública.

A manipulação casuística das regras da legislação eleitoral pelos altos escalões do regime militar privou Brizola e seus companheiros da legenda do PTB. Mas, já acostumado a transformar derrotas em vitórias, não desanimou. Seguiu em frente. Fundou, em 1980, o nosso PDT e, dois anos depois, conquistou, pelo voto, o Governo e o coração do povo do Estado do Rio de Janeiro, não sem antes, em plena eleição, denunciar e derrotar a fraude da Proconsult, armadilha eletrônica destinada a falsear as apurações e roubar-lhe o mandato que os fluminenses lhe estavam outorgando.

No pleito de 1990, retornaria ao Palácio Guanabara, mais uma vez, graças ao voto popular.

Sr. Presidente, muito mais teria eu, neste momento, a acrescentar sobre a vida do nosso saudoso Brizola. Fico feliz por fazer parte do PDT, de Brizola, do Senador Jefferson Péres, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Osmar Dias, do nosso Ministro Carlos Lupi, do Deputado Vieira da Cunha, do nosso companheiro Manoel Dias e de todos os companheiros pedetistas do Brasil, principalmente dos pedetistas do Estado do Amazonas.

Muito obrigado. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JEFFERSON PRAIA.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para me associar ao Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento que deu origem a esta Sessão Especial, ao nobre Líder do meu partido, Senador Osmar Dias, aos companheiros da Bancada pedetista no Senado e a todos os ilustres Pares desta Casa nas homenagens à memória do ex-Governador do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e ex-Presidente Nacional do nosso Partido Democrático trabalhista, o estadista Leonel de Moura Brizola, desaparecido há quase quatro anos, no dia 21 de junho de 2004.

Durante as seis décadas em que iluminou o cenário político brasileiro, Brizola fez do seu discurso e das suas ações uma lição profunda e duradoura de amor ao Brasil e ao nosso povo.

Do início ao fim de sua trajetória pública, ele se destacou pela intransigente defesa das liberdades democráticas, do desenvolvimento econômico e da emancipação social dos brasileiros.

Sua identificação sincera e comovente com a luta cotidiana das pessoas do povo começou pela origem humilde desse líder de massas. Nascido a 22 de janeiro de 1922 no povoado gaúcho de Cruzinha, então pertencente ao Município de Passo Fundo, e que mais tarde passaria à jurisdição de Carazinho, mal completara um ano quando perdeu o pai, na Revolução Federalista de 1923.

Com sacrifício, concluiu seus cursos primário e secundário e, após diplomar-se como técnico rural, pelo antigo instituto agrícola de Viamão, próximo de Porto Alegre, em 1939, sempre trabalhando para sobreviver, ajudar a família e custear seus estudos, foi admitido, em 1945, à Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, cujo curso completaria de 1949.

Ainda universitário e já simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em agosto de 1945, ao lado de líderes sindicais, formou o primeiro núcleo gaúcho do partido.

Elegeu-se Deputado estadual em janeiro de 1947 e assumiu seu primeiro mandato com uma profissão de fé, que jamais abandonaria, declarando-se representante das camadas mais pobres da população. Reafirmou esse compromisso na sua recondução à Assembléia Legislativa gaúcha no pleito de 1950; na primeira eleição à Câmara dos Deputados, na eleição de 1954; e na eleição à Prefeitura de Porto Alegre um ano depois. No Governo da Capital, mostrou-se sensível às reivindicações dos trabalhadores nos setores de saneamento básico, educação (com a inauguração de numerosas escolas primárias na área urbana e sobretudo nas vilas populares) e transporte coletivo.

Sua proposta de reforma tributária e o seu ambicioso plano de obras foram respaldados entusiasticamente por cinco federações e 16 sindicatos em famoso “manifesto dos trabalhadores ao povo”.

Chegou ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, na eleição de 1958, a bordo de esmagadora vitória, tendo obtido mais de 55% dos votos. Sua administração teve como prioridade absoluta o desenvolvimento econômico e a industrialização do Rio Grande do Sul, procurando por meio do planejamento e da racionalização administrativa, fazer convergirem os esforços do Governo e da iniciativa privada, com atenção especial as pequenas e médias empresas.

Para financiar o processo de desenvolvimento, o Governo Brizola criou a Caixa Econômica estadual, transferiu para o controle acionário do Estado o Banco

do Rio Grande do Sul (Barrisul) e apoiou decisivamente a constituição do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), integrado pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Na educação, ampliou à escala estadual suas experiências vitoriosas quando à frente da Prefeitura de Porto Alegre. Assim, dotou o Rio Grande de 6.302 novos estabelecimentos de ensino, entre escolas primárias, técnicas, ginasiais e normais, em um total de 688.209 novas matrículas e com a admissão de 42.153 professores.

No período em que Brizola governava o Rio Grande do Sul, a frágil democracia brasileira passou por uma dolorosa prova: com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, os três ministros militares vetaram a posse do vice-Presidente João Goulart, líder trabalhista de expressão nacional e seu cunhado.

Corajoso e desprendido, Brizola abriu mão de toda e qualquer conveniência política e mesmo da própria segurança física, assumindo o comando da famosa “rede da legalidade”, formada por mais de 100 emisoras de rádio gaúchas, catarinenses e paranaenses para mobilizar o povo brasileiro em favor da posse de Jango, que, afinal, se daria em 07 de setembro de 1961, sob a égide da emenda constitucional que instauraria breve e tumultuado regime parlamentarista, solução encontrada pelos líderes políticos do Congresso Nacional para evitar a ruptura da ordem jurídica e um desfecho sangrento para aquele impasse.

Sua fama logo ultrapassaria o Brasil meridional, e, na eleição do ano seguinte, ungido por consagrada votação do povo carioca tornou-se deputado federal pelo Estado da Guanabara. Naquela tumultuada quadra da vida brasileira, integrou com destaque a frente parlamentar nacionalista e defendeu com sua já conhecida eloquência as chamadas reformas de base, conjunto de mudanças nos sistemas tributário, bancário, eleitoral, administrativo e agrário patrocinadas pelo Presidente Goulart, pelo PTB e pelas demais forças progressistas e populares com a finalidade de modernizar e humanizar o capitalismo brasileiro, possibilitando ao povo trabalhador, na cidade e no campo, uma justa participação nos frutos do progresso e da riqueza que esse mesmo povo produzia, com suor e sacrifício.

Sr. Presidente, a radicalização político-ideológica do período culminou no golpe de 1964, obrigando Brizola, ao lado de Jango e de tantos outros companheiros democratas, a tomar o caminho de longo e doloroso exílio.

Sua volta ao País quinze anos depois, em 1979, com a decretação da anistia, marcou uma nova e fecunda etapa de sua vida pública. A manipulação casuística das regras da legislação eleitoral pelos altos escalões

do regime militar privou Brizola e seus companheiros da legenda do PTB.

Mas, já acostumado a transformar derrotas em vitórias, não desanimou. Seguiu em frente. Fundou, em 1980, o nosso PDT e dois anos depois conquistou, pelo voto, o Governo e o coração do povo do Estado do Rio de Janeiro, não sem antes, em plena eleição, denunciar e derrotar a fraude da Proconsult, armadilha eletrônica destinada a falsear as apurações e roubar-lhe o mandato que os fluminenses lhe estavam outorgando.

No pleito de 1990, retornaria ao Palácio Guanabara, mais uma vez graças ao voto popular.

Nesses dois mandatos como Governador do Rio, suas inúmeras realizações reafirmaram-lhe a reputação de administrador incansável, inovador, austero, honrado e, acima de tudo, sintonizado com as carências do povo mais humilde e desprotegido, em especial as crianças e os jovens pobres e excluídos.

Nesse sentido, os maiores destaques couberam, mais uma vez e sempre, à educação. O Programa Especial de Educação Pública, introduzido em 1984, foi responsável pela construção dos famosos Cieps (Centros Integrados de Educação Pública), popularmente conhecidos como brizolões, escolas em horário integral para mil alunos, com assistência médico-odontológica, treinamento esportivo e facilidades recreativas. ao concluir seu primeiro mandato como Governador do Rio, Brizola deixou 446 dessas estruturas completas de pré-moldados prontas e pagas.

Data, também, desse período, a construção de 30 Casas da Criança na Capital e outras 11 no interior, destinadas ao atendimento escolar de meninos e meninas de três a seis anos, nas regiões mais populosas e carentes, num total de 3.500 crianças atendidas. De outra parte, o programa “Mãos à Obra nas Escolas”, introduzido em 1983, recuperou 3.075 unidades, com apoio comunitário e empresarial, em uma parceria bem-sucedida entre a comunidade, que conseguia o material, e a Empresa de Obras Públicas (EMOP), que fornecia a mão-de-obra.

A construção dos ‘brizolões’ deu emprego direto a 5 mil operários. O programa “Cada Família, um Lote” legalizou 41 mil terrenos e unidades habitacionais, com a entrega de 13 mil títulos de propriedade em favelas, conjuntos habitacionais e antigos loteamentos clandestinos em todo o Rio de Janeiro.

No segundo Governo Brizola à frente do Estado do Rio (1991 a 1994), seu empenho no desmantelamento de meia centena de grupos de extermínio, com prisão de policiais corruptos e indiciamento dos envolvidos nas chacinas da candelária e de vigário geral, valeu-

lhe elogios da *America's Watch* e de outros organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Novamente na área da educação, foram construídos mais de 506 Cieps e criada a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos de Goytacazes, para ensino e pesquisa de tecnologia para petróleo e gás, agropecuária e biotecnologia. No front ambiental, foi implantado o Parque Florestal da Pedra Branca (com 120 quilômetros quadrados) e promovido o plantio de 1,5 milhão de mudas de espécies da mata atlântica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o carisma brizolista foi nacionalmente testado na eleição presidencial de 1989, com resultado surpreendente. Apesar de haver perdido por apenas 0,5% do total de votos, o direito de ir para o segundo turno (obteve 11.168.228 sufrágios, contra 11.622.673 do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, e 20.607.936 de Fernando Collor), Brizola comprovou sua capacidade de transferência de votos em benefício do postulante petista. No segundo turno, em seus dois mais fortes redutos eleitorais (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), seu explícito apoio a Lula garantiu a este, respectivamente, 3,3 milhões de votos gaúchos (contra 1,5 milhão dados a Collor) e 5,2 milhões de votos fluminenses (contra 1,9 milhão para o adversário). Esses números reprisavam a votação de Brizola no primeiro turno, comprovando a transferência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a contribuição significativa e indelével de Brizola à construção do Brasil democrático moderno deve servir como inspiração para todos nós, brasileiros desta e das próximas gerações, comprometidos com a causa da soberania nacional, com a bandeira do fortalecimento econômico e com a realização do ideal da inclusão social e do desenvolvimento para todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador José Nery, do PSOL do Pará.

Senador José Nery, tendo em vista a proximidade da Ordem do Dia – e haverá a sessão normal, quando vários oradores estarão inscritos após a homenagem ao ex-Governador Brizola –, vou conceder a V. Ex^a e aos demais oradores cinco minutos, com dois minutos de tolerância.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados Federais; dirigentes do Partido Democrático Trabalhista (PDT); familiares e amigos do ex-Governador Leonel Brizola, saúdo a

bancada do PDT, o Senador Jefferson Praia, o Senador Osmar Dias e o Senador João Durval, e, em especial, saúdo a brilhante iniciativa do Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento para a realização desta sessão especial destinada a homenagear o ex-Presidente, o ex-Governador, o líder trabalhista Leonel de Moura Brizola.

Com muito orgulho, falo da vida e da obra de Leonel Brizola. Poucos políticos deste País merecem ser reverenciados e lembrados como Brizola. Desde sua juventude, no Rio Grande do Sul, quando abraçou a luta política, o Brasil perdeu um engenheiro talentoso e promissor e ganhou um dos maiores políticos que a Nação conheceu.

Como todo líder, Brizola acumulou uma legião de seguidores e também de alguns críticos que não toleravam sua independência e seu modo de operar a política.

Foi Deputado Federal, apoiou as reformas de base do Governo João Goulart, principalmente a reforma agrária. Foi Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Foi candidato à Presidência da República. Este foi o sonho que acalentou em toda a sua trajetória política: governar o Brasil e realizar as transformações que nosso País sempre desejou e pelas quais sempre lutou, para que se consolidassem em algum momento da nossa história.

Enfim, a história do Brasil o registra e o reconhece como exemplo e símbolo de político honesto, que sempre defendeu suas idéias com radicalismo e paixão.

Da direita, ouvimos dizer que Brizola encarnava o caudilhismo, que era seguidor das idéias de Getúlio Vargas, com uma tintura esquerdista, e que se propunha a incendiar nosso País e a implantar o comunismo.

Foi perseguido logo após o golpe militar de 1964, tendo se exilado no Uruguai e depois na Europa, fugindo da perseguição que lhe moviam os militares e os setores civis conservadores que apoiavam o golpe. Com a anistia política, em 1979, Brizola retorna e, em 1982, elege-se Governador do Rio de Janeiro, derrotando os setores conservadores e derrotando ainda as maracutaias do caso Proconsult, em que tentaram modificar o resultado eleitoral na apuração, na contagem dos votos, beneficiando os candidatos conservadores. Foi graças à contundência e à combatividade de Brizola que o resultado das urnas foi garantido.

É importante lembrar que, na história política de Brizola, houve, na verdade, um profundo golpe do ponto de vista da luta partidária, quando lhe arrancaram a legenda que havia ajudado a construir, o PTB, numa manobra urdida nos gabinetes da ditadura que impediu que ele consolidasse sua liderança no PTB. Brizola não se intimidou. Reagiu, foi à luta e construiu

o Partido Democrático Trabalhista, que tem sua presença marcada na recente história do nosso País, com participação importante no Executivo e com destacada atuação no Poder Legislativo, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras municipais. Portanto, é um Partido enraizado nacionalmente.

Eu queria assinalar que o que mais impressionava no líder Leonel Brizola era o vigor com que defendia suas idéias e com que manifestava suas convicções. O ideário de Brizola foi muito marcado pela defesa dos interesses dos trabalhadores e das reformas de base, às quais há pouco se referiu aqui o Senador Jefferson Praia. Tais reformas hoje são ainda muito atuais: a luta pela reforma agrária e o combate à impunidade no campo; a luta por educação integral, que garanta a todos os brasileiros o direito ao conhecimento; a luta em defesa dos direitos trabalhistas, em defesa do combate à impunidade, em defesa das reformas eleitoral e tributária. Todas as bandeiras levantadas naquele período continuam muito atuais.

Ao lembrar essas reformas, creio que a melhor maneira de homenagear Leonel Brizola é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, marcar decididamente nosso posicionamento e nossos votos em todas as matérias que digam respeito aos temas que fizeram parte daquela verdadeira legenda de pauta e daquele programa de mudanças que Brizola tanto apoiou e que por elas tanto combateu.

Portanto, no momento em que há ameaça a direitos trabalhistas, em que há desregulamentação de várias atividades que têm o Estado como indutor, em que há privatizações criminosas, creio que é importante que essas idéias, que permanecem para mim bastante atuais, possam significar nosso compromisso de continuar lutando por um Brasil mais justo e igualitário, onde o sonho da construção de uma sociedade socialista, sonho esse acalentado por Brizola em toda a sua trajetória, continue nos movendo e nos orientando no caminho das transformações que precisamos fazer e operar em nosso País.

Com certeza, se vivo estivesse, Brizola estaria muito incomodado com os rumos da política econômica atual. Ele estaria, com certeza, classificando-a de neoliberal, de antinacional, como sempre gostava de se manifestar.

Quero cumprimentar, por fim, a família de Leonel Brizola, o Deputado Federal Brizola Neto, os amigos, os convidados e todos os companheiros de jornada. Seus ideais sobrevivem. O lugar de Brizola está, de forma indelével, registrado na história do nosso povo.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplenete de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Senador Augusto Botelho, em função do horário da Ordem do Dia, só poderei conceder cinco minutos a V. Ex^a, com a prorrogação de dois minutos. Sei que é muito pouco para homenagear um líder como Leonel Brizola, mas, infelizmente, é o problema da nossa Ordem do Dia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, quero fazer uma justa homenagem, daqui da tribuna do Senado, ao homem, ao político, que ainda hoje simboliza a ética, a coragem, a confiança no povo brasileiro, a luta contra a corrupção: Leonel de Moura Brizola.

Infelizmente, há quatro anos, perdemos um pedaço da história política do Brasil; há 4 anos, perdemos um homem que sempre esteve disposto a lutar por um país mais justo.

A morte de Brizola deixou em mim o mesmo gosto amargo e a sensação de perda de alguém da família que faleceu repentinamente.

O ex-Governador e Deputado Federal foi um legítimo representante da classe política do Brasil, classe política com P maiúsculo. Com ele, aprendemos a respeitar a legalidade e a Constituição Federal; com ele, adquirimos o conhecimento de como enfrentar os poderosos na defesa do povo brasileiro.

A verdade é que a sua participação na vida política foi marcada pela mais profunda vocação, orientada por um inquestionável compromisso com as causas populares.

Este foi Leonel Brizola: um homem sensível, sensato e humilde, que continuou assim, mesmo quando, em diversas ocasiões, desferiram golpes mortais contra ele.

Ninguém pode negar o seu espírito de nacionalismo intenso, a sua preocupação com as camadas mais pobres deste País e a sua visão trabalhista da política.

Os jornais estamparam o seu pranto quando perdeu a sigla do PTB, mas ressurgiu das cinzas e fundou o Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além desse patrimônio político, Leonel Brizola era considerado um

dos principais líderes mundiais na defesa das causas populares.

Leonel Brizola foi, ao lado de Willy Brandt, Mário Soares, Felipe Gonzáles e François Mitterrand, um dos grandes nomes da Internacional Socialista. Na América Latina, ao lado de outros líderes latino-americanos, o fato repete-se: está entre os primeiros, entre os mais lembrados pelo povo do continente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, respeitando o seu tempo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho pela compreensão com relação ao tempo que está sendo disponibilizado para cada orador.

Anuncio a concessão da palavra ao Senador Marcelo Crivella.

Em seguida, temos o Senador Arthur Virgílio.

O Senador Marcelo Crivella acaba de assumir a tribuna. Eu o esperava pelo lado esquerdo, mas S. Ex^a veio pelo direito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sou um homem de centro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É um homem de centro.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella, dentro desta sessão de homenagem ao Sr. Leonel de Moura Brizola.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É com muita honra e alegria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, que faço uso da palavra nesta sessão destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento.

Ele teve marcante participação na história do nosso País, dos idos da década de 50 até nossos dias, e deixa seu exemplo como fonte de estudo para a nossa geração e para as gerações futuras.

Leonel de Moura Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 no povoado de Cruzinha. Alfabetizado por sua mãe, Onívia de Moura Brizola, começou na escola primária em 1931, em Passo Fundo. Em 1940, mudou-se para Porto Alegre e obteve emprego no serviço de parques e jardins da prefeitura. Para continuar seus estudos, matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos. Em 1945, começou a cursar Engenharia Civil na Universidade do Rio Grande do Sul, formando-se em 1949.

Simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945. O PTB, que tinha a maioria na Assembléia, aprovou (com o apoio

de Brizola) a instituição do regime parlamentarista no Estado, o que foi, Sr. Presidente, derrubado no Supremo Tribunal Federal como medida inconstitucional.

Em 1952, foi nomeado Secretário de Obras do Governo Ernesto Dornelles. Dois anos depois, foi eleito Deputado Federal pelo PTB, em outubro de 1954. Tomou posse na Câmara em 1955, mas ficou pouco tempo, porque foi eleito Prefeito de Porto Alegre. Sua gestão foi marcada pela construção de escolas primárias, o que marcaria toda a sua vida, e melhoria dos transportes coletivos.

Em outubro de 1958, foi eleito governador gaúcho com mais de 55% dos votos. Em janeiro de 1959, criou a Caixa Econômica Estadual e adquiriu o controle acionário do Banco do Rio Grande do Sul. Criou a Aços Finos Piratini e a Companhia Riograndense de Telecomunicações e pressionou o Governo Federal a instalar uma refinaria no Estado. Encampou a Companhia Telefônica Rio-Grandense, uma subsidiária da International Telephone & Telegraph. No setor de educação, construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais.

No nosso querido Estado do Rio de Janeiro, foi governador duas vezes: de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. E seus dois governos foram marcados por importantes realizações. Gostaria de destacar a construção do Sambódromo, da Linha Vermelha, da Universidade Estadual do Norte Fluminense e, principalmente, os Centros Integrados de Educação Pública, os Cieps.

Com instalações projetadas por Oscar Niemeyer, o Governador Leonel Brizola inaugurou, em 1993, a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Com sede em Campos dos Goytacazes e unidades em Macaé (Petróleo e Gás), Itaperuna (Engenharia Agrária), Santo Antonio de Pádua (Veterinária) e Itaocara (Agricultura), a UENF é uma universidade que tem por objetivo a formação de cientistas e tecnólogos e, talvez, uma grande legenda, um grande patrimônio que se acrescentou, com dimensões definitivas, ao arcabouço da nossa civilização fluminense.

De todas as realizações do Governo de Brizola no Rio, sem sombra de dúvida, aquela que mais atendeu aos anseios da população pobre foram os Centros Integrados de Educação Pública, idealizados e planejados por Darcy Ribeiro, na parte organizacional e pedagógica, e por Oscar Niemeyer, na concepção arquitetônica.

Sr. Presidente, logo no início da sua gestão, o Governador Leonel Brizola pensou em multiplicar pequenas escolas por todo o Estado, como já fizera no Rio Grande do Sul. Entretanto, logo se verificou que a ampliação do número de escolas, por si só, não re-

solveria a questão da jornada escolar muito reduzida. Então, Sr. Presidente, ele pensou em instalar Centros Culturais Comunitários para receber as crianças durante cinco horas adicionais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Também chegou a ser cogitada a construção de Escolas-Parque, semelhantes às que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro implantaram em Brasília, mas a prática recomendou a superação dessas proposições iniciais para a definitiva concepção dos Cieps. O Ciep, mais tarde, passou a ser chamado carinhosamente pela nossa população de “Brizolão”.

Por isso tudo, Sr. Presidente, cumprimento o Senador Cristovam Buarque, do PDT, por essa iniciativa tão auspiciosa de homenagear esse grande líder nesta sessão.

Sr. Presidente, queria terminar apenas fazendo a narrativa do dia de sua morte, um elogio fúnebre daquele derradeiro momento, quando houve, no Rio de Janeiro, em cada coração uma dor, em cada alma uma lágrima, em cada lar um voto de pesar e tristeza. É que Leonel de Moura Brizola, Sr. Presidente, não veio ao mundo para plantar o ódio, veio para semear o amor. E, por isso mesmo, naquele dia, naquela tarde, uma imensa multidão se agitava no coração da nossa capital e se colocava por extenso ao longo das ruas e avenidas adjacentes ao Palácio Guanabara para prestar a última e derradeira homenagem ao grande líder, ao Deputado, ao Prefeito, ao Governador, ao servidor do povo, ao amigo de todos, que horas antes a morte nos arrebatara tragicamente. Foi o seu último encontro com o povo generoso do Rio de Janeiro, que o recebeu, ouviu e elegeu na volta do amargo e injusto exílio. E esse encontro, Sr. Presidente, eu presenciei, foi monumental, foi o ato mais solene e majestoso de revogação de todas as injúrias e calúnias que na vida pública lhe arrogaram os ódios e paixões.

Sua vida exemplar, tecida no trabalho, no estudo, na bondade, na lealdade irreparável e nos princípios democráticos que pautavam sua conduta, honra e dignifica a memória política do nosso País e é patrimônio de dimensões monumentais para a nossa história.

Cada amigo, cada correligionário, até mesmo os adversários, do mais simples homem do povo até o Presidente da República, que ali também compareceu, todos traziam no coração e no olhar a expressão mais sincera de admiração, respeito e gratidão por todas as lutas e campanhas políticas históricas daquele grande brasileiro.

Outro como ele, Sr. Presidente, tardará muito a nascer! Mas seu exemplo de vida, sua dignidade e fidelidade inquebrantáveis aos mais altos valores e amor à Pátria são como um facho de luz nos momentos mais tormentosos e graves da vida nacional a iluminar e mostrar o caminho certo e seguro para os destinos da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para que V. Ex^a possa me inscrever para uma breve comunicação no tempo oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores familiares do Governador Leonel Brizola, de maneira bastante breve, como o Sr. Presidente sugere e requer, recordo que sou filho de alguém que foi líder do PTB na Câmara dos Deputados e líder do PTB e do Governo Goulart no Senado, as duas funções em acumulação, e que tinha uma relação de amizade bastante significativa com o Governador Leonel Brizola. Por uma dessas armadilhas do destino, meu pai terminou sendo o primeiro líder de enfrentamento ao regime autoritário. Se ele era o líder do Governo, se o Governo cai e se ele tem a vergonha na face de não aderir, é óbvio que, num primeiro momento, coube a ele, naqueles momentos tormentosos de 31 de março, de 1º de abril, de 2 de abril, por aí afora, a incumbência de liderar o que pudesse haver de forças de oposição à ditadura que se implantava. Então, meu pai e alguém que não tinha partido, que nem era próximo da chamada esquerda, nem era próximo de Brizola nem de Jango, Josaphat Marinho, foram os dois únicos Senadores que votaram contra Castelo Branco naquela primeira eleição indireta do ciclo dos generais-presidentes.

Mas eu dizia, ainda há pouco, ao meu colega de bancada, prezado amigo e Senador Jefferson Praia que Brizola tinha uma característica profundamente dele, uma característica que derivava do seu tamanho político, meu prezado Nélio. Foi derrotado para Prefeito do Rio de Janeiro, para Senador pelo Rio de Janeiro, para Presidente da República, com votação não condizente com sua estatura política. Mas Brizola – que, se não fosse Brizola, estaria, digamos assim,

claramente liquidado para o exercício da vida pública –, se chegasse aqui depois dessas três derrotas, dessas quatro derrotas, de quantas fossem, simplesmente se tornaria a pessoa mais importante de todos nós. Essa era uma derivação do seu tamanho político.

Ainda tive a felicidade de visitá-lo, já como Líder do PSDB no Senado, meu prezado Senador Paulo Paim – e quero render minhas homenagens ao PDT na figura de seu Líder, Senador Osmar Dias –, ainda tive a honra e a alegria de visitá-lo pela última vez em sua casa na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. Ele estava perto do fim. Fui junto com o então presidente do meu partido que havia perdido a eleição para Presidente da República, o Governador José Serra. Fomos lá, e percebi um Brizola com estatura menor do que aquela que eu havia conhecido na minha infância: era o reflexo da doença que o acometia. Havia apenas um auxiliar na sua casa, e ele atendia os telefones sem recorrer a ninguém, levantava-se agilmente para cumprir com suas obrigações, com seus compromissos. No final, levou-nos até a porta, Presidente Garibaldi. Vimos, então, algo incrível. Poderia ser pelo Serra, que havia disputado uma eleição de Presidente da República – um pouco pode ter sido pelo Serra –, mas foi mesmo pelo Brizola: assim que ele colocou o rosto fora do prédio e na calçada da Avenida Atlântica, juntou uma verdadeira multidão. As pessoas não estavam vendo ali alguém em quem votar ou em quem não votar; estavam vendo ali o homem da história, aquele que estava passando para a dimensão histórica e saindo da dimensão da disputa eleitoral – isso não era mais fundamental para ele.

Ouvi aqui diversos pronunciamentos, alguns com dados biográficos consistentes, outros com passagens da sua vida pública. Eu poderia me referir ao episódio que mais me marcou e que mostrou sua coragem pessoal, sua coragem pública, que foi o episódio da Cadeia da Legalidade.

Se alguém me disser que Brizola não errou, eu diria que errou, que errou muitas vezes. Por mim, ele não teria de ter ficado contra o estado de sítio. Errou ele a meu ver, errou Arraes, errou todo mundo que, naquele momento, desarmou o Presidente Goulart da última chance que João Goulart tinha de enfrentar o Governador Lacerda, o Governador Ademar de Barros e o Governador Magalhães Pinto. Sem o estado de sítio, virou presa fácil para os que queriam implantar o golpe. Mas errar e acertar fazem parte da vida.

Seu grande acerto, para mim, foi a Cadeia da Legalidade, foi a luta pela posse do Presidente Goulart. E, entre seus erros e seus acertos, eu, que tinha discordâncias profundas no campo econômico em rela-

ção ao Governador Brizola, sem arredar um milímetro da admiração por ele – era aquela sensação de que eu estava sempre diante de um herói –, sou levado a reafirmar, ano após ano, minha crença de que Brizola é mesmo um personagem da história, Sr. Presidente, um grande personagem da história deste País!

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, e concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida de Leonel Brizola, como ressoam dos discursos que aqui foram pronunciados, foi marcada pela tradição histórica mais legítima do povo do Rio Grande do Sul, uma carreira identificada com a bravura, com a coragem, com a coerência e o espírito de visão próprios de um grande estadista. Ele, muito embora à primeira vista, possa ser interpretado, na sua atuação, como um político populista, na realidade, quando assumiu a responsabilidade de dirigir a grande terra gaúcha – o Rio Grande do Sul – e o Rio de Janeiro, teve propostas que colocou em execução e que consubstanciam a visão de um governante comprometido com o futuro, com o desenvolvimento dos seus Estados – do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio de Janeiro – e, também, com o desenvolvimento e o progresso do Brasil. Basta que nos fixemos na sua preocupação com a educação dos mais jovens. Desde a sua passagem pela Prefeitura de Porto Alegre, como no Governo do Rio Grande do Sul, a prioridade que ele deu à educação traduz numa palavra o seu espírito devotado, de visão, não só altruísta como uma visão futurista de um político comprometido como desenvolvimento do nosso País.

A certeza de que temos é que Leonel Brizola, Senador Paulo Paim, achava – e estava certo – que o Brasil tinha de dedicar-se à educação dos seus filhos com prioridade, como fizeram tantos outros países que hoje estão na dianteira do Brasil, como Japão e Alemanha, que saíram da Segunda Guerra Mundial completamente trucidados e conseguiram reerguer-se por meio não apenas de um desenvolvimento tecnológico especializado, mas pela prioridade que seus governantes concederam à educação.

Portanto, a minha palavra, Sr. Presidente, nesses cinco minutos que V. Ex^a me concede, é de homena-

gear a um homem que teve o espírito de grandeza de um governante que se lembrou da juventude.

Como político, era um homem de palavra. Era um homem que, onde tivesse uma bandeira rejuvenescedora da política nacional, ele estava ali perto, incentivando. Eu me recordo que, mesmo em Sergipe, algumas vezes Brizola esteve nos nossos comícios, propondo mudanças de métodos, de políticas partidárias mais condizentes com a situação do mais pobre. Ele contribuiu, com a sua participação no nosso Estado, com vários movimentos pela edificação de uma política mais moderna, de acordo com a realidade da sociedade sergipana.

Por isso, faço uma homenagem a Leonel Brizola, que encarnou, na sua vida política, as grandes figuras que fizeram a história do Rio Grande do Sul, desde Júlio de Castilhos, passando por Borges, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Pasqualini e tantos outros que construíram a grandeza e o patrimônio do valoroso povo gaúcho.

As minhas homenagens, portanto, ao grande líder Leonel Brizola, que fez história e, hoje, constitui-se um patrimônio da história do nosso País. (Palmas.)

O PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares e, ao encerrar esta sessão, quero me associar a todos os oradores que falaram sobre a personalidade e sobre a memória do ex-Governador Leonel de Moura Brizola.

Quero, especialmente, agradecer ao Senador Cristovam Buarque, que teve a feliz iniciativa de requerer a realização desta sessão e dizer, conforme os oradores já assinalaram, da influência que Leonel de Moura Brizola exerceu sobre as últimas gerações de políticos brasileiros, exercendo funções como a Presidência de Honra da Internacional Socialista, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Rio Grande do Sul e, por duas vezes, o Governo do Rio de Janeiro.

Mas Leonel Brizola não se notabilizou apenas no exercício desses cargos eletivos. Ele exerceu um importante papel de liderança na resistência nos anos de restrições ao direitos democráticos, tendo deflagrado a então Campanha da Legalidade. Sustentou com ela a resistência civil às pretensões de se impedir a posse do Vice-Presidente da República, João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1961.

Ao retornar ao Brasil, no final da década de 70, como disseram aqui vários oradores, exerceu importante liderança no movimento “Diretas Já”, tendo sido por duas vezes candidato à Presidência da República pelo PDT, Partido que ele mesmo fundou.

Era um entusiasta da educação como fator de inclusão social e de fomento ao crescimento econômico. Graças a ele, implantaram-se os tão conhecidos Cieps – Centros Integrados de Educação Pública, onde os alunos se ocupavam, em tempo integral, de atividades escolares, culturais e desportivas.

Morrendo, aos 82 anos de idade, em junho de 2004, vitimado por problemas cardíacos, o Brasil perdeu, certamente, uma de suas lideranças políticas mais expressivas.

Quatro anos depois, o Senado Federal reverencia aqui a sua memória pelas palavras de vários oradores, que falaram, sobretudo, do perfil desse homem público que se destacava pela coragem. Coragem na defesa das suas idéias, coragem na defesa dos seus ideais, mesmo se aqueles ideais e aquelas idéias não tivessem, como, muitas vezes não tiveram, um consenso na nossa sociedade.

Portanto, associo-me a todos os oradores que aqui falaram e digo que o Senado não poderia faltar, nesta hora, com esta homenagem a Leonel de Moura Brizola.

Suspendo este horário da sessão dedicado à homenagem a sua memória por apenas dois minutos, quando retomaremos os nossos trabalhos com a votação da Ordem do Dia de hoje.

Está suspensa a sessão por apenas dois minutos.

(Suspensa às 16 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está reiniciada a sessão.

Concedo a palavra para uma comunicação inadiável, por apenas cinco minutos improrrogáveis, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Justiça Federal do Acre comemorou, no último dia 9 de junho, 40 anos de serviços prestados ao povo acreano, cumprindo seu ideal democrático de levar justiça e cidadania à população.

Os poucos registros existentes dão conta que a criação da Justiça no meu Estado data dos idos de 1908, quando, em Sena Madureira, foi instalado o primeiro Tribunal de Apelação. Posteriormente, em maio de 1967, tiveram início, em Rio Branco e ainda em caráter provisório, os trabalhos da Seção Judiciária Federal do Acre, cuja instalação foi oficializada no ano seguinte. Estávamos em pleno regime de exce-

ção, com o AI-5 – auge desse dramático e lamentável período – editado em 1968.

Nos duros anos em que vigorou no País o regime militar, seus trabalhos continuaram sendo pautados pelos princípios democráticos de liberdade, igualdade e justiça social. Como bem lembrou o eminente Juiz Federal Jair Araújo Facundes, “a Justiça Federal fez clara e firme opção por uma ordem jurídica legítima e que fosse, antes de tudo, comprometida com a dignidade da pessoa humana e o ideal de democracia” e “foi quem emitiu o primeiro ato estatal a reconhecer, em plena ditadura militar, que o próprio Estado brasileiro estava incorrendo em grave violação dos direitos do homem, como proclamou a sentença proferida pelo Juiz Federal Márcio Morais, no caso envolvendo a tortura e a morte do jornalista Vladimir Herzog pelos órgãos de repressão estatal”.

Ao longo de tantos anos, a Instituição protagonizou momentos que corroboram sua atuação inequívoca em prol da ética, da defesa da cidadania e pela dignidade da população acreana.

Exemplos de ações na busca do respeito às leis e do resgate da normalidade institucional não lhe faltam, como a suspensão da exigência de prova documental para comprovação da condição de seringueiro junto ao INSS; a realização, no ano de 2000, da maior audiência em processo de narcotráfico do País, quando foram ouvidas 17 testemunhas de acusação e 17 advogados representando 52 réus, resultando na condenação de 37 deles.

Em setembro de 2004, no âmbito da Justiça Federal do Acre, foi criado o Juizado Especial Federal Virtual do Acre, iniciativa que teve como principal objetivo democratizar o acesso à Justiça, além de imprimir agilidade a processos que, no mais das vezes, desenvolvem-se com extrema lentidão. A ação permitiu que processos e audiências passassem a ser feitos pelo computador, desonerando o Estado e melhorando o atendimento àqueles que procuram a Justiça.

Por tudo isso, é com muita satisfação que presto minhas saudações aos Juízes Federais Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, David Wilson de Abreu Pardo, Pedro Francisco da Silva e Jair Araújo Facundes, cujo trabalho em prol da consolidação da democracia e do Estado de direito no Acre tem sido motivo de orgulho para todos nós.

De fato, Sr. Presidente, esses quatro juízes e todos os servidores da Justiça Federal do meu Estado dão exemplo de idealismo na função pública que exercem

e constituem-se na confiança dos cidadãos daquele Estado na Justiça do nosso País.

É por essa razão que eu faço aquilo que julgo ser uma justa e sincera homenagem à Justiça Federal do meu Estado nos seus 40 anos.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Mário Couto, Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, definitivamente o Estado do Pará não tem segurança pública. É o que se comprova por meio dos fatos aterrorizantes que vitimam, todos os dias, a população, que não esconde mais sua insatisfação e desespero pela situação de ingovernabilidade por que passa o meu querido Estado do Pará.

A violência é generalizada, atingindo todas as classes sociais, sem que os delinqüentes respeitem sequer as autoridades constituídas, a exemplo do seqüestro relâmpago de que foram vítimas, no último dia 5 do corrente mês, o Deputado Estadual Arnaldo Jordy e o Vereador da Câmara Municipal de Belém do Pará, Daniel Pegado.

A sociedade encontra-se ainda mais em polvorosa, ao tomar conhecimento, por meio da imprensa local, da declaração do Delegado Geral da Polícia Civil. Olhem bem, Sr^{as} e Srs. Senadores e Senador Papaléo Paes, a declaração é do Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará – não é outra pessoa –, o Sr. Justiniano Alves. Ele admitiu a existência de corrupção na polícia paraense – olhem a gravidade! –, motivada pelo tráfico de entorpecentes e grupo de extermínios.

Sr. Presidente, a situação é grave. Diante da importância do tema, solicito a V. Ex^a que seja considerado como lido nosso discurso e inseridas nos Anais da Casa as reportagens publicadas no jornal *O Liberal*, edições dos dias 04 e 05 de junho do ano incurso, sob o título “Delegado admite corrupção na Polícia” e “Deputado e Vereador são seqüestrados”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Delegado admite corrupção na Polícia

TRÁFICO

Justiniano Alves diz que serão abertos inquéritos para investigar denúncias

A Polícia Civil do Pará determinou às seccionais urbanas de Belém abertura de inquéritos policiais para investigar denúncia sobre o tráfico de drogas em 52 pontos de venda de 18 bairros da capital. A ordem partiu do delegado geral Justiniano Alves, com base em reportagem publicada na edição de domingo passado em O LIBERAL que mapeou o comércio de drogas em Belém. "Já determinei a todas as seccionais relacionadas a essas áreas que abram procedimentos para apurar essas denúncias. É uma medida para reforço de todas as ações que temos feito na capital", diz. Ele também admitiu o envolvimento de policiais civis em esquemas de tráfico de drogas, mas afirmou que esses casos vêm sendo investigados, resultando em demissões.

De janeiro a maio deste ano, 16 procedimentos administrativos e 297 sindicâncias foram abertos contra policiais civis. No dia 15 de maio, o então delegado de Moju, Luís Carlos Barbosa, foi exonerado do cargo pelo crime de concussão - obtenção de vantagem, serviço ou dinheiro com abuso de influência do seu posto -, embora Justiniano não especifique qual o crime pelo atribu-

ído a Luís Carlos.

"A Corregedoria tem toda liberdade e autonomia para apurar e prender, se foi delito penal, ou pôr na rua policiais através de procedimento administrativo. A Polícia Civil tem constantemente colocado policiais na rua por improbidade administrativa. Tem sido a nossa prática, comprovada a materialidade do delito, ter colocado policiais na rua", diz. "A Polícia Civil do Pará não passa a mão. Pelo contrário, estamos reprimindo com toda nossa determinação esse tipo de delito praticado por policiais".

O delegado-geral negou que esteja em curso uma investigação para apurar, especificamente, o envolvimento de quatro delegados da Polícia Civil e três oficiais da Polícia Militar com o tráfico de drogas, como publicado domingo em O LIBERAL. "Seria até infantil da minha parte divulgar operações que envolvam a prisão relacionada ao crime organizado e ao narcotráfico", afirma. "Se alguém passou essa informação, o fez de má-fé. Se você pretende prender policial, você não

acusados de integrar grupos de extermínio. E concluiu: "Investigações ocorrem diariamente. Temos agido de forma preventiva, através de um trabalho de inteligência".

EXCLUSIVIDADE

A argumentação do delegado geral, no entanto, é a mesma posição oficial que a cúpula da Segurança do Estado deu no mês de dezembro do ano passado, quando O LIBERAL publicou com exclusividade matéria investigativa que comprovava a existência de um esquadrão da

morte agindo na Grande Belém, especialmente nas regiões de Icoaraci e Marituba. Na oportunidade, diversos delegados confirmaram, também no anonimato, a investigação, que um mês e meio depois, se confirmou através da "Operação Navalha na Carne" e que a cúpula da Polícia também negava em dezembro. Como se sabe, a operação também foi comandada à época pela Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e o Grupo de Prevenção ao Crime Organizado do Ministério Público (Geproc), as mesmas fontes da reportagem sobre o tráfico publicada no domingo

passado. Na "Operação Navalha da Carne" foram pedidas as prisões de 32 pessoas.

O delegado lembra que muitas das apreensões realizadas e investigações relacionadas a policiais corruptos foram feitas a partir de denúncias anônimas apresentadas ao Disque Denúncia, pelo telefone 181, que garante o sigilo do denunciante, sem registro da ligação telefônica, e é coordenado por uma organização de direitos humanos independente.

Reportagem de O LIBERAL, lista 52 pontos de venda de drogas em 18 bairros de Belém

podê divulgar antes. Jamais acreditaria que policiais ou o próprio Ministério Público do Estado possam ter dado essa informação". Ele afirma que o sigilo possibilitou o sucesso da operação Navalha na Carne, empreendida em fevereiro deste ano, e que resultou na prisão de policiais

Deputado e vereador seqüestrados

JORNAL O LIBERAL

Edição de 05/06/2008

Em São Brás

Arnaldo Jordy e Daniel Pegado foram libertados depois de rodar 'meia cidade'

O deputado estadual Arnaldo Jordy e o vereador Daniel Pegado foram vítimas de seqüestro relâmpago e ficaram uma hora e meia sob a mira dos revólveres de três assaltantes, na madrugada de ontem, em Belém. Ambos do PPS, ele e Daniel Pegado haviam saído de uma reunião partidária, ocorrida no centro da cidade.

O deputado deu carona ao vereador. E o deixou na avenida Governador José Malcher com a travessa 14 de Março. Um Siena parou em frente ao carro do deputado, que imaginou que seus ocupantes fossem entrar em um prédio que há naquela área. Só que, no momento em que o vereador saía do veículo, um homem desceu do Siena. De arma em punho, ele mandou que pegado entrasse novamente no automóvel. Dois homens e uma mulher entraram no carro de Jordy, ficando no banco de trás.

Um dos bandidos - todos eram jovens - colocou o revólver na cabeça de Jordy. Começou, aí, o drama dos dois políticos. 'Rodamos meia cidade', disse o deputado. O tempo todo ele pedia calma aos bandidos, bastante nervosos. Jordy dizia que ele e Daniel Pegado não estavam armados, não criariam problemas aos assaltantes e que eles poderiam levar os objetos de valor que estavam no carro e em poder das vítimas. Os bandidos estavam agressivos e ameaçadores. Eles, então, queriam que as vítimas fossem até um caixa eletrônico, para retirar dinheiro.

Eles foram ao Banpará da avenida Senador Lemos. Só que havia uma pessoa no caixa eletrônico e, receosos de que pudessem ser descobertos, os bandidos desistiram. O deputado Arnaldo Jordy disse que poderia conseguir R\$ 300,00 com um amigo. Ele disse que ligaria para essa pessoa, a quem explicaria que precisava do dinheiro porque seu filho estava passando mal. O argumento convenceu os bandidos. Jordy ligou para o amigo, agiu conforme o combinado e pediu que ele deixasse o dinheiro na portaria do prédio em que mora, no bairro do Umarizal.

O parlamentar apanhou os R\$ 300,00 e entregou aos assaltantes. Os bandidos, agora, queriam levar as duas vítimas para a ilha de Outeiro. Jordy, novamente, argumentou que eles já haviam conseguido o que pretendiam e que seria arriscado ir para Outeiro, pois, no percurso, poderia haver alguma barreira policial. As palavras do deputado convenceram os assaltantes, que os deixaram na avenida Almirante Barroso, próximo à travessa Mauriti. Eles fugiram a pé, levando, ainda, celulares, carteira porta-cédulas e paletós das vítimas.

VIATURA

O deputado disse que ele e Daniel Pegado foram até o prédio onde funcionava o Comando Geral da Polícia Militar, em cuja área fica o novo Erec, uma unidade da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (Funcap). Segundo Jordy, havia uma viatura e dois policiais militares no local. Ele explicou que tinha acabado de ser vítima de um seqüestro relâmpago. Mas, conforme o parlamentar, os policiais disseram que, cumprindo ordens superiores, não poderiam abandonar seus postos de trabalho. Jordy e Pegado registraram ocorrência na Seccional de São Brás. O deputado soube, naquela unidade, que o Siena em que os bandidos estavam era roubado.

Ou seja, eles já haviam dominado outras vítimas antes de abordar o deputado e o vereador, embora não soubessem tratar-se de políticos. Jordy comentou que a violência está presente em qualquer lugar da cidade e que qualquer cidadão está sujeito a viver o que ele e Daniel Pegado enfrentaram na madrugada de ontem. Mas disse ter estranhado a conduta dos dois policiais militares com os quais falou dois minutos depois de terem sido libertados pelos três assaltantes. Os três bandidos não foram presos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com minha assinatura, com a do Senador José Agripino, que se dirige à Mesa a partir de agora, Líder do DEM, e com a do Líder da Minoria, Senador Mário Couto, estou requerendo ao Senado da República voto de pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília – DF. Requeiro esse voto nos termos do art. 218 do Regimento Interno, lembrando que o ex-Senador foi radialista dos mais conhecidos e respeitados nesta cidade, neste Distrito Federal.

João Assis Meira Filho, ou simplesmente Meira Filho, como era conhecido, faleceu no domingo, dia 8 deste mês de junho de 2008, no Hospital Brasília, Lago Sul de Brasília, vítima de aneurisma. Estava com 85 anos de idade. Mas, até três semanas antes, ainda concedeu entrevista à Rádio Nacional, a propósito dos 50 anos da emissora, com cuja história se confundia.

Jornalista e radialista, ele foi um dos iniciadores da Rádio Nacional, em Brasília. Por muitos anos, naquela época de pioneirismo, ele manteve programa que, como disse, fazia a intercomunicação entre os que construíam a nova Capital e as famílias que haviam deixado pelo País. Ao mesmo tempo, exerceu também a função de locutor oficial nos atos da Presidência da República. Foi seu programa popular, no entanto, que o tornou conhecido e querido e que acabou trazendo-o a esta Casa com expressiva votação como integrante da primeira bancada de Senadores do Distrito Federal.

Foi Senador e Constituinte (1987 – 1995), deixando depois a atividade pública. Pelo que fez na política e no radialismo, Meira Filho torna-se merecedor da homenagem póstuma que ora proponho a esta Casa, que o acolheu.

Sr. Presidente, eu mantinha relação pessoal privilegiada com o Senador Meira Filho e com seus filhos: Haroldo, que é publicitário; Xuxa, que é funcionária desta Casa; e Marcelo, que é diretor da Rede Bandeirantes de Televisão. É, portanto, com muito sentimento que endereço à família Meira todo o meu carinho: o carinho da minha família, o carinho da minha bancada, o carinho de todos aqueles – funcionários, Senadores – que se lembram da passagem cordial, da passagem justa, da passagem decente por esta Casa de um ho-

mem simples, de um homem humilde, que se fez querido do povo que o fez Senador.

Portanto, faço questão de anunciar este requerimento de voto de pesar, na certeza de que ele será, à unanimidade dos nossos Pares, acolhido, pelo merecimento que tinha e que tem a figura política, a figura pública e, para mim, a figura particular e amiga do Senador Meira Filho, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido na forma do Requerimento, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveite a oportunidade que V. Ex^a me dá para me associar à manifestação que o Senador Arthur Virgílio faz em seu próprio nome e em nome do seu Partido. Associe-me a essa manifestação, porque fui companheiro do Senador Meira Filho, que foi pioneiro em Brasília. Ele, talvez, tenha sido o primeiro locutor de programa de rádio desta cidade.

Ele era figura conhecidíssima e se elegeu Senador na primeira eleição direta para o Senado, quando se elegeram três Senadores. Ele foi o mais votado e exerceu, por oito anos, o mandato de Senador. Foi meu colega, inclusive, na Constituinte.

Guardo de S. Ex^a as melhores recordações e aqui me associo às manifestações de pesar a toda a sua família e ao Distrito Federal, que perde, na figura de Meira Filho, uma de suas melhores expressões políticas. Era homem sério, correto, decente, que, quando foi Parlamentar, exerceu com dignidade seu mandato.

Sr. Presidente, como não tive oportunidade antes, eu queria também manifestar meu apreço pela figura do ex-Governador Leonel Brizola.

Tive momentos de confluência, de convergência, e momentos de divergência de Brizola. Guardo boas recordações dos momentos de convergência. Tive oportunidade de partilhar palanque eleitoral com Brizola na minha Capital. Disputamos uma eleição em que Brizola e eu somamos forças políticas em torno dos nossos candidatos.

Mais recentemente, já líder do então PFL – hoje, Democratas –, tive oportunidade de participar de muitos encontros com o ex-Governador, com o ex-Parlamentar Leonel Brizola. Conversávamos muito, e eu sentia em S. Ex^a vibração ao falar da questão da educação.

Brizola foi o homem do Sambódromo do Rio de Janeiro, foi o homem da Linha Vermelha do Rio de Janeiro, foi o homem da estatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, foi o

homem dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), foi o homem das escolas de tempo integral do Rio de Janeiro quando foi Governador, foi o homem que, quando Governador do Rio Grande do Sul, construiu mais de seis mil escolas. Entendo que, para um homem público, para um detentor do Poder Executivo, nada é mais meritório do que a visão de futuro pela prioridade que o governante dá à educação, à verba que o governante gasta para manter a educação de boa qualidade.

Eu me lembro muito bem, Presidente Garibaldi, Senador Papaléo, de que meu pai foi Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte há muitos anos. E ele foi Relator da Lei de Diretrizes e Bases quando Deputado Federal. Quando Deputado, ele conheceu os melhores educadores do Brasil. Quando ele foi Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, anos depois, ele levou para o Estado do Rio Grande do Norte exatamente uma professora, a Professora Lia Campos, de quem me lembro. Eu era menino. Era professora de alta qualificação, gaúcha, certamente produto da ação de Brizola como Governador, que se voltou fundamentalmente para a educação do seu Estado e que produziu esse resultado lá no meu Estado. Meu pai, que se dedicou, em grande medida, a melhorar a educação do meu Estado, levou uma expressão do magistério gaúcho para qualificar a educação do Rio Grande do Norte, produto de Leonel de Moura Brizola.

Com essas palavras, Sr. Presidente, agradecendo-lhe a oportunidade, quero manifestar minha saudade cívica do ex-Governador, do ex-Deputado, do ex-Parlamentar Leonel de Moura Brizola, um brasileiro acima de qualquer suspeita. Ele teve acertos e equívocos, mas foi um homem probo, um homem decente, um homem com qualidades de espírito público singulares e que, por essa razão, merece a homenagem de que foi objeto na tarde de hoje.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu também queria me somar às homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero me somar às homenagens póstumas a Meira Filho.

Meira Filho foi pioneiro na Rádio Nacional de Brasília, um radialista de respeito, de nome; um radialista que dedicou parte da sua vida ao jornalismo e, depois do jornalismo, também foi um brilhante Senador.

Por isso, Sr. Presidente, quero me associar a essas homenagens póstumas, porque aqui, no Senado,

participando da Constituinte, Meira Filho foi brilhante e jamais poderia ser esquecido por nós.

Externo meus sentimentos de perda, de lembrança, nesta homenagem à figura de Meira Filho, que jamais poderá ser esquecida por todos nós, pelo brilhante trabalho que fez na imprensa e no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de ter acompanhado o Presidente Lula na homenagem hoje prestada ao Dr. Antônio Ermírio de Moraes e ao Dr. Roberto Kalil, na Faculdade de Medicina, só pude agora chegar, mas quero externar também minha solidariedade à homenagem prestada à memória do Dr. Leonel Brizola, ex-Governador, ex-Presidente do PDT, ex-Deputado Federal, que tão bem se distinguiu por sua coragem.

Quero aqui me somar às palavras de todos os Senadores que o homenagearam e também à sua família e a todos que, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, tão bem foram por ele representados.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, após o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio; em seguida, a Senadora Rosalba.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Os jornais publicaram hoje matéria bastante expressiva sob o título “Diga não à volta da CPMF”. E o texto é: *“Existem 112 tipos de tributos no País. O brasileiro trabalha em média 142 dias para pagar tributos. O problema da saúde pública não é a falta de recursos”*.

Aí, dirige-se a nós:

Senhores parlamentares:

Justo quando o Brasil se apresenta ao mundo como uma força econômica ascendente e se consolida no mercado mundial.

Justo quando o Congresso Nacional se une em produtivos debates, com a participação da sociedade, sobre uma Reforma Tributária.

Justo, enfim, quando livres de um tributo anacrônico – a CPMF – que atormentou a vida dos cidadãos e das empresas e afugentou capitais.

Justo nesse momento do País, uma proposta, no Congresso Nacional, ameaça a sociedade, com a possibilidade de ressurreição da CPMF.

A CPMF sob um novo nome:

A CSS – Contribuição Social para a Saúde – é a CPMF sob novo nome. Usa-se um apelo emocional – o necessário acesso à saúde pública – como justificativa para a criação de novo tributo. Um tributo que destrói empregos e que afeta a capacidade de o País crescer.

Prossegue o documento:

Não bastam os tributos hoje existentes?

E responde:

A receita tributária aumentou R\$31,5 bilhões apenas nos primeiros 4 meses deste ano. Só isso representa mais de três vezes a expectativa de arrecadação anual da CSS [que na verdade significa] (volta da CPMF), da ordem de R\$10 bilhões ao ano. Os recursos para o gasto em saúde devem se originar da arrecadação dos tributos existentes e não de uma nova tributação. O Congresso não pode transferir esse ônus para a sociedade. Mesmo com a cobrança da CPMF, desde 1996, permanecem os problemas da saúde pública. Não faltam recursos e sim gestão eficaz e definição de prioridades orçamentárias.

E conclui:

O Congresso já tomou a decisão correta: o fim da CPMF.

A sociedade brasileira já disse não à CPMF. Ela não merece a sua ressurreição com outro nome.

Assinam:

Ação Empresarial
Confederação Nacional da Indústria
[CNI]

Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Confederação Nacional das Instituições Financeiras

Confederação Nacional do Transporte
[CNT]

Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

E mais 49 federações, associações, institutos e sindicatos empresariais.

Peço que esse documento seja acolhido, na íntegra, pelos Anais da Casa, Sr. Presidente, como uma advertência a todos nós e como um alerta a que o Governo busque uma racionalização dos seus gastos para não termos terríveis surpresas negativas para a

nossa economia, ainda no decorrer do mandato do Presidente Lula da Silva.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIGA NÃO À VOLTA DA CPMF

**EXISTEM 112 TIPOS DE TRIBUTOS NO PAÍS.
O BRASILEIRO TRABALHA EM MÉDIA 142 DIAS PARA PAGAR TRIBUTOS.
O PROBLEMA DA SAÚDE PÚBLICA NÃO É A FALTA DE RECURSOS.**

Senhores parlamentares:

Justo quando o Brasil se apresenta ao mundo como uma força econômica ascendente e se consolida no mercado mundial.

Justo quando o Congresso Nacional se une em produtivos debates, com a participação da sociedade, sobre uma Reforma Tributária.

Justo, enfim, quando livres de um tributo anacrônico - a CPMF - que atormentou a vida dos cidadãos e das empresas e afugentou capitais.

Justo nesse momento do País, uma proposta, no Congresso Nacional, ameaça a sociedade, com a possibilidade de ressurreição da CPMF.

A CPMF SOB UM NOVO NOME

A CSS - Contribuição Social para a Saúde - é a CPMF sob novo nome. Usa-se um apelo emocional - o necessário acesso à saúde pública - como justificativa para a criação de novo tributo. Um tributo que destrói empregos e que afeta a capacidade de o País crescer.

NÃO BASTAM OS TRIBUTOS HOJE EXISTENTES?

A receita tributária aumentou R\$ 31,5 bilhões apenas nos primeiros 4 meses deste ano. Só isso representa mais de três vezes a expectativa de arrecadação anual da CSS (volta da CPMF), da ordem de R\$ 10 bilhões ao ano. Os recursos para o gasto em saúde devem se originar da arrecadação dos tributos existentes e não de uma nova tributação. O Congresso não pode transferir esse ônus para a sociedade. Mesmo com a cobrança da CPMF, desde 1996, permanecem os problemas da saúde pública. Não faltam recursos e sim gestão eficaz e definição de prioridades orçamentárias.

O CONGRESSO JÁ TOMOU A DECISÃO CORRETA: O FIM DA CPMF

A sociedade brasileira já disse não à CPMF. Ela não merece a sua ressurreição com outro nome.

AÇÃO EMPRESARIAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL
E MAIS 49 FEDERAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, INSTITUTOS E SINDICATOS EMPRESARIAIS

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, depois, pela ordem, se possível, eu gostaria de falar um minuto sobre uma solenidade que houve em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador. Em seguida será V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu gostaria também, neste dia em que o Senado presta homenagem à memória do grande brasileiro Leonel de Moura Brizola, de me associar, até porque poucos sabem, mas o início da minha vida política foi no PDT de Leonel Brizola. Tive a oportunidade de, por várias vezes, encontrar-me com o Governador Brizola, com o grande líder Brizola. Na época em que fui prefeita, pela primeira vez, da cidade de Mossoró, o meu partido era o PDT. Inclusive, a minha primeira filiação foi ao PDT, pelo conhecimento da defesa intransigente que Leonel Brizola fazia das questões da educação, em defesa da nossa criança.

Sr. Presidente, pode ficar certo de que as unidades de apoio à criança que tive a oportunidade de construir, colocando em creche, muitas em tempo integral, dez mil crianças lá na cidade de Mossoró, tinham inspiração nesse programa que foi fruto da experiência, da dedicação, da visão de futuro desse grande homem, que sabia que o Brasil, para ser forte, precisava caminhar firme pelos caminhos da educação.

Há também outra questão que sempre, desde menina, despertou-me admiração, que é exatamente a defesa que Brizola fazia das nossas questões nacionais. Lembro-me da campanha “o petróleo é nosso”. E, hoje, exatamente relembro essa grande luta de Brizola em defesa da nossa Petrobras, em defesa do nosso petróleo, venho aqui também fazer uma observação, Sr. Presidente, de algo que se refere ao nosso Estado, o Rio Grande do Norte. Desde os finais da década de 70, o petróleo é explorado no nosso Estado, o que já rendeu milhões de reais para enriquecer o nosso País, fruto do ouro negro retirado do nosso subsolo. O nosso pequeno Estado tem contribuído muito, e nós sabemos – V. Ex^a sabe e tem sido um defensor – que é necessário que sejamos reconhecidos, já que o Governo Federal, por decisões políticas, não tem reconhecido o valor da contribuição do nosso petróleo, deixando-nos crescentemente indignados com a injustiça de não termos uma refinaria.

Já fomos preteridos quando se falava na primeira refinaria para o Nordeste, que acabou indo para Pernambuco; depois, outra refinaria foi para o Rio de

Janeiro; agora – o anúncio está em todos os jornais, em todos os recantos –, uma segunda refinaria será instalada no Nordeste e vai para o Maranhão. Nós é que produzimos! Daqui a 20 ou 30 anos, se não forem descobertas novas jazidas no nosso Estado, esse petróleo vai se exaurir e, em vez de termos ficado com o resultado, a compensação pelo muito que contribuimos, Sr. Presidente, vamos ficar tamponando os buracos que foram abertos na época em que havia petróleo, porque é uma riqueza que não é renovável.

Então, estamos aqui, aproveitando este momento, para nos somarmos a todos na homenagem a esse grande brasileiro, lembrando da sua luta em favor do nosso Brasil, pela educação e na defesa das nossas riquezas, do nosso potencial, quando fez a campanha “o petróleo é nosso”. Que ele nos ilumine para, em defesa do nosso Estado, podermos ter o direito, que é nosso, de termos também uma refinaria, e não as compensações que colocam como se fossem um confeito na boca de uma criança, dizendo que o Pólo de Guamaré vai se transformar numa refinaria, porque agora haverá mais uma planta de refino para ampliar o seu trabalho. É claro! A Petrobras é uma empresa competente, aproveita tudo e, se aquilo ali está sendo feito, é exatamente por sua competência e também visando ao lucro, mas não é o que nós precisamos. Nós precisamos, sim, de uma refinaria prêmio, como a que está sendo anunciada; de um investimento como o que houve em Pernambuco, de bilhões de dólares, que já está sendo anunciado para o Maranhão, e que já se fala que poderá ir para o Ceará. Não tenho nada contra o Ceará, muito pelo contrário, nem contra nenhum Estado brasileiro, mas não posso deixar de ver o nosso pequeno Estado, que há mais de trinta anos sonha e tem as condições técnicas, mais uma vez ficando escanteado, esquecido e injustiçado.

Em nome daqueles que sempre trabalharam – e aqui renovo a figura de Leonel Brizola, que sempre teve a coragem, a audácia, e esteve à frente do seu tempo – em defesa deste Brasil forte e soberano, estou aqui clamando, Sr. Presidente, a junção dos nossos esforços pela nossa refinaria do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, só um minutinho. Não sei se posso, mas esqueci uma coisa muito importante.

Falamos de criança, e eu gostaria de registrar a presença do diretor da Casa de Apoio à Criança com Câncer, lá do nosso Estado, Dr. Rilder, e do Dr. Roberto, que também faz esse trabalho maravilhoso lá na Bahia. Eles também estão na luta pelas crianças.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Sena-

dores, o Senador Arthur Virgílio está aqui recolhido em um silêncio estranho, tendo em vista a participação ativa que sempre tem durante as discussões. Perguntei-lhe por que estava cabisbaixo e S. Ex^a disse-me que, ao falar sobre Arthur da Távola, a emoção foi tão grande que lhe causou essa prostração de angústia, de tristeza e de saudade do amigo, do homem público, do Senador que respeitamos muito nesta Casa.

Quero, Senador, não só me solidarizar com sua amargura, mas com a certeza de que o exemplo de Arthur da Távola permanecerá para todo o sempre entre nós. Não só por seu amor à música, por sua cultura, mas pelas suas definições de trabalho, inclusive pelo futebol! Espero que V. Ex^a realmente cultue essa memória e tire essa tristeza de seu rosto, porque, provavelmente, Arthur gostaria de vê-lo alegre e confiante.

A Leonel Brizola, presto também minhas homenagens. Endossaria tudo o que foi falado sobre ele aqui. Infelizmente, por atraso do avião, não cheguei a tempo. Até por conversas particulares que tivemos quando ele era Governador do Estado do Rio e eu era Diretor da Polícia Federal, percebi que havia uma grande aflição dele com o crescimento do tráfico de drogas e da criminalidade nos morros do Rio de Janeiro. Ele queria formar algumas forças-tarefa para tentar impedir que esse crescimento trouxesse tanto prejuízo aos moradores da periferia e dos morros do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, quero registrar aqui – e depois mandarei um voto de congratulações – um ato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizado hoje na Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo, onde ele pôde entregar, por meio de projeto do Ministro Temporão, a medalha Oswaldo Cruz a dois eminentes homens públicos de São Paulo e do Brasil.

O Dr. Roberto Kalil, um jovem professor de Medicina, que tem cuidado do coração de várias autoridades não só desta Casa, mas também do próprio Presidente e do Governador do Estado de São Paulo. Falo com um carinho especial, Senador José Agripino, porque, quando tive um enfarte e praticamente meu coração foi cortado pela metade – mas tenho muito amor para dar ainda –, ele, a pedido do meu filho, correu ao hospital, viu que era grave e chamou o Dr. Adib Jatene, que me operou, dando à minha mulher 5% de possibilidade de eu sair com vida da mesa. Aqui estou, há mais de seis anos, graças ao carinho e à amizade de todos vocês.

Quero estender essa homenagem feita ao Roberto Kalil, porque aqui temos cerca de dez Senadores que são médicos e eu queria que eles também recebessem essa homenagem, Tião Viana. O médico tem algumas virtudes que o homem comum não tem, como salvar vidas, e ele vê o sofrimento daqueles que se angustiam, na busca de cada dia melhor atender não só pelo SUS, mas dentro das possibilidades de cada médico na sua trajetória.

Outro homenageado que também recebeu a comenda de ouro é o Dr. Antônio Ermírio de Moraes, um grande empresário, que tem feito um trabalho de grande envergadura na economia brasileira, sem deixar de lado, Tião, a sua devoção pela saúde. Cuida, há mais de quarenta anos, do Hospital Beneficência Portuguesa. Não só os sócios da Beneficência são atendidos, mas também pacientes do SUS, que tem 60% do atendimento, mas repassa, parece-me, só 25% da verba. O resto vem daqueles que contribuem com o Hospital Beneficência Portuguesa. Antônio Ermírio de Moraes não pôde estar presente, por razão de viagem, segundo seu filho, que o representou e recebeu, em nome do pai, a medalha Oswaldo Cruz.

Queria estender essa homenagem. Apresentarei o requerimento a V. Ex^a. Agradeço a oportunidade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, agora quero lhe agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero agradecer a V. Ex^a, em nome do grupo dos Senadores que estão interessados em resolver a situação dos aposentados deste País: o Senador Paim, que é o grande coordenador, Senador Mão Santa, Senador Papaléo, Senador Geraldo Mesquita, Senador Flexa Ribeiro.

V. Ex^a sabe que não é dever desta Casa, mas, pela sensibilidade e o respeito que tem V. Ex^a à causa dos aposentados, levou-nos à presença, hoje, há poucos instantes, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Lá, estivemos questionando, pedindo, apelando para a sensibilidade do Presidente Chinaglia, com o objetivo de que ele pudesse colocar ainda neste semestre os projetos do Senador Paulo Paim em pauta, para que soubéssemos qual seria o resultado da votação daquela Casa.

Externou-nos o Presidente Chinaglia que é quase impossível colocar os projetos de interesse dos aposentados em pauta, em razão de um acordo de lideranças para que se dê prioridade à Emenda nº 29, porque estamos a poucos dias do encerramento deste semestre. Mas nos deu a esperança de que logo nos primeiros meses do segundo semestre poderíamos ter essa votação, esses projetos colocados em pauta.

Por isso, Sr. Presidente, estou mais uma vez agradecendo a V. Ex^a em nome de todos os Senadores. E quero externar à população brasileira, especialmente aos aposentados e pensionistas deste País, que estamos atentos. Os Senadores estão atentos e só deixarão, obviamente, de se preocupar com essa causa quando tivermos os direitos dos aposentados regularizados.

Portanto, Presidente, mais uma vez, agradeço muito a paciência, a vontade de V. Ex^a, porque não é mais dever nosso, não é mais obrigação nossa, mas

sim da Câmara Municipal. Mas, mesmo assim, nós achamos que o dever ainda pertence a nós, porque trata-se do povo brasileiro, da sociedade brasileira, dos aposentados sofrendores, que merecem o nosso respeito e a nossa dedicação. Por isso, achamos que a responsabilidade ainda é nossa e, para tanto, contamos com a colaboração de V. Ex^a sempre.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a devida autorização do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, eu quero fazer uso da palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra pela Liderança, por dez minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade que me dá de fazer uso da tribuna sobre um assunto extremamente importante que diz respeito ao nosso Partido, ao Brasil, ao Governo atual, porque, realmente, muitos dos pontos que estão aqui, importantes para a situação econômica atual por que o Brasil passa, devem ser observados com mais responsabilidade pelo atual Governo.

Há 15 anos, Sr. Presidente, na passagem de maio para junho de 1993, o Brasil dava um passo decisivo rumo ao desenvolvimento social e econômico. No Ministério da Fazenda, um grupo de economistas da mais alta estirpe começava a desenhar os primeiros esboços daquele que viria a ser o vitorioso Plano Real.

Hoje, com a economia estabilizada, com o Brasil definitivamente incluído no rol das nações que cumprem as regras do jogo econômico mundial, penso que vale a pena lançar os olhos sobre o passado, sobre os idos de 1993. Ao fazê-lo, podemos constatar mais uma vez que, sem o trabalho ao mesmo tempo heróico e criterioso desenvolvido naquela ocasião, não teríamos chegado ao cenário atual.

Os tempos, Sr^{as} e Srs Senadores, eram difíceis. No período de 1986 a 1993 – ou seja, em apenas sete anos – e, sempre com o objetivo primordial de debelar a inflação, nosso País foi submetido a cinco planos econômicos. Todos na linha do choque heterodoxo.

Os resultados, todas as vezes, tinham sido semelhantes: após alguns meses artificialmente contida, a inflação voltava ainda mais forte e persistente. E a população, que nos momentos iniciais de cada um dos planos sempre reagia com otimismo, logo via frustradas as suas esperanças.

De modo, Sr. Presidente, que chegamos àquele maio de 1993 no pior dos mundos. A inflação mensal medida pelo IGP-M beirava os 30%, e já se trabalhava com a perspectiva de inflação anual de 2.500%. O povo, decepcionado com as experiências anteriores, não estava disposto a aceitar qualquer proposta que se configurasse como uma nova aventura.

Não podemos esquecer também que, em pouco mais de um ano, teríamos eleições para a Presidência da República. Estávamos naquilo que se costumava chamar de “final de governo”. Final de governo, digase de passagem, de um Presidente que apenas completava o mandato de outro.

Por tudo isso – pelo fracasso das outras tentativas, pela relativa fragilidade do Governo –, as condições políticas para a implementação de um novo plano econômico pareciam extremamente desfavoráveis.

Foi assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessas circunstâncias quase desanimadoras que, em maio de 1993, o Presidente Itamar Franco convocou Fernando Henrique Cardoso para a Pasta da Fazenda.

A equipe do novo Ministro pôs mãos à obra. Debruçou-se principalmente sobre as histórias dos planos anteriores, para aprender com erros e não repeti-los e, também, para aproveitar daquelas experiências o que tinha tido de bom. De forma que o produto saiu melhor que a encomenda.

Uma das características marcantes do Plano Real, Sr. Presidente, é que ele foi ampla e exaustivamente preanunciado. Ao contrário dos planos anteriores, anunciados de supetão, ele não pegou os brasileiros de surpresa. Ao contrário, foi sendo implementado de forma consciente, cautelosa e gradativa.

Fundamental para o seu sucesso, por exemplo, foi o Fundo Social de Emergência, instituído ainda em 1993. Com essa medida, o Governo deixava bem claro que o desajuste das contas públicas, principal causa da inflação, seria, enfim, enfrentado. Em outras palavras, o Brasil começava a entender que não se combate a fúria inflacionária com um golpe de mão, com uma canetada, mas sim com um orçamento equilibrado.

Em março de 1994, seria introduzida a URV (Unidade Real de Valor) como indexador geral da economia. Convivendo com a moeda da época, o cruzeiro real, a URV mostrou à população que produtos e serviços poderiam ter dois preços: um artificial, em constante mudança, corroído pela inflação, e outro real, bem mais estável, a refletir adequadamente os custos de produção.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1º de julho de 1994, abandonava-se de vez a URV e passava-se a adotar o real como unidade monetária do País. Finalmente, após tantas desilusões com os planos anteriores, a inércia inflacionária era enfrentada com rigor e competência. Finalmente, Sr. Presidente, podia-se dizer que o Brasil domara a terrível inflação.

E não se pode dizer, de jeito nenhum, que a equipe responsável pelo Plano Real dormiu sobre os louros da vitória. Durante os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Governo soube preservar os fundamentos que davam solidez à economia. Preocupou-se, acima de tudo, com o equilíbrio orçamentário, condição sem a qual as conquistas econômicas logo se desvanecem.

O coroamento desse processo, sabemos todos, se deu com a promulgação da Lei Complementar nº 101 – a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal –, em 25 de maio de 2002. Uma lei, Sr. Presidente, que muda a história da administração pública em nosso País. Uma lei que impõe aos governantes da União, dos Estados e dos Municípios uma conduta muito mais efetiva e transparente na gestão dos recursos públicos.

Esta, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a herança recebida pelo atual Presidente da República ao assumir o Governo: o Plano Real totalmente consolidado; a Lei de Responsabilidade Fiscal promulgada; a inflação contida; a economia estabilizada; o Brasil respeitado no cenário internacional e programas sociais, como o Bolsa-Escola, em fase de franca expansão.

Uma herança bendita em todos os sentidos. Uma herança, convém lembrar, que os atuais detentores do poder tudo fizeram para não receber. Os Senadores e Deputados do PT lutaram, com grande alarde, contra o Plano Real. Os Senadores e os Deputados do PT lutaram, com grande alarde, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. E muitos deles – muitos daqueles que esbravejaram e votaram contra o Plano Real e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal – hoje se encontram encastelados em postos-chave do Governo. Um Governo que tem como marcas tão-somente a manutenção da política econômica e a mudança de nome ou sigla dos programas sociais do Governo Fernando Henrique Cardoso.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, não quero fazer deste pronunciamento libelo contra o oportunismo e a desfaçatez daqueles que, ao invés de reconhecer a boa herança recebida, tratam de renegá-la ao mesmo tempo em que dela tiram proveito. Tanta incoerência, cedo ou tarde, será percebida por todos.

O que quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é enaltecer e comemorar o fato de que, há 15 anos, o Brasil vem adotando uma política econômica que se destaca pelo equilíbrio, pela sobriedade e pela competência.

E, se o País tem trilhado esse caminho virtuoso, há que se reconhecer o mérito daqueles que, lá por maio de 1993, souberam apontar o rumo a seguir e, concomitantemente, dar os primeiros passos que se faziam necessários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2008

Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades públicos ficam obrigados a inserir, em suas páginas da rede mundial de computadores (internet), atalhos apontando para bases de dados oficiais contendo fotos de pessoas desaparecidas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

Trata-se de assunto atinente à segurança e ao bem estar da população, pelos quais incumbe a um Estado de Direito zelar. Hoje a sociedade brasileira defronta-se com uma real necessidade de resolver o problema do alto número de pessoas desaparecidas no País. Com o advento de novas tecnologias, dispomos de ferramentas que podem efetivamente contribuir para a solução dessa questão premente.

Estima-se que, hoje, no Brasil, só no segmento de crianças e adolescentes, cerca de 40 mil indivíduos desapareçam por ano. A maior parte é encontrada nas primeiras 48 horas, mas um percentual significativo, entre 10% e 15%, permanece desaparecido por longos períodos de tempo. Alguns casos jamais são resolvidos.

O público em geral é grande auxiliar no trabalho de investigação da polícia. Buscando arregimentar essa ajuda, já se recorreu a diferentes veículos de divulgação, entre eles contas de luz, embalagens de leite e anúncios na televisão. Chegou a hora de aproveitar o vasto potencial representado pela rede mundial de computadores.

Com efeito, a internet tem uma grande penetração no Brasil, e essa penetração acelera-se a cada ano. A divulgação dos casos pela internet alcançaria facilmente um público de centenas de milhares de pessoas, recrutando uma parcela considerável de auxiliares do trabalho dos setores envolvidos na busca de desaparecidos.

A presente iniciativa não demanda, para sua implementação, nem grandes esforços, nem alta competência tecnológica, nem tampouco vultosos recursos financeiros. Ao contrário, iria aproveitar programas, já em plena operação, preparados pelo Governo Federal em conjunto com diversos outros entes federativos. Para isso, basta a inclusão, na programação das pá-

ginas na internet mantidas pelo órgão público, de um pequeno trecho de código de computador.

Exemplo desses programas – que pode nortear a proposta ora sob análise e ser integralmente aproveitado no segmento de crianças e adolescentes desaparecidos – é a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (REDESAP), implantada em dezembro de 2002, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com o suporte tecnológico do Ministério da Justiça, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA). A iniciativa foi criada com o objetivo de constituir um cadastro nacional de desaparecidos, criar e articular serviços especializados de atendimento ao público e coordenar um esforço coletivo e de âmbito nacional para busca e localização dessas pessoas.

Certos de que a medida aqui apresentada contribuirá, de forma simples e eficaz, para minorar o problema, aliviando a angústia de muitas famílias brasileiras, conclamamos os ilustres Pares para apoiar a sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Raimundo Colombo**.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2008

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tomar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo III do Título II, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“CAPÍTULO III

Do Direito à Educação e ao Trabalho”

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 28. São assegurados, como condições de dignidade da pessoa humana, o direito ao trabalho e o direito à educação escolar do condenado, a que corresponde o dever social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de efetivá-los em regime de colaboração.

§ 1º O direito à educação observará os fundamentos constitucionais da cidadania, bem como da educação escolar e profissional do condenado e do internado.

§ 2º A educação escolar compreenderá, além da matrícula na etapa e modalidade própria do ensino fundamental e médio, a inclusão do condenado em programa de educação individualizado, adequado e apropriado à sua condição com atividades culturais em época de férias e recesso escolares.

§ 3º Os programas individualizados observarão a proposta pedagógica do Departamento Penitenciário local, que o apresentará, até o dia 30 de janeiro de cada ano, aos demais Órgãos de Execução Penal, para aprovação.

§ 4º O ensino fundamental será de oferta e matrícula obrigatória, integrando-se aos sistemas escolares dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e o ensino médio, quando oferecido pela rede do Distrito Federal e dos Estados, será compulsório para os que tenham concluído o ensino fundamental.

§ 5º A educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

§ 6º Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento com os ambientes físicos e equipamentos didáticos compatíveis com as necessidades de aprendizagem, incluindo biblioteca, provida de livros instrutivos e recreativos, com a devida ventilação, iluminação e mobiliário apropriado, para uso de todas as categorias de reclusos. (NR)

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante salário previamente estabelecido, respeitado o salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) aos gastos com a família e outros dependentes do preso;

c) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas alíneas anteriores, respeitado o máximo de 70% da remuneração.

..... (NR)

Art. 30.

Seção II

Da Educação e do Trabalho Interno

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado a comparecer ao

programa de educação ministrado no estabelecimento.

§ 1º Somente após a matrícula no curso adequado à sua situação escolar o preso estará obrigado ao trabalho, que deverá ser exigido na medida de suas aptidões e capacidade.

§ 2º Para o preso provisório, os programas de educação e de trabalho só poderão ser executados no interior do estabelecimento. (NR)

Art. 32. Na atribuição dos programas de educação e de trabalho deverão ser levadas em conta a escolaridade, a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Parágrafo único. Os maiores de 60 (sessenta) anos, bem como os doentes e portadores de necessidades especiais exercerão atividades de trabalho e de educação apropriadas às suas condições. (NR)

Art. 33. A jornada de trabalho será de 6 (seis) a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados, de forma a assegurar a participação do condenado nas atividades escolares.

.....(NR)

Art. 34.

Art. 35.

Seção III

Do Trabalho Externo

Art. 36.

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade do preso e do internado.

.....(NR)

Art. 2º A Seção IV do Capítulo I do Título V da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Seção IV
Da Remição

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou pela participação no programa de educação do estabelecimento, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º O preso provisório gozará de remição automática, mesmo sem aderir ao programa de educação, quando a prisão cautelar exceder a 90 (noventa) dias, até que seja intimado pessoalmente da sentença condenatória.

§ 2º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de:

a) 1 (um) dia de pena por 20 horas-aula de participação no programa de educação previamente estabelecido, atestada a aprovação do condenado ao final do curso;

b) 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho;

c) 1 (um) dia de pena por 3 (três) de prisão cautelar, a partir do nonagésimo dia até a intimação da sentença condenatória.

§ 3º O preso impossibilitado de prosseguir no programa de educação, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 4º O direito à remição é cumulativo.

§ 5º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público. (NR)

Art. 127. O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido pelo trabalho, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

Parágrafo único. Fica assegurado o direito do condenado de freqüentar as atividades escolares, mesmo durante o cumprimento de punição disciplinar de qualquer natureza. (NR)

Art. 128.

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou que estejam submetidos ao programa de educação, contendo informação dos dias de trabalho e de horas freqüentadas de cada um deles.

.....(NR)

Art. 130.”

Art. 3º Revogam-se o inciso IV do art. 11 e os arts. 17, 18, 19 e seu parágrafo único, 20 e 21 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Reconhecer a educação como verdadeiro sustentáculo onde podemos assentar objetivos de desenvolvimento e crescimento continuado do País é o passo primordial para que possamos tê-los sem a histórica exclusão das classes menos favorecidas.

Apresentamos, pois, esta proposição com o intuito de dar maior oportunidade aos condenados por crimes os mais diversos, mas que, muitas das vezes, são as maiores vítimas da exclusão sócioeducacional brasileira.

Amontoados, freqüentemente, nas celas dos presídios espalhados por todo o Brasil, esses conde-

nados são vítimas do ócio e da falta de oportunidades de crescimento pessoal.

Acreditamos que tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados significará um grande avanço para o sistema prisional brasileiro. Haverá, assim, real possibilidade de retornar à sociedade cidadãos mais preparados, após a educação formal e profissional do preso. Por isso mesmo, a expectativa é que diminuam os índices de reincidência criminal.

A posição especial da educação, em relação ao trabalho, que pretendemos instituir repercute nas regras de remição da pena, de forma que o preso abaterá um dia a cada 20 horas-aula efetivamente cumpridas no programa educacional do estabelecimento penal.

Aproveitamos, também, para instituir a remição automática do preso provisório, sempre que a prisão cautelar exceder noventa dias, até a intimação da sentença penal condenatória.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2008

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, novo trecho situado entre Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, e a divisa com o Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 2.2.2 da Relação Descritiva das Rodovias, subitem Ligações, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte trecho rodoviário:

.....

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição BR	km
	Espigão do Oeste - divisa RO/MT	RO	82	-	-

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Rondônia tem se revelado um estado com enorme potencial agrícola, constituindo um dos importantes marcos da expansão da economia do País. O Município de Espigão do Oeste, por sua vez, é um grande pólo de insumos agrícolas do Estado de Rondônia, com uma produção que abastece o mercado interno e gera excedente a ser comercializado com estados vizinhos.

A existência de adequada infra-estrutura de transportes é o primeiro passo para assegurar a colocação dos produtos locais no mercado nacional e a acessibilidade dos habitantes aos serviços sociais, além de constituir uma das formas mais eficazes de se buscar a melhoria dos níveis de vida da população.

A malha rodoviária do estado, porém, é ainda bastante incipiente, se considerado o elevado ritmo de crescimento que vem se registrando nos últimos anos.

Várias estradas servem o Município de Espigão do Oeste, promovendo a ligação entre a zona rural e a cidade, mas essas vias locais tornam-se intranstitáveis no período das chuvas, destruídas pelas enxurradas.

O trecho que se quer incluir no sistema rodoviário federal responde pelo acesso da área produtiva à BR-364, praticamente a única ligação federal com o restante do País. Essa inclusão confere à via especial importância como vetor de desenvolvimento da região.

Em função da posição geográfica que se encontra o Município de Espigão do Oeste em relação à BR-364, a sua produção sofre com a baixa competitividade em comparação com outros municípios que são cortados pela rodovia federal.

A aprovação do presente projeto de lei trará muitos benefícios de ordem econômica e social, recíprocos entre os municípios interligados, a exemplo do aumento do fluxo produtivo, o intercâmbio do comércio, a maior geração de empregos, a facilidade em atender as famílias no que se refere a serviços de saúde e educação. Além disso, Espigão do Oeste poderá se tornar cidade pólo no aspecto comercial e passará a atrair investimentos da iniciativa privada ligados aos setores da agroindústria e da pecuária.

Pelas razões expostas, contamos colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto que apresenta o qual, estamos certos, irá beneficiar o Estado de Rondônia, e, assim, a economia do País.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

2.2.2 - RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	kr
<u>RODOVIAS RADIAIS</u>					
010	Brasília-Pakanã-Carolina-Porto Franco-Guanã-Belém ...	DF-GO-MA-PA	1.901	-	-
020	Brasília-Posse-Barreiras-Picos-Fortaleza	DF-GO-BA-PI-CE	1.882	-	-
030	Brasília-Montalvânia-Carínhanha (porto fluvial do S. Francisco)-Brumado-Ubatuba-Campinho	DF-GO-MG-BA	915	-	-
040	Brasília-Três Marias-Belo Horizonte-Barbacena-Juiz de Fora-Três Rios-Rio de Janeiro (praça Mauá)	DF-GO-MG-RJ-GB	1.172	-	-
050	Brasília-Cristalina-Uberlândia-Uberaba-Ribeirão Preto-Campinas-São Paulo-Santos	DF-GO-MG-SP	1.051	040	10
060	Brasília-Anápolis-Goiânia-Rio Verde-Jataí-Campo Grande-Fronteira com o Paraguai	DF-GO-MT	1.281	-	-
070	Brasília-Jaraguá-Aragarças-Cuiabá-Cáceres-Fronteira com a Bolívia	DF-GO-MT	1.286	-	-
080	Brasília-Uruaçu-Cachimbo-Jacareacanga-Canumã-Manaus, ..	DF-GO-MT-PA-AM	2.227	-	-
<u>RODOVIAS LONGITUDINAIS</u>					
101	Touros-Natal-João Pessoa-Recife-Maceió-Aracaju-Feira de Santana-Itabuna-São Mateus-Vitória-Campos-Niterói-Rio-Mangaratiba-Angra dos Reis-Caraguatatuba-Santos-Iguape-Antonina-Joinville-Itajaí-Florianópolis-Tubarão-Osório-São José do Norte-Rio Grande	RN-PB-PE-AL-SE-BA-ES-RJ-GB-SP-PR-SC-RS	4.517	-	-
104	Macau-Pedro Avelino-Lajes-Cerro Corá-Ligação-Santa Cruz-Campina Grande-Caruaru-Maceió	RN-PB-PE-AL	522	-	-
110	Arca Branca-Mossoró-Augusto Severo-Patos-Monteiro-Cruzeiro do Nordeste-Petrolândia-Paulo Afonso-Ribeira do Pombal-Alaçoinhas-Entronc. c/BR-324	RN-PB-RN-PB-PE-PB-PE-AL-BA	1.065	-	-
116	Fortaleza-Russas-Jaquaribe-Sulgueiro-Canudos-Feira de Santana-Vitória da Conquista-Teófilo Otoni-Muriae Leopoldina-Além Paraíba-Teresópolis-Entronc. c/ BR-493-Entronc. c/BR-040-Rio de Janeiro-Barra Mansa-Lorena-São Paulo-Registro-Curitiba-Lages-Porto Alegre-Pelotas-Jaguarão	CE-PB-CE-PE-BA-MG-RJ-GB-RJ-SP-PR-SC-RS ..	4.468	-	-
120	Araçuaí-Capelinha-Guanhães-Itabira-Nova Era-São Domingos do Prata-Ponte Nova-Ubã-Cataguazes-Leopoldina-Providência-Volta Grande-Bom Jardim-Forno	MG-RJ	897	-	-
122	Chorózinho (BR-116)-Solonópole-Iguatú-Juazeiro do Norte-Petrolina-Juazeiro-Brandi-Montes Claros	CE-PE-BA-MG	1.554	-	-
135	São Luís-Peritoró-Pastos Bons-Bertolinia-Bom Jesus-Corrente-Cristalândia-Barreiras-Correntina-Montalvânia-Januária-Montes Claros-Curvelo-Cordisburgo-Belo Horizonte	MA-PI-BA-MG	2.446	-	-
146	Patos de Minas-Araçá-Poços de Caldas-Bragança Paulista	MG-SP	612	-	-
153	Marabá-Araguaína-Curupí-Ceres-Goiânia-Itumbiara-Prata-Frutal-São José do Rio Preto-Gurinhos-Irati-União de Vitória-Porto União-Erechim-Passo Fundo-Soledade-Cachoeira do Sul-Bagé-Ateguá	PA-GO-MG-SP-PR-SC-RS ..	2.555	-	-
154	Itumbiara-Ituiutaba-Campina Verde-Nhandeara-Entronc. c/BR-153	GO-MG-SP	433	-	-
156	Macapá-Calgacene-Oiapoque-Fronteira c/Guiana Francesa	AP	684	-	-
158	Altamira-São Felix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças-Aragarças-Jataí-Paranaíba-Três Lagoas-Panorama-Dracena-Presidente Venceslau-Porto Marcondes-Paranaíba-Campo Mourão-Laranjeiras do Sul-Campo Erê-Iraí-Cruz Alta-Santa Maria-Rosário do Sul-Santa na do Livramento	PA-MT-GO-MT-SP-PR-SC-RS	3.570	080	11
163	São Miguel D'Oeste-Barracão-Guáira-Forto Morumbi-Dourados-Rio Brilhante-Campo Grande-Rondonópolis-Cuiabá-Forto Artur-Cachimbo-Santarém-Alenquer-Óbidos-Tirios-Fronteira c/Suriname	SC-PR-MT-PA	3.966	060	6
174	Cáceres-Mato Grosso-Vilhena-Canumã-Manaus-Cavacaí-Bon Viciá-Fronteira c/Venezuela	MT-RO-AM-RR	2.860	080	18

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
<u>RODOVIAS TRANSVERSAIS</u>					
210	Macapá-Caracará-Içana-Fronteira c/Colômbia	AP-AM	2.323	-	-
222	Fortaleza-Piripiri-Itapecuru Mirim- Santa Inês - Açailândia-Marabá-Entronc. c/BR-158	CE-PI-MA-PA	1.431	135	40
226	Natal-Santa Cruz-Currais Novos-Augusto Severo-Pau dos Ferros-Jaguaripe-Crateús-Teresina- Presidente Dutra-Grajaú-Porto Franco-Entronc. c/BR-153	RN-CE-PI-MA-GO	1.497	-	-
230	Cabedelo-João Pessoa-Campina Grande-Fatos-Cajazei- ras-Lavras da Mangabeira-Picos-Florianópolis - Pastos - Bons- Balsas-Carolina-Estrelita-Marabá-Vatobai- Alta mira-Itaituba-Jacareacanga-Humaitá-Lábrea-Benjamin Constant	PB-CE-PI-MA-PA-AM ...	4.918	101 110 135	8 17 52
232	Recife (Praça Rio Branco)-Arcoverde-Salgueiro-Par- namirim	PE	565	101	8
235	Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Juazeiro-Petrolina-Remanso- Caracol-Bom Jesus-Alto Parnaíba-Araguacema-Cachimbo.	SE-BA-PE-BA-PI-MA-GO-PA	2.220	101	10
242	São Roque-Seabra-Ibotirama-Barreiras-Paraná-São Felix- do-Araguaia-Vale do Xingu-Porto Aeturo (BR-163)	BA-GO-MT	2.049	020 101	90 5
251	Ilhéus-Pontal-Buerarema-Camacan-Salinas-Montes Cla- ros-Unai-Brasília-Ceres-Xavantina-Cuiabá	BA-MG-GO-DF-GO-MT	2.098	116 122	30 34
259	João Neiva (BR-101)-Governador Valadares-Guanhães-Ser- ro-Gouveia-Curvelo-Felixlândia. (BR-040)	ES-MG	605	116	5
262	Vitória-Realiza-Belo Horizonte-Araxá-Uberaba-Frutal - Icém-Três Lagoas-Campo Grande-Aquidauana-Porto, Espe- rança-Corumbá	ES-MG-SP-MT	2.253	101 153 158	15 49 28
265	Mariá- Barbacena-São João Del Rei-Lavras-Boa Esperan- ça-Carmo do Rio Claro-São Sebastião do Paraíso-Bebe- douro-São José do Rio Preto	MG-SP	849	040	16
267	Leopoldina-Juiz de Fora-Caxambu-Poços de Caldas-Arara- quara-Lins-Presidente Venceslau-Rio Brilhante-Porto Murtinho	MG-SP-MT	1.835	040 060 116 163	23 14 7 44
272	São Paulo-Sorocaba-Ibaiti-Campo Mourão-Goiá Exê-Guaí- rá	SP-PR	833	-	-
277	Paranaguá-Curitiba-Irati-Melôgio-Laranjeiras do Sul- Cascavel-Foz do Iguaçu	PR	730	165	11
280	São Francisco do Sul-Joinville-Porto União-São Lou- renço do Oeste-Barracão-Dionísio Cerqueira	SC-PR-SC	580	101	7
282	Florianópolis-Lages-Joaçaba-São Miguel d'Oeste ...	SC	650	101	14
283	Campos Novos (BR-282)-Capinzal-Concórdia-Seara-Cha- peco-São Carlos-Palmito-Mondai-Itapiranga (frontei- ra com a Argentina)	SC	251	-	-
285	Araranguá-Jacinto Machado-Timbó-Bom Jesus-Vacaria- Passo Fundo-Santo Ângelo-São Borja	SC-RS	738	-	-
290	Osório-Porto Alegre-São Gabriel-Alegrete- Uruguai- na	RS	721	116 158	17 40
293	Pelotas-Bagé-Santana do Livramento-Quaraí-Uruguai- na	RS	536	116 158	6 35
<u>RODOVIAS DIAGONAIS</u>					
304	Boqueirão do Cesário-Aracati-Mossoró-Lajes-Natal .	CE-RN	416	101 226	20 16
307	Taunaturgo-Porto Valter-Cruzeiro do Sul- Benjamin Constant-Içana-Fronteira c/Venezuela	AC-AM	1.500	-	-
316	Belém-Capanema-Peritoró-Teresina-Picos-Parnamirim- Cabrobó-Floresta-Petrolândia-Palmeira dos Índios- Maceió	PA-MA-PI-PE-AL	2.032	101 104 135 153 230	22 46 26 125 95
317	Lábrea-Boca do Acre-Rio Branco-Xapuri-Brasília-As- sis Brasil	AM-AC	879	-	-
319	Manaus-Caréiro-Humaitá-Porto Velho	AM-RO	866	-	-

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
324	Balsas (BR-230) - Ribeiro Gonçalves-São Raimundo Nonato (BR-020)-Remanso (BR-235)-Jacobina-Feira de Santana-Salvador	MA-PI-BA	2.045	-	-
330	Balsas-Bom Jesus-Xique Xique-Ceára-Jequié-Ubaitaba	MA-PI-BA	994	-	-
342	Carinhanha-Espínosa-Salinas-Araçuaí-Teófilo Otoni-Dianhães	BA-MG-ES	837	101	29
343	Luis Correia-Piripiri-Toxosina-Floriano-Bercolândia	PI	747	226	39
				230	12
				316	76
349	Aracaju-Entronc. c/BR-161-Itapicuru-Olindina-Mundo Novo-Seabra-Bom Jesus da Lapa-Santa Maria da Vitória-Correntina-Posse (BR-020)	SE-BA-GO	1.035	-	-
352	Goiânia-Ipanari-Patos de Minas-Abateó-Pitangui-Parade Minas	GO-MG	610	-	-
354	Cristalina-Patos de Minas-Formiga-Lavras-Cruzilha-Caxambu-Vidinha-Engenheiro Passos	GO-MG-RJ	895	-	-
356	Belo Horizonte-Muriáe-Campos-São João da Barra	MG-RJ	456	240	30
359	Mineros-Coxim-Corumbá	GO-MT	628	-	-
361	Patos-Piancó-São José do Belmonte-Entronc. c/BR-232	PB-PE	230	-	-
363	Baía de Santo Antônio (Porto)-Alto da Bandeira	FN	2	-	-
364	Limeira-Matão-Frutal-Campina Verde-São Simão-Jataí-Rondonópolis-Cuiabá-Vilhena-Porto Velho-Abunã-Rio Branco-Sena Madureira-Feijó-Tarauacá-Cruzeiro do Sul-Japiim-Fronteira c/Peru	SP-MG-GO-MT-RO-AC	4.296	070	12
				153	26
				163	238
				174	140
				262	8
				267	44
365	Montes Claros-Pirapora-Patos de Minas-Patrocínio-Uberlândia-Ituiutaba-São Simão	MG	874	-	-
367	Santa Cruz Cabralia-Coroa Vermelha-Porto Seguro - Araçuaí-Diamantina-Gouveia	BA-MG	695	-	-
369	Oliveira-Campo Belo-Boa Esperança-Campos Gerais - Alfenas-Serrania-Caconde-Pirassutunga-Ourinhos- Londrina-Jandaia do Sul-Campo Mourão-Cascavel	MG-SP-PR	1.161	153	10
				267	32
				272	45
373	Limeira-Itapetininga-Apiacá-Fonta Grossa - Três Pinheiros-Francisco Beltrão-Barracão	SP-PR	898	163	5
				272	10
				277	99
374	Presidente Venceslau-Ourinhos-Avaré-Boituva-São Paulo	SP	600	050	10
				153	15
				267	10
				369	28
376	Dourados-Paranavaí-Maringá-Apucarana - Ponta Grossa-São Luis do Puruna-Curitiba-Garuva (BR-161)	MT-PR	849	163	12
				277	56
				369	18
377	Carazinho-Santa Bárbara-Cruz Alta-Santiago - Alegrete-Quaraí	RS	489	285	48
				290	33
381	São Mateus-Nova Venécia-Barra de São Francisco - Mantena-Central de Minas-Divino das Laranjeiras-Governador Valadares-Itatinga-Belo Horizonte-Betim-Pouso Alegre-Bragança Paulista-São Paulo	MG-SP	980	-	-
383	Conselheiro Lafaiete-São João Del Rei - Caxambu-Vidinha-Itajubá-Campos do Jordão-Pindamonhangaba - Ubaituba	MG-SP	543	267	9
				354	23
				356	10
386	São Miguel d'Oeste-Iraí-Carazinho-Soledade-Porto Alegre	SC-RS	484	116	16
392	Rio Grande (Porto)-Pelotas-Santa Maria-Tupanciretã - Santo Angelo-Fronteira c/Argentina	RS	627	-	-
393	Cachoeiro de Itapemirim-Itaperuna-Álém Paraíba - Três Rios-Volta Redonda-Entronc. c/BR-116	ES-RJ-MG-RJ	420	040	12
LIGAÇÕES					
401	Boa Vista-Fronteira c/Guiana	RR	140	-	-
402	Entronc. c/BR-135-Parnaíba (BR-343)-Granja-Itapicoca-Umirim (BR-222)	MA-PI-CE	467	-	-
403	Acaraú-Sobral (BR-222)-Cratoús (BR-226)	CE	267	-	-
404	Piripiri-Crateús-Novo Oriente-Catarina-Iguatu-Icó	PI-CE	481	343	18

BR	PONTOS DE PASSEAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
405	Mossoró-Jucuri-Mulungu-Apodi-Itau-São Francisco do Oeste-Pau dos Ferros-Rafael Fernandes-José da Penha-Uiraúna-Antenor Navarro-Marizópolis (BR-230)	RN-PB	245	-	-
406	Macau-Jandaíra-João Câmara-Natal	RN	187	-	-
407	Piripiri-São Miguel do Tapuio-Pimenteirras-Bocaina-Pi- cos-Petrópolis-Juazeiro-Rui Barbosa-Irmaíma-Contendas Suçuarana (BR-030)-Anagé (BR-116)	PI-PE-BA	1.251	-	-
408	Campina Grande-Recife	PB-PE	137	-	-
409	Feijó-Santa Rosa	AC	152	-	-
410	Ribeira do Pombal-Tucano	BA	32	-	-
411	Entronc. c/BR-307-Elvira	AM	256	-	-
412	Farinha-Sumé-Montezelo	PB	144	-	-
413	Entronc. c/BR-307-Caxias (Estirão do Equador)	AM	140	-	-
414	Porangatú-Niquelândia-Anápolis	GO	339	-	-
415	Ilhéus-Itabuna-Vitória da Conquista	BA	238	-	-
417	Afuá-Anajás-Ponta de Pedras	PA (Ilha de Marajó)	240	-	-
418	Caravelas-Managuae-Carlos Chagas-Tesfilo Ottoni	BA-MG	289	342	29
419	Rio Verde de Mato Grosso-Aquidauana-Jardim	MT	304	267	14
420	Pojuca (BR-110) Santo Amaro-São Roque-Nazaré-Lage-Mutuí- pe-Jequiriça-Ubalra-Santa Inês-Itaquara-Jaguauara-En- tronc. c/BR-116	BA	236	-	-
421	Ariquemes-Alto Candéias-Guarajá Mirim	RO	282	-	-
422	Matobal-Tucuruí	PA	125	230	16
423	Caruaru-Garanhuns-Paulo Afonso-Juazeiro	PE-AL-BA	525	-	-
424	Arco Verde-Garanhuns-Macelô	PE-AL	148	101	11
425	Nbuná-Guarajá Mirim	RO	128	316	13
426	Entronc. c/BR-230-Santana dos Garrotes-Princesa Izabel- Entronc. c/BR-232	PB-PE	142	-	-
427	Currais Novos-Pombal	RN-PB	189	-	-
428	Cabrobó (BR-116)-Petrolina	PE	180	-	-
429	Vilá Rondônia (BR-364)-Costa Marques (Rio Guaporé)	RO	299	-	-
430	Barreiras-Santana-Bom Jesus da Lapa-Caetitã	BA	499	-	-
451	Bocaiuva (BR-135)-Governador Valadares	MG	345	259	15
452	Rio Verde-Itumbiara-Tupaciaguara-Uberlândia-Araçá	GO-MG	500	153	32
453	Itaqui-Santiago-Santa Maria	RS	304	365	32
454	Pôrto Esperança-Forte Coimbra (fronteira c/Bolívia)	MT	50	-	-
456	Andaraí-São José do Rio Preto-Matão	SP	213	-	-
457	Cristalina-Goiânia	GO	175	-	-
458	Conselheiro Pena-Tarumirim-Topú-Entronc. c/BR-381	MG	137	381	6
459	Poços de Caldas-Lorena (BR-116)-Mambucaba (BR-101)	MG-SP-RJ	333	-	-
460	Cambuquira-Lambari-São Lourenço	MG	76	267	7
461	Ituiutaba-Gurinhata-Iturama	MG	114	-	-
462	Patrocínio-Perdizes-Entronc. c/BR-261	MG	84	-	-
463	Dourados-Ponta Porã	MT	123	-	-
464	Ituiutaba-Prata-Uberaba-Entronc. c/BR-146	MG	300	-	-
465	Garganta Viva Graça (BR-116)-Santa Cruz (BR-101)	GB-RJ	39	-	-
466	Apucarana-Ivaiporã-Pitanga-Guarapuava-União da Vitória- Pôrto União	PR-SC	319	-	-
467	Pôrto Mendes-Toledo-Cascavel	PR	112	-	-
468	Palmeira das Missões (BR-158)-Três Passos (fronteira com a Argentina)	RS	78	-	-
469	Pôrto Meira-Foz do Iguaçu-Parque Nacional	PR	30	-	-
470	Navegantes-Itajaí-Blumenau-Curitibanos-Campos Novos- Lagoa Vermelha-Nova Prata-Montenegro (BR-386)	SC-RS	521	-	-
471	Soledade-Santa Cruz do Sul-Encruzilhada do Sul-Cangu- çu-Pelotas-Chuí	RS	668	153	40
				392	56
472	São Borja-Itaqui-Uruguaiana-Barra do Quarai	RS	245	-	-
473	Aceguá-Herval-Entronc. c/BR-471	RS	200	-	-
474	Aimorés-Ipanema-Caratinga	MG	117	-	-
475	Lages-Tubarão	SC	211	-	-
476	Apliaí-Curitiba-Lapa-São Mateus-Pôrto União	SP-PR-SC	410	373	13
477	Canoínhas-Papanduva-Blumenau	SC	178	470	20
478	Lineira-Sorocaba-Registro-Cananéia	SP	324	-	-
479	Januária-Arinos-Brasília	MG-GO-DF	424	-	-
480	Pato Branco-Entronc. c/BR-260-São Lourenço do Oeste- Kaxerê-Chapecô-Erechim	PR-SC-RS	188	-	-
481	Cruz Alta-Arroio do Tigre-Sobradinho-Candelária-Sar- ta Cruz do Sul	RS	173	-	-
482	Safra (BR-101)-Cachoeiro de Itapemirim-Jerônimo Mon- teiro-Guaçu-Caranga-Farvôdouro (BR-116)-Viçosa-Pi- ranga-Conselheiro Lafaiete (BR-040 e BR-383)	ES-MG	299	-	-

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
483	Itumbiara-Paranaíba	GO-MT	304	364	10
484	Colatina-Itaguaçu-Afonso Cláudio-Guaçu-São José do Calçado-Bom Jesus do Itabapoana-Itaperuna	ES-RJ	273	393	25
485	Entronc. c/BR-116-Parque Nacional das Agulhas Negras-Vale dos Lírios-Garganta do Registro (BR-354)	RJ-MG	35	-	-
486	Itajaí-Brusque-Vidal Ramos-Bom Retiro (BR-282)	SC	150	-	-
487	Pôrto Felicidade (BR-163)-Pental do Tigre-Campo Mourão-Ponta Grossa	MT-PR	615	158	29
488	Entronc. c/BR-116-Santuário Nacional de Aparecida	SP	1	-	-
489	Prado-Entronc. c/BR-101	BA	35	-	-
490	Campo Alegre (BR-050)-Ipameri-Caldas Novas-Morrinhos (BR-153)	GO	142	-	-
491	São Sebastião do Paraíso (BR-265)-Monte Santo de Minas-Arceburgo-Guaçupe-Alfenas-Varginha-Entronc. c/BR-381	MG	240	-	-
492	Morro do Côco (BR-101)-Cardoso Moreira (BR-356)-São Fidelis-Cordeiro-Nova Friburgo-Bonsucesso-Sobradinho (BR-116)-Posse (BR-040)-Pedro do Rio (BR-040)-Avelar-Massambará (BR-393)	RJ	367	-	-
493	Manilha (BR-101)-Magé-Entronc. c/BR-040	RJ	63	-	-
494	Entronc. c/BR-262-Divinópolis-São João Del Rei-Andreilândia-Volta Redonda-Angra dos Reis	MG-RJ	370	-	-
495	Teresópolis-Itaipava (BR-040)	RJ	40	-	-
496	Pirapora-Corinto	MG	130	-	-
497	Uberlândia-Campina Verde-Iturama-Pôrto Alencastro-Entronc. c/BR-158	MG-MT	321	-	-
498	Monte Pascoal-Entronc. c/BR-101	BA	12	-	-
499	Entronc. c/BR-040-Cabangu	MG	15	-	-
TOTAL			115.005	-	3.061
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			111.944	-	-

* A extensão superposta, quando ocorre, consta apenas na rodovia de maior numeração.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 748, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último sábado dia 7 de junho, em Curitiba, do engenheiro Plínio Franco Ferreira Da Costa, ex-deputado federal e ex-vice-governador do Paraná.

Justificação

O engenheiro civil Plínio Franco Ferreira da Costa, vice-governador do Paraná entre 1966 e 1971, morreu no último sábado aos 87 anos de uma vida marcada pela dedicação à causa pública, à qual emprestou sua colaboração em áreas impressionantemente diversificadas.

Caçula de uma família de 11 irmãos, Plínio Costa já trouxe do berço a vocação para a vida pública e o comportamento irrepreensível. Ele era filho do emérito professor Lysímaco Ferreira da Costa, que, em 1918, criou e dirigiu a Escola Superior Agrônômica do Paraná, em 1923 organizou o plano de reforma da Escola Normal do Paraná, em 1925 comandou a Inspeção Geral de Ensino do Paraná e posteriormente, em 1928, a Secretaria da Fazenda. Além do exemplo do pai, Plínio Costa também teve para se espelhar a conduta dos seus irmãos mais velhos, dentre os quais Antônio Franco Ferreira da Costa, desembargador e

presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os médicos Evaristo e Carlos Franco Ferreira da Costa, os engenheiros Lysímaco Franco Ferreira da Costa e Alberto Franco Ferreira da Costa e as irmãs Esther, Zoé, Maria José, Laura e Maria Josefina

Com poucos anos de exercício da profissão, aos 31 anos de idade, em 1952, o jovem engenheiro Plínio Costa já era convocado a assumir a direção do antigo Departamento de Águas e Esgotos do Estado do Paraná. Aprovado em concurso para integrar a equipe do Departamento de Estradas de Rodagem, lá também logo teve a sua competência reconhecida e, em 1956, já era o diretor-geral do órgão.

Dois anos mais tarde, era chamado para assumir a Secretaria de Estado da Fazenda, que chegou a acumular com a de Viação e Obras Públicas. Na Secretaria da Fazenda, lançou estadualmente a campanha “Seu Talão Vale Um Milhão”, que empolgou os paranaenses e resultou num salto incomum na arrecadação tributária.

Ao longo de sua movimentada e profícua vida pública, Plínio Costa também foi membro do Conselho Rodoviário Estadual, do Conselho Regional de Trânsito, do Conselho Técnico do Plano da Cidade-Estética, Urbanística e de Educação e Cultura da Prefeitura de Curitiba. Em 1971, assumia a presidência da Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar), cargo que deixou para assumir, no ano seguinte, eleito em assembléia geral dos acionistas, a presidência da SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.

Além de vice-governador, Plínio Costa também foi parlamentar. Deputado federal eleito e diplomado em 1962 chegou a ser vice-líder da maioria na Câmara Federal. Em 1965, sua presença como candidato a vice quebrou qualquer eventual resistência das forças mais conservadoras do estado à candidatura ao governo de Paulo Pimentel, um jovem, natural do interior de São Paulo, radicado no Norte do Paraná e sem qualquer vínculo com as famílias que, até então, comandavam a política e governavam o Paraná.

Simultaneamente com todas essas contribuições ao desenvolvimento do nosso estado, Plínio Costa nunca deixou de também colaborar na formação dos futuros novos engenheiros, como professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, na qual se aposentou, em 1980, no exercício da função de Pró-Reitor de Administração.

Por toda a inegável contribuição que ofereceu ao desenvolvimento do Paraná e pelo exemplo de vida digna e honrada, com certeza Plínio Franco Ferreira da Costa se faz merecedor desta homenagem por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 749, de 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília-DF.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador João Assis Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília-DF.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

João Assis Meira Filho, ou simplesmente Meira Filho, como era conhecido, faleceu domingo, dia 8 deste mês de junho de 2008, no Hospital Brasília, Lago Sul de Brasília, vítima de aneurisma. Estava com 85 anos. Mas até três semanas antes ainda concedera entrevista à Radio Nacional, a propósito dos 50 anos da emissora, com cuja história se confundia. Jornalista e radialista, ele foi um dos iniciadores da Rádio Nacional, em Brasília. Por muitos anos, naquela época de pioneirismo, ele manteve programa que, como disse, fazia a intercomunicação entre os que construíam a nova Capital e as famílias que haviam deixado pelo País. Ao mesmo tempo, exerceu também a função de locutor oficial nos atos da Presidência da República. Foi seu programa popular, no entanto, que o tornou muito conhecido e querido e o acabou trazendo a esta Casa, com expressiva votação, como integrante da primeira bancada de Senadores do Distrito Federal. Foi Senador e Constituinte (1987/1995), deixando, depois, a atividade política. Pelo que fez, na política e no radialismo, Meira Filho torna-se merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 750, de 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Luiz De Carvalho, ocorrido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Luiz de Carvalho, ocorrido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

O radialista e jornalista Luiz de Carvalho, falecido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ, aos 89 anos de idade, marcou época no rádio e nos primeiros tempos da televisão. Por três décadas, de 50 a 70, ele apresentou, na Rádio Globo, programa matinal que tinha por slogan “Saúde, paz e amor” e era líder de audiência. Ali, abriu espaço para vários artistas, tendo passado por seu programa, entre outros, Roberto Carlos, Erasmo e Wanderléa, Jerry Adriani, Wanderley Cardoso, Os Vips, Leno e Lilian, Renato e seus Blue Caps. Nos anos 60, foi o apresentador do primeiro programa de auditório, ao vivo, da TV Globo, o “Tefefone”. Por sua contribuição à música popular, ao radialismo e à televisão, ele faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 751, DE 2008

Solicita a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal.

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 227, de 2008, de criação de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal, a fim de que passe a ser integrada de 8 (oito) juristas.

Justificação

O Processo Penal Brasileiro encontra-se regulado pelo Decreto-Lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941. Nos seus sessenta e seis anos de vigência e apesar das alterações de que tem sido alvo, revela-se hoje inadequado às exigências de celeridade e eficácia, tendo em vista os mais atuais conceitos e teorias processuais penais que objetivam um direito processual funcional, instrumental, cuja decisão seja produzida em prazo razoável.

A experiência adquirida no âmbito da dogmática jurídica permite diagnosticar os principais problemas e insuficiências do Código de Processo Penal, o que toma o atual momento oportuno para a constituição de um grupo de alta qualificação auxiliar do Poder Legislativo. Mais do que proceder a alterações pontuais do atual Diploma Normativo impõe-se uma revisão estrutural

e conceitual, aproveitando seus méritos e corrigindo suas deficiências.

Vive-se um momento de violência amplamente disseminada em nossa sociedade, o que coloca em relevo a necessidade de eficácia punitiva penal. Em nome da segurança e previsibilidade jurídicas, o processo deve ser um instrumento de celeridade e distribuição de justiça, algo que não vem ocorrendo presentemente.

A constituição, portanto, de uma Comissão de Juristas voltada para a construção desse Projeto de Código de Processo Penal mostra-se oportuna e necessária para tomar o processo penal mais ágil, célere, eficaz e justo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 752, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do fundador do famoso bloco de carnaval “Galo da Madrugada”, Enéas Freire, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do fundador do famoso bloco de carnaval “Galo da Madrugada”, Enéas Freire, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família e aos dirigentes do “Galo da Madrugada”.

Justificação

Aos 86 anos de idade, vítima de parada cardíaca, faleceu domingo, dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE, Enéas Freire, que se notabilizou por haver fundado, na década de 70, o bloco de carnaval “Galo de Madrugada”, conhecido em todo o País. O bloco, que começou no bairro de São José, trouxe para as ruas do Recife, a alegria carnavalesca. Ele conseguiu levantar o carnaval de rua, como assinalou um dos seus filhos, o cantor Gustavo Travassos, responsável pelo abre-alas do bloco. Pelo que fez por essa grande festa do povo brasileiro, que é o carnaval, Enéas Freire faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 753, DE 2008

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro que seja enviado Voto de Congratulações à sua Eminência Reverendíssima, Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo, pela passagem, no dia 7 de junho, do centenário da Arquidiocese de São Paulo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

Justificação

Há exatos 100 anos, a Diocese de São Paulo foi elevada à arquidiocese e iniciava uma caminhada evangelizadora na cidade que assumia ares de metrópole. A história eclesial de São Paulo revela que a cidade nasceu em 1554 com a Igreja Católica, quando da chegada da missão jesuíta, que instalou-se em uma pequena casa construída, entre outros, pelos padres Manuel de Paiva, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, auxiliados pelos índios da aldeia de Piratininga, da qual o cacique Tibiriçá era o chefe.

Ao pedir este Voto de Congratulações, quero agradecer a Deus pela dedicação do corpo eclesial que serviu e tem servido à arquidiocese nesses cem anos, na busca de perseverar o povo na fé católica, construindo o alicerce para formação de famílias cristãs e uma sociedade mais justa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa **Excelência** para representar o Senado Federal na “Expo-Zaragoza 2008 – Água e Desenvolvimento Sustentável”, a realizar-se na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha, no dia 15 de junho de 2008, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 16 do corrente, para desempenhar a referida missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 755, DE 2008

Tendo sido autorizada por Vossa **Excelência** para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008 – EXPO 2008, a realizar-se na cidade de Zaragoza – Espanha, nos dias 12 a 16 de junho de 2008, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 16 de junho do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. **Marisa Serrano**, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2008.

(Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

REQUERIMENTO Nº 49/2008–CDH

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa composta por 3 (três) membros, com o desiderato de acompanhar **in loco**, junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

Justificação

O Estado brasileiro, quando da elaboração de sua Constituição Federal de 1988, adotou os princípios da prevalência dos direitos humanos, da defesa da paz e do repúdio ao terrorismo e ao racismo, entre outros, para reger suas relações internacionais.

Assim, o Brasil não pode ficar indiferente à luta desenvolvida pelos senadores colombianos, em particular, pelos que integram a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão da Paz, que vêm envidando incontáveis esforços, tanto no âmbito nacional, como continental e mundial, na busca da consolidação dos processos de paz e de defesa dos direitos humanos.

Diante do exposto, proponho a imediata criação de uma Comissão, no âmbito do Senado Federal brasileiro, com o firme intuito de, como uma atenta observadora do processo político, contribuir para a construção da paz e o respeito aos direitos humanos.

Sala das sessões, 5 de junho de 2008. – Senadores **Inácio Arruda, Flávio Arns, Giovanni Borges, Fátima Cleide, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Geraldo Meselu, José Nery**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea **c**, item 6, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado das Comunicações que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 80, DE 2008

– Nº 80/2008, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 703, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Foi juntada cópia das informações referentes ao Requerimento nº 703, de 2005, ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2003, que se encontrava com a tramitação interrompida.

A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez criada pela Resolução nº 1, de 2007, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a competência para examinar a referida proposição é daquele Órgão técnico.

Neste sentido, a Presidência encaminha o **Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2003**, ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2008 (Nº 1.153/95, na Casa de origem)

Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica, em todo o território nacional, obedece aos critérios estabelecidos nesta lei.

§ 1º A utilização de animais em atividades educacionais fica restrita a estabelecimentos de ensino técnico de segundo grau da área biomédica e aos estabelecimentos de ensino superior.

§ 2º São consideradas como atividades de pesquisa científica todas aquelas relacionadas com ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e controle da qualidade de drogas, medicamentos, alimentos, imunobiológicos, instrumentos, ou quaisquer outros testados em animais, conforme definido em regulamento próprio.

§ 3º Não são consideradas como atividades de pesquisa as práticas zootécnicas relacionadas à agropecuária.

Art. 2º O disposto nesta lei aplica-se aos animais das espécies classificadas como **filo Chordata, subfilo Vertebrata**, observada a legislação ambiental.

Art. 3º Para as finalidades desta lei entende-se por:

I – **filo Chordata**: animais que possuem, como características exclusivas, ao menos na fase embrionária, a presença de notocorda, fendas branquiais na faringe e tubo nervoso dorsal único;

II – **subfilo Vertebrata**: animais cordados que têm, como características exclusivas, um encéfalo grande encerrado numa caixa craniana e uma coluna vertebral;

III – **experimentos**: procedimentos efetuados em animais vivos, visando à elucidação de fenômenos fisiológicos ou patológicos, mediante técnicas específicas e preestabelecidas;

IV – **morte por meios humanitários**: a morte de um animal em condições que envolvam, segundo as espécies, um mínimo de sofrimento físico ou mental.

Parágrafo único. Não se considera experimento:

I – a profilaxia e o tratamento veterinário do animal que deles necessite;

II – o anilhamento, a tatuagem, a marcação ou a aplicação de outro método com finalidade de identificação do animal, desde que cause apenas dor ou aflição momentânea ou dano passageiro;

III – as intervenções não-experimentais relacionadas às práticas agropecuárias.

CAPÍTULO II

Do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA

Art. 4º Fica criado o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA.

Art. 5º Compete ao Conceca:

I – formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica;

II – credenciar instituições para criação ou utilização de animais em ensino e pesquisa científica;

III – monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa;

IV – estabelecer e rever, periodicamente, as normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário;

V – estabelecer e rever, periodicamente, normas técnicas para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal, bem como sobre as condições de trabalho em tais instalações;

VI – estabelecer e rever, periodicamente, normas para credenciamento de instituições que criem ou utilizem animais para ensino e pesquisa;

VII – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados ou em andamento no País, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUA, de que trata o art. 8º desta lei;

VIII – apreciar e decidir recursos interpostos contra decisões das Ceua;

IX – elaborar e submeter ao ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, para aprovação, o seu regimento interno;

X – assessorar o Poder Executivo a respeito das atividades de ensino e pesquisa tratadas nesta lei.

Art. 6º O Conceca é constituído por:

I – Plenário;

II – Câmaras Permanentes e Temporárias;

III – Secretaria-Executiva.

§ 1º As Câmaras Permanentes e Temporárias do Conceca serão definidas no regimento interno.

§ 2º A Secretaria-Executiva é responsável pelo expediente do Conceca e terá o apoio administrativo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

§ 3º O Conceca poderá valer-se de consultores **ad hoc** de reconhecida competência técnica e científica, para instruir quaisquer processos de sua pauta de trabalhos.

Art. 7º O Conceca será presidido pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e integrado por:

I – 1 (um) representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

a) Ministério da Ciência e Tecnologia;

b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;

c) Ministério da Educação e do Desporto;

d) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

e) Ministério da Saúde;

f) Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

g) Conselho de Reitores das Universidades do Brasil CRUB;

h) Academia Brasileira de Ciências;

i) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

j) Federação das Sociedades de Biologia Experimental;

l) Colégio Brasileiro de Experimentação Animal;

m) Federação Nacional da Indústria Farmacêutica;

II – 2 (dois) representantes das Sociedades Protetoras de Animais legalmente estabelecidas no País.

§ 1º Nos seus impedimentos, o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia será substituído, na presidência do Conceca, pelo Secretário-Executivo do respectivo Ministério.

§ 2º O presidente do Conceca terá o voto de qualidade.

§ 3º Os membros do Conceca não serão remunerados, sendo os serviços por eles prestados considerados, para todos os efeitos, de relevante serviço público.

CAPÍTULO III

Das Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUA

Art. 8º É condição indispensável para o credenciamento das instituições com atividades de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUA.

Art. 9º As CEUA são integradas por:

I – médicos veterinários e biólogos;

II – docentes e pesquisadores na área específica;

III – 1 (um) representante de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no País, na forma do Regulamento.

Art. 10. Compete à Ceua:

I – cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto nesta Lei e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para ensino e pesquisa, especialmente nas resoluções do Concea;

II – examinar previamente os procedimentos de ensino e pesquisa a serem realizados na instituição à qual esteja vinculada, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável;

III – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao Concea;

IV – manter cadastro dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino e pesquisa, enviando cópia ao Concea;

V – expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outros;

VI – notificar imediatamente ao Concea e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras.

§ 1º Constatado qualquer procedimento em descumprimento às disposições desta Lei na execução de atividade de ensino e pesquisa, a respectiva Ceua determinará a paralisação de sua execução, até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 2º Quando se configurar a hipótese prevista no § 1º deste artigo, a omissão da Ceua acarretará sanções à instituição, nos termos dos arts. 17 e 20 desta Lei.

§ 3º Das decisões proferidas pela Ceua cabe recurso, sem efeito suspensivo, ao Concea.

§ 4º Os membros da Ceua responderão pelos prejuízos que, por dolo, causarem às pesquisas em andamento.

§ 5º Os membros da Ceua estão obrigados a resguardar o segredo industrial, sob pena de responsabilidade.

CAPÍTULO IV

Das Condições de Criação e Uso de Animais para Ensino e Pesquisa Científica

Art. 11. Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia licenciar as atividades destinadas à criação de animais, ao ensino e à pesquisa científica de que trata esta lei.

§ 1º As normas para uso e criação de animais em ensino e pesquisa científica e de credenciamento de instituições, propostas pelo Concea, serão apresentadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia e adota-

das, no que couber, por intermédio dos instrumentos legais disponíveis.

§ 2º A fiscalização do cumprimento das normas para uso e criação de animais de que trata esta lei, dos procedimentos necessários ao credenciamento de instituições de que trata o inciso II do **caput** do art. 5º desta lei, bem como da aplicação das sanções previstas nos arts. 17 e 18 desta lei caberão a órgão específico do Poder Executivo, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º Para a execução das atividades de fiscalização e credenciamento a que se refere o § 2º deste artigo, o Poder Executivo Federal poderá celebrar convênios com órgãos congêneres das esferas estaduais, distritais e municipais.

Art. 12. A criação ou a utilização de animais para pesquisa ficam restritas, exclusivamente, às instituições credenciadas no Concea.

Art. 13. Qualquer instituição legalmente estabelecida em território nacional que crie ou utilize animais para ensino e pesquisa deverá requerer credenciamento no Concea, para uso de animais, desde que, previamente, crie a Ceua.

§ 1º A critério da instituição e mediante autorização do Concea, é admitida a criação de mais de uma Ceua por instituição.

§ 2º Na hipótese prevista no 1º deste artigo, cada Ceua definirá os laboratórios de experimentação animal, biotérios e centros de criação sob seu controle.

Art. 14. O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado quando, antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, conforme estabelecido pelo Concea.

§ 1º O animal será submetido a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento.

§ 2º Excepcionalmente, quando os animais utilizados em experiências ou demonstrações não forem submetidos à eutanásia, poderão sair do biotério após a intervenção, ouvida a respectiva Ceua quanto aos critérios vigentes de segurança, desde que destinados a pessoas idôneas ou entidades protetoras de animais devidamente legalizadas, que por eles queiram responsabilizar-se.

§ 3º Sempre que possível, as práticas de ensino deverão ser fotografadas, filmadas ou gravadas, de forma a permitir sua reprodução para ilustração de práticas futuras, evitando-se a repetição desnecessária de procedimentos didáticos com animais.

§ 4º O número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o animal de sofrimento.

§ 5º Experimentos que possam causar dor ou angústia desenvolver-se-ão sob sedação, analgésica ou anestesia adequadas.

§ 6º Experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia exigem autorização específica da Ceua, em obediência a normas estabelecidas pelo Concea.

§ 7º É vedado o uso de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.

§ 8º É vedada a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa.

§ 9º Em programa de ensino, sempre que forem empregados procedimentos traumáticos, vários procedimentos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico e que o animal seja sacrificado antes de recobrar a consciência.

§ 10. Para a realização de trabalhos de criação e experimentação de animais em sistemas fechados, serão consideradas as condições e normas de segurança recomendadas pelos organismos internacionais ao qual o Brasil se vincula.

Art. 15. O Concea, levando em conta a relação entre o nível de sofrimento para o animal e os resultados práticos que se esperam obter, poderá restringir ou proibir experimentos que importem em elevado grau de agressão.

Art. 16. Todo projeto de pesquisa científica ou atividade de ensino será supervisionado por profissional de nível superior, graduado ou pós-graduado na área biomédica, vinculado a entidade de ensino ou pesquisa credenciada pelo Concea.

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 17. As instituições que executem atividades reguladas por esta lei estão sujeitas em caso de transgressão às suas disposições e ao seu regulamento, às penalidades administrativas de:

I – advertência;

II – multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$20.000,00 (vinte mil reais);

III – interdição temporária;

IV – suspensão de financiamentos provenientes de fontes oficiais de crédito e fomento científico;

V – interdição definitiva.

Parágrafo único. A interdição por prazo superior a 30 (trinta) dias somente poderá ser determinada em

ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, ouvido o Concea.

Art. 18. Qualquer pessoa que execute de forma indevida atividades reguladas por esta lei ou participe de procedimentos não autorizados pelo Concea será passível das seguintes penalidades administrativas:

I – advertência;

II – multa de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$5.000,00 (cinco mil reais);

III – suspensão temporária;

IV – interdição definitiva para o exercício da atividade regulada nesta lei.

Art. 19. As penalidades previstas nos arts. 17 e 18 desta lei serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 20. As sanções previstas nos arts. 17 e 18 desta Lei serão aplicadas pelo Concea, sem prejuízo de correspondente responsabilidade penal.

Art. 21. A fiscalização das atividades reguladas por esta Lei fica a cargo dos órgãos dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento, da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, nas respectivas áreas de competência.

CAPÍTULO VI Disposições Gerais e Transitórias

Art. 22. As instituições que criem ou utilizem animais para ensino ou pesquisa existentes no País antes da data de vigência desta Lei deverão:

I – criar a Ceua, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a regulamentação referida no art. 25 desta Lei;

II – compatibilizar suas instalações físicas, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor das normas estabelecidas pelo Concea, com base no inciso V do **caput** do art. 5º desta Lei.

Art. 23. O Concea, mediante resolução, recomendará às agências de amparo e fomento à pesquisa científica o indeferimento de projetos por qualquer dos seguintes motivos:

I – que estejam sendo realizados sem a aprovação da Ceua;

II – cuja realização tenha sido suspensa pela Ceua.

Art. 24. Os recursos orçamentários necessários ao funcionamento do Concea serão previstos nas dotações do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 25. Esta lei será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revoga-se a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 1.153, DE 1995

Regulamenta o inciso VII, do parágrafo 1º do artigo 225, da Constituição Federal, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais, e dá outras providências:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas e define as responsabilidades administrativa, civil e penal no uso das técnicas de criação, experimentação e a comercialização de animais para uso científico, visando preservar a utilização ética e segura dos animais, bem como a fiscalização das entidades dedicadas ao ensino, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, à produção, à comercialização e atividades afins.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se às espécies classificadas como "*Filo chordata*".

Parágrafo Único - Não serão consideradas como técnicas de experimentação animal as intervenções ligadas às práticas agropecuárias não experimental.

Art. 3º Para a realização de trabalhos de criação e experimentação de animais em sistemas fechados, serão consideradas as condições e normas de segurança NSB-1, NSB-2, NSB-3 e NSB-4, recomendadas pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Art. 4º As atividades previstas nesta Lei serão disciplinadas pelo Sistema Nacional de Controle de Animais de Laboratório - SINALAB, o qual será supervisionado pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Parágrafo Único - Junto ao SINALAB atuarão os seguintes órgãos e entidades, na forma do regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo:

- a) Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;
- b) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;
- c) Ministério da Saúde;
- d) Ministério da Ciência e Tecnologia;
- e) Conselho Federal de Medicina Veterinária;

f) representante indicado pelo Presidente da República a partir da lista elaborada pelos Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Biologia, Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Biomedicina e Conselho Federal de Psicologia;

g) Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;

h) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

i) Colégio Brasileiro de Experimentação Animal;

j) representantes das Sociedades de Protetores de Animais legalmente estabelecidas no País;

l) representante de Organização Não-Governamental que desenvolva atividades relacionadas ao Meio Ambiente.

Art. 5º O Sistema Nacional de Controle de Animais de Laboratório, cujo órgão-central será definido pelo Poder Executivo, será composto por dois subsistemas: I) Técnica de Manejo de Animais, e II) Bioética.

Parágrafo Único - O Órgão-Central do SINALAB poderá valer-se de consultores *ad hoc*, desde que tenham reconhecida competência técnica e científica.

Art. 6º Compete ao Órgão-Central do SINALAB:

I - propor a Política Nacional de Criação e Experimentação de Animais;

II - acompanhar o desenvolvimento técnico-científico da criação e manejo de animais, e em áreas afins, no estrito respeito à ética e às técnicas corretas de criação e experimentação animal;

III - propor pesquisas e estudos destinados a avaliar o uso racional de animais em experimentos, e relacionar-se com instituições, em nível nacional e internacional:

IV - propor a regulamentação desta Lei, bem como a sua atualização, e instituir normas e padrões de qualidade e segurança e redução do sofrimento dos animais;

V - implantar um cadastro nacional de todos os profissionais e instituições com atuação na área da criação e experimentação animal;

VI - estabelecer mecanismos de funcionamento da Comissão Institucional de Controle dos Biotérios (CICB), no âmbito de cada instituição;

VII - propor a regulamentação da entrada no País, o transporte, a armazenagem e a destruição dos animais;

VIII - definir quais as espécies que serão consideradas animais de experimentação no âmbito desta Lei;

Parágrafo Único - As competências abrangidas pelo SINALAB serão exercidas complementarmente àquelas deferidas a outros órgãos dentre aqueles relacionados no art. 4º desta Lei.

Art. 7º Serão encaminhados aos órgãos de fiscalização do SINALAB, para análise e deliberação, os pedidos de credenciamento das instituições cabendo-lhes também a aplicação das penalidades administrativas previstas nesta Lei, na forma do regulamento.

Art. 8º Nenhum projeto ou atividade envolvendo animais, na forma do art. 2º desta Lei, poderá ser iniciado sem a prévia licença de órgão específico atuante no SINALAB, na forma do regulamento, com exceção dos casos previstos nesta Lei. ¶

§ 1º - O pedido de licença deverá ser acompanhado de relatório técnico e do projeto arquitetônico e de manejo com as informações precisas sobre a localização e área de influência do projeto, riscos previsíveis, imediatos ou diferidos, como os métodos utilizados e respectivas referências bibliográficas atualizadas e, em especial, as seguintes informações:

a) sobre pessoal e respectiva formação;

b) relativas à espécie a ser utilizada, descrevendo suas características;

c) sobre monitorização, controle, tratamento, eliminação de resíduos e planos de emergências.

§ 2º - Os projetos aprovados pelos órgãos componentes do SINALAB serão publicados por conta do solicitante no Diário Oficial da União e em periódico de grande circulação no local onde o projeto será realizado.

§ 3º - O Órgão-Central do SINALAB fixará outras diretrizes para os relatórios exigidos neste artigo.

Art. 9º Os projetos que envolvam criação, comercialização e experimentação animal só poderão ser realizados por instituição pública ou privada cadastrada junto ao SINALAB, sendo vedada a participação de pessoas físicas.

§ 1º - Cada instituição que desenvolva projetos de criação e experimentação animal deverá formar uma Comissão Institucional de Controle de Biotérios (CICB) e possuir um médico veterinário responsável, cadastrado junto aos órgãos competentes no âmbito do SINALAB.

§ 2º - As organizações públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, financiadoras ou patrocinadoras de atividades previstas nesta Lei, deverão certificar-se da idoneidade técnico-científica e da plena adesão dos entes financiados, patrocinados ou contratados as normas e mecanismos de salvaguardas previstos nesta Lei, sob pena de tornarem-se co-responsáveis pelos eventuais efeitos advindos de seu descumprimento.

Art. 10 É da responsabilidade solidária da instituição, da CICB e do médico veterinário:

I - só iniciar projetos após a obtenção da respectiva licença, bem como cumprir as normas e regulamentos específicos emanados dos órgãos do SINALAB;

II - notificar imediatamente ao SINALAB e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente, fornecendo informações que permitam ações saneadoras;

III - manter informados os trabalhadores da instituição e qualquer pessoa ou coletividade, sobre todas as questões relacionadas com a criação e experimentação animal.

Parágrafo Único - Outras responsabilidades da CICB e do médico veterinário serão fixadas pelo Órgão-Central do SINALAB.

Art. 11 São obrigações das instituições de pesquisa, dentre outras previstas em legislação específica estabelecidas por órgãos atuantes no SINALAB:

- a) monitorar frequentemente a sanidade do animal;
- b) manter uma relação dos protocolos de experimentos por um período mínimo de 10 (dez) anos.

Art. 12 A importação, comercialização e o uso de animais para serem utilizados na forma desta Lei dependerão de licença prévia dos órgãos que atuam junto ao SINALAB, na forma do regulamento.

Art. 13 Sem prejuízo das penalidades definidas em outras legislações, o não cumprimento desta Lei, de seus regulamentos e das resoluções do SINALAB sujeitará:

I) as instituições infratoras:

- a) à multa diária, de no mínimo 50 (cinqüenta) e, no máximo a 1.000 (mil) UFIR. (Unidade Fiscal de Referência), agravada em caso de reincidência específica;
- b) à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;
- c) à suspensão de sua atividade;
- d) à proibição de desenvolver projetos que envolvam trabalhos com animais.

II) aos médicos veterinários transgressores:

- ao impedimento para assumir responsabilidade como técnico na área de criação e experimentação de que trata esta Lei.

Parágrafo Único - As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas alternada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração.

Art. 14 O Poder Executivo alocará, anualmente, dotação orçamentária suficiente para manter as ações do SINALAB e para a realização de investimentos e de financiamento de programas de melhoria das atividades científicas e técnicas previstas nesta Lei.

Parágrafo Único - Além das dotações previstas no "caput" deste artigo o SINALAB poderá utilizar recursos provenientes de doações, taxas pelo exercício do poder de polícia e outras operações financeiras decorrentes desta Lei.

Art. 15 Desenvolver técnicas de criação e experimentação animal em desacordo com as exigências e padrões estabelecidos nesta Lei, em seu regulamento e em resoluções aprovadas no âmbito do SINALAB:

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa.

Parágrafo Único - Se o crime é culposo:

Pena: reclusão de 1 (um) ano a 3 (três) anos e multa.

Art. 16 Omitir, em relatórios ou em informações prestadas aos órgãos fiscalizadores das atividades reguladas nesta Lei ou ao Ministério Público, declaração que deles deveria constar, ou neles inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa.

Art. 17 Introduzir no mercado ou no meio ambiente animais sem a licença específica da autoridades competente.

Pena: reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa.

Art. 18 A pessoa jurídica que concorrer de qualquer modo para os crimes previstos nos artigos antecedentes estará sujeita às mesmas penas de multa, aumentadas em até 200 (duzentas) vezes.

Art. 19 Deixar ou retardar, indevidamente, o funcionário público ou dirigentes ou membros dos órgãos que atuam no âmbito do SINALAB, de praticar ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa desta Lei.

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 20 Retardar ou recusar pedido de informações de órgão público, referente ao objeto desta Lei.

Pena: reclusão de 6(seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 21 Criar obstáculos ou dificultar a ação dos agentes de fiscalização.

Pena: reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 22 As penas de privação de liberdade poderão ser substituídas por outras de prestação de serviço à comunidade, supervisionadas por organizações de proteção dos animais ou do meio ambiente, num prazo nunca inferior a 2 (dois) anos, observados os requisitos dos incisos II e III do Art. 44 do Código Penal.

Art. 23 As ações civis e criminais fundadas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o fato ou o dano, cujo o juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

Parágrafo Único - Intervindo a União como parte, os recursos serão julgados pelo Tribunal Regional Federal.

Art. 24 As instituições que estiverem desenvolvendo atividade regulada nesta Lei deverão apresentar no Órgão-Central do SINALAB, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do regulamento, relatório circunstanciado do projeto em andamento, observando-se o prazo de 2 (dois) anos para a adequação às normas estabelecidas na regulamentação desta Lei.

Parágrafo Único - Verificada a existência de procedimentos inadequados para com os animais o Órgão-Central do SINALAB determinará a interdição da atividade.

Art. 25 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 6.638, de 08/05/1970, e as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

Vários setores da sociedade brasileira tem se mobilizado no sentido de o País adotar uma lei atualizada sobre a utilização de animais em laboratórios, para fins de pesquisa científica.

O uso de animais nas pesquisas científicas, apesar de ser destacado como uma questão de fundamental importância pelas comunidades científica e empresarial, tem sido historicamente uma área de conflitos entre os pesquisadores, as instituições farmacêuticas e biotecnológicas com algumas Organizações Não Governamentais - ONGs, apesar de ser fundamental para o avanço da pesquisa, do controle de qualidade e produção de diversos insumos de uso na Medicina e outras ciências biológicas.

Buscando a necessária regulamentação desta questão e procurando responder aos anseios da sociedade para que o País possua uma legislação moderna. Na nossa opinião, a lei deve tomar por base as normas já existentes no nível internacional e considerar a atual capacitação científica e tecnológica brasileira, procurando também uma resolução para as divergências com Organizações Não Governamentais - ONGs.

A lei visa a regulamentação do art. 225, inciso VII, § 1º, da Constituição Federal e revogar a Lei nº 6.638, de 08 de maio de 1970.

Ressalto, ainda, que qualquer regulamentação no campo da moderna biologia precisa estar sempre ajustada a seu vertiginoso desenvolvimento. Por isso, entre outros pontos, o presente Projeto de Lei, regulamenta as atividades ligadas ao ensino, a pesquisa, a produção, a comercialização e a importação de animais de laboratório; cria o Sistema Nacional de Controle de Animais de Laboratórios - SINALAB, vinculando-o ao Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; regulamenta a participação de representantes dos órgãos públicos da área de meio ambiente, agricultura, saúde e

ciência e tecnologia, e representantes das organizações da sociedade civil, inclusive organizações não-governamentais que trabalham nas atividades de proteção aos animais, definindo as responsabilidades das instituições que trabalham com a pesquisa em animais de laboratório, bem como de seus responsáveis técnicos; estabelece as penalidades para o descumprimento da Lei, concedendo também prazo para as instituições públicas regulamentarem esta Lei e as instituições de pesquisa se adequarem à mesma e a seus regulamentos.

Este projeto tem ainda a necessária flexibilidade no sentido de não prejudicar nem burocratizar as diversas e múltiplas intervenções ligadas às práticas agropecuárias não experimental, não as considerando como técnicas de experimentação animal, e desta forma, não prejudicando as atividades de produtores agropecuários que fazem suas intervenções visando o aumento da produção, e não abrangendo experimentos com animais de laboratório.

Em acordo com os interesses da comunidade científica, é premente que o Congresso Nacional examine e discuta esta proposta que, a nosso ver, aprova uma Lei eficaz e necessária.

Assim, solicito a compreensão e atenção de meus ilustres pares no sentido de analisar um projeto de tanta relevância para a área científica.

Sala das Sessões *26* de outubro de 1995.


Deputado Sergio Arouca

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VI
Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

.....
LEI Nº 6.638, DE 8 DE MAIO DE 1979.

Estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica permitida, em todo o território nacional, a vivissecção de animais, nos termos desta Lei.

Art. 2º Os biotérios e os centros de experiências e demonstrações com animais vivos deverão ser registrados em órgão competente e por ele autorizados a funcionar.

Art. 3º A vivissecção não será permitida:

I – sem o emprego de anestesia;

II – em centro de pesquisas os estudos não registrados em órgão competente;

III – sem a supervisão de técnico especializado;

IV – com animais que não tenham permanecido mais de quinze dias em biotérios legalmente autorizados;

V – em estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e em quaisquer locais freqüentados por menores de idade.

Art. 4º O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos das experiências que constituem a pesquisa ou os programas de aprendizado cirúrgico, quando, durante ou após a vivissecção, receber cuidados especiais.

§ 1º Quando houver indicação, o animal poderá ser sacrificado sob estrita obediência às prescrições científicas.

§ 2º Caso não sejam sacrificados, os animais utilizados em experiências ou demonstrações somente poderão sair do biotério trinta dias após a intervenção,

desde que destinados a pessoas ou entidades idôneas que por eles queiram responsabilizar-se.

Art. 5º Os infratores desta Lei estarão sujeitos:

I – às penalidades cominadas no art. 64, **caput**, do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, no caso de ser a primeira infração;

II – à interdição e cancelamento do registro do biotério ou do centro de pesquisa, no caso de reincidência.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei, especificando:

I – o órgão competente para o registro e a expedição de autorização dos biotérios e centros de experiências e demonstrações com animais vivos;

II – as condições gerais exigíveis para o registro e o funcionamento dos biotérios;

III – órgão e autoridades competentes para a fiscalização dos biotérios e centros mencionados no inciso I.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Projeto que acaba de ser lido vai às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 284, DE 2008

– Nº 284/2008, de 4 do corrente, encaminhando o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991 (nº 3.491/93, naquela Casa), que *dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências*.

É o seguinte o Substitutivo recebido:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 1991 (nº 3.491/1993, naquela Casa)

Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Oceanógrafo aos portadores de diploma:

I – devidamente registrado de bacharel em curso de oceanografia, expedido por instituição brasileira de ensino superior oficialmente reconhecida;

II – expedido por instituição estrangeira de ensino superior, revalidado na forma da lei, cujos cursos foram considerados equivalentes aos mencionados no inciso I do **caput** deste artigo.

Parágrafo único. É livre também o exercício da profissão de Oceanógrafo aos portadores de diploma de bacharel, devidamente registrado, em curso de oceanologia expedido pela Fundação Universidade do Rio Grande.

Art. 2º E igualmente assegurado o livre exercício da profissão de Oceanógrafo aos que, embora não habilitados na forma do art. 1º desta Lei, sejam possuidores de diplomas registrados em curso superior de graduação em outras áreas de conhecimento ligadas às geociências, ciências exatas, naturais ou do mar, inclusive os diplomados pela Escola Naval, com aperfeiçoamento em hidrografia e que tenham exercido ou estejam exercendo atividades oceanográficas por um período de 5 (cinco) anos, em entidade pública ou privada, devidamente comprovadas perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. Nas condições estabelecidas no **caput** deste artigo, o registro deve ser requerido no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

Art. 3º Os oceanógrafos, sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais, igualmente habilitados na forma da legislação vigente, poderão:

I – formular, elaborar, executar, fiscalizar e dirigir estudos, planejamento, projetos e/ou pesquisas científicas básicas e aplicadas, interdisciplinares ou não, que visem ao conhecimento e à utilização racional do meio marinho, em todos os seus domínios, realizando, direta ou indiretamente:

a) levantamento, processamento e interpretação das condições físicas, químicas, biológicas e geológicas do meio marinho, suas interações, bem como a previsão do comportamento desses parâmetros e dos fenômenos a eles relacionados;

b) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de exploração, exploração, beneficiamento e controle dos recursos marinhos;

c) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de preservação, monitoramento e gerenciamento do meio marinho;

d) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas oceanográficas relacionadas às obras, instalações, estruturas e quaisquer empreendimentos na área marinha;

II – orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público;

III – realizar perícias, emitir e assinar pareceres e laudos técnicos;

IV – dirigir órgãos, serviços, seções, grupos ou setores de oceanografia em entidades autárquicas, privadas ou do poder público.

Parágrafo único. Compete igualmente aos oceanógrafos, ainda que não privativo ou exclusivo, o exercício de atividades ligadas à limnologia, aquíicultura, processamento e inspeção dos recursos naturais de águas interiores.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI APROVADO PELO SENADO E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO.

Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de oceanógrafo aos portadores de diploma:

I – devidamente registrado de bacharel em curso de Oceanografia, expedido por instituição brasileira de ensino superior oficialmente reconhecida;

II – expedido por instituição estrangeira de ensino superior, revalidado na forma da lei, cujos cursos forem considerados equivalentes aos mencionados no inciso I.

Parágrafo único. É livre também o exercício da profissão de oceanógrafo aos portadores de diploma de bacharel devidamente registrado, em curso de Oceanologia, expedido pela Fundação Universidade do Rio Grande.

Art. 2º É igualmente assegurado o livre exercício da profissão de oceanógrafo aos que, embora não habilitados na forma do artigo anterior, preenchem as condições abaixo relacionadas:

I – sejam possuidores de diplomas registrado em curso superior de graduação em outras áreas de conhecimento ligadas às geociências, ciências exatas, naturais ou do mar, inclusive os diplomados pela Escola Naval, com aperfeiçoamento em hidrografia e que tenham exercido ou estejam exercendo atividades

oceanográficas por um período de cinco anos, em entidade pública ou privada, devidamente comprovadas perante órgão superior de fiscalização profissional.

Parágrafo único. Nas condições do inciso anterior, o registro deve ser requerido no prazo máximo de cinco anos, a contar da data de vigência desta Lei.

Art. 3º O salário mínimo do Oceanógrafo é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos nesta Lei.

Art. 4º A jornada diária de oito horas de trabalho do Oceanógrafo terá remuneração mínima de Cr\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), valores estes referentes ao mês de outubro de 1991.

§ 1º No caso de jornada diária de trabalho superior a oito horas, a fixação do salário será feita tomando-se por base o custo da hora fixada neste artigo, acrescidas de cinquenta por cento as horas excedentes às oito horas diárias.

§ 2º Quando embarcados, a remuneração dos serviços prestados pelos Oceanógrafos será fruto de contrato específico de trabalho entre as partes interessadas.

Art. 5º Os Oceanógrafos, sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais, igualmente habilitados na forma da legislação vigente, poderão:

I – formular, elaborar, executar, fiscalizar e dirigir estudos, planejamento, projetos e/ou pesquisas científicas básicas e aplicadas, interdisciplinares ou não, que visem o conhecimento e a utilização racional do meio marinho, em todos os seus domínios, realizando, direta ou indiretamente:

a) levantamento, processamento e interpretação das condições físicas, químicas, biológicas e geológicas do meio marinho, suas interações, bem como a previsão do comportamento desses parâmetros e dos fenômenos a eles relacionados;

b) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de exploração, exploração, beneficiamento, inspeção e controle dos recursos marinhos;

c) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de preservação, saneamento, monitoramento e gerenciamento do meio marinho;

d) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas oceanográficas relacionadas às obras, instalações, estruturas e quaisquer empreendimentos na área marinha;

II – orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associa-

ções de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público;

III – realizar perícias, emitir e assinar pareceres e laudos técnicos;

IV – exercer o magistério, em qualquer nível, observadas as exigências pertinentes;

V – dirigir órgãos, serviços, seções, grupos ou setores de oceanografia em entidades autárquicas, privadas ou do poder público.

§ 1º Para o disposto neste artigo são considerados pertencentes ao meio marinho, além dos oceanos, os ambientes transicionais, isto é, as faixas de transição entre água doce e salgada e que sofrem influência desta, a saber: estuários, deltas, mangues, lagoas, lagoas costeiras e baías.

§ 2º Compete igualmente aos Oceanógrafos, ainda que não privativo ou exclusivo, o exercício de atividades ligadas à limnologia, aquícultura, processamento e inspeção dos recursos naturais de águas interiores.

Art. 6º Os infratores dos dispositivos desta Lei incorrerão em pena de advertência, particular ou pública, em suspensão do exercício profissional, até um ano, ou cancelamento do registro com a apreensão da carteira profissional, cumulada ou não com multa, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro em caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias contado a partir de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de dezembro de 1992. – Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991, vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008), e conforme o disposto no §2º do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos:

Governo Federal (Mensagem nº 46/2008-CN – nº 332/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Tribunal de Contas da União (Aviso nº 17/2008-CN – nº 454–GP/TCU/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 23/2008-CN – nº PGR/GAB/1027/2008, na origem), referentes ao período de maio de 2007 a abril de 2008,

– Câmara dos Deputados (Ofício nº 24/2008-CN – nº GP-O 1307/2008, na origem) referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008;

– Senado Federal (Ofício nº 25/2008-CN – Ato do Presidente do Senado Federal nº 9/2008, na origem), compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2007 a abril de 2008;

– Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 26/2008-CN – nº 3068/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 27/2008-CN – Mensagem nº 34/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 28/2008-CN – nº 207/2008/TST/GDGSET/GP, na origem), referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008; e

– Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 29/2008-CN – nº 387/GP/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008.

Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 11 de junho, quarta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, comunico que me afasto a partir desta data do exercício do mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado da Casa Civil, no Governo de Estado do Rio de Janeiro, conforme cópia do **Diário Oficial** anexa.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2008. – Senador **Regis Fichtner**.

ATOS DO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

DECRETO DE 3 DE JUNHO DE 2008

O Governador do Estado do Rio de Janeiro em exercício no ato de suas atribuições constitucionais e legais,

Resolve:

Exonerar a pedido REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA do cargo em comissão de Secretário de Estado símbolo SE, da Secretaria de Estado a Casa Civil.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 2008. – **Luiz Fernando de Souza**

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 4 de junho de 2008.

DECRETO DE 06 DE JUNHO DE 2008

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, em exercício no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

Resolve:

Nomear Regis Velasco Fichtner Pereira, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Estado, símbolo SE, da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2008.

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 9 de junho de 2008.

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Tendo a honra de comunicar a Vossa **Excelência** que, reassumo hoje o exercício do mandato de Senador da República, pela Bancada do PMDB, do Estado do Rio de Janeiro, em substituição ao Senador Regis Fichtner.

Atenciosas saudações, **Paulo Duque**, Senador

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As comunicações que acabam de ser lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 64/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro suplente, na Comissão de Educação e Esportes – CE.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa **Excelência**, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 65/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva a membro suplente, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 66/2008 – GLDBALG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência designa a Senadora Marina Silva para integrar, como suplente, as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Econômicos, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 67/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em substituição à Senadora Fátima Cleide.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 68/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Fátima Cleide como membro titular, em substituição ao Senador João Pedro na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não

governamentais – ONG e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 419, de 2008, que *altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quanto teve a sua apreciação transferida, em virtude de acordo de Lideranças.

Transcorre hoje a décima primeira sessão em que a matéria está constando da pauta.

À Medida Provisória foram apresentadas duas emendas.

Quero esclarecer também que a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 5 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de maio.

O Relator foi o Deputado Ademir Camilo, do PDT de Minas Gerais.

O prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período por Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 22, de 2008, e se esgotará no dia 18 de junho.

A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado no dia 14 de maio.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 529, DE 2008 – PLEN

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Filho, vem ao exame desta Casa, nos termos

do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 419, de 2008, que transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para esse fim, o art. 1º da Medida Provisória altera a redação do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, incluindo no rol de Ministros de Estado o Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

De seu turno, os arts. 2º e 3º da Medida Provisória modificam o texto da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que criou a dita Secretaria, para contemplar a mudança no *status* do cargo de seu dirigente máximo.

Foram oferecidas duas emendas à Medida Provisória. A primeira, do Deputado Dr. Ubiali, altera o art. 1º da Medida Provisória, para excluir o Advogado-Geral da União do rol do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, que relaciona as autoridades consideradas Ministros de Estado

A segunda emenda é do Deputado Onyx Lorenzoni, do DEM gaúcho, que modifica o art. 1º da Medida Provisória, para introduzir parágrafo no art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, com o objetivo de prever a obrigatoriedade de divulgação na Internet do currículo e da agenda diária *dos Ministros de Estado*, bem como de todo agente político ou ocupante de cargo da alta administração ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

II – Análise

A Medida Provisória não apresenta, em nosso entendimento, qualquer vício quanto à sua constitucionalidade ou juridicidade. Os pressupostos de relevância e urgência, previstos no *caput* do art. 62 da Constituição Federal, são indicados na Exposição de Motivos que acompanha a proposição, a qual aduz a necessidade de que o titular da referida Secretaria Especial passe a contar institucional e operacionalmente com a plenitude das funções de Ministro de Estado, de modo a permitir que se cumpra o objetivo de refletir a importância social, cultural e política que a questão da igualdade racial assumiu no cenário brasileiro e – por que não dizer aqui, no improviso deste Relator – no cenário internacional, principalmente a partir do momento em que Barack Obama ganha a disputa no Partido Democrata para concorrer às eleições dos Estados Unidos da América. Barack Obama poderá vir a ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos.

Ademais, Sr. Presidente, o conteúdo material da Medida Provisória nº 419, de 2008, não ultrapassa os limites fixados no art. 62, § 1º, bem como no art. 246, ambos da Lei Maior.

Quanto à adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória, que também deve ser examinada em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe-nos dizer que a medida não importa em aumento de despesa, já que a transformação do cargo não acarretará mudança nos valores percebidos pelo titular em questão. De feito, o cargo de natureza especial de Secretário Especial tem a remuneração fixada pela Lei nº 11.526, de 2007, idêntica ao do subsídio previsto pelo Decreto Legislativo nº 113, de 2007, para os Ministros de Estado, correspondente ao valor de R\$10.748,43.

Com respeito ao mérito, verifica-se que a medida provisória consigna objetivo louvável ao conferir projeção apropriada à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão dedicado a questões de extrema relevância para a sociedade brasileira – ou seja, o combate aos preconceitos –, como a coordenação e a promoção de políticas públicas de igualdade e combate à discriminação.

A Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, rejeitou as emendas ofertadas à MP. Fê-lo com acerto. A nosso ver, elas tratam de matéria diversa daquela versada na medida provisória em exame e, como conseqüência, sua rejeição se impõe.

O art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional é claro ao vedar “a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória”. Ademais, por não guardarem relação com o objeto da medida provisória e disporem sobre matéria para a qual a iniciativa legislativa é reservada ao Presidente da República (art. 61, §1º, II, *a e c*, da Lei Maior), tais emendas padecem de vício de inconstitucionalidade formal.

Concluo, Sr. Presidente, com o voto.

Em face do exposto, considerando a compatibilidade da medida provisória com a Constituição, inclusive com a observância dos pressupostos de urgência e relevância, demonstrada a adequação financeira e orçamentária do ato, o qual se nos afigura meritório, nosso voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 419, de 2008, e rejeição das emendas a elas apresentadas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Farei um apelo, naturalmente, a todos os Líderes para que aprovemos essa medida provisória. Há uma expectativa muito grande tanto de todas as comissões de direitos humanos das Câmaras de Vereadores, das Assembléias Legislativas e do próprio Congresso Nacional como, naturalmente, daqueles homens e

mulheres que lutam de forma permanente contra os preconceitos, o racismo e a discriminação.

O Governo Lula, com esse ato, Sr. Presidente, transformando essa Secretaria, dando-lhe o *status* de Ministério, na verdade atende a uma antiga reivindicação de brancos e negros que lutam pela igualdade.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER N° DE 2008

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10. 678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Relator-Revisor: Senador(a)

I – Relatório

Vem ao exame desta Casa, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a Medida Provisória (MPV) nº 419, de 2008, que transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para esse fim, o art. 1º da MPV altera a redação do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, incluindo no rol de Ministros de Estado o Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

De seu turno, os arts. 2º e 3º da MPV, modificam o texto da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que criou a Secretaria, para contemplar a mudança no status do cargo de seu dirigente.

Foram oferecidas duas emendas à MPV em comentário. A primeira, do Deputado Dr. Ubiali, altera o art. 1º da MPV, para excluir o Advogado-Geral da União do rol do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, que relaciona as autoridades consideradas Ministros de Estado.

A segunda emenda, do Deputado Onyx Lorenzoni, modifica o art. 1º da MPV, para introduzir parágrafo no art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, com o objetivo de prever a obrigatoriedade de divulgação, na Internet, do currículo e da agenda diária dos Ministros de Estado, bem como de todo agente político, ou ocupante de

cargo da alta administração ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

II – Análise

A Medida Provisória não apresenta, em nosso entendimento, qualquer vício de constitucionalidade ou juridicidade. Os pressupostos de relevância e urgência, previstos no **caput** do art. 62 da Constituição Federal, são indicados na Exposição de Motivos que acompanha a proposição, a qual aduz a necessidade de que o titular da referida Secretaria Especial passe a contar institucional e operacional ente com a plenitude das funções de Ministro de Estado, de modo a permitir que se cumpra o objetivo de refletir a importância social, cultural e política que a questão da igualdade racial assumiu no cenário brasileiro.

Observa-se, ademais, que o conteúdo material da Medida Provisória nº 419, de 2008, não ultrapassa os limites fixados no art. 62, § 1º, bem como no art. 246, ambos da Lei Maior.

Quanto à adequação financeira e orçamentária da MPV, que também deve ser examinada, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe-nos dizer que a medida não importa aumento de despesa, já que a transformação do cargo não acarretará mudança nos valores percebidos pelo seu titular. De feito, o cargo de natureza especial de Secretário Especial tem a remuneração fixada pela Lei nº 11.526, de 2007, idêntica ao do subsídio previsto pelo Decreto Legislativo nº 113, de 2007, para os Ministros de Estado, correspondente a R\$10.748,43.

Com respeito ao mérito, verifica-se que a Medida Provisória consigna objetivo louvável, ao conferir projeção apropriada à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão dedicado a questões de extrema relevância para a sociedade brasileira, como a coordenação e promoção de políticas públicas de igualdade e combate à discriminação.

A Câmara dos Deputados rejeitou as emendas ofertadas à MPV.

Fê-lo com acerto. A nosso ver, elas tratam de matéria diversa daquela versada na medida provisória em exame e, como consequência, sua rejeição se impõe.

O art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional é claro ao vedar “a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória. Ademais, por não guardarem relação com o objeto da MPV e disporem sobre matéria para a qual a iniciativa legislativa é reservada ao Presidente da República (art. 61, § 1º, II, a

e c, da Lei Maior), tais emendas padecem de vício de inconstitucionalidade formal.

II – Voto

Em face do exposto, considerando a compatibilidade da MPV com a Constituição, inclusive quanto à observância dos pressupostos de urgência e relevância, demonstrada a adequação financeira e orçamentária do ato, o qual se nos afigura meritório, nosso voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 419, de 2008, e rejeição das emendas a ela apresentadas.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008.



Relator-Revisor

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Paulo Paim, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da medida provisória.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para discutir os pressupostos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir os pressupostos, para encaminhar a votação dos pressupostos, diria melhor, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, já inscrito; em seguida, aos Senadores José Agripino, Alvaro Dias e Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mário Couto, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Flexa Ribeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mário Couto e Flexa Ribeiro, como não poderia deixar de ser. Também o Senador Papaléo Paes.

Senador Antonio Carlos Júnior, V. Exª quer inscrever-se?

Para discutir a admissibilidade ou o mérito?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Os dois, Sr. Presidente. Ele quer discutir os dois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A admissibilidade.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para encaminhar a votação dos pressupostos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 419, de 2008, foi editada com o objetivo de transformar o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Inicialmente, esta MP não atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, pressupostos essenciais para podermos adentrar na análise de seu mérito. Não há qualquer situação fática que justifique a urgência da alteração legislativa ventilada por esta proposição, bem como o elemento de relevância que torne o uso de uma medida provisória o instrumento indispensável à aplicação das políticas e programas deste Governo. A matéria deveria ter sido encaminhada por projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, que, diante de uma necessidade superveniente que justificasse a celeridade na tramitação, teria ainda o instrumento de solicitar a sua urgência constitucional.

É importante salientar como tem se manifestado o Supremo Tribunal Federal, diante da falta de urgência e relevância das Medidas Provisórias:

A crescente apropriação institucional do poder de legislar, por parte dos sucessivos Presidentes da República, tem despertado graves preocupações de ordem jurídica, em razão do fato de a utilização excessiva das medidas provisórias causar profundas distorções que se projetam no plano das relações políticas entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Nada pode justificar a utilização abusiva de medidas provisórias, sob pena de o Executivo, quando ausentes razões constitucionais de urgência, necessidade e relevância material, investir-se, ilegitimamente, na mais importante função institucional que pertence ao Congresso Nacional, vindo a converter-se, no âmbito da comunidade estatal, em instância hegemônica de poder, afetando, desse modo, com grave prejuízo para o regime das liberdades públicas e sérios reflexos sobre o sistema de *checks and balances*, a relação de equilíbrio que necessariamente deve existir entre os Poderes da República.

Isso advém, Sr. Presidente, do cérebro lúcido e privilegiado do Ministro Celso de Mello, falando sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.213-MC.

Muito bem, Sr. Presidente. Prossigo, ainda com aspas, desta vez para essa notável figura que é o Ministro Moreira Alves:

O que justifica a edição dessa espécie normativa, com força de lei, em nosso Direito Constitucional, é a existência de um estado de necessidade, que impõe ao Poder Público a adoção imediata de providências, de caráter legislativo, inalcançáveis segundo as regras ordinárias de legiferação, em face do próprio *periculum in mora* que fatalmente decorreria do atraso na concretização da prestação legislativa. (...)

Não é muito a minha praia a argumentação jurídica, mas eu aqui repito Moreira Alves, como repetia Celso de Mello. Mas fico feliz de ver que o Senador Mercadante me olhava com olhar de admiração, o que só demonstra a sua generosidade e seu carinho em relação a este seu companheiro.

É inquestionável que as medidas provisórias traduzem, no plano da organização do Estado e na esfera das relações institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo, um instrumento de uso excepcional. A emanação desses atos, pelo Presidente da República, confira momentânea derrogação ao princípio constitucional da separação dos poderes.” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº221 – MC, Relator Ministro Moreira Alves, voto do Ministro Celso de Mello)

Não obstante a falta de pressupostos constitucionais de urgência e relevância, a análise de seu mérito se revela igualmente desprovida de argumentos contundentes. Como a estrutura administrativa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial já apresenta todo o aparelhamento institucional e autonomia para aplicar as políticas públicas pertinentes ao seu campo de trabalho, em paralelo a mesma estrutura dos Ministérios, não há argumentos de transformar o seu cargo de Secretário em Ministro, uma vez que, na prática, não influenciará em qualquer melhora na eficiência dos trabalhos desenvolvidos pela referida Secretaria.

O que se vislumbra nesse contexto é um artifício ardil, canhestro, eu diria até vergonhoso, para beneficiar o novo Secretário, um Parlamentar que, portanto, não poderia ir para a Secretaria, mas poderia ir para o Ministério – essa é que é a verdade –, com a prerrogativa constitucional de poder optar pelo recebimento de subsídios de parlamentar no lugar de Ministro. Esse é o objetivo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço um tempinho para concluir.

Estamos aqui a discutir subsídios, proventos, vencimentos e não algo que signifique subtração ou adição de perspectiva de políticas públicas em favor da igualdade racial. Ninguém, em sã consciência, seria contra a luta pela igualdade racial.

A Constituição Federal dá esta prerrogativa somente para os cargos de Ministro de Estado, e não para os outros existentes na estrutura do Poder Executivo.

Esta Medida Provisória prevê ainda a criação de um cargo de nível de DAS 6, cujo salário é superior a R\$10 mil, o que se demonstra totalmente desnecessário, tendo em vista a Secretaria já dispor de cargos suficientes para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

Nesse sentido, a Medida Provisória nº 419, de 2008, não apresenta, inquestionavelmente, os requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como apresenta argumentos que julgo sofríveis e inconsistentes para a aprovação de mérito pelo Senado Federal.

E olhe que apóio, entusiasmado, a luta do Senador Paulo Paim pela igualdade racial. É um Senador de enorme brilho, como era um Deputado de enorme brilho, quando cuida das políticas nas quais se especializa. Mas, sinceramente, a Secretaria propicia a possibilidade de políticas públicas, o Ministério propicia a possibilidade de políticas públicas. Por que sair da Secretaria Especial para o Ministério? Simplesmente para o Deputado perceber mais. E isso é pouco, isso não justifica, não é assim que se faz a melhor abordagem da questão, porque não está em jogo aí a luta pela igualdade racial, está em jogo aí um ardil, está em jogo um artifício.

É contra esse artifício – e por achá-lo inconstitucional – que o PSDB encaminha pela inadmissibilidade da Medida Provisória que transforma a Secretária em Ministério, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra para encaminhar a votação dos pressupostos. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Romeu Tuma, estamos vivendo uma situação, junto às Comissões, que gostaria que V. Ex^a pudesse levar ao conhecimento do Presidente Garibaldi. Eu, pessoalmente, levarei também.

As Comissões estão tendo muita dificuldade de aprovar matérias que exigem quórum qualificado. Os projetos que vêm da Câmara dos Deputados e não exigem quórum qualificado, porque são terminativos, são aprovados prontamente pelas Comissões, ou seja, o processo legislativo do Senado está basicamente parado e o processo legislativo da Câmara flui facilmente no Senado Federal. Em razão do quê? Em razão de sessões comemorativas, pela manhã, às terças e quartas-feiras. A Dr. Cláudia, Secretária-Geral da Mesa, comunga com essa preocupação. Faço um apelo para que a Presidência da Casa olhe com carinho essa situação das datas e dos horários das sessões comemorativas porque há um prejuízo efetivo ao andamento e à votação das matérias junto às Comissões do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tenho certeza de que o Presidente acatará a sugestão de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador João Tenório, estamos com uma MP *sui generis*. Pela frente temos algumas medidas provisórias. Uma delas trata de abertura de crédito extraordinário para atender as populações flageladas pelas enchentes do Nordeste, dentre outros. Isso é urgente? É. É relevante? É. É constitucional? É. É amparado pelo art. 62 da Constituição. Se é, então vamos votar. Até porque o instituto da medida provisória que foi criado pela Constituinte da qual participei é um instrumento que, se bem aplicado, produz bons resultados para o País.

Mas, em compensação, há uma outra MP, que já mereceu o meu voto contra e vai merecer de novo, que abre um crédito extraordinário para que o BNDES possa receber produto do excesso de arrecadação da União, R\$12,5 bilhões. Uma outra, que foi aprovada contra o meu voto, amplia o limite de crédito do BNDES, para receber esse dinheiro produto de excesso de arrecadação, transferido como crédito extraordinário, para emprestar à Venezuela, ao Equador, em vez de aplicar esse dinheiro na saúde do Brasil, como quer o Senador Tião Viana, como eu quero, como quer o Brasil todo.

Agora, esta MP, Senador Romeu Tuma, esta é *sui generis*, esta é a Medida Provisória Edson Santos, tem nome, endereço, digital. É incrível, absolutamente incrível

vel a ousadia do Governo em editar uma Medida Provisória que para o País não é urgente, não é relevante nem é constitucional. É para o indicado, para o indicado é urgente, é relevante e deve ser constitucional.

A que estou me referindo? Esta MP transforma a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministério de Estado, que cria a Chefia da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O objetivo é nobre? É nobre, sim. A promoção da igualdade racial é um bom gesto? Eu acho que é um bom gesto, sim. Promover igualdade de oportunidades, quebrar preconceitos acho que é bom, é bom sim. Agora, quem era a titular do cargo? Matilde Ribeiro, que foi exonerada ou pediu exoneração pelo mau uso do cartão corporativo. É aquela que comprou com o cartão corporativo coisas do *free shop* e, por essa razão, foi exonerada ou pediu exoneração. Ela era Deputada? Não. Ela era Parlamentar? Não. Então, ela poderia ser escolhida e o foi, e foi demitida porque entendeu-se que ela tinha feito, mau uso do cartão corporativo, não recomendava, e o País não aceitava, que ela continuasse no exercício do cargo de Secretária-Chefe de uma entidade que cuida de políticas de igualdade racial. Muito bem, e o Governo rapidamente cuidou de substituí-la. Encontrou quem, para satisfazer seus objetivos? Um Deputado Federal, o Deputado Edson Santos. O Deputado Edson Santos aceitou o convite? Aceitou, mas, para assumir a função, tinha de renunciar ao cargo de Deputado Federal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) –... renunciar ao mandato de Deputado Federal, porque a Constituição não permite que um Deputado Federal ou Senador ocupem funções que não seja a de Ministério.

E aí o que faz o Governo? Edita uma medida provisória. Incrível! Incrível a que ponto chegou o desrespeito do Governo, do Poder Executivo, ao Congresso Nacional.

Para satisfazer a uma exigência de um cidadão, de um Deputado Federal escolhido para ser secretário da entidade que cuida de política de igualdade racial, cria um ministério a mais. Cria despesa. Cria um ministério, cria um cargo de ministro.

Essa MP é urgente para o Ministro Edson Santos. É relevante para o Ministro Edson Santos. Não é nem urgente, nem relevante para o povo do Brasil. E muito menos é constitucional.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Eu acho, Senador Sérgio Guerra, um desrespeito ao Congresso editar-se uma medida provisória para entupir a pauta,

obstruir os debates congressuais. Uma medida provisória que tem objetivo claro: atender a um desejo do Governo de nomear um cidadão que para exercer a função tem que se mudar a legislação. E aí tome-lhe medida provisória.

Por que não fez isso através de um projeto de lei, para tramitar, receber emendas? E, enquanto tinha esse seu objetivo, encontrava um outro titular, como a Matilde, que não era Deputada Federal.

É para agredir o Congresso? Confrontar com o Congresso? Provocar a Oposição? Diminuir as prerrogativas do Congresso? Entupir a pauta do Congresso? É para isso?

Tenha paciência!

Tem que nos encontrar pela frente, Senador Romeu Tuma. Tem que nos encontrar pela frente, para que a gente defenda as prerrogativas do Congresso. Essa matéria não é nem urgente, nem relevante, nem constitucional.

Quero aqui dizer ao Senador Paulo Paim que tenho o maior respeito pelas causas que V. Ex^a defende. A igualdade racial é uma coisa nobre.

A política de igualdade racial, que V. Ex^a defende, assim como eu defendo, é uma coisa nobre. Mas usar medida provisória, que tem que ser urgente, relevante e constitucional, para fazer a vontade do Governo que quer nomear um Deputado Federal para exercer o posto de chefia que tem que ser transformado em Ministério, porque só assim é que o Dr. Edson dos Santos pode assumir a função, é demais com o Congresso Nacional. Aí é demais com o Congresso!

Evidentemente que o meu Partido, numa manifestação de respeito ao Congresso Nacional, vota “Não”, logo, aos dispositivos de urgência, relevância e constitucionalidade, pedindo aos Senadores, aos Parlamentares que reflitam sobre o que está acontecendo e que votem “Não” numa atitude de legítima defesa.

O que nós estamos votando aqui, neste momento, é a afirmação, ou não, do Congresso. Não se trata de discutir o mérito e a política de igualdade racial, nem de avaliar as qualidades do indicado. Não. É o mérito, é a urgência, a relevância, o uso abusivo de medida provisória e o escárnio ao Congresso Nacional. É isso.

Por esse motivo, como legítima defesa, o voto do meu Partido é um sonoro “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

Tem V. Ex^a, por cinco minutos, a tribuna.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda hoje, em solenidade na Câmara dos Deputados, o Presidente do Congresso Nacional, Garibaldi Alves Filho, afirmava

que, no ano passado, 70% das sessões deliberativas estavam com a pauta trancada. Ou seja, deixamos de produzir em 70% das sessões deliberativas que realizamos em função das medidas provisórias.

Faz muito bem o Presidente Garibaldi em discursar. Imagino que deveria ir um pouco além do discurso. Deveria chegar à prática, à decisão que radicaliza, com a devolução agora das medidas provisórias que decretam a abertura de crédito extraordinário, em função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Imagino que seria uma sinalização de postura nova. Imagino que seria a afirmação de uma disposição inquebrantável de mudar a realidade das medidas provisórias instituídas pelo Governo.

Ora, são afrontas à Constituição inexplicáveis. A de hoje é o absurdo dos absurdos, Senador Romeu Tuma. Esse Ministério, na prática, já existe. Essa secretaria tem *status* de Ministério. Não há nenhuma alteração de conteúdo com essa proposta. E essa secretaria existe desde o início do mandato do Presidente Lula. Tem *status* de ministério, tanto é que a Ministra demissionária era chamada de Ministra, e não de Secretária Matilde; a Ministra que pediu demissão em razão de irregularidades na utilização dos cartões corporativos.

Eu poderia dizer que nós estamos com esta medida provisória transformando o seis em meia dúzia. Na verdade, é isso que ocorre. Mas se justifica para tanto uma medida provisória? A Constituição vale tão pouco para o Governo, para o Presidente da República? Aliás, é a pergunta que se faz quando comemoramos os vinte anos da Constituição Cidadã, tão enaltecida pelo saudoso Ulysses Guimarães. O que pensa o Presidente desta Constituição? O que vale para o Presidente esta Constituição? Vale algo? A pergunta se justifica exatamente em razão dessa afronta como rotina, desse desrespeito como hábito, desta prática que se consagra a cada momento em razão de o Governo desejar impor a sua vontade sobre o Congresso Nacional. E o Presidente se sente confortável porque ele encontra aqui acolhida.

Esta medida provisória será aprovada. Eu disse que é o absurdo dos absurdos porque não existe nenhuma relevância, nenhuma urgência. O que existe é inconstitucionalidade. O que existe é desrespeito à Constituição. Nós damos um péssimo exemplo no Senado Federal. Todas as vezes que aprovamos uma medida provisória inconstitucional, nós estamos oferecendo o exemplo de desrespeito à Lei Maior do País. E se desrespeitamos a Lei Maior, Senador Romeu Tuma, como podemos exigir do cidadão que respeite a lei ordinária? Como podemos exigir do cidadão que respeite a lei que o obriga a pagar impostos no País?

É evidente que o exemplo que oferecemos não nos dá autoridade para exigirmos de quem quer que seja no País respeito à lei. Portanto, só posso proclamar isso como um ato da maior irresponsabilidade pública. E é uma autocrítica. Não posso, de forma alguma, individualizar, porque há aqui um Congresso Nacional que está consagrando esta obediência ao Poder Executivo, em vez de consagrá-la à legislação vigente no País, sobretudo a Carta Magna.

Por esse motivo, Sr. Presidente, mais uma vez, o registro do protesto, que, aliás, se está tornando cansativo, repetitivo, Senador Sérgio Guerra. Está-se tornando desgastante. Não faz bem à imagem, ao conceito do Poder Legislativo, que precisa recuperar a credibilidade com posições afirmativas.

Na discussão do mérito, Sr. Presidente, nós voltaremos à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cinco minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, Sr^s e Srs. Senadores, não temo o ônus da antipatia por votar contra uma medida provisória, mas me ressoo profundamente pelo fato de, pela primeira vez, encaminhar algo diferentemente do que encaminha o meu querido companheiro, Senador Paulo Paim, que eu tenho como um dos parlamentares mais aplicados, mais corretos, aquele parlamentar que defende causas aqui no Senado Federal.

Mas, Senador Paulo Paim, perdoe-me por ser a primeira que vou encaminhar diferentemente de V. Ex^a. O Governo banalizou o instrumento da medida provisória, e banalizou sinalizando fortemente para que esse processo de banalização se estendesse para desmoralizar o Congresso Nacional.

Lembro-me aqui de uma tentativa também bem sucedida, por sinal, do Governo de transformar em Ministro o titular da Presidência do Banco Central

E, mais uma vez, o Governo primeiro cria uma situação problema, já detalhada aqui pelos Senadores que me antecederam, ou seja, o Deputado Edson Santos teria de, forçosamente, renunciar ao mandato de Deputado. Informações que tenho acerca do Deputado são as de que se trata de uma pessoa digna e decente. Nada pessoal com relação ao Deputado. Agora, não teria outra pessoa para ocupar a Secretaria, que não gerasse esse tipo de problema? O Governo cria uma situação problema e corre atrás para mudar a lei.

Eu fico muito preocupado com isso, Senador Tuma, porque há no ar sinais em relação a uma gran-

de operação que se avizinha, que envolve empresas de telefonia neste País. Mais uma vez, o Governo vai tentar mudar a lei para encaixar uma situação problema. É muito complicado isso.

Particularmente em relação às medidas provisórias, tomei a deliberação – e não arredo pé dela – de votar sistematicamente contra as medidas provisórias encaminhadas pelo Governo a esta Casa e ao Congresso Nacional, por entender que estamos reféns de um processo de desmoralização galopante. Nós nos reunimos agora praticamente para votarmos medidas provisórias. Há pouco, sentado onde V. Ex^a está, estava o Presidente da Casa, Senador Garibaldi, que disse: “Geraldo, vamos abrir a Ordem do Dia, vamos votar”. Eu digo: “Senador Garibaldi, vamos votar o quê?” Medidas provisórias. O Senado não faz outra coisa, a não ser isso. A pauta não se abre para que apreciemos matérias de autoria dos Parlamentares. E eu percebo que esse é um movimento deliberado mesmo, para truncar a ação do Congresso, para que porta-vozes possam dizer: “Está vendo como o Congresso não trabalha? Está vendo como o Congresso não produz?”, porque estamos submetidos à ditadura da medida provisória.

Portanto, enquanto o Congresso Nacional não se compenetrar da necessidade de extirpar do ordenamento jurídico esse instituto, usado de forma canhestra no nosso País, ou enquanto não lhe der um tratamento estreito, como eu digo sempre, no sentido de permitir que, a partir de então, as relações entre o Poder Executivo e Poder Legislativo possam ser normais, respeitadas, eu vou continuar votando, sistematicamente, contra as medidas provisórias, contra os seus pressupostos e também contra o mérito.

Aqui, o Senador Agripino mencionou o crédito extraordinário. A Constituição prevê, Senador Agripino... Talvez eu vote a favor de medidas provisórias apenas quando se tratar, como V. Ex^a mencionou, por exemplo, de calamidade pública, o que a Constituição prevê, ou no caso de guerra e de comoção interna. Só assim eu votarei favoravelmente, porque está lá na Constituição. Fora desses casos, o meu voto “não” já está declarado antecipadamente, assim como o voto do Senador Flexa Ribeiro e de tantos outros colegas aqui desta Casa.

Portanto, o Senado precisa se compenetrar da missão de rever, com rigor, essa questão das medidas provisórias, para que possamos sair dessa armadilha em que fomos colocados – a impressão que tenho é que estamos gostando dela –, sujeitando-nos a, permanentemente, comparecer a este plenário para votarmos medida provisória.

Meu voto é “não”, Senador Romeu Tuma, e tantas outras que estejam na fila receberão o mesmo tratamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou nem me pronunciar a respeito da Medida Provisória, mas é já para encaminhar o voto pelo PDT. Não quero nem falar sobre o mérito dela.

Eu nunca vi uma medida provisória mais inútil do que essa. Essa é inútil demais; o Governo agora exagerou. Meu voto é “não”, e vou deixar os Senadores do PDT em liberdade para votar como quiserem, mas sei que eles vão votar “não”, porque essa medida provisória é fajuta demais, Sr. Presidente. Não dá para votar numa coisa dessas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero externar, mais uma vez, minha insatisfação por ver o Governo Federal impor a este Senado...

Senador Osmar Dias, isso é uma imposição acima do normal. Isso é uma imposição, Senador José Agripino, para mostrar a força do Executivo sobre o Legislativo. “Eu quero, eu desejo e tem de ser assim. Não importa que a Constituição não mande ser assim. Eu posso rasgar a Constituição”.

Essa é uma prova autêntica de que este Senado se curva, cada vez mais, ao Governo Federal. É um absurdo! Inconstitucional a matéria, Sr. Presidente, e um absurdo.

Sabe por que tudo isso, Presidente? Sabe por que tudo isso? Para que um Deputado do PT – olhem como está este País, olhem o que fazem deste Senado; estão brincando com este Senado, Sr. Presidente –, para que um Deputado do PT, Edson Matos – parece-me que esse é o nome –, não fique como Secretário, porque ganha R\$11 mil como Secretário. Tem de ter o cargo de Ministro, conforme estabelece a medida provisória, para que ele possa optar pelo salário de Deputado, que é de R\$16 mil. Minha Santa Filome-

na! Aonde chegamos neste País? Aonde chegamos neste País, Presidente? Como se o Supremo já não tivesse dito ao Governo que os créditos extraordinários mandados por meio de medidas provisórias são inconstitucionais.

Medidas desse tipo são inconstitucionais. E o Governo não dá a mínima importância, não quer saber. Depois, voltarei a esta tribuna para discutir o mérito.

Eu não voto mais. Senador Geraldo Mesquita, vou aderir ao pensamento de V. Ex^a. Enquanto esta Casa, meu prezado Senador Papaléo, não se impuser em razão dessas medidas provisórias graciosas, encaminhadas para desmoralizá-la... Toda semana vem-se falar aqui sobre a mesma coisa, e nada se consegue, nada se corrige. A Constituição deste País é rasgada toda semana. O desrespeito a esta Casa é mostrado à população brasileira toda semana. A democracia deste País é ameaçada toda semana, e nada se resolve.

Então, quero externar, desta tribuna, Sr. Presidente, no dia de hoje, que, a partir de agora, enquanto a Presidência desta Casa, enquanto a Mesa Diretora não tomar nenhuma medida com relação ao abuso de medidas provisórias encaminhadas pelo Governo Federal a esta Casa, este Senador ou sai do plenário para não votar ou então vai votar contra.

É insuportável. Isto aqui é desnecessário, é um abuso.

Não consigo entender como nós, Senadores da República Federativa deste País, consigamos votar a favor de uma medida provisória desse tipo, que tem um endereço certo, o endereço certo de desmoralizar esta Casa. Quanta urgência tem mudar o nome de um cargo, Senador Paulo Paim? Quanta urgência tem isso? Que urgência é essa?

O endereço é certo, o endereço é deixar o Senado desmoralizado, é dizer a cada um dos Senadores que tem um Governo que manda nesta Casa, que faz o que quer desta Casa, que consegue, paulatinamente, desmoralizar um por um dos Senadores. A mim não vai desmoralizar!

Sei que sou minoria nesta Casa e represento a Minoria, mas não vão conseguir me desmoralizar. Ou me retiro deste plenário ou votarei sempre contra as medidas provisórias enquanto a Mesa Diretora não reclamar e não colocar um rito nesse processo de medidas provisórias inconstitucional.

Voltarei mais tarde para discutir o mérito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, para encaminhar a votação dos pressupostos, por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, vimos o Relator, Senador Paulo Paim, por quem tenho uma grande admiração pelo seu trabalho nesta Casa, pelo seu comportamento como Senador, pela sua luta pela melhoria da qualidade de vida do povo de todo o País, não só do seu Estado. Fez o seu relatório, cumpriu a sua obrigação e foi coerente com a sua análise sobre este processo.

Mas, Senador Paim, quero pedir desculpas a V. Ex^a, que merece o nosso respeito, não só o meu, mas de todos aqui, e dizer que não é contra o relatório de V. Ex^a que estamos aqui nos posicionando na tribuna. Essa Medida Provisória nº 419 que V. Ex^a relatou transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O Governo cria o cargo de Secretário-Adjunto, DAS-101.6, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. E o Governo insiste, Sr. Presidente, em editar medida provisória para criar cargos de livre nomeação, que são os DAS, e aumentar ainda mais os gastos públicos. E a maioria desses cargos, Sr. Presidente, é utilizada pelo Governo para nomear os seus companheiros, os seus afilhados, enfim, não levando a sério a política do Governo, principalmente na contenção de gastos públicos, que faz com que hoje essa irresponsabilidade do Governo se direcione até para abrir algumas brechas na Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi um grande sustentáculo para aquelas medidas iniciais e, hoje, apresenta-se como consolidada, como responsável pelo combate à inflação que tivemos, iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, o Governo gasta de maneira desordenada, de maneira irresponsável. Já criou milhares de cargos e, enquanto cria milhares de cargos, reclama de reajustar o aposentado naquilo em que ele merece ser reajustado. Enquanto cria milhares de cargos, cria a TV Pública para fazer propaganda de si próprio, deixa de atender ao salário mínimo como deveria ser atendido. Enfim, Sr. Presidente, o Governo hoje faz suas ações sociais única e exclusivamente em cima do Bolsa-Família, faz suas mazelas utilizando de maneira errada o dinheiro público e disfarça essas mazelas, dizendo que com a Bolsa-Família está resolvendo o problema da população.

E nós, aqui, nesta Casa, temos de demonstrar ao Governo que ele não tem nenhum direito, se formos falar em cima do processo democrático, de desmoralizar o Parlamento brasileiro. Não tem o direito e não

deveria ter essa ação, porque é só relembrar o passado político do Presidente da República, dos Senadores, dos Deputados do PT e de seus militantes e ver que foram os senhores os grandes responsáveis em ajudar o Estado brasileiro a se encontrar no processo democrático. Então, V. Ex^{as}, ou os senhores petistas e de outros Partidos que acompanham o PT, não têm o direito, hoje, de derrubar essa grande conquista da democracia brasileira.

Então, Sr. Presidente, aqui deixo registrado o meu repúdio à emissão das medidas provisórias, o meu repúdio ao Presidente da República brigando com a Constituição brasileira, tripudiando sobre a Constituição brasileira quando emite uma medida provisória desta magnitude, o que nos dá a vontade de lutar pela qualidade do nosso Parlamento.

E aqui, Srs. Senadores, independentemente de Partido, independentemente de apoiar ou não o Governo, temos de lembrar que nós todos temos de ter algumas prerrogativas para sermos Senadores. Temos de ter mais de 35 anos de idade – a idade mínima é 35 anos. Isso pressupõe que uma pessoa com 35 anos já tenha experiência de vida e responsabilidade suficiente para tratar o cargo que recebemos do povo com responsabilidade. E essa responsabilidade nas nossas costas faz com que tenhamos a obrigação, um por um de nós, de lutar pelo Parlamento brasileiro, que é um dos sustentáculos da nossa democracia.

Sr. Presidente, direi sempre “não” à medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Em seguida, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos continuar chovendo no molhado com relação às medidas provisórias. Lamentavelmente, temos de vir aqui, Senador Antonio Carlos Júnior, quase que em todas as sessões deliberativas, para discutir as medidas provisórias, porque elas trancam a pauta, impedem o trabalho do Legislativo, impedem o trabalho do Parlamento brasileiro.

Fiz um levantamento, Senador Mário Couto: o Presidente Lula já editou, Senador Wellington Salgado – V. Ex^a que é do pelotão de choque do Governo, abre-alas do pelotão de choque –, em 65 meses de Governo, contando o primeiro mandato e este ano e meio do segundo mandato, 332 medidas provisórias.

Trezentas e trinta e duas medidas provisórias, Senador Arthur Virgílio, o que dá uma média de cinco medidas provisórias por mês, ou seja, mais de uma por

semana, porque o mês tem quatro semanas e meia. Então, a média, Senador Romeu Tuma, de edição de medida provisória pelo Presidente Lula é de mais de uma por semana! E a medida provisória, pela Constituição, é para ser editada em casos de urgência, de relevância, de calamidade pública, de guerra.

Virá agora mesmo, Senador Romero Jucá... Senador Romero Jucá, V. Ex^a como competente e inteligente Líder do Governo no Senado, vai chegar para nós, proximamente, se é que já não está aqui, na Casa, pautada, a Medida Provisória nº 423. Essa Medida Provisória, nós vamos aqui defendê-la. Senador Mário Couto, V. Ex^a acabou de declarar aqui que seguiria o Senador Geraldo Mesquita e votar contra todas as medidas provisórias. Senador Geraldo Mesquita, essa Medida Provisória nº 423 é correta. É necessário que se vote a favor. Por quê?

Porque abre crédito em favor do Ministério da Integração e do Ministério do Transporte em função das enchentes no Nordeste. Então, é caso de calamidade pública. Aí cabe medida provisória. Quer dizer, a Oposição não vem à tribuna...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Essa tem respaldo constitucional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pronto, Senador Geraldo Mesquita. Foi o que eu quis dizer a V. Ex^a. A Oposição não é contra medida provisória; a Oposição coloca-se aqui contra o abuso da medida provisória e o desrespeito, com a edição dessas medidas provisórias, ao Parlamento brasileiro, ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado brasileiros. É isso o que estamos aqui mostrando para a sociedade do nosso Brasil, que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado.

Essa MP, da qual estamos discutindo a urgência e a relevância, trata, simplesmente, de transformar o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O Senador Mário Couto, com o seu brilhantismo, ainda há pouco disse que isso daria oportunidade ao Ministro, o Deputado Edson Santos, do PT do Rio de Janeiro, de optar pela remuneração de Deputado, pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que é de R\$16,5 mil e não de R\$11 mil, que é a remuneração de Ministro da Secretaria de Igualdade Racial. Mas aí eu pergunto, Senador Mário Couto, se ele, na qualidade de Ministro – o que já é, porque a medida provisória está em vigor –, ao optar pela remuneração de deputado, vai abrir mão das benesses do Ministério; se vai abrir mão do carro com motorista, se vai abrir mão do cartão corporativo. Já que ele já pede, Sena-

dor Wellington Salgado, que haja a transformação a fim de que possa optar, como Ministro, pela remuneração de Deputado, então que ele abra mão das benesses da função de Ministro de Estado, dentre elas o cartão corporativo. É lamentável! É lamentável!

Senador Romeu Tuma a imprensa divulgou que o Presidente Lula está querendo criar mais um Ministério – não lembro qual é –, que passariam de 37 para 38. Então, que ele pelo menos mantenha os 37, sem mudar o *status* de Secretário para Ministro da Igualdade Racial. Assim, continuam os 37 Ministérios.

Estou fazendo um levantamento, Senador Cristovam Buarque, do número de ministérios que cada país – tanto os de primeiro mundo quanto os em desenvolvimento – possui para fazermos um comparativo, Senador Romeu Tuma, em relação aos 37 Ministérios do Presidente Lula.

E aí, estamos hoje correndo, todos nós brasileiros, preocupados com a retomada da inflação.

O próprio Presidente Lula tem feito declarações, preocupado com o fato de que a demanda crescente, o aumento das *commodities* e o aumento do preço dos alimentos em nível global estão trazendo uma inflação, não só para o Brasil, mas no mundo, Senador Paulo Paim. E, ora, para se combater a inflação, está-se aumentando a taxa de juros. Já é a segunda reunião do Copom em que a taxa de juros é aumentada em 0,5%. Isso aumenta o custo do pagamento do serviço da dívida brasileira, isso aumenta o gasto, quando deveríamos diminuir os gastos públicos e fazer, sim, uma reforma fiscal. Isso é que é necessário fazer, Senador Antonio Carlos Júnior. É preciso fazer a diminuição dos gastos do Governo para que se gaste com mais qualidade. E o que se vê é exatamente o contrário: o Governo, quanto mais arrecada, mais quer arrecadar, porque tem fome de gastar, e gasta sem que haja qualidade nesse gasto, ou seja – repito –, de forma irresponsável.

Quero, ao finalizar, Senador Romeu Tuma, Senador Paulo Paim, dizer que o Senador Mário Couto esteve hoje com o Presidente Arlindo Chinaglia, cobrando...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... que sejam pautados os seus projetos, tanto o que trata da correção das aposentadorias pelo salário mínimo quanto o que trata do fator previdenciário.

O Presidente Arlindo Chinaglia, disse-me o Senador Mário Couto, ficou de pautar para o segundo semestre, Senador Romeu Tuma. Todos nós sabemos que, no segundo semestre, estaremos em período eleitoral e não vamos ter sessões deliberativas, ou teremos muito poucas, porque todos nós estaremos envolvidos

no processo eleitoral em cada um dos nossos Estados, em cada um dos nossos Municípios.

Então, o Presidente Arlindo Chinaglia sabe, Senador Paulo Paim, Senador Mário Couto, que, ao prometer pautar essas matérias para o segundo semestre, não vamos poder discuti-las e aprová-las – é o que deseja o Governo, que não quer fazer o atendimento aos aposentados.

Quero, Senador Romeu Tuma, até convidá-lo. Estamos criando aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Foi criada aqui no Senado o GPA. O que vem a ser o GPA, Senador Mário Couto? Grupo de Proteção aos Aposentados. E já temos aqui alguns inscritos para fazer parte do GPA, porque vamos até o fim na luta pelos aposentados: Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, Senador Mário Couto, Senador Papaléo, Senador Geraldo Mesquita e eu, Senador Flexa Ribeiro. Quero convidar V. Ex^a e os outros membros aqui, colegas do Senado, para que possam fazer parte desse GPA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já me manifestei a respeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o próximo inscrito, Senador Mário Couto, com muita honra, é o Senador Romeu Tuma, que vai nos ajudar bastante nesse Grupo de Proteção aos Aposentados.

Vamos lutar, Senador Romeu Tuma, para fazer justiça aos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Flexa Ribeiro, será que avisaram ao Presidente da Assembléia que ele terá de pagar dois salários pela mesma cadeira?

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. Tem V. Ex^a a tribuna por cinco minutos, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos, na medida provisória, a admissibilidade – os pressupostos de urgência, relevância e constitucionalidade – e o mérito. Vamos falar, primeiro, da urgência e relevância. Onde está a urgência e relevância da transformação de uma Secretaria em Ministério com a mesma finalidade?

Aliás, já falando um pouquinho do mérito, na verdade, o Governo deveria diminuir o número de Ministérios, e não aumentá-los, até porque precisa ter austeridade nos gastos públicos. Não há necessidade da quantidade de Ministérios que o Governo tem hoje; menos da metade seria suficiente para gerir-se de forma até mais eficiente. Se o Governo quer que, a médio e longo prazo, caia a taxa de juros e que ele não precise aumentar a carga tributária para custear essa máquina

para, para que, então, o Brasil possa crescer a taxas mais elevadas, com os juros mais baixos e carga tributária mais baixa, não deveria estar pensando em criar Ministérios, e sim em reduzi-los, em fundi-los.

Então, não vejo urgência e relevância para se abusar novamente com medidas provisórias. É um abuso, é uma agressão ao Congresso Nacional, porque não temos uma situação de calamidade ou de emergência no País que mereça que se trate esse projeto como medida provisória.

Portanto, já estamos colocando a nossa posição contrária à admissibilidade, porque não há urgência nem relevância.

Entrando no mérito – e é impossível não entrar no mérito, por causa do conteúdo da medida provisória –, ao invés de estarmos reduzindo ministérios, enxugando a máquina pública, estamos criando ministérios.

E olhe que Ministério! Não temos nada contra a questão da igualdade racial. As ações governamentais de igualdade racial são meritórias. O Senador Paulo Paim é aqui um batalhador freqüente, merece o nosso aplauso. Mas não há necessidade de se fazer a “Medida Provisória Edson Santos”. O nome é este mesmo: Medida Provisória Edson Santos. Foi feita sob medida para possibilitar a um Deputado ser Ministro, pertencer ao Governo, porque Secretário ele não poderia ser. Esse é o fundamento da transformação da secretaria em ministério. É a Medida Provisória Edson Santos que transforma a Secretaria da Igualdade Racial em ministério. Não é admissível esse tipo de atitude.

Na época da Sr^a Matilde era Secretaria. Mas como o Sr. Edson Santos era Deputado Federal, o Governo simplesmente está transformando para atender a uma situação casuística.

Nós deveríamos enxugar Ministérios. Não é eliminar as ações de igualdade racial. Elas têm que ser empreendidas pelo Governo? Sim. Mas não precisamos de ministério para isso.

Se nós precisamos enxugar a máquina pública, nós não deveríamos estar votando aqui o aumento do número de ministérios. Portanto, também no mérito eu me coloco contrariamente ao conteúdo da medida provisória. É a Medida Provisória Edson Santos. Cria-se mais um ministério para atender a um caso específico de um Deputado que assumiu um posto do Governo.

Então, tanto na admissibilidade quanto no mérito a nossa posição é contrária. Votaremos contra a admissibilidade e contra o mérito. Porque chega de medidas provisórias! Chega também de número de ministérios, principalmente de um caso completamente casuístico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra Senadora Marisa Serrano. Em seguida, Senador Cristovam Buarque.

Tem V.Ex^a a palavra por cinco minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Não há como a gente não discutir uma questão como essa nesta Casa. Isso porque, sistematicamente, nós estamos discutindo a questão das medidas provisórias e a importância, a eficácia e a pertinência delas para o Congresso Nacional e para o País.

Não quero discutir o mérito. E aqui estamos sempre nos dirigindo ao Senador Paulo Paim, mas todos nós, mulheres, aqueles que trabalham nos portos, aqueles que trabalham na comunicação social, todos aqueles que têm Secretarias Especiais neste Governo.

Não é discutir o mérito. Não é como está aqui na proposta do relatório, segundo a qual essa mudança refletiria a importância social, cultural e política da Secretaria. Não é, como está aqui também no parecer, conferir projeção à Secretaria, transformando-a em Ministério. Também está aqui no parecer que essa Secretaria está dedicada às questões de extrema relevância.

Não estou discutindo isso. Não estou discutindo a extrema relevância. Não estou discutindo se mudar para Ministério vai conferir mais projeção social. Não estou discutindo se mudar para Ministério vai refletir a importância social, cultural e política.

Para mim, Secretaria já reflete isso, tem que refletir. Agora é importante pensarmos que nunca antes neste País, como no Governo Lula, tivemos um número tão grande de ministérios. São 26. E são cinco Secretarias Especiais.

Então, é natural que as mulheres também, uma Deputada que quiser

ser Secretária Especial de Políticas para as Mulheres peça que se transforme, por meio de uma medida provisória, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério.

É claro e evidente que se houver qualquer deputado querendo ser Secretário Especial de Agricultura e Pesca ele perguntará por que não pode vir uma medida provisória para que se transforme a sua Secretaria em um Ministério. E um deputado que vá para a Secretaria dos Portos também pedirá que transforme a Secretaria dos Portos em um Ministério. E se o Ministro Franklin Martins fosse deputado? É claro e evidente que ele pediria que, por meio de medida provisória, transformássemos essa Secretaria Especial em um Ministério.

Eu coloquei essa parte de mérito para discutir o problema da medida provisória. Não estou discutindo se essas Secretarias Especiais não são relevantes. Elas são relevantes, são importantes para discutir

questões que são de mérito importantes para o País. Mas, agora, precisar de uma medida provisória para transformamos uma Secretaria Especial em Ministério é brincadeira com o Congresso Nacional!

Sempre dizemos nesta Casa que não aceitamos vir por medida provisória matéria de crédito extraordinário, principalmente em favor de encargos financeiros da União. Estamos brigando todos os dias nesta Casa por esse motivo. Não há um dia em que não nos levantamos para dizer que o crédito extraordinário financeiro não pode vir por medida provisória. E aí vem uma medida provisória que eu digo que é um escárnio, um casuísmo, e é mesmo! Afinal de contas, tem um caso só no Governo. A medida provisória foi feita para transformar uma Secretaria em Ministério, porque tem um Deputado que precisa ser transformado em Ministro para – todos têm de ficar sabendo disto – não vir de encontro àquilo que diz a Constituição Federal, no seu art. 56. Esse artigo diz que um Deputado não pode ser Secretário no Governo Federal, ele só pode ser cedido se for Ministro. Então, para não ter confronto com a Constituição, temos de votar a medida provisória.

Isso é brincadeira! Na hora em que estamos lutando para moralizar esta Casa, o Governo Federal não pode vir aqui, com seu tacão, empurrar-nos para baixo e dizer a todo o País que faz o que quiser do Congresso Nacional, porque aqui não há homens e mulheres que possam se antepor a questões como essa e que aquilo que o Governo Federal quiser somos obrigados a fazer, mesmo contra a Constituição. Se esta Casa é guardiã da Constituição, ela não pode aceitar medidas provisórias como essa!

Não entro no mérito. Estou aqui entrando justamente na admissibilidade. Não é relevante, não tem emergência, não estamos em calamidade pública, para votar uma medida provisória como essa.

Portanto, quero concitar os meus pares a levantar a cabeça e a dizer que não aceitamos que o Governo Federal faça com esta Casa aquilo que ele está pretendendo fazer. Quando leio nos jornais que o Presidente da República está pedindo ao povo brasileiro que se subleve e que não aceite as leis deste País!? Isso é muito perigoso!

Esta Casa tem de dar um basta a isso. Que ela comece hoje a dar um basta, dizendo a todo o País, mas, principalmente, ao Governo Federal e ao Presidente da República, que nesta Casa há homens e mulheres que foram escolhidos pelo povo, pelo voto direto, e não aceitam que a Constituição seja colocada na lama e seja passada para trás por uma medida provisória como essa.

Portanto, Sr. Presidente, vim aqui para dizer que todos nós precisamos estar atentos a, não só fazer com

que o Congresso Nacional ande de cabeça erguida e tenha o respeito da sociedade, mas, principalmente, que nós, que somos guardiões da Constituição Federal, em nenhum momento, podemos aceitar que um projeto, uma medida provisória como essa, caia na nossa cabeça contra tudo aquilo que temos defendido ao longo do tempo.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senadora Marisa, eu gostaria de lembrar um fato do início do Governo, ao qual não vi nenhuma referência até agora. Quando o eleito Deputado Meirelles, com uma grande votação em Goiás, foi convidado para presidir o Banco Central, S. Ex^a renunciou ao seu mandato para poder assumir, em razão da exigência constitucional. Desculpe-me, Senadora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – V.

Ex^a lembrou muito bem que, quando as coisas se fazem com seriedade, quando as pessoas agem com seriedade, elas sempre procuram aquilo que é correto e que está sempre ao lado da lei. Agora, ir contra a lei, contra a nossa Constituição, para resolver um caso de uma pessoa? Isso é brincar; é brincar com este Congresso e é brincar com o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para

encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema da igualdade racial no Brasil é tão importante que o Presidente Lula deveria ter criado esse ministério cinco anos atrás. Isso demonstraria uma clara preocupação com o assunto, demonstraria rigor no cumprimento da lei. Passados cinco anos em que foi tratado como uma secretaria, ou é porque há uma razão para ser secretaria e não ministério, ou porque não deu a devida importância ao assunto da igualdade racial. Eu imagino que seja a primeira causa.

A verdade é que o que diferencia ministério de secretaria devia ser, Senador Paulo Paim, o fato de que as secretarias trabalham transversalmente aos ministérios. A Secretaria da Igualdade Racial tem que trabalhar por cima do Ministério da Indústria, da Educação, se preocupando com a educação, Ministério da Saúde, de todos os ministérios. Por isso secretaria e não ministério. Os ministérios são entidades gerenciais administrativas; as secretarias são entidades de política, de atividades-fins. O certo, portanto, é ser secretaria e não ministério.

Agora, se quer consertar o fato de que o atual secretário não pode ser ao mesmo tempo Deputado e receber o salário de Deputado, então façamos uma

de duas alternativas. Uma, a Senadora Marisa Serrano lembrou, como também o Presidente Romeu Tuma: renuncia ao cargo de Deputado em nome da grandeza da luta pela igualdade racial; a outra, mudemos a lei para dizer que todos os secretários têm os mesmos direitos que têm os ministros.

Não é difícil fazer com que o tratamento de secretário seja o mesmo de ministro, que podem ser Deputados, Senadores ou o que for. Porém, tratar um caso específico, por mais respeito que eu tenha ao Secretário Edson, é um equívoco, é um casuísmo e é uma desmoralização, como a Senadora Marisa falou.

Por isso, ou o secretário renuncia ao cargo de Deputado ou o Governo manda uma nova lei, fazendo com que os direitos de secretários sejam os mesmos de ministros, ou devemos recusar esse casuísmo proposto agora pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, como último orador.

Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos. (Pausa.)

O Senador Eduardo Azeredo desistiu? Não?

Senador Azeredo, por favor.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu sempre disse que considero a medida provisória válida em determinados casos. Foi assim no Governo do nosso Partido. Entretanto, não há como concordarmos com uma medida provisória como essa. Onde está a urgência dessa medida?

Onde está a urgência de uma medida que quer apenas trocar de secretaria para ministério? Evidentemente, não se trata de medida provisória cujo pressuposto de urgência esteja atendido. Estamos discutindo exatamente isso. Por que não mandam um projeto de lei para que possamos, então, eventualmente, fazer a transformação de uma secretaria num ministério? Onde está a urgência e a relevância da transformação de uma secretaria? É isso que desmoraliza o instrumento da medida provisória.

Enquanto isso, não podemos votar os outros projetos importantes que estão sendo discutidos. Ainda há pouco, eu conversava com o Senador Cristovam. Há um projeto que cria a representação de brasileiros no exterior junto à Câmara dos Deputados. São brasileiros que precisam de representantes – já são mais de três milhões fora do Brasil. Entretanto, não podemos votar. Está na pauta há mais de um mês, na fila, mas temos de respeitar as medidas provisórias. E assim, nada se vota, Sr. Presidente.

Insisto que esta não é uma posição apenas partidária, mas de bom senso por não podermos continuar a fazer o nosso discurso, e o Governo manda outra vez uma medida provisória sem relevância, sem urgência, sem respeito ao Congresso Nacional. Promessas fo-

ram feitas de que o Governo seria mais econômico na edição de medidas provisórias. Isso aconteceu? Não aconteceu. Esse é um exemplo claro.

Sr. Presidente, não quero estender-me aqui, não. Eu queria apenas manifestar o inconformismo e a posição de que essa medida provisória seguramente não se justifica, não tem relevância, não tem urgência. É uma medida que se coloca apenas dentro dessa mania de termos um número excessivo de ministérios – alguns ministérios que se justificam, outros que não –, uma equipe de Governo muito grande, que não bate com as necessidades reais de um país como o Brasil.

É evidente que a administração tem que estar bem preparada, bem descentralizada, mas não é isso que nós estamos vendo. Estamos vendo o inchaço da máquina de governo, estamos vendo novamente o risco da inflação se aproximar, e outra vez a inflação pode vir pelo excesso de gastos públicos, que pressionam os índices inflacionários.

Temos índices que já ultrapassaram 10%, o IGPI está ultrapassando 12%, a escalada inflacionária, portanto, está dando mostras, como eu disse há cerca de um mês, de risco real, e não será, evidentemente, com mais gastos com a máquina de governo, pagando um secretário como ministro que nós vamos ter... É evidente que esse é um valor relativamente pequeno, a diferença de um secretário para um ministro, mas é o exemplo, é a cadeia que puxa. Se pode haver um gasto maior só para resolver uma situação, é evidente que os funcionários quererão reajuste para outras funções.

De maneira, Sr. Presidente, que eu queria apenas me manifestar contrariamente à relevância e à urgência dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tem a palavra agora o Senador Raimundo Colombo, por cinco minutos.

Senador Mário Couto, só um minutinho. É o último orador, pelo menos eu espero; em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, antes da votação.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente meu querido amigo Romeu Tuma, Sr^s e Srs. Senadores, todos os Parlamentares e a sociedade brasileira sabem que as medidas provisórias enfraquecem – desmoralizam até! – o Poder Legislativo. Isso já vem de anos e de governos. E, a cada vez, esse processo se acumula mais. Agora estamos batendo todos os recordes: tranca-se a pauta, esvazia-se o trabalho do Parlamentar, torna mais ineficaz do que já é o Poder Legislativo. Temos que reagir! O nosso Líder José Agripino está de parabéns, juntamente com os outros Líderes, no sentido de fazermos este trabalho de obstrução, de dificultar mesmo, para que o Governo atente para a relação desequilibrada e para o mal que faz ao Poder Legislativo.

Precisamos, de fato, mais rapidez e adequação aqui. O Poder Legislativo precisa realmente se posicionar.

Oposição é muito bom para a democracia, muito bom para a eficiência do governo; qualquer governo precisa de uma oposição atuante, firme, que procure mostrar o que está errado. O excesso de medidas provisórias prejudica exatamente o trabalho aqui nesta Casa, na Câmara, no Congresso enfim; e, dessa forma, o nosso trabalho fica mais diminuído, mais desinteressante. Vivemos aqui angustiados, como Parlamentares, porque não vemos nada acontecer. Praticamente só votamos medida provisória, ou seja, estamos em segundo plano em relação ao Executivo.

Esta medida transforma o cargo de Secretário em cargo de Ministro. Daqui a pouco, vamos ter que fazer reunião de ministério em estádio de futebol, pelo tanto de ministro que há, o que considero um verdadeiro equívoco. Por isso, posicionamo-nos contra. Medida Provisória tem que ter relevância, tem que realmente exigir agilidade, rapidez, tem que ser essencial, tem que estar dentro da legislação em relação a relevância e urgência. E esta aqui não está.

O que tem de urgente e de relevante nós transformamos uma secretaria em ministério? Será que o Brasil vai parar por isso? Será que vai mudar a vida das pessoas esta transformação? Será que isto é tão importante que não pode ser feito por uma lei ordinária? Será que estamos tão esvaziados que se um Parlamentar fizer uma lei transformando uma secretaria em ministério vai levar tanto tempo que precisa ser feito por Medida Provisória?

Srs. Senadores, votar uma Medida Provisória, que exige urgência e relevância, para transformar uma secretaria em ministério é um negócio desmoralizante. Temos que dar uma destacada em nosso trabalho, e seria muito bom que o Senado rejeitasse esta proposta e fizesse de forma adequada, por lei ordinária, discutindo no tempo certo, sem trancar a pauta e sem prejudicar a atuação do Senado. Isso está tão claro para todos nós. O Executivo deveria ter bom senso e respeito a esta Casa, propondo a matéria de forma adequada e normal. Por isso, quero me posicionar contra. Conclamo todos os Srs. Senadores a votar contra, para fazer com que o Governo proceda da forma adequada.

Realmente, essas medidas provisórias deveriam agilizar o funcionamento do Governo, dar as condições necessárias para que o Governo não fique impedido por este marasmo que é próprio do Legislativo. Ele está sendo deturpado. Isso nos enfraquece, nos tira a motivação, desgasta o Parlamento. Esta medida não tem nada de urgência e deveríamos votar contra para dar um sinal de que estamos cada vez mais independentes e essa relação, às vezes, servil ao Executivo, nos enfraquece a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir o encaminhamento para votação dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, eu coloco em votação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Primeiro eu tenho que colocar em votação. Antes de anunciar, V. Ex^a pede verificação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Está feito o pedido então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço verificação de quórum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Verificação de quórum dos pressupostos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Pedem verificação o Senador Mário Couto, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Geraldo Mesquita e o Senador José Agripino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de convidar todos os Senadores e Senadoras que estão em seus gabinetes e encaminhar o voto “sim”, favorável à constitucionalidade e à juridicidade da medida provisória. Portanto, o voto é “sim” e solicito a presença de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Solicito a presença de todos os Srs. Senadores em atendimento ao pedido do Líder do Governo.

Está aberto o painel. Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas não está em obstrução, vai votar. Peço encarecidamente que venham e votem “não”; que venham todos os companheiros e votem “não”. Vamos votar “não” a esta provocação desnecessária, descabida, a este escárnio do Poder Executivo ao Poder Legislativo, que está propondo, por medida provisória, a criação de mais um ministério para satisfazer a exigência de um cidadão e não do País. Não é para atender a luta pela igualdade racial, é para atender a um Deputado

Federal, convocado para substituir a ministra demitida pelo mau uso do cartão corporativo. Muda-se a lei por medida provisória. Agora, não; não é mais secretaria, é ministério, é um capricho do Governo.

Contra o capricho, os democratas pedem o voto “não”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pela ordem, Senadora Ideli e, em seguida, Senador Arthur Virgílio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, apenas para que a bancada do PT e do bloco de apoio ao Governo compareçam imediatamente ao plenário para que possamos encerrar rapidamente esta votação e tentarmos – não sei se vai ser possível no dia de hoje – abrir a tão famosa janela que os líderes há tantas semanas estão se propondo a fazer. Infelizmente, neste ritmo – sete a oito horas para debate e votação de uma única medida provisória, como aconteceu em duas semana seguidas –, vamos terminar o ano e não vamos conseguir abrir a famosa janela. Por isso espero que todos compareçam; venham votar. A orientação do PT e do bloco de apoio obviamente é “sim”, mas insistindo, mais uma vez, que possamos fazer rapidamente todas estas votações.

São várias inscrições para falar que não conseguimos votar as matérias porque a pauta está entupida de medidas provisórias. Se a gente fizesse um pouco mais rápido teríamos aberto, há duas semanas, a famosa janela. Não abrimos há 15 dias, não abrimos na semana passada, e espero que esta semana possamos abrir até porque temos a proposta de emenda constitucional que retira a DRU da educação, que é consensual e que estamos aguardando – não é, Senador Valdir Raupp? – juntamente com aquela dos precatórios, que espero que amanhã seja votada, e assim votarmos matérias que não sejam tão-somente medidas provisórias. Agora, votar matérias que não sejam tão-somente medidas provisórias também depende de nós, de não ficarmos debatendo uma única MP durante oito longas horas como temos feito ultimamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Eu queria, por favor, ler a lista dos que pediram pela ordem para conferir. Em primeiro lugar, Senador Arthur Virgílio; depois, Paulo Paim, Osmar Dias, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita e Flexa Ribeiro.

Pergunto se tem mais alguém pela ordem para colocar aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, quero precisamente orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Perfeitamente. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não” – não é o mérito que está em jogo – e vota “não” por entender que se trata de um casuísmo, se trata de um menoscabo ao Congresso, se trata de um ardil, de uma artimanha. Não está em jogo promoção de minoria nenhuma, não está em jogo sensibilidade social; está em jogo o que disse muito bem o Senador José Agripino, uma provocação ao Congresso Nacional. Poderia vir por projeto de lei ordinária – o Senador Raimundo Colombo tem toda a razão –, poderia simplesmente ter sido outro o escolhido para a secretaria. A secretaria resolveria os aspectos todos de políticas públicas. Agora, por medida provisória um ministério para o Deputado ganhar mais um pouquinho... Pelo amor de Deus, Presidente, é nós nos rebaixarmos demasiadamente como Poder, e isso não queremos fazer. O PSDB não compactua com isso. Temos o acordo de votar e, portanto, verificaremos daqui a pouco quem vence no voto.

O PSDB vota “não” e pede a todos os seus Senadores que compareçam ao plenário para dizerem não a esse casuísmo, sem nenhum despreço ao belo relatório do Senador Paim, por sua luta, pelo seu valor, pela estima que merece de todos nós. O PSDB vota “não” e pede que todos os Senadores de sua legenda compareçam ao plenário para afirmar o mesmo voto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Bloco da Minoria pede a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator.

V. Ex^a já está inscrito, Senador Mário Couto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ainda, como Relator, por uma questão de justiça, dizer que a solicitação para que a Secretaria se torne Ministério é uma reivindicação da comunidade negra de todo o País, nos 120 anos da abolição não-conclusa. Quero deixar muito claro que esta não é uma reivindicação do Presidente Lula.

Os movimentos sociais organizados, no combate às discriminações e principalmente em relação à comunidade negra, fizeram esse apelo ao Presidente Lula para que Sua Excelência encaminhasse uma proposta que permitisse que a Secretaria Especial se tornasse um Ministério. Tenho de fazer esse esclarecimento para que não haja a impressão de que é apenas um ajuste da vontade do Presidente de colocar o Deputado Edson Santos como Ministro. É uma antiga reivindicação.

Como em maio nós comemoramos os 120 anos da Abolição, esperávamos que já tivéssemos votado essa matéria. Não foi possível. Houve um movimento

feito na Câmara dos Deputados, e a matéria foi votada por ampla maioria. Eu tinha até o entendimento de que ela seria votada aqui sem verificação de quórum.

Respeito a vontade dos Líderes, Sr. Presidente, mas quero dizer que é um sonho da comunidade negra ter um Ministério específico que combata todo tido de discriminação. Por isso, fui tranqüilamente à tribuna. Li o relatório porque tinha o entendimento de que seria, inclusive, uma votação simbólica. Surpreendeu-me, mas respeito. Essa é a vontade de todos os Líderes.

Não conversei com todos os Líderes. Por isso, ainda faço o apelo, Sr. Presidente, neste momento, pois sabemos que, após 120 anos, a abolição ainda não foi concluída. Sabemos que neste País fizemos as mais variadas homenagens a todas as etnias, e a comunidade negra, em um congresso de âmbito nacional, tomou essa posição, fez um apelo ao Executivo, que então encaminhou ao Congresso para que ele deliberasse.

Então esse é o apelo que faço a todos, na expectativa de que possamos garantir que a Sepir se torne o Ministério da Igualdade Racial. Eu até dizia da tribuna, Sr. Presidente, que, neste momento, um país considerado conservador na questão racial, como os Estados Unidos, aponta no sentido de que os democratas tenham como candidato a Presidente da República Barack Obama, que é elogiado por todos. Isso acontece porque lá houve as ações afirmativas, lá houve um bom debate sobre essa questão, o que permitiu que a Suprema Corte, Sr. Presidente, há 60 anos, aprovasse as ações afirmativas e que o Congresso americano aprovasse, por unanimidade, as ações afirmativas.

O Congresso brasileiro estaria fazendo um gesto, Sr. Presidente, na linha de combate a todo tipo de discriminação se aprovasse a transformação dessa Secretaria em Ministério da Igualdade Racial.

Esse é o apelo que faço, entendendo, claro, a posição dos Líderes que pensam de forma diferente. Como Relator, o apelo que faço é que todos os Senadores votem a favor.

Votamos aqui centenas de medidas provisórias. Todos sabem a minha posição a respeito das medidas provisórias. Eu mesmo tenho dito que acho um abuso o que os Governos vêm fazendo em termos de medida provisória, como acho um abuso o que acontece em matéria de CPI. Essa é uma frase que praticamente tenho cunhado ao longo desses meus anos aqui no Senado.

Neste momento em que votamos uma matéria tão importante e simbólica para aqueles que combatem o preconceito, tenho de fazer este apelo, de forma muito humilde, singela e solidária a todos os Senadores: votem a favor da transformação dessa Secretaria no Ministério da Igualdade Racial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Agradeço ao Senador Paim.

Passo a palavra ao Senador Osmar Dias; em seguida, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, pela Liderança do PDT, quero aqui repetir o comentário que fiz há pouco.

Respeito muito – e não é apenas retórica – o Senador Paulo Paim. Neste plenário, as pessoas costumam dizer que respeitam muito alguém e, em seguida, dão a paulada. Mas eu respeito muito o Senador Paim e sei que ele está no legítimo papel de defender o relatório que fez. Ele recebeu uma incumbência que, tenho certeza, no íntimo, não desejava, porque ele gostaria que a Secretaria se transformasse em Ministério, mas não por esse instrumento, por uma medida provisória.

Não sou daqueles que são contra todas as medidas provisórias, não. Acho que algumas delas são importantes, necessárias, urgentes e devem ser votadas, mas, pelo amor de Deus, essa medida provisória passou da conta. A edição dessa medida provisória, para mim, significa menosprezar o Congresso Nacional, significa diminuir até a importância do Ministério que está sendo criado.

Diria, Senador Paim, que, se alguma coisa está sendo discriminada aqui, é exatamente o Ministério que está sendo criado. Está sendo discriminado ao ser criado por uma medida provisória, como se não tivesse importância.

Há outras formas de se criar um Ministério, e nós até apoiáramos isso pelo discurso que V. Ex^a fez, pelo problema do racismo, que precisa acabar mesmo neste País, pela importância que tem o movimento negro, pelo respeito que temos pelo movimento; mas criar um ministério por medida provisória não dá. Passou da conta. Passou de todos os limites. Eu, como Líder do PDT, vou votar contra, mas deixo os Senadores do PDT à vontade para votar como entenderem.

Essa medida provisória, para mim, é demais, Sr. Presidente. Não dá. Pelo amor de Deus, não dá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Estou pondo pela ordem aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só vou pedir a V. Ex^a para encerrar a votação. Já temos quórum suficiente para que possamos começar a discutir o mérito da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu não sei se os demais abrem mão da discussão. Há alguns pedidos da palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Nós vamos continuar discutindo com relação ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Era o apelo que eu ia fazer, Sr. Presidente. Eu acho que já poderíamos encerrar a votação e iniciar o debate em torno do mérito, até como economia processual.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pergunto aos Srs. Líderes se concordam. (Pausa.) Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Dispensou a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concorda?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Senador Mário Couto declina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a declina.

Então, vamos abrir o painel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu julgo justo isso. Tenho a impressão de que já houve tempo para as pessoas se manifestarem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Abrir o painel?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Então, vamos abrir o painel, de acordo com a vontade das Lideranças e sem manifestação de nenhum Senador. Portanto, que ninguém reclame depois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo a V. Ex^a. Como foi feito em todos os casos, não seria a primeira vez que, na hora de votar a medida provisória, se desse um tempo. Eu pediria a V. Ex^a, então, que limitasse o tempo, mas, pelo menos, que não encerrasse a votação neste momento. Se quisesse dar mais cinco ou dez minutos... Nesse período, nós encerraríamos a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Mais cinco minutos, em atendimento a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, acredito que, assim como disse alguém da Oposição – não estou me lembrando agora –, nós estaríamos trocando seis por meia dúzia ao votar esta medida provisória.

Mas eu acho que, como é uma medida provisória que está trancando a pauta e há outras matérias muito importantes para serem votadas, nós, da Bancada do PMDB, queremos seguir a orientação e o voto do Senador Paulo Paim, que sempre tem sido um Senador muito dedicado, muito zeloso, tanto nas comissões quanto aqui no plenário do Senado.

Então, em homenagem ao Senador Paulo Paim, eu pediria à Bancada do PMDB que viesse ao plenário – quem não estiver aqui ainda – e votasse “sim” a esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria aos Senadores que chegaram agora e não registraram o seu voto que o façam, por favor.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a abriu mão?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside a sessão, eu pedi esta oportunidade de falar para concordar com a Senadora Ideli. A Senadora Ideli tem razão: nós precisamos abrir a janela. Significa o quê? Precisamos, para abrir a janela, desobstruir a pauta.

Agora, Senadora Ideli, acho que o caminho não é tentar truncar o debate. O Governo tem nas mãos esta possibilidade magnânima: é parar de mandar medida provisória para o Congresso Nacional, ora bolas!

O Governo pára, destrancarmos a pauta, começamos a apreciar projetos de Parlamentares e tudo começa a correr conforme o desejado pela maioria da Casa. Agora, truncar o debate, impedir que fiquemos horas aqui debatendo... Nós vamos ficar horas debatendo, sim, porque o assunto merece que passemos horas debatendo.

Na mão do Governo está a possibilidade de abriremos não só uma janela, mas de escancararmos uma verdadeira porta. É o Governo parar de mandar medida provisória tratando da “rebimboça da parafuseta” aqui para o Congresso Nacional. Essa é a oportunidade que temos. Portanto, nada de truncarmos o debate. Que o Governo pare de emitir e enviar para o Congresso Nacional medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu tenho ainda três minutos. Pergunto se mais alguém deseja fazer uso da palavra (Pausa.)

Já que não há mais ninguém, eu vou abrir o painel...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.– PTB – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é obvio que, se o Presidente enviar um número menor de medidas provisórias, vai ser mais fácil a gente abrir as janelas. Agora, também é verdade que, se para cada medida provisória a gente leva oito, dez, doze horas, Senador Romeu Tuma... É óbvio que ninguém quer truncar o debate, mas, muitas vezes, a gente ouviu discursos profundamente repetitivos aqui. Há até Senador, hoje, que foi à tribuna dizendo: “Já estou enjoado de falar, sempre a mesma coisa.” Então, se já está enjoado, poderia, talvez, brindar-nos com o silêncio em alguns momentos.

Mas o que eu queria mesmo repercutir, Sr. Presidente, é o PIB do primeiro trimestre. Não sei se já foi comentado aqui nesta sessão, mas acho que é de fundamental importância, porque o crescimento da economia, da riqueza gerada no nosso País, no primeiro trimestre, foi um percentual, Senador Valadares, que surpreendeu muitos. Eu mesma fiquei surpresa. Estávamos todos esperando algo que não iria ser muito superior aos 5%, e está aí o crescimento do PIB, nos três primeiros meses, de 5,8%, batendo novamente um número expressivo. Esse crescimento é decorrente do investimento recorde feito na economia, neste primeiro trimestre, obviamente puxado pela geração de empregos. Mais de um milhão de empregos foram criados nos quatro primeiros meses, também, por conta do investimento que as empresas vêm fazendo.

Então, acho que nós vamos ter oportunidade de debater e detalhar esses números e as razões desses 5,8% do crescimento do PIB no primeiro trimestre.

Enquanto ficamos aqui fazendo debates exaustivos sobre determinadas matérias que são obviamente relevantes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou abrir o painel, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... as coisas estão andando aí fora e andando bem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vamos abrir o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou abrir o painel, respeitando o pedido do Senador Paulo Paim.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, um momento. O Senador Almeida Lima está votando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já afixei aqui. Peço desculpas.

(Procede-se à apuração.)

(PRESSUPOSTOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA MP 419/2008)

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA, URGÊNCIA E ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008 (Verificação)

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 10/6/2008 18:34:12
Data Sessão: 10/6/2008 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 10/6/2008 18:53:28

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	<i>Presidente: ROMEU TUMA</i>			
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PTB	PB	CARLOS DUNGA	SIM				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	SIM				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	SIM				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	NÃO				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO				
PMDB	AL	RENAN CÁLHEIROS	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM				

Votos SIM : 29
Votos NÃO : 27
Votos ABST. : 00

Total : 56


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Votaram SIM 29 Srs. Senadores; e, NÃO, 27.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária foram aprovados.

Passa-se à discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Estão inscritos para falar...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sei que vamos começar a discutir o mérito, mas, para a Medida Provisória que se segue – já adiantei ao Líder Romero Jucá –, preciso de tempo, 24 horas, para fornecer o meu relatório. Ontem e hoje e nesses últimos dias, estivemos extremamente ocupados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Consulto o Sr. Líder Romero Jucá se há concordância em adiar até amanhã, 24 horas, a discussão do mérito.

Senador Romero Jucá, por favor, diga no microfone se V. Ex^a concorda, bem como os demais Líderes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o pleito do Senador Sérgio Guerra é regimental e nós concordamos, na busca do entendimento para que possamos votar amanhã esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Perfeito. Então, fica suspensa a discussão aos inscritos, que permanecerão como inscritos para amanhã. (Pausa.)

A outra medida que V. Ex^a falou? Não esta? Esta continua?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós vamos agora votar o mérito da medida que nós votamos e encerraremos no segundo item, que é o do crédito do BNDES. O Senador Sérgio Guerra pediu 24 horas, nós voltaremos à pauta amanhã, logo após a discussão desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Perfeito. Entendido. Então, em discussão o mérito da presente Medida Provisória.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscreva-me para discutir o mérito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Como Líder, então o nobre Senador Arthur Virgílio...

Eu vou ler a lista.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A minha inscrição, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Eu vou ler a lista: Senadores Arthur Virgílio, Papaléo

Paes, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Mário Couto, Paulo Duque, José Agripino, Flexa Ribeiro, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior.

Temos dez inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio para discutir o mérito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero ressaltar a boa-fé com que V. Ex^a sempre se há, Senador Paim, na relação com seus colegas. V. Ex^a não fez aquele jogo: “estão votando contra os negros ou estão votando contra os índios”. V. Ex^a argumentou. Certamente, embora divergindo, compreendeu – e bem – as nossas razões formais que nos levaram a buscar negar a admissibilidade por inconstitucionalidade desta Medida Provisória.

Veja o Governo que 29 a 27 é um resultado muito apertado, é um resultado que deve fazer pensar, Senador José Agripino, com o voto de valorosas figuras pertencentes lealmente à Base do Governo, que estiveram conosco neste episódio.

Não vamos aqui vender a falsa ilusão de que a transformação de uma Secretaria em Ministério resolve o problema dos índios – as índias, Senador Geraldo Mesquita, continuam sendo estupradas, os índios continuam perdidos no alcoolismo, na desassistência, na falência da Funasa – e dos negros, que continuam povoando as prisões e representando o segmento mais desvalido da sociedade brasileira.

Eu acredito muito em políticas gerais, eu acredito muito em distribuição de renda – e distribuição de renda por investimentos maciços em educação. É por aí que eu vejo a redenção social das figuras menos favorecidas da sociedade brasileira.

Então se se tem, Senador Geraldo Mesquita e Senador Jefferson Praia, a possibilidade de discutir agora o mérito, eu ainda assim insisto em que a medida provisória é inconveniente. Ela não é a forma justa de se trabalhar a questão. Não é a forma justa, porque substitui o Congresso pela pena fácil da burocracia do Palácio do Planalto; porque diminui o peso específico do Congresso Nacional; porque não nos dá espaço para uma discussão mais aprofundada; e porque, sem dúvida alguma... e o Senador Paim fez menção à abolição, mas nós sabemos o quanto é simbólico isso. O fato é que o Deputado não aceitaria o cargo não tivesse sido feita a alteração, Senador João Tenório. O Deputado aceitou a investidura, porque foi feita a alteração. Foi praticamente uma condição que ele impôs para assumir o ministério: transforme a secretaria em ministério e eu, Deputado fulano de tal, aceito ser ministro, porque, se for secretário, eu levo desvantagem.

O Senador Cristovam Buarque falou muito bem, e falou com muita autoridade. Ele me disse até que ganhou um desafeto para dentro do Governo certa vez, porque ele, Cristovam, optou pelo salário de Ministro, já que ele era Ministro, e não pelo salário de Parlamentar, já que ele não estava desempenhando a função de Parlamentar quando exercia a chefia do Ministério da Educação no Brasil. Então, S. Ex^a não foi, naquele momento, do Bloco, não foi para o Bloco da Oposição. S. Ex^a é independente, como votou de maneira independente o meu conterrâneo Senador Jefferson Praia, aliás, seguindo a tradição de honradez e de independência do Senador Jefferson Péres, já tão saudoso. Como votou de maneira indignada o Senador Osmar Dias, porque, afinal de contas, tem algo que deve nos unir a todos nesta Casa. Nem sempre esta pouco inteligente dicotomia: entre quem está de um lado do Governo tem que agir sempre de um modo; quem está contra age sempre de outro modo.

Nós aqui tínhamos a questão institucional, Senador Eliseu Resende, a verificar; a questão do poder, a questão do respeito que se deve exigir para o Poder que nós representamos.

De prerrogativa em prerrogativa vão tornando o Congresso uma peça despreciada. A cada vez que ceifam um direito nosso estão, no fundo, diminuindo e minimizando a representação popular que nós temos que saber exercer. E, se diminuem a nossa capacidade de exercer a representação popular, estão arranhando a democracia, estão minimizando, estão diminuindo a própria democracia brasileira. Por isso e só por isso, nós não votamos a favor da medida provisória.

Fico novamente muito grato ao Senador Paim pela forma honesta com que se houve, porque não participa deste coro, que é tão comum no Governo: “Ah, estão votando contra os negros, estão votando contra os índios”. Não estamos votando contra negro nenhum! Quando se faz corrupção, está-se votando contra negro, contra índio; está-se votando contra os despossuídos, porque está-se concentrando renda em mãos de meliantes. Isso, sim. Quando se apresenta resultado ruim, resultado deficiente nas avaliações tipo Enem, aí está-se votando contra negro, contra índio, está-se votando contra os pobres deste País. Quando se investe pouco em ciência e em tecnologia no Brasil, está-se votando contra negro, contra índio, sim. Quando se faz funcionar de maneira deficiente a máquina pública – e vejo que ela funciona de maneira deficiente, a começar por segurança, por exemplo, arriscando, sobretudo, as pessoas mais pobres – aí está-se votando contra negro, contra índio, contra os desvalidos. Quando se permite um repique da inflação, que já está em 11% nos alimentos, em 8,2% para

os mais pobres e em mais de 5% para os mais ricos, está-se, nesse momento, fazendo um trabalho contra branco, contra negro, contra índio, contra os desvalidos desta Nação.

Portanto, Sr. Presidente, ficou muito bem explicada a nossa posição, a meu ver; muito bem explicada. O Governo abusa das medidas provisórias, Senadora Lúcia Vânia. Quisesse nos provar a excelência desse projeto, mandaria um projeto de lei e não a perspectiva de um projeto de conversão.

Então, alguém diz: “Poxa, mas esse projeto não seria votado nunca, porque estaria na fila de uma pauta trancada”. Não. Se não mandassem para cá tantas medidas provisórias, não haveria o trancamento da pauta. Nós discutiríamos abertamente, como já se fez no passado, livremente, os temas de acordo com o que fosse a visão de cada um sobre o melhor interesse nacional. Isso, sim.

Mas sempre há pressa e uma grande dose até de má-fé. Alguém diz assim: “Poxa, mas passamos horas discutindo uma medida provisória”. Creio que passamos poucas horas discutindo uma medida provisória tão ruim como essa. Porque é de indignar que tenhamos de misturar um tema tão nobre, como o de políticas sociais visando à redenção social de negros e índios neste País, e não tenhamos mais do que a declaração da caneta, porque sabemos que a assistência médica aos índios é péssima, a assistência educacional aos negros é horrível, as prisões estão cheias de negros. Dr. Ulysses falava muito – e não mudou muito o Brasil daquela época para hoje – que “três pês eram os presos deste País: os pobres, as prostitutas e os pretos”.

Portanto, Sr. Presidente, não temos como ficar reformulando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concludo, Sr. Presidente.

...e fazendo mais apelos, porque sabemos que o Governo está simplesmente viciado em fazer medidas provisórias e mais medidas provisórias para tratar sempre de assuntos triviais, impedindo que esta pauta funcione.

Mas não podemos aceitar, Sr. Presidente, isso sim, é que invertam o jogo, invertam os valores, invertam as bolas, invertam os pólos. Quem impede o funcionamento do Congresso de maneira conveniente não é o discurso da Oposição, não é a nossa insistência em estar na tribuna pedindo que respeitem as nossas prerrogativas. É o Governo, com a seqüência insana de medidas provisórias que manda, estou convencido hoje, a propósito, para nos humilhar, para impedir um trabalho profícuo, para impedir um trabalho qualificado,

para impedir um trabalho valioso. E aí não nos dá outra alternativa a não ser discutirmos o quê? Discutirmos o descabimento dessas medidas provisórias, discutirmos a falta de justiça e de justeza no conteúdo de muitas e na forma de quase todas.

E aqui não estamos falando de biodiversidade, e aqui não estamos falando de nada mais profundo, porque estamos asfixiados por tantas medidas provisórias que impedem o debate de fatos mais relevantes.

O Senador Sérgio Guerra – eu já concluo – disse: eu não pude apresentar hoje o relatório sobre matéria tão importante como a de crédito extraordinário envolvendo o BNDES. S. Ex^a vai se debruçar agora, apesar dos seus afazeres de Presidente do PSDB, na sua definição final sobre o relatório que apresentará amanhã. Mas é sempre assim. E tem outras na fila. E tem uma cuja leitura não estamos pedindo, porque estamos tentando ver se um dia há possibilidade de abrímos a tal janela que nos pedem para abrir. O que é outra situação de humilhação.

Em vez de termos as nossas portas escancaradas para a participação da Nação no nosso debate, estamos aqui, mediocrementemente, tentando abrir janelinha para votar uma matéria ou outra, antes que nova medida provisória feche a porta.

Foi uma boa demonstração de força que deu a Minoria. Dois votos: 29 a 27. Um governo humilde, e este não é; um governo democrático, e este tem seus ranços, este diria que está na hora de uma meditação profunda, para mudar, e mudar para melhor as relações do Governo com o próprio Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Então, nós não encaminhamos contra negro nem contra índio, encaminhamos contra a insistência em fazerem medidas provisórias que não resolvem problema algum, entulham a máquina pública, não tiram os negros das cadeias, não tiram as indiazinhas da prostituição, não tiram os índios do desemprego, não tiram os negros da fome e, ainda por cima, vêm numa forma que só faz trazer desprestígio para o Congresso Nacional.

Eis que, portanto, Sr. Presidente, espero ter sido muito clara a posição do PSDB.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

E, para discutir o mérito, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O próximo orador é o Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a também está inscrito em sexto lugar, Senador José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora, especificamente falando de mérito, é importante que se diga que a criação de novos Ministérios é desperdício de recursos públicos.

No momento em que o Governo diz que quer fazer economia fiscal, quer aumentar o superávit fiscal, para criar um clima favorável à futura queda da taxa de juros ou um aumento menor da taxa de juros, vemos a criação de um novo Ministério que, por si só, já incentiva novas incursões nessa área, porque, daqui a pouco, por necessidade de blindagem do seu titular ou, eventualmente, quando um Parlamentar ocupar o cargo em uma nova secretaria, vamos ter, novamente, uma medida provisória transformando Secretaria em Ministério.

Tenho certeza de que esse Governo poderia, com a metade dos Ministérios, funcionar melhor. Não entendo. São departamentos que poderiam ser agrupados em menos Ministérios. Teríamos um custeio menor da máquina pública e teríamos, com certeza, uma posição fiscal melhor. A posição fiscal do Brasil não é boa. Ela melhorou, mas não é boa. Temos de entender o seguinte: nós temos superávit primário, mas temos déficit nominal. Nós não conseguimos pagar a conta dos juros. Se não pagamos os juros, o déficit nominal conseqüente será incorporado à dívida pública. Dívida pública maior, juro maior.

Então o Governo tem de partir para um programa de médio prazo de eliminação do déficit fiscal. Mas eliminar déficit fiscal não é criar Ministérios. Há uma incoerência entre o discurso de aumentar superávit primário ou almejar um dia zerar o déficit fiscal e estar aumentando Ministérios. Ele deveria diminuir Ministérios, enxugar os Ministérios. Esse seria o caminho correto.

Afora isso, há um casuísmo expresso na criação desse Ministério. Ressalvando a questão das políticas públicas de igualdade racial, que são meritórias, essas políticas públicas não ficariam executadas em menor escala se elas fossem departamentos de um Ministério social mais forte. Não haveria prejuízo para as ações governamentais. Portanto, é um desperdício o número de Ministérios.

Agora, o casuísmo para proteger o mandato do Sr. Edson Santos é absurdo! Quer dizer, o Ministério

foi criado por um mero casuísmo, proteção do mandato de um Deputado que por acaso o Governo escolheu para ocupar. Talvez houvesse outras pessoas que pudessem ocupar a Secretaria, mas, não, o Governo escolheu um Deputado e, conseqüentemente, para proteger o mandato do deputado, teve que dar *status* de Ministro.

Então, é um casuísmo que o Congresso não deve aceitar. Não estamos aqui para dizer amém ao Governo. Estamos aqui para fiscalizar, para legislar e para impedir que o Governo tome posições absurdas. Volto a dizer: as políticas públicas de igualdade racial são meritórias. Volto aqui a mencionar a luta do Senador Paim. Porém, não concordo, de forma alguma, com a criação de Ministérios casuísticos, meramente casuísticos, para resolver o problema de uma pessoa. E não é possível que isso continue a acontecer, porque, se o Congresso referenda, ele está se submetendo à vontade do Executivo plenipotenciário. E isso não podemos admitir.

Então, no mérito, somos contrários à aprovação dessa medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, se o assunto for sobre a matéria.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não participei da votação da admissibilidade dessa MP e, em razão disso, gostaria de justificar a minha ausência. Eu estava coordenando um painel desse seminário alusivo à Assembléia Nacional Constituinte e só saí de lá agora. Portanto, é só para fazer essa justificação e pedir que fique consignado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, nobre Senador.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por permuta com o Senador Alvaro Dias. V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, com a devida vênua, quero lembrar a V. Ex^a e quero-me dirigir a V. Ex^a, Senador por quem tenho muito respeito, muito apreço pessoal: V. Ex^a sabe que a Secretaria Nacional que pugna pela igualdade de direitos entre raças foi criada já no atual Governo. O meu voto foi favorável à

criação. Isso coloca para este Senado e para o País a posição pessoal de um Senador.

É importante promover a igualdade racial? Claro que é, entre brancos, pretos, índios, amarelos; somos todos filhos de Deus. Qual é a diferença que faz se somos do gênero humano e a diferença é na cor da pele, é na origem social? Se o País é democrático, tem-se de pugnar por direitos e oportunidades iguais, ainda que os brancos tenham melhores oportunidades do que os amarelos, do que os índios, do que os negros. Vamos criar um instrumento para aproximar as oportunidades. Estou inteiramente de acordo. Muito embora não tenha visto grandes ações dessa Secretária Nacional, continuo favorável a que ela insista, não desista, na tarefa de equalizar oportunidades.

Agora, entre isso e se criarem, depois de nomeada uma pessoa, as condições para superar as dificuldades da lei, há uma grande diferença. E é o que foi feito.

Quando a Secretaria foi criada, Sr. Presidente, meu voto foi favorável. Seria e será vinte vezes pelo mérito. Senador Efraim, nomearam o Deputado Edson Santos para ser o novo Ministro. A Ministra Matilde foi exonerada. Envolveu-se com o mau uso dos cartões corporativos, comprou no *free shop* com cartão corporativo, foi demitida dentro de uma crise, e o Governo, na crise, para resolver o problema rapidamente, convidou um Deputado Federal. Pouco importa se foi sugestão ou não, o fato é que convidou um Deputado Federal.

Fazer o convite foi fácil, muito fácil. Sabia o Governo que não podia convidar o Deputado para ocupar uma Secretaria. “Não, nomeia logo e aí, rapidamente, a gente passa por cima e impõe ao Congresso uma medida provisória, completamente desnecessária, para atender ao meu interesse. Mando para o Congresso e este que cuide de aprovar. Pouco importa a lei. O Congresso que cuide de aprovar porque vou resolver o meu problema, que é nomear o substituto da Ministra Matilde”. Aí, fez a substituição da Ministra Matilde e designou o honrado Deputado Edson Santos. Só que, para isso, teve de mandar esta MP para, goela abaixo, o Congresso e o Senado referendarem o mafeito do Poder Executivo. Não, esta é uma Casa de leis, não é uma Casa para referendar mafeitos. Esta é uma Casa para votar aquilo que está amparado pela lei, pela Constituição. E, neste caso, a matéria... Quero aqui cumprimentar os 27 Senadores que votaram, em legítima defesa, pelas prerrogativas do Senado Federal. Quase que se ganha a matéria, quase. Resta o mérito.

No mérito, mais um vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, vai estar em causa a defesa da legalidade. Mais uma vez vai estar em cau-

sa – escoime-se, afaste-se – o mérito da existência de uma Secretaria Nacional que já existe, que já foi criada. Não se trata do mérito da ação da Secretaria ou do Ministério, mas da forma de se impor ao Senado Federal a solução que se encontrou para o problema e debitar a conta ao Senado, que tem de encontrar a fórmula de legalizar o malfeito. Eu não vou legalizar malfeito nenhum. Eu não vou contribuir com meu voto para legalizar malfeito nenhum e por isso vou recomendar aos meus companheiros de Partido que votem contra, que votem contra o malfeito que o Governo fez e cuja conta entrega agora para o Senado pagar. Não vou pagar essa conta e vou votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, nobre Líder da Minoria.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, acabamos de ter a votação da constitucionalidade da matéria e 27 Senadores mostraram que estão representando o povo brasileiro, que aqui fazem tudo para que a democracia neste País seja respeitada e para que este Senado tenha cada vez mais credibilidade diante da nossa população. Enfim, 27 Senadores entenderam que o Governo Federal quer mostrar a cada dia a sua força diante deste Poder.

Já sabemos, Senador Geraldo Mesquita, que o Presidente Lula tem uma boa musculatura, talvez até maior do que a do Mike Tyson. Não precisa mais exibir força, não precisa, diante de um fato, meu querido amigo Senador Paim.

Saiba, Senador Paim, sem demagogia, que quero me associar àqueles que disseram que o respeitam, pois eu também o respeito.

E não foi fácil votar contra V. Ex^a hoje. Não foi fácil, pela consideração que tenho por V. Ex^a.

Mas o que mostra aqui, Senador, é que ainda estamos votando uma imposição do Governo Federal, votando uma medida provisória com o objetivo único de contemplar uma pessoa, um Deputado Federal do PT. Isso é o cúmulo do exagero do Governo Federal!

São 37 ministérios. Quase todas as semanas Senadores e Senadoras dizem aqui que o Governo tem que diminuir os gastos públicos, mas o Governo não diminui os gastos públicos. Trinta e sete ministérios. Como os gastos públicos vêm aumentando, a inflação começa a aparecer. E começa a aparecer de uma maneira preocupante, Senador Geraldo Mesquita.

Olhe, Senador, quantas medidas provisórias vêm por mês a esta Casa? Por ano, são mais de 300 medi-

das provisórias, fazendo bem a cada um. Fizeram bem agora a um Deputado Federal, uma única pessoa. Temos que nos curvar a isso, para beneficiar uma única pessoa? Ninguém aqui é contra negro coisa nenhuma! Ninguém! Ninguém aqui é contra negro!

Senador Geraldo Mesquita, fui, hoje, a uma audiência com o Presidente da Câmara e vim de lá entristecido. Sabe por que, Senador? Porque não podem colocar na pauta os projetos do nobre Senador Paim em benefício dos aposentados. Sabe por que, Senador? Olhe como é triste escutar isto: porque, primeiro, tem que ser votado o projeto que vai ressuscitar a CPMF. Primeiro, tem que ser votado o projeto que vai tomar dinheiro do brasileiro e da brasileira, sem nenhuma necessidade! Os números mostram isso.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Porque, primeiro, tem que ser votado o projeto que cria o imposto e, segundo, Senador, porque os aposentados não são prioridade para o Presidente da Câmara dos Deputados. A conclusão que eu tiro é essa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Isso é o que quero dizer, Senador.

Por que tanta medida provisória, Senador Paim, se V. Ex^a é contra? V. Ex^a acabou de externar isso. Há essa quantidade enorme de medidas provisórias que vêm, todos os meses, todas as semanas, para este Plenário.

Por que, Senador Geraldo Mesquita, no meio desse bolo de medidas provisórias, não vem uma determinando crédito para resolver a situação dos aposentados deste País? Por que não vem? Isso é o que me revolta, Senador Paulo Paim! Isso é o que me dá revolta. Uma causa tão justa, uma causa tão necessária! Uma causa visível de sofrimento das pessoas, homens e mulheres deste País! E não se dá a mínima “bola”, Senador! Viram-se as costas e se manda uma medida provisória deste quilate para cá. Isso é um abuso, Senador! É um abuso!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a tem razão, porque o caso dos aposentados é um caso de calamidade pública! E a Constituição assegura a edição de medida provisória para regular uma situação como essa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É lógico!

Eu não posso comungar, não posso comungar, Senador Flexa Ribeiro. A minha revolta, Senador, ao dizer que não voto mais medidas provisórias é exatamente essa. O que é mais necessário? O que é mais social? O que é mais importante neste momento? É promover alguém? É melhorar o salário de alguém para ter *status* de ministro e poder optar para receber como Deputado Federal ou é melhorar a situação desses po-

bres aposentados que morrem nas filas dos hospitais sem atendimento médico, porque não têm a mínima condição de pagar um plano de saúde?

Eu espero, Senador, que estes Senadores, coordenados por V. Ex^a, o grande Paulo Paim, possam tomar medidas radicais, sim, radicais, para sensibilizar as autoridades com relação aos aposentados.

É como disse o Senador Flexa Ribeiro: jogaram para o segundo semestre. Eu desconfio que este projeto não entra em pauta no segundo semestre. O grupo de Senadores que estão ao lado desta causa tão justa, levantada por V. Ex^a – tão justa! – nós possamos nos sentar, reunir, para tomar uma medida radical com relação a isto.

Eu não me conformo! Eu não me conformo em ver a insensibilidade. Eu não me conformo em ver o olho fechado. Eu não me conformo em ver o coração fechado do Governo em relação aos aposentados deste País. Creia, Senador, são milhares, milhares e milhares de aposentados. Creia! V. Ex^as sabem: há aposentados recebendo cem, cento e vinte reais de salário por mês.

Se a saúde deste País estivesse boa, se a saúde deste País merecesse aqui o elogio de um Senador ou uma Senadora, mas nenhum— nem Senador, nem Senadora – poderá fazer isto agora, porque, se elogiar, vai mentir nesta tribuna.

Médicos, filas, mortes!

Eu vi uma reportagem na Rede Record, hoje de manhã, que um menino de doze anos, operando um braço, Senador Mesquita, teve que usar uma ferramenta de um carpinteiro para perfurar o osso. Olhe aonde chegamos neste País!

E é muito fácil mandar medidas provisórias para cá, para melhorar a condição de um secretário. Nada contra os negros, Senador. Nada! Pelo amor de Deus...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Presidente.

Tire isso da cabeça. Nada! Absolutamente nada!

Foi muito difícil para mim votar contra um parecer de V. Ex^a, muito difícil, porque, apesar do pouco conhecimento – um ano e meio –, tenho por V. Ex^a a maior consideração e apreço. Sem demagogia. Sem demagogia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Sei que seu tempo está-se esgotando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero dar este testemunho: o Senado votou sempre todas as matérias de interesse da comunidade negra. Então, quero dar este testemunho. Inclusive aqueles que votaram contra ou a favor. Todas as matérias que nós aqui apresentamos estão paradas na Câmara. Nunca o Senado deixou de votá-las. Dou este depoimento, porque entendi a divergência que havia no momento em relação ao instituto da medida provisória. Então, aquele escore no nosso painel...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...de 29 a 27, não significa que alguém votou contra a comunidade negra. Eu quero dar este depoimento à luz da verdade, porque todas as vezes que procurei todos os líderes todos me acompanharam, inclusive numa matéria, aí sim, polêmica: o Estatuto da Igualdade Racial, que o Senado votou por unanimidade e está parado na Câmara há mais de três anos. É só este aparte a V. Ex^a para colocar a verdade dos fatos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ainda bem que V. Ex^a entende. Nada contra os negros! Nós estamos aqui mostrando a falta de respeito do Governo Federal com esta Casa.

Eu queria que aqueles Senadores que votaram a favor do Governo, que votaram a favor desta medida provisória – vou descer, Sr. Presidente –, eu queria que esses Senadores pudessem sentir na carne a necessidade de o Presidente mandar para cá...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mais um minuto e V. Ex^a encerra o seu discurso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...um crédito ordinário em benefício dos aposentados. Isso é que eu queria sentir de cada um! Isso é que eu queria sentir de cada um! Será que eu ainda vou ver isso, Sr. Presidente? Será que eu ainda vou ver isso, meu Senador Geraldo Mesquita? Quem sabe? Quem sabe um dia se possa sensibilizar o Governo, porque, Senador Paulo Paim, se nós não tomarmos uma providência em relação aos seus dois projetos que estão na Câmara, estes projetos vão ficar novamente como ficaram aqui: cinco anos na gaveta.

Vamos sentar, na próxima semana, os Senadores que estão interessados e sensibilizados com

essa causa para decidir de uma vez por todas, nem que seja...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Para concluir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Nem que seja na base da pressão, Senador. Nós não podemos mais ver medidas provisórias vindo para esta Casa, inconstitucionais, para servir a duas, três ou quatro pessoas, enquanto há milhares de aposentados sofrendo, morrendo de fome, morrendo sem saúde, morrendo a peso da violência, e ninguém soluciona esse problema grave da Nação brasileira.

É preciso sensibilizar o Governo que, ao invés de cobrar impostos do povo do Brasil, ao invés de cobrar imposto da brasileira e do brasileiro, é necessário que se resolva o problema dos aposentados deste País.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Caladares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, na fase em que se encaminhava sobre a urgência e a relevância, em suma, sobre a admissibilidade desta medida provisória, observei que todos os Senadores, sem exceção, todos os que se pronunciaram manifestaram-se contra a proposição. Quando o vigésimo ou o vigésimo quinto já tinha usado a tribuna, dirigi-me ao Senador Relator da matéria, Paulo Paim, e disse a ele, com toda a franqueza: está todo mundo votando contra, pronunciando-se contra, encaminhando contra, e, quando se chega à situação do contra... Não é por espírito de Robin Hood, não, mas eu vou votar a favor; eu vou encaminhar a favor da admissibilidade dessa matéria, por considerar o assunto urgente. Talvez porque eu conheça bem o Edson Santos, da minha cidade, do meu Estado, e a luta que ele travou para primeiro chegar a vereador do Rio de Janeiro, em dois ou três mandatos, muito bem votado sempre; talvez por morar ali no Parque da Gávea, parque proletário, com dificuldade, mas sempre correto; talvez por sabê-lo um homem esforçado, que conseguiu conquistar o diploma de uma faculdade; por tantos outros motivos que me vieram à cabeça, eu acho que posso até estar

com o passo errado de todo o batalhão, mas vou votar a favor da admissibilidade.

Eu conheço o Edson Santos e achei que era urgente que o Governo tivesse – daí a urgência – um Ministro negro. Negro! Porque um terço da população brasileira é composta de negros; porque o Rio de Janeiro e a Bahia foram, sem dúvida alguma, as cidades que mais receberam negros nesses últimos 300 anos. Eles sofreram muito, e colocar um negro no Ministério... Não me lembro de um negro no Ministério. Lembro-me da Benedita da Silva, sim, Governadora, atualmente Secretária de Estado no Rio de Janeiro.

Então, uma matéria dessa não é urgente? Claro que é urgente! Não estão em jogo aí R\$2 mil ou R\$3 mil ou R\$4 mil, não; está em jogo a amostra de que o Governo brasileiro, o povo brasileiro, no seu todo, não pode ser discriminado por filigranas jurídicas, que não têm, essas, sim, o menor valor.

O Senado marcha impávido, o Senado marcha com grandeza, o Senado caminha com nobreza. Ele não precisa se acovardar de nada apenas por ter votado com justiça uma medida provisória. Está em jogo a raça, sim. Estão em jogo a formação política do Brasil e outros valores muito maiores do que uma simples medida provisória. Há outros valores em jogo, Sr. Presidente – pode crer!

Então, voto com a maior consciência, sem o menor constrangimento. Ninguém me pediu para votar dessa ou daquela maneira. Não votei por causa do Paim – ele sabe disso; votei por causa de princípios até mesmo éticos. O Brasil é só de louros? É só de olhos azuis? É só de branqueiras? É só, afinal, de mulatos? É só de cruzamentos diversificados? Não.

Era necessário e urgente que o Brasil de hoje, com quase 200 milhões de habitantes, seguramente com 80 milhões de negros, tivesse pelo menos um em um ministério. Qual é o problema? Qual é a ofensa ao Senado? Qual é a ofensa a este Parlamento? Não vejo nenhuma. Trata-se de prestigiar e, de fato, de quebrar preconceitos, que existem, mas estão sendo quebrados. E mais um será quebrado hoje se conseguirmos votar esta medida provisória.

Contra a lei? Será contra a lei? Não é urgente fazermos isso? Ou é só ficarmos aqui com demagogia? É urgente, sim. Por isso, considere falar com o Relator. Só falar. Só comunicar. Pelo menos 25 já se declararam contra esta medida provisória. Quero dizer a vocês: se forem 25 a um, este “um” será o meu voto. E voto com a tranqüila consciência de ter votado bem, com a tranqüila consciência de ter feito justiça a uma gama de brasileiros que, há duzentos anos, vem sofrendo, e sofrendo, e sofrendo.

É inconstitucional? Será que é inconstitucional? Será que a matéria não é urgente? Será que alguém acha que isso pode ser jogado para as calendas, só porque o Edson Santos, um negro de 1,80 metro, de quase 2 metros, retinto, preto retinto, negro retinto, é Ministro de Estado?

Ora, ora, Sr. Presidente, eu vou lhe ser franco: para mim, há outros valores nesta medida provisória; valores que não aparecem, que não estão escritos. Há outros valores, e foi em nome desses outros valores que eu votei a favor e vou votar novamente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Nery.

Por dez minutos, Senador.

O Senador Paulo Duque atendeu ao nosso Regimento, falando dez minutos, exatamente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, reitero críticas feitas aqui desta tribuna, durante toda esta tarde, em relação ao instrumento adotado para criar o cargo de Ministro de Estado de Política de Promoção da Igualdade Racial. Porém, no que diz respeito ao mérito da medida provisória, não poderia deixar de agir e votar de acordo com meu entendimento e minha consciência sobre o simbolismo dessa decisão, que é, antes de tudo, uma reivindicação dos movimentos sociais brasileiros ligados à luta pela igualdade racial.

Esse é um ato do Presidente da República que poderia chegar ao Congresso sob iniciativa de projeto de lei, porém, mais uma vez, usa-se o instrumento da medida provisória para criar cargos, aliás, criar essa função, porque o cargo de Secretário Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, ao ser transformado em cargo de ministro, não altera, de forma alguma, do ponto de vista do aumento da despesa, a situação anterior em que tínhamos um secretário de estado, e não um ministro.

O importante nessa medida – discordando, evidentemente, como fizeram vários Senadores, porque o instrumento poderia ser outro – é o conteúdo, a proposta, o simbolismo de criar o cargo de ministro para representar setores que historicamente estiveram alijados de qualquer participação nas políticas públicas de inclusão social, que estiveram ausentes e discriminados da participação em qualquer instrumento do Estado brasileiro. Criar o cargo de ministro tem um simbolismo no ano em que o Brasil celebra 120 anos do fim oficial da escravidão, Senador Paulo Duque, ao mesmo tempo em que temos que reforçar

a luta contra a escravidão contemporânea, porque ela ainda é presente em nosso País.

A importância e o simbolismo da criação do cargo de ministro, conferido no aspecto da representação desse segmento junto aos organismos do Estado brasileiro, tem uma significação especial para setores que historicamente foram e ainda são discriminados.

O relatório do Senador Paulo Paim assinala o mérito dessa decisão com a qual não poderia, de forma alguma, deixar de concordar, de apoiar e de votar a favor. Isso não significa, mais uma vez, que não tenhamos a compreensão de que essa decisão poderia ser adotada por meio de um projeto de lei.

A importância desse ato de o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado aprovarem essa medida reside justamente nesse sentido de fazer com que setores se sintam respeitados, considerados e integrantes do ponto de vista da gestão de governo. O nosso voto favorável deve-se inclusive ao resgate da luta histórica desses setores discriminados para que possam encontrar na República o seu lugar, o seu direito, o respeito.

Portanto, o nosso voto favorável ao mérito do projeto é justamente por saber que essa é uma reivindicação de setores mais amplos dos movimentos sociais brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, esperamos que essa medida corresponda também ao alargamento das políticas do Estado brasileiro em relação à busca da igualdade racial.

Trabalhar para que o Congresso vote o Estatuto da Igualdade Racial é o imperativo que se impõe no contexto deste debate. Trabalhar para o aperfeiçoamento das políticas de quotas é outro desafio, para tratar de incluir os setores que historicamente estiveram alijados das políticas públicas de inclusão, especialmente a que é ligada à educação, à saúde e assistência.

É importante também, no contexto da criação do cargo de Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, afirmar a luta em defesa da regularização fundiária das comunidades quilombolas. No Brasil, são mais de 3.200 áreas, e o maior número está localizado justamente na Amazônia, especialmente no Estado do Pará.

Portanto, quando percebemos que há uma clara objeção de certos setores da política brasileira, que questionam inclusive no Supremo Tribunal Federal um decreto que garante o processo de regularização das terras das comunidades afrodescendentes, temos que aqui assinalar e demonstrar a importância da ampliação dessas políticas afirmativas que contribuam efetivamente para promover a igualdade e a justiça social.

Este é o nosso posicionamento, sem esquecer, Sr. Presidente, o que tange ao instrumento utilizado: mais uma medida provisória, como tantas que se encontram na pauta para votação.

Acho que, Senador Geraldo Mesquita – o senhor que tem aqui, ao lado de tantos, combatido essa enxurrada de medidas provisórias –, precisamos fazer com que andem os procedimentos legislativos para aprovar, reformando esse instituto, de modo que o Congresso não fique à mercê da decisão e da imposição dessas medidas provisórias.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, quando fiz o aparte ao Senador Mário Couto, tive toda a preocupação de mostrar que essa não era uma questão contra negro ou contra branco. Isso ficou muito claro em respeito àqueles que, na verificação que fizemos, têm o direito de discordar. Até porque os argumentos que ouvi demonstravam que os oradores discordavam do fato de o processo ser por medida provisória. Aprendi nesta Casa, Sr. Presidente, Sr. Senador, a cumprir acordos. O acordo que fiz com as lideranças dos Partidos foi no sentido de que teríamos uma votação nominal. A segunda votação seria simbólica. Tanto que V. Ex^a, que estava ao meu lado, disse que ia à tribuna. Eu ia fazer um aparte. Vamos continuar o debate. Agora, quero fazer um apelo. Para mim é ruim também, por toda a história e o companheirismo que tenho com todos os Senadores e Senadoras, quando os acordos passam a não valer mais. Para mim foi dito, com todas as palavras, Senador Romero Jucá, Senador Arthur Virgílio,

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) –... Senador José Agripino, aqui presente, Senador Valdir Raupp, que seria uma votação simbólica. E a primeira nominal. Agora, a informação que me trouxeram é a de que poderíamos ter outra votação nominal. Faço um apelo aos Senadores e Senadoras para que a gente respeite o acordo, como a gente sempre faz. Eu sempre respeitei. Minha palavra empenhada, seja contra quem quer que seja... quando dou minha palavra, cumpro. Por isso, quero fazer um apelo de que a gente não rompa essa que é uma tradição da Casa. Os Senadores da base foram todos liderados diante da orientação que dei, até porque os Líderes da Oposição relataram-me que não haveria uma segunda votação. É o apelo que

faço. Estão aqui os Senadores Romeu Tuma, o Senador Flexa, o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, aqui está um dos Líderes proeminentes do PSDB. S. Ex^a informe-me que a sua Liderança não vai, de forma nenhuma, pedir verificação de quórum, significando dizer que vai haver uma votação simbólica para aprovar o projeto que V. Ex^a relata.

Sendo assim, gostaria de prorrogar a sessão até às 20 horas e 30 minutos para a conclusão dos debates.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) –

V. Ex^a já encerrou o seu tempo. No entanto, concedo-lhe mais 30 segundos...50 segundos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, não vou precisar dos 50 segundos.

É só para dizer que, uma vez que V. Ex^a reafirma que o acordo está preservado e a votação será simbólica, isso nos basta. Tenho certeza de que aprovação, por mérito e pela compreensão que temos deste tema, já é suficiente para encerrar aqui o meu pronunciamento, com a manifestação e a defesa que fiz do mérito do projeto, protestando, evidentemente, que tenha sido feito por meio de medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. (Pausa)

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por muitos anos no Brasil se conviveu com a idéia de que vivíamos em uma democracia racial e que os diversos grupos sociais viviam harmoniosamente.

O encaminhamento da Medida Provisória nº 419, de 2008, que trata da transformação da Secretaria da Igualdade Racial em Ministério, passa ao largo da problemática da igualdade racial no Brasil. A Secretaria da Igualdade Racial veio ao encontro de anseios históricos do contingente negro no Brasil.

De fato, existe um mito da democracia racial brasileira. Esse mito advém do fato de que, apesar da manutenção de padrões raciais escravocratas, o branco, no Brasil, não abriu luta contra o negro, mas omitiu-se. Não se pensou em prejudicar o negro, mas favoreceu-se uma inércia sócio-cultural.

Qualquer atitude que vise resolver os dilemas das relações raciais previne tensões e assegura uma lenta integração da população de cor. É uma atitude que não coloca o negro e o mulato como beneficiários do processo de democratização dos direitos e garantias sociais.

A Medida Provisória, portanto, não toca nesse problema maior. Esse é o grande defeito da medida provisória. Este tema, Senador Paim, V. Ex^a que tão bem representa essa comunidade aqui no Congresso Nacional, é da mais alta relevância e merecia estar sendo abordado e debatido por todos os Senadores desta Casa. Esta seria a grande oportunidade de, inclusive, cobrar o Estatuto da Igualdade Racial, tão aclamado e pedido e que, no entanto, não tem ressonância na Câmara dos Deputados.

Mas, infelizmente, em se tratando de uma medida provisória, nós perdemos esse grande e importante momento.

Tenho acompanhado com atenção as manifestações dos ilustres pares com relação à medida provisória que votamos neste momento no plenário desta Casa. Trata-se de uma situação extremamente desconfortável para o Congresso. Poderia dizer até mesmo humilhante.

Essas medidas provisórias nos deixam em situação difícil. Essa é a razão, Senador Paim, de eu estar até agora aqui. É preciso que a população negra entenda que nós, ao votarmos no primeiro momento contra a constitucionalidade da medida provisória, deixamos claro que teríamos de nos posicionar, neste momento, no sentido de manter a coerência que temos mantido aqui, a fim de chamar a atenção do Governo para a necessidade de enviar temas importantes por projetos de lei.

No entanto, não somos ouvidos e, naturalmente, temos o desconforto de votar contra a constitucionalidade de uma medida provisória dessa natureza no primeiro turno. No entanto, ao votarmos assim, pode parecer à população negra que estamos contra o mérito. Por isso, fiz questão de ficar aqui até a esta hora para manifestar o meu apoio quanto ao mérito.

Sei que a forma como o Governo Federal encaminhou esta medida provisória foi casuística, visando atender a um momento muito pessoal do próprio Governo, para atender aos próprios interesses do Governo. No entanto, nós não podemos desprezar a importância de dar o *status* de Ministério à Secretaria de Igualdade Racial. Eu acho que isso é muito importante; é um assunto muito sério que nós não podemos deixar passar em branco. E acredito que dar *status* de Ministério à Secretaria de Igualdade Racial é muito importante neste momento.

Concedo o aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, eu faço questão de apartear a senhora, Senadora. É um trabalho voltado ao combate a todo tipo de preconceito: contra a criança, contra o idoso, contra a mulher, contra o negro, contra o índio, contra o branco, enfim, contra qualquer tipo de preconceito. V. Ex^a sempre está na linha de frente. E eu entendi muito bem o seu voto e percebo agora a sua coerência, inclusive, na hora da discussão do mérito. E aproveito este momento para dizer que falei agora com o Senador José Agripino e ele me disse: “Paim, acordo é para ser cumprido. Pode aproveitar que a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Heráclito Fortes estão aí e diga que esta votação será simbólica”, numa demonstração de que nem DEM, nem PSDB, nem PDT, nem PSB, enfim, ninguém é contra negro nem contra índio. Houve uma discordância no encaminhamento da medida provisória, e isso foi explicitado no painel. Então, cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a, uma grande Senadora que orgulha não só o Estado, mas todo o Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Obrigada, Senador Paim.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Lúcia Vânia, também uso a palavra para cumprimentá-la por transmitir o seu voto favorável ao mérito da transformação da Secretaria da Igualdade Racial para a categoria do Ministério e pelas ponderações que V. Ex^a está formulando. Conforme o seu partido tem muitas vezes aqui colocado, será bom que o Governo venha a legislar mais por projetos de lei do que por medidas provisórias. Mas, no mérito, V. Ex^a aqui se coloca, muito bem, favoravelmente a este projeto. Os meus cumprimentos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Encerro minhas palavras dizendo que esta não é uma questão partidária. Se estivessem aqui todos os Líderes nós estaríamos com a mesma posição. Eu, que pessoalmente acompanhei a criação e o desenvolvimento da Secretaria de Igualdade Racial, sinto-me entusiasmada; sinto-me entusiasmada de ver aquela secretaria ser transformada em ministério. Não importa que tenha sido este um momento casuístico. O que importa é que é uma conquista aclamada e sentida por todos aqueles que lutam efetivamente pela igualdade social. Esse é o nosso compromisso.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui dizer que voto a favor do mérito desta matéria e, além de votar a favor, o faço com muita satisfação por saber que estamos atingindo um patamar importante hoje na vida e na luta dos movimentos sociais ligados à comunidade negra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB – SE) – Indago do Senador Heráclito Fortes se S. Ex^a deseja falar como orador para discussão da medida provisória ou deseja falar como orador após a votação?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. *Fora do microfone.*) – Falo logo para facilitar o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, concedo a palavra a V. Ex^a para discutir o mérito da proposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, o Governo manda a esta Casa, por meio de medida provisória, o que poderia tranquilamente tramitar como projeto.

O compromisso que o Presidente Lula assumiu com o movimento negro, Senador Paim, poderia ter tido sua seqüência com um projeto. Tenho certeza de que V. Ex^a, benquistado que é nesta Casa e com o prestígio que possui, teria conseguido a rapidez da tramitação sem a necessidade deste desgaste.

É evidente que para nós há uma diferença mínima entre a função da secretaria e a transformação em ministério. Mas nós sabemos que vivemos num País que preza por títulos e tem a liturgia do poder. Para que não fique em disparidade hierárquica o ministério – no caso, se aprovado agora – encarregado da desigualdade racial, nós poderíamos ter trabalhado a sua aprovação de outra maneira. Ninguém de bom senso neste País ficaria contra os que defendem a igualdade racial.

Senador Wellington Salgado, a última discriminação grave que vi foi com a antecessora do atual representante da Pasta. A Sr^a Matilde, Ministra ou Secretária, teve o nome, como tantos outros, envolvido na questão dos cartões corporativos. A pressão palaciana, aquela frigideira crematória só ardeu, Senador Paulo Paim, nas costas dela. Foi a única ministra ou a única integrante do Governo que não teve sequer o direito de defesa. Isso, sim, chamo de discriminação. Aproveitaram-se de um fato no qual outros estavam envolvidos, inclusive em grau maior – sabe muito bem V. Ex^a –, mas facilitaram apenas a saída da ministra.

Louvo que o Presidente tenha escolhido para substituí-la um Parlamentar do Rio de Janeiro, com mandato, numa demonstração de prestígio, coisa rara de se ver no atual Governo ao Poder Legislativo. Poder este que o Governo teima insistentemente em desgastar, e o excesso de medidas provisórias é uma das formas corriqueiras; a outra, também por medidas provisórias, são as excessivas votações de crédito que o Governo manda para esta Casa. Cada crédito que nós votamos para o Governo é um descrédito para o

Congresso. Infelizmente nós estamos diante uma realidade em que uma maioria – momentânea é claro, mas consolidada – destrói não só as votações como também os objetivos de apuração de irregularidades contra membros do Governo, como é o caso da atuação bem pouco recomendável nas CPIs. O partido que outrora vangloriava-se de ser um partido que combatia irregularidades, que combatia a malversação de recursos, tem hoje como carro-chefe – e o cenário maior são as CPIs – o orgulho de colocar sob o tapete as mazelas cometidas por gestores da sua base neste País.

Senador Paulo Paim, se há uma pessoa que por dever de justiça – eu confesso – não mereceria pagar o preço da rejeição desta matéria é V. Ex^a. Na primeira votação, pediu-se verificação de quórum; nesta segunda votação, a do mérito, não vamos pedir. Fique V. Ex^a e o Brasil todo sabendo que essa mudança da primeira votação para a segunda, com o plenário vazio, é em apreço exclusivo a V. Ex^a, até porque, como vinha funcionando até agora, esse ministério ou secretaria seguiria seu caminho, cumprindo seu objetivo.

Porém, V. Ex^a levantou a bandeira, V. Ex^a assumiu a palavra e o compromisso. Mas tenha a convicção de que nesta nossa convivência do dia-a-dia, trava-se sempre um diálogo honesto, correto e, acima de tudo, respeitoso. Nós, da Oposição, mais uma vez, vamos abrir mão para que V. Ex^a não saia daqui decepcionado na defesa das suas convicções. Quero deixar isso bem claro, porque esta é a nossa posição. Esta é a posição do meu Partido, que tem compromisso contra medidas provisórias, mas que abre uma exceção, como é caso agora, exatamente em homenagem e respeito a V. Ex^a.

Dito isso, Sr. Presidente, espero que, aprovada esta matéria, o Senador Paulo Paim, mais uma vez, saia daqui com o sentimento do dever cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo oradores inscritos, encerro a discussão do mérito.

Passamos à votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos agora à votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

Parágrafo único. São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Advogado-Geral da União, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência e o Presidente do Banco Central do Brasil.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Fica criado, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Ra-

cial da Presidência da República, 1 (um) cargo de Secretário-Adjunto, código DAS 101.6.

Parágrafo único. (Revogado).”(NR)

“Art. 4º -A Fica transformado o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.”

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecen-

tos e cinqüenta e dois mil, e cinqüenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 12.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

7

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda

da nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob n^{os}

– 779, de 2006, 1^o pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2^o pronunciamento (sobre a Emenda n^o 1-Plen) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda n^o 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3^o pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento n^o 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas n^{os} 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob n^o 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição n^o 20, de 1999, com a Emenda n^o 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição n^o 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição n^o 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição n^o 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição n^o 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição n^o 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o

menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

19

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

23

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

25

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igualdade a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art.

12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e

obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

50

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e

– Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes.

51

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integra-

ção Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

56

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

57

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

58

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

59

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder de cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

60

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

61

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

62

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de

voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

63

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

64

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

65

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

66

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

67

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

68

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

69

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

70

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

71

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

72

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

73

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas, etc)

74

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

75

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

76

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

77

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV).

78

REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio,

solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

79

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

80

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

81

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

82

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ser-

viços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

83

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

84

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

85

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária).

86

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sobre a mesa projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Srº 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 90, DE 2008**

(Nº 563/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem a referida Convenção e seu Protocolo Facultativo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Preâmbulo

Os Estados Partes da presente Convenção,

a) Relembrando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

b) Reconhecendo que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, proclamaram e concordaram que toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie,

c) Reafirmando a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação,

d) Relembrando o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias,

e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas,

f) Reconhecendo a importância dos princípios e das diretrizes de política, contidos no Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e nas Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, para influenciar a promoção, a formulação e a avaliação de políticas, planos, programas e ações em níveis nacional, regional e internacional para possibilitar maior igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência,

g) Ressaltando a importância de trazer questões relativas à deficiência ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável,

h) Reconhecendo também que a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, configura violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano,

i) Reconhecendo ainda a diversidade das pessoas com deficiência,

j) Reconhecendo a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio,

k) Preocupados com o fato de que, não obstante esses diversos instrumentos e compromissos, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar barreiras contra sua participação como membros iguais da sociedade e violações de seus direitos humanos em todas as partes do mundo.

l) Reconhecendo a importância da cooperação internacional para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência em todos os países, particularmente naqueles em desenvolvimento,

m) Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza,

n) Reconhecendo a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas,

o) Considerando que as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente,

p) Preocupados com as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência que estão sujeitas a formas múltiplas ou agravadas de discriminação por causa de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, origem nacional, étnica, nativa ou social, propriedade, nascimento, idade ou outra condição,

q) Reconhecendo que mulheres e meninas com deficiência estão freqüentemente expostas a maiores riscos, tanto no lar como fora dele, de sofrer violência, lesões ou abuso, descaso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração,

r) Reconhecendo que as crianças com deficiência devem gozar plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidades com as outras crianças e lembrando as obrigações assumidas com esse fim pelos Estados Partes na Convenção sobre os Direitos da Criança,

s) Ressaltando a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero aos esforços para promover o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por parte das pessoas com deficiência,

t) Salientando o fato de que a maioria das pessoas com deficiência vive em condições de pobreza e, nesse sentido, reconhecendo a necessidade crítica de lidar com o impacto negativo da pobreza sobre pessoas com deficiência,

u) Tendo em mente que as condições de paz e segurança baseadas no pleno respeito aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e a observância dos instrumentos de direitos humanos são indispensáveis para a total proteção das pessoas com deficiência, particularmente durante conflitos armados e ocupação estrangeira,

v) Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais,

w) Conscientes de que a pessoa tem deveres para com outras pessoas e para com a comunidade a que pertence e que, portanto, tem a responsabilidade de esforçar-se para a promoção e a observância dos direitos reconhecidos na Carta Internacional dos Direitos Humanos,

x) Convencidos de que a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado e de que as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias para tornar as famílias capazes de contribuir para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência,

y) Convencidos de que uma convenção internacional geral e integral para promover e proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência prestará significativa contribuição para corrigir as profundas desvantagens sociais das pessoas com deficiência e para promover sua participação na vida econômica, social e cultural, em igualdade de oportunidades, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1 Propósito

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Artigo 2 Definições

Para os propósitos da presente Convenção:

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

“Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada;

“Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;

“Adaptação razoável” significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

Artigo 3 Princípios gerais

Os princípios da presente Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;

g) A igualdade entre o homem e a mulher;

h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Artigo 4 **Obrigações gerais**

1. Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência. Para tanto, os Estados Partes se comprometem a:

a) Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção;

b) Adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência;

c) Levar em conta, em todos os programas e políticas, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência;

d) Abster-se de participar em qualquer ato ou prática incompatível com a presente Convenção e assegurar que as autoridades públicas e instituições atuem em conformidade com a presente Convenção;

e) Tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação baseada em deficiência, por parte de qualquer pessoa, organização ou empresa privada;

f) Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;

g) Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;

h) Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;

i) Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.

2. Em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, cada Estado Parte se compromete a tomar medidas, tanto quanto permitirem os recursos disponíveis e, quando necessário, no âmbito da cooperação internacional, a fim de assegurar progressivamente o pleno exercício desses direitos, sem prejuízo das obrigações contidas na presente Convenção que forem imediatamente aplicáveis de acordo com o direito internacional.

3. Na elaboração e implementação de legislação e políticas para aplicar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, os Estados Partes realizarão consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por intermédio de suas organizações representativas.

4. Nenhum dispositivo da presente Convenção afetará quaisquer disposições mais propícias à realização dos direitos das pessoas com deficiência, as quais possam estar contidas na legislação do Estado Parte ou no direito internacional em vigor para esse Estado. Não haverá nenhuma restrição ou derrogação de qualquer dos direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte da presente Convenção, em conformidade com leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob a alegação de que a presente Convenção não reconhece tais direitos e liberdades ou que os reconhece em menor grau.

5. As disposições da presente Convenção se aplicam, sem limitação ou exceção, a todas as unidades constitutivas dos Estados federativos.

Artigo 5 **Igualdade e não-discriminação**

1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei.

2. Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.

3. A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida.

4. Nos termos da presente Convenção, as medidas específicas que forem necessárias para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias.

Artigo 6 **Mulheres com deficiência**

1. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção.

Artigo 7 **Crianças com deficiência**

1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.

2. Em todas as ações relativas às crianças com deficiência, o superior interesse da criança receberá consideração primordial.

3. Os Estados Partes assegurarão que as crianças com deficiência tenham o direito de expressar livremente sua opinião sobre todos os assuntos que lhes disserem respeito, tenham a sua opinião devidamente valorizada de acordo com sua idade e maturidade, em igualdade de oportunidades com as demais crianças, e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam exercer tal direito.

Artigo 8 **Conscientização**

1. Os Estados Partes se comprometem a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para:

a) Conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência;

b) Combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas da vida;

c) Promover a conscientização sobre as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência.

2. As medidas para esse fim incluem:

a) Lançar e dar continuidade a efetivas campanhas de conscientização públicas, destinadas a:

i) Favorecer atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência;

ii) Promover percepção positiva e maior consciência social em relação às pessoas com deficiência;

iii) Promover o reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das pessoas com deficiência e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral;

b) Fomentar em todos os níveis do sistema educacional, incluindo neles todas as crianças desde tenra idade, uma atitude de respeito para com os direitos das pessoas com deficiência;

c) Incentivar todos os órgãos da mídia a retratar as pessoas com deficiência de maneira compatível com o propósito da presente Convenção;

d) Promover programas de formação sobre sensibilização a respeito das pessoas com deficiência e sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Artigo 9 **Acessibilidade**

1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho;

b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência;

2. Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para:

a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;

b) Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência;

c) Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;

d) Dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão;

e) Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público;

f) Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o acesso a informações;

g) Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet;

h) Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.

Artigo 10 **Direito à vida**

Os Estados Partes reafirmam que todo ser humano tem o inerente direito à vida e tomarão todas as medidas necessárias para assegurar o efetivo exercício desse direito pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Artigo 11 **Situações de risco e emergências humanitárias**

Em conformidade com suas obrigações decorrentes do direito internacional, inclusive do direito humanitário internacional e do direito internacional dos direitos humanos, os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar a proteção e a segurança das pessoas com deficiência que se encontrarem em situações de risco, inclusive situações de conflito armado, emergências humanitárias e ocorrência de desastres naturais.

Artigo 12 **Reconhecimento igual perante a lei**

1. Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.

2. Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.

3. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal.

4. Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As

salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa.

5. Os Estados Partes, sujeitos ao disposto neste Artigo, tomarão todas as medidas apropriadas e efetivas para assegurar às pessoas com deficiência o igual direito de possuir ou herdar bens, de controlar as próprias finanças e de ter igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e assegurarão que as pessoas com deficiência não sejam arbitrariamente destituídas de seus bens.

Artigo 13 **Acesso à justiça**

1. Os Estados Partes assegurarão o efetivo acesso das pessoas com deficiência à justiça, em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas à idade, a fim de facilitar o efetivo papel das pessoas com deficiência como participantes diretos ou indiretos, inclusive como testemunhas, em todos os procedimentos jurídicos, tais como investigações e outras etapas preliminares.

2. A fim de assegurar às pessoas com deficiência o efetivo acesso à justiça, os Estados Partes promoverão a capacitação apropriada daqueles que trabalham na área de administração da justiça, inclusive a polícia e os funcionários do sistema penitenciário.

Artigo 14 **Liberdade e segurança da pessoa**

1. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas:

a) Gozem do direito à liberdade e à segurança da pessoa; e

b) Não sejam privadas ilegal ou arbitrariamente de sua liberdade e que toda privação de liberdade esteja em conformidade com a ICI, e que a existência de deficiência não justifique a privação de liberdade;

2. Os Estados Partes assegurarão que, se pessoas com deficiência forem privadas de liberdade mediante algum processo, elas, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, façam jus a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e sejam tratadas em conformidade com os objetivos e princípios da presente Convenção, inclusive mediante a provisão de adaptação razoável.

Artigo 15 **Prevenção contra tortura ou tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes**

1. Nenhuma pessoa será submetida à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Em especial, nenhuma pessoa deverá ser sujeita a experimentos médicos ou científicos sem seu livre consentimento.

2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas efetivas de natureza legislativa, administrativa, judicial ou outra para evitar que pessoas com deficiência, do mesmo modo que as demais pessoas, sejam submetidas à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 16 **Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso**

1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos relacionados a gênero.

2. Os Estados Partes também tomarão todas as medidas apropriadas para prevenir todas as formas de exploração, violência e abuso, assegurando, entre outras coisas, formas apropriadas de atendimento e apoio que levem em conta o gênero e a idade das pessoas com deficiência e de seus familiares e atendentes, inclusive mediante a provisão de informação e educação sobre a maneira de evitar, reconhecer e denunciar casos de exploração, violência e abuso. Os Estados Partes assegurarão que os serviços de proteção levem em conta a idade, o gênero e a deficiência das pessoas.

3. A fim de prevenir a ocorrência de quaisquer formas de exploração, violência e abuso, os Estados Partes assegurarão que todos os programas e instalações destinados a atender pessoas com deficiência sejam efetivamente monitorados por autoridades independentes.

4. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física, cognitiva e psicológica, inclusive mediante a provisão de serviços de proteção, a reabilitação e a reinserção social de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de exploração, violência ou abuso. Tais recuperação e reinserção ocorrerão em ambientes que promovam a saúde, o bem-estar, o auto-respeito, a dignidade e a autonomia da pessoa e levem em consideração as necessidades de gênero e idade.

5. Os Estados Partes adotarão leis e políticas efetivas, inclusive legislação e políticas voltadas para mulheres e crianças, a fim de assegurar que os casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados, investigados e, caso necessário, julgados.

Artigo 17

Proteção da integridade da pessoa

Toda pessoa com deficiência tem o direito a que sua integridade física e mental seja respeitada, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Artigo 18

Liberdade de movimentação e nacionalidade

1. Os Estados Partes reconhecerão os direitos das pessoas com deficiência à liberdade de movimentação, à liberdade de escolher sua residência e à nacionalidade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, inclusive assegurando que as pessoas com deficiência:

a) Tenham o direito de adquirir nacionalidade e mudar de nacionalidade e não sejam privadas arbitrariamente de sua nacionalidade em razão de sua deficiência.

b) Não sejam privadas, por causa de sua deficiência, da competência de obter, possuir e utilizar documento comprovante de sua nacionalidade ou outro documento de identidade, ou de recorrer a processos relevantes, tais como procedimentos relativos à imigração, que forem necessários para facilitar o exercício de seu direito à liberdade de movimentação.

c) Tenham liberdade de sair de qualquer país, inclusive do seu; e

d) Não sejam privadas, arbitrariamente ou por causa de sua deficiência, do direito de entrar no próprio país.

2. As crianças com deficiência serão registradas imediatamente após o nascimento e terão, desde o nascimento, o direito a um nome, o direito de adquirir nacionalidade e, tanto quanto possível, o direito de conhecer seus pais e de ser cuidadas por eles.

Artigo 19 **Vida independente e inclusão na comunidade**

Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas, e tomarão medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo desse direito e sua plena inclusão e participação na comunidade, inclusive assegurando que:

a) As pessoas com deficiência possam escolher seu local de residência e onde e com quem morar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e que não sejam obrigadas a viver em determinado tipo de moradia;

b) As pessoas com deficiência tenham acesso a uma variedade de serviços de apoio em domicílio ou em instituições residenciais ou a outros serviços comunitários de apoio, inclusive os serviços de atendentes pessoais que forem necessários como apoio para que as pessoas com deficiência vivam e sejam incluídas na comunidade e para evitar que fiquem isoladas ou segregadas da comunidade;

c) Os serviços e instalações da comunidade para a população em geral estejam disponíveis às pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades, e atendam às suas necessidades.

Artigo 20 **Mobilidade pessoal**

Os Estados Partes tomarão medidas efetivas para assegurar às pessoas com deficiência sua mobilidade pessoal com a máxima independência possível:

a) Facilitando a mobilidade pessoal das pessoas com deficiência, na forma e no momento em que elas quiserem, e a custo acessível;

b) Facilitando às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, e formas de assistência humana ou animal e de mediadores, inclusive tornando-os disponíveis a custo acessível;

c) Propiciando às pessoas com deficiência e ao pessoal especializado uma capacitação em técnicas de mobilidade;

d) Incentivando entidades que produzem ajudas técnicas de mobilidade, dispositivos e tecnologias assistivas a levarem em conta todos os aspectos relativos à mobilidade de pessoas com deficiência.

Artigo 21 **Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação**

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e idéias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:

a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;

b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;

c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;

d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;

e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.

Artigo 22 **Respeito à privacidade**

1. Nenhuma pessoa com deficiência, qualquer que seja seu local de residência ou tipo de moradia, estará sujeita a interferência arbitrária ou ilegal em sua privacidade, família, lar, correspondência ou outros tipos de comunicação, nem a ataques ilícitos à sua honra e reputação. As pessoas com deficiência têm o direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
2. Os Estados Partes protegerão a privacidade dos dados pessoais e dados relativos à saúde e à reabilitação de pessoas com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Artigo 23 **Respeito pelo lar e pela família**

1. Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas para eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência, em todos os aspectos relativos a casamento, família, paternidade e relacionamentos, em igualdade de condições com as demais pessoas, de modo a assegurar que:
 - a) Seja reconhecido o direito das pessoas com deficiência, em idade de contrair matrimônio, de casar-se e estabelecer família, com base no livre e pleno consentimento dos pretendentes;
 - b) Sejam reconhecidos os direitos das pessoas com deficiência de decidir livre e responsabilmente sobre o número de filhos e o espaçamento entre esses filhos e de ter acesso a informações adequadas à idade e a educação em matéria de reprodução e de planejamento familiar, bem como os meios necessários para exercer esses direitos.
 - c) As pessoas com deficiência, inclusive crianças, conservem sua fertilidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
2. Os Estados Partes assegurarão os direitos e responsabilidades das pessoas com deficiência, relativos à guarda, custódia, curatela e adoção de crianças ou instituições semelhantes, caso esses conceitos constem na legislação nacional. Em todos os casos, prevalecerá o superior interesse da criança. Os Estados Partes prestarão a devida assistência às pessoas com deficiência para que essas pessoas possam exercer suas responsabilidades na criação dos filhos.
3. Os Estados Partes assegurarão que as crianças com deficiência terão iguais direitos em relação à vida familiar. Para a realização desses direitos e para evitar ocultação, abandono, negligência e segregação de crianças com deficiência, os Estados Partes fornecerão prontamente informações abrangentes sobre serviços e apoios a crianças com deficiência e suas famílias.
4. Os Estados Partes assegurarão que uma criança não será separada de seus pais contra a vontade destes, exceto quando autoridades competentes, sujeitas a controle jurisdicional, determinarem, em conformidade com as leis e procedimentos aplicáveis, que a separação é necessária, no superior interesse da criança. Em nenhum caso, uma criança será separada dos pais sob alegação de deficiência da criança ou de um ou ambos os pais.
5. Os Estados Partes, no caso em que a família imediata de uma criança com deficiência não tenha condições de cuidar da criança, farão todo esforço para que cuidados alternativos sejam oferecidos por outros parentes e, se isso não for possível, dentro de ambiente familiar, na comunidade.

Artigo 24 **Educação**

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:
 - a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e

auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;

d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

a) Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares;

b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.

5. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Artigo 25 **Saúde**

Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiência têm o direito de gozar do estado de saúde mais elevado possível, sem discriminação baseada na deficiência. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso a serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, que levarão em conta as especificidades de gênero. Em especial, os Estados Partes:

a) Oferecerão às pessoas com deficiência programas e atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;

b) Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

c) Propiciarão esses serviços de saúde às pessoas com deficiência, o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural;

d) Exigirão dos profissionais de saúde que dispensem às pessoas com deficiência a mesma qualidade de serviços dispensada às demais pessoas e, principalmente, que obtenham o consentimento livre e esclarecido das pessoas com deficiência concernentes. Para esse fim, os Estados Partes realizarão atividades de formação e definirão regras éticas para os setores de saúde público e privado, de modo a conscientizar os profissionais de saúde acerca dos direitos humanos, da dignidade, autonomia e das necessidades das pessoas com deficiência;

e) Proibirão a discriminação contra pessoas com deficiência na provisão de seguro de saúde e seguro de vida, caso tais seguros sejam permitidos pela legislação nacional, os quais deverão ser providos de maneira razoável e justa;

f) Prevenirão que se negue, de maneira discriminatória, os serviços de saúde ou de atenção à saúde ou a administração de alimentos sólidos ou líquidos por motivo de deficiência.

Artigo 26 **Habilitação e reabilitação**

1. Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas, inclusive mediante apoio dos pares, para possibilitar que as pessoas com deficiência conquistem e conservem o máximo de autonomia e plena capacidade física, mental, social e profissional, bem como plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida. Para tanto, os Estados Partes organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais, de modo que esses serviços e programas:

a) Comecem no estágio mais precoce possível e sejam baseados em avaliação multidisciplinar das necessidades e pontos fortes de cada pessoa;

b) Apóiem a participação e a inclusão na comunidade e em todos os aspectos da vida social, sejam oferecidos voluntariamente e estejam disponíveis às pessoas com deficiência o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural.

2. Os Estados Partes promoverão o desenvolvimento da capacitação inicial e continuada de profissionais e de equipes que atuam nos serviços de habilitação e reabilitação.

3. Os Estados Partes promoverão a disponibilidade, o conhecimento e o uso de dispositivos e tecnologias assistivas, projetados para pessoas com deficiência e relacionados com a habilitação e a reabilitação.

Artigo 27 **Trabalho e emprego**

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a

peças com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros:

a) Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;

b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;

c) Assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos trabalhistas e sindicais, em condições de igualdade com as demais pessoas;

d) Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego;

f) Promover oportunidades de trabalho autônomo, empreendedorismo, desenvolvimento de cooperativas e estabelecimento de negócio próprio;

g) Empregar pessoas com deficiência no setor público;

h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;

i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho;

j) Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho;

k) Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para pessoas com deficiência.

2. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência não serão mantidas em escravidão ou servidão e que serão protegidas, em igualdade de condições com as demais pessoas, contra o trabalho forçado ou compulsório.

c) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência e suas famílias em situação de pobreza à assistência do Estado em relação a seus gastos ocasionados pela deficiência, inclusive treinamento adequado, aconselhamento, ajuda financeira e cuidados de repouso;

d) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência a programas habitacionais públicos;

e) Assegurar igual acesso de pessoas com deficiência a programas e benefícios de aposentadoria.

Artigo 29

Participação na vida política e pública

Os Estados Partes garantirão às pessoas com deficiência direitos políticos e oportunidade de exercê-los em condições de igualdade com as demais pessoas, e deverão:

a) Assegurar que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na vida política e pública, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e a oportunidade de votar e serem votadas, mediante, entre outros:

- i) Garantia de que os procedimentos, instalações e materiais e equipamentos para votação serão apropriados, acessíveis e de fácil compreensão e uso;
- ii) Proteção do direito das pessoas com deficiência ao voto secreto em eleições e plebiscitos, sem intimidação, e a candidatar-se nas eleições, efetivamente

ocupar cargos eletivos e desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, usando novas tecnologias assistivas, quando apropriado;

- iii) Garantia da livre expressão de vontade das pessoas com deficiência como eleitores e, para tanto, sempre que necessário e a seu pedido, permissão para que elas sejam auxiliadas na votação por uma pessoa de sua escolha;

b) Promover ativamente um ambiente em que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na condução das questões públicas, sem discriminação e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e encorajar sua participação nas questões públicas, mediante:

- i) Participação em organizações não-governamentais relacionadas com a vida pública e política do país, bem como em atividades e administração de partidos políticos;
- ii) Formação de organizações para representar pessoas com deficiência em níveis internacional, regional, nacional e local, bem como a filiação de pessoas com deficiência a tais organizações.

Artigo 30

Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

- a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

2. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade.

3. Os Estados Partes deverão tomar todas as providências, em conformidade com o direito internacional, para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais.

4. As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e lingüística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

5. Para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para:

a) Incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis;

b) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

c) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos;

d) Assegurar que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar;

e) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer.

Artigo 31

Estatísticas e coleta de dados

1. Os Estados Partes coletarão dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção. O processo de coleta e manutenção de tais dados deverá:

a) Observar as salvaguardas estabelecidas por lei, inclusive pelas leis relativas à proteção de dados, a fim de assegurar a confidencialidade e o respeito pela privacidade das pessoas com deficiência;

b) Observar as normas internacionalmente aceitas para proteger os direitos humanos, as liberdades fundamentais e os princípios éticos na coleta de dados e utilização de estatísticas.

2. As informações coletadas de acordo com o disposto neste Artigo serão desagregadas, de maneira apropriada, e utilizadas para avaliar o cumprimento, por parte dos Estados Partes, de suas obrigações na presente Convenção e para identificar e enfrentar as barreiras com as quais as pessoas com deficiência se deparam no exercício de seus direitos.

3. Os Estados Partes assumirão responsabilidade pela disseminação das referidas estatísticas e assegurarão que elas sejam acessíveis às pessoas com deficiência e a outros.

Artigo 32

Cooperação internacional

1. Os Estados Partes reconhecem a importância da cooperação internacional e de sua promoção, em apoio aos esforços nacionais para a consecução do propósito e dos objetivos da presente Convenção e, sob este aspecto, adotarão medidas apropriadas e efetivas entre os Estados e, de maneira adequada, em parceria com organizações internacionais e regionais relevantes e com a sociedade civil e, em particular, com organizações de pessoas com deficiência. Estas medidas poderão incluir, entre outras:

a) Assegurar que a cooperação internacional, incluindo os programas internacionais de desenvolvimento, sejam inclusivos e acessíveis para pessoas com deficiência;

b) Facilitar e apoiar a capacitação, inclusive por meio do intercâmbio e compartilhamento de informações, experiências, programas de treinamento e melhores práticas;

c) Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;

d) Propiciar, de maneira apropriada, assistência técnica e financeira, inclusive mediante facilitação do acesso a tecnologias assistivas e acessíveis e seu compartilhamento, bem como por meio de transferência de tecnologias.

2. O disposto neste Artigo se aplica sem prejuízo das obrigações que cabem a cada Estado Parte em decorrência da presente Convenção.

Artigo 33

Implementação e monitoramento nacionais

1. Os Estados Partes, de acordo com seu sistema organizacional, designarão um ou mais de um ponto focal no âmbito do Governo para assuntos relacionados com a implementação da presente Convenção e darão a devida consideração ao estabelecimento ou designação de um mecanismo de coordenação no âmbito do Governo, a fim de facilitar ações correlatas nos diferentes setores e níveis.

2. Os Estados Partes, em conformidade com seus sistemas jurídico e administrativo, manterão, fortalecerão, designarão ou estabelecerão estrutura, incluindo um ou mais de um mecanismo independente, de maneira apropriada, para promover, proteger e monitorar a implementação da presente Convenção. Ao designar ou estabelecer tal mecanismo, os Estados Partes levarão em conta os princípios relativos ao status e funcionamento das instituições nacionais de proteção e promoção dos direitos humanos.

3. A sociedade civil e, particularmente, as pessoas com deficiência e suas organizações representativas serão envolvidas e participarão plenamente no processo de monitoramento.

Artigo 34

Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

1. Um Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (doravante denominado "Comitê") será estabelecido, para desempenhar as funções aqui definidas.

2. O Comitê será constituído, quando da entrada em vigor da presente Convenção, de 12 peritos. Quando a presente Convenção alcançar 60 ratificações ou adesões, o Comitê será acrescido em seis membros, perfazendo o total de 18 membros.

3. Os membros do Comitê atuarão a título pessoal e apresentarão elevada postura moral, competência e experiência reconhecidas no campo abrangido pela presente Convenção. Ao designar seus candidatos, os Estados Partes são instados a dar a devida consideração ao disposto no Artigo 4.3 da presente Convenção.

4. Os membros do Comitê serão eleitos pelos Estados Partes, observando-se uma distribuição geográfica equitativa, representação de diferentes formas de civilização e dos principais sistemas jurídicos, representação equilibrada de gênero e participação de peritos com deficiência.

5. Os membros do Comitê serão eleitos por votação secreta em sessões da Conferência dos Estados Partes, a partir de uma lista de pessoas designadas pelos Estados Partes entre seus nacionais. Nessas sessões, cujo quorum será de dois terços dos Estados Partes, os candidatos eleitos para o Comitê serão aqueles que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

6. A primeira eleição será realizada, o mais tardar, até seis meses após a data de entrada em vigor da presente Convenção. Pelo menos quatro meses antes de cada eleição, o Secretário-Geral das Nações Unidas dirigirá carta aos Estados Partes, convidando-os a submeter os nomes de seus candidatos no prazo de dois meses. O Secretário-Geral, subseqüentemente, preparará lista em ordem alfabética de todos os candidatos apresentados, indicando que foram designados pelos Estados Partes, e submeterá essa lista aos Estados Partes da presente Convenção.

7. Os membros do Comitê serão eleitos para mandato de quatro anos, podendo ser candidatos à reeleição uma única vez. Contudo, o mandato de seis dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao fim de dois anos; imediatamente após a primeira eleição, os nomes desses seis membros serão selecionados por sorteio pelo presidente da sessão a que se refere o parágrafo 5 deste Artigo.

8. A eleição dos seis membros adicionais do Comitê será realizada por ocasião das eleições regulares, de acordo com as disposições pertinentes deste Artigo.

9. Em caso de morte, demissão ou declaração de um membro de que, por algum motivo, não poderá continuar a exercer suas funções, o Estado Parte que o tiver indicado designará um outro perito que tenha as qualificações e satisfaça aos requisitos estabelecidos pelos dispositivos pertinentes deste Artigo, para concluir o mandato em questão.

10. O Comitê estabelecerá suas próprias normas de procedimento.
11. O Secretário-Geral das Nações Unidas proverá o pessoal e as instalações necessários para o efetivo desempenho das funções do Comitê segundo a presente Convenção e convocará sua primeira reunião.
12. Com a aprovação da Assembléia Geral, os membros do Comitê estabelecido sob a presente Convenção receberão emolumentos dos recursos das Nações Unidas, sob termos e condições que a Assembléia possa decidir, tendo em vista a importância das responsabilidades do Comitê.
13. Os membros do Comitê terão direito aos privilégios, facilidades e imunidades dos peritos em missões das Nações Unidas, em conformidade com as disposições pertinentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas.

Artigo 35 **Relatórios dos Estados Partes**

1. Cada Estado Parte, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, submeterá relatório abrangente sobre as medidas adotadas em cumprimento de suas obrigações estabelecidas pela presente Convenção e sobre o progresso alcançado nesse aspecto, dentro do período de dois anos após a entrada em vigor da presente Convenção para o Estado Parte concernente.
2. Depois disso, os Estados Partes submeterão relatórios subseqüentes, ao menos a cada quatro anos, ou quando o Comitê o solicitar.
3. O Comitê determinará as diretrizes aplicáveis ao teor dos relatórios.
4. Um Estado Parte que tiver submetido ao Comitê um relatório inicial abrangente não precisará, em relatórios subseqüentes, repetir informações já apresentadas. Ao elaborar os relatórios ao Comitê, os Estados Partes são instados a fazê-lo de maneira franca e transparente e a levar em consideração o disposto no Artigo 4.3 da presente Convenção.
5. Os relatórios poderão apontar os fatores e as dificuldades que tiverem afetado o cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção.

Artigo 36 **Consideração dos relatórios**

1. Os relatórios serão considerados pelo Comitê, que fará as sugestões e recomendações gerais que julgar pertinentes e as transmitirá aos respectivos Estados Partes. O Estado Parte poderá responder ao Comitê com as informações que julgar pertinentes. O Comitê poderá pedir informações adicionais aos Estados Partes, referentes à implementação da presente Convenção.
2. Se um Estado Parte atrasar consideravelmente a entrega de seu relatório, o Comitê poderá notificar esse Estado de que examinará a aplicação da presente Convenção com base em informações confiáveis de que disponha, a menos que o

relatório devido seja apresentado pelo Estado dentro do período de três meses após a notificação. O Comitê convidará o Estado Parte interessado a participar desse exame. Se o Estado Parte responder entregando seu relatório, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1 do presente artigo.

3. O Secretário-Geral das Nações Unidas colocará os relatórios à disposição de todos os Estados Partes.

4. Os Estados Partes tornarão seus relatórios amplamente disponíveis ao público em seus países e facilitarão o acesso à possibilidade de sugestões e de recomendações gerais a respeito desses relatórios.

5. O Comitê transmitirá às agências, fundos e programas especializados das Nações Unidas e a outras organizações competentes, da maneira que julgar apropriada, os relatórios dos Estados Partes que contenham demandas ou indicações de necessidade de consultoria ou de assistência técnica, acompanhados de eventuais observações e sugestões do Comitê em relação às referidas demandas ou indicações, a fim de que possam ser consideradas.

Artigo 37

Cooperação entre os Estados Partes e o Comitê

1. Cada Estado Parte cooperará com o Comitê e auxiliará seus membros no desempenho de seu mandato.

2. Em suas relações com os Estados Partes, o Comitê dará a devida consideração aos meios e modos de aprimorar a capacidade de cada Estado Parte para a implementação da presente Convenção, inclusive mediante cooperação internacional.

Artigo 38

Relações do Comitê com outros órgãos

A fim de promover a efetiva implementação da presente Convenção e de incentivar a cooperação internacional na esfera abrangida pela presente Convenção:

a) As agências especializadas e outros órgãos das Nações Unidas terão o direito de se fazer representar quando da consideração da implementação de disposições da presente Convenção que disserem respeito aos seus respectivos mandatos. O Comitê poderá convidar as agências especializadas e outros órgãos competentes, segundo julgar apropriado, a oferecer consultoria de peritos sobre a implementação da Convenção em áreas pertinentes a seus respectivos mandatos. O Comitê poderá convidar agências especializadas e outros órgãos das Nações Unidas a apresentar relatórios sobre a implementação da Convenção em áreas pertinentes às suas respectivas atividades;

b) No desempenho de seu mandato, o Comitê consultará, de maneira apropriada, outros órgãos pertinentes instituídos ao amparo de tratados internacionais de direitos humanos, a fim de assegurar a consistência de suas respectivas diretrizes para a elaboração de relatórios, sugestões e recomendações gerais e de evitar duplicação e superposição no desempenho de suas funções.

Artigo 39 **Relatório do Comitê**

A cada dois anos, o Comitê submeterá à Assembléia Geral e ao Conselho Econômico e Social um relatório de suas atividades e poderá fazer sugestões e recomendações gerais baseadas no exame dos relatórios e nas informações recebidas dos Estados Partes. Estas sugestões e recomendações gerais serão incluídas no relatório do Comitê, acompanhadas, se houver, de comentários dos Estados Partes.

Artigo 40 **Conferência dos Estados Partes**

1. Os Estados Partes reunir-se-ão regularmente em Conferência dos Estados Partes a fim de considerar matérias relativas à implementação da presente Convenção.
2. O Secretário-Geral das Nações Unidas convocará, dentro do período de seis meses após a entrada em vigor da presente Convenção, a Conferência dos Estados Partes. As reuniões subsequentes serão convocadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas a cada dois anos ou conforme a decisão da Conferência dos Estados Partes.

Artigo 41 **Depositário**

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário da presente Convenção.

Artigo 42 **Assinatura**

A presente Convenção será aberta à assinatura de todos os Estados e organizações de integração regional na sede das Nações Unidas em Nova York, a partir de 30 de março de 2007.

Artigo 43 **Consentimento em comprometer-se**

A presente Convenção será submetida à ratificação pelos Estados signatários e à confirmação formal por organizações de integração regional signatárias. Ela estará aberta à adesão de qualquer Estado ou organização de integração regional que não a houver assinado.

Artigo 44 **Organizações de integração regional**

1. "Organização de integração regional" será entendida como organização constituída por Estados soberanos de determinada região, à qual seus Estados membros

tenham delegado competência sobre matéria abrangida pela presente Convenção. Essas organizações declararão, em seus documentos de confirmação formal ou adesão, o alcance de sua competência em relação à matéria abrangida pela presente Convenção. Subseqüentemente, as organizações informarão ao depositário qualquer alteração substancial no âmbito de sua competência.

2. As referências a "Estados Partes" na presente Convenção serão aplicáveis a essas organizações, nos limites da competência destas.
3. Para os fins do parágrafo 1 do Artigo 45 e dos parágrafos 2 e 3 do Artigo 47, nenhum instrumento depositado por organização de integração regional será computado.
4. As organizações de integração regional, em matérias de sua competência, poderão exercer o direito de voto na Conferência dos Estados Partes, tendo direito ao mesmo número de votos quanto for o número de seus Estados membros que forem Partes da presente Convenção. Essas organizações não exercerão seu direito de voto, se qualquer de seus Estados membros exercer seu direito de voto, e vice-versa.

Artigo 45 **Entrada em vigor**

1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação ou adesão.
2. Para cada Estado ou organização de integração regional que ratificar ou formalmente confirmar a presente Convenção ou a ela aderir após o depósito do referido vigésimo instrumento, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que esse Estado ou organização tenha depositado seu instrumento de ratificação, confirmação formal ou adesão.

Artigo 46 **Reservas**

1. Não serão permitidas reservas incompatíveis com o objeto e o propósito da presente Convenção.
2. As reservas poderão ser retiradas a qualquer momento.

Artigo 47 **Emendas**

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas à presente Convenção e submetê-las ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunicará aos Estados Partes quaisquer emendas propostas, solicitando-lhes que o notifiquem se são favoráveis a uma Conferência dos Estados Partes para considerar as propostas e tomar decisão a respeito delas. Se, até quatro meses após a data da referida comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se manifestar favorável a essa Conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará a Conferência, sob os auspícios das Nações Unidas.

Qualquer emenda adotada por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes será submetida pelo Secretário-Geral à aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, à aceitação de todos os Estados Partes.

2. Qualquer emenda adotada e aprovada conforme o disposto no parágrafo 1 do presente artigo entrará em vigor no trigésimo dia após a data na qual o número de instrumentos de aceitação tenha atingido dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda. Posteriormente, a emenda entrará em vigor para todo Estado Parte no trigésimo dia após o depósito por esse Estado do seu instrumento de aceitação. A emenda será vinculante somente para os Estados Partes que a tiverem aceitado.

3. Se a Conferência dos Estados Partes assim o decidir por consenso, qualquer emenda adotada e aprovada em conformidade com o disposto no parágrafo 1 deste Artigo, relacionada exclusivamente com os artigos 34, 38, 39 e 40, entrará em vigor para todos os Estados Partes no trigésimo dia a partir da data em que o número de instrumentos de aceitação depositados tiver atingido dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda.

Artigo 48 **Denúncia**

Qualquer Estado Parte poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação por escrito ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia tornar-se-á efetiva um ano após a data de recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 49 **Formatos acessíveis**

O texto da presente Convenção será colocado à disposição em formatos acessíveis.

Artigo 50 **Textos autênticos**

Os textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo da presente Convenção serão igualmente autênticos.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto por seus respectivos Governos, firmaram a presente Convenção.

PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Os Estados Partes do presente Protocolo acordaram o seguinte:

Artigo 1

1. Qualquer Estado Parte do presente Protocolo ("Estado Parte") reconhece a competência do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ("Comitê") para receber e considerar comunicações submetidas por pessoas ou grupos de pessoas, ou em nome deles, sujeitos à sua jurisdição, alegando serem vítimas de violação das disposições da Convenção pelo referido Estado Parte.
2. O Comitê não receberá comunicação referente a qualquer Estado Parte que não seja signatário do presente Protocolo.

Artigo 2

O Comitê considerará inadmissível a comunicação quando:

- a) A comunicação for anônima;
- b) A comunicação constituir abuso do direito de submeter tais comunicações ou for incompatível com as disposições da Convenção;
- c) A mesma matéria já tenha sido examinada pelo Comitê ou tenha sido ou estiver sendo examinada sob outro procedimento de investigação ou resolução internacional;
- d) Não tenham sido esgotados todos os recursos internos disponíveis, salvo no caso em que a transição desses recursos se prolongue injustificadamente, ou seja improvável que se obtenha com eles solução efetiva;
- e) A comunicação estiver precariamente fundamentada ou não for suficientemente substanciada; ou
- f) Os fatos que motivaram a comunicação tenham ocorrido antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte em apreço, salvo se os fatos continuaram ocorrendo após aquela data.

Artigo 3

Sujeito ao disposto no Artigo 2 do presente Protocolo, o Comitê levará confidencialmente ao conhecimento do Estado Parte concernente qualquer comunicação submetida ao Comitê. Dentro do período de seis meses, o Estado Parte concernente submeterá ao Comitê explicações ou declarações por escrito, esclarecendo a matéria e a eventual solução adotada pelo referido Estado.

Artigo 4

1. A qualquer momento após receber uma comunicação e antes de decidir o mérito dessa comunicação, o Comitê poderá transmitir ao Estado Parte concernente, para sua urgente consideração, um pedido para que o Estado Parte tome as medidas de natureza cautelar que forem necessárias para evitar possíveis danos irreparáveis à vítima ou às vítimas da violação alegada.
2. O exercício pelo Comitê de suas faculdades discricionárias em virtude do parágrafo 1 do presente Artigo não implicará prejuízo algum sobre a admissibilidade ou sobre o mérito da comunicação.

Artigo 5

O Comitê realizará sessões fechadas para examinar comunicações a ele submetidas em conformidade com o presente Protocolo. Depois de examinar uma comunicação, o Comitê enviará suas sugestões e recomendações, se houver, ao Estado Parte concernente e ao requerente.

Artigo 6

1. Se receber informação confiável indicando que um Estado Parte está cometendo violação grave ou sistemática de direitos estabelecidos na Convenção, o Comitê convidará o referido Estado Parte a colaborar com a verificação da informação e, para tanto, a submeter suas observações a respeito da informação em pauta.
2. Levando em conta quaisquer observações que tenham sido submetidas pelo Estado Parte concernente, bem como quaisquer outras informações confiáveis em poder do Comitê, este poderá designar um ou mais de seus membros para realizar investigação e apresentar, em caráter de urgência, relatório ao Comitê. Caso se justifique e o Estado Parte o consinta, a investigação poderá incluir uma visita ao território desse Estado.
3. Após examinar os resultados da investigação, o Comitê os comunicará ao Estado Parte concernente, acompanhados de eventuais comentários e recomendações.
4. Dentro do período de seis meses após o recebimento dos resultados, comentários e recomendações transmitidos pelo Comitê, o Estado Parte concernente submeterá suas observações ao Comitê.

5. A referida investigação será realizada confidencialmente e a cooperação do Estado Parte será solicitada em todas as fases do processo.

Artigo 7

1. O Comitê poderá convidar o Estado Parte concernente a incluir em seu relatório, submetido em conformidade com o disposto no Artigo 35 da Convenção, pormenores a respeito das medidas tomadas em consequência da investigação realizada em conformidade com o Artigo 6 do presente Protocolo.

2. *Caso necessário, o Comitê poderá, encerrado o período de seis meses a que se refere o parágrafo 4 do Artigo 6, convidar o Estado Parte concernente a informar o Comitê a respeito das medidas tomadas em consequência da referida investigação.*

Artigo 8

Qualquer Estado Parte poderá, quando da assinatura ou ratificação do presente Protocolo ou de sua adesão a ele, *declarar que não reconhece a competência do Comitê, a que se referem os Artigos 6 e 7.*

Artigo 9

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário do presente Protocolo.

Artigo 10

O presente Protocolo será aberto à assinatura dos Estados e organizações de integração regional signatários da Convenção, na sede das Nações Unidas em Nova York, a partir de 30 de março de 2007.

Artigo 11

O presente Protocolo estará sujeito à ratificação pelos Estados signatários do presente Protocolo que tiverem ratificado a Convenção ou aderido a ela. Ele estará sujeito à confirmação formal por organizações de integração regional signatárias do presente Protocolo que tiverem formalmente confirmado a Convenção ou a ela aderido. O Protocolo ficará aberto à adesão de qualquer Estado ou organização de integração regional que tiver ratificado ou formalmente confirmado a Convenção ou a ela aderido e que não tiver assinado o Protocolo.

Artigo 12

1. “Organização de integração regional” será entendida como organização constituída por Estados soberanos de determinada região, à qual seus Estados membros

tenham delegado competência sobre matéria abrangida pela Convenção e pelo presente Protocolo. Essas organizações declararão, em seus documentos de confirmação formal ou adesão, o alcance de sua competência em relação à matéria abrangida pela Convenção e pelo presente Protocolo. Subseqüentemente, as organizações informarão ao depositário qualquer alteração substancial no alcance de sua competência.

2. As referências a “Estados Partes” no presente Protocolo serão aplicáveis a essas organizações, nos limites da competência de tais organizações.

3. Para os fins do parágrafo 1 do Artigo 13 e do parágrafo 2 do Artigo 15, nenhum instrumento depositado por organização de integração regional será computado.

4. As organizações de integração regional, em matérias de sua competência, poderão exercer o direito de voto na Conferência dos Estados Partes, tendo direito ao mesmo número de votos que seus Estados membros que forem Partes do presente Protocolo. Essas organizações não exercerão seu direito de voto se qualquer de seus Estados membros exercer seu direito de voto, e vice-versa.

Artigo 13

1. Sujeito à entrada em vigor da Convenção, o presente Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do décimo instrumento de ratificação ou adesão.

2. Para cada Estado ou organização de integração regional que ratificar ou formalmente confirmar o presente Protocolo ou a ele aderir depois do depósito do décimo instrumento dessa natureza, o Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que esse Estado ou organização tenha depositado seu instrumento de ratificação, confirmação formal ou adesão.

Artigo 14

1. Não serão permitidas reservas incompatíveis com o objeto e o propósito do presente Protocolo.

2. As reservas poderão ser retiradas a qualquer momento.

Artigo 15

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas ao presente Protocolo e submetê-las ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunicará aos Estados Partes quaisquer emendas propostas, solicitando-lhes que o notifiquem se são favoráveis a uma Conferência dos Estados Partes para considerar as propostas e tomar decisão a respeito delas. Se, até quatro meses após a data da referida comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se manifestar favorável a essa Conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará a Conferência, sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes será submetida pelo Secretário-Geral à aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, à aceitação de todos os Estados Partes.

2. Qualquer emenda adotada e aprovada conforme o disposto no parágrafo 1 do presente artigo entrará em vigor no trigésimo dia após a data na qual o número de instrumentos de aceitação tenha atingido dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda. Posteriormente, a emenda entrará em vigor para todo Estado Parte no trigésimo dia após o depósito por esse Estado do seu instrumento de aceitação. A emenda será vinculante somente para os Estados Partes que a tiverem aceitado.

Artigo 16

Qualquer Estado Parte poderá denunciar o presente Protocolo mediante notificação por escrito ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia tomar-se-á efetiva um ano após a data de recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 17

O texto do presente Protocolo será colocado à disposição em formatos acessíveis.

Artigo 18

Os textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo e do presente Protocolo serão igualmente autênticos.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto por seus respectivos governos, firmaram o presente Protocolo.

MENSAGEM Nº 711, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no § 3º do art. 5º, combinado com art. 49, inciso I, e com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas **Excelências**, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Brasília, 26 de Setembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 200 MRE – DTS/DAI – STES/ONU

Brasília, 26 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Brasil assinou, em 30 de março último, na sede da ONU, em Nova York, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como seu Protocolo Facultativo. A referida Convenção é um dos grandes instrumentos de direitos humanos do sistema ONU e representa considerável avanço na luta pela promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

2. Lembro que, na negociação da Convenção, houve grande empenho técnico e político de diferentes

órgãos governamentais e de movimentos sociais das pessoas com deficiência.

3. Diante da importância política da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, demonstrada pela participação abrangente no processo negociador, submeto a Vossa **Excelência** projeto de Mensagem, juntamente com o texto dos instrumentos em questão, para análise do Congresso Nacional.

4. Sugiro que, por se tratar de Convenção sobre direitos humanos, os textos sejam encaminhados ao Congresso Nacional com a expressa menção do interesse do Poder Executivo em vê-los incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro com equivalência a emenda constitucional, em consonância com o dispositivo do § 3º do Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Respeitosamente, – **Celso Amorim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2008**, que acaba de ser lido, por tratar de Convenção Internacional sobre direitos humanos, previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terá dois turnos de tramitação, dependendo para a sua aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa.

A proposição obedecerá, ainda, o interstício regimental, entre o primeiro e o segundo turno de tramitação, previsto no art. 362 do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Passa-se à votação de requerimentos.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 751, de 2008, do Senador Renato Casagrande, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 227, de 2008, que a comissão de juristas destinada a elaborar projeto do Código de Processo Penal passe a ser integrada por oito juristas.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação os **Requerimentos nºs 754 e 755, de 2008**, de autoria, respectivamente, do Senador Leomar Quintanilha e da Senadora Marisa Serrano, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma comunicação ao Plenário. Por isso pediria ao Senador Romeu Tuma que assumisse a Presidência antes de encerrar a sessão.

Ainda temos a Senadora Kátia Abreu que pretende falar e também o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma frase. Não quero tirar o tempo dos outros, porque já falei diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a todos os Líderes, especialmente ao Senador Heráclito Fortes, porque, se quisesse – eu sei disso –, ele poderia ter pedido verificação de votação e, na verdade, poderia derrubar o projeto, que foi um apelo da comunidade.

Então, agradeço aos Líderes de todos os Partidos, Senador Romeu Tuma, Presidente da sessão neste momento, pela aprovação do projeto.

Era só isso.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Antonio Carlos Caladares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– A Mesa cumprimenta V. Ex^a pela dignidade e pela coragem com que relatou e defendeu o projeto.

Parabéns, Senador Paim.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no último dia 6, sexta-feira, o Governador Marcelo Déda e sua equipe de Governo estiveram na cidade de Simão Dias para o lançamento de mais um Sergipe para Todos, programa social da mais alta repercussão, que tem o objetivo de conceder, em pelo menos dois dias durante a semana, aos Municípios onde o programa se instala, benefícios os mais diversos na área da educação, na área da segurança pública, na área da saúde, na área da agricultura.

Também se integra a esse projeto de cidadania o Ministério Público e também participa a própria Justiça, fazendo com que os processos que tramitam na comarca onde o programa se instala tenham maior fluidez e rapidez no seu andamento.

É, de fato, Sr. Presidente, para um Município que recebe um programa como esse, um grande benefício, que tem enorme repercussão, tanto que milhares de pessoas compareceram à cidade de Simão Dias. Parecia até, naquela sexta-feira, que se realizava não um evento social, não um programa de governo voltado para a cidadania, mas uma grande festa de conagração da sociedade com todas aquelas instituições ali presentes no intuito tão-somente de prestar um benefício à nossa sociedade.

Aproveitamos, Sr. Presidente, a nossa presença na cidade de Simão Dias, e, com o Governador Marcelo Déda, o Vice-Governador Belivaldo Chagas, os Deputados Federais Valadares Filho e Jackson Barreto e demais autoridades convidadas, inclusive Secretários de Estado, comparecemos a um dos grandes loteamentos existentes no Estado de Sergipe naquele Município – Simão Dias. Trata-se do Assentamento 27 de Outubro. Ali encontramos pessoas simples do meio rural, que, por meio do Incra e de uma ação benfazeja do Governo Federal, conseguiram adquirir terras que estão sendo cultivadas, terras que melhoraram substancialmente a vida daquelas pessoas. Naquele local, nós vimos plantações de feijão, de milho.

Também tivemos oportunidade de ver uma grande conquista daquela comunidade do Assentamento 27 de Outubro, que foi a entrega, vamos dizer assim, numa casa simples, pelo Governador do Estado, de um grande benefício, que é luz para todos.

Quase todos os povoados de Sergipe estão sendo beneficiados, não haverá um só assentamento, não haverá

um só povoado onde a luz do candeeiro não seja substituída pela luz elétrica da energia de Paulo Afonso.

Assisti, com muita alegria, com muita emoção, a entrega daquele benefício à comunidade de Simão Dias pelo Governador Marcelo Déda e pelo Vice-Governador Belivaldo Chagas.

Lá encontramos figuras do mundo rural, figuras que têm um serviço inestimável prestado à comunidade de Simão Dias e de Sergipe. Posso destacar Flamarion Déda, líder rural de Simão Dias, onde encontramos o João Daniel, grande coordenador do MST no nosso Estado; Francisco dos Santos, presidente do assentamento; Carlos Amarck, Maria Bonez, Esmeraldo e Chiquinho do MST. A essas pessoas e a tantas outras que acompanharam o Governador Marcelo Déda nessa visita que fez aos assentamentos, principalmente ao Assentamento 27 de Outubro, nossas homenagens, nossa solidariedade, nossa admiração e nosso respeito pelo trabalho tão valoroso que realizam no campo, no Município de Simão Dias, que hoje é o maior produtor de milho do Estado de Sergipe, e milho de boa qualidade, gerando emprego e renda no campo.

Isso significa dizer que a produção rural, no Estado de Sergipe, está aumentando substancialmente, o que devemos a uma política que vem sendo desenvolvida pelo Governo de Lula, pelo Governo Marcelo Déda, no intuito de abrir espaços com a concessão de áreas no interior do Estado que possam ser aproveitadas para a atividade agrícola. O Município de Simão Dias está dando um exemplo de que, por meio da agricultura, poderemos conseguir a autonomia financeira das famílias e, sem dúvida alguma, contribuir para o enriquecimento econômico do nosso Estado.

Era essa, Sr. Presidente, a comunicação que gostaria de fazer, enfatizando o trabalho do Governo Federal no campo, notadamente no Município de Simão Dias, onde vários assentamentos foram instalados. Ali está a prova mais do que cabal de que a agricultura familiar pode dar o seu contributo para o desenvolvimento socioeconômico do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Valadares, queria cumprimentar V. Ex^a e agradecer por suas palavras.

O feijão não sairá da mesa dos brasileiros, para não se cometer um crime nutricional, conforme o Ministro desejava, para recalcular o custo de vida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na medida em que, no campo, haja incentivo à agricultura familiar e também às *commodities* que são implementadas em vários Estados do nosso País, iremos contribuir para o barateamento do custo de vida e evitar a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Muito bem.

Senadora Kátia Abreu, pediria que V. Ex^a fosse concisa, se possível, para podermos encerrar a sessão. Insisto que o tempo já foi esgotado, mas sempre é importante a palavra de V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a sua consideração e a sua paciência, mas eu não poderia deixar de vir hoje à tribuna para, em primeiro lugar, trazer o meu agradecimento e, em seguida, a minha indignação.

Agradecimento ao meu Partido, o Democratas, que me escolheu, me indicou para que representasse o Partido na Comissão de Orçamento. Pela primeira vez, faço parte dessa Comissão e estou lá trabalhando, estudando e lutando, como é do meu costume.

Quero aqui agradecer aos democratas e também ao PSDB, por essa indicação tão importante. Hoje fui nomeada, eleita, junto com os demais Colegas, Relatora Setorial do Meio Ambiente e Integração Nacional.

Foi a relatoria escolhida pela Oposição, não só por minha pessoa, mas o Democratas e o PSDB entenderam que essa é uma relatoria onde nós podemos mostrar o nosso trabalho e fazer o melhor pelo País.

Com certeza, Sr. Presidente, não queremos, lá na Comissão de Orçamento, ser melhor que ninguém, porque nesta Casa não há melhores nem piores. Aqui temos pessoas que têm o mesmo tamanho, que vieram todos eleitos de seus Estados para aqui representar o Brasil, e cada um o seu Estado, como faço com o Estado de Tocantins. Mas, com certeza, vou me dedicar, vou trabalhar muito e estudar para aprender essa nova experiência que me foi dada pelo meu Partido, o Democratas, e pelo companheiro PSDB.

Sr. Presidente, diante de alegrias, também temos tristezas no caminhar da nossa vida. E, hoje, para minha surpresa, sinceramente, com muita tristeza, não revolta, não raiva, não ódio, porque graças a Deus não carrego comigo esse sentimento, mas indignação, sim. Estamos acostumados nesta Casa a ver determinadas pessoas com discurso bastante incoerente, como fui obrigada a ler na imprensa uma posição da Ministra Marina Silva, e um discurso feito agora à tarde pela Deputada Federal Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas. Quando souberam da minha indicação para relatoria de Integração Nacional e Meio Ambiente, sem sequer me darem oportunidade de ser ouvida, sem sequer saber a minha opinião, vieram com um preconceito – que no Brasil é crime hediondo –, diminuindo o meu trabalho e a minha capacidade de bom senso em atender a expectativa da relatoria de meio ambiente. Em primeiro lugar, eu gostaria que a

Senadora Marina Silva e a Deputada Vanessa Grazziotin, que são experientes Parlamentares e sabem como são escolhidas as relatorias setoriais, que é por partido e por tamanho de bancada. E o partido delas teve a oportunidade de fazer a primeira escolha, mas escolheu Infra-Estrutura, porque é mais interessante. Por que não escolheu o Meio Ambiente e Integração Nacional, se assim elas se arvoram em achar que essa demanda e esse tema é prerrogativa do PT, da esquerda e do PCdoB? Se fossem muito influentes e se tivessem argumentos sólidos para demonstrar aos seus partidos que era relatoria tão importante e que só cabia na mão delas, elas deveriam ter mais argumentos e mais consistência para tirar da cabeça do PT que não escolhesse a Infra-Estrutura e, sim, o Meio Ambiente e Integração Nacional.

Mas assim o partido delas não fez e eu fiz, através dos meus dois partidos que represento na Comissão de Orçamento. Não aceito ser tratada com preconceito. Quero dizer diretamente à Ministra Marina Silva, que se referiu a mim num artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, no dia 9, que a Comissão de Meio Ambiente foi entregue à bancada ruralista; eu quero dizer à Sr^a Ministra que o meu nome é Kátia Regina de Abreu, que não sou do partido da bancada ruralista. Eu defendo o agronegócio brasileiro, sim, de frente e enfrente os defeitos que o meu setor pode ter, os erros que nós possamos cometer, mas sei reconhecer que é um setor que representa um terço do PIB, dos empregos e das exportações, e exijo respeito de V. Ex^a porque é este setor, o agronegócio brasileiro, que vem segurando há oito anos a balança comercial brasileira.

Se retirarmos o agronegócio dessa balança comercial brasileira, ela é negativa, e não é o extrativismo que V. Ex^{as} defendem que traz superávit para a balança comercial e que traz emprego para o nosso País. Chega de hipocrisia, chega de ofensas! Vocês estão sendo preconceituosas duas vezes: primeiro, com a mulher e Senadora Kátia Abreu. E vocês defendem tanto que são contra o preconceito nesta Casa, vivem com a bandeira empunhada tentando votar leis que incriminam o preconceito. E quero dizer que V. Ex^{as} hoje cometeram um crime contra mim; é um crime hediondo, segundo a Legislação brasileira, subestimar a minha capacidade de trabalho. Por que vocês não se lembraram, antes de Kátia Abreu ser ruralista, ser defensora do agronegócio, que foi Relatora da CPMF e que cumpri o meu papel com dignidade? E que trago debates nesta Casa, não debates mesquinhos, debates rasteiros, e aqui nunca mudei de opinião? Posso ter todos os defeitos do mundo – e com certeza os tenho –, mas nunca mudei de opinião. Quando eram oposição, tinham outro discurso; hoje, que são Governo, defendem outro discurso. O meu discurso é o mesmo. Sou Oposição

determinada pelas urnas e, por ser democrática, ficarei assim até o final deste mandato, quando eu puder eleger o meu Presidente da República.

Sr. Presidente, não aceito a incoerência. Dizer que quem produz boi, dizer que quem produz carne de bovinos, de suínos, de frango, quem produz soja, quem produz alimento... Alimento que hoje está tão caro e que, se a Ministra tivesse sido mais flexível e tivesse agido com bom senso, nós poderíamos estar produzindo muito mais, e o alimento muito mais barato e servindo a este mundo todo. Quero que cada um assuma a sua responsabilidade com relação à produção de alimentos neste País.

Nós, que estamos impedidos de produzir por várias legislações preconceituosas contra o agronegócio, estamos cansados de ver o Governo Federal fazer as propagandas na televisão, junto com o Partido das duas **Excelências**, quando mostra as colheitadeiras colhendo algodão, quando mostra as colheitadeiras colhendo soja, quando mostra, Sr. Presidente, as boiadas de nelore branco correndo na pastagem, como se isso fosse um trabalho do Governo Federal. Mas esquecem de mostrar na TV que por trás daquela colheitadeira, por trás daquele trator, por trás daquela boiada, estão os ruralistas, os produtores rurais de todos os tamanhos: pequenos, médios e grandes.

Estamos, Deputada e Senadora Ministra, lutando para fazer um Brasil melhor. Não tratamos a questão ambiental com hipocrisia. Não entendemos que agronegócio é coisa de fazendeiro, assim como não entendemos que meio ambiente seja coisa do partido das senhoras. O meio ambiente, o planeta em que a senhora vive, é o mesmo em que eu vivo com meus filhos, com a minha neta, com a minha família. Não admito que vocês queiram impor a mim como mulher – mãe e avó como vocês duas, uma mulher de luta como vocês duas –, essa falta de bom senso, quando vamos tratar do meio ambiente do meu País, do meu Estado, dos Estados que compõem este Brasil inteiro.

Não aceito que me tratem dessa forma, Sr. Presidente! Nunca me ouviram dar uma palavra, não me deram oportunidade de defesa. Não me perguntaram o que pretendo fazer como Relatora desse Orçamento. Eu não me aprofundei sequer ainda na matéria, pois sou humilde o suficiente para dizer que sou nova nesse assunto. Vou dedicar-me, como fiz na semana passada com os portos, como fiz com a infra-estrutura, como fiz com a CPMF. Dediquei-me, lutei, como fiz na minha vida inteira. Desde que tenho 14 anos de idade eu trabalho, Sr. Presidente.

Quero que as duas possam entender que nada vamos conseguir com esse discurso emocionado, com esse discurso vazio, sem propostas. A senhora pediu

demissão porque não conseguiu compatibilizar o desenvolvimento deste País com suas ideologias.

Disse aqui várias vezes que tenho respeito pela vida da senhora, pela sua história, de luta, de esforço, de sacrifício, eu a respeito como mulher, nunca lhe dirigi uma palavra de preconceito. Penso totalmente diferente de V. Ex^a, mas nunca a desrespeitei por isso, nunca a chamei de ambientalista, sempre a chamei de Marina Silva, olhando de frente, olho no olho, e não aceito que V. Ex^a me chame de ruralista porque tenho nome, eu tenho nome e as minhas bandeiras são várias, mas a minha bandeira principal é o meu País e o meu Estado, Tocantins.

Sr. Presidente, quero que me desculpe pela emoção. Eu sou uma mulher que procuro cumprir com as responsabilidades. Agora, tem muita gente que tem muito discurso e assume pouco as suas responsabilidades. A Amazônia inteira, 76%, esteve na mão de V. Ex^a, como Ministra do Meio Ambiente, está na mão da Funai, está na mão do Inca. Setenta e seis por cento, Sr. Presidente. Mas eles gostam de nos acusar: “os ruralistas”, como dizem por aí, “os empresários do agronegócio”. Gostam de nos acusar, nós que só temos 24% da Amazônia em nossas mãos. Querem tapar o sol com a peneira. Não dão conta de cuidar de suas áreas, que são invadidas por madeireiros irregulares e que solapam as árvores da Amazônia. O extrativismo pregado e decantado por muitos aqui, nesta Casa, o extrativismo, Sr. Presidente, só funciona quando não dá certo, porque quando o extrativismo dá certo passa a ser uma cadeia produtiva, ele passa a fazer parte, Sr. Presidente, da atividade econômica do País. Assim foi com a borracha, assim está sendo com o açaí. E eu não vou, Sr. Presidente, trabalhar para que o nosso povo da Amazônia – e meu Estado, o Tocantins, está incluído na Amazônia – se submeta à escravidão. Aquilo, sim, é trabalho escravo no meio da mata, sujeito à falta de conforto e a todo tipo de doenças e intempéries. Não é este Brasil, Sr. Presidente, que desenhei para minha família e muito menos para o meu mandato parlamentar.

São 23 milhões de pessoas morando na Amazônia. Vejo a todo momento exigirem dos segmentos econômicos que, ao serem implantados, observem a questão ambiental. Acho que está corretíssimo. Temos, sim, de ter consideração e zelo pelo meio ambiente; quer seja na atividade portuária, quer seja na construção de usina hidrelétrica, quer seja na construção de uma estrada, quer seja no plantio da soja, quer seja no plantio de madeira, exigem sempre que a questão ambiental seja elevada a primeiro plano; mas nunca vi uma política de meio ambiente que leve em consideração a atividade econômica.

Sr. Presidente, em economia só não vale nada aquilo que não tem preço, e a Floresta Amazônica vai continuar não valendo nada enquanto não tiver preço. Enquanto uma árvore deitada valer mais que uma árvore em pé, não adianta discurso hipócrita de preservação ambiental. Ou damos compensação real a seres humanos que estão precisando produzir e alimentar sua família, ou não vamos ter progresso.

Como podemos impor a uma família de agricultores que tem dez, quinze, vinte hectares que se preocupe mais com as árvores, com os pássaros e com as araras-azuis do que com seus filhos que estão dentro do barraco? Não vão, Sr. Presidente. Não vão, não. Sou mãe e ficaria com meus filhos também.

Que se dê condição a esse pequeno agricultor para que ele não precise, a cada dois anos, desmatar mais um hectare ou dois para plantar a sua roça do ano.

Precisamos, Sr. Presidente, que o componente econômico fique de lado, que a hipocrisia fique de lado, que a ideologia fique de lado, para que possamos ser racionais antes que a Amazônia se acabe – e não é esse o nosso objetivo.

O Ministério do Meio Ambiente, ainda na gestão da Ministra, colocou uma proposta, que apoiamos inteiramente, que foi a moratória para a Amazônia, de cinco anos sem desmatamento, desmatamento zero, desde que se regularizassem todas as áreas, titulando-as com 50% de reservas, como era no passado. Mas os seus aliados, as ONGs, os ambientalistas não permitiram, e a proposta caiu por terra.

Eu aprovava, Ministra. Eu era a favor da sua tese: regularizar 50%. Vamos falar das coisas reais e verdadeiras. E não vamos brincar de faz-de-conta, por que não tem reserva legal de 20% em lugar nenhum, no Sul e Sudeste deste País. Não existe reserva, Sr. Presidente. E este País não tem dinheiro para recompor a reserva legal de todos os Estados.

Apenas no Estado de V. Ex^a, gastaríamos alguns bilhões de reais para recompor os 20% de reserva – esse Estado que tem ajudado enormemente. São Paulo é um país que tem ajudado tanto na economia do Brasil.

Não é assim, Ministra e Deputada, que vamos chegar a um consenso. Não é derrubando os pés de café de Minas Gerais; não é derrubando os pés de cacau da Bahia; não é derrubando os pés de maçã de Santa Catarina. Porque estão num morro elevado a 45 graus, Sr. Presidente, há anos e anos, centenas de anos, e agora resolveram que é reserva permanente.

Nós vamos acabar com toda a produção de café do País! E, por trás disso, milhares de desempregados.

Agora se decidiu, depois de anos e anos, que várzea é reserva permanente. Apenas no meu Esta-

do, há 400 mil hectares sistematizados produzindo arroz duas vezes por ano. E agora estão embargados pela legislação, que não é inteligente, que quer tirar o emprego, que quer provocar o desemprego, que quer provocar a fome! Vamos falar sério.

Estou a favor, Sr. Presidente. Nós somos parceiros. Não dá para discutir meio ambiente rivalizando com os produtores rurais. Nós não vamos chegar a lugar algum. Vamos agir com franqueza. Em primeiro lugar, o Estado brasileiro tem que confessar publicamente: “76% da Amazônia está sob a minha responsabilidade, e eu sou ineficiente para cuidar. E vocês, produtores rurais, que são donos de 24% da Amazônia, unam-se a nós nessa campanha”. Vamos ver o que é possível fazer e o impossível também, mas num sentimento de parceria, de luta, vendo na nossa frente, em primeiríssimo lugar, o Brasil. Nós não queremos segmentar um País em classes. Como nós podemos admitir que se pode ter aqueles que são a favor do meio ambiente e aqueles que são contra o meio ambiente?

Sr. Presidente, faça-me o favor. Aqui não há criança, não há gente inocente. Vamos colocar os pingos nos “is”: vamos falar de meio ambiente, mas vamos falar de economia. Eu não posso tirar a ferramenta de trabalho de um homem e de uma mulher e não lhes dar alternativa. Eu não posso fechar uma janela e deixar de abrir uma porta para essa família. Eu preciso dar alternativa a essas pessoas, ou nós não teremos sucesso.

Sr. Presidente, a Amazônia – para encerrar – são 500 milhões de hectares. Dos 500 milhões de hectares – é só abrir o *site* do Incra que vocês vão encontrar esse número lá –, 117 milhões de hectares são unidades de conservação; 109 milhões de hectares são terras indígenas; 170 milhões de hectares são terras do Incra, devolutas; e apenas 120 milhões de hectares estão nas mãos dos produtores rurais.

Será que nós é que fizemos tudo isso? Podemos ter cometido erros, sim. Mas hoje a legislação e a burocracia dos órgãos ambientais estaduais e federal – o “seu” Ibama – impõem uma burocracia que vende dificuldades para doar facilidades, onde sabemos que há gente séria, há gente que se preocupa de verdade com o meio ambiente, no Ibama e nos órgãos ambientais.

Mas sabemos, Sr. Presidente, que toda aquela madeira que saiu da Amazônia não saiu voando, não! Saiu pelas estradas da Amazônia e com documento emitido pelo órgão ambiental estadual e pelo Ibama.

Quem é que emitiu essas guias? Como é que toras e toras de madeira poderiam ter saído sem o conhecimento da Polícia? Para onde foi essa madeira? Para onde foi essa madeira, Sr. Presidente, sem o conhecimento do Estado brasileiro?

Não, Sr. Presidente. Nós não podemos aceitar essas injustiças como fizeram comigo hoje, impondo a mim um preconceito, uma ineficiência como mulher, uma incapacidade de não ter bom-senso, de não ter criatividade e, muito pior, um preconceito de achar que sou uma irresponsável, que não tenho sensibilidade com a preservação ambiental. Eu tenho, sim, Sr. Presidente. Sou mulher feito elas, e uma delas já foi Ministra, mas não é duas! Eu sou só Senadora, mas também não sou metade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Kátia, eu quero agradecer ao Senador Jefferson Praia, que não só aqui ficou para ouvir o importante e digno discurso de V. Ex^a, mas para dar número a fim de que a sessão não se interrompesse por falta de Senadores.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Jefferson. Agradeço a sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu queria, também, cumprimentar V. Ex^a. Receba a minha solidariedade, não como Presidente, mas como Senador e admirador do trabalho de V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pela paciência e pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 530 A 532, DE 2008

Sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação.

PARECER Nº 530, DE 2008

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Relator: Senador **João Tenório**

Relator **ad hoc**: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Em 7 de dezembro de 2006, o Senador Aloizio Mercadante apresentou a Indicação nº 1, que foi designada para as três Comissões Permanentes que menciona.

Protocolada nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 27 de dezembro de 2006, foi distribuída ao Senador Tasso Jereissati no dia 8 de

fevereiro de 2007, que a devolveu à Comissão com parecer em 9 de abril de 2007.

Por força de alteração da composição da CRE, a matéria foi redistribuída a este novo Relator signatário, em 23 de maio de 2007.

II – Análise

Cuida-se de importante sugestão de estudo, apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, já com elevado grau de elaboração, sobre o tema dos problemas ambientais globais, incluindo a proposta de criação de um fundo mundial para enfrentá-los. A Indicação traz um alentado rol de princípios e justificações e a idéia, também com detalhes, de um fundo financeiro de suporte para uma política ambiental global.

O grande problema ambiental global hoje é o câmbio climático. Como não poderia deixar de ser, portanto, a Indicação do Senador Mercadante reporta-se com mais ênfase a essa situação. O mundo se debruça sobre o tema do aquecimento global em busca de mecanismos que atenuem ou resolvam o problema que a ação do homem vem causando ao planeta.

O Senado brasileiro, assim como outras instituições, vem desempenhando seu papel nessa missão. Particularmente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) criou, na reunião do dia 27 de fevereiro de 2007, a Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a relevante tarefa de acompanhar, estudar e sistematizar soluções na área das políticas públicas de combate ao aquecimento global.

Nesse intervalo entre a preparação do Parecer do eminente Senador Tasso Jereissati e sua redistribuição, foi aprovada e instalada nova instância técnica de alto nível no Congresso Nacional afeta ao tema. Criou-se e está em plena atividade a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Deputado Eduardo Gomes (Tocantins), tendo como vice-presidente o Senador Fernando Collor e Relator o Senador Renato Casagrande. Pode-se até considerar que, em certo sentido, a Subcomissão da CRE teve seus trabalhos sobrestados no aguardo dos resultados da Comissão bicameral.

Nesse sentido, parece oportuno que a Indicação em análise seja encaminhada à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, informando-se sobre este envio à Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas da CRE, para que seja objeto de discussão e até de tema para uma audiência pública, e, assim, dar seguimento à sugestão contida na Indicação da forma que parecer mais apropriada.

III – Voto

Por todo o exposto, nosso voto é pelo encaminhamento da Indicação nº 1, de 2006, à Comissão Mista do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Sala da Comissão, 6 de setembro de 2007.

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

PROPOSIÇÃO: Indicação Nº 1, DE 2006
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/09/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR:	<i>Senador Mozarildo Cavalcanti relator "Ad hoc"</i>
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>awaf</i>	4 - SERYS SLHESARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA <i>Jalmeida</i>	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[Signature]</i>
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) <i>[Signature]</i>	2 - CÉSAR BORGES (DEM) <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (DEM) <i>[Signature]</i>	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>[Signature]</i>
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Signature]</i>	1 - JEFFERSON PÉRES

PARECER Nº 531, DE 2008

(Da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Relatora: Senadora **Seys Silhessarenko**

I – Relatório

Em 7 de dezembro de 2006, o Senador Aloizio Mercadante apresentou a Indicação nº 1, que foi designada para as três comissões permanentes que menciona.

Submetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 27 de dezembro de 2006, teve o parecer favorável do Senador João Tenório em 6 de setembro de 2007. Foi relator **ad hoc** o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Protocolada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em 10 de setembro de 2007, foi distribuída a esta Relatora no dia 18 de setembro de 2007.

II – Análise

Cuida-se de sugestão de estudo apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante sobre o tema dos problemas ambientais, globais incluindo a proposta de criação de um fundo financeiro de suporte para uma política ambiental global. O objetivo do Fundo Mun-

dial Ambiental (FMA) é financiar programas, projetos e ações para enfrentar o imenso desafio de conciliar o crescimento econômico com o meio ambiente equilibrado em todo o planeta.

O FMA seria financiado com receitas oriundas da cobrança de uma taxa de até 1% sobre as importações de todos os países e seria gerido e fiscalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os países do Mercosul seriam pioneiros na adoção da medida.

Devemos observar que o maior desafio ambiental da atualidade é o aquecimento global e que somente com a ação de todos os países do mundo será possível mitigar seus efeitos. Portanto, parece oportuno que a indicação e análise seja encaminhada à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional para que seja objeto de discussão e desse modo, desse segmento à sugestão contida na indicação na forma que for mais apropriada. Voto: Sr. Presidente,

III – Voto

Por todo o exposto o nosso voto é pelo encaminhamento da indicação nº 01 de 2006 à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: INS Nº 1 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13, 05, 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Leomar Quintanilha</i> (SEN. LOMAR QUINTANILHA)
RELATOR:	<i>Serys Slhessarenko</i> (SEN. SERYS SLHESSARENKO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT RELATORA
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
MÁRIO COUTO-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
IM ARGELLO	
PDT	
FERRESON PÉRES	VAGO

PARECER N° 532, DE 2008,
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Em 7 de dezembro de 2006, o Senador Aloizio Mercadante apresentou a Indicação n° 1, que foi distribuída para exame das três Comissões Permanentes que menciona.

A proposição foi apreciada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que concluíram seus pareceres pelo seu encaminhamento à Comissão, Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

II – Análise

Cuida-se de importante sugestão de estudo sobre o tema dos problemas ambientais globais, incluindo a proposta de criação de um fundo mundial para enfrentá-los. A Indicação, apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, já com elevado grau de elaboração, traz um alentado rol de princípios e justificações e a idéia, também detalhada, de um fundo financeiro de suporte para urna política ambiental global.

O grande problema ambiental global hoje é o câmbio climático. Como não poderia deixar de ser, por-

tanto, a Indicação do Senador Mercadante reporta-se com mais ênfase a essa situação. O mundo se debruça sobre o tema do aquecimento global em busca de mecanismos que atenuem ou resolvam o problema que a ação do homem vem causando ao planeta.

Durante o período de tramitação da Indicação n° 1, de 2006, foi aprovada e instalada nova instância técnica de alto nível no Congresso Nacional afeta ao tema. Criou-se e está em plena atividade a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Deputado Eduardo Gomes, tendo como vice-presidente o Senador Fernando Collor e Relator o Senador Renato Casagrande.

Assim, concordamos com os pareceres emitidos pela CRE e pela CMA no sentido de que a Indicação em análise seja encaminhada à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, para que seja objeto de discussão e até de terna para urna audiência pública, de modo a dar seguimento à sugestão contida na Indicação da forma que se considere mais apropriada.

III – Voto

Pelo exposto, voto pelo encaminhamento da Indicação n° 1, de 2006, à Comissão Mista do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
INDICAÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 01, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/06/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-VAGO
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	9-CÉSAR BORGES (PR)

Majoria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELOSEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Minc usou brecha da lei para se aposentar aos 51”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 15 de maio de 2008.

A matéria destaca que um dos líderes do movimento que acabou com as aposentadorias especiais dos deputados estaduais do Rio em 1998, o então Deputado Carlos Minc (PT) usou, no início de 2003, brechas na legislação que ajudara a aprovar para ganhar pensão no valor de 42 % do salário de parlamentar, de forma vitalícia e aos 51 anos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE NA ESPLANADA

Minc usou brecha da lei para se aposentar aos 51

Benefício foi obtido em 2003, 5 anos após ele ter liderado movimento que acabou com as aposentadorias especiais dos deputados estaduais do Rio

Wilson Tosta
RIC

Um dos líderes do movimento que acabou com as aposentadorias especiais dos deputados estaduais do Rio em 1998, o então deputado Carlos Minc (PT) usou, no início de 2003, brechas na legislação que ajudara a aprovar para ganhar pensão no valor de 42% do salário de parlamentar – de forma vitalícia e aos 51 anos. Pelo menos outros 32 deputados e ex-deputados fizeram o mesmo, segundo revelou o *Estado* à época.

O ministro indicado do Meio Ambiente, quando foi entrevistado sobre o assunto, em 2003, tentou justificar a decisão de pedir o benefício – contraditória com o que defendera antes – de forma pragmática, afirmando

que, por ser deputado, não teria outra forma de se aposentar.

“Acho que não dá para chegar para um cara e dizer: ‘Você é de esquerda e tem que jogar 20 anos de contribuição previdenciária para o espaço sideral’”, declarou na ocasião. Ele alegou que, por estar afastado do cargo de professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro havia 16 anos, não teria como se aposentar.

“Descobri que tinha perdido esse tempo de contribuição para a Previdência, não tinha nada lá”, disse. A revelação da aposentadoria, porém, o abalou. Chegou a correr para não dar entrevista sobre o caso e, depois, anunciou a doação do benefício ao Programa Fome Zero, do governo federal, exibindo o comprovante de depósito ao re-

FRASE

**Carlos Minc
Ministro indicado para
o Meio Ambiente**

“Acho que não dá para chegar para um cara e dizer: ‘Você é de esquerda e tem que jogar 20 anos de contribuição previdenciária para o espaço sideral’”

pórtor do Estado.

A aposentadoria de Minc e seus companheiros era perfeitamente legal, embora questionável no plano ético, sobretudo quando requerida por quem a criticara e comandara um movimento por sua extinção. Ela foi concedida pela Mesa Diretora, com base nas leis 2.889/98 (que acabou com o be-

nefício) e 3311/99 (que abordou o regime previdenciário do Legislativo), além do Ato “N”/MD/465/2001, editado pela Mesa sob a presidência de Sérgio Cabral Filho, então presidente da Casa. A legislação permitia que deputados e ex-deputados com tempo para requerer pensões proporcionais o fizessem, mesmo após a extinção. As leis também permitiam o acúmulo do benefício com salários de políticos na ativa.

CABRAL

O hoje governador do Rio, procurado à época, afirmou “não querer julgar os outros”. “Os deputados que tinham o direito o exerceram”, afirmou. “O que fiz foi mandar à Procuradoria da Casa, para ver se os pedidos estavam dentro lei.”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Em vôo da FAB, familiares de Lula chegam a Roma antes dele”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 30 de maio 2008.

A reportagem destaca que de carona numa aeronave da Força Aérea Brasileira, a primeira-dama, Marisa Letícia, dois filhos, uma nora e um neto dela viajaram à Itália cinco dias antes de Lula.

CARONA

Em vôo da FAB, familiares de Lula chegam a Roma antes dele

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA ENVIADA A SAN SALVADOR

De carona numa aeronave da Força Aérea Brasileira, a primeira-dama, Marisa Letícia, dois filhos, uma nora e um neto dela viajaram à Itália cinco dias antes de Lula.

A viagem do presidente a Roma ocorrerá por conta de uma conferência da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Ele chega amanhã cedo, passa o final de semana de folga e, segunda e terça, vai a eventos oficiais.

Marisa e seus familiares, entre os quais o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, embarcaram na

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 02 de maio de 2008.

A matéria destaca que o pesquisador Ricardo Antunes, Professor titular de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisou questões relacionadas à organização dos trabalhadores desde os anos 70. Para ele, o sindicalismo brasileiro passa por um momento “triste”, com uma dependência da má-

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

noite de segunda num Boeing presidencial, com funcionários do Planalto encarregados da preparação da visita de Lula à Itália.

No dia seguinte, acompanhados de seguranças, Marisa, os filhos, o neto e a nora foram de carro para Bérغامo. Segundo a Presidência, a primeira-dama, que tem cidadania italiana, recebeu homenagem da prefeitura.

A Presidência disse que a viagem não acarretará gasto extra ao governo. Em Roma, se hospedarão na residência da embaixada brasileira. Conforme a Presidência, a carona a familiares de Lula não tirou a vaga de servidores escalados para a viagem.

quina do Estado que não se via desde Getúlio Vargas, quando os sindicatos livres foram suprimidos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado'

Para especialista, está ocorrendo um processo de estatização sindical que repete a fórmula adotada por Getúlio

Roldão Arruda

O pesquisador Ricardo Antunes, professor titular de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisa questões relacionadas à organização dos trabalhadores desde os anos 70 e é um dos especialistas mais respeitados nessa área no Brasil. Para ele, o sindicalismo brasileiro atravessa um momento "triste", com uma dependência da máquina do Estado que não se via desde os tempos do getulismo - quando os sindicatos livres foram suprimidos. Segundo Antunes, o governo atrai a cúpula dos sindicatos, federações e também centrais sindicais com convites para cargos no governo e a manutenção do imposto sindical - que no passado foi condenado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT. Ele chega a dizer que está ocorrendo um processo de estatização sindical, ou reestatização, já que repete a fórmula getulista.

O governo Lula conta com apoio de quase todas as centrais sindicais, incluindo a Força Sindical - ex-archinimiga do PT, o partido do presidente. Como o senhor vê isso?
Os dirigentes sindicais estão muito satisfeitos. Nos festejos do 1º de Maio, o governo teve palanque tanto na festa da CUT quanto na festa da Força. Isso configura o triste caminho que atravessamos: o da reaproximação entre o Estado e os sindicatos - cada vez mais servís e incapazes de organizar os trabalhadores de modo autônomo. Está em curso um processo de reestatização sindical no País. Desde o getulismo, as centrais sindicais nunca dependeram tanto do Estado para sobreviver quanto dependem agora.

Como ocorre na prática essa reestatização da qual o senhor fala?
De um lado o governo fortaleceu e ampliou o imposto sindical, estendendo-o até as centrais sindicais, que antes não participavam dessa bolada; e do outro ampliou a presença de líderes sindicais no aparelho do Estado. Hoje temos uma somatória significativa de dirigentes sindicais em ministérios, secretarias, conselhos de empresas estatais e ex-estatais que foram privatizadas.

O senhor esperava que o imposto sindical fosse mantido e até ampliado, como aconteceu?

Quem é:

Ricardo Antunes

• Gradua-se em administração pública pela FGV e é mestre em ciência política pela Unicamp.

• É doutorado em sociologia pela USP e pós-doutorado pela Universidade de Sussex, na Inglaterra.

Quando Lula ganhou as eleições presidenciais foi possível supor que antigas bandeiras da CUT fossem, enfim, vingar. Entre elas estavam o fim do imposto sindical, o aumento da autonomia dos sindicatos e o maior distanciamento entre eles e o Estado. Mas ocorreu o contrário. A recente decisão do governo de incluir as centrais na divisão do bolo do imposto sindical, com uma fatia de 10%, seria inimaginável 15 anos atrás. O que se observa é que os recursos estatais - entre eles o FAT, o imposto sindical e outros - vão se tornando fundamentais para a manutenção da vida nas centrais sindicais. Ao invés de se ampliar a autonomia, ampliou-se a presença do Estado. Nos anos 90, quando surgiram, a CUT e a Força não dependiam do imposto sindical.

Qual a relação entre a situação atual e a ocorrida no governo de Getúlio Vargas?

Com o getulismo iniciou-se no Brasil um processo de sindicalismo de Estado, consolidado com a criação da CLT, em 1943. O processo tinha vários pilares, entre os quais a unicidade sindical: a categoria podia ter só um sindicato para representá-la. Era impossível, por exemplo, a existência de dois sindicatos dos metalúrgicos em São Paulo. Outro pilar foi o imposto sindical, obrigatório desde 1939. Embora seu nome seja contribuição sindical, trata-se de imposto - porque é compulsório e atinge todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. Vale notar ainda que no getulismo só o Ministério do Trabalho podia autorizar o funcionamento de sindicatos. Com esse recurso o governo travou a ação das organizações mais combativas, que eram quase sempre anarcossindicalistas. Por fim, o sindicalismo tornou-se fortemente assistencialista - para suprir a ausência dos sindicatos mais combativos.

Isso mudou com a Constituição de 1988, não?

Jim. O enquadramento dos sin-

dicatos pelo Ministério do Trabalho deixou de existir, o assistencialismo foi reduzido, mas a unicidade sindical e o imposto foram mantidos.

QUE SE VOLTANDO A GETULIO, O SENHOR NÃO PEGA QUE ELE TAMBEM FEZ CONCESSOES AOS TRABALHADORES?

Getúlio fez concessões, reprimiu e manipulou. A medida que a legislação trabalhista foi sendo estabelecida, com o salário mínimo, redução da jornada de trabalho, estabelecimento do descanso semanal, o getulismo definiu que só poderia ter acesso a esses direitos pessoas filiadas ao sindicato oficial - reconhecido pelo governo. Era mais um passo para reprimir os sindicatos independentes e combativos. Getúlio passou para a história como o pai dos pobres, mas na verdade foi a mãe dos ricos.

Lula também tem ligação forte com os mais pobres - como mostra o crescimento de sua popularidade. O "ibope" do presidente sobe porque ele fala e os pobres entendem. Mas o governo dele é multiclassista. A cúpula sindical, depois que ganhou maior inserção estatal, lhe dá sustentação; e entre os setores do grande capital não tem nenhum descontente com a política econômica. Enfim, garante a boa vida dos ricos, garante espaço para as lideranças sindicais e aumenta sua base nas classes pobres.

São esses pobres que garantem sua popularidade?

Vale registrar a migração que houve no governo Lula em relação à sua base de sustentação. Ela foi transferida dos trabalhadores organizados, assalariados e funcionários públicos, para a classe trabalhadora mais pauperizada, que vive de trabalhos esporádicos, subremunerados, nos grotões do País. Migrou de uma classe politizada para outra que depende do Estado para obter uma razão mínima.

São 11 milhões de famílias.

Sim. São quase 60 milhões de pessoas que perceberam que a política assistencial do Lula é mais ampla que a dos governos anteriores. O governo de Getúlio tinha traços de semibonapartismo, carisma e a imagem de pai dos pobres. O atual governo também tem traços de semibonapartismo, combinados com certo messianismo.

Como se manifesta o semibonapartismo de Lula?

Embora tenha origem na classe trabalhadora, o governo Lula representa as classes dominantes. E representa plenamente, sem delas fazer parte. Isso

ocorre em diversos momentos ao longo da história, quando os de cima recorrem a um governo alternativo para garantir a ordem, uma vez que enfrentam dificuldades para fazer isso por conta própria. No caso brasileiro, os que mais se aproximaram do bonapartismo foram Vargas, Jânio Quadros e, agora, Lula, que tem carisma, conta com apoio policlassista e cuida de preservar a ordem. Ele é um paladino da ordem. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “FHC pede ‘fim da roubalheira’ como mote de campanha”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 16 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que em evento com vereadores tucanos, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso recomendou a centenas de vereadores do PSDB, reunidos em São Paulo, que defendam cinco temas na campanha municipal deste ano: reforma política, com

voto distrital, educação, saúde, segurança e “acabar com a roubalheira”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC pede ‘fim da roubalheira’ como mote de campanha

Em evento com vereadores tucanos, ex-presidente faz defesa enfática da adoção do voto distrital no País

Carlos Marchi

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso recomendou ontem a centenas de vereadores do PSDB, reunidos em São Paulo, que defendam cinco temas na campanha municipal deste ano: reforma política (com adoção do voto distrital), educação, saúde, segurança e “acabar com a roubalheira”. FHC propôs que o seu partido encabece uma campanha nacional pelo que chamou de “uma nova democracia” e pelo “voto decente”, que seria a base para outra campanha em favor da adoção do voto distrital no Brasil.

Como sempre acontece nos grandes eventos do PSDB, Fernando Henrique foi a grande estrela, ainda mais potencializada pelas ausências inesperadas do governador de São Paulo, José Serra, e do ex-governador Geraldo Alckmin. Durante os discursos, os vereadores quase não prestavam atenção, clicando sem parar suas câmeras fotográficas para retratar o ex-presidente.

O ex-presidente pregou insistentemente a adoção do voto distrital como ponto fundamental da reforma política e opinou que a mudança do sistema de votação será mais fácil se começar pelo município. Segundo ele, se o voto distrital for introduzido primeiro no município, as suas vantagens ficarão mais perceptíveis para os eleitores.

Ele explicou que, com apenas um candidato de cada partido em cada distrito, os nomes de uma mesma sigla não se enfrentam numa eleição, como acontece no sistema proporcional. “Isso aumentará a unidade dentro dos partidos e recuperará a credibilidade deles”, opinou. O ex-presidente criticou o atual sistema político, lembrando que muitos “foram expulsos do Congresso e hoje ficam se pavoneando e escrevendo artigos, como se nada tivesse acontecido”.

Para Fernando Henrique, a

‘Jeito tucano de governar é sóbrio’

... O prolapado estilo mordaz do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estava à solta ontem. Principal orador do 1º Encontro Nacional de Vereadores do PSDB, ele teorizou sobre “o estilo tucano de governar”. “Temos de ter postura, estilo”, recomendou. Rebateu a velha caricatura que estigmatiza os tucanos desde o seu governo: “inventaram essa história de muro. Não é muro. É que nós não saímos por aí correndo para fazer coisas de que não estamos convencidos”, explicou, deixando no ar uma perceptível ilação com adversários políticos que gosta de fustigar. Como um popstar, arrancou sucessivos aplausos e muitos risos da platéia em algumas tiradas bem-humoradas. Mas o êxtase veio quando ele explicou aos modestos vereadores tucanos de todo o Brasil o que significava o tal “estilo tucano de governar”: “Nós somos sóbrios. O jeito tuca-

no de governar é só-brio”, disse, escandindo as sílabas da última palavra e recebendo da platéia uma ovação que misturava palmas e risos.

O alvo seguinte de FHC foi a própria cúpula do PSDB, frequentemente acusada de escolher os candidatos a cargos importantes sem consultar as bases: “Não é a cúpula quem vai decidir o candidato a prefeito de cada cidade, são vocês.” Os vereadores, naturalmente, gostaram, mas um deles segredou no ouvido de outro: “Seria engraçado se a cúpula nacional do partido quisesse indicar o candidato a prefeito da minha cidade.”

Depois de exercitar o seu esporte favorito – ironizar adversários –, FHC saiu sem falar com ninguém, certamente para não ter de explicar detalhes que, em geral, tiram a graça da piada. ● c.m.

adoção do voto distrital é o preâmbulo para a instituição do sistema parlamentarista no Brasil. Ele reafirmou que o PSDB é um partido programaticamente parlamentarista e vai continuar assim: “Nós perdemos o plebiscito pelo parlamentarismo, mas não mudamos de idéia. Conheço outros que mudaram de idéia depois que ganharam a eleição”, espicacou.

MUDANÇA

O ex-presidente disse que não promoveu a reforma política tão logo assumiu a Presidência, em 1995, porque achava, à época, que isso seria uma tarefa do Congresso. Só depois se deu conta de que parlamentares eleitos por um sistema não votariam a sua troca por um outro modelo, que tornaria a sua eleição incerta. “Mudar não é fácil”, disse, parodiando Marquavel, um de seus pensadores favoritos: “Quem sabe o que é o novo sistema, não quer;

quem será beneficiado por ele, não sabe.”

FHC considerou que o voto distrital aproxima o eleitor do candidato: “É a verdadeira referência para estabelecer uma força política e moral que permita ao eleitor cobrar de seu candidato.” Segundo ele, no sistema atual, o eleitor esquece o candidato em quem votou e o parlamentar esquece as razões pelas quais foi votado.

O ex-presidente recomendou que os candidatos a vereador estudem os temas que vão defender na campanha: “Temos de estar preparados para o debate político, temos de ter dados, saber o que vamos defender”, ensinou. E aconselhou com uma frase de efeito: “Política é pé no chão e o olhar no horizonte.” Ao pregar atenção ao tema da segurança, FHC disse que hoje todos têm medo: “Isso não é vida”, arrematou. ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, como representante do Estado de Roraima e Líder do Governo nesta Casa, foi com muita satisfação que decidi atender ao chamamento do eminente Senador Flávio Arns, do Partido dos Trabalhadores, e engajar-me no esforço de divulgação do Dia Nacional do Teste do Pezinho, que transcorre amanhã, sexta-feira, 6 de junho.

Como todos sabemos, a Lei nº 11.605, de 5 de dezembro de 2007, instituiu a data como meio de informar e de reforçar junto à população os objetivos do Programa Nacional de Triagem Neonatal. Esse Programa, que vem coroar iniciativa inaugurada ainda na segunda metade dos anos 70, representa uma determinação e um esforço do Estado e da sociedade brasileira, consubstanciados em política pública de valor e alcance incontestáveis, que permite identificar e tratar precocemente diversas moléstias.

Em mais de três décadas, avalia-se que o número de recém-nascidos examinados em todo o País tenha ultrapassado a expressiva cifra de 40 milhões. O dado evidencia o acerto e a tendencial universalização de um procedimento indispensável para assegurar qualidade de vida e bem-estar a um número cada vez maior de brasileiros.

Exatamente por isso, é de suma importância que todos os pais estejam cientes e conscientes da imprescindibilidade da execução de um procedimento simples e totalmente gratuito, que permite identificar doenças como hipotireoidismo congênito e fibrose cística, entre várias outras afecções.

Como registra o Senador Arns no documento que dirigiu aos Parlamentares brasileiros e a inúmeros segmentos da sociedade civil, o programa vem se expandindo de maneira consistente. Ao longo dos anos, incorporou a fixação de critérios únicos para os serviços credenciados e ampliou o número de patologias investigadas. Além disso, passou a realizar busca proativa de casos suspeitos que, uma vez confirmados, ingressam na fase de tratamento e acompanhamento multidisciplinar especializado, inclusive com aconselhamento para as famílias.

É fundamental que tenhamos em mente que o Teste do Pezinho, obrigatório para todas as crianças nascidas no Brasil e executado logo nas horas iniciais de vida do bebê, facilita a identificação de moléstias. Uma vez detectadas as enfermidades, tem-se a real possibilidade de imediato tratamento, o que vai impedir a ocorrência de manifestações posteriores graves para a sanidade dos infantes. Assim, família, Estado e sociedade, trabalhando juntos em torno de um mesmo propósito, asseguram as condições ini-

ciais mínimas para que os novos brasileiros tenham uma vida saudável e produtiva nas demais etapas de suas existências.

Financiado pelo SUS – Sistema Único de Saúde, não há escusas ou argumentos para que qualquer recém-nascido no Brasil deixe de realizar o teste neonatal. Nas condições atuais, chega a ser um verdadeiro atentado contra a vida qualquer tipo de negligência nesse sentido.

Finalizando este rápido registro, quero congratular-me com o Ministério da Saúde e expressar meu integral apoio para que continue trabalhando e desenvolvendo ações que efetivamente conduzam à indubitável universalização desse tipo de procedimento. Ao mesmo tempo, cumprimento o Senador Flávio Arns pela louvável iniciativa de empenhar-se na tarefa de dar maior visibilidade à data, ao estimular uma série de ações de conscientização.

Conclamo também os futuros pais e a sociedade envolvente para que estejam sempre atentos, difundam, cobrem e exijam a realização do Teste do Pezinho em todos os recém-nascidos dentro de seu círculo de relacionamentos. É providência essencial para melhorarmos a vida dos brasileiros e do próprio Brasil, facultando a todos, indistintamente, a realização do melhor de suas potencialidades.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 11, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra
(Sobrestando a pauta a partir de:
11.04.2008)

Prazo final (prorrogado) – 24.06.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de:
14.04.2008)

Prazo final (prorrogado) – 27.06.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das Emendas nºs. 1 a 12.

Relator revisor: Senador João Tenório
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.05.2008)

Prazo final (prorrogado) – 15.08.2008

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

(Sobrestando a pauta a partir de:
09.05.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lador: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Sena-

do Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

24

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos

arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005,

na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes.

50

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscientos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão

(RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

55

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

56

PARECER Nº 530, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 530, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio

Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

57

PARECER Nº 531, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 531, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

58

PARECER Nº 532, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 532, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

59

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do

Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

60

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

61

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

62

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

63

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

64

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

65

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

66

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernán-

dez Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

67

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

68

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

69

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

70

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

71

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

72

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

73

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

74

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

75

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

76

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

77

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

78

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

79

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)

80

REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

81

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

82

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

83

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

84

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli

Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

85

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

86

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

87

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)

88

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 52 minutos.)

Ata da 100ª Sessão Deliberativa Ordinária, 11 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, da Sra. Rosalba Ciarlini, e dos Srs. Raimundo Colombo, Romeu Tuma e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 11 minutos e encerra-se às 20 horas e 36 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:


SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/6/2008 07:36:00 até 11/6/2008 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 69 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Paulo Paim. A seguir, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu estava inscrito para falar na sessão que homenageou o Dia Nacional e Internacional do Meio Ambiente. Como o tempo não permitiu, Sr. Presidente, já que a sessão do Senado tinha de iniciar-se às 14 horas, como primeiro orador inscrito, começo falando também da questão do meio ambiente. De forma muito objetiva, Sr. Presidente, vou falar de uma PEC e de um projeto de lei. Na verdade, ambos, eu diria, embalam, acariciam o pronunciamento feito aqui pela ampla maioria dos Senadores e das Senadoras na defesa da Amazônia, na defesa da vida, na defesa do meio ambiente.

Apresentei um projeto, Sr. Presidente, que já tem parecer favorável, exigindo que todos os órgãos públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário dêem, inclusive, o exemplo e só usem papel reciclado. A Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa, o Congresso Nacional, enfim, todos os órgãos do Executivo, do Judiciário e do Legislativo teriam de operar com papel reciclado.

A outra matéria, Sr. Presidente, refere-se a uma emenda à Constituição em que venho trabalhando já há algum tempo, e resolvi apresentá-la exatamente no dia de hoje. Já consta um número suficiente de assinaturas, mas tenho certeza de que 90% dos Senadores ainda vão pedir para assinar essa Proposta de Emenda à Constituição.

Senador Augusto Botelho, a Proposta de Emenda à Constituição que apresento hoje, para muitos, pode dar a impressão de ser uma proposta ousada. Para mim, não. Toda proposta de defesa da vida, para mim, tem de ser acolhida e aprovada pelo Congresso Nacional.

O que diz a emenda, Sr. Presidente?

“As Mesas da Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do inciso XVI:

“Art. 52. (...)

XVI – aprovar, por maioria absoluta, as operações de compra e arrendamento, por

pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e por pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro, de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal. (...)”

Já existe, Sr. Presidente, uma lei – fiz toda uma análise – muito duvidosa, muito frágil, que tem esse objetivo. Mas a lei não é clara. E fiz consultas não somente à nossa Casa, à Consultoria do Senado, mas também ao Advogado-Geral da União.

Depois, o que digo ainda, Sr. Presidente? Modifico o art. 52 da nossa Constituição e vou para o art. 243: Art. 243 (...)

§ 1º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao crime do tráfico dessas substâncias.”

“§ 2º Confiscar-se-ão, sem indenização alguma ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções já previstas em lei, as glebas localizadas na Amazônia Legal onde se verifique o desmatamento ilegal, bem como os bens de valor econômico apreendidos na mesma ocasião, os quais reverterão em benefício da recuperação e reflorestamento das áreas dessas glebas e do aparelhamento e custeio da atividade de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao desmatamento ilegal.”

Ou seja, Sr. Presidente, quando for comprovado que houve o desmatamento ilegal criminoso, o dono da terra perderá a terra. Por isso, essa emenda à Constituição vem com esse objetivo.

Quero alertar, Sr. Presidente, que, antes de 1988, o conceito de empresa brasileira ou de sociedade nacional constava exclusivamente de diplomas de cunho infraconstitucional. Entretanto, segundo a AGU, a partir do advento da Carta Magna, restrições a empresas que, de acordo com o art. 171, inciso I da nossa Constituição Federal, fossem tidas como brasileiras só poderiam existir nos casos expressamente previstos no próprio Texto Constitucional.

Sr. Presidente, quero ainda dizer que, por fim, com o objetivo de aumentar o controle do Poder Público sobre aquela região, alvitramos o acréscimo de um §2º ao art. 243 da Constituição Federal, de modo a determinar o confisco de glebas rurais situadas na Amazônia nas quais se constate o desmatamento ilegal.

Dessa forma, buscamos coibir essa gradual e alarmante extinção da mais rica biodiversidade do Planeta, que vem sendo perpetrada de modo afrontoso aos olhos lastimosos de todos os brasileiros.

Pelas razões expendidas, queremos poder contar com o amplo apoio de todos os Senadores e Senadoras pela aprovação dessa emenda à Constituição.

Sr. Presidente, ainda tratando de meio ambiente, quero falar um pouquinho do meu Rio Grande. Senador Papaléo, no dia de ontem, falei aqui das minhas preocupações com a crise econômica.

E quero falar da crise do aeroporto. Estamos praticamente sitiados no Rio Grande do Sul, devido ao caos no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Só para dar um exemplo, na semana retrasada, quando fui ao Rio Grande, tive de descer em Curitiba. Foram 12 horas de ônibus, de Curitiba a Porto Alegre. Estava com problema numa perna. Enfim, fiquei quatro dias no hospital pela posição incômoda nessa viagem, devido a uma pancada que levei, infelizmente, ao cair em uma das pernas.

Mas para não falar somente das situações tristes do meu Rio Grande, quero abordar hoje uma coisa que entendo exemplar. Quem já visitou meu Estado, o Rio Grande do Sul, sabe que quando se trata da beleza das nossas paisagens, sem falsa modéstia todos os elogios são poucos.

É uma terra, como digo lá sempre, pra lá de bonita.

O Rio Grande do Sul soma as suas atrações turísticas mais uma, chamada Rota Vales da Serra.

É uma nova atração turística para pessoas que apreciam lindas paisagens, farta gastronomia, excelentes vinhos e sucos, música típica, gente hospitaleira, lugares encantadores, tudo isso acompanhado do nosso mate e do nosso churrasco.

Recebi convite para participar, ontem, do lançamento dessa rota magnífica. Infelizmente, não pude estar presente. Mas sei, com toda certeza, que vai ser uma atração turística de muito sucesso, porque leva em consideração, em primeiro lugar, a beleza da natureza. Sr. Presidente, é uma região belíssima!

Vales da Serra é uma rota e dentro dela está inserido, Sr. Presidente, o Roteiro Integrado Experiência Viva, que abrange Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Pádua e São Marcos, apresentando o que há de melhor em cada um desses prósperos municípios.

Tudo começou com o objetivo de desenvolver o turismo regional, quando a Micro Região 4 da Atuaserra iniciou esse planejamento estratégico e formatou a rota turística e um primeiro roteiro integrado, em parceria

com o Sebrae, sempre buscando trabalhar a questão regional, que é uma tendência para o setor.

Os municípios que compõem a Micro Região 4, seguindo as diretrizes do Ministério do Turismo, estão promovendo a cooperação e a parceria dos segmentos envolvidos, como poder público e privado, organizações da sociedade civil, terceiro setor, instituições de ensino e turísticas, buscando atingir objetivos comuns para desenvolver do turismo regional integrado.

Patrimônio histórico e artístico nacional, Antônio Prado é a cidade mais italiana do Brasil. Nós podemos dizer que conhecer a cidade é fazer uma viagem no tempo e poder se deslumbrar com o maior acervo de casas tombadas em área urbana do nosso País. Esse acervo, Sr. Presidente, é um registro da história da imigração italiana.

Caxias do Sul é a minha cidade natal e é também encantadora. É um lugar onde o progresso chegou e as coisas boas do passado permaneceram! É uma das cidades que mais cresce no meu Rio Grande e, por que não dizer, no Brasil, mas mantém as tradições. É cidade de gente hospitaleira, comida exemplar, uma cidade moderna com uma rede hoteleira da melhor qualidade, facilidade de acesso e o encanto de uma metrópole que preserva a cultura dos tempos da imigração. Caxias é a terra da Festa da Uva, do turismo, da indústria, da cultura e das emoções de um povo que venceu trabalhando e nunca perdeu a alegria de viver!

Flores da Cunha é uma cidade mais do que simpática, cercada por – exuberantes paisagens naturais, vales cobertos de parreiras e diversas culturas hortifrutigranjeiras. Canyons dos rios das Antas e São Marcos atravessam toda a região, dando ao lugar ares europeus. Segundo pólo moveleiro e maior produtor de vinhos do País, Flores da Cunha é sinônimo de qualidade de vida.

Nova Pádua é considerada *La piccola Itália*. É entre os vales cobertos por extensos parreirais que se pode apreciar casas e construções antigas que ajudam a manter viva a memória da migração italiana no município. A cidade também é rica em matas, trilhas ecológicas que levam a cascatas e cavernas, constituindo-se em cenário perfeito para quem curte a natureza e o mistério dela.

São Marcos é a mescla de dialetos italianos e sotaques gauchescos. Cidade e campo estão juntos na miscigenação de italianos, poloneses, negros, portugueses e nativos, formando um povo forte e acolhedor. Terra de caminhoneiros, São Marcos é famosa por seus rodeios e festas do interior, misturando a alma gaúcha aos costumes dos nossos antepassados.

Sei que não seria necessário, mas faço questão de declarar mais uma vez a minha paixão pelo meu

Estado do Rio Grande e pelo povo gaúcho. Nossas cidades têm mesmo um encanto todo especial, têm algo de sublime, que toca todos os corações.

Sr. Presidente, faço um apelo para dispor de um pouco mais de tempo, porque o Rio Grande vive um momento muito triste. Com escândalos acontecendo, eu quis falar de coisas boas, não só falar dos erros cometido por alguns, que eu classifico como ervas daninhas, mas que não vão prejudicar as plantações dos campos, das serras do meu Rio Grande.

Nossas cidades, repito, têm mesmo um encanto todo especial, têm algo de sublime, que toca todos os corações. Nossa gente gaúcha gosta de receber visita e todos vocês que me escutam neste momento estão convidados a conhecer o meu Estado. Visitem o Rio Grande, conheçam essa nova rota. Vocês se sentirão presenteados, estarão em casa.

Para encerrar, independentemente da questão partidária, faço questão de deixar meu forte abraço aos Prefeitos das cidades de Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Pádua e São Marcos e também a todos os seus moradores.

Sem dúvida, Sr. Presidente, essa rota é mais uma das grandes belezas da nossa terra. Fica aqui um abraço de quatro costados a todo o povo gaúcho.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem estive aqui para lamentar o que acontece no meu estado: a crise no Detran.

Hoje volto a falar de um tema que tem incomodado os gaúchos. Trata-se do caos no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

Tenho recebido de gaúchos e gaúchas muitos telefonemas, cartas e e-mails, reclamando dos consecutivos problemas no aeroporto.

No dia de hoje foi anunciado que os vôos voltaram a ser feitos.

Mas, em razão das condições climáticas e da troca de equipamentos do Sistema de Pouso por Instrumentos, o aeroporto tem ficado fechado por dias e dias seguidos.

Isso cria uma grande insegurança para quem depende do meio de transporte. Não se sabe mais se vamos conseguir chegar ao nosso destino.

Isso tanto para quem sai de Porto Alegre como para quem se dirige à capital.

Além disso, essa situação é extremamente prejudicial para a economia e o turismo do nosso estado.

Ressalto que essas ocorrências não são isoladas.

As pessoas acabam se vendo obrigadas em optar por transporte terrestre porque não há infra-estrutura para realização dos vôos.

Sabemos que isso não é um fato restrito ao Rio Grande do Sul. Não é de hoje que o Brasil enfrenta o caos aéreo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 29 de maio eu fui para o estado a fim de realizar uma série de agendas por lá. Porém, em razão do mau tempo e da falta de infra-estrutura, meu vôo parou em Curitiba.

Lá ficamos por horas até que nos foi dito que teríamos de seguir em um ônibus. Foram 12 horas na estrada e, no meu caso, o resultado foi transformado em dores na perna e três dias internado em um hospital.

A situação é um descaso com os consumidores, com os brasileiros.

Há quem diga que com mau tempo a realização dos vôos fica dificultada ou mesmo impossibilitada.

Concordamos que não se pode pôr vidas em risco. Mas sabemos que nem sempre o mau tempo é a causa dos problemas.

Na maioria dos casos o caos se dá em razão do sucateamento de nossos aeroportos. Daí a importância de investimentos em logística, em infra-estrutura.

Sr. Presidente, é por tudo isso que registro aqui minha indignação. Ninguém quer ouvir sobre novos desastres, sobre novos transtornos.

Vamos mais além, os passageiros precisam ter seus direitos respeitados. Existe a necessidade de informação correta.

Todos preferimos escutar uma verdade, mesmo que ela não satisfaça nossas expectativas, a ter de ouvir diversas informações desencontradas.

Fato comum nos aeroportos quando acontecem esses problemas.

Voltando a lembrar meu caso, no dia em que fiquei em Curitiba, a companhia aérea não nos dava explicações coerentes e o vôo que iria para Porto Alegre nem esperou, foi diretamente a Buenos Aires.

Nós, brasileiros, exigimos mudanças. Mudanças estruturais e comportamentais.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.)


 Minuta
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE
2008

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVI:

“**Art.52.**

.....

XVI – aprovar, por maioria absoluta, as operações de compra e arrendamento, por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e por pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro, de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal.

.....”

Art. 2º O art. 243 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 243.**

.....

§ 1º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao crime de tráfico dessas substâncias.

§ 2º Confiscar-se-ão, sem indenização alguma ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, as glebas localizadas na Amazônia Legal onde se verifique o desmatamento ilegal, bem como os bens de valor econômico apreendidos na mesma ocasião, os quais reverterão em benefício

da recuperação e reflorestamento de áreas dessas glebas e do aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao desmatamento ilegal.”

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Até 1994, o Poder Executivo Federal não sabia ao certo se a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que *regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras providências*, havia sido integralmente recepcionada pela Constituição Federal (CF) de 1988.

Com o propósito de eliminar essa dúvida, a Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou sobre a matéria, negando que tenha ocorrido a recepção do § 1º do art. 1º da mencionada lei, o qual determina que “fica (...) sujeita ao regime estabelecido [pela Lei nº 5.709, de 1971,] a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no Exterior”.

Antes de 1988, o conceito de empresa brasileira ou de sociedade nacional constava exclusivamente de diplomas de cunho infraconstitucional. Entretanto, segundo a AGU, a partir do advento da Carta Magna, restrições a empresas que, de acordo com o art. 171, inciso I, da CF, fossem tidas como brasileiras só poderiam existir nos casos expressamente previstos no próprio texto constitucional.

Com a revogação do art. 171 da Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995, a AGU foi compelida a rever aquele seu entendimento, concluindo que tal revogação não poderia, de qualquer modo, reipristinar o § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 1971, especialmente em face do art. 2º, § 3º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil). Nessa revisão, a AGU expressou, ainda, o entendimento de que o conceito de empresa brasileira teria sido “desconstitucionalizado”.

O que importa, aqui, é perceber que, a despeito da revogação de seu art. 171, a Carta Magna mantém vários dispositivos que versam sobre a participação de estrangeiros ou de capital estrangeiro na atividade econômica, a exemplo do § 4º do art. 222, o § 3º do art. 199 e o art. 192.

Ora, considerando-se as relevantes modificações que ultimamente têm ocorrido no cenário econômico nacional e internacional – em especial a crescente importância dos biocombustíveis e o conseqüente aumento do interesse mundial na exploração agrícola de terras brasileiras –, bem como as recentes notícias acerca da compra em grande escala, por estrangeiros, de propriedades rurais situadas na Amazônia, parece-nos oportuno estabelecer algumas restrições ao capital estrangeiro, no que concerne ao acesso à terra.

Na verdade, menos que a imposição de restrições, o que ora propomos é um simples incremento, pelo Estado brasileiro, da fiscalização sobre os atos de aquisição de terras levados a cabo, por estrangeiros, na Amazônia Legal, que passam a ficar subordinados à aprovação pelo Senado Federal.

Por fim, com o mesmo objetivo de aumentar o controle do Poder Público sobre aquela região, alvitramos o acréscimo de um § 2º ao art. 243 da Constituição, de modo a determinar o confisco das glebas rurais situadas na Amazônia nas quais se constate o desmatamento ilegal. Dessa forma, buscamos coibir essa gradual e alarmante extinção da mais rica biodiversidade do planeta, que vem sendo perpetrada, de modo afrontoso, aos olhos lastimosos dos brasileiros.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta proposta de emenda à Constituição, mediante a qual estaremos promovendo, em outros termos, a criação de um eficiente mecanismo de defesa da Amazônia e da soberania nacional.

Sala das Sessões,


Senador PAULO PAIM

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Senador João Tenório, eu já havia anunciado o Senador Carlos Dunga antes de V. Ex^a chegar, mas em seguida passarei a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a mesma emoção com que o Senador Paulo Paim fala sobre seu Estado, sobre a sua região, chego à tribuna desta Casa para colocar assuntos de uma região pobre, de uma região que não é como a dele, uma região que não tem a mesma estrutura que o Sul, mas que também é uma região hospitaleira, que receberá não só o Senador Paulo Paim, como também todos os Senadores desta Casa. Principalmente agora, nos festejos juninos, sintam-se todos convidados.

Sr. Presidente, no final da última semana, estive visitando o interior do meu Estado, a Paraíba, principalmente as cidades de Pombal, Serra Negra – cidade do vizinho Estado do Rio Grande do Norte, aqui representado por S. Ex^a o Presidente desta Casa, Senador Garibaldi, e os demais Senadores do Rio Grande –, a cidade de Patos, Malta e Condado. Percebi a necessidade premente da recuperação das estradas que ligam os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a BR-427 e a BR-110. Esta é conhecida como a estrada do sal, uma estrada que permite o escoamento da produção do sal da cidade de Mossoró para todo este País. Faz-se a ligação Norte-Nordeste e Nordeste-Sul-Sudeste pela BR-110 e pela BR-427. Essas duas estradas se encontram em total abandono.

Quero aqui fazer um apelo ao Dnit, ao Ministério dos Transportes, para que se recupere urgentemente a BR-427 e se faça uma vistoria na BR-110, na qual há menos de um ano foram feitos serviços de recuperação no Município de São José de Espinharas, mas já se faz necessária uma nova recuperação.

Em seguida, Sr. Presidente, vi, no final de semana, o interesse dos Governadores da Paraíba e de Pernambuco, o Governador Cássio Cunha Lima e o Governador Eduardo Campos, no sentido de que os dois Estados façam as suas comunicações rodoviárias, ligando o Estado de Pernambuco ao nosso Cariri ocidental, desde Caruaru até Sumé, por meio de estrada, levando à cidade do Congo. E a interligação da duplicação da BR-104, ligando Caruaru a Campina Grande, dando oportunidade a que o semi-árido tenha uma estrada que venha a fazer todo o escoamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, das riquezas de Pernambuco, com o seu pólo de artesanato nas cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, a própria Caruaru e também a cidade de Campina Grande, que

apresenta, na sua pujança, a riqueza da Paraíba, com o seu pólo coureiro.

Veja, Sr. Presidente, que é uma necessidade econômica, é a necessidade de uma região pobre, visto que a ligação da BR-101 iria interligar vários Estados com um único objetivo: o escoamento da produção.

E deduzi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o porquê desta preocupação de nós, políticos do Nordeste, com as estradas, quando sabemos que temos a maior malha ferroviária em total abandono. Temos uma malha ferroviária ligando Recife a Fortaleza, que iria se interligar à Transnordestina.

Portanto, é preciso que nós todos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Pernambuco e do Ceará cuidemos – e cuidemos com muita atenção – da cobrança e façamos pronunciamento nesta Casa, para que essa malha ferroviária, lá do Estado da Paraíba, desses Estados citados, venha a ser aproveitada novamente pela interligação da Transnordestina.

A malha ferroviária apresenta-se com quase mil quilômetros, uma estrada que, no passado, foi a redenção do Nordeste, foi a via de escoamento de todo o sertão, do sertão do Ceará, do sertão do Rio Grande do Norte, no entroncamento Sousa/Mossoró, servindo a todo o escoamento do sal, por intermédio da rede ferroviária. E essa rede ferroviária foi desmantelada, seus trilhos foram arrancados, bem como os seus dormentes, ficando o destino à mercê do tempo, mostrando a necessidade que temos de recuperação e de reativação dessa malha ferroviária nordestina.

Por isso, Sr. Presidente, na tarde de hoje, preferi falar às autoridades do País, pedindo a urgência para o meu Estado da Paraíba, que tem vários componentes industriais e tem necessidade dessa interligação com o Sul, já que existe a mineração não só da bentonita, como de outros tipos de minérios do semi-árido que precisam ser colocados para o interior do nosso País por meio da malha ferroviária. E agora que a Transnordestina está sendo construída pelo nosso Governo, ligando o centro-sul do País ao Nordeste, não poderemos deixar de cobrar, de pedir, de reivindicar a reativação da malha ferroviária para que venha atender à necessidade da malha rodoviária que liga, com muita propriedade, essa região que acabo de citar.

Estou certo de que os companheiros do Rio Grande do Norte, os companheiros do Ceará, os companheiros Senadores de Pernambuco, Senadoras e Senadores que sabem muito bem, como sabe Sua Excelência o Senhor Presidente da República, da necessidade que temos da reativação da malha ferroviária do Nordeste, principalmente dos Estados que acabo de citar: Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará...

Ouço com atenção V. Ex^a, nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, gostaria de me manifestar realmente só para reforçar. V. Ex^a está fazendo um apelo mais do que meritório, justo para com os nossos Estados, porque a reativação da linha férrea, que foi quem promoveu o desenvolvimento, engrandeceu, interligou Mossoró até Sousa... Nós que somos da região, assim como V. Ex^a, que conhecemos essa realidade, sabemos o quanto é importante o transporte, a linha férrea, o trem, para a nossa região. Há muito tempo fazemos esses apelos. Eu era Prefeita e fiquei indignada quando os trilhos foram arrancados. Foi tirado algo que já havia nos dado tanto. Com a reativação, com mais cuidados, com a interligação, deveria crescer, mas estava acabando. Então, a linha férrea é de uma importância muito grande. Quero me somar às suas palavras, parabenizá-lo por estar na defesa daquilo que é melhor para o seu Estado e para a nossa região, e também com relação à rodovia, que não pode continuar nessa situação. As águas já secaram, já vamos começar a rezar, daqui a pouco, pelo próximo inverno, se vamos ter ou não. Infelizmente, agora, as pessoas ficaram isoladas, porque os buracos são tantos que impedem que possamos trafegar com tranquilidade, com segurança – segurança que não é somente no tráfego, porque, com aqueles buracos, V. Ex^a sabe muito bem que acidentes acontecem, o custo é mais alto, há depreciação do carro, mas também há a questão da segurança, o risco maior para os assaltos, para a violência. Portanto, deixo aqui minhas congratulações em nome do nosso sofrido Nordeste, do nosso semi-árido, uma região tão difícil, mas de um povo tão bom e forte, como é o povo nordestino, o povo do nosso querido Estado do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Tenho um carinho muito especial pela Paraíba, não somente porque somos vizinhos, porque temos toda uma história de vida, muitas lutas em comum, mas também porque tive a oportunidade de morar três anos naquele Estado, em João Pessoa, como estudante de medicina. Aquele povo me cativou pela forma como eles sabem bem receber e como eles nos abraçam. Obrigada, Senador, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, nobre Senadora Rosalba Ciarlini e as incorporo ao meu discurso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Carlos Dunga, vou-lhe pedir um aparte no momento em que V. Ex^a entender mais adequado.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Concedo, com muita alegria, o aparte a V. Ex^a, ligando o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Carlos Dunga, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo primeiro pronunciamento de V. Ex^a na tribuna do Senado. Como fui seu companheiro como Deputado Federal, conheço a sua história, a sua vida, a forma correta e adequada de um excelente Parlamentar. Por isso, quero cumprimentar a Paraíba e o Senador Cícero Lucena, que era o meu vice na Comissão de Direitos Humanos, e até convidar V. Ex^a para assumir também neste período. V. Ex^a tem compromisso com esta causa dos pobres, dos negros, dos índios, dos idosos, das crianças e dos adolescentes. Enfim, vi a sua história na Câmara dos Deputados, convivi com ela e, por isso, fiz este aparte. E quero cumprimentá-lo, inclusive, pelo voto no dia de ontem. V. Ex^a foi fundamental para que tivéssemos mais um Ministério na luta contra todo tipo de preconceito. Por isso, Senador Carlos Dunga, seja muito bem-vindo. Paraíba está de parabéns pelo brilhante Parlamentar que V. Ex^a é.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e digo que, na verdade, o nosso compromisso com as causas sociais, externei ontem com o voto que dei ao projeto de V. Ex^a. Temos, na verdade, esse interesse de que todas as classes sociais do nosso País vivam bem. Essa é a esperança do índio, do negro, de todos nós e também lá, do nosso Nordeste, que precisa, e muito, do interesse social do Governo para com a região.

Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras e agradeço os apartes que aqui recebi e a V. Ex^a pela tolerância para com este nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Carlos Dunga.

Com a palavra o Senador João Tenório e, a seguir, o Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a crise dos alimentos, que vem assustando o mundo todo e que pode empurrar mais cem milhões de pessoas para a miséria, é um dos temas mais polêmicos do momento.

Como o debate sobre as causas dessa crise se deslocou para uma possível concorrência entre a produção de bioenergia e de alimentos, tive, como Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis deste Senado, a oportunidade de fazer parte da delegação brasileira na Conferência da FAO, em Roma, na semana passada.

A FAO, como todos sabem, é o braço da ONU responsável pela agricultura e pela alimentação. E a Conferência de Roma, marcada para debater a questão da segurança alimentar, das mudanças climáticas

e da bioenergia, deu bem a dimensão da importância do assunto atualmente.

Estavam representados na FAO nada mais nada menos que 180 países. Mais de 50 chefes de Estado e de Governo participaram pessoalmente das discussões. Entre eles, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que – devo reconhecer – foi particularmente feliz ao defender, de forma vigorosa, os biocombustíveis, sobretudo a alternativa brasileira, como contribuição importante na solução de outra questão relevante, a segurança energética.

Na verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula foi, seguramente, a presença mais firme em Roma na defesa da tese de que não há conflito entre alimento e energia renovável de origem vegetal.

Parte da comunidade internacional, sobretudo os países europeus que vinham posicionando-se de forma contundente pela ferida tese, teve seu discurso sensivelmente atenuado. Esse recuo nas críticas aos biocombustíveis, antes apontados como vilões maiores da atual crise dos alimentos, foi um recuo ainda tímido, mas já marca uma primeira vitória da Força Tarefa Pró-Etanol brasileira, que se tem esforçado para ganhar uma guerra fundamental: a guerra da informação.

É a falta de informação aos países ricos, é a visão distorcida de quem já tem suas áreas agrícolas praticamente esgotadas, que vêm alimentando interpretações de que a bioenergia pode comprometer a produção de alimentos.

Se o encontro de Roma, aliás, se toda essa crise de alimentos tem um mérito, esse mérito é recolocar a questão agrícola no centro das atenções da comunidade internacional, questão essa que tinha sido retirada da agenda dos governantes, talvez porque esquecida, eu diria quase abandonada, mesmo assim vinha conseguindo, de certa forma, cumprir sua função maior: alimentar os povos.

Com a atual crise, o mundo parece, finalmente, ter despertado para a importância da agricultura no desenvolvimento econômico e na própria sustentabilidade do planeta.

Infelizmente, o resultado final da Conferência não conseguiu mais claramente estabelecer um bom diagnóstico e, muito menos, sugerir uma adequada terapia para a atual crise. O maior compromisso assinado pelos representantes dos cento e oitenta países e da Comunidade Européia foi a criação de um fundo para solucionar, de forma emergencial, o problema da fome nos países mais pobres. Ou seja, atua-se sobre o efeito, tentando atenuá-lo, enquanto sobre as causas, a gênese, manifestam-se mais intenções do que ações.

Não se está aqui negando a importância e a urgência da compra e doação humanitária de alimentos, mas doações acabam sendo apenas paliativos; não resolvem o desequilíbrio entre oferta e demanda de comida.

Para evitar que os preços dos alimentos continuem subindo, não há outro caminho senão aumentar a oferta de produtos agrícolas. Para isso, é preciso uma decisão firme no sentido de derrubar os obstáculos que emperram o aumento da produção mundial. Obstáculos representados, entre outros, pelas políticas protecionistas dos países mais ricos.

Não que não tenha havido críticas em Roma ao protecionismo agrícola que distorce o mercado e desestimula a produção dos países menos desenvolvidos, mas a declaração final da Conferência não deu o devido peso à questão do protecionismo, nem fixou metas claras para o incentivo da produção agrícola nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento com valores ou prazos.

A atual postura dos países ricos em relação à atividade agrícola está repleta de equívocos.

Com a proteção à sua agricultura por meio de políticas de subsídios, tais países estimulam a atividade onde não se pode mais incrementar a produção e inibem iniciativas nos países pobres, que ainda dispõem, estes sim, de grandes áreas para incrementar suas safras. Só não o fazem pelas limitações imposta aos mercados pelos ricos autoprotetidos.

O efeito prático dessa política, as suas conseqüências, são facilmente percebidos. De 1961 a 2003, a área cultivada no mundo subiu de 4,5 para apenas 5 bilhões de hectares – um crescimento de apenas 9% –, enquanto, no mesmo período, a população mundial passou de 3 para 6 bilhões de pessoas, ou seja, dobrou de tamanho.

Também não dá para minimizar o impacto da escalada do preço do petróleo no desestímulo à produção e no conseqüente aumento dos preços dos alimentos.

O barril, que custava US\$30,00 há oito anos, hoje já beira os US\$138,00. Com isso, não apenas o frete e os custos de mecanização aumentaram. O preço dos fertilizantes também disparou – de fevereiro de 2007 a abril de 2008, a tonelada de fertilizante média, o *mix* de fertilizante, passou de US\$200,00 para mais de US\$800,00.

Enquanto isso, algo pouco perceptível: soja, milho, trigo e arroz, principais *commodities* agrícolas, mantiveram seus preços estáveis de 2000 a 2006.

Diante desse cenário, era absolutamente previsível o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, com o conseqüente encarecimento dos produtos agrícolas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não fosse uma excepcional evolução da produtividade agrícola, essa crise alimentar já teria se dado há muito tempo.

Incompreensível é que o mundo não venha se preparando para isso, não venha agindo de forma orquestrada para aumentar a oferta de alimentos e equilibrar o comércio internacional.

Assim como é incompreensível que o mundo não venha se preparando para enfrentar as mudanças climáticas que também ameaçam a produção agrícola, o que passa também pela aposta em fontes de energia mais limpas diante da nova realidade ambiental.

No Brasil, temos terra à vontade, para alimentos e para biocombustíveis. Longe de ser uma ameaça, nosso etanol de cana-de-açúcar pode ser uma excelente alternativa diante da dependência insustentável do petróleo. Pode gerar renda e emprego não apenas aqui, como na África, na América Central e em outros países da América do Sul.

Sr^{as} e Srs. Senadores, convém destacar a eficiente atuação da delegação brasileira presente na Conferência de Alto Nível da FAO, em Roma, em especial do Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Energia do Itamaraty. Além de responder com fundamentos cada uma das acusações infundadas feitas aos biocombustíveis, o Ministro registrou a nossa discordância quanto às políticas protecionistas, identificando, assim, as reais causas que afetam o mercado mundial de alimentos.

Neste momento, quando se busca melhor entender e bem decidir sobre o destino de nossas iniciativas nesse campo, temos, aqui, no Legislativo, um desafio que é nosso: traçar um marco regulatório claro para os biocombustíveis. Um marco capaz de equilibrar a convivência entre alimentos e bioenergia; de assegurar, de um lado, nossa contribuição na alimentação dos brasileiros e demais povos e, de outro, estimular a produção e reduzir as barreiras e incompreensões internacionais contra os biocombustíveis brasileiros. Um marco que garanta a sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor.

É nesse marco regulatório que pretendemos trabalhar de agora para frente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na Subcomissão de Biocombustíveis. Material para isso não nos falta, depois de um ano de trabalho cuidadoso, ouvindo depoimentos de todos os envolvidos com o setor, participando de uma série de reuniões e encontros internacionais sobre energia renovável.

Também não nos faltarão, tenho certeza, o apoio e as sugestões imprescindíveis de cada um dos representantes desta Casa.

É essa lei maior dos biocombustíveis que haverá de traçar o caminho do Brasil como um dos maiores

líderes no novo cenário energético mundial. Sem, porém, constranger, por pouco que seja, o fundamental direito à alimentação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, como Líder, ao Senador Valdir Raupp por cinco minutos. É o tempo que o Regimento estabelece para V. Ex^a, com a tolerância de mais dois minutos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão ao nosso líder gaúcho, Senador Valdir Raupp, apenas para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, eu só queira registrar que tomei a liberdade de trazer à tribuna de honra – e ele tem mesmo de estar na tribuna de honra – o Sr. Adelar Bertussi.

O Sr. Adelar Bertussi é convidado do Senador Sérgio Zambiasi. Com 75 anos, é um ícone da música do Rio Grande. Ele foi convidado para o Festival Internacional em Nova Jersey e representará, nesse evento internacional, a música do meu Rio Grande.

Sr. Presidente, o companheiro Adelar Bertussi é um ícone, é uma lenda viva. Ao homenageá-lo, quero homenagear também seu irmão, Oneide Bertussi, falecido há dez anos.

Adelar, como disse, tem 75 anos e é um dos símbolos do nosso Rio Grande. Inclusive, quando me disseram, Senador Valdir Raupp, que ele não estava de terno, respondi que ele está de terno; ele está fardado com a roupa típica do povo gaúcho.

Faço este registro agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, já fui a muitas festas animadas pelos irmãos Bertussi, por Adelar Bertussi e por toda a equipe.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ser humano sempre se considerou o mestre e o senhor da

natureza. Sei, Sr. Presidente, que homenagens foram prestadas na parte da manhã, mas se estendeu até a tarde a comemoração pelo Dia Internacional do Meio Ambiente. Eu queria, ainda neste momento, fazer um breve pronunciamento sobre esse tema.

O mundo natural não era muito mais do que um vasto palco, criado para abrigar o drama humano. Hoje, temos a percepção de que a extensão da nossa dependência do meio natural e procuramos incorporar esse conhecimento em nossas ações. Falta muito para se compreender a fragilidade de nosso planeta, as complexas inter-relações entre ecossistemas e o delicado equilíbrio que se estabeleceu, ao longo de milhares de anos, entre as espécies animais e vegetais que hoje habitam a Terra.

Sabemos, agora, que a natureza não é apenas um belo palco ou um generoso suprimento. Sabemos, Sr. Presidente, que não reinamos sobre a natureza como se não fizéssemos farte dela. Nós, *homo sapiens*, somos uma entre outras inúmeras espécies, todas, da mesma forma, dependentes de um meio que, no limite, nos iguala, ainda que algumas espécies, como a nossa, destaquem-se pela incrível capacidade de adaptação às mudanças ambientais. Mas toda adaptação tem limites, e, quando uma espécie encontrar esse seu limite, talvez já seja tarde demais.

Hoje, a questão ambiental, portanto, diz respeito à nossa própria sobrevivência como espécie. Mas ela envolve também, e de forma importante, questões de justiça que ainda lutamos para equacionar adequadamente.

Há, antes de mais nada – e ligada diretamente ao problema da sobrevivência de nossa espécie e ao futuro de nosso planeta –, a questão de que nós, da presente geração, devemos às gerações futuras. Nossos antepassados, que abusaram, muitas vezes, da generosidade da natureza, já nos legaram um planeta, em muitos aspectos, doente e cansado. Não sabiam, porém, o que sabemos, Sr. Presidente. Nossa responsabilidade com as futuras gerações é tanto maior quanto mais amplo é nosso conhecimento dos efeitos de nossos atos sobre o meio ambiente. Perdemos o alibi da ingenuidade e da inocência, infelizmente, e nosso conhecimento nos impõe uma responsabilidade, diante das próximas gerações, que as gerações passadas não tinham conosco na mesma medida.

Há, depois, a dimensão, eu diria, geopolítica desse mesmo problema de justiça que estou associando ao problema ambiental. Hoje, há uma clara divisão, na comunidade internacional, entre países ricos e pobres: os ricos do Hemisfério Norte e os pobres do Hemisfério Sul.

Séculos de exploração intensiva e de grande liberalidade com os recursos naturais foram, sem dúvida alguma, pré-requisitos essenciais do atual estágio de prosperidade das economias mais desenvolvidas do planeta. Essa via, no entanto, Sr. Presidente, não está mais aberta. Não podemos cometer os erros que já foram cometidos por outros. Portanto, minhas senhoras e meus senhores, é preciso que os mais ricos ajudem efetivamente os mais pobres a conquistar a prosperidade que desejam e que merecem sem pôr em risco toda a humanidade.

Não temos escolha, Sr. Presidente, no que se refere ao meio ambiente, senão colaborar e trabalhar conjuntamente, afinal, apesar da distância que separa ricos e pobres, estamos todos envolvidos pelo mesmo meio ambiente, somos todos habitantes do mesmo planeta. Precisamos nos unir para encontrarmos meios de garantir o desenvolvimento econômico, base para o desenvolvimento humano e social que os países mais pobres desejam e de que necessitam, em harmonia com a preservação das condições naturais, que é pré-requisito da nossa própria sobrevivência como espécie.

A oportunidade que uma comemoração como esta nos oferece, de levantar esses temas para a reflexão, em nível mundial, é preciosa.

Mas, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço permissão ao Senador e Líder Valdir Raupp para interrompê-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Gostaria de anunciar que, acompanhando o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, e sua comitiva, encontra-se neste plenário o indiano Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano passado. Ele está integrando comitiva que participa das comemorações da III Semana do Meio Ambiente, iniciativa que será marcada por exposições e debates sobre questões ambientais.

O Dr. Rajendra Pachauri ocupará a Mesa neste instante, com os cumprimentos do Senado Federal, ao lado do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, que assumirá os trabalhos.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com o registro já feito pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontrava na Presidência desta sessão, temos a honra de receber o indiano Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz ano passado.

Pediria ao Senador Renato Casagrande que fizesse a saudação ao nosso visitante.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente e Senador Valdir Raupp, que teve seu discurso interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, peço desculpas ao Senador Valdir Raupp, que se encontra na tribuna. Que S. Ex^a possa concluir seu pronunciamento após as saudações ao Sr. Rajendra Pachauri! Depois, darei todo o tempo a S. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, falta pouco para eu concluir meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua com a palavra o Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço apenas um minuto para concluí-lo, Sr. Presidente.

Também manifesto as boas-vindas ao nosso ilustre visitante, que se tem destacado, juntamente com seus parceiros, nesse trabalho tão importante sobre os impactos ambientais.

Sr. Presidente, eu falava exatamente a respeito do meio ambiente. A Amazônia tem sido palco de muitas discussões, de muitas cobiças internacionais. E é o nosso Brasil e a nossa querida Amazônia que devemos homenagear neste dia.

Sr. Presidente, tenho trazido a este Plenário, além da minha preocupação, a proposta de desmatamento zero. Ao encerrar meu pronunciamento, lanço, mais uma vez, esse desafio ao novo Ministro do Meio Ambiente e a todas as autoridades federais. Que tenhamos a ousadia de, neste momento, lançar o desafio, no nosso Brasil, do desmatamento zero, evidentemente com melhores tecnologias, com financiamento, aproveitando melhor nossas áreas já desmatadas! Que, daqui para frente, apenas exploremos com planos de manejo sustentável, não mais com corte raso, nem com queima de nossas florestas!

Espero, Sr. Presidente, que tenhamos a sabedoria de aproveitar esses momentos, de multiplicá-los, para que a próxima geração tenha a possibilidade de resolver o problema, minimizando as conseqüências nefastas de séculos de incúria com o meio ambiente do nosso planeta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Peço ao Senador Renato Casagrande que faça a saudação ao ilustre visitante, o Prêmio Nobel da Paz, que se faz acompanhar do ex-Vice-Presidente norte-americano Al Gore.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos ao Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Sr. Rajendra Pachauri, a quem dou as boas-vindas, e aos meus nobres Pares!

Quero lhes dizer que já tivemos a oportunidade de, na sala do Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves Filho, manifestar nossa alegria e nossa satisfação pela visita do Sr. Rajendra Pachauri, por tudo o que ele representa para o tema “Mudanças Climáticas”, que ganhou corpo e debates em todos os países do mundo. Inclusive, nós, no Senado, formamos um grupo de Parlamentares que trabalha e debate muito essa questão. Além disso, temos a alegria de contar com a Ministra Marina Silva, hoje Senadora da República. S. Ex^a, quando Ministra, deu total apoio a esse tema no Governo Federal e se tornou referência no debate internacional, especialmente nas Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas. Então, hoje, no Senado da República, temos a oportunidade de travar um grande debate sobre o tema.

É importante que o Presidente Rajendra saiba que o grande debate que se dá hoje é devido ao trabalho do IPCC. Os relatórios do IPCC servem de base para nossos estudos, para nossas pesquisas, mas causaram grande impacto político na sociedade. Principalmente nesta hora, em que se reúnem muitos pesquisadores para tratar do mesmo assunto, apontando para o mesmo local, dizendo das nossas preocupações, dizendo daquilo que tem de ser feito para que possamos mitigar esse problema e para que possamos adaptar nossa realidade, o cidadão comum, que não trabalha e não milita na área, passou a ter uma preocupação com o tema e a pressionar os governantes, os acadêmicos, quem tem a capacidade de implementar uma política nessa área. Tanto é assim, que, agora, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas.

A presença do Presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, permite-nos pontuar os avanços conquistados e também levar-lhe, dada a sua importância internacional, a necessidade de um bom protocolo, de um bom acordo entre as partes após 2012. Há a necessi-

dade de que os países ricos tenham a oportunidade e a responsabilidade de uma contribuição mais real na redução das emissões de gases, na transferência de tecnologias. É preciso que os países ricos saiam do discurso e caminhem para a prática na implementação de políticas. E V. S^a tem debatido isso com muita responsabilidade.

Os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e da Índia, que é o País de V. S^a, precisam, efetivamente, adotar políticas públicas, como foi acordado na última Conferência, em Bali, na Indonésia, políticas aferidas, acompanhadas internacionalmente. Penso que esse é um ponto importante. Mesmo que não tenhamos meta de redução de gás carbônico ou de gases de efeito estufa, deve haver políticas, como é o caso nosso aqui, de combate ao desmatamento, acompanhadas internacionalmente.

Queremos que V. S^a faça o debate e nos ajude a debater, para que possamos sair do interesse comercial em direção ao interesse de novas fontes de energia. Temos, aqui, uma oportunidade grande – o Brasil e a Índia a têm –, uma grande chance de sermos grandes colaboradores em nível internacional de fontes alternativas de energia, na área de eletricidade e de combustível, e o interesse comercial, muitas vezes, impede que possamos avançar com esse tipo de proposta em nível internacional.

Temos muito o que debater.

Sr. Presidente, concludo, agradecendo imensamente ao Sr. Rajendra Pachauri a visita ao Senado, o que, neste momento, fortalece muito nossas convicções, dando sustentação ao trabalho que hoje é desenvolvido no Senado e na Câmara, no Brasil como um todo. A visita de V. S^a nos permitirá dar seqüência a esse trabalho, envolvendo cada vez mais Parlamentares.

Seja bem-vindo! Falo em nome do Senado. Naturalmente o Presidente já se pronunciou ou vai se pronunciar – outros Parlamentares também poderão fazê-lo –, mas, como o Presidente me concedeu a alegria de saudar V. S^a em nome do Senado, agradeço-lhe a visita à nossa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, eu vou chamá-lo de amigo do planeta, Rajendra Pachauri. Tenho a felicidade de já tê-lo encontrado em outras oportunidades, mas me sinto inteiramente feliz em tê-

lo aqui, no Congresso Nacional, um espaço em que se debate, democraticamente, os diferentes olhares da sociedade brasileira para um problema da magnitude da questão da mudança do clima, do aquecimento global, sobretudo no contexto de negociações que precisam ser cada vez mais ampliadas para dar conta daquilo que a ciência já nos deu a conhecer: que já estamos vivendo sob os efeitos das mudanças climáticas, mudanças que ocorreram em função da nossa ação sobre o planeta, e que medidas urgentes têm que ser tomadas para mitigarmos todos esses efeitos negativos.

Mas combater os efeitos e as razões que levam à mudança do clima não é fácil. Eu sempre digo que, se é difícil para os países desenvolvidos mudarem as suas matrizes energéticas, de fóssil para limpa, também é difícil para os países em desenvolvimento mudarem o modelo de desenvolvimento. E essa é a realidade do Brasil, da Índia, da China, do México, da África do Sul e de vários países.

É difícil, mas não é impossível. E nós, países em desenvolvimento, sabemos que já somos grandes emissores na atualidade. Ainda que, historicamente, a nossa contribuição tenha sido pequena; na atualidade, ela é significativa e nós não temos o direito de não darmos a nossa contribuição. Todavia, para darmos a nossa contribuição, é necessário que tenhamos também aquilo que está previsto no âmbito da convenção: que tenhamos o cumprimento dos preceitos da convenção que estabelecem que os países desenvolvidos devem fazer transferência de tecnologia, de conhecimento, para que países em desenvolvimento, com tecnologia, conhecimento e adição de novos recursos, possam efetivamente continuar seu caminho de desenvolvimento, mas sustentável, ao tempo em que reduzem suas emissões.

Países ricos já estabilizaram suas economias, resolveram problemas básicos de saúde, de habitação, de moradia, enfim, e países em desenvolvimento sequer conseguiram o atendimento de necessidades básicas. É um direito, de acordo com as metas do milênio, de uma imensa quantidade de pessoas em todo o planeta verem atendidas essas necessidades. Para que isso aconteça, já que os benefícios da redução das emissões acontecerá para todos, que os esforços também sejam de todos.

Para concluir, sem querer me estender, agradecendo a deferência do nosso Presidente, devo dizer que os países em desenvolvimento, juntamente com os países ricos, precisam trabalhar para o compromisso pós-2012, a segunda fase de compromisso: uma estrutura que seja capaz de viabilizar que os países desenvolvidos ampliem suas contribuições e os paí-

ses em desenvolvimento possam, efetivamente, ainda que a partir de metas internas, ampliar também suas contribuições. Essa ampliação, com certeza, deve ser mediante um mecanismo semelhante ao que o Brasil apresentou em Nairóbi, de um fundo voluntário, por exemplo, como um incentivo positivo pela redução das emissões em função da diminuição do desmatamento, mas que possa ser acompanhado de forma independente, no âmbito da convenção, a partir de compromissos internos, reportáveis e verificáveis, para que a opinião pública internacional possa de fato ter a certeza de que essas reduções estão acontecendo.

Quero, mais uma vez, agradecer o grande trabalho que tem sido feito no âmbito do IPCC. A presença de V. S^a tem sido um elemento de aglutinação, de coordenação e, sobretudo, de incentivo para todos nós. De sorte que o Brasil o acolhe com um sentimento de gratidão e um sentimento de um imenso desafio, de que devemos lançar mão de todo esse conhecimento não apenas para corrigir o erro, não apenas no sentido de não repetir os erros cometidos historicamente, mas principalmente de prevenir os erros, lançando mão do que há de melhor na tecnologia para podermos fazer frente aos efeitos das mudanças do clima, adaptando, mitigando e enfrentando as vulnerabilidades sem que tenhamos os efeitos indesejáveis da redução das emissões, porque os efeitos indesejáveis podem ser o desemprego e uma série de desequilíbrios nas economias dos países em todo o planeta, o que não desejamos. Todavia, não devemos subordinar a nossa ação em função dessas questões, porque não podemos nos tornar reféns de algo que, se não fizermos, comprometerá certamente o futuro da vida no planeta.

Quero cumprimentar a presidência desta Casa, na pessoa do Senador Garibaldi Alves, por essa iniciativa, o Senador Casagrande, a Senadora Serys Slhessa-renko e, principalmente, V. S^a, pela grande contribuição que tem dado ao planeta, coordenando esse processo. Tive a felicidade de ter uma das minhas Secretárias, a Secretária de Mudanças Climáticas, do Ministério do Meio Ambiente, durante a minha gestão, Dr^a Thelma Krug – que V. S^a com certeza conhece das reuniões do IPCC –, coordenando toda a política de mudanças climáticas, que estará sendo aprovada nesta Casa, e também o inventário brasileiro sobre a questão das mudanças climáticas, que, inclusive, está sendo atualizado neste momento.

Parabéns! Muito obrigada e que possamos alcançar o desafio de não apenas identificar o erro, não apenas corrigir o erro, mas, principalmente, prevenir os erros. A prevenção do erro é mudar o modelo de desenvolvimento, é mudar a matriz energética,

é sairmos de uma matriz energética que é fóssil, de economias carbonizadas, para economias limpas, e o Brasil, ainda bem, tem 45% da sua matriz energética limpa e pode perseguir o objetivo de ser uma economia não carbonizada, exatamente porque temos um grande potencial em relação aos biocombustíveis, tanto o uso dos nossos recursos naturais, como a energia solar e eólica, e o potencial de hidroeletricidade.

Por último, Sr. Presidente, o Brasil tem uma grande oportunidade em relação aos biocombustíveis, mas precisa ter, cada vez mais, a clareza de que eles não podem ser produzidos comprometendo o meio ambiente, não podem ser produzidos comprometendo a segurança alimentar e que podem ser produzidos respeitando a natureza, recuperando as áreas de preservação permanente, as reservas legais, promovendo a criação de unidades de conservação, respeitando a legislação trabalhista e buscando a certificação para que se tenha a segurança de que os biocombustíveis no Brasil não estão fazendo um esforço inútil. Estaremos dando uma contribuição para o Brasil e para outras regiões do mundo, como a África e algumas regiões da Ásia, da América Latina e do Caribe.

O Brasil não tem a pretensão de ser a Opep dos biocombustíveis. Queremos dar uma contribuição, e essa contribuição tem de ser a partir de princípios de sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural, para que possamos ter uma nova dimensão civilizatória. Não se trata de um negócio. Trata-se da cooperação, da solidariedade em busca de uma nova chance para uma civilização que pensa no presente e no futuro. E pensar no futuro é defender os interesses daqueles que ainda não nasceram.

Muito obrigada pelo seu trabalho na defesa dos direitos dos que estão aqui e dos que ainda virão.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Marina Silva, e concedo a palavra ao Prêmio Nobel da Paz de 2007, o indiano Rajendra Pachauri, que vai, neste instante, dirigir a sua palavra ao Senado da República.

O SR. RAJENDRA PACHAURI (Tradução) – Sr. Presidente, realmente, esta é uma honra única e um grande privilégio de que eu jamais esquecerei. Também não esquecerei os sentimentos que foram manifestados por V. Ex^a e por seus Colegas.

Sempre tive um grande respeito pelo Brasil como país e por sua sociedade. Vocês estão à frente de muitos outros. Em várias ocasiões, mencionei, por exemplo, a visão que vocês mostraram com o programa do etanol. Mesmo quando o preço do petróleo estava bem baixo, o Brasil tinha a visão e a previsão de perseverar com esse programa e de apoiá-lo com

políticas governamentais. Isso é o que o mundo tem de entender e apreciar.

Estou profundamente inspirado pelo que foi dito aqui. Este é um salão muito inspirador. Com certeza, não aceito essa honra, mas, já que V. Ex^{as} me concederam isso, estou profundamente agradecido.

Como os colegas disseram, realmente estamos enfrentando um grande dilema, uma grave crise. A não ser que façamos uma mudança e reduzamos a emissão dos gases de efeito estufa no planeta, haverá tempos muito difíceis. Na realidade, toda a pesquisa que tem sido feita recentemente mostra claramente que os impactos da mudança do clima estão sendo muito piores do que haviam sido previstos. Então, realmente, não temos tempo. Temos de assegurar que o próximo acordo, que esperamos ocorra em Copenhague no ano que vem, estabeleça o caminho pelo qual o mundo vai se movimentar para que ocorram emissões muito mais baixas e para que se estabilize a concentração desses gases na atmosfera da Terra.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) descobriu que, se quisermos limitar o aumento da temperatura no futuro entre 2°C e 2,4°C, teremos apenas sete anos nos quais poderemos permitir que as emissões aumentem. Depois de 2015, elas têm de cair. Deve haver um acordo muito forte em Copenhague, e os países desenvolvidos têm de dar os primeiros passos.

Como a antiga Ministra Marina Silva disse, os países em desenvolvimento também têm de ter uma visão de longo prazo e assegurar que comecemos a entrar em um caminho de desenvolvimento totalmente sustentável. Isso não será fácil, mas, se não o fizermos, obviamente, as gerações futuras não nos perdoarão. Muitas das ações necessárias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa também produzem vários benefícios locais, e acho que temos de ser orientados pela busca do desenvolvimento sustentável, que também gera benefícios globais.

O Brasil, é claro, está em uma posição única, porque esse tesouro global que se chama floresta amazônica – e sua propriedade soberana está no solo brasileiro – está provendo um grande serviço global, e, por isso, posso entender que todo o mundo está olhando o que o Brasil pode fazer com seu programa para evitar o desmatamento. Concordo plenamente que a comunidade global tem de criar algum tipo de fundo do qual benefícios possam ser produzidos, para que os países possam reduzir o desmatamento, para que os países expandam os programas de florestamento.

Então, devemos ter uma visão grandiosa e temos de ser ambiciosos. O caminho não vai ser fácil, vai ser difícil, mas, por outro lado, se nada fizermos,

todos teremos problemas sérios, e o mundo todo enfrentará as conseqüências da mudança climática, que serão muito sérias.

Anseio por manter contato com os distintos membros do Senado. Com certeza, tenho excelentes contatos com os pesquisadores, com a comunidade acadêmica, e espero que o Brasil, a Índia, a China, a África do Sul e o México, como a antiga Ministra Marina Silva nos informou, possam trabalhar juntos.

Posso dizer a V. Ex^{as} que o governo indiano, liderado pelo Dr. Manmohan Singh, que conheço muito bem, agora está trabalhando em um plano nacional de ação sobre mudança climática. Ele criou um conselho de mudança climática. Sou membro desse conselho e espero que V. Ex^{as} vejam algumas mudanças significativas na política que será anunciada, provavelmente, em breve, pelo governo indiano como resultado dessas pesquisas. Isso mostrará várias áreas de interesses comuns entre o Brasil e a Índia, e espero que isso leve ao desenvolvimento de alguns programas conjuntos, que beneficiarão ambas as sociedades.

Termino, agradecendo a V. Ex^{as} pelo grande privilégio que me deram. Sinto-me profundamente honrado. Como eu disse antes, trato esta como uma ocasião memorável e espero ter o privilégio de manter contato com V. Ex^{as} e com seus colegas.

Todos nós ansiamos por ver a ação do Brasil, e o que posso dizer, com grande admiração, é que tenho certeza de que posso esperar ver o que vai acontecer aqui. Penso que o restante do mundo está observando vocês e vai aprender com seu exemplo. Temos de aprender uns com os outros, e penso que isso levará à salvação da humanidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mais uma vez, agradecemos a presença do economista e cientista ambiental Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano passado, prêmio que recebeu juntamente com o ex-vice-presidente americano Al Gore, em reconhecimento aos esforços que realizam para ampliar o conhecimento sobre as mudanças climáticas e para que o mundo adote medidas capazes de neutralizar tais mudanças.

Desejo-lhe boa sorte nessa sua verdadeira cruzada, juntamente com o ex-vice-presidente norte-americano, no sentido, sobretudo, de conscientizar a opinião pública mundial a respeito da degradação ambiental resultante de ações humanas impensadas.

Conforme o Sr. Rajendra Pachauri viu, ele pode partir absolutamente tranqüilo, pois deixa aqui no Brasil verdadeiros militantes, verdadeiros soldados dessa causa. Ele deixa aqui, no Brasil, não apenas no meio

deste Senado, não apenas no meio do Congresso Nacional, mas no meio mesmo da população brasileira, pessoas absolutamente conscientes de que temos que continuar a travar essa luta, a desenvolver esforços visando a conter a ameaça à tranqüilidade não apenas desta, mas das futuras gerações.

Com tais palavras, reafirmo ao Sr. Rajendra Pachauri nossa adesão à luta que ele vem empreendendo. E que fique certo de que o sonho que ele está sonhando certamente é o sonho de todos nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

Peço a uma comissão de Senadores, integrada pelos Senadores José Nery e Romeu Tuma e pela Senadora Marina Silva, que acompanhe nosso ilustre visitante até a Chapelaria, para as despedidas do Senado.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, na qualidade de orador inscrito, por permuta com o Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, só para uma consulta à Mesa, se V. Ex^a permitir, com a licença do Senador que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Por quatro vezes, pedi a palavra pela liderança, por concessão do Líder do PTB. Não consegui falar em razão da ocupação pelas lideranças de todo o tempo. Hoje, deixei inscrito e pediria a V. Ex^a a palavra pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a fique certo de que...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Vou acompanhar o nosso visitante...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... o próximo orador será V. Ex^a, dentro deste revezamento que leva à tribuna ora um orador inscrito, ora um líder partidário.

Nós teremos o prazer de ouvi-lo logo após o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado pelo carinho e pela atenção de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria só me inscrever pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será inscrito como Líder do PSDB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Brasil responde à crise [mundial] de alimentos com mais produção”. Essa é uma manchete veiculada na edição de hoje de um folheto publicado pela Secom da Presidência da República, denominado *Em Questão*.

O que diz a matéria? Que um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem por meta alcançar 18 milhões de toneladas excedentes de alimentos por ano. Para tanto, o Governo vai criar um programa denominado Mais Alimentos, que cria uma linha de crédito de até R\$100 mil para cada pequeno produtor da agricultura familiar.

Vejam que é um recurso considerável. São R\$100 mil, para aumentar a produção de gêneros alimentícios em todo o País.

Sr. Presidente, todo e qualquer esforço desenvolvido pelo Governo, pelas autoridades, no sentido de aumentar a quantidade de alimentos, sem dúvida, vai resultar no barateamento dos custos da produção e, conseqüentemente, na redução do processo inflacionário ou na estabilidade inflacionária do nosso País, evitando-se, portanto, a queda do poder aquisitivo da população, que pode comprar mais alimentos nos supermercados, nas feiras, enfim, ter uma alimentação condizente com sua condição de pessoa humana. Pelo menos é isso que interpreto da parte do Governo.

Há, hoje, uma preocupação, reinante em todo o mundo, com a queda da produção de alimentos e também com o custo operacional das *commodities*, inflacionando os alimentos.

Ora, o mel é um produto alimentar que considere essencial do ponto de vista econômico, pois gera empregos, notadamente nas regiões mais pobres do nosso País, no nosso Nordeste. Conforme vou demonstrar, sua produção dá uma grande contribuição à economia do nosso País.

Posso citar o exemplo, Sr. Presidente, de um programa que está sendo desenvolvido no Estado de Sergipe, com as chamadas Casas de Mel. São áreas selecionadas antecipadamente pelo Governo, com potencial na produção de mel, aproveitando-se no semi-árido a vegetação existente, com o plantio de novas variedades melíferas. Municípios como Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo, Canindé de São Francisco, Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba, por intermédio de associações de apicultores, estão desenvolvendo esse trabalho, empregando muita gente.

O objetivo desse programa é instalar um centro, para receber toda essa produção, beneficiá-la e

acondicioná-la, para melhorar a comercialização do produto.

Sabemos que, além da geração de emprego, o mel representa o quê? Uma diversificação da produção no campo. Ele contribui, também, para a melhoria do reflorestamento. Na medida em que a produção do mel exige a folhagem, o plantio de variedades melíferas, o produtor rural, nas margens do rio São Francisco, por exemplo, ou dos afluentes, vai preocupar-se com o desmatamento e fazer o plantio de variedades que vão dar apoio e sustentabilidade econômica à produção de mel.

Mas, Sr. Presidente, o nosso semi-árido é uma área de múltiplo potencial, o semi-árido nordestino. Isso vale em várias esferas, em várias direções e em várias rubricas. Mais que isso, o semi-árido tem potencial para desenvolver-se e destacar-se não só na produção nacional de mel, como na internacional.

Tenho trazido dados, para demonstrar essa tese, não só sobre o mel, como também sobre outros produtos que consubstanciam o esforço do produtor rural nordestino. Tenho trazido dados para demonstrar essa tese. Tenho procurado chamar a atenção do Governo, no sentido de que o potencial da região nordestina precisa urgentemente ser aproveitado. E sei que isso não seria nenhum favor ao Nordeste, mas um tributo ao Brasil e um salto em termos de desenvolvimento nacional.

O exemplo que estou dando hoje é o da produção de mel, em particular, a do Nordeste.

Atualmente, o maior produtor mundial de mel é a China. Aquele país lança no mercado internacional 250 mil toneladas por ano de mel. Uma curiosidade: sua apicultura só conseguiu desenvolver-se em regiões semidesérticas, no interior da China, em uma área que equivale ao nosso Polígono das Secas. Por várias razões, a qualidade do mel chinês, em todo caso, vem sofrendo algumas críticas.

A Rússia, segundo produtor internacional, chega a 200 mil toneladas por ano. Novamente, sua produção de mel está situada nos desertos do interior e na Sibéria, em um vale entre dois desertos. A produtividade dos russos é boa, mas o inverno é rigoroso, e a temperatura chega a dez graus, o que torna suas condições de produção particularmente difíceis.

Os Estados Unidos vêm a seguir, com 120 mil toneladas por ano. Sua apicultura, como era de se esperar, é de alta tecnologia, e, novamente, a produção se localiza na região mais árida do país, em estados como Colorado, Arizona, Nevada e Texas.

Logo depois, vem o México, com 50 mil toneladas. Já falei: primeiro lugar, China; segundo, Rússia; terceiro, Estados Unidos; quarto, México, com 50 mil

toneladas por ano e cujo pólo de desenvolvimento agrícola são as regiões desérticas de Yucatã. Por último, vem a Austrália, com 45 mil toneladas por ano, com seus apiários situados nas bordas do grande deserto de areia no interior do país.

O Brasil não entra nessa lista, produz menos que qualquer um deles, já que não chegamos, atualmente, a 42 toneladas por ano.

Agora, vamos analisar a seguinte questão: o nosso Nordeste tem o período de 120 dias de floração em pleno semi-árido, fase onde ocorre uma intensa explosão de flores no chão, nas árvores, por todos os lados, flores que já revelaram um potencial produtor de mel fora do comum na nossa catinga, no nosso Nordeste. O exemplo mais claro disso é que uma das regiões do Nordeste, no Piauí, especificamente na Cidade de Picos – pena que o nosso Mão Santa, que está viajando, não está por aqui, nem o Senador Heráclito Fortes – desenvolveu um projeto muito bem-sucedido de produção de mel no semi-árido; tão bem-sucedido que, em pouquíssimo tempo, aquela região de Picos se transforma na capital nacional do mel.

Falei 42 toneladas por ano no Brasil, mas são 42 mil toneladas por ano. Faço a correção.

Picos é responsável por 15% da produção nacional de mel, lançando 6 mil toneladas por ano de mel, das 42 mil toneladas que são produzidas pelo Brasil inteiro, e era uma região sem tradição. O nosso Piauí, que hoje é a vanguarda, há 34 anos, não contava com nenhuma produção relevante de mel, ou seja, em 34 anos, um pequeno grupo de apicultores desenvolveu um projeto que transformou o Piauí no centro nacional de produção e, mais ainda, de produtividade.

Os apiários do Piauí chegam a produzir uma média anual duas vezes acima da média nacional. No Piauí, nós temos 80 quilos de mel por colméia; no Brasil são 35. E não fica só nisto. Se compararmos com o mundo, o Piauí, através da sua aduba floração, ganha no **ranking** internacional, já que consegue quase o dobro do melhor desempenho mundial, que é o Canadá, que consegue 55 quilos por colméia/ano.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me concedesse mais 3 minutos, porque já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência concede os três minutos solicitados por V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Corrigindo, mais uma vez, nós, por incrível que pareça, produzimos apenas 42 toneladas de mel por ano.

Vamos pensar no exemplo de Israel. Enquanto Israel produz 40 toneladas de mel por ano, o Brasil

todo produz 42 toneladas. E o mais importante e mais notável do exemplo de Israel é que sua área de produção de mel não ocupa 16 mil quilômetros quadrados. Portanto, é bem menor que Sergipe.

Estamos falando do deserto de Neguev e, portanto, de um clima onde a floração é efêmera, onde ela dura apenas míseros 20 dias.

Por outro lado, temos na nossa caatinga uma abelha especialmente adaptada. As condições botânicas, climáticas e, de uma maneira geral, biológicas para a produção do mel no semi-árido são absolutamente excepcionais.

No livro de Manoel Bonfim, chamado A Potencialidade do Semi-árido Brasileiro, os argumentos nesse sentido são irretocáveis e a conclusão não pode ser outra: o Nordeste pode se transformar na vanguarda e no maior pólo mundial de produção de mel.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Daqui a pouco concedo o aparte, com muito prazer.

A história da abelha. Não custa insistir que contamos com uma abelha abasileirada, especialmente produtiva. Trata-se de uma espécie desenvolvida recentemente, a chamada abelha com ferrão, que se adaptou esplendidamente às condições semidesérticas da caatinga. A história dessa abelha é curiosa porque ela surgiu no Brasil, ao que parece, por puro acidente. Até então, existiam no Brasil dois tipos de abelhas sem ferrão que ficavam restritas à região da costa e da mata atlântica. Por um acidente – e podemos até falar que se tratou de um bendito acidente – nos anos 50, uma espécie de abelha que tinha sido trazida dos desertos da África, a chamada abelha africana, fugiu de um laboratório em São Paulo. Fugiu e se lançou Brasil afora. Cruzou com as abelhas brasileiras e dessa união surgiu uma abelha africanizada, com ferrão, abelha essa que se adaptou maravilhosamente ao sertão brasileiro.

Essa abelha, além de estar plenamente adaptada, tem uma capacidade de produção de mel acima da média e se deu muito bem naquele ambiente das floradas de quatro meses do semi-árido nordestino.

Floração poderosa, abelha melífera, de altíssima produtividade.

(O Sr. Presidente fez soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou pulando os parágrafos para cumprir o tempo.

Chamo a atenção porque esse potencial continua subproveitado. Nunca foi objeto de planejamento

e apoio público de nenhum governo até bem recentemente.

Não se trata de exagero. Basta lembrar que os atuais campeões mundiais, como China, Rússia, México, Estados Unidos e Israel, têm dificuldades para a produção de mel, dificuldades que não teremos no dia em que nos lançarmos a uma produção séria, científica e planejada.

Nos Estados Unidos, com toda tecnologia, sua produção é pequena, é menor que a dos grandes produtores, China e Rússia. O México, que vem logo depois no *ranking*, apresenta produção também pequena. Imaginem, 45 mil toneladas! Está claro que podemos enfrentar.

Uma vez que haja planejamento e uma plena organização chegaríamos a 200 mil toneladas de mel, somente no semi-árido. E mel de primeiríssima qualidade, Sr. Presidente. Não podemos deixar a nossa hora passar.

É preciso chamar a atenção não só do Governo, mas de todos os envolvidos com essa questão no sentido de começarmos uma campanha nacional para transformar o Nordeste, particularmente a caatinga, no éden internacional da produção de mel. E nós sabemos que o apiário oferece para a sociedade mel, pólen, geleia real, própolis, cera e outros derivados. Não se trata apenas do mel. Além de favorecer todas as plantações também contribui para a saúde da população.

As propriedades do mel todos conhecem, não é preciso que eu me refira aqui às qualidades curativas do pólen, do própolis, da própria cera, que são utilizados desde tempos antigos, imemoriais, principalmente entre os séculos XII e XV, na aplicação de remédios curativos pela Medicina de então.

Este benefício, para a agricultura, de uma ampliação da produção de mel é dado que não se pode deixar de levar em consideração, Sr. Presidente. Onde existe o apiário, aumenta a capacidade das plantas, aumenta a produção agrícola das fruteiras, das plantas melíferas, e aumenta em até 10%. Existe uma enxurrada de trabalhos científicos mostrando a importância das abelhas na produção agrícola, na botânica, na economia e, especialmente, no meio ambiente. Meio ambiente que vem a ser, justamente, uma das preocupações que deve marcar todos os projetos políticos e sociais do século XXI para termos um planeta sadio, menos envenenado, como hoje nós comemoramos o Dia Internacional do Meio Ambiente.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a pode me conceder mais algum tempo? Já estou encerrando.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Se puder dar-me um aparte, Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se nós temos, hoje, uma produtividade alta, mesmo sem o apoio necessário, podemos então imaginar o semi-árido com pleno apoio do Estado, do Poder Público, com capacidade de, em um curto prazo, alcançar não só a maior produção de mel do mundo, 200 mil toneladas, Senador, e também oferecer à sociedade o melhor mel do mundo, como também a melhor produtividade internacional.

Senador Romeu Tuma, é um prazer. Concedo um aparte a V. Ex^a, porque estou finalizando aqui...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Desculpe, o nosso Senador do Amapá, está dizendo que, desde que ele assumiu o cargo de Senador, é o discurso mais doce que ele já ouviu neste Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu quero dizer a V. Ex^a que a difusão da produção do mel, Senador, é importantíssima. O Japão é um grande consumidor,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – ... principalmente do própolis brasileiro. Se V. Ex^a tiver acesso, eu gostaria que nos trouxesse um vidrinho de própolis, porque sei que é mais puro do que aqueles que, às vezes, compramos no mercado nacional, em que há mistura e que, provavelmente, não sejam feitos com o puro própolis das abelhas que produzem o mel nas regiões a que V. Ex^a se referiu. Cumprimento V. Ex^a e digo que realmente é um discurso doce.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a. E fica mais doce com o seu aparte.

Concedo um aparte ao Senador pela Paraíba, Senador Carlos Dunga.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso que faz. V. Ex^a não só traz um discurso doce, como pronuncia o ilustre Senador Tuma, mas também forte. V. Ex^a traz a alternativa do Nordeste, a alternativa do semi-árido, a alternativa do trabalhador daquela região que, além do mel, tem outras fontes hoje, como o desenvolvimento do leite...

(Interrupção do som.)

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – ...a caprinocultura, a bovinocultura, os projetos de irrigação. Então, V. Ex^a fala com muita propriedade. Por isso, quero associar-me ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Dunga.

Quero também enfatizar, mais uma vez, que o Governo vai abrir um programa denominado Mais Alimentos. Ora, se existe um programa em que há a concessão de financiamento, de estímulo à produção agrícola, nada melhor que, aproveitando essa situação, esse programa, o Governo estimule a produção de mel no Nordeste do Brasil. Competiremos, então, em termos até superiores, com os grandes países produtores de mel, como Rússia, China, Estados Unidos e México.

Agradeço a V. Ex^a a generosidade da permanência na tribuna por esse tempo.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Rosalba Ciarlini

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a traz a esta Casa assunto da mais alta importância para o nosso Nordeste, para os nossos Estados, para o semi-árido.

Parabenizo V. Ex^a, porque é importante estimular, incentivar e apoiar a apicultura em nosso País e, de uma forma muito especial, no semi-árido.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Um momentinho, Senador.

Sei que temos todas as condições. Quando fui Prefeita, começamos o programa de apicultura na cidade de Mossoró. Estive, sábado, na Expofruta e tive a oportunidade de conhecer muitos produtos que têm como base o mel, além do mel *in natura* que é exportado, gerando renda e agregando valor à economia local.

Parabéns! Vamos juntos nessa luta, que é muito doce.

Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Raimundo Colombo, de Santa Catarina.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero registrar, Sr^a Presidente, a presença, no Senado, das seguintes autoridades do Poder Judiciário do meu Estado: o Juiz de Direito de Lajes, Dr. Stanley da Silva Braga; o Dr. João Marcos Buch, também Juiz; e os Drs. Carlos Fernandes e Jorge, Promotores de Justiça. É um prazer tê-los aqui. Sejam bem-vindos!

Era apenas esse o registro que gostaria de fazer.

Obrigado, Sr^a. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Concedo a palavra...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, gostaria de fazer uma verificação. Embora a Secretária seja cuidadosa. Eu era o próximo, como Líder. A Senadora me pediu o lugar, e eu falaria em seguida a S. Ex^a. Agora, disse que não posso porque a lista está conflitante. Consulto V. Ex^a se eu perderei a vez ou ficarei no lugar...

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Não, Senador. Na realidade, V. Ex^a não perderá a vez, mas terá de esperar um pouco, porque, após V. Ex^a, já tínhamos o registro do Senador Eduardo Azeredo. Antes, haverá uma comunicação inadiável também e, em seguida, falará o Senador Augusto Botelho. Então, V. Ex^a teria de esperar mais três oradores.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr^a Presidente. Gostaria só que me informasse qual a minha posição, pois eu havia visto aí que era o próximo.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Após o Senador Augusto Botelho...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senadora, só para concluir, cedo o meu lugar e fico esperando. Se não der tempo, marcarei outro dia. É a quinta vez que sou inscrito como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – V. Ex^a está inscrito como Líder, mas fez uma permuta com a Senadora...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Mas eu tenho de voltar à Comissão. Eu, realmente, cedo o lugar e aguardo a vez que V. Ex^a achar que...

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – V. Ex^a, como sempre, com muita elegância, é muito cortês com a Senadora Kátia Abreu.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Tranqüilamente, porque é sempre importante o que ela fala.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN.) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Fico aguardando.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, Sr^a Presidente, de solicitar ao Senador Augusto Botelho, se S. Ex^a puder, que ceda para o Senador Romeu Tuma sua posição, passando assim para adiante. (Pausa.)

Senão eu iria descer da tribuna e dar o lugar ao Senador Romeu Tuma, que tem sido muito gentil e delicado conosco sempre que pode nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senadora Kátia, V. Ex^a terá o tempo de cinco minutos; antes, porém, eu gostaria de fazer uma referência a amigos do nosso Estado, da cidade de Porto Mangue, lá da nossa belíssima Costa Branca, onde

fica a foz do rio Piranhas-Açu. Estão aqui presentes, visitando-nos, o Sr. Titico, futuro Prefeito, a Vereadora Mariazinha, Presidente da Câmara; os Vereadores Jailson Fernandes e Carlinhos do Rosado; a Suplente Zuleide de Logradouro – veja que lá tem uma porção de mulheres nessa luta –, e a Sr^a Clarinha. E também aqui registro o Dr. Antonio Tomaz, que não pôde estar presente, mas representado por um colega que também está aí ao lado de Titico.

Sejam bem-vindos e muito obrigada pela visita.

Passo a palavra, agora, à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Valadares pelo pronunciamento e apenas fazer uma recomendação a S. Ex^a: da próxima vez em que vier falar de um assunto tão maravilhoso e extraordinário, traga amostras grátis para cá, do mel e do própolis, porque nós todos estamos precisando. (Pausa.)

Obrigada.

Sr^a Presidente, desde o último dia 30 de maio, a Unale – União Nacional dos Legislativos Estaduais, está sob o comando do Deputado Estadual do meu Estado do Tocantins, César Hanna Halum.

Trata-se do primeiro tocantinense eleito para presidir a instituição, que reúne mais de mil Deputados Estaduais de todo o País e que atua no cenário nacional, participando de debates de grandes temas.

César Halum, que atualmente é Vice-Presidente de Assuntos Econômicos, do Diretório Regional do Democratas do Tocantins, tomou posse na Presidência da Unale para o biênio 2008/2009, durante a realização da 12^a Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, realizada no dia 30 de maio, em Fortaleza.

A posse de César Halum foi muito prestigiada, com um quórum de mais de 70%, inclusive por todos os seus colegas Deputados do Tocantins, entre eles o Presidente do Legislativo do Tocantins, Deputado Estadual Carlos Henrique Gagum.

Experiente político e Parlamentar, César Halum, que é médico veterinário por formação, está no segundo mandato de Deputado Estadual, tendo presidido a Assembléia Legislativa do Tocantins em 2005 e 2006. Sua carreira teve início em Araguaína, segunda maior cidade do Estado, situada na Região Norte, onde foi eleito Vereador em 1988.

Antes de ser aclamado Presidente da Unale, César Halum exerceu o cargo de Primeiro-Tesoureiro, experiência que, segundo ele próprio declarou, foi importante no processo de amadurecimento que o levou

a merecer a confiança dos associados e a condução à Presidência da entidade.

Quero, portanto, parabenizar meu amigo e correligionário, Deputado Estadual Democrata César Halum, que certamente vai trabalhar incansavelmente para manter os Legislativos Estaduais mobilizados em todo o País e honrará o nome do nosso Partido, o Democratas, e o nosso Estado do Tocantins.

Na Presidência da Unale, César Halum terá oportunidade de fortalecer a atuação da entidade, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos seus onze antecessores, em especial o Deputado Estadual do Rio Grande do Sul pelo PMDB, Alexandre Postal, que presidiu a entidade no biênio anterior com muita competência.

Com foco principalmente na defesa dos interesses dos Estados e do fortalecimento do princípio federativo, a Unale atua também na prestação de diversos serviços aos Deputados como forma de apoiá-los no exercício do mandato.

A 12ª conferência da Unale, realizada em Fortaleza no último dia 30, reuniu mais de 600 Parlamentares Estaduais de todo o País.

A reforma tributária foi tema central do evento do qual tive a honra e a oportunidade de participar como palestrante, ao lado de outras personalidades políticas como o Ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, os Deputados Federais Ciro Gomes e Antonio Palocci, e o ex-Governador Germano Rigotto.

A conferência resultou na elaboração da Carta de Fortaleza, com as considerações e posições dos Deputados Estaduais sobre a proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, quero dizer aqui que todo o Tocantins está em festa, torcendo pelo nosso Deputado César Halum, homem público competente, brilhante, que tem um imenso compromisso com o nosso Estado. Tenho certeza de que S. Exª vai brilhar a frente da Unale. Eu, particularmente, como sua amiga pessoal, estou envaidecida por tê-lo à frente dessa entidade tão disputada por tantos Deputados competentes de todo o País.

O nosso Tocantins, Estado mais novo da Federação, ganhou presente duplo: a Presidência da Unale e a indicação do Deputado César Halum, que é um brilhante parlamentar do nosso Estado.

Muita obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, a Sra. Rosalba Ciarline, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Augusto Botelho. Entretanto, antes de S. Exª, a Senadora Rosalba falará como última permuta com o Senador Augusto Botelho.

Senador Tuma, depois de tanta confusão, V. Exª vai falar.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ainda bem que as mulheres Senadoras gostam de mim!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de passar a palavra à Senadora Rosalba, faço uma correção: quando disse que o Brasil produzia 42 toneladas, na realidade deveria ter dito que produz 42 mil toneladas de mel por ano, podendo chegar a duzentas mil toneladas. Foi um erro de datilografia no discurso escrito.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Se revisão do orador.) – Sr. Presidente, como estou inscrito para falar, como Líder do PSDB, logo após o Senador Tuma, gostaria de um esclarecimento. Falará agora a Senadora Rosalba, depois, o Senador Tuma e, depois, eu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador será o Senador Romeu Tuma; em seguida, o Senador Valter Pereira e, pela Liderança do PSDB, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Houve uma modificação então?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A nossa Secretária vai explicar pessoalmente a V. Exª como se fez essa fusão de oradores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sou um mineiro pacato, mas não queria que passassem na minha frente; só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A nossa Assessoria é muito correta quanto a isso. Ademais, o Senador que preside a sessão obedece religiosamente o Regimento; assim, jamais teria interesse em prejudicar os oradores que estão inscritos e que têm todo o direito de falar.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria saber de V. Exª a minha posição na lista de oradores. Prevalence realmente a lista que está na mesa com V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Depois do Senador Augusto Botelho, falarão os Senadores Valter Pereira e Jayme Campos. V. Exª é o sexto inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Tem a palavra Senadora Rosalba Ciarlini, finalmente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Valadares.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de prestar um esclarecimento. V. Ex^{as} já devem ter ouvido notícias de que o Governo anuncia, por meio da Petrobras, a instalação de uma refinaria no Rio Grande do Norte. Na realidade, estão querendo, com a informação transmitida pelos meios de comunicação, encobrir a verdade, que é bem outra. Vou explicar a V. Ex^{as}.

O meu Estado, o Rio Grande do Norte, produz petróleo e gás natural desde o final da década de setenta. Dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostram que, na produção terrestre, somos o maior produtor de petróleo e o terceiro de gás natural.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, o nosso pequeno Rio Grande do Norte, a preços de hoje, já contribuiu, em pouco mais de trinta anos de exploração, com mais de R\$150 bilhões para a riqueza nacional. Só de 2000 até hoje, foram mais de 220 milhões de barris de petróleo e mais de 10 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Sr. Presidente, desde 1984, com três plantas de processamento, dois gasodutos e mais um terceiro em implantação, abastecemos com gás natural as indústrias do Ceará, de Pernambuco e, em menor escala, as da Paraíba e as do meu Estado. O gás natural sai do nosso Estado pelo Gasfor, gasoduto que atende o Ceará, mas um outro já está sendo construído, tendo em vista a previsão de uma siderúrgica no Ceará. Cabe-nos destacar, ainda, que abastecemos esses Estados com o GLP, mais conhecido como gás de cozinha.

A União Federal, detentora dos bens minerais, inclusive os do subsolo, concedeu, por contrato, o direito de exploração e produção da maioria dos campos de petróleo e gás natural existentes no território potiguar à Petrobras.

Após a Emenda nº 9, algumas áreas de menor expressão foram concedidas a empresas privadas, cujos resultados ainda não são do conhecimento público.

Reconhecemos os benefícios econômicos e sociais dessa exploração e a competência que tem a Petrobras para explorar, obter lucros e também para cumprir com as determinações no sentido de respeitar o que é direito do povo, ou seja, o pagamento de **royalties**.

Quem visitar a região semi-árida do nosso litoral norte, da nossa grande Mossoró, da região central, da região oeste, ficará impressionado com os campos de petróleo, os cavalos mecânicos puxando diuturnamente petróleo e gás natural do nosso subsolo e a grande estrutura industrial destoando da paisagem seca daquela região, sem contar com os poços urbanos que funcionam nas ruas de Mossoró.

Na realidade, Srs. Senadores, o que nos preocupa é que essa riqueza não é renovável. Se novos campos não forem descobertos, dentro de vinte ou trinta anos, estaremos tamponando os buracos que antes foram feitos para retirar o ouro do nosso subsolo. E o nosso Estado, como que por direito, sempre teve o sonho, a esperança de ter uma refinaria.

Quando foi anunciada a refinaria para o Nordeste, pensou-se que nada seria mais lógico do que compensar o nosso Estado escolhendo-o para abrigar essa refinaria. Quando a riqueza acabasse, Senador Jayme Campos, quando não tivéssemos mais petróleo, ficaríamos com algo que seria grande compensação para o desenvolvimento, para gerar emprego, para compensar a riqueza que saiu do nosso subsolo. Infelizmente, por uma decisão política – frise-se: política – do Governo Federal, foi para Pernambuco. Muito bem, o Estado de Pernambuco precisa de emprego, geração de renda, e ganhou a refinaria.

Agora há a expectativa de uma segunda refinaria, e essa refinaria está sendo colocada para o Maranhão.

Já se fala em uma terceira refinaria para o Nordeste, que seria uma refinaria prêmio, para refinar em torno de seiscentos mil barris/dia. Essa refinaria está indo, já se fala, para o Ceará.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Estadual Alvaro Dias, que já foi Deputado Federal, que conhece bem essa realidade do petróleo e o quanto temos nos frustrado com relação a essa questão da refinaria.

Agora, como que para tentar cobrir o sol com a peneira, diz-se que será feita uma refinaria no Rio Grande do Norte. Não é verdade! O que vai acontecer é a ampliação da planta de Guamaré, onde já existe o aproveitamento do gás, onde já temos uma planta de óleo diesel, de gasolina para aeronaves e, agora, vão colocar uma planta para gasolina.

Só que esse investimento é algo em torno de R\$100 milhões. E quanto é que custa uma refinaria? Anuncia-se que uma refinaria prêmio seja algo em torno de R\$20 bilhões. Lá, em Pernambuco, já são R\$2 bilhões que estão sendo anunciados na refinaria.

Estão querendo realmente tapar o sol com a peneira. A população do Rio Grande do Norte, que aqui represento, está indignada porque, mais uma

vez, seremos esquecidos pelo Governo Federal numa questão que é importante e é decisiva para o futuro do nosso Estado.

Então, eu não poderia me calar de forma alguma. E quero dizer que não podemos aceitar esse tratamento discriminatório e injusto, porque merecemos e temos o direito, é um direito da nossa terra, da nossa região, do nosso povo ter a compensação. Da primeira vez, quando perdemos a refinaria para Pernambuco, o Governo Federal anunciou que faria investimentos compensatórios, e vi a Bancada do meu Estado toda reunida lutando por uma planta petroquímica, uma planta de PVC, que não foi para o nosso Estado. Mas ficou a questão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que seria um grande aeroporto de carga, um grande aeroporto na esquina do Continente, porque a localização é Natal. Mas, na realidade, essa compensação também não aconteceu.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Senadora, peço que V. Ex^a conclua seu pronunciamento.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Conceda-me apenas mais dois minutos, porque já estou concluindo.

Mas vejam que para o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, passados já dois anos, os investimentos não chegaram, e fica sempre a questão de um estudo que não sabemos quem está fazendo nem quando será concluído para que se dê continuidade às importantes obras do aeroporto.

Então, Sr. Presidente, Senador Raimundo Colombo, V. Ex^a, do Estado de Santa Catarina, que traz aqui a voz do seu povo, que defende o seu Estado, se V. Ex^a tem noção do sentimento de indignação e revolta que trago do meu povo – porque essa refinaria, por direito, é do Rio Grande do Norte – sabe que não podemos nos calar, nos acomodar ou, simplesmente, dizer “amém” à vontade daqueles que não querem, de boa vontade, ajudar o meu Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Rosalba Ciarlini.

Convido o Senador Romeu Tuma para usar a palavra como orador, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Colombo, agradeço a V. Ex^a e ao Presidente por terem me inscrito depois de cinco tentativas oferecidas pela Liderança do meu Partido. Também quero agradecer à Comissão de Infra-Estrutura, que está fazendo um trabalho sério na apuração da verdade sobre as negociações da Variglog e seguiu os Líderes para que pudéssemos ter a oportunidade de usar a tribuna. V. Ex^a sabe o quanto é difícil, em razão das prioridades corretamente regimentais, o uso do microfone. Espero que os Senadores Eduardo Azeredo e Augusto Botelho também possam usar da tribuna.

Senador Raimundo Colombo, V. Ex^a, que tem usado a tribuna, que tem falado várias vezes, sabe a importância da oportunidade de falar sobre um fato, sobre algo que, no momento, exige a nossa presença na tribuna. Passados os dias, perde praticamente a razão de ser, porque outros fatos vão acontecendo no decorrer da semana.

Mas ainda acho oportuno falar sobre o Projeto Calha Norte, instituído pelo Presidente Sarney durante sua gestão à frente do País. Tenho, algumas vezes, ocupado a tribuna para dizer que, em futuro não muito distante, a importância de qualquer país entre as nações corresponderá apenas a seus recursos naturais, especialmente a diversidade e a amplitude da flora e fauna, além da qualidade de meio ambiente e quantidade de reservas minerais que consiga preservar. Tudo colabora para que isso aconteça, independente do que queiramos ou não.

Hoje recebemos o Prêmio Nobel da Paz do Meio Ambiente, Rajendra Pachauri, a quem cumprimento. Cumprimento também o Presidente, por ter dado a oportunidade de que os brasileiros tomem conhecimento da política de defesa ambiental, por meio deste Senado, na pessoa do Prêmio Nobel da Paz, que vem lutando por isso, o indiano Rajendra Pachauri. Seu nome é difícil de pronunciar, mas todos o conheceram, em virtude de sua presença e de seu pronunciamento nesta Casa.

Alguns fatos relacionados mutuamente motivaram a minha vinda à tribuna. Dizem respeito à Amazônia, sem dúvida o maior bioma terrestre e que, naquele porvir geopolítico, garantirá ao Brasil a merecida posição de liderança no mundo. É exatamente isso o que a cobiça estrangeira tenta impedir depois de, durante séculos, só haver produzido a devastação de recursos autóctones para os transformar em lucro. Em seus países, os que hoje alongam a vista sobre a Amazônia deixaram um rastro de destruição. Aqui, suas alevisias são repudiadas por nós, os brasileiros,

porque sabemos quanto sacrifício custou aos nossos antepassados conquistar e manter a maior selva do Planeta praticamente intacta.

No mês passado, o ilustre General Augusto Heleno Pereira, Comandante Militar da Amazônia, alertou o País para a insuficiente atenção governamental dedicada à região pelo menos há vinte anos. Não faz nenhuma referência a governos que passaram pela direção da Nação. Seu protesto desencadeou furor, soou como um brado de resistência ou ameaça aos interesses que procuram contrapor-se aos destinos brasileiros sob a camuflagem proporcionada por ONGs, missões pseudo-religiosas e coisas assemelhadas.

Cumprimento V. Ex^a, Senador Raimundo Colombo, pela direção e presidência na apuração do que representam hoje, em prejuízo aos brasileiros, as Organizações Não-Governamentais, que não têm tido nenhuma fiscalização, recebem valores altos e não têm trazido nenhum progresso, aquilo que se esperava do terceiro setor. Para tanto foram criadas as ONGs. Confio em V. Ex^a e sei que, apesar de todas as dificuldades e de todos os obstáculos apresentados durante as reuniões das ONGs que preside nesta Casa, V. Ex^a os têm enfrentado com destemor, coragem. Sem dúvida nenhuma, conseguirá o sucesso, para o bem de todos os brasileiros. Não podia deixar de registrar isso aqui.

Resolveram pagar para ver, isto é, acirraram a campanha de internacionalização, mediante publicações orquestradas em poderosos jornais e revistas norte-americanas e européias. Parece um “vai ou racha”. Até um pré-candidato à presidência dos Estados Unidos se envolveu no despudorado movimento, incorporando-o às suas propostas de campanha, sob o rótulo de globalização da Amazônia.

Dias atrás, na esteira da substituição da Marina Silva, nossa íntegra Senadora, a quem respeitamos tanto, pelo Sr. Carlos Minc à frente do Ministério do Meio Ambiente, surgiu a idéia de criar uma força nacional para vigiar a Floresta Amazônica. No meu pensamento, não vejo como melhor caminho, Senador Augusto Botelho, apesar desse bioma merecer toda a vigilância possível, ainda mais quando recrudescer a campanha, almejando privá-lo da jurisdição nacional.

Senador Augusto Botelho, Senador Raimundo Colombo, recebi um telefonema do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, há cerca de dez dias. Em resposta a uma consulta minha, ele informou que estava autorizando a liberação, Senador Paim, de 600 novos policiais federais, para ocuparem vários setores da atividade da Polícia Federal.

O então candidato José Serra apresentou como proposta a criação de uma força idêntica na Amazônia. À época, conversei com ele, porque havia uma

preocupação das Forças Armadas e da própria Polícia Federal a respeito do que representaria essa guarda na Região Amazônica. E agora até faço um apelo ao Presidente Lula: pense em aumentar o efetivo da Polícia Federal, que teve um aumento muito pequeno na Região Amazônica, porque, dentro da Constituição, eles têm o poder de Polícia, de abrir inquérito, de punir a responsabilidade por crimes praticados na Região Amazônica. Nós temos Sivam, Sipam e Pró-Amazônia e tantos outros projetos que não estão dentro da nossa expectativa, inteiramente na vigilância dessa Região. A Polícia, sem dúvida nenhuma, pode tomar várias providências, por meio das informações que podem ser fornecidas por esse equipamento de primeira, que tanto debate custou a esta Casa quando da sua aprovação.

Então, eu gostaria não de uma guarda florestal, mas sim do aumento do efetivo da Polícia Federal, porque há regiões, Senador Augusto Botelho, em que existem dois ou três policiais, que trabalham numa área enorme, com dificuldade pela inospitalidade de alguns setores para a ação de vigilância e de repressão, quando necessário, àqueles que praticam o crime na Região Amazônica, como derrubada de árvores ilegalmente, queimadas e tantos outros que têm sido denunciados, quase diariamente desta tribuna, por Senadores, como o nosso Jefferson, que é do Amazonas, conhece profundamente e sabe as necessidades que passam os amazônicos naquela região.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte no momento que entender mais adequado?

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. V. Ex^a demonstra uma sensibilidade enorme com todo o aspecto social e não poderia ser diferente na questão ambiental, em que estamos tratando da vida do nosso povo e da nossa gente. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e pela preocupação. Eu conversava com o Senador Augusto Botelho, que conhece muito bem a Amazônia. No dia de hoje, apresentei uma PEC que dispõe, principalmente, que qualquer grupo estrangeiro que quiser comprar terra na Amazônia terá que ter a decisão final do Senado. Isso mostra a preocupação com a nossa Amazônia que queremos também expressar neste dia de debate do meio ambiente. Há outros pontos na PEC que o Senador Augusto Botelho já me alertou que haveremos de corrigir. Mas o eixo principal dessa PEC é esta questão: que fique muito claro que a Amazônia é nossa e que quem quiser, grandes grupos estrangeiros, comprar terra na Ama-

zônia terá que passar, primeiro, pelo crivo do Senado. Cumprimento-o pelo pronunciamento. Parabéns pela sensibilidade que tem mostrado, em todas as áreas, em defesa da vida.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a principalmente pelo grito de alerta de que a Amazônia é nossa. Não há o que discutir e não há o que ceder a quem quer que seja.

Ouçõ o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, que tanto luta pelo seu Estado e, depois, o Senador Augusto Botelho, companheiro, que tem sido tão gentil comigo e conselheiro médico permanente.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Romeu Tuma, quero cumprimentar V. Ex^a pelo momento oportuno em que fala sobre a Amazônia. Na verdade, há uma verdadeira histeria em relação à Amazônia brasileira. Nós brasileiros temos a obrigação de defender a soberania nacional. Estão constituindo uma força nacional visando a preservar a Amazônia, mas, na verdade, o que precisa ser constituída, Senador, é uma força nacional para fazer a regularização fundiária da região. Precisamos de uma força nacional para combater incêndios, sobretudo dentro das reservas indígenas, e também nos parques nacionais, onde temos alguns milhões de hectares de terra. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, valoroso, brilhante e opeioso Senador Romeu Tuma, por quem tenho o maior respeito...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ... para que V. Ex^a tenha conhecimento, apenas um gringo chamado Johan Eliasch adquiriu 160 milhões de hectares de terra no Amazonas. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, meu querido amigo, só no Mato Grosso, há 1.377 propriedades rurais espalhadas pelo Estado, no total de 755 mil hectares de terra na mão de estrangeiros. Se não bastasse isso, o Estado de São Paulo tem 11.424 propriedades, tanto na área urbana quanto na rural, totalizando 504 mil hectares. O ilustre Senador Paulo Paim propõe aqui, por meio de uma PEC, que toda e qualquer aquisição de imóvel na Amazônia ou neste País, por parte de estrangeiros, evidentemente, tenha de passar pelo Congresso Nacional. Eu estou propondo, Senador Paim e Senador Romeu Tuma, a agência regulatória no território nacional, mais ou menos na mesma direção do projeto de V. Ex^a. Nesse caso, Senador Romeu Tuma, temos a certeza absoluta de que vamos acabar com esse movimento contra a Amazônia, na qual vivem 25 milhões de brasileiros. E o maior responsável pelo desmatamento nessa região é o próprio Governo Federal, que não tem instrumento nem ferramenta. O Incra, a bem da verdade, não atende a nem 10% da demanda em relação à questão fundiá-

ria, à regularização, como da mesma forma o Ibama, que é responsável pela política ambiental e também não cumpre com sua missão, sobretudo de fazer a fiscalização. Da mesma forma é a questão dos manejos sustentados. A Amazônia é nossa! Evidentemente, a Amazônia tem que ser do brasileiro, na medida em que tomamos conhecimento, neste plenário, de que o Brasil tem mais de 350 milhões de hectares de terras de reservas públicas, que são do Governo brasileiro. Eu imagino que esses 350 milhões são o quarto maior País do mundo, no Planeta, em termos de extensão territorial. Nós precisamos de uma política para a Amazônia; uma política clara, definida, para que o homem amazônico também seja respeitado na sua plenitude. São 25 milhões de brasileiros que estão naquelas florestas à mercê de uma política pública condizente com a nossa realidade, sobretudo para que possamos ter cidadania plena, não só para nos engrandecer, mas sobretudo para aquele cidadão sofrido que mora na região amazônica do nosso País. Agradeço, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a e quero incorporar os dados que V. Ex^a fornece. Não sei se poderei conceder mais apartes. Vou solicitar a V. Ex^a que seja publicado como lido o restante do meu pronunciamento, mas gostaria de ouvir o Senador Augusto Botelho, que me cedeu o lugar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Queria apenas que V. Ex^a fosse rápido, para nós darmos agilidade aos trabalhos, mas permito o aparte com o maior prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Tuma, eu pedi o aparte para elogiar V. Ex^a, que, como brasileiro, patriota, está defendendo realmente o Calha Norte. O Calha Norte é uma das coisas que tem feito com que a nossa soberania seja mantida na Amazônia. Por causa do Calha Norte, nós aumentamos o efetivo militar na Amazônia – hoje talvez haja quase 25 mil homens. E precisamos aumentar também, além dos membros da Polícia Federal, como V. Ex^a falou, o efetivo militar dentro da Amazônia. E a Polícia Federal, Senador Tuma, antes de vigiar as florestas, tem que vigiar o transporte de drogas pela Amazônia.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – É a prevenção permanente, que é uma obrigação da Polícia Federal. Então, quando se fala em criar um guarda florestal, ele vai ter só que observar se tem queimada ou corte, ele não poderá, provavelmente, exercer o poder de Polícia, para responsabilizar criminalmente quem age como V. Ex^a descreve aqui.

Queria, depois, dar uma palavrinha com o Senador Jayme Campos antes de S. Ex^a sair.

Desculpe-me, Senador.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Então, depois que fizeram o Sivam, as drogas estão passando por terra. No ano passado, foi preso um Celta com 200 quilos de cocaína dentro da área indígena, que não é o caminho normal – eles vêm pela BR-104. Ele desviou, entrou pela área indígena, mas, por azar, foi pego. Então, as drogas estão passando mesmo é por dentro do meu Estado. Nós temos que aumentar o efetivo da Polícia Federal para vigiar isso, porque nós temos uma fronteira muito grande, seca, com a Venezuela, que dá para passar de carro, e a droga vem de lá. Vem de avião pequeno, aterrissa dentro da Venezuela, depois vem por terra. A Venezuela não tem um sistema de vigilância como o nosso, eles voam bem à vontade lá. Mas no Brasil eles não podem mais entrar porque, quando entram, são detectados. Só não são detectados se voarem muito baixo. Então, temos que aumentar o nosso efetivo de vigilância por terra. E a Polícia Federal desempenha muito bem o seu papel, apesar da deficiência de pessoas. Se a gente aumentar o contingente de pessoas lá, tenho certeza de que a droga será... A droga e o armamento, porque também passa armamento como contrabando. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador Augusto Botelho, em recente encontro casual que tive com o Governador do Amazonas, Eduardo Braga, ele me disse que foi levantado e confirmado o plantio de coca na fronteira do Brasil com a Colômbia. Fizemos várias diligências quando se plantava ipadu na região de Cabeça do Cachorro, e hoje há essa descoberta na fronteira brasileira com a Colômbia.

Então, com essa pressão sobre as Farc, talvez os plantadores achem melhor plantar no território brasileiro. Com a falta de eficácia das Forças Armadas brasileiras, que praticamente tomaram a medida de esvaziar o sul para colocar no norte várias unidades militares, mantendo uma presença mais efetiva na Amazônia, talvez haja alguma dificuldade...

Senador Jayme Campos, V. Ex^a perguntou sobre o Ibama, o Incra e outros órgãos. O Projeto Calha Norte, como foi concebido pelo Presidente José Sarney, tem estrutura para a ocupação de terceiros. São seis os Ministérios responsáveis pela participação efetiva no Projeto Calha Norte, não só pelo desenvolvimento econômico de Tabatinga, de São Gabriel da Cachoeira e ou outros Municípios que hoje vão se desenvolvendo, mas para manter a vigilância do Incra, da Funai, de todos, porque não tem ninguém lá. Não tem ninguém que cumpra a obrigação legal para que foi constituído o Projeto Calha Norte.

Então, venho alertar que não podemos deixar de estimular a permanente... Tenho os dados numéricos.

Houve um ano aqui em que o Orçamento deu zero para manutenção. Foi uma briga dentro deste plenário para se poder dar pelo menos a sobrevivência do Calha Norte.

Sr. Presidente, eu poderia conceder um aparte ao Senador João Durval?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Peço apenas que seja rápido.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu já vou encerrar, Presidente, depois V. Ex^a autoriza a publicação por inteiro.

O Sr. João Durval (PDT – BA) – Senador Romeu Tuma, quero me congratular com V. Ex^a por esse excelente pronunciamento que está fazendo aqui em defesa da nossa Amazônia. Quero dizer que concordo em gênero, número e grau com os apartes que foram dados a V. Ex^a pelos colegas Paulo Paim, Jayme Campos e Augusto Botelho. V. Ex^a falou, ainda há pouco, que o interessante seria aumentar o efetivo da Polícia Federal para que se fizesse toda a segurança da Amazônia. E esta semana, estarecido, eu li que, na fronteira da Amazônia com os demais países, como a Guiana, a Venezuela, a Colômbia, a Bolívia, só existiam 11 homens da polícia federal para guardar toda essa área. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a e concordo plenamente que talvez o correto seja a ampliação dos efetivos da Polícia Federal. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Peço que realmente haja o aumento direcionado à ocupação das unidades da Polícia Federal na região amazônica, nos pelotões de fronteira e, sem dúvida nenhuma, no patrulhamento ostensivo da região.

Nós contamos com a coragem e com a vocação de alguns delegados e policiais que lá militam há anos na defesa do território nacional. Temos exploração não só da madeira mas dos garimpos. Há um garimpo de brilhantes que é o melhor do mundo.

Eu estive na ONU na ocasião em que foi proibida a exportação de diamantes da África pela exploração que a Inglaterra fazia. Aqui no Brasil há a presença da Polícia Federal tentando apaziguar a comunidade indígena com os garimpeiros, e a proteção às riquezas, parece-me, está em segundo plano.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Tenho outros dados importantes, mas não quero extrapolar o tempo que V. Ex^a me concedeu.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, há tempos, venho afirmando desta tribuna que, em futuro não muito distante, a importância de qualquer

país entre as nações corresponderá apenas aos seus recursos naturais, especialmente a diversidade e amplitude da flora e da fauna, além da qualidade de meio ambiente e quantidade de reservas minerais que consiga preservar. Tudo colabora para que isto aconteça, independentemente do que queiramos ou não.

Alguns fatos relacionados mutuamente motivaram a minha vinda à tribuna. **Dizem respeito à Amazônia, sem dúvida o maior bioma terrestre e que, naquele porvir geopolítico, garantirá ao Brasil merecida posição de liderança no mundo.** É exatamente isto o que a cobiça estrangeira intenta impedir depois de, durante séculos, só haver produzido a devastação de recursos autóctones para os transformar em lucro. Em seus países, os que hoje alongam a vista sobre a Amazônia deixaram um rastro de destruição. Aqui, suas aleivosias são repudiadas por nós, os brasileiros, porque sabemos quanto sacrifício custou aos nossos antepassados conquistar e manter a maior selva do planeta praticamente intacta.

No mês passado, o ilustre General Augusto Heleno Pereira, Comandante Militar da Amazônia, alertou o País **para a insuficiente atenção governamental** dedicada à região pelo menos há 20 anos. Seu protesto desencadeou o furor das bruxas. Soou como brado de resistência ou ameaça aos interesses que procuram contrapor-se aos destinos brasileiros sob a camuflagem proporcionada por ONGs, missões pseudo religiosas e coisas assemelhadas. Resolveram pagar para ver, isto é, **acirraram a campanha de internacionalização**, mediante publicações orquestradas em poderosos jornais e revistas norte-americanos e europeus. Parece um vai ou racha. Até um **pré-candidato** à Presidência dos Estados Unidos envolveu-se no despuddorado movimento, incorporando-o às suas propostas de campanha sob rótulo de globalização da Amazônia.

Dias atrás, na esteira da substituição de Marina Silva, nossa ínclita Senadora, pelo Sr. Carlos Minc à frente do Ministério do Meio Ambiente, surgiu a idéia de criar uma **Força Nacional para vigiar a floresta amazônica**. Não vejo nisso o caminho correto, apesar desse bioma merecer toda a vigilância possível, ainda mais quando recrudescer a campanha almejando privá-lo da jurisdição nacional.

Ali, temos nevrálgicas fronteiras, que constituem focos de preocupação, **embora convivamos pacificamente** com a vizinhança. Tivemos insofismável prova disto, recentemente, quando surgiu o clima de beligerância entre Colômbia, Equador e Venezuela devido às FARC.

Aliás, **em abril de 2006, um grupo de oito narcoterrorista** travou combate de 40 minutos com a guarnição

do Exército Brasileiro na área de fronteira de Cucuí, no Amazonas. Dois colombianos foram capturados e um terceiro morreu. Os demais fugiram. Em poder dos presos, nossos militares apreenderam 100 mil dólares, 170 mil euros, 100 mil reais, 1 bilhão e 100 mil bolívares, três fuzis, uma pistola e um revólver, além de copiosa munição.

Todavia, a repressão **ao narcotráfico e aos traficantes** de armas constitui apenas uma faceta do imenso trabalho desenvolvido pelas Forças Armadas na região. Falou-se, agora, em estabelecer a tal força amazônica, **esquecendo-se de que muito mais importante e urgente é acelerar o Programa Calha Norte**, este sim o bom caminho. Por si só, o programa elide a necessidade de providências daquele tipo. O Calha Norte parece-me o melhor meio de, ao mesmo tempo, dinamizar a presença do Estado brasileiro na região e suprir as necessidades básicas dos amazônidas.

Soberania e desenvolvimento de maneira ordenada continuam como palavras-chaves desse programa que envolve o trabalho permanente de vários órgãos federais, entre eles a Funai, o Ibama e a Polícia Federal, ao lado das Forças Armadas. O Calha Norte foi implementado sob a égide do Governo José Sarney na década de 80. Sob o ponto de vista sócio-econômico, significa algo promissor e abrangente. Vai muito além do seu valor militar.

Objetiva manter integrada e preservada a parte setentrional do País, onde circulam 10% de toda a água doce existente na Terra, concentram-se 5% da biodiversidade do planeta, existe potencial de riquezas minerais ainda imensuráveis e situam-se mais de 10.000 quilômetros de fronteiras, da Guiana Francesa até a **Bolívia. Com as modificações** introduzidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o programa passou a abranger 2,74 milhões de **quilômetros quadrados, isto é, 32,23% do território nacional**, possuidores, além do mais, de enorme potencial turístico.

Tanto esplendor territorial **não caiu do céu. A partir dos bandeirantes, sucederam-se heróis conhecidos e anônimos nas lutas que resultaram em sua existência** como parte inseparável do solo brasileiro. Entre esses vultos, distinguimos paradigmas como Plácido de Castro, o “Conquistador do Acre”, e o Marechal **Cândido Mariano da Silva Rondon. Ao longo da história**, vemos ainda se destacarem figuras exponenciais, como a do **Barão do Rio Branco. Mas, devemos também reverenciar os milhões de amazônidas orgulhosos de superar toda sorte de dificuldades para exercer a cidadania brasileira.**

Como Vice-Presidente, participei dos trabalhos da **Comissão Mista Especial instituída pelo Congres-**

so Nacional em maio de 1995 para reavaliar o então Projeto Calha Norte, visando seu revigoramento no sentido da integração da **população setentrional brasileira aos níveis de desenvolvimento das demais regiões**; propor novas diretrizes ao projeto que definam uma **política de ocupação racional da Região Amazônica**, bem como vistoriar e apresentar sugestões sobre as demarcações das áreas indígenas localizadas no norte do País”.

Em dezembro de 1996, apresentamos o relatório final ao então Presidente do Senado, excelentíssimo Senador José Sarney. Quanto à desproporção dos investimentos oficiais, o que ali está escrito parece retratar a realidade de hoje. Basta compará-lo com as verbas orçamentárias efetivamente aplicadas através dos orçamentos da União nos últimos anos.

Em 2004, a dotação do Calha Norte foi de R\$ 64,3 milhões, com o resultante pagamento de 41 milhões, ou seja, o percentual executado ficou em 63,87%.

No ano seguinte, a **autorização orçamentária** subiu para R\$ 236,6 milhões, com execução de 55,89%, correspondentes a R\$ 132,3 milhões pagos.

Em 2006, dos R\$ 191,5 milhões **autorizados**, foram despendidos 140,9 milhões, isto é, 73,6%. E, em 2007, dos R\$ 455 milhões inscritos na LOA, foram gastos apenas R\$ 30,8 milhões, correspondentes a 6,79%.

No corrente exercício, a execução orçamentária do Programa Calha Norte chega, até agora, a 0,19% dos R\$ 303,9 milhões orçados, pois somente R\$ 584 mil foram pagos.

Ressalto que, apesar desses transtornos, muito já foi feito pelo Calha Norte. Entretanto, muito há ainda por fazer com vistas à melhoria dos sistemas de vigilância e a bem equipar os pelotões de fronteira mantidos pelo Exército, de maneira a tê-los sempre prontos para a ação com a máxima rapidez e eficiência. Conhecimento, experiência e adestramento não lhes faltam, mesmo porque, atentas à escalada de cobiça estrangeira, nossas Forças Armadas deslocaram há anos sua maior atenção do sul para o norte do País. As instalações e qualidade de ensino presentes no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), do **Exército em Manaus, dão-nos a dimensão desse cuidado**. O CIGS acolhe, inclusive, militares de nações amigas e civis interessados em aprender técnicas de sobrevivência na selva.

Resta ampliar o número de unidades e os efetivos militares existentes. O mais, a exemplo de centenas de obras civis de infra-estrutura, está em andamento através de convênios celebrados por quatro Estados e quase duzentas prefeituras com o Ministério da Defesa. O progresso verificado em áreas como as

de São Gabriel da Cachoeira, onde surgiu o porto de Camanaus, e Tabatinga testemunham o acerto disso. Outros convênios, **como o que fez o Ministério das Minas e Energia para expandir a capacidade do Programa Luz para Todos, também garantem desenvolvimento**.

Precárias unidades de saúde transformaram-se em hospitais-modelo. Foram recuperadas e ampliadas dezenas de aeródromos, assim como erguidos os quartéis e outras instalações das Brigadas da Infantaria de Selva. Instalaram-se centros de treinamento profissional, como o de Tabatinga, e estabelecimentos de ensino especializado, como a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira e o Colégio Agropecuário de Benjamin Constant.

Incontáveis poços tubulares construídos para fornecer água potável, construção e equipamento de quinze centros de saúde em áreas indígenas, aquisição de embarcações transformadas em Unidades Volantes de Saúde para atendimento de comunidades isoladas, **demarcação de 36 áreas indígenas e criação de dezenas de creches** são outras realizações do Calha Norte. Além disso, entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí, ao longo de mais de 200 quilômetros das fronteiras com a Colômbia e Venezuela, surgiu a BR-307. No Amapá, podemos agora fazer o percurso Calçoene-Oiapoque pela BR-156.

Tais evidências, acrescidas dos fatos que enunciei no princípio deste pronunciamento, são mais do que suficientes para comprovar **quão importante é acelerarmos o Programa Calha Norte**, de maneira a atingir rapidamente sua fase auto-sustentável. Uma fase que resultará, sem dúvida, do progresso gerado pelas ações em andamento desde a década passada.

Tenhamos sempre presentes as palavras do saudoso General Rodrigo Octávio Jordão Ramos que, ao exercer brilhantemente o Comando Militar da Amazônia, afirmou:

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la.”

Sr. Presidente, era o que desejava comunicar ao Plenário.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Militares apóiam criação de frente parlamentar na Câmara

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Num plenário repleto de oficiais de alta patente, foi instalada ontem, na Câmara, a Frente Parlamentar de Apoio às Forças Armadas na Amazônia, que tem o apoio oficial de Exército, Marinha e Aeronáutica. A frente é formada, na sua maioria, por parlamentares da Região Norte, que têm discursos contrários à demarcação de terras indígenas e à presença de ONGs na Amazônia. Os três comandantes militares não compareceram, mas enviaram representantes graduados à solenidade. Em vários momentos, os oficiais aplaudiram discursos dos deputados.

O deputado Ernandes Amorim (PTB-RO) chegou a criticar a presença de um civil — Nelson Jobim — no comando do Ministério da Defesa, sem ser contestado:

— Sou contra a presença de um civil à frente do Ministério da Defesa. Tem que ser um militar, seja da reserva ou da ativa,

presença militar na Amazônia.

— A criação da frente pode trazer enormes benefícios para o país e a segurança nacional.

O general disse não desconhecer a posição dos deputados sobre Raposa. Ele preferiu não emitir opinião sobre a reserva porque o assunto será julgado pelo Supremo.

O deputado Moreira Mendes (PPS-RO) disse que, sem a presença dos militares na Amazônia, a região será totalmente entregue às ONGs.

que entende o que é caserna e que seja um nacionalista.

O coordenador da frente é o deputado Edio Lopes (PMDB-RR), contrário à demarcação contínua de Raposa Serra do Sol. Lopes afirmou que o comandante Militar da Amazônia, general Augusto Heleno, foi convidado para o evento. O ministério recomendou ao general que evite comparecer a audiências públicas no Congresso.

— Como diz o general Heleno, a política indigenista no Brasil é um equívoco — disse Lopes.

Ministro da Defesa diz que não se sente atacado

Na mesa principal do evento estavam o chefe do Estado-Maior do Exército, general Luiz Edmundo Carvalho; o brigadeiro Paulo Roberto Britto, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e o almirante Aurélio Ribeiro, chefe de Operações Navais. Carvalho disse que espera bastante da frente parlamentar em defesa da

O ministro Nelson Jobim disse que não se sentiu atacado. Afirmou que apóia e ajudou a articular a criação da frente para tornar mais ampla a atuação da bancada da Amazônia no Congresso.

— Os órgãos de defesa estão prioritariamente voltados para a Amazônia. Inclusive o plano estratégico de defesa privilegia o aumento do efetivo militar na Amazônia — disse Jobim, do Haiti. ■

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Convido o Senador Eduardo Azeredo a falar pela Liderança.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a posição do PSDB a respeito do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, é por demais conhecida. Eu, pessoalmente, já vim a esta tribuna tratar do assunto. No ano passado, apresentei um requerimento fazendo um apelo para que ele cedesse na questão da TV venezuelana que foi fechada, mas, hoje, quero voltar a dizer que acho temeroso e intempestivo seu comportamento, com fortes traços ditatoriais.

Assim, foi com certo alívio que li a notícia que levanta a hipótese de que, preocupado com a política interna, o presidente venezuelano tenha passado a condenar a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que antes elogiava. Tal mudança de opinião teria surpreendido, sobretudo, porque Chávez chegou a defender que o grupo libertasse todos os reféns em seu poder, declarando ainda que a América Latina não comporta mais guerrilhas. Ainda em janeiro, Hugo Chávez dizia que as Farc não eram um grupo terrorista, mas, sim, uma “força beligerante” com considerável projeto bolivariano. Mudou de opinião, portanto.

Especula-se que as novas declarações do Presidente venezuelano possam ser apenas uma “saída honrosa” para seus aliados narcoguerrilheiros, diante da provável derrota das Farc para o exército colombiano. A melhor explicação estaria, entretanto, na política interna da Venezuela, que passará por eleições para governadores e prefeitos em novembro deste ano. “E a situação do chavismo não é confortável”.

A aprovação do governo Chávez, medida pelo Instituto Interlaces, está em torno de 40%, bem abaixo dos 63% alcançados em 2006, quando de sua reeleição. Segundo o mesmo instituto, 70% dos venezuelanos são contrários à atuação das Farc. O quadro explicaria ainda outros recuos do presidente venezuelano, tais como a intenção de rever a Lei de Inteligência.

Caros colegas, ao fazer este breve pronunciamento, reforço minha posição de que Hugo Chávez, com seu comportamento, é sempre uma ameaça às relações internacionais na América. Seria muito bom para todos que essa notícia não se tivesse baseado apenas em percepções e que o presidente venezuelano estivesse, de fato, revendo seus atos e suas opiniões.

E, mais ainda, seria bom que o Sr. Marco Aurélio Garcia também refizesse sua opinião e considerasse

as Farc um grupo terrorista, não um grupo de oposição, como, lamentavelmente, esse membro do governo costuma dizer. As Farc são um grupo terrorista. E saúdo a mudança de posição do Presidente Chávez.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitando estes rápidos minutos – sou econômico em minha fala –, citar aqui uma questão do meu Estado de Minas Gerais que diz respeito à fábrica de helicópteros, um novo pólo aeronáutico que se vai firmando. No caso específico, trata-se da fábrica da Helibrás, subsidiária do Grupo Eurocopter no Brasil. A fábrica, inaugurada há 28 anos em Itajubá, no sul de Minas, é responsável pela montagem e venda da linha Eurocopter no Brasil.

As notícias são recentes. Eu tinha, há alguns meses, levantado aqui a questão de que, se houvesse uma nova linha de montagem, uma nova fábrica, era fundamental que ela fosse instalada pela expansão em Itajubá. Exatamente essa é a boa notícia. Realmente, o Município de Itajubá sediará a nova fábrica da Eurocopter, segundo informação dada pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas, Rafael Guimarães Andrade, que, junto com o Governador Aécio Neves, com o Vice-Presidente da Eurocopter na América Latina e com o Presidente do Conselho Administrativo da Helibrás, o ex-Governador Jorge Viana, ainda ontem, acertou os últimos detalhes para a criação desse novo pólo de produção de helicópteros de grande porte.

A nova fábrica demandará cerca de R\$500 milhões. A formalização do projeto deve ser feita brevemente.

Lembro ainda que a Helibras tem como acionistas a MGI Participações, pertencente ao Governo de Minas, e o Grupo Bueninvest, além, evidentemente, da Eurocopter. A Helibrás já é produtora, hoje, da maior parte dos helicópteros que estão no País. Da frota brasileira, dos 813 helicópteros em operação, 54% são modelos Helibrás/Eurocopter.

Portanto, quero fazer esse registro e cumprimentar o Governador Aécio Neves e toda a população da cidade de Itajubá, no sul de Minas, que se vai firmando ainda mais como um pólo nessa área de aeronáutica, somando-se ao pólo da Embraer em excelência de tecnologia, mostrando que temos condição de fabricar, inclusive, equipamentos de grande porte, como é o caso desses helicópteros. São helicópteros que transportam de 25 a 30 pessoas. Queria trazer, Sr. Presidente, essas informações.

Saúdo ainda a aprovação, ontem, do projeto que trata dos crimes eletrônicos pela Comissão de Assuntos Econômicos. Vejo aqui o Senador Romeu Tuma, que tem acompanhado esse assunto. Foi um passo muito importante o que foi dado ontem. A matéria, agora,

fica pendente da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para vir a este plenário. Ela foi fruto de consenso, com a participação do Senador Aloizio Mercadante, de representantes do Ministério da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional, dentro do espírito do Conselho da Europa para essa área. Portanto, fico muito satisfeito que, nesse substitutivo – pelo qual estou lutando há mais de três anos –, tenha se dado esse passo importante. Que possamos, brevemente, votar no plenário essa importante matéria, para proteger os bons usuários de computador e para coibir a ação de *hackers* e de ladrões que usam a Internet!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, como orador, por dez minutos. Em seguida, ao Senador Jayme Campos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as Mesas da Câmara e do Senado estão realizando importante simpósio alusivo aos 20 anos da Constituição de 1988.

Designado pela coordenação do evento, tive o prazer de coordenar o Painel II, realizado ontem à tarde no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Processo Constituinte e Participação Popular, eis o tema que ensejou a minha coordenação e que foi discorrido pelo advogado João Gilberto Lucas Coelho, pelo pesquisador e ativista Francisco Whitaker e pelo cientista político Adriano Pilatti.

A iniciativa dos Presidentes Arlindo Chinaglia e Garibaldi Alves merece todo o aplauso pela importância de que se reveste esse assunto. Afinal, Sr. Presidente, a Assembléia Nacional Constituinte não foi um acontecimento comum na história brasileira. Ao contrário, foi um divisor de águas que nos separou da opressão para resgatar ao povo brasileiro a liberdade e a democracia. Uma sociedade subjugada por mais de vinte anos não pode esquecer tão simplesmente o sofrimento por tanta tirania.

Ninguém pode esquecer também que as tribunas da Câmara e do Senado, esta tribuna que ocupamos aqui no dia-a-dia, foram trincheiras corajosas na defesa do povo oprimido. Destes microfones e dos microfones da Câmara dos Deputados ecoavam eloqüentes discursos, eloqüentes protestos, denúncias proferidas por brasileiros do quilate de Ulysses Guimarães, Alencar Furtado, Paulo Brossard, Pedro Simon, Miguel Arraes, Marcos Freire, Mário Covas e tantos outros heróis que não se calavam, que não se intimidavam diante das ameaças e dos arreganhos da ditadura. Alguns do

meu Estado, como Wilson Martins, que fora cassado na condição de Deputado Federal, Bezerra Neto, Edson Britto Garcia, dois Senadores e um Deputado, além de tantos outros que também em Mato Grosso do Sul se alistaram na resistência democrática.

O Parlamento brasileiro, Sr. Presidente, sempre foi o porto seguro de quantos eram perseguidos pelo regime militar. No Congresso, os oprimidos tinham voz. Na igreja, tinham asilo. Quantas vezes os próprios templos foram invadidos por tropas das Forças Armadas em busca de políticos que não aceitavam ser subjugados à tirania!

A mutilação do Congresso com dolorosas cassações, a contumaz censura à imprensa e o escancarado cerceamento à organização sindical não foram capazes de represar a vocação de liberdade que acabou vencendo o autoritarismo.

O movimento épico que precedeu a convocação da Assembléia Nacional Constituinte precisa ser analisado, precisa ser discutido e rememorado, até como uma ferramenta de defesa, para que, no futuro, aventuras como aquela que tanta dor trouxe ao povo brasileiro não se repita mais.

Na sociedade civil organizada, é preciso destacar o papel exemplar que foi cumprido pela Ordem dos Advogados do Brasil. Foi nas arcadas da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no dia 8 de agosto de 1977, que os advogados brasileiros tornaram pública a Carta aos Brasileiros. Documento forte, corajoso, que batia de frente com todo o *establishment*, com todo o sistema de opressão implantado em 64. Esse documento – lembro-me muito bem –, que teve a assinatura dos mais renomados juristas do País, foi feito sob a batuta do eminente advogado e jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, e está escrito como uma das mais belas páginas da história republicana. E foi uma reação que pontificou, naquele momento, todos os movimentos sociais, toda a reação pública contra o regime de força. Era uma reação institucional que ganhava uma extraordinária repercussão e que trazia, para o leito da resistência democrática, enormes e expressivos segmentos da sociedade organização: a mobilização da Associação Brasileira de Imprensa, da Igreja, dos sindicatos e dos estudantes.

Enfim, era uma luta que ganhava densidade, mas que também causava vítimas. Quantas cassações de mandatos, quantas suspensões de direitos políticos, quantas vidas sucumbiram durante aquele período sinistro da história brasileira! Wladimir Herzog e Edson Luís, lembro-me bem desses dois episódios. Wladimir Herzog, um jornalista que morreu nas dependências do DOI-Codi, sob implacável tortura; o outro, presidente da

UNE, líder estudantil. Ambos tombaram, mas deixaram um exemplo para a sociedade brasileira.

Alguns foram presos ou expulsos. Nesse caso, cumpre-me lembrar do Padre Jentel, padre francês que, a exemplo de tantos outros religiosos, estava alistado no combate ao regime militar. O Padre Jentel fora objeto de um processo na Justiça Militar, cujo auditor, um advogado brilhante – que mais tarde veio a ser eleito Deputado Federal –, Plínio Martins, resistiu a toda sorte de pressão para não condená-lo. E, efetivamente, ele acabou sendo absolvido.

Mesmo assim, Sr. Presidente, com todas as opressões, as forças vivas da Nação foram se unindo em cadeia contra a tortura, contra o cerceamento do Judiciário e da imprensa. Foi esse caldo de cultura que levou as massas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...para os monumentais comícios da campanha das Diretas, memorável campanha das Diretas. A emenda que visava a restabelecer o sufrágio universal e secreto fora de autoria de um conterrâneo meu, o Deputado Dante de Oliveira. Digo conterrâneo porque, a despeito de ser filho de Mato Grosso, naquele momento, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram um só Estado.

E que campanha cívica! Que belo espetáculo na história do Brasil!

Em meio a tanta truculência, o meu partido, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, cumpria o seu estóico destino: o de ser abrigo dos perseguidos. Nesse contexto, não posso esquecer uma figura ímpar que exercia a liderança do MDB na Câmara dos Deputados e foi meu líder, meu primeiro líder no Congresso Nacional, o Deputado Freitas Nobre, de saudosa memória. Mais tarde, esse grande movimento ganhou figuras exponenciais, como Teotônio Vilela e Severo Gomes.

Foi tudo isso, Sr. Presidente, foi esse movimento, toda essa mobilização nacional que desembocou na Assembléia Nacional Constituinte.

Quando o Poder Constituinte se reuniu...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Vou concluir bem rápido, Sr. Presidente. Sei que há outros colegas que querem falar.

Quando o Poder Constituinte se reuniu, não foi diferente a participação popular. Todos queriam discutir. Todos queriam participar. Todos queriam dar sua opinião. O Congresso Nacional transformou-se numa verdadeira Meca, uma Meca de esperanças de um povo que tinha sede de liberdade e de justiça social. Foi assim que nasceu a Constituição cidadã, assim deno-

minada por aquele que foi o ícone de toda essa resistência democrática, o nosso inesquecível líder Ulysses Guimarães. Foi assim que a escuridão institucional foi substituída pela claridade da democracia.

Hoje, assistimos ainda àquele espetáculo que floresceu na Constituinte em plena atividade. Quem ontem passou aqui pelos corredores da Câmara dos Deputados viu numerosos policiais militares, fardados, fazendo a sua postulação, porque o Congresso continua sendo a Meca daqueles que buscam a justiça social, que buscam o direito, que buscam a satisfação de suas esperanças. Ainda hoje, aqui mesmo no plenário, nós estamos vendo numerosos policiais militares, aos quais saudamos, aos policiais militares e policiais civis que vêm aqui em reverência ao Poder Legislativo e, mais do que isso, na expectativa de que o Poder Legislativo volte as suas atenções para os seus pleitos e discuta com eles aquilo que, em sua opinião, é de justiça e de direito.

Sr. Presidente, no momento em que se realiza esse simpósio, eu não poderia deixar de fazer este registro tão importante, porque é com esses registros que todos nós fazemos aqui, de episódios históricos, como foi a campanha das Diretas, como foi a resistência à ditadura e que nos levou à vitória sobre a truculência, que nós vamos manter as conquistas tão duramente alcançadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento o Senador Valter Pereira e convido o Senador Jayme Campos para usar da palavra.

Pela ordem, concedo a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Casa hoje fez uma sessão especial em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Eu gostaria de fazer o registro de que estive, há uma semana, a convite da Marinha, visitando a Antártica, onde temos um exemplo de preservação do meio ambiente, que é a base brasileira Comandante Ferraz, reconhecida como um exemplo de preservação do meio ambiente e da importância da Antártica.

Eu trouxe um relatório sobre a viagem, em que pudemos conhecer e ver de perto o trabalho dos pesquisadores, a luta de tantos brasileiros que ali se dedicam, enfrentando as maiores adversidades do clima, embora as paisagens sejam deslumbrantes.

Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa recebesse este discurso e o desse como lido, com o relatório da viagem que fizemos à Antártica.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA
SRA. SENADORA ROSALBA CIARLINI.**

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para confirmar, à nação brasileira e a esta Casa, a proficiência dos pesquisadores brasileiros que se dedicam à Antártica, o continente gelado do Sul. Participei, recentemente, de missão parlamentar que visitou o andamento dos trabalhos realizados naquela região e fiquei, de fato, muito impressionada com o que vi. Por esse motivo, gostaria de parabenizar os responsáveis por esta tarefa fundamental para o Brasil, que é a manutenção de nossa presença na Antártica, para fins pacíficos e de pesquisa, auxiliando os esforços internacionais para preservar a região.

Esta Casa já dedicou uma sessão solene para destacar a preocupação com o futuro do continente antártico, tão importante para o Globo terrestre e para a humanidade. A iniciativa é oportuna, pois estamos em meio às atividades do 4º Ano Polar Internacional, que mostra a relevância da preservação do ecossistema antártico. Naquela ocasião, um grupo de Parlamentares pôde conferir *in loco* a realidade dos pesquisadores nacionais e dos projetos desenvolvidos por lá.

Visitamos as instalações da Estação Comandante Ferraz, base do Programa Antártico Brasileiro, conhecido como *Proantar*. O programa é uma iniciativa comandada pela nossa vistosa Marinha, com apoio da Força Aérea do Brasil. Também participam da atividade os Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores. O esforço conjunto mostra que a Antártica deve ser prioridade para o Estado brasileiro.

Além disso, o trabalho dos pesquisadores do *Proantar* não seria possível sem o auxílio da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), que provê os cientistas brasileiros de uma estrutura de apoio para realizarem os estudos. Por meio do programa *Esantar*, eles prestam apoio logístico às expedições brasileiras na Antártica. A guarda, a manutenção, a distribuição e o controle dos materiais enviados, tanto à Estação Comandante Ferraz, quanto aos refúgios e aos acampamentos brasileiros na Antártica são de responsabilidade da *Esantar*. Acompanhei de perto esses trabalhos, e estendo à FURG e ao *Esantar* meus sinceros cumprimentos.

Com 2.250 metros de área construída, e instalações capazes de receber até 46 pessoas, a Estação Comandante Ferraz é distribuída em módulos científicos dedicados ao estudo das diversas áreas relacionadas ao meio ambiente antártico. Uma estrutura formidável,

recentemente reformada para estar apta a produzir a vanguarda na pesquisa científica nacional.

As pesquisas lá desenvolvidas pelos cientistas brasileiros contam com reconhecimento internacional. Por exemplo, o tratamento dos dejetos e a retirada de todo o lixo produzido na Estação, com mínimo impacto sobre o meio ambiente, é uma das atividades-modelo que realizamos, uma referência internacional. Muitas das descobertas têm revelado, cada vez mais, a importância do continente antártico para o ciclo da vida na Terra. A Antártica é o ar-condicionado do Planeta, e ajuda a regular a temperatura dos demais continentes. Segundo as mais recentes pesquisas, a Amazônia, os oceanos, o regime de chuvas, todos dependem do que acontece com a Antártica.

Aquele continente é, ainda, o mais desconhecido dos homens. É um grande deserto gelado, onde apenas poucas formas de vida conseguem sobreviver a condições climáticas tão adversas. Apesar da aparência imponente, é uma terra frágil. Pequenas influências e alterações no ecossistema causam consequências irreversíveis, com sérios danos potenciais à humanidade e à biosfera. Por isso, precisamos urgentemente proteger a Antártica da ação humana irracional.

Essa irracionalidade é a responsável pelo derretimento da camada de gelo, consequência da poluição e do aquecimento global. Nos últimos trinta anos, 8% da cobertura de gelo da Antártica desapareceu. Isso tem consequências nefastas sobre os mares do mundo, eleva os níveis dos oceanos, e coloca em risco a vida dos que vivem à beira-mar. Temos ainda o problema relacionado à destruição da camada de ozônio, que só foi detectado graças às pesquisas desenvolvidas naquele continente, permitindo que adotássemos medidas para eliminar os níveis de emissões do CFC, gás responsável por esse fenômeno.

Há, contudo, uma esperança de conservação do que ainda existe. A inspiração deveria vir do Tratado da Antártica, firmado em 1959 pelos países que reclamavam a posse do continente. O Tratado consagra a liberdade irrestrita para a pesquisa científica, o esforço de cooperação internacional e a utilização pacífica da Antártica; proíbe, expressamente, a militarização da região e sua utilização para explosões nucleares ou como depósito de resíduos radioativos. Atualmente, o Tratado conta com 45 países-membros, entre aqueles que têm status consultivo e não-consultivo. Há ainda o Protocolo de Madrid, que entrou em vigor em 1998, e preserva a Antártica exclusivamente para pesquisas científicas com fins pacíficos até o ano 2048.

Esperamos que esse espírito continue daqui para frente. O Programa Antártico Brasileiro tem dado exemplo de consciência ambiental. Presenciei, e faço

questão de mencionar nesta tribuna, a importância dessa consciência. Espero que os demais países sigam o modelo e colaborem para a preservação da Antártica, porque todos nós, das gerações do presente e do futuro, dela dependemos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a e recebe o seu pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos e, em seguida, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Raimundo Colombo, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, vim à tribuna para alertar as autoridades federais quanto à progressiva ocupação do território nacional por estrangeiros que adquirem propriedades rurais em nosso País. Somente na Amazônia Legal, conforme revelou o programa dominical *Fantástico*, da TV Globo, existem 3,1 milhões de hectares de terra em mãos de empresas e pessoas físicas de outras nacionalidades. Ou seja, uma área equivalente ao Estado de Alagoas.

O prestigiado matutino **Folha de S. Paulo** trouxe, nesse fim de semana, em longa reportagem, assinada pelos jornalistas Fernanda Odilla e Hudson Correa, informações ainda mais inquietantes sobre o tema. Segundo relatam os dois periodistas, um recente levantamento efetuado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, o Incra, destaca que no meu Estado, Mato Grosso, encontra-se a maior concentração de terras em posse de estrangeiros.

Eu já disse aqui em um aparte que fiz ao Senador Romeu Tuma que Mato Grosso tem 1.377 propriedades espalhadas em uma área de 754 mil hectares. A nossa região é a que mais cede espaço para as empresas e pessoas de outros países. No entanto, São Paulo é o Estado que registra o maior número de propriedades em nome de estrangeiros, ou seja, 11.424 casos, mas com uma área inferior à de Mato Grosso, somando apenas 504 mil hectares.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma invasão branca do nosso território, um atentado à nossa soberania, principalmente quando se sabe que os organismos federais não possuem qualquer tipo de monitoração ou controle de atividades de estrangeiros no mercado imobiliário nacional. Mesmo entidades do setor, como o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Mato Grosso, não reconhecem o volume de transações comerciais entre seus filiados.

Em matéria vinculada ontem pelo Jornal **A Gazeta**, de Cuiabá, o Presidente do Creci-MT, Sr. Carlos Alberto Lúcio da Silva, denuncia a intermediação direta

de órgãos estatais e associações rurais com agentes imobiliários internacionais.

Ele conta que as entidades responsáveis pelo controle de política agrária negociam com estrangeiros sem o menor cuidado e sem respeitar o direito dos corretores de imóveis que atuam no segmento.

De fato, órgãos como o Instituto de Terras de Mato Grosso vendem áreas por meio de licitações. É uma negociação legal, não há dúvida. Mas necessita ser revista e cercada de novos critérios para que seja feito acompanhamento de atividades que se desenvolverão nessas propriedades.

Outra situação inédita é que as modernas ferramentas da informação, como a *internet*, por exemplo, permitem um inusitado modelo de transação comercial não presencial. Por fotos, mapas e certificados, um comprador de qualquer parte do planeta consegue adquirir terras brasileiras.

Agora mesmo, o empresário sueco Johan Eliasch, proprietário de 160 milhões de hectares no Estado do Amazonas, adquiridos da Madeireira Ghetal, e que alegou ter comprado terras para a preservação do meio ambiente, foi multado pelo Ibama por comércio e transporte de madeira sem seguir a legislação ambiental brasileira. Esse é só um caso. Não sabemos o que projetam especuladores e capitalistas sobre a lucratividade de nossas terras.

Uma coisa é certa. O principal ativo econômico do Brasil é a fertilidade de seu solo. Quando o mundo fala em crise de alimentação, a comunidade internacional olha o nosso País como um grande banco de comida, uma reserva agricultável para a humanidade.

Estudos da Fundação Getúlio Vargas confirmam esse diagnóstico e mostram que as terras destinadas à agricultura e à pecuária se valorizam na média anual de 10% desde 2000. Mato Grosso ainda consegue um incremento maior com a majoração de 15% de suas propriedades ao ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é preciso muito esforço para entender que a fertilidade de nossas terras virou alvo de cobiça internacional. E a própria preservação de nosso bioma passa, necessariamente, por um controle mais rígido e criterioso na transferência de propriedades rurais para empresas e conglomerados estrangeiros. Também precisamos estar atentos em relação à própria especulação interna, motivada pela incessante busca do lucro, que coloca em risco a natureza e o sentido mais puro dos esforços pelo desenvolvimento sustentado.

Por isso, estou apresentando aos Pares desta Casa um projeto de lei que autoriza ao Executivo criar e implantar a agência reguladora territorial rural, que terá como obrigação fiscalizar, monitorar, controlar e

autorizar transações comerciais imobiliárias no setor agrário para que a ocupação dos nossos espaços rurais se dê no sentido da preservação dos interesses nacionais – tanto no campo estratégico da conservação do meio ambiente quanto na cuidadosa exploração dos nossos recursos naturais.

Em princípio, sou contra a intervenção do Estado na atividade econômica nacional, mas não há dúvidas de que em determinados setores deve haver uma regulamentação e um controle permanente. E a atividade rural há muito deixou de ser um negócio de roceiros de interior e passou a ser um setor estratégico para o desenvolvimento e o equilíbrio do País.

Vamos deixar de ser o país do futuro para ser o país do presente, do agora, quando olharmos para nossas riquezas naturais não como um santuário, mas como uma fonte de oportunidades para toda a nossa geração. Por isso, nossas terras devem ficar nas mãos daqueles em quem o Brasil pode confiar...

E, concluindo, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que muitos Senadores vêm a esta tribuna e, lamentavelmente, talvez não tenham – e não só nesta Casa como também na Câmara –, visão da nossa Amazônia, Senador Jefferson Praia. Quero deixar registrado de público, aqui, nos Anais da Casa, que nós não defendemos os devastadores da nossa Amazônia; ao contrário, nós queremos a preservação dela.

Eu, que fui Governador do meu Estado – meu irmão foi Governador, foi Senador –, fui Prefeito três vezes, sou Senador, conheço os 907 mil quilômetros quadrados do meu Estado, o Mato Grosso. Tenho esse privilégio. Estamos vivendo uma crise hoje, lamentavelmente, sem precedentes. Nós, amazônidas, que moramos na região amazônica, temos sido tratados como se fôssemos patos selvagens. Ninguém está defendendo aqui aqueles criminosos que desmatam, que querem acabar com a nossa natureza. Todavia, Senador Jefferson Praia, Senador Augusto Botelho, meu caro amigo Borges, nós temos que ter uma política clara, definida, para a nossa região. Hoje não temos regras claras para saber o que realmente pretende o Governo Federal fazer com os 25 milhões de brasileiros que moram naquela região.

V. Ex^{as} que são de outros Estados não têm acompanhado as nossas dificuldades. O Governo só fala em criar força nacional, cria-se a força ambiental, manda a Polícia Federal, mas não tem uma política clara. Estamos vivendo hoje um momento, Senador Augusto Botelho, de insegurança jurídica. É preciso que haja realmente uma política clara, definida, para que o Brasil tenha a visão de que muitos brasileiros que estão na região amazônica ali chegaram por indução do Governo Federal. E quem está defendendo a nossa soberania

somos nós que estamos lá; não é o cidadão que está no sul ou no sudeste deste País. Somos nós que estamos lá defendendo nossos interesses, sobretudo a soberania nacional.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a, homem que também vive da terra, sabe que, se as terras da Amazônia estivessem regularizadas em nome das pessoas que vivem lá, elas seriam muito mais protegidas, porque quem vive da terra trata bem a terra, Senador; quem vive do produto da terra trata bem a terra. Os que saem derrubando e destruindo tudo são pessoas que não vivem da terra! Por isso, temos que regularizar as terras dos homens da Amazônia, porque, com certeza, eles não vão deixar ninguém as invadir para tirar árvore sem autorização, de modo ilegal. Um dos grandes problemas dos homens da Amazônia, dos 25 milhões de pessoas que vivem na Amazônia, é que suas terras não estão regularizadas; principalmente nos próprios municípios as terras não estão regularizadas. Então, tem que se tomar uma posição neste País para definir a propriedade da terra na Amazônia. Aí, sim, o Governo não vai gastar nada para proteger as florestas, os animais, os mananciais, porque quem vive da terra cuida bem dela.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigada, Senador.

Estou concluindo, Senador Raimundo Colombo.

Quero aproveitar que está presente o brilhante Senador Tião Viana, grande Líder do PT, para fazer um apelo a V. Ex^a, como grande brasileiro, como homem conhecedor profundo da nossa região, até porque mora também no Estado do Acre. Queria pedir a V. Ex^a, sobretudo ao Presidente Lula, que é um homem coerente, sensato, um grande estadista, que tem um compromisso com a classe trabalhadora, que, em vez de mandar a Força Nacional, a Polícia Federal, que está gastando R\$180 milhões na Operação Arco de Fogo, mande para lá mais técnicos do Incra, mande mais pessoal do Ibama, para fazer uma fiscalização mais rígida, e mande realmente uma política definida.

Para que V. Ex^a tenha conhecimento, eu fui a Machadinho d'Oeste há poucos dias, presidindo a Comissão Externa de Riscos Ambientais. Em Machadinho d'Oeste, que V. Ex^a deve conhecer, no Estado de Rondônia, apenas 4% da população urbana e rural, até hoje, tem o título da terra em mãos. Noventa e seis por cento dos brasileiros que moram ali, das propriedades rurais e urbanas, não tiveram acesso ainda ao título da terra. É isso que induz, que manda o cidadão para a clandestinidade. Esse cidadão, muitas vezes, é obrigado a derrubar e a vender uma árvore de forma errônea, não permitida, naturalmente, pelas leis do

Brasil, para dar o sustento a sua família, porque ele não pode ter acesso a crédito algum. Nenhum banco lhe dá financiamento, porque ele não tem o documento da terra.

Então, é preciso fazer aqui uma força-tarefa, mandar mais técnicos do Incra para regularizar a situação fundiária. Não é só lá. No Mato Grosso, é a mesma situação. Sábado, estive em uma região chamada Baixo Araguaia, em meu Estado, onde se encontram dezessete cidades. A cidade onde fizemos o encontro chama-se Confresa, de 25 mil habitantes. Dos 25 mil habitantes que moram ali, acho que 15 mil são de famílias assentadas. Ninguém tem acesso ao título da terra. Há o maior clamor. Levantaram dez brasileiros, daqueles de mão calosa, vermelha, com o sol da Amazônia, fazendo um apelo: “Senador Jayme Campos, nos ajude a ter acesso ao documento da terra.” É isso que precisamos mudar. No dia em que o Governo fizer a sua parte, com certeza o cidadão que está ali – como bem disse o Senador Augusto, ele não quer ser nenhum desmatador de forma irregular – vai preservar a nossa fauna, a nossa flora. Agora...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...precisamos de uma política definida, clara, com marco regulatório, com segurança jurídica. Aí, sim, teremos, com certeza, homens, mulheres e jovens preocupados com a preservação. Caso contrário... O senhor tem acompanhado e visto, porque é homem sábio, inteligente, bem informado; semana passada, foram presas em Mato Grosso 43 pessoas que estavam comprando madeira de reservas indígenas – os próprios índios vendendo para os madeireiros. Então, o que acontece? Existe o corrupto e o corruptor. Nesse caso, o Governo Federal tem a responsabilidade, através da Funai, de fazer uma política de proteção às nossas reservas indígenas.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua bondade, na certeza absoluta de que a nossa voz terá de ser ouvida aqui no plenário desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento V. Ex^a e convido o Senador Augusto Botelho para falar pela Liderança.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Raimundo Colombo, apenas para pedir a minha inscrição para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – O senhor está inscrito, Senador Tião Viana.

O primeiro será o Senador Geovani Borges, depois, o Senador Augusto Botelho, pela Liderança, e logo em seguida o senhor.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, eu ainda não devia ter 30 anos quando li uma pesquisa surpreendente. Nela, o pesquisador, seriíssimo, dedicado e estudado, provava por “a” mais “b”, que a fonte que alimentava a violência e grassava a moral de uma sociedade não era a miséria e a desigualdade. Era, primeiramente, e sobretudo, a impunidade.

Três décadas depois, outros estudos se juntaram àquele e todos foram unânimes em reconhecer a impunidade como inegável chamariz à transgressão.

Esta é a razão pela qual subo a esta tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, e parabeno o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Tarso Genro pela sanção do pacote que agiliza julgamentos na área do Código de Processo Penal.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta segunda-feira, projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado, no final do mês de maio, que muda alguns itens do Código de Processo Penal.

Após serem assinadas, as novas regras entram em vigor dentro de 60 dias. O intuito das medidas é alterar pontos do Decreto-Lei nº 3.689/41, o Código de Processo Penal, de forma a tornar mais rápido o trâmite dos processos e simplificar as decisões judiciais.

Foram assinados três projetos de lei. O nº 4.203/01 modifica as regras do Tribunal do Júri e, entre outras mudanças, prevê redução no tempo dos debates. Atualmente, defesa e acusação têm duas horas nos debates e meia hora em eventuais réplicas e tréplicas. A nova regra estabelece uma hora e meia para os debates e uma hora para eventuais réplica e tréplica.

Já o Projeto de Lei nº 4.205/01 proíbe a juntada de provas obtidas de forma ilícita a processos. O objetivo é não contaminar os autos.

A mudança de procedimentos durante o curso do processo penal são propostas pelo Projeto de Lei nº 4.207/01. Entre outras coisas, ele determina que o juiz pode estabelecer o valor mínimo de indenização para a vítima, sem necessariamente ter o protocolo da ação civil na justiça para reparação de danos, sejam eles morais, financeiros, físicos ou psicológicos.

Entre as mudanças está o fim dos recursos contra penas acima de vinte anos.

A alteração impedirá que voltem a ocorrer casos como o da condenação e posterior absolvição do fazendeiro acusado de participar do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. Ele foi condenado no primeiro julgamento a mais de 20 anos e, por isso, ganhou o direito de ser julgado novamente. Era discriminatória. E deu no que deu.

Suzane von Richthofen, aquela moça de classe média alta de São Paulo que chocou o Brasil inteiro quando matou os pais a pauladas, com a ajuda do namorado, foi condenada a 38 anos de prisão, não poderá, por exemplo, quando completar 20 anos de prisão, ter um novo julgamento que diminua a pena dela.

Além disso, a legislação altera a votação pelos jurados. Hoje, eles, que não têm formação jurídica, precisam responder a algumas perguntas em linguagem formal e sobre questões técnicas do Direito. É comum, portanto, que não compreendam bem os quesitos e votam diferentemente do que pensam ou em total desacordo com as provas.

Na semana passada, o Ministério Público Federal emitiu parecer defendendo a anulação do júri que condenou o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves a 19 anos de prisão por matar a jornalista Sandra Gomide. A justificativa é de que houve erro na redação dos quesitos.

Com a nova regra, serão apenas três as perguntas básicas dirigidas aos jurados: se o crime ocorreu; se o réu foi o autor e se ele é inocente ou culpado. Em síntese, as principais mudanças são:

1 – A instrução e o julgamento do processo serão feitos em somente uma audiência;

2 – Extinção do segundo julgamento automático para os condenados a mais de 20 anos de punição;

3 – Autoriza o seqüestro de bens dos acusados, segundo o Código de Processo Penal;

4 – Utilização de tornozeleiras eletrônicas para monitorar os detentores que cumprem pena em regime semi-aberto ou são beneficiados com saídas da prisão no fim de semana e feriados;

5 – Os seqüestros relâmpagos serão tratados como crime (antes eram extorsão e/ou roubo).

Para o Advogado-geral da União, José Antônio Toffoli: “Esse pacote racionaliza o Processo Penal Brasileiro, o que vai intimidar aqueles que não querem cumprir a lei.”

As mudanças também terão impacto direto no julgamento do pai e da madrasta da pequena menina Isabella Nardoni, esganada e morta em 29 de março deste ano.

Com as novas regras, será reduzido de quatro para um o número de audiências de instrução, inquirição de testemunhas e produção de provas, por exemplo.

Nos julgamentos envolvendo crimes contra a vida, deixa de haver adiamento, deixa de haver adiamentos por ausência do réu. E não será mais permitida a leitura de peças processuais depois da apresentação do relatório pelo presidente do tribunal do júri.

Para um Código que já tem mais de meio século de vida e muita poeira entre suas leis, este é um

momento de júbilo e que merece o aplauso de toda a sociedade.

Era o que tinha dizer, no tempo regimental, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Raimundo Colombo, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quería aproveitar, Senador, para cumprimentar o Desembargador Régis, de São Paulo, que foi o relator, e também o outro juiz, que compreenderam toda essa situação que V. Ex^a descreveu e relataram com o objetivo bem claro de ter uma redação que desse velocidade, inclusive anulando a possibilidade do recurso natural de quem fosse condenado a mais de 20 anos ter um novo julgamento. Então, isso foi eliminado graças à experiência e ao conhecimento dos dois desembargadores que hoje são Deputados – estão aqui conosco.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a e insiro-a no meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho, como Líder, por cinco minutos e mais o que precisar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu falo em cinco minutos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma observação. Li naquele papelzinho que vem na mídia que o Presidente Lula baixou uma nova norma para o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Até hoje o teto de financiamento para os agricultores era em torno de R\$28 mil, mas o Presidente baixou uma norma aumentando o capital disponível para a agricultura familiar, de forma que poderão acessar até R\$100 mil. Acho que esse é um grande passo para a produção de alimentos no Brasil, porque a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro. Eu gostaria de me congratular com os agricultores familiares, com todas as Fetags e sindicatos rurais, porque os produtores terão acesso a mais crédito.

Mas o tema sobre o qual vou falar hoje é desigualdade salarial e aumento da escolaridade. O jornal **Valor Econômico**, do dia 27 de maio, trouxe importante matéria mostrando que o aumento da escolaridade média do trabalhador brasileiro está ajudando a

reduzir a desigualdade salarial em nosso País. A reportagem foi baseada em um levantamento realizado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (Universidade de São Paulo), que tomou por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Segundo a pesquisa, enquanto em 1981 uma pessoa tinha um salário 16,4% maior que outra com um ano de escolaridade a menos; em 2006, essa diferença caiu para 11,3%. Só um ano de escolaridade dava uma diferença de 16,4% de salário e, agora, está dando uma diferença de 11,3%.

Segundo a pesquisa, depois da década de 80, tem-se observado um aumento da desigualdade salarial provocada pela entrada no mercado de trabalho de poucas pessoas mais qualificadas, e por isso o Brasil estaria passando hoje por um período de transição entre os efeitos maléficos e benéficos do incremento educacional sobre os salários, que deve durar pelo menos mais quatro anos.

O aumento de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho faz com que seja preciso ter um nível de educação cada vez mais alto para que o salário seja expressivamente maior. Por isso, defendo tanto a importância dos Centros de Ensino Tecnológico, os Cefets, como os que temos em Roraima. Temos dois em funcionamento e um em construção no Município de Amajari.

Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que o mercado de trabalho tende a remunerar mais quem tem mais escolaridade. Porém, à medida que a qualificação começa a ficar generalizada, a diferença salarial tende a diminuir.

Por isso, o Brasil tem de investir cada vez mais em educação de qualidade. Precisamos qualificar cada vez mais nossos profissionais. Pesquisas recentes mostram que sobram vagas no mercado de trabalho para gente qualificada, especializada.

Em vinte anos a média da escolaridade dos trabalhadores brasileiros praticamente dobrou, segundo o **Valor Econômico**. Em 1981, o brasileiro assalariado tinha em média 4,4 anos de estudo. Até 2006, essa média subiu para 7,4 anos. Dentro desse total, o percentual de trabalhadores com ensino médio foi o que mais cresceu, de 16,6% para 38,3% no período.

O número de pessoas com diploma de graduação também sofreu uma alta significativa. Em 2006, as pessoas empregadas com ensino superior representavam 12,6%, frente a 8,7% em 1981.

A pesquisa mostra também que, no começo dos anos 80, a diferença entre o rendimento salarial médio dos 10% mais pobres e o dos 10% mais ricos da amostra da pesquisa era de doze vezes. No fim da

década de 80, a diferença salarial se acentuou devido ao ingresso de pessoas mais qualificadas no mercado de trabalho, e o salário médio dos 10% mais ricos chegou a valer 16,5 vezes a média do grupo dos 10% mais pobres.

Foi nos anos 90 que essa desigualdade salarial começou a cair, reduzindo para treze vezes a relação entre os maiores rendimentos e os menores rendimentos.

De 2001 a 2006 – já estou encerrando, Sr. Presidente –, essa diferença caiu ainda mais e ficou em 9,5 vezes. Segundo a pesquisa, os números mostram que os investimentos em educação estão dando frutos agora, mas ainda é preciso investir na qualidade da educação oferecida aos brasileiros.

Sr. Presidente Romeu Tuma, Senador Tião Viana, Senador Jefferson Praia, o que podemos observar com essa pesquisa é que a influência do fator educação nos salários tem aumentado atualmente, conforme cresce a presença de pessoas com ensino médio no mercado de trabalho. Isso porque, a partir dos anos 90, ganhou força a universalização da educação até o ensino médio, e 10% da queda da desigualdade salarial foi influenciada pelo aumento da escolaridade.

Esse percentual é obtido quando é comparada a evolução dos salários entre pessoas diferentes apenas em relação aos anos de estudo. De 2001 a 2006 o impacto da educação sobre a diminuição da diferença salarial foi ainda maior, de 22%.

Apesar da diminuição da diferença salarial, é importante ressaltar que hoje, apesar da melhoria da média de anos de estudo, ainda há muita gente no mercado de trabalho com baixa escolaridade, o que impede uma maior homogeneização dos salários dos brasileiros.

Quase a metade dos assalariados em 2006, 49% dos trabalhadores brasileiros, não havia concluído o ensino fundamental. Quase a metade dos trabalhadores!

Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs Senadores, Senador Paulo, o Brasil precisa, mais do que nunca, investir em educação de qualidade e acessível a todos os brasileiros e brasileiras.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– O Senador Jefferson está pedindo um aparte a V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)
– Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Quero apenas parabe-

nizá-lo pelas observações que V. Ex^a faz com relação à qualificação e ao nível de renda dos trabalhadores. Eu gostaria de contribuir com as reflexões que V. Ex^a faz neste momento, quando destaco a questão da qualificação e da empregabilidade. Hoje temos empregos no Brasil, mas não temos pessoas capacitadas, qualificadas para atender a essa demanda. Então, parabéns pela preocupação de V. Ex^a quanto à capacitação e qualificação dos trabalhadores brasileiros.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Inclusive no seu Estado, onde a tecnologia é mais desenvolvida no Brasil, eu sei que nós temos esse problema.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – De 2005 a 2006, fui Secretário Municipal do Trabalho, Emprego e Renda e tivemos a oportunidade de desenvolver trabalhos no sentido da preparação dos nossos trabalhadores para que eles pudessem ter a oportunidade de ter o emprego. Tínhamos a situação de ter emprego e não ter pessoas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – ...preparadas para atender à demanda. Parabéns, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadores Jefferson Praia e Sr. Presidente Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana para uma comunicação inadiável.5

Gostaria de comunicar à Casa que os relatores da mudança do Código de Processo Penal foram o Dr. Flávio Dino, Juiz Desembargador do Maranhão; e o Dr. Régis de Oliveira, Desembargador em São Paulo e, hoje, Deputado Federal.

Com a palavra o Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, na Amazônia, vivemos uma situação muito especial em relação à Amazônia cada dia se tornando mais importante no cenário nacional, no cenário internacional, por tudo que ela representa.

Hoje, o debate foi intenso na sessão especial lembrando o Dia do Meio Ambiente. Foi um debate ideológico, no qual houve profundidade nas discussões. As teses foram defendidas com absoluta liberdade.

E nós, da Amazônia, temos procurado, ao nosso modo, achar saídas. Há um reconhecimento pleno de que nós temos a maior reserva mineral do planeta, ali localizada, possivelmente. Nós somos detentores da maior floresta tropical do planeta da região, a maior

reserva de água doce do planeta e a maior concentração da biodiversidade. Então, isso não se constitui em pouca coisa. Isso representa um verdadeiro vetor que aponta uma saída definitiva de força para o Brasil como Estado forte, um Estado Nação à altura dos desafios do Século XXI.

Por essas e outras razões estratégicas, afirmase que o Brasil vai chegar ao ano 2030 como uma das três maiores potências do mundo. Portanto, temos o dever de cuidar muito bem da nossa Amazônia, de apontar saídas inteligentes e que correspondam ao que representa para todos nós.

No Estado do Acre, venho acompanhando este debate há muitos anos e, no ano de 2000, já pude apresentar uma emenda ao Plano Plurianual, defendendo recursos para que se viabilizassem as condições de estudo do potencial mineral do Estado, do potencial petrolífero, do potencial de gás, porque todo o nosso Estado está constituído dentro de uma região de bacia sedimentar. Temos a Bacia do Solimões de um lado, a Bacia do Madre de Deus de outro, com a Amazônia peruana nos cercando em 2.500 blocos e poços de petróleo, muitos deles funcionando, sendo colhidos. Alguns estão há poucos quilômetros da nossa fronteira em pleno funcionamento.

Temos a bela experiência vivida em Urucu, onde a Petrobras tira 9 milhões m³ gás por dia, devolvendo 7,5 milhões, porque ainda não há o gasoduto. Eu mesmo vou participar de uma missão com a equipe de representantes do Estado, o Governador do Estado, para mais uma visita à região de Urucu. Temos o Caruari, às margens do rio Juruá, que é o segundo pólo com maior potencial de gás do Brasil, ainda naquela bacia sedimentar.

E tenho procurado desenvolver parceria junto às instituições do Governo, que possam se aliar a essa causa. Procurei o apoio do Ministério de Minas e Energia, para que o meu Estado tivesse instalado o seu Departamento Nacional de Produção Mineral, o DNPM, porque o Acre não tem ainda. Essa unidade e estudos isolados aleatórios apontaram ricas presenças de cassiteritas, de tungstênio, presenças isoladas de gipsita, presença de calcário. Outros já têm estudos pedindo licenciamento para exploração até de diamante naquela região. Há indícios apontando forte reserva de linito no nosso subsolo, que é um pré-carvão, hoje muito utilizado nas térmicas de alguns países da América do Sul. Então é preciso que haja um estudo definitivo.

Enquanto se observa o mapa de estudos estratégicos por parte daqueles que buscam nas riquezas minerais saídas econômicas, observa-se forte desenho

de potencial mineral distribuído na Amazônia que não se vê nos órgãos oficiais.

Então, algo está acontecendo. Muitos ficam olhando apenas para o debate da soberania, da internacionalização, mas, na verdade, o gravíssimo problema do narcotráfico na Amazônia, o gravíssimo problema do potencial não definido, não desenhado, para uma intervenção estratégica do Estado brasileiro, além do potencial madeireiro, que é frágil, em termos do seu uso, do seu manejo sustentável, e as reservas de água doce do Planeta se constituem no nosso maior desafio.

Foi por essa razão que eu reivindiquei ao Ministério de Minas e Energia, ao então Ministro Silas Rondon, que tratou com muita sensibilidade o problema, e o atual Ministro Edison Lobão assegurou um inventário mineral para a nossa região da Amazônia Ocidental Brasileira, o nosso Extremo Oeste, que não tem ainda esse desenho estratégico feito.

Acredito que muito em breve teremos a resposta. Estamos finalizando o acordo entre o Governo do Estado da área de meio ambiente com o Ministério de Minas Energia e espero que o Acre possa dar uma resposta auspiciosa quanto ao seu futuro mineral para uso sustentável, respeitando todas as áreas de conservação, todas as áreas que digam respeito às reservas legais, que são sagradas para nós que fazemos políticas públicas no Acre no dia de hoje.

Não sei se o Senador Jefferson Praia quer fazer um aparte ou se vai falar depois. (Pausa.)

Com a generosidade do Presidente.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Quero apenas parabenizá-lo, Senador Tião Viana, diante da preocupação de V. Ex^a quanto ao potencial mineral da nossa região. Entendemos que temos de aproveitar nosso potencial mineral e madeireiro, na verdade, toda a nossa biodiversidade e toda a riqueza que Deus nos deu, de forma sustentável. Tenho certeza de que V. Ex^a pensa dessa maneira, quando propõe o inventário mineral. Eu gostaria de parabenizá-lo pela preocupação com o bom aproveitamento e com o encaminhamento de soluções nesse sentido. Parabéns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que sei que está nesta Casa com a mais elevada preocupação na defesa da partilha das riquezas minerais e estratégicas do Estado do Amazonas com a sua população. Uruçu é um exemplo disso. O que Uruçu tem contribuído, em termos de *royalties* e de arrecadação indireta, com as populações que vivem na Amazônia, é algo marcante para quem quer entender a compatibilidade entre preservação ambiental e uso inteligente das riquezas.

Então, Sr. Presidente, era esse agradecimento ao Ministro Edison Lobão pela atenção e a pronta busca

de uma solução de trabalho conjunto com o Governo do Estado na definição das potencialidades das riquezas estratégicas do Estado do Acre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

Esta Presidência quer saudar os alunos do curso de Direito da Faculdade Católica de Uberlândia. Damos-lhes as boas-vindas e agradecemos a presença dos senhores nesta Casa.

Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, como orador inscrito.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o querido amigo Romeu Tuma, nosso nobre Senador, líder destacado, as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Eu gostaria de abordar dois temas importantes para mim e de me posicionar em relação a eles.

Tenho recebido muitos *e-mails* e também tenho sido procurado por muitos vereadores em Brasília, nos últimos quinze dias, para tratar da questão da PEC que foi aprovada na Câmara dos Deputados e que está no Senado. A angústia dos vereadores é para saber se ela será votada ou não. Os *e-mails* e a sociedade reclamam exatamente do desperdício do dinheiro público, do excesso de gastos na área pública, que eu reconheço como verdadeiro.

A PEC aprovada na Câmara vem com uma medida importante, que é a diminuição do percentual a ser repassado para as câmaras de vereadores. Por outro lado, ela aumenta o número de vereadores, voltando quase ao número anterior.

Eu gostaria de enfocar isso sobre uma realidade que vivenciei como prefeito da minha cidade, Lages. Nós tínhamos 21 vereadores e passamos a ter 12. O que aconteceu de prático? Os nove que não se elegeram eram vereadores humildes, vereadores com serviços prestados, principalmente nos bairros mais pobres, que não tinham como conseguir mais votos do que conseguiram. A partir do momento em que se concentrou, eles perderam representatividade.

A origem dessa ação é que nós precisávamos reduzir custos. Isso não aconteceu. Por que não aconteceu? Porque, a partir do momento em que os percentuais a serem repassados ficaram os mesmos, as câmaras de vereadores, praticamente todas elas, por todo o Brasil, incharam, aumentaram o número de funcionários, procuraram ter novos equipamentos, e a verdade é que a sociedade não ganhou com essa decisão; ela perdeu, porque perdeu representatividade, as Câmaras empobreceram o seu debate, a questão das pessoas mais pobres não chegava, e o

objetivo mais importante, que era o de reduzir custos, não aconteceu.

Então, essa PEC corrige essa questão: ela devolve o número de vereadores, mas diminui o percentual. A reclamação é de que nós precisamos fazer com que esse número volte a ser um número real, porque baixou de 8 para 3,5 ou de 7 para 2,75. É uma medida muito drástica, e as câmaras não teriam capacidade de suportar essa redução.

O que nós temos que fazer? Negociar essa questão, porque é preciso reduzir o percentual, e acho que todos os vereadores concordam com isso. É desejável que se aumente o número, e as coisas não são incompatíveis; elas são possíveis de ser realizadas, reduzindo o custo, diminuindo aquilo que a sociedade paga para ter um Poder Legislativo, e é possível também trazer de volta uma maior representatividade. Elas não são incompatíveis, é possível fazer essa operação.

Para a eleição deste ano, isso não vai acontecer mais. Não há mais prazo, não há mais tempo, não há acordo aqui no Senado, de tal forma que não haverá essa tramitação em prazo – ou seja, até o final do mês – para ser votada a matéria. Caso houvesse uma mudança aqui, ela teria que voltar para a Câmara, são duas votações com quórum qualificado aqui, quórum qualificado lá, de tal forma que não teríamos condições de, modificando, vencer os prazos. Então, não haverá essa votação aqui no Senado.

O Relator, Senador Jarbas Vasconcelos, por quem tenho grande admiração, vai fazer aquilo que é correto: vai ouvir todos os segmentos, vai debater profundamente essa questão, vai ter o tempo necessário para fazer com que a gente consiga construir o melhor projeto para a sociedade. O Poder Legislativo é muito importante, a representatividade dele é essencial, mas nós também temos a necessidade de reduzir o custo do Poder Legislativo – creio – em todas as esferas: federal, estadual e municipal, porque isso é uma realidade que tem de estar presente.

Associo essa questão de reduzir custos e administrar melhor o dinheiro público a isso que está acontecendo agora na Câmara. A Câmara dos Deputados está em processo de votação para criar a tal da CSS. Pensei até que isso não seria votado. Eu não quis tratar do assunto na tribuna. Tenho sido cauteloso quando uso a tribuna, procurando abordar apenas temas importantes ou realmente fundamentais, que justifiquem eu estar aqui. Não quero tomar o tempo de ninguém e entendi que não deveria usar da tribuna, porque não acreditei, sinceramente, que o Governo tivesse a coragem e, mais do que coragem, o desrespeito de propor isso novamente. E não adianta vir com essa conversa de que isso é uma iniciativa parlamen-

tar porque – vamos ser sinceros – ninguém é idiota. O Governo quer, sim, aumentar o imposto, é dele a iniciativa. Por isso, está sendo votado na Câmara dos Deputados e, se aprovado lá – e provavelmente será –, virá para o Senado.

Eu vou votar mais uma vez contra. Não vejo nenhuma razão para aprovarmos essa medida, que vem mascarada, porque já não é mais uma emenda constitucional, mas uma lei complementar, o que muda profundamente, porque, para uma emenda constitucional, para uma PEC são necessários três quintos, enquanto que uma lei complementar exige maioria absoluta, ou seja, 41 votos. Imaginem se é possível aumentar imposto por lei complementar... E nem é imposto, mas contribuição, o que é pior, porque não é repartido com Estados e Municípios. Mas, na verdade, é imposto, porque, no fundo, tira do bolso do cidadão, e é cumulativo. Então, realmente não temos saída. Temos de lutar muito para rejeitar isso.

Saiu a CPMF, mas a arrecadação aumentou.

Todos os jornais, a imprensa, o Governo divulga isso. Até porque o Governo não foi passivo, pois aumentou o PIS, aumentou a Cofins e já arrecadou mais do que arrecadaria se houvesse a CPMF e não tivesse havido o crescimento da arrecadação.

Ora, todos os jornais mostram que o PIB está crescendo bem menos do que o dos outros países, é verdade, mas está crescendo. E, evidentemente, se aumenta o crescimento da economia, aumenta a arrecadação, e não há nenhuma razão, nenhuma justificativa para que votemos e criemos mais esse imposto.

Então, eu me posiciono claramente contrário, vou votar contra, acho isso uma coisa ruim.

O Senador Paulo Paim, aqui presente, sabe que a Revolução Farroupilha se deu exatamente dentro desses princípios. O Governo do Império taxou o charque, a carne, e o povo se revoltou. Era mais negócio comprar carne no Uruguai do que produzir e comercializar a nossa carne aqui. Foi um episódio dos mais épicos, mais importantes, do qual tenho orgulho, porque a minha origem é toda de Santa Catarina, Estado vizinho do Rio Grande do Sul, e participamos juntos da Revolução Farroupilha, em 1835, que durou dez anos e teve como bandeira a luta contra o aumento de impostos.

A Coroa Portuguesa cunhou uma frase aqui que era “vá para o quinto dos infernos”, porque os impostos aumentaram 20%, que representam um quinto, e isso virou um ditado popular que vejo repetido até hoje. Então, já houve guerra, já houve gente mandando para o inferno, mas, na verdade, o imposto continua aumentando. E o Brasil é um dos países que têm a mais alta

carga de impostos do mundo, num sistema complexo, ineficaz, que prejudica o desenvolvimento do País.

As pessoas têm dito que tirou a CPMF, mas não baixou o custo das coisas. Como não baixou? Evidentemente, a realidade de mercado vai impor essa situação: o custo é menor, vamos ter competitividade e aí o preço vai reduzir. Dessa forma, esse imposto em cascata é absolutamente desnecessário.

Acho que o Senado deveria, mais uma vez, fazer como fez – tenho orgulho de ter participado, e respeito todos por isso –, não aceitando esse imposto, derrubando essa iniciativa, impondo um limite ao Governo. Confesso que é difícil de acreditar, mas até parece que o Governo ficou tão soberbo que não engoliu aquela derrota como um limite da sua atuação e, mesmo sem precisar, tenta quebrar a espinha do Congresso Nacional, trazendo-o de volta. Nesse sentido, inclusive constrange Parlamentares da sua base, pois muitos que vão ser candidatos nessa eleição terão que ir lá e dizer “sim” quando querem dizer “não”, para satisfazer o rei, porque realmente querem devolver aquela derrota que sofreram. E é muito ruim quando se percebe um governo que não está sensível ao clamor popular e que não respeita o resultado de uma decisão do Senado, soberana e bem associada à vontade popular, vindo e impondo outra vez: “Não, vamos votar. Vai ser na marra e nós vamos mostrar que o que a gente quer a gente consegue!”. E quando um governo fica insensível, fica achando que é o dono da verdade, que é o dono do mundo, que pode tudo, ele começa a errar. Já erra quando não investiga, já erra quando não deixa apurar, já erra quando não é sensível a críticas e, agora, de forma clara, erra quando impõe à sociedade uma coisa desnecessária, que ela não quer, impõe a este Congresso, impõe ao Senado.

Temos que resistir. Este é o momento da resistência, e essa resistência não é personalista, não é oposicionista, não é de partido contrário, mas uma resistência de princípios.

Na verdade, não há por que aumentar imposto. Nós temos que modificar esse modelo, nós temos que simplificar e nós temos que reduzir. Nenhuma sociedade, nenhum povo paga tanto imposto quanto o brasileiro e, pior, recebe tão pouco de volta. Um Estado ineficiente, que já vem há muito tempo e que não dá às pessoas o retorno necessário. É só ver o que acontece com os aposentados. Aposentam-se e começam a perder o poder aquisitivo cada vez mais. É só ver o serviço público que é oferecido à sociedade brasileira e se percebe que não há nenhuma razão para se pagar mais imposto do que se paga. Não há nenhuma esperança de que o serviço público seja mais eficiente e melhor. Pelo contrário, o que a gente vê é um Estado

gastando mais, de forma perdulária, e comprometendo tudo aquilo que os economistas, ou quem entende de economia, orienta.

O Governo precisa reduzir seus custos, precisa diminuir seu tamanho, precisa aumentar sua eficiência e não pode tirar mais da sociedade para alimentar esse gigante que está aí, prejudicando a sociedade. É muito difícil carregar o Estado brasileiro nas costas como a sociedade faz. E, aí, eu falo, evidentemente, de quem produz. E homenageio os trabalhadores brasileiros como um todo.

Votar contra essa CCS é realmente impor um limite ao Governo e libertar a sociedade desse custo abusivo que o Governo impõe sobre todos nós.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, concedo o aparte com o maior prazer a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero muito respeitar a sua opinião, mas gostaria de transmitir que a minha é diferente, porque me parece que há uma enorme responsabilidade por parte do Ministro da Saúde em explicar que, para o Programa de Aceleração do Crescimento, sobretudo na área da saúde, se faz necessária a obtenção desse recurso. Acho que quando a Oposição, no ano passado, avaliou que poderíamos ter uma contribuição sobre as operações financeiras, desde que mais modesta, poderíamos ter chegado a um entendimento. E agora a contribuição sobre a movimentação financeira, com este nome...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...Contribuição Social para a Saúde, é bem mais modesta, de 0,10%. Então, acho que o bom senso pode nos levar a votar favoravelmente. Quero apenas expressar o meu voto, que será favorável.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Ouço com o maior respeito a sua posição. Evidentemente, temos posições contrárias. Se você colocar 0,10% e incluir mais o PIS e a Cofins, que aumentou, e mais o que vem por aí, vamos voltar aos 0,38%.

Na verdade, existem formas de arrecadar que seriam muito mais justas do que tirar da sociedade, como, por exemplo, taxar o lucro dos bancos, que este ano, certamente, vai passar de 10 bilhões. Bancos como o Bradesco e outros tantos que estão aí, com o que certamente V. Ex^a concorda.

Agradeço sua participação e agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a não propôs a Revolução Farroupilha outra

vez, mas a revolução pelos votos, pela coragem e pela dignidade.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Com certeza.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a está inscrito e pode usar da palavra por cinco minutos, com a intercalação. Em seguida, o Senador Suplicy, com a concessão do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se o Sr. Senador Flávio Arns me permitir, Sr. Presidente, de forma muito rápida, é um assunto que tem muito a ver com V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

Como eu não terei a oportunidade de usar a palavra ainda no dia de hoje, queria registrar, Sr. Presidente, a importância de que esta Casa, de uma vez por todas, referende a convenção internacional sobre as pessoas com deficiências.

Falava hoje com o Senador que vai ser o Relator, que é o Senador Eduardo Azeredo. Já que a pauta está trancada, poderíamos, neste período, fazer uma audiência na Comissão de Direitos Humanos – o Ministro Paulo Vannuchi já confirmou que viria –, para que se acelerasse e que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência seja, de uma vez por todas, regulamentado.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, este pronunciamento e, na mesma linha, um outro, porque quero dar exemplo do dinheiro público bem aplicado mediante uma emenda que foi por nós encaminhada ao Município de Alto Alegre.

Era isso. Obrigada.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: **É com muita alegria que volto a esta tribuna para registrar um excelente exemplo de utilização dos recursos públicos.**

Sou um batalhador incansável para que a nossa população tenha, cada vez mais, melhores condições de vida, seja na saúde, na educação, no trabalho ou lazer.

Saber que o município gaúcho de Alto Alegre é parceiro nesta empreitada me deixa muito satisfeito.

Nesta semana estiveram no meu gabinete os vereadores Cleber Luiz Corneli e Alex Morgan, representantes dos alto alegreses trazendo as boas novas

Será investido na agricultura do município o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundos de emenda parlamentar de minha autoria, com a contrapartida da prefeitura, para aquisição de diversos equipamentos agrícolas como Pulverizador para Fruticultura, Esterqueira Tanque-Bomba, Enciladeira, Caldeira e Conexões, Máquinas de Tosquiar, Plantadeira e Batedeira de Milho e Batedeira de Cereais.

Farão uso comum desses equipamentos, produtores de laranjas, de leite, de plantas aromáticas e condimentos, criadores de ovelhas e pequenos agricultores familiares.

Serão beneficiadas de forma direta 498 famílias e, indiretamente, mais de 1.000 (mil) pessoas, dentre uma população de 2.136 (dois mil cento e trinta e seis) habitantes.

Parabenizo o prefeito, Etelvino Morgan, a Câmara de Vereadores e toda a comunidade de Alto Alegre por esta exemplar iniciativa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., Senadores, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 28 de maio, por 353 votos e 4 abstenções, em segundo turno, o Projeto de Decreto Legislativo 563/08, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Câmara cumpriu o seu papel, agora é a vez do Senado Federal fazer a sua parte neste processo e dar a este belíssimo documento construído pelas pessoas com deficiência e pessoas envolvidas nessa causa em todo o mundo, a força de emenda à constituição.

O PDS 90/2008, por tratar de **convenção internacional sobre direitos humanos, previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terá dois turnos de tramitação, dependendo para sua aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa e foi lido ontem em plenário.**

Agora a matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos regimentais, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

Quero enfatizar aqui que no próximo dia 19 haverá uma audiência pública para alavancar a tramitação do projeto nesta Casa e debater o tema.

Da mesma forma, faço um apelo ao Senado, faço um apelo à Câmara dos Deputados para que votem o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto já foi aprovado aqui, na Comissão de Direitos Humanos, por unanimidade.

A meu ver, o momento é bastante interessante, a **convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência**, em uma das Casas e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, noutra.

Aprovar estes dois documentos é fundamental e virá coroar uma luta histórica das pessoas com deficiência, mas não será o fim dessa luta. Para que os direitos sejam de fato direitos adquiridos, eles precisam sair do papel e ganhar a consciência de todos. –

Sr. Presidente, aproveito para lembrar também que no dia 29 de maio, seis dos 11 ministros do STF votaram a favor da continuidade das pesquisas com células tronco.

A partir de agora, a busca pela cura de traumas e doenças usando embriões humanos no país depende apenas da capacidade dos cientistas e da garantia de recursos.

Pela maioria dos votos, foi considerada impropriedade a Ação de Inconstitucionalidade movida pelo ex-procurador geral da república Cláudio Fontelis.

O Brasil é o primeiro país da América Latina e o 26º do mundo a permitir esse tipo de trabalho.

Para Patrícia Pranke, professora da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a decisão permitirá à comunidade científica concorrer a verbas para estudar o material dos embriões e melhorar a qualidade dos trabalhos que usam células adultas.

Ela explica: – A lei já nos permitia isso, mas, como vinha sendo questionada no STF, cientistas e agências de financiamento não se sentiam seguros

Até o final do ano, os pesquisadores deverão dispor uma verba de R\$ 20 milhões do governo federal para projetos de pesquisa envolvendo células-tronco embrionárias ou adultas.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério do Trabalho localizou oito crianças de quatro, cinco e seis anos e adolescentes usando facas para ralar mandioca e uma casa de farinha de Passa e Fica, a 107 km de Natal. A fiscalização encontrou no local "fumaça, ruídos altíssimos e calor insuportável".

Outra fiscalização encontrou trabalho infantil em olarias da região de Penápolis, a 498 km de São Paulo. A atividade tem restrições totais para menores de 18 anos. Três adolescentes foram encontrados em uma

das olarias: dois garotos trabalhavam com fornos e uma menina de treze anos com moldes dos tijolos.

Esses trechos de uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, do dia 7 de junho corrente, são apenas um exemplo da constatação de uma distorção social que tem provavelmente enorme abrangência em todo o País.

Quando nos deparamos com o tema do trabalho infantil, não estamos nos reportando ao fato de, no processo educativo sadio, uma criança ou adolescente ser ensinado, estimulado, para desempenhar alguma tarefa no convívio de sua família. A criança deve aprender a ser cooperativa e responsável. Os pais devem usar de sabedoria para dirigir esse aprendizado, no sentido de que a criança possa desempenhar tarefas adequadas ao seu grau de desenvolvimento e de compreensão.

Seria uma contra-educação deixar uma criança em total ociosidade e despreocupação, apenas usufruindo do trabalho das demais pessoas. No futuro, poderá apresentar um comportamento passivo, dependente e insensível. Nesse sentido, estamos falando do trabalho educativo necessário para um bom e integral desenvolvimento da criança e do jovem.

Muito diverso será o trabalho infantil com sentido da exploração da criança ou do adolescente. Neste caso, às custas do seu trabalho, busca-se um resultado financeiro. Caracteriza-se a exploração da criança com todas as conseqüências para a sua saúde física, mental e psicológica.

Sabemos que, muitas vezes, a família lança mão do trabalho da criança como alternativa de composição da renda familiar. Importante é criarmos a consciência de que não basta identificar e condenar o fato, que é uma realidade. A mudança implica uma análise de suas causas. Sem dúvida, é preciso criar, também no seio da sociedade das famílias, em especial, uma nova postura diante do significado na vida de uma pessoa desse tempo de infância e de adolescência.

Nesse sentido, o poder público deve oferecer os meios para que a família concretize o que é melhor. Surge absoluta necessidade da presença da escola acessível e de boa qualidade e que possa oferecer à criança uma boa formação em tempo adequado. Em muitos lugares deste País, as famílias se ressentem da presença de uma escola também preparada para ser o espaço disponível para uma sadia convivência das crianças e dos adolescentes, principalmente para prática do esporte. A escola precisa ser a realidade atrativa, compensatória, convincente de sua importância.

Descobrimos, então, uma verdade já proclamada por muitos educadores: a trajetória da criança e do jovem está intimamente ligada à escola, que está

essencialmente ligada à vocação do professor, da professora.

A ascensão sócio-econômica das famílias está, sem dúvida, no caminho da superação da exploração do trabalho infantil. Programas sociais emergenciais devem dar séria atenção ao cumprimento do encaminhamento das crianças à escola. As famílias precisam convencer-se de que o investimento na educação dos filhos, a médio e longo prazo, é caminho seguro para a superação das carências econômicas e compensarão de modo significativo a eventual perda de algum recurso que seria obtido com o trabalho infantil.

A abrangência do problema nos deve convencer da absoluta necessidade de uma parceria efetiva da sociedade e dos poderes públicos. Não se pode encarar o fato sob o prisma policialesco, embora certas situações extremas mereçam um enfrentamento mais sério. A questão é, Sr. Presidente, essencialmente, de formação de consciência, de mobilização da sociedade e de uma atuação verdadeira e firme dos poderes públicos.

No processo de formação de uma nova mentalidade, as instituições sociais como igrejas, clubes, associações de moradores e sindicatos podem ter um papel importantíssimo e, muitas vezes, insubstituível. Caberia ao Poder Público, por meio de serviços específicos, preparar material que ajudasse nesse propósito.

Finalmente, concluo que a data do dia 12 do corrente mês – amanhã, portanto –, Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil, traz à nossa reflexão tema de relevância e que precisa estar permanentemente presente no nosso pensar e agir, seja como Poder Público ou como sociedade.

Olhar com atenção e carinho para as nossas crianças e adolescentes, hoje, pode representar significativo avanço civilizatório, que lhes assegure mais expressiva cidadania e lhes garanta um melhor amanhã.

Portanto, Sr. Presidente, neste pronunciamento, gostaria de destacar para esta Casa e para o Brasil a realização amanhã do Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil.

V. Ex^a é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa, fazendo um trabalho extraordinário como Presidente, como Parlamentar, como pessoa, e essa é uma questão de direitos humanos. Todos nós devemos batalhar, nos unir, oferecer alternativas e conscientizar todos – sociedade, poderes públicos, de uma maneira geral –, contra a problemática do trabalho infantil em nosso País.

É responsabilidade de todos nós agir em conjunto – também na Comissão de Direitos Humanos, e particularmente lá, onde temos uma Subcomissão da Criança, Adolescente e Juventude – e, juntamente

com a sociedade, fazer o possível para transformar essa realidade de trabalho infantil em construção de cidadania.

Devemos sempre pensar o que colocar no lugar do trabalho infantil: a escola, o apoio, o esporte, o lazer, a ajuda à família, os direitos humanos.

Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido este pronunciamento para que conste nos Anais da Casa. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLAVIO ARNS (Bloco PT – PR Sem apinhamento taquigráfico.)

Reflexão sobre o Dia Mundial e Nacional Contra o Trabalho Infantil

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério do Trabalho localizou oito crianças – de quatro, cinco e seis anos – e adolescentes usando facas para ralar mandioca em uma casa de farinha de Passa e Fica (107 Km de Natal). A fiscalização encontrou no local fumaça, ruídos altíssimos e calor insuportável... .

Outra fiscalização encontrou trabalho infantil em olarias da região de Penápolis (498 km de São Paulo). A atividade tem restrições total para menores de 18 anos. Três adolescentes foram encontrados em uma das olarias. Dois garotos trabalhavam com fornos e uma menina de 13 anos com moldes dos tijolos.

Estes trechos de uma reportagem da Folha de S. Paulo do dia 7 de junho corrente são apenas um exemplo da constatação de uma distorção social que tem, provavelmente, enorme abrangência em todo o País.

Quando nos deparamos com o tema do trabalho infantil não estamos nos reportando ao fato de, no processo educativo sadio, uma criança ou adolescente ser ensinado e estimulado para desempenhar alguma tarefa no convívio de sua família. A criança deve aprender a ser cooperativa e responsável. Os pais devem usar de sabedoria para dirigir este aprendizado no sentido de que a criança possa desempenhar tarefas adequadas ao seu grau de desenvolvimento e de compreensão. Seria uma contra-educação deixar uma criança em total ociosidade e despreocupação apenas usufruindo do trabalho das demais pessoas. No futuro, poderá apresentar um comportamento passivo, dependente, insensível. Neste sentido, estamos falando do trabalho educativo necessário para um bom e integral desenvolvimento da criança e do jovem.

Muito diverso será o trabalho infantil com o sentido da exploração da criança ou do adolescente. Neste caso, às custas do seu trabalho, busca-se um resultado financeiro. Caracteriza-se a exploração da criança com todas as conseqüências para a sua saúde física,

mental e psicológica. Devemos considerar, ainda, que este tipo de trabalho subtrai da criança **um tempo absolutamente importante e necessário para o seu desenvolvimento** como o tempo de brincar e o de estudar. Uma criança deslocada para o trabalho sofre, ainda, em certo sentido, uma segregação de outras crianças, o que lhe dificulta a elaboração de um bom referencial de convivência. Conviver bem com as outras crianças será fundamental para se preparar para conviver bem com outras pessoas adultas quando for adulta.

Sabemos que muitas vezes a família lança mão do trabalho da criança **como alternativa de composição da renda familiar**.

Importante é criarmos a consciência de que não basta identificar e condenar o fato, que é **uma realidade**. A mudança implica em uma análise das suas causas. Sem dúvida, é preciso criar também no seio da sociedade e das famílias, em especial, uma nova postura diante do significado na vida de uma pessoa deste tempo de infância e de adolescência. Presente tal consciência, o Poder Público deve oferecer os meios para que a família concretize o que é melhor. Neste sentido, surge a absoluta necessidade da presença da escola, acessível e de boa qualidade e que possa oferecer à **criança uma boa formação em tempo adequado**. Em muitos lugares deste País, as famílias se ressentem da presença **de uma escola também preparada para ser o espaço disponível para uma sadia convivência das crianças e dos adolescentes, principalmente para a prática do esporte**. A escola precisa ser a realidade atrativa, compensatória, convincente da sua importância. Descobrimos, então, uma verdade já proclamada por muitos educadores: a trajetória da criança e do jovem está intimamente ligada à escola que está **essencialmente ligada à vocação do professor, da professora**.

A ascensão socioeconômica das famílias está, sem dúvida, no caminho da superação da exploração do trabalho infantil. Programas sociais emergenciais devem dar **séria atenção ao cumprimento do encaminhamento das crianças à escola**. As famílias precisam se convencer de que o investimento na educação dos filhos a médio e a longo prazo é caminho seguro para a **superação das carências econômicas e compensarão de modo significativo a eventual perda de algum recurso que seria obtido com o trabalho infantil**.

A abrangência do problema nos deve convencer da absoluta necessidade de uma parceria efetiva da sociedade e dos poderes públicos. **Não se pode encerrar o fato sob o prisma policiaisco, embora certas situações extremas mereçam um enfrentamento mais sério**. A questão é, essencialmente, uma questão de **formação de consciência, de mobilização da socieda-**

de e de uma atuação verdadeira e firme dos poderes públicos.

No processo de **formação de uma nova mentalidade**, as **instituições sociais como igrejas, clubes, associações de moradores, sindicatos** podem ter um papel importantíssimo e, muitas vezes, insubstituível. Caberia ao Poder Público, por meio de serviços específicos, preparar material que ajudasse neste propósito.

Finalmente, concluo que a data do dia 12 do corrente mês, **Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil**, traz à nossa reflexão tema de relevância e que precisa estar permanentemente presente no nosso pensar e agir, seja como Poder Público ou como sociedade.

Olhar com **atenção e carinho para as nossas crianças e adolescentes**, hoje, pode representar significativo avanço civilizatório, que lhes assegure mais expressiva cidadania e lhes garanta um melhor amanhã.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

A Presidência cumprimenta V. Ex^a, que tem demonstrado um carinho especial por esse tema de que tratou mais uma vez da tribuna do Senado da República.

Agora teríamos, como orador inscrito, o Senador Aloizio Mercadante, mas a Mesa foi informada de que houve permuta com o Senador Suplicy. Então, passamos a palavra ao Senador Suplicy. Em seguida, será o Senador Gilberto Goellner e, como não está presente o Senador Flexa Ribeiro, passarei a palavra ao Senador Paulo Duque. (Pausa.)

O Senador Flexa Ribeiro, por meio de sua assessoria, informa que, na seqüência, estará presente no plenário.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, na seqüência, o Senador Gilberto Goellner e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Paulo Paim, fico contente de falar quando V. Ex^a está presidindo esta sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a satisfação de registrar que, ao final de janeiro, quando encontrei o Presidente José Ramos-Horta, no Rio de Janeiro – na ocasião, a Sr^a Carolina Larriera convidou-me para uma recepção em que ele estava sendo homenageado –, tive a oportunidade de relatar-lhe a viagem que fiz ao Iraque, em janeiro último, com o propósito de explicar

como eles poderiam criar um fundo decorrente da exploração de recursos naturais, para instituir uma renda básica de cidadania aos 30 milhões de iraquianos. E ele pediu que eu explicasse em detalhes como era isso.

Tomamos o café da manhã, no dia 29 de janeiro, ali num hotel do Rio de Janeiro, o Caesar Park, onde ele estava hospedado. Após 50 minutos de diálogo, ele considerou a proposta fascinante. Então, convidou-me para ir ao Timor-Leste explicar – tanto ao gabinete do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, quanto ao parlamento, como também aos estudantes e professores da Universidade do Timor-Leste – essa proposta.

Infelizmente, em 10 de fevereiro, ele foi vítima de um atentado. Baleado com gravidade, precisou ficar 45 dias, aproximadamente, num hospital em Darwin, na Austrália, recuperando-se. Mas, felizmente, recuperou-se e, no dia 19 de maio, encaminhou-me esta carta, com o seguinte teor:

Exmº Sr. Senador,

Timor-Leste atravessa uma importante fase de construção nacional, marcada pela consolidação gradual mas segura das instituições do Estado e, simultaneamente, pela resposta às carências mais urgentes do nosso povo.

Nas prioridades da minha presidência, coloquei em primeiro lugar as tarefas de alívio urgente das situações de pobreza extrema e apoio ao desenvolvimento local.

Durante a minha visita oficial ao Brasil tive oportunidade de conhecer melhor a positiva experiência brasileira no combate à pobreza.

Assim, gostaria de convidar formalmente S. Ex^a o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy para se deslocar oficialmente a Timor-Leste durante a semana de 16 a 18 de junho de 2008, com a finalidade de expor às autoridades do Governo e do Parlamento Nacional de Timor-Leste a proposta de uma Renda Básica de Cidadania como instrumento para promover a erradicação da pobreza, melhor distribuição de renda e justiça de forma a criar as condições de maior liberdade e dignidade para todos.

Estou seguro que esta visita virá aprofundar ainda mais as relações entre os nossos dois países.

Queira aceitar, Senhor Senador, o testemunho da minha elevada consideração e estima pessoal.

José Ramos-Horta, Presidente da República.

Esta carta foi endereçada a S. Ex^a o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Fi-

lho, que, então, conforme requerimento já aprovado pelo Plenário do Senado Federal, concedeu-me uma licença para realizar esta viagem. Portanto, estarei em Díli na segunda, terça e quarta-feira da semana que vem. Sairei do Brasil na sexta-feira, dia 13, às 18 horas, chegando lá no dia 16 e saindo no dia 18 de Díli, no Timor-Leste, ocasião em que me dirigirei para Dublin, na Irlanda, onde chegarei na noite do dia 19, pois justamente nos dias 20 e 21 estarei participando do Congresso da Bien – Basic Income Earth Network, ou seja, a rede mundial da renda básica. Será o 12º congresso internacional da Bien, que terá como tema a desigualdade e o desenvolvimento em uma economia globalizada – a opção da renda básica.

No dia 19, haverá a conferência sobre o desenvolvimento desse pensamento, dessa proposta na Irlanda. Nos dias 20 e 21, haverá as diversas conferências e debates com pessoas dos cinco continentes, nas quais destaco a presença do Presidente da Conferência, o Pastor Seán Healy, o coordenador do comitê de organização, que é da Irlanda; Guy Stading (Co-Chair, ou seja, co-presidente da Bien). Haverá as palestras de Peter Townsend, Carole Pateman e Pablo Yanes, que são das Universidades de Bristol, Cardiff, respectivamente, e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo da Cidade do México.

Haverá a presença de inúmeros economistas, filósofos dos mais diversos países do mundo, entre os quais, Rubem Lo Vuolo, da Argentina; Sérgio Luiz de Moraes Pinto, de São Paulo; Daniel Raventós, da Universidade de Barcelona, na Espanha; Andrea Fumagalli, que é italiana, da Universidade de Pávia. Teremos a participação de membro do Parlamento germânico da Sr^a Katja Kipping, do Partido de Esquerda; mas também vendo a perspectiva do lado mais conservador da Direita, um Senador do Canadá, Hugh D. Segal.

Teremos a participação da professora Maria Ozanira Silva e Silva, da Universidade Federal do Maranhão; de Clóvis Roberto Zimmermann, da Universidade Estadual de Montes Claros, em Minas Gerais, que falarão sobre o desenvolvimento do Bolsa-Família no Brasil; da Professora Célia Kerstenetzky, da Universidade Federal Fluminense, também sobre os programas de renda básica e o meio ambiente.

Teremos a participação do Ministro de Relações Exteriores da Irlanda, Peter Power, justamente na conferência de honra principal juntamente com a Sr^a Rosani Cunha, que estará representando o Governo brasileiro. Ela é Secretária Nacional de Renda e de Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Ela, então, representará o Ministro Patrus Ananias.

Eu estarei a uma mesa sobre a transição do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania

juntamente com a professora Carolina Raquel de Mello Justo, da Universidade Estadual de Campinas.

Deverei apresentar o vídeo sobre o documentário feito por Sérgio Calile de minha viagem ao Iraque, em janeiro e, na mesa final, presidida pelo Prof. John Baker, da Irlanda, teremos as palavras de Richard **Caput**, o Professor da Yeshiva University, de Nova York; da Sr^a Lorna Gold, Líder em Torcaire; do Professor, Filósofo e Economista Phillippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain e da Universidade de Harvard; e do co-Presidente juntamente comigo, Guy Standing, da University of Bath e da Monash University, falando sobre como reviver os propósitos de uma sociedade mais igualitária com plena liberdade e por que a renda básica vai...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o calendário progressista nos próximos anos.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria de transmitir a boa nova desta viagem que espero seja muito produtiva para espalhar ainda melhor a semente da proposição da renda básica nos mais diversos países do mundo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de aqui convidar todos os Srs. Senadores para estarem presentes amanhã, às 16 horas e 30 minutos, quando o Professor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank, de Bangladesh, uma das principais experiências de microcrédito no mundo estará aqui no plenário do Senado para nos transmitir um pouco da sua experiência e recomendações para o Brasil. Ele estará também interagindo em um simpósio em Brasília, no Hotel Brasília Alvorada, o antigo Blue Tree, a partir das 13 horas, com a Presidente da Caixa Econômica Federal, com o responsável pela experiência de microcrédito do Banco Palmas, em Fortaleza. Certamente será uma experiência muito significativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez, por seu brilhante pronunciamento, preocupado com a distribuição de renda no País, uma marca de S. Ex^a à qual eu tenho feito questão de me somar.

Eu acho que é um compromisso com a solidariedade, para melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo. E a sua caminhada não é só nacional, pois, com alegria, assisti ao vídeo da sua caminhada pelo mundo, para que a renda mínima se torne uma realidade para todos.

Meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passo, de imediato, a palavra ao nobre Senador Gilberto Goellner, por dez minutos. Em seguida, fará uso da palavra o nobre Senador Paulo Duque.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, crise ambiental: é hora de acordo. Em cena novamente as questões ambientais e fundiárias. Voltam elas a ser a bola da vez. No calor dos debates sobre o assunto, entre defesas e acusações, adotam-se posições de toda a sorte, às vezes tão contraditórias que acabam levando mais intranquilidade que paz ao já intranquilo campo brasileiro.

Quem assiste ao problema mas não o vivencia identifica protetores de um lado e infratores do outro. Um conflito vendido pela mídia à população urbana como uma luta entre o bem e o mal, entre mocinhos e bandidos.

Os espectadores estrangeiros ficam excitados só em pensar que podem participar da defesa da floresta e do meio ambiente no Brasil. Uma postura que adotam agora para compensar o que não fizeram em seu próprio país ou, então, para buscar aqui negócios lucrativos para si próprios.

A verdade é que, na atual conjuntura, os ânimos estão muito acirrados, tanto do lado dos que detêm algum tipo de poder sobre o fato quanto dos que julgam deter, estando todas essas pessoas de cabeça quente. Tanto é assim que o que elas dizem ao público serve mais à mídia que às negociações.

Acredito, no entanto, que, neste momento, o mais conveniente é que nós, brasileiros, trabalhemos longe dos holofotes, a fim de evitar que os ânimos se exacerbem mais ainda, e fiquemos desorientados no trabalho.

Debater sobre matéria dessa complexidade exige conhecimento técnico, desapego ideológico, abertura de espírito para disputa de idéias e, acima de tudo, bastante criatividade, sem perder, contudo, o objetivo principal da tarefa.

Sem dúvida, os problemas ambientais e fundiários que estão em foco constituem, para os produtores mato-grossenses e para todos os Estados da Amazônia, um grande empecilho para o desenvolvimento sustentado. O acelerado processo de ocupação daquela área nas últimas décadas, feito desordenadamente, e os minguados investimentos públicos na área impediram que houvesse ali um desenvolvimento harmônico. Também as crises por que têm passado os produtores daquela região, como também seus moradores, crises que têm sido cíclicas, vêm impedindo que se trabalhe ali com tranquilidade, segurança e equilíbrio. Famílias inteiras vagueiam pela região em busca da própria so-

breviência, sem nenhuma assistência oficial ou apoio governamental. Indivíduos sem escrúpulos se valem desse cenário de desesperança para tirar proveito à custa da miséria de muitos e da depredação do meio ambiente.

Por outro lado, investidores responsáveis sentem-se intranquilos com a instabilidade das políticas de incentivo do Governo e com a possibilidade de serem colocados no mesmo saco de bandidos e de gente inescrupulosa. Porém, mesmo diante de toda essa consternação, os órgãos públicos ainda não conseguem entrar em sintonia uns com os outros e acabam sendo quase que somente espectadores desta difícil situação, ficando embatucados no que fazer para superá-la.

Mas, basta! Já está mais do que na hora de enfrentar essas questões com maturidade e equilíbrio. Os procedimentos convencionais adotados até aqui se mostraram ineficazes. É necessário, agora, além de somar esforços entre Governo e povo, que os órgãos públicos envolvidos na busca desta solução estejam em sintonia no traçar suas ações de luta contra este estado de coisas. E deverão fazê-lo sem preconceitos, mas com muita responsabilidade social e ambiental.

É o momento de se proceder à adequação ambiental a fim de trazer à legalidade os proprietários rurais; é o momento de promover a educação ambiental e de assegurar o equilíbrio do meio ambiente; é o momento de buscar o desenvolvimento sustentado e de resguardar a imagem dos produtos brasileiros no exterior.

Em Mato Grosso, no município de Lucas do Rio Verde, foi criado o programa Lucas Legal. É um programa de adequação ambiental e fundiária.

Inclusive, sexta-feira próxima, estará o município comemorando, juntamente com todos os produtores de Lucas do Rio Verde, a festa de um ano da consecução desse grande programa de readequação ambiental, tanto nas áreas de APP – Áreas de Preservação Permanente, quanto na área de reposição florestal que está-se realizando.

Nesse rastro, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso criou e está estruturando o Mato Grosso Legal – MT Legal. É uma providência criativa que tem tudo para ganhar fôlego e ir adiante cumprindo seu objetivo, que é identificar os passivos ambientais nas propriedades rurais e as alternativas para recuperação, preservação e regularização ambientais e fundiárias de todos os imóveis rurais. Portanto, ela merece ser apoiada em âmbito mais amplo e contar com a participação efetiva do Governo Federal, numa integração perfeita entre órgãos e entidades regionais, estaduais e municipais, principalmente os municípios.

Vejo que um prefeito, os vereadores, a gestão municipal e o comprometimento dos gestores desses municípios da Amazônia seriam uma oportunidade de cercarmos completamente todos esses deszelos em termos de crescimento do desmatamento.

Unicamente o Ibama e a Secretaria do Meio Ambiente no Estado não são capazes de executar um controle e uma fiscalização à altura que merece. Por isso, a nossa proposta é que se envolvam as prefeituras municipais, a exemplo do que Lucas do Rio Verde promoveu e outras cidades. Inclusive, Senador Flexa Ribeiro, tenho notícia de que municípios do Pará também se integraram nesse sentido.

Por isso, estou arquitetando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Gilberto Goellner, desculpe-me por interromper V. Ex^a, mas devo prorrogar a sessão por mais uma hora.

Ao tempo em que procedo à leitura relativa à nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2007** (nº 242/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Cohab Nova Carolina S.O.S. Vida Nova de Carolina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carolina, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2007** (nº 259/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores da Coheb Sacavém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2007** (nº 233/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Fortaleza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2007** (nº 327/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2007** (nº 2.464/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro

Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2007** (nº 240/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2007** (nº 276/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2007** (nº 290/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2008** (nº 334/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2008** (nº 364/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2008** (nº 337/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Apeense de Radiodifusão Comunitária – AARC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2008** (nº 342/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2008** (nº 344/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2008** (nº 360/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetés, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2008** (nº 370/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Ramal Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2008** (nº 392/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Jardim de Piranhas/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2008** (nº 394/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Quixabense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixabá, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2008** (nº 156/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Liberdade de Itarema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2008** (nº 340/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Hartz, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2008** (nº 390/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santuário FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2008** (nº 505/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santana, Estado do Amapá.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007** (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o centenário da imigração japonesa para o Brasil, nos termos dos **Requerimentos nºs 377, 394 e 462, de 2008**, do Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem S.Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa, no período de 19 a 23 de junho, por ter sido designado representante do Senado Federal em missão parlamentar, para participar do XLII Congresso do Partido Comunista da Ucrânia (XLII Congress of the Communist Party of Ukraine), que se realizará nos dias 21 e 22 de junho deste, na cidade de Kiev/Ucrânia, conforme convite formalizado pelo Secretário da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Ucrâniano, Igor V. Alekseyev, Ofício 108/2-VI-2008, em anexo.

Por oportuno, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, comunico a esta Presidência o meu afastamento dos trabalhos desta Casa, no período de 19 a 23 deste, quando estarei participando do referido congresso.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2008

Acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal é acrescida do seguinte artigo:

“Art. 152-A. É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua promulgação.

Justificação

A cobrança de taxas para emissão de segunda via de documentos que tenham sido roubados ou furtados não é justa para as vítimas desses crimes, que além de sofrerem com o delito em si, ainda se vêem obrigados a pagar para ter novamente seus documentos. Tendo em vista que os documentos pessoais representam elemento essencial para o exercício da cidadania, o Poder Público não pode seguir indiferente a esse sofrimento, cobrando uma segunda vez pela emissão desses documentos. A situação é ainda mais preocupante quando se considera que as taxas cobradas representam ônus muito grande para a parcela menos favorecida da população.

Tendo em vista que a matéria envolve atribuições reservadas aos entes federativos, faz-se necessária sua regulação por meio de emenda à Constituição. Destacamos que alguns estados já isentam de cobrança a emissão de segunda via de documentos furtados ou roubados, o que, além de mostrar a justiça da medida, acrescenta mais urgência em proporcionar tratamento uniforme da questão em todo o território nacional.

Como a matéria implica adaptações na legislação local, recomenda-se a instituição do prazo de 180 dias de postergação da vigência da norma.

Por todas as razões expostas, solicitamos de nossos pares, o apoio a esta emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

SENADOR

ASSINATURA

Sen Valdir Raupp

Sen. Jonas Pinheiro

HELDIR STANIN

Leoni Borges

FLEXUS RIBEIRO

Raimundo Colombo

Especto Lima

José Perry

João Pimenta

João Pimenta

Eliseu Resende

PAULO DUQUE

Jonas Pinheiro

Leoni Borges

Especto Lima

José Perry

João Pimenta

João Pimenta

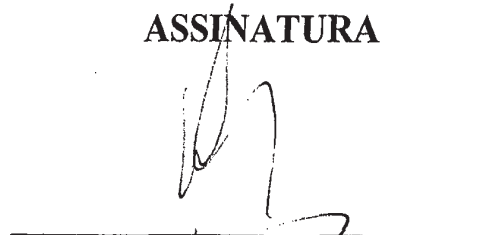
Eliseu Resende

PAULO DUQUE

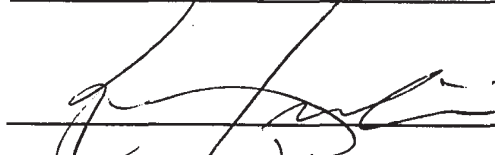
SENADOR

ASSINATURA

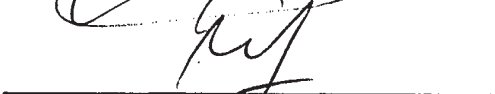
Delcídio do Amaral Soares



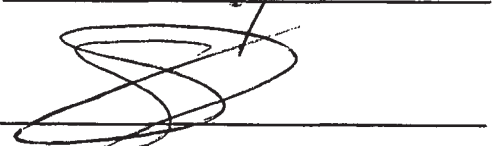
Josmariani



Cláudio Roberto



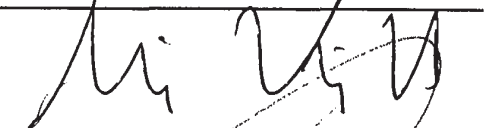
Sérgio Machado



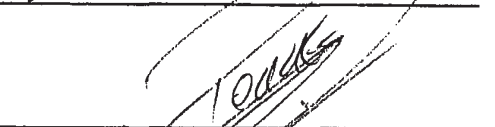
Engelino Corato



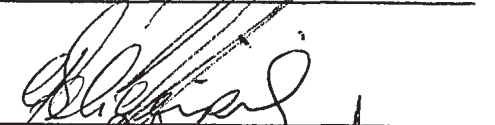
Flávio Arns



DEMÓSTENES TORRES



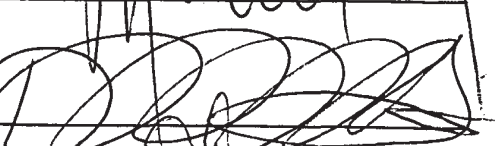
Václav Klaus



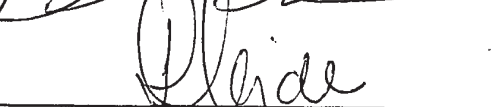
JOÃO VICENTE CHAUDINO



Augusto Botelho



Sátima Quidé



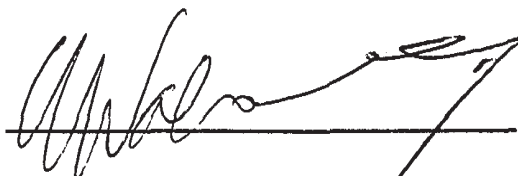
Marcelo Crivellari

VIRGÍNIO de CARVALHO

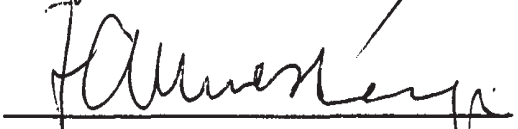
SENADOR

ASSINATURA

Antonio Carlos Valadares



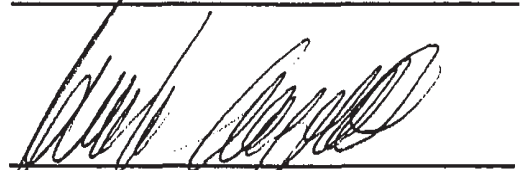
Mão Santa



Mozartillo



Renato Casa Grande



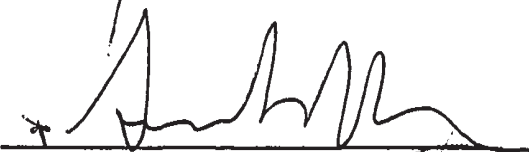
Jefferson Briza



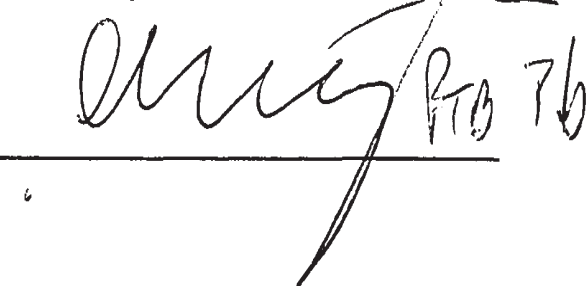
Neuto de Castro



Vinícius Sérgio Pereira



Paulo Queiroz



R.

*LEGISLAÇÃO CITADA*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**Emendas Constitucionais****Emendas Constitucionais de Revisão**ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS**ÍNDICE TEMÁTICO****Vide texto compilado****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID Nº 149/2008

Brasília, 10 de junho de 2008

Assunto: Indicação de membro para comissão mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, como titular, em substituição ao

meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 434/2008, que “dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cria as Carreiras de oficial de inteligência, oficial técnico de inteligência, agente de inteligência e agente técnico de inteligência, e dá outras providências.”

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2008**Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) vêm sendo utilizadas, em diversos países, como importantes instrumentos de transformação de áreas carentes de maior dinamismo econômico, a partir da agregação de valor aos produtos provenientes de suas atividades econômicas tradicionais.

A atualização do marco regulatório das ZPE, mediante a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com posteriores alterações pela Medida Provisória nº 418, de 14 de fevereiro de 2008, já aprovada pelo Congresso Nacional, traz a perspectiva de que essas áreas aduaneiras especiais possam contribuir para a redução das desigualdades regionais brasileiras.

O Município de Uberlândia se localiza no coração do Brasil e do continente sul-americano, a oeste de Minas Gerais. A cidade possui porte médio, com área de cerca de quatro mil quilômetros quadrados e

população de aproximadamente seiscentos e oito mil habitantes, segundo o IBGE.

Uberlândia comanda o desenvolvimento da progressista região do Triângulo Mineiro, que abrange um mercado consumidor de três milhões e quinhentos mil habitantes, sendo o elo entre os grandes centros urbanos e o interior do País. Com uma economia forte e diversificada, a cidade é o principal pólo desta região, apresentando, nas últimas décadas, um extraordinário crescimento econômico.

A economia de Uberlândia se baseia nas agroindústrias que formaram na região um importante centro industrial, além de se destacar o setor de serviços, com ênfase no comércio atacadista. Em 2005, o Produto Interno Bruto alcançou R\$9,2 bilhões, com a participação de 22% do setor industrial e 58% do setor de serviços.

Uberlândia dispõe de mão-de-obra abundante e barata, com salários, em geral, menores que os de outras cidades de porte maior. Possui, também, ótimas estruturas de formação de mão-de-obra especializada e qualificada, ilustradas pela presença da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Centro Universitário do Triângulo (UNIT), que oferecem diversos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A infra-estrutura da cidade é bastante desenvolvida, com 100% de saneamento básico e de energia elétrica e uma avançada estrutura de telecomunicações. Com sua localização privilegiada, Uberlândia apresenta estrutura logística favorável aos investimentos, destacando-se a malha rodoviária (em especial a BR-050 que faz ligação no sentido sul com Uberaba e São Paulo e no sentido norte com Araguari, Catalão e Brasília), a malha ferroviária e hidroviária, o Porto Seco do Cerrado e o terminal de cargas, que viabilizam a ligação do município aos principais mercados do País, ao Mercosul e ao mundo, e facilitam o escoamento e a venda da produção. O transporte aéreo conta com linhas regulares para os principais pontos do País. Seu aeroporto foi recentemente ampliado e modernizado, estando previstos investimentos adicionais pela Infraero, no período de 2007 a 2010, para construção de novo terminal de cargas e passageiros com demandas internacionais.

Dessa forma, o Município de Uberlândia possui potencial econômico e uma boa infra-estrutura logística, reunindo condições indispensáveis à instalação de uma ZPE. A criação de ZPE em seu território contribuiria para fomentar o desenvolvimento, atraindo investimentos que agreguem valor à produção local,

que seria direcionada principalmente para o mercado externo.

Adicionalmente, a criação da ZPE proposta geraria impactos positivos nos diversos municípios que fazem parte do Triângulo Mineiro, pois estes poderiam colaborar no fornecimento de matérias-primas e insumos necessários à produção, possibilitando o incremento da geração de emprego e renda na região.

Tendo em vista o exposto, e considerando que a instalação de uma ZPE traria benefícios significativos para Uberlândia e, em conseqüência, para toda a região do Triângulo Mineiro, peço apoio aos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. – Senador **Wellington Salgado**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007

Mensagem de Veto

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, o da outras providências.

O Presidente da República – Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I – indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;

II – comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE;

III – comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;

IV – comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;

V – indicação da forma de administração da ZPE;

e
VI – atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – analisar as propostas de criação de ZPE; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – traçar a orientação superior da política das ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

§ 2º (VETADO)

§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o **caput** do art. 18; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandegamento da respectiva área.

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfandegamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 5º É vedada a instalação em ZPE de empresas cujos projetos evidenciem a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

- I – armas ou explosivos de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Comando do Exército;
- II – material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; e
- III – outros indicados em regulamento.

Art. 6º (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 6º-A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – Imposto de Importação; (incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – COFINS-Importação; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V – Contribuição para o PIS/PASEP; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VI – Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VII – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, à COFINS-Importação e ao AFRMM; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º A suspensão de que trata o **caput**, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa

autorizada a operar em ZPE. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o **caput** será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o **caput**, deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do **caput** deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

I – dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º-A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de

matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o inciso I não se aplicará a exportações de produtos:

I – destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênios de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

II – sujeitos a regime de cotas aplicáveis às exportações do País, vigentes na data de aprovação do projeto, ou que venha a ser instituído posteriormente; e

III – sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

§ 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º-A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º-A. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12, (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Os limites de que trata o **caput** do art. 12 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE, (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos nesta Lei.

Parágrafo único. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o **caput** será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-7, de 24 de agosto de 2001; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV – previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V – previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 62-A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo ZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 62-A poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos § 3º e 6º (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20 O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as normas para a fiscalização, o despacho e o controle

aduaneiro de mercadorias em ZPE e a forma como a autoridade aduaneira exercerá o controle e a verificação do embarque e, quando for o caso, da destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 21. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I – VETADO

II – os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior

III – (VETADO)

IV – (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o disposto no art. 76 da Lei nº 1.833, de 29 de dezembro de 2003. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da lei

gislação específica, a introdução: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 24. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 25. O ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação.

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, as Leis nºs 8.396, de 2 de janeiro de 1992, e 8.924, de 29 de julho de 1994, o inciso II do § 2º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o inciso XVI do **caput** do art. 88 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Brasília, 20 de julho de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Tarso Genro – Celso Luiz Nunes Amorim – Guido Mantega – Miguel Jorge – Paulo Bernardo Silva – José Antonio Dias Toffoli.**

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 418, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 6º-A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

I – Imposto de Importação;

II – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

III – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

IV – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – COFINS-Importação;

V – Contribuição para o PIS/Pasep;

VI – Contribuição para o PIS/Pasep-Importação;

e

VII – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de:

I – contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à COFINS-Importação e ao AFRMM; e

II – responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 2º A suspensão de que trata o **caput**, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa autorizada a operar em ZPE.

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o **caput** será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa.

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente.

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o **caput**, deve-

rão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final.

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do **caput** deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se

em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador.

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos:

I – aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e

II – às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a:

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas.

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)

Art. 2º Os arts. 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 22 e 23 da Lei nº 11.508, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará:

I – se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e

II – se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação.

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento.” (NR)

“Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para:

I – analisar as propostas de criação de ZPE;

II – aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º; e

III – traçar a orientação superior da política das ZPE.

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes:

I – atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

II – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e

III – valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento.

.....
§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional.

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor:

I – elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o **caput** do art. 18; ou

II – vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional.

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º.” (NR)

“Art. 4º

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfundamento.” (NR)

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos.

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.” (NR)

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.” (NR)

“Art. 12.

I – dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e

II – somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º-A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo.

.....
 § 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º-A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral.

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º-A.”(NR)

“Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.” (NR)

“Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais.

Parágrafo único. Os limites de que trata o **caput** do art. 12 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE.” (NR)

“Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta

por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas.

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o **caput** será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento.

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento:

I – de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e

II – do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei.

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais:

I – regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento;

II – previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007;

III – previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001;

IV – previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e

V – previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º-A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE.

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno.

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º-A poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º.” (NR)

“Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o

disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.” (NR)

“Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica, a introdução:

I – no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e

II – em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo.” (NR)

Art. 3º Para efeito de interpretação do art. 5º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, licitação internacional é aquela promovida tanto por pessoas jurídicas de direito público como por pessoas jurídicas de direito privado do setor público e do setor privado.

§ 1º Na licitação internacional de que trata o **caput**, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado do setor público deverão observar as normas e procedimentos previstos na legislação específica, e as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado, as normas e procedimentos das entidades financiadoras.

§ 2º Na ausência de normas e procedimentos específicos das entidades financiadoras, as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado observarão aqueles previstos na legislação brasileira, no que couber.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará, por decreto, no prazo de sessenta dias contados da entrada em vigor desta Medida Provisória, as normas e procedimentos específicos a serem observados nas licitações internacionais promovidas por pessoas jurídicas de direito privado do setor privado a partir de 1º de maio de 2008, nos termos do § 2º.

Art. 4º A Área de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP), no Estado de Roraima, de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passa a denominar-se Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV).

Art. 5º Os arts. 2º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar áreas contínuas com superfícies de oitenta quilômetros quadrados no Município de Boa Vista e de vinte quilômetros quadrados no Município de Bonfim, envolvendo, inclusive, seus perímetros urbanos, onde funcionarão as Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, incluindo

loais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

.....(NR)

“Art. 7º

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os produtos abaixo mencionados, compreendidos nos capítulos ou nas posições indicadas na Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM:

.....

III – bebidas alcoólicas: Posições 2203 a 2206 e 2208, exceto o código 2208.90.00 do Capítulo 22;

.....” (NR)

“Art. 11.

Parágrafo único. A SUFRAMA cobrará, na forma da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, Taxa de Serviço Administrativo – TSA pela utilização de suas instalações e pelos serviços de autorização, controle de importações e internamento de mercadorias nas Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, ou destas para outras regiões do País.” (NR)

“Art. 12. As receitas decorrentes da cobrança da Taxa de Serviços Administrativos – TSA de que trata o parágrafo único do art. 11 desta Lei serão destinadas às finalidades instituídas na Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000.” (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao art. 30, **caput**, o disposto no art. 106. inciso I da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 7º Ficam revogados o art. 6º, o parágrafo único do art. 17 e o art. 24 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Brasília, 14 de fevereiro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guido Mantega – Miguel Jorge.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 15-2-2008.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2008

Autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel de propriedade da União situado na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375, no município do Rio de Janeiro, com área limites e confrontações constantes da inscrição de nº 18667,

registrada à fl. 249 do Livro nº 3-AJ, no 7º Ofício do Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Quando da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a Lei Complementar nº 20, de 1974, autorizou o Poder Executivo Federal, em seu art. 12, § 3º, a transferir para o novo Estado os imóveis da União destinados aos ministérios civis e militares que tivessem se tomado desnecessários aos serviços desses órgãos. Em verdade, pouco ou quase nada foi objeto de transferência.

É de conhecimento de todos que o Poder Público Federal ainda detém grande número de imóveis na cidade do Rio de Janeiro, a despeito de já se terem passado quase cinquenta anos da transferência da capital do país. De seu turno, o Governo do Rio de Janeiro, na ausência de infra-estrutura própria suficiente para abrigar os órgãos de sua Administração Pública, vê-se na necessidade de despender significativo montante de recursos para pagamento de aluguéis dos prédios onde funcionam os serviços públicos estaduais. Por exemplo, o prédio onde funciona o Detran, na Avenida Presidente Vargas, na cidade do Rio de Janeiro, é alugado por mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) por mês, quando existem inúmeros imóveis da União, vazios, na região!

A União continua a ser, ainda hoje, nas áreas que compreendem os ex-territórios federais e a antiga capital do país, grande proprietária de imóveis. É imperioso que o Poder Central transfira para os entes federados os imóveis de sua propriedade que se encontram sem utilização ou mal aproveitados. Tais bens não podem ser vistos como simples reserva de capital, sob pena de ofensa ao interesse público. Se o Governo Estadual é capaz de dar melhor destinação aos bens – e o beneficiário dessas medidas é, em última análise, a própria população –, não se justifica mantê-los como propriedade da União. Não é demais lembrar que a localização central de diversos dos imóveis federais na cidade do Rio de Janeiro é ideal para a instalação de serviços públicos, facilitando o acesso da população aos órgãos do Estado.

Entre os imóveis cuja doação ao Estado do Rio de Janeiro, consideramos imprescindível está o edifício situado na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375.

A via legislativa é adequada para promover dita transferência. De fato, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993) prevê, em seu art. 17, I, que a alienação de bens imóveis da

Administração Pública depende de autorização Legislativa.

Há quem entenda que a autorização referida na Lei Geral de Licitações poderia ser genérica e já teria sido concedida pela Lei nº 9.636, de 1998, em seu art. 31. Convém registrar, no entanto, o posicionamento de juristas de nomeada, como Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2004, p. 175-6) e Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 1997, p. 449-452) no sentido de que a autorização legislativa para doação de bens imóveis deve ser específica. Nessa mesma direção se dirigiu o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento de ADIN nº 425 (DJ de 19.12.2003), ao considerar violadora do princípio da separação dos Poderes norma que atribui contínua autorização ao Chefe do Executivo para disponibilidade de bens públicos.

A indicar a necessidade de lei autorizativa específica para a doação de bens públicos imóveis estão diversos diplomas aprovados pelo Poder Legislativo nos últimos anos, a saber:

- Lei nº 9.798, de 1999, originada de projeto de autoria do Deputado Cláudio Chaves, a qual promoveu alterações na Lei nº 7.674, de 1988, esta última autorizativa da doação, à Academia Nacional de Medicina, de imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa, pertencentes ao extinto Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS);

- Lei nº 10.175, de 2001, originada de projeto de autoria do Poder Executivo, a qual autorizou o INSS a doar ao Município de Recife (PE) imóvel de sua propriedade;

- Lei nº 10.422, de 2002, originada de projeto de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, a qual autorizou o INSS a doar ao Estado do Ceará imóvel de sua propriedade;

- Lei nº 10.747, de 2003, originada de projeto de autoria do Senador José Sarney, a qual autorizou o Poder Executivo a doar à Mitra Arquidiocesana de Brasília imóveis de propriedade da União;

- Lei nº 10.969, de 2004, originada de projeto de autoria do Poder Executivo, a qual autorizou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a doar à União Brasileira de Escritores imóvel de sua propriedade no Município de São Paulo (SP);

- Lei nº 11.190, de 2005, originada de projeto de autoria do Senador Hugo Napoleão, a qual autorizou o Departamento Nacional de

Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia (PI) terras de sua propriedade.

Confirmando a necessidade de uma lei autorizativa para tal fim, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 27 de maio último a lei abaixo:

- Lei nº 11.683, de 2008, originada de projeto de autoria do Senador Jefferson Péres, a qual autorizou o Poder Executivo a doar aos respectivos ocupantes frações de terreno da União situado no município de Manaus (AM).

Diversos dos atos citados tiveram origem no próprio Parlamento, constituindo iniciativa de deputados e senadores. Não há que se cogitar de reserva de iniciativa legislativa para o Poder Executivo em hipóteses dessa natureza. Com efeito, nenhum dos casos previstos no § 1º do art. 61, da Constituição Federal permite extrair tal conclusão. Demais disso, defrontando-se com a questão, o Excelso Pretório já teve oportunidade de afirmar não existir reserva de iniciativa para leis autorizativas da alienação de bens públicos (Representação nº 1.116, DJ de 13.08.1982).

O caso do Rio de Janeiro é excepcional em todos os sentidos. A Capital não funciona lá! Os prédios continuam lá! Isso há meio século!

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. _ Senador **Paulo Duque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR

Nº 20, DE 1º DE JULHO DE 1974

Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

SEÇÃO II

Do Patrimônio, dos Bens, Rendas e Serviços

Art. 12. O Estado do Rio de Janeiro, criado por esta lei, sucede no domínio, jurisdição e competência, aos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

§ 1º O patrimônio, nele compreendidos os bens e a renda, bem como os direitos, obrigações de ordem interna e internacional, encargos e prerrogativas dos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, são transferidos ao novo Estado.

§ 2º Os serviços públicos estaduais, assim definidos por ato do novo Estado, lhe serão transferidos com os recursos orçamentários e extra-orçamentários a eles destinados e com os respectivos bens móveis e imóveis.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o novo Estado, ou para os Municípios, as propriedades pertencentes aos Ministérios civis e militares que se tenham tornado desnecessárias aos serviços desses órgãos da União.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO VI Das Alienações

Art. 17 – A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) dação em pagamento;
b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo; (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

d) investidura;

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para esse fim; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994) (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal incluía-se tal atribuição; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**SEÇÃO III
Da Doação**

Art. 31. Mediante ato do Poder Executivo e a seu critério poderá ser autorizada a doação de bens imóveis de domínio da União a Estados, Municípios e a fundações e autarquias públicas federais, estaduais e municipais, observado o disposto no art. 23. (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

§ 1º No ato autorizativo e no respectivo termo constarão a finalidade da doação e o prazo para seu cumprimento.

§ 2º O encargo de que trata o parágrafo anterior será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se:

I – não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II – cessarem as razões que justificaram a doação; ou

III – ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista.

§ 3º É vedada ao beneficiário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, exceto quando a finalidade for a execução, por parte do donatário, de projeto de assentamento de famílias carentes, na forma do art. 26, e desde que o produto da venda seja destinado à instalação de infra-estrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao

desenvolvimento do projeto. (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

LEI Nº 9.798, DE 18 DE MAIO DE 1999

Altera a Lei nº 7.674, de 4 de outubro de 1988, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-Iapas a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.

LEI Nº 10.175, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município de Recife – PE.

LEI Nº 10.422, DE 15 DE ABRIL DE 2002

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

LEI Nº 10.747, DE 15 DE OUTUBRO DE 2003

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona.

LEI Nº 10.969, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2004

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores.

LEI Nº 11.190, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2005

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, o imóvel que especifica.

LEI Nº 11.683, DE 27 MAIO DE 2008

Altera a Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências.

LEI Nº 3.419, DE 5 DE JULHO DE 1958

Autoriza o Poder Executivo a doar aos seus ocupantes as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporado ao Patrimônio da União Federal em virtude de deferimento, em seu favor, de herança jacente de Julia Costa e Zulmira Amorim, e dá outras providências.

.....

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a

reserva. (Incluída nela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 533, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 104, de 2008 (nº 328/2008, na origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

Relator: Senador **Jefferson Praia**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Toledo (PR), por intermédio da Mensagem nº 104, de 2008, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Já a Resolução nº 43, de 2001, trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias,

seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Além disso, o pleito precisa se submeter aos ditames da Resolução nº 48, de 2007, que “dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo”.

Os recursos da operação de crédito ora em tela destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

O custo total do Programa foi estimado em US\$ 14.667.400,00, dos quais, além dos US\$ 7.333.700,00 emprestados pelo BID, igual quantia será aportada como contrapartida municipal. Os desembolsos do Banco e do Município, segundo o cronograma estimativo, devem ser feitos ao longo de quatro anos.

O Banco Central do Brasil (BACEN) efetuou o credenciamento da pretendida operação de crédito externo, mediante o Ofício Desig/Dicic—Surex – 2008/18, de 29 de fevereiro de 2008, sob o número TA450533.

Assim é que, para o presente empréstimo do BID, o mutuário pode exercer dois tipos de opção de conversão de moeda, um aplicado aos desembolsos, o outro aos saldos devedores. O desembolso está previsto para se dar em um prazo de 48 meses. A amortização será em 41 parcelas semestrais, com carência de sessenta meses. O cálculo estimativo do serviço da dívida, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), situa-se em 4,62% ao ano, um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria.

II – Análise

Estão anexados ao processado, entre outros documentos, pareceres da STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que são citados a seguir.

No Parecer nº 369/2008/GERFI/COREF, da STN, são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante. Os limites de endividamento do Município foram calculados e considerados atendidos.

Naquela data, havia margem, nos limites de endividamento da União, para a concessão da garantia. Consulta realizada naquela data, não indicou a existência de débitos da Administração Direta do Município junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas. O Município está autorizado a oferecer como contragarantia à garantia da União cotas e receitas tributárias previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

Quanto à capacidade de pagamento do empréstimo, o Município de Toledo (PR) foi classificado na categoria “B”, suficiente para receber a garantia da União, nos termos da Portaria ME nº 89, de 1997.

As conclusões do parecer da STN são as seguintes:

Diante do exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado, pelo MF, o cumprimento substancial das condicionalidades relacionadas no parágrafo 30 deste Parecer, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

No referido parágrafo 30 são listados os requisitos para o primeiro desembolso, os quais devem ser cumpridos preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais:

- (i) criação formal, por decreto, da Unidade Executora do Programa (UEP), do Comitê Deliberativo e do Comitê Técnico; e
- (ii) seleção do sistema gerencial e do controle financeiro-contábil.

A STN sugere que o Ministério da Fazenda, para evitar o pagamento desnecessário de comissões de compromisso, verifique o cumprimento dessas exigências antes da assinatura do Contrato, inclusive mediante prévia manifestação do BID.

A PGFN manifestou-se através do Parecer PGFN/COF Nº 853/2008, que concluiu não haver óbice legal ao encaminhamento ao Senado Federal do pleito relativo à concessão de garantia à operação de crédito em tela por parte da União.

A operação de crédito, como já enfatizado, foi credenciada pelo BACEN, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela STN, a operação de crédito pretendida deverá implicar uma taxa de juros em torno de 4,62% ao ano, um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções 48/2007, 40/2001 e 43/2001, todas do Senado Federal, são atendidas pelo Município e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 2008

Autoriza o Município de Toledo (PR), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Toledo (PR) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – *valor do empréstimo*: até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América);

III – *opções de conversão*: o mutuário poderá exercer a “Opção de Conversão dos Desembolsos de Moeda” e/ou a “Opção de Conversão de Moeda dos Saldos Devedores”, sendo cobrada, a cada conversão, uma comissão equivalente a 25 pontos base (anualizada) sobre o montante convertido;

IV – *valor da contrapartida municipal*: US\$7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América);

V – *desembolso*: prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de vigência do Contrato;

VI – *carência*: 60 (sessenta) meses;

VII – *amortização do saldo devedor em dólares*: em até 41 parcelas semestrais, sucessivas e, sempre que possível, iguais, pagas sempre no 15º dia dos meses de abril e outubro;

VIII – *amortização do saldo devedor em reais*: será fixada para cada desembolso convertido para reais, de acordo com as condições oferecidas pelo BID na “Cada de Cotação Indicativa da Conversão de

Desembolso ao Mutuário” e da “Cada de Notificação da Conversão de Desembolso”;

IX – *juros aplicáveis aos saldos devedores em dólares*: nos empréstimos do Mecanismo Unimonetário, o mutuário poderá optar pela Taxa de Juros Baseada na LIBOR ou pela Taxa de Juros Ajustável:

a) no caso da taxa de juros baseada na LIBOR, os juros serão exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar americano, mais (ou menos) uma margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos modalidade LIBOR, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e mais a margem (**spread**) atual para empréstimos do capital ordinário;

b) no caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual para cada semestre que será determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados com uma Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, acrescida da margem vigente (**spread**) para empréstimo do capital ordinário expressa em termos de uma porcentagem anual.

X – *juros aplicáveis aos saldos devedores em reais*: no caso de conversão de moeda, o BID indicará, por meio das Cartas de Notificação, a Taxa de Juros Base, que significa a taxa de juros equivalente no mercado de BRL à soma de taxa USD LIBOR para três meses, mais dez pontos base; e será determinada para cada Conversão em função da Taxa Fixa de Juros Aplicada a um Montante Nominal Corrigido pela Inflação, do Cronograma de Pagamentos, da Data de Conversão e do montante nominal de cada conversão;

XI – *comissão de crédito*: de até 0,75% (setenta e cinco centésimos de um por cento) ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XII – *despesas com inspeção e supervisão gerais*: até 1% (um por cento) do financiamento, cabendo ressaltar que, no momento, esta taxa não está sendo cobrada.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Toledo (PR) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, satisfaça as seguintes demandas:

I – cumpra os seguintes requisitos prévios à realização do primeiro desembolso, inclusive mediante manifestação do BID:

a) criação formal, por decreto, da Unidade Executora do Programa (UEP), do Comitê Deliberativo e do Comitê Técnico; e

b) seleção do sistema gerencial e do controle financeiro-contábil;

II – formalize o respectivo contrato de contragarrantia.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 104, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/06/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[Assinatura]*

Fls. *104*

RELATOR(A): *[Assinatura]*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLYCY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT) <i>[Assinatura]</i>	3-IDELI SALVATTI (PT) <i>[Assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-VAGO
RENATO CASAGRANDE (PSB) <i>[Assinatura]</i>	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>[Assinatura]</i>
	9-CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ <i>[Assinatura]</i>	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO <i>[Assinatura]</i>
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM) <i>[Assinatura]</i>
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>[Assinatura]</i>	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>[Assinatura]</i>
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB) <i>[Assinatura]</i>	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO V

Dos Impostos dos Municípios

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

~~IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, definidos em lei complementar. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do **caput** deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I – fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 4º Cabe à lei complementar:

I – fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;

II – excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....
SEÇÃO VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

SEÇÃO II Dos Orçamentos

Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, **a**, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso

em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, **a** e **b**, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi lido anteriormente o Parecer nº 533, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 30, de 2008 (MSF 104/2008), que autoriza o Município de Toledo (PR), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo das Lideranças para apreciação das matérias constantes da pauta

Está, assim, encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 12 de junho, quinta-feira, nos termos do acordo de Lideranças:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62, da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e

quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62, da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62, da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 12.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição.*)

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno.*)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apre-

sentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º

pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs – 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1–Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2–CCJ, de redação; e – 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4–CCJ.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o

Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003,

tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ, que apresenta.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103–B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66–A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e – 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1–Plen.

24

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto–Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e
 – de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12–CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12–CCJ, à Emenda nº 9–CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10–CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18–CDR.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da

tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra–Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do **caput** do art. 5º e aos incisos I e III do **caput** do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e
 – de Serviços de Infra–Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3–CI, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CAS (Substitutivo), que apresenta.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ, de redação, que apresenta; e – de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3–CAS (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003,

na Casa de origem), que altera o inciso XIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CAS (Substitutivo), que oferece.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR–174, entre a cidade de Cáceres–MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1–CE, que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral,

que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007–Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2–Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de

qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

49

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões – de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e – Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002–CN.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as

mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

55

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

56

PARECER Nº 530, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 530, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

57

PARECER Nº 531, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 531, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

58

PARECER Nº 532, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 532, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,

bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

59

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

60

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

61

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder de cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

62

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

63

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

64

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

65

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007—Complementar,

além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

66

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

67

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

68

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

69

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Luce-

na e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

70

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

71

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

72

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

73

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006—Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensa-

dos, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

74

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

75

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas, etc)

76

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

77

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

78

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

79

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV).

80

REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

81

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

82

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

83

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

84

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

85

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

86

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

87

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária).

88

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Retorno a palavra a V. Ex^a, Senador Gilberto Goellner. Darei o devido desconto.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Obrigado, Presidente Paim.

Proponho, portanto, um grande pacto entre o Governo Federal, todas as instituições ligadas ao meio ambiente, o Ministério do Ministro Mangabeira Unger, o Ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Ibama, Procuradorias Federais, o Governo Estadual do Mato Grosso, o Programa MT Legal e outros Estados que acredito também tenham seus programas, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, o Poder Legislativo Estadual, que fez e criou o Programa MT Legal (Mato Grosso Legal), o Ministério Público, as prefeituras de modo geral, as entidades representativas dos produtores rurais, os agentes econômicos que atuam na região, que adquirem produtos de toda a região amazônica, as ONGs e todos os que se preocupam com essa crise do meio ambiente e desejam que o País a supere.

Chega, então, de balela! O tempo das disputas já passou! Agora, é buscar soluções criativas, propositivas, e olhar para a frente. Precisamos cuidar do que conseguimos conservar até agora. Existem muitos

produtores que levam muito a sério o meio ambiente. Outros não obedecem à legislação.

Então, precisamos fazer o levantamento do grande ativo e do passivo e partir para cuidar daqui para frente. A forma das punições que hoje está impetrada em órgãos ambientais precisa ser repensada, porque eles não conseguem realizá-las a contento: apenas 2% a 5% das multas impetradas pelo Ibama, pela Sema, por desmatamentos ilegais são cobradas. Quem sabe convidando os produtores a fazerem a terceirização desses programas, do MT Legal e de outros programas, a exemplo de Lucas do Rio Verde, convidando-os a fazer a terceirização do levantamento aerofotogramétrico, do georeferenciamento de todos os imóveis rurais, seja possível ver o ativo e o passivo, o que existe de positivo em matéria de áreas de preservação permanente, de áreas de reserva legal, o que falta ser repostado em área de preservação, em área de reserva, em grandes parques e em unidades de conservação que o Governo precisa ainda determinar.

Mato Grosso hoje está engessado. O produtor não consegue se regularizar, porque não existem áreas de compensação, de reposição, como manda a lei. E existem, sim, áreas consolidadas há 20, 30, 40, 50, 100 anos, que já foram abertas assim, como aconteceu no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, em todos os Estados brasileiros da orla, e isso precisa ser levado em conta. Então, o produtor quer uma segurança jurídica mínima e precisa tê-la tendo em vista a época em que aconteceram esses eventos, com a possibilidade, então, de chamar os produtores para a legalização desses cadastros.

E a grande proposta que apresentamos para que o Governo Federal leve aos Estados da região amazônica é a utilização dos recursos do PAS – Programa da Amazônia Sustentável – para fazer a terceirização desses levantamentos em todos esses Municípios dos imóveis, legalizando-se as áreas, pequenas áreas de assentamento que hoje não são legalizadas e estão ocupadas por alguns produtores que foram assentados e não possuem o título da terra, ou por outros que compraram terra de colonização, mas não possuem o título e não têm comprometimento. A partir da posse e de um título legal, traríamos todo mundo para a legalidade e para a responsabilidade social e ambiental.

É necessário um grande pacto federativo envolvendo todas essas entidades, assim como os órgãos ambientais e as ONGs que realmente estão cooperando para que a legalização de toda a área ambiental brasileira se confirme.

É preciso que todo mundo junto dê as mãos e faça algo que traga resultado, a fim de que as soluções encontradas daqui para frente sejam preservadas. A sociedade inteira e o meio ambiente exigem comportamentos maduros e, acima de tudo, construtivos.

Essa é a proposta que fazemos ao Governo Federal, aos órgãos ambientais. Vamos levá-la diretamente ao Ministro Minc e ao Ministro Mangabeira Unger para que, dispondo de recursos, ele coopere com o Incra para realizar todo esse levantamento do passivo e do ativo ambientais em toda a região do Amazonas. Essa seria uma boa oportunidade de se utilizarem recursos de forma coerente, concreta, construtiva, o que daria resultados, e não simplesmente contando com punições, com polícia. Isso também tem que continuar, a fiscalização tem que continuar, mas para resolver a situação como um todo precisamos da cooperação e da terceirização de serviços.

Como disse, o Incra sozinho levaria de vinte a cinquenta anos para fazer isso aí, mas, com a participação da iniciativa privada, licitando, seria possível contar com grandes empresas para fazer esse levantamento. Teríamos a oportunidade de acelerar isso e obter resultados concretos para conciliar a sustentabilidade da atividade econômica e ambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Cumprimento o Senador Gilberto Goellner pelo seu pronunciamento coerente como sempre, em uma linha construtiva e positiva para o bem das cidades, do nosso Estado e do País.

Senador Flexa Ribeiro, hoje, no meu pronunciamento no plenário, fiz uma pequena homenagem à cidade de Alto Alegre, cujos vereadores Cléber e Alex estão aqui presentes. E quero, mais uma vez, reafirmar que fiz o pronunciamento hoje em plenário mostrando o belíssimo investimento que vocês fizeram com uma pequena emenda deste Senador, no valor de R\$100 mil, oferecendo melhores condições para os agricultores da região poderem produzir e melhorar a sua qualidade de vida.

Meus cumprimentos a vocês.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronunciamento o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero primeiro agradecer ao Senador Paulo Duque por ter permutado comigo a ordem de usar da tribuna. Quero também parabenizar o Senador Gilberto Goellner pelo brilhante pronunciamento que acabou de fazer. V. Ex^a tem toda razão quando diz que temos

de buscar ações concretas que levem à regularização para resolver a questão ambiental na Amazônia.

Senador Paulo Paim, eu já estou cansado de vir à tribuna para bater na mesma tecla. Eu diria que é o samba de uma nota só, como se referem ao Senador Cristovam Buarque, que defende a educação de forma permanente. E, nós defendemos de forma permanente – não nos vão intimidar, não nos vão dobrar, – o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Não há como nos intimidar para que abandonemos essa posição.

As organizações ambientalistas vêm, repetidamente, tentando desmerecer um projeto que foi aprovado por esta Casa, por unanimidade. De forma incorreta, com meias verdades, insistem em desmerecer o projeto que foi feito não com o sentido, como se pretende divulgar pela mídia, de devastar a Amazônia, mas sim, no sentido de preservá-la.

Espero, Senador Paulo Paim, não precisar voltar aqui, até porque Senador Gilberto Goellner e Senador Paulo Duque, espero que o Ministro Carlos Minc aceite o convite para comparecer, no dia 24 de junho, na Comissão de Meio Ambiente para que lá possamos conversar, discutir e debater o futuro da Amazônia.

O futuro da Amazônia não vai ser decidido do gabinete de Brasília, como quer o Ministro, não será decidido na praia de Copacabana como quer o Ministro. O futuro da Amazônia vai ser decidido discutindo com os amazônidas. Vamos ter, Senador Goellner, a oportunidade de conversar com o Ministro Minc. Pedi que o Ministro me concedesse uma audiência, mas, lamentavelmente, não obtive resposta Senador Gollner.

Espero que amanhã eu possa estar com o Ministro Minc para conversarmos de forma transparente, desarmada, porque o que o Ministro quer eu também quero, a preservação da floresta.

Porém não sei se o Ministro quer o desenvolvimento da Amazônia, e disso não abro mão, vou lutar sempre pelo desenvolvimento da nossa região.

Senador Paulo Paim, Senador Gilberto Goellner, quero mostrar, mais uma vez, que o Projeto de Lei nº 6.424, de minha autoria, tem uma única página. É desafio que alguém venha dizer que o meu projeto de lei diminui a reserva legal da Amazônia de 80% para 50%. Não há uma única linha nesse sentido. Meu projeto tem três artigos, como já disse aqui da tribuna, e o último deles diz: “Essa lei entrará em vigor na data da sua publicação”. Só tem mais dois artigos e nenhum deles fala em redução de reserva legal.

Lamentavelmente, essa distorção, Senador Paulo Paim, não pode continuar. Quero dizer, Senador Go-

ellner, que o Ministro Carlos Minc esteve na Câmara Federal e ainda não atendeu o convite do Senado. Lá na Câmara Federal, Senador Paulo Paim, conforme as notas taquigráficas, o Ministro Minc começa dizendo: “O pessoal do Rio aqui já me conhece há bastante tempo. Sou Deputado estadual há vinte anos; portanto, sou também parlamentar e prezo o Parlamento. O Parlamento é minha casa”. São declarações do Ministro Minc.

E, em seguida, na mesma audiência pública, o Ministro Minc diz o seguinte, com relação a meu projeto:

Quero também contar com todos para medidas importantes. Por exemplo, trago também uma outra mensagem do presidente Lula, que me fez portador dela. É a posição oficial do governo contrária ao projeto de lei que muda a reserva legal da amazônia (palmas), o projeto de lei que passa a reserva legal de 80% para 50%. Portanto, a área desmatada de 20% para 50%, discuti com o presidente.

Não é o meu projeto, Ministro Minc. Não é o Projeto de Lei 6.424. É preciso que V. Ex^a se inteire melhor das questões do Ministério do Meio Ambiente antes de falar.

E continua:

Perguntei ao presidente, quando eu o informava que procuraria os nossos líderes e os presidentes das duas casas, se eu iria falar em nome do ministério ou se essa também era a posição do presidente do governo. O presidente respondeu-me: “ministro minc, esta é a minha posição, é a posição do governo. O governo é contrário à redução da reserva legal, de 80% para 50%. Se com 20% não estamos conseguindo segurar o desmatamento do bioma amazônia -por isso, estamos correndo com medidas positivas para o desenvolvimento sustentado, o zoneamento ecológico, o preço mínimo, a indústria limpa -, imaginem passando de 20% para 50%. Realmente é uma coisa absolutamente fora de controle. Transmito aos deputados, ambientalistas, pesquisadores, a posição do governo, e espero também que das nossas bancadas, a respeito desse problema de redução (...)

Ora, senhores e senhoras, meus Senadores, minhas Senadoras, é mais uma intervenção do Executivo no Parlamento brasileiro. Já não bastam, Sena-

dor Paulo Paim, as medidas provisórias, vem agora o Ministro Minc, na Câmara Federal, se posicionar pela não aprovação de um projeto de lei como posição governamental.

E diz mais adiante que segundo o Presidente Lula, se o Congresso aprovar, ele veta. Só que ele esqueceu que o veto Presidencial tem de voltar ao Congresso Nacional para que, sim, o Parlamento dê a resposta final, a conclusão do processo legislativo da manutenção ou não do veto presidencial.

Mas, pasmem, senhoras e senhores, o mesmo Presidente que diz ao Ministro que não aceita a redução da reserva legal de 80% para 50% assinou um decreto – e acho que o Ministro não tem conhecimento, Senador Goellner – na minha cidade, em Belém do Pará, Decreto nº 6.469, de 30 de maio de 2008, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz o seguinte:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inc. Iv, da constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, § 5º, inc. I, da lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e do decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, decreta:

Art. 1º – fica adotada a recomendação nº 007, de 28 de maio de 2008, do conselho nacional de meio ambiente – conama, que autoriza [prestem atenção, brasileiros e brasileiras, principalmente, os da amazônia], que autoriza a redução, para fins de recomposição da área de reserva legal, para até 50% das propriedades situadas na zona i, conforme definido no zoneamento ecológico-econômico do estado do acre.

Art. 2º – este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quem está reduzindo a reserva legal? É o Senador Flexa Ribeiro, pelo seu projeto, que já mostrei aqui que não faz referência à reserva legal, ou é o Presidente da República, que assina um decreto? O Ministro Minc estava presente à cerimônia, lá em Belém, e não deu uma palavra sequer sobre a redução da reserva legal. E diria até, corretamente, porque defendo e estou apresentando um projeto para que seja também obrigação de todos os Estados brasileiros e, principalmente, os da Amazônia, fazer o seu Zoneamento Econômico-Ecológico.

Se houvesse vontade política do Governo de preservar e desenvolver a Amazônia, a primeira coisa que ele teria de fazer era o Zoneamento Econômico-

ecológico. A segunda coisa, ou paralela a esta, a legalização fundiária da região. Aí, sim, o Governo estaria com intenção de fazer o desenvolvimento sustentado e a preservação da floresta.

O projeto que apresentei, Senador Paulo Paim, não derruba uma única árvore. Ele apenas permite que nas áreas já alteradas, nas áreas já “antropizadas”, modificadas da Amazônia, que representam 18% da nossa região, somente nessas áreas, possa ser feito reflorestamento, com espécies nativas ou exóticas até os 80%. Não permite o meu projeto que, na reserva legal, seja plantado cana, soja, pecuária. Essas atividades ficam restritas aos 20% permitidos hoje. Então, eu não posso...

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concederei um aparte a V. Ex^a.

Eu não posso hoje deixar de fazer este desabafo, mais uma vez, da tribuna.

Senador Paulo Paim, no dia em que houve a comemoração mundial do meio ambiente, o Ministro do STJ, Dr. Antônio Herman fez a seguinte declaração, também lá no Plenário da Câmara, que quero ler.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, na última quinta-feira, no Plenário da Câmara, o Ministro do STJ Antônio Herman defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 6424/5 [Projeto de minha autoria, Senador Paulo Paim, que o STJ está defendendo], que permite a reposição de áreas florestais em reservas legais com palmeiras que possam ser exploradas economicamente.

E mais embaixo vem a correção e a verdade que os ambientalistas querem esconder, ao dizer que o meu projeto – como foi matéria da IstoÉ – “Desastre Anunciado”, o que é uma inverdade, uma reportagem feita com a Sr^a Joanna Guinle, contra o Projeto 6424. Sabem quem é a Sr^a Joanna Guinle, que fala na revista Istoé, que diz que é “desastre anunciado”, uma inverdade dita aqui? Sabe quem é, Senador Paulo Paim? É a marqueteira do Greenpeace.

A Sr^a Joanna Guinle não é ambientalista. Ela é a pessoa de marketing do Greenpeace. Então, não tem fundamento, a não ser fazer propaganda enganosa, dar entrevista desse tipo para a revista IstoÉ.

E mais: lá na Câmara Federal, as entidades ambientalistas já fizeram isto e foi reafirmado: distribuíram uma carta aberta aos Deputados, na qual pedem a rejeição de várias matérias que tramitam no Congresso, que, segundo essas entidades, ameaçariam a biodiversidade. Entre elas, Senador Paulo Paim, está

o projeto que reduz a reserva legal da Amazônia, de 80% para 50%.

Brasil inteiro, é importante que preste atenção: PL 1207/07, que tramita em conjunto com o PL 6424/05, que é o meu projeto. Então, é uma demonstração de que a inverdade pode demorar a vir à tona, mas eles próprios estão reconhecendo que o meu projeto não reduz a reserva legal. –

E eles estão pedindo para que seja rejeitado um projeto que está apensado ao meu na Câmara Federal, que não tem nada a ver com o texto que foi aqui aprovado pelo Senado Federal.

Senador Paulo Paim, se V. Ex^a me permitir, eu queria conceder um aparte ao Senador Gilberto, mas eu tenho ainda, ao finalizar, uma lamentável notícia a dar para o povo do Pará, o povo da Amazônia e o povo do Brasil.

Senador Gilberto, com muita honra.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Muito agradecido, Senador Flexa Ribeiro. Realmente, o seu projeto é audacioso em termos de recomposição das áreas degradadas. É o contrário: é construtivo o seu projeto. O seu projeto não diminui a área de reserva; o seu projeto vai ser apoiado; o seu projeto deve ser aprovado. É um projeto inovador, mas que precisa, sim, ser acompanhado de uma estrutura de viabilidade para a recomposição desse reflorestamento, porque nem todos os produtores vão poder realizá-la no próprio local. Possivelmente, vão precisar realizar a reposição florestal em outra gleba que não seja aquela. Nem sempre é possível fazê-lo no próprio local. Então, eu lhe parabeno. Infelizmente, tudo o que se fala de meio ambiente pode ser mal interpretado. E eu diria que o senhor é também um ambientalista. Quando o senhor fala “os ambientalistas”, eu digo que existe o ambientalista muito ideológico e existem os ambientalistas praticantes. E eu vejo que o senhor é um ambientalista construtivo. Estão eu parabeno V. Ex^a por sua posição de esclarecer aqui a todo o Brasil as vantagens do seu projeto. Eu apenas gostaria de fazer um esclarecimento – quem sabe anteriormente em meu pronunciamento eu não o tenha feito. Dentro do Estado de Mato Grosso existem três biomas característicos. Apenas uma pequena parte é floresta. Mas, na visão da mídia nacional, e até de quem não conhece o Estado, até pelo próprio nome do Estado, “Mato Grosso”, pensa-se que lá tudo é mato, floresta. Isso não é verdadeiro. Brasília é uma região com um cerrado muito mais consistente, de origem, do que a do Estado de Mato Grosso. Lá, cerrado e pantanal fazem parte de mais de 70% de todo o bioma. Então, trago

aqui o projeto, que já foi anteriormente enviado para o Senador Jonas Pinheiro, de retirada de todo Estado da Amazônia. Eu acho que não há necessidade de tanto, não é o caso. Devemos delimitar, sim, o que é floresta. E o zoneamento sócio-econômico-ecológico que será aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado – e que já foi feito na versão aerofotogramétrica de 1/250.000 – vai ser discutido em mais de 12 lugares no Estado. Os Deputados discutirão junto com a população em todos os locais e vamos retirar dali, sim, um delineamento do que é floresta, do que é cerrado, do que é pantanal. Com isso, propomos que os demais Estados que compõem a Amazônia Legal, que é um termo fiscal e que está enganando o mundo e o Brasil, deverão ser, então... Nossa proposta é um projeto de lei que consolide o que é floresta. E, dentro desse bioma, existe uma legislação adequada para isso. Então, o Estado do Tocantins hoje é floresta. Menos de 10% é floresta. Da mesma forma, o Estado do Maranhão, o Piauí. Algumas fazem parte...

(Interrupção do som)

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – ...Senador Flexa, sem mais tempo, eu gostaria que a gente discutisse aqui futuramente, inclusive com a presença da Ministra Marina – que agora faz parte novamente deste Congresso, do Senado –, que poderá ajudar a todos aqui a discutir esses grandes temas e esses grandes projetos para de preservação da floresta amazônica. Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu que agradeço, nobre Senador Gilberto Goellner, pelo enriquecimento do aparte de V. Ex^a, que incorporo ao meu pronunciamento. Concordo e disse isto no meu pronunciamento, Senador Paulo Paim: se houvesse intenção política de preservar e desenvolver a Amazônia, teríamos que começar pelo zoneamento econômico ecológico, fazer exatamente a separação do que é área de preservação do que é área de manejo e do que é área de atividade intensa.

O Ministro Mangabeira Unger,...

(Interrupção do som)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...ele que também está convidado para essa audiência na Comissão de Meio Ambiente, foi claro quando disse: “A melhor forma de preservar a Amazônia é desenvolver a região; é levar alternativa economicamente viável para os seus milhões de habitantes”. Disse mais o Ministro Mangabeira Unger: “A Amazônia não é só uma coleção de árvores, é também e, acima de tudo, um grupo de pessoas”.

E, Senador Expedito Júnior, disse mais o Ministro Mangabeira Unger: “Se essa gente não tiver oportunidades econômicas, o resultado prático será uma atividade econômica desorganizada, e atividade econômica desorganizada levará implacavelmente ao desmatamento. A única forma de preservar a Amazônia é ajudando a desenvolvê-la”.

Palavras do Ministro Mangabeira Unger.

Disse mais o Ministro Mangabeira Unger: “O Ministério de Meio Ambiente carece de instrumentos, para lidar com todos os muitos problemas de transporte, energia, educação e indústria, que são necessários para formular e implementar um programa abrangente de desenvolvimento.”

Não sou eu que estou dizendo isso. Quem diz isso é o Ministro Mangabeira Unger. Está correto o Ministro. Está correto o Ministro. Temos que ter um projeto. Temos que ter um instrumento. O Ministério de Meio Ambiente tem que trabalhar junto com o Ministério do Desenvolvimento. Meio ambiente não é oposição a desenvolvimento, nem desenvolvimento é oposição a meio ambiente. Os dois têm que trabalhar juntos. Por isso queremos desenvolvimento sustentável.

E o Presidente Lula – já concluo, Senador Paulo Paim – declarou quando estive na Europa, em Roma: “Todo mundo acha que pode meter dedo na Amazônia”.

Ele próprio reconhece que a Amazônia é brasileira e tem que ser soberana a ação do Brasil em relação à Região.

O próprio Presidente reconhece.

E para concluir aquela notícia que eu não gostaria de dar, Senador Expedito Júnior, e peço a transcrição nos Anais da Casa: “Indústria madeireira fecha as portas.” Não é a primeira no Pará, não. Não é a primeira. Mas essa indústria a que se refere a reportagem, a Madenorte, é uma indústria de 35 anos, verticalizada. Exporta pisos, exporta molduras, exporta compensados. Um mil e trezentos funcionários. Uma escola para atender os filhos dos seus funcionários e que vai fechar – ela vai manter-se, mesmo com a indústria fechada, até o final do ano. Mas vai fechar. E isso é lamentável. Por que vai fechar? Está dito aqui!

“O grande problema, explica Guilherme Carvalho, diretor da Aimex continua a ser falta de matéria prima para manter as linhas de produção nas indústrias. O Governo continua mantendo um ritmo muito lento para a liberação dos planos de manejo. A situação volta a se complicar, agora, porque estamos entrando no verão.”

Todos que conhecem a Amazônia sabe que lá nós temos seis meses de inverno e seis meses de verão e agora nós estamos entrando no verão, quando se precisa fazer estoques para as indústrias poderem funcionar e aí precisaria das licenças ambientais.

“As empresas já deveriam estar, agora, iniciando os trabalhos de campo para a extração da madeira, mas mais de 99%...”

(Interrupção do som. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou repetir Senador Expedito: “mas mais de 99% dos projetos ainda não foram aprovados.

Há o risco de perdermos mais essa safra. Noventa e nove por cento dos projetos de manejo estão sem...

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, é só uma perguntinha que quero fazer ao Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou preocupado, porque o Senador Paulo Duque está esperando para falar desde às 14 horas. Eu já dei vinte minutos para o Senador Flexa.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria somente de fazer uma pergunta ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou já responder à sua pergunta e já concluo.

Antes, quero só terminar a questão da Madenorte. Quero lastimar o fechamento e a perda – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que defende os trabalhadores – de 1.200 a 1.300 empregos diretos que serão perdidos em breve. O Município da Ilha do Marajó tem um dos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Os menores IDH do Brasil estão na Ilha de Marajó. No Município de Breves, vai ser fechada a Madenorte que gera 1.300 empregos.

O Secretário de Meio Ambiente do Pará aponta duas razões para o indeferimento do plano de manejo da Madenorte. A primeira é que a área da madeireira – uma delas – encontra-se dentro da Reserva Extrativista Renascer. Pasmem os senhores! Não vou ler tudo, porque já estou extrapolando o meu tempo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou já responder à sua pergunta e já concluo.

Antes, quero só terminar a questão da Madenorte. Quero lastimar o fechamento e a perda – Senador

Paulo Paim, V. Ex^a, que defende os trabalhadores – de 1.200 a 1.300 empregos diretos que serão perdidos em breve. O Município da Ilha do Marajó tem um dos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Os menores IDH do Brasil estão na Ilha de Marajó. No Município de Breves, vai ser fechada a Madenorte que gera 1.300 empregos.

O Secretário de Meio Ambiente do Pará aponta duas razões para o indeferimento do plano de manejo da Madenorte. A primeira é que a área da madeireira – uma delas – encontra-se dentro da Reserva Extrativista Renascer. Pasmem os senhores! Não vou ler tudo, porque já estou extrapolando o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São só quinze minutos do seu tempo normal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pasmem os senhores: os planos de manejo florestal em áreas onde serão criadas – serão criadas, não existem! – a Floresta Estadual do Amazônia, a Área de Proteção Ambiental Santa Maria de Prainha e mais ainda, o absurdo: e outras unidades de conservação. A Secretaria de Meio Ambiente não aprova os planos de manejo onde já há áreas de preservação, como é o caso da reserva extrativista, mas não aprova também os planos de manejo onde serão criadas no futuro novas reservas!

Vai engessar o Pará inteiro, vai fechar todo o setor produtivo, que representa o segundo segmento da economia do Pará, só sendo ultrapassado pelo setor mineral.

Senador Expedito, rapidamente ouço V. Ex^a, para não deixar o Senador Paulo Duque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu lhe dei o dobro de tempo de todos os outros oradores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E V. Ex^a tinha feito um pacto com o Senador Paulo Duque de falar dez minutos, para que S. Ex^a pudesse falar. E agora nós vamos ter mais um aparte.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Paim, eu confesso que vai ser um minuto, não mais do que isso, até porque, hoje também... Eu estou sem almoço até agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Somos dois.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Passei o dia inteiro hoje na Comissão. V. Ex^a estava lá. Aliás, sem almoço, não; nós comemos um sanduíche.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nem sanduíche eu comi.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Mas eu gostaria de fazer uma pergunta. No seu Estado, no Pará, vocês devem ter feito também o pacto federativo. Praticamente, cem por cento das reclamações hoje que V. Ex^a traz à tribuna é de responsabilidade do Estado do Pará, porque quem emite hoje...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A licença ambiental é a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Então, há um grande problema com a Governadora e com a Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Graças a Deus, nós temos em Rondônia o pacto federativo. V. Ex^a esteve em Rondônia, e o Mato Grosso também tem um pacto federativo. E lá em Rondônia, as coisas estão funcionando bem. Graças a Deus, o plano de manejo está saindo, as licenças operacionais também. Mas, infelizmente, eu estive no Pará e pude perceber a dificuldade. Há Município no Pará pelo qual a Governadora não pode passar; há Município no Pará ao qual a Governadora não pode estar presente, não pode fazer reunião, por conta do abandono...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) –....que está – para concluir –, principalmente nessa questão do setor madeireiro do meio ambiente. Quem sempre defendeu o meio ambiente deste País, Senador Paulo Paim? V. Ex^a sabe o respeito por V. Ex^a nesta Casa. Mais do que o Partido dos Trabalhadores, eu não conheço e, infelizmente, exatamente onde governa a administração do PT, do Partido dos Trabalhadores, não funciona a Secretaria de Meio Ambiente Estadual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, nobre Senador Expedito Junior e encerro meu pronunciamento fazendo um apelo à Governadora Ana Júlia para que ela reveja a posição da Secretaria de Meio Ambiente e possa dar consequência aos projetos, não aprovando a todos, mas dizendo que não aprova e por que não aprova.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Indústria madeireira fecha as portas

APÓS 35 ANOS

Madenorte anuncia fim das atividades no Estado por falta de matéria-prima

O anúncio feito neste final de semana pela diretoria da Madenorte Laminados e Compensados de que a empresa encerrará as atividades não pode ser considerado como um fato isolado, segundo alerta o diretor técnico da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), Guilherme Carvalho. Muitas outras indústrias associadas com perfil parecido com o da Madenorte estão em situação semelhante e podem vir a encerrar as operações antes do final do ano.

O grande problema, explica Carvalho, continua a ser a falta de matéria-prima para manter as linhas de produção nas indústrias. "O governo continua mantendo um ritmo muito lento para a liberação dos planos de mane-

jo. A situação volta a se complicar agora, porque estamos entrando no verão. As empresas já deveriam estar, agora, iniciando os trabalhos de campo para a extração da madeira, mas mais de 99% dos projetos ainda não foram aprovados. Há o risco de perdermos mais essa safra", avalia o diretor da Aimex.

Na última reunião entre representantes do setor madeireiro e o secretário de Estado de Meio Ambiente, Valmir Ortega, realizada em março o quadro apresentado pelo secretário foi, segundo Carvalho, preocupante. "Nos três primeiros meses deste ano o governo do Estado liberou projetos de manejo para extração de apenas 320 mil metros cúbicos de madeira em tora. Se esse ritmo for mantido até o final do ano, serão liberados pouco mais de 1,5 milhão de metros cúbicos de madeira em tora para exploração em 2008. Isso é menos do que os 3,5 milhões de metros cúbicos liberados ano passado e representa menos ainda quando se sabe que as indústrias locais consomem perto de 10 milhões de metros cúbicos de madeira em tora por ano", diz o diretor da Aimex.

Sem matéria-prima disponível e com condições de mercado desfavoráveis para a exportação - a apreciação do real é um dos principais problemas enfrentados pelo segmento destinado às vendas externas - a indústria de base florestal tem sofrido um sério revés. "A comparação entre o desempenho do setor

Comparação entre desempenho no 1º trimestre de 2007 e no de 2008 aponta redução de 13,5%

madeireiro no primeiro trimestre de 2007 e no primeiro trimestre de 2008 aponta para uma redução real de 13,5% no valor exportado em dólar pelas indústrias paraenses", afirma Carvalho.

Como resultado, Carvalho aponta a situação da Madenorte. "Uma empresa com 35 anos de existência na cidade de Breves está tendo que fechar as portas. A empresa já teve 1,3 mil funcionários e foi reduzindo a quantidade de trabalhadores até que se tornou anti-econômico manter o negócio. Com o fim da empresa acaba também a fundação, que garantia boa educação para cerca de 200 crianças, filhas de empregados da indústria. Essas crianças só terão aula até o final do ano e depois deverão ir para a rede pública", conta o diretor da Aimex.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto o Senador Paulo Duque vem à tribuna – já o convoco –, coloco em votação o **Requerimento nº 757, de 2008**, de autoria do Senador Inácio Arruda, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada pelo nobre Senador.

Tem a palavra o Senador Paulo Duque.

Desde já a Presidência agradece a tolerância de V. Ex^a, que foi paciente e aguardou, no mínimo, quatro horas para usar a tribuna, estando regularmente inscrito.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, ilustre gaúcho que tão bem defende a sua terra, Srs. Senadores ainda presentes, imaginem que o vazio, às vezes eventuais, do plenário não me impressiona nunca.

É como se estivéssemos falando para milhões e milhões de brasileiros. Podem estar certos disso. Um dos grandes serviços que o Presidente José Sarney prestou ao Brasil foi implantar aqui, nesta Casa, a TV Senado. Olha, eu tenho recebido, em geral, de 1.500 a 1.600 *e-mails* por dia, dos mais diferentes recantos do nosso País. Não fiquem tristes quando aparentemente não são ouvidos. São sim, e por milhões e milhões de brasileiros de todos os Estados, de todo o País e do exterior também.

Procurem verificar o número de *e-mails* que doravante – Senador Gilberto Goellner, que chegou há pouco tempo, mas já deve estar recebendo alguns; Senador Expedito, que é sempre assíduo na tribuna e Senador Flexa Ribeiro, que é veterano – recebem sempre aqui como resultado de sermos ouvidos. O Senado é ouvido.

A Hiléia Amazônica, já ouviram falar nisso? Desde que eu era universitário, na cidade do Rio de Janeiro, que não tem esse problema, mas, desde que eu era estudante de Direito que eu ouço falar da Hiléia Amazônica.

A cobiça que essa região brasileira desperta e sempre despertou, sobretudo nos grandes grupos econômicos, os disfarces utilizados por aqueles estrangeiros ambiciosos, grandes produtores, grandes industriais, grandes capitalistas, aliados a brasileiros também desse mesmo jaez, sempre cobiçaram a região amazônica, a denominada hiléia amazônica.

Inventou-se fazer uma instituição para proteger a chamada hiléia amazônica, que abrange esses Estados todos que foram debatidos aqui hoje. Onde foi isso? Na Unesco, com a anuência ou a ingenuidade do Ministro do Exterior da época. Estou falando aqui em meio século, Senador Expedito Júnior. V. Ex^a ainda nem tinha aparecido por aqui. Meio século! Naquela

época, a Unesco seria a grande administradora da hiléia amazônica. Escolheram até uma professora antropóloga, já falecida há muitos anos – a professora Heloísa Alberto Torres, que seria a coordenadora desse movimento, no Ministério das Relações Exteriores, da hiléia amazônica.

Acontece que o povo se levantou. Foi o povo que, no Rio de Janeiro, compareceu em peso às conferências no Clube Militar. Os militares sempre estiveram atentos, os bons militares, a maioria dos militares brasileiros, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sempre esteve atenta.

Nós, brasileiros, não temos culpa de a América espanhola ter sido fragmentada em doze ou treze países, e todos se admiraram da unidade da América portuguesa, que conseguiu sobreviver. O Brasil lutou muito para manter a sua unidade.

No momento, os suspeitos, na minha opinião, são esses milhares de ONGs que andam por aí. Para mim, ONG virou uma espécie de suspeição permanente. Virou mesmo. Estejam ou não ouvindo, esta é a minha palavra como Senador da República representando o Estado do Rio de Janeiro. Não temos florestas, temos praias lindíssimas, mas o Rio é sempre o Rio de Janeiro.

Eu nem ia falar nisso hoje. Meu assunto seria até bem outro, mas senti tanta sinceridade nos oradores, tanto patriotismo naqueles que estão representando milhares de brasileiros de Rondônia, do Pará, do Amazonas, do Acre, dos territórios, lá do Norte, de longe, mas que estão ouvindo, que resolvi dar o meu testemunho. A cobiça internacional sobre a Amazônia é muito antiga. Não pensem os estudantes de agora que isso começou nesses últimos anos. Não, isso vem de muitos anos! As gerações que antecederam os atuais jovens e universitários lutaram bem, muito, permanentemente, para a preservação da hiléia amazônica. Podem estar certos disso. E esses homens que beiram os 70, os 80 anos de idade, até mais, lutaram muito na sua mocidade para preservar o território brasileiro.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a autorizasse a inserção, nos Anais do Senado, de um artigo muito interessante que diz respeito ao nosso petróleo. Nos idos de 50, a mocidade era, de norte a sul, muito nacionalista, talvez por termos saído de uma guerra, a Segunda Guerra Mundial. A mocidade era muito interessada, não na maconha, não no *funk*, não no baile não sei de quê, mas nas causas públicas. Era diferente.

Eu tenho de passar uma experiência para cá. Lógico. Então, eu pediria a inserção do artigo. Não sei se é possível, se permite o Regimento Interno, que tem que ser reexaminado, reestudado. Título do artigo: **“Royalties: o futuro do Rio em jogo.”**

O meu compromisso aqui é com o Rio de Janeiro, com o povo do Rio de Janeiro, com o Estado do

Rio de Janeiro. Esse é o meu compromisso. Jamais entrarei em jogadas, joguetes ou coisas que possam prejudicar o meu País. Às vezes, é preciso até arranhar a Constituição quando a causa é grande.

Ontem, falou-se em urgência de uma medida provisória. Negou-se urgência a uma medida provisória quando já havia uma demora de três séculos de injustiças. Trezentos anos de escravidão e diziam que não era urgente. Isso após duzentos anos de uma medida libertária: “Vamos fazer uma lei do ventre livre, pois um moleque desses não vai poder trabalhar. Para que vou alimentar mais esse.” Ventre livre”. Depois: “Ah, esse homem aí, esse negro tem 60 anos de idade. Vamos fazer uma lei qualquer aí, tipo sexagenários. Ele não pode mais trabalhar, para que vou alimentar esse homem?” Até que a pressão do Exército – o Exército é sempre patriota – fez com que uma deusa loura, gentil, em 13 de maio de 1888, disse: “Não, não tem mais escravidão no Brasil”. Não tem mais escravidão formal, escravidão formal.

Por isso, Sr. Presidente, é que o Senado é uma Casa maravilhosa. O Brasil está aqui e, às vezes, é preciso abrir os olhos para entender que uma filigrana legislativa qualquer não pode se sobrepor a trezentos anos de espera. “Ah, mas não é urgente”. Como não é urgente? Trezentos anos de sofrimento, trezentos anos de submissão, trezentos anos de ofensa, de humilhação e de chibata... Então não é urgente o projeto de V. Ex^a que foi votado ontem? Claro que é urgente.

E devo dizer a V. Ex^a que já recebi vários *e-mails* sobre o assunto de ontem para hoje.

Por isto, estou pedindo a V. Ex^a que transcreva o artigo que tem como título “*Royalties*: o futuro do Rio em jogo”. E realmente está.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero informar, sem violentar o seu tempo, que é regimental, que V. Ex^a será atendido e esse artigo será incorporado, na íntegra, ao seu pronunciamento.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a desde já.

Eu não poderia deixar de fazer esta referência a um jornal grande, poderoso, que tem grande influência na opinião pública e vou passar às mãos de V. Ex^a a matéria, que é de interesse do Rio de Janeiro e do Brasil.

Se eu fosse falar do Rio de Janeiro e do Brasil, acho que levaria mais uma hora e seria um castigo muito penoso que aplicaria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma satisfação ouvi-lo, Senador Paulo Duque. V. Ex^a sabe disso.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Só quero, pelo menos, dizer o seguinte: logo que cheguei ao Senado, em janeiro – passei muitos anos na Assembléia do Rio de Janeiro, como Deputado –, observei que a nossa Constituição, em seu art. 155, penaliza de tal

maneira o meu Estado, aplica um castigo tão grande ao meu Estado do Rio de Janeiro, que a minha primeira iniciativa foi esta aqui, Sr. Presidente Paulo Paim: propor alteração do art. 155 da Constituição Federal, para – veja V. Ex^a que é do Sul – permitir que o Estado de origem cobre o imposto chamado ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.

Isso significa o seguinte: o Estado do Paraná, por exemplo, que produz uma incontável potencialidade energética com Itaipu, não pode cobrar a energia que exporta; significa que o Estado do Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo hoje, não pode cobrar o imposto do ICMS na origem, especialmente em Campos, naquela região, etc.

Isso vem desde 1988, esse absurdo. Mas, naquela época, o Rio ainda não produzia muito petróleo. A Bahia produzia alguma coisa, o Rio Grande do Norte produzia alguma coisa, o Rio Grande do Sul, acho que não era produtor de petróleo, não sei. Naquela época, em 1988, quando se fez a Constituição atual.

Mas, de repente, as coisas mudaram. Eis aí. Tudo indica que o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, São Paulo e, talvez, Santa Catarina, transformem o País, de repente, em um dos grandes produtores de petróleo do mundo, mas sem poder cobrar o imposto de ICMS na origem, onde é produzido, como é habitual em qualquer outro produto. V. Ex^a sabe disso. Por isso, esperei as quatro horas – esperei com prazer; aprendi muito aqui com o Senador Expedito, com o Senador Gilberto, com o Senador Flexa Ribeiro, cuja indignação absorvi e aprendi – para dizer a V. Ex^a que essa foi a primeira proposição que, como Senador, apresentei a esta Casa. E mais: Relator da Comissão de Justiça, com voto favorável do Senador Flexa Ribeiro a essa proposta. Então, V. Ex^a entende que eu tive uma dupla gentileza para com ele quando cedi meu tempo e minha vez de usar da tribuna.

Os assuntos, hoje, seriam vastos, Sr. Presidente, mas vou deixar para sexta-feira, que é um dia mais tranqüilo, mais calmo. E não vou penalizar V. Ex^a com este meu discurso que, parece-me, é o último do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Teremos ainda o Senador Expedito Júnior.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Muito obrigado a V. Ex^a. Entrego ao funcionário competente este artigo que gostaria muito de ver publicado. É um artigo a favor do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR PAULO DUQUE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

Royalties: o futuro do Rio em jogo

MARCEL PEREIRA

Surge no Congresso Nacional, em torno da distribuição dos royalties do petróleo, uma nova proposta que agride de frente os interesses do Estado do Rio de Janeiro. Seu foco é: em nome do zelo por uma supostamente racional aplicação de recursos, o Rio de Janeiro deveria se sacrificar e abrir mão da parte que lhe compete. Mais uma vez o pedido é que o Rio se sacrifique pelo melhor do Brasil.

O senador Aloizio Mercadante, autor da proposta (artigo no GLOBO de 1º de junho), nega o que é verdade absoluta: o estado de São Paulo, a quem o nome senador representa em Brasília, tem muitos interesses no processo de redistribuição. Atualmente, o Rio de Janeiro recebe 86% dos recursos de royalties. Uma redistribuição seria um jogo no qual só perderiam cariocas e fluminenses.

Até quando pedirão sacrifícios ao Rio de Janeiro? Por que São Paulo não abre mão de seu ICMS em prol dos estados consumidores de suas mercadorias? O ICMS do petróleo já é recolhido no destino, na bomba de gasolina do consumidor final.

Uma vez mais se espera a repetição de um sacrifício do Rio. Como em 1960, quando os únicos sacrificados pela transferência da capital federal para Brasília foram a cidade do Rio e os cidadãos cariocas. Foi-se a capital,

atrás dela seguiu o capital, humano e financeiro. Em seguida, em 1974, mais sacrifício: uma fusão extremamente mal planejada e mal concebida entre dois estados que mais pareciam água e azeite de tão distintos entre si — a Guanabara e o antigo Estado do Rio. Um processo propositalmente voltado para o desmonte político da cidade que fazia oposição aos militares no poder.

De tão malfeito, as seqüelas administrativas da desordem instaurada são sentidas até hoje. A saúde, por exemplo, é um caso típico. O Rio de Janeiro é diferente de outras capitais, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, onde a rede de hospitais no perímetro municipal é administrada pela prefeitura, e nos municípios da periferia metropolitana é administrada pelo governo do estado. Após a fusão, a rede de hospitais estava toda no antigo Estado da Guanabara. Ela foi, então, sumariamente dividida entre as alçadas estadual e municipal.

Isso impediu o desenvolvimento de uma rede de suporte aos municípios da periferia metropolitana, sobretudo na Baixada Fluminense. Essas prefeituras, ao invés de usufruírem de uma rede de hospitais, até os dias de

hoje investem em ambulâncias para conduzir seus pacientes à rede de hospitais do governo do estado, em ampla maioria localizados em nossa desamparada capital.

Pelo sacrifício feito pelo país, o Rio de Janeiro submergiu num processo de fuga de capitais e desaceleração econômica. O empobrecimento se acentuou a partir da década de 80, e a desordem e a violência urbanas inflaram novos investimentos. O ciclo de decadência levou à redução do fluxo de turistas. Os serviços públicos se mudaram para Brasília e as matrizes de empresas e bancos, para São Paulo. A cidade sofreu perda econômica trágica, com expressiva diminuição dos postos de trabalho.

A dinâmica é conhecida de sociólogos e economistas: menos emprego, mais roubos e assaltos. Em seguida, por causa da violência, menos empregos ainda. Os números da violência demonstram a intensidade do agravamento. Em 1982, foram registrados pouco mais de 2.100 homicídios na cidade do Rio de Janeiro. Em 1991, foram registrados 7.518 homicídios. A taxa quadruplicou em uma década. Os dados econômicos mostraram o tamanho da agonia sob a

qual sucumbiu a cidade do Rio. No intervalo entre 1996 e 2003, no ápice da crise econômica que atingiu o município, a renda da cidade encolheu 35%, numa catástrofe silenciosa. Quando agora surgem sinais de retomada, qual o pedido escutado? Que o Rio faça novo sacrifício...

É preciso ter mais cuidado, sim, com os excessos causados pela abundância de royalties especialmente concentrados em alguns poucos municípios. Uma disciplina fiscal mais rígida se faz necessária, para reequilibrar as forças econômicas dentro do Estado do Rio e redistribuir a concentração populacional que há em torno de áreas de baixa prospecção de empregos. O grande desafio do estado, hoje, é "ir além do petróleo" e dar um choque de empregos em sua Região Metropolitana. A decolagem passa, obrigatoriamente, pela alocação ótima de royalties dentro do próprio estado.

Esta é a hora de se abrir a "caixa de Pandora" do orçamento estadual para mostrar à população a que passos o estado caminha nesta direção. É uma excelente oportunidade para o governador Sérgio Cabral mostrar que seus planos de reerguimento do Rio vão além de bater duro na segurança pública.

MARCEL PEREIRA é diretor de pesquisas do Instituto Atlântico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Duque, V. Ex^a será atendido na forma regimental. O artigo será publicado.

Neste momento, antes de passar a palavra ao Senador Expedito Júnior, eu gostaria de, infelizmente, ler um *e-mail* que recebi do meu Estado do Rio Grande do Sul:

Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim,

Num conflito hoje, em Porto Alegre, numa manifestação contra a corrupção, houve um enfrentamento entre a brigada militar e os movimentos sociais. Dezessete feridos e 12 trabalhadores presos. Esse foi o resultado da ação de enfrentamento entre a brigada militar e os movimentos.

Infelizmente, o protesto contra a denúncia, a corrupção e o desvio do dinheiro público no Rio Grande do Sul chega a esse estágio.

Os conflitos iniciaram-se às 11h da manhã, quando trabalhadores, estudantes e sindicalistas iniciaram uma caminhada em direção ao Palácio Piratini, sede do Governo atual. A manifestação foi reprimida com balas de borracha, bombas e gás de pimenta. Mais tarde, quando tentaram reiniciar a marcha, os trabalhadores foram novamente impedidos de caminhar e agredidos.

Infelizmente, é um fato que eu tenho de registrar, porque recebi do meu Estado. Todos sabem que há, neste momento, um debate muito profundo sobre corrupção no meu Estado, com uma CPI instalada na Assembléia Legislativa. Os movimentos sociais estão fazendo manifestações em todo o Estado, inclusive em frente ao Palácio do Governo.

Feito o registro, passo a palavra ao Senador Expedito Júnior, pelo tempo de 10 minutos mais cinco, como dei para os outros oradores.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer a oportunidade que V. Ex^a me proporciona de poder falar mais uma vez. Não estava inscrito, e V. Ex^a me abre oportunidade de, mais uma vez, com tristeza, tratar sobre um assunto do meu Estado.

Esta Casa, tivemos a possibilidade de aprovar aqui uma resolução, a Resolução 034, que dava a oportunidade ao Estado de Rondônia de rediscutir a dívida do Banco do nosso Estado, do Beron, o Banco do Estado de Rondônia. Infelizmente não foi acatada a decisão desta Casa pelo Governo Federal.

O Presidente da Casa, por intermédio da assessoria jurídica do Senado, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, para que fizesse com que o Governo Federal cumprisse a determinação, aprovada praticamente por unanimidade, dois votos contra que tivemos aqui, do Líder do Governo e me parece do Senador Mercadante.

Infelizmente, nós não tivemos condições de conseguir a liminar no Supremo. O Supremo entendeu que deveria ainda discutir sobre esse processo, mas que não cabia liminar. E eu respeito a decisão do Supremo. Não quero colocar em xeque, não quero colocar em dúvida a decisão tomada pelo Ministro Ricardo Lewandowski.

Mas, com tristeza, Sr. Presidente, vejo que as coisas para o meu Estado, as coisas para Rondônia, não acontecem. Temos a questão da transposição de servidores do quadro estadual para o quadro federal. É uma luta. Já foi aprovado por esta Casa, está na Câmara dos Deputados, já foi aprovado pela comissão criada para analisá-lo. E foi aprovado por essa comissão, veio ao Plenário da Casa. Infelizmente, encontra-se parado, dormindo nas gavetas do Presidente Arlindo Chinaglia. Essa questão do Beron é a mesma coisa: nós ganhamos, mas não conseguimos levar.

Com os convênios do meu Estado também não é diferente. Com muita luta, com muito sacrifício, nós conseguimos a construção das usinas para o meu Estado, o Complexo do Madeira: Jirau e Santo Antônio. Mas V. Ex^a bem sabe qual foi a nossa luta para conseguirmos o licenciamento dessas obras. E sabe todo o Brasil que vamos gerar energia para emprestar para o resto do País, para o resto do Brasil. Pouca dessa energia será gerada para o nosso Estado.

Sr. Presidente, ontem, entrei no *site* “rondoniaovivo” – um *site* do meu Estado –, que faz uma denúncia muito séria; uma denúncia que, se for verdadeira, é um escândalo nacional.

O *site* “rondoniaovivo” traz uma matéria – eu gostaria de ler alguns trechos – publicada no dia de

ontem: “Caso Beron – uma corrupção generalizada”, por Domingos Borges da Silva. Ele conta aqui uma pedaço da história, Sr. Presidente, que nós vivemos no Estado de Rondônia com esse assunto, que está praticamente engasgado na garganta de mais de um milhão de brasileiros que moram em Rondônia.

Em fevereiro de 1995, o então Governador do Estado de Rondônia procurou uma empresa de Consultoria e Auditoria, sediada em São Paulo, e por ser supostamente de notória especialização a contratou para realizar um levantamento contábil-financeiro no Banco do Estado de Rondônia S.A. – Beron.

Não se sabe o volume de recursos envolvidos no pagamento da empresa.

A empresa tinha como principal sócio Gustavo Loyola (...).

Vejam bem, se isso for verdadeiro, a trama que fizeram com o Banco do Estado de Rondônia e o prejuízo causado aos cofres públicos do meu Estado.

Prossegue a matéria:

A empresa tinha como principal sócio Gustavo Loyola, que mais tarde se tornaria Presidente do Banco Central – Bacen. E, baseado nas informações obtidas através de sua empresa, decretaria, em julho do mesmo ano, intervenção no Banco do Estado de Rondônia S.A. – Beron.

Um dos sócios da empresa de Gustavo Loyola era nada mais nada menos que Maílson da Nóbrega, então Ministro da Fazenda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Outro que mais tarde veio a fazer parte do quadro societário da empresa de Gustavo Loyola foi Gustavo Franco, que também presidiu o Banco Central.

Decretada a intervenção, logo os interventores criaram no Beron dois fundos de investimentos, um a curto prazo e outro com prazo de 60 (sessenta) dias.

Como fonte de investimentos, investidores utilizaram-se de Títulos da Dívida Pública ([ou seja, os famigerados] Precatórios), que eram caucionados por Certificados de Depósitos Bancários, que serviriam para serem comercializados no mercado financeiro.

Em outras palavras, o Beron recebeu títulos de valores duvidosos e emitia Certificados de Depósitos Bancários que possuíam credibilidade e valor nominal passível de serem comercializados no mercado financeiro.

Daí que a Agência do Beron em São Paulo foi envolvida no maior escândalo financeiro já visto na História do Brasil, que foi o dos Precatórios (...).

E, se não estou enganado, foi como Relator ou como Presidente que o Senador Romeu Tuma, por várias vezes, em vários pronunciamentos nossos nesta Casa, fez várias intervenções, inclusive denunciando o que aconteceu na época com o Estado de Rondônia.

Prossegue o artigo:

Os fundos de investimentos movimentaram bilhões de reais, através dos Certificados de Depósitos Bancários, os quais foram zerados após serem noticiados em sede de Ação Popular, à Justiça Federal.

Essas informações estão provadas e comprovadas nos autos da Ação Popular nº 1997.41.00.001436-7, processo que tramitou perante a Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia, e hoje se encontra em grau de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região desde 25/04/2000 que recebeu o nº 2000.01.00043387-0.

Na ação popular está sendo questionado exatamente os atos de Gustavo Loyola que foram pela decretação de intervenção no Beron, como assim as sucessivas programações sem amparo legal.

Naquela ação, ajuizada em pleno andamento da intervenção decretada no Beron (21/05/1997), o autor popular chegou a afirmar, em relação à evolução do prejuízo do Beron, que: “ou os interventores do Banco Central do Brasil são magnânimos ou o Banco Central é um verdadeiro castelo de areia”.

Por ocasião da auditoria realizada pela empresa de Gustavo Loyola junto ao Beron e ao Rondonpoup, o passivo líquido a descoberto (prejuízo) do Beron era um pouco mais de R\$21 milhões, ainda que os resultados da

autoria não espelhassem bem a realidade financeira da Instituição pois o principal devedor na época era o próprio Estado de Rondônia, acionista majoritário do Beron.

Na ação popular ficou provado ainda que, para deixar o Beron na situação encontrada pela empresa de auditoria de Gustavo Loyola, o Estado de Rondônia deixou de aportar ([ou seja, deixou de] depositar) no Beron os valores que eram devidos à União por conta do Imposto de Renda retido na fonte, o que, se houvesse aportado (depositado), não haveria a necessidade de decretação de intervenção no Beron.

Ora, Sr. Presidente, então, está claro. Se isso aqui for verdadeiro, esse é o maior escândalo já visto no nosso País e a maior injustiça que se faz ao meu Estado; a maior injustiça que se faz com Rondônia.

Por isso, desde que cheguei a esta Casa, estava adormecido aqui, nas gavetas da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, um pedido do Governador de Rondônia, Ivo Cassol, solicitando a revisão dessa dívida, porque não acha justo estar sangrando o povo do meu Estado e pagando uma dívida que Rondônia não deve.

Eu sempre digo nesta tribuna: não é justo para com o meu Estado essa dívida. Não queremos ser caloteiros. Não queremos dar calote no Governo Federal e muito menos no Banco Central. Nós queremos pagar aquilo que é devido. Aquilo que for devido, aquilo que for dívida de Rondônia nós estamos prontos para pagar e para assumir o nosso compromisso. Agora não é justo que se faça isso com o meu Estado. São em torno, Presidente, de 10 a 12 milhões todos os meses que poderiam permanecer no meu Estado para melhorar a qualidade de vida, a saúde pública, a educação, a segurança pública, a nossa agricultura, as nossas estradas. Mas, infelizmente, o dinheiro

está indo para o ralo; dinheiro esse que o povo do meu Estado arrecada com muita dificuldade. É um Estado pequeno, e esse dinheiro poderia estar sendo muito bem aplicado, principalmente numa gestão de um governador de sucesso, que é o Governador Ivo Cassol, de Rondônia.

Faço este registro e gostaria de pedir que V. Ex^a desse como lido o restante da denúncia que faço, que não é minha. Essa denúncia é do *site* Rondoniaovivo, uma denúncia muito séria. Com certeza, vamos fazer isto aqui chegar ao Supremo; vamos fazer com que a justiça seja feita com o meu Estado; vamos fazer com que a justiça seja feita com Rondônia.

Vou reunir-me com os Líderes desta Casa, com os Líderes de Oposição, com os Líderes da base aliada, para que nós possamos, Sr. Presidente, corrigir essa injustiça, essa distorção com o meu Estado.

Prometi em Rondônia que, se fosse eleito Senador da República, eu estaria 24 horas por dia defendendo o meu Estado; que sempre que tivesse condições eu falaria de Rondônia. E hoje tenho essa oportunidade, Sr. Presidente. V. Ex^a me conhece e sabe que desde o dia em que cheguei aqui procuro defender o povo do meu Estado e, acima de tudo, procuro defender Rondônia. Sou Senador do Brasil, mas fui eleito pelo Estado de Rondônia e é para lá que eu tenho que prestar conta do meu mandato. Eu sei das minhas obrigações como Senador, mas sei também das obrigações que tenho e dos compromissos que fiz com o povo do meu Estado.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que desse como lido o restante da denúncia que apresento, séria, publicada no *site* Rondoniaovivo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EXPEDITO JUNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, I, § 2º,
do Regimento Interno.)*

CASO BERON - Uma corrupção generalizada - Por: Domingos Borges da Silva

Em fevereiro de 1995, o então Governador do Estado de Rondônia, procurou uma empresa de Consultoria e Auditoria, sediada em São Paulo e por ser supostamente de notória especialização, a contratou para realizar um levantamento contábil-financeiro no Banco do Estado de Rondônia S.A. - BERON.

Não se sabe o volume de recursos envolvidos no pagamento da empresa.

A empresa tinha como principal sócio, Gustavo Loiola que mais tarde se tornaria Presidente do Banco Central - BACEN e baseado nas informações obtidas através de sua empresa, decretaria em julho do mesmo ano decretaria Intervenção no Banco do Estado de Rondônia S.A. - BERON.

Um dos sócios da empresa de Gustavo Loiola era nada mais nada menos que Maílson da Nóbrega, então Ministro da Fazenda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Outro que mais tarde veio a fazer parte do quadro societário da empresa de Gustavo Loiola foi Gustavo Franco, que também presidiu o Banco Central.

Decretado a intervenção, logo os interventores criaram no BERON, dois fundos de investimentos, um a curto prazo e outro com prazo de 60 (sessenta) dias.

Como fonte de investimentos, investidores utilizaram-se de Títulos da Dívida Pública (Precatórios), que eram caucionados por Certificados de Depósitos Bancários, que serviriam para serem comercializados no mercado financeiro.

Em outras palavras, o BERON recebeu títulos de valores duvidosos e emitia Certificados de Depósitos Bancários que possuíam credibilidade e valor nominal passível de serem comercializados no mercado financeiro.

Dáí que a Agência do BERON em São Paulo foi envolvida no maior escândalo financeiro já vista na História do Brasil, que foi dos Precatórios, onde milhões de reais foram desviados dos cofres públicos.

Os fundos de investimentos movimentaram bilhões de reais, através dos Certificados de Depósitos Bancários, os quais foram zerados após serem noticiados em sede de Ação Popular, à Justiça Federal.

Essas informações estão provadas e comprovadas nos Autos da Ação Popular nº 1997.41.00.001436-7, processo que tramitou perante da Justiça Federal Seção Judiciária de Rondônia e hoje se encontra em grau de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região desde 25/04/2000 que recebeu o nº 2000.01.00.043387-0.

Na ação popular está sendo questionado exatamente os atos de Gustavo Loiola que foram pela decretação de intervenção no BERON, como assim as sucessivas prorrogações em amparo legal.

Naquela ação, ajuizada em pleno andamento da intervenção decretada no BERON (21/05/1997), o autor popular chegou a afirmar, em relação à evolução do prejuízo do BERON que: "ou os interventores do Banco Central do Brasil são magnânimos ou o Banco Central é um verdadeiro castelo de areia."

Por ocasião da auditoria realizada pela empresa de Gustavo Loiola junto ao BERON e RONDONPOUP, o passivo líquido a descoberto (prejuízo) do BERON, era de um pouco mais de R\$ 21 milhões de reais, ainda que os resultados da autoria não espelhasse bem a realidade financeira da instituição pois o principal devedor na época era o próprio Estado de Rondônia, acionista majoritário do BERON.

Na ação popular ficou provado ainda que para deixar o BERON na situação encontrada pela empresa de auditoria de Gustavo Loiola, o Estado de Rondônia deixou de aportar (depositar) no BERON, os valores que eram devidos à União por conta do Imposto de Renda redito na fonte, o que se houvesse aportado (depositado), não haveria necessidade de decretação de intervenção no BERON.

Em outras palavras, houve toda uma maquiagem financeira, para ensejar a decretação de intervenção pelo BACEN no BERON, já que a política do Banco Central era

estatizar todas as instituições bancárias estaduais do País, a qualquer custo.

Outra relevância diz respeito aos atos dos próprios Interventores nomeados pelo BACEN para intervirem no BERON .

Por ocasião da autoria realizada pela empresa de Gustavo Loiola, o passivo líquido a descoberto do BERON, relativamente aos seus devedores, pessoas físicas e jurídicas os maiores valores eram passíveis de liquidação (Pagamento).

Para avolumar o passivo líquido a descoberto (prejuízo) do BERON, os interventores começaram a captar recursos financeiros a juros extorsivos junto a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A., a passaram a emprestar para pessoas físicas e jurídicas que não possuíam capacidade financeira para honrar compromissos.

Diz-se da pessoa que não têm capacidade financeira para honrar compromissos, aquelas que obtêm empréstimos junto a Banco, mas o seu patrimônio é insuficiente para garantir o pagamento do débito e quando o valor não é para investimentos em patrimônio sólido.

O Pior ocorreu quando esses empréstimos foram realizados principalmente para políticos do Estado de Rondônia, cuja garantia era a emissão de uma simples Nota Promissória.

Houve uma verdadeira farra com os recursos do BERON, sendo que políticos do Estado avalizavam pessoas que não tinha qualquer patrimônio que garantisse os pagamentos dos débitos por elas contraídos e em muitos casos as garantias eram meras Notas Promissórias.

Das centenas de empréstimos, em valores superiores a R\$ 10 mil reais, concedidos a pessoas que não tinham condições financeiras para honrar compromissos, após o encerramento da intervenção, foram considerados “irrecuperável”, “de difícil recuperação” “recuperável parcialmente” e “recuperável”, aqueles que até hoje estão em processo de Execução.

Por conta dessas operações realizadas pelos Interventores do BACEN junto ao BERON, foi que seu prejuízo (passivo líquido a descoberto), foi elevado para R\$ 502,400 milhões em pouco mais de 3 (três) anos, período em que perdurou a intervenção.

Fato outro que agravou o prejuízo foram exatamente os empréstimos que o BERON, através de seus interventores tomavam junto a Caixa Economia Federal à taxa de juros extorsivos e os valores eram emprestados à taxa de juros inferiores, ficando o BERON com o prejuízo da diferença de juros que tinha que pagar á Caixa Econômica.

Em outra ação popular, que também se encontra em grau de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (proc. nº 1999.41.00.000346-5), questiona-se exatamente os Contratos de Abertura de Crédito e de Refinanciamentos celebrados pela União, com o Estado de Rondônia, por conta dos prejuízos do BERON.

Nesta ação contém o Relatório Contábil Financeiro do BERON, onde está amplamente demonstrado, inclusive com a descrição de nome de pessoas físicas e jurídicas, principais devedoras da instituição, que foram contempladas com empréstimos fraudulentos, através dos Interventores do BACEN.

Meras suposições de que os então Interventores nomeados pelo Banco Central do Brasil, para intervirem no BERON não causaram prejuízo à instituição, é ledô engano pois há documentos que comprovam a má gestão junto ao BERON, e o BACEN aplicou-lhes pena de multa.

O Estado de Rondônia não pode ficar com um prejuízo monumental que não é seu e a JUSTIÇA não pode agir em detrimento do Estado e em benefícios de inescrupulosos.

CONTATO: db.silva1965@bof.com.br

Rondoniaovivo.com

Permitida reprodução desde que citada a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será V. Ex^a atendido na forma do Regimento Interno.

Infelizmente, Senador Expedido Júnior, tenho que voltar a falar do assunto do Rio Grande do Sul.

O Senador José Nery está acompanhando; o seu Partido está se movimentando também lá, mediante os fatos que estão acontecendo. E o relato que recebi há pouco, em telefonema do Presidente da Federação dos Metalúrgicos, é da maior gravidade. Diz que a violência contra os movimentos sociais é algo nunca visto, eu diria, no mínimo, no período democrático do País pós-ditadura.

Isso é da maior gravidade. Quero aqui deixar registrado o meu protesto. Tentarei entrar em contato com o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul no sentido de que os movimentos pacíficos tenham todo o direito de fazer as suas caminhadas, os seus protestos em nome da ética e do combate à corrupção. Então, deixo aqui registrada a nossa indignação. Tentarei fazer contato ainda hoje com o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Senador José Nery, vou passar a palavra a V. Ex^a, mas me permita ainda dizer que eu não misturo as coisas. Vai chegar aqui ao Congresso amanhã um pedido de empréstimo de mais de US\$1 bilhão junto ao Banco Mundial para o Estado do Rio Grande do Sul. Eu não misturarei essas duas coisas. Eu vou pelear aqui dentro para que esse empréstimo seja aprovado. Esse empréstimo visa pagar parte da dívida do meu Estado com a União e, conseqüentemente, a partir disso, vão diminuir em um terço os juros que atualmente se pagam todo ano para o Poder Central. Agora, também não medirei esforços para que a Comissão de Assuntos Econômicos, como me foi solicitado pelo Senador Aloizio Mercadante, tenha todas as informações do que está acontecendo no Rio Grande do Sul, a partir da CPI instalada na Assembléia Legislativa.

Então, que não fique nenhuma dúvida quanto à nossa posição. Não vamos misturar a luta nossa em favor de que tudo seja esclarecido, doa a quem doer – eu já disse isso em outras oportunidades, mesmo quando me referia a denúncias feitas aqui em relação ao Governo Federal. Tenho a mesma posição em relação à gravidade dos fatos que estão acontecendo no Rio Grande do Sul. Vamos fazer de tudo. Da mesma forma que Amazonas, São Paulo e outros Estados pleitearam seus empréstimos e foram assegurados nessa linha, faremos a defesa do nosso Estado aqui. Tenho certeza de que essa é a posição dos três Senadores.

O povo gaúcho não pode pagar pela irresponsabilidade e pelo desvio de conduta de alguns.

Senador Flávio Arns, ouço V. Ex^a pela ordem. A seguir, vou conceder a palavra ao Senador José Nery.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até peço desculpas ao Senador José Nery, se V. Ex^a me permite, porque, como já mencionei em outras ocasiões, V. Ex^a é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e eu gostaria de destacar para o Brasil, rapidamente, em dois minutos, algumas iniciativas importantes que vêm acontecendo naquela Comissão, da qual o Senador José Nery também participou ativamente, na semana passada, com a presença do Presidente do Ipea, Dr. Márcio Pochmann. O economista, inclusive, fez uma abordagem muito interessante sobre o peso da carga tributária em classes sociais diferentes, mostrando como as pessoas economicamente mais carentes no Brasil vêm tendo uma carga tributária superior àquelas pessoas que recebem mais. Quer dizer, um peso maior da carga tributária em relação às pessoas com poder aquisitivo menor, quando deveria ser exatamente o contrário.

Quero destacar que a Comissão de Direitos Humanos, nesse debate todo, aceitou a sugestão de constituirmos um grupo de trabalho para aprofundarmos esse debate, essa reflexão, e por meio do próprio Ipea fazermos sugestões de legislação, de mudanças em uma Comissão que se denomina Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então isso é muito importante.

Eu gostaria de destacar que foram aprovados três projetos, na semana passada, em relação à pessoa com deficiência. E V. Ex^a, Sr. Presidente, há pouco ainda mencionou o trabalho para aprovação da Convenção da ONU a favor dos direitos da pessoa com deficiência. No Brasil, eu diria que o grande desafio é fazer com que a legislação seja cumprida.

Destaco que na semana passada foi aprovado um projeto de lei considerando as pessoas com visão monocular, ou seja, cegos de um olho e com visão no outro, como pessoas com deficiência. Algumas dessas pessoas querem participam de muitos concursos e não podem porque são consideradas deficientes. Por outro lado, quando há uma quota ou uma vaga para uma pessoa com deficiência, elas não são consideradas pessoas com deficiência.

O Supremo Tribunal Federal já tem uma decisão mostrando que a pessoa com deficiência auditiva unilateral, quer dizer, surda de um ouvido, é considerada

deficiente. Por uma questão de isonomia, isso também foi considerado em relação à visão monocular.

Quero parabenizar a Associação Brasileira dos Deficientes Portadores de Visão Monocular por essa conquista, porque é um projeto que vem da Câmara dos Deputados, foi aprovado na Comissão, vem ao Plenário e irá posteriormente à sanção do Sr. Presidente. Parabenizo também os deficientes auditivos, que tiveram o projeto aprovado para que possam comprar o veículo para locomoção sem pagar o IPI. Quer dizer, a pessoa com deficiência física já pode fazer isso, com deficiência visual, com deficiência mental ou intelectual e agora a pessoa com deficiência auditiva. Este projeto irá depois, na seqüência, para a Câmara dos Deputados.

E, finalmente, menciono o último projeto que foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, no qual se amplia a duração do seguro—desemprego quando o beneficiário for pai, mãe ou responsável por pessoa com deficiência. Então, dentro de uma política social, num momento de dificuldade, de perda de emprego, vai-se levar em consideração essa situação de ser pai, mãe ou responsável por uma pessoa com deficiência, ampliando esse período do seguro—desemprego.

Considerando que o Senador Inácio Arruda está presente ao lado de V. Ex^a, Senador José Nery, quero até parabenizá-lo também por todo o trabalho que vem fazendo na CPI das ONGs.

Eu destaquei na CPI das ONGs, ontem, que às vezes o próprio Governo diz que existem ONGs pilantras, que cometem falcatruas. De fato existem, mas o argumento que se usa então: “Não vou passar recursos para a Santa Casa, não vou passar recursos para a Apae, não vou passar recursos para uma pastoral, não vou passar recursos para uma creche ou para uma entidade de idosos, porque a CPI das ONGs está acontecendo.”

Só quero destacar o que destaquei na reunião ontem, dizendo que o grande objetivo da CPI é separar o joio do trigo. Há gente que faz um trabalho extraordinário no Brasil, a quem nós temos de agradecer, o Governo tem de agradecer, a sociedade tem de agradecer, o Judiciário tem de agradecer, porque é a cidadania que se constrói. E essas entidades vêm sendo colocadas, como a gente diz popularmente, no mesmo saco, no mesmo balaio. Essa é uma tremenda injustiça que se comete em nosso País, inclusive por parte do Governo Federal.

Estamos discutindo a LDO agora, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram justamente aprovadas emendas na Comissão de Direitos Humanos e na

Comissão de Assuntos Sociais para que possa haver recursos para essas entidades – emendas de texto, não de recursos, para dizer: “Se existe um lar de idosos que precisa arrumar a cozinha para dar uma vida mais digna para as pessoas que moram ali, que esses recursos vão para lá.” Se essa entidade não fizesse o que faz, o poder público teria de fazer.

Então, queremos, na CPI das ONGs – imagino que também com o apoio do Senador Inácio Arruda, o Relator, e do Senador Raimundo Colombo, que faz um trabalho muito bom como Presidente –, separar o joio do trigo. Todo mundo quer transparência, mas deseja também que as boas entidades sejam cada vez mais valorizadas.

Parabenizo o Senador Inácio Arruda e o Senador José Nery, e V. Ex^a, sem dúvida, como de hábito, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria aproveitar este momento, já que estão aqui no plenário três Senadores da Comissão de Direitos Humanos. Ligou-me mais uma vez, agora, devido aos conflitos no Rio Grande do Sul, Milton Viário, que é Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado, e que falava, diz ele, em nome de todas as centrais e confederações, para que a Comissão de Direitos Humanos, que tem reunião amanhã de manhã, aprove um requerimento para que uma delegação da Comissão de Direitos Humanos vá ao Rio Grande do Sul, se não puder na sexta-feira, na semana que vem, acompanhar os conflitos, porque o espancamento dos trabalhadores, segundo os informes que recebi, nunca foi visto no período democrático no nosso País.

Então, já convoco a todos para, se possível, estarem amanhã na Comissão de Direitos Humanos para que possamos aprovar esse requerimento que vai permitir, naturalmente, que eu esteja lá. E vou convidar os outros dois Senadores gaúchos, pelos quais tenho muito respeito, que são o Senador Simon e o Senador Zambiasi.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador José Nery, como orador inscrito, pelo tempo de dez minutos, com mais cinco, se necessário, e, em seguida, ao Senador Inácio Arruda.

E, desde já, mais uma vez, cumprimento o Senador Flávio Arns pela sua fala, sempre em defesa dos mais necessitados. E cumprimento também, aqui conosco neste momento, o Deputado Raul Jungmann.

Deputado Raul Jungmann, lembro sempre que tive a felicidade, quando V. Ex^a era Ministro da Reforma Agrária, de estar no seu ministério, onde V. Ex^a

adotou a política de cota para negros e índios. Seja bem-vindo ao Senado.

Senador José Nery, por favor.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, as primeiras palavras que desejo dirigir aqui são da mais absoluta solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, ao Senador Paulo Paim e aos demais colegas Sérgio Zambiasi e Pedro Simon.

Quero lamentar aqui o fato de esse Estado, marcado por importantes lutas democráticas e pela cidadania em nosso País, atualmente, estar entregue à sua própria sorte. Não à sorte daqueles que querem um estado voltado para atender aos mais legítimos interesses da população, com uma boa aplicação dos recursos públicos, mas um estado que, apesar de próspero e com um povo grandioso e valoroso, ao que temos conhecimento, está sob uma gestão que tem sido marcada pelo desequilíbrio das contas públicas e principalmente pela negação dos direitos de grande parcela da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, permita-me só prorrogar a sessão por mais uma hora.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Nesse sentido, movimentos sociais do Rio Grande do Sul e partidos políticos em prol da luta popular realizam manifestação para cobrar esclarecimento sobre os fatos que dão conta de um estado de corrupção generalizada que fez com que a Governadora de Estado, Sr^a Yeda Crusius, pedisse de volta todo seu secretariado, todos os cargos de Secretário de Estado, que foram colocados à disposição para uma completa reformulação nos comandos do Estado do Rio Grande do Sul.

Isso por si só demonstra a fragilidade, demonstra o grau de comprometimento das estruturas do Estado com algo que é inaceitável: o uso de dinheiro público, como amplamente denunciado, para falcatruas. Mas, no momento em que os movimentos sociais se mobilizam para exigir esclarecimento dos fatos, como o Senador Paulo Paim acaba de comunicar ao Plenário e ao País, essas manifestações são violentamente reprimidas pela polícia do Estado do Rio Grande do Sul. É lamentável que isso ocorra, mas, ao mesmo tempo, há uma exigência, feita não apenas pelo Senador Paim mas por todos que aqui, no sentido de que cessem as agressões àqueles que lutam pelo direito do povo, que lutam para que os recursos públicos não sejam consumidos no ralo da corrupção.

Então, o Governo do Rio Grande do Sul deve explicação sobre os fatos amplamente denunciados. Mais que isso: o nosso partido, o Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, protocolou na Assembléia Legislativa um pedido de *impeachment*, de impedimento da governadora por considerar insustentáveis os fatos que vêm sendo denunciados amplamente.

Portanto, a nossa solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. Desde já, Senador Paulo Paim, amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, como V. Ex^a já anunciou, haverá um requerimento para que a Comissão possa promover diligências ao Estado do Rio Grande do Sul e verificar o que de fato está acontecendo, explicações para os desmandos, mas principalmente a explicação quanto ao tratamento policesco de criminalização dos movimentos que, em luta, apenas querem que o Estado esteja voltado, como deve ser o papel de cada um dos Estados da Federação, da União, no sentido de garantir condições dignas de vida ao povo. E a primeira tarefa do Governo para que isso possa ocorrer é se organizar e priorizar os interesses sociais, não permitindo a corrupção.

Então a minha solidariedade e, tenho certeza, a solidariedade do Senado, como um todo, Senador Paulo Paim, ao seu requerimento, a sua iniciativa e às cobranças que V. Ex^a acabou da Mesa da Presidência.

Sr. Presidente, queria enaltecer e assinalar o importante movimento ocorrido na semana passada aqui no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados, que foi o lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo que, pelo conjunto das entidades representativas de um expressivo grupo de Parlamentares, conseguiu visitar, dialogar, conversar com a maioria dos Deputados Federais e com a maioria dos líderes partidários, faltando concluir e realizar reuniões com alguns líderes, o que será levado a cabo na próxima semana, para tratar da aprovação da PEC 438, a chamada PEC do Trabalho Escravo.

Esse movimento nacional pelo fim da escravidão contemporânea, com a expropriação das terras em que for constada a prática de trabalho escravo, como prevê a PEC 438, consegue, Senador Paulo Paim, a adesão cada vez mais expressiva de setores da sociedade brasileira.

No Estado do Pará, por exemplo, nesta semana, tivemos a adesão de várias escolas de ensino médio, de professores, estudantes, entidades. Um fato também me chamou a atenção, faço questão de registrar: a Câmara Municipal de Belém, a nossa capital, está integrada à campanha nacional pela aprovação da PEC 438 e, por determinação da Mesa Diretora da Câmara

Municipal – presidida pelo Vereador Zeca Pirão, tendo como 1º Secretário o Vereador Carlos Augusto Barbosa que, atendendo à solicitação da Vereadora Marinor Brito, do PSOL de Belém – resolveu, como Poder Legislativo, coletar assinaturas para o abaixo-assinado que corre pelo País para solicitar aos membros do Congresso Nacional, em especial aos senhores e senhoras Deputadas, urgência para a aprovação da PEC do Trabalho Escravo.

Registro esse fato porque considero fundamental que as demais Câmaras Municipais do nosso País, em especial da Amazônia, venham a se integrar a este movimento nacional para que o nosso País possa adotar medida que tem um sentido fundamental de agravar a punição àqueles que, no dia de hoje, ainda promovem o chamado trabalho escravo contemporâneo.

Sr. Presidente, outro assunto que eu gostaria de mencionar está relacionado a um tema que dominou os debates nesta semana e, em especial, no dia de hoje, na sessão especial do Congresso dedicada à Comemoração do Dia Internacional do Meio Ambiente e nos debates e pronunciamentos que ocorreram durante toda a tarde, celebrando, denunciando e cobrando medidas efetivas para que possamos ter um processo de desenvolvimento equilibrado, socialmente justo e ambientalmente correto. Refiro-me a mais um desastre ambiental ou crime ambiental ocorrido no Município de Barcarena, no Pará, onde estão sediadas as grandes empresas do complexo do alumínio da Vale do Rio Doce e da produção de caulim. E, com certeza, são responsáveis pela poluição do Rio Pará, na proximidade desse grande parque industrial, onde há registro de mortandade de peixes e da interdição da água dos rios para consumo humano, para banho ou para lazer, visto que na região de Barcarena estão várias praias de água doce (de rios).

Ontem, cerca de 300 moradores de Barcarena, entre pequenos comerciantes, artesãos, pescadores e agricultores que sobrevivem das atividades do rio, da água, ou estão de alguma forma inseridos naquele contexto social ao redor do complexo industrial de Barcarena, reuniram-se em um protesto em frente à Prefeitura para exigir esclarecimento sobre a poluição e o acidente ocorrido. Até o momento, as autoridades ambientais do Estado e do Município não foram capazes de identificar quem cometeu o crime ambiental de poluir o rio e os prejuízos à comunidade, que vêm sendo denunciados desde a última semana.

Nesse sentido, quero pedir a inserção nos *Anais* do Senado da reportagem publicada no jornal *O Liberal* de hoje, pedindo o fim da interdição das praias.

Acrescento que pedem, como é o conteúdo da matéria, a identificação dos responsáveis e a punição rigorosa daqueles que estão envolvidos em mais um crime ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já adianto que V. Ex^a será atendido na forma regimental em todas as suas postulações.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Iguamente, para inserção nos *Anais* da Casa, há um tema também relacionado ao meio ambiente.

Trata-se de uma nota de solidariedade dos movimentos sociais, ambientalistas, cidadãos e cidadãs de várias entidades populares e democráticas do Município de Fortaleza, capital do Ceará, uma nota de solidariedade ao ambientalista, professor universitário e consultor do *Greenpeace*, o ex-Deputado Federal João Alfredo Telles Melo. Um brilhante dirigente popular, dirigente partidário e um militante das causas ambientais que está sendo processado pela Secretária de Meio Ambiente de Fortaleza em razão de artigo publicado nos jornais do Estado, no qual denuncia crimes ambientais, sobretudo aqueles que demonstram o avanço da especulação imobiliária sobre áreas de preservação ambiental, sobre o manguezal do Rio Cocó, e sobre áreas que deveriam merecer do Poder Público toda a proteção, todo o cuidado. Jamais, de forma alguma, o Poder Público deveria se omitir diante das várias denúncias que o movimento social ambientalista tem feito sem obter a resposta adequada dos organismos municipais.

Nesse sentido, solicito a inserção nos *Anais* do Senado do artigo escrito pelo professor e ambientalista João Alfredo Telles Melo, bem como da nota de solidariedade das entidades, a partir da decisão da Secretária de Meio Ambiente de processá-lo em razão das afirmações e das cobranças que o seu artigo ensejou.

Portanto, ao fazer esse requerimento verbal, espero o acolhimento de V. Ex^a e a certeza de que a solidariedade ao ex-Deputado João Alfredo, cuja militância e compromisso não poderiam ser respondidos com o ataque de uma ação judicial que visa, na verdade, intimidar quem de fato se dedica à defesa do meio ambiente, à defesa da vida e à defesa dos direitos mais importantes da sociedade e do povo de Fortaleza.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ NERY EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Principal Notícias Câmara entra na campanha contra o trabalho escravo

Câmara entra na campanha contra o trabalho escravo



A partir desta segunda-feira, 9, a Câmara de Municipal de Belém está integrada à campanha da frente estadual pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 438, que versa sobre o trabalho escravo, que defende a punição daqueles que cometem esse tipo de crime contra os direitos humanos.

A iniciativa partiu da vereadora Marinor Brito (PSOL), que, com o aval do 1º secretário da Casa, vereador Carlos Augusto Barbosa (DEM), disponibilizou uma banca, no hall de entrada da Câmara, para funcionar como um posto de coleta das assinaturas em favor da aprovação da PEC, em tramitação no Congresso Nacional.

Durante a sessão ordinária, a vereadora líder do PSOL aproveitou o horário das lideranças para pedir a contribuição dos vereadores no abaixo-assinado que será enviado a Brasília pedindo a aprovação da matéria. A parlamentar informou que serão necessárias, no mínimo, um milhão de assinaturas.

Marinor ressaltou, ainda, que a Câmara tem obrigação de se transformar em um "fórum de assinaturas", já que o trabalho escravo, com sua presença cotidiana em locais como as carvoarias e as propriedades rurais onde as elites ditam as regras, é "uma mazela danosa ao Pará e aos direitos humanos".

A PEC do trabalho escravo propõe confisco de propriedades, sem direito à indenização, para casos de exploração de mão-de-obra análoga à escravidão.

[Voltar]



SOS Cocó: lutas, vitórias e perspectivas

João Alfredo Telles Melo*

Depois de mais de vinte anos de seu nascimento, quando, desde então, alcançou vitórias importantes, como a criação do parque Adahil Barreto e do parque ecológico do Cocó, o ressurgimento do Movimento SOS Cocó recoloca, nesse momento, o debate acerca da relação da cidade com o seu maltratado entorno natural, numa época em que os piores presságios se confirmaram pelos relatórios sobre o aquecimento global.

As vitórias mais recentes foram a decisão da Justiça de mandar parar a Av. Juarez Barroso e a proposta de referendo sobre a construção da Torre do Iguatemi. Sobre a avenida, travamos um debate público com a secretária municipal do meio ambiente (que afirmava ser a obra ecologicamente correta), representamos ao Ministério Público, porque sabíamos que o empreendimento adentrava o manguezal do Rio Cocó. Além disso, a não consulta ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e o fato de estar na zona de amortecimento do Parque do Cocó amoveram a Juíza da 5ª. Vara da Fazenda Pública, de que era preciso embargar a obra e realizar o estudo de impacto ambiental. A convocação de um referendo para a Torre também é uma vitória nossa, posto que mostra a mudança de postura da prefeitura, que havia licenciado a obra. Aliás, a prefeitura tem buscado, a um só tempo, justificar o ato de ter concedido a licença e apelar à sociedade para revogar o seu próprio ato. Nada disso, com certeza, teria acontecido, se o movimento não tivesse levantado a questão.

Em nosso entendimento, não é a legislação que é permissiva, mas sim a Secretaria do Meio Ambiente,

pois a LICENÇA AMBIENTAL da Torre do Iguatemi foi dada CONTRA O DIREITO. Em pelo menos três aspectos, a licença violou a legislação: A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO que estabelece que o licenciamento de obras localizadas ou lindeiras em áreas de proteção dos recursos hídricos dependerá da aprovação prévia do Conselho Municipal do Meio Ambiente e posterior aprovação do órgão municipal competente. Ao que se saiba, NUNCA o Conselho foi ouvido sobre o empreendimento do Iguatemi; a RESOLUÇÃO CONAMA 13/90, que determina que, num raio de 10 km das unidades de conservação (u.c.), qualquer atividade que possa afetar a biota será obrigatoriamente licenciada pelo órgão responsável pela administração daquela u.c.; além da necessidade do estudo de impacto ambiental (art. 46, da LEI FEDERAL 9985/2000).

Portanto, se a licença foi concedida ilegalmente, a prefeitura poderia (e pode, ainda) fazer o seu cancelamento, a sua revogação. A Lei Federal 6938/81, em seu art. 9o, estabelece, como instrumento dessa política: IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; e a Resolução 237/97 do CONAMA, em seu art. 19, diz que o "o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais".

Por tudo isso, o MAIS COERENTE seria, por parte da municipalidade, ACATAR A DECISÃO JUDICIAL e SUSPENDER as obras da AV. JUAREZ BARROSO e

CANCELAR A LICENÇA AMBIENTAL concedida à TORRE DO IGUATEMI. Pelas mesmas razões, o MOVIMENTO SOS COCÓ deve continuar sua luta pela suspensão de ambas as obras, tanto nas ruas, como judicialmente, ao lado do Ministério Público do Meio Ambiente. Nesse sentido, o REFERENDO deveria vir após o ato da prefeitura revogando a licença concedida. Com isso, a consulta popular guardaria uma coerência muito grande, referendando o cancelamento daquela licença. No entanto, se o referendo vier a ser convocado para dizer SIM ou NÃO à licença ambiental concedida pela prefeitura para o IGUATEMI, deveremos fazer campanha pelo NÃO. Não pelas mesmas justificativas da prefeitura, mas porque entendemos que a licença foi autorizada contra o meio ambiente e o direito ambiental, o que não nos impede de continuar lutando, pela sua revogação.

Finalmente, seria da maior importância que o Movimento possa vir a apresentar, por meio de UMA LEI DE INICIATIVA POPULAR, uma proposta para a criação de uma Zona de Amortecimento non aedificandi para o entorno do Parque do Cocó, para que não reste mais dúvidas jurídicas ou legais da necessidade de sua proteção. Proteger o Rio Cocó, todo o seu manguezal e todas as suas unidades de conservação seria o melhor presente que se poderia dar a nossa cidade, nesta semana do meio ambiente.

* Consultor do Greenpeace, professor de Direito Ambiental.

Artigo que motivou a ação, publicado no Jornal O Povo de 12 de junho de 2007.

Barcarena quer fim de interdição de praias

O Ministério Público do Estado (MPE) do Pará quer que a Prefeitura de Barcarena e o governo estadual prestem assistência aos moradores do município prejudicados pela interdição das praias do Caripi e Itupanema. As autoridades ambientais ainda não apontaram os causadores da poluição, uma necessidade para ações judiciais. Até agora, só os pobres estão sofrendo os efeitos da interdição, disse o promotor Antônio Lopes.

Ontem, cerca de 300 moradores, entre comerciantes, artesãos e pescadores - que sobrevivem de atividades relacionadas às praias - fizeram um protesto em frente à Prefeitura de Barcarena. Eles criticam a falta de informações sobre os causadores do acidente am-

biental que provocou a interdição dos balneários.

O acidente foi constatado há cerca de 20 dias, quando começaram a aparecer peixes mortos, de várias espécies, nas praias do Caripi e Itupanema. Até agora, as únicas informações divulgadas pelas Secretarias Estadual (Sema) e Municipal (Semma) de Meio Ambiente são de que foram encontrados produtos químicos e coliformes fecais.

Os órgãos prometeram aos moradores que apresentarão os laudos técnicos na próxima sexta-feira. Na mesma data, a partir das 10 horas, na praia do Caripi, o promotor Antônio Lopes pretende se reunir com a comunidade e representantes da prefeitura e do governo estadual.

Os comerciantes querem indenização pelos dias parados, mas o promotor explica que ainda não é possível exigir reparação pelo acidente porque falta identificar os responsáveis. Mas enquanto os laudos não saem, é necessária uma ação emergencial, acredita, para prestar assistência social.

O presidente da Associação dos Barraqueiros de Barcarena, Laércio Oliveira, e a secretária da Associação dos Barraqueiros e Artesãos da Orla (Aba), Antônia da Silva, relatam casos de pessoas passando fome porque o acidente afastou os frequentadores e os compradores do pescado. Sem vender nada, eles não têm como se sustentar, dizem.

As lideranças também re-

latam casos de pessoas com problemas de saúde que, acreditam, podem estar relacionados à contaminação do rio. A própria presidente da Abao, Ivanete Pinheiro, está há mais de uma semana com vômito e diarreia.

A estimativa é que cerca de 600 pessoas estão prejudicadas diretamente pelo acidente ambiental. Somente na praia do Caripi estão cerca de 300 famílias que vivem dos bares, lojas e venda de peixe, segundo cálculo de Laércio Oliveira. "Na sexta-feira, esperamos colocar tudo em pratos limpos", diz o comerciante, para quem a demora na identificação dos culpados prejudica ainda mais os moradores porque impede a cobrança de reparo tanto econômico quanto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido, Senador José Nery, na forma regimental. O artigo e as outras considerações de V. Ex^a serão inseridos nos Anais da Casa.

Passo a palavra neste momento ao nobre Senador Inácio Arruda, para proferir seu pronunciamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos acompanhamos hoje um daqueles dias agitados no Senado da República, com muitas manchetes e muitas insinuações a respeito da gestão pública em nosso País.

Às vezes as pessoas assacam denúncias sem informação nenhuma ou sem sustentação nenhuma e transformam isso em manchete. Depois você tem que correr para compensar o prejuízo. Se você não for

ao Judiciário para denunciar ou abrir um processo de calúnia e difamação, você não consegue se recompor ou pelo menos punir aquele que utiliza, às vezes, uma concessão pública para transformar em manchete uma notícia falsa, inverídica etc.

Temos assistido a isso aqui no Senado. Hoje, aconteceu isso na reunião da Comissão de Infra-Estrutura. Passamos o dia inteiro ouvindo uma denúncia absolutamente vazia, sem nenhuma sustentação – prova zero –, mas que foi sustentada para transformá-la em manchetes recorrentes num jogo meramente oposicionista. Acho que isso não ajuda o nosso País.

Venho à tribuna do Senado para rechaçar também uma denúncia desse tipo, articulada pela Oposição lá em um município distante da capital cearense, em Santana do Acaraú, dirigido pelo nosso companheiro

Antônio de Pádua Arcanjo, prefeito eleito. Depois de um grande tumulto na cidade, conseguiu a sua reeleição num enfrentamento político muito acirrado, porque é uma cidade pequena. Ali o acirramento é muito grande, como de resto no País inteiro.

De repente, entre 5.561 municípios do Brasil, Santana do Acaraú foi alvo de uma matéria lançada por um repórter que chegou fortuitamente na cidade, articulado com a Oposição. Chegou lá com a Oposição!

Chegaram a montar uma cena. Foram a uma localidade chamada Malhada, um distrito pequeno, onde existe um conjunto de crianças cujos pais não desejavam que elas fossem transferidas para uma escola municipal ou estadual de ensino fundamental.

A Associação Comunitária construiu uma escola, que é mantida pela prefeitura. Foram lá, montaram uma cena. Usaram o nome da companhia energética do Estado, a Coelce, para montar uma cena dizendo que o Programa Luz para Todos ia ser explicado e que eles precisavam do espaço da escola. Transferiram as cadeiras da escola para uma casinha de taipa.

De repente, chegou um repórter com uma câmera de televisão – infelizmente, eu tenho que dizer isso aqui – de uma das empresas mais conceituadas na mídia brasileira para fazer um programa naquele município. Era uma reportagem para o programa “Fantástico”.

Então, faz-se ali uma montagem, participa-se de uma montagem patrocinada pela Oposição. A Oposição vai lá, leva o repórter, faz a montagem; o repórter sabe que foi feita uma montagem, mas, mesmo assim, entra no jogo da montagem para produzir um programa nacional, para tentar enlamear um município pequenino como é Santana do Acaraú, onde se trabalha firmemente para que aquela população cresça e desenvolva-se, na base da calúnia, da mentira, da injúria. Isso é imperdoável, inaceitável.

E aí se levanta suspeição sobre tudo, cria-se, inventa-se para lançar aquela gestão – digamos assim – na lama. É uma atitude que não podemos aceitar de um repórter, seja de que emissora for; no caso concreto, era da Rede Globo de Televisão.

Sinceramente, é preciso haver um mínimo de respeito no País. Um repórter não pode ficar em uma cidade e ser usado pela Oposição. Eu acho que a direção da Rede Globo devia chamar esse repórter, devia examinar a atitude desse repórter. O Sr. Faustini devia ser chamado para prestar contas e explicar o motivo por que foi se articular com a Oposição para fazer uma montagem, usando a empresa de energia do Estado do Ceará, usando a Oposição, usando a população

para fazer uma matéria e tentar enlamear uma administração pública no Estado do Ceará.

Acho que o repórter bateu no canto errado, porque bateu no canto que tem resposta. Essa turma lá de Santana não fica calada, não fica mesmo. Ali se responde às acusações, ali se mostram as coisas. Ali há uma administração justa, correta.

Levantou-se suspeição sobre tudo: sobre licitações, sobre empresas que participaram da licitação, sobre obras que não existiam. Talvez a gente tenha de dizer a esse repórter o seguinte: “Sr. Faustini, vamos lá com a gente. O senhor não foi com a Oposição? O senhor não participou de uma armação? Pois vamos lá, juntamente com aqueles que estão participando daquela administração, que é popular, é uma administração democrática, é uma administração que derrotou a Direita naquele Município, uma Direita atroz”.

Então, nós estamos dispostos a chamar o repórter para ir lá: “Vamos lá, voltemos lá; nós vamos estar presentes; nós vamos ajudar o senhor a conhecer o que é uma administração pública, para que não saia lançando manchetes com falsidade. Isso nós não aceitamos em hipótese nenhuma”.

O prefeito da cidade foi ouvido, mas é aquela coisa assim... Na última hora, o prefeito sabendo que estava sendo feita a armação, nós dissemos ao prefeito: “Exija ser ouvido”. Ele foi ouvido, o que só serviu para dizerem: “Ouvimos até o prefeito”, mas não deram nenhuma explicação correta, justa.

Então, nós não podemos aceitar isso, mesmo porque essa gestão tem sido auditada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, tem sido marcada por uma transparência total. Não há uma licitação para a qual não se chame uma Oposição da Câmara de Vereadores.

Chegou-se a insinuar na matéria que a morte da esposa de um vereador, que ocorreu em 2004, um assassinato, teria relação com a administração, coisa absolutamente estúpida e inaceitável. A reportagem fez uma ilação. Quando foi exatamente o contrário: a morte da esposa do Vereador Francisco Carneiro foi armada pelo esquema anterior que governava a cidade, abertamente.

E as pessoas que cometeram o assassinato foram localizadas, foram presas, são conhecidas. Os fatos são conhecidos. Mas, quando se quer enlamear a imagem de uma gestão pública, faz-se esse tipo de insinuação falsa, mentirosa, caluniosa. Só há um meio de repará-la: ir à Justiça para exigir uma reparação pública e – quem sabe – pecuniária também, porque, às vezes, as pessoas só sentem quando atingem o

próprio bolso. Talvez seja preciso que o seu Faustini tenha de responder na Justiça as calúnias que assacou contra a administração pública do Município de Santana do Acaraú.

É muito difícil, Senador Paulo Paim, eu vir à tribuna para defender a administração. Muito difícil. Eu defendo a política. Eu defendo a tese mais avançada, mais progressista de como dar passadas nesse sentido e enfrento o debate com as posições conservadores. Mas, diante de uma situação como essa, nós não nos calamos. Não temos receio nenhum. Nós não nos calamos diante da injúria, da calúnia, da mentira assacada por quem quer que seja.

Por isso queremos manifestar essa opinião da tribuna do Senado da República. É inaceitável. Prestamos a nossa solidariedade ao povo lá de Santana do Acaraú, no Estado do Ceará, ao Prefeito e à sua administração, que têm o nosso apoio, que temos defendido. Sabemos o que é que está por trás disso aqui. Quer dizer, antecipa-se uma disputa eleitoral numa cidade e busca-se fazer o jogo da Oposição.

Lamentavelmente, uma reportagem como essa do Programa Fantástico, da Rede Globo, presta-se a esse tipo de atitude. Sinceramente, é absolutamente inaceitável. Seja de onde for, parta de onde partir, nós não estamos para aceitar esse tipo de calúnia, injúria, difamação e vamos denunciá-la, aqui na tribuna do Senado, onde nós poderemos denunciar, especialmente lá em Santana do Acaraú, onde nós vamos esclarecer à população o tipo de armação, as armadilhas que sempre nós enfrentamos. Mas, digamos assim, que aquele tipo de oposição de direita, bem coronelística, natural da política brasileira, não é um problema de Nordeste, não. Tem lá em São Paulo também, tem no Brasil todo. Esse tipo de política nós sabemos enfrentar. Mas eles não tinham chegado ainda neste refinamento de usar a própria Rede Globo e o programa Fantástico para fazer um tipo de matéria suja, caluniosa, como a que foi feita em Santana do Acaraú.

Por isso, nós vamos estar atentos. Usaram a mentira, fizeram armação em uma escola comunitária, depois fizeram outra armação em relação às licitações. Depois, outra armação em relação a uma escola cujos

livros foram danificados, entregues à escola já estragados, extraviados. A escola foi dada como municipal, quando nem municipal era, nem dirigido pelo Município é. Mas a ilação fica no ar.

Então, nós queremos dizer que esse tipo de coisa nós vamos responder onde pudermos, falando, agindo e discutindo com o povo, para que não nos deixemos jamais intimidar pelo fato de ter sido um grande veículo de comunicação que foi usado para fazer esse tipo de calúnia, suja e injuriosa.

Nós não aceitamos e vamos enfrentá-las em qualquer terreno, especialmente denunciando esse tipo de reportagem e esse repórter na Justiça, para que ele possa também responder como ele foi se envolver numa armação patrocinada pela oposição no Município de Santana do Acaraú.

Então, quero prestar, mais uma vez, a minha solidariedade ao povo de Santana, para que não se deixe jamais se intimidar por uma oposição que usa desse refinamento para tentar valer suas posições. O nosso Prefeito de Santana tem a nossa solidariedade, assim como a Câmara de Vereadores, o povo e as lideranças. Vamos estar cada vez mais fortalecidos. Às vezes, uma atitude como essa pode cair naquela expressão popular: o tiro pode sair pela culatra. Eu acho que essa atitude é uma dessas que vão sair pela culatra. Antes de intimidar o povo de Santana, esse tipo de atitude vai unir e fortalecer o povo, para poder enfrentar a batalha política com mais altivez, com mais garra e com mais disposição e derrotar essa direita fascista do Município de Santana do Acaraú, que tem essa petulância de utilizar um veículo de comunicação, que é uma concessão pública do Estado brasileiro, para tentar utilizá-lo como porta-voz da oposição, esse tipo de oposição que age com a calúnia, com a mentira e com a falsidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno)

Nilma Souza Silva

Assunto: ENC: vamos divulgar essa nota do Prefeito de Santana do Acaraú

Sen: Inacio Ananda

A VERDADE EM SANTANA DO ACARAÚ

Venho a público informar a verdade dos fatos em Santana do Acaraú diferente do foi veiculado no último domingo, no Programa Fantástico.

1. Foi afirmado que R\$ 1,7 milhão foram parar nas mãos de empresas de fachada. Em primeiro lugar é preciso informar que todas as obras para as quais os recursos foram destinados tiveram suas execuções concluídas ou estão em execução. A própria Prefeitura solicitou ao Tribunal de Contas dos Municípios rigorosa fiscalização. Em Santana do Acaraú todas as licitações são marcadas pela transparência. Sempre convidamos oficialmente o Ministério Público e vereadores, além da sociedade civil para participarem do ato de abertura das propostas apresentadas pelas empresas.

2. Na reportagem, foram citadas apenas três empresas participando das licitações. A verdade é que a quantidade é bem maior. Em 2005 foram realizadas 6 (seis) licitações, com a participação de 17 (dezessete) empresas, tendo 4 (quatro) empresas diferenciadas como vencedoras. Já em 2006 foram realizadas 7 (sete) licitações, participando 21 (vinte e uma) empresas, quando 5 (cinco) venceram. Em 2007 foram 13 (treze) licitações. Participaram 36 (trinta e seis) empresas. Dez empresas distintas venceram o certame. Com tanta participação, os números e fatos mostram que não há beneficiamento de qualquer empresa.

3. Em 2003, tínhamos divergências políticas com o então prefeito,

José Aldenir Farias. Articulei um forte movimento de solidariedade e proteção ao vereador Francisco Carneiro e família, que teve sua esposa vítima de um atentado. Crime que aconteceu quando o vereador presidia a CPI que investigava o uso de verbas públicas da administração José Aldenir Farias.

4. Na área da educação, a verdade é que a escola comunitária da localidade de Malhada dos Bois foi construída pela própria comunidade. Mas quem mantém o funcionamento da escola é a Prefeitura, que com professores, material e merenda escolar evita que alunos sejam obrigados a estudarem em outras localidades distantes. No caso da Escola Nazaré Severiano, mesmo não pertencendo a rede pública municipal, sugerimos à direção da escola que adotasse providências para apurar responsabilidade sobre o destino indevido dos livros. Para orgulho da população de Santana, em 2005 e 2007 a nossa administração foi reconhecida pelo Sebrae como modelo empreender em compras governamentais de merenda escolar, com o prêmio Prefeito Empreendedor.

Vamos, com firmeza, trabalhar ainda mais para aplicar cada centavo dos recursos públicos em obras e serviços que garantam a melhoria da qualidade de vida da nossa Santana.

Antonio de Pádua Arcanjo
Prefeito de Santana do Acaraú

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Leomar Quintanilha, para que possa fazer o seu pronunciamento.

Também convidamos todos, Senador Leomar Quintanilha, para, amanhã, na parte da tarde, participarem da audiência pública, proposta por V. Ex^a, na Comissão de Direitos Humanos, para discutir a violência contra o idoso, Parabéns a V. Ex^a. Estarei lá com V. Ex^a nessa audiência pública, pela parte da tarde, já que, pela manhã, teremos debate de pauta na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria preliminarmente de, em meu nome e em nome da minha família, sensibilizados, agradecer, de forma penhorada, as manifestações de condolências, de dor pelo passamento da minha querida mãe, Lili Quintanilha, ocorrido no último dia 4. Os nossos colegas foram extremamente solidários, manifestando esse sentimento de apoio e de solidariedade, em um instante de muito sofrimento e de muita dor que se abate sobre a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite, o Senado aprovou, por unanimidade, o voto de pesar que todos nós votamos com muito carinho, em respeito a sua família e a V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Esse é mais um motivo para revelarmos a nossa gratidão pelo nível de colegas que temos nesta Casa. Na verdade, o sentimento de perda nosso é muito grande, por termos a convicção de que o País perde uma grande brasileira, uma mulher exemplar, guerreira, educadora, combativa, intemorata, e, seguramente, o seu legado é a grande herança que nós teremos de nos espelhar no exemplo edificante de uma mulher honrada, obreira, destemida, obstinada, que faz com que todos nós nos sintamos gratificados em Deus nos ter permitido conviver com ela nesses tempos e de podermos dela absorver esse extraordinário exemplo de vida.

Venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, hoje que o Senado comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Tivemos a honra de receber entre nós hoje a figura ilustre do indiano Rajendra Pachauri, Presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Ele ganhou o Nobel da Paz junto com o ex-Vice-Presidente americano Al Gore, em reconhecimento pelos esforços que realizam para ampliar os conhecimentos sobre as mudanças climáticas e para que o mundo adote medidas capazes de neutralizar tais mudanças.

O apelo ambiental cresce dia após dia. Nós somos de uma geração que até bem pouco tempo não respeitávamos os mananciais. Entendíamos ser muito fácil fazer uma povoação à beira dos rios e não devolvíamos aos rios, aos córregos, aos riachos aquela atitude benfazeja de permitirmos usufruir desse insumo

tão importante que é a água. E nós transformamos em verdadeiros esgotos a céu aberto inúmeros mananciais do nosso País. Olhem o exemplo do Tietê, em São Paulo; o exemplo do Meia Ponte, em Goiânia, e de tantos outros ribeirões. Hoje nós estamos percebendo o mal que a eles causamos e estamos querendo reverter essa situação.

Nós ainda somos um País que pode se vangloriar de ter uma reserva de suas matas nativas das maiores do Planeta. Seguramente, Sr. Presidente, nenhum país tem 64% das suas florestas nativas preservadas como tem o Brasil, apesar de estarmos experimentando aqui, ainda que de forma isolada, ataques criminosos à nossa floresta, com cortes rasos, com intenções as mais diversas. E o Governo, com o apoio do Senado e com o apoio da Câmara, tem procurado construir um modelo regulatório que impeça, que iniba esse tipo de ação predatória em nossas florestas.

E há também um esforço muito grande por parte das instituições, de estudiosos, de técnicos e de pessoas que têm uma compreensão mais ampla desse tema de procurar, num esforço conjunto, conscientizar a população da importância que cada cidadão tem na preservação ambiental no meio em que vive. Nós, efetivamente, só conseguiremos um estágio ideal de convivência das atividades desenvolvimentistas quando elas ocorrerem em harmonia com as atividades preservacionistas. O desenvolvimento tem de caminhar ao lado, de forma conjunta, com a preservação ambiental. Estou seguro de que, em todos os esforços que temos feito, inclusive nesta Casa e na Comissão do Meio Ambiente do Senado, que tenho a honra de presidir, estamos procurando dar a nossa contribuição para que isso efetivamente ocorra.

Aliás, o Senado tem saído na frente com medidas efetivas no seu próprio bojo, no seu próprio interior, adotando práticas que devem ser acompanhadas pelo Parlamento dos Estados e dos Municípios brasileiros. São práticas exemplares que buscam reduzir sobretudo o consumo de energia elétrica e de água, promover a economia de material de expediente e a reutilização de material, entre tantas outras ações, num trabalho de conscientização do quadro de servidores desta Casa, que tem, efetivamente, num programa chamado Senado Verde, servido de exemplo extraordinário e que deve ser acompanhado pelo parlamento dos demais Estados e dos Municípios brasileiros.

Então, nós temos, sim, razões de sobra para comemorar, no Brasil, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Nós podemos, sim, oferecer extraordinárias condições físicas, edafoclimáticas – que o País tem – para contribuir para mitigar a fome de outros países, preservando o meio ambiente; para buscar oferecer ao mundo energia alternativa essencial ao desenvolvimento da humanidade a partir das biomassas, sobretudo com relação à produção de álcool, etanol e biodiesel, sem comprometer a produção de alimentos; energia limpa e renovável.

Estou seguro de que o Brasil haverá de continuar nesse programa, podendo dar a sua grande contribuição ao desenvolvimento do País, ao desenvolvimento da humanidade.

Então, nós temos efetivamente razões de sobra para dar continuidade a esse programa, a esse conjunto de ações que vem sendo desenvolvido nesta Casa, com vistas à conscientização geral de preservação do ambiente em que vivemos.

Por isso, Sr. Presidente, para ser breve, mas para não me furtar neste dia tão importante do Senado, em que o Senado comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, trago este registro de que a consciência está efetivamente tomando conta de todos nós, brasileiros, e que nós haveremos de superar as dificuldades e os conflitos e a divergência de idéias que ainda persistem em nosso meio, para encontrar o modelo ideal, o modelo adequado de desenvolvimento com preservação ambiental.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Quintanilha, esta Presidência, mais uma vez, quer deixar registrada toda nossa solidariedade a V. Ex^a e a seus familiares pela perda da sua mãe. Pode ter certeza de que ela, lá de cima, está abençoando todos nós pela pessoa e pela figura que é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Sérgio Guerra, Alvaro Dias e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Stephanes critica conceito da Amazônia Legal”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 15 de maio de 2008.

A matéria destaca que um dia depois da saída de Marina Silva do governo, o ministro Reinhold Stephanes da Agricultura, criticou o conceito da Amazônia Legal, por abranger municípios de Mato Grosso e Tocantins, cujo principal bioma é o cerrado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Stephanes critica conceito da Amazônia Legal

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dia depois da saída de Marina Silva do governo, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) criticou o conceito da Amazônia Legal, por abranger municípios de Mato Grosso e Tocantins, cujo principal bioma é o cerrado.

“O conceito Amazônia Legal passou a ser usado até se pintar de verde todo [o Estado de] Mato Grosso, todo o Tocantins e parte do Maranhão. Aí, criou-se uma confusão”, afirmou.

Fazem parte da Amazônia

Legal: Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e oeste do Maranhão. Essa classificação é usada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para fazer o monitoramento por satélite da floresta.

Segundo a **Folha** apurou, a declaração marca antagonismo com a equipe da ex-ministra do Meio Ambiente. Pouco mais de um mês antes de sair do governo, Marina baixou portaria em que aumentou o número de cidades do bioma amazônico.

O conceito do bioma amazô-

nico — e não da Amazônia Legal, como deu a entender o ministro da Agricultura — foi usado pelo Banco Central em fevereiro deste ano na definição de novas exigências para que produtores rurais com propriedades na Amazônia possam ter acesso a crédito rural em bancos públicos e privados.

Na resolução, o Banco Central torna obrigatório para pecuaristas e agricultores do bioma amazônico a apresentação de uma série de novos documentos, entre os quais o certificado de posse de propriedade

e a comprovação da existência de reserva ambiental.

Em decorrência da portaria do Meio Ambiente, novas cidades de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão também foram incluídas na lista de futuras restrições ao crédito. Essas exigências passam a vigorar a partir de 1º de julho. Ao se manifestar sobre a saída de Marina, Stephanes disse que as divergências com ela eram técnicas e se restringiam à negociações dentro do governo, não tendo influenciado o relacionamento entre ambos. (LUCIANA OTONI)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Política indigenista é incoerente”, diz governador de RR”, publicada pelo jornal **O Estado de S Paulo** em sua edição de 30 de maio 2008.

A reportagem destaca que o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), classificou a política indigenista do governo Lula de “inconseqüente, incoerente e irresponsável”, em palestra para militares no Clube da Aeronáutica, no Rio. Para ele, o governo

‘Política indigenista é incoerente’, diz governador de RR

Para Anchieta, governo ‘esvazia fronteiras’ e arrisca soberania e ‘índio não precisa de terra’

Fabiana Cimieri
RIO

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), classificou ontem a política indigenista do governo Lula de “inconseqüente, incoerente e irresponsável”, em palestra para militares no Clube da Aeronáutica, no Rio. Para ele, o governo federal não tem condições de garantir a cidadania dos índios e cede a pressões internacionais para demarcar áreas de reserva junto à fronteira.

“Essa política equivocada de demarcação de áreas indígenas esvaziando as fronteiras é um risco à soberania nacional. Índio não precisa de terra e sim de condições de vida.” O governador disse que dos 2.212 quilômetros quadrados de fronteira entre Roraima, Guiana e Venezuela, apenas 350 quilômetros quadrados não se encontram em terras indígenas.

Segundo ele, há centenas de ONGs internacionais na região. “A Funai é um órgão para servir às ONGs e luta pela demarcação para justificar sua existência. Porque quem está levando saúde e educação aos índios é o governo de Roraima, apesar de ser obrigação do governo federal.”

Anchieta negou que defenda apenas os empresários do Estado, mas insistiu em que a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua compromete a vida de famílias que estão lá há décadas. A reserva tem 1,7 milhão de hectares e inclui área de fronteira. Foi reconhecida em 1993, no governo FHC, e homologada em 2005. Arrozeiros que terão de sair da área são os que mais resistem e propõem uma demarcação em ilhas, que preserve os centros de não-índios.

Para Anchieta, o laudo antropológico que autorizou a demarcação é “fraudulento e mentiroso”. Ele já entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Serra do Sol, que ainda não foi julgada. Em abril, obteve liminar suspendendo a operação da Polícia Federal que retiraria os não-índios. O governador argumentou que a operação poderia criar um clima de violência na região.

não tem condições de garantir a cidadania dos índios e cede a pressões internacionais para demarcar áreas de reserva junto à fronteira.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SERGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“BODE EXPIATÓRIO”

Ontem, Anchieta disse que os índios “estão sendo usados como bode expiatório”. E ironizou, afirmando que é “coincidência” que as áreas de reserva estejam sobrepostas às de riquezas minerais. “Estou tentando evitar uma tragédia para nosso Estado. O que essas ONGs mais querem é ter um cadáver indígena para dizer que o País não cuida dos seus índios.”

Disse ainda ter tido acesso à prestação de contas de uma das principais ONGs que lutam pela demarcação da Serra do Sol, o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Segundo ele, a ONG recebeu R\$ 14 milhões da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nos últimos dois anos e gastou R\$ 12 milhões apenas com folha de pagamento e encargos.

Em São Paulo, o coordenador do CIR, Dionito José de Souza, reagiu: “O governo de Roraima é antiíndigena porque considera os índios brasileiros como estrangeiros, o que ele diz são inverdades para manipular a sociedade.” Sobre a verba, explicou que o CIR emprega 450 funcionários por meio da Funasa. “Tudo é legal, temos prestações de contas, o Tribunal de Contas da União nos fiscaliza e se houvesse alguma irregularidade não teríamos esse repasse que temos desde 1996.”

Óliver dos Arrozeiros, Paulo César Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima (RR), também estava na palestra no Rio. Ele disse que acatará a decisão do STF. “Vamos ter que acatar, mas temos que tomar uma atitude. Nós nos sentiremos pessoas sem pátria”, disse. “Se o STF der área contínua, eles vão nos varrer do mapa? Vamos resistir com o quê? Vamos protestar.”

COLABOROU ROBERTO ALMEIDA

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada, “NO GOVERNO NÃO TEM CAOS AÉREO”, publicada pela revista *Isto É* em sua edição de 12 de março de 2008.

A matéria destaca que documentos mostram que Ministros do Governo Lula usam jatos da FAB para ir e voltar de suas casas e ainda dão carona para parentes e assessores. A matéria destaca ainda que entre 20 de março de 2006 e 15 de agosto, no pior período de apagão aéreo, o pessoal da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, que deveria fiscalizar as companhias

aéreas, utilizou 19.071 requisições de transporte aéreo não remunerado para fins particulares, de preferência nos fins de semana.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NO GOVERNO NÃO TEM CAOS AÉREO

EXCLUSIVO

Documentos mostram que ministros usam jatos da FAB para ir e voltar de suas casas e ainda dão carona para parentes e assessores

Por SÉRGIO PARDELLAS

A companhia aérea preferida por parte dos ministros do governo Lula tem três letras, melhorou recentemente a frota e seus pilotos são muito bem treinados. Mas esses ministros não viajam nem de TAM nem de Gol. Usam e abusam das viagens a bordo de aeronaves do Grupo de Transporte Especial (GTE) da Força Aérea Brasileira (FAB). É isso o que revelam documentos confidenciais obtidos por ISTOÉ sobre a movimentação de autoridades do primeiro escalão nos anos de 2006 e 2007. Os relatórios mostram que, no mesmo período em que a população enfrentava o caos aéreo e testava a paciência em intermináveis filas nos aeroportos brasileiros, ministros de Estado se valeram da mordomia não apenas a serviço ou em missões especiais, mas para ir e voltar de casa durante os fins de semana. Na linguagem empregada nos papéis da Aeronáutica, são os chamados “deslocamentos para residência permanente”, que deviam se constituir numa exceção, não numa regra, como se constata no levantamento.

Os planos de vôos dos seis tipos de avião da FAB disponíveis para as autoridades – Learjet, Learjet Vip, Brasília, Legacy, Embraer 145 e Xingu – também contemplaram viagens em feriados e datas comemorativas, dias em que não costuma haver

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSEGEIROS	MOTIVO
01	01	2007	MCO(T)	SBBR/SBBQ	C-97	1000 HBV		
01	01	2007	MCO	SBBQ/SBBR	C-97	1315 HBV	Ministro Hélio Costa	

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSEGEIROS	MOTIVO
01	01	2007	MES(T)	SBBR/SBSP	VU-55	0650 HBV	Ministro Orlando Silva Júnior	
							Ministro Márcio Thomaz Bastos	
01	01	2007	MES	SBSP/SBBR	VU-55	0925 HBV	Sr. Marcos Proença Sr. Wanderley Nunes Sr. Gustavo Petta	
							A serviço	

DRIBLE NA LEGISLAÇÃO Os relatórios de vôo mostram que o chamado “deslocamento para residência permanente” virou prática comum, e que foi considerada atividade profissional acompanhar a posse de Lula em 1º de janeiro de 2007

expediente em Brasília. Isso ocorreu durante as celebrações do Natal, Ano-Novo e Carnaval. Há ainda registros de verdadeiros vôos charters, com assessores, parentes, amigos e parlamentares do mesmo Estado do ministro pegando carona na sexta-feira para voltar para casa, retornando a Brasília no início da semana.

Um dos exemplos do uso indiscriminado dos aviões da FAB pelo primeiro escalão do governo, cujos trajetos, ao custo médio de R\$ 25 mil, dependendo do modelo do jato, são pagos com o dinheiro do contribuinte, foi a ida dos ministros para a posse presidencial em 1º de janeiro de 2007 em Brasília. O escrutínio das urnas já apontava, em outubro de 2006, a renovação por mais quatro anos do mandato de Lula. Todos os ministros e candidatos a integrantes da futura equipe de governo já tinham conhecimento da data da posse pelo menos com dois meses de antecedência. Mesmo assim, ministros como Tarso

Genro, então das Relações Institucionais, Dilma Rousseff, da Casa Civil, Paulo Bernardo, do Planejamento, Orlando Silva, do Esporte, Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e Hélio Costa, das Comunicações, preferiram se deslocar para Brasília desfrutando do conforto e da comodidade dos jatos da FAB a reservar com antecedência seus respectivos assentos nos aviões de carreira.

Os ministros Thomaz Bastos e Orlando Silva foram de São Paulo a Brasília no mesmo avião, um Learjet VIP que também acomodou numa de suas aconchegantes poltronas o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta. A aeronave saiu da base aérea paulista às 9h25. A bordo de outro jatinho, Tarso Genro embarcou de Porto Alegre para Brasília às 8h50. Hélio Costa saiu de Barbacena, sua terra natal. Enquanto Dilma e Paulo Bernardo partiram de Salvador, onde passaram o Réveillon, com destino à capital federal a bordo do Legacy da FAB.

Em todos os casos, o motivo alegado para o uso dos jatinhos da FAB foi o de que os ministros estavam “a serviço”.

Gilberto Gil, ministro da Cultura, deu a mesma justificativa quando se valeu da mordomia dos jatos Learjet, Brasília e Embraer 145 para voar sem preocupação com filas e atrasos pelo circuito Rio de Janeiro e Salvador entre os dias 15 e 19 de fevereiro do ano passado. Ou seja, Gil recorreu aos serviços da FAB em pleno Carnaval, festa da qual é notório protagonista ao subir em seu trio elétrico – o chamado Expresso 2222 – e inflamar a multidão pelas ruas de Salvador. Ele fez o trecho Brasília-Salvador em 15 de fevereiro e, três dias depois, seguiu para o Rio, levando de carona o então ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e o governador da Bahia, Jaques Wagner, e suas respectivas mulheres, Sheila dos Mares Guia e Fátima Mendonça. Procurado por ISTOÉ, ele disse que faz uso desse transporte apenas em viagens oficiais,

TODOS A BORDO DOS AVIÕES DA FAB DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006, AS AERONAVES DISPONÍVEIS PARA OS MINISTROS PERCORRERAM 1.351 TRECHOS (IDAS E VOLTAS)

Patrus Ananias

É o recordista em viagens para casa. Dos 13 meses analisados, ele utilizou o avião da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar a BH. Média de 3,2 por mês

CONFIDENCIAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
05	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1450	Ministro Patrus Ananias Sr. Roridan Duarte	Deslocamento para residência permanente
05	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1655		
08	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	1750		
12	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1520	Ministro Patrus Ananias Sra. Vera Maria Ananias	Deslocamento para residência permanente
12	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1715		
15	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	0720		

em geral, em três tipos de situação: 1) quando viaja para locais de difícil acesso; 2) quando é convocado para reuniões pela Presidência ou Casa Civil; 3) quando sua agenda exige deslocamentos mais ágeis e emergenciais que não se ajustem aos vôos das companhias aéreas.

Transportar no mesmo avião autoridades, assessores, parentes e até amigos é comum entre os usuários das aeronaves da Força Aérea Brasileira. É a união do útil ao agradável. Em suas viagens para Porto Alegre, no fim de semana, a bordo dos jatos da Aeronáutica, a ministra Dilma já transportou o deputado gaúcho e dileto amigo, hoje líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). Gil, por exemplo, levou para o Rio, no dia 2 de janeiro de 2007, o compositor Jorge Mautner, que também trabalha no programa Pontos de Cultura do governo federal. No dia 8 de março de 2007, o então ministro Walfrido fez uma viagem pluripartidária a Minas Gerais, ao dar carona para os conterrâneos,

o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) e o peemedebista Hélio Costa. O ministro da Educação, Fernando Haddad, por sua vez, preferiu transportar a família – a esposa, Ana Estela, e a filha, Carolina – num Learjet VIP para São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2006. O maior caronaço, no entanto, ocorreu no dia 5 de abril de 2007. Um dos mais antigos aviões da frota da Força Aérea Brasileira, o “Brasília”, partiu da capital da República com destino a Belo Horizonte levando os ministros Walfrido, Nelson Jobim, da Defesa, os governadores do Piauí, Wellington Dias, e de Sergipe, Marcelo Deda, e esposas, e os três filhos de Wellington. A julgar pelo plano de vôo, os passageiros passaram o fim de semana na capital mineira. O avião retornou para Brasília num domingo, dia 8 de abril, com as mesmas autoridades e seus parentes.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, não esteve nesse vôo rumo à terra do

pão de queijo, mas é o recordista em viagens para casa ou “deslocamento para residência permanente” em 2006 e 2007. Durante os 13 meses analisados pelos relatórios oficiais, Patrus utilizou os aviões da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar para Belo Horizonte, o que corresponde a uma média de mais de três fins de semana por mês. **Na maioria das vezes, voou acompanhado da mulher, Vera Ananias, como no dia 12 de janeiro de 2007, quando partiu de Brasília para Belo Horizonte às 15h20 a bordo de um Learjet VIP.** O ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia, por pouco não igualou a marca. Utilizou os aviões da FAB para ir e voltar para Belo Horizonte em 40 fins de semana dos 52 analisados. A ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, no apogeu da crise, cunhou a infeliz frase do “relaxa e goza”, também chegou perto do índice do colega de Ministério. Registrou uma média de exatos três fins de semana por mês. Em três meses, chegou a ir e voltar para

▶ Patrus Ananias

O ministro do Esporte voou nos jatos da FAB 29 vezes em um ano. Nesse período, em seis fins de semana usou o avião para ir ou voltar da sua casa em São Paulo

▶ Marta Suplicy

A ministra do Turismo chegou a ir e voltar para São Paulo em nove fins de semana num período de três meses. Média de 3 fins de semana por mês

▶ Tarso Genro

Nos 13 meses analisados, o ministro da Justiça usou os jatos da FAB em 17 fins de semana em viagens de ida e volta a Porto Alegre. A média foi de 1,3 vôo por mês

▶ Hélio Costa

O ministro usou os jatinhos da FAB 14 vezes. Seis delas para ir ou voltar a Belo Horizonte. Em 1º de janeiro de 2007, usou o avião para ir à posse de Lula

							Ministro Tarso Fernando Herz Genro		
16	03	2007	MJU	SBBR/SBPA	VU-35	1805 P	Sra. Sandra	Deslocamento para residência permanente	
							Sra. Vera Spolidoro		
							Sr. Ronaldo Teixeira		
							Sr. Luiz Fernando		
16	03	2007	MJU(T)	SBPA/SBBR	VU-35	2145 P			
							Ministro Tarso Fernando Herz Genro		Deslocamento para residência permanente
23	03	2007	MJU	SBBR/SBPA	VC-99	1630 P	Sra. Vera Spolidoro		
							Sr. Ronaldo Teixeira		
23	03	2007	MJU(T)	SBPA/SBBR	VC-99	2045 P			
25	03	2007	MJU(T)	SBBR/SBPA	VC-99	1225 P			
CONFIDENCIAL									
Casa Civil da Presidência da República									
							Ministra Dilma Roussef		
29	03	2007	MCC	SBBR/SBPA	VC-99	1845 P	Sr. Guilherme	Deslocamento para residência permanente	
							Sr. Henrique Fontana		
							Sr. Anderson Domeles		
20	04	2007	MCC	SBBR/SBPA	C-99	1825 P	Ministra Dilma Roussef		
									Deslocamento para residência permanente

São Paulo nove vezes, sempre na sexta-feira, com retorno no domingo ou na segunda. Uma das idas de Marta para São Paulo ocorreu no dia 4 de maio de 2007, uma sexta-feira, às 13h40. A assessoria da ministra diz que ela cumpre suas agendas voando em aeronaves da FAB e em aviões comerciais, dependendo do compromisso a ser cumprido e da disponibilidade de aeronaves. E que Marta está amparada pelo decreto que disciplinou a utilização dos jatos em 2002. Já Tarso Genro foi mais econô-

mico: utilizou o avião da FAB em 17 fins de semana para ir e voltar para Porto Alegre em um ano, o equivalente a uma média de 1,3 vôo por mês.

A ministra Dilma, nos 13 meses pesquisados, escolheu os jatos oficiais, em detrimento dos aviões comerciais, em 37 ocasiões. Na maioria das vezes, voou a serviço. Mas, em quatro fins de semana, lançou mão da mordomia para ir e voltar para Porto Alegre. Segundo sua assessoria, um dos vôos de Dilma para sua cidade natal a bordo da aeronave da FAB, o

do dia 25 de maio de 2007, foi necessário por "incompatibilidade de agenda", uma vez que a ministra, nesse dia, teve de despachar até as 20h no Palácio do Planalto. Outra viagem – a do dia 28 de julho de 2006 – teve como finalidade, segundo a assessoria da Casa Civil, o cumprimento de uma agenda na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

No total, as viagens de ministros com os jatos da FAB cresceram entre 2006 e 2007. De janeiro a dezembro de 2006, as aeronaves disponíveis para

A FARRA DA ANAC MAIS DE 20 MIL PASSAGENS DE GRAÇA

Ao longo de 2007, enquanto milhões de passageiros do transporte aéreo enfrentaram filas e atrasos nos aeroportos, não se via um único dirigente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) nos aeroportos. Onde estavam eles? Com frequência espantosa, viajavam de graça, com passagens cedidas pelas empresas que deveriam

fiscalizar. Entre 20 de março de 2006 e 15 de agosto, no pior período do apagão aéreo, o pessoal da Anac utilizou 19.071 "requisições de transporte aéreo não remunerado", segundo levantamento da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A antiga diretoria da Anac fez a festa com passagens gratuitas para fins particulares, de preferência nos fins de semana.

O então diretor-presidente da Anac, Milton Zuanazzi, realizou 64 viagens, 17 delas em fins de semana, sendo 15 para sua cidade de origem, Porto Alegre. Nenhuma das 64 viagens foi para cumprir fiscalização do setor aéreo. Zuanazzi apresentou 51 memorandos de requisição de transporte à comissão para justificar suas andanças, mas em 21 não há código da missão. Ele feriu portaria

05	04	2007	SRI	SBBR/SBBH	C-97	1635 P	Ministro Walfrido dos Mares Guia Sr. Marcelo Deda Esposa do Sr. Marcelo Deda Sr. Wellington Dias Esposa do Sr. Wellington 03 filhos do Sr. Wellington Sr. Nelson Jobim Esposa do Sr. Nelson Jobim	Deslocamento para residência permanente
04	05	2007	MTU	SBBR/SBSP	VU-35	1340 P	Ministra Marta Suplicy	Deslocamento para residência permanente

“VÔO CHARTER” Os documentos confidenciais comprovam que, em várias oportunidades, ministros ofereceram as mordomias da FAB para amigos, parentes e assessores, com direito a viagem de ida e volta

os ministros percorreram 1.351 trechos (idas e voltas). No mesmo período de 2007, os jatos fizeram 1.618 viagens. O uso dos jatinhos oficiais por ministros de Estado não é uma prática irregular. Baixado em 22 de maio de 2002, o Decreto nº 4.244 estabelece uma ordem de prioridades para a utilização de aeronaves da FAB. Segundo o documento, editado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a primeira situação a ser atendida se refere a “motivo de segurança e emergência médica”. A segunda prioridade são “as viagens a serviço”. Por último, podem ser atendidos deslocamentos para o local de residência permanente. Driblase o espírito do decreto de uma maneira simples: transforma-se em viagem de serviço o que é, na verdade, um des-

locamento para casa. É óbvio que, se essa não fosse a última prioridade, a frota da FAB não teria como atender a volta para casa em todos os fins de semana de todos os 34 ministros. O que espanta é o abuso. Trata-se de uma exceção que virou rotina. “Se os ministros invertem a prioridade, é uma linha a ser analisada pela Comissão de Ética Pública”, afirma um dos membros do colegiado, que preserva seu anonimato, pois pode julgar o caso no futuro. Apesar disso, a assessoria do ministro Patrus Ananias não vê nada demais. “O ministro tem residência permanente em Belo Horizonte e se desloca em aviões da FAB”, confirma a assessoria.

Quando viajam a serviço, os ministros têm duas possibilidades: ou voam de avião de carreira ou utilizam uma

das seis aeronaves da FAB. Na primeira opção, a passagem também é custeada pelo governo, mas os ministros se obrigam a conviver com os brasileiros que fazem check-in. A preferência pela segunda opção, em boa parte dos casos, pode ser facilmente explicada pelo fato de que, ao viajarem em aviões da FAB, os ministros não se submetem ao desconforto do caos aéreo. Não têm que perder horas em terminais de aeroporto ou a bordo de aviões aguardando a ordem para levantar voo. **As aeronaves da FAB têm a prerrogativa de pedir prioridade em pousos e decolagens.** Se a mordomia existe, por que não marcar um compromisso na sexta-feira, de preferência longe de Brasília e perto de casa? Quem, neste País, abre mão de prerrogativas? ■

do Comando da Aeronáutica sobre missões de fiscalização do setor aéreo. A Comissão de Ética Pública aprovou o parecer do relator por unanimidade e aplicou “censura ética” a Zuanazzi, por violação do Código de Conduta da Alta Administração Pública. Procurado por ISTOÉ, Zuanazzi não retornou dois telefonemas. O ex-diretor da Anac Leur Lomanto percorreu 62 trechos de viagem no período investigado, oito em fins de semana e 15 para Salvador, onde reside. Dos 26 memorandos de

requisição de viagens encaminhados, 11 não tinham informação sobre o código da missão. Nenhuma das viagens foi utilizada para missões de fiscalização. Também foi aplicada censura ética a Lomanto, que não quis falar sobre a punição da Comissão.

Outro ex-diretor da Anac, Josef Barat, usou passagens gratuitas em 37 trechos de viagens, alguns em fins de semana e pelo menos 19 para São Paulo, cidade onde mora. Ele apresentou 17 memorandos, mas em

cinco não consta o preenchimento do código da suposta missão. Nenhum trecho de viagem foi utilizado para fiscalização do setor aéreo. A comissão se debruça agora sobre dezenas de viagens da ex-diretora Denise Abreu. Segundo integrantes da Comissão, foram encontradas também viagens suspeitas de não estarem relacionadas com as funções da Anac, como bilhetes para São Paulo, local de sua residência.

HUGO MARQUES

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci é acusado de fraudar licitação do ‘molho de tomate’”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 15 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que o Ministério Público Estadual de São Paulo acusou na Justiça o ex-ministro da Fazenda do governo Lula, deputado Antonio Palocci (PT-SP), por favorecer um grupo de empresários do setor de alimentos contratados sem licitação

pela Prefeitura de Ribeirão Preto, que o petista dirigiu entre 2000 e 2002.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

10 NACIONAL | SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2008
O ESTADO DE S. PAULO

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

Palocci é acusado de fraudar licitação do ‘molho de tomate’

Ministério Público pede condenação de ministro na esfera civil

Fausto Macedo
Ricardo Brandt

O Ministério Público Estadual acusou na Justiça o ex-ministro da Fazenda do governo Lula, deputado Antonio Palocci (PT-SP), de favorecer um grupo de empresários do setor de alimentos contratados sem licitação

pela Prefeitura de Ribeirão Preto, que o petista dirigiu entre 2000 e 2002.

Nove contratos da gestão Palocci estão sob suspeita. A promotoria calcula um prejuízo de R\$2,19 milhões aos cofres municipais, em valor não corrigido. O Ministério Público alega que as licitações foram direciona-

das a partir da exigência de inclusão de molho de tomate refogado com ervilhas como componente obrigatório de algumas listas. Poucos são os fabricantes desse produto.

Em ação civil, baseada em 33 volumes de documentos, 5 promotores de Justiça sustentam que Palocci teria conduzido es-

quema de fraudes “que tiveram por escopo o direcionamento das compras”. A ação foi protocolada na Vara da Fazenda Pública do Fórum de Ribeirão. Deputados não têm foro especial quando o processo é de natureza civil.

A ação pede condenação do ex-ministro às sanções da Lei da

Improbidade Administrativa – ressarcimento integral do dano, perda de bens ou valores ilícitamente acrescidos ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por 8 anos, pagamento de multa de até duas vezes o valor do dano. Pede ordem judicial para quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário de Palocci e de outros 6 acusados – 4 pessoas físicas e 2 empresas citadas.

Os promotores destacam, no texto de 33 páginas, que “outra forma quase mágica de direcionamento de licitação foi a exigência do produto molho de tomate peneirado refogado com ervilhas”. Segundo a promotoria, “esquemas semelhantes ocorreram em outras administrações municipais, sendo a maioria administrada por pre-

feitos filiados ao Partido dos Trabalhadores”.

“Apurou-se que vários artifícios foram utilizados para o favorecimento de tais empresas, que quase sempre concorriam entre si, longe de qualquer ameaça de concorrência de outros fornecedores”, afirma a promotoria.

“O réu era o prefeito, de modo que todas as contratações e todos os pagamentos eram de sua responsabilidade”, diz o texto. “Era o autorizador das despesas públicas e responsável por todos os procedimentos e contratos da administração.” Segundo a ação, a partir do início do governo Palocci “foram introduzidas alterações nos sistemas de compras de gêneros alimentícios que possibilitaram o favorecimento das fornecedoras”. ●

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 12, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra
(Sobrestando a pauta a partir de: 11.04.2008)

Prazo final (prorrogado): 24.06.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da

Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de: 14.04.2008)

Prazo final (prorrogado): 27.06.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães,

favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das Emendas nºs. 1 a 12.

Relator revisor: Senador João Tenório
(Sobrestando a pauta a partir de: 19.05.2008)

Prazo final (prorrogado): 15.08.2008

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

(Sobrestando a pauta a partir de: 09.05.2008)

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26 DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

24

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

26
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

27
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

28
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “**ad hoc**”: Senador Rodolpho Tourinho.

29
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do **caput**, do art. 5º e aos incisos I e III do **caput**, do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

30
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

31

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do **caput**, do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

34

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003,

na Casa de origem), que altera o inciso XIII do **caput**, do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

35

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

36

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

37

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

38

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

39

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

40

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

41

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "**ad hoc**": Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

43

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 107, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
DO SENADO Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e

-Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

50

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscientos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera

o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 34, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

55

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

56

PARECER Nº 530, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 530, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

57

PARECER Nº 531, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 531, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental

(FMA), na forma proposta no texto da justificaco desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanas climáticas no Brasil.

58
PARECER Nº 532, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer n 532, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo que a Indicação n 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificaco desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanas climáticas no Brasil.

59
REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento n 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nós 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvnio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator:

Senador Cristovam Buarque; de Servios de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

60
REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento n 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado n 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

61
REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob n 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

62
REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento n 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado n 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justia e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Servio Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

63
REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".

Parecer favorável, sob n 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

64
REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanas Cli-

máticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

65

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

66

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

67

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

68

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação con-

junta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

69

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

70

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

71

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

72

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

73

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

74

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

75

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

76

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

77

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

78

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

79

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)

80

REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

81

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Diretos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

82

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

83

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

84

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

85

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

86

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

87

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)

88

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 36 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL (11)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

**COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

Número de membros: 8

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marina Silva (PT) (9)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) (1)
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (6)	5. Lobão Filho (PMDB) (7)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Cícero Lucena (PSDB) (5)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)

PTB (4)	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (8)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
9. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (7)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB) (6)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (8)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (7)	
VAGO (6)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n.º 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n.º 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁸⁾

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,11)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹³⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) (8)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (6)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) (4)	5. Papaléo Paes (PSDB) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello (7)	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (13)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (12)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (11)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Majoria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO (6)
Geovani Borges (PMDB) (6)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) (5)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (10)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (11)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (6)	3. Gim Argello (PTB) (7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (5)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (4)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 4ª Eleição Geral: 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 5ª Eleição Geral: 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA			
Crítica aos aspectos negativos da criação da CPMF, que pretende aumentar a carga tributária, objetivando complementar os recursos destinados à saúde. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	219	sábado dia 7 de junho, em Curitiba, do engenheiro Plínio Franco Ferreira da Costa, ex-deputado federal e ex-vice-governador do Paraná.....	391
Crítica à criação da Contribuição Social para a saúde – CSS. Aparte ao Senador Arthur Virgílio...	228	Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº419, por ser inconstitucional e irrelevante.....	418
Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos, que desde seu surgimento mostrou potencial de crescimento econômico e social, ressaltando as atividades oferecidas pelo Serviço Social do Comércio – SESC.	230	Registro da matéria intitulada “Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado de São Paulo, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , em sua edição de 02 de maio de 2008.....	497
		Registro de matéria intitulada “No Governo não tem caos aéreo”, publicada pela revista <i>Isto É</i> em sua edição de 12 de março de 2008.	630
ALVARO DIAS		ALOIZIO MERCADANTE	
Parecer nº 523, de 2008 (da Mesa Diretora), sobre o Requerimento de Informações nº 485, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que requer, no termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações sobre aluguéis de hangares e contrato emergencial de empresa para coleta de resíduos sólidos em aeroporto.	149	Projeto de Resolução nº 29, de 2008, que altera os artigos 270 e 288 e acrescenta artigo 370-A ao Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer rito de tramitação dos tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos...	112
Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2008, que altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para estabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público..	152		
Registro da matéria intitulada, “A banalização das MPs arranha a separação e autonomia dos poderes”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> em sua edição de 15 de abril de 2008.	201	Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser inconstitucional.....	423
Requerimento nº 748, de 2008, que requer homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último		Discussão sobre o mérito da medida provisória nº 419, que considera a criação de novos Ministérios um desperdício de recursos públicos..	434
		ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
		ANTONIO CARLOS VALADARES	
		Importância da reforma tributária para beneficiar o profissional liberal.	7
		Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, e ressalta a importância do profissional liberal.	7
		Registro da Emenda Constitucional nº524, de 2002, que acrescenta o artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui o Fundo	

	Pág.		Pág.
para Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, e que concede recursos para a restauração do Rio São Francisco.....	21	Relato de que guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, sejam pessoas de uma organização terrorista que está ligado ao narcotráfico, mas o Brasil não menciona essa verdade.	26
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.....	21	Apelo ao Ministério da Defesa e à Agência Nacional de Aviação Civil para que resolvam o problema do Aeroporto de Barcelos, que tem oferecido risco para as operações de pouso e decolagem..	41
Relato da escassez da água e da importância dela para o planeta.....	21	Voto de pesar pelo falecimento do empresário Mário Orofino, no dia 29 de maio de 2008.	41
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	371	Denúncias feitas ao empresário sueco-britânico, que é grileiro do Amazonas, Johan Eliasch. .	41
Lançamento do programa social “Sergipe para Todos”, que tem objetivo de conceder aos Municípios os benefícios na área da educação, da segurança pública, da saúde e da agricultura.....	486	Declaração de que as terras do Estado do Amazonas estavam sendo roubadas e que o Governador do Estado do Amazonas, o Senhor Eduardo Braga, não tomou a devida atitude quanto as denúncias feitas ao Johan Eliasch.....	41
Registro do Assentamento 27 de outubro, que foi um benefício para o Estado de Sergipe, no Município de Simão Dias.....	486	Registro da matéria intitulada “Eleições serão transparentes”, publicada no <i>Diário do Amazonas</i> , no dia 25 de maio de 2008.	41
Satisfação quanto o aumento da quantidade de alimento, que resulta em menor preço na produção, e pode reduzir o processo inflacionário do País.....	530	Apoio ao ato do Presidente Garibaldi e à ilustre coordenação do Senador Renato Casagrande ao comporem comissão de alto nível de juristas, em Direito Penal, para propor o projeto de lei do Novo Código Penal.	41
Defesa da produção do mel de abelha do semi-árido nordestino, no programa mais alimentos, considerado essencial para a economia do País, e proposta da transformação do nordeste no éden internacional de produção de mel.	530	Registro da viagem promovida pelo Exército Brasileiro, que levou parlamentares do Congresso Nacional ao Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira.....	41
Comentário da matéria intitulada “Brasil responde à crise mundial de alimentos com mais produção”, publicada no folheto da Secom da Presidência da República, denominado <i>Em Questão</i> . ..	530	Parabenização ao trabalho realizado na Amazônia pelo Exército Brasileiro, que pretende zelar pela região.	41
ARTHUR VIRGÍLIO		Voto de aplausos às atletas amazonenses Deise Soares, pelo bi-campeonato alcançado na prova dos 400 metros nos Jogos do Sesi, realizado em Manaus, e Valéria Santarém, pelas medalhas conquistadas na Copa Aberta da Europa, a Eurowaves.....	41
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos 54 anos de existência e pela luta dos profissionais liberais.	10	Requerimento nº 740, de 2008, que requer Voto de Aplauso à jornalista Paloma Oliveto, do Correio Braziliense, por ter sido vencedora da 9º Edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, na categoria Jornal.....	119
Alerta sobre a matéria publicada na revista Época sobre as correspondências enviadas ao Senhor Presidente da República.	26	Requerimento nº 741, de 2008, que requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Deise Soares pelo bicampeonato alcançado na prova dos 400m dos Jogos do Sesi, realizados em Manaus.	119
Relato sobre a matéria publicada na revista Época, que trata das cartas que um guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, envolvido com narcotráfico, enviou ao Senhor Presidente da República.	26	Crítica à criação da Contribuição Social para a saúde – CSS e do Fundo Soberano.....	224
Apresentação da proposta das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, que pretende fazer com que o Brasil aceite o movimento guerrilheiro da maneira como realmente é, desrespeitando um partido como a Colômbia.....	26	Relato da desorganização das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito – CPMI.....	224
Declaração do Professor Marco Aurélio, que trata das cartas enviadas ao Presidente da República pelo guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.....	26		

Pág.	Pág.
Relato de que a população da Amazônia se sente excluída por não obter acesso aos programas de televisão no horário apropriado.	224
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	342
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	370
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Meira Filho, no dia 8 de junho de 2008.....	376
Comentário sobre matéria intitulada “Diga não à volta da CPMF”.	378
Requerimento nº 749, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília-DF.....	392
Requerimento nº 750, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista Luiz de Carvalho, ocorrido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.	392
Requerimento nº 752, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do fundador do famoso bloco de carnaval “Galo da Madrugada”, Enéas Freire, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE.....	393
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, que não atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, pressupostos essenciais para poder adentrar na análise de seu mérito.	415
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro.....	427
Discussão sobre o mérito da medida provisória nº 419, que considera inconstitucional.	432
AUGUSTO BOTELHO	
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	368
Lançamento, pelo Presidente Lula, de uma nova norma para investir na agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.....	539
Preocupação com a compra demasiada de terras da Amazônia por estrangeiros, e o importante iniciativa de regularização dessas terras amazonenses.	539
Defesa do Projeto Calha Norte, que tem mantido a soberania sobre a Amazônia. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	539
Defesa da regularização das terras da Amazônia. Aparte ao Senador Jayme Campos.	549
Preocupação com o aumento da desigualdade salarial e o aumento da escolaridade.....	551
CARLOS MARQUES DUNGA	
Apelo para investimento na malha ferroviária que liga Recife a Fortaleza, que possa ser aproveitada pela interligação da Transnordestina.	521
Preocupação com o Estado da Paraíba, na questão da necessidade da recuperação das estradas que ligam os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a BR-427 e a BR-110, é uma estrada que permite o escoamento da produção do sal da cidade de Mossoró para todo o País.....	521
CÉSAR BORGES	
Parecer nº 515, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução do Senado nº38, de 2007, que regulamenta o art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, e dá outras providências.....	137
Parecer nº 524, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 591, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diárias do Assessor Especial da Presidência, Senhor Marco Aurélio.	150
CRISTOVAM BUARQUE	
Requerimento nº 743, de 2008, que em aditamento ao Requerimento nº 640, de 2008, que Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola, no transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 10 de junho.....	121
Demonstração de apoio à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, desde que não esteja relacionada à Desvinculação das Receitas da União – DRU, evitando o desvio de verbas da educação. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	303
Registro do crescimento da violência no Brasil, que aumenta devido a vários fatores, dentre eles, a desigualdade social, o abandono por parte da família e do Governo.....	312

IV

	Pág.		Pág.
Crítica à mídia por apresentar programas, filmes, noticiários, que mostram violência.	312	Comentário sobre a reportagem da revista <i>Época</i> , sobre a carta de Raúl Reyes que foi entregue ao Senhor Presidente da República.	30
Registro da matéria intitulada “Agressão a Professores”, publicada no editorial do jornal <i>Correio Braziliense</i> em sua edição de 9 de junho de 2008..	312	Comentário sobre o conteúdo da carta, registrado pela revista <i>Época</i>	30
Contestação sobre a desvalorização da educação e a falta de segurança dos professores, por parte do Governo.....	312	Importância do entendimento sobre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC , com o Governo Alvaro Uribe, para uma possível libertação de todos os sequestrados e prisioneiros.	30
Defesa da necessidade de atualizar a legislação para a proteção das terras da Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro.....	317	Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	378
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	357	Ratificação e parabenização à Senadora Lúcia Vânia, pelo voto favorável ao mérito da medida provisória nº 419. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	441
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro e por não ver necessidade na mudança de secretaria para ministério.	425	Registro da viagem ao Iraque, que teve o propósito de explicar como o Governo do Iraque poderia criar fundo decorrente da exploração de recursos naturais, para garantir renda básica aos iraquianos.	556
EDISON LOBÃO		Defesa da criação da Contribuição Social para a Saúde – CSS, pois se faz necessária para o Programa de Aceleração do Crescimento, sobretudo na área da saúde. Aparte ao Senador Raimundo Colombo.....	556
Preocupação quanto aos repasses para as Câmaras Municipais. Aparte ao Senador Jayme Campos.	41	Registro da carta endereçada ao Presidente do Senado Federal, o Senador Garibaldi Alves Filho, pelo Presidente do Timor-Leste, José Ramos Horta, onde pede que seja concedida licença ao Senador Eduardo Suplicy para uma viagem ao Timor-Leste, para explicação a fim de expor a proposta de uma renda básica de cidadania.....	560
EDUARDO AZEREDO		Registro da participação do Senador Eduardo Suplicy, no Congresso da Bien – Basic Income Earth network, em Dublin, na Irlanda.	560
Parecer nº 527, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), ao Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art.47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo de duzentos dias efetivos de aulas no ensino superior.	262	EXPEDITO JÚNIOR	
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.....	347	Projeto de Lei do Senado nº231, de 2008, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, novo trecho situado entre Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, e a divisa com o Estado do Mato Grosso.	386
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por não se tratar de uma medida provisória que atenda às necessidades do povo brasileiro.	425	Questionamento do Governo Federal, quanto a decisão do Senado Federal de rediscutir a dívida do Banco do Estado de Rondônia.....	605
Registro de que o Presidente venezuelano Hugo Chávez, mudou opinião sobre a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.	544	Questionamento do abandono de alguns Municípios do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	606
Registro da fábrica Helibrás de helicópteros, que é um novo pólo aeronáutico que se firmou no Estado de Minas Gerais, inaugurada há 28 anos em Itajubá, responsável pela montagem e venda de linha Eurocopter no Brasil.....	544	Registro de denúncia do site “rondoniao vivo”, matéria intitulada “Caso Beron - uma corrupção generalizada”.....	611
EDUARDO SUP LIC Y			
Relato da detenção do Sargento Laci Marinho de Araújo e do envolvimento do Sargento Fernando Alcântara no episódio.	25		

	Pág.		Pág.
FÁTIMA CLEIDE		FLEXA RIBEIRO	
Requerimento nº 742, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 16 de junho, para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008, que será realizada na cidade de Zaragoza, Espanha.	120	Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos 54 anos de existência e a importância desses trabalhadores para o desenvolvimento econômico do país.....	12
Ratificação da efetiva participação do Presidente Lula na abertura da Conferência Nacional Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Travestís e Transexuais – GLBT, e a reafirmação dos compromissos da sociedade e do Governo brasileiro.....	210	Registro da matéria intitulada “Milhões somem em ONG do PT”, publicada pela revista <i>Época</i> em sua edição de 18 de fevereiro de 2008.....	195
Fórum Mundial de Educação Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que trás informações importantes sobre “Educação: Economia Solidária e Ética Planetária”, na carta apresentada ao Senado Federal, e que deve ser levada em consideração, pelo fato de ter organizado uma multidão pela vida no Rio Grande do Sul.	210	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	352
Registro do Dia Mundial do Meio Ambiente, que ressalta a crise socioambiental global, e promove mobilização para a preservação do meio ambiente.....	210	Contestação das medidas provisórias, pois trancam a pauta e impedem o trabalho do Parlamento brasileiro.	421
		Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser inconstitucional.	421
		Criação do Grupo de proteção ao Aposentados – GPA, que tem a finalidade de lutar pelas causas dos aposentados.	422
		Parecer nº 532, de 2008, (Da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação.	494
		Registro da matéria intitulada “FHC pede ‘fim da roubalheira’ como mote de campanha”, publicada no jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , em sua edição de 16 de fevereiro de 2008.	499
Registro da III Semana do Meio Ambiente, que discute alternativas que possibilitem o desenvolvimento sustentável. Propõe uma prática de preservação do meio ambiente, a reciclagem.....	203	Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Debate sobre questões ambientais, e propostas que levem a regularização para resolver a crise ambiental. Apresentação dos ideais do Ministro Carlos Minc a respeito do projeto de lei de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que trata da Amazônia.	601
Marco do 1º Dia Nacional do Teste do Pezinho, que será comemorado anualmente a partir do dia 06/06/2008 quando serão realizadas campanhas com a finalidade de mostrar à população a importância desse teste.....	203	Registro do fechamento da Madenorte, no Município de Breves, que gera 1.300 empregos. ...	601
Comentário sobre reportagens da Folha de São Paulo, que trata do trabalho infantil, que tem sido prejudicial à educação das crianças. Reflexão sobre o Dia Mundial e Nacional Contra o Trabalho Infantil.	558	Registro do artigo “Indústria madeireira fecha as portas”, publicado no jornal <i>O Liberal</i> , de 10 de junho de 2008.....	601
Relato da disparidade do peso da carga tributária em classes sociais diferentes, que mostra como as pessoas de baixa renda tem tido uma carga tributária superior a das pessoas renda relativamente alta.	616	Registro de matéria intitulada “Palocci é acusado de fraudar licitação do molho de tomate”, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , em sua edição de 15 de fevereiro de 2008.	635
Relato dos projetos que foram aprovados com relação à pessoas com deficiência.....	616	FRANCISCO ANTONIO FEIJÓ	
Parabenização à Associação Brasileira dos Deficientes Portadores de Visão Monocular pela conquista da aprovação do projeto na Câmara dos Deputados.	616	Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos seus 54 anos de existência.....	9

	Pág.		Pág.
GEOVANI BORGES			
Questionamento sobre o reajuste salarial dos policiais civis e militares do Distrito Federal.	23	Manifestação contrária aos recursos que são repassados aos senadores para emenda pessoal, que poderia ser usado não só para este fim, mas para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.	46
Acordo para reajuste de salário dos policiais civis e militares do Distrito Federal.	23	Contestação sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	181
Registro da aprovação, no dia 04, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008, que regulamenta a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs. O projeto também modificou a Lei nº 8.256, de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, em Roraima.	214	Defesa a respeito da necessidade de investimento na pesquisa, na ciência e no desenvolvimento tecnológico. Aparte ao Senador Jefferson Praia....	187
Registro de que o Macapá tem características especiais no que diz respeito à preservação do meio ambiente.	294	Defesa da tramitação do projeto que trata da proibição de veiculação de anúncios afeitos a bebidas alcoólicas na televisão e no rádio.	216
Defesa ao Plano de desenvolvimento chamado “Amapá Produtivo”, valoriza a riqueza natural e associa desenvolvimento com conservação.....	294	Necessidade de financiamento próprio para o Sistema Único de Saúde – SUS.....	216
Defesa de que o turismo pode ser a principal atividade econômica do estado de Macapá, capital do Amapá.	294	Ratificação de que o Senado Federal espera que a Ministra Dilma Rousseff preste esclarecimentos sobre seu envolvimento com relação à venda da Varig.....	216
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	359	Relato sobre o desrespeito por parte do Governo, com relação à tentativa da renovação da proposta da CPMF. E retrata o quanto a carga tributária é excessiva.	216
Parabenização ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva e ao Ministro Tarso Genro, pela sanção do pacote que agiliza julgamentos na área do Código de Processo Penal.....	550	Necessidade da presença da Ministra Dilma Rousseff no Senado Federal para uma explicação sobre a denúncia, relacionada à venda da Varig, que a envolveria. Questionamento sobre a origem das Agências Reguladoras. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	221
GERALDO MESQUITA JÚNIOR			
Apresentação de queixa de que a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI apresenta aspectos negativos à pauta do Senado Federal. Aparte ao Senador José Agripino.	28	Registro da importância da solidariedade na recuperação do jogador Paulo César Caju, quando esteve envolvido com drogas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	296
Ratificação das desvantagens dos repasses vigentes do Poder Executivo para o Poder Legislativo. Aparte ao Senador Jayme Campos.....	40	Ratificação de que a saúde pública, educação e segurança são as três funções básicas do Estado e devem ser custeadas com recursos orçamentários. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	302
Necessidade de estímulo do Governo Federal, para que possa criar um plano de zoneamento econômico e ecológico para a Amazônia.....	46	Registro sobre a nota que foi publicada na revista <i>Veja</i> , que lança crítica aos Senadores.....	304
Dia Mundial do Meio Ambiente e preocupação com o desmatamento da região amazônica. Refere-se ao desmatamento legal e o desmatamento ilegal e questiona projetos de manejo, e ressalta que o Exército Brasileiro precisa criar um batalhão de combate à prática ilegal de desmatamento.	46	Defesa às propostas que desenvolvam um processo constante para investimento em pesquisa, ciência e desenvolvimento tecnológico na Amazônia.	304
Reflexão sobre Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, que deveria se constituir em uma espécie de Embrapa Florestal.....	46	Relato de que o recurso destinado ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia tem prejudicado seu desenvolvimento.	304
		Apresentação do crescimento da Embrapa, que se constitui numa grande empresa por conseguir desenvolver a agricultura e a pecuária com eficiência, por meio de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.....	304

	Pág.		Pág.
Reflexão sobre as notícias que a imprensa divulgou com relação ao o caso da venda da Varig. Aparte ao Senador José Agripino.....	310	áreas florestais em reservas legais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	604
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.....	347	GIM ARGELLO	
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro.	419	Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos e por ser considerada uma cidade com comércio atuante e deve ser inspiração para os candangos.....	49
GERSON CAMATA		Voto de pesar pelo falecimento do Senador Meira Filho, no dia 9 de junho de 2008.....	323
Registro sobre a União Mundial das Profissões Liberais – UMPL, uma organização internacional não-governamental que tem o objetivo de promover o conhecimento e o desenvolvimento maior das profissões liberais.....	2	Voto de pesar pelo falecimento do médico José Farani, no dia 9 de junho de 2008.....	323
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL - pelos seus 54 anos de existência, bem como registro das suas características e história.....	2	HERÁCLITO FORTES	
Parecer nº 519, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 439, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca dos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins.	146	Registro da matéria intitulada “Computadores comprados para ajudar no ensino ficam nas caixas no Piauí”, publicada no portal <i>G1</i> , em São Paulo, no dia 27 de junho de 2008.....	19
Parecer nº 520, de 2008 (da Mesa do Senado federal), sobre o Requerimento nº 446, do Senador Arthur Virgílio, de 2008, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior.....	146	Denúncia à Ministra Dilma Rousseff, e pedido de esclarecimento com relação a compra de jóias com cartões corporativos, na 5ª Avenida, em Nova Iorque.....	176
GILBERTO GOELLNER		Insatisfação quanto a posição do Deputado Luís Sérgio, com relação ao relatório que diz respeito aos Cartões Corporativos.....	176
Proposta de utilização dos recursos do Programa da Amazônia Sustentável - PAS, que deve ser levado pelo Governo Federal aos estados da região amazônica.	60	Exigência de um discurso mais coerente por parte do Senador Wellington Salgado de Oliveira.	176
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	360	Denúncia contra a Ministra Dilma Rousseff , envolvendo a Varig e a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, senhora Denise Abreu.....	177
Relato sobre a crise ambiental e fundiária no Estado do Mato Grosso, que coloca em questão diversas posições sobre o tema.	562	Registro das denúncias feitas por ex-diretores da Agência Nacional de Aviação Civil com relação à venda da Varig.....	220
Reflexão sobre a necessidade de haver programas capazes de promover legalidade aos proprietários rurais.....	600	Registro do tratamento aos trabalhadores com relação à proteção dos funcionários por meio do fundo de pensão, devido à venda da Varig.....	295
Defesa e apoio ao projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que permite a reposição de		Parabenização à Central Única de Trabalhadores, pois voltou a participar de movimentos sociais de protesto, e apreendeu um veículo.....	295
		Registro de solidariedade ao jogador de futebol Paulo César Caju, ex-dependente químico, por parte de seu ex-colega de profissão Cláudio Adão e pela sua esposa, Paula Barreto.....	295
		Discurso defendendo o papel das Agências Reguladoras. Aparte ao Senador José Agripino....	311
		Preocupação com o avanço de estrangeiros nas terras da Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro.	318
		Defesa de que a Ministra Dilma Rousseff deve comparecer ao Senado Federal, para prestar escla-	

VIII

	Pág.		Pág.
recimentos sobre seu envolvimento com a venda da Varig.....	321	Requerimento nº 757, de 2008, que requer licença para participar do XLII Congresso do Partido Comunista da Ucrânia (XLII Congress of the Communist Party of Ukraine), que se realizará nos dias 21 e 22 de junho de 2008, na cidade de Kiev/ Ucrânia, conforme convite formalizado pelo Secretário da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Ucrainiano. Comunica que estará ausente do país e do trabalhos da Casa, no período de 19 a 23 de junho de 2008.....	565
Questionamento da atitude do Vice-Governador do Rio Grande do Sul, por ter denunciado o caso da venda da Varig através de uma gravação feita por ele.....	321	Relato da reportagem para o programa “Fantástico” da Rede Globo, contra a administração do Município Santana do Acaraú.....	622
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Meira Filho, no dia 9 de junho de 2008.....	323	JARBAS VASCONCELOS	
Voto de pesar pelo falecimento do médico José Farani, no dia 9 de junho de 2008.....	323	Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, que altera a Lei nº 7.210, de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tomar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados.....	384
Condenação do uso ilegal dos grampos telefônicos.....	327	JAYME CAMPOS	
Solidariedade à Central Única dos Trabalhadores – CUT por retomar sua participação nos movimentos sociais de protesto.....	327	Preocupação quanto aos repasses do Poder Executivo para o Poder Legislativo dos Municípios brasileiros.....	39
Questionamento da medida provisória nº 419, que propõe transformar a Secretaria em Ministério.....	442	Preocupação com a fiscalização da terras da Amazônia, pois necessita de mais técnicos do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, profissionais do Ibama, para regularizar a situação fundiária.....	539
IDELI SALVATTI		Alerta para a reportagem comentada pelos jornalistas Fernanda Odila e Hudson Correa, no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , sobre a grande concentração de terras do Estado do Mato Grosso, em posse de estrangeiros.....	548
Relato dos Projetos de Lei que tramitam há oito anos no Congresso Nacional, que alterarão de forma significativa o Código de Processo Penal brasileiro agilizando a Justiça brasileira.....	308	JEFFERSON PRAIA	
Criação de 850 mil vagas novas de emprego com carteira assinada nos primeiros quatro meses de 2008, devido ao crescimento das indústrias. Destaque para o aumento do emprego na zona rural.	323	Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, é questionado o valor da biodiversidade para o planeta, e a relação que se estabelece entre crescimento econômico e biodiversidade.....	186
Preocupação dos empresários com a falta de mão-de-obra.....	323	Importância do investimento na educação, ressaltando a questão ambiental, e dando ênfase ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, que se faz necessário para o investimento em pesquisa, em ciência e em desenvolvimento tecnológico.....	186
Relato de que serão contratados 25 mil professores, tanto para a expansão das universidades quanto para as escolas de ensino profissionalizante.....	323	Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	363
Apresentação satisfatória ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, sobre o aumento da capacidade de crédito para financiar empresas....	323		
INÁCIO ARRUDA			
Requerimento nº 739, de 2008, que requer Voto de Louvor à Senhora Yolanda Vidal Queiroz, Presidente do Grupo Edson Queiroz, por ter sido agraciada com Prêmio Personalidade do Ano, outorgada pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, no último dia 22 de maio em Nova York....	118		
Requerimento nº 756, de 2008, que requer a criação de Comissão Temporária Externa composta por 3 (três) membros, com o desiderato de acompanhar in loco, junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.....	394		

Pág.		Pág.
	Reflexão sobre a desigualdade salarial e o aumento da escolaridade. No Brasil há emprego, mas não há pessoas qualificadas para atender a essa demanda. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	
552	Parecer nº 533, de 2008, (Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 104, de 2008 (nº 382/2008, na Origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7.33.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.....	
	Projeto de Resolução nº 30, de 2008, que autoriza o Município de Toledo (PR), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.33.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.	
584		
	JOÃO DURVAL	
	Defesa da proposta que aumenta o efetivo da Polícia Federal, para a segurança da Amazônia. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	
540		
	JOÃO PEDRO	
	Defesa do uso da imprensa como meio de protesto coerente e responsável. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	
300		
	Defesa do aumento da carga tributária, que será destinado à saúde através da criação da Contribuição Social da Saúde – CSS. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	
302		
	Apelo quanto a posse, a detenção de terras por estrangeiros na Amazônia, e a preocupação em se construir uma legislação que possa trabalhar nesse sentido de segurança às terras da Amazônia e à sua floresta.	
317		
	Registro do importante trabalho na Amazônia exercido pela Ghetal.....	
317		
	Apresentação do requerimento ao Senado Federal, que diz respeito à mobilização do Governo com relação à criação de uma legislação que proteja a Amazônia.....	317
	Reflexão sobre o fato de que a Senhora Denise Abreu, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, deve prestar esclarecimentos quanto ao caso da venda da Varig.	317
	Registro do Dia Mundial do Meio Ambiente. Reflexão sobre as questões ambientais.....	17
	Importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo.....	17
	Necessidade de investimento na mão-de-obra qualificada na capacitação de profissionais, por causa do crescimento econômico do Brasil. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	325
	JOÃO TENÓRIO	
	Parecer nº 530, de 2008 (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta Indicação.....	490
	Alerta sobre a crise dos alimentos, que pode levar mais cem milhões de pessoas para a miséria.....	522
	Conferência da Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura – FAO, em Roma, marcada para debater a questão da segurança alimentar, as mudanças climáticas e da biodiversidade.....	522
	Defesa do uso dos biocombustíveis, sobretudo a alternativa brasileira, como contribuição importante para a solução da segurança energética.	522
	Marco regulatório para os biocombustíveis, que é capaz de equilibrar a alimento e bioenergia..	522
	JOSÉ AGRIPINO	
	Críticas quanto ao uso indevido do dinheiro público com o cartão corporativo.....	28
	Menção à aprovação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquéritos dos Cartões Corporativos.	28
	Registro dos votos para aprovação do relatório, e pedido ao Ministério Público investigação mais aprofundada sobre o resultado.	28

	Pág.		Pág.
Indagação do povo do estado do Rio Grande do Norte, quanto à criação da nova Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, que pretende aumentar a carga tributária para investir em saúde.....	308	centa pedido de identificação dos responsáveis e a punição daqueles que estão envolvidos no crime ambiental.	618
Defesa de que as Agências Reguladoras tem o objetivo de oferecer credibilidade no exterior e aos investidores domésticos.....	308	Reflexão sobre a situação lamentável do Rio Grande do Sul, que está com as contas públicas desequilibradas e ainda obteve negação dos direitos de grande parcela da sociedade, por parte do Governo Federal.....	618
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Meira Filho, no dia 8 de junho de 2008.....	377	O Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, protocolou pedido de impeachment contra a Governadora Yeda Crusius, por considerar insustentáveis os fatos denunciados.....	618
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, que não tem objetivo relevante para o povo brasileiro.....	417	Enaltecimento do importante lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho escravo.	618
JOSÉ NERY		KÁTIA ABREU	
Reiteração do pedido do Senador Eduardo Suplicy para que o diretor do Hospital permita a entrada do Sargento Fernando Alcântara para ajudar o Sargento Laci Marinho de Araújo a escrever a carta de esclarecimento para ser encaminhada ao Comandante do Exército, ao Ministro da Defesa e à Justiça Militar	25	Registro do artigo que a Ministra Marina Silva fez, referente à Senadora Kátia Abreu, que a “Comissão de Meio Ambiente foi entregue à bancada ruralista”, publicado na <i>Folha de São Paulo</i> , no dia 9 de 2008.....	487
Requerimento nº 744, de 2008, que requer ao titular do Ministério de Estado de Defesa, que solicite as informações referente à venda de um avião Super Tucano, modelo Emb314B1, de propriedade da Embraer, para a Empresa Americana Blackwater WorldWide.....	122	Resposta às críticas da Deputada Federal Vanessa Grazziotin e da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva sobre Sua Excelência. Senadora Kátia Abreu.....	487
Requerimento nº 745, de 2008, que requer ao titular do Ministério das Relações Exteriores, que solicite as informações a cerca da venda do avião Super Tucano, modelo Emb314B1, de propriedade da Embraer, para a Empresa Americana Blackwater WorldWide.	123	Apelo para que haja condição do pequeno agricultor ter sua terra para cultivar.	487
Homenagem à memória de Leonel Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	367	Homenagem ao Deputado César Hanna Halum, que foi eleito para presidir a União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE.	534
Voto favorável ao mérito da medida provisória nº 419, por ser uma proposta que reivindica os movimentos sociais brasileiros ligados à luta pela igualdade racial.....	439	LEOMAR QUINTANILHA	
Registro de matéria intitulada “Barbacena quer fim de interdição de praias”, publicada no jornal <i>O Liberal</i>	618	Requerimento nº 754, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de junho de 2008, para representar o Senado Federal na “Expo-Zaragoza 2008 - Água e Desenvolvimento Sustentável”, a realizar-se na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha. Comunica ainda, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.....	394
Declaração de Solidariedade ao ambientalista, professor universitário e consultor do Greenpeace, o ex-deputado Federal João Alfredo Telles Melo...	618	Agradecimento pela manifestação de condolências pelo falecimento de Lili Quintanilha, mãe do Senador Leomar Quintanilha, ocorrido no dia 4 de junho de 2008.....	627
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Reflexão com relação aos debates sobre o desequilíbrio ambiental, e relato sobre desastre ambiental, ocorrido no Município de Barbacena, no Pará, sobre o fim da interdição das praias, e acres-		Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente.....	627
		LÚCIA VÂNIA	
		Parecer nº 514, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre as emen-	

	Pág.		Pág.
das oferecidas ao projeto de Resolução do Senado Federal nº 38, de 2007, que altera dispositivo da Resolução nº 20, de 1993, para instituir o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.	128	MARCELO CRIVELLA	
Defesa quanto às pesquisas com células tronco embrionárias.....	256	Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	369
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	349	MARCO MACIEL	
Ratificação sobre o voto favorável ao mérito da medida provisória nº 419, sobre a transformação da Secretaria da Igualdade Racial para a categoria do Ministério.	440	Homenagem à Confederação Nacional das profissões Liberais – CNPL, e exalta o papel que esse tipo de instituição teve no desenvolvimento da democracia. Aparte ao Senador Gerson Camata..	4
MAGNO MALTA		Relato da importância da reforma tributária e a criação de uma nova contribuição que concentraria mais recursos na esfera da União. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.....	8
Parecer nº 517, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 292, de 2008, mediante o qual são solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente sobre publicidade de venda de terras na Amazônia por meio da Internet.	144	Requerimento nº 738, de 2008, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do músico Antônio Alves, conhecido pelo nome artístico de Toinho Alves, ocorrido 29 de maio, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco.	118
Parecer nº 518, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento de Informação nº 420, de 2008, que solicita informações sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus.....	145	Homenagem aos 400 anos do Padre Antonio Vieira	283
Parecer nº 521, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 457, de 2008, que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo e os repasses à Marinha de Guerra do Brasil.....	147	Requerimento nº 746, de 2008, que na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requer específicas homenagens pelo falecimento do ex-Senador João Assis Meira Filho, ocorrido no dia 08 de junho, na cidade de Brasília-DF.	284
Parecer nº 522, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento de Informações nº 458, de 2008, que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo e os repasses à Marinha de Guerra do Brasil.....	148	Requerimento nº 747, de 2008, que na forma do disposto no Art. 160 do Regimento Interno, requer que o Período do Expediente da sessão ordinária do Senado Federal seja destinado a assinalar a passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antonio Vieira	284
MÃO SANTA		Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	344
Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL - pelos seus 54 anos de existência.....	5	MARCONI PERILLO	
Relato sobre o alto índice de doenças no Estado do Pará, devido ao uso de Fossas Aéreas.	16	Registro do artigo intitulado “Grau de confiança, grau de respeito”, publicado pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> em sua edição de 11 de maio de 2008.....	200
Crítica ao Partido dos Trabalhadores – PT..	16	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	348
Relato da importância do Senado Federal, ressaltando as características e as funções do Parlamento. Senador Mão Santa.	207	Registro da matéria intitulada “Minc usou brecha da lei para se aposentar aos 51”, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , em sua edição de 15 de maio de 2008.....	496
Apoio ao aumento do salário mínimo, uma melhoria de vida para os trabalhadores.	207	Registro de matéria intitulada “Sthefanos critica conceito da Amazônia Legal”, publicada pelo	

	Pág.		Pág.
jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 15 de maio de 2008.....	628	Registro das matérias intituladas “Delegado admite corrupção na Polícia” e “Deputado e Vereador são sequestrados”, publicadas no jornal <i>O Liberal</i> , edições dos dias 04 e 05 de junho de 2008 respectivamente.....	373
MARINA SILVA		Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Meira Filho, no dia 8 de junho de 2008.....	377
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente e a importância de haver uma produção que não o prejudique de maneira drástica, mas que atenda às necessidades atuais, e que se preocupe com a geração futura.....	32	Preocupação com a situação dos aposentados, e a necessidade dos projetos de resolução serem colocados em pauta para votação.....	381
Referente ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, que trata da questão do aquecimento global, e o quanto os níveis de emissão de gases de efeito estufa estão alterando o sistema climático.....	32	Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser inconstitucional.....	420
Preocupação com a biodiversidade e com o comprometimento do Produto Interno Bruto – PIB.....	32	MARISA SERRANO	
O Brasil precisa de recursos essenciais para se desenvolver, mas isso não pode se transformar num conflito entre desenvolvimento e meio ambiente.....	32	Requerimento nº 755, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de junho de 2008, para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008 – EXPO 2008, a realizar-se na cidade de Zaragoza – Espanha, nos dias 12 a 16 de junho de 2008. Comunica ainda, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.....	394
A importância do debate sobre Meio Ambiente para o País. Aparte ao Senador Renato Casagrande.....	36	Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro.....	424
Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Debate sobre a questão das mudanças climáticas e a importância de se criar uma política capaz neutralizar tais mudanças.....	527	MOZARILDO CAVALCANTI	
Oportunidade do Brasil com relação aos biocombustíveis, desde que não seja um problema para o meio ambiente.....	527	Afirmção que o governo federal é displicente por não conceder reajuste salarial aos policiais civis e militares do Distrito Federal. Aparte ao Senador Geovani Borges.....	24
Saudação ao Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano de 2007, que participa da III Semana do Meio Ambiente no Senado Federal.....	527	Defesa quanto ao desmatamento da Amazônia, autorizado pelo Ibama. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	48
MARIO COUTO		Aprovação da medida provisória que regula a Zona de Processamento de Exportação no País e criação da área de Livre Comércio em Boa Vista de Bonfim.....	50
Questionamento sobre o envolvimento da Ministra Dilma Rousseff no caso da venda da Varig.....	291	Contestação das medidas provisórias que são constantemente mandadas ao Senado Federal....	50
Descontentamento com proposta da CSS – Contribuição Social da Saúde, que seria uma nova Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Tramitação de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF.....	291	Esclarecimento ao povo de Roraima sobre a denúncia feita aos jornais e televisão, de que o Senador Mozarildo Cavalcanti haveria votado contra o Projeto de área de Livre Comércio de Boa Vista, capital de Bonfim, que beneficiaria o Estado dele.....	50
Grupo de Proteção aos Aposentados – GPA, que será criado no Senado para que o problema da Previdência Social seja solucionado.....	291	Relato sobre a desorganização e o modelo da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI e das Medidas Provisórias.....	181
Preocupação com a segurança pública do Estado do Pará.....	373		

	Pág.		Pág.
Preocupação com a atitude do Presidente Lula, com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.....	181	Registro da matéria intitulada “Presidente compara Amazônia à água benta”, publicada no jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	235
Defesa da instalação de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar na Amazônia a política ambiental, fundiária, indígena e de fronteiras.....	214	Registro da matéria intitulada “Pacote Ambiental”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i>	235
Relato da aprovação da Medida Provisória que regulamenta a questão das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil, e ratifica o voto a favor da criação de áreas de livre comércio de Boa Vista e de Bonfim. Aparte ao Senador Geovani Borges.	214	Registro da matéria intitulada “Ibama multa madeireira estrangeira em R\$450 milhões”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i>	235
Propostas e idéias para que os impostos possam ser cobrados de maneira mais eficaz, que beneficie e resolva problemas sérios que a saúde pública vem enfrentando.....	214	Registro da matéria intitulada “‘Filantropo’ tem fortuna de R\$1,27 bi”, publicada no jornal <i>Folha São Paulo</i>	235
Defesa da Medida Provisória, que pretende regulamentar a questão das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil. Aparte ao Senador Geovani Borges.	214	Registro da matéria intitulada “Amazônia ganha mais três unidades de conservação”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i>	235
Registro de que a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Tramitação de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, não serviu para melhoria da qualidade do serviço de saúde no Brasil, por falta de prioridade e de gestão.	214	Registro da matéria intitulada “Inkra pode cancelar o registro de terras de sueco”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> . Senador Mozarildo Cavalcanti.	235
Ratificação de que a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Tramitação de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, não serviu para melhorar a qualidade de saúde no Brasil. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	218	Registro da matéria intitulada “ONGS pululam na Amazônia, mas são escassas no Mato Grosso do Sul”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana.	235
Defesa de que haja afastamento da Ministra Dilma Rousseff de suas atividades, até o esclarecimento de seu envolvimento com relação à venda da Varig. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	223	Registro da matéria intitulada “Os Índios do Norte e os Índios do Sul”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana.....	235
Crítica sobre o descaso à população da Amazônia. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	225	Registro da matéria intitulada “Assistência à saúde indígena deixa a desejar”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana.	235
Crítica à criação da Contribuição Social para a saúde – CSS. Aparte ao Senador Arthur Virgílio... ..	229	Registro da matéria intitulada “Dossiê aponta desvios de verbas”. “ONG contratada sem licitação recebe R\$28 milhões”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana.....	235
Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos, ressaltando as vantagens de ser uma cidade bem desenvolvida, principalmente na questão do comércio. Aparte ao Senador Adelmir Santana.....	230	Registro da matéria intitulada “CPI vota hoje relatório final sobre subnutrição de crianças indígenas”, comentada pelo jornalista Mauro Santayana.	235
Preocupação com o aquecimento global, que está cada vez mais rápido, e com faz uma reflexão sobre o desmatamento da Amazônia.	235	Crítica quanto ao fato da Amazônia não ser considerada como parte da Federação, e com isso os problemas fundiários, ambientais se agravam. Aparte ao Senador Paulo Paim.	253
Anúncio da proposta de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que diz respeito à Amazônia.....	235	OSMAR DIAS	
		Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....	361
		Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro.....	420
		PAPALÉO PAES	
		Registro da importância da solidariedade no caso do jogador Paulo César, quando esteve en-	

	Pág.		Pág.
volvido com drogas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	297	Relato do grande avanço dos estrangeiros nas terras da Amazônia.....	608
Afirmção de que não há necessidade de aumento da carga tributária. Crítica à criação da Contribuição Social da Saúde – CSS, que seria uma nova Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Tramitação de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF.....	298	Registro do artigo intitulado “Royalties: o futuro do Rio em jogo”, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 5 de junho de 2008.	608
Registro da nota que foi publicada em jornais diversos, que lança uma crítica aos Senadores, sobre o não cumprimento dos trabalhos das Casas Legislativas.	298	PAULO PAIM	
Apresentação do objetivo da regulamentação da Emenda nº 29, que deve estabelecer um compromisso para destinação de um percentual fixo para a saúde.....	298	Homenagem à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos 54 anos de existência.	12
Crítica à criação da Contribuição Social para Saúde – CSS, que o Governo elaborou sob o pretexto de não dispor de recursos para custear as despesas decorrentes da aplicação da Emenda nº 29.	298	Relato dos acidentes com trabalhadores que construíram a Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota.	37
Registro da aprovação do requerimento realizado pela Comissão de Infra-Estrutura, que solicita esclarecimentos sobre denúncias à venda da Varig.	320	Registro do acidente com o avião da TAM JJ3054, onde morreram 199 pessoas. Comprovação de que a responsabilidade do acidente com o avião da TAM JJ3054, foi de uma empresa européia que fabricou esse avião. Senador Paulo Paim.....	37
Defesa da criação do Plano Real, um importante passo do Brasil para o desenvolvimento social e econômico.....	382	Aprovação do requerimento de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, no qual pretende a realização da audiência pública para a discussão da situação de familiares das vítimas de acidente com o avião da TAM.....	37
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro.....	421	Preocupação com a infra-estrutura dos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte.....	37
PATRÍCIA SABOYA GOMES		Preocupação com a retomada da instalação de grandes indústrias nos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte.	37
Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, que define práticas preventivas nos cuidados com saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema do Único de Saúde.	108	Investimento por parte do Governo Federal, na perspectiva de infra-estrutura e na melhora da matriz energética para os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte.	37
Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008, que define práticas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde.....	110	Registro da 9ª reunião de familiares das vítimas do voo TAM JJ3054, organizada pela Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo TAM JJ3054 - AFAVITAM.....	38
PAULO DUQUE		Questionamentos à Comissão de Infra-Estrutura, por não convocar a Ministra Dilma Rousseff para participar do processo da Varig.....	233
Encaminhamento favorável da medida provisória nº 419, que tem o objetivo de transformar a Secretaria em Ministério.....	438	Questionamento sobre a venda da Varig e a suposta participação da Ministra Dilma Rousseff, denunciada por ex-diretores da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.....	233
Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2008, que autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel situado da Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375.....	578	Crítica à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI e à Medida Provisória.....	233
		Campanha denominada “Carbono Neutro”, da qual a Câmara dos Deputados participa. Tem o objetivo de potencializar as ações ambientais desenvolvidas no Parlamento.....	233

Pág.	Pág.
<p>Defesa à proposta de desenvolvimento sustentável para que haja preservação do meio ambiente.....</p> <p>Registro da campanha denominada “Senado Verde”, em que a Associação dos Agentes Ecológicos da Vila Planalto recicla todos os resíduos do Senado Federal.....</p> <p>Questionamento da permissão para que pesquisadores brasileiros utilizem células tronco embrionárias em pesquisa científica.....</p> <p>Divulgação de gravações que a Polícia Federal colocou à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que denunciava o gestor público do Rio Grande do Sul.....</p> <p>Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, ressaltando o quanto a atividade humana gera impactos assustadores para o ecossistema do planeta, e coloca a questão do desmatamento e do povo que habita na Amazônia.....</p> <p>Comentários à pesquisa “A Economia de Ecossistemas e Biodiversidade”, que mostra os atuais índices de declínio na natureza e podem reduzir o Produto Interno Bruto – PIB, global em cerca de 7% até 2050.....</p> <p>Questionamento sobre a atual situação do Parque Estadual Delta do Jacuí.....</p> <p>Importância da reciclagem de lixo e do “Movimento Nacional dos Catadores”.....</p> <p>Relato de que as denúncias divulgadas pela imprensa regional e nacional envolvem o Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Barrisul.....</p> <p>Registro sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Detran, que pretende analisar os fatos que ocorreram no Rio Grande do Sul.....</p> <p>Registro da solidariedade ao jogador Paulo César Caju, quando esteve envolvido com drogas, por parte de seus amigos, jogadores e técnicos e seus familiares, no qual se faz muito necessária e fundamental nesse caso. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....</p> <p>Retificação da nota que foi publicada nos jornais diversos, que lança crítica aos Senadores, sobre o não cumprimento de seus trabalhos. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....</p> <p>Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.....</p> <p>A Previdência no Brasil é capaz de elevar os benefícios dos aposentados e pensionistas, mas é preciso haver mudanças para que o cidadão brasileiro possa ser beneficiado de maneira digna.....</p> <p>Parecer nº 529, de 2008 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678,</p>	<p>de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.....</p> <p>Apelo para que os Senadores votem à favor da medida provisória nº 419, que tem o objetivo de transformar a Secretaria no Ministério da Igualdade Racial.....</p> <p>Ratificação dos propósitos da medida provisória nº 419, que não é uma questão de negro contra branco.....</p> <p>Apelo para que os Senadores respeitem o acordo sobre a votação da medida provisória nº 419. Aparte ao Senador José Nery.....</p> <p>Justificativa da criação da medida provisória nº 419, que tem o objetivo de transformar a Secretaria da Igualdade Racial para categoria de Ministério. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.....</p> <p>Relato do lançamento da atração turística do Rio Grande do Sul, a Rota Vales da Serra.....</p> <p>Apresentação de propostas em defesa do meio ambiente.....</p> <p>Preocupação com a crise do aeroporto Salgado Filho, no Rio Grande do Sul.....</p> <p>Agradecimento ao Senador Carlos Dunga pelo trabalho realizado na Paraíba, e pelo voto a favor da medida provisória nº 419. Aparte ao Senador Carlos Dunga.....</p> <p>Homenagem ao Senhor Adelar Bertussi, com 75 anos, é um ícone da música brasileira, e foi convidado para o Festival Internacional em Nova Jersey.....</p> <p>Preocupação com Amazônia com relação à venda de terras para estrangeiros. Aparte ao Senador Romeu Tuma.....</p> <p>Aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Decreto Legislativo 563/08, que ratifica a Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.....</p> <p>Registro da importância da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, para que seja regulamentada.....</p> <p>O Brasil é o 1º país da América Latina e o 26º país do mundo a permitir pesquisas com células tronco.....</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2008, que acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.....</p>
233	412
233	428
233	428
249	440
249	441
249	515
249	515
249	515
285	522
285	524
296	538
299	557
355	557
285	557
	565

	Pág.		Pág.
PEDRO SIMON		na Amazônia, ou em qualquer área com cobertura florestal.	36
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	343	Requerimento nº 751, de 2008, que solicita a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal.	393
RAIMUNDO COLOMBO		Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, ressalta a importância de implementar uma política para a preservação do meio ambiente.	526
Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008, que obriga os órgãos e entidades a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas.	383	Saudação ao Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano de 2007, que participa da III Semana do Meio Ambiente no Senado Federal.	526
Encaminhamento desfavorável da medida provisória nº 419, por ser irrelevante ao povo brasileiro.	426	ROMERO JUCÁ	
Preocupação quanto a Proposta de Emenda à Constituição, que foi aprovada na Câmara de Deputados, que diminui o percentual a ser repassado para as câmaras de vereadores.	554	Parecer nº 513, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2008 (nº 2.300/2007, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 2008, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nºs 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências.	124
Apresentação contrária quanto a criação da Contribuição Social para a Saúde – CSS.	554	Parecer nº 525, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que “dá nova redação à alínea o do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. (altera competência do Ministério da Defesa).	258
RENATO CASAGRANDE		Parecer nº 528, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2008, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Sérgio Guerra, que determina a sustação do Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual altera o Decreto nº 6.504, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.	266
O meio ambiente passa a ser de interesse da sociedade brasileira.	34	Encaminhamento favorável à constitucionalidade e à juridicidade da medida provisória nº 419.	427
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. O dia para criação e avaliação de novas metas de preservação e tratamento do meio ambiente, pois o desmatamento está cada vez mais rápido e preocupante.	34	Comemoração ao Dia Nacional do Teste do Pezinho, no dia 6 de junho de 2008. Data instituída com a finalidade de informar e reforçar junto à	
Comunicado ao Plenário da Casa, do ato do Presidente Garibaldi Alves, que designa Comissão Jurídica responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada nos termos do Requerimento nº 227, de 2008.	34		
Proposta de reformulação do anteprojeto do Código de Processo Penal.	34		
Homenagem ao Jornal do Senado pelo conteúdo amplo, que trata das questões ambientais no Dia Mundial do Meio Ambiente.	34		
Referente ao encaminhamento da proposta de política nacional de mudanças climáticas.	36		
Referência à defesa da Senadora Marina Silva, ao Fundo de Preservação das Florestas.	36		
A importância da descentralização do licenciamento ambiental às esferas de Governo Estadual e Municipal.	36		
A preocupação com a elaboração de propostas que possibilitem a realização de mecanismos de desenvolvimento, para as pessoas que moram			

Pág.	Pág.
população os objetivos do Programa de Triagem Neonatal.	500
ROMEU TUMA	
Parabenização ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que entregou a medalha Oswaldo Cruz ao cardiologista Roberto Kalil e ao empresário Antônio Ermírio de Moraes.	380
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	380
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.	380
Requerimento nº 753, de 2008, que requer seja enviado Voto de Congratulação à sua Eminência Reverendíssima, Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo, pela passagem, no dia 7 de junho, do centenário da Arquidiocese de São Paulo.	394
Defesa da importância da concretização do Projeto Calha Norte, instituído pelo Presidente Sarney durante sua gestão à frente do País.	537
Declarações sobre o meio ambiente e sua diversidade, ao Prêmio Nobel da Paz do Meio Ambiente, recebido pelo Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).	537
Defesa sobre as questões da Amazônia, pois tem sido alvo dos estrangeiros, e debate o fato da Amazônia não ter uma boa segurança.	537
ROSALBA CIARLINI	
Homenagem à memória de Leonel de Moura Brizola pelo quarto ano de seu falecimento.	380
Preocupação com relação à rodovia do estado da Paraíba, pois com a chegada da seca, os buracos impedem o tráfego tranquilo.	522
Preocupação com a reativação da linha férrea do Estado da Paraíba. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga.	522
Esclarecimento sobre a instalação de uma refinaria no Rio Grande do Norte, que por uma decisão política do Governo Federal, a refinaria foi para o Estado de Pernambuco.	536
Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, e registro da visita feita pela Senadora Rosalba Ciarlini à Antártica, onde está um exemplo de preservação do meio ambiente.	536
SÉRGIO GUERRA	
Registro da matéria intitulada "A Farsa confirmada", publicada pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 4 de junho de 2008.	202
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	347
Registro da matéria intitulada "Em vôo da FAB, familiares de Lula chegam a Roma antes dele", publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 30 de maio de 2008.	497
Registro de matéria intitulada "Política indigenista é incoerente", diz o governador de RR", publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , em sua edição de 30 de maio de 2008.	629
SÉRGIO ZAMBIASI	
Parecer nº 526, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de Origem), que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).	260
SERYS SLHESSARENKO	
Importância da reforma tributária para o país.	13
Comentário sobre a luta dos Direitos Humanos no Mundo, e relato da discriminação em diversos âmbitos.	13
Registro do Dia Mundial do Meio Ambiente. Levanta questões para tornar o meio ambiente sustentável.	13
Parecer nº 531, de 2008, (Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta Indicação.	492
TASSO JEREISSATI	
Voto de pesar pelo falecimento do Senador Artur da Távola, no dia 9 de maio de 2008.	346
TIÃO VIANA	
Parecer nº 516, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.331, de	

XVIII

	Pág.		Pág.
2007, por meio do qual o Senador Marconi Perillo solicita ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre o Programa de Concessão de Rodovias Federais.	143	elevação do Produto Interno Bruto – PIB nacional.	49
Homenagem à Justiça Federal do Acre , que comemorou no dia 9 de junho, 40 anos de serviços prestados à população do Acre.	372	Homenagem ao aniversário de Taguatinga, dia 31 de maio, pelos seus 50 anos.	49
Homenagem aos 40 anos de criação da Justiça Federal do Acre.....	372	Homenagem ao Dia Internacional do Meio Ambiente, e relato da importância da preservação do meio ambiente para a sobrevivência do ser humano e preocupação com o futuro do planeta. ...	524
Dificuldade das Comissões para a aprovação das matérias que exigem quórum qualificado. Questionamento sobre o tempo necessário para a votação das matérias.....	417	VALTER PEREIRA	
Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Reflexão quanto a Amazônia, e defesa de recursos para que viabilizem as condições de estudo do potencial mineral de gás, do Estado do Acre.....	553	Registro do simpósio alusivo aos 20 anos da Constituição de 1988, realizado pela Mesa do Congresso Nacional.	545
VALDIR RAUPP		Registro dos acontecimentos que fizeram a política do país mudar sua visão institucional e ser substituída pela democracia, toda a mobilização se transformou numa Assembléia Nacional Constituintes, e um ícone muito importante dessa mudança, foi Ulysses Guimarães.....	545
Apoio à preservação da Amazônia, e ao Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira, lançado pelo Governo.....	49	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Apresentação do Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira, que deve incluir Rondônia nessa iniciativa.....	49	Contestação sobre o esclarecimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, no que diz respeito ao seu voto à medida provisória para o Projeto de área de Livre Comércio de Boa Vista. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	53
Defesa de projetos de incentivo à produção agrícola, que são muito importantes para a		Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.	569